SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 13 de Novembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIV | Nº 3406

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Prefeito LUIS CARLOS TURATTO, presidente da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto da entidade,

RESOLVE:

CONVOCAR os senhores(as) prefeitos(as) dos municípios filiados à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, para Assembleia Geral Ordinária, a **realizar-se no 12 de dezembro de 2025, na sede da AMSOP, em Francisco Beltrão- PR (Rua Perú, 1301 – Bairro Miniguaçu), com início às 09horas em única convocação**, para deliberar sobre a seguinte,

ORDEM DO DIA:

- Prestação de Contas da Gestão 2025
- Eleição e posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal
- Assuntos Gerais.

Secretaria da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, Francisco Beltrão, aos dez dias do mês de novembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:3F672DC9

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
AVISO DE EDITAL PREGÃO Nº 006/2025 – FORMA ELETRÔNICA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma eletrônica, do tipo menor preço, com aplicação do Sistema Registro de Preços.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de software de gerenciamento incluindo instalação, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, com equipamentos em regime de comodato, bem como a produção e atualização de conteúdos educativos e informativos, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, permitindo a adesão pelos municípios consorciados do CIEDEPAR, cuja lista completa está disponível no site oficial do Consórcio: https://ciedepar.com.br/consoricados.
CADASTRO DAS PROPOSTAS: Até as 08h00m do dia 28/11/2025.
ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 28/11/2025 das 08h:01min às 08h30 min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 28/11/2025 a partir das 09h00 min, após a avaliação das propostas pelo Pregoeiro.
LOCAL DO EDITAL: https://licitacoes-e2.bb.com.br/ ou https://ciedepar.com.br/licitacoes/
*** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).**

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, na sede do CIEDEPAR, sita na Rua Voluntários da Pátria n° 400, 4º Andar, Sala 402, Centrto – Curitiba - PR ou pelo e-mail: licitacao@ciedepar.com.br .

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

LUIS GUILHERME C. BORSATTO
Pregoeiro
Portaria 016/2025.

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:B87B4AFD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3395, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 3395, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar/Especial no Orçamento do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o Exercício de 2025, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 780, de 11 de novembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento-Programa do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o exercício de 2025, um crédito adicional SUPLEMENTAR/ESPECIAL no valor de R$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais), mediante as seguintes dotações:

12.00	*- Secretária de Urbanismo*		
12.01	*- Secretária de Urbanismo*		
0015.0451.0053.1003	*- Construção e Reforma de Bens Imóveis*		
44906100.0000	*- Aquisição de Imóvel*		
00000	*- Recursos Ordinários (Livre)*	*R$*	*614.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR/ESPECIAL de que trata o presente Decreto, serão:

- Superávit Financeiro do Exercício Anterior;

00000	*- Recursos Ordinários (Livre)*	*R$*	*614.000,00*

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:11E47F47

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 3396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, composta pelos seguintes membros:

Presidente:	**JULIANO PANSERA** **CPF: 000.586.229-93**
Membro:	**SIDÉRIO ALMIRIO SCHROPFER** **CPF: 368.982.959-34**
Membro:	**VALMIR TRINDADE** **CPF: 028.787.579-20**

Art. 2º - A referida comissão terá a incumbência de avaliar os bens móveis declarados inservíveis pelo Decreto nº 3393, de 07 de novembro de 2025, a seguir relacionados:

BENS MÓVEIS:

1-	Hyundai hb20s 10m comfor ano: 2023/2023 placa final 1 (pr)
2-	Volkswagen gol 1.6l mb5 ano: 2021/2022 placa final 6 (pr)
3-	Volkswagen gol 1.6l mb5 ano: 2021/2022 placa final 5 (pr)
4-	Fiat strada fire ce flex ano: 2009/2009 placa final 3 (pr)
5-	Mercedes-benz niks mc 20, ano: 2019/2020 placa final 1 (pr)
6-	Ônibus urbano mercedes-benz of 1519 r.ore ano: 2014/2014 placa final 9 (pr)
7-	Caminhão basculante ford cargo 1319 ano: 2012/2013 placa final 1 (pr)
8-	Trator de pneus new holland tl 85 ano: 2012
9-	Retroescavadeira xcmg xt 870 br ano: 2018
10-	Carreta agrícola basculante triton 4 toneladas
11-	Carreta agrícola basculante triton 4 toneladas
12-	Carreta agrícola basculante iac 4 toneladas
13-	Distribuidor de adubos líquidos brasil equipamentos
14-	Colhedora de forragens jf 1600 at 4 linhas em estado de sucata
15-	Cadeiras odontológicas, raio x odontológico e ultrassom toshiba
16-	Lavadoras de pressão, caixas de som, impressoras e eletrônicos
17-	Pneus para máquinas pesadas
18-	Sucata de veículo volkswagen kombi sem direito a documentação
19-	Sucatas de móveis, eletroeletrônicos e outros

Art. 3º - Após avaliação, a comissão ora designada apresentará o respectivo laudo ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:B17AE68A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2025
Processo Adm: Nº 161/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para aquisição de Materiais Esportivos e Recreativos em atendimento a Secretaria de Assistência Social pertencente ao município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 28.190,38(vinte e oito mil e cento e noventa reais e trinta e oito centavos):**AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA**(27679382000188) com os lotes: 1 no valor total de R$ 5.380,00 (cinco mil e trezentos e oitenta reais).**PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**(62110122000198) com os lotes: 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11 no valor total de R$ 20.151,88 (vinte mil e cento e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).**4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS**(58181473000112) com os lotes: 5, 6 no valor total de R$ 2.658,50 (dois mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 12 de novembro de 2025.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 237/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 101/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 62.110.122/0001-98
Endereço do Contratado: Rua Padre Valério Spanhove, 105, Seminário, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para aquisição de Materiais Esportivos e Recreativos em atendimento a Secretaria de Assistência Social pertencente ao município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 20.151,88 (vinte mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos)
Prazo de Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026.
Data da Assinatura: 12/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 12 de novembro de 2025

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 238/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 101/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: 4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS
CNPJ: 58.181.473/0001-12
Endereço do Contratado: Rua Dona Francisca, 141, Box 545, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para aquisição de Materiais Esportivos e Recreativos em atendimento a Secretaria de Assistência Social pertencente ao município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 2.658,50 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)
Prazo de Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026.
Data da Assinatura: 12/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 12 de novembro de 2025

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 239/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 101/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA
CNPJ: 27.679.382/0001-88
Endereço do Contratado: Avenida Pedro Ludovico Teixeira, nº 3818 Parque Oeste Industrial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para aquisição de Materiais Esportivos e Recreativos em atendimento a Secretaria de Assistência Social pertencente ao município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 5.380,00 (cinco mil e trezentos e oitenta reais)
Prazo de Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026.
Data da Assinatura: 12/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 12 de novembro de 2025

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:08EDBA44

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO DE ADITAMENTO ARP 267-2024 - NOVALYS PINTURAS E SOLUÇÕES

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo a ARP nº 267/2024. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Novalys Pinturas e Soluções em Limpeza Ltda. CNPJ: 52.068.263/0001-36. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 1 (um) ano, reajuste de valor conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como alteração da Gestão e Fiscalização. Novo Prazo: 13/11/2026. Valor Total do Aditivo: R$ 146.093,85 (cento e quarenta e seis mil, noventa e três reais e oitenta e cinco centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 90061/2024. Fundamento Legal: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Artigo 299 do Decreto Municipal n° 73/2023. Data da assinatura: 12/11/2025. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Altair Sufiatti, pela empresa.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:257D9833

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
4º TERMO DE ADITAMENTO 259-2021 - ODONTO TEC LTDA

Espécie: Extrato do 4º Termo de Aditivo ao Contrato nº 259/2021. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Odonto Tec Ltda. CNPJ: 01.660.742/0001-06. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 12 (doze) meses, reajuste de valores conforme índice do IPCA, bem como alteração da Gestão e Fiscalização Contratual. Novo Prazo: 17/11/2026. Valor do Aditivo: R$ 31.795,80 (trinta e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 53/2021. Fundamento Legal: Artigos 57 e 65 da Lei Federal 8.666/1993. Data da assinatura: 11/11/2025. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Joares Batista Paes, pela Empresa.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:2AE4C4E9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA EDITAL 90015/2025 - COMPRAS GOV. (3/2025) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE GRAMADO NO MÓDULO ESPORTIVO MUNICIPAL VICENTE MUCH, LOCALIZADO AV. GETÚLIO VARGAS, 2694-2754 - FRE

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Dispensa Eletrônica. Edital nº 90015/2025 – Compras Gov. (3/2025). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 19 de novembro de 2025, das 08:30h às 14:30h. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de substituição de gramado no Módulo Esportivo Municipal Vicente Much, localizado Av. Getúlio Vargas, 2694-2754 - Frei Vito, Chopinzinho – PR. Valor máximo estimado: R$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:71B17210

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90098/2025 - REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VIGÊNCIA, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO FUTURA E EVENTUAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90098/2025. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 02 de dezembro de 2025, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços terá vigência, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contratação de empresa para a prestação futura e eventual de serviços de elétrica por hora técnica, compreendendo manutenção elétrica preventiva e corretiva, na rede elétrica das instalações prediais, internas e externas, em motores, painéis e equipamentos, para todos os órgãos da administração municipal, prédios públicos ou locados e demais locais indicados pela Administração, ruas, avenidas, praças públicas, locais de eventos, para atendimento das Secretarias Municipais do Município de Chopinzinho. Valor máximo estimado: R$ 79.373,70 (setenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais e setenta centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:21155D24

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 332-2025 - INEX 43-2025

Espécie: Extrato do Contrato n° 332/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Pinheiro S Veículos Ltda. CNPJ: 01.692.763/0001-03. Objeto: Aquisição de veículo sendo: Lote 3 - 03 (TRÊS) VEÍCULO TIPO PICK-UP (5) ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 3 – e-Protocolo nº 22.199.244-0. Valor: R$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 43/2025. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2805/1686/2368) Fonte:580/504/584. Data da assinatura: 12/11/2025. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Lucas Jose Ozorio – Procurador, pela Contratada.

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:2CB85B83

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 43-2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 43/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 175/2025
MEMORANDO ELETRÔNICO: 5.160/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o n.º 009.378.889-40, portador da carteira de identidade n.º 8.124.995-4 SSP-PR.

CONTRATADA: PINHEIRO S VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.692.763/0001-03, com sede na Avenida T-09, 500, Goiânia - GO, neste ato representado por Lucas Jose Ozorio – Procurador, inscrito no CPF sob nº 046.741.981-78, portador da Carteira de Identidade nº 5776267 PC-GO, residente e domiciliada à Rua T-30, nº 2230, Setor Bueno, Goiânia-GO, e-mail: licitacao@pinauto.com.br, telefone (62) 98234-9999.

DO OBJETO
Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório – PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 2 - e-Protocolo nº 22.199.244-0.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: : Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

Gestão/Unidade:	05.01 DEPTO DE VIAÇÃO, ALMOXARIFADO E FROTAS
Fonte de Recursos:	580 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO BB EFICIÊNCIA MUNICIPAL 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras 584 Convênio n 335/2025 - SECID - Aquisição
Programa de Trabalho:	2678200031.005 - Aquisição/Reposição de Equipamentos e Veículos da SMVSU
Elemento de Despesa:	4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente
Desdobrado:	2805/1686/2368 - Veículos de Tração Mecânica
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
A aquisição de 03 (três) veículos utilitários tipo pick-up, cabine dupla, zero quilômetro, destina-se ao fortalecimento da frota municipal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Chopinzinho. Os veículos serão utilizados no transporte de equipes técnicas, materiais e insumos, além de apoiar atividades de fiscalização, manutenção de vias e execução de obras urbanas.
A atual frota encontra-se defasada e insuficiente para atender plenamente à demanda do município, resultando em maiores custos com manutenção corretiva e, em alguns casos, na dependência de veículos locados. A renovação da frota permitirá maior autonomia operacional, otimização dos recursos públicos e melhor gestão dos serviços essenciais.
As especificações técnicas exigidas — motor com potência mínima de 105 cv, sistema de freios ABS, direção hidráulica ou elétrica, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, capacidade de carga mínima de 620 kg, cabine dupla para até 05 ocupantes, além de itens obrigatórios de segurança previstos pelo CONTRAN — asseguram a adequação dos veículos às necessidades da administração municipal
Os recursos para execução do objeto estão previstos no Convênio nº 335/2025 – SECID, celebrado entre o Estado do Paraná, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e o Município de Chopinzinho, no valor total de R$ 556.679,00, sendo R$ 500.000,00 oriundos do concedente (SECID) e R$ 56.679,00 de contrapartida municipal 2.7 A exigência de que os veículos sejam novos, com garantia mínima de 36 meses, tanque cheio e entrega conforme as condições da proposta, assegura maior confiabilidade, menor custo de manutenção a curto prazo e aumento da vida útil do bem público.
Portanto, a contratação mostra-se imprescindível e vantajosa, uma vez que proporcionará a modernização da frota, redução de custos operacionais, melhoria nas condições de trabalho das equipes e maior eficiência na execução das ações de infraestrutura urbana, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho do Convênio nº 335/2025.

Chopinzinho-PR, 12 de novembro de 2025.

RUBENEI MELOTTO
Secretário de Obras e Urbanismo

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 12 de novembro de 2025.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:B76356AC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1263-2025 - FÉRIAS ESCOLA MUNICIPAL NILO PEÇANHA

PORTARIA Nº 1.263/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 6.124/2025, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação Cultura e Esporte/Escola Municipal Nilo Peçanha, conforme segue:

Matrícula Funcional	Nome do Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data de Fruição das Férias
2295-5	Edimara Ramos da Silva de Quadros	Professor	29/01/2024 a 28/01/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
3445-5	Gislaine Bernart	Professor Ed. Física	13/11/2024 a 12/11/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
3633-6	Mariele Mucke Alves Ramires	Professor	09/09/2025 a 08/09/2026	17/12/2025 a 15/01/2026
1403-5	Mônica Aparecida Bueno	Auxiliar de Serviços Gerais	01/01/2025 a 31/12/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
3741-7	Odete Rodrigues	Professor	11/03/2025 a 10/03/2026	17/12/2025 a 15/01/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:47212398

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1264-2025 - FÉRIAS CASA FAMILIAR RURAL

PORTARIA Nº 1.264/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 6.138/2025, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação Cultura e Esporte/Casa Familiar Rural, conforme segue:

Matrícula Funcional	Nome do Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data de Fruição das Férias
1517-4	Maria Bernadete Liviz Bassanese	Auxiliar de Serviços Gerais	01/01/2025 a 31/12/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
3386-1	Jaiane Schunig	Zelador Escolar Temporário	09/10/2024 a 08/10/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
694-1	Claudia Tres	Professor	01/01/2025 a 31/12/2025	23/12/2025 a 21/01/2025
3346-5	Vilma Pires Roegelin	Zelador Escolar Temporário	14/08/2024 a 13/08/2025	22/12/2025 a 20/01/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:4A48EBBD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 475/2025-DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 475, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais, e dá outras providências**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei; e,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e tornar público, com antecedência o ponto facultativo;
CONSIDERANDO que no dia 25 de dezembro e 1º de janeiro são feriados nacionais conforme dispõe a Lei Federal n° 662/1949;
CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Chopinzinho, nos dias 24 (quarta-feira), 26 (sexta-feira), 31 (quarta-feira) de dezembro **de 2025 e 02 (sexta-feira) de janeiro de 2026, referente aos feriados nacionais de 25 de dezembro (Natal) e 1° de janeiro (Confraternização Universal).**
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:9831112E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 478/2025- DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 478, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei; e,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e tornar público, com antecedência, o ponto facultativo;
CONSIDERANDO que no dia 20 de novembro, é comemorando o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, de acordo com a Lei Feral nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas;
CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o interesse público e assegurar o regular funcionamento dos serviços públicos essenciais, que não **poderão sofrer descontinuidade,**
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Chopinzinho no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira) em comemoração ao Dia da Consciência Negra.
Art. 2º Os Secretários deverão elaborar e dar transparência da escala de trabalho e de atendimento dos serviços públicos essenciais que não poderão sofrer descontinuidade.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:468C8442

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 470/2025- REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 4.069, DE 1º DE JULHO DE 2024, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS – FECAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 470, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Regulamenta a Lei Municipal nº 4.069, de 1º de julho de 2024, que cria o Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FECAP, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.069, de 1º de julho de 2024, e na Lei Estadual nº 21.720, de 31 de outubro de 2023;
D E C R E T A:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica regulamentada, por meio deste Decreto, a gestão, aplicação e movimentação dos recursos do **Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FECAP**, criado pela Lei Municipal nº 4.069/2024.
Art. 2º O **FECAP** tem por finalidade custear, total ou parcialmente, ações de resposta, socorro, assistência, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução de áreas atingidas por situação de emergência ou estado de calamidade pública, devidamente reconhecidos por ato do Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal.
CAPÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
Art. 3º O Fundo será administrado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças.
Art. 4º Compete ao(à) Gestor(a) do Fundo:
I – coordenar a execução orçamentária e financeira do FECAP;
II – autorizar a movimentação da conta bancária e os pagamentos de despesas devidamente empenhadas;
III – supervisionar a contabilidade, o controle e o registro dos recursos;
IV – elaborar relatórios financeiros e prestações de contas;
V – garantir que os recursos sejam aplicados nas finalidades previstas em lei.
Art. 5º O Conselho Diretor do FECAP, instituído pela Lei nº 4.069/2024, terá caráter deliberativo e fiscalizador, cabendo-lhe:

I – aprovar os critérios e prioridades para utilização dos recursos;
II – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos valores;
III – deliberar sobre prestações de contas e relatórios de gestão;
IV – emitir parecer sobre eventuais repasses ou doações a outros entes federados, conforme o art. 3º-A da referida Lei.
CAPÍTULO III – DA CONTA BANCÁRIA E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS
Art. 6º Os recursos do Fundo serão depositados e movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação:
"FECAP – Fundo Municipal para Calamidades Públicas de Chopinzinho".
Art. 7º A movimentação da conta observará as seguintes condições:
I – será realizada por meio de cheques nominais ou transferências eletrônicas (TED, PIX), devidamente identificadas;
II – exigirá duas assinaturas conjuntas, sendo uma do(a) Gestor(a) do Fundo e outra do(a) Ordenador(a) de Despesa;
III – será registrada em sistema contábil próprio, conforme normas da contabilidade pública municipal.
Art. 8º É vedada a utilização dos recursos do FECAP para:
I – pagamento de despesas correntes de manutenção administrative deste Fundo;
II – finalidades diversas das previstas na Lei nº 4.069/2024;
III – operações de crédito ou aplicações financeiras não autorizadas pelo Conselho Diretor.
CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 9º Os recursos do FECAP serão aplicados conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Diretor, priorizando as ações de Defesa Civil e de resposta imediata às ocorrências.
Art. 10. A prestação de contas deverá ser realizada:
I – trimestralmente, à Contabilidade e à Controladoria Interna do Município, com a respectiva conciliação bancária;
II – anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado;
III – sempre que houver repasse estadual ou federal, à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC/PR) ou órgão concedente.
CAPÍTULO V – DA TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
Art. 11. As receitas, despesas e o saldo do FECAP deverão ser publicados mensalmente no Portal da Transparência do Município de Chopinzinho.

Art. 12. A fiscalização do Fundo caberá:
I – à Controladoria Interna do Município;
II – ao Conselho Diretor do FECAP;
III – aos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. O(a) Gestor(a) do Fundo poderá expedir instruções normativas complementares para detalhar os procedimentos contábeis e operacionais deste Decreto.
Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, observadas as legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:C108596A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 471/2025- NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS – FECAP, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4.069/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 471, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia os membros do Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FECAP, criado pela Lei Municipal nº 4.069/2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 3º da **Lei Municipal nº 4.069, de 1º de julho de 2024**;
D E C R E T A:
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o **Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FECAP**, com a seguinte composição:
I – **Gabinete do Prefeito** – Álvaro Dênis Ceni Scolaro (Presidente);
II – **Coordenadoria Municipal da Defesa Civil** – Nara Lucia Bonasina Scabeni;
III – **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Neide Maria Gasparetto Pasquali
IV – **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** – Rubenei Meloto;
V – **Departamento Municipal de Meio Ambiente** – Idevaldo Peretti.
Art. 2º O Conselho Diretor terá como finalidade **estabelecer critérios de priorização e aprovação de requerimentos**, **acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos** e **aprovar as prestações de contas** do Fundo Municipal de Calamidades Públicas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:B3F42A0C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 476/2025- ALTERA O DECRETO Nº 297, DE 02 DE JUNHO DE 2025, QUE NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O "CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO".

DECRETO Nº 476, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera o Decreto nº 297, de 02 de junho de 2025, que Nomeia os membros para comporem o "Conselho Municipal dos Direitos do Idoso".

O Prefeito do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária nº 2.137, de 18 de abril de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 297, de 02 de junho de 2025, que Nomeia os membros para comporem o "Conselho Municipal dos Direitos do Idoso", passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º.....
I - .....
b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Titular: .....
Suplente: Jusseane de Oliveira Silverio.
....."
Art. 2º Os demais artigos do Decreto nº 297, de 02 de junho de 2025 permanecem inalterados.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:B4AE8E4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE ABERTURA DE PROCESSO DE REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N°017/2023.

PORTARIA DE ABERTURA DE PROCESSO DE REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N°017/2023.

Súmula: Instaurar Processo de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar, com base no artigo 211 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 068/2012.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 213 e artigo 217, tendo em vista o contido no documento em anexo, em consonância com o artigo 5°, inciso LV, da Constituição Federal,
RESOLVE:
I – Instaurar Processo de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar, com base nos artigos 213 e artigo 217, ambos da Lei Complementar Municipal n. 068/2012, para apurar possíveis fatos novos e circunstâncias suscetíveis que justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada ao servidor/empregado/contratado A.F.R;

II - Designar os servidores **que compõe a Comissão Revisora, nomeados através do Decreto n. 365/2022,** Rodrigo Jazynski, Helder Felipe Klassen e Paulo Egídio Dalsasso, para dar cumprimento ao item supra.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho, 12 de novembro de 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:FC4BC0A2

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N.º 02/2025/CMSBA- DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMSBA - FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL.

Resolução n.º 02/2025/CMSBA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do FMSBA - Fundo Municipal do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.871, de 22 de dezembro de 2020, que cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA do Município de Chopinzinho.
CONSIDERANDO o Decreto nº 465/2025, que aprova a Regulamentação de funcionamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Chopinzinho e revoga o Decreto nº 472/2021.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.167/2025, que altera a Lei nº 3.871, de 22 de dezembro de 2020, que "Cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA do Município de Chopinzinho".
O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de Outubro de 2025, registrada através da Ata n.º 01/2025/CMSBA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 3.872, de 22 de Dezembro de 2020 e Regimento Interno aprovado pelo Decreto 411, de 15 de Outubro de 2021,

RESOLVE:
Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação dos recursos do FMSBA - Fundo Municipal do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, nos seguintes termos:
I – Destinação do montante de R$ 112.270,00 para o custeio da implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do Município, visando à retificação das bordas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e à análise da ocupação do solo, com o objetivo de subsidiar estudos técnicos para seleção de áreas potenciais à criação de nova Unidade de Conservação – UC, conforme autorização prevista no art. 4º, inciso VIII, da Lei Municipal nº 3.871/2020.
II – Destinação de recursos para repasse ao Consórcio Intermunicipal de Serviços Ambientais, com a finalidade de custear o contrato de rateio e/ou contrato de programa/serviços decorrentes do Protocolo de Intenções, ratificado pela Lei Municipal nº 4.166/2025, conforme o disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei nº 3.871/2020. **Os valores a serem repassados serão apurados oportunamente e formalizados por meio de resolução específica.**
III- Destinação de recursos para o custeio da aquisição de materiais e insumos voltados à proteção de fontes e nascentes e à implantação de sistemas comunitários de distribuição de água, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei nº 3.871/2020. **Os valores a serem repassados serão apurados oportunamente e formalizados por meio de resolução específica.**
IV - Aplicação de recursos para a elaboração e/ou atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), conforme art. 4º, inciso XI, da Lei nº 3.871/2020. **Os valores a serem repassados serão apurados oportunamente e formalizados por meio de resolução específica.**
V – Aplicação do montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental para o custeio da aquisição e instalação de geomembranas destinadas à construção de esterqueiras, com vistas ao manejo ambientalmente adequado de dejetos de animais (bovinos e suínos), nos termos do art. 4º, incisos I e XII, da Lei nº 3.871/2020.
VI – Destinação do montante de R$ 66.029,00 do fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental para o
custeio da aquisição de 50 (cinquenta) unidades de contêineres, ao custo unitário de R$ 1.320,58, para a coleta de resíduos sólidos urbanos, conforme art. 4º, inciso XI, da Lei nº 3.871/2020.
VII - Custeio de serviços e insumos destinados à esterilização, castração, vacinação, fornecimento de medicamentos e ração para animais em situação de abandono, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município e o Ministério Público. **Tal destinação será realizada somente em caso de saldo residual após a execução das demais ações aprovadas.**

Chopinzinho, 12 de novembro de 2025.

IDEVALDO PERETTI
Presidente do CMSBA

THAISE VIOLA
Secretária Executiva do CMSBA

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:CC50B8C3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 1.259/2025- NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1.259, DE 11 DE NOVEMBRO 2025

Nomeia a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Saúde.

A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n° 103/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os(as) servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação com a finalidade de avaliar e monitorar a parceria celebrada com a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto de Assistência Social e Saúde São Rafael Chopinzinho/PR, mediante Termo de Fomento e Termo de Convênio.
Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes membros:
I – Marcelli Cristina Cervo;
II – Lidiane Fortes;
III –Giseli dos Santos Silva.
Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação tem por finalidade o monitoramento do conjunto de parcerias, a proposição de aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e indicadores e produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação dos projetos celebrados com a Secretaria Municipal de Saúde, provenientes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, dando fiel cumprimento à Lei Federal nº 13.019/2014 e atualizações, ao Decreto Federal 8.726/2016 e ao Decreto Municipal nº 35, de 1º de fevereiro de 2017.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga e as disposições em contrário.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PR, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:37BCB628

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 1.265/2025- NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA-CFT, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 1.265, 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei;

CONSIDERANDO, o Memorando nº 6.213/2025;

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT:
I- Camila Carnieletto Winques -Representante do componente Básico de Assistência Farmacêutica;
II-Carla Sangaletti – Representando do componente Especializado da Assistência Farmacêutica;
III-Cláudia Andrea Cabanas Mourão- Representante da área de Estratégia da Saúde da Família;

IV-Fabrício Utiyama - Representante da área de Estratégia da Saúde da Família;
V-Marcelo Augusto Riesemberg – Representante da área de Medicina de Auditoria;
VI-Josevania Nesi – Representante da área de Odontologia;
VII-Marcelli Cristina Cervo – Representante da área de Enfermagem.
Art. 2° - As atribuições, duração e mandato, composição e funcionamento da Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT, serão de acordo com o que consta no Decreto nº 477/2025.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:5399F9CF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
RESOLUÇÃO N.º 01/2025/CMSBA- DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA.

RESOLUÇÃO N.º 01/2025/CMSBA

Dispõe sobre a Composição dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA

O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de Outubro de 2025, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 3.872, de 22 de Dezembro de 2020 e Regimento Interno aprovado pelo Decreto 411, de 15 de Outubro de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a composição da estrutura funcional do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, constituída pelas funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretária Executiva e Colegiado, consoante deliberação aprovada por unanimidade, registrada na Ata n.º 01/2025/CMSBA:
Art. 2º Fica aprovada a seguinte composição da estrutura funcional:
I - Idevaldo Peretti - Presidente;
II - Evanir Confortin Acorsi - Vice-Presidente;
III - Thaise Viola - Secretária Executiva;
IV - Demais membros titulares, nomeados pelo Decreto nº 324/2023, integrantes do Colegiado.

Chopinzinho, 12 de novembro de 2025.

IDEVALDO PERETTI
Presidente do CMSBA

THAISE VIOLA
Secretária Executiva do CMSBA

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:876DFEE3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE Nº 15/2024

R E P U B L I C A Ç Ã O

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 15/2024

MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20:

CONSIDERANDO: Manter o andamento do processo sem interrupção, assegurando a continuidade das etapas já previstas no edital, sem alterações nas regras estabelecidas,
RESOLVE:
Tornar público o 1º Termo Aditivo ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 15/2024, o qual tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, para prestação de serviços médicos na especialidade de clinico geral, para realização de consultas e procedimentos na atenção primária à saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes termos:
1. Prorrogar o prazo vigência para o dia 31 de Outubro de 2026, em conformidade com o item 5.2. do Edital.
2. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de Outubro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:0D9A75F2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 2162/2025

DECRETO Nº 2162/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2025 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1443/2024-LOA, de 12 de novembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2025, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 2.810,85 (dois mil oitocentos e dez reais com oitenta e cinco centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	456	22.001.0008.0244.0038.2034 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.3339030000000000000 - Material de consumo	30940	2.810,85
			Total		**2.810,85**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	355	22.001.0008.0244.0038.2034 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	30940	2.810,85
		Total	**2.810,85**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
30940	2.810,85	0,00	0,00
Total	**2.810,85**	**0,00**	**0,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2025.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR Em 12 de novembro de 2025.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daise Balotin
Código Identificador:AAE226A9

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 276/2025

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 276/2025
Pregão Eletrônico Nº 32/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **COMERCIAL USUAL LTDA - EPP**.
Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de arte circense e equipamentos de música, visando atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família do Município de Enéas Marques - Paraná.**
Valor: **R$ 27.598,64 (vinte e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 MESES**
Data Assinatura: **10/11/2025**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 12 de novembro de 2025

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Morcelli Fiorentin
Código Identificador:FD58C077

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 278/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 278/2025
Pregão Eletrônico Nº 32/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **FRANCIELI SAL ENSINO DE ARTE E CULTURA**.
Objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de arte circense e equipamentos de música, visando atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família do Município de Enéas Marques - Paraná.**
Valor: **R$ 38.117,29(trinta e oito mil, cento e dezessete reais e vinte e nove centavos)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 MESES**
Data Assinatura: **10/11/2025**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 12 de novembro de 2025

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Morcelli Fiorentin
Código Identificador:AC736A6D

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2024

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 214/2024
Pregão Eletrônico Nº 45/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **MARCELO AUGUSTO BITENCOURTT PEDROZO LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos previstos em Edital, para aquisição futura e parcelada de serviços especializados de inseminação artificial de bovino de aptidão leiteira e serviços especializados de exames de brucelose e tuberculose, com reteste quando necessário for, conforme especificações no Termo de Referencia.**
Valor atualizado: **R$ 217.557,00(duzentos e dezessete mil quinhentos e cinquenta e sete reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Nova vigência: **14/11/2025 até 14/11/2026**
Data Assinatura: **12/11/2025**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 12 de novembro de 2025

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Morcelli Fiorentin
Código Identificador:7E234EC2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 1-2025

PROCESSO LICITATÓRIO
12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO
01/2025

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX

OBJETO
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO (ZERO QUILÔMETRO), ANO FAB/MOD 2025/2025, TIPO SEDAN, CAPACIDADE: 05 LUGARES, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 176.755,00 (cento e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 25/11/2025 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento
Menor preço por item

Modo de disputa
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:8ED9E6FC

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
377

PORTARIA Nº 377/2025-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o (a) Servidor (a), **TISCIANA CATARINA DE SOUZA SILVA**, Licença para tratamento de saúde de 15 dias conforme atestado médico, a partir de 11 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 12 de novembro de 2025.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:2EACB51A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

PORTARIA N° 14/2025
DE 11/11/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Membro da Equipe de Apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal n° 14.133/2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ**, Senhor **EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 8° da Lei Federal n° 14.133/2021, resolve,

DESIGNAR:

Art. 1° - Fica designado o servidor efetivo a exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

NILSON CRISTIANO MEIRA ALEIXO - CPF: 016.888.279-51
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

Parágrafo Único – Somente em licitações na modalidade Pregão, o agente de contratação fica designado como PREGOEIRO, sendo responsável pela condução do certame.

Art. 2° - Ficam designados os servidores efetivos para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal n° 14.133/2021, sendo:

RUBENS HUMBERTO VASCONCELOS CALIXTO – CPF: 494.459.529-87
Membro da Equipe de Apoio

MARCELO CARLOS GOULART – CPF: 037.165.049-63
Membro da Equipe de Apoio

Parágrafo Único - Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3° - Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Fênix, 11 de novembro de 2025.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:F2E88A2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
GESTOR FISCAL DE CONVÊNIO DO CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO

PORTARIA N° 13/2025

O Prefeito Municipal de Fênix, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidor Público Municipal CRISTIANO DE LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Controle Tributário Rural, portadora do RG n°9.828.369-2 e CPF n°066.402.729-62 como Gestor Fiscal de Convênio do CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO do e-protocolo 23.882.170-3.
Art. 2° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Município de Fênix, 12 de novembro de 2025.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:333C6EFD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 100/2025

Institui o teletrabalho ao Coordenador de Recursos Humanos do município de Nossa Senhora das Graças/PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a natureza intelectual dos trabalhos do Coordenador de Recursos Humanos, bem como o Princípio Constitucional da eficiência (Art. 37 da Constituição Federal) e da necessidade/possibilidade de utilização de seus serviços em horários e dias diferentes dos laborados na sede da Prefeitura Municipal.
CONSIDERANDO o Decreto nº 69/2021 de 16 de junho de 2021, no qual institui o teletrabalho na Procuradoria Jurídica do Município de Nossa Senhora das Graças/PR e as obrigações nele descritas.
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Regime de Teletrabalho aos servidores – Coordenador de Recursos Humanos do Município de Nossa Senhora

das Graças, podendo o mesmo ser exercido limitado a até 8 (oito) horas semanais.
§ 1º Considera-se o Regime de Teletrabalho, para os fins deste Decreto, aquele em que os servidores ou empregados públicos cumprem suas jornadas em local diverso da das instalações da Unidade de Trabalho, com comparecimento presencial obrigatório na frequência mínima definida neste Artigo.
Art. 2º Os Servidores (citados no Art. 1º) deverão estar aptos a atender à convocação para comparecimento presencial a qualquer momento que for solicitado pela chefia imediata, desde que comunicado com antecedência;
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, 10 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0A0C5AEA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 102, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação da Ouvidoria Municipal de Nossa Senhora das Graças, nos termos da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças, a Ouvidoria Municipal, como canal oficial de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública Municipal, com a finalidade de receber, analisar, encaminhar e responder manifestações dos usuários dos serviços públicos.

Art. 2º A Ouvidoria Municipal tem por objetivos:
I – receber, examinar e encaminhar reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações relativas à prestação dos serviços públicos municipais;
II – promover a transparência e o controle social da administração pública;
III – propor melhorias nos serviços públicos com base nas manifestações dos cidadãos;
IV – contribuir para a elevação da qualidade do atendimento ao usuário.

Art. 3º A Ouvidoria Municipal será vinculada ao Departamento de Controladoria Interna, que proverá os meios necessários ao seu funcionamento, garantindo autonomia funcional, imparcialidade e sigilo em suas ações.

Art. 4º As manifestações poderão ser apresentadas pelos seguintes meios:
I – presencialmente, na sede da Ouvidoria Municipal, localizada no Paço Municipal, em horário de expediente;
II – por meio eletrônico, através do Sistema de Ouvidoria no site da Prefeitura Municipal, ou pelo e-mail oficial contato@nossasenhoradasgracas.pr.gov.br;
III – por telefone, em número disponibilizado ao público;
IV – por correspondência, dirigida à Ouvidoria Municipal.

Art. 5º São considerados tipos de manifestação:
I – Reclamação: manifestação de insatisfação relativa à prestação de serviços públicos;
II – Denúncia: comunicação de irregularidade ou indício de ilicitude praticada por agente público ou particular;
III – Sugestão: proposição de melhoria de políticas e serviços públicos;
IV – Elogio: reconhecimento de boa prática ou atendimento satisfatório;
V – Solicitação: pedido de informação ou providência relacionada à atuação administrativa.

Art. 6º O usuário dos serviços públicos tem direito a:
I – obter resposta conclusiva e fundamentada às suas manifestações;
II – ser informado sobre o andamento e as providências adotadas;
III – acesso facilitado aos canais de atendimento;
IV – preservação de sua identidade e do sigilo de suas informações, quando solicitado;
V – tratamento ético, respeitoso e célere pela Administração Pública.

Art. 7º A Ouvidoria Municipal deverá elaborar relatório anual de atividades, contendo o número, a natureza e o resultado das manifestações recebidas, devendo o documento ser disponibilizado ao público no Portal da Transparência Municipal.

Art. 8º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão colaborar com a Ouvidoria, prestando as informações solicitadas dentro dos prazos estabelecidos.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:ADFC9F39

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 509/2025

Dispõe sobre a designação da unidade responsável pelo atendimento presencial do serviço de informação ao cidadão (SIC) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 70, de 29 de agosto de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527/2011 no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças, dispondo sobre os procedimentos de acesso à informação e a estrutura do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos cidadãos o direito de acesso às informações públicas de forma transparente, eficiente e acessível;

CONSIDERANDO a importância de disponibilizar atendimento presencial estruturado e identificado para o recebimento e acompanhamento de pedidos de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Ouvidoria Municipal, vinculada ao departamento de Controladoria interna do Município, como unidade física responsável pelo atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º Compete à unidade designada:

I – Receber, registrar e protocolar os pedidos de acesso à informação apresentados presencialmente pelos cidadãos;
II – Orientar o solicitante quanto aos procedimentos de acesso à informação e ao uso do sistema eletrônico, quando disponível;
III – Encaminhar os pedidos às unidades competentes para análise e resposta;
IV – Acompanhar os prazos legais de resposta e garantir o retorno ao solicitante;
V – Manter registro atualizado das demandas atendidas e relatórios de gestão do SIC;
VI – Assegurar acessibilidade física e comunicacional no atendimento.

Art. 3º O atendimento presencial do SIC funcionará nas dependências da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, localizada na Praça Deputado Nilson Batista, nº 131, Centro, Nossa Senhora das Graças – Paraná, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B8A369C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025. O Município de Nossa Senhora das Graças informa a realização de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, visando à contratação de serviços de pedreiro, servente de pedreiro, pintor, auxiliar de serviços gerais e gari, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Valor estimado: R$ 689.983,20. Envio das propostas: das 08h30 de 14/11/2025 até as 08h30 de 03/12/2025. Abertura: às 09h00 de 03/12/2025. Edital disponível em: www.bnc.org.br. e www.nossasenhoradasgracas.pr.gov.br. Informações: (44) 9 9137-8221.

Nossa Senhora das Graças, 11 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:FA94BF31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CIROX LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes, em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CIROX LTDA
CNPJ/CPF: 62.108.332/0001-41

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Notebook processador i5 12º geração, 8 gigabytes ddr4 de memoria ram, armazenamento nvm2 480 gigabytes, sendo o processador e memoria não integrados (soldados em placa mãe) permitindo realizar upgrade, possuir entradas rj45, usb 3.0, wifi/bluetooth, tela minima 15,6 polegadas 1080 fulhd e sistema operacional licenciado.	2	R$ 3.200,0000	R$ 6.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 6.400,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:87CE9D70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO FRANCIELE ELETRO LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes, em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: FRANCIELE ELETRO LTDA
CNPJ/CPF: 47.646.580/0001-52

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	Freezer horizontal, 2 portas, mínimo de 400 litros, 110v, eficiência energética – modelo a cor branco, medias aproximadas 90 cm altura, 132,3 cm largura, 76 cm profundidade, 60 kg peso.	2	R$ 2.940,0000	R$ 5.880,0000
5	Refrigerador frost free, duas portas, capacidade minima de 437 litros, branca, 110 volts, eficiência energética – modelo a, cor inox, características: capacidade mínima de 437l (292l no refrigerador e 145l no freezer); side by side (freezer na porta esquerda e refrigerador na porta direita); painel touch; controle de temperatura do freezer e refrigerador de forma independente; freezer com temperaturas de -14°c a -22°c; refrigerador com temperaturas de 2 a 8°c; funções smart, eco, turbo freezer e turbo refrigerador; alarme de porta aberta; iluminação interna led; porta em aço com tratamento anti-corrosão; prateleiras em vidro temperado; divisão do refrigerador: 4 prateleiras, 1 gaveta e 3 prateleiras de porta; divisão do freezer: 4 prateleiras, 1 gaveta e 4 prateleiras de porta; compressor inverter.	2	R$ 4.200,0000	R$ 8.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 14.280,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A9145273

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes, em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 51.659.136/0001-49

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
2	Câmara fria inox 220v, características técnicas: tensão: 220v (monofásico), consumo médio: 322 kwh/mês, capacidade: 1800 litros, faixa de temperatura: 0 a 7 ºc, medidas totais (axlxc): 225 x 155 x 90 cm, peso: 155 kg. Características adicionais: 2 portas de luxo: proporcionam praticidade no acesso e um visual elegante. Material externo: aço inox, oferecendo durabilidade, resistência e um visual moderno. Material interno: aço galvanizado, garantindo a preservação dos produtos armazenados. Pés reguláveis: facilitam o nivelamento em superfícies irregulares. Dobradiças em alumínio: duráveis e resistentes, garantem um funcionamento suave das portas. Controlador de temperatura digital: permite ajustar a temperatura de forma precisa, adequando-se às necessidades dos produtos armazenados	2	R$ 10.579,9900	R$ 21.159,9800
4	estante e aço com dimensão aproximadas 920(l)x300(p)x1980(h) mm. todos os componentes da estante devem ser confeccionados em chapas de aço sae 1008 a1012, sendo colunas em chapa 14 e prateleira chapa 22. a estante deve constituir de 04 colunas com seção em l, espessura de 2,00mm (#14), abas de35mm perfuradas em passo de 50mm para ajuste de altura das prateleiras. seis (06) prateleiras removíveis que possibilitem a regulagem de altura, com espessura de 0,75 mm (#22), cada prateleira deve possui dois reforços em ômega, na mesma espessura de 0,45 mm (#26), aparte frontal e posterior de cada prateleira deverá conter 3 dobras	3	R$ 387,9900	R$ 1.163,9700
6	mesa escritório light em mdp bp tampo em 15 mm tampo com perfil em pvc. pés em aço com pintura epoxi pés com sapata fixa gaveteiro com duas gavetas chave fechando simultaneamente todas as gavetas. dimensões do produto comp. 1,50 cm prof. 0,60 cm alt. 0,75 cm unid. 1	1	R$ 409,9900	R$ 409,9900
7	mesa em aço inoxidável, médidas aproximada. 190x70x90 cm, pés: tubo 30x30 - chapa #18, espessura da chapa: #22(0,8mm) aisi 430, capacidade de carga mesa: 60kg distribuídos	2	R$ 1.559,9900	R$ 3.119,9800

Valor Total Homologado - R$ 25.853,92

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:2B2738A1

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 510/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder férias ao servidor abaixo relacionado:

- DENILSON GRUDIN, matrícula nº 954 – Referentes ao exercício: 03/02/2024 à 02/02/2025.
Período de férias, de: 17/11/2025 à 16/12/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 12 dias do mês de novembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:0FED9EBC

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 511/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 10 (dez) dias de férias restantes, em conformidade com a portaria nº 234/2025, convertidos em abono pecuniário à servidora abaixo relacionada:

- LARISSA TAIS PIERANGELI, matrícula nº 1223 – Referentes ao exercício: 13/05/2024 à 12/05/2025.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 12 dias do mês de novembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:F824C01E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 512/2025

O Prefeito do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora VERA LÚCIA DE SOUZA, matrícula nº 203, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer as atividades de limpeza e conservação no prédio do antigo hospital municipal.

Art. 2º A servidora ficará lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que será responsável pela orientação e acompanhamento das atividades desempenhadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 12 de novembro de 2025.
Esta portaria entre em vigor na data de 12 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:0F9068E2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 102/2025

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 102/2025 Processo inexigibilidade/N°. 40/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA.- CNPJ nº. 11.676.271/0001-88
Objeto	**Contratação da empresa DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.676.271/0001-88, situada na Est do Palmital, 5000, BAIRRO Palmital, Saquarema/RJ, CEP.: 28.993-000, para fornecer MÓVEIS ESCOLARES, para serem integrados ao patrimônio municipal e alocados junto à unidade da rede pública de ensino, em ADESÃO "CARONA" A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024-4/5/CIEDEPAR, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste/PR**
Valor	R$ 127.700,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 12/11/2026
Prazo de vigência	até 12/11/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 12/11/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:8D304118

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 103/2025

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 103/2025 Processo inexigibilidade/N°. 41/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	WPB COMERCIO, SERVICOS E ASSESSORIA LTDA- CNPJ nº. 28.610.644/0001-10
Objeto	**Contratação da empresa WPB COMERCIO, SERVICOS E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.610.644/0001-10, situada na Rua Ana Maria Martinez, 121, BAIRRO Assunção, São Bernardo do Campo/SP, CEP.: 09.811-000, para fornecer MÓVEIS ESCOLARES, para serem integrados ao patrimônio municipal e alocados junto à unidade da rede pública de ensino, em ADESÃO "CARONA" A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - CIEDEPAR, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 24.760,00 (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 12/11/2026
Prazo de vigência	até 12/11/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 12/11/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:720DED26

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4791

DECRETO Nº 4791/2025

Nomeia o Sr. Adélio Biavati, para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Sr. **ADELIO BIAVATI,** portador do CPF n. º 623.839.579-68, para o cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural.**

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de novembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 62º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:328F5053

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DESIGNA GESTOR E TESOUREIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto nº 4.801/2025

Designa Gestor e Tesoureiro do Fundo Municipal de Cultura - FMC e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 53 da Lei Municipal nº 1.207/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam as pessoas abaixo designadas como gestor e tesoureira do Fundo Municipal de Cultura - FMC, em atendimento ao disposto no art. 53 da Lei Municipal nº 1.207/2025, os servidores abaixo relacionados:

GESTORA: **Neide Lorencena**, CPF Nº 801.703.409-10, RG Nº 4.089.678-3.

TESOUREIRO: **Felipe Rodrigo Livi,** CPF Nº 075.430.929-05, RG Nº 9.896.914-4.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 62º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:4C947D80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4.800/2025

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município de São Jorge D'Oeste, Paraná e da outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos Arts. 39 a 47 da Lei Municipal nº 1.207, de 04 de novembro de 2025, que institui o Sistema Municipal de Cultura – SMC,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Cultura do Município de São Jorge D'Oeste, com a seguinte composição:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento:
Titular: Sidnei Luiz Bonetti
Suplente: Neuli Aparecida Souza Costa

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Titular: Neide Lorencena
Suplente: Alexsandra Miri

Departamento de Esportes:
Titular: Mirian Heydt Lorencena
Suplente: Juliano Veronese

Secretaria Municipal de Administração:
Titular: Mario Augusto Sangaletti
Suplente: Mayla Christina Battistella

II – Representantes da Sociedade Civil
Setor de Música:
Titular: Wilhan Reguelin
Suplente: Claudete Tartas Somensi

Setor de Comunicação e Divulgação:
Titular: Guilherme Kaminski
Suplente: Sandro Andriel da Silva

Setor Artístico:
Titular: Luciana Freiesleben
Suplente: Silas de Albuquerque

Setor de Agente Cultural Comunitário:
Titular: Lorimar Luis Gaio
Suplente: Carmem Marise Priamo

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura terá mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, conforme disposto no §2º do art. 39 da Lei nº 1.207/2025.

Art. 3º A Presidência e a Secretaria-Geral do Conselho serão eleitas entre os membros titulares, conforme previsto em regimento interno.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco 62º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:FA4E4667

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
RESOLUÇÃO N.º 01/2025 DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE A DELIBERAÇÃO 15/2025 CEDM/PR.

RESOLUÇÃO N.º 01/2025

Dispõe sobre aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação referente a Deliberação 15/2025 CEDM/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO JORGE D´OESTE**, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal Nº 1173/2025, considerando a pauta apresentada e discutida em reunião extraordinária no dia 10 de novembro de 2025, ATA Nº 04/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Termo de Adesão** da **Deliberação N.º 15/2025 - CEDM/PR** referente ao repasse de recursos, modalidade Fundo a Fundo, como recurso para CAPITAL a **"Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL".**

Art. 2° - Aprovar o **Plano de Ação** da **Deliberação N° 15/2025 - CEDM/PR** referente ao repasse de recursos, modalidade Fundo a Fundo, como recurso para CAPITAL a **"Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher - CAPITAL".**

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge D´Oeste, 12 de novembro de 2025.

ELIANE GATTINI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Jorge D´Oeste – PR.

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:477762B2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 203/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 203/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município do ano de 2025.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.649, de 11 de outubro de 2025:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Admiistração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-função: 843 – Serviços da Dívida Interna
Programa: 00 – Operações Especiais
Ação: 0.001 – Amortização e Encargos da Dívida Contratual
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 329021 – Juros Sobre a Dívida Por Contrato
Valor em R$: 79.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – Fundeb
Despesa: 319004 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.008 – Gestão e Controle Social do FMS
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 13.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Campo Novo
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Estrada Renovada
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 252.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.1.2.50.0.1.00.00
Descrição: Cota Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos - Principal
Fonte de Recurso: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Valor Excesso de Arrecadação R$: 100.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 100.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Admiistração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-função: 843 – Serviços da Dívida Interna
Programa: 00 – Operações Especiais
Ação: 0.001 – Amortização e Encargos da Dívida Contratual
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 329022 – Outros Encargos Sobre a Dívida Por Contrato
Valor em R$: 79.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – Fundeb
Despesa: 315043 – Subvenções Sociais
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.008 – Gestão e Controle Social do FMS
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 13.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Campo Novo
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: 339032 – Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuíta
Valor em R$: 40.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 152.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:C2631861

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 204/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 204/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2025 – Transposição de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Campo Novo
Ação: 2.033 – Manutenção do Programa Porteira Adentro
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: : 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.024 – Manutenção da Educação Infantil Creche
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339014 – Diárias Pessoal Civil
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 55.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transposição de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024 (LDO 2025), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Campo Novo
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras
Despesa: : 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 30.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Compromisso com a Educação
Ação: 2.043 – Transporte Escolar Ensino Fundamental
Fonte: 103 – 5% Sobre Transferncias Constitucionais Fundeb
Despesa: 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção
Valor em R$: 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DE RECURSOS TRANSPOSTOS R$ 55.000,00.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:1E2EB628

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 205/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 205/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2025 – Transferência de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024.

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Estrada Renovada
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 43.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 43.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transferência de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024 (LDO 2025), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 26 – Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 20 – Estrada Renovada
Ação: 2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 43.000,00

TOTAL DE RECURSOS TRANSFERIDOS R$ 43.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:32146A67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2025 - PMSI

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 28/2025-PMSI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CINCO MOTORES ELÉTRICOS.
VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
DATA DA SESSÃO: 19/11/2025.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 9h às 10h.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado** no link – licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

Saudade do Iguaçu, 12 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:C3295F87

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 01/2025 - CMDM

RESOLUÇÃO 01/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.565/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação ao Cofinanciamento Estadual, referente a **Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAL**, em conformidade com a Deliberação nº 15/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher CEDIM/PR, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 10 de novembro de 2025.

FERNANDA CARDOSO PAIM
Presidente do CMDM

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:46BA6955

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 98/2025

DECRETO N.º 098/2025, de 29 de Outubro de 2025.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 962/2025.

D E C R E T A:
Art. 1.º - Fica autorizado a abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Exercício corrente do Município de Abatiá, Estado do Paraná, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, no valor de R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), conforme descrito abaixo:
02 – Executivo Municipal
001 – Gabinete do Prefeito
06.183.0204.2085 – Implantação e Manut. do Sist. de Videomonitoramento
Fonte 507 – 3.3.90.40.00.00 – Serviços de TIC – P. Jurídica R$ 162.000,00

Art. 2º – Para cobrir o crédito mencionado no artigo anterior, será indicado recurso proveniente de superavit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercícios anteriores, no valor correspondente à abertura da fonte 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Publica, Art. 149-A, CF.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de Outubro do ano de 2025.

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:840C1044

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2024

PROCESSO Nº 519/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 073/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.813.396/0001-14.

OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços de telefonia VoIP, bem como o reajuste dos valores contratuais, considerando o índice de correção pelo INPC (IBGE)**,** e o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo contratado, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência que integra o processo.
VALOR TOTAL: R$ 18.754,02 (dezoito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos)

VIGÊNCIA: 12/12/2025 a 11/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:7B302C2E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 339/2025

Portaria Nº 339, de 12 de Novembro de 2025.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, a Servidora **ÉRICA SOCORRO DO NASCIMENTO DA SILVA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** deste Município, licença pelo prazo de 02 (dois) anos, sem vencimentos, nos termos do artigo 117, da lei Municipal nº 12/93, retroagindo seu gozo a partir de **03/11/2025,** com retorno em **03/11/2027.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 12 de Novembro de 2025.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:A9ABB57B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 128/2025 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO N° 128/2025

Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais) e dá outras providências".

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e o art. 10 da Lei Municipal n° 1.183 de 05 de Dezembro de 2024, e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso I , da Lei Federal nº

4.320/1964 a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de **R$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais)**, e demais suplementações que fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 1.183/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
02 – Departamento de Obras.
15.452.2.005.1.175– Programa Paraná mais Cidades.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	11089	Equipamentos e Materiais Permanentes	R$ 660.000,00
Total			**R$ 660.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação no exercício anterior;

Art. 4º- O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.183 de 05 de dezembro de 2024.

Art. 5º- Ficam alteradas as leis nº 1.168/2024, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 e nº 1.040/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas e Projetos/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 12 de Novembro de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:1D08A0EE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 129/2025 - REABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO N° 129/2025

Súmula: "Autoriza Reabertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) e dá outras providências".

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e o art. 10 da Lei Municipal n° 1.183 de 05 de Dezembro de 2024, e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso I , da Lei Federal nº 4.320/1964 a reabrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de **R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)**, e demais suplementações que fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 1.183/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
02 – Departamento de Obras.
15.451.1006.1.175– Pavimentação Convênio 805/2023.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	11065	Obras e Instalações	R$ 900.000,00
Total			**R$ 900.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação no exercício anterior;

Art. 4º- O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 7º Lei Municipal de n° 1.183 de 05 de dezembro de 2024.

Art. 5º- Ficam alteradas as leis nº 1.168/2024, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 e nº 1.040/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas e Projetos/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 12 de Novembro de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:B2E0F2B1

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 231/2025 SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS

RESOLUÇÃO Nº 231/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS

OBJETO 1: AQUISIÇÃO DE TESTE DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até dia **17/11/2025**

PARA CONSULTA AO TERMO DE REFERÊNCIA E ENVIO DE PROPOSTAS: CONTRATOSADRIANOPOLIS@GMAIL.COM

TELEFONE PARA ESCLARECIMENTOS: (41) 93500-3682

Adrianópolis, 13 de Novembro de 2025

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:0B553689

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 102/2025

PORTARIA Nº 102/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Autoriza o pagamento de diária ao vereador abaixo especificado para cobrir despesas com alimentação e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 001/2025 de 14/01/2025.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 01 (uma) diária ao vereador abaixo especificada, conforme **tabela abaixo:**

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino

Sandro Junior dos Santos	079/2025	01	ANEXO I, Tabela IV, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Alimentação, à serviço do Mandato do Legislativo, conduzindo o veículo Chevrolet Prisma placa BDJ-8I95, com o Servidor Daniel Rodrigues Alves de Cristo Leite, para participar do EVENTO 9º Fórum Paranaense de Contabilidade, na CRC-PR, no dia 12 de novembro, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 12 de novembro de 2025.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:C306B77B

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 103/2025

PORTARIA Nº 103/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Autoriza o pagamento de diárias ao servidor abaixo especificado para cobrir despesas com Hospedagem, Alimentação e locomoção Urbana e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 001/2025 de 14/01/2025.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 03 (três) diárias ao servidor abaixo especificado, conforme **tabela abaixo:**

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino
Daniel Rodrigues Alves de Cristo Leite	080/2025	02	ANEXO I, Tabela I, Tipo A	Curitiba – PR
Daniel Rodrigues Alves de Cristo Leite	081/2025	01	ANEXO I, Tabela II, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Hospedagem, Alimentação e Locomoção Urbana, à serviço Câmara Municipal, para participar do EVENTO 9º Fórum Paranaense de Contabilidade Finanças e Controles Aplicados ao Setor público, no CRC-PR, nos dias **12**, **13** e **14** de novembro, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 12 de novembro de 2025.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:4C5C1571

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMPC

RESOLUÇÃO CDMC Nº 03, de 12 de novembro de 2025

Dispõe sobre a Aprovação do Plano Municipal de Cultura de Agudos do Sul, Paraná – CMPC.

O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Agudos do Sul, Estado do Paraná - CMPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas com base no da Lei Municipal n.º 1267/2025 pelo Decreto Municipal nº 202 de 10 de outubro de 2025 e com base nas deliberações tomadas na Plenária Extraordinária do CMPC de 12 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Cultura de Agudos do Sul, Paraná – CMPC;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul, 12 de novembro de 2025.

JAIME JÚNIOR FEREIRA
Secretário de Educação

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:38037D7E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 359, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 359, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;
R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal da ARP, o servidor abaixo relacionado:

ARP	143/2025	**Vigência:**	12/11/2025 a 12/11/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico	**Nº:**	53/2025
Detentor:	JANILTON DA ROCHA LTDA CNPJ: 50.094.513/0001-87		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE SAIBRO E RACHÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS E VIAS URBANAS.		
Gestor	Diego Valente Lopes	**CPF:**	***.389.209-**
Fiscal	Brauli Gonçalves da Luz	**CPF:**	***.151.699-**

Art. 2º - O servidor será responsável pela gestão e fiscalização da execução do contrato mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 12 de novembro de 2025.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:24E0540F

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 360, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR a servidora DENIZETE OLIVEIRA DOS SANTOS, técnico em saúde bucal, matricula 3333, CPF: 647.494.879-53 para a função de COORDENADORA DE SAÚDE BUCAL MUNICÍPAL.
Art. 2º - A servidora será responsável pela gestão e fiscalização da execução dos dos trabalhos, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento e controle.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 12 de novembro de 2025.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesse da Rocha Zoellner
Código Identificador:5B62FF3D

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 361, DE 12 DE SETEMRBO DE 2025

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ANA REGINA CORODEL, assistente social, CPF: 608.306.209-82 para a função de COORDENADORA do Centro de Referência a Assistência Social (CRAS).
Art. 2º - A servidora será responsável pela gestão e fiscalização da execução dos dos trabalhos, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento e controle.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.
Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 12 de setembro de 2025.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesse da Rocha Zoellner
Código Identificador:BE97E06D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
DECRETO Nº 011/2025

DECRETO Nº 011/2025

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de **R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)**, para inclusão na Lei Municipal n° 2.495 de 18 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Almirante Tamandaré para o exercício financeiro de 2025, de atividade orçamentária com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo discriminado:

Órgão	01	-	*Legislativo Municipal*		
Unidade Orçamentária	001	-	*Legislativo Municipal*		
01.031.00012-001		-	*Manutenção das Atividades do Legislativo*		
Fonte	0 1 001	-	*Recursos do Tesouro – Descentralizados – Exercício Corrente*		
3.3.90.39.00.00		-	SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$	*300.000,00*
Total Crédito Adicional Suplementar				***R$***	***300.000,00***

Art. 2o Constitui recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1°, da Lei 4.320/64, o cancelamento parcial de dotações constantes do orçamento programa em vigor:

Órgão	01	-	*Legislativo Municipal*		
Unidade Orçamentária	001	-	*Legislativo Municipal*		
01.031.00012-001		-	*Manutenção das Atividades do Legislativo*		
Fonte	0 1 001	-	*Recursos do Tesouro – Descentralizados – Exercício Corrente*		
3.1.90.13.00.00			CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		*120.000,00*
3.1.91.13.00.00			CONTR. PATRONAIS – Efetivos		*80.000,00*
3.3.90.35.00.00			SERVIÇOS DE CONSULTORIA		*20.000,00*
3.3.90.36.00.00			SERVIÇOS DE TERCEIROS – Pessoa Física		*70.000,00*
3.3.90.46.00.00			AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		*10.000,00*
			Total do Cancelamento	**R$**	***300.000,00***

Art. 3°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de MAIO de 2025.

Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, 04 de novembro de 2025.

FABIO GUERRA CORREA
Presidente

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:39204F72

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
LEI Nº 2.554/2025

LEI Nº 2.554/2025

SÚMULA: “Altera e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 2.301/2022 e naLei Municipal nº 2.300/2022, e dá outras providências”.

O**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná,Sr. Fabio Guerra Correa,no uso das prerrogativas legais, com fundamento no artigo 56, §8º, da Lei Orgânica Municipal e art. 37, VII, h, do Regimento Interno, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito tacitamente sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Art. 1º O art. 2º, da Lei 2.300/2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:
Art.2º(...)

Cargo	Simbologia	Quantidade	VencimentoMensal	QualificaçãoMínima
Assessor de Gabinete Parlamentar I	AP–1	38(trinta e oito)	5.000,00	Ensino Médio Completo

Art. 2º O art. 4º da Lei Municipal nº 2.301/2022, passa a vigorar acrescido do inciso IX, com a seguinte redação:
Art. 4º: (...)
IX- Assessor Contábil - CC- 3.

Art. 3º O art. 7º da Lei Municipal nº 2.301/2022, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

Art.7º:(...)

Cargo	Simbologia	Quantidade	VencimentoMensal	QualificaçãoMínima
Assessor Contábil	CC-3	1(um)	5.500,00	Ensino Superior Completoem Contabilidade-com inscrição no CRC.

Art. 4º A Lei Municipal nº 2.301/2022, passa a vigorar acrescida do art. 16-B, com a seguinte redação:
Art. 16-B:São atribuições do Assessor Contábil:
I – executar, supervisionar e orientar os procedimentos contábeis relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo;
II – acompanhar a elaboração, execução e prestação de contas do orçamento anual da Câmara Municipal, assegurando a conformidade com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis;
III – emitir pareceres técnicos e relatórios contábeis sobre a situação financeira da Câmara Municipal, sempre que solicitado pela Presidência ou pela Mesa Diretora;
IV – assessorar o Presidente da Câmara na análise e controle das despesas, receitas, empenhos, liquidações e pagamentos, propondo medidas de racionalização e equilíbrio fiscal;
V – manter atualizada a escrituração contábil e patrimonial do Poder Legislativo, garantindo transparência e exatidão nas informações prestadas aos órgãos de controle interno e externo;
VI – acompanhar auditorias e fiscalizações promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Controladoria Interna ou outros órgãos competentes, prestando os esclarecimentos técnicos necessários;
VII – assessorar na elaboração de pareceres, formulando consultas e apresentando sugestões, a fim de contribuir para a resolução de questões dependentes de deliberação da Câmara Municipal e de suas Comissões: permanentes, especiais ou de inquérito;
VIII – assessorar tecnicamente na elaboração de projetos de lei, decretos legislativos e demais instrumentos normativos que envolvam matéria orçamentária, contábil ou financeira;
IX – manter integração permanente com o setor de contabilidade geral e com os demais departamentos administrativos, de modo a assegurar coerência e padronização dos registros e informações;
X – zelar pela legalidade, economicidade e eficiência da gestão financeira da Câmara, orientando a Presidência quanto às boas práticas de governança contábil e responsabilidade fiscal;
XI – exercer outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pela Presidência, no âmbito de sua competência técnica.
Parágrafo único.O exercício das atribuições do Assessor Contábil da Presidência observará estritamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como as diretrizes de transparência e controle social da administração pública.
Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Almirante Tamandaré/PR, 11 de novembro de 2025.

FABIO GUERRA CORREA
Presidente

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:9EE379BC

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
PORTARIA Nº 254/2025

PORTARIA Nº 254/2025

Estabelece ponto facultativo conforme especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ– ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Art. 1º – Fica instituído como Ponto Facultativo o dia 21 de Novembro de 2025, não havendo expediente no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º O expediente da Câmara Municipal retornará às 08 horas do dia 24 de Novembro de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Almirante Tamandaré, 12 de Novembro de 2025.

FÁBIO GUERRA CORREA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:4FAF9543

CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO 002/2025

Conselho Municipal da Igualdade Racial do Município de Almirante Tamandaré / PR

RESOLUÇÃO N°002/2025

Dispõe sobre a homologação do termo de adesão e o plano de ação da Deliberação nº 013/2025 – Incentivo Estadual, sobre Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, aprovado no Conselho Municipal da Igualdade Racial de Almirante Tamandaré / PR.

O Conselho Municipal da Igualdade Racial de do Município de Almirante Tamandaré / PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2138/2019

CONSIDERANDO: Reunião de caráter ordinário realizada dia 11 de novembro de 2025.

CONSIDERANDO: Deliberação nº 013/2025 – Incentivo Estadual sobre Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial – CONSEPIR/PR, que aprova o repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual dos Direitos e Promoção à Igualdade Racial aos Fundos Municipais.

CONSIDERANDO: A importância do incentivo estadual para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial promoção no município de Almirante Tamandaré / PR.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica aprovada, por unanimidade dos conselheiros presentes, o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação Incentivo Estadual sobre Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, bem como a adesão do Município de Almirante Tamandaré / PR ao referido incentivo com recurso no valor de R$ 70.000,00, assim como, aprova e autoriza o Plano de Ação e Termo de Adesão ao Incentivo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré, 11 de Novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE

RODRIGO HUMBERTO DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal da Igualdade Racial de Almirante Tamandaré / PR.

Publicado por:
Cleosmar Henrique Rosa
Código Identificador:EB904E11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 081/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2025

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 13/11/25 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 28/11/25 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO POSTERIOR DESMONTAGEM E RETIRADA DE DECORAÇÃO NATALINA, COMPOSTA POR ITENS LUMINOSOS, ESTRUTURAS TEMÁTICAS E CENÁRIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**

Valor Máximo: **R$ 481.228,34 (quatrocentos e oitenta e um mil duzentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 12 de novembro de 2025.

THAYS CORRAZO
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:32FD3076

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CRE 010/2025 - ATA DE ANÁLISE - RECURSO ALEXSANDER NEVES ARANTES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DE ANÁLISE DE RECURSO - CREDENCIAMENTO 010/2025
ATA DE SESSÃO PARA ANÁLISE DE RECURSO DE HABILITAÇÃO – CREDENCIAMENTO 010/2025
Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 16h, no Centro Administrativo Dirceu Pavoni de Almirante Tamandaré, reuniram-se Luciane Graciano, Fabio Hoffmann, Bianca Alves da Cruz e Tatiana Souza Santos designados pela Portaria nº 509/2025, para a abertura e análise da documentação de recurso referente ao Credenciamento Público 010/2025, o qual tem por objeto chamamento público para credenciamento de Pessoa Jurídica interessadas para prestação de serviços como instrutores para atender a demanda da Escola em Tempo Integral para a Secretaria Municipal de Educação.

Aberta a sessão, foi registrada a apresentação de recurso da documentação pelo seguinte interessado:

Nº	NOME	PROTOCOLO	LOTE DE INTERESSE
01	ALEXSANDER NEVES ARANTES	0018.0000.18732	Item 2 - Práticas de Arte e Cultura

O envelope foi colocado sobre a mesa e rubricado por todos os membros da comissão presentes. Em seguida, procedeu-se à abertura do envelope referente ao recurso de habilitação, realizando-se também a rubrica dos documentos apresentados. Após análise detalhada, constatou-se a complementação dos documentos de habilitação. Diante disso, reconsiderou-se a decisão anterior, sendo, portanto, declarado:

Nº	NOME	PROTOCOLO	RESULTADO
01	ALEXSANDER NEVES ARANTES	0018.0000.18732	HABILITADO

Fica assegurado o prazo conforme a legislação vigente. Não havendo mais assuntos a ser tratada, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Credenciamento de Chamamento Público.

LUCIANE APARECIDA GRACIANO

FABIO HOFFMANN

TATIANA SOUZA SANTOS

BIANCA ALVES DA CRUZ

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:340ECEE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 456/2025

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 456/2025

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 456/2025 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DRI OFFICE LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO REMANESCENTE DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 860/2022**".

Prazo: O contrato terá uma vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. A execução do objeto contratado deverá ser concluída em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 44.499,68 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).**

Data de Assinatura: 06.11.2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 206
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 206
10.302.0015.1.006 Equipamentos para UBS
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 159
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 159
4.4.90.52.00 – 1348 Equipamentos e Material Permanente 159

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:B064FD86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 457/2025

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 457/2025

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 457/2025 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ROGER EDUARDO DOS SANTOS ME.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO REMANESCENTE DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 860/2022**".

Prazo: O contrato terá uma vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. A execução do objeto contratado deverá ser concluída em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais).**

Data de Assinatura: 06.11.2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 206
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 206
10.302.0015.1.006 Equipamentos para UBS
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 159
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 159
4.4.90.52.00 – 1348 Equipamentos e Material Permanente 159

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:16833181

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ADIR MIGUEL KELTEL.

Número Do Processo: 0018.000016310/2025.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ADIR MIGUEL KELTEL.
CLÁUSULA PRIMEIRA:OBJETO DO CONTRATO.
Parágrafo Primeiro: Locação do imóvel situado na Avenida São Jorge, nº 263, Bairro São Jorde, com área construída de 809m², Almirante Tamandaré, onde está instalado depósito para armazenamento de equipamentos e materiais das UBS Roma, Bonfim e Santa Maria, conforme descritivo constante no processo administrativo 0018.000016310/2025, firmam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO nas seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E VENCIMENTO DOS ALUGUERES.
O valor do aluguel será mantido em**R$5.000,00** (cinco mil), alugueres estes que deverão ser pagos mensalmente, com vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do vencimento ao período de 30 dias.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E REAJUSTE.
O prazo do contrato fixado pelas Partes se dará pelo período de 12 (doze) meses, com**vigência de 02 de novembro de 2025 a 02 de novembro de 2026,**podendo ser reajustado pelo índice IGPM/FGV acumulado nos 12 meses anteriores ao reajuste, em caso de renovação.
§ 1º - Caso haja atraso no pagamento do aluguel, encargos ou outras responsabilidades assumidas pelo presente contrato, ficará sujeito ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) sobre o aluguel em atraso, juros de mora a base de 12% ao ano, sujeito ao pagamento de correção monetária, se houver, com base no índice estipulado por lei.
§ 2º - Se em virtude de lei subsequente, ou outro instrumento legal correspondente, vier a ser admitida a correção ou modificação do valor do aluguel em periodicidade inferior à prevista na cláusula acima, inclusive correção mensal concordam as partes, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, que a correção dos alugueres e o seu indexador passarão automaticamente a serem feitos no menor prazo permitido pelo eventual instrumento legal publicado, sendo imediatamente adotada nos termos da lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DESPESAS.
Fica a cargo do LOCATÁRIO o pagamento de taxas de água, luz, telefone, que venha a consumir a partir da data da efetivação deste Contrato, despesas decorrentes de lei e respectivas majorações.
Parágrafo Único - Fica expresso e convencionado entre as partes, que em caso de eventual rescisão, quer judicial ou extrajudicial, desocupação voluntária ou outra forma qualquer, a entrega das chaves sempre se fará contra RECIBO DE ENTREGA DE CHAVES.
CLÁUSULA QUARTA: DO USO DO IMÓVEL.
O LOCATÁRIO destina o imóvel ora locado exclusivamente para fim de instalação e funcionamento do deposito das UBS Roma, Bonfim e Santa Maria.
CLÁUSULA QUINTA: DO ESTADO DO IMÓVEL.
As partes reconhecem e declaram ciência do conteúdo do RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO INICIAL DE IMÓVEL PARA DEPÓSITO realizado para efetivação do presente contrato de locação, estando as dependências do imóvel locado nas condições verificadas neste instrumento.
CLÁUSULA SEXTA: O LOCATÁRIO OBRIGA-SE A:
Manter o imóvel locado com todas as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, bem como a reparar todo e qualquer estrago;
Não sublocar, ceder, emprestar, no todo ou em parte, o imóvel locado, nem mesmo transferir a terceiro o ramo comercial, ainda que fique em nome do LOCATÁRIO, sem consentimento expresso do LOCADOR.
Cumprir todas as exigências da saúde pública, municipal, estadual, federal ou autarquias;
Entregar ao LOCADOR, pelo menos 10 (dez) dias antes do respectivo vencimento, todos os avisos de lançamento de impostos e taxas, notificação dos poderes públicos que lhe forem entregues;
Abrir em seu nome, as contas de água e luz, bem como seu encerramento, sob pena de constituir infração contratual.
Não modificar a estrutura do imóvel, bem como fazer quaisquer reformas, acessões, melhorias ou modificações, sem prévio consentimento por escrito do LOCADOR, sob pena de rescisão e multa contratual, além de exigir a reposição das coisas no estado anterior.
Fica expressamente autorizado pelo LOCADOR, a adaptação do imóvel para o funcionamento do DEPÓSITO, podendo fazer repartições internas, para melhor adequação às finalidades retro mencionadas;
No caso do imóvel ser colocado a venda, permitir que os interessados devidamente autorizados pelo LOCADOR ou seu Representante Legal, o visitem;
Entregar mensalmente o comprovante de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando for o caso;
Apresentar quando finda ou rescindida a locação, os comprovantes dos pagamentos das contas finais de telefone, luz e consumo de água;
Cumprir o formal compromisso de trinta (30) dias antes de desocupar o imóvel, solicitar, por escrito, do LOCADOR ou seu representante Legal, que efetue uma vistoria no mesmo, a fim de ficar constatado o estado de conservação do referido imóvel. No caso de assim não proceder, ficará o LOCATÁRIO sujeito ao pagamento da multa contratual.
CLÁUSULA SÉTIMA- Todas e quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel pelo LOCATÁRIO, ficarão por conta do mesmo, não tendo o direito a qualquer indenização ou retenção por benfeitorias realizadas.
CLÁUSULA OITAVA- Os contratantes se obrigam mutuamente a respeitar o presente contrato, ficando a parte infratora sujeita ao pagamento da multa contratual equivalente a um (1) mês de aluguel da ocasião da infração, seja qual for o prazo decorrido.
Parágrafo Único - A multa ora prevista será devida em qualquer época, independentemente da data da ocorrência da infração ou constatação da mesma, e será cobrada através do processo de execução de título extrajudicial.
CLÁUSULA NONA- O presente contrato considerar-se-á rescindido, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
Desapropriação;
Incêndio ou desabamento, força maior ou casos fortuitos que impeçam o uso normal do imóvel.
CLÁUSULA DÉCIMA - Pelo presente instrumento particular de locação, fica expresso e convencionado que em caso de eventual alienação ou venda do imóvel ora locado, o comprador ou adquirente

se obriga a respeitar o presente em todos os seus termos e condições durante a locação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento, as partes, LOCADOR e LOCATÁRIO, declaram expressamente, neste ato, a intenção e a livre vontade de contratar mediante as cláusulas e condições retro convencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Para efeito de Declaração de Imposto de Renda, conforme previsto em Legislação específica, os valores dos alugueres pagos pelo LOCATÁRIO deverão ser declarados pagos ao LOCADOR do imóvel locado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O LOCATÁRIO responsabiliza-se civil e criminalmente pela legitimidade das assinaturas constantes no presente contrato de locação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Para dirimir as dúvidas provenientes deste pacto, as partes elegem desde já o Fórum da Cidade de Almirante Tamandaré/PR, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Data da Assinatura: 30/10/2025.

Almirante Tamandaré, 12 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:62ACCD33

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E APMI – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA

Número Do Processo: 0018.000017186/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E APMI – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA.

CLÁUSULA PRIMEIRA:OBJETO DO CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: Locação do imóvel no Município de Almirante Tamandaré, onde está instalado o CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, à Rua José Carlos Colodel, nº 194, Bairro Centro, conforme descritivo constante do Boletim de Cadastro Imobiliário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E VENCIMENTO DOS ALUGUERES.

O valor do aluguel será mantido em**R$4.436,47**, conforme Memorando da Secretaria Municipal da Fazenda nº164/2025, anexado aos autos nº 0018.000011824/2025, avaliação realizada cf. informação de fls. pela mesma Secretaria Municipal da Fazenda, com custos pela dotação orçamentária informada no mesmo protocolo; os alugueres deverão ser pagos mensalmente, com vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do vencimento ao período de 30 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E REAJUSTE.

O prazo do contrato fixado pelas Partes terá**vigência de 02 de novembro de 2025 a 06 de janeiro de 2026,**podendo ser reajustado em caso de renovações após 12 meses, pelo índice IPCA acumulado.

§ 1º - Caso haja atraso no pagamento do aluguel, encargos ou outras responsabilidades assumidas pelo presente contrato, ficará sujeito ao pagamento da multa de 2% (dois por cento) sobre o aluguel em atraso, juros de mora a base de 12% ao ano, sujeito ao pagamento de correção monetária, se houver, com base no índice estipulado por lei.

§ 2º - Se em virtude de lei subsequente, ou outro instrumento legal correspondente, vier a ser admitida a correção ou modificação do valor do aluguel em periodicidade inferior à prevista na cláusula acima, inclusive correção mensal concordam as partes, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, que a correção dos alugueres e o seu indexador passarão automaticamente a serem feitos no menor prazo permitido pelo eventual instrumento legal publicado, sendo imediatamente adotada nos termos da lei.

Paragrafo Único:O cadastro poderá ser rescindido sem quaisquer ônus para o LOCATÁRIO, desde que comunicada a rescisão unilateral pela Administração Municipal com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DESPESAS.

Fica a cargo do LOCATÁRIO o pagamento de taxas de água, luz, telefone, que venha a consumir a partir da data da efetivação deste Contrato, despesas decorrentes de lei e respectivas majorações.

Parágrafo Único - Fica expresso e convencionado entre as partes, que em caso de eventual rescisão, quer judicial ou extrajudicial, desocupação voluntária ou outra forma qualquer, a entrega das chaves sempre se fará contra RECIBO DE ENTREGA DE CHAVES.

CLÁUSULA QUINTA: DO USO DO IMÓVEL.

O LOCATÁRIO destina o imóvel ora locado exclusivamente para fim de instalação e funcionamento do**CEJUSC**.

CLÁUSULA SEXTA: DO ESTADO DO IMÓVEL.

O LOCATÁRIO declara que recebe neste ato as dependências do imóvel locado em perfeitas condições, com suas instalações, aparelhos sanitários e elétricos, trincos, fechaduras, portas, janelas, vidros e demais pertences, como torneiras, pias e acessórios, e assim como o recebe, deverá restituí-lo quando finda ou rescindida a locação, inclusive com pintura, na mesma cor, sem furos, colas, sujeiras ou manchas. Os defeitos de funcionamento de aparelhos e instalações, por falta de ligação de água, luz, e eventual telefone que não tenham sido constatados em vistoria, assim como quaisquer porventura existentes, deverão ser comunicados ao LOCADOR, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento das chaves.

CLÁUSULA SÉTIMA: O LOCATÁRIO OBRIGA-SE A:

Manter o imóvel locado com todas as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, bem como a reparar todo e qualquer estrago;

Não sublocar, ceder, emprestar, no todo ou em parte, o imóvel locado, nem mesmo transferir a terceiro o ramo comercial, ainda que fique em nome do LOCATÁRIO, sem consentimento expresso do LOCADOR.

Cumprir todas as exigências da saúde pública, municipal, estadual, federal ou autarquias;

Entregar ao LOCADOR, pelo menos 10 (dez) dias antes do respectivo vencimento, todos os avisos de lançamento de impostos e taxas, notificação dos poderes públicos que lhe forem entregues;

Abrir em seu nome, as contas de água e luz, bem como seu encerramento, sob pena de constituir infração contratual.

Não modificar a estrutura do imóvel, bem como fazer quaisquer reformas, acessões, melhorias ou modificações, sem prévio consentimento por escrito do LOCADOR, sob pena de rescisão e multa contratual, além de exigir a reposição das coisas no estado anterior. Fica expressamente autorizado pela LOCADOR, a adaptação do imóvel para o funcionamento do**CEJUSC**, podendo fazer repartições internas, para melhor adequação às finalidades retro mencionadas;

No caso do imóvel ser colocado a venda, permitir que os interessados devidamente autorizados pelo LOCADOR ou seu Representante Legal, o visitem;

Entregar mensalmente o comprovante de recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando for o caso;

Apresentar quando finda ou rescindida a locação, os comprovantes dos pagamentos das contas finais de telefone, luz e consumo de água;

Cumprir o formal compromisso de trinta (30) dias antes de desocupar o imóvel, solicitar, por escrito, do LOCADOR ou seu representante Legal, que efetue uma vistoria no mesmo, a fim de ficar constatado o estado de conservação do referido imóvel. No caso de assim não proceder, ficará o LOCATÁRIO sujeito ao pagamento da multa contratual.

CLÁUSULA OITAVA- Todas e quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel pelo LOCATÁRIO, ficarão por conta do mesmo, não tendo o direito a qualquer indenização ou retenção por benfeitorias realizadas.

CLÁUSULA NONA- Os contratantes se obrigam mutuamente a respeitar o presente contrato, ficando a parte infratora sujeita ao pagamento da multa contratual equivalente a um (1) mês de aluguel da ocasião da infração, seja qual for o prazo decorrido.

Parágrafo Único - A multa ora prevista será devida em qualquer época, independentemente da data da ocorrência da infração ou constatação da mesma, e será cobrada através do processo de execução de título extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA- O presente contrato considerar-se-á rescindido, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
Desapropriação;
Incêndio ou desabamento, força maior ou casos fortuitos que impeçam o uso normal do imóvel.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Pelo presente instrumento particular de locação, fica expresso e convencionado que em caso de eventual alienação ou venda do imóvel ora locado, o comprador ou adquirente se obriga a respeitar o presente em todos os seus termos e condições durante a locação.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Pelo presente instrumento, as partes, LOCADOR e LOCATÁRIO, declaram expressamente, neste ato, a intenção e a livre vontade de contratar mediante as cláusulas e condições retro convencionadas.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Para efeito de Declaração de Imposto de Renda, conforme previsto em Legislação específica, os valores dos alugueres pagos pelo LOCATÁRIO deverão ser declarados pagos ao LOCADOR do imóvel locado.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- A LOCATÁRIA responsabiliza-se civil e criminalmente pela legitimidade das assinaturas constantes no presente contrato de locação.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Para dirimir as dúvidas provenientes deste pacto, as partes elegem desde já o Fórum da Cidade de Almirante Tamandaré/PR, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Data da Assinatura: 29/10/2025.

Almirante Tamandaré, 12 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:4560EB8A

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2024

Número Do Processo: 0018.000017514/2025.
OBJETO: Construção do Pronto Atendimento Municipal (PAM).
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA PWB MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO.
As partes, de comum, acordo prorrogam o prazo de execução por mais 90 (noventa) dias, com início em 27 de outubro de 2025 e término em 25 de janeiro de 2026.

Data da Assinatura: 27/10/2025.

Almirante Tamandaré, 12 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:DB6E3EBA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 240/2023

Número Do Processo: 0018.000013851/2025.
OBJETO: Fornecimento de serviço de buffet.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA P.R DO VALLE & CIA LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação dos prazos de execução e vigência, por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 25 de novembro de 2025 e finalizando-se em 25 de novembro de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: SALDO DO CONTRATO.
As despesas oriundas do presente termo aditivo serão custeadas pelo valor do saldo do contrato, de R$ 42.517,43 (quarenta e dois mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e três centavos).

Data da Assinatura: 22/10/2025.

Almirante Tamandaré, 12 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:B7317B8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.167/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. PRORROGAR a disposição funcional da servidora Sra. DALILA VOLOCHEN, Matrícula nº 4771, RG nº 7.1XXXX1-1/PR, CPF nº 026.XXXXX9-00, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica Bioquímica- 40 Horas, concedida a Divisão de Vigilância em Saúde da 2ª Regional de Saúde Metropolitana, da Secretaria de Estado da Saúde, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, conforme solicitação formalizada no processo nº 0018.000018874/2025.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 10 de novembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:799C8F2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.168/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1˚. PRORROGAR a disposição funcional do servidor, Sr. MARCOS ANTONIO DE SOUZA, RG nº 5.1XXXX4-1/PR, para atuar junto à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, pelo período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão de origem mediante ressarcimento, conforme solicitação através do Ofício CEE/CC nº 2202/25.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 10 de novembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:C34910DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.169/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. PRORROGAR a disposição funcional da servidora Sra. MAIRA TAVARES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 4.600, RG nº 7.8XXXX9-8/PR, CPF nº 042.XXXXX9-71, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR ED BÁSICA - ANOS INICIAIS, para Secretaria de Estado da Educação - SEED, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento, pelo período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, conforme solicitação formalizada no processo nº 0018.000018706/2025.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 10 de novembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:5B67D249

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.170/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1°. REVOGAR a Portaria 625/2025 de 24 de março de 2025.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 11 de novembro de 2025.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:2337D386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 98/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 98/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: JEFFERSON PATRICK BARBOSA COIMBRA-ME, CNPJ 61.046.114/0001-67, ESTRADA AGUA DO MACAQUINHO, KM 01, S/N, ZONA RURAL, CIDADE DE ALTAMIRA DO PARANÁ – PR, telefone (44)9927-9147, endereço eletrônico MODELOESCRITORIO@HOTMAIL.COM, neste ato respresentado pelo Sr. Jefferson Patrick Barbosa Coimbra.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.
O objeto da presente ata é a contratação de empresa para realizar a ROTA DUAS MENINAS (APAE) Rota tem início com saída do Colégio Estadual Altamira do Paraná EFM coordenadas 24º48’08.31”S 52º 42’58.81”W, percorrendo 2 km até a saída do perímetro urbano de Altamira do Paraná coordenadas 24º48’11.66”S 52º42’27.60”W, pegando a estrada a esquerda sentido a laranjal, coordenadas 24º48’41.14”S 52º42’04.80”W, seguindo a estrada sentido a fazenda Duas Meninas por 11 km coordenadas 24º51’07.04”S 52º36’44.21”W, percorre 1 km e vira-se a direita até chegar à porteira da fazenda Duas Meninas coordenadas 24º51’22.74”S 52º37’15.21”W, logo em seguida são feito um percurso de 4 km até a sede da fazenda Duas Meninas onde embarcam quatro alunos, coordenadas 24º52’39.53”S 52º36’17.33”W, retornando se da sede 4 km pelo mesmo percurso para os alunos embarcarem no ônibus. Saindo da Porteira da fazenda Duas Meninas vira-se à esquerda, sentido Rio laranjal e percorrem 4 km até a casa de um aluno da APAE, coordenadas 24º53’18.61” S 52º37’13.42” W, retornando pelo mesmo percurso por mais 4 km até a estrada principal. Em seguida por mais 1 km vira à esquerda, logo após percorre mais 2 km e vira à direita, onde percorre mais 4 km chegando à casa do aluno na fazenda Dona Neuza coordenadas 24º52’37.20” S 52º40’44.89” W, retornando-se da fazenda Dona Neuza 4 km pelo mesmo percurso indo na direção da estrada sentido Bela Fonte. Após pega-se a rota sentido Altamira do Paraná por um percurso de 7km virando à direita até chegar na estrada de pedras irregulares coordenadas 24º49’39.21” S 52º42’05.47” W. Em seguida por mais 5 km chega-se ao Colégio Estadual Altamira do Paraná EFM coordenadas 24º48’0831” SS 52º 42’58.81” W. A rota oferece um nível de dificuldade médio com aclive grande, com cascalhamento total sem riscos de derrapagem, exigência de veículo com capacidade mínima de 04 passageiros. Horário de saída pra buscas os alunos é 11:00 previsão de chegada até as 12:50.

2. DO VALOR.
O valor global para o fornecimento da prestação de serviço desta ata é de R$ 68.688,00 (sessenta e oito mil e seiscentos e oitenta e oito reais), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.
O “VALOR CONTRATUAL” inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade. Quando existir prorrogação da vigência da ata, os quantitativos registrados poderão ser renovados até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de ata de registro de preço, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 12 de novembro de 2025.

___
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:BA9D0221

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2025
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 124/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: TABORDA AUTOMOVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 61.629.289/0001-05, com sede na Avenida Carlos Gomes, n°861 Sala 01, cidade de Cascavel-PR, telefone: (45)3039-4297, neste ato representado por JOÃO NELSON TABORDA RIBAS.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.
Aquisição de veículos para atendimento das demandas da administração do município de Altamira do Paraná - PR, conforme descrito no Termo de Referência.

2. DO VALOR.
O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R$ 248.490,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e noventa reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
O "VALOR CONTRATUAL" inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º14.133/2021.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
02.001.04.122.0035.2002 - MANUTENÇA O ATIVIDADES OPERACIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.08.244.0024.1077 - REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE ASSISTE NCIA SOCIAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Contrato é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 12 de novembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:A2F017DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 124/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: NASA MOTORS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.452.796/0001 07, com sede na Rodovia GO-060, n°2300 QUADRA 18A LOTE 01, cidade de SAO LUIS DE MONTES BELOS - GO, Bairro: SETOR SAO JOSE - 3ª ETAPA, telefone: (62) 3240-8049, neste ato representado pela Sra. MÔNICA GOLDFELD DE MELO REIS.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.
Aquisição de veículos para atendimento das demandas da administração do município de Altamira do Paraná - PR, conforme descrito no Termo de Referência.

2. DO VALOR.
O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
O "VALOR CONTRATUAL" inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º14.133/2021.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
02.001.04.122.0035.2002 - MANUTENÇA O ATIVIDADES OPERACIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.08.244.0024.1077 - REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE ASSISTE NCIA SOCIAL 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Contrato é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 12 de novembro de 2025.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:00B03352

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, 10, DE 12/11//2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO, 20, DE 27/10/2025

LEGISLATIVO - AMAPORÃ - PARANÁ
CÂMARA DE VEREADORES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, 10, DE 12/11//2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO, 20, DE 27/10/2025

Nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e normas vigentes municipais, bem como das exigências estabelecidas neste edital, a **Câmara de Vereadores de Amaporã-PR**, torna pública a realização de processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme as informações abaixo:

Contratante:
Câmara de Vereadores de Amaporã, estado do Paraná, sediada na Rua Bahia nº 49, centro, Amaporã.

Objeto:
a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao consumo da Câmara Municipal de Vereadores de Amaporã-PR. Conforme anexo II.

Valor estimado:
R$ 5.065,43(cinco mil e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos) conforme orçamento estimativo aprovado.

Critério de julgamento:
Menor preço

Justificativa da dispensa:
Fundamentada no art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

Documentos necessários para participação:
- Cópia do contrato Social e Última alteração;
- Certidão Federal, Estadual e Municipal;
- Inscrição CNPJ atual;
- Inscrição FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Declaração Conjunta (anexo I):
1. Que cumpre o art. 7, XXXIII, da Constituição Federal;
2. Declaração de que Não Recebeu Suspensão ou Inidoneidade;
3. Não parentesco; que não existe em seu quadro de empregadores servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Prazo para apresentação de proposta e documentação:
Até o dia 17 de novembro de 2025, às 17h, no endereço Rua **Bahia nº 49, centro, Amaporã** ou via e-mail: **camaraamaporalicitacao@gmail.com até às 00h.**

Informações adicionais:
As propostas apresentadas deverão atender aos critérios estabelecidos e seguir rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Amaporã, 12 de Novembro de 2025

ALDAIR FRANCISCO CALDERIA
Presidente - Mesa Diretora - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:636FFC71

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, 11, DE 12/11/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO, 21, DE 11/11/2025

LEGISLATIVO - AMAPORÃ - PARANÁ
CÂMARA DE VEREADORES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, 11, DE 12/11/ 2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO, 21, DE 11/11/2025

Nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e normas vigentes municipais, bem como das exigências estabelecidas neste edital, a **Câmara de Vereadores de Amaporã-PR**, torna pública a realização de processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme as informações abaixo:

Contratante:
Câmara de Vereadores de Amaporã, estado do Paraná, sediada na Rua Bahia nº 49, centro, Amaporã.

Objeto:
Aquisição de materiais de limpeza para atender às demandas de higiene da Câmara Municipal de Vereadores de Amaporã-PR. Conforme anexo II.

Valor estimado:
R$ 2.962,00 (dois mil novecentos e sessenta e dois reais) conforme orçamento estimativo aprovado.

Critério de julgamento:
Menor preço e fornecimento de todos os materiais solicitados.

Justificativa da dispensa:
Fundamentada no art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

Documentos necessários para participação:
- Cópia do contrato Social e Última alteração;
- Certidão Federal, Estadual e Municipal;
- Inscrição CNPJ atual;
- Inscrição FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Declaração Conjunta (anexo I):
1. Que cumpre o art. 7, XXXIII, da Constituição Federal;
2. Declaração de que Não Recebeu Suspensão ou Inidoneidade;
3. Não parentesco; que não existe em seu quadro de empregadores servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Prazo para apresentação de proposta e documentação:

Até o dia 17 de novembro de 2025, às 17h, no endereço Rua **Bahia nº 49, centro, Amaporã** ou via e-mail: **camaraamaporalicitacao@gmail.com**

Informações adicionais:
As propostas apresentadas deverão atender aos critérios estabelecidos e seguir rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Amaporã, 12 de Novembro de 2025

ALDAIR FRANCISCO CALDERIA
Presidente - Mesa Diretora - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:84AB60BB

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO MUNICIPAL N°216 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Alterar o DECRETO MUNICIPAL Nº101/2024, que Dispõe sobre a nomeação dos

Membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Gestão 2024/2026.

MARCOS MARIN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 110 de 04 de maio de 2005 que dispões sobre a Política Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 101/2024, que Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Gestão 2024/2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 32/2025 que altera a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Gestão 2024/2026.
CONSIDERANDO a necessidade de substituição de membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – Gestão 2024/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Amaporã/PR, representantes não governamentais conforme abaixo:
Suplente: Manoel Alves Ferreira (em substituição a Aparecida Ferreira da Silva)

Art. 2º Fica a seguinte composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – Gestão 2024/2026, após as substituições previstas no artigo anterior:

§1º – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I – Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Alice Fuchter de Oliveira Alves
Suplente: José Eduardo Francisco do Vale.

II – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Leila RibeiroSuplente: Valdirene Viana Perin

III – Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Maria do Socorro Arruda
Suplente: Andrei Ferreira de Araújo

§2º – REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

Titular: Delma Silva Ferreira Vilela
Suplente: Maria das Dores da Silva

Titular: Elizabeth Assakawa Sakamae Onaga
Suplente: Vandira Luiz dos Santos Carvalho

Titular: Maria Rodrigues de Andrade
Suplente: Manoel Alves Ferreira

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naira Lígia Lopes Ferreira do Vale
Código Identificador:242765CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO N° 021/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

O Município de Anahy, Estado do Paraná, torna pública a intenção de realizar contratação direta, observadas as disposições do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 4.7 a 4.12 do Edital SRP nº 008/2025, bem como os limites de quantitativos estabelecidos no Decreto Federal nº 11.462/2023 e nas normas internas gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias dos Rios Xambrê e Piquiri – CIBAX, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 008/2025, Processo Administrativo nº 015/2025, na condição de órgão INTERESSADO NÃO PARTICIPANTE (sem remanejamento), FICA AUTORIZADO A ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 003/2025, podendo, assim, adquirir/contratar os itens nos termos abaixo:
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas e equipamentos pesados (Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo Compactador, Retroescavadeira, Trator Esteira, Escavadeira Hidráulica, Caminhão, Trator Agrícola, Minicarregadeira e Veículo Tipo Pick-Up), conforme as condições e especificações técnicas constantes do respectivo Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

Descrição: Item 7 - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO COM KIT PÉ (PATA) DE CARNEIRO, ZERO HORA. TIPO B. PESO OPERACIONAL MINIMO DE 10.400kgs E MAXIMO DE 12.400kgs. **CIB10107**

Marca/Modelo: CATERPILLAR CS10GC

Justificativa da escolha do fornecedor: trata-se de contratação com fornecedor regularmente registrado na referida ata de registro de preços, observada a compatibilidade do objeto e a vantajosidade dos preços em relação ao mercado.
Valor estimado: 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais).
Fornecedor: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A CNPJ: 76.527.951/0001-85
Data da publicação: 11 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:756CE29F

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO N° 022/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

O Município de Anahy, Estado do Paraná, torna pública a intenção de realizar contratação direta, observadas as disposições do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 4.7 a 4.12 do Edital SRP nº 008/2025, bem como os limites de quantitativos estabelecidos no Decreto Federal nº 11.462/2023 e nas normas internas gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade das Bacias dos Rios Xambrê e Piquiri – CIBAX, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 008/2025, Processo Administrativo nº 015/2025, na condição de órgão INTERESSADO NÃO PARTICIPANTE (sem remanejamento), FICA AUTORIZADO A ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 008/2025, podendo, assim, adquirir/contratar os itens nos termos abaixo:
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas e equipamentos pesados (Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo Compactador, Retroescavadeira, Trator Esteira, Escavadeira Hidráulica, Caminhão, Trator Agrícola, Minicarregadeira e Veículo Tipo Pick-Up), conforme as condições e especificações técnicas constantes do respectivo Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

Descrição: Item 13 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA ZERO HORA. TIPO A. PESO OPERACIONAL DE 17.000KG ATÉ

18.000KGS E ESPECIFICAÇÕES DOS TERMOS DE REFERENCIAS. CIB10113.

Marca/Modelo: John Deere 160PLC

Justificativa da escolha do fornecedor: trata-se de contratação com fornecedor regularmente registrado na referida ata de registro de preços, observada a compatibilidade do objeto e a vantajosidade dos preços em relação ao mercado.
Valor estimado: 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).
Fornecedor: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA CNPJ: 29.644.666/0001-64
Data da publicação: 11 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:41A1DF94

LICITAÇÃO
EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO N° 021/2025 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2025 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DOS RIOS XAMBRÊ E PIQUIRI – CIBAX.

O Município de Anahy, Estado do Paraná, torna público o extrato do Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2025, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2025, Registro de Preço, conduzido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DOS RIOS XAMBRÊ E PIQUIRI – CIBAX, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas e equipamentos pesados (Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo Compactador, Retroescavadeira, Trator Esteira, Escavadeira Hidráulica, Caminhão, Trator Agrícola, Minicarregadeira e Veículo Tipo Pick-Up), conforme as condições e especificações técnicas constantes do respectivo Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.
Descrição: Item 7 - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO COM KIT PÉ (PATA) DE CARNEIRO, ZERO HORA. TIPO B. PESO OPERACIONAL MINIMO DE 10.400kgs E MAXIMO DE 12.400kgs. **CIB10107**

Marca/Modelo: CATERPILLAR CS10GC

Justificativa da escolha do fornecedor: trata-se de contratação com fornecedor regularmente registrado na referida ata de registro de preços, observada a compatibilidade do objeto e a vantajosidade dos preços em relação ao mercado.

Valor estimado: 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais).

Fornecedor: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A CNPJ: 76.527.951/0001-85

Vigência estimada do contrato a ser firmado: 12/11/2025 a 12/11/2026, observada a vigência da ata original.

Autorização de Adesão n°: 021/2025

Data da assinatura do termo de adesão: 11/11/2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:4BF53BF3

LICITAÇÃO
EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO N° 022/2025 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2025 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DOS RIOS XAMBRÊ E PIQUIRI – CIBAX.

O Município de Anahy, Estado do Paraná, torna público o extrato do Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 008/2025, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2025, Registro de Preço, conduzido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DOS RIOS XAMBRÊ E PIQUIRI – CIBAX, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas e equipamentos pesados (Motoniveladora, Pá Carregadeira, Rolo Compactador, Retroescavadeira, Trator Esteira, Escavadeira Hidráulica, Caminhão, Trator Agrícola, Minicarregadeira e Veículo Tipo Pick-Up), conforme as condições e especificações técnicas constantes do respectivo Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

Descrição: item 13 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA ZERO HORA. TIPO A. PESO OPERACIONAL DE 17.000KG ATÉ 18.000KGS E ESPECIFICAÇÕES DOS TERMOS DE REFERENCIAS. CIB10113.

Marca/Modelo: John Deere 160PLC

Justificativa da escolha do fornecedor: trata-se de contratação com fornecedor regularmente registrado na referida ata de registro de preços, observada a compatibilidade do objeto e a vantajosidade dos preços em relação ao mercado.
Valor estimado: 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).
Fornecedor: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA CNPJ: 29.644.666/0001-64.

Vigência estimada do contrato a ser firmado: 12/11/2025 a 12/11/2026, observada a vigência da ata original.

Autorização de Adesão n°: 022/2025

Data da assinatura do termo de adesão: 11/11/2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:DB5F8846

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 052/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 151/2025

OBJETO: Contratação de profissionais do setor artístico consagrados pela opinião pública, sendo GRUPO CHIQUITO & BORDONEIO, agenciados através de empresa privada exclusiva, que realizarão show artístico no dia **31 de dezembro de 2025**, como parte das atividades artístico-culturais a serem realizadas no evento "Show da Virada", por meio da empresa CHIQUITO E BORDONEIO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 07.778.490/0001-09, com sede à Rua José do Patrocínio 132, na cidade de Erechim/RS, que detém CARTA DE EXCLUSIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO, nos termos do art. 74, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021.

CONTRATADO: CHIQUITO E BORDONEIO LTDA,
CNPJ nº 07.778.490/0001-09.

VALOR TOTAL: R$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil Reais).

Órgão: 10 - Departamento de Cultura
Unidade: 2 - Divisão de Cultura
Ação: 2360 - Manutenção das Festas Municipais

Funcional: 0013.0392.0260
Vínculo :0 - Recursos Ordinários (Livres)
Referência: 282 - **Modalidade de Aplicação**: 3339039000000000000 - Outros serviços.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A contratação visa visando atrair número considerável de público para o evento citado, devido à popularidade do grupo e sua trajetória artística acima citada, pensou-se nesta contratação, como oportunidade de divulgação e apoio aos grupos artísticos regionais, contribuindo para valorização do município, na qualidade de suas atividades artísticas e culturais e ao turismo local, já que desperta o interesse na participação dos eventos municipais.

JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: Considerando que Fora selecionado a GRUPO CHIQUITO & BORDONEIO para contratação, perante sua consagração no cenário do segmento musical ao qual atua, tanto referente à crítica especializada quanto a opinião pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inc. II, da Lei n. 14.133/2021.

Anahy-PR, 12 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:8B3650FF

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.044/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 969 de 07/10/2021 e 1067 de 21/12/2023;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder em favor da servidora comissionada Vilma Mittman Leão, assessora especial de programas de saúde, portadora do RG. 7.707.905-0/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 5207-7, 1/2 (meia) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	13 de novembro de 2025.
Destino:	Foz do Iguaçu – PR.
Objetivo:	Participar do 37º Congresso de Secretarias Municipais de Saúde com o tema "Municípios Inteligentes, Saúde Eficiente: Desafios e Perspectivas para o Futuro do SUS no Paraná, realizado pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Paraná - COSEMS/PR, no Bourbon Thermas Eco Resort.
Memorando nº	148/2025
Quant. de Diárias:	1/2 (meia) diária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:D1A87AAD

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.045/2025

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 969 de 07/10/2021 e 1067 de 21/12/2023, e pelo Decreto nº 2.357 de 13/01/2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo José Maria Rotta, trabalhador braçal, portador do RG. 4.344.107-8/PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 10812-5, 1/2 (meia) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	13 de novembro de 2025.
Destino:	Foz do Iguaçu - PR
Objetivo:	Transportar com o veículo ONIX placa: SDT6C41, a Diretora do Departamento Municipal de Saúde que irá participar do 37º Congresso de Secretarias Municipais de Saúde com o tema "Municípios Inteligentes, Saúde Eficiente: Desafios e Perspectivas para o Futuro do SUS no Paraná, realizado pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Paraná - COSEMS/PR, no Bourbon Thermas Eco Resort.
Memorando nº	147/2025
Quant. de Diária:	1/2 (meia) diária

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:55C6EFAE

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2025

Normatiza os procedimentos para a realização de Matrículas de alunos para o ano letivo de 2026, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Anahy.

O Prefeito Municipal de Anahy, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Orgânica do Município de Anahy e Considerando: a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; a Constituição do Estado do Paraná; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o disposto nos artigos 53 e 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990; a Resolução nº 04/2010, do Conselho Nacional de Educação;o Parecer nº 14/2011, do Conselho Nacional de Educação, bem como a necessidade de estabelecer normas para a realização de matrículas para o ano letivo de 2026 nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal; considerando ainda a importância do trabalho conjunto entre as Instituições de Ensino e Departamento Municipal de Educação, bem como as especificidades de cada unidade escolar, as quais deverão estar de acordo com a legislação educacional vigente e, por fim, a necessidade de efetivação do Processo de Matrículas para o ano letivo de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar o Processo de Matrículas para o ano letivo de 2026 para Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal.

CAPÍTULO I
DA CAMPANHA DE MATRÍCULA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
Seção I
Da Chamada Escolar

Art. 2º A chamada de Divulgação do período de Matrícula Escolar para os alunos da Educação Básica: Educação Infantil (Etapa Creche e Etapa Pré Escolar), Ensino Fundamental- Anos Iniciais e suas Modalidades, realizada pelo Departamento Municipal de Educação, iniciará em 24 de novembro de 2025.

Parágrafo único. Cabe ao Departamento Municipal de Educação a divulgação das datas e procedimentos necessários para o processo de matrícula bem como a obrigatoriedade da Educação Infantil Pré-Escolar (Infantil IV e Infantil V) às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, que completaram 04 anos até a data de 31 de março de 2026.
Art. 3º O dever do Município enquanto Poder Público é de garantir a oferta e o acesso a todos os interessados a uma vaga escolar de Pré-Escolar (Infantil IV e Infantil V) e/ou Ensino Fundamental - Nos Iniciais, em Instituição de Ensino da Rede Pública Municipal.

I - crianças que completarem 4 (quatro) após a data de 31 de março de 2026 serão matriculadas na educação infantil etapa creche, conforme as vagas disponibilizadas.
II - o Poder Público não se obriga a garantir vaga escolar em Instituição de Ensino e turnos de preferência do pai/mãe ou responsável legal.

Seção II
Da responsabilidade das instituições de ensino

Art. 4º As Instituições de Ensino devem cumprir rigorosamente o Cronograma de Matrículas previamente estipulado.

Art. 5º Entre os dias 24 a 28 de novembro de 2025, os Centros Municipais de Educação Infantil- CMEIs juntamente com o Departamento Municipal de Educação deverão fazer o levantamento dos alunos que frequentarão o Pré- Escolar (Infantil IV e Infantil V) e 1º ano, do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, em 2026.

Art. 6º A Escola e CMEIs atenderão e organizarão, para o ano letivo de 2026, a rematrícula dos alunos da unidade escolar, a matrícula dos alunos novos e a matrícula em turno contrário ao ensino regular, para os alunos em sala de Recursos Multifuncional- SRM, Sala de Recurso Multifuncional-SRM Altas habilidades e Superdotação, Classe Especial e Atividades de Jornada Ampliada no caso das instituições de ensino que ofertam este atendimento.

Parágrafo único. Para os CMEI´s que tenham alunos que fazem o atendimento de Apoio na Escola de Educação Especial Emilio Mudrey- APAE, segue a mesma orientação conforme o caput deste art.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS PARA AS MATRÍCULAS
Seção I
Da Rematrícula

Art. 7º No período de 24 á 28 novembro de 2025, as unidades escolares deverão matricular e rematricular para os anos/turmas/períodos subsequentes, todos os alunos regularmente matriculados, mesmo àqueles que a escola ou CMEI`s já tem conhecimento que serão transferidos.

Parágrafo único. As turmas que não atendem atividades de jornada ampliada os alunos permanecerão matriculados no mesmo turno que se encontram, caso seu responsável tenha interesse em remaneja-lo para outro período deverá seguir as instruções da instituição de ensino em que a matrícula está efetivada.

Art. 8º Os documentos necessários para a rematrícula são:

a) Requerimento de rematrícula datado e assinado pelo responsável legal dos
estudantes e deferido pelo gestor escolar;
b) Comprovante de residência do estudante emitido pela Sanepar ou Copel;
c) Comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23;
d) Número de telefone celular para contato;
e) E-mail do responsável legal.

Parágrafo único. Fica sobre a responsabilidade da direção escolar, Equipe Pedagógica da Unidade Escolar convocar os pais e/ou responsável legal, conforme agendamento, a comparecer na unidade escolar e preencher o formulário “Renovação de Matrícula”, e atualização da Ficha Cadastral do SERE, realizar matrículas transferências online, futuramente.

Seção II
Da matrícula Inicial - Educação Infantil

Art. 9º As matrículas novas para as crianças que frequentarão os Centro Municipais de Educação Infantil, serão efetivadas de forma parcial, ou seja, somente no turno matutino ou vespertino, exceto nos CMEI´s que dispõem de vagas para o período integral.

Parágrafo único. O pai/mãe ou responsável legal deverá comparecer no Departamento de Educação no dia do cronograma da matrícula conforme a divulgação, caso não compareça será lançado como desistente (no caso das crianças etapa creche) e a vaga será ofertada para outra criança se houver lista de espera. Salientando que os alunos da pré- escolar e (infantil IV) não poderão desistir da vaga, pois estão em idade escolar obrigatória.

CAPÍTULO III
DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A MATRÍCULA
Seção I
Da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Art. 10. São documentos obrigatórios para a efetivação da matrícula de alunos na Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino de Anahy.

a) requerimento de matrícula datado e assinado pelo responsável legal do estudante e deferido pelo gestor escolar;
b) questionário referente a ficha de saúde, extraída do SERE;
c) certidão de nascimento ou RG/Identidade que contenham as informações da certidão de nascimento;
d) CPF do estudante;
e) documento oficial de identificação com foto do responsável legal que contenha o seu CPF;
f) comprovante de residência do estudante emitido pela Sanepar ou Copel;
g) comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23;
h) termo de Utilização de Uso de imagem, conforme o ANEXO I;
i) em se tratando de pai/mãe separados ou responsável legal pelo aluno, apresentar documento judicial (Termo de Guarda ou Tutela) ou documento extrajudicial (Procuração) com firma reconhecida.
j) laudo médico em caso de restrição alimentar, restrição a atividades físicas, necessidades especiais e/ou outra condição que exija cuidados especiais;
k) número de telefone celular para contato;
l) E-mail do responsável legal.
m) cartão Nacional de Saúde – CNS do estudante, CadÚnico do Responsável legal e Número da Identificação Social – NIS do estudante e do responsável legal quando beneficiário de programas federais;
n) comprovante de trabalho, para as vagas da Educação Infantil e atividades de jornada ampliada;
o) para estudante estrangeiro, cópia do Registro Nacional de Estrangeiro – RNE ou Registro Nacional Migratório – RNM ou Protocolo de Solicitação de Refúgio ou Documento e do seu responsável legal;

Parágrafo único. Alunos transferidos, além dos documentos citados acima, é necessário a documentação de transferência da escola de origem.

Art. 11. Caso o comprovante de residência a ser compartilhado via Área do Aluno ou entregue na Instituição de Ensino não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela Copel ou Sanepar, deverá ser apresentando um comprovante complementar em nome do responsável, como correspondências institucionais de bancos, empresas telefônicas, lojas, entre outros.

Art. 12. O direito e o acesso à educação são assegurados na Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto a eventual inexistência dos documentos pessoais do estudante e/ou do responsável legal não deve obstruir a sua fruição deste direito. A Instituição de Ensino deverá realizar os procedimentos de efetivação da matrícula, orientar o responsável legal para que providencie a emissão dos documentos pessoais do estudante impreterivelmente no prazo de até 30 dias e imediatamente oficializar o Conselho Tutelar sobre a situação do estudante.
Art. 13. O público-alvo para a oferta de atividades voltadas a Educação em tempo integral e jornada ampliada serão os estudantes devidamente matriculados na escola e CMEIs da Rede Municipal de Ensino conforme sua oferta, considerando os seguintes critérios para classificação:

a) Educação Infantil Pré-Escola e Ensino Fundamental Fase I.
I - aluno que se encontra em situação de vulnerabilidade social vulnerabilidade social (crianças em situações de risco que sejam encaminhadas pela rede de proteção ou órgão similar de proteção aos Direitos das Crianças com os documentos legais que comprovem sua situação);
II - crianças com necessidades educacionais especiais;
III - aluno que se encontra em desigualdade econômica;
IV - baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
V - crianças beneficiárias de programas sociais:
VI - aluno com baixo rendimento escolar (dificuldade de aprendizagem);
VII - aluno em que a mãe trabalha fora do lar (declaração de trabalho);
VIII - demais alunos conforme vagas e interesse dos pais e/ou responsáveis.

b) Educação Infantil – Creche
I - vulnerabilidade social (crianças em situações de risco que sejam encaminhadas pela rede de proteção ou órgão similar de proteção aos Direitos das Crianças com os documentos legais que comprovem sua situação);
II - crianças com necessidades educacionais especiais;
III - aluno que se encontra em desigualdade econômica;
IV - crianças beneficiárias de programas sociais:
V - baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
VI - aluno em que a mãe trabalha fora do lar;(declaração de trabalho);
VII - demais alunos conforme vagas e interesse dos pais e/ou responsáveis.

Seção II
Do Remanejamento de Turno

Art. 14. Caso o pai/mãe ou responsável legal queiram trocar o turno proposto no ato da matrícula ou rematrícula, deverá preencher o cadastro de Solicitação de Remanejamento de Turno junto a secretaria responsável pela instituição.

Art. 15. O Remanejamento de Turno será possível se houver vaga remanescente, mediante preenchimento do Cadastro (ANEXO II) com justificativa que será avaliado conforme os critérios a seguir:

a) necessidade de atendimento em sala de Recurso Multifuncional;
b) atendimento nas atividades de ampliação de jornada
c) usuário de Transporte Escolar Rural;
d) situação de vulnerabilidade social;
e) problemas de saúde com apresentação de laudo de um especialista que comprove a necessidade da mudança de turno;
f) necessidade de apoio escolar a partir de avaliação pedagógica da equipe da escola;

Art. 16. A escola que oferta o mesmo Ano escolar nos dois turnos e cuja demanda de alunos para um dos turnos for maior que o número de vagas existentes, deverá selecionar os alunos para ocupação de vaga de acordo com a ordem dos critérios seguindo os critérios do artigo (15).

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E DO CADASTRO DE PARA VAGA
Seção I
Da organização Das Turmas

Art. 17. As turmas serão organizadas de acordo com a proporção máxima de bebês e crianças por professor regente, se o caso assim o exigir, seguindo orientações do DME, conforme segue:
EDUCAÇÃO INFANTIL
I - do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;
II - de um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;
III - de dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;
IV - de três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;
V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
1º ANO – 20 a 25 alunos por turma;
2º ANO –20 a 25 alunos por turma;
3º ANO – de 25 a 30 alunos por turma;
4º ANO – de 25 a 30 alunos por turma;
5º ANO – de 25 a 30 alunos por turma;
Classe Especial - de 10 alunos por turma;
Sala de Recurso Multifuncional - número médio: 20 alunos;

Art. 18. Nos Centro Municipais de Educação Infantil deverão organizar as turmas, conforme indicado a seguir:
Infantil - Alunos de até 12 meses de idade.
Infantil I - completar 02 anos do ano em curso;
Infantil II - completar 03 anos até 31 de março do ano em curso;
Infantil III - completar 03 anos após 31 de março do ano em curso;
Infantil IV - 04 anos completos até 31 de março do ano em curso;
Infantil V - 05 anos completos até 31 de março do ano em curso;

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19. As matrículas deverão ser efetivadas pelas instituições de ensino, no SERE, a partir da abertura do ano letivo.

Art. 20. Havendo a necessidade, o Departamento Municipal de Educação fará ajustes no planejamento de turmas, de acordo com a Plataforma de Turmas com as Matrículas já efetuadas no SERE.

Art. 21. Em hipótese alguma o aluno poderá ficar sem matrícula ou rematricula por falta de algum documento, bem como não será admitida a omissão de vagas, salas de aula e/ou recusa de aluno, falta de documentos não será impeditiva para a inclusão da matrícula do estudante, porém as instituições de ensino deverão encaminhar mensalmente ao conselho tutelar listagem de estudantes com documentos faltantes para devidas providências.

§1º No caso do aluno matriculado sem a documentação necessária, será concedido o prazo de 30(trinta) dias para que os pais e/ou responsável legal possam regularizá-la.

§2º Se a documentação para a efetivação da matrícula não for apresentada no prazo estipulado, a Direção da Instituição deverá encaminhar o requerimento para o Conselho Tutelar, solicitando as devidas providências.

Art. 22. Os casos não contemplados nesta Instrução Normativa serão analisados e decididos pelo Departamento Municipal de Educação-DME.

Art. 23. O cumprimento desta instrução Normativa é de total responsabilidade do Gestor/Equipe Pedagógica/Administrativo da Instituição de Ensino, sob a supervisão da Departamento Municipal de Educação.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor da data de sua publicação até a conclusão do ano letivo de 2026, ficando vigente a Instrução Normativa n° 001/2024 que estabelece as normas para a efetivação das matriculas de 2025, até a conclusão desse ano letivo.

Anahy/PR., 11 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

CRONOGRAMA DAS MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2025
DOS CMEIs E ESCOLA – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.
ASSUNTO
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANNA LIMPO FELISBERTO
Horário de atendimento: Manhã: 8h às 11h30min. Tarde: 13h:00 às 16h30min.
DATA: 24 e 25 de novembro de 2025
LOCAL: Departamento Municipal de Educação
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS
Horário de atendimento: Manhã: 8h às 11h30 min. Tarde: 13h:00 às 16h30min.
DATA: 26 e 27 de novembro de 2025
LOCAL: Departamento Municipal de Educação
ESCOLA MUNICIPAL VINICIUS DE MORAES
- REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS NOVAS
Horário para atendimento: Manhã: 8h:00 às 11h30min. Tarde: 13h:00 às 16h30min.
- REMATRÍCULAS PARA O 2º, 3º, 4º e 5º anos.
DATA: 24, 25 e 26 de novembro de 2025
- REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS DA JORNADA AMPLIADA
DATA: 24, 25 e 26 de novembro de 2025
- MATRÍCULA INICIAL DO 1º ANO:
DATA: 27 e 28 de novembro de 2025.
LOCAL: Escola Municipal Vinicius de Moraes

ANEXO I
TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Titular dos Dados Pessoais, Imagens e Voz/ Responsável legal do estudante.
_____, portador do RG n°_____ e CPF n°_____
residente e domiciliado à _____
bairro _____ munícipio de _____
Estado _____ CEP: _____
Represente legal do aluno(a) _____

CONTROLADOR
Departamento Municipal de Educação, sito à Avenida Paraná, Centro, cidade de Anahy-Estado do Paraná- CEP 85.425-000.

Por meio deste instrumento, o TITULAR está ciente e concorda, de maneira livre, informada e inequívoca, com o tratamento de seus dados pessoais, imagens, voz e/ou produção textual quanto a divulgação a coleta, tratamento e utilização para fins pedagógicos pelo controlador para as divulgações institucionais em suas publicações/mídias impressas, publicações/mídias/portais/digitais/ televisivas, redes sociais (Facebook, Instagran, Tik Tok), ações e programas publicitários oficiais, sem fins lucrativos seguindo os princípios existentes no Art.5°, inciso X da Constituição Federal de1988, Lei Federal n°8.069/90-Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei federal n°9,610/98, Art.20da Lei Federal n° 10.406/02, Art.7° e 8° da Lei Federal n°12.965/2014, Lei Federal n° 136.709/18-LGPD e demais legislações vigentes sob a temática.

Esta cessão, afasta o Titular e seus eventuais herdeiros de receberem a qualquer espécie de indenização ou compensação em virtude do uso administrativo dos materiais, resguardando o direito de revogação de uso, a qualquer momento mediante nova manifestação.

Anahy_____, de _____ de 202__.
_____
Assinatura do responsável legal

RG:_____ __

CPF:_____ ___
ANEXO II
CADASTRO DE REMANEJAMENTO DE TURNO

Escola/CMEI_____
Protocolo Nº_____de_____de_____de 20_____.
Aluno(a):_____
Pai/Mãe ou responsável legal: _____
Endereço: _____
Telefone Para Contato: _____

TURMA E TURNO COM MATRÍCULA EFETIVA.
( ) Infantil IV ( ) Infantil V
( ) 1º Ano ( ) 2º Ano ( ) 3º Ano 4º ( ) Ano ( ) 5º Ano
TURNO: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Integral

TURNO PRETENDIDO: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Integral
JUSTIFICATIVA:
( ) Necessidade de atendimento em sala de Recurso Multifuncional;
( ) Usuário de Transporte Escolar Rural;
( ) Problemas de saúde com apresentação de laudo de um especialista que comprove a necessidade da mudança de turno;
( ) Necessidade de apoio escolar a partir de avaliação pedagógica da equipe da escola;

_____
Nome e assinatura do pai/mãe ou responsável legal

_____
Nome e assinatura do responsável pelo atendimento.

Anahy,____/____/20___

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F20ED749

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.979 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

***CONSIDERANDO** resultado final do Concurso Público Municipal, objeto do **Edital nº 001/2023**, homologado em 21 de fevereiro de 2024,*
R E S O L V E:
Art. 1º** - Nomear, a partir do dia 12 de novembro de 2025, a Sra. **JAQUELINE ATANAZIO MENDES** para exercer o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL.

***Art. 2º** - Este decreto entra em vigor nesta data,*

***Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D5099824

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.980 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

***CONSIDERANDO** resultado final do Concurso Público Municipal, objeto do **Edital nº 001/2023**, homologado em 21 de fevereiro de 2024,*
R E S O L V E:

Art. 1º** - Nomear, a partir do dia 12 de novembro de 2025, o Sr. **CAIO GABRIEL FRANCISCO ALVES** para exercer o cargo de **PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL.

***Art. 2º** - Este decreto entra em vigor nesta data,*

***Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:233EC36A

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.981 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

***CONSIDERANDO** resultado final do Concurso Público Municipal, objeto do **Edital nº 001/2023**, homologado em 21 de fevereiro de 2024,*
R E S O L V E:

Art. 1º** - Nomear, a partir do dia 12 de novembro de 2025, a Sra. **REBECA GONÇALVES** para exercer o cargo de **PSICÓLOGO.

***Art. 2º** - Este decreto entra em vigor nesta data,*

***Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:BDBB5B86

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.982/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Decreto nº 10982/2025 de 12 de novembro de 2025.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 183.327,37 (cento e oitenta e três mil trezentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3887/2024 de 18/12/2024.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.063.		Manter o Sistema de Iluminação Pública	
1417 - 3.3.90.39.00.00	03507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	158.342,54
09.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
09.002.15.451.0022.2.071.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
1416 - 3.3.90.30.00.00	13505	MATERIAL DE CONSUMO	12.128,34
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.107.		Decorar Ruas e Praças	
1415 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	12.856,49
		Total Suplementação:	**183.327,37**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:0843D2A4

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.983/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 838.638,86 (oitocentos e trinta e oitomil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e seiscentavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3887/2024 de 18/12/2024.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.022.		Manter as Escolas Municipais - Fundeb	
157 - 3.1.90.94.00.00	1101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	38.638,86
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
410 - 4.4.90.52.00.00	1519	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	800.000,00
		Total Suplementação:	**838.638,86**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.5.1.50.01.00.00000000 Fonte: 1000		38.638,86
Receita:2.4.2.1.50.01.00.00000000 Fonte: 1519		800.000,00
	Total da Receita:	**838.638,86**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:88C82FFB

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.984/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3887/2024 de 18/12/2024.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ESPORTES E LAZER	
12.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.002.27.812.0011.2.112.		Manter as Atividades Esportivas	
1055 - 3.3.90.31.00.00	1000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.600,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE ADMINISTRATIVO	
13.001.04.122.0002.2.114.		Manter o Gabinete de Agricultura e Meio Ambiente	
1088 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.225,00
		Total Suplementação:	**3.825,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
12.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ESPORTES E LAZER	
12.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.002.27.812.0011.2.112.		Manter as Atividades Esportivas	
1059 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.600,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE ADMINISTRATIVO	
13.001.04.122.0002.2.114.		Manter o Gabinete de Agricultura e Meio Ambiente	
1085 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.225,00
		Total Redução:	**3.825,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:EA78E677

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.609 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 05 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANA JULIA FELISBINO DE FREITAS** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5D9694CC

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.610 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 05 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **RENATA DE OLIVEIRA SILVA** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 01-07-2022 a 30-06-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:86B6BC03

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.611 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ANDREIA MARTINS** ocupante do cargo de **ENFERMEIRO** lotada na **SECRETARIA**

MUNICIPAL DA SAÚDE, referente ao período aquisitivo: 04-12-2023 a 03-12-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F379E570

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.612 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 21 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **AMANDA FERNANDA NASCIMENTO** ocupante do cargo de **VETERINARIO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 08-07-2024 a 07-07-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9746E82C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.613 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Portaria 19.550 de 28 de outubro de 2025, a qual concedeu 15 dias de férias finais, a partir do dia 16 de novembro de 2025, a Servidora Pública Municipal **CYNDI THAYNA SUBIRA ANTUNES.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Revogar, a portaria 19.550 de 28 de outubro de 2025, a qual concedia 15 dias de férias finais, a partir do dia 16 de novembro de 2025, a Servidora Pública Municipal **CYNDI THAYNA SUBIRA ANTUNES**, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal Administração e Planejamento.

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:14EAB5B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065 – 2025

O MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, torna público que às 09:00 horas do dia 01/12/2025, na plataforma BNC - Banco Nacional de Compras (https://bnccompras.com/Home/Login), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Veículo Utilitário tipo PICK-Up CD	1	R$ 130.990,00	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Andirá e na plataforma BNC - Banco Nacional de Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Andirá, 12 de novembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:80ACF8A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – 04/11/2025.

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco (04/11/2025), equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde deu as providencias para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, hibrida, presencial e on line, plataforma goglemeet. Dando a abertura na reunião iniciada às 16:15 horas, o presidente dá as boas-vindas, ministra a oração do Pai Nosso e segue com a aprovação da ata da reunião anterior, observando que o nome do conselheiro Ricardo, está digitado errado, nome correto Ricardo Aparecido Ramos Simoni Junior, a ata foi enviada no grupo dos conselheiros, whats App. A reunião segue com a apresentação e discussão da pauta. 1) Avaliação e Aprovação dos Instrumentos de Gestão: Plano Municipal de Saúde 2026-2029. LOA-Lei Orçamentária Anual :Orçamento Anual 2026.PPA-Plano Plurianual -2026/2029 – Orçamento 2026. PPA-Plano Plurianual:2026/2029-Conferência Saúde.2) Ajustes de membros na Comissão de Fiscais de Contratos do Hospital.3) Ajustes no Plano de Aplicação da Resolução SESA/PR de nº1.713/2023-Incentivo financeiro para o CAPS-I-Centro de Atenção Psicossocial. A reunião discorre com a Enfermeira Mayara expondo para todos do Plano Municipal de Saúde de 2026-2029, da elaboração e da confecção deste instrumento, e diante do fato que foi encaminhado para todos os conselheiros avaliarem o plano, discorre informando que a confecção do Plano Municipal foi de acordo com as orientações que o Ministério da Saúde repassa para os municípios, ante as recomendações das legislações vigentes que norteiam as Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores planejados para a execução do plano durante o quadriênio de 2026 a 2029.Prosseguindo a reunião, o contador da Prefeitura Municipal, Aurenilson, apresenta os instrumentos de gestão LOA-Lei Orçamentária Anual-2026, PPA-Plano Plurianual -2026/2029-Orçamento Saúde, PPA-Plano Plurianual-2026-2029-Conferência da Saúde, e tendo em vista que os instrumentos também foram enviados para os conselheiros, o contador narra as especificidades dos valores programados para os anos de 2026 à 2029, detalha minuciosamente dos valores e das ações que

serão executados pelo município, explica dos ajustes referente a redução nos valores de transferência das arrecadações do IPVA, que a redução trará reflexos negativos para os orçamentos municipais, quesito que também dificultou a conclusão da programação financeira dos instrumentos. Aurenilson segue detalhando os valores, programação das despesas dos orçamentos para cada ação realizada na Secretaria Municipal de Saúde, os conselheiros acompanharam a explanação dos instrumentos em tela compartilhada e ainda foram encaminhados no grupo de watts os documentos para avaliação antes da reunião, e que os instrumentos estão em analises na Câmara de Vereadores , e o prazo para conclusão determinado para envio ao Tribunal de Contas do Estado é até o dia 22/12/2025.A reunião discorre, a servidora Magali expõe sobre a regularização de membros que compõem a Comissão de Avaliação de Avaliação de Contratos , para prestação de serviços celebrados entre o Fundo Municipal da Saúde e Sociedade Hospitalar Beneficente, por conta que a Sociedade Hospitalar está com novo provedor(a), e a substituição dos membros do Conselho da Saúde biênio 2025/2026. Mediante as explicações dadas referente a necessidade da regularização de membros, são eleitos pelos conselheiros Lucineia Aparecida da Cruz e Ricardo Aparecido Ramos Simoni Junior. Discorrendo a servidora Magali explana da necessidade de ajustar novamente o Plano de Aplicação do CAPS-Centro de Atenção Psicossocial referente aos recursos recebidos da Resolução SESA/PR de nº 1.713/2023, na ação para as despesas Serviços de Terceiros, explicando da necessidade de manter os atendimentos da medica psiquiatra infantil , reprogramando os valores até o mês de dezembro de 2025.Os conselheiros atentos tecem comentários da excelência dos atendimentos da médica em vista da demanda de crianças para estes atendimentos. Prosseguindo a pauta os conselheiros agendam a reunião presencial com a Comissão de Avaliação da Dengue para o dia 02 de dezembro as 15:00 horas, as servidoras Mayara e Magali narram que nesta reunião são elaboradas as ações com as demais secretarias e departamentos do município, para o planejamento das ações a serem realizadas no combate ao mosquito da dengue. Discorrendo, a Enfermeira Mayara informa que teve necessidade de ajustar o Plano de Trabalho das propostas do Ministério da Saúde, Incremento do MAC e Incremento do PAP, explica conforme das necessidades dos ajustes no remanejamento dos saldos programados inicialmente, serviços de terceiros, para as despesas com os atendimentos aos usuários da APS-Atenção Primaria à Saúde, alterando os valores programados para os serviços transportes de pacientes, exames, e outras especialidades médicas. Os conselheiros tecem comentários dos assuntos pautados e debatidos no decorrer da reunião, todos os esclarecimentos que surgiram foram esclarecidos com as devidas justificativas, manifestada ciência, avaliação e aprovação dos instrumentos de gestão de acordo com a Resolução de nº 009/2025 do Conselho Municipal de Saúde – Plano Municipal da Saúde 2026 a 2029, LOA-Lei Orçamentária Anual-2026, PPA-Plano Plurianual -2026 a 2029-Orçamento 2026, PPA-Plano Plurianual – 2026 a 2029- Conferência Saúde. Ajustes no Plano de Aplicação da Resolução SESA/PR de nº1.713/2023 – CAPS-Centro de Atenção Psicossocial. Ajsutes no Plano de Trabalho Incremento do MAC e Incremento do PAP - Emendas do Ministério da Saúde. Não havendo mais nada a constar, eu, Ivana Aparecida Costa Nunes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde, Valdeir Antonio Junior. Andirá/Pr, 04 de novembro de 2025. Presentes: Valdeir Antonio Junior, Ana Cristina Coletti, Magali Soave de Oliveira,Mayara Oliveira Miranda Paludetto, Ricardo Aparecido Ramos Simoni Junior, Ivana Aparecida Costa Nunes. On Line: Marli Borges S.Simoni, Lucinéia Aparecida da Cruz, Andreza Soares Manfrin, Solange de Fátima da C.Barbosa, Mariza Fordellone Rosa Cruz, Amanda Panier de Godoy, Franciele Munhão Martins, Viviane Millani Teixeira Hatori, Marilia Russo Zanin, Denise Gonçalves Rabito, Aurenilson Cipriano. Os demais conselheiros justificaram suas faltas.

VALDEIR ANTONIO JUNIOR /
Presidente do Conselho Municipal da Saúde.

IVANA APARECIDA COSTA NUNES/
Secretária Executiva do Conselho Municipal da Saúde.

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E89836C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANDIRÁ/PR.

RESOLUÇÃO Nº. 009/2025, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Andirá, Estado do Paraná, em Reunião Ordinária Hibrida, com participação dos conselheiros presencial e plataforma google Meet, realizada no dia 04 de novembro 2025, na sala de reuniões do Conselho Municipal de Saúde, no Centro de Saúde I- Dr. Ângelo Papa situado na Av. Cezário Castilho, nº 1533, de Andirá- PR, no uso de suas atribuições, deliberaram sobre:

1**) Avaliação, Ciência e Aprovação Instrumentos de Gestão:**

1.1-Plano Municipal de Saúde Quadriênio 2026 a 2029.
1.2-LOA-Lei Orçamentária Anual – Orçamento Anual 2026.
1.3-PPA-Plano Plurianual -2026 a 2029 – Orçamento 2026.
1.4-PPA-Plano Plurianual- 2026 a 2029 – Conferência Saúde.

2) Aprovação nos ajustes da Resolução SESA/PR de nº1.713/2023 – CAPS-I-Centro de Atenção Psicossocial -I, utilização dos recursos para Serviços de Terceiros pagamentos Médico Psiquiatra Infantil no valor de R$ 21.000,00. (vinte e um mil reais).

3) Aprovação – Ajustes – Alteração do Plano de Trabalho - Emendas Ministério da Saúde:

3.1- Incremento do MAC – Proposta – 36000664770202500 – repasse – 1.000.000,00
O valor programado inicialmente:
R$ 600.000,00 para execução orçamentária delegada a consórcio para ser utilizado em exames e atendimentos através do CISNOP – 3.3.72.39.00.00
R$ 400.000,00 Pessoa jurídica para atendimentos de exames, cirurgias e especialidades medicas contratados direto pelo município. 3.3.90.39.00.00
Devido à necessidade de aumento dos repasses ao CISNOP-Consórcio Intermunicipal de Saúde, para manter os atendimentos os valores passam a ficar da seguinte forma:
3.3.72.39.00.00 – 718.400,00 execução orçamentária delegada a consórcio – CISNOP-
3.3.90.39.00.00 – 281.600,00 execução direta pelo município

3.2- Incremento do PAP – Proposta – 36000664077202500– repasse – 1.000.000,00
O valor programado inicialmente:
Apoio Logístico para Transporte Intermunicipal de Pacientes Acompanhados pela APS -220.000,00 – 3.3.90.39.00.00
Devido a necessidade de utilizar recurso para aquisição dos kits lanche, foi alterado:
3.3.90.39.00.00 – 195.300,00 – serviços para manter frota
3.3.90.32.00.00 – 24.700,00 – aquisição de kits lanche

Andirá, PR, 04 de novembro de 2025.

VALDEIR ANTONIO JUNIOR.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

HOMOLOGAÇÃO:

Nos termos da legislação vigente, homologo a Resolução nº. 009/2025 do Conselho Municipal de Saúde de Andirá- Pr.

Andirá, PR, 04 de novembro de 2025.

VALDEIR ANTONIO JUNIOR.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI.
Secretária Municipal da Saúde.

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:C95DDC2D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ERRATA -EXTRATO DE ATA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 12/11/2025. EDIÇÃO 3405

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **30/2025**
PROCESSO LICITAÇÃO Nº **40/2025**
Pregão Nº **19/2025**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS COMO, ESPELHO CONVEXO, APARELHO MEDIDOR 4 GASES PARA ESPAÇO CONFINADO, SINALIZADOR LUMINOSO DE SAIDA DE GARAGEM, ESMERILHADEIRA ANGULAR 7 POL 2200W, AR CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTU, INVERSOR PARA SOLDA ELETRODO REVESTIDO E TIG, GERADOR DE ENERGIA PORTÁTIL, SERRA SABRE A BATERIA 18V, MARTELO ROMPEDOR 720W, 220V, ESMERILHADEIRA A BATERIA, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL, SOPRADOR COSTAL A GASOLINA,CAPACETE DE PROTEÇÃO INFANTIL, VENTILADOR DE PAREDE E ESTANTES COM GAVETAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES OPERACIONAIS DO SAMAE.

ONDE SE LÊ:
JOSE ODÉCIO FURLAN EPP - CNPJ: 78.036.787/0001-39.
VIGÊNCIA: 10/11/2005 a 09/11/2026.

LEIA –SE:
JOSE ODÉCIO FURLAN EPP - CNPJ: 78.036.787/0001-39.
VIGÊNCIA: 10/11/2025 a 09/11/2026.

Andirá/PR, 12 de novembro de 2025.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:62AEA855

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 12/11/2025. EDIÇÃO 3405

EXTRATO DE CONTRATO N° 10/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ, E A EMPRESA VINICIUS BRITES SOTTI - ME.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA O SITE OFICIAL DO SAMAE DE ANDIRÁ.

ONDE SE LÊ:
VIGÊNCIA: 10/11/205 A 09/11/2026

LEIA-SE:
VIGÊNCIA: 10/11/2025 A 09/11/2026

Andirá/PR, 12 de novembro de 2025.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:EF7DAB64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS À CAPACITAÇÃO DE VEREADORES E SERVIDOR DIAS 12,13 E 14/11/2025
CURITIBA - PARANÁ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 026/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS À CAPACITAÇÃO DE VEREADORES E SERVIDOR NO CURSO**:**

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E PATRIMONIAL: ATRIBUIÇÕES DO LEGISLATIVO, DOS GESTORES E DOS FISCAIS DE CONTRATO
Fornecedor: SUPRA CURSOS
Valor: R$ 12.450,00

Embasamento: Artigo 74da Lei Federal nº 14.133/2021.

Antonina, 10 de Novembro 2025

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente da Câmara Municipal de Antonina

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:1AA2C1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 452/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 74.887,04

Exercício: 2025
Decreto nº 452/2025 de 21/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 452/2025 de 21/10/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 74.887,04 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistencia Social	
10.002.08.244.0005.2.209.		Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
418 - 3.3.90.30.00.00	31939	MATERIAL DE CONSUMO	74.887,04
		Total Suplementação:	**74.887,04**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.1.6.50.01.00.00000000	Fonte: 31939	74.887,04
	Total da Receita:	**74.887,04**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 21 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7727BF7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 458/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 50.000,00

Exercício: 2025
Decreto nº 458/2025 de 23/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.		Desenv. dos assuntos de com. e cultura	
454 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
		Total Suplementação:	**50.000,00**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Turismo	
12.001.23.695.0002.2.056.		Desenv. das atividades de turismo	
448 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.		Desenv. dos assuntos de com. e cultura	
452 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	30.000,00
		Total Redução:	**50.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do em 23 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI	***RAFAEL NEVES ALVES***
Prefeita	Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DA81640D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 466/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 2.466.816,04

Exercício: 2025
Decreto nº 466/2025 de 28/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.466.816,04 (dois milhões quatrocentos e sessenta e seis mil oitocentos e dezesseis reais e quatro centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
04.001.04.122.0000.0.005.		Programa do Pasep	
45 - 3.3.90.47.00.00	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100.000,00
04.001.04.122.0000.0.007.		Precatórios	
49 - 3.1.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	413.000,00
04.001.28.843.0003.0.006.		Amortização da dívida contratada	
66 - 3.2.90.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	430.000,00
67 - 3.2.96.22.00.00	01000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	4.500,00
68 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	368.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0003.2.027.		Manut. iluminação publica urbana	
124 - 3.3.90.39.00.00	01507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	101.316,04
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
336 - 4.4.90.52.00.00	374	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.050.000,00
		Total Suplementação:	**2.466.816,04**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.2.4.1.50.01.00.00000000	Fonte: 1000	101.316,04
Receita: 1.7.2.1.50.01.00.00000000	Fonte: 1000	1.315.500,00
Receita: 2.4.2.1.50.01.00.00000000	Fonte: 374	1.050.000,00
	Total da Receita:	**2.466.816,04**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 28 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4DA8BDEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 470/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 345.000,00

Exercício: 2025
Decreto nº 470/2025 de 28/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.020.		Manutenção da rede municipal ensino 1o grau	
202 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
205 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	145.000,00
		Total Suplementação:	**345.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.2.1.50.01.00.00000000	Fonte: 1000	345.000,00
	Total da Receita:	**345.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Para em 28 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:8B07FB66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 478/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 78.000,00

Exercício:2025
Decreto nº 478/2025 de 05/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 478/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
304 - 3.3.90.14.00.00	01303	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00
313 - 3.3.90.30.00.00	31334	MATERIAL DE CONSUMO	36.000,00
314 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.000,00
		Total Suplementação:	**78.000,00**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
331 - 3.3.90.39.00.00	31334	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	36.000,00
07.001.10.302.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
351 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	42.000,00
		Total Redução:	**78.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 05 de novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2D7A625D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 479/2025,- DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO AS VIAS URBANAS RELACIONADAS

DECRETO Nº 479/2025, de 05 de novembro de 2025

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO AS VIAS URBANAS RELACIONADAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, ROZANE MARISTELA BENEDETTI OZAKI, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de execução de obras em áreas urbanas;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de declaração de utilidade pública para fins de licenciamento junto aos órgãos ambientais competentes;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de execução de obras de pavimentação, as vias relacionadas no Relatório das Ruas Urbanas – Antonina/PR (Anexo I), nos bairros:

- Pinheirinho – Av. Engº Henrique Lajes, Rua Jacarandá, Rua Profº Ozeias;
- Tucunduva – Rua José Pereira da Cruz, Rua Jorge Florêncio;
- Jardim Maria Luiza – Rua Leonor Withers Cordeiro, Rua Profª Luizinha;
- Residencial Itapema – Ruas João Gualberto, Elias Salomão, Carlos Withers, Dos Expedicionários;
- Nossa Senhora da Penha – Ruas Juca Thomaz do Nascimento, Pedro Uzeda;
- Batel (Lado Sul) – Ruas Beco do Chafariz, José da Costa Amorim, Manoel Amorim;
- Km 04 – Rua Manoel Alves Martins;
- Itapema – Rua João Ribeiro Cardoso;
- Itapema de Baixo – Ruas Reinaldo Sales, Lourival Nescimento.

Art. 2º – As áreas declaradas de utilidade pública destinam-se à implementação de obras e serviços de interesse coletivo, visando à melhoria da mobilidade, saneamento e qualidade urbana.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 05 de novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal de Antonina

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4933CF17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 480/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 90.865,84

Exercício: 2025
Decreto nº 480/2025 de 05/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 480/2025 de 05/11/2025.

Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 90.865,84 (noventa mil oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		CHEFIA DE GABINETE	
02.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0002.2.003.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
18 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.165,84
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Agricultura	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. agr. e meio ambiente	
366 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	77.700,00
		Total Suplementação:	**90.865,84**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abe pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.9.3.1.05.01.00.00000000	Fonte: 1000	90.865,84
	Total da Receita:	**90.865,84**

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Par em 05 de novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5573CAE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 484/2025 - EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO , PRISCILA DAYANE DA SILVA ALVES

DECRETO Nº 484/2025, de 10 de novembro de 2025

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, **PRISCILA DAYANE DA SILVA ALVES,** RG nº 9.xx1.xx9-5 SESP/PR, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SEC MUN DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CC2**, em **13/11/2025.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:722E3CB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 485/2025 - EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS SEC DE SAÚDE , CLAUDINEIA CABRAL FREIRE

DECRETO Nº 485/2025, de 10 de novembro de 2025

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS SEC DE SAÚDE

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, **CLAUDINEIA CABRAL FREIRE**, Registro Geral Nº 8.xx5.xx0-2, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS – SEC DE SAÚDE – CC2**, **em 11/11/2025.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:69B3D46F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 486/2025 - EXONERA CHEFE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEC MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , RANULPHO MARTINS NETO

DECRETO Nº 486/2025, de 10 de novembro de 2025

EXONERA CHEFE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEC MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, **RANULPHO MARTINS NETO,** RG nº 12.xx5.xx8-3 SESP/PR, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEC MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CC2**, em **11/11/2025.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DECAFAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 487/2025 - NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEC DE ASS SOCIAL , CLAUDINEIA CABRAL FREIRE

DECRETO Nº 487/2025, de 11 de novembro de 2025

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEC DE ASS SOCIAL

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, **CLAUDINEIA CABRAL FREIRE**, Registro Geral Nº 8.285.980-2, para o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEC DE ASS SOCIAL – CC2**, **em 12/11/2025.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 11 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B966D231

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 488/2025 - NOMEIA CHEFE DE DIV DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS SEC MUNICIPAL DE SAÚDE , RANULPHO MARTINS NETO

DECRETO Nº 488/2025, de 11 de novembro de 2025

NOMEIA CHEFE DE DIV DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS SEC MUNICIPAL DE SAÚDE

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, **RANULPHO MARTINS NETO,** RG nº 12.xx5.xx8-3 SESP/PR, para o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS – SEC MUNICIPAL DE SAÚDE – CC2**, em **12/11/2025.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 11 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D312A5EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 492/2025 - DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM, PARA O BIÊNIO 2025/2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 492/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM, PARA O BIÊNIO 2025/2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Municipal nº 21/1996, e
Considerando a necessidade de recomposição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, em razão de alterações na representação de órgãos e entidades que o compõem;
Considerando a importância da manutenção do pleno funcionamento do Conselho, instrumento essencial para formulação, acompanhamento e controle social das políticas públicas voltadas às mulheres no Município de Antonina;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados(as) os(as) membros(as) do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, do Município de Antonina, para o biênio 2025/2027, representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, conforme segue:

I – Representantes do Poder Público Municipal:
a) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Itamar Mauricio dos Santos
Suplente: Sandra Elias do Nascimento
b) Secretaria Municipal de Educação e Esportes
Titular: Rosemari Andrade Rodrigues
Suplente: Carolina Guimarães Rech
c) Secretaria Especial da Mulher
Titular: Thaiz Batista Cordeiro
Suplente: Larissa Maria Broska Gourlart
d) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico
Titular: Diego Fernandes Pereira
Suplente: Adilzo dos Santos Rodrigues
e) Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Paola Marciele Fumaneri Valério
Suplente: Sebastiana Luzia da Silva
f) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Katiely dos Santos Vieira
Suplente: Marina Bettega
II – Representantes da Sociedade Civil:
a) Grupo de Terceira Idade
Titular: Pauliane Mello Pacholek
Suplente: Marilene Cassila
b) Coletoras de Material Reciclado
Titular: Maria Eleuterio de França
Suplente: Adriana do Rocio Calisto Gomes
c) Associação de Moradores Rural e/ou Urbana
Titular: Ana Paula Broska
Suplente: Noeli da Silva Ricardo
d) Produtoras Rurais
Titular: Rosana da Silva Veiga
Suplente: Sara Dalila Wandenberg dos Santos
e) Pescadoras e/ou Marisqueiras
Titular: Janete Mendes Pereira
Suplente: Rosiana Ribeiro da Costa
f) Segmento Religioso
Titular: Allana Cristina Araújo
Suplente: Denise Nogueira Corrêa
Art. 2º A Comissão Executiva do COMDIM, para o biênio 2025/2027, passa a ter a seguinte composição:
Presidente: Itamar Mauricio dos Santos

Vice-Presidente: Pauliane Mello Pacholek

Secretária-Geral: Katiely dos Santos Vieira

Secretária Adjunta: Ana Paula Broska

Tesoureira: Paola Marciele Fumaneri Valério

Art. 3º O Conselho ora nomeado tem por finalidade formular, propor, deliberar e acompanhar a execução de políticas públicas voltadas à promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, observando os princípios da igualdade de gênero e da participação social.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições do Decreto nº 295/2025 e demais atos em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina/PR, 12 *de* novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:289B7773

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - EDITAL 13/2025 - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

ERRATA
EDITAL N.º 013-2025 CP - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

CONCURSO PÚBLICO

A Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital CP nº 009/2022 de 14/10/2022 do resultado final e homologação do Concurso Público de Provas e Títulos – Edital CP nº 001/2020, para provimento de cargos no Quadro de Pessoal do Executivo Municipal e vagas para os Cargos Públicos, relacionados em anexo:

RESOLVE CONVOCAR:

1. Os candidatos aprovados e classificados no referido Concurso, para o Cargo Público, conforme relação anexa, parte integrante deste Edital, para comparecerem **no período de 13/11/2025 à 18/11/2025**, no horário das 09:00 Hs as 17:00, sito à Rua XV de Novembro, 150, na Divisão de Recursos Humanos, munido dos seguintes documentos

Carteira de Identidade (xerox)
Título de Eleitor (xerox)
CPF/MF (xerox)
Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (se for o caso)
Certidão de Nascimento de filhos menores
Comprovante de Residência
Documento de habilitação no órgão competente (se for o caso)
01 foto 3x4
PIS OU PASEP (se já inscrito)
Atestado de vacina de filho menores
Atestado médico de capacitação física e mental
Comprovante de escolaridade exigida no Edital.
Certidão Negativa de antecedentes criminais.

N.B:. O convocado deverá comparecer no prazo estipulado, sob pena de perda da vaga.
Antonina, 05 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

ANEXO I - EDITAL Nº 013/2025 CP
DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARCIAL DE PESSOAL APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 009/2022, DE ACORDO COM O NÚMERO DE VAGAS ABERTAS :

ENGENHEIRO(A) CIVIL		
NOME	***INSCRIÇÃO***	***POSIÇÃO***
GABRIEL SALVALAGIO GUMY	*8416*	*6º*
LORENA VICTORIA JANUARIO WOSCH	*9370*	*7º*

Antonina, 05 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:EA8C9570

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 500/2025 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CHRISTIANE ELIZABETH MACHADO DA SILVA , MATRÍCULA Nº 925 – TÉCNICA DE ENFERMAGEM

PORTARIA Nº 500/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 7596/2025 ,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CHRISTIANE ELIZABETH MACHADO DA SILVA , matrícula nº 925 – Técnica de Enfermagem,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **04/11/2025 à 17/11/2025**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 7596/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:491D69E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 501/2025 - LICENÇA ESPECIAL , ARIOSVALDO FERNANDES

PORTARIA Nº 501/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 7207/2025.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ARIOSVALDO FERNANDES , Auxiliar de Serviços Gerais ,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **10/11/2025 à 07/02/2026**, conforme Protocolo nº 7207/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6D11F16B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 502/2025 - DESIGNA SERVIDORES PARA AS FUNÇÕES DE GESTOR/EXECUTOR E FISCAL DO TERMO DE CONVÊNIO – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – E-PROTOCOLO Nº 24.649.313-8

PORTARIA Nº 502/2025

Designa servidores para as funções de Gestor/Executor e Fiscal do Termo de Convênio – Aquisição de Máquinas e Equipamentos – E-Protocolo nº 24.649.313-8 – Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores **HALLAN CORDEIRO CORREA**, RG nº 12.775.002-5 – Secretário Municipal de Agricultura – para a função de Gestor do Convênio, a servidora **MARILENE DE CASTRO NUNES** – CPF nº 945.239.169-34 – Assistente Administrativo – SEMAGRI, para a função de Executor do Convênio e o servidor **DEOCLÉCIO DE OLIVEIRA MILLEZI**, CPF nº 028.704.469-69 – Auxiliar Técnico Administrativo – para a função de Fiscal do Termo de Convênio, referente a Aquisição de **Retroescavadeira – E-Protocolo nº 24.649.313-8** – Convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento do Paraná e o Município de Antonina-Paraná.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:66A20595

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 503/2025 - DESIGNA SERVIDORES PARA AS FUNÇÕES DE GESTOR/EXECUTOR E FISCAL DO TERMO DE CONVÊNIO – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – E-PROTOCOLO Nº 24.553.911-8

PORTARIA Nº 503/2025

Designa servidores para as funções de Gestor/Executor e Fiscal do Termo de Convênio – Aquisição de Máquinas e Equipamentos – E-Protocolo nº 24.553.911-8 – Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores **HALLAN CORDEIRO CORREA**, RG nº 12.775.002-5 – Secretário Municipal de Agricultura – para a função de Gestor do Convênio, a servidora **MARILENE DE CASTRO NUNES** – CPF nº 945.239.169-34 – Assistente Administrativo – SEMAGRI, para a função de Executor do Convênio e o servidor **DEOCLÉCIO DE OLIVEIRA MILLEZI**, CPF nº 028.704.469-69 – Auxiliar Técnico Administrativo – para a função de Fiscal do Termo de Convênio, referente a Aquisição de **Trator Agricola – E-Protocolo nº 24.533.911-8** – Convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento do Paraná e o Município de Antonina-Paraná.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:3D3CF4DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 504/2025 - DESIGNA SERVIDORES PARA AS FUNÇÕES DE GESTOR/EXECUTOR E FISCAL DO TERMO DE CONVÊNIO – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – E-PROTOCOLO Nº 24.319.166-1

PORTARIA Nº 504/2025

Designa servidores para as funções de Gestor/Executor e Fiscal do Termo de Convênio – Aquisição de Máquinas e Equipamentos – E-Protocolo nº 24.319.166-1 – Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores **HALLAN CORDEIRO CORREA**, RG nº 12.775.002-5 – Secretário Municipal de Agricultura – para a função de Gestor do Convênio, a servidora **MARILENE DE CASTRO NUNES** – CPF nº 945.239.169-34 – Assistente Administrativo – SEMAGRI, para a função de Executor do Convênio e o servidor **DEOCLÉCIO DE OLIVEIRA MILLEZI**, CPF nº 028.704.469-69 – Auxiliar Técnico Administrativo – para a função de Fiscal do Termo de Convênio, referente a Aquisição de **Veículos – E-Protocolo nº 24.319.166-1** – Convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento do Paraná e o Município de Antonina-Paraná.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 10 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:18955902

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 505/2025 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NARGELA APARECIDA RODRIGUES FLORIANO, ENFERMEIRA

PORTARIA Nº 505/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 7676/2025 ,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **NARGELA APARECIDA RODRIGUES FLORIANO, Enfermeira,** 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **11/11/2025 à 20/11/2025**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 7676/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 11 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FFA3C55D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 506/2025 - DESIGNAR, OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO Nº 092/2025 – LLEVON INFORMÁTICA LTDA

PORTARIA Nº 506/2025, de 12 de novembro de 2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para exercer a função de fiscal e gestor do contrato nº 092/2025 – LLEVON INFORMÁTICA LTDA, da Secretaria Municipal de Administração, em 01/10/2025:

MARCIO LUCIMAR DA SILVA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
FISCAL DO CONTRATRO

ODETE DA SILVA CACILHA - AUXILIAR TÉC. DE ADMINISTRAÇÃO
GESTORA DO CONTRATO

Os Servidores designados farão jus ao recebimento de uma gratificação por encargos especiais, durante a sua permanência na função designada, conforme Decreto nº 134/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA em, 12 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2D43E54B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA – 18/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/ANTONINA , NOMEAR A CONSELHEIRA SUPLENTE EDELCI LOURENÇO MARTINS PORCIDES

RESOLUÇÃO CMDCA – 18/2025

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/ANTONINA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/ANTONINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 18/92, com fundamento na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Resolução CONANDA nº 137/2010,

CONSIDERANDO o período de férias do Conselheiro Tutelar Leonardo Monteiro da Silva;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade do atendimento no Conselho Tutelar e a ordem de classificação do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares;

RESOLVE:

Art. 1º – **Nomear a Conselheira Suplente** Edelci Lourenço Martins Porcides para exercer, em caráter temporário, a função de Conselheira Tutelar **no período de 01 a 30 de novembro de 2025,** em substituição ao Conselheiro Titular Leonardo Monteiro da Silva, afastado em gozo de férias.

Art. 2º – A presente nomeação tem validade exclusivamente durante o período supracitado, ou até o retorno do Conselheiro Titular, caso este ocorra antes da data final mencionada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 12 de Novembro de 2025.

RANULPHO MARTINS NETO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5A8AAAF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÚMULA - PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Prefeitura Municipal de Antonina, CNPJ 076.022.516/0001-07 torna público que requereu em 10 de Novembro de 2025 , pedido para LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO, para atividade pavimentação de Vias Urbanas.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:53E030C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO 2 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025

AVISO DE SUSPENSÃO 2
MUNICÍPIO DE ASTORGA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025

O **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, com sede na Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 48, em Astorga-PR; considerando o pedido de esclarecimentos e de impugnação, impetrados pela licitante, **tendo por objeto a** Aquisição de mobiliário em geral (escolar, administrativa e de apoio), a atender as necessidades dos Centros Municipais Educação Infantil, Escolas e Departamento Municipal de Educação do Município de Astorga – PR.**- Obs: A nova data e horário de abertura da sessão, estarão disponíveis no site www.astorga.pr.gov.br, www.gov.br/compras e também serão publicados no Órgão Oficial de Divulgação do Município -**

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp.

Astorga, 12 de novembro de 2025.

ADRIANA ANTONIETA BRANDOLIM
Diretora do Departamento e Adm. Patrimônio e Suprimentos

Publicado por:
Aurasil de Lima Rodini Netto
Código Identificador:F9765144

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 155/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 034/2025
REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO - N° 004/2024
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 155/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: ROSA SUL PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF: 61.282.473/0001-13.
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, Prestação de serviços em Engenharia e Arquitetura para elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos, projetos complementares e compatibilização entre as diferentes disciplinas afetas à engenharia e à arquitetura, desenvolvidos na plataforma BIM (Building Information Modeling), decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 034/2025 e do Procedimento de Credenciamento n° 004/2024. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 95.000,01 (noventa e cinco mil reais e um centavo)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 33504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 2002 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2025, tendo início na assinatura do presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Eduardo Valdemir Binde Dala Rosa.
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:75EDC59D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 040/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONVOCAR, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, para comparecer na **Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento de Recursos Humanos, no período de 18/11/2025 a 19/11/2025**, munido dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Cópia do CPF dos dependentes menores;
- Cópia do comprovante de conclusão do curso exigido no Edital de Concurso;
- Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Cópia do Cadastro no PIS / PASEP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;
- Certidão Criminal;
- Comprovante de residência;
- 1 foto 3 x 4.

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação do candidato.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Danilo Stocco de Souza	**66,00**	**14º lugar**

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B56A8916

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO N.º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 017/2025

A Prefeita do Município de Astorga, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E
CONVOCAR, a candidata abaixo relacionada, aprovada no **Processo Seletivo de Estagiário, aberto pelo Edital n.º 001/2025**, para comparecer à Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento de Recursos Humanos, **no período de 17/11/2025 a 18/11/2025**, munida dos seguintes documentos:
- Cópia da Carteira de Identidade;
- Cópia do CPF;
- Cópia da Declaração de matrícula;
- Comprovante de residência;

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

CURSO: PEDAGOGIA

NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
- Renata Aparecida Lopes	60	27º lugar

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:5AB0F25F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.278/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **VITOR FREDDI BUENO**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº 38.085.814-9 - SESP/SP e CPF/MF sob nº 351.649.078-01, nascido aos 11/03/2000, em São Bernardo do Campo – SP, residente e domiciliado à Rua Ipanema, nº 140, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:CBDF1405

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.279/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR a servidora **THAIS MARA LOPES**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Oficial Administrativo, Nível 12-D, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D313E676

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.280/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **JOHN LENON MOREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade Registro Geral-CPF nº 095.406.689-80 - SESP/PR, nascido aos 05/08/1998, residente e domiciliado à Rua Tenente Peryneus, nº 319, Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Projetos com Crianças e Adolescentes, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9FA9CCBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.281/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **ADILEIA CUSTODIO ASSUNÇÃO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 10.451.988-1- SESP/PR e CPF nº 066.608.999-01, nascida aos 12/04/1992, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Vitório Pedro Dardengo, nº 123, Jardim das Torres II, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão da Casa Lar, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:3BE7AA5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.282/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **MAGALI ALVES**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 6.914.723-2 - SESP/PR e CPF nº 039.572.069-95, nascida aos 10/08/1979, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua São Sebastião, nº 486, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Divisão da Casa Lar, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:A6946312

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.283/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR a servidora **FRANCIELI SANTANA PEREIRA DOS REIS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Educador Social, Nível 15-B, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-03**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:C454E44F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.284/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **KATIA REGIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, divorciada, portadora do RG. nº 7.167.464-9 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 030.698.659-09, nascida aos 04/01/1978, residente e domiciliada à Rua Marechal Deodoro, nº 269, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:157655DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.285/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, o servidor **RONALDO ADRIANO BARROS**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Lavador, Nível 03-O, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:6F8FF389

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.286/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **DALVA MARIA DE OLIVEIRA MESSIAS**, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 4.192.461-6 – SESP/PR e CPF n.º 654.969.069-20, nascida em 22/07/1956, natural de Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Japurá, nº 33, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:EFA88308

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.287/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **ADRIANA CARLA SPAGNOL,** brasileira, portadora do RG. nº 6.574.044-3 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 029.376.619-39, nascida aos 22/10/1975, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Lapa, nº 25, Conjunto Sol Nascente, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:42B704EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.288/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **GISLENE BISPO DOS SANTOS**, brasileira, portadora do RG. n.º 40.460.659-3-SESP/SP e CPF/MF sob n.º 339.399.048-99, nascida aos 17/02/1986, em São Bernardo do Campo - SP, residente e domiciliada à Rua Arquimedes Storti, n.º 84, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Assistência Social, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:16F01769

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.289/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **MARINA TIEMI KOBIYAMA SONOHARA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Psicólogo, Nível 18-C, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão do CREAS, Símbolo CC-04**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Psicólogo, Nível 18-C, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:11C99731

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.290/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ROZIMEIRE NUNES MONTEIRO**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Assistente Social, Nível 20-H, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão do CRAS, Símbolo CC-04**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Assistente Social, Nível 20-H, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:CBACAF9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.291/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **PATRICIA KARLA BOMBALDI BARROS,** brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 7.710.056-3 - SESP/PR e CPF nº 026.280.199-06, nascida aos 23/09/1980, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua José Ast, nº 136, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão do CRAS, Símbolo CC-04**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B7B78C9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.292/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ANNA PAULA DA SILVA DUARTE**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Oficial Administrativo, Nível 12-E, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão do CadÚnico, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Oficial Administrativo, Nível 12-E, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:A0EADECF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.293/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ANA PAULA MARTINS DA SILVA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Assistente Social, Nível 20-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão da Vigilância Sócio Assistencial, Símbolo CC-04**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Assistente Social, Nível 20-A, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:1675F4CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.295/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ROSANGELA APARECIDA CARMONA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Educador Social, Nível 15-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Símbolo CC-04**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Educador Social, Nível 15-A, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:05E1E1D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.296/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o servidor **APARECIDO ALVES DOS SANTOS**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Padeiro, Nível 06-L, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Padaria, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Padeiro, Nível 06-L, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:22B0D33B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.297/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR o servidor **ELVIS EDSON DE CARVALHO**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Instrutor Desportivo, Nível 10-P, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-02**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B98B892C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.298/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **JOSÉ ALDECIR MARINHO**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 7.027.577-5- SESP/PR e CPF n.° 946.213.579-72, nascido aos 04/11/1969, em Astorga – PR, residente e domiciliado à Rua Rio de Janeiro, s/nº, Distrito de Içara, Município de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:3C8D18CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.299/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **ANTONIO CARLOS MIRANDA,** brasileiro, casado, portador do RG. nº 5.790.687-1 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 818.325.249-49, nascido aos 03/12/1972, em Arapongas - PR, residente e domiciliado à Rua Japurá, nº 74, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D19085EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.300/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **JULIANA SILVA DOS SANTOS,** brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 12.572.578-3 - SESP/PR e CPF sob n.º 096.359.909-79, nascida aos 21/09/1994, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Quedas do Iguaçu, n.º 119, Jardim Londrina, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:431F037F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.301/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **NELSON DE MENEZES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade RG. n.º 9.543.840-3 – SSP/SP e CPF n.º 988.551.748-00, nascido em 22/01/1948, natural de Marapê-ES, residente na Avenida Rio de Janeiro, s/n, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:0131F343

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.302/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **FRANCIELE MARIA DE OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, portadora do RG. nº 7.402.278-2-SESP/PR e do CPF sob n.º 049.763.859-22, nascida aos 19/06/1984, em Astorga, Estado do Paraná, residente e domiciliada à Rua Piratininga, nº 146, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Esportes, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:AAEEBA0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.303/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **HAROLDO ZAFALON**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 4534687-0 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 853.479.659-91, nascido aos 15/11/1971, em Astorga - PR, residente e domiciliado à Rua José Mendes Rodrigues, nº 60, Jardim Licce, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Cultura, Símbolo CC-02**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:589C1416

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.304/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **PATRICIA APARECIDA CAMPANER**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar de Biblioteca, nível 08-F, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Cultura, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Auxiliar de Biblioteca, Nível 08-F, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D2ABF1B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.305/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **FERNANDA BORN MACHADO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 14.858.768-0 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 059.926.249-45, nascida aos 13/05/2001, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua São Luiz, nº 87, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Divisão de Biblioteca, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9BAB398F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.308/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **IVONETE APARECIDA DE JESUS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Assistente Social, Nível 20-E, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Assistência em Saúde, Símbolo CC-03**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Assistente Social, Nível 20-E, acrescido da Função Gratificada, FG-02, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:6C9D7344

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.309/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **TALITHA SERAPIÃO DA SILVA VINCI**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Enfermeiro, Nível 20-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Atenção Primária em Saúde, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Enfermeiro, Nível 20-A, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:32F8BA8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.310/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **NATALIA MARCHI MARQUES BUZATTO**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Nutricionista, Nível 19-F, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão dos Programas Relacionados a Nutrição e Atividade Física, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Nutricionista, Nível 19-F, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B8B8A440

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.311/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **MAGALY DE FÁTIMA MIQUELANTI**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Enfermeiro, Nível 20-K, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão da Saúde da Mulher e da Criança, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Enfermeiro, Nível 20-K, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:129505A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.312/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **JAQUELINE MARTINS BATISTA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Farmacêutico, Nível 17-I, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Farmácia Especial, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Farmacêutico, Nível 17-I, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:422A9143

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.313/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **JOSIANE SOFFIENTINE BARROSO**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Farmacêutico, nível 17-H, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Farmácia Básica, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.
Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Farmacêutico, Nível 17-H, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D614B9BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.314/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **KEILA FERNANDA DE SOUZA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Farmacêutico, Nível 17-B, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Farmácia Móvel, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Farmacêutico, Nível 17-B, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:37B5ACF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.315/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR a servidora **ALINE MONTANARI**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Telefonista, Nível 07-C, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção do Centro de Diagnóstico e Especialidades, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:42C6BC41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.316/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **ORZENI DE CARVALHO FERREIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 6.059.922-0 - SSP/PR e CPF sob n.º 903.996.769-53, nascida aos 21/09/1973, em Astorga - PR, residente à Rua Princesa Izabel, s/nº - Distrito de Santa Zélia, neste Município de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Divisão de Média Complexidade, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:67D530AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.317/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR a servidora **GESSI DIAS MOTA CÂNDIDO**, lotada quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Oficial Administrativo, Nível 12-A, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Divisão de Média Complexidade, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:158D1257

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.318/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **MONISE LOURENÇO SANCHES**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Psicólogo, Nível 18-F, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Saúde Mental, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Psicólogo, Nível 18-F, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:67042DB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.319/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ROBERTA FURTADO FORTE PAPKER**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Fisioterapeuta, Nível 17-B, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção da Saúde da Pessoa com Deficiência, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Fisioterapeuta, Nível 17-B, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:80555C94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.320/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o servidor **JOSÉ ROBERTO CASSAMALLI,** lotado no Quadro de Pessoal Estatutário, com o cargo de Técnico em Raio X, Nível 12-J, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Transporte, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo do servidor, Técnico em Raio X, Nível 12-J, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:64410669

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.321/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR o servidor **GUILHERME ANTONIO FERREIRA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção do Controle Operacional de Frota do Transporte, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B843608C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.322/2025

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E
CONSTITUIR **comissão especial**, para análise das amostras apresentadas, referente ao **Pregão Eletrônico nº 085/2025 - Processo Administrativo n.º 168/2025**, objetivando a aquisição de medalhas para atendimento de demandas do Departamento Municipal de Esportes e Lazer, em virtude da realização dos "Jogos 60+", nomeando os servidores: LEONARDO ISRAEL TOSO, MARCELO LUIS JULIANI e ISABELLY VERÔNICA TOLEDO, para análise das amostras apresentadas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:FCA71FEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.323/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **MARIA DAS GRAÇAS GOMES DOS SANTOS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Zelador, Nível 02-E, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Atendimento do Transporte da Saúde, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:FE86F248

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.324/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **DANIEL DE PAULA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG. n.º 9.766.927-9-SESP/PR e CPF sob n.º 055.690.739-65, nascido aos 11/07/1987, residente e domiciliado à Rua Silvino Fortunato Bérgamo, nº 159, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Atendimento do Transporte da Saúde, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:69598B01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.325/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **LUCIANA SALMERON BAPTISTELA**, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 7.957.771-5 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 044.157.239-18, nascida aos 09/11/1978, em Astorga – PR, residente e domiciliada à Rua Reserva, nº 75, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Atendimento do Transporte da Saúde, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B5791068

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.326/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **ROQUE ZAMIERUCHA**, brasileiro, solteiro, portador do RG. n.º 6.076.780-7 - SESP/PR e CPF sob n.º 042.095.419-82, nascido aos 23/02/1974, em Astorga - PR, residente e domiciliado à Rua Circular, nº 241, no Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Atendimento do Transporte da Saúde, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:979B33E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.327/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR a servidora **PRISCILA SANTOS MOTA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-I, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Agendamento, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:BE8D586D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.328/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **DANIELI PEREIRA DOS SANTOS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-D, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Agendamento Cirúrgico, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:5824FC9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.329/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **CAROLINA SUEKO HANGAI MIYABE**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Agendamento Exames, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:DCFB7A3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.330/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR o servidor **PEDRO HENRIQUE CHAVES MENOLLI**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Agendamento de Consultas Especializadas, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:13B603B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.331/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **SANDRA REGINA MARQUES**, lotada no quadro de pessoal contratado, sujeito ao regime da CLT, com a função de Auxiliar de Enfermagem, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção do Laboratório Municipal, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:2F63D857

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.332/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **ELIANE PEREIRA DE SOUZA BARROSO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 7.163.737-9 - SESP/PR e CPF/MF sob n.º 043.133.919-83, nascida aos 15/08/1982, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Alexande Dolla, n.º 395, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Vigilância em Saúde, Símbolo CC-07**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:12F0ACF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.333/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **PATRICIA FIORI VICENTE**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Enfermeiro, Nível 20-H, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Vigilância Epidemiológica, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Enfermeiro, Nível 20-H, acrescido da Função Gratificada, FG-03, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:5B9D0DA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.334/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **HACIZE EDUARDA CORREA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Enfermeiro, Nível 20-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Imunização, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Enfermeiro, Nível 20-A, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:79A57C47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.335/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **ANA PAULA DA SILVA CALÇADO MALLER**, brasileira, casada, portadora do RG. nº 12.704.173-3 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 091.924.619-21, nascida aos 07/08/1993, em Curitiba – PR, residente e domiciliada à Rua Rebouças, nº 80, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão **de Vigilância Sanitária, Símbolo CC-05**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B685B99A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.336/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR o servidor **BRUNO WLMER GOMES DE OLIVEIRA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Fiscal Sanitário, Nível 14-A, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Vigilância de Terrenos, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo do servidor, Fiscal Sanitário, Nível 14-A, acrescido da Função Gratificada, FG-04, nos termos da alínea "b", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:83805B45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.337/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **ROSÂNGELA KÁTIA GIROLDO DOS SANTOS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Zelador, Nível 02-D, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Seção de Agentes Comunitários de Endemias, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B38B7FFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.338/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR **IZABELLA VICTÓRIA SALMERON DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora do RG. nº 6.968.103 - SESP/SC e CPF/MF sob nº 105.549.739-01, nascida aos 15/09/1998, em Astorga – PR, residente e domiciliada à Rua Reserva, nº 75, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Planejamento e Auditoria em Saúde, Símbolo CC-03**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:801B0053

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.339/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **NELSON ROCHA DE MEDEIROS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG. nº 7.275.519 - SESP/PR e CPF nº 038.121.779-51, nascido aos 15/03/1983, residente e domiciliado à Rua Bahia, nº 431, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Planejamento e Auditoria em Saúde, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D82598D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.340/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR a servidora **JOSIANE CRISTINA DE OLIVEIRA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível 09-A, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento Municipal de Planejamento e Auditoria em Saúde, Símbolo CC-06**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:CE0EE3FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.341/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

NOMEAR, **MARIANE RODRIGUES GUERRA ROVELI,** brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG. n.º 10.405.162-6 - SESP/PR e CPF nº 077.244.029-81, nascida aos 27/11/1992, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Leonel Cardoso dos Santos, nº 64, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Auditor em Saúde, Símbolo CC-02**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:56E2BF2D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1.350/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;
R E S O L V E

NOMEAR, **EDSON FRANCISCO MARRA**, brasileiro, casado, portador do RG. nº 6.238.859-5 - SESP/PR, nascido aos 23/01/1974, em Cambé - PR, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes, s/nº, no Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Atendimento do Transporte da Saúde, Símbolo CC-08**, com início em 1º de novembro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:160E86E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.342/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 427/2023, de 20 de Junho de 2023;
Considerando o inciso III, do Art.112, da Lei Complementar n.º 1.232/94-E - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga, com redação dada pela Lei Complementar n.º 2.528/2013, de 25/04/2013 e a Lei Complementar n.º 3.139/2021, de 11/11/2021;

R E S O L V E

Art.1º - Autorizar a **conversão de 06 (seis) dias da licença-prêmio**, relativos ao período aquisitivo de 04/02/2017 a 03/02/2022, do servidor **GIACOMO JOSÉ ZAMPIERI**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Motorista de Ônibus, conforme requerimento protocolado sob n.º 1-24093/2025, de 06/11/2025.

Art. 2º - A conversão em pecúnia prevista no artigo anterior, será utilizada exclusivamente para o pagamento de tributos municipais, existentes em nome do servidor.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:51D85BE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 1.349/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 427/2023, de 20 de Junho de 2023;
R E S O L V E

CONCEDER à servidora **JOYCE DE FÁTIMA MORAIS DA SILVA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Professor, Níveis MD-4 e MB-1, LICENÇA MATERNIDADE, pelo **período de 180 (cento e oitenta) dias**, com **início em 10 de novembro de 2025 e término em 08 de maio de 2026**, conforme atestado médico e requerimento protocolado sob n.º 1-24471/2025, de 12/11/2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:DB5F1552

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

OBJETO: Aquisição de Kits destinados às gestantes do município para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 282.480,00 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais).

Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 17/11/2025 até às 08h29min. do dia 01/12/2025.
Abertura das Propostas: das 08h30min. do dia 01/12/2025 às 08h:59min. do dia 01/12/2025.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00min. do dia 01/12/2025.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 12 de Novembro de 2025.

BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira
Portaria nº 801/2025

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:872F16CF

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DELIBERAÇÃO – CMDCA/BALSA NOVA

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO – CMDCA/BALSA NOVA

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA** do Município de Balsa Nova/PR, em Assembleia Ordinária realizada em **29 de outubro de 2025**, deliberou pela **validação e reconhecimento** do **Curso de Aprendizagem Profissional "Arco de Serviços Administrativos EaD/Digital – 400 horas"**, oferecido pelo **Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR**, vinculado ao **Programa de Socioaprendizagem – Modalidade EaD**, no âmbito deste município, conforme os princípios e diretrizes da **Lei nº 10.097/2000** e do **Decreto nº 9.579/2018**.

Balsa Nova/PR, 11 de novembro de 2025.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Município de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:BC4C3B2C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 070/2023

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 070/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: ESTRATÉGIA IT LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 070/2023 pelo período de 04/12/2025 até o dia 03/12/2026 e reajuste de preços conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, equivalente a 5,600570%, referente ao fornecimento de Solução de Firewall com fornecimento de hardware, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 21.018,12 (vinte e um mil, dezoito reais e doze centavos), por todo o objeto contratado aditivado.
Dotação Orçamentária:
05.001.04.122.0002.2018-3.3.90.40.00.00.1000;
04.001.04.122.0002.2012-3.3.90.40.00.00.1000.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 070/2023.

Balsa Nova, 10 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A049ECB1

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: G2 GESTAO EM SERVICOS LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a locação e fornecimento de materiais de enfeites natalinos, com a sua devida instalação, montagem e desmontagem dos enfeites, de acordo com as condições particulares deste Edital e de seus Anexos.
VALOR: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.23.695.0008.2041-3.3.90.39.00.00.1000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 120 (cento e vinte) dias.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.

Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:37E267CA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 837/2025

PORTARIA N°. 837/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Artigo 34 da Lei 222/1991, considerando o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório no **Processo Administrativo 25979/2025,**

RESOLVE:
Art. 1º. - Declarar a aprovação em estágio probatório e a consequente estabilidade do servidor público **RAIMUNDO RENATO DA SILVA NETO, "Enfermeiro**", Matrícula 47338.
Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, assegurando efeitos retroativos a partir de 15 de agosto de 2025.

Balsa Nova, 10 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:0D649E78

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 841/2025

PORTARIA Nº 841/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19495/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **LARISSA BARBOSA SANT'ANA**, para o cargo de "**ENGENHEIRO CIVIL**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19495/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de 13/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:6156868F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 842/2025

PORTARIA N.º 842/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 28110/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. – Rescindir a pedido o contrato de trabalho por prazo determinado de **TAMIRES BARRETO DOS SANTOS**,matrícula n.º 541858, do cargo de "PSS – Técnico em Saúde", lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 10.11.2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:644DF9A5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 843/2025

PORTARIA Nº 843/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **ERCELY TEREZA MELLO MACEDO**, para o cargo de "**ENFERMEIRO**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS - FOLGUISTA** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de 13/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C72209A0

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 844/2025

PORTARIA Nº 844/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12357/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **KARINA FERREIRA DA LUZ**, para o cargo de "**PROFESSOR**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MÁRIO FARACO** para cumprir a jornada de trabalho de 20 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12357/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de 13/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:867C31BD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 845/2025

PORTARIA N.º 845/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 28193/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **RAFAEL RODRIGUES DE PAULA**,matrícula nº 46999, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, para o cargo de provimento em comissão de "Assessor de Gestor", lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 13.11.2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:B2689920

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04/2025

RESOLUÇÃO Nº 04/2025

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação, referente ao repasse de recursos, no formato Fundo a Fundo, para fortalecimento em âmbito municipal voltado a garantia de Direitos da Mulher, oriundo da Deliberação nº 015/2025|CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 1377/2024 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, torna público que, em **Assembleia Extraordinária** realizada em **12 de novembro de 2025**, o colegiado;

RESOLVEU:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação, referente ao repasse de recursos, no formato Fundo a Fundo, para fortalecimento em âmbito municipal voltado a garantia de Direitos da Mulher, oriundo da Deliberação nº 015/2025|CEDM/PR, no valor de R$ 45.000,00. (ANEXO)

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 12 de novembro de 2025.

Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

LUCYLENE DO ROCIO SKRZYPEK
Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

VANESSA DA SILVA CAMPESE
Secretária Executiva
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

ANEXO:

Deliberação nº 015/2025 - CEDM/PR
Plano de Ação
DADOS CADASTRAIS

Dados Cadastrais do Órgão Gestor
MUNICÍPIO CNPJ
Balsa Nova 76.105.527/0001-42

Nome do Secretário responsável pela Política dos Direitos da Mulher
Edicarlos Mendes Dorado

E-mail
sec.assistenciasocial@balsanova.pr.gov.br

Endereço CEP
Avenida Brasil, 560, sobreloja - Centro - Balsa Nova 83.650-000

Telefone institucional
(41)3636-8045 assistenciasocial@balsanova.pr.gov.br
REPASSE
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - FEDIM
PROGRAMA
Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher
VALOR DO REPASSE
R$ 45.000,00

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO

Atendimento Físico

Estruturação dos Organismos de Políticas Públicas para Mulheres e/ou Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher	
Órgão Gestor da Política da Mulher contemplado com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	00
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher contemplado com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	01
Aquisição de veículo para uso na política da mulher (órgão gestor, CMDM, serviços)	00
Outros	00
Estruturação das ofertas e iniciativas voltadas ao protagonismo feminino e à promoção, à prevenção e ao enfrentamento às violências prestados em órgãos governamentais de políticas setoriais	
Unidades de políticas públicas governamentais voltadas ao protagonismo feminino, contempladas com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	01
Unidades de políticas públicas governamentais voltadas á prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, contempladas equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	01
Outros	00
Estruturação de equipamentos das políticas públicas para mulheres, tais quais Casa da Mulher Paranaense, CRAM e serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência e seus dependentes	
Estruturação de Casa da Mulher Paranaense contemplada com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	00
Estruturação de CRAM contemplado com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	00
Aquisição de veículo para uso em equipamento(s) exclusivo(s) da Política da Mulher	00
Outros	00
Apoio a programas voltados ao autor da violência, com vistas à prevenção do agravamento da situação de violência doméstica e/ou sua superação; e/ou rompimento do ciclo de violência	
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com equipamentos, mobiliário ou eletrodoméstico	00
Outros	00

Execução de Despesa

Estruturação dos Organismos de Políticas Públicas para Mulheres e/ou Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher	Capital		
Estruturação das ofertas e iniciativas voltadas ao protagonismo feminino e à promoção, à prevenção e ao enfrentamento às violências prestados em órgãos governamentais de políticas setoriais	Capital		
Estruturação de equipamentos das políticas públicas para mulheres, tais quais Casa da Mulher Paranaense, CRAM e serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência e seus dependentes	Capital		
Apoio a programas voltados ao autor da violência, com vistas à prevenção do agravamento da situação de violência doméstica e/ou sua superação; e/ou rompimento do ciclo de violência	Capital		

Financiamento

Item	Valor Parcela	Qtde Parcela	Total
Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher	R$ 45.000,00	1	R$ 45.000,00

Resumo Executivo

Valor total previsto a ser repassado pelo FEDIM	R$ 45.000,00
Recursos próprios a serem alocados neste Fundo Municipal	R$ 22.953,00
Outras Fontes para execução no objeto deste repasse	R$ 0,00
Total recursos do Fundo Municipal de Direitos das Mulheres	R$ 67.953,00

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:63762163

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 18/2025

RESOLUÇÃO Nº 18/2025

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação, referente ao repasse de recursos, no formato Fundo a Fundo, para fortalecimento em âmbito municipal voltado a garantia de Direitos da Pessoa Idosa, oriundo da Deliberação nº 049/2025|CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais dispositivos aplicados à espécie, torna público que, em **Assembleia Extraordinária** realizada em **12 de novembro de 2025**, o colegiado:

RESOLVEU:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação, referente ao repasse de recursos, no formato Fundo a Fundo, para fortalecimento em âmbito municipal voltado a garantia de Direitos da Pessoa Idosa, oriundo da Deliberação nº 049/2025|CEDIPI/PR no valor de R$ 40.000,00. (ANEXO)

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 12 de novembro de 2025.

Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente - CMDI

VANESSA DA SILVA CAMPESE
Secretária Executiva – CMDI

ANEXO:

Deliberação 49/2025 - CEDCA/PR - Plano de Ação
DADOS CADASTRAIS
Dados Cadastrais do Órgão Gestor
MUNICÍPIO CNPJ
Balsa Nova 76.105.527/0001-42

Nome do Secretário responsável pela Política dos Direitos da Pessoa Idosa
Edicarlos Mendes Dorado

E-mail
sec.assistenciasocial@balsanova.pr.gov.br

Endereço CEP
Avenida Brasil, 560, sobreloja - Centro - Balsa Nova 83.650-000

Telefone institucional
(41)3636-8045 assistenciasocial@balsanova.pr.gov.br
REPASSE
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO - FIPAR
PROGRAMA

Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo – Investimento
VALOR DO REPASSE
R$ 40.000,00

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO

Atendimento Físico

Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas - Metas e Atividades	
Número de pessoas idosas inscritas para participação das atividades do Programa Cuida Mais Paraná e com participação em no mínimo 50% das atividades ofertadas (no mínimo 70 pessoas idosas a 300 pessoas idosas, conforme porte do município - Anexo II)	100
Número de grupos instituídos (no mínimo 1)	04
Número de eventos realizados, conforme Anexo I, item 6.7 (no mínimo 1)	01
Número de atividades intergeracionais realizadas, conforme Anexo I, item 6.7 (no mínimo 2)	02
Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas - Equipamento e Material Permanente	
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com aparelhos e equipamento para esportes e interação social	01
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com aparelhos e equipamento comunicação, instrumentos musicais e artísticos, áudio vídeo e foto.	01
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com dispositivos eletrônicos e softwares e dispositivos para acessibilidade digital	01
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com equipamentos utilizados em práticas corporais, pilates, musculação, reabilitação e bicicletas destinados às oficinas e atividades coletivas	00
Unidades de políticas públicas governamentais contempladas com outros equipamentos e/ou material permanente	00
Execução indireta - repasse para OSC (Termo de Fomento)	00

Execução de Despesa

Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas - Metas e Atividades	Capital		
Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas - Equipamento e Material Permanente	Capital		

Financiamento

Item	**Valor Parcela**	**Qtde Parcela**	**Total**
Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo	R$ 40.000,00	1	R$ 40.000,00

Resumo Executivo

Valor previsto a ser repassado pelo FIPAR para este repasse	R$ 40.000,00
Recursos Próprios a serem alocados neste Fundo Municipal para o objeto deste repasse	R$ 0,00
Outras Fontes para execução no objeto deste repasse	R$ 0,00
Total de recursos alocados para execução do objeto deste repasse	R$ 40.000,00

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:22F789BE

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
ATO Nº 007/2025

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente o inciso II, do artigo 35 e observando ainda os demais artigos do mesmo mandamento legal, entre outros dispositivos ligados à espécie, em concordância com o Regimento Interno,

RESOLVE:
Art. 1º - Estabelecer ponto facultativo na Câmara Municipal no dia 21 de novembro, em decorrência do feriado da Consciência Negra.
Art. 2º - O recesso não abrangerá serviços que por sua natureza não admitem paralisação.
Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Balsa Nova, 12 de novembro de 2025

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:935216C1

GABINETE
LEI Nº 1468/2025

LEI Nº 1468/2025

Súmula: "*Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município a Semana Municipal de Conscientização sobre o Climatério, Menopausa e Pós-Menopausa.*"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída e inserida no Calendário Oficial de Eventos do Município a "Semana Municipal de Conscientização sobre o Climatério, a Menopausa e o Pós-Menopausa", a ser realizada, anualmente, na semana que compreende o dia 18 de outubro, em alusão ao Dia Mundial da Menopausa.

Art. 2º A Semana Municipal de Conscientização tem como finalidades:
I – informar, conscientizar e sensibilizar a população acerca dos aspectos físicos, emocionais, psicológicos e sociais do climatério, da menopausa e do pós-menopausa;
II – promover ações e campanhas de saúde voltadas à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado das doenças que acometem as mulheres nesse período;
III - estimular o autocuidado, o acolhimento e o combate ao preconceito relacionado às mudanças hormonais e ao envelhecimento feminino;
IV – incentivar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à saúde integral e à qualidade de vida da mulher nessa fase da vida;
V – difundir informações e orientações sobre o reconhecimento precoce, manejo e tratamento das alterações, desconfortos, sintomas e patologias associados ao climatério, à menopausa e ao pós-menopausa.

Art. 3º Durante a Semana, o Poder Executivo poderá, por meio das Secretarias competentes, em especial a Secretaria Municipal de Saúde, e em parceria com instituições públicas e privadas, promover:
I – realização de palestras, seminários, oficinas, rodas de conversa e demais eventos educativos, com o objetivo de informar, orientar e esclarecer dúvidas sobre o tema;
II – veiculação de campanhas informativas e educativas em escolas, unidades de saúde, centros comunitários e meios de comunicação, visando ampliar o acesso à informação;

Art. 4º As ações previstas nesta Lei poderão integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município, sem prejuízo de outras iniciativas relacionadas à saúde da mulher.

Art. 5º As ações previstas nesta Lei deverão ser realizadas sem acarretar aumento de despesas ao Poder Executivo, utilizando-se, sempre que possível, a estrutura física, de pessoal e de materiais já existentes nas Secretarias Municipais e demais órgãos parceiros.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, em órgão oficial do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 11 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:9E87FC34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 76/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025
UASG: 987445
O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **05/12/2025, às 08:30**, no portal de compras do governo federal https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE PRAGAS URBANAS E VETORES, INCLUINDO: DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO (INCLUSIVE ESCORPIÕES), LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, E REMOÇÃO DE ANIMAIS COMO ABELHAS, VESPAS, POMBAS E MORCEGOS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, EPIS E INSUMOS NECESSÁRIOS.** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=987445&status=recebendo_proposta&pagina=1&tipos=1, palavra-chave: 987445, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao/lista/2025/categoria/21/pregao-eletronico/ e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 18 de novembro de 2025.
Bandeirantes – PR, 12 de novembro de 2025.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:C05AF9B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 048/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 054/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 048/2025
Processo Administrativo Nº. 054/2025

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO
BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação da despesa, cujo objeto é a contratação junto a **LPB – LIDERANÇA PÚBLICA BRASIL LTDA.** CNPJ: 59.200.229/0001-12, para a participação de vereadores e servidor em curso de capacitação em gestão pública, na modalidade **MÉTODO PREMIUM** denominado: **CICLO DE CAPACITAÇÃO LPB – CONHECIMENTO QUE FORTALECE O LEGISLATIVO**, na cidade de Curitiba-PR, nos dias **11/11/2025 a 14/11/2025,** com valor unitário de R$-2.497,00- (Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Sete Reais), totalizando R$-9.988.00- (Nove Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais), com 04 participantes.

CONTRATADO: LPB – LIDERANÇA PÚBLICA BRASIL LTDA.
CNPJ: 59.200.229/0001-12.
ENDEREÇO: RUA NARCISO SIMÃO, 1318 – CENTRO CEP 87.250-000 PEABIRU-PR.
VALOR: R$-9.988.00- (NOVE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO REAIS).
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 10 de novembro de 2025.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:75A202D7

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 049/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 049/2025
Processo Administrativo Nº. 055/2025

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO
BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação da despesa, cujo objeto é a contratação junto a **IDADI – CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ: 58.511.090/0001-95, para a participação de vereador em curso de capacitação em gestão pública na modalidade **MÉTODO CONSULTOR** denominado: **COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA INSTITUIÇÕES E MANDATOS: USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OUTRAS FERRAMENTAS**, na cidade de Curitiba-PR, nos dias **11/11/2025 a 14/11/2025,** com valor unitário de R$-2.490,00- (Dois Mil, Quatrocentos e Noventa Reais), totalizando R$-2.490,00- (Dois Mil, Quatrocentos e Noventa Reais), com 01 participante.

CONTRATADO: IDADI – CONSULTORIA E TECNOLOGIA E LTDA.
CNPJ: 58.511.090/0001-65.
ENDEREÇO: AVENIDA CANDIDO DE ABREU, 526 – CONJ 1401, ANDAR 14 – CENTRO CEP80.530-905 CURITIBA-PR.
VALOR: R$-2.490,00- (DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 10 de novembro de 2025.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:4806ACD7

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 050/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 056/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 050/2025
Processo Administrativo Nº. 056/2025

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO, BARBOSA FERRAZ- PR

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, RATIFICO a inexigibilidade de licitação da despesa, cujo objeto é a contratação junto à **UNICURSOS – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA**, CNPJ/MF. 19.949.769/0001-89, para a participação de Servidor em curso de capacitação em gestão pública denominado: **INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**, nos dias 12/11/2025 a 14/11/2025, na cidade de Curitiba/PR, com valor unitário de R$-2.190,00- (dois mil, cento e noventa reais), totalizando-se R$-2.190,00- (dois mil, cento e noventa reais), com 01 participante.

CONTRATADO: UNICURSOS – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA.
CNPJ/MF: 19.949.769/0001-89
ENDEREÇO: RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 233, CONJ 135, COND JAIME CANET ED, CENTRO, CURITIBA/PR. CEP 80.020-000
VALOR: R$-2.190,00- (DOIS MIL, CENTO E NOVENTA REAIS).
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 10 de novembro de 2025.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:AF82EE86

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2025

EDITAL Nº 062/2025
De: 12/11/2025

Súmula: Convocação de candidatos aprovados em Concurso Público Municipal nos termos do Edital nº 01.001/2024 - Concurso Público nº 001/2024, homologado pelo Edital nº 09.001/2024 em 04/07/2024.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **Carlos Rosa Alves**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e nos termos do **Edital de Concurso Público n° 01.001/2024, Concurso nº 001/2024 publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná em 10/04/2024.**

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação, aprovados para o cargo de provimento efetivo cujo resultado foi homologado através do **Edital de Homologação de Classificação Final nº 09.001/2024**, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 04 de julho de 2024, **para comparecer durante o período PRAZO MÁXIMO DE 15 DIAS ÚTEIS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESSE REFERIDO EDITAL**, das 09:00 as 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, sito a Avenida Presidente Kennedy, 363, centro, Barbosa Ferraz –Pr, **munidos de fotocópia devidamente autenticada de toda documentação (anexo I) e originais**, além da declaração de não cumulação de cargos ou empregos públicos - art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal - **(anexo II)**, para fim de serem apreciados tais documentos e somente após serem nomeados, assinarem o Termo de Posse e entrarem no exercício de suas funções**,** de acordo com a respectiva lotação dentro das prioridades, necessidades e conveniência da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz.

Cargo: **ENGENHEIRO CIVIL**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/NOME

01º Diego Alexandre Vaz— 1º Ampla Concorrência

Esclarece por oportuno, que **o não comparecimento no prazo do presente Edital, implicará em reconhecimento de DESISTÊNCIA TÁCITA**, do classificado, autorizando o Poder Executivo Municipal, se for conveniente para a administração, convocar outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. Esclarece finalmente, que a **apresentação de documentação incompleta ou fraudulenta, implicará na sua imediata exclusão do certame**, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis a espécie.

Edifício da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, em 12 de novembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA
FOTOCÓPIAS E ORIGINAIS
FOTOCÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE (RG);
FOTOCÓPIA DO CPF;
FOTOCÓPIA DO PIS/PASEP;
FOTOCÓPIA DA CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
FOTOCÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA OU DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR (SE DO SEXO MASCULINO);
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO/CASAMENTO;
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CPF DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO (DIPLOMA) DE ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O CARGO;
FOTOCÓPIA DO REGISTRO DO CONSELHO DE CLASSE EXIGIDO PELO CARGO;
FOTOCÓPIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (SE POR EXIGENCIA DO CARGO);
FOTOCÓPIA DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO, SEM ABREVIATURAS COM BAIRRO E CEP;
01 (UMA) FOTO 3X4 RECENTE;
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL;
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR. LOCAL DE RESIDÊNCIA OU DOMÍCILIO DO CANDIDATO;
DECLARAÇAO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO (ANEXO II) DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO);
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO PRIVADO CONFORME PRESCRITO NO ART. 32 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NO DECRETO ESTADUAL N° 4.202 DE 30 DE MAIO DE 2001, NA LEI ESTADUAL N° 13.047 DE 16 DE JANEIRO DE 2001 E NA LEI N° 8.429 DE 02 DE JUNHO DE 1992;
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;
EXAME MÉDICO DE CAPACITAÇÃO FUNCIONAL, EMITIDA PELO MÉDICO DO TRABALHO;
DEMAIS EXAMES MEDICOS COMPLEMENTARES SERÃO EXIGIDOS EM CONFORMIDADE DO LAUDO PCMSO DO MUNICÍPIO **(Consultar Departamento de Recursos Humanos do Município)**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO CUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **NÃO exerço** nenhum cargo ou emprego público que se enquadre nos **impedimentos legais previstos no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal**, e ainda que **NÃO infrinjo** o disposto no **art. 37 inciso 10 da CF com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 quanto aos proventos de aposentadoria**, **AUTORIZANDO** o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da minha nomeação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público. Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**

Barbosa Ferraz, Pr, em _____de _____de 2025.

_____
Declarante

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:861B717F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO

A Câmara Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar no dia 25/11/2025, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 98, sessão de licitação para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da lei nº 14.133/2021, visando a Contratação de Link de acesso à Internet Serviço IP Direto – Garantia 100% e Transporte de Acesso a Serviços Estendida, com velocidade de 200Mbps, conforme condições, quantidade, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico.
Valor Total: R$ 11.220,00 (Onze mil e duzentos e vinte reais).
Os recursos financeiros para custear as despesas objeto deste Pregão Eletrônico, estão anexados no processo.
Recebimento das propostas: das 16h30min do dia 12/11/2025 às 09h00min do dia 25/11/2025
Início da Sessão de disputa: 14h00min às 14h10min do dia 25/11/2025
Local: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link Licitações
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital nº 01/2025, com detalhes do Pregão Eletrônico estará à disposição dos interessados a partir do dia 12/11/2025, diretamente na Bll , e no portal de transparência da Câmara Municipal, informações através do e-mail: contato@camarabarradojacare.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 9 9984-1337.
Câmara Municipal de Barra do Jacaré, 11 de novembro de 2025.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente 2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:4AFB8BF2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 346/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Edital nº. 01/2024 de 19/02/2024 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 19/02/2024 – Edição 2963 – págs.535à573*), realizado em 28/04/2024 e 19/05/2024 (provas objetivas) e nos dias: 15 e 16/06/2024 (avaliação provas práticas), homologação do resultado em 28/06/2024, Edital de Convocação nº. 37.01/2025 de 08/07/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 09/07/2025 – Edição 3315).*

CONSIDERANDO rigorosamente a ordem de classificação:

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR a partir de 13/11/2025, a servidora Srª. TATIANE GLÓRIA DE ANDRADE – aprovada no Concurso Público Edital nº. 01/2024, para exercer o cargo de MONITORA DE ALUNOS (6ª *colocada – Vaga A/C Reclassificação Final De Fila*).

Art. 2º – A verba remuneratória de **Monitor De Alunos** – será em conformidade com o Nível/Ref. 02 (conf. anexo I e III págs. 20e91 da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023 – Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário e Regime Previdenciário - RGPS.

Art. 3º – A servidora admitida no caput do art. 1º será submetida a Estágio Probatório, podendo haver rescisão do contrato de trabalho por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 4º – A servidora em questão, tem o prazo de 15 dias para tomar posse, contados da data de publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais 5 dias, a requerimento da interessada (conf. Art. 18 §1º Lei nº. 16/1993 de 23/09/1993).

Art. 5º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, em 12 de novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:3A56EA58

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
FLUXO DE HOMOLOGAÇÃO E COBRANÇA DO ISS-OBRAS

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Finanças
Setor Executor: Fiscalização Tributária / ISS
Responsável pela Elaboração: Geovani Nunes Aguiar

1. Objetivo
Estabelecer e padronizar o processo de homologação e cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre **obras de construção civil** e **projetos arquitetônicos**, garantindo o correto lançamento do tributo e a transparência nas rotinas administrativas da Secretaria Municipal de Finanças.
O presente fluxo tem por finalidade assegurar o efetivo recolhimento do ISS no momento da emissão de atos administrativos como o **HABITE-SE** (para obras concluídas) e no **protocolo de aprovação de projetos arquitetônicos**, fortalecendo o controle fiscal e a justiça tributária no âmbito municipal.

2. Fundamentação Legal
A cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre obras de construção civil e serviços de elaboração de projetos arquitetônicos está amparada em dispositivos legais de

âmbito nacional e municipal que conferem legitimidade à atuação da administração tributária.
O presente fluxo tem como base a **Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003**, que dispõe sobre o ISSQN e define a lista de serviços sujeitos à tributação, incluindo expressamente as atividades de construção civil, projetos, cálculos técnicos e serviços correlatos.
Aplica-se ainda o **Código Tributário Municipal**, que disciplina as alíquotas, a base de cálculo, o momento do fato gerador e os procedimentos de lançamento, fiscalização e arrecadação do imposto.
Além disso, são observadas as **normas internas da Secretaria Municipal de Finanças**, as **leis municipais de obras e edificações**, e demais instrumentos administrativos que regulam a emissão do **Habite-se**, a aprovação de projetos e a comunicação entre os setores de obras e tributação.
Esses dispositivos asseguram o cumprimento das obrigações fiscais, a justiça tributária e o fortalecimento da arrecadação municipal, com observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência na gestão pública.

3. Etapas do Fluxo Operacional
3.1 Comunicação de Conclusão de Obra
O setor de Engenharia ou Obras Públicas comunica oficialmente à Secretaria Municipal de Finanças a emissão do **HABITE-SE** ou documento equivalente, encaminhando cópia do termo e da documentação pertinente (alvará, contrato de execução, ART/RRT, notas fiscais e demais comprovantes).

3.2 Cálculo e Lançamento do ISS sobre a Obra
O **ISS da obra** é calculado com base na **mão de obra estimada**, utilizando o seguinte critério:
Valor da base de cálculo = R$ 2.098,78 (valor do m² de referência) × metragem da obra × 15% (percentual referente à mão de obra).

Valor do ISS = 5% sobre a base de cálculo apurada.

O valor resultante corresponde ao montante do imposto devido sobre a execução da obra e deve ser recolhido como condição para emissão do **HABITE-SE** ou do termo de conclusão.

3.3 Cálculo e Lançamento do ISS sobre o Projeto Arquitetônico
O **ISS referente ao projeto arquitetônico** é apurado da seguinte forma:
Valor da base de cálculo = R$ 23,58 (valor do m² de referência) × metragem do projeto.

Valor do ISS = 5% sobre a base de cálculo apurada.

O lançamento ocorre no momento do **protocolo de aprovação do projeto arquitetônico**, devendo o contribuinte apresentar nota fiscal ou contrato do serviço. O não recolhimento impede o andamento do processo de aprovação.

3.4 Homologação e Registro
Após a conferência dos dados e documentos, o fiscal de tributos procede à **homologação do cálculo** e registra a cobrança no **Sistema Tributário Municipal**, vinculando-a ao processo correspondente da obra ou do projeto. Todos os documentos são arquivados física e digitalmente.

3.5 Fiscalização e Acompanhamento
A equipe de fiscalização tributária realiza verificações periódicas para garantir que nenhuma obra receba **HABITE-SE** sem o devido recolhimento do ISS e que todos os projetos aprovados estejam devidamente tributados, conforme os parâmetros estabelecidos.

4. Responsabilidades
Fiscal de Tributos Municipais: realizar o cálculo, lançamento e homologação do ISS;
Chefe de Fiscalização: supervisionar e validar os lançamentos e registros;
Setor de Obras e Engenharia: comunicar oficialmente a conclusão de obras e emitir o HABITE-SE;
Setor de Tributação: controlar e registrar os lançamentos no sistema;
Secretário Municipal de Finanças: aprovar e publicar o fluxo, garantindo sua aplicação administrativa.

5. Controle e Monitoramento
A Secretaria Municipal de Finanças emitirá **relatórios mensais** contendo a relação de obras concluídas, projetos aprovados, valores lançados e ISS recolhido. Tais relatórios servirão de base para auditoria, planejamento fiscal e acompanhamento da arrecadação municipal.

6. Disposições Finais
Os valores de referência do metro quadrado (m²) utilizados para o cálculo do ISS sobre obras e projetos arquitetônicos são determinados com base na **Unidade Fiscal do Município (UFM)** e no **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)**, sendo **atualizados anualmente** por ato da Secretaria Municipal de Finanças, de forma a refletir a variação dos custos de serviços e manter a coerência dos parâmetros tributários aplicados. O presente **Fluxo de Homologação e Cobrança do ISS–Obras** entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser revisado sempre que houver atualização na legislação ou modificação nos procedimentos administrativos da Secretaria Municipal de Finanças.

Criado por:
Geovani Nunes Aguiar
Secretário Municipal de Finanças

Barra do Jacaré 11 de novembro de 2025.

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:A3E23072

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR92/2025

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico Nº PR92/2025.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: ***REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.***
2. DATA DE ABERTURA: Dia 26/11/2025, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.

Bela Vista da Caroba - PR - 12 de novembro de 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:90BB0F99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 0203/2025

DECRETO Nº 0203/2025

SÚMULA: Designa membros para comporem a Comissão de Avaliação técnica da qualidade das amostras de confecção de uniformes esportivos para atender os projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETA

Art.1º: Ficam designados os membros para comporem a Comissão de Avaliação Técnica das amostras de uniformes esportivos para atender os projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Esportes, a ser adquirido por processo licitatório, que será composto pelos seguintes integrantes:

Rosangela Cardoso Maffi – Secretária Municipal de Assistência Social
Leonardo de Barros – Secretário Municipal de Esportes
Rosangela Cristina Kwiatkoski Wons – Oficial Administrativo
Cledimir Bottega – Diretor Departamento de Educação

Art. 2º: O presente Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:E3BF57CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 682/2025

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber doação em pecúnia da COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES - CRESOL FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado Do Paraná, Aprovou e Eu,Gelson Maffi, Prefeito Municipal, Sanciono e Promulgo a Seguinte:

LEI

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, autorizado a receber da COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES - CRESOL FRONTEIRAS PR/SC/SP/ES – CNPJ 05.276.770/0008-51, a título de doação, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a finalidade específica de apoio financeiro aos eventos "*VI – Canta Caroba Festival*", e "Natal Luz", a ser realizado no Município de Bela Vista da Caroba no ano de 2025.

Art. 2º - O valor a ser recebido deverá ser aplicado exclusivamente no custeio das despesas dos eventos indicados no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:5057F5A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
26º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2-2024

26º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2-2024

26º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) SIMONE JONAK, portador (a) do Cpf sob nº064.931.869-27, domiciliada na Rua Quintino dos Santos, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: Centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,45 (Seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:2FB1D82B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
28º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

28º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

28º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O Fundo Municipal De Previdência Social De Ventura De São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) ADRIEL RIBEIRO DE SOUZA , portador (a) do Cpf sob nº055.175.539-31, domiciliada na RUA QUINTINO DOS SANTOS, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,45 (Seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:453A953C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
28º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2024

28º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2024

28º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) SIMONE JONAK, portador (a) do Cpf sob nº064.931.869-27, domiciliada na Rua Quintino dos Santos, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: Centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,45 (Seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:F015A02A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
39º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

39º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

39º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1-2024, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA LUIZ SILVIO HOFFMANN

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa LUIZ SILVIO HOFFMANN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.657.810/0001-76, sita na AV DALZOTTO, 1670, 1670 SALA - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ SILVIO HOFFMNN, portador (a) do Cpf sob nº374.160.069-53, domiciliada na AV DALZOTTO, 1670 CASA - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, suprimindo o valor unitário do Óleo Diesel Comum em 0,08 (Oito centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 5,75 (Cinco reais e setenta e cinco centavos); reajustando o valor unitário do Etanol em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 4,38 (Quatro reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUIZ SILVIO HOFFMANN***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:4EA6C5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
45º ADITIVO AO CONTRATO Nº 15-2024

45º ADITIVO AO CONTRATO Nº 15-2024

45º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 15-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA LUIZ SILVIO HOFFMANN

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa LUIZ SILVIO HOFFMANN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.657.810/0001-76, sita na AV DALZOTTO, 1670, 1670, Centro, SALA, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ SILVIO HOFFMANN, portador (a) do Cpf sob nº374.160.069-53, domiciliada na - , doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**,

suprimindo o valor unitário do Óleo Diesel Comum em 0,08 (Oito centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 5,75 (Cinco reais e setenta e cinco centavos); reajustando o valor unitário do Etanol em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 4,38 (Quatro reais e trinta e oito centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUIZ SILVIO HOFFMANN***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:F7D4474D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025
LICITAÇÕES POSSUI LOTES EXCLUSIVOS A PARTICIPAÇÃO DE BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 01 DE DEZEMBRO de 2025 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital, para o **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE ITENS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO "MAGIA NATALINA 2025", NAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESSE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por lote/item).
Valor total R$ 161.580,98 (cento e sessenta e um mil quinhentos e oitenta reais e noventa e oito centavos)
Entrega das propostas e documentações: até o dia 01 de DEZEMBRO de 2025 às 08h00min (horário de Brasília).
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:DA486EA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 229/2025

DECRETO Nº 229/2025

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

Declaro de Utilidade Pública a Celebração de Convênio com a finalidade de atender ao Programa Estradas da Integração, tendo como objeto o pavimento rígido em concreto usinado situado na Comunidade Saudade - Sitio estrada acesso principal – com extensão de 2.5 km. Coordenadas inicial: Latitude -24.956503°, Longitude -51.584137° Ponto final: Latitude -24.961420°,Longitude -51.603112°

Revogadas as disposições em contrário, este decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:229DE170

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 230/2025

DECRETO Nº 230/2025
O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

Declaro de Utilidade Pública a Celebração de Convênio com a finalidade deatender ao Programa Estradas da Integração, tendo como objeto o pavimento rígido em concreto usinado situado na Comunidade de Vista Alegre estrada acesso principal – com extensão de 2.2 km. Coordenadas inicial: Latitude -24.876150°, Longitude -51.538296° Ponto final: Latitude -24.878865°,Longitude -51.518090°

Revogadas as disposições em contrário, este decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A5243EE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 231/2025

DECRETO Nº 231/2025
O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

Declaro de Utilidade Pública a Celebração de Convênio com a finalidade de atender ao Programa Estradas da Integração, tendo como objeto o pavimento rígido em concreto usinado situado na Comunidade Vila Sitio – com extensão de 0.17 km. Coordenadas inicial: Latitude -24.955670°, Longitude -51.584563°Ponto final: Latitude -24.954701°,Longitude 51.583383°

Revogadas as disposições em contrário, este decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:866BD371

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 355/2025

PORTARIA Nº 355/2025

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, vem nomear a comissão p,
ara a Regulamentação da Resolução de Distribuição de Aulas para o ano de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Comissão e Regulamentar a Resolução de Distribuição de Aulas para o ano de 2026, conforme a classificação dos profissionais do Quadro Próprio do Magistério. Composta pelos seguintes membros:

• **Representante da Secretaria Municipal de Educação - SMECE:**

RONALDO FOGAÇA

• **Representante do RH – SMECE**

• MARIA HELENA SASS PINCHESKI

• **Representante da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida**

• REPRESENTANTE: LUZIA CAMARGO DE OLIVEIRA
• SUPLENTE: ADOLORES SASS NASCIMENTO

• **Representante: do CMEI Maria Alma**

REPRESENTANTE: JURACI KAMINSKI
SUPLENTE: PATRICIA SILVERIO

• **Representante da Escola Rural Municipal Getulio Vargas**

• REPRESENTANTE: MARCIA REGINA KFASSNIAK
• SUPLENTE: ROSILDA MAGEROVSKI ZAMPIER

Representante das Escolas: Santa Salete e Dom Frederico Helmel
VILMAR LEFLER.
Representante das Escola Rurais Municipais Nossa Senhora de Fatima e Santo Agostinho:
ADILSON GONCALVES DA MAIA

Representante da Escola Rural Municipal Joao Pessoa
LUCILEIA ONEYSZKO DE ALMEIDA

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:9687FD9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 232/2025

DECRETO N.º 232/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2025 no total de R$ 458.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.265/2024 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2025, na importância de R$ 458.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais), mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
860	0000 Recursos Ordinários (Livres)	338.000,00
	SUBTOTAL	338.000,00
08	Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	
08.002	Departamento de Transportes	
26.782.801.2.118	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5510	0000 Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00
	SUBTOTAL	120.000,00
	TOTAL	**458.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 das fontes de recursos abaixo relacionadas, conforme previsto no inciso I, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	458.000,00
TOTAL		**458.000,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.133/2021, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.256/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 12 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:68B4CF32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2025

LEI COMPLEMENTAR N° 05/2025
Data: 12/11/2025

Súmula: Altera o artigo 24 da Lei Complementar nº 03/2023, que dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Boa Vista da Aparecida, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O artigo 24 da Lei Complementar nº 03/2023, de 22 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. As vias existentes e consolidadas, ainda que não pavimentadas, poderão manter a caixa atual, desde que garantidas condições mínimas de circulação e segurança.

Parágrafo único. Consideram-se vias consolidadas aquelas que apresentem ocupação urbana estabelecida em seu entorno, com edificações lindeiras, infraestrutura implantada ou traçado historicamente reconhecido, cuja adequação às dimensões previstas nesta Lei ou no Plano Diretor se mostre tecnicamente inviável.".

Art. 2º. Ratificam-se as demais disposições da Lei Complementar nº 03 de 22 de maio de 2023.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 12 de novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:F389282A

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 970/2025

LEI Nº 970/2025
Data: 12/11/2025

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com o Natal das Crianças, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Em comemoração ao "Natal das Crianças", instituído pela Lei n° 163/2018, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com o evento para a aquisição de brinquedos, doces e alimentos para distribuição gratuita às crianças do Município de Boa Vista da Aparecida/PR e contratação de show de espetáculo musical infantil.

Art. 2º. A aquisição dos produtos objetos desta lei deverão ser realizadas por meio de licitação na forma preconizada pela Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

Art. 3º. O valor máximo que poderá ser gasto com as despesas de aquisição de brinquedos, doces, alimentação, e contratação de show de espetáculo musical infantil, será de até R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), e correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente assim especificada:

05.001.04.122.0003.2008 AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 12 de novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:AA9D11D5

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 971/2025

LEI Nº 971/2025
Data: 12/11/2025

Súmula: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com o evento Caminho Terra do Sol, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA APROVOU, E EU, EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com o evento Caminho Terra do Sol, que acontecerá nos dias 13, 14, 15 e 16/11/2025, até o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º. As despesas serão para arcar com as custas de divulgação, sonorização, transporte e almoço para as pessoas de nosso Município que participarem do evento, bem como para as pessoas participantes da Associação de Micro e Pequenas Empresas do Oeste do Paraná (AMIC).

§ 2º. As despesas serão contabilizadas diretamente na Contabilidade Geral do Município, mediante a apresentação de documento fiscal hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos do orçamento municipal vigente.

05.001.04.122.0003.2008 AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, em 12 de novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:2E7CFE1F

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 005-2025 CMDCA

EDITAL DE CONVOÇÃO N.º 005 DE 2025 - CMDCA

EDITAL n.º 005/2025

JOSTEANE APARECIDA SIGNORINI OLDONI, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº586/2022 considerando o memorando interno da Secretaria Municipal de Assistência Social de nº 386/2025;

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar a conselheira suplente **ZOLEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA** conforme Edital 009/2023 do resultado final da eleição para o cargo de Conselheira (o) Tutelar, para apresentar a documentação necessária no departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida - PR, para assumir a vaga como suplente, com início em 13/11/2025, em virtude da licença médica da Conselheira Titular Ângela Rodrigues.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando os dispositivos em contrário.

Boa Vista da Aparecida, 12 de outubro de 2025.

JOSTEANE APARECIDA SIGNORINI OLDONI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:9332716D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 69/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 69/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ACHAVRO ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ATÉ A APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.781.450,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: ROSMIR MARCOS DALLABRIDA

Boa Vista da Aparecida – PR, em **12 de novembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:01936B5A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 71/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 71/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: DAMIANI ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ATÉ A APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: ROSMIR MARCOS DALLABRIDA .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **12 de novembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:47C5C0A5

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRSTAÇAÕ DE SERVIÇOS N° 70/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE PRSTAÇAÕ DE SERVIÇOS N° 70/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ELISEU RODRIGO MEDEIROS MATTE LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ATÉ A APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: ROSMIR MARCOS DALLABRIDA.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **12 de novembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:7F5BA072

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025 SERVIÇO PÚBLICO EDITAL Nº 24/2025

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2025
Serviço Público
Edital nº 24/2025 - Data: 12/11/2025

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, o Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONSIDERANDO o Memorando Interno das Secretarias Municipais de Administração e Planejamento,
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2025, que trata o Edital nº 01/2025 – Serviço Público, homologado pelo Edital 23/2025 de 05 de novembro de 2025, para apresentação da documentação necessária ao provimento do respectivo cargo, conforme segue:

Cargo: Engenheiro Civil				
INSC.	**NOME**	**D. DE NASC.**	**N.F**	**CLASSIF.**
448	Ana Flávia Santos Feuser	13/01/1997	76,50	01º

Art. 2º. Fica convocada a candidata acima descrita para comparecer na Divisão de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo IMPRORROGÁVEL de **05 (CINCO) dias, após sua publicação**, em horário das **07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas**, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):
a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido no Edital 01/2025;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) Comprovante de endereço atual;
n) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
o) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
p) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF.
Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
q) exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função.
r) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pelo Município de Boa Vista da Aparecida - PR no ato da convocação.

OBSERVAÇÕES:
a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
b) Além dos documentos listados acima, o Município de Boa Vista da Aparecida - PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.
Parágrafo único:O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste Edital de convocação será considerada como desistência tácita e eliminação pelo não comparecimento, e se não puder apresentar a documentação solicitada será considerada desclassificada.
Art. 3º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:1F6F58E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 107/2025- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS, PARA FINS DE APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA A COBRANÇA DO ITBI

PORTARIA Nº 107/2025

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais, para fins de apuração da base de cálculo para a cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, bem como, para Avaliação de Valor Venal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma comissão destinada à Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais para fins de apuração da base de cálculo para a cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, bem como, para Avaliação de Valor Venal quando requerido;
CONSIDERANDO a importância de assegurar a correta valoração dos imóveis, observando os princípios da justiça fiscal, da razoabilidade e do interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de avaliação de imóveis e uniformizar os critérios de apuração do valor venal e de valor de mercado;
CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.113 da Repercussão Geral, que fixou a tese de que o ITBI deve ser calculado com base no valor de mercado do imóvel transmitido, apurado no momento da transmissão.
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais, com a finalidade de realizar avaliações técnicas para fins de apuração da base de cálculo para a cobrança do ITBI, baseando-se no valor de mercado do imóvel transmitido, bem como, Avaliação de Valor Venal de imóveis quando requerido, no âmbito do Município de Bocaiúva do Sul.
Art. 2º A Comissão será composta por 3 (três) membros, designados pelo Prefeito Municipal, com as seguintes atribuições:
I – Avaliar imóveis urbanos e rurais para fins de cobrança do ITBI e para fins de emissão de Certidão de Avaliação de Valor Venal, quando necessário;
II – Analisar e emitir parecer sobre laudos de avaliação apresentados por contribuintes;
III – Propor ajustes e correções nos valores venais dos imóveis, quando verificada discrepância com o valor de mercado;
IV – Elaborar relatórios e pareceres técnicos das avaliações realizadas;
V – Executar outras atividades correlatas à avaliação de imóveis, conforme determinação da autoridade competente;
VI – Requisitar informações e auxílio junto aos setores competentes, podendo solicitar apoio de profissionais especializados, como

engenheiros, arquitetos, cartorários, contadores ou advogados, quando necessário;
VII – Registrar os atos realizados e encaminhar os documentos conclusivos aos setores demandantes, nos prazos estabelecidos.

Art. 3º A Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais será composta pelos seguintes servidores:
I – Marcos Aurélio de Oliveira Santos, CPF 019.452.959-29, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Presidente;
II – Rubens Jose da Silva, CPF 232.539.839-00, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Membro;
III – Patrícia Bernardi, CPF 009.813.569-40, Secretaria Municipal de Finanças - Membro.
Parágrafo único. Poderão ser convidados a colaborar, sem direito a voto, servidores ou técnicos com conhecimento especializado na área de avaliação imobiliária.
Art. 4º A Comissão deverá observar, no exercício de suas atividades, as seguintes normas e referenciais técnicos:
I – Código Tributário Municipal e suas alterações, que dispõem sobre o ITBI;
II – Normas Técnicas de Avaliação de Imóveis Urbanos – ABNT NBR 14.653-1 e ABNT NBR 14.653-2;
III – Normas Técnicas de Avaliação de Imóveis Rurais – ABNT NBR 14.653-3;
IV – Tabela de Valores de Terras e Edificações do Estado (DERAL);
V – Critérios e parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 5º Além das referências descritas no artigo anterior, poderão ser utilizados como subsídios técnicos e comparativos para a avaliação de imóveis urbanos e rurais:

I – Índices de preços de imóveis publicados por instituições oficiais ou reconhecidas, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FGV (Fundação Getúlio Vargas) e ABRAINC (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias);
II – Dados de transações imobiliárias registrados em cartórios e bases públicas ou privadas;
III – Avaliações de imóveis similares realizadas por profissionais habilitados, observadas as normas da ABNT;
IV – Normas e regulamentações locais, incluindo leis de zoneamento, códigos de obras e normas de uso e ocupação do solo;
V – Indicadores e dados de custo de construção publicados pelo SINDUSCON-PR (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná) e pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção);

Parágrafo único. A escolha das referências deverá observar a natureza do imóvel, sua localização, finalidade da avaliação e a atualização dos dados utilizados, garantindo transparência, objetividade e confiabilidade nos laudos elaborados.
Art. 6º As avaliações deverão considerar, entre outros, os seguintes fatores:
I – Localização, acessibilidade e infraestrutura urbana ou rural;
II – Características físicas, construtivas e topográficas do imóvel;
III – Condições e dinâmica do mercado imobiliário local;
IV – Estado de conservação e padrão de acabamento das edificações;
V – Demais elementos relevantes à justa valoração do bem.
Art. 7º A Comissão terá o prazo de até 15 (quinze) dias para concluir as avaliações e emitir os respectivos relatórios e pareceres, contados da data de recebimento da solicitação ou designação.
Art. 8º Para a realização das avaliações e emissão dos pareceres, a Comissão deverá preencher integralmente o "Laudo Simplificado de Avaliação de Imóvel – ITBI e Valor Venal", constante do Anexo I desta Portaria, que servirá como instrumento padrão de registro das análises, fundamentação e conclusão das avaliações. O laudo deverá ser assinado por todos os membros e anexado ao processo administrativo correspondente.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 10 de novembro de 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:F4653726

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO DOS CONTRATOS: 227/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL INTERNO
CONTRATADO: ANA LAIS GURA
CPF: XXX.905.XXX-00
DATA DA RESCISÃO: 12/11/2025

BOCAIÚVA DO SUL, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:B87C294C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 118-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°118/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrito sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **KFX PRÉ FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.870.582/0001-60, com sede à Rodovia BR 163, KM 11, Sala 02, Bairro Industrial, na cidade de Barracão, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. SUELEN PETROLI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade sob n° 4.391.705 SESP/PR, inscrita no CPF nº 093.090.219-00, residente e domiciliada na cidade de Barracão - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO
Ficam acrescidas em **25%** as quantidades dos itens 1, 2, 3 e 4, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 73.113,00 (setenta e três mil, cento e treze reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 12 de novembro de 2025.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

KFX PRÉ FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- Contratada-

VANDERLEI ANTONIO SCALCO
- Gestor do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
ALCIONE MAZZOCATO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A18EE293

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 211-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 211/2025.
CONTRATADA: 54.216.294 MARCELI SCHMIDT.
OBJETO: Aquisição de bolo confeitado.
VIGÊNCIA: 12/11/2025 à 10/05/2026.
VALOR: R$ 10.440,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°63/2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C5E85F00

ADMINISTRAÇÃO
LEI 1177

LEI Nº 1177/2025.

Súmula: Altera a Lei nº. 1.143/2025 de 27 de fevereiro de 2025 que estabelece a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul e adota outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Art. 2° da Lei Municipal nº. 1.143/2025 de 27 de fevereiro de 2025 passando a viger com a seguinte redação:

"Art. 2º A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul, para a realização de seus objetivos, é constituída dos seguintes órgãos, diretamente subordinados ao Prefeito Municipal:
I - Assessoria de Gabinete

II - Controle Interno

III - Procuradoria

IV - Secretaria de Administração

a) Divisão de Serviços Gerais
b) Divisão de Almoxarifado
c) Divisão de Apoio Legislativo
d) Divisão de Comunicação Social

V - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

a) Divisão de Meio Ambiente
b) Divisão de Agricultura e Pecuária

VI - Secretaria de Educação e Cultura

a) Divisão de Ensino
b) Divisão de Cultura

VII - Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação

a) Divisão de Assistência Social, Habitação e Programas Sociais
b) Divisão de Políticas Públicas para Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial
c) Divisão de Vigilância Socioassistencial

VIII - Secretaria de Finanças

a) Divisão de Tesouraria
b) Divisão de Licitações e Contratos
c) Divisão de Compras e Materiais

IX - Secretaria de Obras Viação e Urbanismo

a) Divisão de Estradas e Rodagens
b) Divisão de Obras e Serviços Urbanos

X - Secretaria de Planejamento

a) Divisão de Tecnologia da Informação
b) Divisão de Engenharia e Projetos
c) Divisão de Patrimônio e Arquivo

XI - Secretaria de Saúde e Saneamento

a) Divisão de Saúde
b) Divisão de Saneamento
c) Divisão de Vigilância Sanitária

XII - Departamento de Contabilidade

a) Divisão de Contabilidade

XIII - Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

a) Divisão de Indústria, Comercio e Turismo

XIV - Departamento de Juventude, Esporte e Lazer

a) Divisão de Esportes para Infância, Juventude e Terceira Idade

XV - Departamento de Recursos Humanos

a) Divisão de Recursos Humanos

XVI - Departamento de Tributação e Fiscalização

a) Divisão de Tributação e Fiscalização"

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 1.143/2025 passa a vigorar acrescido da alínea "c" ao inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)
VII – (...)
c) Divisão de Vigilância Socioassistencial:
A Divisão de Vigilância Socioassistencial da Proteção Social Básica e Especial tem como finalidade realizar a análise territorial da capacidade protetiva das famílias, bem como identificar e monitorar situações de vulnerabilidade, risco, ameaça, vitimização e dano social, com vistas ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Entre suas principais atribuições, destacam-se: Elaborar e atualizar periodicamente o Diagnóstico Socioterritorial, instrumento fundamental para o planejamento e a gestão da política de assistência social no âmbito municipal; apoiar a Gestão Municipal de Assistência Social, os serviços da Proteção Social Básica e Especial e os respectivos Conselhos de Assistência Social na elaboração e revisão dos Planos Municipais; coordenar, em nível municipal e de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial, assegurando a

avaliação periódica do cumprimento dos padrões de qualidade e referência dos serviços ofertados; contribuir para o planejamento das ações de cadastramento e atualização cadastral do Cadastro Único (CadÚnico), utilizando sua base de dados como ferramenta estratégica para: (Construção de mapas de vulnerabilidade social; Definição do perfil das populações em situação de vulnerabilidade; Estimativa da demanda potencial pelos serviços socioassistenciais); promover articulações intersetoriais entre os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre riscos e vulnerabilidades no território, subsidiando o aprimoramento das intervenções e estratégias de proteção social; apoiar gestores e equipes técnicas no planejamento e organização dos serviços socioassistenciais; elaborar documentos com dados e análises sobre a situação social do município/estado/país; publicar informações acessíveis para gestores, conselhos, equipes técnicas e população; exercer outras atividades correlatas. O cargo de Responsável pela Divisão de Vigilância Socioassistencial será de provimento em comissão, devendo ser ocupado por profissional com formação em nível superior. A equipe de Vigilância Socioassistencial deverá possuir caráter multidisciplinar, composta por profissionais conforme as categorias estabelecidas na Resolução CNAS nº 17/2011, observadas as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município, bem como a designação formal por ato do Chefe do Poder Executivo. Desempenhar outras atividades afins da divisão".

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei 570/2013 de 26 de setembro de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul - PR, 12 de novembro de 2025

HELIO JOSÉ SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9772CF19

ADMINISTRAÇÃO
LEI 1179

LEI Nº 1179/2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial.

A Câmara Municipal de Bom Jesus do Sul Estado Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, Sanciono e Promulgo a seguinte Lei.

Art.1º - Fica o poder executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor R$ 236.637,58 (duzentos e trinta e seis mil e seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos), cujas despesas serão oneradas a conta das seguintes dotações orçamentárias:

8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
8001 - DIVISÃO DE ENSINO				
12.361.39.2.29 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB				
3.3.50.43.00.00.00.00	1102	Subvenções Sociais	R$	147.340,38
12.365.40.2.29 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB				
3.3.50.43.00.00.00.00	1102	Subvenções Sociais	R$	89.297,20

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional especial mencionado no Art. Anterior, ficam utilizados os produtos do excesso de arrecadação no valor de R$ 236.637,58 (duzentos e trinta e seis mil e seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 12 de novembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E7141873

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 06/2025 - CMDPI

SÚMULA: Dispõe sobre aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Município de Bom Jesus do Sul, Paraná a Deliberação 049/2025-CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com a Lei Municipal nº 726/16 de 25 de agosto de 2016, considerando a deliberação da Plenária, em sessão extraordinária de número 11/2025 realizada em 12 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o TERMO DE ADESÃO do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná ao INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ – ENVELHECIMENTO ATIVO - INVESTIMENTO - Deliberação 049/2025 - CEDIPI/PR.

Art. 2º - Aprovar em seu teor e forma o PLANO DE AÇÃO a Deliberação 049/2025 -CEDIPI/PR, Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo - Investimento, ao Município de Bom Jesus do Sul/PR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul/PR, 12 de novembro de 2025.

MARIA SOELI DIAS NUNES
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:BE77999C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.725, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), e por superávit financeiro o valor de R$ 1.674,16 (mil seiscentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), nas Fontes de Recursos: 899 e 5899, para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serv. Urbanos**		
06.01	**Divisão de Obras e Serv.Urbano**		
15.452.0006.2.012	**Ativ. Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
4.4.90.93	Indenizações e restituições	899	65.000,00
4.4.90.93	Indenizações e restituições	5899	1.674,16
TOTAL			**66.674,16**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos

oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício e por superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior conforme o previsto no inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e com o Art. 4º incisos VI e VII, da Lei Municipal nº 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1321.01.01.04 (126)	Remuneração de depós. bancários	899	10.000,00
2429.99.01.16 (174)	Conv. 177/24 SEAB – 30 voltas	899	55.000,00
	TOTAL		**65.000,00**

II – Por Superávit Financeiro o valor de R$ 1.674,16 (mil seiscentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos).

FONTE	NOMENCLATURA	VALOR
5899	Transf Voluntárias Públicas Estaduais	1.674,16
	TOTAL	**1.674,16**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B2665F5D

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.726 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria fonte de recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.

DECRETA

Art.1o – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), destinado a suprir as dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educ, Cult e Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid op. do Ensino Fundamental**		
3.3.90.30	Material de Consumo (330)	104	80.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc P. Jurídica (340)	104	200.000,00
4.4.90.52	Equipam. e mat. Permanente	104	235.000,00
TOTAL			**515.000,00**

Art.2o - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, será utilizada a ANULAÇÃO PARCIAL da dotações orçamentária abaixo relacionada, conforme o previsto nos artigos 4º inciso III da Lei 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	**Depto de Educ, Cult e Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.1.009	**Veículos para o transporte escolar e/ou apoio administrativo**		
4.4.90.52	Equipam. e mat. Permanente (320)	104	515.000,00
TOTAL			**515.000,00**

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse exercício de 2025 e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:CF2FAB4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2.523/2025

DECRETO Nº 2.523, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera o § 2º do art. 5º do Decreto nº 2.078/2021, que regulamenta o acesso à informação pública pelo cidadão no âmbito do Poder Executivo Municipal, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento do atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior clareza e transparência quanto aos dias e horários de funcionamento do atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), de modo a facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas pelos cidadãos;

DECRETA:

Art. 1º O § 2º do art. 5º do Decreto nº 2.078, de 28 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

§ 2º Na página oficial na 'internet' do Município deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente, informando-se também os dias da semana e o horário de funcionamento do atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que será de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cafeara, salvo em feriados e pontos facultativos oficialmente declarados.
[...]

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº 2.078/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cafeara, 12 de novembro de 2025.

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida Alves
Código Identificador:79DECBD6

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO CONTRATO 142/2025
PROCESSO DE DISPENSA 38/2025

Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratado:
NOME: A. H. PEREIRA LTDA
CNPJ/MF: 41.428.402/0001-79
Valor: R$ 16.820,82 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Vinte Reais e Oitenta e Dois Centavos)
Fundamento Legal: Lei nº 14133/21
Data de Assinatura: 12/11/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação, de banheiros químicos para os eventos do Município de Cafeara/PR, nos meses de novembro e dezembro, incluindo a Festa do Município, Cavalgada, Feiras da Lua e Show de Réveillon.
Vigência: 90 dias

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:8C2AE188

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 084/2025

SÚMULA: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA FINS QUE MENCIONA, NOMEIA A RESPECTIVA COMISSÃO SINDICANTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON FÁBIO LAZARETTI, Prefeito do Município de Cafeara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que lhe faculta os artigos 247 e seguintes da Lei Municipal n. 354/2011, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cafeara),

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes funcionários públicos municipais, para compor a comissão sindicante:

a) ROBÉRISSA WANDERLINE MODESTO DE OLIVEIRA – MATRÍCULA 267;
b) OSNIR RIBEIRO DOS SANTOS – MATRÍCULA 196;
c) NAIANA VIRGINIA ZANINI BORALLI – MATRÍCULA 380.

Para e sob a Presidência do primeiro, constituírem a comissão de SINDICÂNCIA, com sede na Prefeitura Municipal de Cafeara, incumbida de apurar eventuais irregularidades administrativas cometidas pelo r*esponsável pela Divisão de Recursos Humanos, residente na cidade de Cafeara-PR,* por ter elaborado Decretos e Portaria, sem concordância do Chefe do Executivo Municipal e realizado o lançamento de adicional de gratificação salarial no sistema pra si mesmo, bem como para outros dois servidores, sem consentimento, resultando no pagamento indevido de valores.

Ficam revogados os efeitos da Portaria 80/2025, de 14 de outubro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cafeara, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:81C9EE7C

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 085/2025

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - C O N C E D E R, a partir de 12/11/2025, à servidora **GESSICA FERNANDA TOMADON CURAN**, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO: ATENDENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 444, lotada na Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura, **LICENÇA MATERNIDADE** por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto na Lei nº 354/2011 (Estatuto dos Servidores Público Municipais), Art. 169, Parágrafo 1º.

Art. 2º - A licença concedida encerra-se em 10/05/2026, devendo a servidora retomar suas atividades no dia útil seguinte.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir desta data e entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 12 de novembro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:D086F256

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 086/2025

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

Considerando a Portaria nº 85/2025 de 12/11/2025, que concede afastamento médico seguido de Licença Maternidade a servidora GÉSSICA FERNANDA TOMADON,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n. 13.853.950-4 - SESP-PR e do CPF nº 076.824.589-33, residente e domiciliada, na cidade de Cafeara-PR, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais – Serviços Gerais, Limpeza e Conservação, para ATUAR na **DIVISÃO DE TESOURARIA** (TESOUREIRA), de forma interina, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura do Município de Cafeara, no período de 12/11/2025 à 10/05/2026.

Art. 2º - A servidora responderá pela Tesouraria do Município de Cafeara, pela Tesouraria da Secretaria de Administração Finanças e Infraestrutura, Secretaria de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 12 de novembro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:2EC70242

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 087/2025

ELTON FABIO LAZARETTI, Prefeito Municipal de Cafeara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à servidora abaixo identificada, ocupante do cargo de AGENTE UNIVERSITÁRIO - ADVOGADO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, a ampliação da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, em caráter excepcional e transitório, para atender às necessidades da administração, no período de 13 de novembro de 2025 a 12 de maio de 2026, conforme previsto no art. 41 da Lei Municipal nº 362/2011, com proventos proporcionais à nova carga horária.

NOME	CARGO	MAT.	LOCAL
GEORGIA ANASTACIA CAMPANA MURARI	AGENTE UNIVERSITÁRIO - ADVOGADO	12942	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Prefeitura Municipal de Cafeara – PR, 12 de novembro de 2025.

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:1904B7D6

GOVERNO MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO para Pavimentação da estrada rural municipal, que conecta a PR-543 à PR-340, será realizada com base de solo cimento e capa de rolamento de TST (Tratamento Superficial Triplo), em uma extensão total de 2.741,39 metros lineares e 16.448,34 m² - INSTRUMENTO DE REPASSE 4103404/2023 PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA, CONCORRÊNCIA ELETRONICA n. º 001/2024- CONTRATO Nº 103/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAFEARA E A EMPRESA AMSTERDAM ENGENHARIA LTDA, na forma abaixo.

A Prefeitura Municipal de Cafeara, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.845.545/0001-06, com sede na Avenida Brasil, 188, em Cafeara – PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Elton Fabio Lazaretti, R.G. nº 4.934.272-1SSP/PR e CPF/MF 858.230.159-68, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 06, centro, nesta cidade de Cafeara-PR, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa **AMSTERDAM ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 28.883.191/0001-04, localizada na Rua Alexandre Von Humboldt Nº 871, casa 44, Pilarzinho, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, representada por FERNANDO HENRIQUE BLASI OLANDOSKI portador da cédula de identidade R.G. n. º 8792641-9, inscrito no CPF sob n. º 05613941998, celebram o presente Termo Aditivo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 14133/21, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 103/2024 por mais 06 (seis) meses, bem como estender, pelo mesmo período, o prazo de execução da obra de pavimentação da estrada rural municipal que conecta a PR-543 à PR-340, com base em solo cimento e capa de rolamento em TST (Tratamento Superficial Triplo), em uma extensão total de 2.741,39 metros lineares e 16.448,34 m², permanecendo inalterados o objeto, o valor global e as demais condições originalmente pactuadas.
A prorrogação ora formalizada decorre do atraso na emissão da licença ambiental necessária para a execução do objeto contratual, fato alheio à vontade da CONTRATADA, conforme exposto no requerimento protocolado por AMSTERDAM ENGENHARIA LTDA (Ref.: Contrato nº 103/2024) e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 62/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do Contrato nº 103/2024 e o prazo de execução da obra, originalmente firmados entre as partes, ficam prorrogados até **06/05/2026**, em conformidade com o objeto deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA
As demais Cláusulas e Condições do Contrato de que trata o presente Termo Aditivo, permanecem válidas e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA
O presente tornar-se-á perfeito, cumpridas as formalidades legais.
E por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Cafeara-PR, 06 de novembro de 2025

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:AB0D96AF

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 111/2025
Processo dispensa Nº. 38/2025

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Processo dispensa nº 38/2025, de 05/11/2025, para o qual tem como objeto: "Contratação de empresa especializada para a locação, de banheiros químicos" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s): A. H. PEREIRA LTDA CNPJ Nº 41.428.402/0001-79 no valor total de R$16.820,82 (Dezesseis Mil, Oitocentos e Vinte Reais e Oitenta e Dois Centavos).

Cafeara - PR, doze dias de novembro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"
Cafeara –PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:9757591F

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 03/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cafeara/PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal Lei Num. 453/2015 de Cafeara - PR, abre inscrição para a escolha dos suplentes do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Cafeara/PR e dá outras providências.

RESOLVE:

ALTERAR O EDITAL N. 01/2025/CMDCA (PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR), NO QUE DIZ RESPEITO QUANTO AO PERÍODO DE INSCRIÇÃO E QUANTO AO HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, CONFORME O SEGUINTE ARTIGO:

6. DAS INSCRIÇÕES
As inscrições ficarão abertas do dia **06 (seis) de novembro a 17 (dezessete) de novembro de 2025,** em horário de atendimento ao público das 13h às 15h, na Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Brasil, n° 250, Centro, Cafeara-PR, Fone: (43) 3625-1148, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

LEIA-SE:
6. DAS INSCRIÇÕES
As inscrições ficarão abertas do dia **07 (sete) de novembro a 17 (dezessete) de novembro de 2025,** em horário de atendimento ao público das 08:00h às 11:00h e das 13:00h as 18:30h, na Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Brasil, n° 250, Centro, Cafeara-PR, Fone: (43) 3625-1148, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Cafeara PR, 10 de novembro de 2025

MÁRCIA APARECIDA PISSOLOTTO TOLOI
Presidente doConselho Municipal da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:B218874A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2025

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2025
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 181/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 104/2025**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por ITEM, tendo por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais, bens e equipamentos destinados ao fortalecimento das ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município de Cafelândia/PR, conforme diretrizes do Programa PROVIGIA e das Resoluções SESA nº 374/2024, nº 726/2025 e nº 689/2025. **A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. APLICA-SE A ESTE PREGÃO O DISPOSTO NO ARTIGO 48, § 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTIGO 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2023, QUE ESTABELECE A PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL SEDIADAS NO MUNICIPÍO DE CAFELÂNDIA, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. ESTE BENEFÍCIO NÃO IMPEDE A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE OUTRAS LOCALIDADES.** VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$113.784,92(cento e treze mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou **www.gov.br/compras**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia **27 de novembro de 2025 às 09h00min**, no site **www.gov.br/compras** nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 12 de novembro de 2025.

JULIANA GOMES
Pregoeira
Portaria n° 682/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:ED385252

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2021 – DISPENSA Nº 039/2021.

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2021 – DISPENSA Nº 039/2021.

LOCATÁRIO: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Junior Motter**, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767.322.675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

LOCADORA: COOPERCAF COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.418.843/0001-38, com sede na Rua Intes Dolar Fontana, nº 50, Sala, Cep: 85.415-000 Bairro: Distrito Industrial, Telefone: (45) 3241-1710, no município de Cafelândia/PR, neste ato representado, pelo(a) Sr.(a) **EDSON LUIZ ZONTA**

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda **(valor e condição de pagamento)** do contrato originário, reajustando o valor de **R$ R$ 4.961,00** (quatro mil, novecentos e sessenta e um reais), para **R$ 5.202,60** (cinco mil, duzentos e dois reais e sessenta centavos) mensais, conforme a variação da UFM (Unidade Fiscal do Município) em 4,87**%** (quatro virgula oitenta e sete por cento), de acordo com a Lei 8.666/93, na forma do ofício da Secretária Municipal de Viação e Obras, ofício de anuência da contratada e parecer jurídico**, totalizando o valor anual do aditivo em R$ 62.431,20 (sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte centavos).**

Fica alterada a cláusula sétima **(prazo de duração e vigência)** do contrato originário, para prorrogar o prazo de execução em mais **12 (doze) meses findando-se no dia 09/08/2026**.'

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
04.001	04.122.00032-008	339039	0	0890- Administração Geral
10.001	26.782.00162-060	339039	0	Divisão de Obras

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas.

Assinaturas: Junior Motter e **EDSON LUIZ ZONTA**

Data da Assinatura: 08/08/2025.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3211EF9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254.2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045.2025 N° 026/2025

EXTRATO TERMO ADITIVO DE RESCISÃO AMIGÁVEL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2025 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025.

Contratante: Município de Cafelândia, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Luiz Picolli, nº. 299, centro, inscrito no CNPJ nº. 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: **IBIPORÃ ADESIVOS LTDA,** sediada na Rua Vitoriano Valente, 2120 CEP: 86.200-000 - Bairro: Cinquentenário, Telefone:(43) 99136-5620, e-mail: ibiadesivos@gmail.com, na cidade de Ibiporã/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 45.0005.979/0001-29, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **JOÃO APARECIDO BERTOLDO.**

Objeto: Fica cancelado a partir de 12/11/2025, através deste instrumento, Ata de Registro de Preço Nº 254/2025 da empresa **IBIPORÃ ADESIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.005.979/0001-29, firmada com o **CONTRATANTE,** que para todos os efeitos legais, considerar-se-á anulado.

Assinaturas: Junior Motter, JOÃO APARECIDO BERTOLDO
Data da Assinatura: 12/11/2025.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F889DAEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOVAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Senhor JUNIOR MOTTER, no uso de suas atribuições legais, vêm através da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo CONVOCAR AUDIÊNCIA PÚBLICA para discussão e deliberação do assunto que abaixo segue:

- Apresentação e Aprovação do PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS.

A referida audiência pública será realizada no dia 03 de dezembro de 2025 (quarta-feira) às 14h30min, no auditório da Prefeitura, situado na Rua Vereador Luiz Picolli, 299 - Centro.

Cafelândia, 12 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

VALDECIR ANTÔNIO VIZZOTTO
Secretário Interino de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:49D493BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.035/2025

Lei nº 2.035/2025.

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a antecipar parte do 13º dos servidores públicos municipais de Cafelândia e dá outras providências, conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a realizar a antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos servidores públicos Municipais indistintamente, do Município de Cafelândia para até o dia 20 de novembro do ano de 2025.

Art. 2º. Esta Lei se aplica somente ao ano exercício 2025.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C78D8F44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.036/2025

Lei nº 2.036/2025.

SÚMULA: Autoriza o executivo municipal a firmar acordo judicial com o escritório central de arrecadação e distribuição – ECAD, e dá outras providências, conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a firmar acordo judicial com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, exclusivamente nos autos nº 0000476-23.2023.8.16.0192 de ação de cobrança, onde o Município foi condenado ao pagamento de direitos autorais referente a eventos realizados entre os anos 2021/2024.

Art. 2º. Pelo presente acordo o Município fica autorizado a pagar o valor total de R$ 81.046,30 (oitenta e um mil, quarenta e seis reais e trinta centavos), sendo:

I.R$ 71.906,85 (setenta e um mil novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos), referente à dívida relativa à direitos autorais junto ao ECAD;

II. R$ 2.139,45 (dois mil, cento e trinta e nove e quarenta e cinco reais), referente às custas processuais adiantadas pelo ECAD e;

III. R$ 7.000,00 (sete mil reais) referente à honorários de sucumbência devidos;

Parágrafo único. Os valores serão pagos de acordo com condições, parcelamento e dados bancários constantes na minuta de acordo, anexo I desta Lei.

Art. 3º. Justifica-se a presente lei, para fins de regularização de pendencias junto ao ECAD, referente à direitos autorais devidos de anos anteriores, bem como, para assegurar desconto no pagamento de direitos autorais do evento denominado EXPOCAF 2025.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei serão custeadas com recursos oriundos de dotação própria do Município de Cafelândia - Dotação orçamentaria 04.001 - 04.122.0003-2008 - Natureza 33.90.39

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

ANEXO I
MINUTA ACORDO JUDICIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DO FORO DA COMARCA DE NOVA AURORA – ESTADO DO PARANÁ

Autos nº 0000476-23.2023.8.16.0192

ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO-ECAD, e **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, ambos já qualificados nos autos em referência, demandante e demandada, por seus respectivos representantes legais e respectivos advogados, "ad judicia", infra-assinados, respeitosamente, vêm à presença de Vossa Excelência, **formular a presente transação,** cujos termos e condições são os seguintes:

CONSIDERANDO os investimentos realizados pelo Município para a organização e realização do evento denominado EXPOCAF 2025 a ser realizado entre os dias de 21, 22 e 23 de novembro de 2025, onde eventual cancelamento seria passível de gerar prejuízos financeiros ao erário público, além da perda da agenda cultural realizada pelo Município, bem como, prejuízos a terceiros contratados e investidores o que poderiam levar a demandas judiciais de ressarcimentos por danos morais e materiais.

CONSIDERANDO o interesse público na realização do evento EXPOCAF 2025 e sua proximidade e visando evitar os transtornos citados anteriormente e ante a responsabilidade do Município de Cafelândia com o recolhimento dos direitos autorais nos eventos por ela organizados e realizados, nos termos da Lei 9.610/98; considerando também que os descontos oferecidos pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD se mostram vantajosos para o ente público, além do custo-benefício no prosseguimento das demandas, as partes resolvem pôr fim às presentes demandas, nos seguintes termos:

1) O Município demandado reconhece a inadimplência dos débitos da presente demanda, relativamente a utilização de obras musicais nos eventos EXPOCAF 2022 e durante gestão 2021/2024, cujo valor devido até a presente data representa a quantia total de R$ 115.135,80 (cento e quinze mil cento e trinta e cinco reais e oitenta centavos), sob o qual, para fins da presente transação, receberão desconto concedido pelo Demandante no valor de R$ 43.228,95 (quarenta e três mil duzentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos), resultando a quantia a pagar pelo Município **R$ 71.906,85 (setenta e um mil novecentos e seis reais e oitenta e cinco centavos),** valor esse que que será pago com uma entrada no valor de R$ $ 14.381,36 (quatorze mil trezentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), e o saldo remanescente será dividido em **11 (onze) parcelas fixas no valor de R$ 5.229,59 (cinco mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, tudo mediante boleto bancário, **com vencimento da primeira parcela para o dia 10/01/2026**, e as demais parcelas com vencimento sucessivo a essa, de trinta em trinta dias, sempre na mesma data, até ao final cumprimento a este título.

2) Com o acordo informado na Clausula 1ª, o Município de Cafelândia, passa a estar adimplente com os Direitos Autorais, não possuindo quaisquer outros débitos junto ao ECAD até a presente data, fazendo jus ao desconto contido no artigo 23, §1º do Regulamento de Arrecadação, de maneira que, para licenciamento do evento "EXPOCAF 2025" o Município receberá **50% de desconto** e pagará aos autores e compositores, **5%** sobre o custo musical dos contratos até o momento celebrado pelo Município e sobre a receita bruta dos camarotes do evento, valores esses que serão pagos administrativamente ao ECAD.

3) O Município arcará também com o reembolso das custas processuais antecipadas pelo autor em ambas as demandas no importe de **R$ 2.139,45** (dois mil cento e trinta e nove e quarenta e cinco reais), valor esse que que será pago à vista, mediante boleto bancário com vencimento para a data de 10/01/2026.

4) O Município reconhece também os honorários devidos ao procurador do autor, no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais), valor esse que será pago a vista, mediante boleto bancário emitido por Savaris & Advogados Associados (CNPJ: 04.068.074/0001-10), **com vencimento para a data de 10/01/2026.**

5) Para efeito do pagamento referidos nas Cláusulas 1 a 4, serão encaminhados ao Município o respectivo boleto bancário, via e-mail, através do endereço eletrônico administracao@cafelandia.pr.gov.br.

6) Os pagamentos respectivos da Cláusula 1ª a 4ª, constituem para o Município, quitação ampla, geral e irrevogável quanto ao objeto vinculado ao presente processo e conforme dispõe o instrumento de composição ora firmado.

7) Fica convencionado que o não pagamento de quaisquer das parcelas, seja a que título for, importará para o demandado, a perda dos descontos concedidos, sujeitando-se, ainda, a multa de 10% (dez) por cento sobre o valor remanescente da presente transação, mais juros legais e correção monetária incidente a partir da data do inadimplemento, cuja recomposição se realizará na forma do artigo 534 e seguintes do CPC/2015.

8) Através da presente transação e **com o pagamento dos valores aqui pactuados** o Município recebe autorização dos autores e compositores para a utilização de obras musicais, **ficando também convencionado que o não pagamento dos valores, ou a ausência de licenciamento e pagamento de eventos futuros, inclusive do evento "EXPOCAF 2025", importará para a Município o imediato cumprimento dos dispostos nos artigos 105 e 106 da Lei 9.610/98 com a apreensão e lacre das aparelhagens sonoras utilizadas no evento, sob qualquer forma de utilização de obras musicais, até que haja o respectivo pagamento da quantia devida e a respectiva autorização.**

9) O presente instrumento de transação abrange integralmente os débitos judiciais, conforme expressa menção no preâmbulo da avença, requerendo, desde já homologação da presente transação, com a extinção do feito, bem como, se o caso, a atualização dos valores das custas processuais remanescentes seja aplicado os termos do que dispõe o artigo 90, §3º, do Código de Processo Civil requerendo sua dispensa. Tal providência visa garantir a eficácia plena da transação judicial firmada e assegurar a extinção com resolução de mérito de todas as ações abrangidas, conforme previsto no artigo 487, III, "b", do CPC, com a consequente estabilização dos efeitos jurídicos do acordocelebrado. Caso a dispensa seja indeferida, essas correrão por conta do Município

Respeitosamente,

Pede Deferimento,

Curitiba, 12 de novembro de 2025

Escritório Central De Arrecadação E Distribuição - ECAD
LUDOVICO ALBINO SAVARIS
OAB/PR 5398

Município De Cafelândia
CNPJ 78.121.878/0001-72
JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

MANOEL B. SANTOS
Assessor Jurídico
OAB/PR 34.715

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9DA16BC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 889/2025-DRH

PORTARIA N. º 889/2025-DRH

SÚMULA: Concede Licença à Servidora Efetiva por motivo de doença em pessoa da familia.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença remunerada de 30 (trinta) dias à Servidora **SUZANA MATIA CARNEIRO**, matrícula 75521, ocupante do Cargo de **EDUCADOR INFANTIL**, por motivo de doença em pessoa da familia, no período compreendido de 13/10/2025 a 11/11/2025, de acordo com o artigo 126, paragráfos 1º e 2º da Lei 762/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Avaliação Médica Ocupacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 12 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F5466BAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 890/2025-DRH

PORTARIA N. º 890/2025-DRH

SÚMULA: Prorroga licença concedida à Servidora Efetiva por motivo de doença em pessoa da familia.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º PRORROGAR a Licença remunerada de 30 (trinta) dias concedida à Servidora **SUZANA MATIA CARNEIRO**, matrícula 75521, ocupante do Cargo de **EDUCADOR INFANTIL**, por motivo de doença em pessoa da familia, no período compreendido de 12/11/2025 a 11/12/2025, de acordo com o artigo 126, paragráfos 1º e 2º da Lei 762/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Avaliação Médica Ocupacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 12 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AF427BCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 305/ 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 305/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de suprimentos de impressão (cartucho de toners, refil de tintas originais e compatíveis e insumos para impresso-ras) com logística reversa, a fim de atender às necessidades de todas as secreta-rias e departamentos da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF: 10.210.196/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL: ANDRE CORREA DA ROCHA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 3.630,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:302BC3CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 306/ 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 306/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de suprimentos de impressão (cartucho de toners, refil de tintas originais e compatíveis e insumos para impresso-ras) com logística reversa, a fim de atender às necessidades de todas as secreta-rias e departamentos da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: ML SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 28.491.296/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL: WANDERSON GUIRALDELI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 117.527,40
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 12/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:3FFE74CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 307/ 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 307/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de suprimentos de impressão (cartucho de toners, refil de tintas originais e compatíveis e insumos para impresso-ras) com logística reversa, a fim de atender às necessidades de todas as secreta-rias e departamentos da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: Y P RAIS SUPRIMENTOS
CNPJ/CPF: 40.648.281/0001-08
REPRESENTANTE LEGAL: ARIANE PRISCILLA PINHEIRO

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 61.180,65
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:5C18B8A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 308/ 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 308/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de suprimentos de impressão (cartucho de toners, refil de tintas originais e compatíveis e insumos para impresso-ras) com logística reversa, a fim de atender às necessidades de todas as secreta-rias e departamentos da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: R.N. BALTAZAR M- COMERCIO DE INFORMATICA
CNPJ/CPF: 26.668.902/0001-94
REPRESENTANTE LEGAL: REGINALDO NICACIO BALTAZAR
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 0,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:31A037DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 309/ 2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 309/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de suprimentos de impressão (cartucho de toners, refil de tintas originais e compatíveis e insumos para impresso-ras) com logística reversa, a fim de atender às necessidades de todas as secreta-rias e departamentos da Prefeitura Municipal de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: INTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 59.503.117/0001-30
REPRESENTANTE LEGAL: MAURILIO LOPES
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 14.775,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:6D2DAE60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 213/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 213/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/ 2025
MODALIDADE Dispensa Nº 50/ 2025

OBJETO: Aquisição de materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia
FORNECEDOR: COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
CNPJ/CPF: 61.548.834/0001-20
REPRESENTANTE LEGAL: BRUNA MARCONDES DE OLIVEIRA ALMEIDA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.340,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 12/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:76B25391

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 214/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 214/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/ 2025
MODALIDADE Dispensa Nº 50/ 2025

OBJETO: Aquisição de materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia
FORNECEDOR: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS
CNPJ/CPF: 45.736.454/0001-63
REPRESENTANTE LEGAL: EDER ALESSANDRO DOS SANTOS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 3.580,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 12/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:7E17CD06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2025

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2025

OBJETO: Aquisição de Materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia.

RAZÃO DA DISPENSA: A aquisição do Microfone de lapela sem fio, 2,4 GHz, alcance até 150 m, resposta 20 Hz–20 kHz, SPL ≥100 dB, se faz necessária por se tratar de um equipamento de alto desempenho, amplamente utilizado por prefeituras, apresentadores e videomakers, sendo uma das melhores opções disponíveis atualmente no mercado. O dispositivo garante captação de áudio de alta qualidade, sem ruídos e com alcance à distância, o que é essencial para a cobertura de eventos institucionais, entrevistas e produções audiovisuais da Prefeitura. Da mesma forma, a aquisição de um Estabilizador de Celular com 3 eixos é de grande importância para atender à demanda da Secretaria na produção de vídeos institucionais profissionais, assegurando maior estabilidade de imagem e qualidade sonora, o que resulta em materiais mais atrativos e eficazes para a comunicação com a população. No que se refere às caixas de som, microfones e extensões, esses equipamentos serão utilizados nos mais diversos eventos promovidos pelo município, gerando economia significativa com a redução de gastos em locações e garantindo maior autonomia e qualidade na execução das atividades. Assim, os investimentos propostos são justificados pela necessidade de modernização dos recursos de comunicação institucional, pela melhoria na qualidade dos serviços prestados à população e pela otimização de recursos públicos, evitando despesas recorrentes com aluguel de equipamentos.
Art 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:
[...]
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
Considerando que o valor da contratação em questão é de R$ 7.232,07 (sete mil, duzentos e trinta e dois reais e sete centavos), verifica-se que este montante se encontra abaixo do limite estabelecido no referido inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá

ultrapassar o valor global de R$ 4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais).

FORNECEDOR: COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
CNPJ: 61.548.834/0001-20
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021
DATA: 12/11/2025

FORNECEDOR: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 45.736.454/0001-63
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021
DATA: 12/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:B9E28C61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 050/2025

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 050/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025

DO OBJETO: Aquisição de Materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia.

Fornecedor: COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
CNPJ: 61.548.834/0001-20
VALOR: R$ 1.340,00 (um mil trezentos e quarenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

Fornecedor: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 45.736.454/0001-63
VALOR: R$ 3.580,00 (três mil quinhentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de Valor Total: R$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).

Ratifico a Aquisição de Materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia.

Califórnia, 12 DE NOVEMBRO de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:5A9E70AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Campina do Simão, e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Campina do Simão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO REGIME
CAPÍTULO ÚNICO
Art. 1º Esta lei confirma e dispõe sobre os regimes jurídicos estatutário e celetista no Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, bem como organiza o estatuto dos servidores públicos do Município.
Parágrafo único. O regime celetista no Município de Campina do Simão observará dentre outros comandos, o contido no título VI.
Art. 2º Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público que recebe dos cofres públicos vencimentos ou remuneração pelos serviços prestados.
Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
Art. 4º Os vencimentos dos cargos corresponderão o padrão básico previamente fixado em lei.
Art. 5º Os cargos públicos são considerados de provimento efetivo e de provimento em comissão.
§ 1º As carreiras serão organizadas em grupos de cargos, dispostos de acordo com a natureza profissional e a complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do grupo ocupacional.
§ 2º Este estatuto também disporá em capítulo próprio sobre a possibilidade e forma de provimento de emprego público.
Art. 6º Quadro é o conjunto de cargos de provimento efetivo, celetista e em comissão, integrante da estrutura do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
Art. 7º Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes ao cargo que ocupa, em virtude de habilitação em concurso público.
Parágrafo único. Quando se tratar de cargo de provimento em comissão, ou no caso de substituições, não se aplica o disposto no caput.
Art. 8º Os servidores municipais terão tratamento uniforme piso ou correção conforme inflação, no que se refere à concessão de índices de reajustes, de antecipação de reajuste ou correção ou outros tratamentos remuneratórios ou no que concerne ao desenvolvimento na carreira, exceto os que forem regulamentados por Lei Federal.
Parágrafo único. A revisão final de vencimentos básicos e a reposição da remuneração em decorrência de alteração do poder aquisitivo da moeda far-se-á sempre em abril de cada ano, sem distinção de índices entre os servidores municipais da ativa, inativos e pensionistas que seguirão as regras previdenciárias aplicáveis.
TÍTULO II
DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 9º São requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal, no Município de Campina do Simão, devendo ser comprovado pelo interessado:
I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - ser civilmente responsável;
III - estar em pleno gozo dos direitos políticos;
IV - estar quite com o serviço militar;
V - ser julgado apto em exames de sanidade física e mental;
VI - ter se habilitado previamente em concurso e ter sido aprovado, salvo quando se tratar de cargo para o qual não haja essa exigência;
VII - não estar condenado criminalmente ou respondendo processo por crime hediondo;
VIII - ter atendido as condições prescritas para determinados cargos ou carreiras;
IX – no caso de servidor comissionado ainda deverá observar o conteúdo da Lei Municipal Nº 398/2012 ou aquela que vier a sucedê-la.
§ 1º A natureza do cargo, suas atribuições e as condições do serviço podem justificar a exigência de outras normas previstas em lei.
§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência física, cuja atribuição seja compatível com sua deficiência, é assegurado o direito de se inscrever no concurso público para provimento de cargos sendo reservadas

cotas percentuais compatíveis com regramento federal das vagas oferecidas pelo concurso.
§ 3º Deverá ser observado reserva de vagas para afrodescendentes em concursos públicos para provento de cargos efetivos no âmbito de Administração Pública Municipal de pelo menos 10% das vagas oferecidas, com observância a Lei Estadual Nº 14.274/2003 ou aquela que vier a sucedê-la.
Art. 10. O provimento de cargos públicos far-se-á por ato da autoridade máxima do Município.
Art. 11. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
Art. 12. Os cargos públicos serão providos por:
I - nomeação;
II - readaptação;
III - reversão;
IV - reintegração;
V - aproveitamento.
VI – promoção.
Seção II
Da Nomeação
Art. 13. A nomeação é o ato de investidura em cargo público e far-se-á:
I - em caráter efetivo e celetista, quando decorrente de aprovação em concurso público, ou;
II - em comissão, para cargos de confiança, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.
§ 1º O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
§ 2º O servidor efetivo nomeado em cargo de comissão, poderá optar:
I - pelo vencimento atual do cargo efetivo ou
II - pelo vencimento do cargo em comissão.
§ 3º O servidor efetivo nomeado em cargo de comissão, que acumular licitamente 2 (dois) cargos em carreira, quando investido em cargo em comissão, ficará afastado de ambos os cargos, recebendo a remuneração do cargo em comissão, hipótese em que fará jus à gratificação de que trata o inciso II do parágrafo segundo do artigo 13.
Art. 14. A nomeação para cargo do quadro de pessoal depende da prévia habilitação em concurso público de provas e/ou títulos e/ou prática, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
Art. 15. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor municipal na carreira, mediante progressão e ascensão funcional, serão definidos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Campina do Simão-PR.
Art. 16. O servidor municipal ocupante do cargo de carreira, ressalvados os casos de acumulação legal, não poderá ser provido em outro cargo efetivo.
Seção III
Do Concurso Público
Art. 17. Concurso público é o procedimento administrativo consubstanciado num processo de recrutamento e seleção, de natureza competitiva e classificatória, aberto ao público a que se destina, atendido os requisitos estabelecidos em edital específico e na legislação aplicável.
Parágrafo único. O edital de concurso público, ao qual o pretendente se vincula fazendo lei entre as partes, estabelecerá os regimes de sua execução especialmente sobre:
I - disposições preliminares;
II - condições de inscrições;
III - instruções especiais;
IV - provas e/ou títulos;
V - bancas examinadoras;
VI - julgamento;
VII - disposições gerais;
VIII - outras condições especiais.
Art. 18. O concurso será de provas, e/ou título, e/ou prática, compreendendo uma ou mais etapas.
Parágrafo único. Havendo mais etapas, em que uma delas seja curso de formação constarão do respectivo edital o seu programa, a duração e a forma de avaliação.
Art. 19. O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado, prorrogável uma única vez, por até igual período.
§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município e em outras plataformas com vistas a submissão aos princípios da publicidade e da transparência.
§ 2º Respeitado o prazo de validade de que trata o parágrafo anterior, os aprovados em concurso público, serão convocados com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargos da carreira.
Art. 20. O concurso público será realizado para preenchimento de vagas em número fixado em edital, na classe inicial dos respectivos cargos.
Seção IV
Da Posse e do Exercício
Art. 21. Posse é a aceitação expressa das atribuições e responsabilidades do cargo, com o compromisso de bem servir, formalizada com a lavratura de termo firmado pelo empossado e pela autoridade que presidir o ato, através de assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que só poderão ser alterados através de atos de ofício previstos em lei.
Art. 22. A posse ocorrerá na mesma data de publicação do ato de nomeação.
Art. 23. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação e de provimento em comissão.
Art. 24. No ato de posse, o servidor municipal apresentará, obrigatoriamente, declaração de imposto de renda, do ano anterior, apresentada à Receita Federal e/ou declaração de bens que constituem seu patrimônio, declaração sobre exercício de outro cargo, emprego ou função pública, certidão de serviço público ou privado, anteriormente prestado, se houver.
Parágrafo único. Somente será empossado o candidato que for julgado apto física e mentalmente, aferido por médico do trabalho ou junta médica oficial, conforme previsto em Edital.
Art. 25. Exercício é o ato pelo qual o servidor assume as atribuições e responsabilidades do cargo.
§ 1º O prazo para o servidor entrar em efetivo exercício é de 05 (cinco) dias, contados da data da posse.
§ 2º Será tornado sem efeito o ato de provimento, senão ocorrerem à posse e o exercício, nos prazos previstos no parágrafo primeiro deste artigo.
§ 3º A autoridade competente do órgão para onde for designado o servidor, compete dar-lhe o exercício.
§ 4º Os efeitos financeiros serão devidos a partir do início do efetivo exercício.
Art. 26. O início, a suspensão e o reinício do exercício serão registrados na ficha funcional individual.
Parágrafo único. Para ser nomeado, o servidor apresentará ao Departamento de Recursos Humanos, os elementos de qualificação pessoal necessários previstos em Lei e em edital.
Art. 27. É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos nesta seção.
Art. 28. O servidor terá exercício na unidade administrativa para qual tenha sido indicado.
Art. 29. O afastamento do exercício do cargo será permitido para:
I - candidatar-se a mandato eletivo;
II - exercício de mandato eletivo;
III - atender convocação do serviço militar;
IV - atender imperativo de convênio, firmado na esfera intragovernamental.
Seção V
Da Jornada de Trabalho e do Estágio Probatório
Art. 30. A jornada de trabalho do servidor ou empregado público será fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas semanais.
§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo de provimento em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço.
§ 2º Não haverá expediente aos sábados e domingos nos órgãos da Administração Municipal, excetuados aqueles que pela sua natureza especial executem atividades imprescindíveis ao interesse público.

§ 3º Aos servidores titulares de cargos com carga horária menor e que por ocasião de lei que majorar a carga horária, exercendo as mesmas funções, poderão optar pela carga maior, com o respectivo aumento salarial.
§ 4º A critério do interesse da gestão pública municipal, eventuais alterações da jornada de trabalho, tanto na duração como início e fim de cada turno, poderão ocorrer mediante ato próprio da autoridade municipal.
§ 5º O plano de cargos e salários disporá sobre eventuais alterações da jornada de trabalho.
Art. 31. Os servidores em atividades que, pela sua natureza, são desenvolvidas em escala de revezamento, deverão cumprir a carga horária semanal prevista no artigo anterior, compensando o trabalho desenvolvido aos sábados, domingos e feriados, com o correspondente descanso em dias úteis da semana.
Art. 32. O servidor provido por nomeação, para cargo efetivo, ficará sujeito a estágio probatório com duração de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, durante o qual, a sua adaptabilidade e capacidade serão objeto de avaliação obrigatória e permanente, para o desempenho da função, observados, entre outros os seguintes requisitos:
I - competências técnicas: serão consideradas as habilidades e conhecimentos específicos relacionados ao exercício das atribuições do cargo, avaliando-se o nível de domínio e atualização nas respectivas áreas de atuação.
II - comportamento profissional: será avaliado o comportamento do servidor no ambiente de trabalho, considerando aspectos como assiduidade, disciplina, iniciativa, responsabilidade, cooperação e pontualidade.
III- resultados obtidos: serão considerados os resultados alcançados pelo servidor em suas atividades laborais, levando-se em conta a qualidade do trabalho desenvolvido, o rendimento no cumprimento de tarefas e a efetividade na obtenção de metas e objetivos institucionais.
IV- relacionamento interpessoal: será avaliada a capacidade do servidor em interagir e colaborar com colegas de trabalho, superiores hierárquicos, subordinados e demais membros da equipe, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.
V- desenvolvimento profissional: será considerado o empenho do servidor em buscar aprimoramento contínuo, através de capacitações, cursos de atualização e participação em programas de desenvolvimento profissional, visando o constante aperfeiçoamento das competências necessárias ao exercício de suas funções.
VI- proatividade: será avaliada a proatividade em identificar oportunidades de melhoria e implementar iniciativas que otimizem a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais.
VII- ética profissional: será avaliado o comportamento ético do servidor no desempenho de suas atividades, considerando o respeito aos princípios da moralidade, integridade, transparência e honestidade no trato com os recursos públicos e no relacionamento com os demais servidores e população atendida pela administração pública.
§ 1º No caso de acumulação legal, o estágio probatório deve ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor tenha sido nomeado.
§ 2º O tempo de serviço em outro cargo público, exercido ou não no Município, não exime o servidor do cumprimento do estágio probatório do cargo novo.
§ 3º Compete ao chefe imediato do servidor, fazer o acompanhamento das atividades no estágio probatório, pronunciar-se conclusivamente sobre o atendimento dos requisitos fixados, dando ciência ao servidor.
§ 4º Fica também o chefe imediato, incumbido de encaminhar à autoridade superior da unidade administrativa, relatório circunstanciado e conclusivo sobre o estágio probatório do servidor, antes de vencer o prazo final do estágio.
§ 5º O relatório citado, nos parágrafos anteriores, poderá ser encaminhado a qualquer tempo, no decurso do estágio definido no *caput* deste artigo, quando o servidor em estágio probatório não apresentar atendimento satisfatório aos requisitos fixados.
§ 6º Durante o estágio probatório o servidor que não satisfizer as exigências dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII deste artigo, poderá ser exonerado justificadamente.
§ 7º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças previstas no artigo 115 com exceção das licenças previstas nos incisos I e II.
Art. 33. A aprovação do servidor no estágio probatório será decretada através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 34. Para que seja assegurado o direito de ampla defesa e contraditório, ao servidor em estágio probatório, em vias de exoneração, é necessário a abertura de procedimento administrativo regular, observando as regras contidas neste estatuto.

Seção VI
Da Estabilidade

Art. 35. O servidor municipal habilitado em concurso público, empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.
Art. 36. O servidor municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou pelo cometimento de infração disciplinar punível, com demissão e apurada em processo disciplinar, no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
§ 1º Preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou denunciado por crime funcional, ou ainda condenado por crime inafiançável, em processo no qual haja pronúncia, o servidor será afastado do exercício, até a final decisão, transitada em julgado.
§ 2º No caso de condenação, se esta não for de natureza que determine a exoneração do servidor, continuará o mesmo afastado do exercício observado os dispositivos desta lei.

Seção VII
Da Readaptação

Art. 37. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica ou outra forma regular admitida legalmente.
Art. 38. Compete ao Departamento de Recursos Humanos e à equipe multiprofissional de saúde ocupacional acompanhar, monitorar e operacionalizar o processo de readaptação de seus servidores.
Parágrafo Único. A formação e as atribuições da equipe multiprofissional de saúde ocupacional, mencionadas neste artigo serão objeto de portaria específica.
Art. 39. O processo de readaptação poderá ser através de recapacitação ou monitoramento sendo:
I - recapacitação: consiste em promover o aprimoramento e/ou a aquisição de conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento da nova atividade ocupacional, por meio de treinamento e/ou capacitação, conforme indicação da equipe multiprofissional, sendo que o Município designará dotação orçamentária específica para promoção das ações de recapacitação;
II - monitoramento: consiste no acompanhamento da evolução do quadro de saúde do servidor em seu ambiente de trabalho, bem como das atividades por este desenvolvida durante o processo de readaptação, a fim de verificar sua adaptabilidade à nova área ocupacional indicada, sendo que:
a) o período de duração do monitoramento será definido pela equipe multiprofissional de saúde ocupacional, considerando as variáveis de cada caso;
b) o monitoramento é de responsabilidade conjunta da chefia imediata do servidor e da equipe de saúde ocupacional do Município.
Art. 40. O servidor que estiver em processo de readaptação poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação da equipe multiprofissional de saúde ocupacional.
Parágrafo Único. A convocação prevista no *caput* poderá ocorrer ainda que o servidor esteja em licença para tratamento de saúde.
Art. 41. Antes da efetivação do processo de readaptação, a administração deverá convocar o servidor para devolutiva quanto ao parecer conclusivo emitido pela equipe multiprofissional de saúde ocupacional.
Art. 42. As medidas determinadas no parecer conclusivo tornar-se-ão efetivas ao término do processo de readaptação.
Parágrafo único. A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
Art. 43. O servidor considerado incapaz será encaminhado para avaliação quanto à deflagração de processo de aposentadoria por invalidez.
Parágrafo único. O servidor aposentado por invalidez, em caso de determinação de retorno à ativa conforme disposto no artigo 44, poderá submeter-se a processo de readaptação.

Seção VIII

Da Reversão

Art. 44. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável, quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores;

e) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 5 (cinco) anos no cargo.

§ 6º O poder executivo regulamentará o disposto neste artigo.

§ 7º Não poderá reverter o aposentado que já tenha completado 75 (setenta e cinco) anos de idade.

Seção IX

Da Reintegração

Art. 45. Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor será aproveitado em outro, de igual natureza e vencimento, ou posto em disponibilidade remunerada, até seu adequado reaproveitamento em outro cargo.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

Seção X

Do Aproveitamento e da Disponibilidade

Art. 46. Extinto o cargo ou declarada a sua inutilidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com direito aos vencimentos do cargo até seu aproveitamento adequado e obrigatório na forma da lei.

Art. 47. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório, no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública municipal.

Art. 48. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga terá preferência o de maior tempo de disponibilidade, e, no caso de empate, aquele com mais tempo no serviço público.

Art. 49. Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial ou, ainda, por alguma outra razão, devidamente comprovada, que possa suficientemente justificar a não ocorrência do exercício no prazo fixado ou de lei.

§ 1º A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo, apurado mediante processo administrativo na forma desta lei.

§ 2º Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade até seu aproveitamento.

Art. 50. O período relativo à disponibilidade será considerado como de exercício para efeito de aposentadoria e de nova disponibilidade.

Art. 51. A disponibilidade no cargo efetivo não impede a nomeação para cargo de provimento em comissão devendo o servidor fazer opção de remuneração.

Art. 52. O servidor colocado em disponibilidade poderá aposentar-se na forma da legislação pertinente.

Seção XI

Da Promoção

Art. 53. A promoção será realizada na forma do que dispuser o plano de cargos e vencimentos a que o servidor esteja relacionado.

CAPÍTULO II

DA VACÂNCIA

Art. 54. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - aposentadoria;

V - posse em outro cargo inacumulável;

VI - falecimento.

Art. 55. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á:

I - a pedido do servidor;

II - de ofício;

III - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

IV - devido a processo administrativo disciplinar;

V - por excesso de despesa, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;

IV - por abandono do cargo.

§ 2º A exoneração por excesso de despesa será precedida de ato normativo do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com os seguintes critérios:

I - o ato normativo deverá especificar:

a) a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;

b) a atividade funcional e o órgão ou entidade administrativa objeto de redução de pessoal;

c) o critério geral impessoal escolhido para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;

d) o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;

e) os créditos orçamentários para o pagamento das indenizações;

II - o critério geral para identificação impessoal será escolhido entre:

a) menor tempo de serviço;

b) maior remuneração;

c) menor idade.

III - o critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação;

IV - os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos;

V - a indenização a que se refere a letra "d" do inciso I equivalerá a um mês de remuneração por ano de trabalho e em caso de ano não completo à proporção de 1/12 (um doze) avos por mês trabalhado.

Art. 56. A exoneração de cargo em comissão e o afastamento de servidor estável de função de confiança dar-se-ão:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Art. 57. A exoneração por falta grave ocorrerá quando, em processo administrativo disciplinar, verificar-se culpa ou dolo do servidor.

Art. 58. A vaga ocorrerá na data:

I - do falecimento;

II - imediata àquela em que o servidor completar setenta e cinco anos de idade, ou aposentar-se;

III - da publicação:

a) da lei que criar o cargo e conceder dotação para seu provimento, ou da que determinar esta última medida, se o cargo já estiver criado;

b) do ato que promover, transferir, aposentar, exonerar ou extinguir cargo excedente, cuja dotação permitir o preenchimento do cargo vago;

c) da posse em outro cargo ou função de acumulação proibida.

Art. 59. Quando se tratar de função gratificada, dar-se-á vacância por dispensa, a pedido, de oficio, ou por destituição.

Seção Única

Da Substituição

Art. 60. Haverá substituição no impedimento de ocupante de cargo de provimento em comissão.
Parágrafo único. Substituir-se-á um servidor em casos excepcionais em que seu cargo não possa ficar vago, por ser de extrema relevância o desempenho de tal função para a administração.
Art. 61. O servidor investido em função de confiança e o ocupante de cargo de provimento em comissão terão substitutos indicados pelo chefe do executivo.
§ 1º A substituição será gratuita.
§ 2º Excepcionalmente, por conveniência administrativa, o titular de cargo em comissão poderá ser designado cumulativamente como substituto de outro cargo de mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular.

TÍTULO III
DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS
SEÇÃO ÚNICA
DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 62. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, fixado por lei.
Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.
Art. 63. Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
Art. 64. Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, em cada cargo, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo, pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara, respectivamente.
§ 1º Excluem-se do teto de remuneração os adicionais previstos nos incisos V a VIII do art. 78.
§ 2º A menor remuneração não poderá ser inferior a 1 (um) salário-mínimo nacional vigente.
Art. 65. O servidor perderá a remuneração do cargo efetivo ou da função quando:
I - no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;
II - nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de optar entre o vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido das vantagens, e o vencimento do cargo em comissão;
III - designado para servir em qualquer órgão da União, do Estado ou de outros municípios.
Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando o mandato for de Vereador e houver compatibilidade de horários para o exercício do cargo e do mandato e nos casos do inciso III, quando o servidor for cedido a órgão estadual ou federal em virtude de convênio de cooperação técnica ou por motivo de cedência.
Art. 66. O servidor perderá:
I - a remuneração do dia que faltar ao serviço sem motivo justificado. Se for o último ou o primeiro da semana, perderá, também, os dois dias do descanso semanal remunerado, salvo se a falta tiver sido por um dos motivos justificados e previstos em lei;
II - a remuneração dos dias que faltar ao serviço e dos dois dias de descanso semanal remunerado da semana, se não comparecer ao serviço por dois ou mais dias da semana, salvo se a falta tiver sido por um dos motivos justificados e previstos em lei;
III - 2/3 (dois terços) da remuneração, durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, condenação recorrível por crime inafiançável, ou processo no qual não haja pronúncia, com direito à diferença, calculada sobre a remuneração do mês do recebimento, se absolvido;
IV - a remuneração, durante o período de afastamento por motivo de condenação por sentença definitiva, à pena que não resulte em exoneração;
V - o vencimento básico ou a remuneração do cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, ressalvados os direitos de acumulação legal;
VI - a parcela de remuneração diária proporcional aos atrasos e ausências justificadas, ressalvadas as concessões, os horários especiais e as hipóteses de compensação de carga horária.
§ 1º O pagamento previsto no inciso III deste artigo cessará no dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional, ou for comunicada sua evasão do estabelecimento penal.
§ 2º Na hipótese de faltas sucessivas ao serviço, contam-se também como faltas os sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativos intercalados entre os dias das faltas.
§ 3º No caso de ocorrer atraso de até uma hora em relação ao início do expediente, ou saída antecipada de até uma hora, o servidor, em qualquer das hipóteses, sofrerá desconto de 1/3 (um terço) de sua remuneração diária.
§ 4º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo serviço.
Art. 67. Compete ao chefe da repartição antecipar ou prorrogar o período de trabalho, quando necessário, respondendo pelos abusos que cometer.
Art. 68. Salvo imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
Art. 69. O servidor que for exonerado, em débito com o erário, ou que tiver a disponibilidade cassada, terá o valor do débito descontado de uma só vez.
Parágrafo único. A não quitação do débito implicará sua inscrição em dívida ativa.
Art. 70. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à quinta parte do vencimento ou remuneração, em valores atualizados.
§ 1º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.
§ 2º Independente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar em processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.
§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até à data da reposição.
Art. 71. O vencimento e as vantagens pecuniárias atribuídas ao servidor não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar:
I - da prestação de alimentos;
II - de dívida para com a Fazenda Pública Municipal;
III - de requisição judicial.

CAPÍTULO II
DAS VANTAGENS
Art. 72. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
I - diárias;
II – gratificações,
III - adicionais.
§ 1º As diárias não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
§ 2º Os adicionais incorporam-se ao vencimento e provento nos casos e condições indicados em lei.
§ 3º As gratificações são acessórias, não se incorporam à remuneração permanente do servidor e só vigoram enquanto existentes os pré-requisitos que determinam o direito à concessão.
§ 4º As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
Seção I
Das Diárias
Art. 73. A servidor que, a serviço, se afastar do Município em caráter eventual ou transitório, poderá ser atribuída, além da passagem, diárias para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção.
§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, quando o deslocamento exigir pernoites fora da sede.
§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus às diárias.

Art. 74. Os valores das diárias serão fixados por Lei Municipal, bem como sua abrangência e alcance, e revistos por Decreto do Executivo Municipal, considerando-se como índice de revisão os percentuais atribuídos à revisão dos vencimentos dos servidores do Município.
Art. 75. O servidor que receber diária e não se afastar da sede do Município por qualquer motivo fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de cinco dias, sob pena de sanções disciplinares e desconto integral nos vencimentos ou remuneração do valor corrigido da importância recebida.
Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retomar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.
Art. 76. As diárias de alimentação e pousada serão pagas antecipadamente ao afastamento do servidor.
Parágrafo único. Para efeitos de horas extras, o recebimento de diárias exclui o cômputo das horas excedentes à carga horária diária.
Art. 77. Nos deslocamentos em que não exija pernoite haverá somente o pagamento de despesas de alimentação, mediante a apresentação de nota da despesa.

Seção II
Das Gratificações e Dos Adicionais

Art. 78. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:
I - gratificação de função;
II - gratificação natalina;
III - gratificação em funções de Magistério e relacionadas à Educação;
IV - gratificação em funções relacionadas à área de Saúde;
V - adicional de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas;
VI - adicional pela prestação de serviços extraordinários;
VII - adicional noturno;
VIII - adicional de férias;
IX - gratificação por participação em comissão permanente ou especial.

Subseção I
Da Gratificação de Função
Art. 79. A servidor investido em função de direção, chefia, assessoramento, encarregado ou coordenador será atribuída gratificação pelo seu exercício, em conformidade com o que estabelece o Plano de Cargos e Vencimentos ou Plano de Carreira a que o servidor estiver vinculado.
Parágrafo único. Afastando-se da função, o servidor perderá a respectiva remuneração.
Art. 80. A servidores estaduais ou federais, regularmente cedidos para o Município, investidos em funções mencionadas no artigo anterior, poderá ser paga gratificação de função.
Parágrafo único. A servidor estadual ou federal investido em cargo de Secretário Municipal poderá ser atribuída, a critério do Chefe do Executivo, gratificação de até 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração do cargo de origem.
Art. 81. Não perderá a gratificação de função o servidor que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento ou serviço obrigatório por lei.
Parágrafo único. É vedada a concessão de gratificação de função a servidor pelo exercício de direção, chefia, assessoramento, encarregado ou coordenador quando esta atividade for inerente ao exercício do cargo.

Subseção II
Da Gratificação Natalina
Art. 82. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.
Parágrafo único. A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.
Art. 83. A gratificação poderá ser paga em duas parcelas, sendo que a última, será até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.
Art. 84. O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcional aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
Art. 85. As verbas variáveis percebidas pelo servidor serão calculadas pela média do ano, para efeitos de gratificação natalina.

Subseção III
Das Gratificações em Funções de Magistério e Relacionadas à Educação

Art. 86. A servidores designados para exercício de funções de direção de estabelecimento escolar ou de creche, regência de classe especial, membro da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação ou secretário escolar serão atribuídas gratificações nos termos do que dispõe o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério.

Subseção IV
Das Gratificações em Funções Relacionadas à área de Saúde

Art. 87. A servidor que vier desenvolver ações relacionadas à área de saúde envolvendo o desenvolvimento de programas de saúde em que o Município é instituidor ou gestor, poderá ser concedida gratificação, mediante ato normativo baixado pelo Prefeito Municipal.
Art. 88. A gratificação será atribuída em percentual não superior a 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o nível inicial de vencimentos do cargo em que o servidor estiver provido, a critério da autoridade concedente.
Subseção V
Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas

Art. 89. Será concedido adicional sobre o menor vencimento descrito no quadro geral de cargos dos servidores efetivos (nível I), ao servidor que trabalhe com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida.
§ 1º Serão consideradas atividades insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixada em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.
§ 2º A caracterização e a classificação dos graus de insalubridade ou de periculosidade far-se-ão através de perícia a cargo de médico ou engenheiro do trabalho, segundo as normas definidas pela legislação federal pertinente.
§ 3º O Chefe do Executivo aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas e critérios de caracterização de insalubridade, periculosidade e penosidade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes. Em não sendo regulamentado o quadro, aplicar-se-á a legislação federal pertinente.
§ 4º As normas referidas neste artigo incluem medidas de proteção do organismo do servidor nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alérgicos ou incômodos.
§ 5º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles.
Art. 90. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.
Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada seis meses.
Art. 91. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá;
I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao servidor que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
Art. 92. O exercício de trabalho em condições insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos assegura a percepção do adicional, respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor do menor vencimento descrito no quadro geral de cargos dos servidores efetivos (nível I), de acordo com os graus máximo, médio e mínimo apurados mediante laudo elaborado por profissional com habilitação em segurança do trabalho.
Art. 93. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma de regulamentação própria, aquelas que, por sua natureza ou

métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com produtos inflamáveis, explosivos ou tóxicos, em condições de risco acentuado.

Parágrafo único. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

Art. 94. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Subseção VI

Do Adicional Pela Prestação de Serviços Extraordinários

Art. 95. O adicional pela prestação de serviços extraordinários se destina a remunerar os serviços prestados fora da jornada normal de trabalho a que estiver sujeito o servidor, no desempenho das atribuições do cargo.

Art. 96. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Parágrafo único. O serviço extraordinário realizado nos domingos e feriados será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 97. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, observando-se o limite máximo de duas horas diárias, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por igual período, caso o interesse público exigir.

§ 1º O serviço extraordinário de que trata o parágrafo único do artigo anterior não atenderá ao disposto no "caput" deste artigo e sim à duração necessária determinada pela chefia imediata, a qual responderá pelos abusos.

§ 2º O serviço extraordinário será precedido de autorização por escrito da chefia imediata que justificará a necessidade do mesmo, respondendo esta por abusos.

Art. 98. Os servidores nomeados para cargo em comissão e os designados para função de confiança não fazem jus ao recebimento de adicional pela prestação de serviços extraordinários.

Subseção VII

Do Adicional Noturno

Art. 99. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como sendo de 52`30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos), sobre o salário-mínimo vigente.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho, acrescido do respectivo percentual de extraordinário.

Subseção VIII

Do Adicional de Férias

Art. 100. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, de chefia, de assessoramento, de encarregado ou de coordenador, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 101. As vantagens percebidas pelo servidor a título de gratificação ou de adicional serão calculadas pela média do período aquisitivo, aplicando-se sobre o valor obtido o terço de férias.

Subseção IX

Da Participação em Comissão Permanente ou Especial

Art. 102. Ao Servidor que integrar comissão especial ou permanente poderá ser concedido adicional de gratificação do FG-1 para o presidente, e 50% do FG-1 para os membros da comissão, por processo administrativo, limitando-se 03 ao mesmo tempo, a ser percebido no final do processo, com exceção aos cargos em comissão.

Art. 103.O Chefe do Poder executivo poderá regulamentar o artigo 102 por decreto, ocasião em que deverá delimitar formas de atuação das comissões, esclarecendo métodos de qualidade e quantidade, bem como complexidade das atividades de modo que os valores arbitrados sejam coerentes e compatíveis com as efetivas atividades realizadas, bem como forma de pagamento da gratificação.

Art. 104.O Decreto que regulamentar o arbitramento de valores de que trata o artigo 102 desta lei, em observância aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade, poderá autorizar o pagamento dos valores citados nos artigos de forma mensal, por etapa, por tarefa, ou outro, podendo ser na conclusão ou durante a realização dos trabalhos, com vistas ao cumprimento do princípio da eficiência das atividades e a justa gratificação aos servidores envolvidos.

Art. 105.O servidor que integrar a comissão especial ou permanente tratada no artigo 102, deverá agir completamente submisso as regras do direito público, em especial ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 106. Todo servidor fará jus, anualmente ao gozo de um período de férias, com direito a todas as vantagens legais, como se em exercício estivesse.

§ 1º Para cada período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício contados sempre a partir da data da primeira investidura no cargo público, ou da data do retorno, em caso de licença ou afastamento.

§ 2º As férias deverão ser obrigatoriamente usufruídas até 30 (trinta) dias antes do vencimento do período aquisitivo seguinte.

§ 3º É vedado levar à conta de férias faltas justificadas, bem como compensar faltas com dias substituídos do período de férias a que fizer jus o servidor.

§ 4º É facultado transformar até 10 (dez) dias do período de férias em pecúnia.

§ 5º As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) etapas, de 10 (dez) dias, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

§ 6º O pagamento da remuneração das férias será efetuado juntamente com o pagamento do vencimento do mês em que o servidor gozá-las, acrescido de 1/3 (um terço).

§ 7º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a 14 (catorze dias).

§ 8º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

§ 9º Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do Art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período relativo a concessão.

Art. 107. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de situação de emergência, calamidade pública, comoção interna ou por interesse da administração em casos que a falta do servidor acarretar atraso dos serviços do órgão em que esteja lotado.

Art. 108. Será permitido ao servidor o direito a fruição do remanescente das férias interrompidas, tão logo cesse a causa da interrupção ou outro momento se assim o servidor requerer e for conveniente ao interesse público, mesmo que represente um período inferior aquele disposto no § 5º do artigo 106 desta lei.

§1º se fizer necessária a interrupção do gozo de férias do servidor, tomar-se-á as seguintes ações:

I - a interrupção do período de gozo de férias só poderá ser interrompido pela a autoridade superior mediante motivação justificada e devidamente formalizada;

II – a interrupção, bem como a compensação dos dias de gozo de férias, só terá validade com autorização por escrito da maior autoridade municipal disponível;

III – a apresentação do comunicado mencionado acima, deverá ser encaminhado ao seu destinatário pessoalmente ou na sua impossibilidade, através de meio eletrônico;

IV – todo ato mencionado acima e devidamente autorizado tornar-se-á válido na data de publicação do ato competente;

§ 2º A não observância do procedimento explicitado neste artigo, levará a quem deu causa ser devidamente responsabilizado, conforme gravidade dos efeitos sobre a Administração e ao interesse público, a ser apurado mediante processo administrativo.

Art. 109. Após o decurso de cada período aquisitivo, o servidor terá direito às férias, na seguinte proporção:

I – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando o servidor tiver de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas injustificadas no período;

II – 18 (dezoito) dias corridos, quando o servidor tiver de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas injustificadas no período;

III – 12 (doze) dias corridos, quando o servidor tiver de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas injustificadas no período.

Art. 110. Não terá direito às férias o servidor que, no decurso do período aquisitivo:
I - tiver obtido licença para tratamento de saúde em pessoa da família, por período superior a 3 (três) meses, embora descontinuados;
II - tiver usufruído de afastamentos para cursos de interesse particular, por período superior a 6 (seis) meses, e
III - tiver usufruído de quaisquer tipos de afastamento e/ou licenças previstos em Lei, durante todo o período.
Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando após a ocorrência de qualquer das condições previstas neste artigo, o servidor retornar ao serviço.
Art. 111. O pessoal lotado na Secretaria Municipal de Educação, que prestem serviços nos estabelecimentos de ensino, em funções diversas farão jus às férias no mesmo período das férias escolares, imediatamente posterior ao período aquisitivo, aplicando-se para esse fim, as férias escolares no mês de janeiro de cada ano.
Art. 112. Cada secretário irá organizar no mês de dezembro de cada ano ou conforme a necessidade, a escala de férias para o ano seguinte, informando o Departamento de Recursos Humanos.
Parágrafo único. Os servidores que exerçam cargos de provimento em comissão não serão compreendidos na escala, ficando, todavia, integralmente sujeitos às disposições do artigo 106.
Art. 113. A critério da autoridade máxima do Município, poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores de uma ou mais secretarias e ou seus setores.
Parágrafo único. Quando houver a concessão de férias coletivas, poderá ser concedido férias proporcionais para servidores que eventualmente não completaram o período aquisitivo tratado no § 1º do artigo 106.
Art. 114. O servidor removido, quando em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las.

CAPÍTULO IV
DAS LICENÇAS
Seção I
Disposições Gerais

Art. 115. Conceder-se-á ao servidor as seguintes licenças:
I - licença para tratamento de saúde;
II - licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;
III - licença para o serviço militar;
IV - licença para atividade política;
V - licença por motivo de doença em pessoa da família;
VI - licença para tratar de interesses particulares;
VII - licença por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;
VIII – para desempenho de mandato classista;
IX – licença capacitação.
§ 1º As licenças previstas nos incisos I e V do *caput* deste artigo, bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, atestado, exame médico e comprovação do parentesco no caso do inciso V.
§ 2º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses.
§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença previsto nos incisos I, II, III e V deste artigo.
Art. 116. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra ou da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Subseção I
Licença para Tratamento De Saúde

Art. 117. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em laudo da medicina do trabalho e após a perícia médica sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
§ 1º Considera-se perícia médica a avaliação técnica, realizada por médico da medicina do trabalho, formalmente designado pelo Município.
§ 2º Quando necessário, a perícia médica poderá ser realizada na localidade onde se encontrar internado o servidor.
§ 3º A licença para tratamento de saúde de servidor efetivo será suportada pelo Município.
Art. 118. O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses já contados a prorrogação, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, a critério da junta médica oficial ou médico do trabalho, esse prazo poderá ser prorrogado.
Parágrafo único. Expirado o prazo do presente artigo, o servidor será submetido a nova perícia e aposentado, se julgado inválido para o serviço público e se não puder ser readaptado, na forma do artigo 37.
Art. 119. Os critérios de aposentadoria imediata do servidor, por invalidez, são de competência única e exclusiva da junta médica oficial.
§ 1º Na hipótese de que trata este artigo, a perícia será feita por uma junta médica oficial composta por médicos de carreira ou empresa terceirizada do ramo devidamente competente para este fim.
§ 2º A forma da junta médica oficial tratada no parágrafo anterior, poderá ser determinada pelo Município mediante ato administrativo do chefe do executivo, de modo que se prestigie o interesse público com especial atenção aos princípios da celeridade e eficiência.
Art. 120. No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados, em consonância com o que estabelece o código de ética médica.
Art. 121. Considerado apto em perícia médica, o servidor reassumirá o exercício sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.
Art. 122. No curso da licença poderá o servidor requerer nova perícia, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito a aposentadoria, resguardando-se a decisão da junta médica oficial no pronunciamento concernente ao caso.
Parágrafo único. Neste caso o custo com o procedimento deverá ser suportado pelo servidor.
Art. 123. Será licenciado, com a última remuneração percebida, excluindo-se as verbas transitórias (salário base e quinquênio), o servidor acidentado em serviço.
Art. 124. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com o exercício do cargo.
Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:
I - decorrente de agressão física sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
II - por acidente sofrido em viagem e estada a serviço;
III - doença profissional.

Subseção II
Licença à Gestante, à Adotante e Licença Paternidade

Art. 125. Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica ou por interesse da parte.
§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.
§ 3º No caso de natimorto, decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.
§ 4º No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado.
Art. 126. Pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos.
Art. 127. Para amamentar o próprio filho até idade de 06 (seis) meses, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.
§ 1º O período mencionado no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado a critério médico.
§ 2º Quando se tratar de jornada reduzida de um só turno, o descanso especial de que trata o "caput" deste artigo será concedido pela metade, no início ou no final do expediente, a critério da servidora.
Art. 128. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 12 (doze) anos de idade incompletos serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada, para assistência da criança.
§ 1º No período da licença maternidade, fica vedado à servidora o exercício de qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.
§ 2º O descumprimento do disposto no caput deste artigo acarretará a perda do direito sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário público.

Subseção III
Licença Para o Serviço Militar

Art. 129. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Subseção IV

Licença para Atividade Política

Art. 130. O servidor terá direito à licença, sem prejuízo de sua remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 10° (décimo) dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o 10° (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 3 (três) meses.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão.

Subseção V

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 131. O servidor poderá obter licença, por motivo de doença que acometer o cônjuge ou companheiro, os pais, os filhos, o padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva as suas expensas e que conste em seu assentamento funcional, mediante comprovação por laudo médico oficial e parecer social, elaborado por assistente social.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º A licença de que trata o *caput*, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, com possível reavaliação mensal por profissional designado do Município; e

II - por até 120 (cento e vinte) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º Soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3o, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2o.

Subseção VI

Da Licença Para Tratar De Interesses Particulares

Art. 132. À critério da administração poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período se assim for conveniente à administração, não podendo ultrapassar o final do mandato do Prefeito que a conceder.

§ 1º O requerente aguardará em exercício a publicação do ato de concessão da licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

§ 2º Não se concederá licença para trato de assuntos particulares ao servidor que esteja respondendo a sindicância, processo administrativo ou, a qualquer título, esteja ainda obrigado à indenização ou à devolução aos cofres públicos.

§ 3º O servidor poderá desistir da licença a qualquer tempo e reassumir o exercício de suas atividades, a critério da autoridade competente.

§ 4º O período de licença não será computado para fins de progressão de carreira.

Art. 133. Só poderá ser concedida nova licença para o trato de interesses particulares depois de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

Art. 134. A licença poderá ser cassada, a juízo da autoridade máxima do Município, quando o interesse do serviço público o exigir.

Parágrafo único. Cassada a licença, o servidor terá até 30 (trinta) dias para reassumir o exercício, após divulgação pública do ato.

Art. 135. Ao servidor ocupante de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Subseção VII

Da Licença Por Motivo De Acompanhamento Do Cônjuge Ou Companheiro

Art. 136. Poderá ser concedida licença ao servidor estável, para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do Estado, do território nacional ou do exterior.

§ 1º A licença será concedida sem remuneração e pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, no máximo por até igual período, findo o qual o servidor deve reassumir o exercício do seu cargo.

§ 2º O tempo de licença por motivo de acompanhamento do cônjuge não será computado para nenhum efeito.

Subseção VIII

Da Licença para desempenho de mandato classista

Art. 137. É assegurado ao servidor o direito à licença com remuneração para o desempenho de mandato em entidade sindical da categoria dos servidores municipais, não podendo ser impedido de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das atribuições sindicais, salvo se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita.

§ 1º Somente será licenciado e fará jus à remuneração do cargo como se em efetivo exercício estivesse o servidor efetivo eleito para cargo de diretor-presidente nas referidas entidades.

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato.

§ 3º O servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada desincompatibilizar-se-á do cargo ou função, quando empossado no mandato de que trata este artigo, não fazendo jus, neste caso, à remuneração.

Subseção IX

Da Licença Capacitação

Art. 138. Os servidores do Município de Campina do Simão, estáveis, em exercício quando da entrada em vigor desta Lei, poderão, a cada quinquênio de efetivo exercício, afastar-se do exercício do cargo efetivo, por até 03 (três) meses, para fins de Licença Capacitação, por interesse da Administração.

Art. 139. Para os fins previstos no artigo 138 desta Lei, aos servidores não serão considerados como afastamentos do exercício:

I –as concessões previstas no artigo 146 desta lei;

II –licenças previstas nos incisos II, III e VII do artigo 115 desta lei.

III -júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IV -licença para tratamento de saúde, até o máximo de 03 (três) meses por quinquênio;

V -licença por motivo de doença em pessoa da família, até um 1 (um) mês por quinquênio;

VI -faltas não justificadas, até o número de 05 (cinco) no quinquênio;

VII -licença capacitação;

Parágrafo único. Nas hipóteses de afastamento superior ao previsto no caput deste artigo, interrompe-se a contagem para o período aquisitivo e recomeça a partir da data de retorno do servidor ao efetivo exercício.

Art. 140. O servidor, após a aquisição do direito a que se refere o artigo 138 desta Lei, terá o prazo de 01 (um) ano para requerer a fruição da Licença Capacitação, sob pena de decaimento do direito, observados os seguintes requisitos, cumulativos:

I -o requerente deverá comprovar inscrição ou matrícula em cursos de capacitação que contenham, no mínimo, noventa horas de carga horária presencial, observada a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

II -o curso deverá atender ao interesse da Administração, devidamente atestado pela Secretaria a qual o servidor esteja lotado;

III -o diploma ou certificado do curso deverá ser obrigatoriamente apresentado pelo servidor, sob pena de devolução da remuneração recebida no período de fruição da licença e não contabilização do período de afastamento como efetivo exercício para promoções e progressões previstas na carreira.

§ 1º A carga horária presencial a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá ser cumprida integralmente no período de fruição da Licença Capacitação, ainda que o curso tenha tempo superior de duração.

§ 2ºO interesse da Administração a que se refere o inciso II do caput deste artigo ficará caracterizado quando o conteúdo do aprendizado a ser auferido em curso ou atividade de capacitação e treinamento do cargo ou função que desempenhe ou lhe seja inerente.

§ 3º A Licença Capacitação poderá ser requerida para cumprimento dos créditos de programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, desde que observados os requisitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo.

§ 4º O servidor que requerer a Licença Capacitação não poderá usufruir a licença para frequência em curso de pós graduação, aperfeiçoamento ou atualização, a que se refere o inciso IV do artigo 138 desta lei, nos cinco anos seguintes à fruição da licença.
§ 5ºO direito de usufruir a Licença Capacitação deverá ser exercitado durante os 05 (cinco) anos subsequentes, ficando vedada a acumulação de períodos aquisitivos, observado o prazo para requerimento previsto no caput deste artigo.
§ 6ºA administração não será obrigatoriamente responsável pelo custeio ou por promover cursos de capacitação que atendam aos requisitos deste artigo.
Art. 141.O Chefe do Poder Executivo editará atos complementares para regulamentar a Licença Capacitação.

CAPÍTULO V
DOS AFASTAMENTOS
Seção I
Disposições Gerais

Art. 142. Mediante autorização formal do chefe do Poder Executivo, com justificado interesse público, o servidor poderá afastar-se de seu cargo:
I - à disposição de outro órgão ou entidade;
II - para exercer mandato eletivo;
III - para estudo determinado pela administração;
IV - para frequentar curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização;

Art. 143. O afastamento previsto no inciso IV do artigo 142, não poderá exceder a 06 (seis) meses, excetuando os casos de cursos à nível de mestrado ou doutorado, em que o afastamento será com até 02 (dois) anos a critério do Município, prorrogável uma única vez e no máximo por até 02 (dois) anos, de modo que a duração total não ultrapasse a 04 (quatro) anos.

Art. 144. O servidor municipal, que tiver sido beneficiado pelo afastamento a que se refere o inciso IV do artigo 142, desde que o curso mencionado seja de igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta horas), somente poderá obter autorização para outra, após, 05 (cinco) anos de efetivo serviço público municipal.

Art. 145. Ao servidor municipal beneficiado pelos afastamentos a que se referem os incisos I, III e IV do artigo 142, não se permitirá exoneração, licença para tratar de assuntos particulares ou aposentadoria voluntária, antes de decorridos o prazo abaixo, ressalvada hipótese de ressarcimento integral das despesas ocasionadas com o afastamento, corrigidos monetariamente.
I - 12 (doze) meses, se a duração do afastamento tiver sido de duração igual ou inferior a 60 (sessenta) dias e/ou 360 (trezentos e sessenta) horas;
II - 24 (vinte e quatro) meses, se a duração tiver sido superior a 60 (sessenta) dias ou 360 (trezentos e sessenta) horas.
III- sendo o aperfeiçoamento de interesse público, o afastamento será com remuneração e pago pelo Município, vinculando a impossibilidade de pedir exoneração.

Subseção I
Do Afastamento à Disposição de Outro Órgão ou Entidade

Art. 146. No superior interesse da administração municipal, fica facultado ao chefe do Poder Executivo em atendimento ao disposto nesta lei, autorizar a cessão de servidores ao Estado, à União, ou outro Município, num prazo de 2 (dois) anos, prorrogável ou não.
§ 1º Na hipótese do definido neste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade a que o servidor for colocado à disposição, e vertida a contribuição previdenciária para o regime próprio de origem do servidor, arcando o órgão também com a parte patronal.
§ 2º O poder executivo poderá regulamentar por decreto esta subseção.

Subseção II
Do Afastamento para Exercer Mandato Eletivo

Art. 147. Ao servidor municipal, será concedido afastamento para o exercício de mandato eletivo da União, do Estado e do Município, com observância das seguintes condições:
I - tratando-se de mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado do seu cargo;
II - investido do mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração e, em não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior, facultado optar pela remuneração;
III - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;
IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais;
V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.

Subseção III
Do Afastamento Para Estudo Determinado Pela Administração

Art. 148. O servidor municipal poderá sem prejuízo da remuneração, ser autorizado a realizar estudos determinados pela Administração Municipal, no território nacional ou no exterior que possam promover o desenvolvimento do Município de Campina do Simão.

Subseção IV
Do Afastamento para Frequentar Curso de Pós-Graduação, Aperfeiçoamento ou Atualização

Art. 149. Mediante processo regular, poderá ser concedido afastamento ao servidor estável no serviço público municipal, matriculado em curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização, a realizar-se dentro ou fora do Município.
§ 1º O curso de aperfeiçoamento, pós-graduação e atualização deverá visar ao melhor aproveitamento do servidor no serviço público municipal e guardar melhor relação direta com as atribuições inerentes ao cargo por ele ocupado.
§ 2º No caso de acumulação de cargo, quando o afastamento for julgado do interesse da administração, apenas no tocante a um deles, o servidor somente poderá afastar-se com perda dos vencimentos e vantagens do outro cargo.
§ 3º Realizando-se o curso no Município, ou em outro de fácil acesso, no lugar de afastamento será concedida dispensa simples do expediente pelo tempo necessário à frequência regular do curso.
§ 4º Ao findar-se o período de afastamento concedido para o curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização, o servidor municipal deverá obrigatoriamente apresentar comprovação de frequência e aproveitamento no curso a que foi autorizado, ao Departamento de Recursos Humanos, para fins de registros em seus assentamentos funcionais, sob pena de ressarcimento integral das despesas ocasionadas com o seu afastamento, corrigidos monetariamente.
§ 5º Para fins da concessão dos afastamentos mencionados no caput, só se admitirá em cursos cuja carga horária mínima seja de 360 (trezentos e sessenta) horas.

CAPÍTULO VI
DAS CONCESSÕES

Art. 150. Sem qualquer prejuízo poderá o servidor municipal ausentar-se do serviço:
I - por 01 (um) dia, para doação de sangue, devidamente comprovada;
II – pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias;
II - por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:
a) casamento;
b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
III - por 2 (dois) dias em razão de falecimento de parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade,até o quarto grau se não se aplicar o inciso anterior.

Art. 151. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo sempre no máximo interesse da administração, desde que a área de estudo tenha compatibilidade com o cargo do servidor.
§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.
§ 2º Para concessão da dispensa, de que trata o parágrafo anterior, o servidor deverá requerê-la oficialmente, mediante apresentação de documento comprobatório de tal situação.

Art. 152. Será concedido horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

CAPÍTULO VII
DA JORNADA DE TRABALHO, DO SOBREAVISO E DO BANCO DE HORAS
Seção I
Da Jornada de Trabalho

Art. 153. A jornada de trabalho nas repartições públicas municipais é de oito horas diárias e quarenta horas semanais, em dias úteis, de segundas às sextas-feiras, com exceção da jornada do cargo de professor e de profissionais, conforme definido em lei, que têm jornada de quatro horas diárias e vinte horas semanais.
§ 1º O horário de início e término da jornada diária, e o intervalo para refeições, serão fixados por ato do Prefeito Municipal.
§ 2º A carga horária do empregado público poderá ser diferente da carga horária do servidor efetivo.
§ 3° Especificamente para a Secretaria de Saúde, é facultado ao Município, mediante anuência dos servidores, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
§ 4° O poder executivo poderá regulamentar as cargas horárias dos servidores mediante edição de decreto, observado os limites desta lei.
Art. 154. Durante o período fixado para o cumprimento da jornada de trabalho, não é permitido ao servidor afastar-se do local de serviço sem autorização do chefe imediato, devendo ocupar-se com atividades inerentes à função que desempenha, organizando o local de trabalho com afazeres afins, quer na execução de serviços de recuperação, conserto, revisão dos equipamentos colocados à sua disposição, ou que utiliza como ferramenta de trabalho.
Art. 155. O servidor ocupante de cargo em comissão, ou investido em função de confiança, poderá ser convocado para realização de serviços, sempre que houver necessidade, ou no interesse da administração, não fazendo jus à remuneração por período extraordinário.

Seção II
Do Sobreaviso

Art. 156. Para atender a necessidades específicas de serviço, poderá ser utilizado o instituto do sobreaviso, cuja remuneração do servidor corresponderá a 1/3 (um terço) da remuneração da hora normal e aplica-se em períodos além jornada de trabalho, noturno, sábados, domingos e feriados.
Parágrafo único. Dependendo da situação em que se der a necessidade da utilização do instituto do sobreaviso, o servidor não necessitará permanecer no local de trabalho, podendo ficar em sua própria casa, ou em local diverso, bastando deixar informado o local onde poderá ser encontrado ou telefone para contato.

Seção III
Do Banco de Horas

Art. 157. A jornada de trabalho poderá ser flexibilizada, de conformidade com a conveniência administrativa, ou necessidade do servidor.
§ 1º A flexibilização da jornada de trabalho, também denominada "Banco de Horas", tem por finalidade a reposição integral da carga horária não cumprida pelo servidor que necessite se ausentar do serviço durante o horário de trabalho, bem como compensar eventuais horas extras que forem por aquele realizadas, dispensando os acréscimos nos vencimentos.
§ 2º É de incumbência do superior imediato o lançamento das anotações nos controles de ponto, bem como a organização da reposição da jornada não cumprida, podendo o próprio servidor apresentar escala de reposição da carga a ser compensada.
§ 3º As horas trabalhadas além ou aquém jornada estabelecida para o servidor serão depositadas em Banco de Horas e compensadas, posteriormente, podendo ser pago hora extra até o limite de jornada de 10 horas diárias (8 da normal e 2 excedente) e o que passar, deverá tornar-se banco de horas.
§ 4º o período de apuração do Banco de Horas será mensal, devendo o servidor tomar ciência.
§ 5º O saldo do banco de horas do servidor deverá ser usufruído em até 12 (doze) meses, não ocorrendo, virará pecúnia em seu favor.
Art. 158. O servidor que necessitar se ausentar do serviço para frequentar cursos e eventos de interesse particular, aula, ou acompanhar familiares, procederá às anotações para fins de compensação de carga horária.
Art. 159. Nas situações em que o Município necessite dos serviços do servidor, além da jornada normal de trabalho, ou em dias em que não haja expediente, para atender necessidades próprias ou esporádicas por motivos emergenciais, de calamidade pública, estiagem, sinistro, enchentes, para realização de eventos, serviços iniciados cuja execução exigem o cumprimento de prazos e nas situações de necessidade de redução de gastos com pessoal, poderá ser utilizada a flexibilização de jornada de trabalho.
Parágrafo único. A flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o "caput" deste artigo processar-se-á da seguinte forma:
I - quando ocorridas de segundas às sextas-feiras e em dias não feriado, para cada hora trabalhada a mais, o servidor usufruirá noventa minutos de folga;
II - quando ocorridas nos domingos e feriados, para cada hora trabalhada a mais, o servidor usufruirá cento e vinte minutos de folga,
Art. 160. As faltas de qualquer natureza não integrarão o sistema de flexibilização da jornada de trabalho, prevalecendo o tratamento legal.

CAPITULO VIII
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 161. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.
Art. 162. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
Art. 163. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.
Art. 164. Caberá recurso:
I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.
§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.
Art. 165. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
Art. 166. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.
Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.
Art. 167. O direito de requerer prescreve:
I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
Parágrafo único O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
Art. 168. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
Parágrafo único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia que cessar a interrupção.
Art. 169. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.
Art. 170. Para o exercício do direito de petição, é assegurado vistas do processo ou documento na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.
Art. 171. A administração municipal deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
Art. 172. A instância administrativa poderá ser renovada:
I - quando se tratar de ato manifestamente ilegal;
II - quando o ato impugnado tenha tido, como pressuposto, depoimento ou documento cuja falsidade venha a ser comprovada, e
III - se após a expedição do ato, surgir elementos novos e provas que autorizem a revisão do processo.
Art. 173. As certidões sobre matérias de recursos humanos, serão fornecidas pelo Departamento competente, de acordo com elementos e registros existentes, obedecidas às normas constitucionais.
Art. 174. São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

TÍTULO IV
DO REGIME DISCIPLINAR
CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 175. São deveres do servidor municipal:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal à instituição que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

c) as requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

VII - zelar pela economia de material e pela conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIII - manter o espírito de solidariedade e cooperação com os demais servidores;

XIV - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família e outros dados e registros imprescindíveis ao desenvolvimento profissional;

XV - frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para treinamento, aperfeiçoamento e atualização;

XVI - atender prontamente, com preferência sobre qualquer serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhes forem feitas pelas autoridades judiciárias, para a defesa do município em juízo;

XVII - proceder na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;

XVIII - conhecer a legislação específica, relativa às suas atribuições na vida funcional;

XIX - apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

XX – havendo a necessidade e interesse público, os servidores devem auxiliar outros servidores em suas tarefas, desde que não sejam ilegais, quando solicitados.

XXI - quando em exercício de atividade de tributação, arrecadação, o servidor tem ainda os seguintes deveres:

a) coibir, por iniciativa própria, qualquer sonegação flagrante de que tiver conhecimento;

b) constituir o crédito tributário pelo lançamento, com atividade que lhe é privativa e vinculada;

c) guardar sigilo a respeito das informações obtidas em razão de seu ofício, sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades, ressalvado o que dispuserem as legislações tributária e criminal, e não exigir tributo reconhecidamente indevido ou a maior que o devido, ou empregar meios vexatórios para a sua cobrança;

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior, contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 176. Ao servidor municipal é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos público;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processos ou execução de serviço;

V - promover manifestações de apreço e desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar outro servidor municipal, no sentido de filiação, em associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública;

X - atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XIII - proceder de forma desidiosa;

XIV - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XV- utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XVII - revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência em razão do cargo ou função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial ou administrativo.

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica ao caso de gozo de licença para o trato de interesses particulares na forma deste estatuto, observada a legislação sobre conflito de interesse.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 177. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:

a) a de 02 (dois) cargos privativos de professor;

b) a de 01 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico e;

c) a de 02 (dois) cargos privativos de médico.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando houver compatibilidade de horários.

Art. 178. A proibição de acumular estende-se à empregos e funções e abrangem autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 179. O servidor aposentado, quando no exercício de mandato eletivo ou de cargo em comissão ou quando contratado para prestação de serviços públicos, perceberá a remuneração dessa atividade cumulativamente com os proventos de aposentadoria.

Art. 180. Verificada, em processo administrativo, mediante o exercício de ampla defesa e do contraditório, a existência de acumulação ilícita, o servidor será obrigado a optar pela remuneração de um dos cargos, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação. Se não o fizer nesse prazo, será suspenso o pagamento de um dos cargos e o caso será encaminhado para apuração em processo administrativo disciplinar.

Art. 181. As acumulações serão objeto de exame e parecer, em cada caso, para efeito de nomeação em cargo ou função pública, e sempre que houver interesse da administração.

Art. 182. Ressalvado o caso de substituição, o servidor não pode exercer, simultaneamente, mais de uma função de chefia, bem como receber, cumulativamente, vantagens pecuniárias da mesma natureza.

Art. 183. Não se compreende na proibição de acumular, nem está sujeita a quaisquer limites, a percepção:

I - conjunta, de pensões civis ou militares;

II - de pensões com vencimento básico ou remuneração;

III - de pensões com vencimento básico de disponibilidade ou proventos de aposentadoria ou reforma;

IV - de proventos resultantes de cargos legalmente acumuláveis; e

V - de proventos com vencimento básico ou remuneração, nos casos de acumulação lícita.

Art. 184. O servidor vinculado ao regime desta lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local

com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidas.

CAPITULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 185. O servidor municipal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 186. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo causado ao erário poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não podendo ser inferior ao correspondente à 10% (dez por cento) da remuneração, provento ou pensão;

§ 2º Nos casos de comprovada má fé, a reposição deve ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

§ 3º Tratando-se de danos causados à terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 187. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 188. A responsabilidade civil-administrativa resulta de atos omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 189. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo uma e outra independentes entre si.

Art. 190. A responsabilidade administrativa do servidor municipal poderá ser afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 191. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 192. São penalidades disciplinares:

I - advertência;
II - suspensão;
III - demissão;
IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
V - destituição de cargo em comissão;
VI - destituição de função gratificada.

Art. 193. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 194. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 176, incisos I a VIII e XVIII e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 195. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 196. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 197. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;
II - abandono de cargo;
III - inassiduidade habitual;
IV - improbidade administrativa;
V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
VI - insubordinação grave em serviço;
VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
XI - corrupção;
XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
XIII - transgressão dos incisos IX a XIV do artigo 176.

Art. 198. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente notificará o servidor para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento para a sua apuração e regularização imediata.

Art. 199. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 200. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada os termos do artigo 55 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 201. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VI, VII, IX, XII, XV, XVI e XVIII do artigo 176, implica a responsabilização na forma da lei.

Art. 202. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do artigo 176, incisos IX, XII e XVI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do artigo 176, incisos IX, XII e XVI.

Art. 203. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 204. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 205. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento a que se refere o artigo 211, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a 30 (trinta) dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a 30 (trinta) dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 206. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo chefe do Poder Executivo, quando se tratar de destituição de cargo em comissão, demissão, cassação de aposentadoria ou suspensão;

II - pelo Secretário da pasta a qual o servidor esteja vinculado e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência;

Art. 207. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.
§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 208. A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa.
Art. 209. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a informações mínimas necessárias para convencimento ou suposto convencimento do cometimento do objeto relatado.
Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.
Art. 210. Sindicância é o instrumento destinado a apurar autoria e/ou materialidade de responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, podendo resultar:
I - arquivamento do processo;
II - instauração de processo disciplinar.
Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
Art. 211. A sindicância será instaurada por ordem da chefia imediata da unidade administrativa que o servidor estiver subordinado e pode constituir-se em peça ou fase do processo administrativo respectivo.
Art. 212. A sindicância será promovida por uma comissão permanente ou especial composta por 3 (três) servidores podendo um deles ser comissionado, de reconhecida experiência administrativa e funcional, designada pelo chefe do Poder Executivo.
§ 1º A autoridade indicará o respectivo presidente, dentre seus membros, ao designar a comissão.
§ 2º O presidente da comissão designará um dos membros que deverá secretariá-lo, sem prejuízo do direito ao voto.
§ 3º O servidor designado para compor comissão de sindicância não poderá declinar de sua responsabilidade, exceto se fundamentada em casos de suspeição ou impedimentos legais.
§ 4º Será advertido o servidor que negar-se a compor comissão de sindicância, sem prejuízo de abertura de procedimento específico para a apuração da responsabilidade.
Art. 213. A comissão dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos da sindicância, sempre que necessário.
Art. 214. A sindicância administrativa deve ser iniciada dentro de 3 (três) dias úteis contados da publicação da designação dos membros da comissão no órgão oficial do município, e concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, salvo motivo de força maior.
Art. 215. A comissão deverá ouvir as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito do fato, bem como proceder a todas as diligências que julgar convenientes à sua elucidação.
Art. 216. Ultimada a sindicância, remeterá a comissão ao chefe do Poder Executivo, relatório que configure o fato indicando o seguinte:
I - se é regular ou não;
II - caso seja, quais os dispositivos legais violados e se há presunção de autoria.
Parágrafo único. O relatório não deverá propor qualquer medida disciplinar, exceto a abertura de processo administrativo, limitando-se a responder aos quesitos deste artigo.
Art. 217. Decorrido o prazo disposto no artigo 214 sem que seja apresentado o relatório, o chefe do Poder Executivo deverá promover a responsabilidade aos membros da comissão.
Art. 218. O chefe do Poder Executivo deverá pronunciar-se sobre a sindicância no prazo de 10 (dez) dias, no máximo, à partir da data do recebimento do relatório.
Parágrafo único. O eventual desatendimento dos prazos previstos neste artigo não causará nulidade ao processo.

CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 219. Como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar, sempre que julgar necessário, poderá determinar o seu afastamento do cargo ou função pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.
§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os efeitos ainda que não concluído o processo.
§ 2º O afastamento é medida preventiva e não constitui pena.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 220. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
Art. 221. São competentes para determinar a instauração de processo disciplinar o chefe do Poder Executivo e os Secretários Municipais.
Art. 222. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores efetivos e estáveis, podendo um deles ser comissionado designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
§ 1º A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.
§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
§ 3º Não poderá participar de comissão disciplinar servidor que tenha participado de comissão de sindicância sobre o mesmo fato.
Art. 223. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.
Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.
Art. 224. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
II - julgamento.
Parágrafo único. O Ato que constituir a instauração do processo administrativo não necessita da descrição minuciosa da suposta imputação, nem do nome completo do servidor, podendo constar apenas os dispositivos legais violados e a matrícula do processado e/ou suas iniciais.
Art. 225. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, até a entrega do relatório final.
§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.
§ 3º Sofrerá processo de responsabilização nos termos da lei servidor que negar-se injustificadamente a compor comissão de sindicância ou processo disciplinar, bem como para membros das comissões quando for notório que houve negligência dos trabalhos.
Art. 226. O processo disciplinar culminará com a aplicação das penas previstas no artigo 192.

Seção I
Do Inquérito

Art. 227. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
Art. 228. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao setor jurídico ou equivalente, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.
Art. 229. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis,

objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
§ 1º A comissão processante deverá observar com o mais alto padrão de zelo os princípios inerentes ao direito administrativo, em especial aos princípios do contraditório e ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade na condução de todo o processo.
§ 2º O denunciado deverá ser citado para defesa prévia com prazo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião onde já deverá arrolar suas testemunhas.
§ 3º Apresentada a defesa prévia, será designada audiência para o mesmo dia, na qual serão ouvidos o indiciado e as testemunhas por ele arroladas.
§ 4º O prazo para apresentação da defesa final será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da realização da audiência de oitiva do indiciado.
§ 5º Os órgãos municipais atenderão com máxima urgência e presteza as solicitações da comissão, devendo justificar prontamente a impossibilidade do atendimento em caso de força maior.
Art. 230. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.
§ 1º O servidor deverá ser comunicado da abertura do processo administrativo, recebendo a cópia do ato administrativo de instauração do processo, e ser informado da como poderá acompanhar o processo.
§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
§ 3º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.
Art. 231. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.
Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.
Art. 232. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.
§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.
Art. 233. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 229 e 230.
§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.
§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.
Art. 234. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.
Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.
Art. 235. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.
§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assegurando-se lhe vista do processo na repartição.
§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez) dias úteis.
§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.
§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.
Art. 236. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.
Art. 237. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Município e de outras formas de modo que se tenha garantia da publicidade, para apresentar defesa.
Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias úteis a partir da última publicação do edital.
Art. 238. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.
§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.
§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
Art. 239. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.
§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.
§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
Art. 240. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Seção II
Do Julgamento

Art. 241. No prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.
§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.
§ 3º Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá a autoridade de que trata o inciso I do artigo 206.
§ 4º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.
Art. 242. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
Art. 243. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.
§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o artigo 167 será responsabilizada.
Art. 244. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
Art. 245. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.
Art. 246. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.
Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do artigo 56, o ato será convertido em demissão, se for o caso.
Art. 247. Serão assegurados transporte e alimentação:
I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;
II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Seção III
Da Revisão do Processo
Art. 248. O processo disciplinar poderá ser revisto, no prazo prescricional de 05 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.
Art. 249. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
Art. 250. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
Art. 251. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao chefe do Poder Executivo ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.
§ 1º Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do artigo 212 e despachará o requerimento para nova apuração.
§ 2º Os integrantes da comissão de processo disciplinar não poderão participar na comissão de revisão.
Art. 252. A revisão correrá em apenso ao processo originário.
Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas a inquirição das testemunhas que arrolar.
Art. 253. A comissão revisora terá 30 (trinta) dias úteis, para a conclusão dos trabalhos.
Art. 254. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.
Art. 255. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 206.
Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.
Art. 256. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.
Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.
Art. 257. Especificamente para este título, mas não somente, fica autorizado a utilização de forma subsidiária das seguintes legislações:
I - Lei Federal Nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
II – Lei Federal Nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
III – Decreto Lei Nº 3.689/1941, código de Processo Penal, e
IV – Lei Federal Nº 13.105/2015, código de Processo Civil.

TÍTULO VI
DO REGIME CELETISTA
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 258. Se aplicará aos empregados públicos municipais, aqueles que ocupem e/ou ocuparão emprego público, as regras estatuídas no Decreto Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.
§ 1º As regras deste estatuto se aplicam integralmente aos empregados públicos, desde que não conflitem com as normas da consolidação das leis do trabalho.
§ 2º A contratação de empregados públicos municipais se dará por concurso público.
§ 3º O empregado público não terá direito a estabilidade.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 259. O dia do servidor público municipal será comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro.
Art. 260. Poderão ser instituídos, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:
I - prêmios pela apresentação de ideias inovadoras, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.
Art. 261. Quando o artigo não dispuser o contrário, os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o 1° (primeiro) dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
Art. 262. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam comprovadamente às suas expensas e constantes de seu assentamento pessoal individual.
Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.
Art. 263. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá ser privado de qualquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.
Art. 264. São assegurados ao Servidor Municipal os direitos de associação sindical e o de greve.
Parágrafo único. O direito de greve será exercido estritamente nos termos dos limites definidos em Lei Federal, adequadas às peculiaridades do Município.
CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 265. Serão subordinados aos regimes jurídicos, instituídos pela presente lei, os servidores municipais já enquadrados nos planos de cargos e salários e os concursados admitidos a partir desta data.
Art. 266. Ficam submetidos aos regimes jurídicos instituídos por esta lei, os servidores municipais concursados e comissionados do Poder Executivo, mesmo aqueles cedidos, já enquadrados no plano de cargos e salários, exceto os contratados por prazo determinado, que se submete a legislação especial.
Art. 267. É facultada a admissão de estrangeiro, em caráter excepcional para exercer encargos de pesquisa, tendo em vista as peculiaridades científicas de seu conhecimento e a relevância de sua atuação, tudo sob arbítrio do Chefe do Poder Executivo Municipal, em cada caso e respeitada a legislação federal.
Art. 268. Fica assegurado a irredutibilidade de vencimentos.
Art. 269. O regime jurídico único estatutário e a possibilidade do regime jurídico celetista estabelecido nesta lei, será aplicado aos servidores da Câmara Municipal de Campina do Simão, cabendo ao presidente desta, as atribuições reservadas nesta lei ao chefe do poder executivo municipal, quando for o caso.
Art. 270. O Município contará com legislação específica relativa aos temas:
I – previdência;
II – plano de cargos, carreira e valorização do servidor público, e
III – demais normas que garantam a eficiência administrativa com sua correspondente legalidade.
Art. 271. Fica autorizado utilização da Lei Federal nº8.112/1990, de forma subsidiária, quando o presente regramento não for suficientemente capaz de garantir todo o respaldo legal para os casos concretos.
Art. 272. Esta lei entrará em vigor na data da publicação.
Art. 273. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Complementar Municipal Nº 07/2006.

Prefeitura Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:688BD51C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 35/2025-PMCS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA DE CAMINHÃO BASCULANTE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 51/2025
PAULO RICARDO CONSTRUÇÕES LTDA, sediada na Rua Afonso Botelho, nº 1610 – Bairro Santa Cruz Cep: 85012-030, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 60.250.103/0001-31 doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Paulo Ricardo de Freitas Pinto.

VALOR: R$ 568.800,00 (Quinhentos e Sessenta e Oito Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA: 11 DE NOVEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:67F93B10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
PORTARIA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

P O R T A R I A N.º 41/2025

A Diretora-Presidente da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 620, de 04 de abril de 2019, a qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos agentes políticos e dos servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão do Município, com fulcro no Decreto nº. 1.897, de 15 de dezembro de 2022.

A U T OR I Z A

A concessão de diárias ao(a) servidor(a) **INES BALDO FURTADO BORGES,** matrícula n.º 1637, Diretora-Presidente da PREVICAMP, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias:	2,0 (dois)
II	Valor da Diária:	R$ 160,05
III	Valor total das Diárias:	R$ 320,10
IV	Destino:	Curitiba/PR
V	Objetivo da viagem:	Participação no Workshop – Carteira de Investimentos do RPPS: Legislação, Controle e Contabilização", realizado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV;
VI	Data:	18 e 19 de novembro/2025.
VII	Período:	8:30hs às 17:30h.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

INES BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
PREVICAMP

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:2C096A0A

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
PORTARIA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

P O R T A R I A N.º 42/2025

A Diretora-Presidente da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 620, de 04 de abril de 2019, a qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos agentes políticos e dos servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão do Município, com fulcro no Decreto nº. 1.897, de 15 de dezembro de 2022.

A U T O R I Z A

A concessão de diárias ao(a) servidor(a) **RUBIA CARLA CAMARGO GIACOMITI ROSVADOSKI,** matrícula n.º 1597, Diretora Executiva da PREVICAMP, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias:	2,0 (dois)
II	Valor da Diária:	R$ 160,05
III	Valor total das Diárias:	R$ 320,10
IV	Destino:	Curitiba/PR
V	Objetivo da viagem:	Participação no Workshop – Carteira de Investimentos do RPPS: Legislação, Controle e Contabilização", realizado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV;
VI	Data:	18 e 19 de novembro/2025.
VII	Período:	8:30hs às 17:30h.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

INES BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
PREVICAMP

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:9F941A3C

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
PORTARIA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

P O R T A R I A N.º 43/2025

A Diretora-Presidente da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 620, de 04 de abril de 2019, a qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos agentes políticos e dos servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão do Município, com fulcro no Decreto nº. 1.897, de 15 de dezembro de 2022.

A U T O R I Z A

A concessão de diárias ao(a) servidor(a) **VANESSA APARECIDA GIACOMITTI CROZETTA,** matrícula n.º 155551, Supervisora da PREVICAMP, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias:	2,0 (dois)
II	Valor da Diária:	R$ 160,05
III	Valor total das Diárias:	R$ 320,10
IV	Destino:	Curitiba/PR

V	Objetivo da viagem:	Participação no Workshop – Carteira de Investimentos do RPPS: Legislação, Controle e Contabilização", realizado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV;
VI	Data:	18 e 19 de novembro/2025.
VII	Período:	8:30hs às 17:30h.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

INES BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
PREVICAMP

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:17B61D41

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
PORTARIA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

P O R T A R I A N.º 44/2025

A Diretora-Presidente da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 620, de 04 de abril de 2019, a qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos agentes políticos e dos servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão do Município, com fulcro no Decreto nº. 1.897, de 15 de dezembro de 2022.

A U T O R I Z A

A concessão de diárias ao(a) servidor(a) **RAFAEL CARLOS BERLEZE,** matrícula n.º 25958, Membro do Comitê de Investimentos - Representante do Conselho de Administração, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias:	2,0 (dois)
II	Valor da Diária:	R$ 160,05
III	Valor total das Diárias:	R$ 320,10
IV	Destino:	Curitiba/PR
V	Objetivo da viagem:	Participação no Workshop – Carteira de Investimentos do RPPS: Legislação, Controle e Contabilização", realizado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV;
VI	Data:	18 e 19 de novembro/2025.
VII	Período:	8:30hs às 17:30h.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

INES BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
PREVICAMP

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:0A518553

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
PORTARIA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

P O R T A R I A N.º 45/2025

A Diretora-Presidente da Previdência Social do Município de Campina Grande do Sul - PREVICAMP, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 620, de 04 de abril de 2019, a qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos agentes políticos e dos servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão do Município, com fulcro no Decreto nº. 1.897, de 15 de dezembro de 2022.

A U T O R I Z A

A concessão de diárias ao(a) servidor(a) **FRANCIELLI MASCHIO,** matrícula n.º 274301, Contadora da PREVICAMP, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias:	2,0 (dois)
II	Valor da Diária:	R$ 160,05
III	Valor total das Diárias:	R$ 320,10
IV	Destino:	Curitiba/PR
V	Objetivo da viagem:	Participação no Workshop – Carteira de Investimentos do RPPS: Legislação, Controle e Contabilização", realizado pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e Municípios – APEPREV;
VI	Data:	18 e 19 de novembro/2025.
VII	Período:	8:30hs às 17:30h.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

INES BALDO FURTADO BORGES
Diretora-Presidente
PREVICAMP

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:D12B3526

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 54/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 54/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) CÂMARAS REFRIGERADAS CIENTÍFICAS VERTICAIS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS, DESTINADAS AO ARMAZENAMENTO E À CONSERVAÇÃO DE VACINAS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
COMUNICO que houve alterações no descritivo do item, tendo em vista pedido de impugnação apresentado.
Nova data de abertura: 01/12/2025.
Horário de abertura: 09:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 109.812,50 (Cento e nove mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote.
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

RONY ZOTTO CARTAXO
Agente de Contratação

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:5416B87D

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 21/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 21/2025
Processo nº 37/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de

Contratação, referente ao processo Pregão nº 21/2025, que tem por objeto a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARES DE TÊNIS PARA COMPOR UNIFORMES ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ON LINE COMÉRCIO DE BOLSAS EIRELI	03.550.980/0001-94	R$ 269.550,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 12/11/2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:BD25278C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA

EM PROCESSO ADMINISTRATIVO – PROTOCOLO N.º 37727/2025

PRELIMINARMENTE

Em virtude dos poderes que me foram delegados pela **Portaria n.º 1455/2025**, especialmente a disposição contida em seu artigo 2º, inciso I, alínea "a", e em observância às orientações do **Parecer Jurídico n.º 22/2025**, procedo à análise do pedido para a devida decisão administrativa sobre o mérito.

RELATÓRIO

Trata-se de expediente instaurado a partir de requerimento de **MARLI APARECIDA RAMOS ARMSTRONG BELO**, por meio do qual pleiteia a conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída durante a atividade laborativa. O protocolo administrativo foi direcionado à Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Gestão de Pessoal e posteriormente para Procuradoria Geral do Município.
O processo foi devidamente instruído com:

• Requerimento Administrativo da servidora pleiteando o pedido – identificação do processo – protocolo nº 37727/2025);
• Certidão da Secretaria Municipal de Administração, datada de 23/10/2025 (Coordenação do Dep. de Gestão de Pessoal), atestando, no período de atividade até a aposentadoria, inexistência de punições e ausência de gozo de licença-prêmio, bem como inexistência de requerimento de fruição/indenização naquele período; aposentadoria confirmada pela Portaria nº 985/2015.
• Impressão do sistema funcional do Departamento de Gestão de Pessoal com destaques de admissão em 01/09/1980 e aposentadoria em 02/07/2015.
• Cópia de Portaria de contratação/ingresso (Portaria nº 77/1980), com início do exercício em 01/09/1980 (cópia física – "Contratar", publicada/registrada em 08/09/1980).
• Comprovante de aposentadoria da servidora, com referência à Portaria nº 985/2015, de 02/07/2015, que concedeu a aposentadoria (extrato/Diário Oficial).
• Papeleta de acompanhamento (Secretaria Municipal de Administração e do setor de Departamento de Gestão de Pessoal), ambas datadas de 24/10/2025, resumindo o histórico funcional, informando: admissão em 01/09/1980; reenquadramento; estágio probatório cumprido; sem licenças-prêmio gozadas; aposentadoria em 02/07/2015; e referência à Lei Municipal nº 787/2021 (cinco anos de prazo prescricional).
• Cópia integral da Lei Municipal nº 787, de 19/10/2021, que "Autoriza o Poder Executivo a reconhecer dívidas vencidas decorrentes do pagamento em pecúnia a título de licenças-prêmio não fruídas em atividade por servidor aposentado", destacando-se o art. 2º, §2º: prazo quinquenal contado da publicação do ato de aposentadoria, suspendendo-se com o protocolo de requerimento administrativo próprio.

É necessário relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração é responsável por todas as atividades essenciais que apoiam o funcionamento do Poder Executivo Municipal. Suas competências estão detalhadamente definidas no Art. 18 da Lei Municipal n.º 1032/2024.
O Chefe do Poder Executivo (Prefeito) tem a prerrogativa de delegar algumas de suas atribuições, conforme estabelecido no § 1º do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal. No caso específico mencionado, a decisão foi delegada à Secretaria de Administração, o que está formalizado e pode ser verificado na Portaria n.º 1455/2025. Desta forma, esta Secretária possui legitimidade para tomar decisões sobre o assunto em questão.

DECISÃO

Com base na competência que me foi delegada e após minuciosa análise da documentação apresentada, especialmente o Parecer Jurídico n.º 22/2025 da Procuradoria-Geral do Município, **delibero pelo INDEFERIMENTO do pedido de conversão em pecúnia da licença-prêmio formulado por Marli Aparecida Ramos Armstrong Belo.**
A decisão fundamenta-se na ocorrência da prescrição quinquenal, visto que a aposentadoria da servidora (termo inicial para a contagem do prazo) ocorreu em 02/07/2015 (Portaria n.º 985/2015) e o requerimento foi protocolado apenas em 20/10/2025, superando o lapso legal de cinco anos. Não foi identificada qualquer causa suspensiva ou interruptiva do prazo, conforme estabelecem o art. 2º, § 2º, da Lei Municipal n.º 787/2021, o art. 1º do Decreto n.º 20.910/1932, e a jurisprudência consolidada do STJ sobre o termo inicial de contagem do prazo para a conversão pecuniária de vantagens não gozadas por servidor inativo.
Cientifique-se a interessada sobre a presente decisão.

Campina Grande do Sul, 11 de novembro de 2025.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:083BD4BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITAMENTO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 249 / 2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

Fundamento: Artigo nº 84 da Lei Federal 14.133/2021
Objeto: 1º Termo Aditivo a Ata Registro de Preços nº 249/2024; prorrogação de vigência, vigendo até 13 de novembro de 2026; correção pela IPCA acumulado últimos 12 meses em 4,68%.
Empresas Contratadas:
LOCAR TRUCK LTDA, CNPJ: 23.767.616/0001-98

Valor do Aditivo: R$105.517,80 (cento e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária:
08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.608.0008.2030 - Manutenção do Departamento de Fomento Agropecuário
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
Fonte 00000 – Recursos Municipais
Data de Assinatura: 11/11/2025

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:B233B7F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025

Objeto: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ de 18.757,12 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, meio fio e sarjeta, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual, no Município de Campo do Tenente/PR**.** Data de abertura de propostas e disputa de preços: 19/12/2025, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41)3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.

Campo do Tenente, 11 de novembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:269F7F66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO 38 / 2025

Processo Administrativo: 418 / 2025
Objeto: Aquisição de veículos 0 km, nas condições, quantidades, características e prazos abaixo definidos, a ser realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, destinados ao suporte às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo do Tenente Paraná. Aquisição de 1 (um) veículo utilitário tipo furgão ambulância tipo B – suporte básico teto alto, novo (0 km) conforme Resolução SESA/PR 387/2023, Protocolo n° 20.403.661-6, e aquisição de 2 (dois) veículos utilitários tipo hatch, novo (0 km) conforme Resolução SESA/PR 516/2024, Protocolo N° 21.359.835-0 pela Secretaria Municipal de Saúde.
Fundamento Legal: 14.133/2021
Valor total homologado do processo: R$ 503.800,00
Data de homologação: 06/11/2025
Empresas Vencedoras:

N° ATA	DETENTOR	CNPJ	VALOR TOTAL	DATA DA ASSINATURA
263/2025	ACA - ASSESSORIA COMERCIAL AVANCADA LTDA	57.472.677/0001-40	R$ 183.800,00	10/11/2025
264/2025	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	29.987.662/0001-89	R$ 320.000,00	06/11/2025

Vigência: 12 (doze) meses contados de sua assinatura.

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:02125EB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 930/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.388/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.388/2024 de 19 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.243.1008.2.440 – Abrigo Institucional Campo Magro			
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	0000	20.000,00
TOTAL			**20.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de anulação parcial no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), provenientes da fonte: 0000. Como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	20.000,00
TOTAL			**20.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Magro, 11 de Novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:06EEA40D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 931/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.388/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.388/2024 de 19 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 - FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
08.243.1008.2.027 – Subvenções Sociais as Crianças e Adolescentes			
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	0000	100.000,00
TOTAL			**100.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de excesso de arrecadação no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), provenientes da fonte: 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 11 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:8394D6D6

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.443/2025

Declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Campomagrenses do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Campomagrenses, sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no CNPJ sob nº 52.069.151/0001-08, com sede na Rua Jasmim, nº 278, Campo Magro – Paraná, CEP 83535-000.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo justo, a critério do Chefe do Executivo Municipal, deverá apresentar até 30 de abril de cada ano, à Prefeitura Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de Utilidade Pública, se a entidade:
a) deixar de cumprir por dois (2) anos consecutivos, a exigência do artigo anterior;
b) substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;
c) deixar de prestar contas de recursos recebidos através de convênios ou equivalente;
d) não estar em funcionamento ou funcionar de forma inadequada a sua finalidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Magro, em 12 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:1F69AAEB

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 070/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar**, CLAUDECIR FELIPE SANTANA,** inscrito no CPF: *5*.***.***-79 do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, simbologia AG-1, lotado no Gabinete do Vereador Marcio Bueno de Lara, nesta Câmara Municipal.

REGISTRA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete Presidência da Câmara Municipal de Campo Magro, 12 de novembro de 2025.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:F5E7DFD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL RESOLUÇÃO Nº 09/2025

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Campo Magro/PR, em Reunião Ordinária nº 08/2025, realizada no dia cinco do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

RESOLVE:

Art. 1º - TOMAR CIÊNCIA, da busca por deliberação de recursos ao Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial para a efetiva aplicação do Projeto Capoeira, no valor de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), previamente aprovado em reunião, de acordo com a Ata de Reunião Ordinária nº 04/2025 em 23 de maio de 2025;

Art. 2º - APROVAR, a inclusão dos conselheiros(as): Leonardo Henrique Melo Silva, Elisângela do Rocio Paulin Damrat, Felipe Lima e David Francisco de Lara Silva no Grupo Temático de Eventos, para a elaboração de calendário de eventos para organizar ações específicas alusivas ao "Mês da Consciência Negra" em Novembro;

Art. 3º - APROVAR, a iniciativa de implementar o curso de letramento racial, com o objetivo de informar, sensibilizar e orientar, a população, servidores públicos e instituições sobre igualdade racial e combate ao racismo;

Art. 4º - APROVAR, o encaminhamento de ofício às secretarias municipais sobre o relatório de ações do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial 2023-2026;

Art. 5º - APROVAR, a solicitação formal de informações e parecer sobre a conta, valores e documentação referente ao Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 31 de outubro de 2025.

ROBSON JAIME PEREIRA
Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:A60189EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL RESOLUÇÃO Nº 10/2025

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Campo Magro/PR, em Reunião Ordinária nº 09/2025, realizada no dia vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

RESOLVE:

Art. 1º – **APROVAR** as Atas das Reuniões Ordinárias nº 07/2025 e nº 08/2025, conforme registro e deliberação na Ata da 9ª Reunião Ordinária, de 24 de outubro de 2025.

Art. 2º – **DELIBERAR** pela continuidade da discussão sobre o Curso de Letramento Racial e a Cartilha Didática Igualdade Racial, agendando nova reunião para a próxima sexta-feira, com o objetivo de construir proposta de encaminhamento sobre a metodologia de aplicação e os próximos passos para a implementação do projeto.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 24 de outubro de 2025.

ROBSON JAIME PEREIRA
Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:EB8E0032

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL RESOLUÇÃO Nº 11/2025

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Campo Magro, em reunião extraordinária 05/2025, realizada aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a convocação de uma nova Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR.

Art. 2º ESTABELECER que a referida Reunião Extraordinária será realizada no dia 10 de novembro de 2025 (segunda-feira), com início às 08h00 da manhã, na modalidade virtual, com a finalidade de permitir a avaliação, discussão e apresentação de sugestões e propostas de projetos e alterações nos quantitativos do Plano de Ação do Município, por parte dos representantes da sociedade civil.

Art. 3º RATIFICAR o compromisso dos membros do Conselho em garantir o quórum necessário para a realização da Reunião Extraordinária mencionada no Art. 1º, assegurando a continuidade dos trabalhos e a efetividade das deliberações.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Campo Magro, 07 de novembro de 2025.

ROBSON JAIME PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:4AA72DF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL RESOLUÇÃO Nº 12/2025

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Campo Magro – CMPIR, em Reunião Extraordinária nº 06/2025, realizada aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na modalidade virtual.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Município de Campo Magro referente ao repasse do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR) para o ano de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Plano de Ação do Município de Campo Magro referente ao repasse do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR) para o ano de 2025, através da deliberação 013/2025, o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme os seguintes eixos e quantitativos:

I. Prevenção às Diversas Formas de Violência Racial: Campanhas a serem realizadas: 5
Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250
Programas e Projetos a serem realizados: 3
Projeção da população impactada: 1.500.
Técnicos especializados locais: 5

II. Sensibilização e Mobilização da Comunidade sobre o Tema:
Campanhas a serem realizadas: 10
Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250
População em geral a ser atendida: 1.500
Programas e Projetos a serem realizados: 3 (incluindo Encontro de Matrizes Africanas, Roda de Rua como centro tradicional, Feira Afro, Calendário Afro)
Projeção da população impactada: 1.500
Técnicos especializados locais: 5

III. Implementação e/ou Aprimoramento de Organismo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (OPPIR):
Implementação do OPPIR: Sim (1)
Ações de aprimoramento do OPPIR existente: Sim (1)
Técnicos especializados: 10

IV. Programas Voltados à Formação e Empregabilidade, com Ações Voltadas ao Empreendedorismo, Economia Criativa e Economia Solidária:
Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250
Técnicos especializados locais: 5
Programas e Projetos a serem realizados: 10 (incluindo Encontro de Matrizes Africanas, Roda de Rua como centro tradicional, Feira Afro, Calendário Afro)

V. Ações de Formação Antirracista Objetivando Letramento e Consequentemente a Redução do Racismo Institucional e Estrutural:
Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250
Conselheiros Municipais a serem atendidos: 50
População em geral a ser atendida: 1.500
Programas e Projetos a serem realizados: 5
Projeção da população impactada: 1.500
Técnicos especializados: 10

VI. Fomento para Projetos de Valorização de Livros, Materiais Gráficos e/ou Literários, Físicos ou de Outras Mídias Digitais, que Valorizem Produções de Autores Negros e Autoras Negras, de Acordo com as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial):
Materiais pedagógicos a serem adquiridos: 100 (cartilhas e livros)
Materiais pedagógicos a serem elaborados: 100
Autores a serem patrocinados: 20
Eventos a serem realizados: 15

Art. 2º RECOMENDAR a reserva de até 5% (cinco por cento) do valor total do repasse, equivalente a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para as atividades de monitoramento, divulgação e elaboração de relatórios finais, visando garantir a transparência na prestação de contas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Campo Magro, 10 de novembro de 2025.

ROBSON JAIME PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:0F3F7966

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0100/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **ZERO 7 SOLUÇÕES E SERVIÇOS - LTDA**
CNPJ: 60.238.956/0001-58
OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 11.975,00 (Onze mil novecentos e setenta e cinco reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:2522897C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 25/2025

REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: CONFEITARIA DELICIARTE
CNPJ: 814.171.72/0001-67
OBJETO: Formação de registro de preços, para contratação de empresa especializada em Coffee Break para os eventos realizados pelas Secretarias Municipais.
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 03 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:9DE5EC46

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 095/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **EMILIANAS COMERCIAL LTDA**
CNPJ: 48.873.648/0001-07
OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 48.715,04 (Quarenta e oito mil setecentos e quinze reais e quatro centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D04A94BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **EXCELENCIA LICITAÇÕES LTDA**
CNPJ: 57.222.097/0001-02
OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 10.943,40 (Dez mil novecentos e quarenta e tres reais e quarenta centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D11F23A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **FRANCIELE ELETRO LTDA**
CNPJ: 47.646.580/0001-52
OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 9.900,00(Nove mil e novecentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:771CF965

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 098/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **JOSIANE DO ROCIO MICHALOSKI**
CNPJ: 46.318.775/0001-00

OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 9.485,00 (Nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:5148E73D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 099/2025
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: **TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA**
CNPJ: 21613975000165
OBJETO: Formação de registro de preços, para aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos elétricos de comunicação e eletroportáteis, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social; Saúde; Gestão Administrativa e Educação, Cultura, Esporte e Lazer
VALOR TOTAL: O valor da contratação é de R$ 64.887,90 (Sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:F3A835E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

PROTOCOLO 6444/2025

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.74, caput da Lei 14.133/2021, § 5º, combinado com o inciso V da mesma Lei, **RATIFICA** a Inexigibilidade supracitada, cujo objeto é **LOCAÇÃO DE UM BARRACÃO EM ALVENARIA, MEDINDO 1.497,81 M2 (UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE METROS E OITENTA E UM CENTÍMETROS QUADRADOS) E 1 (UMA) CASA DE ALVENARIA MEDINDO 76,15 M², (SETENTA E SEIS METROS E QUINZE CENTÍMETROS QUADRADOS LOCALIZADO NA RODOVIA GUMERCINDO BOZA, Nº 20.823-A, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** com o valor global de **R$ 335.478,60 (Trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 12 de novembro de 2025

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:AD4B320C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, órgão do Poder Legislativo, inscrita no CNPJ sob o nº. **95.684.486/0001-30**.

CONTRATADA: **MOVIE TECNOLOGIC BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.434.865/0001-03, com sede na Av São Paulo, 3421, complemento Garagem, Planalto, Nova Serrana – MG, CEP: 35.526-768, neste ato legalmente representado pelo Diretor Sr. **Lucas Eduardo Francisco da Silva**, inscrito no CPF sob o Nº 151.736.336-54, e RG sob o n° 1.556.539, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente **CONTRATADA**.

OBJETO:
Item: 2 - NOTEBOOK – (2 UN.)
O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores modelo All in One e Notebooks, devidamente novos e com garantia, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Candói., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 5.900,00, cinco mil e novecentos reais.

ORIGEM: Dispensa de Licitação n° **19/2025**. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. ELEMENTO DE DESPESA: 01.001.01.031.0001.2-002-0120-33.90.39.00.00.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2025

ASSINAM: **José Edenilson Volenitis**, pela Câmara e **Lucas Eduardo Francisco da Silva** pela empresa.

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:CF6ED0C7

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, órgão do Poder Legislativo, inscrita no CNPJ sob o nº. **95.684.486/0001-30**.

CONTRATADA: **L N CASTAGNARO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.687.323/0001-33, com sede na R. ALEXANDRE ADOLFO GRUBISICH, 230, JARDIM FIGUEIRA, APUCARANA – PR, CEP 86.801-430, neste ato legalmente representado pelo Diretor Sr. **LUCAS NOGUEIRA CASTAGNARO**, inscrito no CPF sob o Nº **092.544.909-11**, e RG sob o n° **10342594-8**, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente **CONTRATADA**.

OBJETO:
Item: 1 - COMPUTADOR ALL-IN-ONE - (5 UN.)
"O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores modelo All in One e Notebooks, devidamente novos e com garantia, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Candói., nas condições estabelecidas no Termo de Referência."

VALOR TOTAL: R$ 18.950,00, dezoito mil novecentos e cinquenta reais.

ORIGEM: Dispensa de Licitação n° **19/2025**. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. ELEMENTO DE DESPESA: 01.001.01.031.0001.2-002-0120-33.90.39.00.00.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2025

ASSINAM: **José Edenilson Volenitis**, pela Câmara e **Lucas Nogueira Castagnaro** pela empresa.

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:AE692665

CÂMARA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Candói, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Procedimento Licitatório Modalidade DISPENSA ELETRÔNICA N° **18/2025**, cujo objeto é a:
"O presente documento tem por objeto a contratação de uma empresa especializada de relógio ponto eletrônico biométrico, com fornecimento do aparelho, instalação do mesmo, acompanhado de software de gerenciamento de jornada de trabalho com impressão da folha ponto, destinado ao controle de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Candói. Conforme especificações técnicas, requisitos legais e condições estabelecidas.".
De acordo com o Termo de Julgamento de sessão pública do Agente de Contratação e parecer jurídico, aceita a proposta e habilitada a seguinte empresa:
EMPRESA: STARK SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 10.278.563/0001-08.
ITEM: 1
VALOR TOTAL (R$): R$ 2.000,00 (Dois mil reais).

EMPRESA: L BUENO COMERCIO E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 34.320.938/0001-00.
ITEM: **2**
VALOR TOTAL (R$): R$ 1.788,00 (Um mil setecentos e oitenta e oito reais).

Candói/PR 12 de Novembro de 2025.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:E78CCFA8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 755/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados como fiscal e gestor, do Programa Casa Fácil Paraná - Modalidade Municípios - Convênio a ser firmado com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

- **EDER SELESTRINO** – Fiscal
- **CHARLES ELOI ESSER** – Gestor

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

AKL/RH

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:398A164E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 756/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o prazo constate no **Art. 3º da Portaria nº 657/2025,** por mais 30 (trinta) dias.
Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

AKL/RH

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:688BB507

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 133/2025 DATA: 12/11/2025

Institui o Programa Municipal de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais da Educação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.681/2023, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, o Programa Municipal de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais da Educação, nos termos da Lei Federal nº 14.681/2023, com o objetivo de promover ações preventivas, educativas, diagnósticas e integradas de atenção à saúde e valorização dos profissionais da educação.
Art. 2º O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e outros órgãos e entidades, sendo suas diretrizes norteadas pelos seguintes princípios:
I – Promoção da saúde física, mental, vocal e emocional dos profissionais da educação;
II – Diagnóstico e acompanhamento contínuo das condições de saúde do corpo docente e técnico-pedagógico;
III – Valorização do ambiente de trabalho saudável e colaborativo;
IV – Incentivo a parcerias intersetoriais e participação em programas públicos gratuitos de saúde e qualidade de vida.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação deverá:
I – Elaborar, até 30 de março de cada ano, cronograma anual de ações de promoção à saúde e bem-estar dos profissionais da educação, prevendo:

a) Ações regulares de diagnóstico da saúde, com no mínimo a aferição da pressão arterial e exames de glicemia capilar;

b) Campanhas e ações periódicas voltadas à saúde mental, com foco em prevenção de transtornos emocionais, escuta qualificada e encaminhamentos;

c) Ações voltadas à saúde vocal, incluindo oficinas preventivas, triagens fonoaudiológicas e orientações sobre uso profissional da voz;

d) Realização de atividades coletivas regulares que promovam a qualidade de vida, como ginástica laboral, grupos de caminhada, oficinas de arte, entre outras;

e) Registro e monitoramento das ações realizadas, com indicadores básicos como número de participantes, frequência e tipo de ação.

II – Promover parcerias intergovernamentais com órgãos estaduais e federais (ex: MEC, SES, Ministério da Saúde) e também com instituições privadas e do terceiro setor, buscando adesão a programas gratuitos já existentes;
III – Incluir nas formações continuadas temas relacionados à saúde integral, ergonomia, voz, prevenção do adoecimento e gestão das emoções no contexto escolar.
Art. 4º A participação dos profissionais será facultativa, resguardados os princípios da dignidade, da não exposição indevida e da confidencialidade das informações pessoais e médicas.
Art. 5º Para fins de monitoramento e prestação de contas:
I – A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar até 31 de dezembro de cada ano relatório simplificado, contendo a execução do cronograma, número de participantes, tipos de ações desenvolvidas e avaliação qualitativa.
II – O relatório deverá ser disponibilizado ao Conselho Municipal de Educação, ao Conselho do Fundeb e ao Controle Interno do Município, como forma de transparência e acompanhamento social.
Art. 6º As ações previstas neste decreto poderão ser custeadas com recursos próprios da educação, convênios, termos de cooperação, transferências voluntárias e/ou parcerias.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:862CAC19

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 134/2025 DATA: 12/11/2025

Declara facultativo o ponto nas Repartições Públicas no dia que menciona.

O Prefeito Municipal de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (20/11/2025);

DECRETA

Art. 1º. Ressalvados serviços inadiáveis, a critério dos Secretários Municipais, será facultativo o ponto nas Repartições Públicas Municipais no dia **21 de novembro de 2025.**

Art. 2º. Os serviços essenciais tais como coleta de lixo, serviços de saúde, Conselho Tutelar, Casa Lar, Bombeiro Comunitário e outros que, em razão da tipicidade dos serviços, não admitem paralização, funcionarão normalmente conforme escala realizada pelos Secretários das Pastas.

Parágrafo único: As licitações previamente agendadas ocorrerão normalmente.

Art. 3º. Será considerado como dia normal de expediente para os servidores que forem escalados para trabalharem no dia e horário de Ponto Facultativo, não sendo devido horas-extras, exceto quando se tratar de horas que excederem a jornada comum de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói, em 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FB31352C

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 123/2025 DATA: 21/10/2025

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 no valor de R$ 2.762.717,24 (dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.809 de 21 de outubro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2025, Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 2.762.717,24** (dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Especial		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA	
09.005	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMDPI)	
08.241.0006.2050	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - FMDPI	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3307	00000-Recursos Ordinários (Livre)	762.717,24
3308	00926-Centro de Convivência do Idoso - (Resolução SEMIPI nº 25/2025)	2.000.000,00
	SUBTOTAL	2.762.717,24
	TOTAL	**2.762.717,24**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de:

I - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	762.717,24
	TOTAL	**762.717,24**

II - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.4.2.9.99.0.1.03	TRANSF. REC. CONST. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - (RES. SEMIPI Nº 25/2025) F-926	2.000.000,00
	TOTAL	**2.000.000,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 21 de outubro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:56DDCA8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 426, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Atualiza o valor da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) e dá outras providências.

ELISANDRO DOS REIS, Prefeito em exercício do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei Municipal nº 1.000/2003, os valores utilizados como base para o lançamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, ficam reajustados em **4,49% (quatro inteiros e quarenta e nove centésimos por cento)**.
Art. 2º O reajuste estabelecido no artigo anterior tem por base a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, acumulada no período de 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, 12 de novembro de 2025.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:810B7173

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO CE 010/2025

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 759/2025 de 12.11.2025.
O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Concorrência Eletrônica n. º 010/2025 de 28.08.2025,** destinado a contratação de empresa para a execução da obra de uma Creche com área construída em 456,86 m², incluindo serviços preliminares, e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidros sanitárias, gás - glp; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto, em atendimento a solicitação nº 300/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Considerando o **" *Menor Preço, Empreitada por Preço Global"*,** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA*** com o valor de R$ ***1.810.499,91 (Um milhão oitocentos e dez mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavo),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de Novembro de 2025.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 535/2025.
CONTRATANTE: Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com sede à Rua AVENIDA TANCREDO NEVES, 502, CEP 85790-000 CAPITÃO LEONIDAS MAQUES PR, inscrito no CGC/MF nº 76.208.834/0001-59, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal em Exercício, Elisandro Dos Reis, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.930.896-0 e do CPF/MF nº 036.992.889-00, e
CONTRATADA: ***PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.***
OBJETO: "Contratação de empresa para a execução da obra de uma Creche com área construída em 456,86 m², incluindo serviços preliminares, e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidros sanitárias, gás - glp; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto, em atendimento a solicitação nº 300/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania".
VALOR: R$ 1.810.499,91 (Um milhão oitocentos e dez mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavo).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (quinhentos e quarenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de novembro de 2025.
DOTAÇÃO: 764 - 12.001.08.243.1099.1180.4.4.90.51.00 (504, 1011 e livre)
FORO: Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.
Capitão Leônidas Marques, 12 de novembro de 2025.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:EA613926

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA TERMO ADITIVO Nº. 001/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 538/2021.

REF: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 102/2021.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 016/2021.
Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal senhor ***MAXWELL SCAPINI,*** e, de outro lado a empresa ***FATIMA APARECIDA RODRIGUES DE ALMEIDA ARIMATEA 84940689972,*** situada na Rua Catanduvas, 338, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000, inscrita no CNJP 32.926.553/0001-66, neste ato representada legalmente por *FATIMA APARECIDA RODRIGUES DE ALMEIDA ARIMATEA,* inscrito no CPF sob n. º 849.406.899-72 e RG sob n. º 6.435.969-0-SSP/PR. Fundamentando-se na Lei n. º 8666/93, ajustam o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a aplicação de reajuste, conforme percentual de 0,9242%, de acordo com o cálculo atualizado pelo IGP-M - Ind. Geral de Preços do Mercado e a prorrogação da vigência para até mais 12 (doze) meses, mantidas as demais condições firmadas em 03 de novembro de 2021 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica alterado conforme segue:
FACILITADOR DE OFICINA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E CUIDADOS COM OS ALIMENTOS, de R$ 1.585,66 (um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para R$ 1.600,31 (um mil seiscentos reais e trinta e um centavos) o valor mensal, soma-se ao contrato inicial e aditivado o total de R$ 19.203,72 (dezenove mil duzentos e três reais e setenta e dois centavos), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado a vigência até 03.11.2026.
CLÁUSULA QUARTA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 03 de novembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

FATIMA APARECIDA RODRIGUES DE ALMEIDA ARIMATEA 89440689972
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:485EA617

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 374/2025

DATA: 06.10.2025

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.747/2024 de 10/12/2024 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2025, no valor de R$ 2.244.879,92 (Dois Milhões, Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
12.000 - FUNDO MUNICIPAL PROT A CRIANÇA E ADOLES
12.001 - FUNDO MUNICIPAL PROT A CRIANÇA E ADOLES
12.001.8.243.1029.6602-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT R$200.000,00
00905/01011.09.04Transferencias de Rec. Cfe. Delib. 200.000,00
12.001.8.243.1029.6602-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUT R$200.000,00
00905/01011.09.04Transferencias de Rec. Cfe. Delib. 200.000,00
06.000 – SECRET MUN OBRAS INFRAEST.SERV PÚBLICOS
06.002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
06.002.15.451.1010.2123-3.3.90.30.00.00.00.00–MAT R$ 56.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 56.000,00
06.002.15.451.1010.2123-3.3.90.39.00.00.00.00 – OUT R$ 54.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 54.000,00
08.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.002 – DIVISÃO P. EDUC E EDUCAÇÃO BÁSICA– FUNDAM
08.002.12.361.1018.2150-3.3.90.30.00.00.00.00 – MAT R$62.500,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 62.500,000
8.002.12.361.1018.2150-3.3.90.39.00.00.00.00 – OUT R$258.400,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 258.400,000
8.003 – DIVISÃO P.EDUC E EDUCAÇÃO BÁSICA - INFANTIL
08.003.12.365.1019.2156-3.3.90.36.00.00.00.00 – OUT R$30.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,000
8.005 – DIVISÃO P.EDUCE EDUCAÇÃO BÁSICA - TRANSP
08.005.12.361.1018.2161-3.3.90.39.00.00.00.00 – OUT R$15.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 15.000,00
09.000 – SECRETARIA MUNICIPA DE ESPORTE E LAZER
09.001 – DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER
09.001.27.812.1026.2177–3.3.90.30.00.00.00.00–MAT R$ 44.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 44.000,00
09.001.27.812.1026.2177–3.3.90.39.00.00.00.00–OUT R$ 41.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 41.000,00
13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
13.001.10.301.1038.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 – MAT R$76.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 76.000,00
13.001.10.301.1042.2229-3.3.71.70.00.00.00.00–RAT R$178.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 178.000,00
06.000 – SECRET MUN OBRAS INFRAEST.SERV PÚBLICOS
06.001 – DEPARTAMENTO OBRAS PÚBLICAS
06.001.15.451.1055.1140-4.4.90.51.00.00.00.00– R$ 1.029.979,92
00891/01005.03.99.01.CV – 842/2023–SECID–PAV 1.029.979,92

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação, no valor de R$ 2.244.879,92 (Dois Milhões, Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos), de acordo com o parágrafo 1º, Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer na alínea de Receita e Fonte de Recursos abaixo:

Receita: Fonte: Valor:
1729.51.01.06.00.00.00 00905 400.000,00
2422.99.01.06.00.00.00 00891 1.029.979,82
00000 814.900,00

Total.....R$ 2.244.879,82

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Outubro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:E42C3CE1

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 375/2025

DATA: 06.10.2025

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.747/2024 de 10/12/2024 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2025, no valor de R$ 70.702,26 (Setenta Mil, Setecentos e Dois Reais e Vinte e Seis Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
10.000 - SECRETARIA ASSIST SOCIAL, CULT E CIDADANIA
10.005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
10.005.8.245.1028.2191-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT R$35.702,26
00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 35.702,26
10.005.8.245.1028.2191-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUT R$35.000,00
00954/01011.09.06(SF) - Fortalec. Rede Prot. e Enfrent. 35.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

00954 R$ 70.702,26

Total.....R$ 70.702,26

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de Outubro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:6589A4CE

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 383/2025

DATA: 14.10.2025

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.747/2024 de 10/12/2024 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2025, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

02.000 - GOVERNO MUNICIPAL
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.1004.2101-3.3.90.14.00.00.00.00 - R$20.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 20.000,00
02.001.4.122.1004.2101-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUT R$40.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 40.000,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO
03.001 - DIVISÃO DE APOIO ADMINIST E COORDENADORIA
03.001.4.122.1004.2107-3.3.90.30.00.00.00.00 – MAT R$ 20.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 20.000,00
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO
03.001 - DIVISAO DE APOIO ADMINST E COORDENADORIA
03.001.4.122.1004.2107-3.3.90.30.00.00.00.00 - MAT R$40.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 14 de Outubro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:F6CB7CA1

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 384/2025

DATA: 14.10.2025

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.747/2024 de 10/12/2024 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2025, no valor de R$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

06.000 - SECRET MUN OBRAS INFRAEST. SERV PÚBLICOS
06.002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
06.002.15.451.1010.2123-3.3.90.39.00.00.00.00-OUT R$120.000,00 00504/00504.99.99Outros Royalties e Compensações 120.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
09.001 – DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER
09.001.27.812.1026.2177-3.3.90.31.00.00.00.00 - R$20.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 20.000,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
06.000 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS INFRAEST. SERV
06.003 – COORDENAD TRANSPORTE, INFRAEST C.M FROTA
06.003.26.782.1011.2126-3.3.90.30.00.00.00.00-MAT R$120.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 120.000,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
09.001 – DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER
09.001.27.812.1073.1124–3.3.90.30.00.00.00.00–MAT R$ 10.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 10.000,00
09.001.27.812.1073.1156-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUT R$10.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 10.000,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 14 de Outubro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:3BF027D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 138/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais diversos, utensílios, materiais de acondicionamento e armazenamento, a serem utilizados nas cozinhas das unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 345/2025 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 44.672,19 (quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e dezenove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 04.12.2025.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 04.12.2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por lote***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:8A92A265

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PREGÃO ELETRÔNICO 137/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes conforme especificações detalhadas no termo de referência. Os itens adquiridos serão destinados a Secretaria Municipal de Saúde e suas respectivas unidades. Em conformidade com o termo de referência, o qual integra e constitui a resolução SESA nº 1697/2024 junto a rede de atenção à Saúde no âmbito do SUS Paraná.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 433.313,20 (quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e treze reais e vinte centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 03.12.2025.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 03.12.2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***
Exceto para o item 24 (Ampla Concorrência).

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (exceto para o item 24) NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:0B53BFE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 002/2025 CONTRATO Nº 001/2024 01.012.2023

PROCESSO: Nº 028/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 015/2023.

WEBLINE CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 19.689.364/0001-59, localizada na Rua Oscar Leopoldino da Silva, 119 Sala 01- Marília/SP - CEP 17501-140; Inscrição Estadual nº 438.312.030.112; Inscrição Municipal nº 57515, telefone para contato (14) 3414-1697, representada pelos seus procuradores: Sr. Guilherme Roberto Alvarez Ribeiro, RG: 43.463.924-2, CPF: 224.650.698-02; ou Sr. Joel Antônio Marconato, RG: 26.246.425-1, CPF: 226.784.968-21.E na qualidade de CONTRATANTE: Câmara Municipal de Carlópolis , CNPJ: 77.778.793/001-07, Endereço: Av.: Anésio Fernandes Machado nº 345 Carlópolis/PR, CEP: 86421-118, representada por seu presidente: Elton Hernandes Trindade, CPF: 055.539.959-14; e-mail para envio NF-e: cm@camaraclps.pr.gov.br / camarasecretaria@yahoo.com.br

DO OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento, manutenção e suporte técnico de sistemas aplicativos de informática para gestão do processo legislativo denominado WEBCAMARA®, hospedagem e manutenção técnica de site e serviços de streaming (TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES).

CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera a cláusula 6.1 do presente contrato, passando a duração do contrato para o período de 1º/01/2026 até 31/12/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Altera a cláusula 7.1 do presente contrato, o valor passa para R$ 1.063,64 (Mil e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos).
CLAUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Estando assim justos e contratados, assinam as partes o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.
Data da Assinatura: 06 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
CNPJ 77.778.793/0001-07

WEBLINE SOFTWARE LTDA
CNPJ nº 19.689.364/0001-59

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:491F8314

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025 PROCESSO: Nº 205/2025 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE- REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA ME, EPP E MEI PARA OS ITENS ATÉ R$80.000,00

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Lote, que tem por objeto a Aquisição de kit escolar para serem distribuídos conforme necessidade para os alunos da Rede Pública Municipal de ensino, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 13 de novembro de 2025

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 28 de novembro de 2025**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 12 de novembro de 2025.

Publique-se.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:FFD0372A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 432/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 PROCESSO INTERNO Nº 202/2024

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**MARIO JULIO DE ARRUDA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS - ME, CNPJ 15.166.627/0001-94**
Objeto:	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender a estrutura administrativa
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/05/2026
Valor Contratual:	**R$ 518,90 (quinhentos e dezoito reais e noventa centavos)**

Dotação Orçamentária
21.001.04.092.0331.2.401.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.001.04.122.0331.2.461.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.001.04.122.0331.2.462.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.001.04.122.0331.2.482.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.001.25.752.0335.2.408.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.002.04.122.0331.2.469.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.003.04.122.0331.2.464.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.003.04.122.0331.2.470.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.004.04.122.0331.2.471.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.006.04.122.0331.2.480.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.007.04.126.0331.2.466.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
25.001.04.121.0332.2.488.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
25.001.04.123.0332.2.490.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
25.002.04.129.0332.2.489.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.361.0501.2.435.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.361.0501.2.435.4.4.90.52.00.00. - 103 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.2.435.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.2.435.4.4.90.52.00.00. - 103 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.361.0501.2.440.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.361.0501.2.498.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.365.0501.2.438.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.365.0501.2.439.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.365.0501.2.439.4.4.90.52.00.00. - 300106 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.002.12.367.0501.2.441.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.003.13.392.0365.2.443.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.003.13.392.0365.2.444.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.001.08.243.0076.6.104.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.001.08.243.0076.6.104.4.4.90.52.00.00. - 300946 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.002.08.243.0076.6.103.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.003.08.244.0071.2.412.4.4.90.52.00.00. - 943 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.003.08.244.0072.2.413.4.4.90.52.00.00. - 301937 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.004.08.244.0364.2.457.4.4.90.52.00.00. - 301937 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.005.08.122.0331.2.409.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.005.08.122.0331.2.409.4.4.90.52.00.00. - 300944 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.005.04.122.0331.2.497.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.009.20.122.0331.2.473.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.009.20.608.0345.2.420.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.009.20.608.0345.2.420.4.4.90.52.00.00. - 301016 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
30.004.23.122.0356.2.477.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
30.004.23.122.0356.2.477.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
30.004.23.695.0356.2.404.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
30.004.23.695.0356.2.405.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
31.001.10.301.0339.2.453.4.4.90.52.00.00. - 1494 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.812.0362.2.430.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.812.0362.2.431.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

ALCEU CARDOSO MENDES FILHO
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente
Contratante
MARIO JULIO DE ARRUDA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS - ME
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:98FB6F9A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 433/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 122/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LT, CNPJ 51.659.136/0001-49**
Objeto:	Aquisição de equipamentos diversos e materiais de soldagem, para serem utilizados no Departamento de Obras e Rodoviário
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 15.607,47 (quinze mil, seiscentos e sete reais e quarenta e sete centavos)**

Dotação Orçamentária
24.005.04.122.0331.2.481.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.005.04.122.0331.2.497.4.4.90.52.00.00. - 30504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.15.122.0331.2.465.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.20.608.0345.2.424.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.122.0362.2.475.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal Administração e Comunicação
Contratante
SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LT
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:824DA2DE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 434/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 122/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**INTELMASTER LTDA, CNPJ 33.008.679/0001-14**
Objeto:	Aquisição de equipamentos diversos e materiais de soldagem, para serem utilizados no Departamento de Obras e Rodoviário
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 10.110,00 (dez mil, cento e dez reais)**

Dotação Orçamentária
24.005.04.122.0331.2.481.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.005.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
29.005.04.122.0331.2.497.4.4.90.52.00.00. - 30504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.15.122.0331.2.465.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.20.608.0345.2.424.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.008.18.542.0347.2.423.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.122.0362.2.475.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
INTELMASTER LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:E3894E8B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 435/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 122/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**SANITOP COMERCIAL LTDA, CNPJ 53.710.803/0001-04**
Objeto:	Aquisição de equipamentos diversos e materiais de soldagem, para serem utilizados no Departamento de Obras e Rodoviário
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais)**

Dotação Orçamentária
24.005.04.122.0331.2.481.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
24.005.15.452.0403.1.414.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.005.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
29.005.04.122.0331.2.497.4.4.90.52.00.00. - 30504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.15.122.0331.2.465.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.007.20.608.0345.2.424.4.4.90.52.00.00. - 501 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
29.008.18.542.0347.2.423.4.4.90.52.00.00. - 301000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
32.002.27.122.0362.2.475.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE
Secretária Municipal Administração e Comunicação – Contratante
SANITOP COMERCIAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:A8D2B0ED

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 436/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025
PROCESSO INTERNO Nº 190/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**FH CONSTRUCOES CIVIS LTDA, CNPJ 57.053.222/0001-90**
Objeto:	Locação de decoração natalina, montagem, manutenção e desmontagem e aquisição de piscas, mangueiras de led e conectores
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 23.010,00 (vinte e três mil e dez reais)**

Dotação Orçamentária
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
FH CONSTRUCOES CIVIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:6033603C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 437/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025
PROCESSO INTERNO Nº 190/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**NOVA BRASIL SERVIÇOS E LOCAÇÓES LTDA, CNPJ 09.239.327/0001-95**
Objeto:	Locação de decoração natalina, montagem, manutenção e desmontagem e aquisição de piscas, mangueiras de led e conectores
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
Nova Brasil Serviços E Locaçóes Ltda
Contratada

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:733FB782

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 438/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025
PROCESSO INTERNO Nº 190/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**VELHA GRÁFICA LTDA, CNPJ 04.664.811/0001-48**
Objeto:	Locação de decoração natalina, montagem, manutenção e desmontagem e aquisição de piscas, mangueiras de led e conectores
Vigência do Contrato:	12/11/2025 à 12/11/2026
Valor Contratual:	**R$ 4.988,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais)**

Dotação Orçamentária
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.004.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 12 de novembro de 2025.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura Contratante
VELHA GRÁFICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:F8F0B8CD

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 139/2025-DP

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. – Retificar os seguintes dados com relação a convocação de Giovana Farias Pereira, na Portaria 137/2025-DP:

Onde lê-se:
Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital n° 001/2024, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em cotas raciais, em decorrência de necessidade do Poder Público Municipal, conforme Edital do Concurso Público.

Leia-se:

A candidata Giovana Farias Pereira, portadora do CPF 014.303.115-81 conforme a ordem de classificação a candidata não se encontra em sua sequência para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.
Art. 2º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 11 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Taysi Ferreira Barros
Código Identificador:47FA216F

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 140/2025-DP

Súmula: - "Retifica Portaria 136/2025 – DP."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. – Retificar os seguintes dados com relação a convocação de Maria Carolina Souza Mendes, na Portaria 136/2025-DP:

Onde lê-se:
Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em ampla concorrência e necessidade do Poder Público Municipal, conforme Edital do Concurso Público:

Leia-se:

A candidata Maria Carolina Souza Mendes, portadora do CPF 014.303.119-24 conforme a ordem de classificação a candidata não se encontra em sua sequência para o cargo de Agente Comunitário de Saúde .

Art. 2º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 11 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Taysi Ferreira Barros
Código Identificador:2305773D

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 141/2025-DP

Súmula: - "*Convocação de Classificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em decorrência de necessidade do Poder Público Municipal, todos conforme Edital do Concurso Público 001/2024".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em decorrência de necessidade do Poder Público Municipal, conforme Edital do Concurso Público:

Agente Comunitário de Saúde PCD	
Candidato	**Classificação Final**
MARCIO DAVID FOGACA DA COSTA	1

Art. 2º. Das lotações, conforme ordem de apresentação da documentação:

I – Agente Comunitário de Saúde:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicado por:
Taysi Ferreira Barros
Código Identificador:AE9AB318

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 142/2025-DP

Súmula: - "*Convocação de Classificado para o cargo de Professora, em Ampla Concorrência em Cotas Raciais em decorrência de necessidade do Poder Público Municipal, todos conforme Edital do Concurso Público 001/2024".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Professora, em ampla concorrência e cotas raciais, em decorrência de necessidade do Poder Público Municipal, conforme Edital do Concurso Público:

Agente Comunitário de Saúde – Cotas Raciais	
Candidato	**Classificação Final**
VALDIRENE RIBEIRO LEAL	20

Art.2°. Secretária Municipal de Educação, conforme o plano de carreira estabelecer, de acordo com a classificação dentro do concurso.

Art. 3º. Das lotações, conforme ordem de apresentação da documentação:

.

Parágrafo único: As lotações serão realizadas, após o candidato, apresentar a documentação completa de admissão, em que o Departamento de Recursos Humanos não necessite solicitar mais nenhuma documentação ou correção. Em nenhuma hipótese, será atribuído o direito a vaga com apresentação de documentação parcial ou incorreta, levando-se em consideração, sempre, a ordem de classificação do concurso.

Art. 3º. Os candidatos deverão apresentar a documentação no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da data da publicação do presente ato.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 12 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Taysi Ferreira Barros
Código Identificador:ACC71884

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 143/2025-DP

Súmula: - "*Convocação de Classificado para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em Ampla Concorrência, todos conforme Edital do Concurso Público 001/2024".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em ampla concorrência, conforme Edital do Concurso Público:

Auxiliar de Serviços Gerais – Ampla Concorrência	
Candidato	**Classificação Final**
JAQUELINE FERREIRA DE CAMPOS CHAVES	69

Art. 2º. Das lotações, conforme ordem de apresentação da documentação:

I – Auxiliar de Serviços Gerais:

Secretaria Municipal de Educação

Parágrafo único: As lotações serão realizadas, após o candidato, apresentar a documentação completa de admissão, em que o Departamento de Recursos Humanos não necessite solicitar mais nenhuma documentação ou correção. Em nenhuma hipótese, será atri buído o direito a vaga com apresentação de documentação parcial ou incorreta, levando-se em consideração, sempre, a ordem de classificação do concurso.

Art. 3º. Os candidatos deverão apresentar a documentação no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da data da publicação do presente ato.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 12 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Taysi Ferreira Barros
Código Identificador:6B9664CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 319/2025

DECRETO Nº 319/2025

Súmula: Rescinde antecipadamente, a pedido, contrato de servidor temporário e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica rescindido a partir de 03/11/2025, em razão de solicitação expressa, o contrato temporário de Sergio Luiz Finger, CPF nº ***.270.112-**, do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 100553-7.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 03 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:26C1B3DE

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 331/2025

Súmula: Regulamenta no âmbito municipal a Lei Federal nº 12527/2011, que dispõe sobre o acesso a informações públicas, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 56, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, que assegura a qualquer pessoa o direito fundamental de obter informações públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a transparência ativa e passiva da Administração Pública, bem como o controle social e o fortalecimento da cidadania;

CONSIDERANDO a importância de disciplinar o funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC e do Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão – e-SIC, no âmbito municipal;

DECRETA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Catanduvas, o direito de acesso à informação pública previsto na Constituição Federal e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. Subordinam-se ao regime deste Decreto:

I – Os órgãos da Administração Direta;
II – As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais;
III – As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos municipais, mediante convênios, subvenções, termos de fomento, de colaboração ou instrumentos congêneres, limitando-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

Art. 3º. A execução da política municipal de acesso à informação observará os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, bem como as seguintes diretrizes:

I – A publicidade é a regra e o sigilo, a exceção;
II – A divulgação de informações de interesse público independe de solicitação;
III – O uso de tecnologias da informação deve assegurar amplo e fácil acesso à população;
IV – A proteção das informações pessoais e sigilosas deve ser garantida;
V – O fomento à cultura de transparência e ao controle social é dever da Administração.

CAPÍTULO II – DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

Art. 4º. Fica instituído o **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC**, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, responsável por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação.

Art. 5º. Compete ao SIC:

I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
II – Receber e registrar pedidos de acesso, fornecendo número de protocolo;
III – Informar sobre a tramitação de documentos e processos administrativos;
IV – Encaminhar às unidades competentes os pedidos de informação;
V – Acompanhar o cumprimento dos prazos e elaborar relatórios estatísticos de atendimento;
VI – Organizar e manter atualizadas as informações disponibilizadas no portal de transparência;
VII – Elaborar relatórios estatísticos semestrais contendo a quantidade de pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, disponibilizando-os no portal da transparência.

Art. 6º. O atendimento do SIC será realizado:

I – Presencialmente, na Ouvidoria Municipal, instalada na sede da Prefeitura, na Avenida dos Pioneiros nº 500, das 9h às 11h e das 13h30 às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis; e
II – Por meio eletrônico, através do **Sistema e-SIC**, disponível no portal oficial do Município (www.catanduvas.pr.gov.br), que possui o mesmo valor legal que o protocolo físico.

Parágrafo único. O SIC e o e-SIC deverão assegurar acessibilidade, linguagem simples e meios alternativos a pessoas com deficiência, analfabetos ou sem acesso à internet.

CAPÍTULO III – DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 7º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá apresentar pedido de acesso à informação, por escrito ou meio eletrônico, devendo conter:

I – Nome e identificação (CPF ou CNPJ);
II – Endereço físico ou eletrônico para recebimento de comunicações; e
III – Especificação clara da informação requerida.

Parágrafo único. O Município disponibilizará formulário padrão para pedidos de acesso, tanto no sítio eletrônico oficial quanto no SIC presencial, a fim de padronizar o registro das solicitações.

Art. 8º. Não serão atendidos pedidos:

I – Genéricos ou desproporcionais;
II – Manifestamente exagerados ou desarrazoados;

III – Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados, ou criação de informação nova.

Parágrafo único. Nessas hipóteses, o SIC deverá orientar o requerente quanto à forma de acesso às informações disponíveis, **indicando, sempre que possível, o local onde possam ser obtidas as informações públicas correlatas.**

CAPÍTULO IV – DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

Art. 9º. O acesso será concedido de forma imediata, quando disponível.
Parágrafo Primeiro. Não sendo possível, o órgão deverá responder em até **20 (vinte) dias corridos**, prorrogáveis por mais **10 (dez) dias**, mediante justificativa expressa comunicada ao solicitante antes do término do prazo inicial.]

Parágrafo Segundo. O prazo será contado a partir do registro do pedido no protocolo do SIC ou no sistema eletrônico (e-SIC).

Parágrafo Terceiro. O descumprimento dos prazos ensejará responsabilidade funcional da autoridade competente.

Art. 10. A informação será fornecida preferencialmente em formato eletrônico; se impressa, poderá ser cobrado apenas o valor do custo de reprodução, informado previamente ao solicitante.

Parágrafo Primeiro. O serviço é gratuito quando a informação estiver em meio digital.

Parágrafo Segundo. Será isento do pagamento aquele que declarar não possuir condições de arcar com o custo sem prejuízo do sustento próprio ou familiar, nos termos da Lei nº 7.115/1983.

CAPÍTULO V – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 11. O solicitante poderá apresentar **recurso administrativo** no prazo de **10 (dez) dias corridos** contados da ciência da resposta, nas hipóteses de:

I – Negativa de acesso;
II – Resposta incompleta ou omissa;
III – Ausência de resposta no prazo legal.

Art. 12. O recurso será dirigido ao Prefeito, que decidirá em até **5 (cinco) dias corridos**, mediante decisão formal e fundamentada, comunicada ao requerente.

CAPÍTULO VI – DAS INFORMAÇÕES RESTRITAS OU SIGILOSAS

Art. 13. Somente poderão ser classificadas como sigilosas as informações cuja divulgação possa comprometer a segurança da sociedade ou do Estado, nos termos do **art. 23 da Lei 12.527/2011**.

Art. 14. A classificação quanto ao grau de sigilo será formalizada em decisão motivada, contendo assunto, fundamento, prazo e autoridade classificadora, observados os limites da Lei Federal.
Art. 15. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito por até **100 (cem) anos**, conforme o **art. 31 da Lei Federal 12.527/2011** e a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei 13.709/2018)**.

Art. 16. Nos casos de indeferimento total ou parcial do pedido, a decisão deverá ser escrita e conter:

I – A negativa expressa e motivação legal;
II – O fundamento jurídico do sigilo (Lei 12.527/2011, LGPD, sigilo fiscal, bancário etc.);
III – A natureza da restrição;
IV – A indicação do direito de recurso e respectivo prazo.

CAPÍTULO VII – DA TRANSPARÊNCIA

Art. 17. Todos os órgãos e entidades municipais deverão divulgar, independentemente de solicitação, em sítio eletrônico oficial, no mínimo:

I – Estrutura organizacional, endereços, telefones e horários de atendimento;
II – Repasses ou transferências de recursos financeiros;
III – Despesas orçamentárias e financeiras;
IV – Procedimentos licitatórios, editais, resultados e contratos;
V – Dados gerais sobre programas, ações, projetos e obras;
VI – Respostas a perguntas frequentes.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração garantirá a atualização, acessibilidade e integridade das informações publicadas.

CAPÍTULO VIII – DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

Art. 18. Constituem infrações administrativas, nos termos do **art. 32 da Lei 12.527/2011**, as seguintes condutas:

I – Recusar, retardar deliberadamente ou fornecer informação de forma incorreta ou incompleta;
II – Impor sigilo indevido;
III – Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações;
IV – Divulgar ou permitir acesso indevido a informações pessoais ou sigilosas.

Parágrafo único. As condutas acima sujeitam o agente público às penalidades disciplinares cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou penal.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detenha informação por vínculo com o poder público e descumpra o disposto neste Decreto estará sujeita às sanções previstas no **art. 33 da Lei 12.527/2011**, inclusive advertência, multa e rescisão contratual.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A Secretaria Municipal de Administração promoverá campanhas permanentes de **fomento à cultura da transparência**, bem como **capacitação de servidores** envolvidos no atendimento ao cidadão.

Art. 21. A Ouvidoria Municipal manterá controle e registro atualizado de todos os pedidos, respostas, prazos e recursos referentes à LAI, devendo publicar relatórios semestrais de desempenho no portal da transparência.

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, observadas as normas legais vigentes e pertinentes.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 12 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:DF61E815

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 335/2025

SÚMULA: Homologa eleição e nomeia membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **D E C R E T A**

Art. 1º- Fica homologada a escolha dos Conselheiros Governamentais e não Governamentais eleitos em reunião específica no dia 12 de novembro de 2025.
Art. 2º- Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança – CMDCA para o período de 12/11/2025 à 11/11/2027.

Conselheiros Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Patricia Pavan Zardo	Camilla Radel Marcolin	Secretaria M. de Assistência Social
Ana Claudia Casanova Finger	Simone Gregório Yonekura	Secretaria M. de Saúde
Vanderleia Lagos de Oliveira	Ricardo Lagos Mattei	Secretaria M. de Educação
Claucia Aparecida Colla Santos	Juliano Aparecido do Amaral Guedes	Secretaria M. de Finanças

Conselheiros Não Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Luciano Augusto do Amaral Guedes	Paula Ziquiele Rodrigues Borak	APMIF - Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família.
Larissa Radel Doloski	Maria Eduarda Vieira	Associação Pestalozzi de Catanduvas
Noeli dos Passos	Roseni dos Passos	APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Cívico Militar Dr. João Ferreira Neves
Adriana Borille	Elvana de Fátima Ribeiro da Silva	APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Tiradentes

Art. 3º- Os trabalhos executados pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança – CMDCA serão considerados de relevância para o Município de Catanduvas/PR, porém sem ônus ao erário público.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 12 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:16F7FEBD

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 336/2025

SÚMULA: Homologa eleição e nomeia membros para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **D E C R E T A**

Art. 1º- Fica homologada a escolha dos Conselheiros Governamentais e não Governamentais eleitos na Conferência Municipal realizada em 09 de julho de 2025.
Art. 2º- Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS para o período de 12/11/2025 a 11/11/2027.

Conselheiros Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Marilei Guindani	Natielly Santos de Oliveira	Secretaria M. de Assistência Social
Ana Claudia Casanova Finger	Simone Gregório Yonekura	Secretaria M. de Saúde
Vanderleia Lagos de Oliveira	Ricardo Lagos Mattei	Secretaria M. de Educação
Claucia Aparecida Colla Santos	Juliano Aparecido do Amaral Guedes	Secretaria M. de Finanças

Conselheiros Não Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Luciano Augusto do Amaral Guedes	Paula Ziquiele Rodrigues Borak	Prestadora de Serviço - APMIF - Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família.
Larissa Radel Doloski	Maria Eduarda Vieira	Prestadora de Serviço – Associação Pestalozzi de Catanduvas
Maria Neusa Batista de Lima	Dirceia Terezinha Pires Souza	Usuário – SCFV
Camilla Radel Marcolin	Lidinalva da Costa Gehlen	Trabalhadores do Setor

Art. 3º- Os trabalhos executados pelos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS serão considerados de relevância para o Município de Catanduvas/PR, porém sem ônus ao erário público.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 12 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:AF434672

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 337/2025

SÚMULA: Homologa eleição e nomeia membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa– CMDPI e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **D E C R E T A**

Art. 1º- Fica homologada a escolha dos Conselheiros Governamentais e não Governamentais eleitos em reunião específica realizada em 09 de abril de 2025.
Art. 2º- Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para o período de 12/11/2025 a 11/11/2027.

Conselheiros Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Eliziane Blem da Silva Pavan	Marilei Guindani	Secretaria M. de Assistência Social
Ana Claudia Casanova Finger	Simone Gregório Yonekura	Secretaria M. de Saúde
Edson Alves de Oliveira	Airton Aparecido de Lima	Câmara Municipal de Vereadores

Conselheiros Não Governamentais

Membro	Suplente	Representação
Lúcia Tiesen de Mattos	Marlene da Costa de Figueiredo	Pastoral da Pessoa Idosa
Luciano Augusto do Amaral Guedes	Paula Ziquiele Rodrigues Borak	APMIF - Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família
Dirceia Terezinha Pires Souza	Neoci Panho	Grupo do SCFV pessoa idosa do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Art. 3º- Os trabalhos executados pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI serão considerados de relevância para o Município de Catanduvas/PR, porém sem ônus ao erário público.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 12 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:830ED324

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 254/2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 254/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE BEM MÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL/PR E AUTORIZA A CESSÃO DE USO À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL/PR, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas EM Lei,
CONSIDERANDO que compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, podendo autorizar sua transferência, cessão, alienação ou uso, conforme o interesse público;
CONSIDERANDO o requerimento encaminhado pela Câmara Municipal de Vereadores solicitando a cessão de um veículo pertencente ao Município, tendo em vista a necessidade de apoio às atividades administrativas e legislativas;
CONSIDERANDO, por fim, que o referido bem encontra-se em plenas condições de uso e que a cessão de uso atende ao interesse público, otimizando os recursos e promovendo a eficiência administrativa,
DECRETA:
Art. 1º Fica **desafetado**, passando da categoria de **bem público de uso especial** para a de **bem dominical**, o veículo pertencente ao Município de Centenário do Sul/PR, abaixo descrito:

• **Marca/Modelo:** CHEV/ONIX PLUS 10TAT LTZ
• **Ano de fabricação/modelo:** 2024/2025
• **Cor:** BRANCA
• **Placa:**TAZ0E78
• **Chassi:** 9BGEN69H0SG175689
• **Renavam:** 01423177425

Art. 2º Fica **autorizada** a cessão de uso, a título gratuito, do veículo descrito no artigo anterior, à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Centenário do Sul/PR, mediante termo próprio.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 07 de novembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:41015557

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2025 - ID Nº 25725

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2025 - ID Nº 25725
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2025
PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 34/2025
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CENTENÁRIO DO SUL - PR
CONTRATADO: CRIANDO FÁBRICA DE BRINQUEDOS LTDA
OBJETO: Aquisição de Painel Sensorial (Kit Criatividade), através da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Centenário do Sul PR.
VALOR GLOBAL: R$ 7.230,72 (Sete Mil, Duzentos e Trinta Reais e Setenta e Dois Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2025

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:B0BA9F75

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2025.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2025.

Dispõem sobre os procedimentos e períodos para realização das Matrículas e Rematrículas na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO:

a Constituição Federal/ 88, em especial, os artigos 205 a 214, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 53/06 e nº 59/09, definindo a educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade;
a Lei Federal nº 9.394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB, com alterações posteriores, em especial, a Lei nº 12.796/13, que assegura a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade;
a Lei federal nº 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação e a Lei Municipal nº 2.826/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de Centenário do Sul.
a Lei Geral de Proteção de dados nº 13.709/2018 – LGPD.

RESOLVE:
– DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Diretrizes, os procedimentos e os períodos para matrícula e rematrícula dos educandos na Rede Municipal de Educação serão estabelecidos nesta Instrução Normativa, para o ano letivo de 2026.

Art. 2º Na Rede Municipal de Educação será assegurada a matrícula de todo e qualquer educando de sala regular (Educação Infantil e Ensino Fundamental I), sendo reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a diversidade humana, sendo vedadas quaisquer formas de discriminação.

Art. 3º Para o planejamento e a definição das vagas iniciais de matrícula serão observados os procedimentos estabelecidos para cada etapa/modalidade de ensino, com posterior inclusão no Sistema SERE, de todas as vagas definidas.

Art. 4º O atendimento à demanda será definido por endereço residencial para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, considerando a geolocalização e a organização do transporte para alunos da zona rural.

Art. 5º Na hipótese de escolha de Unidade Educacional preferencial fora da área de Geolocalização, os pais ou responsáveis legais deverão ter ciência expressa de que não farão jus ao Transporte Escolar Municipal Gratuito – TEG.

Art. 6º As matrículas na Rede Municipal de Educação obedecerão ao cronograma específico para cada instituição de ensino e de acordo com a etapa/modalidade da Educação Básica, na conformidade do contido no **Anexo I**, parte integrante desta Instrução Normativa.
Art. 7º As rematrículas deverão ser efetivadas na data predeterminada no cronograma de cada instituição de ensino na perspectiva da garantia da continuidade de atendimento no **período** que o educando frequentou em 2025;
I - Os alunos com a primeira matrícula na instituição ou ausentes na data predeterminada, a oferta do turno será por ordem de chegada, conforme consta no **Anexo I** desta Instrução Normativa.
- Em caso de necessidade de abertura de novas turmas, em decorrência de aumento exponencial da demanda, não haverá garantia da continuidade de atendimento no período que o educando frequentou em 2025.
– Em caso de realização de filas antes do horário definido para o início das matrículas e rematrículas, as mesmas não poderão ser formadas em frente aos portões de acesso a Instituição de Ensino, evitando-se, dessa forma, a obstrução do acesso e circulação pelos alunos do estabelecimento.

Art. 8º Na ocasião da rematrícula, deverão ser confirmados e mantidos atualizados todos os dados pessoais do aluno e seus responsáveis legais juntamente com cópia do comprovante de

endereço (COPEL) atualizados e Declaração de Vacina expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Centenário do Sul, para a formalização da matrícula para o ano leitvo de 2026, assinatura do responsável legal e atualização no Sistema SERE, a fim de assegurar a rematrícula do aluno.

Art. 9º Os casos de educandos atendidos por Transporte Escolar Gratuito – TEG da Zona Rural, deverão ser matriculados no turno de acordo com a linha fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

– DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1- Educação Infantil Modalidade CRECHE (2100)

Art. 10º O atendimento na Educação Infantil, modalidade Creche, a ser realizado nos Centros Municipais de Educação Infantil Ulysses Pessoa de Lima, Menino Jesus I, Menino Jesus III e Menino Jesus V, ocorrerá em agrupamentos formados de acordo com as datas de nascimento, seguindo o corte etário de 31 de março. A organização das turmas levando-se em consideração o corte etário tem como objetivo atender o que diz as Diretrizes Curriculares Nacional e a Resolução nº 02/2018 - CNE/CEB.

Art. 11º As matrículas e rematrículas serão realizadas respeitando o espaço físico de cada sala e o número de crianças por turma.
Parágrafo Único: O **não comparecimento** na data predeterminada no **anexo I**, entende-se como **desistência da vaga**, sendo repassada imediatamente para a próxima criança conforme lista de interesse por vaga. Caso houver interesse o mesmo deverá procurar a Secretaria Municipal de Educação para recolocar o nome da criança na lista.
Art. 12º Na Educação Infantil modalidade Creche a matrícula será cancelada quando houver solicitação expressa do pai/mãe ou responsável legal, ou após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativa, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família.
Educação Infantil (4 e 5 anos) (2001)

Art. 13 O atendimento da Educação Infantil (4 e 5 anos) denominada como infantil IV e Infantil V, serão realizados:
- Matrículas Novas - na Secretaria Municipal de Educação e;
- Rematrículas - nos Centros de Educação Infantil: Ulysses Pessoa de Lima e Centro Municipal Menino Jesus III, Centro Municipal Menino Jesus I e Centro Municipal Menino Jesus V.

Art. 14º Para o ingresso no Infantil IV as crianças deverão ter a idade mínima de 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31/03/2026, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 1/10, ratificada na Resolução CNE/CEB nº 2/18.

Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano) (4035)

Art. 15 O atendimento do Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano), para rematrícula serão realizados nas Escolas Municipais: Irmã Osmunda, José de Anchieta, São José (Conjunto Hab. Maximino Pereira dos Sanros) e Prefeito Afonso Belenda (Vila Progresso).
Art. 16º Para o ingresso no Ensino Fundamental, as crianças deverão ter idade mínima de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31/03/2026, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 1/10, ratificada na Resolução CNE/CEB nº 2/18. O atendimento do Ensino Fundamental I é ofertado em todas as Escolas da Rede Municipal de Educaçãoo, seguindo a geolocalização de cada estudante.
4 – Classe Especial (6402) – Educação Jovens e Adultos - EJA Fase I (5085)

Art. 17º O atendimento da Classe Especial e EJA Fase I, para rematrícula: serão realizados na Escola Municipal Irmã Osmunda e para matrículas novas na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 18º Para o ingresso na Classe Especial o aluno novo deverá passar por uma avaliação Psicopedagógica (psicóloga) com encaminhamento para a mesma.
Art. 19º Na Educação de Jovens e Adultos - EJA Fase I, o aluno deverá ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos para a realização da matrícula e de acordo com a documentação apresentada. O planejamento de classes será definido de acordo com a quantidade de alunos matriculados, divididas de acordo com as Etapas de Alfabetização.
– DA DOCUMENTAÇÃO PARA AS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS

Art. 20º Os documentos solicitados são obrigatórios para a efetivação da matrícula e rematrícula bem como mantê-los atualizados, as informações neles contidas serão protegidas conforme a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 (LGPD) bem como os formulários preenchidos no Sistema Escolar de Registro Escolar do Paraná - SERE.

Educação Infantil Modalidade CRECHE:

Matrículas NOVAS (primeiro ingresso na Instituição de Ensino)

Cópia da Certidão de Nascimento,

Cópia Cartão do SUS

Cópia Comprovante de Endereço COPEL do mês anterior ou atual da matrícula.

Cópia do RG e CPF da mãe e /ou responsável legal;

Cópia do RG e CPF do pai e /ou responsável legal;

*Declaração de Vacinação expedida pela Secretária Municipal de Saúde (original);

*Comprovante de Recebimento do Auxílio Brasil;

*Autorização Uso de Imagem Municipal e Estadual (SERE)

* Número de celular – ativo, para contato.

*E-mail pessoal do responsável legal.

*Caso a criança tenha alguma deficiência, doença crônica, alergia ou necessidade alimentar especial, trazer laudo médico, atestando o mesmo e indicando as recomendações necessárias;
***No ato da matrícula deverão ser entregue as cópias juntamente com as originais para conferência dos mesmos.
REMATRÍCULAS (alunos que já estão frequentando a instituição de ensino)

Cópia do Comprovante de Endereço COPEL do mês anterior ou atual da matrícula.

* Declaração de Vacinação expedida pela Secretária Municipal de Saúde (original);

* Comprovante de Recebimento do Auxilio Brasil;

* Número de celular – ativo, para contato.

* E-mail pessoal do responsável legal.

*Caso a criança tenha alguma deficiência, doença crônica, alergia ou necessidade alimentar especial, trazer laudo médico atestando o mesmo e indicando as recomendações necessárias;
Educação Infantil – Pré escola/ Ensino Fundamental I/Classe e EJA Fase I: Matrículas NOVAS (primeiro ingresso na Instituição de Ensino)
Cópia da Certidão de Nascimento,

Cópia Cartão do SUS

* Cópia do Comprovante de Endereço do COPEL DO MÊS ANTERIOR OU ATUAL DA MATRÍCULA.

Cópia do RG e CPF da mãe e/ou responsável legal;

Cópia do RG e CPF do pai e/ou responsável legal;

* Declaração de Vacinação expedida pela Secretária Municipal de Saúde (original);

* Comprovante de Recebimento do Auxilio Brasil;

* Autorização Uso de Imagem Municipal e Estadual SERE;

* Número de celular – ativo, para contato.

* E-mail pessoal do responsável legal.

*Caso a criança tenha alguma deficiência, doença crônica, alergia ou necessidade alimentar especial, trazer laudo médico atestando o mesmo e indicando as recomendações necessárias;
***No ato da matrícula deverão ser entregue as cópias juntamente com as originais para conferência dos mesmos.

REMATRÍCULAS (alunos que já estão frequentando a instituição de ensino)

Cópia do Comprovante de Endereço da COPEL do mês anterior ou atual da matrícula.
* Declaração de Vacinação expedida pela Secretária Municipal de Saúde (original);

* Comprovante de Recebimento do Auxílio Brasil;

* Número de celular – ativo, para contato.

* E-mail pessoal do responsável legal.

*Caso a criança tenha alguma deficiência, doença crônica, alergia ou necessidade alimentar especial, trazer laudo médico atestando o mesmo e indicando as recomendações necessárias;

Art. 20 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 10 de novembro de 2025.

VALQUÍRIA PEREIRA DE BARROS
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CRONOGRAMA MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS ANO LETIVO 2026

Os Horários e datas devem ser seguidos para não ocasionar aglomeração na Instituição.

ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ OSMUNDA	
Horário de Atendimento 8h às 11h30min – 13h às 16h30min	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – 1º ao 4º ano	10/11/2025 até 19/11/2025 Na própria Escola
Matrículas novas	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025

*As rematrículas não realizadas na data estipulada perde o direito ao turno e não a vaga.

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ANCHIETA	
Horário de Atendimento 8h às 12h – 13h às 15h	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – 1º ao 4º ano	10/11/2025 até 19/11/2025 Na própria Escola
Matrículas novas	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ – CONJ. HAB. MAXIMINO PEREIRA DOS SANTOS	
Horário de Atendimento 8h às 16h	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – 1º ao 4º ano	10/11/2025 até 19/11/2025
Matrículas novas	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025 Na própria Escola

ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO AFONSO BELENDA – VILA PROGRESSO	
Horário de Atendimento 13h às 17h	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – 1º ao 4º ano	12/11/2025 até 14/11/2025 Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação
Matrículas novas	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ULYSSES PESSOA DE LIMA	
Horário de Atendimento 8h às 11h30min – 13h às 16h30min	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – de Creche e Infantil IV	10/11/2025 até 19/11/2025 Na própria Escola
Matrículas novas, respeitada a lista de espera.	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025

*Lembrando que as matrículas novas para o Infantil IV são por ordem de chegada.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS III	
Horário de Atendimento 8h às 11h30min – 13h às 16h30min	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – de Creche e Infantil IV	10/12/2025 até 19/11/2025 Na própria Escola
Matrículas novas, respeitada a lista de espera.	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 0/12/2025 até 12/12/2025

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS V	
Horário de Atendimento 8h às 11h30min – 13h às 16h30min	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – de Creche e Infantil IV	12/11/2025 até 14/11/2025 Secretaria Municipal de Educação
Matrículas novas, respeitada a lista de espera.	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 0/12/2025 até 12/12/2025

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS I	
Horário de Atendimento 8h às 11h30min – 13h às 16h30min	
TURMA	**DIA DA MATRÍCULA**
Rematrícula – de Creche e Infantil IV	10/11/2025 até 19/11/2025 Na própria Escola
Matrículas novas, respeitada a lista de espera.	Serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação de 01/12/2025 até 12/12/2025

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:365BA2F5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 3206/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2025
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 3206/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2025

DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DA DUPLA MUSICAL FELIPE E FALCÃO PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO EM COMEMORAÇÃO AO 73º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, A SER REALIZADO NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2025

DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
A contratação da dupla Felipe e Falcão para o 73º aniversário de Centenário do Sul trará uma série de benefícios significativos para nossa comunidade. Primeiramente, a presença de música ao vivo criará uma atmosfera vibrante e animada, envolvendo os moradores e visitantes, criando memórias duradouras para todos os presentes. Economicamente, a presença de cantores ao vivo pode atrair um maior número de visitantes para o evento, estimulando o turismo local e impulsionando a economia da cidade através do aumento das vendas nos estabelecimentos comerciais locais. Celebrar o aniversário de Centenário do Sul com a dupla Felipe e Falcão é uma maneira tangível de demonstrar orgulho e reconhecimento pela cidade e sua história, unindo a comunidade e promovendo um senso de pertencimento. Em resumo, a contratação da dupla Felipe e Falcão é um investimento no bem-estar, na cultura e no crescimento de Centenário do Sul.

DA CONTRATADA
O serviço será prestado pela dupla e valor abaixo relacionado:

Item	Descrição	Valor Total

01	Contratação da dupla musical Felipe e Falcão para comemorar o 73º aniversário da cidade.	R$ 130.000,00

A empresa prestadora do serviço esta listada abaixo com seu respectivo artista a ser contratado:
JÓIA RARA PRODUÇÕES MÚSICAIS EIRELI-EPP, cadastrado no CNPJ: 26.913.650/0001-11 com sede á Rua Bráulio Pio, 121, PQ, ZABANI, na cidade de Santa Barbara D´Oeste SP, CEP: 13.454-490, Representada pela Sr.ª Mirian Cristina Destro Lino Pereira, portadora do RG: 43.816.802-1 e do CPF: 323.560.528-28.

DO VALOR
O valor total contratado é de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para realização de 01 show artístico no dia 13 de Dezembro de 2025.
4.2. A justificativa do valor contratado encontra-se no Termo de Referência, seguindo o art. 23, § 4º, da Lei n. 14.133/2021.
4.3. No tocante ao preço, a inexigibilidade da licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos, exigência esta suprida pela juntada da cópia notas fiscais emitidas pela futura contratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	4820	10.002.13.392.0026.2055	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição nos casos de contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, in verbis:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]
*§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput** deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.*
[...]

VIGÊNCIA
O prazo de vigência do presente instrumento será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Constitui anexo do presente edital, dele fazendo parte integrante:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Minuta de Contrato;

DA DELIBERAÇÃO
Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade. Requer, assim, o devido Despacho para a continuidade da referida contratação, no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme art. 74, *"caput"*,inc. II, e §2°, da Lei nº 14.133/21.
Sendo desta maneira, assinado pelo responsável da **unidade requisitante** e pela **autoridade superior**, para que produzam seus efeitos legais.

Centenário do Sul, 12 de novembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:9CA62085

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N°07/2025

RESOLUÇÃO N°07/2025

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Centenário do Sul, Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.464/2010.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste conselho, realizada no dia 11 de Novembro de 2025, o **TERMO DE ADESÃO AO INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ – ENVELHECIMENTO ATIVO INVESTIMENTO. DEL. 049/202 CEDIPI, no valor de 40.000,00 (quarenta mil reais).**

ARTIGO 2° - APROVAR, por unanimidade em sessão plenária deste conselho, realizada no dia 11 de Novembro de 2025, **o PLANO DE AÇÃO AO INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ – ENVELHECIMENTO ATIVO INVESTIMENTO. DEL. 049/202 CEDIPI, no valor de 40.000,00 (quarenta mil reais).**

ARTIGO 3º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 11 Novembro de 2025.

NATÁLIA BAZONI DOS SANTOS LIMA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:C9D29EB5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2025

RESOLUÇÃO Nº 01/2025

Súmula: O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Centenário do Sul, Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3269/2025.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVAR por unanimidade, em sessão plenária deste conselho, realizada no dia 11 de Novembro de 2025, o **Termo de Adesão ao Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial Del. 013/2025-CONSEPIR, no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais).**
ARTIGO 2° - APROVAR, por unanimidade em sessão plenária deste conselho, realizada no dia 11 de Novembro de 2025, **o PLANO DE AÇÃO ao Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial Del. 013/2025-CONSEPIR, no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais).**
ARTIGO 3º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 12 de Novembro de 2025.

GILBERTO BARBOSA DA SILVA
Presidente do CMDIR

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:D966D032

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
EDITAL N.º 18.001/2025 ANULAÇÃO DAS QUESTÕES 18 E 23 DA PROVA OBJETIVA

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a prerrogativa de alterar a bem do interesse público os atos administrativos de sua discricionariedade e mediante as demais condições estipuladas no Edital de abertura do Concurso Público n.º 001/2025, bem como, em observância a manifestação esculpida no **Ofício n.º 022/202**5, expedido em 26 de setembro de 2025, **TORNA PÚBLICO** o que segue:

Art. 1º Ficam **ANULADAS** as questões 18 e 23 da prova objetiva destinada à avaliação para provimento do cargo de **ADVOGADO**.

I. A pontuação oriunda das anulações será atribuída a todos os candidatos.

Art. 2º Em face da anulação exaurida neste expediente, ficam **REVOGADOS** os seguintes atos:

a) Edital n.º 10.001/2025 e seus respectivos anexos - *Resultado definitivo da prova objetiva;*
b) Edital n.º 12.001/2025 e seus respectivos anexos - *Resultado definitivo da prova de títulos;*
c) Edital n.º 15.001/2025 e seus respectivos anexos - *Homologação do Resultado Final e Classificação.*

Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Cerro Azul (PR), 12 de novembro de 2025.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:941B5775

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 059-2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 122/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;
DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2022.

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO: 14/11/2025 às 08:00 até a data de 18/11/2025 às 17hrs.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: licitacoescerroazulpm@gmail.com e/ou licitacao@cerroazul.pr.gov.br

ENDEREÇO PARA O ENVIO DE PROPOSTA IMPRESSA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EM ENVELOPE LACRADO E IDENTIFICADO: Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR.

O MUNICIPIO DE CERRO AZUL, pessoa jurídica, de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.105.626/0001-24, com sede a Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do Art. nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos técnicos de engenharia destinados à execução de obras de pavimentação rural em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e drenagem superficial com meia canaleta, no município de Cerro Azul/PR, em atendimento a Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.

O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis, pode ser visualizado na integra no site oficial da Prefeitura de Cerro Azul: https://www.cerroazul.pr.gov.br. Maiores informações no endereço acima ou pelos telefones: (41) 3662-1222.

Cerro Azul, 12 de novembro de 2025.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação
Decreto nº 241/2025

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:C8BCF900

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1466, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZIANE APARECIDA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 120,00.

PORTARIA Nº 1466, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao servidora pública municipal Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo o ressarcimento no valor de R$ 120,00.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°20/2025, ressarcimento no valor de R$120,00 (cento e vinte reais), com base no Art.13º, §1°, da Lei Complementar 001/2022, para o deslocamento até Curitiba PR, para retirada de documento no Instituto de Identificação no dia 06 de novembro de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6CD41D7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1467, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO PAULUS, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO AGRÍCOLA, ATUANTE COMO CONTROLADOR INTERNO 1(UMA) DIÁRIA

PORTARIA Nº 1467, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao Servidor Público Municipal Luiz Antônio Paulus, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, atuante como Controlador Interno 1(uma) diária

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Luiz Antônio Paulus, ocupante do cargo efetivo Técnico Agrícola, atuante como Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º257/2025-CGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), com base no artigo.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Estará viajando a Curitiba PR, no dia 13 de novembro do ano em curso, para participar da aula presencial sobre capacitação da área de controle interno. Saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano de 2025

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:45E17628

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1468, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRE LUIZ GUSTAVO ANDOLFATO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLADOR GERAL 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1468, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao Servidor Público Municipal Andre Luiz Gustavo Andolfato, ocupante do cargo de Auxiliar de Controlador Geral 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Andre Luiz Gustavo Andolfato, ocupante do cargo de Auxiliar de Controlador Geral vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral, conforme o memorando n°06/2025- ACGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Curitiba PR, no dia 13 de novembro do ano em curso, para participar da aula presencial sobre capacitação da área de controle interno. Saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:637926B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1469, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 1469, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Motorista 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°414/2025-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 05,06,07 e 10 de novembro do ano de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:DA17F6AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1470, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 04(QUATRO) DIÁRIAS

PORTARIA Nº 1470, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 04(quatro) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°415/2025-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 05,06,07 e 10 de novembro do ano de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:07C380F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1471, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA DE MOURA E COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1471, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Camila de Moura e Costa, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal senhora Camila de Moura e Costa, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 14/01/2023 a 13/01/2024. Para usufruir a partir de 05 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:C7B3F536

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1472, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA DE MOURA E COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 1472, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Camila de Moura e Costa, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Camila de Moura e Costa, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 14/01/2024 a 13/01/2025. Para usufruir a partir de 21 de janeiro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de novembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:502D310E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDPI Nº 004/2025 SÚMULA: DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E DO PLANO DE AÇÃO DO INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ: ENVELHECIMENTO ATIVO, DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR

RESOLUÇÃO CMDPI Nº 004/2025

Súmula: Dispõe sobre Aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do Município de Cerro Azul – PR, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal 18/2010 e Lei Federal 10.741/2003.

Considerando o advento da Lei Federal 10.741 de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, Lei8842/94 -Política Nacional do Idoso.
Considerando a deliberação plenária da pauta apresentada e discutida na reunião extraordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025.
RESOLVE:
Artigo 1º - Pela aprovação do aceite ao Termo de Adesão e Plano de Ação do Repasse de Recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para o Fundo Municipal para o Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento saudável.
Cerro Azul, 12 de novembro de 2025.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JANAINA DE LIMA MACIEL
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Publicado por:
Josemara da Guia Araújo
Código Identificador:6A9EE190

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 446/2025

DECRETO: 446/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento de 2025, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2878 de 12 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2025, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de anulação parcial no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

05 - Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social

05.002 - Fundo Municipal de Saúde

05.002.0010.0302.0015.2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3390140000 - Diárias - civil
R$ 40.000,00
07 - Secr. Munic. Educ. Cult. e Esportes

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0361.0020.2025 - FUNDEB 30%

3350430000 - Subvenções sociais
R$ 70.000,00
Total: R$ 110.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Anulação

05 - Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social

05.002 - Fundo Municipal de Saúde

05.002.0010.0302.0015.2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4490510000 - Obras e instalações
R$ 40.000,00
07 - Secr. Munic. Educ. Cult. e Esportes

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0361.0020.2025 - FUNDEB 30%

3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física
R$ 70.000,00
Total: R$ 110.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 12 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:25AC03A8

GABINETE
DECRETO: 447/2025

DECRETO: 447/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2025, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 1.707.900,00 (um milhão, setecentos e sete mil e novecentos reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2878 de 12 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2025, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 1.707.900,00 (um milhão, setecentos e

sete mil e novecentos reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

08 - Secr. Municipal de Obras e Viação

08.001 - Administração S.M.O.V.

08.001.0026.0782.0014.2029 - Manutenção da Unidade de Obras e Viação

4490520000 - Equipamentos e material permanente
R$ 1.707.900,00
Total: R$ 1.707.900,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

928 - Convenio 510 - Sit 74220 - Aquisição de Equipamentos
R$ 1.707.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 12 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:37CC7347

GABINETE
DECRETO N°448/2025

DECRETO N°448/2025

Nomeia Rodrigo Antônio Mendes da Silva, para exercer o cargo de Departamento de Planejamento e Contratações.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Rodrigo Antônio Mendes da Silva,** CPF sob n°095.202.309-12, para exercer o cargo de **Departamento de Planejamento e Contratações.**
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°440/2025 e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E622B3E6

GABINETE
DECRETO N°449/2025

DECRETO N°449/2025

Nomeia, Jessica de Morais, no cargo de Divisão de Transporte Escolar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora **Jessica de Morais,** CPF sob n°094.489.309-09, para exercer **o cargo de Divisão de Transporte Escolar.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:200152E4

GABINETE
DECRETO N°450/2025

DECRETO N°450/2025

Nomeia Letícia Fogolari de Ávila Rozzatti, para exercer o cargo de Procuradora Geral.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora **Letícia Fogolari de Ávila Rozzatti,** CPF sob n°096.935.929-21, para exercer o cargo de Procuradora Geral.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F3D484FA

GABINETE
DECRETO Nº451/2025

DECRETO Nº451/2025

Exonera, Neusa do Nascimento Serpa, do cargo de Divisão de Atendimento a Programas Sociais para Primeira Infância.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a senhora **Neusa do Nascimento Serpa,** do cargo de Divisão de Atendimento a Programas Sociais para Primeira Infância.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°436/2025, e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:50190CC1

GABINETE
DECRETO Nº452/2025

DECRETO Nº452/2025

Exonera, Lucieli do Prado Martignoni do cargo de Divisão de Gestão da Informação e Atendimento ao Usuário.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a senhora **Lucieli do Prado Martignoni** do cargo de **Divisão de Gestão da Informação e Atendimento ao Usuário.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°430/2025, e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E1F52578

GABINETE
DECRETO Nº453/2025

DECRETO Nº453/2025

Exonera, Luciane Carneiro da Silva, do cargo de Chefe de Departamento de Serviços Gerais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a senhora **Luciane Carneiro da Silva,** do cargo de **Chefe de Departamento de Serviços.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°029/2025, e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:18D65904

GABINETE
DECRETO N°454//2025

DECRETO N°454//2025

Exonera, Talita Vitória Soares Maciel, do cargo de Chefe do Departamento de Benefícios e Auxílios Sociais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a senhora **Talita Vitória Soares Maciel,** do cargo de Chefe do Departamento de Benefícios e Auxílios Sociais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n°059/2025, e as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:9C6242E6

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Rita de Cássia Schovai de Oliveira, brasileira, divorciada, professora, portadora da carteira de identidade nº 6.644.852-5 SSP/PR, inscrita no CPF nº 983.128.209-49, filha de Aroldo Gonçalves de Oliveira e Marelize Pedroso Schovai de Oliveira, residente e domiciliada na Rua dos Lírios, nº 95, Bairro Jardim das Flores, Clevelândia – PR, CEP 85530-000, e-mail: ritadecassiaoliveira1202@gmail.com, telefone: (46) 99906-1779, na qualidade de presidente da **Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) da Centro Municipal de Educação Infantil Lar Bom Samaritano**, inscrita no CNPJ nº10.778.089/0001-75, convoca a todos os associados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na Rua Olavo Bilac, s/n, Bairro Claret, nesta cidade de Clevelândia – Paraná, no dia 19 de novembro de 2025, às 08h00, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (metade mais um) dos associados, ou, em segunda convocação, às 08h30, com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Alteração da denominação da associação no Estatuto;
Retificação da Ata nº 001/2024 e da Ata nº 002/2024, visando à padronização da denominação da associação.

Clevelândia – PR, 11 de novembro de 2025.

RITA DE CÁSSIA SCHOVAI DE OLIVEIRA
Presidente da APMF

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:6793F50D

GABINETE
ERRATA PORTARIA N° 433/2025

ERRATA
PORTARIA N° 433/2025
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, torna público a errata,

por erro material, da Portaria Municipal n°433/2025, publicado na edição n°3404 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná na data do dia 11/11/2025.

No mencionado na Portaria onde se lê:

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

Leia-se:

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ratificam-se todo os demais termos da Portaria n°433/2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:39B7ED74

GABINETE
PORTARIA N°484/2025

PORTARIA N°484/2025

Designação de leiloeiro e equipe de apoio para atuar no Processo Administrativo nº 103/2025 na modalidade Leilão no âmbito do município de Clevelândia - PR e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e Decreto Municipal Nº 033/2024, determina:

CONSIDERANDO que o art. 31 da Lei Federal nº 14.133/21, dispõe que "o leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração";

CONSIDERANDO a necessidade de realização de leilão para a concessão de direito real de uso de imóvel da municipalidade, situado na Praça Getúlio Vargas, Avenida Nossa Senhora da Luz, na Cidade de Clevelândia/PR, denominado de Café da Luz, com área total de 171,16m², para a instalação e exploração de um café.

Art. 1º Fica designada para o exercício da função de Leiloeiro e equipe de apoio os servidores relacionados abaixo para atuar especificamente no Processo Administrativo nº065/2024, modalidade Leilão:

I – LEILOEIRO:

Rodrigo Antônio Mendes Da Silva;

II – EQUIPE DE APOIO:

João Vinicius Viana;

Juliana Mezomo;

Raissa Carolina Pedrollo Sarda.

Art. 2º As atividades dos agentes envolvidos, bem como suas responsabilidades, estão elencadas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 033/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2F1B85FB

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 007/2025/COMDIM

Resolução nº 007/2025/COMDIM

Súmula: Aprova a "Adesão ao Incentivo para aEstruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – CAPITAL" de repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR no âmbito da garantia de direitos das mulheres e o Plano de Ação referente a Del. 15/2025;

.
A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de Clevelândia-PR., no uso de suas atribuições legais e:
Considerando análise e deliberações deste Conselho, em Reunião ordinária na data do dia 12 de novembro de 2025;
Resolve:
Art. 1º – Aprovar a "Adesão ao Incentivo para aEstruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – CAPITAL"de repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR no âmbito da garantia de direitos das mulheres e aprova o Plano de Ação demonstrado referente a Del. 15/2025.

Art.º 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 12 de novembro de 2025.

JOCIANE MOREIRA FORTUNATI
Presidente COMDIM
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:D20E320A

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 46/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 92/2025

Pregão Eletrônico - 46/2025
Processo Administrativo: 92/2025
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 225/2024, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 2 de dezembro de 2025, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 46/2025, na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
"Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de instalação e manutenção de ares condicionados e serviços de chaveiro, nas especificações abaixo, para atender a demanda das secretárias nos proximos 12(doze) meses."

Clevelândia - PR,12 de novembro de 2025

RODRIGO A. MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:340B7394

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025 PROCESSO ADM: Nº 078/2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
Processo Adm: Nº 078/2025
Objeto: Aquisição de Cestas Básicas para distribuição aos usuários do Benefício Eventual - Auxílio Alimentação, aos atendidos pela Assistência Social no município de Clevelândia/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 228.500,00(duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais):**ZULMIR PERIN - ME**(05286113000119) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 228.500,00 (duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais).

CLEVELÂNDIA - PR, 12 de novembro de 2025

RODRIGO ANTÔNIO MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:6F091968

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 80/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 150/2025 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E IVO DALPIZOL ME

1. OBJETO: Registro de preços visando Registro de Preços para eventual aquisição de mudas e plantas de flores para revitalização das áreas verdes, das vias e das áreas públicas do municipio de Clevelândia, para os proximos 12(doze) meses.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;
3. DO VALOR DA ATA: VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 37.320,00 (trinta e sete mil e trezentos e vinte reais).
4. PRAZO CONTRATAÇÃO: O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até doze meses.
5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 12/11/2025 até 11/11/2026.
FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025.

Clevelândia, 10 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raissa Carolina Pedrollo Sarda
Código Identificador:33A1A500

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 80/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151/2025 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E SAN GENARO DEFENSIVOS LTDA.

1. OBJETO: Registro de preços visando Registro de Preços para eventual aquisição de mudas e plantas de flores para revitalização das áreas verdes, das vias e das áreas públicas do municipio de Clevelândia, para os proximos 12(doze) meses.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;
3. DO VALOR DA ATA: VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 19.445,50 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).
4. PRAZO CONTRATAÇÃO: O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até doze meses.
5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 12/11/2025 até 11/11/2026.
FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025.

Clevelândia, 10 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

OBJETO:
Registro de preços visando Registro de Preços para eventual aquisição de mudas e plantas de flores para revitalização das áreas verdes, das vias e das áreas públicas do municipio de Clevelândia, para os proximos 12(doze) meses.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;
3. DO VALOR DA ATA: VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 19.445,50 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).
4. PRAZO CONTRATAÇÃO: O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até doze meses.
5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 12/11/2025 até 11/11/2026.
FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025.

Clevelândia, 10 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raissa Carolina Pedrollo Sarda
Código Identificador:ECEF17E5

LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA EXTRATO DO CONTRATO N.º 85/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 40/2025 - PROCESSO Nº. 85/2025 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E ACA - ASSESSORIA COMERCIAL AVANCADA LTDA.

OBJETO: Aquisição de CINCO veículos novos para atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo o deslocamento das equipes técnicas para visitas domiciliares, acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, transporte de usuários para atendimentos especializados, participação em capacitações e suporte às atividades dos programas, projetos e serviços socioassistenciais.
VALOR TOTAL: R$ 353.611,00 (trezentos e cinquenta e três mil e seiscentos e onze reais). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a Lei 14133/2021 o prazo será: I- Em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de contratação será de até doze meses
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12/11/2025 até 11/01/2027. FORO: CLEVELÂNDIA - PR DATA DE ASSINATURA: 07/11/2025.

Clevelândia, 06 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raissa Carolina Pedrollo Sarda
Código Identificador:C2CE58ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 121/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Nomear o senhor MATEUS MARCONATO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.747.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.510.***-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 04 de novembro de 2025.

Colombo, 12 de novembro de 2025.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:54A9E5EB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 084/2025

DECRETO N.° 084, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza a cessão de uso de espaço físico pertencente ao Município de Colombo à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para instalação de equipamento de autoatendimento (Totem), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná,no uso das atribuições que lhe confere o artigo 95 da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 96, § 3º, do mesmo diploma,

CONSIDERANDO que compete ao Prefeito Municipal administrar os bens públicos municipais e autorizar o uso de bens municipais por terceiros, quando houver interesse público devidamente justificado;

CONSIDERANDO que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR é concessionária de serviço público essencial de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de interesse direto da coletividade;

CONSIDERANDO que a instalação de equipamento de autoatendimento (Totem) nas dependências da Prefeitura Municipal de Colombo – Regional Osasco ampliará o acesso dos cidadãos aos serviços públicos prestados pela SANEPAR, conferindo maior comodidade e eficiência no atendimento;

CONSIDERANDO que a cessão de uso será gratuita, precária e por prazo determinado, não implicando qualquer ônus financeiro para o Município de Colombo;

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizada a cessão de uso de espaço físico pertencente ao Município de Colombo, localizado na Regional Osasco, à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, inscrita no CNPJ nº 76.484.013/0001-45, para instalação de 01 (um) equipamento de autoatendimento (Totem)destinado à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 2º - O espaço cedido corresponde a 1 (um) metro quadrado, delimitado em área de uso comum das instalações da Prefeitura Municipal de Colombo – Regional Osasco.

Art. 3º- A cessão de uso ora autorizada terá vigência até 26 de fevereiro de 2026, podendo ser prorrogada mediante termo aditivodevidamente formalizado, desde que persistente o interesse público.

Art. 4º - A cessão de uso será gratuita e a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, sem que caiba à Cessionária direito a indenização ou compensação de qualquer natureza.

Art. 5º - Compete à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:
I – proceder à instalação, manutenção e fiscalização do equipamento;
II – garantir o pleno funcionamento e segurança do Totem;
III – suportar integralmente os custos decorrentes da instalação e operação do equipamento;
IV – promover a divulgação da disponibilidade do equipamento de autoatendimento à população.

Art. 6º- Compete à Prefeitura Municipal de Colombo:
I – disponibilizar o espaço físico mencionado no art. 2º;
II – zelar pela integridade e conservação do equipamento;
III – permitir à Cessionária o acesso para manutenção e fiscalização, quando necessário.

Art. 7º- A cessão de uso será formalizada mediante Termo de Cessão de Uso de Instalações Físicas, a ser firmado entre o Município de Colombo e a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, conforme minuta previamente analisada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 11 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:FF95CD60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 952/2025

PORTARIA N.º 952/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 423/2025, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 046/2025, com objeto de Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação e instalação de Registradores Eletrônicos de Ponto por Reconhecimento Facial, conforme abaixo Termo de Referência,conforme segue:

Gestora de Contrato:
Lorena Oliveira de Souza Dodl, portadora do RG n.° 5XXXX8, CPF n.° 820.XXX.XXX-49.

Fiscal Administrativo/Técnico:
Jaqueline Gabriele Cristo do Nascimento, portadora do RG n.° 13.XXX.XXX-0, CPF n.° 121.XXX.XXX-84.

Fiscal Técnico:
Douglas Jefferson da Silva, portador do RG n.° 6.XXX.XXX-7, CPF n.° 033.XXX.XXX-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 11 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:7A707470

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 953/2025

PORTARIA N.º 953/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 425/2025, Processo Licitatório: Inexigibilidade n.º 066/2025, com objeto de Contratação de empresa para prestação de serviço de revisão do código tributário e capacitação dos servidores públicos**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestora de Contrato e Fiscal Administrativo/Técnico:
Julia Peressuti Zaze, matrícula n.º 9953, RG n.º 6.xxx.xxx-8, CPF n.º 8xx.xxx.xxx-x4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 11 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:A201FAD3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 954/2025

PORTARIA N.º 954/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as senhoras abaixo relacionadas, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestora e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 424/2025, Processo Licitatório: Dispensa n.° 093/2025, com objeto de Contratação de empresa especializada para prestação do serviço deprodução e execução de Caravana Natalina, composta por dois caminhões temáticos — sendo um com painel de LED e outro do tipo vitrine, destinado ao deslocamento do personagem Papai Noel e seu cortejo pelas vias urbanas até o Parque Municipal da Uva, local da decoração oficial do evento "Natal Mágico de Colombo 2025", conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas,conforme segue:

Gestor Contrato:
Joyce Ribeiro da Silva Oliveira, portadora da matricula n.º 15.524, E-mail: joycers@colombo.gov.pr.bov, Telefone: (41) 98858-1088.

Fiscal Contrato:
Sulyane Camile Schultz, portadora da matricula n.º 18.092, e-mail: turismo@colombo.pr.gov.br, telefone: (41) 98858-1088.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 11 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CD3AEA8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 955/2025

PORTARIA N.º 955/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **ATASIR MENDES DA LUZ JUNIOR**, portador do CPF n.° 036.XXX.XXX-XX**,** da função de Coordenador de Contratos, no Departamento de compras, vinculado á Secretaria Municipal de Administração, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 11 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:900272FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 956/2025

PORTARIA N.º 956/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem como Conselheiros Tutelares Suplentes, conforme segue:

1ª - Marina Alves Guimarães Pinto, CPF n.º 738.XXX.XXX-82;

2ª - Vanuza Juliana Lima, CPF n.º 034.XXX.XXX-08:

3ª - Wilson Pires de Freitas, CPF n.º 048.XXX.XXX-83;

4ª - Morgana Marjori dos Santos de Oliveira, CPF n.º 050.XXX.XXX-37;

5ª - Vandressa Lara dos Santos Sonvessi, CPF n.º 042.XXX.XXX-61.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 12 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:826BCF76

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 957/2025

PORTARIA N.º 957/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º–Designar como **FiscalAmbiental**sem prejuízo de suas funções, para desenvolver atividades de fiscalização na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme relacionado abaixo:

Servidora	MATRICULA	CPF
Glaucia Cristina de Araujo Rodrigues	19.720	107.XXX.XXX-XX

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 12 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:37D35D19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 395/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n.º 09.196.745/0001-42
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 31.463,20 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link “licitações”.
Local e data de emissão: Colombo/PR, 11 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:1225318E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 401/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: E. ANTONINI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 58.545.693/0001-88
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link “licitações”.
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CCC6BF32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 402/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ARC DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 24.972.018/0001-13
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 15.793,00 (quinze mil, setecentos e noventa e três reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link “licitações”.
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:2059117B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 405/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 29.322.621/0001-73
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 1.359,80 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:DFA97DF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 406/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.º 22.094.574/0001-09
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 30.131,00 (trinta mil, cento e trinta e um reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F3C82C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 414/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 18.362.195/0001-85
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 2.660,00 (dois mil, seiscentos e sessenta reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:5ED4AB18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 419/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: MASTER COMERCIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 53.741.359/0001-86
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 44.490,10 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e dez centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4BDDA9A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2025.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 095/2025

Processo:	Nº 33550/2025 - Dispensa Nº 095/2025.
Partes:	Município de Colombo/PR, **AGNE BABY INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA – ME.** **CNPJ: 05.881.460/0001-90.**
Objeto:	Aquisição de 14 (quatorze) armários tipo guarda-roupa para atender a

	Casa da Mulher Colombense e Casas de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Emília, Alice e Pequeno Príncipe), vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 22.645,00 (vinte e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais)
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	12/11/2025.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:02BDA09B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 096/2025.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 096/2025

Processo:	Nº 35755/2025 - Dispensa Nº 096/2025.
Partes:	Município de Colombo/PR, **N. SANTOS RESTAURANTE LTDA EPP.** **CNPJ: 82.077.108/0003-09.**
Objeto:	Locação de espaço físico com alimentação, em regime day use, destinado ao atendimento de aproximadamente 700 idosos relacionados aos Serviços de Conivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), no âmbito do Projeto Viaja Mais 60 Paraná.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	12/11/2025.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:A0DBA07A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 21118-21119-2025.

N° dos Empenhos:	**21118-21119/2025.**
Data:	**12/11/2025**
Valor Total do Empenhos:	**R$ 22.645,00 (vinte e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais)**
Nº da Dispensa de Licitação	**095/2025**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **AGNE BABY INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA – ME.** **CNPJ: 05.881.460/0001-90.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de 14 (quatorze) armários tipo guarda-roupa para atender a Casa da Mulher Colombense e Casas de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Emília, Alice e Pequeno Príncipe), vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:79B9255D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 373/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2025

Processo: 22504/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Contratada: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.976.095/0001-06.
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Rafael Cesar de Souza Cunico e do Fiscal Técnico Sr. Cristiano Aurelio Furlan.
Objeto: Aquisição de veículo novo tipo Minivan, conforme condições, quantidade e exigências no Edital, Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº. 054/2025.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 149.400,00 (cento e quarenta e nove mil e quatrocentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024**.**
Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data de emissão: Colombo/PR, 29 de outubro de 2025.
Assinatura: Rodrigo Maciel Coradin

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:5E01BACA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 424/2025 - DISPENSA N° 093/2025

Processo: 35662/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Turismo.
Contratada: MIDIACAR COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.097.231/0001-30
Fiscalização: A Fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade da Gestora Sr.ª Joyce Ribeiro da Silva Oliveira, portadora da matricula nº 15.524, E-mail: joycers@colombo.gov.pr.bov, Telefone: (41) 98858-1088, e a fiscal do Sra. Sulyane Camile Schultz, portadora da matricula nº 18092, e-mail: turismo@colombo.pr.gov.br, telefone: (41) 98858-1088.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de produção e execução de Caravana Natalina, composta por dois caminhões temáticos — sendo um com painel de LED e outro do tipo vitrine, destinado ao deslocamento do personagem Papai Noel e seu cortejo pelas vias urbanas até o Parque Municipal da Uva, local da decoração oficial do evento "Natal Mágico de Colombo 2025", conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas na tabela abaixo.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e artigo 253 do Decreto nº 47/2024.
Local e data da emissão: Colombo, 11 de novembro de 2025.
Assinatura: Ana Paula Polli.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:A6019BDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

RESOLUÇÃO Nº. 08

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 1374/2015 e alteração Lei Municipal nº 1495/2018, em sua Assembleia ordinária**,** realizada no dia 11 de novembro de 2025, resolve:

Art 1º – Aprovação do **Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 48/2025** CEDIPI /Pr – Incentivo UNAPI- Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa

Art 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOCELIS DE FÁTIMA NUNES
Presidente do COMDI

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:65728F37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

RESOLUÇÃO Nº. 09

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 1374/2015 e alteração Lei Municipal nº 1495/2018, em sua Assembleia ordinária**,** realizada no dia 11 de novembro de 2025, resolve:

Art 1º – Aprovação do **Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 49/2025** CEDIPI /Pr – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo,

Art 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOCELIS DE FÁTIMA NUNES
Presidente do COMDI

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:633F4A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

RESOLUÇÃO Nº. 10

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 1374/2015 e alteração Lei Municipal nº 1495/2018, em sua Assembleia Ordinária**,** realizada no dia 11 de novembro de 2025, resolve:

Art 1º - *Composição da Mesa Diretiva gestão 2025/2027 sendo as seguintes conselheiras:*

- PRESIDENTE – Jocelis de Fátima Nunes
- VICE PRESIDENTE – Armando Kolbe Júnior

Art 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOCELIS DE FÁTIMA NUNES
Presidente do COMDI

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:F689F9A6

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL 760

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a Sra. DOLORES DO ROSARIO FRANCA, CPF/CNPJ nº 403.688.829-34 que V.Sª foi autuado conforme Lei Federal 9605/98 art. 70. Lei Municipal 1377/2015 artigos 7, 9 e 11 no Processo Administrativo Ambiental 38094/2025.

O valor da multa foi arbitrado em: 17,5 UFC (Dezessete vírgula cinco Unidades Fiscais Municipais) e cumprir coma as seguintes obrigação: Promover a limpeza e a vedação do lote 10 (dez) dias.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:4BBF0596

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 398/2025

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 398/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2282/2025 de 11/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$131.963,11 (cento e trinta e um mil e novecentos e sessenta e três reais e onze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
493 - 3.1.90.11.00.00	35182	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	122.272,39
493 - 3.1.90.11.00.00	5182	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.690,72
		Total Suplementação:	131.963,11

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
35182	EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS – INVESTIMENTO SUS	122.272,39
Total		122.272,39

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.3.2.1.01.0.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL - Fonte: 5182	9.690,72
	Total da Receita:	9.690,72

Art 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:DC286245

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 287/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 287/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, com remuneração em percentual ao número e valores das Bolsas Auxílios pagas pelo Contratante, visando atender estudantes de ensino nível médio, ensino nível técnico e ensino nível superior, vinculados à estrutura do ensino público e/ou privado do país para preenchimento de oportunidades de estágio para a Administração Pública Municipal, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$965.805,00 (novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais).**

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 17/11/2025 as 08h30m do dia 03/12/2025.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 03/12/2025 as 09h:00m do dia 03/12/2025
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 03/12/2025

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 12 de novembro de 2025.

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:7B30802D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 277/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 277/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento, entrega, instalação (quando aplicável) de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, utensílios, mobiliários e demais equipamentos conforme itens, quantidades e especificações constantes, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 2.323.825,05 (Dois milhões. Trezentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinco centavos)**
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 17/11/2025 as 08h30m do dia 01/12/2025.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 01/12/2025 as 09h:00m do dia 01/12/2025
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 01/12/2025

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 12 de novembro de 2025.

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:48E4E0C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 130/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 130/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2025
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº 03/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – FONTE 104.
VALOR: R$ 29.232,00 – vinte e nove mil, duzentos e trinta e dois reais.
CONTRATADA: 63.047.710 IVANEA CORREA – CNPJ 63.047.710/0001-97.
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: 12/11/2025

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Adolfo Kutax
Código Identificador:7C089BE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA
CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 128/2025, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.
Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
MERENDEIRA	5°	ELIANE APARECIDA RIBEIRO

Contenda, 12 de novembro de 2025

NAYARA BAUMEL BELLO MALINOVSKI
Presidente da comissão de licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:70FFBC5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – CMAS

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do Piso Único de Assistência Social-PAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações,

CONSIDERANDO o Piso Único de Assistência Social;
CONSIDERANDO o Plano de Ação para o ano de 2026, para atendimentos e execução de serviços, projetos e programas realizados;
CONSIDERANDO a reunião ordinária, do Conselho Municipal de Assistência – CMAS, realizada em 12 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o exercício de 2026 referente a Deliberação nº059/2023/CEAS/PR - Piso Único de Assistência Social;

Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação

Contenda, 12 de novembro de 2025.

ALEXANDRE PANIAGUA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:BACA37A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 014/2025 – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 014/2025 – CMAS

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do termo de adesão referente a deliberação 055/2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 055/2024 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, que dispõe sobre o repasse de recursos fundo a fundo para o atendimento das requisições para acolhimento institucional de Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência de 18 a 59 anos, advindas de Municípios de Pequeno Porte I e II;

CONSIDERANDO a importância da adesão a esta deliberação para a ampliação e qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a reunião ordinária, do Conselho Municipal de Assistência – CMAS, realizada em 12 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão e o plano de ação do Município de Contenda-PR à Deliberação nº 055/2024 – CEAS/PR, comprometendo-se a cumprir os procedimentos, prazos, critérios e condições estabelecidas para o recebimento e aplicação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social para o exercício de 2026;

Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação

Contenda, 12 de novembro de 2025.

ALEXANDRE PANIAGUA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:528D2CD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 8873 DE 12/11/2025

DECRETO Nº. 8.873, de 12 de novembro de 2025.

Nomeia aprovado(a) do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001 de 30/05/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 073 de 19/09/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida – PR) e o Edital de Concurso Público, aberto sob nº. 01 de 30/05/2022, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados), DECRETA
Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **SEMONI DOS SANTOS,** para exercer o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, com 40 (quarenta) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.
Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Fazenda, no horário estabelecido pela **Secretaria**.
Art. 2º. A posse, desde que atendido os demais requisitos para investidura constante do Edital de Concurso Público aberto sob nº. 001 de 30/05/2022, e da Lei Municipal nº. 071/2025 de 19/09/2025, dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste ato.
Art. 3º. A posse e a entrada em exercício sujeitam o(a) nomeado(a) nos termos deste Decreto ao compromisso de desempenhar o cargo de acordo com o Sistema Administrativo do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, aLei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR) e demais legislações vigentes.
Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025, 136º da República e 70º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamentode Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:51612D2C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
Processo de Inexigibilidade nº 37/2025

Despacho do Prefeito

Processo Licitatório nº 143/2025, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declarando inexigível a licitação nos termos do Artigo 74, caput, do diploma legal invocado, contratação direta por inexigibilidade, para aquisição de licenças de uso do pacote AUTODESK AEC COLLECTION pelo período de 36 (trinta e seis) meses com direito de atualização e suporte, por meio de adesão a Ata de Registro de Preços n° 35/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90004/2025, com a empresa: Mapdata Tecnologia, Informática e Comércio Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 66.582.784/0001-11. Valor total de R$ 165.708,00 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e oito reais). Prazo de entrega: até 10 (dez) dias úteis.
Publique-se.

Coronel Vivida, 11 de novembro de 2025.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Jamyle Mariely Bairros da Silva
Código Identificador:78933F87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, situado na Praça Angelo Mezzomo, s/n - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Anderson Manique Barreto, portador da cédula de identidade RG nº 5.228.761-8, inscrito no CPF sob nº 967.311.099-91
CONTRATADA: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, inscrito no CNPJ nº 77.744.134/0001-41, localizada na Rua 13 de Maio, s/n – São Miguel, na cidade de Chopinzinho (85.560-000), Estado do Paraná, representada por seu representante legal, Sr. Moisés de Gasperin, portador da cédula de identidade RG nº 3.519.935-7, inscrito no CPF sob nº 518.634.809-00
OBJETO: Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ, 25.800,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: - Estrada Rural Linha Giordani.
VALOR: R$ 5.285.000,00 *(cinco milhões e duzentos e oitenta e cinco mil reais).*
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de novembro de 2025.
FORO: Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Coronel Vivida, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:478E893E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DISPENSA 031/2025

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA 031/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 191/2025

OBJETO: A presente dispensa de licitação visa **a contratação emergencial de empresa especializada para a elaboração de Projeto de Pavimentação Asfáltica Rural de 22km no âmbito do Programa estradas da Integração promovido pelo Governo do Estado do Paraná visando atender a demanda da Secretaria e planejamento do Município, conforme especificações em anexo ao processo,** conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

CONTRATADO: RAMON PIRES ENGENHARIA - inscrita no CNPJ sob n° 20.008.539/0001-02.

VALOR: R$ **407.660,00** (Quatrocentos e sete mil, e seiscentos e sessenta reais)

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, ambos juntados aos autos, e considerando os princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, AUTORIZO a contratação direta em epígrafe, por meio da Dispensa de Licitação nº 031/2025, com fundamentação legal no Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.
Cruz Machado, 11 de novembro de 2025.

CARLOS NOWAK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:4DB5B43E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO 69/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 239/2025**, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preço sob nº 69/2025**, do tipo menor preço por item unitário para aquisição de 2 (dois) veículos automotores sendo um tipo SUV, e um tipo Minivan do segmento B, com carroceria monovolume, novo, 0 km, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Diamante D´Oeste/Pr., devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **26-11-2025 às 9h (nove horas)**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.
Diamante D' Oeste, 12 de Novembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:7FC7A1CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 076/2025
DATA: 12/11/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art 1º - **CONCEDER** a Srª **ELIANE APARECIDA DE SOUZA TIRELLI** inscrita sob a matrícula nº 459887-8, designada a exercer o cargo em comissão de Secretária de Saúde, quatro (04) diárias (valor unitário: R$ 600,00/valor total: R$ 2.400,00) para os dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2025, em decorrência de viagem até a cidade de Foz do Iguaçu - PR. A Sr.ª Eliane Aparecida Tirelli participou do **FORÚM EXTRAORDINÁRIO 2025, SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: INCLUSÃO, AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PARA GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER.** Transporte: Tracker, placa: TBJ-2D36.

Art 2º Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:9CBE64A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº 075/2025
DATA: 12/11/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** a Sr.ª **ELIANE APARECIDA DE SOUZA TIRELLI** inscrita sob a matrícula nº 459887-8, designada a exercer o cargo em comissão de Secretaria de Educação e Cultura cinco (05) diárias (valor unitário: R$ 600,00/valor total: R$ 3.000,00) para os dias
10, 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2025 em decorrência de viagem até a cidade de Foz do Iguaçu-PR. Para participar da Reunião da **Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PR e COMEMS e do 37º CONGRESSO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ.** Transporte: TRACKER, placa: TBJ-2D36.

Art 2º **CONCEDER** a Srº **ANGELO DE CAMPOS MATSUMURA** inscrito sob a matrícula nº459888-2, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Departamento, ligado à Secretaria de Saúde uma (01) diária (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$ 450,00) para os dias 10, 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2025 em decorrência de viagem até a cidade de Foz do Iguaçu-PR. Para participar da Reunião da **Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PR.** Transporte: TRACKER, placa: TBJ-2D36..

Art 3º Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:69036D0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº 074/2025
DATA: 12/11/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art 1º - **CONCEDER** a Sr.º **LUIZ PIRES CARDOSO** inscrito sob a matrícula nº 459818-1 e CPF nº ***.571.***, 91 ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, uma (01) diária (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$ 450,00) para o dia 10 de novembro de 2025, em decorrência a uma viagem na cidade de Curitiba-PR. O motorista Luiz Pires Cardoso levou o paciente Carlos Nogueira de Paula para retorno de consulta no Hospital Angelina Caron. Transporte: Ônix, placas TAK-3A22.

Art 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:F4315790

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 073/2025
DATA: 12/11/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** a Sr.ª **ROZELI APARECIDA CAMPANHOLI** inscrito sob a matrícula nº 000599-1, ocupante do cargo efetivo de Contadora, ligado à Secretaria de Finanças, quatro (04) diárias (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$ 1.800,00) para os dias 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2025, em decorrência de viagem até a cidade de Curitiba - PR. Referente a participação do **9º FÓRUM PARANAENSE DE CONTABILIDADE, FINANÇAS E CONTROLES APLICADOS AO SETOR PÚBLICO.** O mesmo organizado pela Comissão do Contador Público do CRCPR, traz como tema: "A Contabilidade Pública em Evolução, Inovação, Tecnologia e Humanização. " O evento reunirá especialistas e profissionais para discutir tendências, desafios e soluções que fortalecem a gestão pública, promovendo mais eficiência, transparência e qualidade nos serviços à sociedade. Transporte: Ônix, placa: TAK-4A41.

Art. 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:267C3805

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO/EXTRATO DE CONTRATO Nº 479/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2025
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 01/2025
OBJETO: Contratação de empresa para adequação de estrada e pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), nas estradas rurais **Jabotibacal e Pinhalito**, conforme condições, projetos e documentos técnicos constantes no processo.
VALOR GLOBAL ADJUDICADO: R$ 2.007.674,18 (dois milhões, sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos).
EMPRESA VENCEDORA: TERRAPLANAGEM IRMÃOS BRUM LTDA – ME
CNPJ: 17.673.599/0001-27
ENDEREÇO: Estrada São Cristóvão, nº 174 – Zona Rural – São José das Palmeiras/PR – CEP 85.898-000.
I – DA ADJUDICAÇÃO
Em conformidade com o disposto no **art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**, e considerando o resultado do julgamento e habilitação das propostas apresentadas, **ADJUDICO** à empresa **TERRAPLANAGEM IRMÃOS BRUM LTDA – ME**, inscrita no **CNPJ nº 17.673.599/0001-27**, o objeto da presente licitação, no valor total de **R$ 2.007.674,18 (dois milhões, sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos)**, por ter apresentado a proposta

mais vantajosa para a Administração, atendendo integralmente às exigências do edital e de seus anexos.

II – DA HOMOLOGAÇÃO

Com fundamento no **art. 71, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e após análise da regularidade de todas as etapas do processo licitatório, **HOMOLOGO** o resultado da **Concorrência Eletrônica nº 01/2025**, adjudicando o objeto à empresa **TERRAPLANAGEM IRMÃOS BRUM LTDA – ME**, para que sejam adotadas as providências necessárias à formalização do respectivo contrato administrativo.

Diamante do Sul/PR, 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 479/2025
CONTRATANTE: Município de Diamante do Sul/PR.
CONTRATADA: TERRAPLANAGEM IRMÃOS BRUM LTDA – ME, inscrita no **CNPJ nº 17.673.599/0001-27**, com sede na Estrada São Cristóvão, nº 174, Zona Rural, São José das Palmeiras/PR – CEP 85.898-000.
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 01/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 75/2025.
OBJETO: Contratação de empresa para **adequação de estrada e pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado a Quente)** nas estradas rurais **Jabotibacal e Pinhalito**, conforme condições, projetos e documentos técnicos constantes no processo.
VALOR TOTAL: R$ **2.007.674,18** (dois milhões, sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos).
VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2045 CONSTRUÇAO E REFORMAS DE OBRAS
4.490.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÃO
2860 E 00825 1072/03/99/01/02 TRANSFERENCIA VOLUNTARIAS PUBLICAS FEDERAIS ITAUPU BIONACIAL PROGRAMA ITAIPU M
2860 EA 00825 1072/03/99/01/02 TRANSFERENCIA VOLUNTARIAS PUBLICAS FEDERAIS ITAUPU BIONACIAL PROGRAMA ITAIPU M

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2045 CONSTRUÇAO E REFORMAS DE OBRAS
4.490.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÃO
1980 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)
1980 EA 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2025.

Diamante do Sul/PR, 12 de novembro de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:7E793AE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 124/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA JUNIOR FERNANDO GERRAS E CIA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **JUNIOR FERNANDO GERRAS E CIA LTDA.**, CNPJ nº 22.601.150/0001-93, com endereço à Av. Lauro Paulino da Silva, 542, Centro, Diamante do Sul-Pr, representada neste Ato pelo Sr. Junior Fernando Gerras, CPF Nº 032.450.819-01, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ITENS

Conforme Ata de Registro de Preços nº 124/2024 firmada em 13 de novembro de 2024, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO BÁSICOS PARA DOAÇÃO À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL-PR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº742/2013 E LEI MUNICIPAL Nº 857/2015**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2024, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **11/11/2026**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **5,17%(cinco vírgula dezessete por cento)** conforme segue:
Sendo os itens: 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 25 e 29, com um **Total de R$ 333.482,60 (trezentos e trina e três mil quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos) conforme tabela anexa ao processo.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2014 APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
00870 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2055 APOIO A POPULAÇÃO CARENTE – LEI 742/20213
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02340 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2062 AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02580 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 12 de novembro de 2025.

Contratante Detentor da Ata Município de Diamante do Sul

JUNIOR FERNANDO GERRAS E CIA LTDA

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:243C472C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 123/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA J.J. DE ANDRADES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES –ME.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **J.J. DE ANDRADES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES –ME.**, CNPJ nº 04.224.722/0001-80, com endereço à Av. Ivan Ferreira do Amaral, Centro, Diamante do Sul-Pr, representada neste Ato pelo Sr. Jurandir Justino de Andrades, CPF Nº 631.496.649-34, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 123/2024 firmada em 13 de novembro de 2024, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO BÁSICOS PARA DOAÇÃO À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL-PR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº742/2013 E LEI MUNICIPAL Nº 857/2015**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2024, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **11/11/2026**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **5,17%(cinco vírgula dezessete por cento)** conforme segue:
Sendo os itens, 01, 02, 09, 11, 16, 18, 19, 24, 26, 27 e 28, com um **Total de R$ 398.431,00 (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais, conforme a tabela anexa ao processo.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2014 APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
00870 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2055 APOIO A POPULAÇÃO CARENTE – LEI 742/20213
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02340 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2062 AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02580 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 12 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

J.J. DE ANDRADES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES –ME
Detentor da Ata

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:B772F3D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE RECONDUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 122/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000, denominado CONTRATANTE e a empresa **FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA.**, CNPJ nº 49.647.713/0001-30, com endereço à Avenida das Palmeiras, 131, Bairro Colônia Francesa, Palmeira-Pr, representada neste Ato pela Sra. Maria de Fátima Bolico Tasso Guites, CPF Nº 603.940.130-34, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista recondução e renovação da Ata de Registro de Preços (art. 84), cláusulas originárias e valores que serão mantidos, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ITENS
Conforme Ata de Registro de Preços nº 122/2024 firmada em 13 de novembro de 2024, entre as partes acima identificadas, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO BÁSICOS PARA DOAÇÃO À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL-PR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº742/2013 E LEI MUNICIPAL Nº 857/2015**, licitado através da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2024, resolvem aditar a cláusula do vencimento, passando para **11/11/2026**, e também concedendo o reajuste do ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, em **5,17%(cinco vírgula dezessete por cento)** conforme segue:
Itens: 20 e 21 Sendo um total de **R$ 7.420,00 (sete mil e quatrocentos e vinte reais) conforme a tabela anexa no processo licitatório.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido a Ata de Registro de Preços correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2014 APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
00870 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2055 APOIO A POPULAÇÃO CARENTE – LEI 742/20213
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02340 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2062 AUXILIO CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE CASAS
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02580 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

CLAÚSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas da Ata de Registro e Preços originária não atingidas por este Termo permanecem inalteradas.
E por assim estarem ajustados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Diamante do Sul, 12 de novembro de 2025.

Contratante
MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL

Detentor da Ata
FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:3E0C2096

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90110/2025

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90110/2025

Objeto: Aquisição de 1 (um) veículo, tipo sedan para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Órgãos a ela vinculados.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Data de início de recebimento de propostas: 13/11/2025

Data fim de recebimento de propostas: 1/12/2025 às 8h00m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:09AC690C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER-CMDM- DOIS VIZINHOS (RESOLUÇÃO Nº 005/2025)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER-CMDM- DOIS VIZINHOS
(RESOLUÇÃO Nº 005/2025)

SÚMULA: dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente a repasse do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL

O Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher do Município de Dois Vizinhos Paraná, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025, registrada na Ata 07/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2.526/2021.

Considerando a Deliberação nº 015/2025-CEDM/PR que trata de repasses de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM), para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.

Considerando o previsto no Art. 13 da citada deliberação (nº 015/2025- CEDM/PR), quanto a necessidade de aprovação do aceite por meio do Termo de Adesão, bem como do Plano de Ação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI no Sistema de Acompanhamento do cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

DELIBERA

Art. 1º – aprovar a Adesão e o Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Dois Vizinhos , 12 de novembro de 2025.

ALINE MARCH
Presidente do CMDM

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:442C12E0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ENSINO INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ENSINO
INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025

EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

CANDIDATOS:
ADELNICE SCHMIT
ALANA CRISTINA ANTUNES DA SILVA (PN)
ALCIONE GORETE TEDESCO DA COSTA
ALEXANDRA BRESOLA LUNARDI
ALINE DE S. DA SILVA
ALINE PATRICIA HABLICH
AMANDA CRIS PELLIN DA ROSA
ANA CRISTINA DA SILVA
ANA PAULA DE SOUZA MAURER DE LIMA
ANA PAULA FREITAS DE OLIVEIRA
ANALICE DE OLIVEIRA ZEVIESCKI
ANCIELE DOS SANTOS
ANDREA VASCOS DOS SANTOS MACHADO
ANDRESSA DE BONA J. ALVES SIQUEIRA
ANDRESSA PAULA FICHY
ANDRIELI SLOMPO PEREIRA
BIANCA GERARDI DA SILVA
BRUNA ANDRÉIA DILLY
CAMILA IESBIK MACHADO
CAMILY EDUARDA CANCIO FERREIRA PIMENTAL
CARLA ANDREIA ANTONELLO
CAROLINA WAGNER (PN)
CATIA CRISTINA IAGINNSKI
CLAIRICE GONÇALVES AZEVEDO
CLAUDETE REX MORLIN
CLAUDIA DE ANDRADE SOARES
DAIANE SALDANHA DA SILVA DOARTE
DALET K. Z. DA SILVA
DANIELE ALVES (PN)
DEBORA BASI DA VEIGA
DEBORA BOGER COCCO
DEBORA DAS CHAGAS LEMES (PN)
DEISY BERTONCELLO
DENISE ZIMERMANN
EDINA DENTI DA SILVA
EDINEUSA F. GONÇALVES
ÉDNA PIMENTEL (PN)
EDUARDA ZANARDI
ELAINE RISSI DOS SANTOS
ELESSANDRA F. DALPRA HEIN
ELIANE CASTRO DE ALMEIDA
ELISETE SILVA DE OLIVEIRA
ELIZABETE CRISTINA VALEM (PN)
ELIZANDRA APARECIDA ALEXANDRE
ELIZANDRA LUCAS DOS ANJOS
ELZITA DA SILVA GUEDES
EVILIN APARECIDA MAJOR
FERNANDA DE PAULA DA SILVA FERREIRA (PN)
FERNANDA DO ESPIRITO SANTO (PSS)
FRANCIELE ROSA FERREIRA
FRANCIELI PONSONI
FRANCISCA MENDES
GABRIELA SOUZA DE LIMA
GICELER RUBERT
HOIRY THAIS DA ILVA BRITO
IVONETE BORGES SIMIONE LEÃO
JANETE F. DOS PASSOS DE BAIRROS
JANETE MARQUES DA SILVA DO AMARAL
JANIELLY CARNEIRO
JAQUELINE DE LARA DE OLIVEIRA
JAQUELINE GEREMIA DUTRA
JAQUELINE MORAIS DE QUADRA
JENNIFER IANOSKI ZANELLA
JENNIFER LAIS BORTH
JENNIFER LAIS BORTH
JESSICA TATIELI PINOW
JOICE AP. BERTONCELLO
JOSELAINE GOMES
JOSIANE MAZIERO PANDOLFI
JOSLEI F. WOSNIAK MULLER (PCD)
JUCELLI VASINSKI DA ROSA
JULIANA GARCIA SEGALA
JUREMA ALMEIDA MARTINS PALHANO
JUSSARA LARSEN
KATIA RODRIGUES DE CAMARGO
KATIANE SALVANI SILVANO
KEILA PATRICIA DE CAMPOS DE SOUZA
KELITA LORINI FORMIGLUERI DE OLIVEIRA
KETHILIN DAGHIMARA RUFATTO
LETICIA PILATTI
LETICIA PIVA BEZ
LEUCI MARIA BERTONCELLO
LIANE DONIDA
LILIANE DOS SANTOS
LIS ANDREIA BORSA
LUANA BERNARDO DA SILVA
LUANA CRISTINA SVERDOSVSKI
LUCIANA GUELBARI RIBEIRO
LUCIANA RODRIGUES FARIAS (PN)
LUCIANE SILVESTRO
LUCIARA FIORI VIEIRA
LURDES ZANELLA
MARCIA CRISTINA K. PELEPENKO
MARCIA REGINA FERREIRA PERES
MARCIA ROMÃO DA SILVA (PN)
MARCIA SILVANA PADILHA
MARCIANA DE OLIVEIRA
MARCIANA P. DA LUZ
MARGARETE ANTUNES DE FREITAS (PN)
MARIA CRISTINA BALDO
MARIA DO DESTERRO DA SILVA COSTA COLLA (PN)
MARILENE SABADIM FICANHA
MARILEZA DOS SANTOS FRANCESCON (PN)
MARIZA CABRAL
MARLI ALVES DE OLIVEIRA
MARTA CICERA DOS SANTOS PIVA
MARTA TEREZINHA KUCZKONOSKI
MAYARA VANESSA ANDRADE
MÉRCIA MARIA DA SILVA ARAÚJO
MICHELE GALLINA
MIRIAM DAIANE FRANÇA DE MENEZES
MÔNICA ALVES DE MORAES
MONICA CLEISSE DE LIMA (PN)
NATHIELE GOSSI
NATHIELE MATEUS
PAULA CRISTINE DILL
POLIANA CAMBRUZZI BERTI
RAFAELA FERNANDA BERNS
RAFAELA LAIS BISSOTTO
RAFAELA TUMELERO CAUVILLA
RAQUEL LAUMANN RENA
REGIANE INACIO PIMENTEL
RODRIGO ANDRE DE BAIRROS (PCD)
ROMELI SARTURI FRANÇA
ROSANE AP. REUTER
ROSANE LAERSEN
ROSANGELA DE OLIVEIRA GRANDI
ROSÂNGELA MARIA DE ALMEIDA
ROSELI GORETTI BECCHI
ROSICLÉIA GONÇALVES
SAMARA NIDIANE TONIAL ASSUNÇÃO GOMES
SAMUEL PRUDENTE DE OLIVEIRA
SARA DE ANDRADE MARTINS
SILVANA FERREIRA
SILVANA LAZAROTTO
SILVIA CRISTINA SOARES ROTILLI (PCD)
SILVIA ROLING
SIMONE AP. I. DA SILVA
SIMONE DAIANE FERREIRA CELESTINO (PN)
SIMONE DE SOUZA PAIXÃO
SIMONE FERREIRA PRUDENTE
SIMONE JERKIEWICZ PERBELINI
SIMONE SGUISSARDI
SOLOIR XUSTER FONTANA
SONIA BORGES

SORAIA MESQUITA DOS SANTOS
STHER NIKELLI SEDOR
SULAMARA DA SILVA DE LIMA
TAIANA LARISSA DOS SANTOS
TAINARA RIBEIRO GLIENKE
TANIA REGINA ROSSA ARDENGLHI
TEREZA JODECI LIMA BORGES MARTINS
THAIS RAQUEL DA SILVA (PN)
THAYS DE OLIVEIRA PICKLER
VANESSA RIZZO (PN)
VANIELI COMIRAN
VANILCE GONÇALVES FERREIRA
VIVIANE ALVES PINTO
CANDIDATOS INSCRITOS PN:
ALANA CRISTINA ANTUNES DA SILVA (ACEITE 24)
CAROLINA WAGNER
DANIELE ALVES
DEBORA DAS CHAGAS LEMES
ÉDNA PIMENTEL
ELIZABETE CRISTINA VALEM
FERNANDA DE PAULA DA SILVA FERREIRA
FERNANDA DO ESPIRITO SANTO
LUCIANA RODRIGUES FARIAS
MARCIA ROMÃO DA SILVA
MARGARETE ANTUNES DE FREITAS
MARIA DO DESTERRO DA SILVA COSTA COLLA (ACEITE 24)
MARILEZA DOS SANTOS FRANCESCON (ACEITE 24)
MONICA CLEISSE DE LIMA
SIMONE DAIANE FERREIRA CELESTINO
SORAIA MESQUITA DOS SANTOS (ACEITE 24)
THAIS RAQUEL DA SILVA (ACEITE 24)
VANESSA RIZZO (ACEITE 24)
CANDIDATOS INSCRITOS PCD:
JOSLEI F. WOSNIAK MULLER
RODRIGO ANDRE DE BAIRROS
SILVIA CRISTINA SOARES ROTILLI

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:DB27C037

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ENSINO INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 ENSINO FUNDAMENTAL VESPERTINO

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ENSINO INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025

ENSINO FUNDAMENTAL VESPERTINO

CANDIDATOS:
ANA CARLA LORENZI
ANA KATIELI ALVES DE MEIRA
ANA PAULA BATISTA DA SILVA
ANDRÉ G. BOELTER RIBEIRO
ANGELA TELES DE SOUZA (PCD)
BIANCA EDUARDA SOARES
BRUNA NAIARA BANDEIRA MACHADO DELAIDE
BRUNA RIBEIRO DOS SANTOS (PN)
CACILDA SALETE SOUTIER
CAROLAINE DA COSTA
CLEMAR TARTAS
DAIANA DA SILVEIRA
DAIANE R. DOS SANTOS
DANIELA MALACARNE
DANIELA MERLO
DEBORA TOMAZ DE MIRANDA RIBEIRO
DERCI IVANIR BAGGIO
DILCE LUCI FÁVERO PERIPOLLI
DIRCE T. M. DE AZEVEDO
DIULY ALVES DA SILVA
EDIANE MATEUS BUENO DOS SANTOS
ELAINE AP. PILONETTO FRAZÃO
ELENICE MORENO
ELIANE DE FATIMA CASTANHA SANTOS
ELIANE TOMAZ DE MIRANDA LERIA
ELISÂNGELA FIORIN ZENCI
ELIZABETE ARTUS BERTI
EUDES AP. DOS SANTOS
EUZA ANA BOGONI DE OLIVEIRA
FATIMA CLEONICE WEBER CATTANI
FERNANDA CANDIDO DA SILVA
FRANCIELE MEZZALIRA
FRANCISCO DA SILVA SOUZA
GEIZIELI O. DE LIMA
GESSELDA MARIA MARCON
GLAUCIA ROSSET
IRONI ANGÉLICA CARLI
IVANILCE ZENI GIRELLI
JANAINA DA SILVA
JAQUELINE WOIEVODA
JOCIELDA HOLDYS
JOSEANE BORGES DO AMARAL
JOSEANE PESSOA
JOSIANE DA COSTA AGUIAR
JOSSEMERY MORAES
JULIANE VIEIRA BRAZ
JUVANEIA C. A. HENNIKA
KARINA FIORI VIERA
LEILA MARIA DERENGOSKI SOARES
LINA YAHYA
LUCIAINE FRANÇA DA SILVA VERZA
MAIARA APARECIDA POLLERMAM (PN)
MARAIZA DA SILVA KRUPINSKI
MARCIA RODRIGUES VALENDORFF
MARGARETE SEVERGNINI
MARIA LUCIA GIACOMINI
MARIA SALETE TURMENA LINK
MARILENE MARTINS DA SILVA (PN)
MARISTELA JOANA ANTONELLO
MARISTELA TIECHER
MONICA LORENZETT
NAOMI SALDANHA LAURENTINO
OZANA DELAVI CECILIO
RAQUEL GAGINSKI
RAQUIEL DOS SANTOS
ROMIANA CABREDO
ROSANA MARIA MATOS
ROSANE GRACIOSA BROSTOLIN
ROSENETE FERNANDES DIAS
ROSILEI F. LIMA
ROSIMERI ZAGONEL
SANDRA FATIMA MEZZOMO
SUELEN M. DA SILVA
TABATA NECKEL
TAIANE GABRIELLE VODZICKI
VANESSA CONSTANTINO DA SILVA
VIVIANE ZDRUIKOSKI SANTOS
ZENILCE J. BRUNN
CANDIDATOS INSCRITOS PN:
BRUNA RIBEIRO DOS SANTOS
MAIARA APARECIDA POLLERMAM
MARILENE MARTINS DA SILVA
CANDIDATOS INSCRITOS PCD:
ANGELA TELES DE SOUZA

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C6E322C8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ENSINO INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2025 INGLÊS

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE ENSINO

INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2025 INGLÊS

CANDIDATOS:
CRISTIANE BORDIGNON MONTEIRO
EDISON ROBERTO FIORIN
FABIANA DOS SANTOS BELTRAME
MICHELY SOLANGE BONALDO
VANESSA BERTONCELLO MACHADO

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FA7D9A2D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 080/2025; **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de mentoria, capacitação e assessoramento em medicina veterinária aplicada à pecuária; **CONTRATADA:** 62.202.526 ITAMAR CAMILO BOARETTO, inscrita no CNPJ sob o nº 62.202.526/0001-01, sediada na Rua Castro Alves, nº 310, Centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85.660-000, e-mail: Boaretto.dv@gmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o Sr. Itamar Camilo Boaretto, inscrito(a) no C.P.F. nº 451.xxx.xxx-49; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III, alínea c e f da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 12 (doze) meses; **VALOR ESTIMADO:** R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); **RECONHECIMENTO:** 11 de novembro de 2025, por **José Carlos Ventura Junior,** Secretário de Desenvolvimento Rural; **RATIFICAÇÃO:** 11 de novembro de 2025, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D720449A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 - EDUCAÇÃO FÍSICA

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE ENSINO

INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 - EDUCAÇÃO FÍSICA

CANDIDATOS:

ADRIANO ANTONIO BACHI

ALINE ROZA DE MELLO

ANA FLAVIA WOSNIAK

ANA PAULA SANTOS DA SILVA

CINTIA MARA MELO DE SOUZA

CLEYTON ODAIR FERRARI

DAIANE PAULA MARTINAZZO

DAMARIS DOMINGUES ROCHA DA COSTA

DANIEL STOPASSOLI

DAWANA G. T. D. ZORZAN

DOUGLAS AUGUSTO BONFANTE

ELIANE ORBEN

ELISANDRA BRAZ DALA ROSA

EVELIN KESIANE ALAMINI

GEIZE KELLY COUSSEAU

GELAIR ANDRE RODRIGUES DA SILVA (PN)

HELOISA OCCHI DETONI

JOSUE F. CAMBRUZZI

LIDIANE A. MEIRA

LUÍS FELIPE CHITOLINA

MICHELLE MARASCHIN

NELI MARIA GHIZZI

ONEI DA SILVA

RENAN RESTELATO DA SILVA

VERIDIANE MARTINAZZO

CANDIDATOS INSCRITOS PN

GELAIR ANDRE RODRIGUES DA SILVA

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D09EE42D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

CANDIDATOS:
ADRIANA SIMON
ANA CARLA CERESOLI ZANIN
ANA FLÁVIA FRANCISCO ANTUNES DE LIMA
ANA PAULA DALLO
ANA PAULA SOARES
ANA PAULA TABORDA NECLE
ANDRIELI DERENGOWSKI PELANTIR
BRANDALI PEREIRA BLAZIUS MACAGNAN
BRUNIELLE RUBERT COSTA MAY
CAROLINE TEODORO FLAVIO
CLENICE ROOS MACIEL
CLEONICE FABIANE
DALILA AP. LUKASEWICZ GENUINO
DEISE CAROLINE LOPES
DIANA DA SILVA
DIVINA DE FATIMA COSTA AGUIAR
GABRIELE AP. JOTON DA SILVA
GISELLE DA FONSECA VEIGA
GLAUBER BINHA GREGOLINI
GLENDA CRISTINA FUSINATTO
JACIRA COZER
JAINE BREMM MALAGUTI
JAQUELINE BLOCK DAMBRÓS
JAQUELINE IAGINNSKI

JESSICA PILONETTO
JOÃO VITOR FRANCISCO ANTUNES DE LIMA
JOCELAINE APARECIDA DE ANDRADE
JOCENIR DA ROCHA PERÃO
JOICE ALVES HEIN
JOICE KETHELIN HOLSCHER
JOSELINDA O. DA CRUZ DE AZEVEDO
JULIANA DA SILVA
KANDISSA NADIA ABATI
KATIELI ZACARIAS DA SILVA
LIBRA PIZZATO STANGER
LUANA GONZALES
MADALENA MARCELINO DOS SANTOS
MAIARA NUNES FURTADO
MARIA LUIZA SUTIL DOS REIS
MARIA MADALENA DOS SANTOS
MARILDA FERREIRA DOS SANTOS
MARINEZ DA COSTA WESSLING
NAIANA ZUANAZZI
NAIARA DO PRADO COLUSSI
NATALY ZENCI
NATASHA ANDRIELLI GOULART
NELIA SALDANHA FERREIRA
NILCE F. NICOLODI
PATRICIA LIECHESKI
SARA DOMINGOS DE OLIVEIRA
SILVIA SILENE GAIO
VALINDA VILAS BOAS ARAQUAN NETA
VANUZEA DA SILVA A. HONORATO
CANDIDATOS INSCRITOS PN:
MADALENA MARCELINO DOS SANTOS

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2A60F7EB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 154/2025

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 154/2025

Contrato	617/2025 – Pregão Eletrônico nº 90084/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Gaia Editora Grafica Ltda - CNPJ/MF nº 12.512.322/0001-07.
Objeto	Aquisição de material gráfico e contratação de serviços gráficos, para atender às diversas Secretarias do Município de Dois Vizinhos. Com itens de ampla concorrência e Exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	11 de novembro de 2025.

Contrato	620/2025 – Pregão Eletrônico nº 90084/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Sigma3 Design Ltda - CNPJ/MF nº 48.820.975/0001-92.
Objeto	Aquisição de material gráfico e contratação de serviços gráficos, para atender às diversas Secretarias do Município de Dois Vizinhos. Com itens de ampla concorrência e Exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 310.139,50 (trezentos e dez mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	14 de novembro de 2025.

Contrato	621/2025 – Pregão Eletrônico nº 90101/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Decorinter Industria eE Comercio Ltda - CNPJ/MF nº 03.884.308/0001-35.
Objeto	Aquisição de persianas verticais com instalação inclusa, o material pode ser de tecido e/ou PVC, para atender às diversas secretarias do Município de Dois Vizinhos – Exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 31.588,00 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	12 de novembro de 2025.

Contrato	622/2025 – Pregão Eletrônico nº 90101/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Inove Licitações Ltda - CNPJ/MF nº 23.567.504/0001-93.
Objeto	Aquisição de persianas verticais com instalação inclusa, o material pode ser de tecido e/ou PVC, para atender às diversas secretarias do Município de Dois Vizinhos – Exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 55.128,00 (cinquenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	12 de novembro de 2025.

Ata de Registro de Preços	001/2025 - Pregão Eletrônico nº 90102/2025.
Empresa	Dariva Promocões e Eventos Ltda - CNPJ: 45.191.470/0001-18.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 065/2024 – Concorrência n° 90009/2024	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Jirau Alto Incorporadora e Construtora Ltda - CNPJ 12.876.608/0001-63.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – vigência e prorrogação – prorroga-se o prazo de execução até 12 de fevereiro de 2026 e o prazo de vigência até 12 de maio de 2026.
Data de Assinatura	12 de novembro de 2025.

Dois Vizinhos, 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0357E3ED

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025 ENSINO FUNDAMENTAL MATUTINO

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE ENSINO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 12/2025

ENSINO FUNDAMENTAL MATUTINO

CANDIDATOS:

ALINE KAMMER

ANDRÉ GUSTAVO LIPSKI

ANDRESSA OCCHI

ANDRESSA TAMARA VOIDGINSKI

BERNADETE K. MOREIRA (PCD)

CACIA CRISTINA DE MORA ALVES MARIA

CASSILDA DA COSTA ORBEN

CATIULCE POLLERMAM (PN)

CLAUDIA TAFARELO

CRISTIANE BELETINI

DAIANE BERTOLLA SITNESKI

DAIANE CRISTINA MIOTTO SCHMOELER

DANIELA CRISTINA A. DE MEDEIROS KOGUTA

DANIELE ALEXIA POLASSO

EDENILSE MARIA DE FÁVERO

EDILSON DA LUZ

ELAINE LETSCH BORGES

ELCI GRANDI

ELENICE D. S. BITENCOURT GOMES

ELIDIANE DE LIMA

ERIVELTO FOLHATO TOLFO

FABIANA RONSANI NASARIO ORIQUES

FERNANDA LUCIA MOREIRA

FRANCIANE DA SILVA HEIN

FRANCIELE FATIMA PELENTIR

GIOLCÉLI ANGELA BETIATO

GISELE PUDLO BORDIN

GISLAINNE L. LUCIANO (PN)

GISSELA TERESINHA BOSA

GRACIELI NEGRI

HALIFF ALAN VALENTIM TEODORO

ISABELA APARECIDA GRANDO

JANAINA DA SILVA

JANAINA DONIDA

JAQUELINE WRZESINSKI

JULIANA DE PARIS GREGOLINI

JULIANA TEREZINHA POLAWSKI

KARINA DA SILVA

KATIA CILENE MAFFISONI

KEHOMAM KAUAI VIEIRA DOS SANTOS

KEILA FAUSTINO

KETLYN INDIANARA CABRAL ARAUJO

LETÍCIA DETONI

LILIAN KELLY DA SILVA

LILIAN MOREIRA

LUCAS AUGUSTO FLORENTINO

LÚCIA R. GOSSI

LUCIANE MARIA HUPES

LUIZ FELIPE DOS SANTOS

MARCELO MOURA DOS SANTOS

MARIA TEREZINHA DE ALMEIDA

MARILCE DE OLIVEIRA

MARIZETE PERIN

MICHELI CASAGRANDE SILVESTRO

MILENA VIEIRA

MORGANA DE FATIMA SYCHOCHE

NEIVA MARIA MUGNOL PEREIRA DE OLIVEIRA

RAFAELA SUELI BELLETINI LIMA

RAQUEL GAGINSKI

RODINEIA DA SILVA ONOFRE

ROSANGELA SCHMIT LUCHTEMBERG

SABRINA SILVA DA ROSA

SANDRA ROSSONI

SILVIA RASPINI

SOLANGE BORSA

TALITA MARIA VELLOSO LEAL (PN)

TAMYRIS DIANO RIBEIRO FORNAZIO

VANESSA AP. RIBEIRO ALBERTI ANTONELO

VANESSA C. L. BACEDO HOFMANN

WESLEY R. FARIAS DA SILVA

YANDRA KARLA DOS SANTOS (PN)

ZENAIDE RODRIGUES FREIRES

CANDIDATOS INSCRITOS PN

CATIULCE POLLERMAM

GISLAINNE L. LUCIANO

MARILCE DE OLIVEIRA

TALITA MARIA VELLOSO LEAL

YANDRA KARLA DOS SANTOS

CANDIDATOS INSCRITOS PCD:

BERNADETE K. MOREIRA

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:414E8CA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA (533ª)) REUNIÃO GERAL, SESSÃO SOLENE DE POSSE DEFINITIVA DE VEREADOR,

FLS. Nº 594

ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA (533ª)) **REUNIÃO GERAL, SESSÃO SOLENE DE POSSE DEFINITIVA DE VEREADOR,** NO PRIMEIRO (2º) PERÍODO LEGISLATIVO, DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA (9ª) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA **AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (14/10/2025)**, AS 17:30 HRS,

PRESIDIDA PELO PRESIDENTE SR. **MIGUEL DOS ANJOS DIAS - MDB**, SECRETARIADO PELA PRIMEIRA – SECRETÁRIA SRA. **ZENILDA IVONETE CHAMBERLAIN - MDB**, ***SOB A GRAÇA E A PROTEÇÃO DE DEUS TODO PODEROSO***, FOI DECLARA ABERTA A SESSÃO SOLENE DE POSSE DE **VEREADOR**. TAMBÉM FIZERAM-SE PRESENTES OS VEREADORES E VEREADORAS: SEGUNDA VICE-PRESIDENTE **SRA. ALICE ALINE RIBAS SANTOS – MDB;** SEGUNDA SECRETÁRIA **SRA. CLERI FERREIRA LINS RIBEIRO - UNIÃO BRASIL** E OS VEREADORES **SR. ADELSON DA CONCEIÇÃO GELIET - PP; SRA. ANGÉLICA PINA DE OLIVEIRA MATOS - UNIÃO BRASIL E SR. EDIVAM SCHEFFER – MDB. REGISTRANDO-SE A AUSENCIA DO** PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE **SR. ADAILTON DE PAULA - UNIÃO BRASIL**. ATO CONTÍNUO, O SR. PRESIDENTE ESCLARECEU SOBRE OS PROCEDIMENTOS À SEREM ADOTADOS NESTA SESSÃO SOLENE, QUE DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À POSSE DEFINITIVA DO **VEREADOR** ELEITO DE DOUTOR ULYSSES, SR. **PEDRO MARTINS - UNIÃO BRASIL**, TENDO EM VISTA A CASSAÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR LUCAS BRANCO DA SILVA EM RAZÃO DE QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR CONFORME PREVISTO NO ART. 7º, III DO DECRETO Nº 201/67 E ART. 70, II DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES-PR. ISTO POSTO, O SENHOR PRESIDENTE, DE PRONTO, CONVIDOU O SENHOR **PEDRO MARTINS - UNIÃO BRASIL**, A COMPARECER PERANTE A MESA DIRETORA E PRESTAR O SEU COMPROMISSO REGIMENTAL PROFERINDO O QUE SEGUE: "**PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES E PELO BEM-ESTAR DO SEU POVO" "ASSIM O PROMETO".** ISTO FEITO, O SR. PRESIDENTE SOLICITOU AO SECRETÁRIO AD-HOC QUE PROCEDESSE A LEITURA E ENTREGA DO TERMO DE POSSE, O QUAL FOI DEVIDAMENTE FIRMADO PELO PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS, PELA PRIMEIRA SECRETÁRIA E PELO VEREADOR EMPOSSADO. NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, O SENHOR **MIGUEL DOS ANJOS DIAS - MDB**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, DECLAROU EMPOSSADO NO CARGO DE **VEREADOR** DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, O SENHOR **PEDRO MARTINS – *UNIÃO BRASIL***, PARA UM MANDATO QUE VAI DESTA DATA DE QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (14/10/2025) ATÉ TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E OITO (31/12/2028). ATO CONTÍNUO, O SR. PRESIDENTE, NOMEOU O VEREADOR**PEDRO MARTINS**PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DESTA CASA DE LEIS ATÉ O FINAL DE SEU MANDATO. O SR. PRESIDENTE CONCEDEU A PALAVRA AO VEREADOR SR.**PEDRO MARTINS**: O VEREADOR INICIOU AGRADECENDO A TODOS OS PRESENTES, AGRADECEU A SEUS FAMILIARES, AGRADECEU A DEUS E DISSE QUE PRETENDE TRABALHAR JUNTO COM TODOS. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A PRESENTE SESSÃO SOLENE, FOI SUSPENSA POR TEMPO SUFICIENTE A LAVRATURA DESTA ATA. REABERTA A SESSÃO, A PRESENTE ATA FOI LIDA E ACHADA CONFORME, SENDO POR MIM, **ZENILDA IVONETE CHAMBERLAIN** PRIMEIRA SECRETÁRIA, QUE A LAVREI, ASSINADA, PELO SR **MIGUEL DOS ANJOS DIAS** PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS, E POR TODOS OS DEMAIS VEREADORES PRESENTES.

Presidente: _____

1ª Secretária: _____

Vereador Empossado _____

DEMAIS VEREADORES(AS) _____ _____
_____
_____
_____
_____

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AEB96A8F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 442/2025 ABRE CRÉDITO ESPECIAL

Exercício: 2025
Decreto nº 442/2025 de 10/11/2025

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2024 de 26/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.849.800,00 (dois milhões oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.101.		Aquisição 02 (dois) CAMINHÕES CAÇAMBA 6X4 - Convênio 348/2025 - SEAB	
740 - 4.4.90.52.00.00	31775	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.211.800,00
12.001.20.606.0017.2.102.		Aquisição de 01(uma) MOTONIVELADORA 4X4 - Convênio 348/2025 - SEAB	
741 - 4.4.90.52.00.00	31775	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900.000,00
12.001.20.606.0017.2.103.		Aquisição de 02(duas) RETROESCAVADEIRA 4X4 - Convênio 348/2025 - SEAB	
742 - 4.4.90.52.00.00	31775	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	738.000,00
Total Suplementação:			**2.849.800,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.01.00000000	Fonte: 31775	2.849.800,00
Total da Receita:		**2.849.800,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 10 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE
Contador

ABEL DE MOURA E COSTA
Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CECF56CB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0433/2025 NOMEAR O SENHOR JOSIVAL DOS SANTOS SILVA, PORTADOR DO CPF Nº 465.XXX.XXX-93, NO CARGO TEMPORÁRIO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS.

DECRETO Nº 0433/2025

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 003-2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR o senhor **JOSIVAL DOS SANTOS SILVA**, portador do CPF nº 465.xxx.xxx-93, no cargo temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 06 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E7322C8E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SMS N º 016/2025, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025. SÚMULA: NOMEIA COORDENADOR(A) DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES

PORTARIA SMS N º 016/2025, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: NOMEIA COORDENADOR(A) DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES

O Secretário Municipal de Saúde, senhor Anderson Leme da Silva, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora CAROLINE DO CARMO AMANDO FAGUNDES, CPF nº 105. XXX.XXX-23, para exercer a função de Coordenador(a) da Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses.

Art. 2º Compete ao Coordenador da Atenção Primária à Saúde planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações e serviços de atenção básica no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Plano Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, em 13 de Janeiro de 2025.

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretario Municipal de Saúde
Decreto nº 0008/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:82DBA443

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr Esequiel Bestel Junior , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	48/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	10/11/2025
e) Objeto Homologado :	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DIRETA, PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES 6X4 COM CAÇAMBA E 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS NOVAS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR,. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.
f) Processo Adm Nrº :	48/2025

20.606.0017.2.101. - Aquisição 02 (dois) CAMINHÕES CAÇAMBA 6X4 - Convênio 348/2025 - SEAB
20.606.0017.2.103. - Aquisição de 02(duas) RETROESCAVADEIRA 4X4 - Convênio 348/2025 - SEAB

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ/CPF: 24.706.364/0010-40

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CAMINHÃO TIPO 1- 6X4 COM CAÇAMBA DE 12 M³ ZERO KM POTÊNCIA MAXIMA MAIOR OU IGUAL A 280CV ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN 22941)		2	R$ 605.900,0000	R$ 1.211.800,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.211.800,00

DOUTOR ULYSSES, 10 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2B39DEF7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE - PEDRO MARTINS

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (14/10/2025), as 17h30min, no Edifício da Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Estado do Paraná, em Sessão Solene, perante a Mesa, após o Compromisso Regimental, em conformidade com o §2º do Art. 7º - RI, tomou posse no Cargo de VEREADOR, o Senhor:

PEDRO MARTINS

Vereador Eleito pelo Partido União Brasil - UNIÃO, com 176 votos, nas Eleições Municipais de 06 de outubro de 2024, para um mandato que inicia nesta data de 14 de outubro de 2025 até 31 de dezembro de 2028.

Para que se produzam todos os Jurídicos e Legais Efeitos, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado pelo Empossado, pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Câmara Municipal de Doutor Ulysses.

Edifício da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, em 14 de outubro de 2025.

_____
Primeira Secretária

_____
Presidente

_____
Vereador Empossado

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:518B5740

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
PARECER SOB RECURSO DE CONSIDERAÇÃO DISPENSA 006/2025

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER

Ref.: Pedido de reconsideração
Interessada: **Empresa MEI - WAGNER ROBERTO VIANTE**
Procedimento de Dispensa de Licitação nº 006/2025;
Data: 12 de novembro de 2.025.

BREVE RELATO:
No processo de dispensa de Licitação relativo a contratação de empresa para serviço de pintura do prédio da Câmara de Vereadores constou como exigência, em seu item 7.6.1 o seguinte: ***Registro ou inscrição da empresa proponente na entidade profissional competente (CREA/CAU), dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.***
Aberto o procedimento por meio do Edital nº 006/2025, duas empresas apresentaram propostas. Nenhuma delas comprovou o registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
A empresa suplicante, por sua vez, apresenta para apreciação e deliberação o inconformismo em relação à exigência do dito registro, a alegação de que se trata de atividade de baixa complexidade, bem como não houve necessidade de projeto de engenharia para a sua realização.
Pois bem:
A Lei Federal nº 6.839, em seu artigo 1º preconiza que:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, ***em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros."***

Por sua vez, a Lei Federal nº 5.194/66, que regulamenta a profissão de engenheiro civil, arquiteto e Engenheiro-agrônomo, estabelece que:
Seção III
DO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO
"Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:
a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviço público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;
c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;
d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;
e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.
SeçãoIV
Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades
Art. 7º ***As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:***
a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
f) direção de obras e serviços técnicos;
g) execução de obras e serviços técnicos;
h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.
Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.
Art. 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a , b , c, d , e e f do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.
Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta lei Ihe confere.
Art. 9º As atividades enunciadas nas alíneas g e h do art. 7º, observados os preceitos desta lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.
d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;
e) ***a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei."***

Dos textos da legislação supra colada, vê-se que a atividade da empresa suplicante, bem como a natureza do serviço que se propõe realizar em atendimento ao que o Edital próprio anunciou, ***não é daqueles que se incluem no rol de atribuições de engenheiro civil, arquiteto ou de engenheiro-agrônomo***. Entretanto, poder-se-ia aventar da exigência do debatido registro, no aspecto inerente a fiscalização dos serviços a serem executados em cumprimento de eventual contrato futuro entre o Poder Legislativo com a empresa suplicante. Porem, de toda sorte, é latente que o serviço é de baixíssima complexidade e, de fato, não será executado à partir da necessidade de leitura de projeto de engenharia durante a sua execução, eis que se trata de simples repintura de prédio em uso há aproximadamente 5 (cinco) anos.

Note-se que as exigências elencadas nos dispositivos da legislação que rege a matéria (regulamento da profissão de engenharia), se referem à registro junto a entidades responsáveis pela fiscalização em relação às atividades básicas da empresa prestadora de serviços. A atividade básica que a empresa suplicante se propõe a fazer, seguindo o objeto do edital, não é daqueles exercidas exclusivamente por engenheiros, mas por mera prestação de serviço de repintura. Os dispositivos da legislação regulamentadora não englobam, nem tem a intenção de englobar, as atividades da empresa suplicante, porquanto esta tem como código de atividade principal "***serviços de pintura de edifícios em geral***" e à rigor é o que dela se exigirá no caso de contratação.

No mais, é imperioso ponderar quanto a ***ausência de complexidade do serviço a ser executado*** e, no caso, observar, também, o ***princípio do "formalismo moderado"***, consoante a jurisprudência adiante colacionada, não se olvidando, da observância do fato que, das propostas apresentadas, a da Suplicante é a mais vantajosa, no que se refere a considerável diferença de preço entre uma e outra.
Acerca dos argumentos que, em tese, são esposados nesta manifestação, tem-se como elemento de corroboração, a jurisprudência dos tribunais acerca do tema:
Vejamos:
"APELAÇÃO CÍVEL. ARTIGO 7.° DA LEI 5.194/66 . ***ATIVIDADE SUJEITAS A REGISTRO JUNTO AO CREA. SERVIÇOS DE PINTURA. DESNECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO*** *. 1. As atividades que se sujeitam à inscrição junto ao CREA estão descritas no artigo 7.° da Lei 5.194/66 . 2.* ***O registro das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional decorre da natureza da atividade básica exercida****. No caso vertido, o Contrato*

Social da empresa-autora prevê como objeto social: serviços de pintura de edifício em geral (CNAE 43.30-4/04) (Contrato Social Id 259609244, pág . 15). Já o CNPJ descreve como atividade econômica principal "Serviços de pintura de edifícios em geral". (Id 259609260). No cadastro SINTEGRA/ICMS, também a atividade econômica registrada é de "Serviços de pintura de edifício em geral" . 3. ***As atividades desempenhadas pela empresa–autora não se enquadram nas atividades sujeitas à inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo*** *- CREA/SP. 4. Apelação improvida. - (TRF-3 - ApCiv: 50053949520204036105, Relator.: Desembargador Federal NERY DA COSTA JUNIOR, Data de Julgamento: 06/12/2022, 3ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 08/12/2022)"*

E, do mesmo tribunal, decisão do ano de 2.024:

"ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - ***CREA. INEXIGIBILIDADE DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE ENGENHARIA PARA A ATIVIDADE EXERCIDA. INSCRIÇÃO . DESNECESSIDADE****. - Cinge-se a controvérsia acerca da exigibilidade da inscrição perante o CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - A legislação (Lei nº 6839/80) responsável pelo registro de empresas nas entidades fiscalizadoras o exercício de profissões, dispõe, em seu artigo 1º, que o registro será obrigatório nas respectivas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros - A Lei n.º 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, elenca em seu artigo 1º as atividades de competência privativa desses profissionais - O objeto social da empresa consiste em: "prestação de serviços de limpeza de maquinas industriais, limpeza de prédios e em domicílios, atividades paisagísticas,* ***serviços de pintura de edifícios em geral, (...)*** *serviços de limpeza de fachada (...)." - A atividade principal da empresa cadastrada perante a Receita Federal consiste em "atividades de limpeza não especificadas anteriormente" - As notas fiscais apresentadas pela empresa indicam a prestação de "Serviços de limpeza e sanitizacao de equipamentos industriais" para o Laticínio Vale do Pardo Ltda -* ***A atividade principal não é de exclusiva execução por engenheiros****, a empresa não pode ser obrigada a realizar seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e, igualmente,* ***também não pode ser exigida a manutenção em seus quadros de responsável técnico na área de engenharia - As normas contidas nos arts. 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 59 e 60, todos da Lei 5.194/66, bem como a norma do art . 1º da Lei nº 6.839/80, em momento algum englobam ou têm a intenção de englobar as atividades que constituem o objeto social da referida autora, como privativa da profissão de engenheiro*** *- A exigência formulada pelo CREA não se mostra legítima, uma vez que a empresa em epígrafe não desempenha produção industrial técnica especializada típica da área da engenharia mecânica, tampouco presta serviços dessa natureza a terceiros, não estando obrigada, portanto, ao registro perante este conselho -* ***Não são aplicáveis eventuais disposições de normas infralegais que tenham criado hipóteses de submissão ao registro não previstas em lei, de modo a extrapolar as atribuições que lhe são próprias*** *- A título de honorários recursais, a verba honorária fixada na sentença, deve ser majorada do valor equivalente a 1% (um por cento) do seu total - Apelação não provida. - (TRF-3 - ApCiv: 50028752420234036112, Relator.: Desembargador Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO, Data de Julgamento: 02/07/2024, 6ª Turma, Data de Publicação: DJEN DATA: 12/07/2024)."*

Vejamos, também:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO,. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ***OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA AO ERÁRIO E PRESERVAÇÃO DA COMPETIÇÃO ENTRE AQUELES QUE REÚNAM CONDIÇÕES DE EXECUTAR OBJETO SIMILAR AO LICITADO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO****. REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS CFT.* ***EDITAL QUE EXIGIA O REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA OU CAU. EDITAL ABSOLETO FACE AO ADVENTO DA LEI Nº. 13.639/2018 . RESPONSABILIDADE DO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DESCRITO NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXERCÍCIO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE REGÊNCIA DO OFÍCIO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. ALEGAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE ENTRE O SERVIÇO ATESTADO E O OBJETO LICITADO*** *. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MEDIDA INCOMPATÍVEL COM A VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO DESPROVIDO . 1. Na linha da iterativa jurisprudência do STJ: "A interpretação dos termos do* ***Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta****" (STJ: MS n. 5.869/DF) . 2.* ***Da leitura do Edital (pp. 22/47), extrai-se que, apesar da exigência do registro do profissional no CREA ou CAU, há inegável permissão para que os serviços possam também ser realizados por profissionais técnicos equivalentes ao Engenheiro Civil, ao Arquiteto e Urbanista, ao Engenheiro Mecânico ou ao Engenheiro Eletricista. Denota-se, com efeito, que o Edital é anacrônico . É dizer, ao permitir expressamente que os serviços fossem executados sob a responsabilidade de um profissional técnico, limitar o seu registro ao CREA ou CAU implica incorrer em clara impropriedade****, já que tais profissionais, desde o ano de 2018, com a edição da Lei nº. 13.369/2018, passaram a ter seus registros e anotações técnicas sob a responsabilidade e fiscalização do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, e não mais do CREA, como ocorria antes da novel legislação. 3 . As atribuições do Técnico em Eletrotécnica definidas na Resolução CFT nº. 074/2019, aliadas à presunção de legitimidade e conformidade legal que emana da Certidão de Acervo Técnico – CAT do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, afastam a alegação recursal de ausência de qualificação e responsabilidade técnica do referido profissional para o serviço atestado. 4. Para demonstrar que as atividades descritas no atestado de capacidade técnica e o objeto licitado possuem complexidade distintas, a refletir em prejuízo real ao certame, e, assim, afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo que concluiu pelo atendimento da capacidade técnica exigida, verifica-se ser necessária a dilação probatória, medida essa incabível na estreita via do mandado de segurança . 5. Apelação desprovida.- (TJ-AC - Apelação Cível: 0707876-89.****2022*** *.8.01.0001 Rio Branco, Relator.: Des. Roberto Barros, Data de Julgamento: 03/08/2023, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 07/08/2023)"*

De maneira, que é forçoso concluir que apesar da exigência do registro no CREA constante do Edital de abertura do procedimento de dispensa de licitação para as empresas se habilitarem, no entanto, a compreensão da ausência de complexidade, a desvinculação dos serviços a leitura de projeto de engenharia, já que se trata de serviço que não se exige projeto e buscando a aplicação do princípio do "formalismo moderado" que a administração pública deve observar, mormente por se tratar de empresa do ramo, cuja atividade principal não se vincula à exigência de registro no órgão de classe, *s,m,.j.*, há que ser reconsiderada a exigência do registro classista em relação a ambas as empresas que apresentaram propostas, se for o caso.

O Princípio do formalismo moderado assevera que ***deve-se dar destaque a outros três***. Esses três são os que fazem com que exista o princípio de direito aqui retratado: ***princípio da economicidade (vantajosidade); princípio da eficiência; e princípio da supremacia do interesse público.*** Importa salientar que todos esses princípios também constam do rol presente no artigo 5º da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Apesar de não constar expressamente na citada lei, ***o princípio do formalismo moderado tem se mostrado um importante instrumento na tomada de decisões do gestor***.

É o parecer, o qual tem cunho meramente opinativo, cabendo ao gestor a decisão quanto ao mérito do requerimento da empresa suplicante.

Fernandes Pinheiro, 12 de novembro de 2.025.

LEVI VARELA DA SILVA
Adv. OAB PR 28.979
Assessor Jurídico da Mesa Diretora

GABINETE DO PRESIDENTE

DESPACHO:

Ref.: Pedido de reconsideração da empresa WAGNER ROBERTO VIANTE – MEI, em procedimento de dispensa de licitação para contratação de serviço de pintura do prédio da Câmara;
Data: 12 de novembro de 2.025.

Vistas e examinadas as peças do procedimento de pedido de reconsideração protocolado em data de 11.11.2025 pela empresa supra mencionada, **passo a decidir:**

Trata-se de pedido de reconsideração ao argumento de que a exigência editalícia de registro da empresa participante no CREA, constante do item 7.6.1 do Edital seria dispensável, em razão da inexistência de projeto de engenharia a ser seguido e, principalmente, pela ausência de complexidade do trabalho.

Esta presidência, antecedentemente, solicitou e recebeu parecer jurídico da lavra do assessor da Mesa Diretora, acerca da procedência do pedido da empresa suplicante, cujo parecer concluiu pela possibilidade de dispensa do registro para ambos os concorrente, considerando que apenas duas empresas apresentaram propostas. O parecer jurídico sustenta a tese de possibilidade de dispensa baseado na ausência de projeto arquitetônico que deva ser seguido pela empresa que vier a ser contratada, bem como a obvia falta de complexidade do serviço de pintura, uma vez que o prédio já existe a aproximadamente 5 (cinco) anos e sua pintura será apenas refeita.

O parecer se escora em jurisprudência dos tribunais, que demonstram diversas decisões acerca da matéria, dando conta da possibilidade de dispensa do registro exigido pelo Edital. Ademais, o parecer recomenda a aplicação do princípio do "***formalismo moderado***", mormente pela simplicidade do serviço objeto do procedimento de dispensa de licitação em comento.

Pelos motivos e razões supra **Decido:**
Amparado na fundamentação do parecer jurídico encomendado e juntado a este procedimento concorrendo com o entendimento desta presidência, **dispenso os agentes de contratação de exigir o registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia das empresas proponentes, especialmente a suplicante.**

Cumpra-se.
Publique-se o parecer jurídico e este despacho no Diário Oficial Eletrônico para conhecimento.
Intime-se a empresa suplicante quanto ao teor desta decisão.

Fernandes Pinheiro, 13 de novembro de 2.025

VER. OSIEL GOMES ALVES
Presidente da Mesa

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:23F780D7

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 010/2025

PORTARIA Nº 10

SÚMULA: Concede promoção por progressões vertical e horizontal à servidora ELIANE RAIMUNDO ANDRADE e dá outras providências; .

DATA: 31 de outubro de 2.025.

O **Vereador OSIEL GOMES ALVES** – Presidente da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o requerimento datado de 11.08.2025, protocolado na mesma data, pela servidora ELIANE RAIMUNDO ANDRADE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo ASG, pelo qual requer promoção por progressões vertical e horizontal, pelas razões que apresenta.

CONSIDERANDO que o parecer jurídico encomendado e juntado ao processo concluiu pela legalidade da pretensão da servidora;

CONSIDERANDO o contido nos artigos 13 e 14, da Lei Municipal nº 791/2022,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida promoção por progressão vertical à servidora **ELIANE RAIMUNDO ANDRADE,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, decorrente da conclusão do curso de ensino médio e, por conseguinte, a elevação do nível 03 para o nível 04, retroativa a 11 de agosto de 2.025;

Artigo 2º - Fica concedida promoção por progressão horizontal à servidora nominada, decorrente da implementação do triênio compreendido entre 29 de junho de 2022 a 29 de junho de 2.025, no efetivo exercício do cargo e, por conseguinte, a elevação da referência 03 paraa referência 04, retroativa a 29 de junho de 2.025.

Artigo 3º - Fica a Secretaria Geral autorizada a implementar e registrar as promoções constantes desta Portaria na ficha funcional da servidora.

Artigo 4º - Fica determinada ao setor de contabilidade a elaboração de planilha de nível, classe e valor correspondentes às promoções constantes desta portaria, bem como a realizar o pagamento das diferenças constatadas, incluídas estas na folha de pagamentos do mês de novembro do corrente ano.

PUBLIQUE-SE NA FORMA REGIMENTAL.
COMUNIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
ENCAMINHE-SE AO SENHOR CONTADOR PARA QUE ANOTE EM SUA FICHA FUNCIONAL.

Dado e passado no Gabinete do Presidente da Mesa Diretora, em data supra.

VER. OSIEL GOMES ALVES
Presidente

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:595CBDAC

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 011/2025

PORTARIA Nº 11

SÚMULA: Concede promoção por progressão horizontal ao servidor JAMEL SULTANE e dá outras providências.

DATA: 31 de outubro de 2.025.

O **Vereador OSIEL GOMES ALVES** – Presidente da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o requerimento datado de 12.08.2025, protocolado na mesma data, pelo servidor JAMEL SULTANE, ocupante do cargo de Contador, símbolo CO, pelo qual requer promoção por progressão horizontal, pelas razões que apresenta;

CONSIDERANDO que o parecer jurídico encomendado e juntado ao processo concluiu pela legalidade da pretensão do servidor;

CONSIDERANDO o contido no artigo 13, da Lei Municipal nº 791/2022,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida promoção por progressão horizontal ao servidor JAMEL SULTANE, ocupante do cargo de Contador, decorrente da implementação do triênio compreendido entre 29 de junho de 2022 a 29 de junho de 2.025, no efetivo exercício do cargo e, por conseguinte, a elevação da referência 08 para a referência 09, retroativa a 29 de junho de 2.025.

Artigo 2º - Fica a Secretaria Geral autorizada a implementar e registrar as promoções constantes desta Portaria na ficha funcional da servidora

Artigo 3º - Fica determinada ao setor de contabilidade a elaboração de planilha de nível, classe e valor correspondentes às promoções constantes desta portaria, bem como a realizar o pagamento das diferenças constatadas, incluídas estas na folha de pagamentos do mês de novembro do corrente ano.

PUBLIQUE-SE NA FORMA REGIMENTAL.
COMUNIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
ENCAMINHE-SE AO SENHOR CONTADOR PARA QUE ANOTE EM SUA FICHA FUNCIONAL.

Dado e passado no Gabinete do Presidente da Mesa Diretora, em data supra.

VER. OSIEL GOMES ALVES
Presidente

Publicado por:
Fernanda de Melo Marinho Lima
Código Identificador:66945474

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1 º AVISO RETIFICADOR EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 045/2025

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação e decoração natalina em espaços públicos, incluindo o fornecimento, instalação, manutenção e posterior retirada dos elementos decorativos e da iluminação temática.**
Informamos que em razão de alterações na qualificação técnica, serão efetuadas as retificações necessárias, ficando assim informada a nova data e horário de abertura.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 13/11/2025 às 08:30h do dia 28/11/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 09:00h do dia 88/11/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 28/11/2025, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 12 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:56102790

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025
CONTRATO Nº 083/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: IGS ARTISTICA LTDA
CNPJ: 50.270.342/0001-08

OBJETO: Contratação de empresa de produção musical, detentora de exclusividade para show do artista "GABRIEL SMANIOTTO" a ser realizado no dia 12 de dezembro de 2025, em comemoração ao 30º aniversário do Município de Fernandes Pinheiro.

VALOR: R$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30(trinta) dias

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, caput, da Lei Federal 14.133/21.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:D6EDBC07

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: BARIGUI VEICULOS LTDA
CNPJ: 79.763.884/0025-63

Objeto: Contratação de empresa autorizada para realização da 2ª revisão periódica, do veículo Fiat Cronos Drive 1.3 Flex, placa SEQ1F75, pertencente a frota municipal.

Valor: R$ 2.354,83 (dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 dias.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021

Fernandes Pinheiro, 12 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:EAFA9579

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 249/2025 SÚMULA: DESLIGAMENTO DE EMPREGADA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligada, GIZIANE APARECIDA MENDES ANDRADE, matrícula 1212-1, do cargo temporário de Técnico Em Enfermagem PSS, a partir de 05/11/2025, devido ao término do prazo previsto em contrato de trabalho.
Art. 2º - Nomeada pelo Decreto n° 01/2024, exerceu o cargo no período de 02/01/2024 a 04/11/2025.
. Art. 3°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 05 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:A1B1D2D2

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 251/2025 SÚMULA: DESLIGAMENTO DE EMPREGADA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligada, MARLI TEREZINHA MAZEICA FERNANDES, matrícula 1255-1, do cargo temporário de Técnico Em Enfermagem PSS, a partir de 05/11/2025, devido ao término do prazo previsto em contrato de trabalho.
Art. 2º - Nomeada pelo Decreto n° 65/2024, exerceu o cargo no período de 06/03/2024 a 04/11/2025.
Art. 3°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 06 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:9D4350BC

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 253/2025 SÚMULA: ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICA- RITA DA CONCEICAO CHEPILOSKI DE CARVALHO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2025 e edital de convocação n° 08/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Rita da Conceicao Chepiloski de Carvalho, inscrita no CPF sob n° 580.XXX.XXX-10, *para a função temporária de* TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSS, *a partir de 10/11/2025*.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, em 07 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:B0D68FEB

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 254/2025 SÚMULA: ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICA- JANETE DOS SANTOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2025 e edital de convocação n° 08/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Janete dos Santos, inscrita no CPF sob n° 023.XXX.XXX-85, *para a função temporária de* TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSS, *a partir de 11/11/2025.*
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 07 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:B1E499DF

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 254/2025 SÚMULA: ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICA- TAILA NUNES MACHADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2025 e edital de convocação n° 08/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Taila Nunes Machado, inscrita no CPF sob n° 102.XXX.XXX-10, *para a função temporária de* TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSS, *a partir de 10/11/2025.*
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 07 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:BEEE00E7

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 255/2025 SÚMULA: ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICA- CHEILA VERNER

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2025 e edital de convocação n° 09/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Cheila Verner, inscrita no CPF sob n° 007.XXX.XXX-85, *para a função temporária de* TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSS, *a partir de 17/11/2025.*
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 12 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:88985199

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 258/2025 SÚMULA: ADMISSÃO DE EMPREGADO PÚBLICA- MARIA ANGELA GONCALVES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 02/2025 e edital de convocação n° 11/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Maria Angela Goncalves, inscrita no CPF sob n° 930.XXX.XXX-34, *para a função temporária de* MERENDEIRA PSS, *a partir de 17/11/2025.*
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 12 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:B75DBB37

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 294/2025 SÚMULA: CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Municipal nº 430/2010 de 21/07/2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida A**posentadoria Voluntária RT – TRANSIÇÃO, com fundamento no art 3° da EC 47/2005 (MAGISTÉRIO COM REDUCAO DE TEMPO)e** Lei Municipal 430/2010, ao servidor JEFERSON ALVES PIRES, ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula funcional 49-1, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, a partir de 10/11/2025.
Art. 2º - Os Proventos de Inatividade serão no valor de R$ 4.036,92 (quatro mil, trinta e seis reais e noventa e dois reais) correspondentes ao último salário de contribuição do servidor e de acordo com o processo de aposentadoria, os quais serão pagos através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO- FUNDOFEP.
Art. 3º - Os proventos de inatividade serão **COM PARIDADE** com os servidores da ativa.
Art. 4° - Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que efetue o desligamento do servidor a partir de 10/11/2025, ficando exonerado o servidor a partir dessa data.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 12 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:8814E1AA

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RESPOSTA AO RECURSO – PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

Em resposta ao recurso interposto pela candidata **Sonia Regina Alves Ribeiro**, referente ao resultado da primeira e segunda etapa do Processo de Seleção de Diretores Escolares**,** informamos que o pedido foi devidamente analisado pela Comissão Especial responsável.
Conforme o Decreto Nº 233/2025, a 1ª e 2ª etapas consistem em:
1ª etapa: Atender aos requisitos mínimos para a função, comprovando estes por meio da entrega da documentação exigida no prazo estipulado. A falta de qualquer um dos documentos solicitados em edital caracterizará o não cumprimento aos requisitos sendo o candidato impossibilitado de participar das próximas etapas;
2ª Etapa: Entrega e apresentação Plano de Gestão, tendo como referência a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar a apresentação de Títulos de acordo com edital.
Cada um desses itens terá pontuação máxima de 10,0 pontos, totalizando 20,00 pontos, que serão divididos por dois tendo como média para aprovação 7,0 pontos.
A referida candidata teve os seguintes resultados:

CANDIDATA(O)	CPF	ETAPA 1 (PROVA DE TÍTULOS)	ETAPA 2 (PLANO DE GESTÃO)	RESULTADO FINAL	CANDIDATURA
Sônia Regina Alves Ribeiro	025.XXX.XXX-13	**6.0**	**5.3**	**5.6**	Indeferida

Sendo assim, o recurso é indeferido, pois a candidata não alcançou a média final 7,0.
Reforçamos que todo o processo foi conduzido de forma transparente, criteriosa e em conformidade com as normas do edital, garantindo igualdade de condições a todos os participantes.

Atenciosamente,

Fernandes pinheiro, 12 de novembro de 2025

GISELE ROESSLER
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:BF42D396

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025 PROCESSO ADM: Nº 00000120

Objeto:Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das necessidades dos Departamentos da Prefeitura Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 77.706,40(setenta e sete mil e setecentos e seis reais e quarenta centavos):CUPIM SUPERMERCADO LTDA(00201623000475) com os lotes: 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 22, 27, 28, 31, 33, 36, 42, 43, 44, 45 no valor total de R$ 61.636,60 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).COMERCIAL CCA LTDA(22719170000163) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41 no valor total de R$ 16.069,80 (dezesseis mil e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

FERNANDES PINHEIRO (PR), quarta-feira, 12 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:E80DD282

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025 PROCESSO ADM: Nº 00000120

Objeto:Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das necessidades dos Departamentos da Prefeitura Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 77.706,40(setenta e sete mil e setecentos e seis reais e quarenta centavos):CUPIM SUPERMERCADO LTDA(00201623000475) com os lotes: 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 22, 27, 28, 31, 33, 36, 42, 43, 44, 45 no valor total de R$ 61.636,60 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).COMERCIAL CCA LTDA(22719170000163) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41 no valor total de R$ 16.069,80 (dezesseis mil e sessenta e nove reais e oitenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), quarta-feira, 12 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:4DD56C8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4615/2025

Contrato N°	CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4615/2025			
AGENTE FINANCEIRO	Agência de Fomento do Paraná S.A.			
BENEFICIÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Valor:	1.210.000,00			
Vigência:	Início:	11/11/2025	Término:	03/11/2030
O Contrato tem por objetivo o financiamento de Aquisição de Imóvel, próximo ao centro, para parque municipal e centro multiuso.				
Flor da Serra do Sul, 11 de Novembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:CE27047E

LICITAÇÕES
CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4616/2025

Contrato N°	CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4616/2025			
AGENTE FINANCEIRO	Agência de Fomento do Paraná S.A.			
BENEFICIÁRIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Valor:	1.290.000,00			
Vigência:	Início:	11/11/2025	Término:	03/11/2033
O Contrato tem por objetivo o financiamento de Construção do centro multiuso.				
Flor da Serra do Sul, 11 de Novembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:FC00E4A9

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
ITENS EXCLUSIVOS ME E EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2025.
PROCESSO DE COMPRA: 108/2025.
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará ás **09:00(nove horas), do dia 02 de Dezembro de 2025**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Registro de preço para a contratação de empresa especializada para locação COMPLEMENTAR, instalação e manutenção de estruturas e equipamentos extras para a 2ª ExpoFlor/ 33º Aniversário do Município de Flor da Serra do Sul-PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A==.
Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.
Flor da Serra do Sul, 12 de Novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:E0806508

RH
DECRETO 063/2025

Decreto 063/2025

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE –(CME)

O Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nas disposições da Lei Municipal nº 941/2025, nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Esporte - CME, de Flor da Serra do Sul- PR.
DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Esporte, assim constituído:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	Flavio Xavier	Silmar Pedro Magro
Secretaria Municipal de Educação	Andressa Iurko	Mara Tatiane Holscher
Secretaria Municipal de Saúde	Marla Battisti	Claudete Fatima Marcon

Secretaria Municipal de Assistência Social	Thaisline Maso Felipe	Deisy Cristina Reina

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Representante de Atletas e dirigentes esportivos	Juliane Vargas dos Reis	Maiara Fatima Peron Ortiz
Representantes de Associações Esportivas locais	Fabio William Benedette	Adilar Parise
Representante da Juventude e Universitários	Augusto Barcelos Iurko	José Luiz Zanella
Representante dos profissionais de Educação Física	Fabio Ernesto Dal Magro	Jefferson Folle

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 12 de novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:78592266

RH
PORTARIA 461/2025

PORTARIA Nº 461/2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **ADRIANA PALUDO**, inscrita no RG sob nº 91945649 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, conforme relatório da Avaliação Médica, a partir de 26 de outubro de 2025 até 26 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 12 de novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:5F407BE3

RH
RESOLUÇÃO 05/2025 CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI
Rua João Arisi, n° 56- Centro, Flor da Serra do Sul/PR CEP 85.618-000
Fone: (46)3565-1381

RESOLUÇÃO N° 005/2025

SUMULA: Aprovação do Plano de Ação e do Termo de Adesão conforme a Deliberação n° 049/2025 – CEDI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N° 584/14, de 12 de dezembro de 2014.

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 11 de novembro de 2025, Ata nº 057/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão conforme a Deliberação n°049/2025- CEDI/PR.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, 11 de novembro de 2025.

FLÁVIO XAVIER
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:AB719AD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº024.2025

RESOLUÇÃO Nº 024/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Flórida, Comarca de Santa-Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Em cumprimento ao artigo 24, II, G, da Lei nº 614/2019-L, CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a servidora efetiva abaixo descrita:

Suelen Gutierrez Vogler, ocupante do cargo de Advogada, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Edifício da Câmara Municipal de Flórida, aos 06 (seis) dias do mês de novembro de 2025.

CLAUDINEI CESNIK
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Patricia Aparecida Ciavolela Benhozzi
Código Identificador:0D8B1EE4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.908, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 4.908, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Concede restante de Licença Prêmio à servidora Daniela Mateus dos Santos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a interrupção da Licença Prêmio da servidora Daniela Mateus dos Santos no período de 14 de setembro de 2021 a 13 de outubro de 2021

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora Daniela Mateus dos Santos ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física/20h, matrícula nº 2-01169, o restante da Licença Prêmio equivalente a 30 dias, interrompida por meio do Decreto n° 3.842/2021, de 02 de setembro de 2021, para ser usufruída no período de 17 de novembro de 2025 a 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4DF86E6B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.909, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 4.909, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Prorroga Licença sem Vencimentos à servidora Glauciane Gisele Castilho Barbiero.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando os arts. 120 e 121 da Lei municipal nº 003/2001, alterado pela Lei Municipal nº 063/2003, e considerando o requerimento por parte da servidora Glauciane Gisele Castilho Barbiero

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, a pedido, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, à servidora Glauciane Gisele Castilho Barbiero, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, matricula nº 2-01148, pelo período de um ano, com início em 18 de novembro de 2025 e término em 17 de novembro de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:55A61CE9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.910, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 4.910, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Exonera a servidora Cleide Domingues de Aguiar, do cargo em comissão de Assessor Especial II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17 de novembro de 2025, a servidora Cleide Domingues de Aguiar, matrícula nº 4-02000, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial II, simbologia CC-4.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:C10B9088

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: FORZA DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários pesados, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Flórida-PR, no âmbito do convênio firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), no Programa Estradas da Integração.
Valor Total Contratação: R$ 1.349.800,00 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais).
Vigência do contrato: Até 10/11/2026.

Flórida, 11 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:D35DDA71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários pesados, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Flórida-PR, no âmbito do convênio firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), no Programa Estradas da Integração.
Valor Total Contratação: R$ 399.900,00 (trezentos e noventa e nove mil e novecentos reais).
Vigência do contrato: Até 10/11/2026.

Flórida, 11 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:D431F538

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: G. S. M EMPREENDIMENTOS LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, higienização e limpezas de reservatórios de água, em prédios e logradouros públicos - com fornecimento de mão obra, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, conforme as normas técnicas vigentes e as orientações dos órgãos de Vigilância Sanitária e Ambiental.
Valor Total Contratação: R$ 24.211,32 (vinte e quatro mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos).
Vigência do contrato: Até 11/11/2026.

Flórida, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:570F912E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação N°. 24/2025

Processo Administrativo 40/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de locação e fornecimento de enfeites decorativos, instalação, manutenção e retirada de objetos natalinos diversos, por sua própria responsabilidade técnica e operacional, a ser executado no Hall de entrada Área interna da Câmara Municipal de Foz do Jordão – Pr.

Analisado todos os Atos do Processo de Dispensa de Licitação n°. 24/2025, Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e dos objetos licitantes:

Empresa **CASA REALLE Nº: 24.200.808/0001-80,** pelo valor total de R$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais), nas condições de sua proposta e do Processo de Dispensa de Licitação nº. 24/2025.

Foz do Jordão, 12 de Novembro de 2025.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:7E167792

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO1 DO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 339/2024.

PROCESSO: Pregão nº 54/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: AD EVENTOS E PRODUCOES TEMATICAS LTDA (CNPJ Nº 11.401.673/0001-70)
OBJETO: "Renovaçao do quantitativo e prazo de vigência através da revisão do Ata de registro de preço nº 339/2024 do Pregão nº 54/2024 qual tem por objeto a “"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESISNTALAÇÃO DE ENFEITES DESTINADOS A ORNAMENTAÇÃO NATALINA NO MUNICIPIO DE DE FOZ DO JORDAO/PR""
QUANTITATIVO E VALORES: O presente visa a renocaçao do quantitativo e valores da referida Ata de Registro de preços conforme segue:

ITENS		
Lote	Descrição do produto/serviço	Preço total
1	"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESISNTALAÇÃO DE ENFEITES DESTINADOS A ORNAMENTAÇÃO NATALINA NO MUNICIPIO DE DE FOZ DO JORDAO/PR"	162.800,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até a data 24 de outubro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 24/10/2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:BB51DF2E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 5 CONTRATO Nº 7/2024.

PROCESSO: Concorrência nº 4/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: SIX PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ Nº 03.752.550/0001-55)
OBJETO: "Dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 7/2024 do Concorrência nº 4/2023 qual tem por objeto a “Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 17.535,51 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos."
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, com finalização até a data 16 de dezembro de 2025.
DATA DE ASSINATURA: 05/11/2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:3235DC99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 390/2025

PORTARIA Nº 390/2025

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 05/1997, artigo 240 Parágrafo Único:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Concede licença especial por um período de 03 (três) meses referente aos quinquênios (2008-2013), para a servidora “**SIMONE MACHADO DOS SANTOS”**, portador do RG nº 1.015.113-16 e CPF nº 063.519.259-40 ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE,** do Município de Foz do Jordão, estado do Paraná.

Artigo 2º - O período de Licença Especial compreende a data inicial de 13/11/2025 a 10/02/2026 (90 dias).

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposição em contrário.

Foz do Jordão, 12 de Novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:F15DC7A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.131 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 094/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Na conformidade com o Artigo 42º da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.104.000,00 (dois milhões e cento e quatro mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
644	02.004.12.367.0016.2.017	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.4.90.52	R$ 375.000,00
923	02.009.27.813.0028.1.033	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER -	4.4.90.51	R$ 506.000,00

		PROGRAMA MEU CAMPINHO		
924	02.009.27.813.0028.1.033	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER - PROGRAMA MEU CAMPINHO	4.4.90.51	R$ 506.000,00
925	02.009.27.813.0028.1.033	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER - PROGRAMA MEU CAMPINHO	4.4.90.51	R$ 190.000,00
919	02.008.18.541.0010.1.034	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL	4.4.90.51	R$ 527.000,00

ART. 2º - Os recursos destinados à abertura dos créditos mencionados terão como origem, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, o excesso de arrecadação proveniente de recursos de convênios estaduais.

ART. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar, por meio de decreto, as adequações necessárias no Plano Plurianual 2022–2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual vigentes, a fim de promover as inclusões de despesas, projetos e programas mencionados no art. 1º desta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:FCFBAA4D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.132 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 095/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 11.516.000,00 (onze milhões e quinhentos e dezesseis mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
188	918	02.007.15.606.0012.1.019	PAVIMENTAÇÃO/CALÇAMENTOS EM ESTRADAS VICINAIS	4.4.90.51	R$ 10.000.000,00
327	916	02.008.18.541.0010.2.305	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	4.4.90.52	R$ 948.000,00
336	917	02.009.27.813.0028.2.303	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	4.4.90.52	R$ 348.000,00
356	1518	03.002.10.302.0024.2.034	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.4.90.52	R$ 220.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura dos créditos mencionados terão como origem, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, o excesso de arrecadação proveniente de recursos de convênios estaduais, que totalizam o montante de R$ 11.296.000,00, bem como de incentivo financeiro de investimento destinado ao Transporte Sanitário, no valor de R$ 220.000,00.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar, por meio de decreto, as adequações necessárias no Plano Plurianual 2022–2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual vigentes, a fim de promover as alterações de despesas, projetos e programas mencionados no art. 1º desta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:BA0E5EEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Adjudicação/Homologação: 12/11/2025
Credenciadas: **CAMILA ARIADNE CARNEIRO HERMES 08839503919**
MARCIO MIGUEL MILOSZ LTDA
50.939.067 EDERSON JUNIOR OKPIS
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."**

Valor Estimado da Despesa: R$ 1.084.400,00 (um milhão, oitenta e quatro mil e quatrocentos reais).

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2ABD4ACB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Adjudicação/Homologação: 12/11/2025
Credenciadas:
MARCIO MIGUEL MILOSZ LTDA
RAVI E-COMMERCE LTDA
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."**
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.626.600,00 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil e seiscentos reais).

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0474B1A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS

Processo Administrativo Licitatório: 189/2025
Pregão Eletrônico: 072/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 12/11/2025 a 12/11/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, atendendo à demanda do Pronto Atendimento, das Unidades de Saúde e da Farmácia Básica do Município de General Carneiro/PR.
--
Contratada: ALTERMED MAT MED HOSP LTDA
Contrato: 376/2025
Ata de Registro de Preços: 238/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 12.346,20 (doze mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte centavos).
--
Contratada: AQ PHARMA LABORATÓRIO DE MANIPULAÇÃO LTDA
Contrato: 377/2025
Ata de Registro de Preços: 239/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.902,47 (Mil novecentos e dois reais e cinquenta e sete centavos).
--
Contratada: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contrato: 378/2025
Ata de Registro de Preços: 240/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 35.847,20 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).
--
Contratada: DIMASTER-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contrato: 379/2025
Ata de Registro de Preços: 241/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 8.260,00 (oito mil duzentos e sessenta reais)
--
Contratada: DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
Contrato: 381/2025
Ata de Registro de Preços: 243/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).
--
Contratada: DIMEBRAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA
Contrato: 380/2025
Ata de Registro de Preços: 242/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 14.104,90 (quatorze mil cento e quatro reais e noventa centavos).
--
Contratada: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
Contrato: 382/2025
Ata de Registro de Preços: 244/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 3.383,00 (três mil e trezentos e oitenta e três reais).
--
Contratada: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
Contrato: 383/2025
Ata de Registro de Preços: 245/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 10.368,40 (dez mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).
--
Contratada: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Contrato: 384/2025
Ata de Registro de Preços: 246/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 13.654,00 (treze mil seiscentos e cinqüenta e quatro reais).
--
Contratada: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Contrato: 385/2025
Ata de Registro de Preços: 247/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 32.842,67 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos).
--
Contratada: JT MEDICAMENTOS LTDA
Contrato: 386/2025
Ata de Registro de Preços: 248/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 14.671,90 (quatorze mil seiscentos e setenta e um reais e noventa centavos).
--
Contratada: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
Contrato: 387/2025
Ata de Registro de Preços: 249/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 9.043,78 (nove mil quarenta e três reais e setenta e oito centavos).
--
Contratada: MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Contrato: 388/2025
Ata de Registro de Preços: 250/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 71.232,55 (setenta e um mil duzentos e trinta e dois reais e cinqüenta e cinco reais).
--
Contratada: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A
Contrato: 389/2025
Ata de Registro de Preços: 251/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 39.152,28 (trinta e nove mil cento e cinqüenta e dois reais e vinte e oito centavos).
--
Contratada: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
Contrato: 390/2025
Ata de Registro de Preços: 252/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 19.258,50 (dezenove mil duzentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta centavos).
--
Contratada: METTA FARMACEUTICA LTDA
Contrato: 391/2025
Ata de Registro de Preços: 253/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 5.830,00 (cinco mil oitocentos e trinta reais).
--
Contratada: NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS EHOSPITALARES LTDA
Contrato: 392/2025
Ata de Registro de Preços: 254/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 7.219,00 (sete mil duzentos e dezenove reais)
--
Contratada: OCTO FÁRMACO LTDA
Contrato: 393/2025
Ata de Registro de Preços: 255/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 18.386,31 (onze mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos).
--
Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
Contrato: 394/2025
Ata de Registro de Preços: 256/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 108.712,64 (cento e oito mil setecentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).
--
Contratada: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contrato: 395/2025
Ata de Registro de Preços: 257/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 108.253,02 (cento e oito mil duzentos e cinqüenta e três reais e dois centavos).
--
Contratada: REALMED DISTRIBUIDORA LTDA
Contrato: 396/2025
Ata de Registro de Preços: 258/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
--
Contratada: SOMA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Contrato: 397/2025

Ata de Registro de Preços: 259/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 100.748,28 (cem mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).
--
Contratada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Contrato: 398/2025
Ata de Registro de Preços: 260/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 4.929,00 (quatro mil novecentos e vinte e nove reais).
--
Contratada: TOLESUL DISTRIB DE MEDICAMENTOS LTDA
Contrato: 399/2025
Ata de Registro de Preços: 261/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 46.206,60 (quarenta e seis mil duzentos e seis reais e sessenta centavos).
--
Contratada: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Contrato: 400/2025
Ata de Registro de Preços: 262/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 9.680,00 (nove mil seiscentos e oitenta reais).
--
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Red.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303/2402/2497	3.3.90.30
223	03.002	2.037	000/303	3.3.90.30
355	03.002	2.035	2401/2402	3.3.90.30

--

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:BD2566C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS
Processo Administrativo Licitatório: 190/2025
Pregão Eletrônico: 073/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 13/11/2025 a 13/11/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Câmaras e Colarinhos novos para manutenção da frota municipal, em atendimento às Secretarias Municipais de General Carneiro – PR
--
Contratada: R. K. KASCZUK E CIA LTDA
Contrato: 427/2025
Ata de Registro de Preços: 265/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais).
--
Contratada: RAVI E-COMMERCE LTDA
Contrato: 426/2025
Ata de Registro de Preços: 264/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 60.325,00 (sessenta mil trezentos e vinte e cinco reais).
--
Contratada: TEREZA PNEUS LTDA
Contrato: 425/2025
Ata de Registro de Preços: 263/2025
Valor Estimado da Despesa: R$ 14.474,80 (quatorze mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).
--
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Red.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

--
General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2363C60F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 404/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **ALESSANDRO JOSÉ ABATTI**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:FB5F73A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 414/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **ALESSANDRO JOSE ABATTI.**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30

331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:27247A3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 409/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **VANDERLEI GONÇALVES DOS SANTOS LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:028A3BB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 422/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **ZAURI ANTÔNIO LOURES ME**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:DC98454A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 410/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **ZAURI ANTÔNIO LOURES ME**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2C418263

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 401/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025

Contratada: **GEFFERSON TELL WOGINSKI BORRACHARIA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:FC485658

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 406/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **CLEBERSON DA SILVA PADILHA LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:29705BAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 408/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **UNI TURBOS LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5B93C978

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 419/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **AUTO MOLAS E PEÇAS SÃO GERALDO LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:3FF6D301

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 002
Contrato n° 007/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO VALOR DO OBJETO

1.1. Fica acrescido ao valor contratual o montante de R$ 785.020,12 (setecentos e oitenta e cinco mil, vinte reais e doze centavos), conforme as Planilhas Orçamentárias e Quantitativas, passando o valor total da obra a ser de R$ 4.235.993,87 (quatro milhões duzentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), a serem executadas de acordo com os Cronogramas Físicos-Financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. Fica acrescido em mais 90 (noventa) dias, que somados ao prazo já aditado anteriormente e o prazo de execução estabelecido na CLÁSULA SEXTA do Contrato n° 007/2025, será 300 (trezentos) dias, respeitados os limites estabelecidos na Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.
Base Legal Lei n° 14.133/21;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Concorrência Eletrônica nº. 002/2025;
Processo nº. 007/2025.
Objeto: "**Contratação de empresa especializada de engenharia, para a execução de recuperação do pavimento e recapeamento asfáltico em CBUQ da Rua João Dissenha, trecho da Avenida Getúlio Vargas, até a Saida para o Marco 4, no perímetro urbano da cidade de General Carneiro. Conforme projetos, planilhas orçamentárias, cronograma e memoriais descritivos.**".

General Carneiro – Estado do Paraná, 12 novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:FB5B3BF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 189/2025
Pregão Eletrônico nº 072/2025
Adjudicação e Homologação: 11/11/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, atendendo à demanda do Pronto Atendimento, das Unidades de Saúde e da Farmácia Básica do Município de General Carneiro/PR.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	09
AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA	01
CENTERMEDI - COEMRCIO DE PROD HOSPITALARES LTDA	13
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	03
DIMEBRAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA	03
DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	03
DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	01
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI	07
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	04
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	10
JT MEDICAMENTOS LTDA	04
M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	02
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	32
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	08
MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S.A.	05
METTA FARMACEUTICA LTDA	02
NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇAO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	02
OCTO FARMACO LTDA	09
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	31
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	35
REALMED DISTRIBUIDORA LTDA	01
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	33
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	02
TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	11

General Carneiro - Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:119D6B3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 190/2025
Pregão Eletrônico nº 073/2025
Adjudicação e Homologação: 12/11/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Câmaras e Colarinhos novos para manutenção da frota municipal, em atendimento às Secretarias Municipais de General Carneiro – PR

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
TEREZA PNEUS LTDA	04
RAVI E-COMMERCE LTDA	13
R. K. KASCZUK & CIA LTDA - ME	01

General Carneiro - Paraná, 12 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:39BEE542

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.566/2025

DIVULGA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E ESTABELECE OS PONTOS FACULTATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, Prefeito do Município de Goioerê – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:
CONSIDERANDO os feriados que ocorrerão durante o ano de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica definido o calendário do ano de 2026, relativo aos dias de feriados e pontos facultativos a serem respeitados pela Administração Pública Municipal, sem que ocorra o comprometimento dos serviços considerados essenciais:
I – dia 1º de janeiro (quinta-feira), feriado nacional em razão da comemoração do Dia da Confraternização Universal;
II – dia 02 de fevereiro (segunda-feira), feriado municipal em razão da comemoração do Dia da Padroeira do Município;
III - dia 16 de fevereiro (segunda-feira), ponto facultativo nos serviços públicos municipais;
IV – dia 17 de fevereiro (terça-feira), ponto facultativo nos serviços públicos municipais – Carnaval;
V – dia 03 de abril (sexta-feira), feriado nacional – Paixão de Cristo;
VI – dia 20 de abril (segunda-feira), ponto facultativo nos serviços públicos municipais;
VII – dia 21 de abril (terça-feira), feriado nacional – Tiradentes;
VIII – dia 1º de maio (sexta-feira), feriado nacional – Dia do Trabalhador;
IX - dia 04 de junho (quinta-feira), feriado municipal em comemoração ao *Corpus Christi*;
X - dia 05 de junho (sexta-feira), ponto facultativo nos serviços públicos municipais;
XI – dia 10 de agosto (segunda-feira), feriado municipal – aniversário de emancipação política do Município de Goioerê;
XII – dia 07 de setembro (segunda-feira), feriado nacional – Dia da Independência do Brasil;
XIII – dia 12 de outubro (segunda-feira), feriado nacional – Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil;
XIV – dia 30 de outubro (sexta-feira), ponto facultativo em razão do "Dia do Servidor Público";
XV – dia 02 de novembro (segunda-feira), feriado nacional – Dia de Finados;
XVI – dia 15 de novembro (domingo), feriado nacional – Proclamação da República;
XVII – dia 20 de novembro (sexta-feira), feriado nacional – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;
XVIII – dia 25 de dezembro (sexta-feira), feriado nacional – Natal.

Art. 2º Os serviços de coleta de lixo funcionarão normalmente em dias de ponto facultativo, assim como os atendimentos de urgência e emergência, na área da saúde.

Art. 3º Caberá à Administração Pública Municipal, através de suas Secretarias, a organização das escalas de trabalho para a preservação e o funcionamento dos serviços considerados essenciais dentro das suas respectivas competências.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – Paraná, em 12 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:386F4D92

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.567/2025

INSTITUI RECESSO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 A 02 DE JANEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, Prefeito do Município de Goioerê – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído recesso no âmbito do Poder Executivo do Município de Goioerê, no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.
Parágrafo único. Não haverá expediente ordinário nas repartições públicas municipais no período indicado no *caput*.

Art. 2º Durante o recesso o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e o Centro Especializado da Assistência Social - CREAS funcionarão, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 nos dias 22, 23, 29 e 30, sendo disponibilizado pelo CREAS, durante o período de recesso, o atendimento de plantão (24h) pelo telefone (44) 98455-7164.
Parágrafo único. O Conselho Tutelar funcionará durante todo o recesso, diariamente e de forma presencial, das 08h às 17h00.

Art. 3º Durante o recesso a Unidade de Atendimento (UBS CENTRAL), funcionará das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 21h00, em escala de plantão com atendimento médico Clínico-Geral, Pediatria e Obstetrícia, nos dias 22, 23, 26, 29 e 30 de dezembro de 2025, bem como em 02 de janeiro de 2026, e a "Farmácia Básica (Central)", funcionará das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, nos dias 22, 23, 26, 29 e 30 de dezembro de 2025, bem como em 02 de janeiro de 2026.
§ 1º Durante o recesso haverá atendimento no CAPS nos 22, 29 de dezembro de 2025, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h00.
§ 2º Durante o recesso, os atendimentos de urgência e emergência serão realizados normalmente junto ao Pronto Atendimento do estabelecimento hospitalar "Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta de Goioerê".

Art. 4º Os serviços de coleta de lixo e vigilância do patrimônio municipal funcionarão normalmente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – Paraná, 12 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:48253B48

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.568/2025

DISPÕE SOBRE A REPRESENTAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS, TITULARES E SUPLENTES, DA COMISSÃO DE ÉTICA NO AMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes segmentos para compor a Comissão de Ética, conforme Decreto 9.020/2025, ficando assim constituído por seus titulares e suplentes:
I – Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Sandra Souza e Souza
Suplente: Emerson de Almeida
II – Representante do Departamento Municipal de Recursos Humanos:
Titular: Camila Danielle De Souza Felix
Suplente: Ueder Barbosa Pereira Oliveira
III - Representante da Procuradoria Geral do Município:
Titular: Mateus Mellero Bergantini
Suplente: Cassiano Ricardo Bocalao

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 12 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C4E907C8

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.569/2025

DISPÕE SOBRE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023 E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por força da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que trata da Desvinculação das Receitas,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desvinculados de órgão, fundo, programa ou despesa, no período de 02 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas do Município relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, inclusive contribuições.

Art. 2° A desvinculação referida no artigo anterior deste Decreto aplica-se:
I – aos recursos arrecadados ou transferidos que estejam vinculados a determinadas despesa referentes a programas, projetos ou ações e aos fundos administrados pelo Poder Executivo Municipal.
II – aos rendimentos financeiros, inclusive os decorrentes de aplicações de recursos recebidos como receitas de capital;
III – às contribuições de intervenção no domínio econômico, a contribuição para o custeio da iluminação pública e demais contribuições arrecadadas pelo município;
IV – às vinculações de permissões e concessões;
V- a outras receitas correntes que forem consideradas pertinentes e abrangidas pela Emenda Constitucional 132/2023.
Parágrafo único. A desvinculação de que trata este artigo abrange, também, os adicionais e respectivos acréscimos legais.

Art. 3° Excetuam-se da desvinculação de que trata este Decreto:
I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;
II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde;
III - transferências obrigatórias e voluntárias recebidas de outros entes da Federação com destinação especificada em lei.

Art. 4° A desvinculação referida neste Decreto será computada a partir de 02 de janeiro do corrente exercício, em conformidade com a Emenda Constitucional 132/2023, aplicando também essa desvinculação ao resultado de aplicações financeiras e referente a juros, multas e demais verbas remuneratórias a partir desta data.
Parágrafo único - Caberá ao Secretário Municipal de Fazenda e aos gestores dos Fundos Municipais realizarem a reprogramação das despesas considerando a desvinculação da receita.

Art. 5º - As receitas desvinculadas de contas bancárias específicas de fundos, órgão ou programas deverão ser transferidas para a conta bancária de controle especifico das desvinculações, a conta bancária deverá ser vinculada a fonte de Recursos 002 - conforme layout de controle de fontes estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
§ 1º No histórico do documento contábil da transferência deverá ser citado este Decreto e como anexo a memória de cálculo dos valores desvinculados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2025.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 12 de novembro de 2025

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:EB456C11

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.570/2025

DISPÕE SOBRE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136/2025 E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por força da Emenda Constitucional nº 136/2025,

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 11/2016, emitida pelo Núcleo do Sistema de Informações Municipais – SIM/AM, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025, ao artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe: "Art. 76-B. São desvinculadas de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, as receitas dos Municípios relativas a impostos, contribuições, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, de acordo com os seguintes percentuais:
I – 50% (cinquenta por cento), até 31 de dezembro de 2026; e
II – 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032."

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do mesmo artigo, que elenca as exceções à desvinculação;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desvinculados de órgão, fundo, programa ou despesa, até 31 de dezembro de 2026, o percentual de 50% (cinquenta por cento) das receitas do Município relativas a impostos, contribuições, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, nos termos do art. 76-B do ADCT, conforme redação dada pela EC 136/2025.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2027, o percentual máximo de desvinculação passará automaticamente a 30% (trinta por cento), vigorando até 31 de dezembro de 2032.

Art. 2° Excetuam-se da desvinculação de que trata este Decreto:
I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;
II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde;
III - transferências obrigatórias e voluntárias recebidas de outros entes da Federação com destinação especificada em lei.

Art. 3º - As receitas desvinculadas de contas bancárias específicas de fundos, órgão ou programas deverão ser transferidas para a conta bancária de controle especifico das desvinculações, a conta bancária deverá ser vinculada a fonte de Recursos 002 - conforme layout de controle de fontes estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
§ 1º No histórico do documento contábil da transferência deverá ser citado este Decreto e como anexo a memória de cálculo dos valores desvinculados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2025.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 12 de novembro de 2025

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:9AE3E9E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 120/2025
OBJETO: Aquisição de Móveis, Eletro Eletrônico, Equipamentos de Informática e Ferramentas para atender ao Projeto Viva Vila e Agodef, através do Recurso destinado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), conforme solicitação da secretaria de Assistência Social do município de Goioerê/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: S DO LAGO SILVA-EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 2.296,00
CONTRATADO: ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.700,00
CONTRATADO: MAYCON RIZZI COMERCIO E CONSULTORIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.684,00
CONTRATADO: EXPANSAO E-COMMERCE LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.840,00
CONTRATADO: R.A SOLUÇÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 3.280,00
CONTRATADO: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 749,99
CONTRATADO: MA3 TECH INFORMATICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 5.960,00
CONTRATADO: BRAVE MULTI SOLUCOES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 9.740,97

DATA: 12/11/2025

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:AF007C7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2025

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve apostilar ao 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 063/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **A alteração do valor** do **4º Termo Aditivo ao Contrato nº 063/2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
2.1. O valor do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 063/2025 passa a ser:

Item	Descrição	Unid. Medida	Valor (R$)
01	AUXÍLIO FINANCEIRO MUNICIPAL (POR PRODUÇÃO)	Serv.	314.623,76

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 11 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:873FD23D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 67/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 67/2025
PROCESSO ADM 146

Tipo: menor preço POR ITEM

O Município de Goioxim, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/21, Decreto Municipal nº 002/2024, e demais legislações, torna público que fará realizar às **09H00MIN DO DIA 27/11/2025**, o PREGÃO ELETRÔNICO SRP 67/2025, cujo objeto **é AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA,** conforme especificações do edital e anexos.

Valor estimado: R$ 326.009,31 (Trezentos e Vinte e Seis Mil e Nove Reais e Trinta e Um Centavos).

Realização da sessão pública: A sessão pública iniciará às 09:00 horas no dia 27/11/2025, no site www.licitanet.com.br

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Goioxim- PR: www.goioxim.pr.gov.br bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitagoioxim@yahoo.com.br ou pelo Fone: (42) 3656-1002. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.licitanet.com.br.

Goioxim, 12 de novembro de 2025.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:BF4C5C7F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 53 DE 2025 - DISPÕE SOBRE FUNDO MUNICIPAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS (FMCP)

SÚMULA: Regulamenta a Lei Municipal nº 833/2023, que institui o Fundo Municipal para Calamidades Públicas (FMCP) no Município de Goioxim, Estado do Paraná, e estabelece os procedimentos para sua gestão e operacionalização.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 833, de 15 de dezembro de 2023, que autoriza a criação do Fundo Municipal para Calamidades Públicas (FMCP);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um fluxo operacional claro e eficiente para a utilização dos recursos do Fundo, garantindo a transparência e a agilidade no atendimento às situações de emergência e calamidade pública;
CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de atuar de forma proativa na prevenção, mitigação e resposta a desastres, visando à proteção da vida, da saúde e do patrimônio dos cidadãos;

DECRETA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 833/2023, estabelecendo as normas para a gestão e a operacionalização do Fundo Municipal para Calamidades Públicas (FMCP).
Art. 2º O FMCP tem por finalidade precípua o custeio de bens e serviços destinados a ações de prevenção, resposta a desastres e recuperação de áreas atingidas, em situações de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecidos no âmbito do Município.
Art. 3º Os recursos do FMCP serão aplicados exclusivamente em:
I – aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços essenciais para a resposta imediata a desastres;
II – concessão de auxílio a famílias desabrigadas ou desalojadas, por meio de benefícios eventuais, como fornecimento de alimentos, água potável, abrigo temporário, materiais de construção civil e outros itens de primeira necessidade;
III – execução de obras para reconstrução, estabilização ou recuperação de infraestrutura e equipamentos públicos danificados;
IV – campanhas de prevenção e conscientização sobre riscos de desastres;
V – outras despesas de capital ou correntes, desde que estritamente vinculadas às finalidades do Fundo e devidamente justificadas.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Art. 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social é a unidade gestora do FMCP, competindo-lhe a coordenação administrativa e o apoio logístico para a execução das ações.
Art. 5º Os recursos do FMCP serão depositados em conta bancária específica, aberta para este fim, sob titularidade do Fundo Municipal para Calamidades Públicas – FMCP.
Parágrafo único. A gestão orçamentária, financeira e contábil do Fundo seguirá as normas de direito financeiro, o **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)** e as diretrizes do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná.**

CAPÍTULO III
DO CONSELHO DIRETOR
Art. 6º Fica instituído o Conselho Diretor do FMCP, órgão colegiado de caráter deliberativo, responsável pela autorização do uso dos recursos do Fundo.
Art. 7º O Conselho Diretor terá a seguinte composição:
I – Gabinete do Prefeito, que o presidirá;
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Secretaria Municipal de Finanças;
V – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
§ 1º Cada órgão indicará 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, que serão nomeados por meio de Portaria do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de seus membros, em reuniões presenciais ou virtuais, e registradas em ata.
Art. 8º Compete ao Conselho Diretor:
I – analisar e deliberar sobre as solicitações de recursos apresentadas, com base em parecer técnico;
II – estabelecer critérios de prioridade para a aplicação dos recursos, observando a urgência e a gravidade de cada situação;
III – acompanhar a execução físico-financeira das ações custeadas pelo Fundo;
IV – analisar e aprovar os relatórios e as prestações de contas das despesas realizadas.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL
Art. 9º O fluxo para solicitação e liberação de recursos do FMCP seguirá as seguintes etapas:
I – O órgão ou entidade interessada identifica a necessidade e preenche o **Formulário de Solicitação de Recursos**, conforme modelo do **Anexo I** deste Decreto;
II – O formulário, acompanhado da documentação mínima obrigatória, será protocolado na Secretaria Municipal de Assistência Social;
III – A Secretaria Municipal de Assistência Social emitirá parecer técnico sobre a pertinência da solicitação e o encaminhará ao Conselho Diretor;
IV – O Conselho Diretor se reunirá para deliberar sobre a solicitação, registrando a decisão em ata;
V – Após a aprovação, a Secretaria Municipal de Finanças adotará as providências para a liberação dos recursos;
VI – A unidade responsável executará a despesa, em estrita conformidade com o plano de ação aprovado.
Art. 10. A solicitação de recursos deverá ser instruída com os documentos listados no **Anexo II** deste Decreto, a fim de comprovar a necessidade e justificar a despesa.

CAPÍTULO V
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 11. A unidade responsável pela execução da despesa deverá apresentar a prestação de contas final ao Conselho Diretor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento da ação.
Art. 12. A prestação de contas será composta pelos documentos listados no **Anexo III** deste Decreto e deverá demonstrar o nexo de causalidade entre os recursos aplicados e os resultados alcançados.
Parágrafo único. O Conselho Diretor analisará a prestação de contas e emitirá parecer conclusivo sobre sua aprovação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Conselho Diretor, com homologação do Chefe do Poder Executivo.
Art. 14. Fazem parte integrante deste Decreto os seguintes anexos:
I - Anexo I - Formulário de Solicitação de Recursos – FMCP;
II - Anexo II - Checklist de Documentos para Solicitação de Recursos;
III – Anexo III - Checklist de Documentos para Prestação de Contas.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim - PR, em 11 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS – FMCP
Órgão solicitante:
_____Responsável: _____Telefone E-mail:
_____
1. Tipo de ocorrência: ( ) Vendaval ( ) Enxurrada / Alagamento ( ) Deslizamento ( ) Incêndio ( ) Estiagem ( ) Outro: _____
2. Descrição da situação e justificativa da necessidade:
_____
3. Ação requerida com o recurso:
_____
4. Local da ocorrência:
_____
5. Valor estimado:
R$ _____
6. Documentos anexos: ( ) Fotos ( ) Relatório da Defesa Civil ( ) Orçamento(s) ( ) Lista de famílias atingidas
Assinatura do Responsável:
_____
Data: ____/____/2025

ANEXO II
CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS

Documento	Obrigatoriedade
Formulário de Solicitação de Recursos (Anexo I)	Obrigatório
Relatório da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil	Obrigatório (quando houver desastre)
Registro fotográfico da área afetada e dos danos	Obrigatório
Orçamento(s) ou estimativa detalhada da despesa	Obrigatório
Lista de beneficiários (se aplicável à ação)	Obrigatório (quando a ação envolver entrega de bens ou valores a famílias)

ANEXO III
CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Documento	Obrigatoriedade
Relatório final de execução da ação	Obrigatório
Notas fiscais e/ou outros comprovantes de despesa	Obrigatório
Registro fotográfico do resultado da ação	Obrigatório
Relatório de impacto social (quando envolver famílias)	Obrigatório

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:0B93DEF3

MUNICIPIO DE GOIOXIM
ERRATA 06 A RESOLUÇÃO 01 DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES – CMDM

No Diário oficial dos Municípios do Paraná Edição 3405 de 12 de novembro de 2025, onde está publicado a resolução 01 de 2025 do CMDM.

Onde se lê:
ROSELAINE SANTAANA SCHADEK

Leia-se:
Lucimeri Nunes de Oliveira

Permanecem inalteradas as demais disposições da resolução 01 de 2025 do CMDM.

Goioxim, 12 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:3A4F668C

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO ATAS PE 60 2025 MEDICAMENTOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 179/2025

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA CNPJ sob n.º 09.315.996/0001-07 ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, 231 COMERCIO - CEP: 85935000 - BAIRRO: CENTRO EMAIL: pregaoeletronico.mark@outlook.com.

OBJETO: Aquisição de medicamentos constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2025, destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal de Goioxim, para atendimento da demanda da população assistida pelo SUS.

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 17.125,25

DATA DA ASSINATURA:06/11/2025.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 12/11/2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 180/2025

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ sob n.º 00.656.468/0001-39 ENDEREÇO: RUA ANITA RIBAS, 410 - CEP: 82520610 - BAIRRO: BACACHERI EMAIL: licita1.pr@somahospitalar.com.br.

OBJETO: Aquisição de medicamentos constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2025, destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal de Goioxim, para atendimento da demanda da população assistida pelo SUS.

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 18.682,00

DATA DA ASSINATURA:06/11/2025.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 12/11/2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 181/2025

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ sob n.º 17.676.642/0001-08 ENDEREÇO: R FRANCISCO PIRES DA ROCHA, 309 SALA 02 - CEP: 85045010 - BAIRRO: BONSUCESSO EMAIL: licitacao@hortoplus.com.

OBJETO: Aquisição de medicamentos constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2025, destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal de Goioxim, para atendimento da demanda da população assistida pelo SUS.

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 104.668,25

DATA DA ASSINATURA:06/11/2025.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 12/11/2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 182/2025

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ sob n.º 81.706.251/0001-98 ENDEREÇO: R JOÃƒO AMARAL DE ALMEIDA, 100 - CEP: 81170520 - BAIRRO: CIDADE INSDUSTRIAL EMAIL: vinicius.ramos@promefarma.com.br.

OBJETO: Aquisição de medicamentos constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2025, destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal de Goioxim, para atendimento da demanda da população assistida pelo SUS.

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 11.421,75

DATA DA ASSINATURA:06/11/2025.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 12/11/2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 183/2025

LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico SRP Nº 60/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR:ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ sob n.º 00.802.002/0001-02 ENDEREÇO: EST BOA ESPERANCA, 2320 - CEP: 89163554 - BAIRRO: FUNDO CANOAS EMAIL: licitacoes6@altermed.com.br.

OBJETO: Aquisição de medicamentos constantes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2025, destinados ao abastecimento da Farmácia Municipal de Goioxim, para atendimento da demanda da população assistida pelo SUS.

VIGÊNCIA:O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 9.032,00

DATA DA ASSINATURA:06/11/2025.

SIGNATÁRIOS:O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 12/11/2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:E8888317

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI COMPLEMENTAR N° 7 DE NOVEMBRO DE 2025 - ALTERA A NOMENCLATURA DA SECRETARIA DA MULHER EM SECRETARIA DA MULHER, PESSOA IDOSA E IGUALDADE RACIAL

Altera a Lei Complementar nº 003/2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Goioxim, para ALTERAR A NOMENCLATURA DA Secretaria da Mulher em Secretaria da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade

Racial, criar e extinguir cargos, e dá outras providências.

Art. 1º. A Secretaria Municipal da Mulher, instituída pela Lei Complementar nº 003/2025, descrita no artigo 13º, inciso III da referida lei, onde se lê SECRETARIA DA MULHER, PASSARÁ SER DENOMINADO;
ART. 13º (...)
INCISO III: Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial.
As demais estruturas administrativas, prevista na Lei Complementar 003/2025 serão mantidas.
Art. 2º. O **art. 41 da Lei Complementar nº 003, de 2025**, passa a vigorar com a seguinte redação, refletindo as novas competências da Secretaria:
"Art. 41. Compete à **Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial**:
I - Coordenar e implementar políticas públicas voltadas à proteção, inclusão social e autonomia econômica das mulheres;
II - Articular políticas de combate à violência doméstica, feminicídio e assédio, garantindo suporte às vítimas;
III - Fortalecer redes de apoio ao empreendedorismo feminino e cooperativas de mulheres;
IV - Representar o município em fóruns, conferências e eventos sobre direitos das mulheres;
V - Desenvolver e executar políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, visando seu envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
VI - Articular ações de proteção e inclusão social da pessoa idosa, combatendo o etarismo e todas as formas de violência e negligência;
VII - Formular e implementar políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial;
VIII - Promover a valorização da história e cultura afro-brasileira e dos povos originários, e articular-se com os respectivos conselhos de direitos para a efetivação de suas pautas.
Art. 3º. Fica alterada o **artigo 42º,** da lei complementar municipal 003/2025, conforme abaixo:
Onde se lê SECRETARIA DA MULHER, PASSARÁ SER DENOMINADO;
I - Art. 42º - Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial.
I - Fica **extinto** o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Divisão de Políticas Públicas para a Mulher**, Símbolo ADI, com remuneração de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).
II - Fica **criado** o cargo de provimento em comissão de **Coordenador de Equipe da Pessoa Idosa e Igualdade Racial**, Símbolo CE, com remuneração de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial.
Art. 4º. As atribuições do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe da Pessoa Idosa e Igualdade Racial são as constantes do **Anexo Único** desta Lei Complementar.
Art. 5º. O Anexo II da Lei Complementar nº 03/2025, que dispõe sobre o organograma da Prefeitura Municipal, passa a vigorar com as alterações decorrentes do disposto nesta Lei Complementar e anexo único.
Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se inalteradas as demais disposições contidas na Lei Complementar nº 003/2025.

Prefeitura Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 12 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 008/2025)
ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE COORDENADOR DE EQUIPE DA PESSOA IDOSA E IGUALDADE RACIAL
SÍMBOLO: CE
I. Coordenar, planejar, executar e monitorar as políticas públicas municipais voltadas à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa e da igualdade racial, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e demais legislações pertinentes.
II. Articular, em conjunto com os Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa e de Promoção da Igualdade Racial, a implementação de programas, projetos e ações que visem à inclusão, proteção e valorização desses públicos.
III. Gerir a equipe técnica e os recursos materiais e financeiros destinados à Coordenadoria, zelando pela eficiência e eficácia na aplicação dos mesmos.
IV. Elaborar relatórios de gestão, diagnósticos e pareceres técnicos para subsidiar a tomada de decisão do Secretário Municipal.
V. Fomentar e promover campanhas de conscientização e combate ao etarismo (preconceito de idade), ao racismo e a outras formas de discriminação correlatas no âmbito do município.
VI. Representar a Secretaria em eventos, fóruns, conferências e reuniões que tratem das pautas da pessoa idosa e da igualdade racial.
VII. Propor a celebração de convênios, parcerias e acordos com órgãos públicos e entidades da sociedade civil para fortalecer a rede de proteção e atendimento.
VIII. Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Secretário Municipal.

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:C02E24E6

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 390 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025, ANTONIO GOMES.

PORTARIA Nº 390 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve Conceder férias ao servidor(a) ANTONIO GOMES, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 20(vinte) dias, a contar a partir da data de 03 de novembro de 2025, ao servidor ANTONIO GOMES, ocupante do cargo de Motorista, matrícula funcional nº 137858.

Art. 2º - Esta portaria tem efeitos retroativos a contar do dia 03 de novembro de 2025, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 12 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:6693C2EE

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 391 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

PORTARIA Nº 391 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Resolve, Divulgar a Composição do Conselho Municipal de esporte, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com o Artigo 99 da Lei Complementar 01/2006 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º Divulgação da Composição do Conselho Municipal de Esporte de Goioxim:

Representantes de Entidades de Usuários	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER, ESPORTE E TURISMO	
Alex Debastiani de Lima	**TITULAR**
Allan Zimolong Gutervil	SUPLENTE
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Angela Fabiane Cagnini	**TITULAR**
Emanuelly Ravanelo	SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Patricia Neuman Vaz Marcondes	**TITULAR**
Priscilla Branco Senchenchem	SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Matheus Herique Ferreira	**TITULAR**
Lucimeri Nunes	SUPLENTE
CÂMARA DE VEREADORES	
Sidimar Cardoso	**TITULAR**
Heloisa de Fatima Rocha Fontoura	SUPLENTE
SOCIEDADE CIVIL RURAL	
Jhony ferreira	**TITULAR**
Douglas Knopf de Lima	SUPLENTE
SOCIEDADE DO COMERCIO	
Audonei José Adamowski	**TITULAR**
Elaine Chaves de Souza	SUPLENTE
SOCIEDADE ESPORTIVA	
Elizamara Foschera	**TITULAR**
Evandro Luiz Pasa de Souza	SUPLENTE
CATEGORIA ESPORTIVA COM CREF	
Anderson Pereira	**TITULAR**
Tatiane Salete Adamowski	SUPLENTE
CIVIL URBANO	
Nelson Vargas Bandeira	**TITULAR**
Kauany Adamowsky Valendorff	SUPLENTE

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 12 de novembro de 2025**.**

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:09387ECF

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 392 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025, ELIANA SILVEIRA DO PRADO.

PORTARIA Nº 392 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve Conceder férias ao servidor(a) ELIANA SILVEIRA DO PRADO, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 10(dez) dias, a contar a partir da data de 03 de novembro de 2025, ao servidor ELIANA SILVEIRA DO PRADO, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula funcional nº 137866.

Art. 2º - Esta portaria tem efeitos retroativos a contar do dia 03 de novembro de 2025, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 12 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:730E7F0B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO 02/2025 CMDCA PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREIROS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA GOIOXIM – PR

RESOLUÇÃO 02/2025 CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre a homologação preliminar das inscrições do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar - Edital de abertura nº 001/2023.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMETAR JUNTAMENTE COM A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais –
TORNA PÚBLICO:

Ahomologaçãodas inscrições:

BENIZA GUTERVIL PEDROSO
CLAUDINEIA DA ROSA RAMOS
DANIELA PIMENTEL MARCONDES
DANIELI NOLLA
JOSNEI CHAGAS DA SILVA
MARIA GORETI NASCIMENTO PRESTES
RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Goioxim, 10 de março de 2025.

ELITON LEITE
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

LEILA FATIMA PELOZO CAGNINI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:62BC1C34

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO 02/2025 CMDM- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E SECRETARIA EXECUTIVA

Dispõe sobre a nomeação da presidente, vice-presidente e secretaria executiva para o CMDM.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Goioxim/PR, nomeado através do Decreto nº 60, de 13 de dezembro de 2022,

reunido extraordinariamente no dia 11 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 834/2025

Resolve,

Art. 1º- Nomear a Presidente, Vice-presidente e secretaria executiva do Conselho Municipal de Direitos da Mulher – CMDM, conforme consta na ata 02/2025 de 05 de agosto de 2025.
Lucimeri Nunes de Oliveira – Presidente
Maria Calacans dos Santos – Vice-presidente
Danieli Nolla – Secretaria executiva
Art. 3º Esta resolução tem efeitos retroativos a data da eleição conforme ata 02/2025.

Goioxim, 12 de novembro 2025.

LUCIMERI NUNES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:DAAC0BD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
1° ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL N° 144/2025

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Pregoeira Graziela Barbosa de Azevedo, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 144/2025**.

O certame tem como objeto o Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo completo com equipamento para demarcação viária com tinta a frio, montado e pronto para uso, incluindo todos os acessórios e componentes necessários para operação, para atender a demanda da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente / Diretoria de Urbanismo, desse município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Secretaria Municipal de Administração e Diretoria de Compras, **ALTERA-SE E MODIFICA-SE** por meio deste, o seguinte:

ALTERA-SE O DESCRITIVO DO ITEM 01, DO ANEXO 02 (TERMO DE REFERÊNCIA) E ONDE CONSTAR NO EDITAL:

ONDE SE LÊ:
EQUIPAMENTO DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA - PINTURA A FRIO:
Equipamento montado sobre chassi de veículo automotor, composto por:
01 compressores de ar - 60 pés
01 motores estacionário diesel - 15 HP, marca Buffalo, montado em base com coxins de borracha, painel elétrico com liga/desliga e registro de horas, acoplado a bomba hidráulica de 12 litros.
03 tanques pressurizados para tinta - 100 litros cada, em aço carbono 1020, com APAS raspadores internos, bocas de 300 mm, saídas de 1" e ¾", mexedores hidráulicos e sistemas de segurança.
01 tanques pressurizado para solvente - 15 litros, com mangueiras e sistema de limpeza automática.
01 tanques para microesferas de vidro - capacidade para 10 sacos (120 kg).
03 pistolas de baixa pressão para aplicação automatizada.
01 pistolas manual longa com mangueira de 15 m, bico temperado e cabo alongado ergonômico.
02 carrinhos pantográficos com direção hidráulica, estrutura em viga U, pistões de 300 kg e base pneumática.
03 mexedores hidráulicos com acionamento por comando.
01 bombas hidráulica - 20 cm³, acoplada ao motor.
03 válvulas reguladoras de ar (pressurização) - uma por tanque.
03 válvulas reguladoras de ar (atomização) - uma por pistola.
04 válvulas de descarga tipo canhão (uma por tanque, 125 psi).
01 válvulas de alívio do sistema - rosca 1 ¼" em bronze.
03 válvulas solenóides, com sistema de lubrificação independente.
04 manômetros - um por tanque (16 var).
01 filtro de ar com regulador para tanque de esfera.
06 reguladores de fluxo para espalhadores.
03 espalhadores para microesferas, com bico intercambiável e controle de granulometria.
02 filtros de tinta integrados ao sistema.
01 painel elétrico, com acionamento de luzes internas e externas.
Sistema de sinalização traseira e dianteira: faixas refletivas (GTP), luzes strobo, setas direcionais e intermitentes com relé.
Pintura geral com tinta PU e plotagem com vinil refletivo.
Bateria de 60 amperes.
LEIA-SE:
EQUIPAMENTO DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA – PINTURA A FRIO:
• Equipamento montado sobre chassi de veículo automotor, composto por:
• 01 compressores de ar – 60 pés
•01 Motor estacionário a gasolina com 23hp e partida elétrica
•02 Tanques para tinta Branca e Amarela em aço carbono, com capacidade de 180 (cento e oitenta) litros cada, com bocal de abastecimento de 270mm (duzentos e setenta milímetros), com agitadores hidráulicos, tampa de fechamento com 5 (cinco) travas e sistema de segurança, impedindo-os de ser aberto com pressão interna, com laudo NR13
•01 Tanque para tinta de cores diversas em aço carbono, com capacidade de 100 (cem) litros cada, com bocal de abastecimento de 230mm (duzentos e trinta milímetros), com agitador manual, tampa de fechamento com 5 (cinco) travas e sistema de segurança, impedindo-os de ser aberto com pressão interna, com laudo NR13
• 01 tanques pressurizado para solvente – 15 litros, com mangueiras e sistema de limpeza automática.
• 01 tanques para microesferas de vidro – capacidade para 10 sacos (120 kg).
•01 Sistema Hidráulico constitui em gerenciar independente do veículo, através de motor, bomba, acionadores e mangueiras, acionar através de volante o pistão hidráulico para avanço da mesa pantográfica onde encontra-se o carrinho mecânico, pistolas e espalhadores de esferas, também é responsável pelo acionamento do sistema de agitadores de tinta branca e amarela.
• 03 pistolas de baixa pressão para aplicação automatizada.
• 01 pistolas manual longa com mangueira de 15 m, bico temperado e cabo alongado ergonômico.
• 01 carrinhos pantográficos com direção hidráulica, estrutura em viga U, pistões de 300 kg e base pneumática.
• 03 mexedores hidráulicos com acionamento por comando.
• 01 bombas hidráulica – 20 cm³, acoplada ao motor.
• 03 válvulas reguladoras de ar (pressurização) – uma por tanque.
• 03 válvulas reguladoras de ar (atomização) – uma por pistola.
• 04 válvulas de descarga tipo canhão (uma por tanque, 125 psi).
• 01 válvulas de alívio do sistema – rosca 1 ¼" em bronze.
• 02 válvulas solenóides, com sistema de lubrificação independente.
• 04 manômetros – um por tanque (16 var).
• 01 filtro de ar com regulador para tanque de esfera.
• 06 reguladores de fluxo para espalhadores.
• 02 espalhadores para microesferas, com bico intercambiável e controle de granulometria.
• 02 filtros de tinta integrados ao sistema.
• 01 painel elétrico, com acionamento de luzes internas e externas.
•01 Caixa de comando, onde encontra-se externamente os acionadores elétricos de iluminação, liga/desliga e internamente o programador de cadência
•01 Controle de acionamento manual das pistolas e espalhadores de esferas, através de botões acompanhado de cabo elétrico na medida de 4,0 metros de comprimento

• Sistema de sinalização traseira e dianteira: faixas refletivas (GTP), luzes strobo, setas direcionais e intermitentes com relé.
• Pintura geral com tinta PU e plotagem com vinil refletivo.
• Bateria de 60 amperes.
• A estrutura do equipamento toda feita em aço carbono tipo metalon 40x40mm com 02 mm de parede, pintado com tinta PU, laterais fechadas por duas barras de metalon na horizontal e guarda copo, escadas basculante lado direito e esquerdo com abertura em 180°, porta cone basculante na traseira, com travamento em correntes com abertura em 90°, porta objetos com capacidade de volume aproximado em 700 litros, com suporte para cadeado, para armazenar de ferramentas e utensílios. Estrutura de proteção (cobertura), feita em aço carbono com 1,90m de largura, 1,80m de altura e 3,00m de comprimento, fixado por chapas no chassi do veículo escolhido. Teto confeccionado em aço carbono, revestido com pintura epóxi no sistema eletrostático, com iluminação em LED.

ALTERA-SE O VALOR DO ITEM 01:

ONDE SE LÊ: R$ 161.666,67 / LEIA-SE: R$263.000,00

ALTERA-SE O VALOR TOTAL DA PRESENTE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ: R$ 368.487,67 (trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

LEIA-SE: R$ 469.821,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil e oitocentos e vinte e um reais)
Fica alterada a redação dos itens 4 (requisitos da contratação) e item 6 (execução do objeto) do termo de referência anexo 02 do edital e onde constar.

Em face das alterações fica estabelecida a nova data de abertura do Pregão Eletrônico n° 144/2025, para:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09h00min do dia 28/11/2025
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 09h01min às 09h59min do dia 28/11/2025
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 28/11/2025

O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 144/2025, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.

O Edital modificado será encaminhado às empresas que o adquiriram, e os demais interessados, poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Comuniquem-se as empresas que adquiriram.

Publique-se.
Guaíra (PR), em 12 de novembro de 2025.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:E42B1C62

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 294/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 816/2024, decorrente da Ata de Registro de Preços n° 527/2024, do Edital de Pregão Eletrônico nº 171/2024

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **V. A. PIAIA LTDA, CNPJ nº 07.951.131/0001-01**

Objeto do Contrato: Aquisição de peças, pneus, capacetes, e outros materiais, e serviços para manutenção preventiva e corretiva das motocicletas pertencentes a frota desse município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valores do Contrato nº 816/2024, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 527/2024.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais **12 (doze) meses**, até **19 de novembro de 2026**.

Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 51.724,47 (cinquenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos)**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:1ED79F28

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 295/2025

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 233/2022, do Pregão Eletrônico nº 212/2022

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ATITUDE AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 07.075.504/0001-10**

Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte específico devidamente equipado com balança, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, dos grupos “A”, “B” e “E”, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades e da Secretaria Municipal de Administração: Cemitério Municipal.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 233/2022.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até **26 de outubro de 2026.**

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 149.336,40 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 24 de outubro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:466EA39B

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 296/2025

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 265/2021, do Pregão Eletrônico nº 210/2021

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MAT SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA, CNPJ nº 14.636.727/0001-74**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos de diagnósticos por imagem radiológica - raios-X, para os pacientes da rede de atenção básica em regime ambulatorial e eletivo e da rede de urgência e emergência da Contratante, com o fornecimento de equipamentos, materiais, insumos, laudos e mão de obra de profissionais especializados e necessários para a operação do conjunto de equipamentos e softwares da solução radiológica digital de propriedade da Contratante, em jornada de trabalho ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, instalados nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento Alberto de Jesus Fernandes - UPA.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 265/2021.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até **03 de novembro de 2026.**

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 290.765,76 (duzentos e noventa mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 03 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:C08D3B2D

CONSAMU
EDITAL RETIFICAÇÃO Nº 200/2025

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU;
Considerando o disposto na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal,

TORNA PÚBLICO:

1. A anulação da convocação do candidato abaixo relacionado, convocado no edital nº 199/2025:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
01º	130/2025	Valter Eduardo Ferreira De Novais	Assistente Social	Cascavel

2. Ficam inalteradas as demais convocações constantes no Edital nº 199/2025, nos termos contidos no Edital.

3. O candidato acima citado permanece em sua posição originária de aprovação, aguardando futuras convocações.

Este Edital entra em vigor na presente data.

Cascavel, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:197E9237

PROJUR
DECRETO Nº 593/2025 DATA: 12.11.2025 EMENTA: NÃO ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2025, PARA ATENDER O DISPOSTO NO ITEM 20.14 DO EDITAL DE ABERTURA N° 01/2024 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01.001/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando que a candidata em referência, não compareceu no prazo estipulado do edital de convocação de nº 040/2025, em atendimento ao disposto no item 20.14 do Edital de Abertura de nº 01/2024 do Concurso Público nº 01.001/2024, e,

Considerando o memorando online sob o nº 1.271/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerada como desistente e substituída, na sequência, pelo imediatamente classificado, nos termos do item 20.14 do Edital de Abertura n° 01/2024 do Concurso Público nº 01.001/2024, a candidata a seguir mencionada, em razão do não comparecimento no prazo fixado no Edital de Convocação n° 040/2025:

Para o Cargo de Assistente Social

Inscrição	Candidato	Classificação
159268	Terezinha Valkíria Mamus	8°

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS LIMA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:4FD97D38

PROJUR
DECRETO Nº 594/2025 DATA: 12.11.2025

Ementa: defere o pedido da candidata aprovada no concurso público nº 01.001/2024 - edital de abertura nº 001/2024 que renunciou à sua respectiva classificação e solicitou recolocação no final da relação dos aprovados, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos;

Considerando o edital de convocação nº 040/2025 referente ao concurso público nº 01.001/2024 - edital de abertura nº 001/2024;

Considerando o requerimento protocolado sob o número 39095/2025, e ainda, considerando o memorando sob o nº 1.271/2025**,**

DECRETA:

Art. 1o Fica deferido o pedido da candidata relacionada no Anexo Único deste Decreto, que aprovada no concurso público nº 01.001/2024 - edital de abertura nº 001/2024, renunciou à sua respectiva classificação e solicitou recolocação no final da relação dos aprovados.

Parágrafo único. A inserção do nome no final da relação de aprovados será ordenada conforme classificação final dos candidatos no certame.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS LIMA
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto nº 594/2025 de 12.11.2025
Registrado no memorando online sob o nº 1.271/2025

Para o Cargo de Merendeira

Nome	Inscrição	Da Classificação	Para Classificação
Mirian Raquel Rojas Duarte	158127	5º	124º

TOTAL = 1

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:435E2695

PROJUR
EDITAL Nº 042/2025 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.271/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, os quais deverão comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **13/11/2025 a 27/11/2025**, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munidos dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento dos cargos, conforme a seguir:

Para o Cargo de Assistente Social

Inscrição	Candidato	Classificação
156966	Viviane Villwock	9º

Para o Cargo de Merendeiro

Inscrição	Candidato	Classificação
156754	Mário Antonio Florencio Junior	6º

Para o Cargo de Cirurgião-Dentista 40h

Inscrição	Candidato	Classificação
155808	Letícia Timm da Costa	8º
154334	Luiz Felipe Kuiavski Lourenço	9º

Os candidatos convocados deverão comparecer na Diretoria de Pessoal munidos dos seguintes documentos originais e cópias:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Registro no órgão da classe (quando for o caso);
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.

2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS LIMA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:371F4845

PROJUR
PORTARIA Nº 595/2025 DATA: 12.11.2025 EMENTA: NOMEIA REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO VOTANTES NO PROCESSO DA CONSULTA PÚBLICA PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ERIK ANDERSEN DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTR

Ementa: nomeia representantes da Secretaria Municipal de Educação como votantes no processo da Consulta Pública para a direção da Escola Municipal Professor Erik Andersen da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, ainda, considerando o memorando online sob o n° 2.651/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designadas para atuarem como votantes no processo eleitoral concernente a escolha do diretor da Escola Municipal Professor Erik Andersen, para o biênio 2026/2027, de conformidade com o Decreto 588/2025, os servidores, representantes da Secretaria Municipal de Educação, abaixo mencionados:

Nome	Matrícula
Ana Lucia Albuquerque	18805-03
Cássia Cassiane de Oliveira Menezes	22381-05
Claudia Cristina Pereira	30988-01
Edina Diniz Meira	9113-2
Eliza Regina da Silva	18813-3
Marleide Belegante	18830-03
Nilda de Freitas Bonfim Musial	25828-01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS LIMA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:10E01C92

PROJUR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GUAIRA – PARANÁ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 014/2025 REGISTRADO NO MEMORANDO ONLINE SOB O Nº 2651/2025 DATA: 12/11/2025

Estabelece normas a fim de orientar a propaganda eleitoral dos candidatos à Direção na Escola Municipal Professor Erik Andersen situado na Rua Juscelino Kubistchek, 168 Bairro Jardim Zeballos na cidade de Guaíra PR, da Rede Municipal de ensino de Guaíra/PR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, no uso das atribuições legais que lhesão conferidas,
RESOLVE:

NORMAS PARA A PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 1º A campanha eleitoral dos inscritos para concorrer ao Processo de Escolha dos Diretores Escolares deverá obedecer ao disposto na Lei nº 2250/2022 e no Decreto 588/2025 de 10 de novembro de 2025, e com a prévia ciência e autorização da Comissão Eleitoral Escolar da instituição de ensino.

Art. 2º Os concorrentes poderão promover suas candidaturas entre os votantes, dentro dos parâmetros estabelecidos pela ética profissional e em consonância com a Proposta de Trabalho apresentada por ocasião do registro da chapa. A Comissão Consultiva em reunião com os candidatos decidirá o dia para cada candidato apresentar sua proposta de trabalho dentro das salas de aula, ficando vedada a propaganda fora do dia estipulado, ou nos recintos de concentração de alunos.

Art. 3º Poderá ser realizada somente 01(uma) Assembleia para apresentação das propostas de trabalho dos candidatos, de forma não prejudicar o funcionamento do estabelecimento de ensino.

Art. 4° A propaganda, qualquer que seja a forma ou modalidade, não deverá empregar meios destinados a criar artificialmente nos eleitores, estados mentais, emocionais ou passionais.

Art. 5º A propaganda irreal, ou manifestação pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão Central que, se a entender incluída nestas características, determinará sua imediata suspensão, alertando os candidatos, com devida comunicação, para os procedimentos legais cabíveis.

DA COMISSÃO CONSULTIVA

Art. 6º Os membros da Comissão Consultiva deverão atuar de forma imparcial durante todo o processo eleitoral.

Art. 7º Não poderão portar material de campanha ou demonstrar preferência por quaisquer candidatos.

Art. 8º Não poderão compartilhar ou curtir fotos (pessoais ou de campanha) com candidatos ou materiais de campanha nas mídias sociais.

Art. 9º Não poderão utilizar materiais personalizados dos candidatos, tais como: camisetas, bonés, bottons, adesivar veículos, colocar faixas em suas residências, entre outros.

Art. 10 Na instituição de ensino, deverão manter a igualdade para utilização dos espaços entre os (as) candidatos (as) (tamanho da faixa deverá ser a mesma e mantê-las afixadas uma ao lado da outra).

Art. 11 Deverão distribuir igualmente o tempo para apresentação dos (as) candidatos (as) dentro do espaço escolar, seja no momento da assembleia ou outros definidos pela Comissão Consultiva.

Art. 12 É obrigatória a presença de no mínimo um membro da comissão eleitoral durante a apresentação ou divulgação de material de campanha no espaço escolar, sendo sempre igualitária entre os (as) candidatos (as).

Art. 13 Os membros da comissão e os (as) candidatos (as) deverão ser inseridos nos grupos oficiais da unidade escolar (whatsapp ou outros) caso haja, a finalidade é acompanhar as informações, **não sendo autorizado** aos candidatos (as) divulgação de campanha.

Art. 14 Verificada conduta incompatível de algum dos membros da comissão, mediante formalização por escrito e fundamentada, caberá à Secretaria Municipal de Educação, em comum acordo com a Comissão Central, resolver o caso, nos termos da Lei 2250/2022. Constatada irregularidade, haverá substituição do respectivo membro e indicação pela Secretaria Municipal de Educação de substituto, com a devida publicidade dessa substituição à respectiva unidade escolar.

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS À DIREÇÃO ESCOLAR

Art. 15 Será realizada Assembleia Geral Extraordinária para apresentação do (s) candidato (s) e seus respectivos Plano (s) de Gestão Escolar, a ser organizada e presidida pela Comissão Consultiva.

Art. 16 A assembleia deverá ocorrer de forma presencial em uma única data ou dividida em grupos, oportunizando toda comunidade escolar, e com a apresentação de todos (as) os (as) candidatos (as).

Art. 17 Será utilizado para exposição do Plano de Gestão no máximo 30 minutos por cada candidato (a), conforme definição da Comissão Consultiva.

Art. 18 A divulgação e defesa das propostas pelos (as) candidatos (as) à Direção deverá ser realizada de forma democrática e propositiva, com a participação de todos os (as) candidatos (as).

Art. 19 O (a) candidato (a) não poderá propor medidas não previstas no Plano de Gestão, fazer propaganda enganosa ou perturbação ao desenvolvimento de atividades escolares. Entende-se por propaganda enganosa aquela que consiste em promessa de resolver eventuais demandas que não estão entre as atribuições da Direção, que ferem a legislação educacional ou criem expectativas na comunidade que não poderão ser cumpridas no âmbito da gestão da Escola Municipal Professor Erik Andersen.

Art. 20 Não será permitido adesivação de veículos ou situação similar dentro das instituições de ensino ou em horário da assembleia.

VEDAÇÕES NA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 21 Fica vedado, sob pena de impugnação da candidatura:
Propaganda eleitoral antecipada. Compreendendo-se por propaganda eleitoral antecipada: declarar-se candidato antes da homologação das inscrições; pedir votos (explícita ou implicitamente), uso de textos, recursos visuais ou de áudio, para exaltar qualidades pessoais de possíveis candidatos (as) e propostas.
Pedir votos ou difamar oponente nas eleições aos pais ou responsáveis, por meio dos alunos.
A fixação de cartazes, faixas e entrega de panfletos na unidade escolar, sem acompanhamento ou autorização da Comissão Eleitoral Escolar.
Adesivação de veículos ou situação similar dentro das instituições de ensino ou em horário da assembleia.
Uso de material e equipamentos eletrônicos de propriedade pública ou da Associação, para fins de campanha eleitoral.
Utilização de recursos da Associação de Pais e Mestres — APMF para as atividades promocionais de campanha de quaisquer candidatos (as).
Ações tendentes a influenciar, coagir ou vedar a vontade do eleitor (a).
Caluniar, difamar, ou injuriar qualquer pessoa envolvida no processo eleitoral.
É proibido ao Diretor (a) em exercício utilizar de informações, estrutura da unidade escolar para campanha eleitoral em benefício de quaisquer candidatos (as).
Não será permitido o transporte de eleitores no dia da eleição.
Não será permitido campanha eleitoral no dia da eleição, tais como: faixas, cartazes, materiais impressos, camisetas/ bonés/ adesivos/ carro de som referentes aos candidatos ou diálogo referente a propostas de candidatos (as) que ensejem em “boca de urna”, com exceção do cartaz com a foto dos (as) candidatos (as), organizado pela Comissão Consultiva.
É vedado qualquer tipo de campanha eleitoral dentro do horário de trabalho do servidor público ou candidato (a)
Alteração de jornada de trabalho ou compensação de horas para fins de campanha eleitoral, seja do (a) candidato (a) ou de outro servidor.
No dia da eleição não será permitido compensação de horas ou falta abonada, seja do (a) candidato (a) ou de outro servidor.
Utilização do carro de som nas proximidades durante o horário de funcionamento da unidade escolar, para fins de divulgação de campanha eleitoral.
Praticar conduta contrária aos deveres previstos no Estatuto do Servidor.
Praticar conduta vedada ao servidor, nos termos do Estatuto do Servidor.

PERMISSÃO NO PROCESSO ELEITORAL

Art. 22 São permitidos vídeos, áudios, entre outros materiais digitais para divulgação da campanha nas mídias digitais de cada candidato **fora do horário de trabalho**, sendo de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) a utilização e produção.

Art. 23 As propostas constantes nos Planos de Gestão poderão ser divulgadas por meio de mídia impressa (faixa, cartazes, panfletos) ou mídias digitais, mediante autorização da Comissão Consultiva e com a aprovação e realização pelos (as) candidatos (as), conforme registro em ata.

Art. 24 É permitida a utilização das mídias sociais e grupos oficiais da unidade escolar pela Comissão Consultiva, apenas para divulgação do cronograma e informações pertinentes ao processo eleitoral.

Art. 25 É permitida a divulgação de materiais impressos da campanha, fora do horário de trabalho, desde que autorizado pela Comissão Consultiva e mantendo a igualdade entre os (as) candidatos (as). O conteúdo dessa divulgação não pode conter propaganda enganosa e/ou não contemplada no Plano de Gestão.

Art. 26 No dia do pleito eleitoral os candidatos deverão ser dispensados de suas atividades, devendo permanecer no local de trabalho, a fim de acompanharem o processo eleitoral.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 As atividades da campanha eleitoral deverão ser encerradas obrigatoriamente no dia 09 de dezembro, às 22 horas, sendo responsabilidade dos candidatos o cumprimento.

Art. 28 A Comissão Central, além das hipóteses de denúncias formalizadas pelos canais oficiais de comunicação (156, e-mail da SMED, telefones da Secretaria de Educação), poderão apurar irregularidades.

Art. 29 Os usos das redes sociais são de inteira responsabilidade do usuário, podendo o servidor público ser responsabilizado administrativamente de acordo com a Lei Municipal nº 1246/2003.

Art. 30 A definição dos materiais e ações de campanha deverão ser realizados, mediante registro em ata na instituição de ensino, em comum acordo dos (as) candidatos (as), com a autorização da Comissão Consultiva.

Art. 31 Afim de buscar a lisura das eleições, nos termos da Lei 2250/2022 e do Decreto 588/2025 serão convocados para orientação formal, pela Comissão Central, pessoa não inscrita/homologada como candidato (a), da qual houve denúncia de prática de alguma das condutas vedadas neste Anexo. Caso seja servidor, o seu não atendimento será passível de responsabilidade administrativa, nos termos da Lei Municipal n.º 1246/2003.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 Os atuais diretores que pretendem concorrer à reeleição não se afastarão do exercício da função.

§1º O diretor, se candidato, no exercício da função, estará apto a votar.

Art. 33 Não poderão compor a Comissão Consultiva, a mesa receptora e a mesa escrutinadora, o candidato, seu cônjuge parente ainda que por afinidade, até 2º grau, nem o servidor que esteja em exercício na função de diretor.

Art. 34 Por responsável entende-se aquele que responde pelo aluno perante o estabelecimento de ensino, devendo estar devidamente cadastrado no sistema SERE.

Art. 35 Atos preparatórios são todos aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no período compreendido entre a divulgação da presente instrução normativa e o dia anterior da votação.

Art. 36 Atos da votação são aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no dia da votação.

Art. 37 Atos de escrutínio são aqueles praticados direta ou indiretamente por quaisquer dos votantes, no período do escrutínio até a divulgação do resultado da eleição.

Art. 38 O votante deverá apresentar, no ato da votação, qualquer documento que o identifique.

Parágrafo único: Não será permitido o voto por procuração.

Art. 39 O eleitor que não possuir documentos hábil de identificação, poderá ter sua legitimidade de votante atestada pelo presidente da mesa receptora.

Art. 40 Não poderão votar nem ser votados os servidores que estiverem em licença sem vencimentos, à disposição de outros órgãos e os que não tiverem vínculo contratual com a Secretaria Municipal de Educação. Os estagiários e servidores de limpeza terceirizados não poderão votar, a não ser que tenha direito ao voto por outros motivos.

Art. 41 O diretor eleito, após ser registrado pela Secretaria Municipal de Educação, realizará uma Assembleia Geral Extraordinária da Comunidade Escolar e nela a Direção anterior apresentará um relatório técnico pedagógico e prestação de contas relativas a gestão que se finda, constatando balanço, acervo documental e inventario de material, de acordo com lista de patrimônio a ser disponibilizada pelo setor competente.

Art. 42 O diretor eleito da Escola Municipal Professor Erik Andersen para o mandato de 2026/2027 deverá participar dos programas de capacitação realizadas pela SMED, obrigatoriamente.

Art. 43 é vedado qualquer tipo de manifestação de apreço ou desapreço aos candidatos e pelos membros das Comissões e pelos mesários.

Art. 44 Todos os prazos previstos nesta instrução, que expirarem nos dias de sábado e domingo, feriado nacional ou local, prolongar-se-ão até 72h do primeiro dia útil subsequente.

Art. 45 O servidor, detentor de dois cargos em exercício em um único estabelecimento de ensino, terá direito a apenas um voto.

Art. 46 Cada pessoa apta a votar, terá direito a um voto, mesmo que represente mais de um segmento da comunidade escolar ou mais de um aluno, conforme estabelecido no art. 8º, parágrafo único do Decreto nº 588/2025.

Art. 47 No estabelecimento de ensino que comportar o diretor, necessariamente deverá cumprir carga horária semanal de 40 horas na direção.

Art. 48 Compete ao candidato declarar, por escrito, não ter sido condenado penalmente, com sentença transitada em julgado.

Art. 49 Compete à Comissão Consultiva convocar professores, especialistas e funcionários da Escola Municipal Professor Erik Andersen, em número suficiente para a perfeita realização da votação e escrutínio.

Art. 50 Compete à Secretaria Municipal de Educação indicar seus representantes que votarão nas presentes eleições, em número de 07 (sete).

Art. 51 Este procedimento eleitoral compreende a utilização dos seguintes anexos:

Anexo I – Cronograma da Consulta de eleição de diretores

Anexo II- Comissão Consultiva da Instituição Educacional

Anexo III – Requerimento de inscrição

Anexo IV – Plano de ação

Anexo V- Relação de alunos votantes e representantes de alunos não votantes, podendo ser utilizado o Relatório emitido pelo sistema SERE: "Relação de Representantes de Alunos não Votantes do Ensino Fundamental", disponível em: Menu/Relatório/Alunos/Eleição de Diretores;

Anexo VI- Cédulas de votação

Anexo VII- Relação das chapas

Anexo VIII- Designação e Credenciamento dos Membros das mesas Receptoras

Anexo IX – Edital de Convocação

Anexo X- Relação Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Anexo XI- Credencial de Fiscal

Anexo XII – Ata de votação

Anexo XIII – Ata de escrutinação

Anexo XIV- Mapa de apuração

Guaíra, 12 de novembro de 2025.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Guaíra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

Presidente da Comissão Eleitoral Escolar

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:C59459C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 1/2025

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 001/2025

REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre a revisão e consolidação da Lei Orgânica do Município de Guaraci, Estado do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E A MESA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS PROMULGA A SEGUINTE EMENDA DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1°- A Lei Orgânica do Município de Guaraci, Estado do Paraná, de 04 de abril de 1990, passa a ter a redação aprovada conforme o texto anexo.
Art. 2°- Revogam-se todas as disposições em sentido contrário.
Art. 3°- Esta Emenda de revisão e consolidação passa a vigorar em 1º de janeiro de 2026.
Presidente Vice-Presidente
Edson Aparecido dos Santos Wesley Giovani Gobbo

1ª Secretário 2º Secretário
Rômulo Adriano Busignani Gilberto Antunes Barbosa

DA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LEI ORGÂNICA
Fica revisado, atualizado e consolidado pelo Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, o texto da Lei Orgânica do Município

de Guaraci, Estado do Paraná, que se processa de modo global, sendo que os artigos, parágrafos, incisos e alíneas alterados, reposicionados, renumerados ou incluídos, integram definitivamente o corpo da Lei Orgânica Municipal para que o texto não sofra interrupção interpretativa, revogando todas as disposições em sentido contrário.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

17ª Legislatura 2025-2028

Edinaldo de Jesus da Silva
Edson Aparecido dos Santos
Gilberto Antunes Barbosa
Ilson Rodrigues
Márcio Vieira da Silva
Rinaldo Santana dos Santos
Rômulo Adriano Busignani
Ronaldo Vladimir Moreira
Wesley Giovani Gobbo

MESA DIRETORA BIÊNIO 2025/2026
Presidente
Edson Aparecido dos Santos

Vice-Presidente
Wesley Giovani Gobbo

1ª Secretário
Rômulo Adriano Busignani

2º Secretário
Gilberto Antunes Barbosa

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
S U M Á R I O

TITULO I
Da organização do Município.....08
CAPITULO I
Dos Princípios Gerais.....08
CAPITULO II
Da divisão Político-Administrativa.....09
CAPITULO III
Da Política de Desenvolvimento Municipal.....10
CAPITULO IV
Das Competências.....11
SEÇÃO I – Das Competências Privativas.....11
SEÇÃO II – Das Competências Comuns.....16
SEÇÃO III – Das Competências Suplementares.....18
SEÇÃO IV – Das Vedações.....19

TITULO II
Da Organização dos Poderes.....20
CAPITULO I
Do Poder Legislativo.....20
Seção I – Disposições Gerais.....20
Seção II – Das Atribuições da Câmara Municipal.....22
Seção III – Dos Vereadores.....26
Seção IV – Das Reuniões.....30
Seção V – Das Comissões.....34
Seção VI – Do Processo Legislativo.....36
Subseção I - Disposição Geral.....36
Subseção II – Das Emendas à Lei Orgânica.....37
Subseção III – Da Leis.....38
Subseção IV – Das Resoluções e Decretos Legislativos.....41
Seção VII – Da Soberania Popular.....42
Seção VIII – Da Fiscalização Contábil, Financ. E Orçam.....44
CAPITULO II
Do Poder Executivo.....47
Seção I – Do Prefeito e do Vice-Prefeito.....47
Seção II – Das Atribuições do Prefeito Municipal.....50
Seção III – Das Incompatibilidades.....52
Seção IV – Dos Julgamento do Prefeito.....53
Seção V – Dos Secretários e Assessores.....57
Seção VI – Da transição administrativa.....57

TITULO III
Da administração municipal.....60
CAPITULO I
Disposição Geral.....60
Seção I – Do Planejamento.....60
Seção II – Da Coordenação.....61
Seção III – Da Descentralização e da Desconcentração.....62
Seção IV – Do Controle.....62

CAPITULO II
Dos Recursos Organizacionais.....63
Seção I – Da Administração Direta.....63
Seção II – Da Administração Indireta.....64
Seção III – Dos Serviços Delegados.....65
Seção IV – Dos Organismos de Cooperação 65
Subseção I – Dos Conselhos Municipais.....66
CAPITULO III
Dos Recursos Humanos.....67
Seção I – Disposições Gerais.....67
Seção II – Da Investidura.....71
Seção III – Do Exercício.....73
Seção IV – Do Afastamento.....75
Seção V – Da Aposentadoria.....78
Seção VI – Da Responsabilidade dos Servidores Públicos..... 80
CAPITULO IV
Dos Recursos Materiais.....80
Seção I – Disposições Gerais.....80
Seção II – Dos Bens Imóveis.....82
Seção III – Dos Bens Móveis.....84
CAPITULO V
Dos Recursos Financeiros.....86
Seção I – Disposições Gerais 86
Seção II – Dos Tributos Municipais.....88
Seção III – Dos Orçamentos.....94
CAPÍTULO VI

Dos Atos Municipais, dos Contratos Públicos e do

Processo Administrativo..... 103

Seção I - Dos Atos Municipais..... 103

Subseção I - Disposições Gerais..... 103
.
Subseção II - Da Publicidade..... 103

Subseção III - Da Forma..... 103

Subseção IV - Do Registro..... ..105

Subseção V - Das Informações e Certidões 105

Seção II - Dos Contratos Públicos..... 107

Seção III - Do Processo Administrativo..... 107

CAPÍTULO VII
Seção I - Das Obras.....107
Seção II - Dos Serviços Públicos.....109

TITULO IV
Da Ordem Econômica e Social.....109
CAPITULO I

Da Ordem Econômica 109
Seção I – Dos Princípios.....109
Seção II – Do desenvolvimento Econômico.....110
Seção III – Da Política Urbana.....112
Seção IV – Da Política Agrícola e Fundiária.....116
CAPITULO II
Da Ordem Social.....118
Seção I – Disposição Geral.....118
Seção II – Seguridade Social.....118
Subseção I – Da Saúde.....118
Subseção II – Da Assistência Social.....122
Seção III – Da Educação.....123
Seção IV – Da Cultura.....129
Seção V – Do Desporto e do Lazer.....129
Seção VI – Da Ciência e da Tecnologia.....130
Seção VII – Da Habitação e do Saneamento.....131
Seção VIII – Do Meio Ambiente.....132
Seção IX – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.....134
Seção X – Da Defesa do Cidadão.....135

P R E Â M B U L O

Nós vereadores da Câmara Municipal de Guaraci, representantes do povo do nosso Município, na plenitude do Estado Democrático, seguindo os princípios da **Carta Magna** da Nação e da Constituição do Estado do Paraná, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte **"Lei Orgânica do Município de Guaraci".**

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA
001/2025

Aprova as alterações da Lei Orgânica do Município e dá outras providências

A Câmara Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aprovou, e a Mesa Diretora promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município.

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º O Município de Guaraci, pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente da República Federativa do Brasil, é dotado de autonomia política administrativa, financeira e legislativa, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná e desta Lei Orgânica, objetivando, na área de seu território, construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Parágrafo único. Todo o Poder do Município emana do povo de Guaraci, que exerce por meio de representantes eleitos diretamente.

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º Os Poderes Municipais serão exercidos pela prática da democracia representativa em consonância com a democracia participativa.

§ 2º Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e quem for investido nas funções de um deles não poderá exercer as de outro.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais do Município de Guaraci, como ente integrante da República Federativa do Brasil:

I - promover o bem-estar de todos os Guaracienses em preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II – Erradicar, com a participação da União e do Estado do Paraná, a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, em sua área territorial.

III – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV – garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;

V - garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais;

Parágrafo único – O Município buscará a integração e a cooperação com a União, os Estados e os demais municípios municipais para a consecução dos seus objetivos fundamentais.

Art. 4º O Município de Guaraci integra a divisão administrativa do Estado do Paraná.

Art. 5º São símbolos do município, além dos nacionais e estaduais, a bandeira, o hino e o brasão, representativos de sua cultura e história, estabelecidos em lei municipal.

CAPÍTULO II
DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 6º A cidade de Guaraci, é sede do Município.

Parágrafo único. Lei complementar fixará a divisão administrativa urbana e as formas de como promovê-la.

Art. 7º O Município é dividido em distritos, objetivando a descentralização do poder e da desconcentração dos serviços públicos.

§ 1º A criação, a organização e a supressão de distrito efetivado por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações diretamente interessadas

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
Art. 8º A política de desenvolvimento municipal tem por objetivos:

I – assegurar a todos os Guaracienses:

a) existência digna;

b) bem-estar e justiça sociais.

II – priorizar o primado do trabalho;

III – cooperar com a união e o Estado e consorciar-se a outros municípios, na realização de metas de interesse da coletividade;
IV – promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico;
V – realizar plano, programas e projetos de interesses dos segmentos marginalizados da sociedade.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

Art. 9º Compete ao Município:

I – legislar sobre assunto de interesse local especialmente sobre:

a) planejamento municipal, compreendendo:

1- plano diretor de desenvolvimento integrado, observado o disposto no §1° do art. 182 da Constituição Federal;

2 - plano plurianual;

3 - lei de diretrizes orçamentárias;

4- orçamento anual.

b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

c) O município poderá criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

d) organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo que tem caráter essencial, estabelecendo:

1 – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

2 – os direitos dos usuários;

3 – as obrigações das concessionárias e das permissionárias;

4 – política tarifária justa;

5 – obrigação de manter serviço adequado.
e) poder de política administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene pública, construção, trânsito, tráfego, logradouros públicos e horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;

f) instituir Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, nos termos do art. 39 da Constituição Federal;

g) organização de seu governo e administração;

h) administração, alienação, oneração, utilização e uso especial dos bens municipais e aquisição de outros bens, inclusive mediante desapropriação, na forma da lei;

i) fiscalização da administração pública, mediante controle externo, controle interno e controle popular;

j) proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

k) locais abertos ao público para reuniões;

l) instituição da guarda municipal destinada exclusivamente à proteção dos bens, serviços e instalações do Município;

m) prestação pelos órgãos públicos municipais de informações de interesse coletivo ou particular solicitadas por qualquer cidadão;

n) direito de petição aos Poderes Públicos Municipais e obtenção de certidões em repartições públicas municipais;

o) participação dos trabalhadores e empregados nos colegiados dos órgãos públicos municipais em que seus interesses profissionais sejam objeto de discussão e deliberação;

p) manifestação de soberania popular, através do plebiscito, referendo e iniciativa popular;

q) remuneração dos servidores públicos municipais;

r) administração pública municipal, notadamente sobre:

1 - cargos, empregos e funções públicas da administração pública direta, indireta ou fundacional;

2 - criação de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquias ou fundação;

3 - publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, com caráter educativo, informativo ou de orientação social;

4 - reclamações relativas aos serviços públicos;

5 - prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário;

6 - servidores públicos municipais.

s) processo legislativo municipal;

t) estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo;

u) tratamento favorecido para empresa brasileira de capital nacional de pequeno porte, localizadas na área territorial do município;

v) questão da família, especialmente, sobre:

1 - livre exercício do planejamento familiar;

2 - orientação psicossocial às famílias de baixa renda;

3 - garantia dos direitos fundamentais à criança, ao adolescente e ao idoso;
4 - normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência;

x) política de desenvolvimento municipal, nos termos do artigo 8º desta Lei Orgânica.

II – Manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

III – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União, e do Estado do Paraná, serviços e atendimento à saúde da população;

IV – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local e estadual;
V – promover atividades culturais, desportivas e de lazer;

VI – promover, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

transporte coletivo urbano e intermunicipal, que tem caráter essencial;

b) abastecimento de água e esgoto sanitários;

c) mercados, feiras e matadouros locais;

d) cemitérios e serviços funerais;

e) iluminação pública;

f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo, inclusive hospitalar;
g) construção e conservação de estradas municipais.

VII – executar obras públicas;

VIII – conceder licença para:

a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestação de serviços;

b) publicidade em geral;

c) promoção de jogos, espetáculos e divertimentos públicos;

d) atividade de comércio eventual ou ambulante;

e) serviços de táxis.

IX – cassar licença que haja concedido a estabelecimento que tenha atuação prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego ou a segurança pública;

X – adquirir bens, inclusive por desapropriação;

XI – fomentar atividades econômicas, com prioridade para os pequenos empreendimentos, incluída a atividade artesanal;

XII – promover iniciativa e atos que assegurem a plenitude de sua autonomia constitucionalmente assegurada;

XIII – fixar tarifas de serviços públicos, inclusive de serviços de táxis;

XIV – sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XV – fiscalizar, nos locais de vendas, pesos, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XVI – dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XVII – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores.
XVIII – A denominação de prédios e logradouros públicos serão objeto de Lei de iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo.

SEÇÃO II
DAS COMPETÊNCIAS COMUNS

Art. 10. É competência do Município de Guaraci, em conjunto com a União e o Estado do Paraná:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública de Guaraci, da proteção das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a invasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XI – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XII – realizar:

a) serviços de assistência social, com a participação da população;

b) atividades de defesa civil.

XIII – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XIV – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XV – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
§ 1º As metas relacionadas nos incisos do caput deste artigo constituirão prioridades permanentes do planejamento municipal.

§ 2º Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

SEÇÃO III
DAS COMPETÊNCIAS SUPLEMENTARES

Art. 11. Compete, ainda, ao Município suplementar a legislação federal e a estadual, visando ao exercício de sua autonomia e à consecução do interesse local, especialmente sobre:

I – promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

II – sistema municipal de educação;

III – licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta, indireta e fundacional;

IV – defesa e preservação do meio-ambiente e conservação do solo;

V – combate a todas as formas de poluição ambiental;

VI – uso e armazenamento de agrotóxicos;

VII – defesa do consumidor;

VIII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

IX – seguridade social.

SEÇÃO IV
DAS VEDAÇÕES

Art. 12. É vedado ao Município:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei municipal, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – dar nome de pessoa viva a prédios e logradouros públicos municipais, bem como lhes alterar a denominação sem consultas prévias à população interessada, na forma da lei;

V – exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

VI – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente;

VII – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

VIII – utilizar tributo com efeito de confisco;

IX – instituir imposto sobre:

patrimônio, renda ou serviço federal ou estadual;

templos de qualquer culto;

patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

X – contratar com pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social e prestar-lhe benefícios ou incentivos fiscais.

XI – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

XII – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

XIII – renunciar à receita fiscal sem a tomada das providências necessárias à garantia do equilíbrio das contas.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Guaraci.

Parágrafo único. Cada Legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 14 – A Câmara Municipal compõe-se de 09 (nove) Vereadores eleitos, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto realizado simultaneamente em todo o País.

§ 1º O número de Vereadores da Câmara Municipal, proporcional à população do Município constante da estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observado o estabelecido no inciso IV do art. 29 da Constituição Federal.

§2º. O número de Vereadores será fixado através de Emenda à Lei Orgânica, observando-se os limites populacionais, o princípio da anterioridade e as normas constitucionais.

§ 3º A Mesa Diretora da Câmara enviará a Justiça Eleitoral, logo após a promulgação, o novo número de vereadores, embasando a tomada de providências para a próxima eleição.

Art. 15. As deliberações da Câmara e de suas Comissões, salvo disposto em contrário prevista nesta Lei Orgânica, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16. Cabe a Câmara, com sanção do Prefeito, dispor sobre matérias de interesse local, especialmente as definidas nos artigos 9º, 10º e 11 desta Lei Orgânica.

Art. 17. É da competência exclusiva da Câmara Municipal de Guaraci:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – dispor sobre:

sua organização, funcionamento e polícia;

criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

III – mudar temporariamente sua sede;

IV – criar comissões parlamentares de inquérito sobre fato específico, na forma do regimento interno.

V – aprovar crédito suplementar ao seu orçamento, utilizando suas próprias dotações;

VI- convocar o prefeito, secretários, chefe do executivo e servidores municipais em geral, incluída a administração indireta e fundacional, para prestarem informações sobre atividades de sua responsabilidade;

VII – suspender leis ou atos municipais declarados inconstitucionais pelo Poder Judiciário;

VIII – conceder licença ao Prefeito e aos vereadores para afastar-se do cargo, nos termos desta Lei Orgânica;

IX – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

X – sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XI – resolver definitivamente sobre acordos, convênios, consórcios e contratos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XII- fixar até 06 (seis) meses antes da eleição municipal os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos vereadores e Secretários Municipais, observando o processo legislativo quanto a competência e os ditames constitucionais.

XIII – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIV- tomar e julgar as contas do município, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 90 (noventa dias) contando de seu recebimento e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XV – processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores por infrações político-administrativas, na forma desta Lei Orgânica e da Legislação correlata;

XVI – decidir sobre a perda do mandato de Vereador, por voto aberto e maioria qualificada nas hipóteses previstas no artigo 20;

XVII – elaborar a proposta orçamentária do Poder Legislativo, observados os limites incluídos na Lei de diretrizes orçamentárias;

XVIII – fixar e alterar o número de vereadores a serem eleitos no município, nos termos dos parágrafos do artigo 14 desta Lei Orgânica, observada a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná;

XIX – propor ação de inconstitucionalidade da lei ou ato municipal frente à Constituição do Estado do Paraná, através de sua Mesa;

XX – propor, juntamente com outras Câmaras, emendas à Constituição do Estado do Paraná;

XXI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional;

XXII – solicitar informações e requisitar documentos ao Executivo sobre quaisquer assuntos referentes à administração municipal;

XXIII – zelar pela preservação de sua competência Legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XXIV – deliberar sobre outras matérias de caráter político ou administrativo e de sua competência privativa;

XXV – eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

XXVI – sustar contratos impugnados pelo Tribunal de Contas do Estado, nos termos do § 1º do artigo 71 da Constituição Federal combinado com o caput de seu artigo 75;

XXVII – processar e julgar o Prefeito nos termos do artigo 57 desta Lei Orgânica;

XXVIII – decidir sobre a perda do mandato do Prefeito, na forma do disposto no artigo 57 desta Lei Orgânica.

XXIX – conceder título honorífico à pessoa que tenha reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo aprovado pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, obtida em escrutínio aberto;

XXX – realizar, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, para apresentação da avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre pelo Poder Executivo.

XXXI- sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XXXII- legislar sobre todos os demais assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

SEÇÃO III
DOS VEREADORES

Art. 18. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

Art. 18-A Ao vereador compete levar problemas e solicitações do Município às esferas estadual e federal para tudo requerer e almejar soluções, inclusive na busca de emendas parlamentares.

Art. 18-B Ao vereador é assegurado o direito e vantagem estabelecido pelo artigo 7°, inciso VIII, da Constituição Federal.

Parágrafo único - Para fins de atendimento dos ditames do parágrafo anterior, fica definido:

I - O 13° (décimo terceiro) salário corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

II – A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do inciso anterior.

III – O 13° (décimo terceiro) salário poderá ser pago em duas parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

IV – O pagamento de cada parcela se fará com base na remuneração do mês em que ocorrer o pagamento.

V – A segunda parcela, será calculada com base na remuneração em vigor no mês de dezembro, abatida a importância da primeira parcela pelo valor pago.

VI – Caso o Vereador deixe o cargo, o 13° (décimo terceiro) salário ser-lhe-á pago proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano.

Art. 19. Os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do Diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:
a) ser proprietário, controlador(es) ou diretor(es) de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea "a" do inciso anterior, deste artigo;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso anterior, deste artigo;

ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

Art. 20. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos:

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos em Lei;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – que fixar domicílio fora do município;

VIII – que deixar de tomar posse, no prazo de 10 (dez) dias da data fixada no § 3º do artigo 24 desta Lei Orgânica.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI do *caput* deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara por voto aberto e maioria qualificada, mediante provocação da mesa, de qualquer vereador ou de partido político representado pela Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII e VIII do *caput* deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 4º As faltas injustificadas importará em desconto de 10% (dez por cento), por sessão, do subsídio mensal do vereador.

Art. 21. Extingue-se o mandato:

I – por falecimento do titular;

II – por renúncia formalizada.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara, nos casos definidos no caput deste artigo, declarará a extinção do mandato.

Art. 22. Não perderá o mandato o Vereador:

I – licenciado para exercer cargos em comissão nos governos federal, estadual e municipal;

II – licenciado pela Câmara por motivo de doença comprovada ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

III – por motivo de gestação, por 180 (cento e oitenta) dias, ou paternidade pelo prazo da lei;

IV – por motivo de adoção, nos termos em que a lei dispuser.
§ 1º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo em que for investido.

§ 2º Licenciado por motivo de doença comprovada, o Vereador fará jus a sua remuneração, conforme legislação vigente.

Art. 23. O Suplente será convocado sempre que ocorrer uma das hipóteses estabelecidas nos incisos do caput do artigo anterior e dos caputs dos artigos 20 e 21 desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga e não havendo suplente far-se-á eleição, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral, se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

SEÇÃO IV
DAS REUNIÕES

Art. 24. A Câmara Municipal de Guaraci, reunir-se-á anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 1º A sessão Legislativa ordinária no primeiro período não será interrompida, enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentária- LDO, assim como a sessão Legislativa ordinária no segundo período não será interrompida, enquanto não for aprovada a Lei Orçamentária Anual e/ou Plano Plurianual- PPA.

§ 2º A Câmara Municipal reunir-se-á, além de outros casos previstos em seu Regimento interno, para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.

§ 3º A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, em 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura para:

I – posse dos vereadores; observadas as seguintes normas:

a) sob a presidência do vereador mais idoso entre os presentes, os demais Edis prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso:
"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE GUARACI E PELO BEM-ESTAR DO SEU POVO".

b) prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim, fará a chamada nominal de cada Vereador, o qual declarará: "ASSIM O PROMETO";

c) o Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá faze-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal;

d) no ato de posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se;

e) apresentar cópia do diploma conferido pela Justiça Eleitoral e a declaração de imposto de renda, até o prazo de 31 de Dezembro do ano de sua eleição, conforme estabelece o Regimento Interno.

II – eleição da Mesa Executiva, para mandato de 02 (dois) anos, vedada à recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente, observadas as seguintes regras:

a) Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da mesa, por votação nominal e aberta, por maioria absoluta de votos, que ficarão desde logo empossados.

b) Não havendo maioria absoluta ou não se efetivando a eleição, o vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá interinamente na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

c) a eleição e o escrutínio para Presidente e demais membros da Mesa da Câmara Municipal, se procederá na forma estabelecida no Regimento Interno.

d) A eleição da Mesa para o segundo biênio da Legislatura far-se-á na última sessão ordinária do mês de agosto do ano anterior do início do segundo biênio, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente;

e) o Regimento Interno da Câmara Municipal disporá sobre a composição e atribuições da Mesa Executiva e das competências de seus membros, além de, subsidiariamente, nortear a sua eleição;

f) qualquer componente da Mesa Executiva poderá ser destituído, pelo voto da maioria qualificada dos membros da Câmara Municipal, quando comprovadamente faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro afastado.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara far-se-á em caso de urgência ou de interesse público relevante, na forma de seu Regimento Interno:

I – pelo Presidente da Câmara;

II – pela maioria dos Vereadores;

III- pelo Prefeito Municipal, durante o recesso legislativo;

§ 5º Convocada extraordinariamente, a Câmara somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

SEÇÃO V
DAS COMISSÕES

Art. 25. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma de seu Regimento Interno e com as atribuições nele previstas ou no ato que resultar sua criação.

§ 1 º Na constituição da Mesa e de cada Comissão assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar proposições que dispensar, na forma do Regimento Interno da Câmara, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de, no mínimo, a 1/3 (um terço) dos Vereadores;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, nos ternos desta Lei Orgânica;

III – convocar Secretários e Assessores municipais e Diretores de órgãos da administração indireta e fundacional para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir pareceres.

§ 3º As Comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação, para apuração de fato determinado e por prazo certo, na forma do Regimento Interno da Câmara, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 26. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidades da sociedade civil, nos termos do inciso II do § 2º do artigo anterior, para:

I – instruir matéria legislativa em tramitação;

II – tratar de assuntos de interesse público relevante, pertinente a sua área de atuação, mediante proposta de qualquer de seus membros ou a pedido de entidade interessada.

§ 1º Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidos, as autoridades, as pessoas interessadas e representantes das entidades participantes.

§ 2º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão possibilitará a audiência das diversas correntes de opinião.

Art. 26 A. A Comissão de Finanças e Orçamento realizará, anualmente, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, audiência pública, para a qual será convocado o Chefe do Poder Executivo, que deverá apresentar a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao quadrimestre.

Art. 27. Constituir-se-á uma Comissão representativa da Câmara Municipal, eleita por seu plenário na última sessão ordinária do período legislativo, para, durante o recesso:

I – zelar pelas prerrogativas do Poder legislativo;

II – convocar extraordinariamente a Câmara;

III – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município e conceder-lhe licença;

IV – exercer, na forma do Regimento Interno:

a) as competências do § 2º do artigo 25 desta Lei Orgânica, que lhe forem delegadas pelo Plenário;

atribuições da Mesa por ela delegadas à Comissão.

Parágrafo único. Na composição da Comissão representativa, observado o disposto no § 1º do artigo 25 desta Lei Orgânica, assegurar-se-á a participação de todos os partidos políticos com assento na Câmara.

SEÇÃO VI
DO PROCESSO LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 28. O processo legislativo compreende a elaboração de :

I – emendas à Lei Orgânica:

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – resoluções;

V – decretos legislativos.

Parágrafo único. A elaboração, a redação e a consolidação das leis obedecerão ao disposto na lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e Decreto n. 12.002 de 22 de abril de 2024, ou outra que a venha substituir.

SUBSEÇÃO II
DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 29. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II – do Prefeito Municipal;

III – de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.
§ 1º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada pela Câmara em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 2/3 (dois terços) dos votos dos Vereadores.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III
DAS LEIS

Art. 30. A iniciativa das leis complementares e ordinárias caberá a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos.

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I – criação, organização e alteração da guarda municipal;

II – criação de cargos, funções ou empregos públicos municipais ou aumento de sua remuneração;

III – servidores públicos municipais, seu regime jurídico e provimento de cargos;

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública;

V – plano plurianual, lei de diretrizes orçamentária e anual;

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei de interesse do Município, da cidade, de bairros ou distritos, através da manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado e deverá conter:

I – identificação dos assinantes;

II – número do título de eleitor;

III – certidão expedida pelo Juízo Eleitoral, contendo o numero total de eleitores do bairro ou município.

Art. 31. Não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias, dispostos no artigo 120 desta Lei Orgânica, observado, sempre, o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Parágrafo Único. Os Projetos de Lei que alteram a Lei Orçamentária Anual, deverão conter de forma clara e expressa o Plano de Aplicação e atender a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 e as Portarias dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, Orçamentário e Gestão que estiverem em vigor e se apliquem à matéria.

Art. 32. O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Se, no caso do caput deste artigo, a Câmara não se manifestar sobre a proposição, em até 30 (trinta) dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se todas as demais deliberações legislativas da Casa, até que se ultime a votação.

§ 2º O prazo fixado no parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso legislativo nem se aplica aos projetos de códigos e de leis complementares.´

Art. 33. A Câmara, concluída a votação, enviará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o projeto de lei aprovado ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, e comunicará, dentro de 02 (dois) dias úteis, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º O veto será apreciado dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento pela Câmara, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação aberta.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação, ao Prefeito Municipal.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de 02 (dois) dias úteis pelo Prefeito Municipal, nos casos dos §§ 3º e 5º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Art. 34. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 35. Os projetos de lei serão discutidos e votados, em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, o quórum exigido.
Parágrafo único O interstício somente poderá ser dispensado conforme especificado no Regimento Interno.

Art. 36. As leis complementares versarão, dentre outras, sobre as seguintes matérias:

I – Código Tributário;

II – Código de Obras e Edificações;

III – Código de Posturas;

IV – Código de Zoneamento;

V – Código de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;

VI – Estatuto dos Servidores Municipais;

VII – Plano diretor de Desenvolvimento Integrado.

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SUBSEÇÃO IV
DAS RESOLUÇÕES E DECRETOS LEGISLATIVOS

Art. 37. As Matérias de competência exclusiva da Câmara, definidas no artigo 17 desta Lei Orgânica, constituem objeto de Resolução, nos termos do Regimento Interno, salvo aquelas elencadas no inciso XII, do predito artigo, que tramitarão via Projeto de Lei.

Art. 37- A. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição que se destina a regular matéria de exclusiva competência da Câmara, não sujeita à sanção do Prefeito, e que tenha efeito externo.

Art. 37- B. São objetos de Decreto Legislativo, promulgado e publicado pelo Presidente, entre outras, as seguintes matérias administrativas ou político-administrativas:

I - concessão de licença ao Prefeito e ao vice-prefeito, que não poderão ausentar por mais de quinze dias consecutivos, sendo mesmo prazo para viagem internacional, sob pena de perda do mandato;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Município;

III - representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV - cassação do mandato do Prefeito e Vice-Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente;

V – a concessão de título de Cidadão de Guaraci ou qualquer outra honraria.

SEÇÃO VII
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 38. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e nos termos da lei complementar, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular, nos termos do § 2º do artigo 30 desta Lei Orgânica.

Art. 39. O plebiscito é a manifestação do eleitorado municipal sobre fato específico, decisão política, programa ou obra.

§ 1º O Plebiscito será convocado pela Câmara Municipal, através de Decreto Legislativo, deliberando sobre requerimento apresentado:

por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

pelo Prefeito Municipal;

pela terça parte, no mínimo, dos Vereadores.

§ 2º Independe de requerimento à convocação do plebiscito previsto no § 1º do artigo 7º desta Lei Orgânica.
§ 3º É permitido circunscrever o plebiscito à área ou população diretamente interessada na decisão a ser tomada, o que deve constar do ato de sua convocação.

Art. 40. O referendo é a manifestação do eleitorado sobre lei municipal ou parte dela.

Parágrafo único. A realização de referendo será autorizada pela Câmara, por Decreto Legislativo, atendendo requerimento encaminhado nos termos dos incisos do § 1º do artigo anterior.

Art. 41. Aplicam-se à realização de plebiscito ou de referendo as normas constantes neste artigo e em lei complementar.

§ 1º Considerando-se definitiva a decisão que obtenha a maioria dos votos, tendo comparecido, pelo menos, a metade mais um dos eleitores do Município, ressalvando o disposto no § 3º do artigo 39 desta Lei Orgânica.

§ 2º A realização de plebiscito ou referendo, tanto quanto possível, coincidirá com eleições no Município.

§ 3º O Município deverá alocar recursos financeiros necessários à realização de plebiscito ou referendo.

§ 4º A Câmara organizará, solicitando a cooperação da Justiça Eleitoral, a votação para a efetivação de um dos instrumentos de manifestação da soberania popular, indicados neste artigo.

Art. 42. A Câmara fará tramitar o projeto de lei de iniciativa popular, nos termos do inciso III do caput do artigo 29 desta Lei Orgânica, de acordo com suas normas regimentais, incluindo:

I - audiência pública em que sejam ouvidos representantes dos signatários, podendo ser realizada perante Comissão;

II – prazo para deliberação regimentalmente previsto;

III – votação conclusiva pela aprovação, com ou sem emendas ou substitutivo, ou pela rejeição.

SEÇÃO VIII
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 43. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo controle interno de cada Poder, na forma da Lei.

§ 1º Prestará conta qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

§ 4º Recebido o parecer prévio a que se refere o parágrafo anterior, a Câmara, no prazo máximo de 90 (noventa) dias julgará as contas do Município.

§ 5º Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, observado o disposto no artigo 73 desta Lei Orgânica.

Art. 44. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de contas do Estado, ao qual constitucionalmente compete:
I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 90 (noventa) dias, a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta, indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a, perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte prejuízo ao erário público.

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alteram o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara Municipal ou de suas Comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo, e demais entidades referidas no inciso II, deste artigo;

V – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Município;

VI – prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal ou por qualquer de suas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei que estabelecerá, entre outras cominações, multas proporcionais ao dano causado ao erário;

VIII – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

IX – sustar se não atendido a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

X – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados

XI – fiscalizar o cumprimento dos limites de despesa previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e no artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 2º - Se a Câmara ou o Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Art. 45. A Comissão permanente a que se refere o § 1º do Artigo 73 desta Lei Orgânica, diante de indícios de despesas não autorizadas, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesas, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública do Município, proporá à Câmara sua sustação.

Art. 46. As contas do Município ficarão, durante todo o exercício, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Parágrafo único. As contas estarão à disposição dos contribuintes, no mesmo período, em locais de fácil acesso ao público, na Câmara e na Prefeitura Municipal e, inclusive, através de meio eletrônicos.

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO
SEÇÃO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 47. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por seu secretariado.

Art. 48. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, observado, no que couber, o disposto no artigo 14 da Constituição Federal e as normas da legislação específica.

Parágrafo único. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Art. 49. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, prestando individualmente o seguinte compromisso: *"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARACI E DESEMPENHAR COM LEALDADE E PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DE MEU CARGO".*

Parágrafo único. Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 50. O Prefeito e o Vice-Prefeito, no ato de posse e ao término do mandato, farão declaração pública de seus bens.

Art. 51. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado.

Art. 52. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da Chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Implica na perda no cargo, que exerce a Mesa, a recusa do Presidente em assumir o cargo de Prefeito, nos termos do caput deste artigo.

Art. 53. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo à vacância nos últimos 02 (dois) anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, 30 (trinta) dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal por votação indireta, na forma da lei.

§ 2º Em quaisquer dos casos previstos, os eleitos deverão completar o período do mandato de seus antecessores.

Art. 54. O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias.

§ 1º O Prefeito poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença devidamente comprovada;

II – para desempenhar missão oficial de interesse do Município;

III – para tratar de interesse particular.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração.

§ 3º O Prefeito licenciado passará o exercício do cargo a seu substituto legal.

§ 4º O Prefeito e o Vice-Prefeito deverão ter como seu domicílio, obrigatoriamente, o Município.

§ 5º O Prefeito não poderá se ausentar do país sem licença da Câmara por mais de quinze dias consecutivos.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 55. Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

I – nomear e exonerar seus auxiliares ocupantes de cargos em comissão;

II – nomear, na área do Executivo, os servidores municipais aprovados em concurso público;

III – exercer, com auxílio de seus secretários a direção superior da administração municipal;

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

V – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VII – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VIII – representar o Município em juízo e nas relações políticas, sociais, jurídicas e administrativas;

IX – celebrar acordos, contratos, convênios e consórcios, observado o disposto no inciso XI do artigo 17 desta Lei Orgânica;

X – remeter mensagem e plano de governo à Câmara por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

XI – enviar à Câmara o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânicas;

XII – prestar, anualmente, a Câmara Municipal, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XIII - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, bem como prover os cargos de direção ou administração superior das autarquias e fundações públicas;

XIV – colocar a disposição da Câmara os recursos a que se refere o artigo 122 desta Lei Orgânica;

XV – decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XVI – prestar à Câmara as informações requeridas e enviar-lhes os documentos solicitados, no prazo de 30 (trinta) dias;

XVII – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XVIII – declarar calamidade pública, na existência de fatos que a justifiquem;

XIX – convocar extraordinariamente a Câmara, em período de recesso legislativo;

XX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual;

XXI – executar atos e providências necessárias à prática regular da administração, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

XXII – exercer outras atribuições mencionadas nesta Lei Orgânica.

XXIII – apresentar, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, avaliação do cumprimento de metas fiscais perante a Comissão de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal;

XXIV – realizar limitação de empenho e movimentação financeira se verificar que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no anexo de metas fiscais, pelo prazo necessário à recomposição das dotações objeto da limitação, sob pena de, não o fazendo, o fazer o Poder Legislativo.

XXV – estabelecer programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso e até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

SEÇÃO III
DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 56. O Prefeito não poderá:

I – exercer cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional, no âmbito federal, estadual ou municipal, ressalvada posse em virtude de concurso público e observado o disposto nos incisos II, IV e V do artigo 38 da Constituição Federal;

II – firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista ou com pessoas que realizem serviços municipais;

III – patrocinar causas contra o Município ou suas entidades descentralizadas;

IV – exercer outro mandato eletivo.

V – por extinção declarada pela Mesa da Câmara Municipal, quando:

a) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

b) perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

c) decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

d) renúncia por escrito, considerada também como tal o não comparecimento para a posse no prazo previsto no parágrafo único do artigo 49 desta Lei Orgânica.

SEÇÃO IV
DO JULGAMENTO DO PREFEITO

Art. 57 - O Prefeito será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pela prática de crimes de responsabilidades e, bem assim, através da Câmara Municipal, em função de infrações político-administrativas, nos termos da legislação federal aplicável.

§ 1º - São crimes de responsabilidade do Prefeito, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente de pronunciamento da Câmara Municipal:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, verbas ou rendas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aos cidadãos nos prazos e condições estabelecidas em lei;

VII - deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos, subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - contrair empréstimos, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara Municipal ou em desacordo com a lei;

IX - conceder empréstimos, auxílios ou subvenções, sem autorização da Câmara Municipal, ou em desacordo com a lei;

X - alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara Municipal, ou em desacordo com a lei;

XI - adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição em lei;

XIV - negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

§ 2º - Os crimes definidos no parágrafo anterior são de ordem pública, punidos na forma da legislação específica.

§ 3º - A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos no § 1º, acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo legal, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

§ 4º - O Vice-Prefeito ou quem vier a substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado a substituição.

§ 5º - São infrações político-administrativas do prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de inquérito da Câmara ou auditoria, regulamente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, as convocações ou a pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, o plano plurianual de investimentos, o projeto de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei Orgânica, sem autorização da Câmara Municipal;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

§ 6º - O processo de cassação do mandato do prefeito pela Câmara Municipal, por infrações definidas no parágrafo anterior, obedecerá a rito fixado no seu Regimento Interno, se outro não for estabelecido pela legislação federal ou estadual, assegurada, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, ampla defesa, com os meios recursos pertinentes, e a decisão motivada, que se limitará a decretar a cassação.

§ 7º - Extingue-se o mandato do Prefeito, e assim deve ser declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica;

III - incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos nesta Lei Orgânica, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, nos prazos que a lei ou a Câmara Municipal fixar.

§ 8º - A extinção do mandato do Prefeito independe de deliberação do Plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo presidente da Câmara Municipal e sua inserção em ata.

SEÇÃO V
DOS SECRETÁRIOS E ASSESSORES

Art. 58 - Os Secretários e Assessores Municipais ocuparão cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, na forma da lei.

§ 1º - Compete aos Secretários:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito relatório semestral de sua atuação na Secretaria;

§ 2º Aplica-se, no que couber, aos Assessores o disposto nos incisos do Parágrafo anterior.

Art. 59. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias e Assessorias municipais.

SEÇÃO VI

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 60 - Até 30 (trinta) dias antes da posse da administração municipal eleita, o Prefeito Municipal deverá preparar para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal que conterá, entre outras, informações atualizadas sobre:

I - dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da administração municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II - medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III - prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV - situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V - estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizadas, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI - transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

VII - projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar o seu andamento ou retirá-los;

VIII - situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 61 - Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito do Município é facultado direito de instituir equipe de transição, observado o disposto nos artigos seguintes desta Seção.

Art. 62 - A equipe de transição de que trata o artigo anterior tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito do Município, a serem editados imediatamente após a sua posse.

§ 1º - Os membros da equipe de transição serão indicados pelo candidato eleito e terão acesso às informações relativas as contas públicas, aos programas e aos projetos do Governo Municipal.

§ 2º - A equipe de transição será supervisionado por um Coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 63 – Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pelo Coordenador de equipe de transição, bem como a prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos.

Art. 64 - Compete a Coordenação Geral do Município ou a outro órgão que lhe venha substituir ou assumir suas atribuições, disponibilizar, aos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e

Vice-Prefeito, local, infraestrutura e apoio administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 65 - As propostas orçamentárias para os anos que ocorrem eleições municipais deverão prever dotações orçamentárias, alocadas em ação específica na Coordenação Geral do Município, para atendimento das despesas decorrentes do disposto nesta Lei.

Art. 66 - Estas normas não se aplicam no caso de reeleição de Prefeito do Município.

Art. 67 - É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º - Serão nulos e não produzirão nenhum efeito, os atos e empenhos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do prefeito Municipal.

TÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 68 - Os órgãos e entidades da administração municipal adotarão as técnicas de planejamento, coordenação, descentralização, desconcentração e controle.

SEÇÃO I
DO PLANEJAMENTO

Art. 69 - As ações governamentais obedecerão a processo permanente de planejamento, com o fim de integrar os objetivos institucionais dos órgãos e entidades municipais entre si, bem como às ações da União, do Estado e regionais que se relacionam com o desenvolvimento do Município.
§ 1º - Além dos mencionados neste artigo, o planejamento municipal terá como outros objetivos:
I - estabelecer um processo de planejamento democrático, participativo, multidisciplinar e permanente;
II - fixar as prioridades a serem atendidas pelo Município, observado o interesse público e o disposto no parágrafo único do artigo 10, desta Lei Orgânica;
III - promover o desenvolvimento do Município, nos termos do artigo 8º, desta Lei Orgânica;
IV - buscar reduzir as desigualdades sociais e setoriais existentes no território do Município.

§ 2º - Incorporam-se aos componentes do planejamento municipal indicados nos incisos do parágrafo precedente, projetos e programas desenvolvidos pelo Município setorialmente.

§ 3º - Os instrumentos de que trata o artigo 120, desta Lei Orgânica, serão determinantes para o setor público, vinculado os atos administrativos de sua execução.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO

Art. 70 - A execução dos planos e programas governamentais será objeto de permanente coordenação, com o fim de assegurar eficiência e eficácia na consecução dos objetivos e metas fixados.

§ 1º - Integram fundamentalmente o planejamento municipal;

a) o Plano Diretor e legislação correlata;

b) o Plano Plurianual;

c) a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

d) a Lei Orçamentária Anual, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.

§ 2º - Fica assegurada a participação popular, nos termos da lei, no processo de planejamento municipal e no acompanhamento e avaliação de sua execução.

I - a participação popular efetivar-se-á através de entidades representativas da sociedade organizada;

II - o Município acatará a constituição, pela comunidade, de colegiado coordenador do processo de participação popular;

SEÇÃO III
DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA DESCONCENTRAÇÃO

Art. 71 - A execução das ações governamentais poderá ser descentralizada ou desconcentrada, para:

I - outros entes públicos ou entidades a eles vinculadas, mediante convênio;

II - órgãos subordinados da própria administração municipal;

III - entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas à administração municipal;

IV - empresas privadas, mediante concessão ou permissão.

§ 1º - Cabe aos órgãos de direção, o estabelecimento dos princípios, critérios e normas que serão observados pelos órgãos e entidades públicas e privadas incumbidas da execução.

§ 2º - Haverá responsabilidade administrativa dos órgãos de direção, quando os órgãos e entidades de execução descumprir os princípios, critérios e normas gerais referidas no parágrafo anterior, comprovada a omissão dos deveres próprios da auto-tutela ou da tutela administrativa.

SEÇÃO IV
DO CONTROLE

Art. 72 - As atividades da administração interna e externa obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e estão sujeitos a controle interno e externo.
§ 1º - O controle interno será exercido pelos órgãos subordinados competentes, observados os princípios da auto-tutela, da tutela administrativa e do disposto pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
§ 2º - O controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente, e pela Câmara Municipal.
Art. 73 - Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades privadas;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, dela darão ciência à Corte de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade.
§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS ORGANIZACIONAIS
SEÇÃO I
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 74 - Constituem a administração direta, os órgãos integrantes da Prefeitura Municipal ou a ela subordinados.

Art. 75 - Os órgãos subordinados da Prefeitura Municipal serão de:
I - direção e assessoramento superior;
II - assessoramento intermediário;
III - execução.
§ 1º - São órgãos de direção superior, providos de correspondente assessoramento, as Secretarias Municipais.
§ 2º - São órgãos de assessoramento intermediário, aqueles que desempenham suas atribuições junto às Chefias dos órgãos subordinados das Secretarias Municipais.
§ 3º - São órgãos de execução, aqueles incumbidos da realização dos programas e projetos determinados pelos órgãos de direção.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 76 - Constituem a administração indireta, as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e as fundações públicas, criadas por lei específica.

§ 1º - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiária das entidades mencionadas neste artigo, assim como a participação delas e empresa privada.

§ 2º - É vedada a delegação de poderes ao Executivo, para criação, extinção, ou transformação de entidade de sua administração indireta.

Art. 77 - As entidades da administração indireta serão vinculadas à Secretaria Municipal em cuja área de competência enquadrar-se sua atividade institucional, sujeitando-se à correspondente tutela administrativa.
Art. 78 - As empresas públicas e as sociedades de economia mista municipais, serão prestadoras de serviços públicos ou instrumentos de atuação do Poder Público no domínio econômico, sujeitando-se, em ambos os casos, ao regime jurídico das licitações públicas, nos termos do artigo 37, XXI, da Constituição Federal.
Parágrafo único - A empresa pública e a sociedade de economia mista, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

SEÇÃO III
DOS SERVIÇOS DELEGADOS

Art. 79 - A prestação de serviços públicos poderá ser delegada ao particular mediante concessão ou permissão.
Parágrafo único - Os contratos de concessões e os termos de permissão estabelecerão condições que assegurem ao Poder Público, nos termos da lei, a regulamentação e o controle sobre a prestação dos serviços delegados, observado o seguinte:
I - no exercício de suas atribuições, os servidores públicos investidos de poder de polícia terão livre acesso a todos os serviços e instalações das empresas concessionárias e permissionárias;
II - estabelecimento de hipóteses de penalização pecuniária, de intervenção por prazo certo e de cassação, impositiva esta em caso de contumácia no descumprimento de normas protetoras da saúde e do meio-ambiente.

SEÇÃO IV
DOS ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO

Art. 80 - São organismos de cooperação com o Poder Público, os Conselhos Municipais e as fundações e associações privadas que realizem, sem fins lucrativos, funções de utilidade pública.

SUBSEÇÃO I
DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 81 - Os Conselhos Municipais terão por finalidade auxiliar a administração na análise, no planejamento e na decisão de matéria de sua competência.
Art. 82 - Lei autorizará o Executivo a criar Conselhos Municipais, cujos meios de funcionamento estes proverá, e lhes definirá, em cada caso, atribuições, organização, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato, observado o seguinte:
I - composição por número ímpar de membros, assegurada, quando for o caso, a representatividade da administração, de entidades públicas e de entidades associativas ou classistas, facultada ainda, a participação de pessoas de notório saber na matéria de competência do Conselho;
II - dever, para os órgãos e entidades da administração municipal, de prestas as informações técnicas e de fornecer os documentos administrativos que lhes forem solicitados.
§ 1º - Os Conselhos Municipais deliberarão por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros, incumbindo-lhes mandar publicar os respectivos atos no órgão oficial.
§ 2º - A participação nos Conselhos Municipais será gratuita e constituirá serviço público relevante.
Art. 83 - As fundações e associações mencionadas no artigo 74, desta Lei Orgânica, terão precedência na destinação de subvenções ou transferências à conta do orçamento municipal ou de outros auxílios de qualquer natureza por parte do Poder Público, ficando quando os receberem, sujeitos à prestação de contas.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS HUMANOS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84 - Os servidores públicos constituem os recursos humanos dos Poderes Municipais, assim entendidos os que ocupam ou desempenham cargo, função ou emprego de natureza pública, sendo-lhes assegurado:
I - o direito à livre associação sindical, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical da categoria;
II - o direito de greve, competindo aos servidores públicos municipais decidir a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender, nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;
III - revisão geral e reposição da remuneração, bem como a concessão de aumentos reais, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
IV - a irredutibilidade dos vencimentos, atendido, no tocante à remuneração, ao disposto nos artigos 150, II; 153, III; 153, § 2º, I, da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.
§ 1º - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos municipais, observando, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

§ 2º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
§ 3º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal, ressalvado o disposto no parágrafo anterior e no artigo 39, § 1º, da Constituição Federal.
§ 4º - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal, não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
§ 5º - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:
a de dois cargos de professor;

a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
§ 6º - A proibição de acumular, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 7º - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão.
§ 8º - Nenhum servidor público municipal poderá ser proprietário, diretor ou integrar Conselho de empresa fornecedora, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, salvo quando o instrumento obedecer cláusulas uniformes. Será demitido, cumpridas as formalidades legais, o servidor que descumprir as vedações deste parágrafo.
§ 9º - Assegurar-se-á a participação paritária dos servidores públicos municipais em:
órgãos de direção de entidades responsável pela previdência e assistência social da categoria;

b) gerência de fundos e demais entidades para as quais contribuam.
§ 10 - para os fins desta lei, considera-se:

I - servidor público civil, aquele que ocupa cargo de provimento efetivo, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, assim como na Câmara Municipal;
II - empregado público, aquele que mantém vínculo empregatício com empresas públicas ou sociedade de economia mista, quer sejam prestadores de serviços públicos ou instrumentos de atuação no domínio econômico;
III - servidor público temporário, aquele que exerce cargo ou função de confiança, ou que haja sido contratado na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, na administração direta ou nas autarquias e fundações de direito público, bem assim na Câmara Municipal;

IV - a lei estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, cumpridos os seguintes critérios:
a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;
b) contrato com prazo máximo de 2 (dois) anos.
§ 11 - Os vencimentos dos servidores públicos municipais devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se seus valores, se tal prazo for ultrapassado.

§ 12 – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 85 - O Município de Guaraci instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores públicos civis, assegurados os direitos previstos nos artigos 37, 38, 39, 40 e 41, da Constituição Federal, sem prejuízo de outros que lhes venham a ser atribuídos, inclusive licença para os adotantes, além de preservar as seguintes diretrizes:
I - valorização e dignificação da função pública e do servidor público;
II - profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público municipal;
III - constituição de um quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;
IV - sistema de mérito objetivamente apurado, para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;
V - remuneração compatível com a complexidade e responsabilidade das tarefas e com a capacidade profissional;
VI - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou de outros tratamentos remuneratórios ou ao desenvolvimento de carreiras.

Parágrafo único - A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
Art. 86 - A cessão dos servidores públicos e de empregados públicos entre os órgãos da administração direta, às entidades da administração indireta e à Câmara Municipal, somente será deferida sem ônus para o cedente, que, imediatamente, suspenderá o pagamento da remuneração ao cedido.

Parágrafo único - O Presidente da Câmara Municipal, ou o Prefeito, poderão autorizar a cessão sem ônus para o cessionário, em caráter excepcional, diante de solicitação fundamentada dos órgãos e entidades interessadas.
Art. 87 - Os nomeados para cargo ou função de confiança apresentarão, antes da investidura, declaração de imposto de renda, anualmente, em data coincidente com a da sua apresentação à Receita Federal.

SEÇÃO II
DA INVESTIDURA

Art. 88 - Em quaisquer dos Poderes e, bem assim, nas entidades da administração indireta, a nomeação para cargos ou funções de confiança, ressalvada a de Secretário Municipal, observará o seguinte:

I - formação técnica, quando as atribuições a serem exercidas pressuponham conhecimento específico que a lei cometa, privativamente, a determinada categoria profissional;
II - exercício preferencial por servidores públicos civis.
Art. 89 - A investidura dos servidores públicos civis e dos empregos públicos, de qualquer dos Poderes municipais, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
§ 1º - O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual prazo.
§ 2º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado, com prioridade sobre concursados, para assumir cargo ou emprego, na carreira.
Art. 90 - Os regulamentos de concursos públicos observarão o seguinte:

I - participação, na organização e nas bancas examinadoras, de representantes do Conselho Seccional regulamentador do exercício profissional, quando for exigido conhecimento técnico dessa profissão;

II - fixação de limites mínimos de idade, segundo a natureza dos serviços e as atribuições do cargo ou empregos;

III - previsão de exames de saúde e de testes de capacitação física necessários ao atendimento das exigências para o desempenho das atribuições do cargo ou emprego;

IV - estabelecimento de critérios objetivos de aferição de provas e títulos, quando possível, bem como para o desempate;

V - correção de provas sem identificação dos candidatos;

VI - divulgação, concomitantemente com o resultado, dos gabaritos das provas objetivas;

VII - direito de revisão de prova quanto a erro material, por meio de recurso, em prazo não inferior a 03 (três) dias, a contar da publicação dos resultados;

VIII - estabelecimento de critérios objetivos para apuração da idoneidade e da conduta pública do candidato, assegurada ampla defesa;

IX - vinculação da nomeação dos aprovados à ordem classificatória;

X - ampla divulgação do concurso;

XI - adequação das provas à finalidade dos cargos a serem preenchidos;
XII - realização posterior a 20 (vinte) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão permanecer abertas por, pelo menos, 10 (dez) dias úteis;

XIII - indicação pelos inscritos de, pelos menos, um representante para acompanhar as diversas fases do concurso público, até a proclamação final do resultado;

XIV - vedação de:

a) fixação de limite máximo de idade;

b) verificação concernentes à intimidade e à liberdade de consciência e de crença, inclusive política e ideológica;

c) sigilo na prestação de informações sobre a idoneidade e conduta pública do candidato, tanto no que respeita à identidade do informante como os fatos e pessoas que referir;

d) prova oral eliminatória;
e) presença, na banca examinadora, de parentes, até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, de candidatos inscritos, admitida a arguição de suspeição ou de impedimento, nos termos da lei processual civil, sujeita a decisão a recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único - A participação de que trata o inciso I, será dispensada se, em 10 (dez) dias, o Conselho Seccional não se fizer representar, por titular ou suplente, prosseguindo-se no concurso.

SEÇÃO III
DO EXERCÍCIO
Art. 91 - São estáveis, após 03 (três) anos de efetivo exercício, os servidores públicos civis admitidos em virtude de concurso público e nomeados para o exercício de cargo efetivo.
§ 1º - O servidor público municipal estável somente perderá o cargo:
I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada a ampla defesa.
§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público civil estável, será ele reintegrado, garantindo-se lhe a percepção dos vencimentos atrasados, sendo eventual ocupantes da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.
§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público civil estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
§ 4º - ao servidor público municipal eleito para função sindical, são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura e até 01 (um) ano após o término do mandato, ainda que em condição de suplente, salvo se ocorrer demissão nos termos da lei.
§ 5º - É facultado ao servidor público, eleito para direção de sindicato, o afastamento de seu cargo , sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer.
§ 6º - É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.
§ 7º - É vedada a contratação de serviços de terceiros, para a realização de atividade que possa ser regularmente exercida por servidores públicos.
§ 8º - Como condição para a aquisição de estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, na forma da lei.
Art. 92 - O Município promoverá o bem-estar social e profissional dos servidores públicos, extensivamente a seus familiares, por lei ou mediante convênio, garantindo para tal finalidade:

I - previdência e assistência sociais;

II - assistência médico-hospitalar, odontológica e laboratorial gratuita;

III - programas que visem à higiene, à segurança e à prevenção de acidentes nos locais de trabalho;

IV - cursos de aperfeiçoamento profissional, conferências e congressos, comprometendo-se o servidor municipal:

a) permanecer no cargo até 03 (três) anos após ter participado de curso de aperfeiçoamento;

b) ressarcir aos cofres públicos, caso se exonere, não cumprindo o que preceitua a alínea anterior.

Parágrafo único - A lei estabelecerá o sistema de previdência e assistência sociais dos servidores públicos municipais, observado o disposto na Lei Orgânica.

Art. 93 - O tempo de serviço público federal, estadual e municipal é computado integralmente, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
Parágrafo único - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

SEÇÃO IV
DO AFASTAMENTO

Art. 94 - Lei disporá sobre as hipóteses de afastamento dos servidores públicos.

Art. 95 - Ao servidor público civil e ao empregado público em exercício de mandato eletivo, aplica-se o seguinte:
I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo, emprego ou função;
II - investido do mandato de Prefeito, será afastado do emprego, cargo ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração que lhe convier;
III - investido do mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO V
DA APOSENTADORIA

Art. 96 - O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º - O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado:

- por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei municipal;

- compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

- aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do município.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16 deste artigo.

§ 3º - As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei municipal.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º deste artigo.

§ 4º-A - Poderão ser estabelecidos por lei complementar municipal idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 4º-B - Poderão ser estabelecidos por lei complementar municipal idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

§ 5º - Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar municipal.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º - Observado o disposto no § 2º do art. 201 da Constituição Federal, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B deste artigo decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.

§ 8º - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201, da Constituição Federal e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, serão observados, em regime próprio de previdência social, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social.

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

§ 14. O Município instituirá, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16 deste artigo.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 deste artigo oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 da Constituição Federal e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 deste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17 - Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, observado ainda o contido no artigo 149, § 1º, § 1º-A, § 1º-B e § 1º-C da Constituição Federal.

§ 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

I – Para o recebimento do abono de permanência, deverá ser realizado requerimento formal junto ao Departamento de Recursos Humanos, sendo a data-base para o início do pagamento considerada a data do requerimento.

§ 20. As disposições relativas à aposentadoria previstas neste artigo serão aplicadas em conformidade com as regras de transição estabelecidas na Lei Municipal nº 1667, de 07 de dezembro de 2021, ou legislação posterior que a revogue ou altere, especialmente aquelas contidas em seus artigos 49 e 50.

SEÇÃO VI
DA RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 97 - O Procurador Geral do Município, ou o seu equivalente, é obrigado a propor a competente ação regressiva em face do servidor público de qualquer categoria, declarado culpado por haver causado a terceiro lesão de direito que a Fazenda Municipal seja obrigada judicialmente a reparar, ainda que em decorrência de sentença homologatória de transação ou de acordo administrativo.
Art. 98 - O prazo para ajuizamento da ação regressiva, será de 30 (trinta) dias a partir da data em que o Procurador geral do Município, ou seu equivalente, for cientificado de que a Fazenda Municipal efetuou o pagamento do valor resultante da decisão judicial ou de acordo administrativo.
Art. 99 - O descumprimento, por ação ou omissão, ao disposto nos artigos anteriores desta Seção, apurado em processo regular, implicará solidariedade na obrigação de ressarcimento ao erário.
Art. 100 - A cessação, por qualquer forma, do exercício da função pública, não exclui o servidor da responsabilidade perante a Fazenda Municipal**.**
Art. 101 - A Fazenda Municipal, na liquidação do que for devido pelo servidor público civil ou empregado público, poderá optar pelo desconto em folha de pagamento, o qual não excederá de uma quinta parte do valor da remuneração do servidor.
Parágrafo único - O agente público fazendário que autorizar o pagamento da indenização dará ciência do ato, em 10 (dez) dias, ao Procurador Geral do Município, ou a seu equivalente, pena de responsabilidade.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 102 - Constituem recursos materiais do Município seus direitos e bens de qualquer natureza.
Art. 103 - Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal quanto aqueles utilizados em seus serviços.
Art. 104 - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, conforme legislação vigente.

Art. 105 - Os bens públicos municipais são imprescritíveis, impenhoráveis, inalienáveis e inoneráveis, admitidos as exceções que a lei estabelecer para os bens do patrimônio disponível.
Parágrafo único - Os bens públicos tornar-se-ão indisponíveis ou disponíveis por meio, respectivamente, de afetação ou desafetação, nos termos da lei.

Art. 106 - A alienação de bens do Município, de suas autarquias e fundações por ele mantidas, subordinadas à existência de interesse público expressamente justificado, será sempre precedida de avaliação e observará o seguinte:
I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, esta dispensável nos seguintes casos:
a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;
b) permuta;
c) investidura;
d) dação em pagamento.
II - quando móveis, dependerá de licitação, esta dispensável nos seguintes casos:
a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social, devidamente fundamentado;
b) permuta;
c) venda de ações, que possam ser negociadas em bolsa, ou de títulos na forma da legislação pertinente.
§ 1º - A administração concederá direito real de uso preferencialmente à doação de bens imóveis.
§ 2º - Entende-se por investidura a alienação, aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra pública e que se haja tornado inaproveitável, isoladamente, para fim de interesse público.
§ 3º - A doação com encargo poderá ser objeto de licitação e de seu instrumento constarão os encargos, o prazo de cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade.
III - Em ambos os casos, o projeto de lei autorizativo conterá dispositivo especificando qual a destinação que será dada aos valores auferidos com a alienação, sendo vedado o uso dos recursos mencionados neste inciso para o financiamento de despesas corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência social próprio dos servidores públicos municipais.

SEÇÃO II
DOS BENS IMÓVEIS

Art. 107 - Conforme sua destinação, os imóveis do Município são de uso comum do povo, de uso especial, ou dominiais.
Art. 108 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia autorização legislativa, que especificará sua destinação.
Art. 109 - Admitir-se-á o uso de bens imóveis municipais por terceiros, mediante concessão, cessão ou permissão.
§ 1º - A concessão de uso terá o caráter de direito real resolúvel e será outorgada gratuitamente ou após concorrência, mediante remuneração ou imposição, por tempo certo ou indeterminado, para os fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, devendo o contrato ou termo ser levado ao registro imobiliário competente; será dispensável a concorrência, se a concessão for destinada a pessoa jurídica de direito público interno ou entidade de administração indireta, exceto, quanto a esta, se houver empresa privada apta a realizar a mesma finalidade, hipótese em que todas ficarão sujeitas à concorrência.
§ 2º - É facultada pelo Poder Executivo a cessão de uso, gratuitamente, ou mediante remuneração ou imposição de encargos, de imóvel municipal à pessoa jurídica de direito público interno, à entidade da administração indireta ou, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, à pessoa jurídica de direito privado cujo fim consista em atividade não lucrativa, de relevante interesse social.
§ 3º - É facultada ao Poder Executivo a permissão de uso de imóvel municipal, a título precário, vedada a prorrogação por mais de uma vez, revogável a qualquer tempo, gratuitamente ou mediante remuneração ou imposição de encargos, para o fim de exploração lucrativa de serviços de utilidade pública em área ou dependência predeterminada e sob condições prefixadas.
Art. 110 - Serão cláusulas necessárias do contrato ou do tempo de concessão, cessão ou permissão de uso as que:
I - a construção ou benfeitoria realizada no imóvel incorpora-se a este, tornando-se propriedade pública, indenizável na forma da lei;
II - a par da satisfação da remuneração ou dos encargos específicos, incumbe ao concessionário, cessionário ou permissionário, manter o imóvel em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo.
Art. 111 - A concessão, a cessão ou a permissão de uso de imóvel municipal vincular-se-á à atividade institucional do concessionário, do cessionário ou do permissionário, constituindo o desvio da finalidade causa necessária de extinção, independentemente de qualquer outra.
Art. 112 - A utilização de imóvel municipal por servidor será efetuada sob regime de permissão de uso, cobrada a respectiva remuneração por meio de desconto em folha.

§ 1º - O servidor será responsável pela guarda do imóvel e responderá por falta disciplinar grave na via administrativa, se lhe der destino diverso daquele previsto no ato de permissão.

§ 2º - Revogada a permissão de uso, ou implementado seu termo, o servidor desocupará o imóvel.

SEÇÃO III
DOS BENS MÓVEIS

Art. 113 - Aplicam-se à cessão de uso de bens móveis municipais, as regras do artigo 106, § 2º, desta Lei Orgânica.
Art. 114 - Admitir-se-á a permissão de uso de bens móveis municipais, a benefício de particulares, para realização de serviços específicos e transitórios, desde que não haja outros meios disponíveis locais e sem prejuízo para as atividades do Município, recolhendo o interessado, previamente, a remuneração arbitrada e assinando termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens utilizados.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS FINANCEIROS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 115 - Constituem recursos financeiros do Município:
I - a receita tributária própria;
II - a receita tributária originária da União e do Estado, entregue consoante o disposto nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal;
III - as multas arrecadadas pelo exercício do poder de polícia;
IV - as rendas provenientes de concessões, cessões ou permissões instituídas sobre seus bens;
V - o produto da alienação de bens dominiais, na forma desta Lei Orgânica;
VI - as doações e legados, com ou sem encargos, desde que aceitos pelo Prefeito;
VII - outros ingressos de definição legal e eventuais.
Art. 116 - O exercício financeiro abrange as operações relativas às despesas e receitas autorizadas por lei, dentro do respectivo ano financeiro, bem como todas as variações verificadas ao patrimônio municipal, decorrentes da execução do orçamento.

Art. 117 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração da estrutura de careira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos

órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
III - se houver compatibilidade com os limites estabelecidos no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 118 - O poder impositivo do Município sujeita-se a regras e limitações estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei, sem prejuízo de outras garantias que a legislação tributária assegure ao contribuinte.
§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacitância econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esse objetivo, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
§ 2º - Somente lei específica poderá conceder anistia, remissão fiscal e isenção de impostos, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, observados os seguintes requisitos:
I - o projeto de lei que conceda qualquer um dos benefícios fiscais previstos neste parágrafo deverá estar necessariamente acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Lei Complementar n.º 101/2000)
a) demonstração pelo proponente de que:
1 - a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária com observância das normas técnicas e legais, considerando os efeitos da alteração na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e acompanhado de demonstrativo da evolução da receita nos últimos três anos, da projeção para os dois exercícios seguintes, e da metodologia de cálculo, assim como das premissas utilizadas; (Lei Complementar n.º 101/2000)
2 - a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Lei Complementar n.º 101/2000)
b) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no inciso I, acima, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Lei Complementar n.º 101/2000)
II - a inobservância das medidas consignadas neste parágrafo importará em total ineficácia do documento, projeto ou proposição legislativa que proponha a renúncia de receita. (Lei Complementar n.º 101/2000)
§ 3º - A concessão de isenção ou anistia não gera direito adquirido e será revogada ao se comprovar que o beneficiário:
I - não satisfazia ou deixou de satisfazer às condições exigidas;
II - deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.
§ 4º - É vedado:
I - conceder isenção de taxas e contribuições de melhoria;
II - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
III - obrigar o contribuinte a pagar qualquer tributo lançado, sem prévia notificação, sendo que:
a) considera-se notificação a entrega de aviso do lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.
b) do lançamento do tributo cabe recurso ao prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.
Art. 119 - Compete ao Município instituir:
§ 1º - Impostos sobre:
I - propriedade predial e territorial urbana;
II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal definidos em lei complementar.
§ 2º - Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, da Constituição Federal o imposto previsto no inciso I poderá:
I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
III - a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, ou seu valor locativo real, conforme dispuser a lei municipal, nele não compreendido o valor dos bens móveis, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

IV - para fins de lançamento do IPTU, considerar-se-á o valor venal do terreno, no caso de imóvel em construção.

V - na hipótese do imóvel situar-se apenas parcialmente no território do Município, o IPTU será lançado proporcionalmente à área nele situada.

VI - o valor do imóvel, para efeito de lançamento do IPTU, será fixado segundo critérios de zoneamento urbano e rural, estabelecidos pela lei municipal, atendido, na definição da zona urbana, o requisito mínimo de existência de, pelo menos, dois melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre os seguintes:
a - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

b - abastecimento de água;

c - sistema de esgotos sanitários;

d - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

e - posto de saúde ou escola primária a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

VII - Não se sujeitam ao IPTU os imóveis destinados à exploração agrícola, pecuniária, extrativa vegetal, animal ou mineral ou agro-industrial, qualquer que seja sua localização.

VIII - Sujeitam-se ao IPTU os imóveis que, embora situados fora da zona urbana, sejam comprovadamente utilizados como “sítios de veraneio”, e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

IX - O contribuinte poderá, a qualquer tempo, requerer nova avaliação de sua propriedade para fins de lançamento do IPTU.

X - A atualização do valor básico para cálculo do IPTU poderá ocorrer a qualquer tempo, durante o exercício financeiro, desde que limitada à variação dos índices oficiais de correção monetária.
§ 3º - O imposto previsto no inciso II do §1º:
I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
II - compete ao Município da situação do bem.
III - considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequente à aquisição, decorrer de compra e venda de bens imóveis ou de direitos a ele relativos, de locação ou arrendamento mercantil de imóveis.

IV - se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 02 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a

preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

V - verificada a preponderância, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente na data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito naquela data.

VI - o imposto de transmissão não incidirá na desapropriação de imóveis, nem no seu retorno ao antigo proprietário por não mais atender à finalidade de desapropriação.
§ 4º- Em relação ao imposto previsto no inciso III do § 1º deste artigo, cabe à lei complementar:
I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;
II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.
III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
§ 5º - Taxas, em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

§ 6º - Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 7º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, nem serão graduadas em função do valor financeiro ou econômico do bem, direito ou interesse do contribuinte.

§ 8º - A taxa de localização será cobrada, inicialmente, quando da expedição do correspondente alvará e, posteriormente, por ocasião da primeira fiscalização efetivamente realizada em cada exercício.

§ 9º - Qualquer interrupção na prestação de serviços públicos municipais, salvo relevante motivo de interesse público, desobrigará o contribuinte a pagar as taxas ou tarifas correspondentes ao período de interrupção, cujo valor será deduzido diretamente da conta que lhe apresentar o órgão ou entidade prestador do serviço.

§ 10 - O produto da arrecadação das taxas e das contribuições de melhoria destina-se, exclusivamente, ao custeio dos serviços e atividades ou das obras públicas que lhes dão fundamento.

§ 11 - Lei municipal poderá instituir Unidade Fiscal Municipal, para efeito de atualização manteria dos créditos fiscais do Município.

§ 12 - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

§ 13 - A devolução de tributos indevidos pagos, ou pagos a maior, será feita pelo seu valor corrigido até sua efetivação.

§ 14 - Sempre que ocorrer termo de inscrição de inadimplente em dívida ativa, dele se dará publicidade.

§ 15 - Lei municipal poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes e seus dependentes, de sistema de previdência e assistência social.

§ 16 - Poderá ser concedida, a requerimento do interessado e nos termos da Lei, isenção total deste imposto ao aposentado, pensionista e espólio, quando o cônjuge for pensionista de instituições oficiais e viúvas não protegidas pelo sistema previdenciário que, comprovadamente perceba até 130% (cento e trinta por cento) do menor nível de provento fixado em lei, não disponha de outro rendimento e habite o único imóvel de sua propriedade.

SEÇÃO III
DOS ORÇAMENTOS

Art. 120 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o Plano Plurianual de Investimentos;
II - as Diretrizes Orçamentárias;
III - os Orçamentos Anuais.

§ 1º - A lei que instituir o Plano Plurianual de Investimentos estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas para a administração, prevendo as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.
§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades para a administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, dispondo também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;
b) critérios e formas de limitação de empenho, nos casos e hipóteses previstos em lei;

c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
d) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

§ 3º - O Poder Executivo providenciará a publicação, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, de relatório resumido de execução orçamentária.
§ 4º - A lei orçamentária anual compreenderá:

o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

§ 5º - O Projeto de Lei Orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e de acordo com as normas de direito financeiro:
I - conterá, em anexo, demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base a receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
IV - todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual;
V - o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional;
VI - a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou em legislação específica;
VII - é vedado consignar na lei orçamentária anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
§ 6º - Os orçamentos, compatibilizados com o Plano Plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades entre os diversos distritos do Município.
§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratações de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas, nos ermos da lei.
§ 8º - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

§ 9º - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada, sem que dela conste a indicação de recurso para atendimento do correspondente encargo.

§ 10 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

§ 11 - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.
§ 12 - Os Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, serão enviados pelo Chefe do Poder Executivo à Câmara Municipal nos seguintes prazos:
I - Plano Plurianual, até 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias, até 30 de abril e devolvido para sanção até 31 de julho;

III - Lei Orçamentária Anual, até 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 120-A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§ 1º. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º. As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica, nestes casos, serão adotadas as seguintes medidas:

I – até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II – até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III – até 30 de setembro, ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Legislativo Municipal sobre o remanejamento da programação prevista inicialmente cujo impedimento seja insuperável; e

IV – se, até 20 de novembro, ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária anual.

V – No caso de descumprimento do prazo imposto no inciso IV do §2º as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 3º. Considera-se equitativa a execução das programações em caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente de autoria.

§ 4º- Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação orçamentária será:

I – demonstrada em dotações orçamentárias específicas da Lei Orçamentária Anual, preferencialmente em nível de subunidade orçamentária vinculada à secretaria municipal correspondente à despesa, para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas;

II – fiscalizada e avaliada, pelo Vereador autor da emenda, quanto aos resultados obtidos.

§ 5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.

§ 6°- A garantia de execução de que trata o caput deste artigo, aplica-se, também, às programações incluídas por todas as emendas de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento), da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, cuja divisão do referido percentual será *pro rata* ao número de vereadores, independentemente, do número de bancada.

§ 7°- As programações orçamentárias previstas no caput e § 6° deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, conforme trata o § 2º deste artigo.

§ 8°- Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 1° e 6° deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes, conforme trata o § 2° deste artigo.

§ 9º- Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 1° e 6° poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 0,6% da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5%, para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares.

§ 10- Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos nos §§ 1° e 6° deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

§ 11. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 12. As programações de que trata o § 7° deste artigo, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada e/ ou vereadores, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.

Art. 121 - São vedados:

I - o início de programa ou projeto não incluído na Lei Orçamentária Anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que exceda os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou essenciais, com a finalidade precisa, aprovadas pela maioria absoluta da Câmara Municipal;

IV - a vinculação de receita de impostos e órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Paraná;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, dos recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no artigo 120, § 4º, desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos, de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto os limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - a abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública.

X - a extrapolação dos limites de despesas previstos nas normas de direito financeiro;

XI - a concessão de incentivo ou benefício de natureza fiscal em desacordo com as exigências do artigo 120, § 2º da Lei Orgânica Municipal.

Art. 122 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, na forma da lei complementar federal.

CAPÍTULO VI
DOS ATOS MUNICIPAIS, DOS CONTRATOS PÚBLICOS E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
SEÇÃO I
DOS ATOS MUNICIPAIS
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 123 - Os órgãos de quaisquer dos Poderes Municipais obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e eficiência.

Art. 124 - A explicitação das razões de fato e de direito, será condição de validade dos atos administrativos expedidos pelo órgão da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Municipais, excetuados aqueles cuja motivação a lei reserve a discricionariedade da autoridade administrativa, que, todavia, fica vinculada aos motivos, na hipótese de os enunciar.
§ 1º - A administração pública tem o dever de anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, bem como a faculdade de revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados neste caso os direitos adquiridos, além de observado, em qualquer circunstância, o devido processo legal.
§ 2º - A autoridade que, ciente de vício invalidador de ato administrativo, deixar de saná-lo, incorrerá nas penalidades da lei pela omissão, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, se for o caso.

SUBSEÇÃO II
DA PUBLICIDADE

Art. 125 - A publicidade das leis e dos atos municipais, não havendo imprensa oficial, será feita em jornal local, ou na sua inexistência, em jornal regional ou no Diário Oficial do Estado, admitido extrato para os atos não normativos.
§ 1º - A contratação de imprensa privada para a divulgação de leis e atos municipais será precedida de licitação, na qual serão consideradas, além das condições de preço, as circunstâncias de freqüência, horário, tiragem e distribuição.
§ 2º - a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
§ 3º - A não observância do disposto no parágrafo precedente, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.
§ 4º - Trimestralmente, a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, publicará em seu órgão oficial, relatório das despesas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando-se os nomes dos veículos de comunicação e as respectivas quantias a eles pagas.
Art. 126 - Os Poderes Públicos Municipais promoverão a consolidação, a cada 02 (dois) anos, por meio de publicação oficial, das leis e dos atos normativos municipais. (lei Complementar 95/1998)

Parágrafo único - A Câmara Municipal e a Prefeitura manterão arquivo das edições dos órgãos oficiais, facultando-se o acesso a qualquer pessoa.

SUBSEÇÃO III
DA FORMA

Art. 127 - A formalização das leis e resoluções observará a técnica de elaboração definida no Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 128 - Os atos administrativos da Câmara Municipal terão a forma de portarias e instruções normativas, numeradas em ordem cronológica, observadas as disposições do Regimento Interno.
Art. 129 - A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito será feita:

I - mediante decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) exercício do poder regulamentar;

b) criação ou extinção de função gratificada, quando autorizada em lei;

c) abertura de créditos suplementares, especiais e extraordinários;

d) declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa;

e) criação, alteração ou extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizada em lei;

f) aprovação de regulamento e regimento dos órgãos da administração direta;

g) aprovação dos estatutos das entidades da administração indireta;

h) permissão para exploração de serviços públicos por meio de uso de bens públicos;

i) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;

j) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos, permitidos ou autorizados;

k) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;

l) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos de lei;

m) medidas executórias do Plano Diretor;

n) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei;

II - mediante portaria, numerada em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;

b) lotação e relotação dos quadros de pessoal;

c) criação de comissões e designação de seus membros;

d) instituição e dissolução de grupo de trabalho;

e) abertura de sindicância, processos administrativos e aplicação de penalidades;

f) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, na forma da lei;

g) outros atos que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Art. 130 - As decisões dos órgãos colegiados da administração municipal terão a forma de deliberação, observadas as disposições dos respectivos Regimentos Internos.

SUBSEÇÃO IV
DO REGISTRO

Art. 131 - A Câmara Municipal e a Prefeitura manterão, nos termos da lei, registros idôneos de seus atos, contratos e recursos de qualquer natureza.

SUBSEÇÃO V
DAS INFORMAÇÕES E CERTIDÕES

Art. 132 - Os agentes públicos, na forma de suas respectivas atribuições, prestarão informações e fornecerão certidões a todo aquele que as requerer.
§ 1º - As informações poderão ser prestadas verbalmente, por escrito ou certificadas, conforme as solicitar o requerente.
§ 2º - As informações por escrito serão firmadas pelo agente público que as prestar.
§ 3º - As certidões poderão ser extraídas, de acordo com a solicitação do requerente, sob forma resumida ou de inteiro teor, de assentamentos constantes de documentos ou de processo administrativo, na segunda hipótese, a certidão poderá constituir-se de cópias reprográficas das peças indicadas pelo requerente.
§ 4º - O requerente ou o seu procurador, terá vista de documento ou processo na própria repartição em que se encontre.
§ 5º - Os processos administrativos somente poderão ser retirados da repartição nos casos previstos em lei, e por prazo não superior a 15 (quinze) dias.
§ 6º - Os agentes públicos observarão o prazo de:
a) 02 (dois) dias, para informações verbais e vista de documentos ou autos do processo, quando impossível sua prestação imediata;
b) 07 (sete) dias para informações escritas;

c) 15 (quinze) dias, para expedição de certidões.

Art. 133 - Será promovida a responsabilização administrativa, civil e penal, nos casos de inobservância das disposições do artigo anterior.

SEÇÃO II
DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Art. 134 - O Município e suas entidades da administração indireta, cumprirão as normas gerais de licitação e contratação estabelecidas na legislação federal, e as especiais que fixar a legislação municipal, observado o seguinte:

I - prevalência de princípios e regras de direito público, aplicando-se os de direito privado supletivamente, inclusive nos contratos celebrados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - instauração de um processo administrativo para cada licitação;

III - manutenção de registro cadastral de licitantes, atualizado anualmente e incluindo dados sobre o desempenho na execução de contratos anteriores.

Parágrafo único - As obras, serviços, compras e alienações contratadas na forma parcelada, com o fim de burlar a obrigatoriedade do processo de licitação pública, serão considerados atos fraudulentos, passíveis de anulação, por eles respondendo os autores, civil, administrativa e criminalmente, na forma da lei.

SEÇÃO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 135 - Os atos administrativos constitutivos e disciplinares serão expedidos e os contratos públicos serão autorizados ou resolvidos, por decisão proferida pela autoridade competente ao término de processo administrativo.

Art. 136 - O processo administrativo, autuado, protocolado e numerado, terá início mediante provocação do órgão, da entidade ou da pessoa interessada, devendo conter, entre outras peças:

I - a descrição dos fatos e a indicação do direito em que se fundamenta o pedido ou a providência administrativa;

II - a prova do preenchimento de condição ou requisitos legais ou regulamentares;

III - os relatórios e pareceres técnicos ou jurídicos necessários ao esclarecimento das questões sujeitas à decisão;

IV - os atos designativos de comissões ou técnicos que atuarão em funções de apuração e peritagem;

V - notificações e editais, quando exigidos por lei ou regulamento;

VI - termos de contato ou instrumentos equivalentes;

VII - certidão ou comprovante de publicação dos despachos que formulem exigências ou determinem diligências;

VIII - documentos oferecidos pelos interessados, pertinentes ao objeto do processo;

IX - recursos eventualmente interpostos;

X - o processo administrativo disciplinar será contraditório e admitirá ampla defesa, com decisão fundamentada.

Art. 137 - A autoridade administrativa não está adstrita aos relatórios e pareceres, mas explicará as razões de seu convencimento, sempre que decidir contrariamente a eles.

Art. 138 - O Presidente da Câmara Municipal, o Prefeito e os demais agentes administrativos observarão, na realização dos atos de sua respectiva competência, o prazo de:

I - 02 (dois) dias, para despachos de mero impulso;

II - 07 (sete) dias, para despachos que ordenem providências a cargo de órgãos subordinados ou de servidor público;

III - 15 (quinze) dias, para despachos que ordenem providências a cargo do administrado;

IV - 30 (trinta) dias, para apresentação de relatórios e pareceres;

V - 60 (sessenta) dias, para o proferimento de decisões conclusivas.

Parágrafo único - Aplica-se ao descumprimento de qualquer dos prazos deste artigo, o disposto no artigo 128, desta Lei Orgânica.

CAPÍTULO VII
SEÇÃO I
DAS OBRAS

Art. 139. As obras públicas serão executadas de acordo com as seguintes exigências:
I – viabilidade, conveniência e oportunidade do empreendimento diante das exigências do interesse público;
II – o projeto da obra e orçamento de seu custo;

III – recursos financeiros para atendimento das respectivas despesas;
IV – cronograma físico-financeiros, indicando o início e término do empreendimento;
V – economicidade.

Parágrafo único. Somente para atendimento a casos de extrema urgência, definidos em lei e devidamente justificados, poderão ser dispensadas as exigências definidas nos incisos do caput deste artigo na realização de obras públicas.

SEÇÃO II
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 140. Incumbe ao Município, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitações, a prestação de serviços públicos, cumpridos os seguintes requisitos essenciais:

I – atendimento às exigências de eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos;

II – fixação de uma política tarifária justa;

III – defesa dos direitos do usuário;

IV – obrigação de manter serviço adequado.

§ 1º Lei disporá, também, sobre:

I – o regime das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, nos termos do item 1 da alínea "d" do inciso I do art. 9º desta Lei Orgânica;

II – as obrigações das concessionárias e das permissionárias de serviços relativamente ao cumprimento do disposto nos incisos do caput deste artigo;

III – as reclamações relativas à prestação de serviços públicos.

§ 2º O transporte coletivo tem caráter essencial.

§ 3º Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre submetidos à regulamentação e fiscalização da administração municipal.

§ 4º É facultativo ao Poder Público Municipal ocupar e usar temporariamente bens e serviços, na hipótese de calamidade pública, situação em que o Município responderá pela indenização dos danos e custos decorrentes.

Art. 141. O município reprimirá, na concessão ou permissão de serviços públicos, todas as formas de abuso do poder econômico.

Art. 142. O Município revogará a concessão ou a permissão dos serviços que:
I – forem executados em desacordo com as cláusulas do respectivo contrato;
II – não atendam as exigências definidas nos incisos I e IV do caput do art. 147 desta Lei Orgânica.

TÍTULO IV
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL
CAPÍTULO I
DA ORDEM ECONÔMICA
SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS

Art. 143. A ordem econômica tem por finalidade assegurar a todos os cidadãos existência digna, conforme os ditames da justiça social, com fundamento nos seguintes pressupostos:

I – valorização do trabalho humano;

II – livre iniciativa.

SEÇÃO II
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 144. O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, observados os preceitos estabelecidos no artigo anterior, por sua própria iniciativa ou em articulação com a União e o Estado do Paraná.

Art. 145. O Município, objetivando o desenvolvimento econômico identificado com as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas:

I – implantação de uma política de geração de empregos, com a expansão do mercado de trabalho;

II – utilização da pesquisa e da tecnologia como instrumentos de aprimoramento da atividade econômica;

III – apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários;

IV – tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, localizada no Município;

V – defesa do meio ambiente e dos recursos naturais;

VI – expansão social do mercado consumidor;

VII – defesa do consumidor;

VIII – eliminação de entraves burocráticos que possam dificultar o exercício da atividade econômica;

IX – atuação conjunta com instituições federais e estaduais, objetivando a implantação, na área do Município, das seguintes políticas voltadas ao estímulo dos setores produtivos;

assistência técnica;

b)crédito;

c) estímulos fiscais;

X – redução das desigualdades sociais.

Art. 146. O Município dispensará as microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias.

Art. 147. O Município dará incentivos à formação de grupos de produção em bairros e sedes distritais, visando a:

I – promover a mão-de-obra existente;

II – aproveitar as matérias-primas locais;

III – incentivar a comercialização da produção por entidades ligadas ao setor artesanal;

IV – promover melhorias de condições de vida de seus habitantes.

Parágrafo único. O município, para a consecução dos objetivos indicados nos incisos do caput deste artigo, estimulará:

I – a implantação de centros de formação de mão-de-obra;

II – a atividade artesanal.

Art. 148. Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.

Art. 149. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico.

Art. 150. O Planejamento municipal incluirá metas para o meio rural, visando a:

I – fixar contingentes populacionais na zona rural;

II – estabelecer infraestrutura destinada a tornar viável o disposto no inciso anterior.

Art. 151. O planejamento governamental é determinante para o setor público municipal e indicativo para o setor privado local.

SEÇÃO III
DA POLÍTICA URBANA

Art. 152. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais estabelecidas na legislação federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante:

I – acesso à moradia com a garantia de equipamentos urbanos;

II – gestão democrática da cidade;

III – combate à especulação imobiliária;

IV – direito de propriedade condicionado ao interesse social;

V – combate à depredação do patrimônio ambiental e cultural;

VI – direito de construir submetido à função social da propriedade;

VII – política relativa ao solo urbano, observado o disposto nos incisos IV, V e VI deste artigo;

VIII – garantia de:

transporte coletivo acessível a todos;

b) saneamento;

c) iluminação pública;

d) educação, saúde e lazer.

IX – Urbanização e regularização de loteamentos de áreas urbanas;

X – preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária;

XI – criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental e de utilização pública

XII – utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias;

XIII - manutenção de sistema de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo;

XIV – reserva de áreas urbanas para implantação de projetos de cunho social;

XV – integração dos bairros ao conjunto da cidade;

XVI – descentralização administrativa da cidade.

Art. 153. O Poder público municipal, para assegurar a prevalência dos direitos urbanos, utilizará, na forma da lei, os seguintes instrumentos:

I – desapropriação por interesse social ou utilidade pública;

II – tombamento de imóveis;

III – regime especial de proteção urbanística e de preservação ambiental;

IV – direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos.

§ 1º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir no termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2º O direito de propriedade urbana não pressupõe o direito de construir, que deverá ser autorizado pelo Poder Público municipal;

Art. 154. Ao bairro, integrado ao conjunto da cidade, será assegurado:

I – acesso aos serviços públicos;

II – zoneamento do uso do solo, impedindo que seja gerado tráfego excessivo na área de moradia;

III – delimitação da área da unidade de vizinhança de forma a gerar uma demanda por equipamentos sociais públicos compatível com a sua capacidade de atendimento;

IV – localização dos equipamentos sociais públicos de forma a facilitar, para acesso de seus usuários, especialmente crianças, gestantes e idosos, a travessia de ruas de tráfego intenso.

Art. 155. Aplica-se, no que couber, às sedes distritais e as demais localidades situadas no meio rural do Município o disposto nesta seção.

Art. 156. O plano diretor, matéria de lei complementar, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor definirá as exigências fundamentais para que a propriedade urbana cumpra sua função social.

§ 2º O plano diretor será elaborado com a cooperação do povo, através de suas associações representativas.

Art. 157. Deverão constar do plano diretor:

I – a instrumentalização do disposto nos artigos anteriores desta seção;

II – as principais atividades econômicas da cidade e seu papel na região;

III – as exigências fundamentais de ordenação urbana;

IV – a urbanização, regularização e titulação das áreas deterioradas, preferencialmente sem remoção dos moradores;

V – O planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

VI – a indicação e caracterização de potencialidade e problemas, com previsões de sua evolução e agravamento.

SEÇÃO IV
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 158. O Município adotará programas de desenvolvimento do meio rural, de acordo com suas aptidões econômicas, sociais e ambientais, conjuntamente com a União e o Estado do Paraná, destinados a:

I – fomentar a produção agropecuária;

II – organizar o abastecimento alimentar:

III – garantir mercado na área municipal;

IV – promover o bem-estar do cidadão que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

§ 1º Para a consecução dos objetivos, indicados nos incisos do caput deste artigo, a lei garantirá, no planejamento a execução da política de desenvolvimento no meio rural, a participação efetiva do segmento de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transporte, contemplando principalmente:

I – os investimentos em benefícios sociais existentes na área rural;

II – o incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados;

III – a assistência técnica e a extensão rural oficial;

IV – a ampliação e a manutenção da rede viária rural para o atendimento ao transporte coletivo e da produção, incluindo a construção de passadores;

V – a conservação e a sistematização dos solos;

VI – a preservação da flora e da fauna;

VII – a proteção do meio ambiente, o combate à poluição e ao uso indiscriminado de agrotóxico;

VIII – a irrigação e a drenagem;

IX – a habitação para o trabalhador rural;

X – a fiscalização sanitária e do uso do solo;

XI – o beneficiamento e a industrialização de produção agropecuária;

XII – a oferta de escolas, postos de saúde, centros de lazer e de treinamento de mão-de-obra rural;

XIII – a organização do produtor e do trabalhador rural;

XIV – o cooperativismo;

XV – as outras atividades e instrumentos da política agrícola.

§ 2º A lei sobre a política de desenvolvimento do meio rural estabelecerá:

I – tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor;

II – apoio às iniciativas de comercialização direta entre pequenos produtores rurais e consumidores.

§ 3º Os programas de desenvolvimento do meio rural promovidos pelo município, serão compatibilizados com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União e pelo Estado do Paraná.

4º São isentas de imposto municipal as operações de transferência de imóveis desapropriados pela União para fins de reforma agrária.

Art. 159. Não se beneficiará com incentivos municipais o produtor rural que:

I – não participar de programas de manejo integrado de solos e águas;

II – proceder ao uso indiscriminado de agrotóxicos;

Art. 160. Instituir-se-á o Conselho Municipal da política Agrícola e Fundiária, integrado por organismos, entidades e lideranças de produtores e trabalhadores rurais, para participar da coordenação da política de desenvolvimento do meio rural, sob responsabilidade do Poder Público Municipal.

CAPÍTULO II
DA ORDEM SOCIAL
SEÇÃO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 161 – A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

SEÇÃO II
DA SEGURIDADE SOCIAL
SUBSEÇÃO I
DA SAÚDE

Art. 162. A saúde é direito de todos e dever do Município, juntamente com a União e o Estado do Paraná, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. O direito à saúde implica na garantia de:

I – condições dignas de trabalho, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer e saneamento básico;

II – meio ambiente ecologicamente equilibrado;

III – livre decisão no planejamento familiar;

IV – acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde;

V – dignidade, gratuidade e boa qualidade de atendimento e no tratamento da saúde;

VI – participação da sociedade, através de entidades representativas:

a) na elaboração e execução de políticas de saúde;

b) na definição de estratégias de sua implementação;

c) no controle das atividades de impacto sobre a saúde;

d) o poder público procurará apoiar a implantação de hortas comunitárias, especialmente nas escolas municipais.

Art. 163. As ações de saúde são de natureza pública e devem ser executadas preferencialmente por intermédio de serviços oficiais e supletivamente, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

§ 1º - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 2º - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar no Sistema Único de Saúde, mediante contrato público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.
Art. 164. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
I - descentralização, com direção única no Município;
II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
III - participação da comunidade e valorização do profissional de saúde.

Art. 165. O sistema único de saúde será financiado com recursos da seguridade social, provenientes dos orçamentos do Município, do Estado do Paraná e da União e de outras fontes.

§ 1º A saúde constitui-se prioridade do município, materializada através de recursos financeiros anualmente previstos em seu orçamento e efetivamente aplicados.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas de saúde que tenham fins lucrativos.
§ 3º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
§ 4º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.
§ 5º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.
Art. 166. Compete ao Município, no âmbito do sistema único de saúde:

I – coordenar o sistema em articulação com órgão estadual responsável pela política de saúde pública;

II – elaborar e atualizar:

a) o plano municipal de saúde;

a proposta orçamentária do sistema unifamiliar de saúde para o município;

III – ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde, em conjunto com o Estado e a União;

IV – planejar e executar ações de:

a) vigilância sanitária e epidemiológica, no Município;

b) proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, e de saneamento básico, em articulação com os demais órgãos governamentais.

V – celebrar consórcios intermunicipais para a promoção de ações e serviços de interesse comum, na área de saúde;

VI – incrementar, no setor, desenvolvimento científico e tecnológico;

VII – implantar, em conjunto com órgãos federais e estaduais, o sistema de informações na área de saúde.

VIII – administrar o fundo municipal de saúde.

IX - garantir a implantação, o acompanhamento e a fiscalização da política de assistência integral à saúde da mulher, em todas as fases de sua vida, de acordo com suas especificidades, assegurando, nos termos da lei:

a) assistência ao pré-natal, parto e puerpério, incentivo ao aleitamento e assistência clínico-ginecológica;

b) assistência à mulher em caso de aborto previsto em lei ou de sequelas de abortamento;

c) incorporar práticas alternativas de saúde, considerando a experiência de grupos ou instituições de defesa dos direitos da mulher;

d) promover ações, para prevenir e controlar a morte materna.

Art. 167. A lei disporá sobre a organização e funcionamento do:

I – sistema único de saúde;

II – conselho municipal de saúde;

III – fundo municipal de saúde.

Parágrafo único. No planejamento e execução da política de saúde, assegurar-se-á a participação do Conselho Municipal de Saúde integrado por representantes dos segmentos organizados da comunidade, profissionais de saúde do Município.

SUBSEÇÃO II
DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 168. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com recursos do Município, do Estado e da União objetivando:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, ao adolescente e ao idoso;

II – o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a plena integração das mulheres, portadoras de qualquer deficiência física, na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades, assegurando à todas adequada qualidade de vida em seus diversos aspectos;

VI - prestação de assistência médica, psicológica e jurídica à mulher vítima de violência, sempre que possível por meio de servidores do sexo feminino.

Art. 169. As ações governamentais na área de assistência social serão realizadas com recursos da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo ao Município a coordenação e a execução dos respectivos programas, bem como as entidades beneficentes e de assistência, observadas as competências da União e do Estado do Paraná;
II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de tais ações.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no inciso II do caput deste artigo, a lei instituirá o Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo na sua composição à representação dos segmentos da sociedade organizada.

SEÇÃO III
DA EDUCAÇÃO

Art. 170. A educação, direito de todos e dever do Município, juntamente com o Estado e a União, e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 171. O ensino público municipal será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV – gratuidade do ensino público nas escolas mantidas pelo Município;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com uma política salarial justa, e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município, nos termos do artigo 138 desta Lei Orgânica;

VI – gestão democrática no ensino público, através de conselhos escolares, com representação da comunidade interna e externa à escola, na forma da lei;

VII – eleição direta dos diretores de escolas municipais, na forma da lei;

VIII – garantia de padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas municipais.

IX - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Art. 172. O dever do Município com a educação será efetivada mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

III - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

IV – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V – atendimento ao educando, no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VI – organização do sistema municipal de ensino.

§ 1º Os programas de ensino fundamental e de educação pré-escolar, nos termos dos incisos I e III do caput deste artigo, serão mantidos pelo Município, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado do Paraná.

§ 2º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 3º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 4º Compete ao Poder Público Municipal:

I – recensear, anualmente, os educandos no ensino fundamental e fazer-lhes a chamada;

II – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência e permanência do educando na escola.

Art. 173. As empresas locais são obrigadas, por força do inciso XXV do caput do artigo 7º da Constituição Federal, a manter creches e pré-escolas para os filhos ou dependentes de seus empregados.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto do caput deste artigo, com recursos financeiros provenientes exclusivamente das empresas locais, poderá o Município estabelecer com elas regime de cooperação.

Art. 174. Os currículos das escolas mantidas pelo Município, atendidas as peculiaridades locais, assegurarão o respeito aos valores culturais e artísticos de seu povo.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa e de natureza interconfessional, assegurada à consulta aos credos interessados sobre conteúdo programáticos, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas municipais.

Art. 175 - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Parágrafo único. O Município implantará, na forma da lei os sistemas de escolas com tempo integral.

Art. 176. O Município aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, observado o disposto no artigo anterior, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de:

I – impostos municipais;

II – transferências recebidas do Estado e da União.

§ 1º Não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito do disposto no caput deste artigo, as referentes a:

I – programas suplementares de alimentação de assistência à saúde, de material didáticos-pedagógicos e de transporte;

II – manutenção de pessoal inativo e de pensionistas;

III – obras de infraestrutura e de edificação ainda quando realizadas para beneficiar diretamente a rede escolar.

§ 2º As ações definidas nesta Lei Orgânica para a manutenção e desenvolvimento do ensino municipal deverão ser claramente identificadas na lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Art. 177. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas mantidas pelo município, com objetivo de atender o princípio da universalização do atendimento escolar, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – apliquem tais recursos em programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

III – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades.

Art. 178. O Município estimulará experiências educacionais inovadoras, visando à garantia de padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas municipais.

Art. 179. A lei instituirá o Conselho Municipal de Educação, assegurando o princípio democrático em sua composição, observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União, competindo-lhe:

I – baixar normas disciplinadoras do sistema municipal de ensino;

II – manifestar-se sobre a política municipal de ensino;

III – exercer as competências que lhe forem delegadas pelo órgão normativo do sistema estadual de ensino;

Art. 180. A lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração plurianual, em consonância com os planos nacional e estadual, visando ao desenvolvimento do ensino que conduza o Município, em articulação com a União e o Estado do Paraná, a promover em sua circunscrição territorial:
I – a erradicação do analfabetismo;

II – a universalização do ensino público fundamental, inclusive para jovens e adultos trabalhadores;

III – a melhoria da qualidade do ensino público municipal;

IV – a promoção humanística, científica, tecnológica e profissional de seus cidadãos.

Art. 180 A - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições:

I - cumprimento das normas de educação nacional e estadual;

II - autorização e avaliação da qualidade de ensino, através do poder público competente.

SEÇÃO IV
DA CULTURA

Art. 181. O Município assegura a todos os seus habitantes o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, mediante, sobretudo:

I – a definição e desenvolvimento de política que valorize as manifestações culturais dos diversos segmentos da população local;

II – a criação, manutenção e descentralização de espaços públicos equipados, para a formação e difusão das expressões culturais;

III – a garantia de tratamento especial à difusão da cultura local;

IV – a proteção, conservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do município;

V – a adoção de incentivos fiscais que motivem as empresas privadas locais a investirem na produção cultural e artística do Município.

Art. 182. O Conselho Municipal de Cultura, organizado e regulamentado por lei, contará com a participação de categorias envolvidas com a produção cultural.

SEÇÃO V
DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 183 - É dever do Município fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, visando a integração municipal e a promoção social, observadas:
I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento interno;

II - a destinação de recursos para a atividade esportiva oriundos do orçamento público e de outras fontes, captados através da criação de instrumentos e programas especiais com tal finalidade, priorizando o desporto educacional;

III - o incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, ao desenvolvimento científico e à pesquisa, aplicados à atividade esportiva;
IV - a criação de medidas de apoio ao desporto participação e ao desporto performance, inclusive programas específicos para a valorização do talento desportivo municipal;

V - o estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos municipais e destinação obrigatória de área para atividades desportivas nos projetos de urbanização pública habitacionais e nas construções escolares da rede municipal.
§ 1º - Compete ao Poder Público Municipal incentivar a participação da iniciativa privada local, nos projetos do setor desportivo, criando os instrumentos e mecanismos tendentes à efetivação de tal finalidade.

§ 2º - O Poder Público Municipal estimulará e desenvolverá atividades recreativas, expressivas e motoras.

§ 3º - A Educação Física, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina nos horários normais em estabelecimentos de ensino de infantil e fundamental.

Art. 184 - O Município incentivará o lazer, como forma de elevação individual e de promoção social.

SEÇÃO VI
DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 185. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, visando assegurar:

I – o bem-estar social;

II – a elevação dos níveis de vida da população;

III – a constante modernização do sistema produtivo local.

SEÇÃO VII
DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO

Art. 186. O Município promoverá política habitacional, integrada a da União e do Estado, objetivando a solução da carência habitacional, cumpridos os seguintes critérios e metas:

I – oferta de lotes urbanizados;

II – incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

III – atendimento prioritário à família carente;

IV – formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e de auto construção;

V – garantia de projeto-padrão para a construção de moradias populares;

VI – assessoria técnica gratuita à construção da casa própria, nos casos previstos nos incisos III, IV e V deste artigo;

VII – incentivos públicos municipais às empresas que se comprometerem a assegurar moradia a, pelo menos 40% (quarenta por cento) de seus empregados.

Parágrafo único. A lei instituirá fundo para o financiamento da política habitacional do Município, com a participação do Poder Público Municipal, dos interessados e de empresas locais.

Art. 187. O Município instituirá, juntamente com o Estado do Paraná, programa de saneamento básico, urbano e rural, visando fundamentalmente a promover a defesa preventiva da saúde pública.

SEÇÃO VIII
DO MEIO AMBIENTE

Art. 188. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à comunidade o dever de defendê-la e preservá-la para a presente e futuras gerações.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público Municipal, juntamente com a União e o Estado, para assegurar a efetividade do direito a que se refere o caput deste artigo:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – exigir, na forma da lei, para instalação de obras ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente:

estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

b) licença prévia do órgão estadual responsável pela coordenação do sistema.

III – promover a educação ambiental nas escolas municipais e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IV – proteger a fauna e a flora;

V – legislar supletivamente sobre o uso e armazenamento dos agrotóxicos;

VI – controlar a erosão urbana, periurbana e rural;

VII – manter a fiscalização permanente dos recursos ambientais, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

VIII – incentivar o estudo e a pesquisa de tecnologias para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

IX – definir e fiscalizar espaços territoriais e os seus componentes a serem protegidos, mediante criação de unidades municipais de conservação ambiental;

X – garantir área verde mínima, na forma definida em lei, para cada habitante.

Art. 189. O sistema municipal de defesa do meio ambiente, na forma da lei, encarregar-se-á da elaboração e execução da política local de preservação ambiental.

Parágrafo único. Integram o sistema a que se refere o caput deste artigo:

I – órgãos públicos, situados no Município, ligados ao setor;

II – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

III – entidades locais identificadas com a proteção do meio ambiente.

Art. 190. O Município participará na elaboração e implantação de programas de interesse público que visem à preservação dos recursos naturais e renováveis.

SEÇÃO IX
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO
Art. 191. A família receberá proteção do Município, numa ação conjunta com a União e o Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fundado nos princípio das dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, cabendo ao Município propiciar recursos educacionais para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições públicas municipais.

Art. 192. O Município, juntamente com a União, o Estado, a sociedade e a família, deverá assegurar à criança e ao adolescente os direitos fundamentais estabelecidos no caput do artigo 227 da Constituição Federal.

§ 1º Os programas de assistência integral à saúde da criança incluirão, em suas metas, a assistência materno-infantil.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no artigo 162 desta Lei Orgânica.

§ 4º O Município não concederá incentivos nem benefícios a empresas e entidades privadas que dificultem o acesso do trabalhador adolescente à escola.

Art. 193. O Município, em ação integrada com a União, o Estado, a sociedade e a família, tem o dever de amparar as pessoas idosas.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos e garantido a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 194. Será criado, para garantir a efetiva participação da sociedade local, nas questões definidas nesta seção, o Conselho Municipal da Família, da Criança, do Adolescente e do idoso.

SEÇÃO X
DA DEFESA DO CIDADÃO

Art. 195. O Município assegurará, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos fundamentais que a Constituição confere aos brasileiros, notadamente:

I – isonomia perante a lei, sem qualquer discriminação;

II – garantia de :

proteção aos locais de cultos e a suas liturgias;

reunião em locais abertos ao público.

III – defesa do consumidor, na forma da lei, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

IV – exercício dos direitos de:

a) petição aos órgãos da administração pública municipal em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) obtenção de certidões em repartições públicas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

obtenção de informações junto aos órgãos públicos municipais.

§ 1º Independente do pagamento de taxa de emolumento o exercício dos direitos a que se referem às alíneas do inciso IV do caput deste artigo.

§ 2º Nenhuma pessoa poderá ser discriminada, ou de qualquer forma prejudicada, pelo fato de litigiar com órgão ou entidade municipal.

§ 3º Nos processos administrativos, observar-se-ão a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou decisão motivados.

§ 4º É passível de punição, nos termos da lei, o servidor público municipal que, no desempenho de suas atribuições e

independentemente das funções que exerça, violar direitos constitucionais do cidadão.
Art.196 Fica revogado os Atos das Disposições Transitórias integrante desta Lei Orgânica.

GUARACI, Estado do Paraná, 10 de Setembro de 2025.

Mesa Diretora Biênio 2025/2026

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

WESLEY GIOVANI GOBBO
Vice-Presidente

RÔMULO BUSIGNANI
1ª Secretário

GILBERTO BARBOSA
2º Secretário

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:53D13C69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 136/2025 – COMUNICADO OFICIAL DA COMISSÃO ELEITORAL - HOMOLOGAÇÃO RESULTADO – ELEIÇÃO CMP 2025

AComissão Eleitoral, nomeada pela Portaria nº 240/2025, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Edital de Convocação nº 128/2025, que regulamenta a eleição para a escolha dos membros do Conselho Municipal de Previdência (CMP) do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Guaraci, Estado do Paraná, vem a público**TORNAR PÚBLICO**a homologação do resultado do pleito:

1. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Informamos que, encerrado o prazo estipulado pelo Art. 26 do Edital, não foram interpostos recursos ao resultado preliminar apurado e devidamente divulgado.

2. DA HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do edital, HOMOLOGA-SE o resultado, com os seguintes eleitos:

Candidato eleito para a vaga de representante dos servidores ativos: CILSO PINA JUNIOR (Nº 500) com 17 (dezessete) votos;
Candidato que ocupará a vaga de representante dos servidores inativos/pensionistas: HUGO LEONARDO RINALTI (Nº 123) com 13 (treze) votos, conforme § 1º do Art. 9º do Edital de Convocação nº 128/2025 e §1º do art. 63 da Lei Municipal nº 1.667/2021.

Não há suplentes.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

A devida nomeação dos eleitos será realizada por intermédio de Portaria a ser exarada pelo Prefeito Municipal.
Este ato será publicado nos termos editalícios para garantir a ampla divulgação e transparência do processo.

Guaraci, 12de novembro de 2025.

MAICON SOARES CARLOS
Presidente da Comissão Eleitoral

VILMA CALZAVARA DA SILVA
Secretária da Comissão Eleitoral

ELIZANGELA MARA DOS SANTOS
Membro da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:8D3D36AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 026.2025

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 026/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de **Transporte Marítimo Escolar**, incluindo embarcações, tripulação qualificada (marinheiros) e monitores, para o deslocamento seguro e contínuo de alunos, profissionais da educação e materiais escolares, a fim de atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Guaraqueçaba/PR, Abertura: 27 de Novembro de 2025, ás 09:30hrs, no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guarqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 12 de Novembro de 2025.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D731C3C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 025.2025

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2025 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2025. Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva e Fornecimento de Peças de Reposição (Genuínas, Originais ou Similares) dos veículos da frota Geral do município de GUARAQUEÇABA", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura: 28 de Novembro de 2025, ás 14:30hrs, na sede da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, setor de compras e licitações, Critério de Julgamento: MENOR DESCONTO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guarqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 12 de Novembro de 2025.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D56BA897

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 05/2025 RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS GESTORES ESCOLARES (DIRETORES) NAS UNIDADES EDUCACIONAIS (CMEI E ESCOLAS MUNICIPAIS).

A Secretaria Municipal de Educação de Guaraqueçaba/PR, no uso de suas atribuições legais e considerando-se a decisão da Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Gestores Escolares, instituída pelo Decreto nº 543/08/2025, torna público a RETIFICAÇÃO DOS VOTANTES E DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS GESTORES ESCOLARES

(DIRETORES) NAS UNIDADES EDUCACIONAIS (CMEI E ESCOLAS MUNICIPAIS), conforme o seguinte:

I - O item 3 do Edital 01/2025 do Processo de Escolha dos Gestores Escolares (diretores) nas Unidades Educacionais (CMEI e Escolas Municipais) passa a vigorar com a inclusão dos pais, mães e responsáveis como votantes, conforme o seguinte:

3. DOS VOTANTES
3.1. Poderão votar:
3.1.1. Professores, e Pedagogo efetivos ou contratados em efetivo exercício;
3.1.2. Demais servidores efetivos, em exercício na escola, na datada votação;
3.1.3. Servidores internos, efetivos ou comissionados, que na data da votação estejam atuando na área de educação nesta Secretaria;
3.1.4**. Pais, mães e responsáveis dos alunos;**
3.1.5. O voto é direto, secreto e intransferível, vedada a procuração.
3.1.6. Cada membro da comunidade escolar votante, previsto nos itens 3.1.1. até 3.1.4. acima, tem direito a um único voto, independentemente de ser servidor e pai, mãe ou responsável de alunos ou possuir mais de um aluno matriculado na instituição.

II – O Cronograma das Etapas do Processo de Escolha dos Gestores Escolares (diretores) nas Unidades Educacionais (CMEI e Escolas Municipais), passa a vigorar conforme o seguinte:

1. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA
1.1. **Dias 20 e 21 de outubro de 2025 -** Curso preparatório/ capacitação. Realização de formação para candidatos. Local: Secretaria Municipal de Educação de Guaraqueçaba.
1.2. **Dia 23 de outubro de 2025 -** Prova escrita (objetiva e discursiva), devendo atingir 70% de aproveitamento; Local: Espaço de Reuniões do Antigo Marista – Guaraqueçaba.
1.3. **Dia 24 de outubro de 2025 -** Habilitação / análise das inscrições das etapas pela Comissão Geral.
1.4. **Dia 27 de outubro de 2025 -** Publicação dos candidatos habilitados.
1.5. **Dia 28 e 29 de outubro -** Período de recursos - Prazo para interposição de recursos contra indeferimentos.
1.6. **Dia 30 de outubro de 2025 -** Publicação final das habilitações. Divulgação definitiva dos candidatos habilitados após análise de recursos. Homologação dos candidatos aptos a seguir a etapa do processo.

2. DA PROPAGANDA
2.1. **Dias 03 a 24 de novembro de 2025** – Propaganda eleitoral.

3. DA CONSULTA PÚBLICA
3.1. **Dia 26 de novembro de 2025 (quarta-feira)** – Votação das 08h às 17h, na própria unidade escolar.
3.2. **Dia 27 de novembro de 2025 -** Publicação do resultado da consulta pública.
3.3. **Dia 01 de dezembro de 2025** – Recurso do resultado da consulta pública. Será das 8h às 17h na Secretaria Municipal de Educação.
3.4. **Dia 03 de dezembro de 2025 -** Homologação do resultado.
3.5. **Dia 12 de janeiro de 2026 -** Posse dos Diretores eleitos.

Guaraqueçaba, 11 de novembro de 2025.

ALESANDRA MORAIS DA COSTA
Portaria 214/2025
Secretária Municipal de Educação de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:332ED13C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 135/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 135/2025

Origem: Dispensa de licitação 98/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: POSH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 49.438.769/0001-85
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento emergencial de Gêneros Alimentícios – merenda escolar.
Valor global: R$ 171.966,00 (Cento e setenta e um mil novecentos e sessenta e seis reais).
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) meses

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
87 3.3.90.32.00.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
88 3.3.90.32.00.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
89 3.3.90.32.00.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

Guaraqueçaba, 06 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:C1B702C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO AO ADMINISTRATIVO N.º 0221/2024

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO AO ADMINISTRATIVO N.º 0221/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 14.666.709/0001-35, com sede à Rua Carlos Belão n.º 218 – Bairro Vila Juliana – Piraquara/PR, representada por **JACIR JOSÉ MERLO**, inscrito na Carteira de Identidade RG n.º 6.406.401-0 SESPPR, portador do CPF n.º 940.232.129-20, residente e domiciliado à Rua Carlos Belão n.º 218 – Bairro Vila Juliana – Piraquara/PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA, doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 00929/2025, no disposto no art. 57, § 1º da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 0221/2024, celebrado em 28/06/2025, cujo objeto é a *execução de obras de micro drenagem na sede do Município de Guaraqueçaba/PR conforme licitação na modalidade Concorrência Eletrônica n.º 02/2024*,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO EXECUÇÃO.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação do prazo de execução do Contrato Administrativo n.º 0221/2024, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 29.10.2025 e findando-se em 22.02.2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista nas cláusulas primeira e segunda deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
328 14 4.4.90.51.00.00 0300 – Obras e Instalações.
329 14 4.4.90.51.00.00 3963 - Obras e Instalações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 0221/2024, que estejam em conformidade com o presente Primeiro Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 22 de outubro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa System Seg Serviços LTDA.
CNPJ n.º 14.666.709/0001-35
JACIR JOSÉ MERLO
CPF n.º 940.232.129-20

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:5472ABB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2025

Considerando a instrução processual contida nos autos, em especial o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), que demonstram a necessidade e a urgência da aquisição.
Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, cujo conteúdo atesta o atendimento aos requisitos legais para a contratação direta, nos termos do disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 01.04.2021.
Considerando a comprovação de que a empresa selecionada preencheu os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários para a contratação, bem como apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme ampla pesquisa de mercado anexada ao processo.

ADJUDICO o objeto da presente dispensa de licitação à empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80,
HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 § parágrafo 7, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa de licitação, para a **contratação da empresa para manutenção e fornecimento de peças do ônibus M. Benz /Of 1519 RORE Placa: AXX8554 ano 2013/2014.**
Conforme solicitação e documentação juntada pela Secretaria Municipal de Educação, autorizo que seja celebrado o Contrato Administrativo, ou outro instrumento, nos termos da lei ou emitida a Autorização de Fornecimento para a empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80, sede na rua Nereu Ramos nº 419, Bairro: Centro, cidade: Imbituba SC, CEP: 88.780-000
Valor global: R$ 3.857,70 (três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos.)
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.
Determino que sejam tomadas as providências para elaboração do instrumento contratual, se for o caso, bem como se providencie a publicação do presente termo de adjudicação, ratificação e homologação e do respectivo extrato no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do disposto no art. 72, parágrafo único, e no art. 94 da referida Lei Federal.

Guaraqueçaba, em 12 de novembro 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:538D827E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2025

Considerando a instrução processual contida nos autos, em especial o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), que demonstram a necessidade e a urgência da aquisição.
Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, cujo conteúdo atesta o atendimento aos requisitos legais para a contratação direta, nos termos do disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 01.04.2021.
Considerando a comprovação de que a empresa selecionada preencheu os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários para a contratação, bem como apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme ampla pesquisa de mercado anexada ao processo.

ADJUDICO o objeto da presente dispensa de licitação à empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80,
HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 § parágrafo 7, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa de licitação, para a **contratação da empresa para manutenção e fornecimento de peças do ônibus VW15190 EOD placa: AZN 4199 ano 2014.**
Conforme solicitação e documentação juntada pela Secretaria Municipal de Educação, autorizo que seja celebrado o Contrato Administrativo, ou outro instrumento, nos termos da lei ou emitida a Autorização de Fornecimento para a empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80, sede na rua Nereu Ramos nº 419, Bairro: Centro, cidade: Imbituba, CEP: 88.780-000
Valor global: R$ 8.748,00 (oito mil setecentos e quarenta e oito reais.)
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.
Determino que sejam tomadas as providências para elaboração do instrumento contratual, se for o caso, bem como se providencie a publicação do presente termo de adjudicação, ratificação e homologação e do respectivo extrato no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do disposto no art. 72, parágrafo único, e no art. 94 da referida Lei Federal.

Guaraqueçaba, em 12 de novembro 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:67FA053F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2025

Considerando a instrução processual contida nos autos, em especial o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), que demonstram a necessidade e a urgência da aquisição.

Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, cujo conteúdo atesta o atendimento aos requisitos legais para a contratação direta, nos termos do disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133, de 01.04.2021.
Considerando a comprovação de que a empresa selecionada preencheu os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários para a contratação, bem como apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme ampla pesquisa de mercado anexada ao processo.

ADJUDICO o objeto da presente dispensa de licitação à empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80,
HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 § parágrafo 7, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa de licitação, para a **contratação**
Conforme solicitação e documentação juntada pela Secretaria Municipal de Educação, autorizo que seja celebrado o Contrato Administrativo, ou outro instrumento, nos termos da lei ou emitida a Autorização de Fornecimento para a empresa **MLX SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ 33.724.637/0001-80, sede na rua Nereu Ramos nº 419, Bairro: Centro, cidade: Imbituba SC, CEP: 88.780-000
Valor global: R$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta mil reais.)
Vigência: O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.
Determino que sejam tomadas as providências para elaboração do instrumento contratual, se for o caso, bem como se providencie a publicação do presente termo de adjudicação, ratificação e homologação e do respectivo extrato no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do disposto no art. 72, parágrafo único, e no art. 94 da referida Lei Federal.

Guaraqueçaba, em 12 de novembro 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:42E55866

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 12/2025 CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

SÚMULA: SÚMULA: APROVA O TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO DO INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ, ENVELHECIMENTO ATIVO.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 741/2017, em Reunião ordinária, realizada no dia 12, de novembro de 2025.
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do incentivo cuida mais Paraná, envelhecimento ativo.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Honório Serpa-PR, 12 de novembro de 2025.

JANDIRA DOS SANTOS
Presidente do CMDPI
Biênio 2025/2027

Publicado por:
Ana Sabrina Moreira
Código Identificador:FB71038D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 16/2025 CMAS HONÓRIO SERPA

RESOLUÇÃO N°16/2025

SÚMULA: APROVA O TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS) PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Honório Serpa – CMAS**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a **Lei Municipal nº 352/2010**, e considerando deliberação em **reunião ordinária realizada em 12 de novembro de 2025**,
RESOLVE:
Art. 1º: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Programa do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao exercício de 2026.
Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Honório Serpa, 12 de novembro de 2025.

ANELIZE FORNARI CRISTOFOLI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ana Sabrina Moreira
Código Identificador:3339D123

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 23/2025

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei nº 14.133, de 2021 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato, referente ao processo de **Dispensa de Licitação 23/2025.**

PARTES: Município de Honório Serpa - PR e a pessoa jurídica: DPO JR & CIA LTDA
CNPJ: 09.638.704/0001-69
ESPÉCIE: Contrato nº 81/2025 – Dispensa de Licitação 23/2025.
OBJETO: **Dispensa de licitação emergencial para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de Radiologia digital, com os respectivos laudos dos exames e com mão de obra de profissionais especializados necessários para a perfeita execução dos serviços, fornecimento de equipamentos de Aparelho de Raio X digital ou digitalizado DR com impressora DRY. Detector de campo total com instalação e manutenção, papel adequado para impressão, envelopes timbrados e demais materiais e insumos necessários ao serviço, para atender a demanda de exames radiológicos do Departamento Municipal de Saúde.**
PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR TOTAL: **R$ 29.457,75** (vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete reais, setenta e cinco centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Lei Nº 1031 de 13 de dezembro de 2024

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
182	14/001	10.301.0005.2.034	33.90.39.	1303

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte

201	14/002	10.301.0006.2.036	33.90.39.	4950

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica Federal

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
211	14/002	10.301.0006.2.100	33.90.39.	4951

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica Estadual

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
216	14/002	10.302.0007.2.044	33.90.39.	4963

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção de Média e Alta Complexidade Estadual

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
225	14/002	10.302.0007.2.102	33.90.39.	1496

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção de Média e Alta Complexidade Federal

DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.
FORO: Comarca de Coronel Vivida-PR.

Gabinete do Prefeito Municipal –
JOÃO CARLOS GARBIN

Publicado por:
Indianara Patrícia Brizola
Código Identificador:26197C31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 22/2025

ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2025

Para que surta os efeitos jurídicos e legais e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial n°22/2025, efetuamos a ADJUDICAÇÃO do item ao licitante:à proponente vencedora do item (01) **DPO JR E CIA LTDA inscrita no CNPJ º 09.638.704/0001-69,** com endereço Rua Gregório Sendeski, N°45, CENTRO, Palmas - PR 85.555-000, ofereceu um lance no valor global e total **R$ 310.200,00** (Trezentos e dez mil e duzentos reais). Que tem por finalidade**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE RADIOLOGIA DIGITAL, COM OS RESPECTIVOS LAUDOS DOS EXAMES E COM MÃO DE OBRA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COMO: APARELHO DE RAIO X DIGITAL OU DIGITALIZADO DETECTOR DE CAMPO TOTAL COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PAPEL ADEQUADO PARA IMPRESSÃO, ENVELOPES TIMBRADOS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS AO SERVIÇO, PARA ATENDER A DEMANDA DE EXAMES RADIOLÓGICOS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE.**
Ciências aos interessados.
Encaminhe se para as demais providencias legal.
Honório Serpa - PR, 12 de novembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
João Carlos Garbin
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2024

Analisando o procedimento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, na apreciação do Pregão Presencial n°22/2025, uma vez que de acordo com os instrumentos apresentados tudo transcorreu dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal 10.520/02 e Lei 14.133 e não havendo recurso pendente,HOMOLOGOo presente certame, aceitando os termos da proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE RADIOLOGIA DIGITAL, COM OS RESPECTIVOS LAUDOS DOS EXAMES E COM MÃO DE OBRA DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COMO: APARELHO DE RAIO X DIGITAL OU DIGITALIZADO DETECTOR DE CAMPO TOTAL COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PAPEL ADEQUADO PARA IMPRESSÃO, ENVELOPES TIMBRADOS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS AO SERVIÇO, PARA ATENDER A DEMANDA DE EXAMES RADIOLÓGICOS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE.** Em favor, conforme segue:à proponente vencedora do item (01) **DPO JR E CIA LTDA inscrita no CNPJ º 09.638.704/0001-69,** com endereço Rua Gregório Sendeski, N°45, CENTRO, Palmas - PR 85.555-000, ofereceu um lance no valor global e total **R$ 310.200,00** (Trezentos e dez mil e duzentos reais.).
Encaminhe se para as demais providencias legal.
Honório Serpa - PR, 12 de novembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patrícia Brizola
Código Identificador:1282DDA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA 23/2025

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2025

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 89/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº23/2025 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Dispensa de licitação emergencial para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de Radiologia digital, com os respectivos laudos dos exames e com mão de obra de profissionais especializados necessários para a perfeita execução dos serviços, fornecimento de equipamentos de Aparelho de Raio X digital ou digitalizado DR com impressora DRY. Detector de campo total com instalação e manutenção, papel adequado para impressão, envelopes timbrados e demais materiais e insumos necessários ao serviço, para atender a demanda de exames radiológicos do Departamento Municipal de Saúde.** E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**: DPO JR & CIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.638.704/0001-69, sediado na Rua Gregório Sendeski, 45 casa, São José, na cidade de Palmas – PR**. Valor da contratação: R$ 29.457,75** (vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete reais, setenta e cinco centavos).

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de Novembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patrícia Brizola
Código Identificador:07755E32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 346/2025

Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR

DECRETO N.º 346/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2024, de 19 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2,33 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizaçoeos, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 610 - 333293 - 00827 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2,33
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	2,33

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
132101010827000000 - 227 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 827
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 12 de novembro de 2025

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FB2BCEC2

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 347/2025

Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 347/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2024, de 19 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 14,98 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.846.0003.0003000 - Indenizaçoeos, Restituições e Sentenças Judiciais	
Despesa - 611 - 333293 - 02827 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14,98
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	14,98

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02827 - RECAPE ASFÁLTICO - SIT 43544
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 12 de novembro de 2025

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:38BA2E38

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/2025 - MOTORISTA

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/2025 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU Nº 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

• **CONVOCAR** os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 13 de novembro (quinta-feira) até o dia 19 de novembro (quarta-feira) de 2025, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.
• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: MOTORISTA

121640	Motorista	**WAGNER TEIXEIRA SASTRE**	**14º**
122026	Motorista	**RICARDO LOURENÇO BORGES**	**15º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____ Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F09E1536

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: RODO SERVICE LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.688.075/0004-50
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS 0 KM, DESTINADO AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE IGUARAÇU/PR.
VALOR: R$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/11/2025 a 11/11/2026.

Iguaraçu/PR, 11 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A6981488

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 026/2025
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu, CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
CONTRATADA: Manupa Comércio Exportação Importação de Equipamentos e Veículos Adaptados Ltda, CNPJ nº 03.093.776/0008-68.
OBJETO: Alteração da Cláusula Primeira do Contrato nº 141/2025, substituindo a marca e modelo **PEUGEOT/BOXER** por **CITROEN/JUMPER**, conforme Processo Administrativo nº 142/2025.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original que não conflitem com o presente Termo.
DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: Inalterada.

IGUARAÇU/PR, 12 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BE19E47E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA ATÉ A DATA DE 12/11/2025. CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025

Objeto: Chamamento público para o credenciamento de profissionais autônomos (pessoas físicas e jurídicas) para a prestação de serviços de forma temporária nas seguintes funções: educador assistencial (40 horas semanais), auxiliares educacionais (40 horas semanais), agente de apoio educacional (40 horas semanais), merendeira (40 horas semanais), motorista de ambulância e Agente de Relações Públicas (40 horas semanais), pelo período de 12 meses.

ORDEM	CREDENCIADO	CPF	VAGA	STATUS
08	LAURA MARIA COVRE PAIVA	137. ***.***-52	AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL	INABILITADO MOTIVO: GRAU DE ESCOLARIDADE NÃO COMPATÍVEL COM O EXIGIDO EM EDITAL.

Iguaraçu, 12 de Novembro de 2025.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Setor de Licitação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6888CEF1

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 020/2025

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para a aquisição de 01 (um) aparelho de telefone celular smartphone, destinado ao uso da leiturista responsável pelas leituras de consumo de água dos usuários da área urbana e rural do município de Iguaraçu o modelo específico será para atender o sistema de arrecadação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, em favor da empresa B S Informática Ltda, sob o CNPJ Nº 44.132.151/0001-79, Situada na Av. Cerro Azul, nº 752 – Zona 02 - Maringá/PR, no valor de R$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais)com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 12/11/2025.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:2391F300

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESCISÃO DE ITEM N° 24 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2025 – CIS/AMCESPAR - PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025

RESCISÃO DE ITEM N° 24 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2025 – CIS/AMCESPAR - PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025

O presidente do CIS/AMCESPAR, no uso das atribuições tendo como parâmetro os regramentos estatuídos na Lei 14.133/2021, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 029/2025, cujo objeto é a Aquisição de materiais odontológicos para a Unidade do CEO do CIS AMCESPAR., RESOLVE:
RESCINDIR em partes contrato de forma amigável, nos termos do artigo 138 da Lei Nº 14.133/2021, tendo em vista os fatos narrados no expediente supracitado:
Processo Administrativo nº 009/2025

Contratante: CIS/AMCESPAR, CNPJ Nº. 00.358.098/0001-53
Contratada: **Altermed Material Médico Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.802.002/0001-02.**

Razões da rescisão

Adoto por seus fundamentos o inteiro teor das informações apresentados no processo administrativo a qual, solicitou desistência do item 24 da Ata de Registro de Preço 73/2025 ao setor de fiscalização de contratos. No intuito de dar continuidade nas atividades internas, utiliza-se do presente instrumento de rescisão do item da Ata de Registro de Preço 73/2025.

Nessa esteira, depreende-se Fundamentação: artigo 138 da Lei Nº 14.133/2021, e Clausula Decima Segunda do Contrato, em conformidade com os procedimentos de informação da contratada.

Irati, 12 de novembro de 2025

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
CNPJ sob o n.º 00.802.002/0001-02
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:10EEBC13

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 253/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial nos termos da Lei Municipal nº 1.104/2025, de 07 de novembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com base na Lei Municipal nº 1.104/2025, de 07 de novembro de 2025.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 173.500,00 (cento e setenta e três mil e quinhentos reais), destinados a dar cobertura à dotação abaixo relacionada:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	**SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO**	
07.002	**DEPARTAMENTO DE OBRAS**	
15.452.1501.1063	ILUMINAÇÃO PUBLICA	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	
4445	00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 173.500,00
TOTAL A ACRESCENTAR:		**R$ 173.500,00**

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação da seguinte dotação:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	**SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO**	
07.002	**DEPARTAMENTO DE OBRAS**	
15.452.1501.1063	ILUMINAÇÃO PUBLICA	
3.3.67.83.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECONÔMICAS, APORTE E FUNDO	
4440	00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 173.500,00
TOTAL A ANULAR:		**R$ 173.500,00**

Artigo 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas Leis Municipais nº 1.005/2021 - Plano Plurianual para o período de 2022/2025, 1.076/2024 - LDO 2025 e 1.085/2024 - LOA 2025.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, 12 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Vieira
Código Identificador:936BB3C8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 252/2025

DECRETO Nº 252/2025

SUMULA: Concede redução de jornada de trabalho a servidora Isis Aline Lourenço de Souza Gaedicke.

Considerando o disposto no artigo 46 da Lei Municipal 482/2009

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e, especialmente, das que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica reduzida a jornada de trabalho da servidora **ISIS ALINE LOURENCO DE SOUZA GAEDICKE – Matricula 888-1**, lotada no Departamento de Ensino, no cargo de Fonoaudióloga, para 20 horas semanais, reduzindo os vencimentos na mesma proporção.

Art. 2º O Presente Decreto entra em vigor retroativo a 01/11/2025, revogadas as disposições em contrário.

Inácio Martins, 10 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:A2606749

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 254/2025

DECRETO Nº 254/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

DECRETA

Art.1º- Fica declarado recesso administrativo no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Inácio Martins, no dia 24 de novembro de 2025 (segunda-feira), em razão da comemoração do aniversário do Município, que ocorre em 25 de novembro de 2025**.**

Art. 2º - A paralisação das atividades Municipais, decorrentes do presente Decreto, não interrompe os Serviços Essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:2F037DE9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 468/2025

PORTARIA Nº 468/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **EDSON LUIS MOREIRA – MATRICULA 087-1** ocupante do cargo efetivo Fiscal I, lotado no Departamento de Preservação e Educação Ambiental, no período de **11/11/2025 a 10/12/2025 - (30 dias**), referente ao período aquisitivo de **2019/2020**, conforme requerimento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor neta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:4F023BBB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 467/2025

PORTARIA Nº 467/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 91/93, de 29 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica ao servidor **PAULO FERREIRA DOS SANTOS - Matrícula 80000415** ocupante do cargo efetivo de Motorista D/E, lotado no Departamento de Educação, pelo **período de 16/10/2025 a 15/11/2025 - (30 dias**) conforme **LAUDO PERICIAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor retroativo a 16/10/2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:FE2F16DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DO PRESIDENTE Nº 011/2025

SÚMULA: TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA AO VICE-PRESIDENTE.

CONSIDERANDO que o Senhor Presidente Vereador Adão Alves Pimentel irá ausentar-se do Município no período de 13 a 27 de novembro de 2025;

Considerando a necessidade de passar o Exercício da Presidência ao Vice-Presidente Vereador Leonardo Flores dos Santos.

R E S O L V E:

Art. 1º. Passar o exercício temporário da Presidência ao Vice-Presidente Vereador **LEONARDO FLORES DOS SANTOS**, devidamente constituído, no período de 13 a 27 de novembro de 2025.

Art. 2º. Este Ato do Presidente entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ADÃO ALVES PIMENTEL
Presidente

Publicado por:
Roberto Hiromi
Código Identificador:BDA38BE5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 091/2025

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 091/2025.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 015/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de peças para os veículos multimarcas da frota municipal (máquinas pesadas), para atender a demanda da frota do município de Iporã-PR.
VALOR MAXIMO: R$ 1.433.645,69 (um milhão quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 26/11/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:50 as 09:00 horas do dia 26/11/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 26/11/2025.

Iporã – PR, 12 de novembro de 2025.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2B002BB2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 080/2025
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de novembro de 2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO: Luciane Cristina Mota Ribas CPF: 005.xxx.xxx-61
OBJETO: Prestar Serviços de MÉDICO VETERINÁRIO regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotada na **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**
VALOR: R$ 5.511,27 (Cinco mil quinhentos e onze reais e vinte e sete centavos), mensais
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 13 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado por 02 (dois) anos conforme interesse de ambas as partes.
BASE LEGAL: Aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital de abertura nº. 001/2025 de 04/02/2025 e Edital nº. 004/2025 de 07/03/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 037/2025 de 30 de outubro de 2025, para prestar serviços de MÉDICO VETERINÁRIO, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.
FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 13 de novembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

LUCIANE CRISTINA MOTA RIBAS /
Contratada

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DAB249D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.281

LEI Nº 5.281

Súmula: "*Dispõe sobre a denominação da Casa da Mulher Paranaense do Município de Irati, que passa a se chamar "Casa da Mulher Paranaense – Avany Caggiano Santos".*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "*Casa da Mulher Paranaense – Avany Caggiano Santos*" a unidade do Programa Estadual "Casa da Mulher Paranaense", que será instalada no Município de Irati, destinada ao fomento do protagonismo, o desenvolvimento de potencialidades, a autonomia, o exercício da cidadania, a integração social das mulheres e o bem-estar feminino.

Art. 2º - A execução da obra ocorrerá na Avenida Perimetral João Stoklos, s/n, Parque Ambiental, Bairro Colina Nossa Senhora das Graças, conforme adesão pelo Município de Irati à Resolução SEMIPI nº 25/2025 e à Deliberação nº 006/2025-CEDM/PR, referentes à transferência de recursos financeiros para a construção da Casa da Mulher Paranaense, em trâmite no Protocolo nº 24.230.020-3/SEMIPI.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo serem adotadas todas as providências necessárias para que a futura unidade seja oficialmente referenciada e divulgada como "*Casa da Mulher Paranaense – Avany Caggiano Santos*" em todos os atos administrativos, registros e comunicações oficiais.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 12 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:4AA12D79

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.282

LEI Nº 5.282

Súmula: *"Institui o Censo Populacional de Cães e Gatos no Município de Irati, e dá outras providências."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Irati, o Censo Populacional de Cães e Gatos, com a finalidade de levantar dados sobre a população de animais domésticos existentes no município e subsidiar políticas públicas de saúde, bem-estar e controle populacional.

Art. 2º - O Censo Populacional de Cães e Gatos poderá ser realizado com o apoio dos Agentes Comunitários de Saúde, durante as visitas domiciliares, de forma complementar às atividades de saúde já desempenhadas.

Parágrafo único: A participação dos moradores no fornecimento das informações será voluntária, garantindo-se o sigilo e a proteção dos dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).

Art. 3º - As informações coletadas deverão abranger, no mínimo:

I – quantidade de cães e gatos no domicílio;
II – situação vacinal e de vermifugação;
III – condição de castração;
IV – existência de identificação por microchip ou outro meio;
V – condições básicas de saúde e bem-estar animal.

Art. 4º - Os dados obtidos por meio do censo serão utilizados exclusivamente para fins de planejamento de políticas públicas, programas de saúde pública, controle populacional, zoonoses, campanhas de vacinação, castração e identificação animal.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, definindo:

I – a periodicidade da coleta de dados;
II – a forma de treinamento dos agentes;
III – os formulários ou sistemas a serem utilizados;
IV – a integração com as políticas de saúde pública e de proteção animal.

Art. 6º - A execução do Censo Populacional poderá contar com a colaboração de:

I – entidades de proteção animal;
II – conselhos municipais;
III – universidades e instituições de ensino;
IV – organizações não governamentais;
V – clínicas e hospitais veterinários conveniados.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º - Para a execução do Censo Populacional de Cães e Gatos, o Poder Executivo poderá contratar empresa ou organização especializada, mediante processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único: O edital de contratação deverá estabelecer critérios técnicos claros, metas quantitativas e qualitativas, além de prever a integração das informações coletadas com as políticas públicas de saúde e bem-estar animal.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 12 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:533E3095

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.283

LEI Nº 5.283

Súmula: *"Dispõe sobre a proibição, orientação e combate ao uso de cigarros eletrônicos e/ou similares em locais públicos no âmbito do município de Irati/PR, e dá outras providências."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibido no âmbito do município de Irati, Paraná, o uso de cigarros eletrônicos e dispositivos similares em locais públicos abertos ou fechados, bem como a venda a menores de 18 (dezoito) anos de essências e acessórios destinados à sua utilização, nos termos da legislação federal vigente, especialmente a RDC ANVISA nº 855/2024, sem prejuízo das competências da União.

§ 1º Consideram-se locais públicos, para fins desta Lei, praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

§ 2º A proibição aplica-se igualmente a ambientes de uso coletivo privado, total ou parcialmente fechado, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 3° São considerados ambientes de uso coletivo privado: bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, cinemas, hotéis, pousadas, supermercado, áreas comuns de condomínios, e ambientes de trabalho, de cultura, de esporte e de lazer e assemelhados a estes.

Art. 2º - Os responsáveis pelos locais mencionados deverão alertar os frequentadores quanto à proibição prevista nesta Lei e, persistindo a conduta, dar imediata retirada do infrator do local com o auxílio, caso necessário, dos órgãos competentes.

Art. 3º - Os locais mencionados, bem como as instituições de ensino fundamental, médio, públicas e privadas devem afixar em local visível ao público cartazes e materiais informativos sobre:

I - Proibição da comercialização e uso de cigarros eletrônicos no Brasil, conforme RDC ANVISA nº 855/2024 e legislação vigente;

II - Riscos à saúde associados ao uso dos cigarros eletrônicos, incluindo dependência, problemas respiratórios e outros danos;

III - Orientações para denúncias de venda irregular ou propaganda ilegal.

§ 1º Os cartazes e materiais informativos serão fornecidos pela Secretaria Municipal da Saúde, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde, preferencialmente com apoio de campanhas já existentes e orçamento previsto.

Parágrafo único: Os cartazes deverão conter informações padronizadas conforme modelo definido por regulamento ou ato conjunto da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - As ações de fiscalização serão realizadas por equipes compostas por órgãos municipais, com possibilidade de cooperação com entidades estaduais e federais, respeitadas as respectivas competências legais:

I - Vigilância Sanitária Municipal;
II - Procon Municipal;
III - Guarda Municipal;
IV - Secretaria Municipal de Educação;
V - Secretaria Municipal de Segurança Pública.

§1º Poderão atuar em parceria, a convite do Executivo Municipal, os seguintes órgãos:
I - Ministério Público do Paraná;
II - Polícia Militar e Polícia Civil;
III - Receita Federal.

§2º O Conselho Tutelar poderá atuar de forma complementar nas ações, zelando pelos direitos de crianças e adolescentes, requisitando providências e encaminhando os casos às autoridades competentes.

Art. 5º - As ações de controle previstas nesta Lei incluem:

I - Levantamento e mapeamento de áreas críticas, como escolas e comércios próximos a instituições educacionais;
II - Recebimento de denúncias anônimas por meio dos canais oficiais do município;
III - Realização de operações conjuntas de fiscalização, com apreensão de produtos e autuação de infratores;
IV - Monitoramento de entregas domiciliares via motoboys e aplicativos, quando houver indícios de venda irregular;
V - Encaminhamento de ocorrências ao Ministério Público e demais autoridades competentes.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Saúde apresentará, semestralmente, relatório público com indicadores de fiscalização, denúncias recebidas, operações realizadas e dados de saúde relacionados ao uso de cigarros eletrônicos no município.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a aplicação das sanções administrativas decorrentes do descumprimento desta Lei, observando os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 12 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:4EF380DE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.284

LEI Nº 5.284

Súmula: *"Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover, em caráter anual, o Concurso Rainha e 1ª e 2ª Princesas da Festa do Pêssego e a conceder premiações às vencedoras."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover, em caráter anual, o Concurso Rainha e Princesas da Festa do Pêssego, destinando premiações em moeda corrente nacional às candidatas mais bem classificadas, como forma de incentivo, valorização cultural e promoção do evento.

Art. 2º - As premiações previstas nesta Lei poderão ser custeadas com recursos do Tesouro Municipal, por meio de dotação orçamentária própria ou suplementada, bem como mediante doações, patrocínios de entidades privadas ou outras formas de colaboração de pessoas físicas ou jurídicas, desde que observados os procedimentos legais e administrativos pertinentes à captação, recebimento e utilização desses recursos, em conformidade com a legislação vigente e as normas de controle e transparência da Administração Pública.

Art. 3º - As premiações observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e os descontos legais cabíveis, especialmente aqueles previstos na legislação federal relativa ao Imposto de Renda.

Parágrafo único – Os valores concedidos serão distribuídos conforme a classificação no concurso, obedecendo à seguinte proporção:

I - Rainha: 50% do total da premiação;

II - 1ª Princesa: 33,33% do total da premiação;

III - 2ª Princesa: 16,67% do total da premiação.

Art. 4º - A concessão das premiações de que trata esta Lei será regulamentada e operacionalizada por meio de edital público, a ser expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda, que disporá sobre os critérios de participação, etapas de seleção, prazos, modalidades de premiação, formas de inscrição e demais condições necessárias à execução do certame, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 5º - O Concurso Rainha e Princesas da Festa do Pêssego poderá ser regulamentado por decreto do Poder Executivo, que definirá o valor total destinado às premiações e demais disposições complementares necessárias à execução da presente Lei.

Parágrafo Único: No exercício de 2025, o valor destinado às premiações será de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser distribuído conforme a proporção estabelecida nos incisos do parágrafo único do artigo 3º, podendo os valores referentes aos exercícios seguintes ser fixados na forma do *caput*.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que, no mérito, lhe forem contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 12 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:FD6F37BC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.285

LEI Nº 5.285

Súmula: *"Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover premiações anuais para residências e estabelecimentos comerciais em virtude das festividades de Natal, valorizando criatividade, iluminação e sustentabilidade."*

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover premiações destinadas a residências particulares e estabelecimentos comerciais do Município de Irati, com foco nas decorações natalinas, como forma de incentivo à criatividade, valorização estética e promoção de práticas sustentáveis, em caráter anual.

Art. 2º - O valor total das premiações será de R$ 100.000,00 (cem mil reais), distribuído da seguinte forma:

I – R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para residências particulares;

II – R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para estabelecimentos comerciais.

Art. 3º - Para cada grupo de premiação (residências e estabelecimentos comerciais), os recursos serão distribuídos em 04 (quatro) categorias, conforme critérios abaixo:

I – Categoria “Mais Iluminada, Mais Criativa e Mais Sustentável” – R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II – Categoria “Mais Iluminada” – R$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – Categoria “Mais Criativa” – R$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV – Categoria “Mais Sustentável” – R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único: Considera-se:

a) “Mais Iluminada”: a residência ou comércio que apresentar maior destaque na utilização de iluminação natalina decorativa e artística;

b) “Mais Criativa”: a residência ou comércio que apresentar soluções inovadoras e originais de decoração, temática ou design natalino;

c) “Mais Sustentável”: a residência ou comércio que implementar práticas ambientalmente responsáveis, como uso de iluminação eficiente, reaproveitamento de materiais ou iniciativas de economia de energia;

d) “Mais Iluminada, Mais Criativa e Mais Sustentável”: a residência ou comércio que reunir os três critérios de forma equilibrada e de destaque, conforme avaliação do comitê julgador.

Art. 4º - As premiações deverão contemplar as decorações exibidas no período natalino, especialmente no dia 25 de dezembro, podendo o prazo de inscrição e avaliação abranger o período prévio e posterior à data, conforme definido em edital público.

Art. 5º - As premiações previstas nesta Lei serão custeadas com recursos do Tesouro Municipal, em dotação orçamentária própria ou suplementada, bem como mediante doações, patrocínios de entidades privadas ou outras formas de colaboração de pessoas físicas ou jurídicas, observados os procedimentos legais e administrativos pertinentes à captação, recebimento e utilização desses recursos, em conformidade com a legislação vigente e as normas de controle e transparência da Administração Pública.

Parágrafo único: Quando custeadas pelo Poder Público Municipal, as despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

18.001.13.392.1301.2.132.3.3.90.31.00.00 – Atividades do Departamento de Cultura e Legado Étnico – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Reduzido 308
Fonte 1000.

Art. 6º - A concessão das premiações será regulamentada e operacionalizada por meio de edital público, a ser expedido pela Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, que disporá sobre os critérios de participação, etapas de seleção, prazos, modalidades de premiação e formas de inscrição.

Parágrafo único: A participação das residências ocorrerá mediante a decoração de fachadas, jardins, áreas externas ou demais espaços visíveis ao público, observando os critérios de iluminação, criatividade e sustentabilidade, enquanto os estabelecimentos comerciais concorrerão mediante a decoração de suas fachadas e vitrines, conforme definido no edital, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 12 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:150A11D1

PROCURADORIA
SEC. SAÚDE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024 - CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 002/2024, regulamentado pelo Decreto 734/2025, convoca o candidato abaixo relacionado munido dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentar-se na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Zeferino Bittencourt, nº 1270, Centro, no dia 14 de Novembro de 2025 impreterivelmente no horário das 08h30.
Cabe ressaltar o disposto no Edital 002/2024, item 9.3 “O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios” ; e item 9.5 “O candidato que deixar de comparecer em 03(três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação”.

CARGO: ENFERMEIRO (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
15º	TEREZINHA DE FATIMA IVASCHO	028.090.969-10	030

DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO
Secretária Municipal de Saúde – Presidente da Comissão

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:CE26B513

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 062/2025. Processo Administrativo n° 213/2025.
Objeto: Contratação de empresa para realização de show artístico do artista Luan Pereira, que será realizado em 06 de dezembro de 2025 na 44ª Festa do Pêssego de Irati, conforme condições e especificações contidas no termo de referência. Contratada: LP Producoes Artisticas Ltda. CNPJ: 45.274.931/0001-16. Valor global contratado: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Fundamento legal: Art. 74, Inciso II da Lei nº 14.133/21.

Inexigibilidade nº 063/2025. Processo Administrativo n° 215/2025.
Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Dr. Correia, n° 242, Centro, Irati/PR, para uso do Departamento de Trânsito de Irati e Defesa Civil. Contratada: Imobiliaria Marcos Jose Ltda. CNPJ: 53.322.088/0001-24. Valor global contratado: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) mensais. Fundamento legal: Art. 74, Inciso V da Lei nº 14.133/21.

Irati, 12 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado pela Portaria nº 119/2025

EXTRATO DE CONTRATOS

Inexigibilidade nº 060/2025. Contrato de prestação de serviços nº 098/2025.
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2025, de 21/09/2025, Pregão, na forma eletrônica nº 001/2025, do Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional – CONDER, para aquisição de dois caminhões caçamba basculantes 6x4, conforme número SIT 74026 - Termo de Convênio 480 237886054/2025, concedente SEAB. Contratada: Nordica Veiculos S/A. CNPJ:

77.997.187/0001-74. Valor global contratado: R$ 1.257.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

Inexigibilidade nº 061/2025. Contrato de prestação de serviços nº 099/2025.
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2025- Pregão Eletrônico nº 001/2025 – Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários e veículos – CONDER, para aquisição de um veículo caminhonete tipo pick-up. Contratada: ITN Maquinas e Equipamentos Ltda. CNPJ: 60.184.899/0001-71. Valor global contratado: R$ 127.100,00 00 (cento e vinte e sete mil e cem reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado pela Portaria nº 119/2025

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:8C661D9B

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 046/2025. Contrato de prestação de serviços nº 096/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de máquina para desobstrução de tubulações. Contratada: SB Hidrojato Ltda. CNPJ: 31.330.477/0001-69. Valor contratado: R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

Pregão Eletrônico nº 014/2025. Contrato de prestação de serviços nº 097/2025. Objeto: Registro de preços para prestação de serviços para limpeza, tais como roçada, capina e varrição de área públicas na área urbana e rural do município de Irati-PR. Contratada: AJDJ Empreendimentos Ltda. CNPJ: 57.582.755/0001-69. Valor contratado: R$ 1.235.572,80 (um milhão duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) para os lotes 01 ao 08. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025. Objeto Registro de preços para aquisição eventual e parcelada de impressos diversos, materiais gráficos e carimbos. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2025 Contratada: A2 Marketing E Comunicação Visual Ltda. CNPJ: 36.104.394/0001-75. Valor Contratual: R$ 8.139,60 (oito mil, cento e trinta e nova reais e sessenta centavos) para o item 20. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025 Contratada: Artes Gráficas Berezovski Ltda. CNPJ: 07.259.843/0001-56. Valor Contratual: R$ 5.510,00 (cinco mil, quinhentos e dez reais) para os itens 11, 12 e 14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2025 Contratada: Chagas & Cardoso Ltda. CNPJ: 09.021.537/0001-02. Valor Contratual: R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais) para o item: 08. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2025 Contratada: Chislene Dos Santos. CNPJ: 12.071.586/0001-64. Valor Contratual: R$ 31.350,00 (trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais) para o item: 04. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2025 Contratada: D S A Chaves Ltda. CNPJ: 53.089.257/0001-28. Valor Contratual: R$ 69.267,85 (sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para os itens: 07, 09 e 15. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2025 Contratada: I A Junior Comunicação Visual E Comercio Ltda. CNPJ: 11.556.059/0001-87. Valor Contratual: R$ 388.791,00 (Trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais) para os itens: 02, 03, 10, 17 e 18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2025 Contratada: JC Soluções Gráficas Ltda. CNPJ: 46.368.092/0001-68. Valor Contratual: R$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) para o item: 13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2025 Contratada: Julio Cesar Nogueira Oliveira Do Nascimento Comunicação Visual. CNPJ: 27.900.276/0001-82. Valor Contratual: R$ 86.224,00 (Oitenta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais) para os itens: 01, 16 e 19. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2025 Contratada: Kopu Brindes Ltda. CNPJ: 20.621.038/0001-99. Valor Contratual: R$ 48.946,30 (quarenta e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos) para os itens:05 e 06. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula Nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:C56E44F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 054/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA, CNPJ n° 46.368.367/0001-63
VALOR CONTRATADO: R$ 17.236,69 (dezessete mil e duzentos e trinta e seis reais e
sessenta e nove centavos)
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:80A3EBE1

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 056/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO:CASA DAS ESCOLAS DISTRIBUIDORA, CNPJ: 51.916.510/0001-44
VALOR CONTRATADO: R$ 15.530,00 (quinze mil e quinhentos e trinta reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:816042C9

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 057/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: CENTRAL HOLDING LOGÍSTICA, CNPJ nº 10.735.873/0001-04
VALOR CONTRATADO: R$ 5.898,00 (cinco mil e oitocentos e noventa e oito
reais).
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:25DAC611

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 061/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: DRI OFFICE LTDA, CNPJ nº 60.389.680/0001-09
VALOR CONTRATADO: R$ 16.815,50 (dezesseis mil e oitocentos e quinze reais e
cinquenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:F209BF0B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 063/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: LEV INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 52.795.852/0001-16
VALOR CONTRATADO R$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:7E392D24

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 065/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: ROGER EDUARDO DOS SANTOS - ME,
CNPJ nº 07.835.506/0001-60
VALOR CONTRATADO: R$ 3.000,00 (três mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:AFC4DAD7

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 070/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2025
Procedimento Administrativo: 57/2025
Licitacão/Número: Pregão Eletrônico nº 35/2025
OBJETO: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturação das UBS do município conforme as Resoluções: RESOLUÇÃO SESA Nº 1428/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 454/2022, e RESOLUÇÃO SESA Nº 605/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADO: JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA,
CNPJ 54.647.123/0001-48
VALOR CONTRATADO: R$ 5.274,99 (cinco mil e duzentos e setenta e quatro
reais e noventa e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2026
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 07 de novembro de 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:14E8B3E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.371/2025

SÚMULA: Nomeia Conselho Municipal de Esportes e Lazer e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 2.013/2024,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear nos termos da Lei nº 2.013/2024, os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER,** representantes dos órgãos governamentais e não governamentais, conforme segue:

I. ENTIDADES GOVERNAMENTAIS
Representante da Secretaria de Esportes e Lazer;
Titular: Ricardo José Tostes
Suplente: Alex Machado

Representante da Secretaria de Assistência Social;
Titular: Simone Aparecida de Morais dos Santos
Suplente: Mário Sérgio Fuzeto

Representante da Secretaria de Educação;
Titular: Elaine de Souza Oliveira
Suplente: Áqueles Aparecida dos Santos

Representante da Secretaria de Saúde;
Titular: Letícia Robli
Suplente: Jusélia Braga

II. ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:
Representante Associações Esportivas
Titular: Paulo Zamboni
Suplente: Edcláudio Pedroso

Representante dos Professores de Educação Física do Município
Titular: Gisele Cristina Alves
Suplente: Eder Roni Montanheiro

Representante de Associações Comerciais
Titular: Sanvilly Maria Silvestrini Tostes
Suplente: Moacir machado Junior

Representante de Modalidades Esportivas praticadas no Município
Titular: Stephanie Farias
Suplente: Luís Carlos Freitas Junior

Art. 2º - Restou referendo a Diretoria do Conselho Municipal de Esporte e Lazer assim composta:
Presidente: Ricardo José Tostes
Vice-Presidente: Áqueles Aparecida dos Santos
Secretário Geral: Letícia Robli
Tesoureiro: Mário Sérgio Fuzeto

Art.3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.335/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:B0FA3955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 2.051/2025

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover leilão público para alienação de bens móveis inservíveis, sucatas e veículos considerados economicamente inviáveis para conserto e manutenção, e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover leilão público para alienar bens considerados economicamente inviáveis para consertos e manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público, além de sucatas e veículos inservíveis para atendimento das ações programáticas da municipalidade.

Parágrafo único: O leilão público de que trata o caput deste artigo, seguirá o rito previsto pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º - Os bens a serem leiloados serão aqueles constantes no anexo I, que passa a fazer parte desta lei.

Art. 3º - Os valores arrecadados com a alienação dos bens móveis referidos nesta Lei serão alocados em rubrica especifica e servirão exclusivamente para aquisição de bens de capital.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:998DA41D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 436/2025

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pelo servidor José Weliton Ferreira Martins, Matrícula 200782, no cargo de Operador de Máquinas, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 03/11/2025;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** do servidor público **JOSÉ WELITON FERREIRA MARTINS** no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **13/11/2025**.

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:E0B7779A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº. 009/2025

Súmula: Dispõe sobre a adoção de inovações tecnológicas no âmbito dos serviços de saúde pública municipal, com destaque para a implementação de QR Codes, e dá outras providências.

O **Conselho Municipal de Saúde**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, e considerando sua competência de deliberar sobre estratégias e ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, e considerando a Deliberação Plenária ocorrida em reunião ordinária realizada no dia 26 de junho de 2025,

I - CONSIDERANDO a necessidade de modernização dos processos administrativos e operacionais nos serviços de saúde pública;

II - CONSIDERANDO a importância de garantir maior agilidade, transparência e eficiência no atendimento aos cidadãos;

III - CONSIDERANDO o potencial das tecnologias digitais para aprimorar o acesso às informações de saúde e otimizar a gestão dos serviços públicos;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica adotada, no âmbito da rede municipal de saúde, a utilização de inovações tecnológicas voltadas ao aprimoramento dos serviços públicos de saúde.

Art. 2º Como parte dessas inovações, será implementado o uso de QR Codes para facilitar o acesso dos cidadãos a informações sobre serviços, campanhas, unidades de atendimento, prontuários eletrônicos e demais dados de interesse público.

Art. 3º A iniciativa tem como objetivo agilizar o atendimento, reduzir a burocracia e aumentar a eficiência e a transparência dos serviços prestados à população.

Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com os setores de tecnologia da informação e comunicação, planejar, executar e monitorar a implementação das ferramentas tecnológicas previstas nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de junhode 2025.

Itambé - PR, 12 de novembro de 2025.

LUIZ FLORENTINO RIBEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

TATIANA EMERGENTE GONÇALVES ANTONIASSI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tatiana Emergente Gonçalves Antoniassi
Código Identificador:F5E9678A

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 211/25 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1442/2024 de 04/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.021. MANUTENÇÃO DO DEPTO DE EDUCAÇÃO 25%
198 - 3.3.50.43.00.00 01102 SUBVENÇÕES SOCIAIS 15.000,00
203 - 3.3.90.46.00.00 01104 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 40.000,00

07.001.12.365.0004.2.023. MANUTENÇÃO DO CMEI SILVIA MARIA BRAGA ALVES
247 - 3.3.90.39.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 30.000,00
Total Suplementação: 85.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.025. MANUTENÇÃO DO PROJETO PIÁ 25%
216 - 3.3.90.30.00.00 01104 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

07.001.12.365.0004.2.023. MANUTENÇÃO DO CMEI SILVIA MARIA BRAGA ALVES
236 - 3.1.90.11.00.00 01103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 30.000,00
238 - 3.1.90.13.00.00 01102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 15.000,00
Total Redução: 85.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,
em 12 de novembro de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:52856787

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 212/25 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1442/2024 de 04/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 194.670,00 (cento e noventa e quatro mil seiscentos e setenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
51 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
55 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 20.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
05.002.04.124.0010.2.008. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
73 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
297 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 10.000,00
08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
337 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00
347 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 3.000,00

08.001.10.302.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PIONEIRA ESTER M. P. DE MELO
378 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00
382 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00
384 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 3.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.20.606.0007.2.035. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
429 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.051. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
747 - 3.3.90.39.00.00 766 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 1.370,00

10.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
10.002.08.243.0014.2.033. MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
479 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
487 - 3.3.50.43.00.00 01000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 3.300,00
505 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 9.000,00

Total Suplementação: 194.670,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o
Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 173.300,00
Receita:1.7.1.2.52.41.00.00000000 Fonte: 1000 20.000,00
Receita:1.9.9.9.99.21.02.00000000 Fonte: 766 1.370,00
Total da Receita: 194.670,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:1E8870A4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1475/2025

Súmula: Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos produtores rurais do Município de Itambé, cuja finalidade é mitigar os efeitos socioeconômicos dos fenômenos naturais ocasionados por fortes chuvas, queda de granizo, ventos fortes ou outros desastres naturais, conforme Classificação Geral dos Desastres e na Codificação dos Desastres, Ameaças e Riscos — CODAR.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **ANANIAS SOARES VIEIRA**, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura e a produtores rurais do Município de Itambé, cuja finalidade é mitigar os efeitos socioeconômicos dos fenômenos naturais ocasionados por fortes chuvas, queda de granizo, ventos fortes, ou outros desastres naturais, conforme Classificação Geral dos Desastres e na Codificação dos Desastres, Ameaças e Riscos — CODAR.

Paragráfo único. São beneficiários desta Lei os agricultores ou empreendedores rurais, suas cooperativas e associações, cujas unidades produtivas estejam situadas em áreas abrangidas por Decreto de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, em razão dos fenômenos citados no caput.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, por coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, com apoio das demais Secretarias Municipais e da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná — ADAPAR, poderá prestar apoio técnico e operacional aos agricultores atingidos por desastres naturais, visando à recuperação das áreas produtivas prejudicadas, as quais, mediante Decreto, sejam devidamente identificadas em Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

§1º. O apoio de que trata o caput poderá compreender a prestação de serviços de maquinário, orientação técnica e demais medidas necessárias à reestruturação das atividades produtivas.

§2º. As ações de apoio deverão observar critérios de prioridade definidos pela Secretaria Municipal de Agriculturae Meio Ambiente, levando-se em conta a gravidade dos danos e a capacidade de recuperação das propriedades.

Art. 3º O agricultor atingido, mediante requerimento formal acompanhado de documentação comprobatória dos prejuízos sofridos,

poderá solicitar à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente o auxílio técnico e operacional previsto nesta Lei.

§1º. O pedido será analisado pelos órgãos competentes, observados os critérios técnicos, orçamentários e de viabilidade operacional.

§2º. Sendo o pedido autorizado, o auxílio poderá consistir em serviços de contenção e conservação do solo, erosões, como a confecção de curvas de nível, terraceamento, bem como a readequação de carreadores e estradas rurais.

§3º. O auxílio concedido não possui caráter indenizatório, destinando-se exclusivamente à recuperação da capacidade produtiva e à mitigação dos impactos econômicos sofridos pelo produtor rural, dependendo do deferimento do pedido e disponibilidade de equipamentos e/ou mão de obra para a realização dos serviços.

§4º. É defeso o fornecimento de insumos, sementes, pesticidas, inseticidas, herbicidas, fertilizantes, calcário, dentre outros, sendo que o auxílio guardará relação à utilização de maquinários os quais deverão ser conduzidos exclusivamente por servidor público.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itambé – Paraná, 12 de novembro de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Maycon Amancio Sabino
Código Identificador:8731E00A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 245/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 245/2025
DATA: 11.11.2025

SÚMULA: Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Educação – CME de Itapejara D'Oeste para o quadriênio 2024-2028, e dá outras providências.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 82, da Lei Orgânica Municipal de Itapejara D'Oeste, e
Considerando a Lei Nº 1608/2015, a Lei Nº1855/2019 e a Lei Nº2088/2022, que indicam e alteram as representatividades que compõem o Conselho Municipal de Educação.
Considerando a necessidade de atualização dos membros componentes deste Conselho para o quadriênio 2024-2028.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, CME, para finalização do quadriênio de 2024-2028;
1. Representante do Conselho Tutelar do Município:
Titular: Bruno Felipe Rosa
Suplente: Marlene Rambor dos Santos
2. Representante dos Docentes da Rede Estadual – Ensino Médio:
Titular: Ivania Piva Mazur
Suplente: Rosiclei Motta
3. Representante do Departamento Municipal de Educação –
Titular: Daniele Aparecida Piloneto
Suplente: Jôsy Onning Cisseski
4. Representante do Departamento Municipal de Educação –
Titular: Patrícia Gnoatto
Suplente: Mareli Salete de Souza Mitrut
5. Representante da Câmara de Vereadores do Município:
Titular: Mathias Schmeing
Suplente: Otávio Augusto Inácio Massignan
6. Representante dos Docentes da Rede Estadual – Séries Finais Ensino
Fundamental:
Titular: Josiane Cristina Biezus Fabiane
Suplente: Iracema Rossa Casagrande Gnoatto
7. Representante da Rede Municipal – Educação Infantil – Creches:
Titular: Diandra Danielski
Suplente: Tainá Cittadin
8. Representante dos Conselhos Escolares das Escolas públicas da Rede
Estadual:
Titular: Graciele Daiane Gnoatto Hrchorovich
Suplente: Luiz Fernando dos Santos Dalmaso
9. Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
Titular: Jane Kelly Semler Szpak
Suplente: Eliane Bortoluzzi Antoniolli
10. Representante dos Docentes da Rede Municipal – Séries Iniciais;
Titular: Karla Mayara Gubert
Suplente: Elizaine Lindenberg
11. Representante dos Docentes da Rede Municipal – Educação Infantil -
Pré-Escola:
Titular: Josmery da Silva
Suplente: Maria Cleci Onetta Fermiano
12. Representante dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal
de Ensino:
Titular: Ellen Luci Pilonetto
Suplente: Sirlei Ana Klein
13. Representante dos Conselhos Escolares das Escolas Públicas da Rede
Municipal de Ensino:
Titular: Francieli de Oliveira de Souza
Suplente: Fernanda Cristina Ribeiro
14. Representante das Escolas do Campo:
Titular: Taís Naiana Reolon
Suplente: Ronaldo Cabrini Mattei
15. Representante da Sociedade Civil – Rotary:
Titular: Luiz Nicaloski
Suplente: Umberto Antônio Benetti
Art. 2º O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á em assembleia, ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente a qualquer tempo, na forma que dispuser o Regimento Interno.
Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
Itapejara D'Oeste, 11 de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5176EFD9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 246/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 246/2025
DATA: 11.11.2025
SÚMULA: Exonera Servente Escolar.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) A pedido, exonerar a partir de 11.11.2025 a Sra. Alessandra do Rocio dos Santos, portadora do CPF n° 082.383.179-59 e Cédula de Identidade RG n° 10.803.062-3, expedida pela SSP/PR, do Cargo de Servente Escolar, com carga horária de 40:00 (quarenta horas) semanais.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A2D9C1E2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 949 A Nº 951/2025

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 949/2025
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Bruno F. Rosa, Matrícula: 1017556-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.11.2025 as 07h30 e retorno dia 11.11.2025 as 14h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Siena (oficial). Finalidade da viagem: Circulo de Conselheiros Tutelares. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Delegacia da Mulher. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 11.11.2025.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 950/2025
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marlene R. Santos, Matrícula: 1016954-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.11.2025 as 07h30 e retorno dia 11.11.2025 as 14h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Siena (oficial). Finalidade da viagem: Circulo de Conselheiros Tutelares. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Delegacia da Mulher. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 11.11.2025.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 951/2025
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joci Carraro Fante, Matrícula: 1017144-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Diretora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11.11.2025 as 16h00 e retorno dia 11.11.2025 as 23h30. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 150,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Levar mãe e 3 crianças menores que estavam em situação de vulnerabilidade. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 11.11.2025.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:AB5B94B2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 003/2025 - PROCESSO DE INDICAÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 003/2025 – COMISSÃO CENTRAL
A Comissão Central do processo de indicação de Diretores Escolares, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando:
A Lei Municipal Nº 2.209/2025 de 29 de julho 2025 que define critérios, mediante Avaliação de Mérito e Desempenho, para indicação de Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil e das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Itapejara D'Oeste e dá outras providências;
FAZ SABER: O resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho dos professores da Rede Municipal de Educação, inscritos no Processo de indicação de Diretores Escolares.
Art. 1° A Comissão Escolar de cada instituição de ensino da Rede Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, avaliou a documentação e realizou a Avaliação de Mérito e Desempenho dos interessados ao cargo de Diretor, a fim de elencar os professores APTOS que obtiveram no mínimo 110 pontos, conforme relação abaixo:
I – Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Osmarete Silviane Caragnato Lunardi – Total de pontos: 135,6 pontos;
II - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão – Rosilene Moretti Dalbosco - Total de pontos: 137,6 pontos;
III - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Junice Forner Lucini – Ellen Luci Piloneto - Total de pontos: 123 pontos;
IV – Escola Municipal Irmão Josafat Kmita – Franciele Tercia Gnoatto - Total de pontos: 127 pontos;
V – Escola Municipal Nereu Ramos – Sirlei Ana Klein - Total de pontos: 130,1 pontos;
VI – Escola Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza – Jackson Everton Scatolin - Total de pontos: 148 pontos; e Simone Aparecida dos Santos - Total de pontos: 137,6 pontos.
Parágrafo Único: Do resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho caberá pedido justificado de reconsideração no prazo de 24h (a contar o primeiro dia útil), à própria Comissão Escolar responsável pela avaliação, a qual irá acatar ou não o pedido, publicando o novo resultado por meio de edital.
Art. 2º. A Comissão Escolar organizou a apresentação do Plano de Gestão Escolar, à comunidade escolar, por meio de ampla divulgação/exposição na instituição de ensino e nos grupos de turmas/famílias no WhatsApp, ficando a cargo da mesma enviar Ata de comprovação devidamente assinada.
Art. 3º. O chefe do Poder Executivo, de posse da lista dos interessados APTOS ao Cargo de Diretor Escolar, irá elaborar Portaria de Nomeação para início da Gestão em janeiro de 2026.
Art. 4º. As dúvidas e casos omissos surgidos durante o processo de indicação para o Cargo de Diretor Escolar serão dirimidos pela Comissão Central.
Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Itapejara D'Oeste, 10 de novembro de 2025.

ANDRÉIA ANTUNES ALVES,
Presidente da Comissão Central

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FE15D5E0

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2235/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2235/2025
DATA: 10.11.2025
SÚMULA: Autoriza a desafetação e a alienação, mediante doação, ao Estado do Paraná e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar, da categoria de bem público de uso comum do povo, o imóvel abaixo descrito, incorporando-o à classe de bens dominicais, para fins de doação ao Estado do Paraná:
Imóvel Urbano: Lote n° 12 da quadra n° 35, da Matrícula nº 49.155, sito a Rua Albino Franciosi, no Município de Itapejara D'Oeste-PR, nesta Comarca, com a área de 3.059,33m2 (três mil, cinquenta e nove metros, trinta e três centímetros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Norte: confronta com a Rua Albino Franciosi, medindo 49,06m; Sul: confronta com o lote n° 11, medindo 51,19m;

Leste: confronta com os lotes n° 3, 4, 5 e 10, medindo 60,13m; Oeste: confronta com a Rua Fernando Ferrari, medindo 58,75m. As medidas e confrontações foram apresentadas com anuência dos lindeiros, elaborados pelo responsável técnico inscrito no CREA 162.347/D/PR e com aprovação do município em 04/04/2025.
Parágrafo Único: A presente doação é realizada com o objetivo de cumprir acordo firmado nos autos judiciais 0012655-51.2018.8.16.0131 de reversão de doação proposta pelo Estado do Paraná perante a Vara da Fazenda Púbica de Pato Branco, tratando-se de doação simples e sem encargo, transferindo o imóvel de forma definitiva, irrevogável e irretratável ao donatário.
Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado do Paraná o imóvel descrito no artigo anterior.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2220/2025, de 07.10.2025.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, em 10 (dez) de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:722D89B6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2236/2025

LEI N° 2236/2025
DATA: 10.11.2025

SÚMULA: Altera a redação do Art. 49 da Lei 1205/2010 e dá outras providências.

Considerando que foram apresentadas as Atas Nº: 001/2025, 003/2025 e 004/2025 das reuniões realizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em anexo, sugerindo a possibilidade de reajuste salarial para os Conselheiros Tutelares do Município, deste modo incentivando a maior participação de candidatos nos processos eleitorais;
A Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Altera a redação do Art. 49 da Lei 1205/2010 de 17.11.2012, qual passa a ter a seguinte redação:
(.....)
Artigo 49 – Os conselheiros tutelares serão remunerados com subsídios mensais no valor de R$ 3.307,00 (Três mil trezentos e sete reais), que a partir desta lei serão reajustados anualmente pelos índices do IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo-lhe assegurados, ainda:
I – Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
II – Gratificação natalina (13º salário);
III – Cobertura previdenciária.
Parágrafo Único – O subsídio fixado não gera relação de emprego com a municipalidade.
(.....)
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2057/2022 de 12.04.2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D' Oeste, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:96DDFC12

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2237/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI N° 2237/2025
DATA: 10.11.2025

SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-estar Animal e dá outras providências.

Considerando a recomendação do Ministério Público do Paraná, de acordo com o Procedimento Administrativo nº MPPR-0105.2025.001168-8, de 02 de outubro de 2025,
A Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Bem-estar Animal, objetivando o controle da população de animais domésticos, ações educativas para a posse responsável, garantindo o bem-estar dos mesmos, atendimento veterinário e a prevenção e controle de infecções ou doenças infecciosas no município de Itapejara D´Oeste que serão reguladas por esta lei.
Art. 2º O Departamento Municipal de Saúde, através da Divisão de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, o Médico Veterinário competente do Município e a Sociedade Civil Organizada são os responsáveis em âmbito municipal pela execução das ações mencionadas na presente Lei.
Art. 3º É livre a criação, a propriedade, a posse, a guarda, o uso e o transporte de animais, obedecida a legislação vigente.
Art. 4º Para fins do disposto nesta lei entende-se por:
I - ABANDONO DE ANIMAIS: ato intencional de deixar o animal, que foi criado em ambiente doméstico, desamparado, correndo risco no ambiente externo, em vias e logradouros públicos ou privados, com o intuito de não mais reavê-los;
II - ACUMULADOR DE ANIMAIS: indivíduo que reúne um número exagerado de animais de estimação, sem ter como abrigá-los e alimentá-los de forma adequada, ao mesmo tempo em que nega essa incapacidade.
III - ADOÇÃO: aceitação voluntária e legal de animais por cidadãos que se comprometem a mantê-los em condições de bem-estar pela duração da vida deste animal;
IV - ANIMAIS DOMÉSTICOS: são aqueles que possuem características apropriadas para a convivência com os seres humanos;
V - ANIMAIS DE COMUNIDADE: todos aqueles animais domesticados sem domicilio definido ou responsável identificado, que encontram o seu bem estar em uma determinada comunidade de uma determinada região/local;
VI - ANIMAIS ERRANTES: todo animal domesticado, livre e sem dono, que habitam o meio urbano;
VII - AUTORIDADE FISCALIZATÓRIA: Médico Veterinário competente do Município, Fiscais da Vigilância Sanitária ou outros a serem credenciados e treinados especificamente para a função de controle animal;
VIII - BAIXA RENDA: são considerados de baixa renda aqueles que estejam regularmente inscritos no Cadastro único do Governo Federal. A inscrição no Cadastro Único deverá ser realizada no Departamento de Assistência Social do Município de Itapejara D´Oeste, ou diretamente no Centro de Referência de Atendimento Social (CRAS);
XI - BEM-ESTAR ANIMAL: Entende-se por bem-estar o estado do animal em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio ambiente, considerando liberdade para expressar seu comportamento natural e ausência de fome, sede, desnutrição, doenças, ferimentos, dor ou desconforto, medo e estresse;
X - CÃES MORDEDORES VICIOSOS: Os causadores de mordeduras a pessoas e/ou outros animais, em logradouros públicos, condição constatada pela autoridade fiscalizatória ou mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial;
XI - CÃES PERIGOSOS: cães que colocam em risco a integridade de outros animais e/ou pessoas;
XII - EUTANÁSIA: indução da cessação da vida, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, realizado, assistido e/ou supervisionado por médico veterinário, para garantir uma morte sem dor e sofrimento ao animal;
XIII - GONADECTOMIA: castração através da remoção do ovário ou dos testículos;
IXX - MANUTENÇÃO INADEQUADA: A manutenção de animais em contato direto ou indireto, com outros animais agressivos e/ou

portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua espécie ou porte, ou aqueles que permitam a proliferação de animais sinantrópicos;
XX – MAUS-TRATOS: qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessário aos animais;
XXI - POSSE RESPONSÁVEL: É a condição na qual o tutor do animal aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente;
XXII - TUTOR: é aquela pessoa encarregada legalmente ou judicialmente de cuidar e zelar pelo bem-estar do seu animal. A tutela responsável é o conjunto de várias atitudes, envolvendo tutores e profissionais veterinários, com vistas ao bem-estar animal;
XXIII - ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 5° O Programa de Proteção Animal consiste essencialmente em:
I - Estímulo à posse responsável através da educação ambiental;
II - Incentivos à adoção de animais;
III - Controle populacional de cães e gatos, na forma desta Lei;
IV - Identificação e cadastramento obrigatório de caninos e felinos de rua;
V - Combate aos maus tratos e abandono;
VI - Prevenção e controle de zoonoses e danos à saúde pública;
VII - Responsabilização dos tutores.

CAPÍTULO II

DA POSSE RESPONSÁVEL

Art. 6º Cabe aos tutores exercer a posse responsável, que consiste em:
I - Mantê-lo em perfeitas condições de saúde e higiene, proporcionando-lhe fácil acesso à água e à alimentação;
II - Manter a sua vacinação em dia;
III - Proporcionar-lhe cuidados médico-veterinários sempre que necessário;
IV - Mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar e com proteção contra as intempéries climáticas;
V - Proporcionar-lhe atividades frequentes com a finalidade de lazer e saúde;
VI - Remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos por ele causados;
VII - No caso de óbito do animal, conferir a destinação adequada ao seu cadáver.
Art. 7º São considerados abuso ou maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de um animal, notadamente:
I - Privar os animais de alimento, água e cuidados médico-veterinários;
II - Manter os animais presos a correntes ou cordas curtas ou apertadas, as quais sejam menores que três vezes o tamanho do animal, bem como em espaços de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;
III - Manter os animais em local desabrigado, expostos às intempéries climáticas;
IV - Manter os animais em locais insalubres ou em precárias condições sanitárias;
V - Deixar os animais soltos em vias e logradouros públicos sem o acompanhamento de um tutor;
VI - Abandonar, sob qualquer pretexto, o animal em áreas públicas ou privadas;
VII - praticar ato de abuso, maus tratos, ferir, queimar animais ou mutilar, mesmo para fins estéticos desnecessários;
VIII - a prática da eutanásia sem a concordância e supervisão e/ou execução por médico veterinário;
IX - Utilizar ou empregar métodos que causem sofrimento, aumento da dor ou morte lenta a todo animal cuja recuperação seja considerada impossível e a eutanásia seja necessária;
Art. 8º É permitida a circulação de animais domésticos em vias e logradouros públicos do Município, desde que o tutor porte os objetos necessários para recolher eventuais dejetos de seu animal.
Parágrafo único - A circulação de cães de comportamento agressivo em vias e logradouros públicos do Município deve ser realizada com acompanhamento do tutor e mediante a utilização de guia e focinheira.
Art. 9º. Nos imóveis em que habitem animais de comportamento agressivo é obrigatória:
I - A instalação de placa visível e de fácil leitura, alertando os transeuntes da existência desses animais;
II - A existência de muros ou grades e de portões de segurança capazes de garantir a permanência domiciliada desses animais e a proteção aos transeuntes e aos trabalhadores que realizam os serviços de medição do consumo de luz, água, esgoto, entrega de correspondências e coleta de resíduos sólidos.
Art. 10. O tutor é obrigado a permitir, mediante a constatação de irregularidade pelo fiscal, o acesso da Autoridade Fiscalizadora, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, para constatar maus tratos ou sua manutenção inadequada, suspeita de doenças, bem como acatar as determinações emanadas da referida autoridade.
Art. 11. São objetivos da posse responsável o combate ao abandono, à procriação não planejada e a cessação dos maus tratos aos animais.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

Art. 12. O Município de Itapejara D´Oeste deve manter ações permanentes de proteção animal, através de cadastramento e identificação de animais de rua, controle da população animal, ações educativas para a posse responsável e combate aos maus tratos e abandono.
Art. 13. São atos de competência do Poder Público, as seguintes atribuições:
I - os assuntos e a fiscalização das ações concernentes à proteção aos animais regidos por esta Lei;
II - Execução do programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da posse responsável de animais domésticos;
III - incentivos à adoção de animais;
IV - Manter programas permanentes de controle de reprodução de cães e gatos;
V - Cadastramento e identificação de caninos e felinos de rua que fizerem parte do programa de proteção animal;
VI - Avaliação e encaminhamento adequado dos animais vítimas de maus tratos, podendo contar com o apoio de Organizações Não Governamentais - ONG's e voluntários.
Art. 14. O cumprimento das diretrizes e normas, bem como as execuções das ações de Controle de População Animal no município de Itapejara D´Oeste estará em concordância com a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, o art. 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal e Leis Estaduais que contemplem a garantia de atendimento aos princípios de Bem Estar e Proteção aos animais.
Art. 15. O Departamento Municipal de Saúde, Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e o Médico Veterinário competente do Município de Itapejara D´Oeste serão responsáveis pela execução das ações mencionadas e disciplinadas na presente Lei.
Art. 16. Para a consecução das determinações desta Lei, o Poder Público poderá firmar parcerias com entidades de proteção e bem-estar animal e outras organizações não governamentais, universidades/faculdades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe.
Art. 17. Constituem objetivos básicos das ações:
I - Promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;
II - Assegurar e promover a prevenção, a redução e a eliminação da morbidade, da mortalidade, decorrentes de zoonoses e dos agravos causados pelos animais;
III - Promover campanhas de vacinação, vermifugação e controle de ectoparasitas;
IV - Fiscalização e atendimento a denúncias relativas a riscos de saúde pública;
V - Qualificar o corpo técnico, visando à aptidão para lidar com quadros de zoonoses;
VI - Promover campanhas de esterilização, vacinação quando necessária, e levantamento da população de cães e gatos de rua do Município;
VII - cadastramento de caninos e felinos de rua;

VIII - suporte e encaminhamento adequado aos atendimentos pertinentes e denúncias;
IX - Fiscalização e atendimento a denúncias relativas aos maus tratos e abandono;
X - Avaliação e encaminhamento adequado dos animais vítimas de maus-tratos.
Art. 18. O Departamento Municipal de Educação em conjunto com os demais departamentos mencionados nesta lei promoverá programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da posse responsável de animais domésticos, e também podendo para tanto, contar com parcerias e entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas ou privadas (nacionais ou internacionais) e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.
Parágrafo único - Este programa deverá atingir o maior número possível de meios de comunicação, além de contar com material educativo impresso.
Art. 19. O material educativo proverá também as escolas públicas e privadas e especialmente os postos de vacinação e os estabelecimentos veterinários.
Art. 20. O material do programa de educação continuada deverá conter, entre outras informações consideradas pertinentes:
a) A importância da vacinação e da vermifugação de cães e gatos;
b) Zoonoses;
c) Cuidados e manejo dos animais;
d) Problemas gerados pelo excesso populacional de animais domésticos e importância do controle da natalidade;
e) Castração;
f) Legislação;
g) Ilegalidade e/ou inadequação da manutenção de animais silvestres como animais de estimação.
Art. 21. O Poder Público poderá incentivar os estabelecimentos veterinários, as entidades de classe ligadas aos médicos veterinários e as entidades protetoras de animais, a atuarem como polos irradiadores de informações sobre a posse responsável de animais domésticos.
CAPÍTULO IV
DO REGISTRO DE ANIMAIS
Art. 22. Todos os cães e gatos de rua existentes no município de Itapejara D´Oeste, deverão, obrigatoriamente, ser identificados e registrados junto ao órgão municipal responsável.
Art. 23. Para o Registro Geral de Animais (R.G.A) das espécies canina e felina, constará, a documentação, e um cadastro para registro, no qual se fará constar, imprescindivelmente dos seguintes campos:
I - Número do Registro Geral de Animais (R.G.A.);
II - Data do registro;
III - Nome do animal, porte, sexo, raça, cor, se é ou não castrado;
IV - Idade real ou presumida;
Art. 24. A identificação eletrônica de cães e gatos será efetuada com a inserção subcutânea de um microchip, em localização biocompatível, especificamente para uso animal.
Art. 25. O artefato eletrônico denominado microchip, deverá:
I - Ser confeccionado em material esterilizado;
II - Conter prazo de validade indicado;
III - Ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade;
IV - Ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação.
Art. 26. A inserção do microchip será feita sob supervisão ou orientação de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná ou órgão que o suceda, definindo a melhor localização subcutânea.
Art. 27. O Departamento Municipal de Saúde do Município de Itapejara D´Oeste será responsável pelo sistema de identificação dos animais de rua no município.
Parágrafo Único. O Departamento mencionado neste artigo, poderá contar com o apoio de organizações não-governamentais de proteção animal para organização dos registros e de identificação dos animais.
CAPÍTULO V
DO CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS
Art. 28. Caberá ao Departamento de Saúde do Município de Itapejara D´Oeste a execução do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos em parceria com universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada.
Art. 29. São objetivos do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos:
I - Prevenir zoonoses;
II - Prevenir gastos do poder público no tratamento de cidadãos contaminados pelas zoonoses;
III - Prevenir, reduzir e controlar as causas de sofrimento do animal evitando atropelamentos, fome, sede, maus tratos, reprodução indesejada e abandono nas ruas.
Art. 30. A esterilização será colocada gratuitamente à disposição de pessoas comprovadamente de baixa renda e atenderá também os animais errantes e comunitários.
§ 1º A esterilização deverá envolver filhotes de cães e gatos, preferencialmente a partir de 06 (seis) meses de vida, a partir de procedimento médico-veterinário de gonadectomia, ou outro método, desde que ofereça o mesmo grau de eficiência, segurança e bem estar animal.
§ 2º Os procedimentos para a esterilização não poderão causar sofrimento desnecessário aos animais.
§ 3º A esterilização será realizada através de cirurgia, oferecendo eficiência, segurança e bem-estar ao animal.
§ 4º A esterilização será precedida de:
a) Avaliação, por médico veterinário, das condições físicas do animal, que, caso verifique qualquer impedimento para a realização do procedimento, informar ao tutor, responsável ou adotante, orientando-o quanto as possíveis providencias a serem tomadas;
b) Procedimento anestésico adequado as espécies, sendo expressamente proibida a realização de qualquer ato cirúrgico antes de ser atingido, pelo animal, estágio absoluto de insensibilidade a qualquer tipo de estímulo doloroso.
§ 5º O profissional responsável pelo procedimento fornecerá ao tutor, responsável ou adotante do animal, instruções sobre o pós-operatório e sobre a data de retorno, caso haja necessidade.
§ 6º Animais errantes ou comunitários durante o pós-operatório serão mantidos na clínica veterinária conveniada e/ou lar temporário e após seu restabelecimento, não sendo adotados, voltarão ao seu local de origem.
§ 7º Nos casos de animais de pessoas de baixa renda, será de inteira responsabilidade do proprietário e/ou responsável pelo animal os cuidados com o pré e o pós-operatório do animal que seja esterilizado cirurgicamente.
§ 8° Serão priorizadas as castrações de animais errantes e comunitários.
Art. 31. O animal esterilizado será identificado através de microchipagem e poderá ser vacinado contra raiva.
Art. 32. O agente responsável pela esterilização permanente fornecerá ao proprietário um comprovante de esterilização, contendo:
I - Local e endereço de onde foi realizado o procedimento;
II - Profissional responsável pelo procedimento;
III - Espécie, porte, sexo, cor e idade exata ou aproximada do animal.
Parágrafo único - Uma cópia do comprovante a que se refere o caput deste artigo será mantida no órgão municipal responsável.
Art. 33. O Poder Público poderá firmar parcerias com entidades de proteção e bem-estar animal e outras organizações não governamentais, universidades/faculdades e estabelecimentos veterinários devidamente registrados no CRMV-PR a fim de possibilitar o acesso a castração de animais a valor popular ou de forma gratuita aos proprietários que se enquadrarem nos critérios de condição de Baixa Renda nos termos desta Lei e da Legislação Federal.
CAPÍTULO VI
DO ATENDIMENTO VETERINÁRIO
Art. 34. O Município de Itapejara D´Oeste fica autorizado a prestar assistência médico-veterinária aos animais de rua ou de propriedade de pessoas de baixa renda, nos limites previstos no Art. 35 da presente Lei.
Parágrafo único - Previamente a realização dos atendimentos previstos neste artigo, deverá ser expedido laudo por Médico Veterinário do Município, atestando a real necessidade e prioridades.
Art. 35. Para dar cumprimento ao previsto no Art. 34 desta Lei, o Poder Executivo destinará, recursos da dotação orçamentária do município conforme a necessidade, podendo firmar convênios com hospitais veterinários mantidos por estabelecimentos de ensino superior.
CAPITULO VII

DO ENCAMINHAMENTO DOS ANIMAIS
Art. 36. Os animais só poderão ser recolhidos e encaminhados à clínica veterinária conveniada e/ou destinados a adoção:
I - Diante do não cumprimento de solicitações apresentadas em Notificação no caso de maus tratos;
II - Em casos de maus tratos e/ou agressões comprovadas graves, mediante o respectivo Boletim de Ocorrência Policial;
III - Em caso de cães perigosos e mordedores viciosos;
IV - Animais errantes e animais comunitários em condições vulneráveis de saúde.
Art. 37. Os animais em que forem diagnosticadas com enfermidades transmissíveis ao homem serão acompanhados e encaminhados pelo Departamento Municipal de Saúde.
Art. 38. Todo animal recolhido e encaminhado à clínica veterinária conveniada não for portador de doenças e/ou ferimentos considerados graves, ou clinicamente comprometidos, de acordo com avaliação do médico veterinário responsável, terá a seguinte destinação:
I - Devolução ao tutor através de termo de responsabilidade pelos cuidados;
II - Adoção por particulares ou doação para entidades protetoras de animais;
III - Devolução de animal de rua, após vacinação e castração, ao meio em que estava inserido;
IV - Eutanásia, somente nos casos expressamente elencados no art. 42 da presente Lei.
Art. 39. O animal errante ou comunitário será recolhido para fins de esterilização, de registro e identificação e devolvido à comunidade de origem, após sua estabilização completa.
Art. 40. Os animais de rua recolhidos sem identificação deverão, obrigatoriamente, ser registrados eletronicamente.
Art. 41. O animal a ser adotado deverá estar em boas condições de saúde, esterilizado e vacinado, devendo o Executivo Municipal, após a apresentação das medidas necessárias à posse responsável, exigir termo de adoção em que conste a identificação do animal e do responsável pela adoção, bem como das obrigações a serem cumpridas pelo adotante.
Art. 42. Os animais recolhidos que não sejam suspeitos de zoonoses poderão sofrer processo de eutanásia, após a emissão do laudo técnico do médico veterinário responsável nas seguintes hipóteses:
I - Doença incurável comprovada e que cause sofrimento;
II - Perigo comprovado à integridade física de pessoas ou de outros animais;
III - Estado terminal.
§ 1º Os procedimentos para a eutanásia não poderão causar sofrimento aos animais.
§ 2º O cadáver do animal eutanasiado poderá ser destinado ao lixo hospitalar.
CAPÍTULO VIII
DAS PENALIDADES
Art. 43. As ações de maus tratos e crueldade contra animais, como as preceituadas em Legislação Federal e tratadas internacionais; as omissões quanto aos preceitos de guarda responsável; assim como o descumprimento, pelos tutores, das obrigações elencadas na presente lei, sujeitarão os agentes e/ou tutores a penalidades administrativas, sem prejuízo de possíveis sanções criminais e/ou civis decorrentes das legislações estaduais e nacionais vigentes pertinentes ao tema.
Art. 44. Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os infratores à presente Lei sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as penalidades previstas no Decreto Federal n.º 6.514, de 22 de julho de 2008.
Art. 45. As multas serão recolhidas na rede bancária através de documento de arrecadação municipal e direcionadas a fonte de recursos de atendimento veterinário previsto no capítulo VI desta Lei.
Art. 46. A aplicação das penalidades definidas nesta Lei sujeitar-se-á a procedimento administrativo prévio com direito a contraditório e ampla defesa.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 47. Fica proibida a alimentação de cães e gatos de rua, em locais que tenham grande movimento de veículos e pessoas, visando evitar acidentes em razão de aglomeração dos animais.
Parágrafo único - O descumprimento do presente artigo acarretará ao responsável à sanção de 20 (vinte) UFM's, garantindo-lhe a ampla defesa e contraditório.
Art. 48. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.
Art. 49. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 50. O Poder Público Municipal poderá estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a implementação das ações previstas na presente Lei visando a controle reprodutivo e a proteção aos animais domésticos.
Art. 51. As universidades, clínicas veterinárias e organizações não governamentais poderão aderir ao Programa, mediante convênio com o Executivo Municipal para os fins desta Lei, podendo ser incluída no estágio curricular de estudantes de medicina veterinária, ciências biológicas e ciências afins.
Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal, Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná em 10 (dez) de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8865AEBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2025
CONTRATO N° 07/2025

DESCRIÇAO DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa para a confecção e fornecimento de 02 (dois) Títulos de Cidadania (sendo 01 Título de Cidadania Honorária e 01 Título de Cidadania Benemérita) e seu acondicionamento, conforme especificações presentes na descrição do Termo de Referência/Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INC. II DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

CONTRATADA: **JOSE BORSALLI 35059265900** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° **21.132.593/0001-10** com sede na cidade de Paranavaí - PR endereço Rua Curitiba, n° 1250, Bairro Vila City, CEP: **87.709-050** Licitação total de R$ 1.400,00 (um mil cento e quatrocentos reais) a serem pagos em parcela única, em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste instrumento e emissão da nota fiscal por parte da contratada.

Nº CONTRATO: 07/2025
VALOR: R$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: 02 meses

Itapejara D' Oeste – PR 12/11/2025

JOSÉ VALDIR DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:F62C450B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2367/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2367/2025
DATA: 11.11.2025
SÚMULA: Nomeia servidor publico como responsável pela Comunicação Institucional e Social do Município.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 82, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de organização e coordenação das atividades de **comunicação institucional e comunicação social** do Município;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Senhor **Eduardo Arsego**, cadastrado na matrícula 111880-1, para exercer a função de **responsável pelas atividades relacionadas à comunicação institucional e comunicação social** do Município, incluindo, mas não se limitando a:
• Divulgação de conteúdo institucional;
• Coordenação das redes sociais oficiais do Município;
• Relacionamento com a imprensa;
• Planejamento e execução de ações de divulgação institucional;
• E outras atividades correlatas, conforme a necessidade do Município.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:9656B119

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2025

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, **HOMOLOGO** a presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICONº 131/2025**, que tem como objeto a ***"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de óculos de grau com armação, lentes e exame oftalmológico",*** **c**ujo vencedor do Lote 1, foi a empresa **LUMINARE ÓTICA LTDA, CNPJ: 51.774.098/0001-75**, no valor de **R$ 304.500,00 (trezentos e quatro mil e quinhentos reais).** Lote 2 restou Fracassado. Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 12 de novembro de 2025.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B8CAA9BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2025

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de proposta: até: 27/11/2025 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 27/11/2025 às 09h00min.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Panetone com gotas de chocolate, destinados à distribuição de brindes natalinos aos servidores públicos municipais das secretarias da Prefeitura de Itaperuçu/PR, em comemoração às festividades de final de ano.
VALOR MÁXIMO: R$ 45.385,00 (quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais)
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*

Itaperuçu/PR, 12 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0EBBFAA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2025

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de proposta: até: 01/12/2025 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 01/12/2025 às 09h00min.
Objeto: *"Contratação de empresa especializada para fornecer e instalar sistemas e equipamentos de prevenção e combate a incêndio no Centro de Convenções Municipal, conforme projeto aprovado pelos bombeiros".*
VALOR MÁXIMO: R R$220.653,38 (duzentos e vinte mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos).
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*

Itaperuçu/PR, 12 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BB0567C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2025

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Data Limite para Abertura de proposta: até: 26/11/2025 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 26/11/2025 às 09h00min.
Objeto: *Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de Jiu-Jitsu, destinados ao uso nas atividades realizadas com crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), devidamente referenciados pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do município de Itaperuçu/PR".*
VALOR MÁXIMO: R$ 22.699,56 (vinte e dois mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*

Itaperuçu/PR, 12 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:E57EB4A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2025

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Data Limite para Abertura de proposta: até: 02/12/2025 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 02/12/2025 às 09h00min.
Objeto: Aquisição de trocadores de fraldas para uso em escolas municipais, garantindo condições adequadas de higiene, conforto e segurança durante os cuidados diários.
VALOR MÁXIMO: R$ 7.088,31 (sete mil oitenta e oito reais e trinta e um centavos)
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu/PR, 12 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:991997A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 033/2025

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA nº 033/2025,** que tem como objeto a "Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de ***agenciamento turístico***", cujo vencedor foi: **ROTA AGÊNCIA DE VIAGEM LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 46.896.540/0001-04,** no valor de **R$ 14.863,33 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos),** pelo período de **6 (seis) meses.** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e leis complementares.

Itaperuçu, 12 de novembro de 2025.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:67106520

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO Nº 285/2025

CONTRATO Nº 285/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: TRIUNFAR ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.
CNPJ: 41.597.900/0001-45.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO COM PALESTRANTES E OFICINEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO E DEMAEE (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) NA FORMAÇÃO DO PROJETO FLORESCER QUE VISA A PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
DO VALOR: R$ R$23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:031EFBA3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 131/2025

DECRETO N° 131/2025
De 12 de novembro de 2025.

SÚMULA:- Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e Anulação de Recursos Vinculados na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.621/2024, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.425/2021 do PPA 2022 a 2025, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.588/2024, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.621/2024 de 26 de novembro de 2024 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação de Recursos Vinculados no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na seguinte dotação:

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04001:- DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04001:2678200052.117 – Gestão das Atividades dos Recursos do Programa dos Royalities
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339030:- Material de Consumo (Ficha 276) R$ 30.000,00
TOTAL ..... R$ 30.000,00
FONTE: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

07000:- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO
07002:- EDUCAÇÃO MUNICIPAL
07002:1236100062.157 – Gestão das Atividades da Esc. Mun. Prof. Maria de Fátima Sottoriva de Mazzi
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339032:- Material, Bem ou Serv p Distribuição Gratuita (Ficha 650).... R$ 3.000,00
TOTAL ..... R$ 3.000,00
FONTE: 107 – Salário-Educação
07002:1236100062.159 – Gestão das Atividades do CMEI Pequeno Príncipe
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339032:- Material, Bem ou Serv p Distribuição Gratuita (Ficha 713).... R$ 3.000,00
TOTAL ..... R$ 3.000,00
FONTE: 107 – Salário-Educação

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR..... R$ 36.000,00

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

17.14.50.01.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - F. 107	3.100,00
17.12.52.41.00.00.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP – PRINCIPAL – F 504	30.000,00

TOTAL GERAL DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE REC. VINC.	*33.100,00*

Art. 3º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o cancelamento no valor de 2.900,00 (dois mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07000:- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO
07002:- EDUCAÇÃO MUNICIPAL
07002:1236100062.157 – Gestão das Atividades da Esc. Mun. Prof. Maria de Fátima Sottoriva de Mazzi
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 654)..... R$ 1.900,00
TOTAL ..... R$ 1.900,00
FONTE: 107 – Salário-Educação
07002:1236100062.159 – Gestão das Atividades do CMEI Pequeno Príncipe
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339030:- Material de Consumo (Ficha 712) R$ 1.000,00
TOTAL ..... R$ 1.000,00
FONTE: 107 – Salário-Educação

TOTAL DO CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO R$ 2.900,00

Art. 4º Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º 2º e 3º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.621/2024, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.425/2021 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2022 a 2025, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.588/2024 com vigência para o exercício de 2025.

Art. 5º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:16007C99

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 132/2025

DECRETO N° 132/2025
De 11 de novembro de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Especial por Excesso de Arrecadação na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.621/2024, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.425/2021 do PPA 2022 a 2025, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.588/2024, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.679/2025 de 11 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), na seguinte dotação:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03001:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03001:04.122.00021.083 – Aquisição de Letreiro para Câmara Municipal
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 824)... R$ 23.000,00
TOTAL ..... R$ 23.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04001:- DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04001:1751200052.176 – Gestão das Despesas do Cons. Interm. de Saneamento do Paraná - CISPAR
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
337000:- TRANSF. A CONS. PUB. MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO
337170:- Rateio pela Participação em Consorcio Público (Ficha 819)... R$ 2.000,00
TOTAL ..... R$ 2.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
05000:- SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
05001:- DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
05001:1854100052.177 – Gestão das Despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico Ambiental
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339030:- Material de Consumo (Ficha 820) R$ 2.000,00
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 821)... R$ 2.000,00
TOTAL ..... R$ 4.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449051:- Obras e Instalações (Ficha 823)..... .R$ 2.000,00
449052:- Equipamentos e Material Permanente (Ficha 823).....R$ 2.000,00
TOTAL .....R$ 4.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO R$ 33.000,00

Art. 2º - Para utilização do Crédito Adicional ESPECIAL, disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Recursos Vinculados no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

17.21.50.01.00.00.00.00 COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	33.000,00
TOTAL GERAL DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	***33.000,00***

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, os quais estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.621/2024, as alterações abrangerão o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.425/2021 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2022 a 2025, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.588/2024 com vigência para o exercício de 2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:0420CFEA

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 133/2025

DECRETO N° 133/2025
De 11 de novembro de 2025.

SÚMULA:- Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.621/2024, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.425/2021 do PPA 2022 a 2025, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.588/2024, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.680/2025 de 11 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Recursos Vinculados e Excesso de Arrecadação no valor de R$ 865.000,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04001:- DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
04001:2678200051.040 – Aquisição de Pá - Carregadeira
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449052:- Equipamentos e Material Permanente (Ficha 825)..... R$ 680.000,00
TOTAL .....R$ 680.000,00
FONTE: 845 – Conv. SECID - Aquisição de Pá-Carregadeira

05000:- SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
05002:- DIRETORIA EXECUTIVA DE SAÚDE
05002:1030100082.133 – Gestão das Atividades das Unidades Básicas de Saúde
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339008:- Outros Benefíc Assistenciais do Serv e do Militar (Ficha 364). R$ 10.000,00
TOTAL ..... R$ 10.000,00
FONTE: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
05002:1030500082.136 – Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339030:- Material de Consumo (Ficha 455) R$ 25.000,00
TOTAL ..... R$ 25.000,00
FONTE: 1494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449052:- Equipamentos e Material Permanente (Ficha 462).....R$ 150.000.00
TOTAL .....R$ 150.000,00
FONTE: 1494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR..... R$ 865.000,00
Art. 2º - Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Vinculados de anos Anteriores no valor de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), proveniente da seguinte fonte:

FONTE: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$
10.000,00
FONTE: 1494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$
175.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 185.000,00

Art. 3º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Tendência de Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), proveniente da seguinte fonte:

(Tendência de Excesso de Arrecadação)

24.22.99.01.07.00.00. CONV. SECID - AQ. DE PÁ-CARREGADEIRA - F. 845	680.000,00
TOTAL GERAL DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE REC. VINC.	***680.000,00***

Art. 4 Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º 2º e 3º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.621/2024, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.425/2021 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2022 a 2025, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.588/2024 com vigência para o exercício de 2025.

Art. 5º - Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:5FC8066F

ADMINISTRAÇÃO RH
EDITAL N°009/2025 CONVOCAÇÃO

EDITAL N°009/2025

CONVOCAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado n° 003/2025

SÚMULA: CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2025 PARA REALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a realização do Processo Seletivo simplificado n° 003/2025, **RESOLVE**:

Art. 1º - Convocar o seguinte Candidato, para realização de Contrato de Trabalho:

CARGO 01: ENGENHEIRO CIVIL – 40 HORAS.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
HELLEN KARINE NUNES BARBI	408.6**.***-16	6º

Art. 2º - O candidato convocado deverá comparecer até 19/11/2025 no Departamento de Pessoal com xerox autenticado **ou** original de toda documentação exigida no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2025, para conferencia e contratação.
Parágrafo único: O candidato que não apresentar toda documentação exigida no prazo estabelecido fica automaticamente eliminado.

Art. 3º - Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:47DB542B

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA N° 412/2025

PORTARIA N° 412/2025

SÚMULA: Designa o Servidor Johnson Sumida como Diretor Clínico do Hospital Municipal e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Senhor Gilson José de Gois, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1° - Designar o servidor Johnson Sumida, CPF 511.0**.***-00, brasileiro, ocupante do cargo efetivo de médico, lotado no Hospital Municipal de Itaúna do Sul, para atuar como Diretor Clinico do Hospital Municipal.
Art. 2º - A responsabilidade pela direção clínica, não acarretará remuneração complementar, mantendo-se inalterado o valor da remuneração já recebida pelo servidor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:6E36DE88

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 409/2025

PORTARIA Nº 409/2025

SÚMULA: Concessão de licença sem vencimentos ao servidor Alvelino Dutra da Silva e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 99 da Lei Municipal nº 085/90, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, ao servidor Alvelino Dutra da Silva, matricula nº 166, CPF 539.5**.***-34, no cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado no Hospital Municipal – Divisão de Saúde, conforme Artigo 99 da Lei Municipal nº 085/90.

Art. 2º - A licença ora concedida, terá prazo de até 02 (dois) anos sem remuneração, a partir de 14 de novembro de 2025, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou no interesse do serviço.

Art. 3º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F319796E

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 410/2025

PORTARIA Nº 410/2025

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Natalia Albanez Herrera Nakahara e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Natalia Albanez Herrera Nakahara, matricula nº 870**,** CPF 066.9**.***-79, com o cargo efetivo de Médico, lotada no Hospital

Municipal – Diretoria Executiva de Saúde, para o período aquisitivo de 2023/2024, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 13/11/2025 e 27/11/2025, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

JOSIELY LISBOA BENVINDO DA SILVA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:EFB4B4C7

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 411/2025

PORTARIA Nº 411/2025
De 12 de novembro de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a solicitação de inclusão no final da lista de candidato aprovado e convocado no Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 para o cargo de Engenheiro Civil e adota outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Tornar público que o candidato Tárek Mendonça Chahla, CPF 028.9**+***-33, aprovado e convocado para o cargo temporário de Engenheiro Civil, na 5ª (quinta) colocação, do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 do Município de Itaúna do Sul, solicitou formalmente seu respectivo deslocamento para o final da fila de classificação, por não ter interesse neste momento ao cargo temporário para o qual foi aprovado e convocado, o que fica deferido.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:5CB8FC10

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 04/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL**, inscrita no CNPJ sob nº 80.611.635/0001-64, neste ato representado pelo seu Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 02/2025, em conformidade com o Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, torna público aos interessados que pretende realizar a **Dispensa de Licitação nº 04/2025**, na forma física, para a **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, LONGARINAS DE AUDITÓRIO, ARMÁRIOS E ARQUIVOS PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL**. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificações contidas no Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência e demais anexos, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta Comercial no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Data e horário para apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO:	Do dia da publicação deste Aviso de Contratação Direta até o dia 17 de novembro de 2025, às 23h59.
Endereço eletrônico para envio da PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO:	contato@itaunadosul.pr.leg.br
Endereço físico para protocolo presencial da PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO:	Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, localizada na Avenida Brasil, 883, Centro, Itaúna do Sul/PR, Horário de atendimento: 8h às 12h e das 13h às 17h.
Referência de Horários:	Horário de Brasília - DF
Critério de Julgamento:	MENOR PREÇO POR ITEM
Valor Máximo da PROPOSTA:	R$ 14.010,00 (quatorze mil e dez reais)

Links do Edital/Aviso:	**Portal da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR:**	https://www.itaunadosul.pr.leg.br
	Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP:	https://pncp.gov.br/app/editais/80611635000164/2025/4

Itaúna do Sul/PR, 12 de novembro de 2025.

WALTER FERNANDES PEDROSA JUNIOR
Agente De Contratação
Portaria Nº 02/2025

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:33EB9E84

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO 136/2025

DECRETO Nº 136/2025

SÚMULA: ALTERA A ÁREA CONSTANTE NO ART. 1º DO DECRETO 067/2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a área de terra da Unidade de Conservação Ambiental, da tipologia Parque Municipal, de 93.309 m² (noventa e três mil, trezentos e nove metros quadrados), para 92.827,00 m² (noventa e dois mil, oitocentos e vinte e sete metros quadrados), integrante da Matrícula nº 9.077 registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Livro 02 fls 01, de área total 100.172,00 m² (cem mil, cento e setenta e dois metros quadrados).
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natasshia Priscila da Costa Salustiano
Código Identificador:A9F19C9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISODP672025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2025. Processo Administrativo 155.2025. aquisição de Kits de Campanhas de Saúde e Kits Saúde Interativa, visando fortalecer as ações de**

promoção, prevenção e educação em saúde junto à população do nosso Município. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 17/11/2025 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes Itaúna do Sul-PR, 12 de novembro de 2025.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:A40683D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISODP682025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 068/2025. Processo Administrativo 156.2025. locação de impressoras multifuncionais novas, com sistema de gerenciamento, incluso suporte técnico e fornecimento completo de insumos (tintas/toners)**. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 17/11/2025 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes Itaúna do Sul-PR, 12 de novembro de 2025.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:449976E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATAS REGISTRO PREÇO - PE362025

EXTRATO
ESPÉCIE:ATAS DE REGISTRO DE PREÇO nº 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043,044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052/2025. REF:PREGÃO ELETRONICO nº. 0362025.
OBJETO: **Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática**. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 11/11/2025. DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025. GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL. Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) em conformidade com a legislação vigente.
PARTES: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33 e as empresas abaixo especificadas:

Empresa	CNPJ	Itens vencidos	Total Geral
L.K. INFORMATICA E COMUNICACAO LTDA	**54.926.757/0001-30**	**1 - 2 - 30 - 35 - 66 - 77 - 99**	R$ 5.577,10
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS	**11.138.213/0001-09**	**3 - 6 - 10 - 11 - 14 - 15 - 21 - 23 - 24 - 25 - 39 - 40 - 44 - 48 - 52 - 55 - 59 - 63 - 69 - 70 - 72 - 75 - 76 - 80 - 82 - 83 - 84 - 85 - 89 - 93 - 96 - 100 - 102 - 104 - 108 - 128 - 136 - 137 - 138**	R$ 286.593,21
CAPELINHA SOLUCOES LTDA	**57.752.611/0001-03**	**4 - 12 - 37 - 56 - 57 - 61 - 67 - 78 - 86 - 94**	R$ 55.553,75
CIROX LTDA	**62.108.332/0001-41**	**5 - 7 - 8 - 9 - 17 - 18 - 19 - 20 - 50 - 74 - 81 - 95**	R$ 68.490,00
PEG INFORMATICA LTDA	**01.105.481/0001-62**	**13 - 26 - 32 - 33 - 34 - 42 - 49 - 53 - 64 - 68 - 79 - 87 - 88 - 106 - 113**	R$ 39.770,00
LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	**54.926.757/0001-30**	**22 - 58 - 60 - 97 - 101**	R$ 13.080,00
PACIFIC ELETRONIC LTDA	**18.535.079/0001-10**	**27 - 28**	R$ 19.000,00
L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA	**52.585.078/0001-19**	**29**	R$ 6.900,00
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	**33.072.590/0001-17**	**43 - 105**	R$ 11.380,00
ILHA TERCEIRA COMERCIO E SERVICOS LTDAh	**55.953.727/0001-85**	**46**	R$ 3.800,00
ALLSET TECNOLOGIA LTDA	**55.149.591/0002-36**	**51**	R$ 39.330,00
ALTA FREQUENCIA LTDA	**29.920.016/0001-02**	**54 - 65**	R$ 10.970,00
FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	**55.935.697/0001-84**	**71 - 73**	R$ 11.915,00
EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA	**41.087.715/0001-00**	**103**	R$ 6.800,00
A H DA S MORAES	**02.437.839/0001-17**	**109 - 110 - 111 - 112 - 129 - 130 - 131 - 132 - 133 - 134 - 135 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144**	R$ 15.304,50
60.008.494 NUBIA ARAUJO PIRES GOULART	**60.008.494/0001-82**	**114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 120 - 122 - 123 - 124**	R$ 19.946,10
R TREVIZAN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA	**40.146.736/0001-97**	**119 - 121**	

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:D5425DCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 090/2025

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 090/2025
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADO: A A MADUREIRA ADRIANO A MADUREIRA Cnpj: 57.722.940/0001-01
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros e sanitários durante eventos promovidos pelo Município.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03001041220402200533903900000200
VALOR: R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 12/11/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bianca Vitória Antunes da Silva
Código Identificador:A69BFE65

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 281/2025

DECRETO Nº 281/2025

Súmula: Exonera Servidora Pública.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - É exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. **EMANUELE CRISTINA GUEBA BUDNIK, RG Nº 13.896.686-0 PR**, do cargo de nutricionista, a partir de 11 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, em 12 de novembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:78B485F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 279/2025 - REPUBLICAÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

DECRETO Nº 279/2025

Súmula: Prorroga o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2023, para os cargos que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais
CONSIDERANDOa homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2023, por meio do Decreto Municipal nº 195/2023, para o provimento dos cargos de Agente de Combate às Endemias e Médicos;
CONSIDERANDOa iminência do término do prazo de validade original do referido certame;
CONSIDERANDOa solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, que destaca a necessidade e o interesse público na manutenção de cadastro de aprovados para eventuais nomeações, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de saúde;
CONSIDERANDOque o artigo 37, incisoIII, da Constituição Federal, autoriza a prorrogação do prazo de validade dos concursos públicos, uma única vez, por igual período;
CONSIDERANDOque a prorrogação do prazo de validade do concurso público é um ato discricionário da Administração, que avalia a conveniência e a oportunidade para tal medida, conforme entendimento consolidado na jurisprudência.

DECRETA:

Art. 1ºFica prorrogado, por 2 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2023, no que se refere ao cargo deAgente de Combate às Endemias, homologado pelo Decreto Municipal nº 195/2023.
Art. 2ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de11 de novembro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ivaí, 12 de novembro de 2025.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:70E28E00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 120/2025

C.N.P.J. 75.457.341/0001-90
Av. Minas Gerais Nº 220

Decreto nº 120/2025 de 11/11/2025

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 35/2025 de 11/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos Excesso de Arrecadação, verificado a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64:

SUPLEMENTAÇÃO			
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
11.010.08.245.0023.1.058		**Construção do CREAS**	
1026 - 4.4.90.51.00.00	32012	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.200.000,00
Total.....:			**1.200.000,00**
Excesso de Arrecadação:			
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.1.0.00.00.00.00 DELIBERAÇÃO 030/2025/CEAS/PR - C/C 27595-6 CONSTRUÇÃO CREAS			1.200.000,00
Total:			**1.200.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã , em 11 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margarete Gabriel de Oliveira
Código Identificador:8C5174FF

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 235/2025.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE ARO, CONFORME NECESSIDADE DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR.

Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **13 de novembro de 2025** até às 08h20m do dia **28 de novembro de 2025**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **28 de novembro de 2025**

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:E5919B4A

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 044/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 225/2025.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, ITENS DESERTOS DO PREGÃO Nº 025/2025, DESTINADOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE JAGUAPITÃ, COM RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202440890004, VINCULADA AO PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS – EMENDAS INDIVIDUAIS, DE AUTORIA DO SENADOR ORIOVISTO GUIMARÃES. DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JAGUAPITÃ-PR.

Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **13 de novembro de 2025** até às 08h50m do dia **28 de novembro de 2025**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 09h00m do dia **28 de novembro de 2025**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:437FAFC2

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 180/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: ALLOY COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 11.488.758/0001-37

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 1.610,00 (mil, seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:56B57EA8

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 181/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: B. K. TATEISHI LTDA

CNPJ: 58.776.870/0001-37

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 2.914,99 (dois mil, novecentos e quatorze reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:A9674CA3

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 182/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 18.861.730/0001-42

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 982,30 (novecentos e oitenta e dois reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:C57933BC

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 183/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: DIOGO EMANUEL KUHN & CIA. LTDA

CNPJ: 36.374.350/0001-65

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 1.027,10 (mil, vinte e sete reais e dez centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:2FA7AC55

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 184/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: DIRCEU LONGO & CIA LTDA

CNPJ: 92.823.764/0001-03

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 3.854,00 (três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:2A4E8086

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 185/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 09.251.627/0001-90

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 3.529,00 (três mil, quinhentos e vinte e nove reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:064D2436

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 186/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: L A PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 40.965.390/0001-59

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 34.623,96 (trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:DB0CC3F2

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 187/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: LAD SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

CNPJ: 59.341.100/0001-24

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 3.541,03 (três mil, quinhentos e quarenta e um reais e três centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:528364B2

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 188/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: M A BERTOLINI GONCALVES LTDA

CNPJ: 05.156.182/0001-08

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 5.093,12 (cinco mil e noventa e três reais e doze centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:9D3866BE

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 189/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: MAGI COMERCIAL LTDA

CNPJ: 04.622.272/0001-84

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 108.476,00 (cento e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:8F655D15

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 190/2025. PROCESSO DE PREGÃO Nº 38/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FAVORECIDO: TECNOLAR LTDA

CNPJ: 12.464.652/0001-66

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, EM ATENDIMENTO A RECURSOS SEAB

VALOR: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12/11/2025 a 12/11/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:24718B0E

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 036/2025

SÚMULA: Institui o "Dia Municipal do Antigomobilismo" no Município de Jaguapitã e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no calendário oficial de eventos do Município de Jaguapitã, o Dia Municipal do Antigomobilismo, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de setembro.

Art. 2º - A data tem por objetivo:

I – Valorizar e preservar a memória histórica e cultural do antigomobilismo;
II – Promover o congraçamento e a amizade entre colecionadores, restauradores e admiradores de veículos antigos;
III – Incentivar eventos e exposições que estimulem o turismo, a cultura e o lazer da população;
IV – Reconhecer o trabalho das associações e clubes locais dedicados à conservação de veículos antigos, como o Clube de Carros Antigos Velharias de Jaguapitã (CCA Velharias;
V – Promover a interação entre municípios por meio de encontros regionais de antigomobilismo, fortalecendo os laços culturais e o intercâmbio de visitantes;
VI – Contribuir para o aquecimento da economia local, especialmente nos setores do comércio, alimentação e hospedagem, durante os eventos alusivos à data.

Parágrafo Único: A comemoração de que trata esta Lei poderá também abranger atividades relacionadas ao colecionismo em geral, reconhecendo sua importância para a preservação da memória histórica, cultural e artística, bem como para o incentivo ao turismo e economia criativa local.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, em 12 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:8208D080

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 12 2025

EXTRATO DE CONTRATO 25-2025
ID CONTRATO 252025
PROCESSO ADM 17-2025
CERTAME DISPENSA 12-2025
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
CONTRATADA: CONSULTECH CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mentoria, capacitação, treinamento e orientação técnica voltados ao aperfeiçoamento dos procedimentos de análise, identificação e interpretação de inconsistência e erros nas prestações de contas encaminhadas aos órgãos de controle externo, abrangendo as rotinas e fluxos operacionais dos setores de contabilidade, tesouraria, compras e licitações, frotas, patrimônio e recursos humanos, com foco na melhoria de gestão pública e no correto uso do sistema de gestão governamental, de forma a garantir maior eficiência, conformidade legal e transparência na execução orçamentária, financeira e patrimonial.
DO VALOR TOTAL: R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
DOTAÇÃO:
RED. 8. 40.001.01.031.4040.2020.3.3.90.39.00.00 – 01000 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 12 DE NOVEMBRO DE 2025 A 12 DE NOVEMBRO DE 2026.
FISCAL CONTRATO: HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
DO FORO: FORO DA COMARCA DE PARANACITY PR

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:CF03013A

GABINETE MUNICIPAL
DECRETO Nº201.2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 196/2025**, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da Lei Federal nº **13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

CONSIDERANDO o previsto nos **arts. 4º, 5º e 13** do referido Decreto, que tratam da designação e das atribuições do Encarregado Geral de Proteção de Dados Pessoais (DPO), responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Art. 1º Fica **JULIANO ORTIZ DA SILVA, matrícula nº 807,** nomeado para exercer a função de **ENCARREGADO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – DPO** do Poder Executivo Municipal de Jardim Olinda, conforme as disposições do Decreto Municipal nº 196/2025. E o senhor **ELIABE DA SILVA CARDOSO,** matrícula nº 388, designado como suplente.

Art. 2º O Encarregado Geral de Proteção de Dados Pessoais exercerá suas atribuições previstas no Decreto nº 196/2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim Olinda, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weverton Jose Dos Santos Lima
Código Identificador:B3D93E34

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 97 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 309/2025
ID CONTRATO 2117
PROCESSO ADM 161/2025
CERTAME DISPENSA 97-2025
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: GASPAR DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação, instalação e manutenção de estruturas metálicas e fornecimento de iluminação natalina em led, destinadas à ambientação luminosa de espaços públicos do município de Jardim Olinda PR, visando atender às demandas do departamento de Cultura e Esportes durante o período festivo de final de ano, sendo que a árvore de natal de 6(seis) metros de altura, confeccionada em estrutura metálica, e arcos cometa com

estrela, também confeccionada em estrutura metálica, serão locados enquanto a iluminações com efeito de chuva, luz cascata e mangueiras de led serão adquiridas em caráter definitivo.
DO VALOR TOTAL: R$ 62.078,00 (sessenta e dois mil e setenta e oito reais)
RED. 595 13.001.13.392.0015.2804.3.3.90.30.00.00 – 10000 – MATERIAL DE CONSUMO
RED. 598 13.001.13.392.0015.2804.3.3.90.39.00.00 – 10000 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 12 DE NOVEMBRO DE 2025 A 20 DE JANEIRO DE 2026
DO FISCAL DE CONTRATO: JADER GABRIEL ARAUJO – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:CEA77B15

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 98 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 310/2025
ID CONTRATO 2118
PROCESSO ADM 162/2025
CERTAME DISPENSA 98-2025
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: ROSENEIDE FAGUNDES DA SILVA – JARDIM OLINDA - EPP
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de balas mastigáveis de sabores sortidos para atender as necessidades do departamento municipal de Cultura e Esportes deste município de Jardim Olinda PR.
DO VALOR TOTAL: R$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais)
RED. 595 13.001.13.392.0015.2804.3.3.90.30.00.00 – 10000 – MATERIAL DE CONSUMO
DA VIGÊNCIA: 12 DE NOVEMBRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025
DO FISCAL DE CONTRATO: JADER GABRIEL ARAUJO – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:8FE3D801

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 97 2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo administrativo: 161-2025

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA*, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Diretor do Departamento de Cultura e Esporte, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **GASPAR DISTRIBUIDORA LTDA - EPP** para **Contratação de empresa especializada na locação, instalação e manutenção de estruturas metálicas e fornecimento de iluminação natalina em led, destinadas à ambientação luminosa de espaços públicos do município de Jardim Olinda PR, visando atender às demandas do departamento de Cultura e Esportes durante o período festivo de final de ano, sendo que a árvore de natal de 6(seis) metros de altura, confeccionada em estrutura metálica, e arcos cometa com estrela, também confeccionada em estrutura metálica, serão locados enquanto a iluminações com efeito de chuva, luz cascata e mangueiras de led serão adquiridas em caráter definitivo**, pelo valor de **R$ 62.078,00 (sessenta e dois mil e setenta e oito reais)**, conforme proposta constante dos autos;

Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo mercado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **GASPAR DISTRIBUIDORA LTDA - EPP** para **Contratação de empresa especializada na locação, instalação e manutenção de estruturas metálicas e fornecimento de iluminação natalina em led, destinadas à ambientação luminosa de espaços públicos do município de Jardim Olinda PR, visando atender às demandas do departamento de Cultura e Esportes durante o período festivo de final de ano, sendo que a árvore de natal de 6(seis) metros de altura, confeccionada em estrutura metálica, e arcos cometa com estrela, também confeccionada em estrutura metálica, serão locados enquanto a iluminações com efeito de chuva, luz cascata e mangueiras de led serão adquiridas em caráter definitivo**, pelo valor de **R$ 62.078,00 (sessenta e dois mil e setenta e oito reais)** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.

Sem prejuízo:
a) proceda-se o devido registro da dispensa;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;

d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 11 de novembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:EBD2AB90

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 98 2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo administrativo: 162-2025

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA*, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Diretor do Departamento de Cultura e Esporte, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **ROSENEIDE FAGUNDES DA SILVA – JARDIM OLINDA - EPP** para **Contratação de empresa para o fornecimento de balas mastigáveis de sabores sortidos para atender as necessidades do departamento municipal de Cultura e Esportes deste município de Jardim Olinda PR**, pelo valor de **R$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais)**, conforme proposta constante dos autos;

Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo mercado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;
Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**
AUTORIZAR a contratação da empresa **ROSENEIDE FAGUNDES DA SILVA – JARDIM OLINDA - EPP** para **Contratação de empresa para o fornecimento de balas mastigáveis de sabores sortidos para atender as necessidades do departamento municipal de Cultura e Esportes deste município de Jardim Olinda PR**, pelo valor de **R$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais)** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.

Sem prejuízo:
a) proceda-se o devido registro da dispensa;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;

d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 12 de novembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:4E72E69C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 006/2025

SUMULA: Aprovação do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jardim Olinda-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 674/2013 de 19 de setembro de 2013, e considerando a deliberação da Plenária realizada no dia 11 de novembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º – Aprovar o **Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Assistência Social–ano 2025**- que corresponde ao Plano Municipal de Assistência Social Vigência 2022-2025.

– Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULINI MELO SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:87990705

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°328/2025

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 328/2025 – De 08/11/2025.

Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Ademar Marcilio Bernardes	Motorista	Ribeirão do Pinhal	08/11/2025	Acompanhar atletas da base(sub 9 e sub11), para campeonato regional de futsal em Ribeirão do Pinhal.	R$ 80,00
Paulo Henrique Fernandes dos Santos	Motorista	Ribeirão do Pinhal	08/11/2025	Acompanhar atletas da base(sub 9 e sub11), para campeonato regional de futsal em Ribeirão do Pinhal.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,11 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:224A2916

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°329/2025

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 329/2025 - De 13/11/2025 à 14/11/2025 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Felipe Francisco Leite	Motorista	Santo Antonio da Platina	13/11/2025 à 14/11/2025	Participar do Curso Transporte Escolar em Santo Antonio da Platina no Sest-SENAT -durante dois dias sem pernoite.	R$ 120,00
Gilberto Leite da Silva	Motorista	Santo Antonio da Platina	13/11/2025 à 14/11/2025	Participar do Curso Transporte Escolar em Santo Antonio da Platina no Sest-SENAT -durante dois dias sem pernoite.	R$ 120,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 11 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:E3881B81

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°330/2025

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 330/2025 - De 12/11/2025 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Denis Nunes de Macedo	Assistente Social	Tomazina	12/11/2025	Acompanhamento pscicossocial de criança acolhida na casa Lar CISLAR de Tomazina como medida de proteção do ECA determinado pelo Juizo da Vara da infância e Juventude de Ribeirão do Pinhal/PR - Processo 0001695-47.2025.8.16.0145. Processo 0001258-79.2020.8.160145.	R$ 80,00
Deyse Graziela Campos Beck	Pscicológa	Tomazina	12/11/2025	Acompanhamento pscicossocial de criança acolhida na casa Lar CISLAR de Tomazina como medida de proteção do ECA determinado pelo Juizo da Vara da infância e Juventude de Ribeirão do Pinhal/PR - Processo	R$ 80,00

				0001695-47.2025.8.16.0145. Processo 0001258-79.2020.8.160145.	

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 11 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:13AB9A8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 90/2025

Súmula: Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor NEY MANOEL FERREIRA.

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 110 a 124, da Lei Municipal nº 2280/2008;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor NEY MANOEL FERREIRA, ocupante do cargo Efetivo de Guardião, Grupo Operacional, 30 (TRINTA) dias de férias regulamentares, a partir de 07 de dezembro de 2025, correspondentes ao período aquisitivo de 01/11/2024 a 31/10/2025.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 12 de novembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D23FE9B0

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 91/2025

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e conforme determina a Lei Municipal nº 2280, de 31 de dezembro de 2008, artigo 87, inciso I, observando-se, ainda, o disposto na Lei Complementar 173/2020.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER, acréscimo de 5% (cinco por cento) em seus respectivos vencimentos, a título de Adicional por Tempo de Serviço, à servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	PERÍODO	% AVERBADO	% NOVO
Regiane do Perpetuo Maciel de Barros	Analista de Recursos Humanos	15/11/2022 A 14/11/2025	10%	15%

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data em que a servidora fez jus ao referido adicional.

Câmara Municipal da Lapa, em 12 de novembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D3513F0F

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 92/2025

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir no âmbito do Poder Legislativo Municipal, PONTO FACULTATIVO no dia 21 de novembro de 2025.

Parágrafo único – A medida determinada no caput deste artigo não abrangerá os serviços essenciais.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 12 de novembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8C307E3B

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 93/2025

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir no âmbito do Poder Legislativo Municipal, PONTO FACULTATIVO durante o período de 22 a 24 de dezembro de 2025 e durante o período de 29 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.

Parágrafo único – A medida determinada no caput deste artigo não abrangerá os serviços essenciais.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal da Lapa, em 12 de novembro de 2025.

ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9AFF2A69

GABINETE
LEI N° 4474, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Cria o Conselho Municipal de Esporte e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esportes da Lapa.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte é um órgão colegiado normativo, deliberativo, fiscalizador e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas voltadas ao esporte e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Esportes possui as seguintes atribuições:
I - Cooperar com o Conselho Estadual de Desporto e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;
II - Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;
III - Fornecer, quando solicitados, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade, quanto a programas e projetos que visem a melhoria da prática de atividades físicas e do esporte no Munícipio;
IV - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no Munícipio;
V - Zelar pela memória do esporte;
VI - Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;
VII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos;
VIII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte; e
IX- Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho.
X- Orientar para o cumprimento das Leis Federal e Estadual do Esporte, cumprindo com os critérios por elas estabelecido e para o bom uso dos recursos do Fundo do Esporte;
XI - Propor políticas municipais de esporte, bem como de incentivo ao esporte amador.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte será composto por oito membros titulares e oito membros suplentes, sendo quatro membros representantes do Poder Público e quatro membros representantes da sociedade civil, sendo:
I - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
II - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
III - Um representante titular e um suplente do Executivo indicado pelo Chefe do Executivo Municipal;
IV - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
V - Um representante titular e um suplente das organizações da sociedade civil que atendam pessoas com deficiência;
VI - Um representante titular e um suplente das organizações da sociedade civil que contemplem em seus atos constitutivos a finalidade do esporte;
VII - Um representante titular e um suplente e clubes e ou associações do Município da Lapa;
VIII - Um representante titular e um suplente Profissional de Educação Física com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física.

§ 1º - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em foro próprio, através de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.
§ 2º - A Primeira Assembleia para escolha dos membros da Sociedade Civil, será convocada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
§ 3º - Os representantes da sociedade civil deverão ter um vínculo formal com a entidade.
§ 4º - A função de Conselheiro será considerada de caráter público relevante e será exercida gratuitamente.

Art. 5º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.
§ 1º - O representante do Poder Público poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do Prefeito Municipal.
§ 2º - Havendo necessidade de substituição de representante das Organizações da Sociedade Civil, será observada a ordem de Suplência.

Art. 6º - Perderá o mandato o Conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo justificativa por escrito aprovado pelo Conselho.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 7º - A Mesa Diretora do Conselho será eleita por meio de votação secreta.

Art. 8º - A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
§ 1º - Nomeados os membros do Conselho Municipal de Esportes, seus membros se reunirão, sob a Presidência do Diretor de Esporte e Lazer, como membro nato da Comissão e demais presentes a maioria simples, elegerão por votação a Diretoria Executiva.
§ 2º - Realizada a eleição da Diretoria Executiva, o Presidente comunicará o Prefeito Municipal, que baixará o respectivo Decreto de composição e posse de seus respectivos membros.
§ 3º - A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente, em todos os atos inerentes ao seu exercício.

Art. 9º - As demais matérias pertinentes à organização e funcionamento serão devidamente disciplinadas por seu regimento interno, que deverá ser elaborado por seus membros, após a instalação do Conselho eleito na vigência da presente lei.

Art. 10 - As decisões do Conselho Municipal de Esporte serão tomadas pela maioria dos membros presentes às plenárias e formalizadas mediante resoluções ou deliberações expedidas pelo Presidente da Diretoria Executiva, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
Parágrafo único. - As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de 50 (cinquenta) por cento dos conselheiros.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Esporte irá se reunir à cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros.

Art. 12 - Das sessões do Conselho serão lavradas às atas, assinadas pelos presentes e pelo Secretário Executivo.

Art. 13 - O Conselho Municipal de Esporte pode constituir Comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionadas com o tema.
Parágrafo único. - Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

Art. 14 - A Secretaria Executiva será exercida por servidor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 15 - No prazo de noventa dias contados da data da publicação deste Decreto, o Conselho aprovará o seu regimento interno.

Art. 16 - Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - As despesas de funcionamento do Conselho Municipal de Esporte correrão à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer da Lapa mediante a aprovação do Secretário Municipal da pasta.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 12 de Novembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E954B23E

GABINETE
LEI Nº 4473, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Altera a Lei Municipal n. 1.450, de 07 de maio de 1999, que criou a Medalha "General Antônio Ernesto Gomes Carneiro" e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica alterado art. 1º da Lei Municipal n. 1.450, de 07 de maio de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - É criada no Município de Lapa, Estado do Paraná, a Medalha "GEN. ANTÔNIO ERNESTO GOMES CARNEIRO" – HONRA AO MÉRITO, a ser conferida pelo Chefe do Poder Executivo a pessoas que se destacaram em virtude de relevantes serviços prestados a este Município, mediante proposta de uma Comissão Especial exclusivamente nomeada para promover os estudos necessários para esta atribuição. "

Art. 2° - Fica alterado o art. 3º e fica incluído o art. 4º da Lei Municipal n. 1.450, de 07 de maio de 1999, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A composição de membros, diretrizes e funcionamento da Comissão Especial será regulamentada em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. "

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 12 de Novembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:09EAF641

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 05/2025

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA LAPA-PR POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E O LAPA MOTO CLUBE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município da Lapa, doravante denominada Administração Pública, com sede nesta cidade, sito à Praça Mirazinha Braga, n° 87 - Centro, inscrito no CNPJ/MF nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Carlos André Schaphauser Martins Silva, portador do registro geral nº 12.300.733-6 - Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 058.122.469-80, residente e domiciliado nesta cidade sito à Rua Fernando Wenhart, nº 1410 - Barcelona, Lapa – PR ; e de outro o Lapa Moto Clube, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada na Rua Senador Souza Naves, n° 1.375 – Centro, Lapa- PR, CEP 83.750-000, inscrito no CNPJ n° 14.582.603/0001-53, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Fábio Alves da Silva, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Joaquim Linhares de Lacerda, 341 – Centro - CEP 83.750-000, portador do registro geral nº 6.203.801-2 Órgão Expedidor SSP/PR e CPF nº 990.593.989-04.

RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação, tendo em vista o que consta do Processo Digital n° 22227/2025, visando a cooperação entre os celebrantes, para realização de evento de cunho sociocultural, ora denominado "FINAL DO CAMPEONATO PARANAENSE DE VELOCROSS e SEGUNDA ETAPA DO CAMPEONATO SUL BRASILEIRO 2025", em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei Federal n° 13.204 de 2015, do Decreto Municipal n° 22.763, de 13 de julho de 2017, e sujeitando-se, no que couber, à Instrução Normativa n° 001, de 12 de novembro de 2018 (que regulamenta as solicitações de apoio para eventos), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação servirá para assegurar a realização da "FINAL DO CAMPEONATO PARANAENSE DE VELOCROSS e SEGUNDA ETAPA DO CAMPEONATO SUL BRASILEIRO 2025", nos dias 15 e 16 de novembro de 2025, evento este, realizado em anos anteriores no município, sempre com grande número de inscritos, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que não envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, a Administração Pública obriga-se a ceder e/ou providenciar a OSC no dia do evento, os seguintes itens:

• Autorização de uso do Parque de Exposições e Eventos do Município
• Manutenção da pista (antes do evento), com a disponibilização da máquina motoniveladora com o intuito de conferir o ideal tratamento ao terreno e garantir a segurança dos atletas.
• Roçada da parte interna e externa da pista, bem como do parque de exposições como um todo, visto que é uma questão de segurança aos pilotos, exigência da Federação Paranaense do Motociclismo e necessária ao público e participantes do evento.
• Sonorização para os dois dias do evento (15 h).
• 06 (seis) tendas de 10 x 10 m, para oferecer ao público um bom local para abrigar-se do sol ou chuva, enquanto as corridas acontecem.
• 08 (oito) banheiros químicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução deste Acordo será para o dia 15 e 16 de novembro de 2025, conforme Plano de Trabalho, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Acordo de Cooperação deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua

inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar os bens para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Subcláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. Ceder os bens previstos na Cláusula Segunda para que seja alcançado o objeto do Acordo de Cooperação em toda a sua extensão e no tempo devido;
II. Retomar os bens públicos cedidos à Administração Pública ao término do prazo de vigência e execução deste Acordo.

Subcláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Acordo de Cooperação;
II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
III. garantir o a entrega dos bens cedidos para cumprimento do Acordo em quantidade e estado de conservação conforme recebimento;
IV. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Acordo de Cooperação, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Acordo de Cooperação descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Município da Lapa, sob a coordenação da Procuradoria Geral do Município, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Convênio o foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária do Município da Lapa-PR nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Lapa-PR, 12 de novembro de 2025.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

FÁBIO ALVES DA SILVA
Presidente do Lapa Moto Clube

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS
1.1 Da Organização/ Entidade:

NOME DA ORGANIZAÇÃO/ENTIDADE LAPA MOTO CLUBE			**CNPJ** 14.582.603/0001-53
ENDEREÇO COMPLETO Rua Senador Souza Naves, 1375			**(DDD) TELEFONE** 41 9-8407-5334 41 9-9918-6968
CIDADE Lapa	**UF** PR	**CEP** 83.750-000	**E-MAIL** lapamotoclube@hotmail.com
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO/ENTIDADE Fabio Alves da Silva			**CPF** 990.593.989-04
CI/ ORGÃO EXPEDIDOR 6203801-2 SESP/PR		**FUNÇÃO** Presidente	
ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Linhares de Lacerda, 341 – Centro – Lapa-PR			**CEP** 83.750-000
E-MAIL Vini_motopecad@hotmail.com			**(DDD) TELEFONE** 41 99830-2390
NOME DO ORDENADOR DE DESPESAS Algacir da Silva Silveira			**CPF** 019.532.719-52
ENDEREÇO COMPLETO Rua Doutora Maria Lucia da Silveira, 40, Conjunto Dona Mariquinha, Barcelona, Lapa/PR			**(DDD) TELEFONE** 41 99515-9292

Do serviço a ser executado:

NOME DO PROJETO Final do Campeonato Paranaense de Velocross e Segunda etapa do campeonato Sul Brasileiro 2025	
ABRANGÊNCIA: ( ) URBANO (X) RURAL	
ENDEREÇO COMPLETO DO EVENTO Rodovia do Xisto – Parque de Exposições e Eventos da Lapa	**CEP** 83.750-000
DATA DA REALIZAÇÃO DO EVENTO 15 e 16 de Novembro de 2025.	

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO - OBJETO DA TRANSFERÊNCIA
Evento denominado “Final do Campeonato Paranaense de Velocross e Segunda Etapa do Sul Brasileiro 2025” que realizar-se-á no Parque de Exposições e Eventos da Lapa, Circuito Renato Cardoso, com a participação de aproximadamente 400 pilotos de todo o Sul do País.

JUSTIFICATIVA DO ATENDIMENTO (DESCRIÇÃO DA META)
A cidade sediou etapas do campeonato brasileiro, sul-brasileiro e paranaense de velocross, sempre com grande número de inscritos, tendo em vista a boa aceitação e apreço por parte dos pilotos quanto a pista e a cidade em si. As etapas trazem em média 400 (quatrocentos) pilotos inscritos, movimentando a economia local nos mais variados setores do comércio, turismo, alimentação e hotelaria.

PÚBLICO ALVO
O público em geral, além dos pilotos, equipes e seus familiares, são amantes do motociclismo e sempre se reúnem para a apreciar os treinos e corridas e acontecem durante todo o final de semana. O evento tem como média de público cerca de 2.000 (duas mil) pessoas, entre população local, moradores de cidades vizinhas, Pilotos do Paraná e dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, considerando se tratar de uma etapa do Sul Brasileiro.

OBJETIVO GERAL
O objetivo principal é manter a Lapa no circuito de corridas de velocross, incentivando um esporte admirado pelo público da cidade, favorecendo o comércio local, fomentando o turismo, contribuindo para a divulgação de nossa cidade e favorecendo pilotos locais.

Além disso, busca-se conferir mais uma forma de entretenimento a polução local, a qual comparece massivamente com o intuito de prestigiar o evento.

OBJETIVOS ESPECIFICOS
Realização da Final do Campeonato Paranaense de Velocross 2025 e da Segunda Etapa do Campeonato Sul Brasileiro 2025.

DESPESAS
Para o bom desempenho do evento solicita-se o apoio do Município da Lapa/PR nos seguintes itens:

- Autorização de uso do Parque de Exposições e Eventos do Município;
- Manutenção da pista (antes do evento), com a disponibilização da máquina "motoniveladora" com o intuito de conferir o ideal tratamento ao terreno e garantir a segurança dos atletas;
- Roçada da parte interna e externa da pista, bem como do parque de exposições como um todo, visto que é uma questão de segurança aos pilotos, exigência da Federação Paranaense de Motociclismo e necessária ao público e participantes do evento;
- Sonorização para os dois dias do evento (15 h);
- 06 (seis) tendas de 10x10m, para conferirmos ao público um bom local para abrigar-se do sol ou chuva, enquanto as corridas acontecem;
- 08 (oito) banheiros químicos.

Lapa/PR, 07 de novembro de 2025

FABIO ALVES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:22F5D7AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EDITAL 07/20205 - JULGAMENTO DOS RECURSOS

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 28391, de 05 de fevereiro de 2025, por meio da Comissão de Avaliação do Processo de Escolha dos Diretores da Rede Municipal de Ensino da Lapa, designada pela Portaria nº 38 de 25 de agosto de 2025, no exercício de suas atribuições, decide:

DAR PROVIMENTO aos recursos apresentados pelas candidatas abaixo relacionadas, considerando-as HABILITADAS para participar da fase de consulta pública do Processo de Escolha de Diretores da Rede Municipal de Ensino.

1. Andréa Ap. Pfutz de Castro
2. Claudiane Aurora Guimarães
3. Juliana Hammerschimdt
4. Marcia Maria Pereira Kaseker
5. Sandra Aparecida Santana Vidal
6. Silvana Mari Batista

JUSTIFICATIVA:
Ao avaliarmos o Edital, concluímos que a forma pela qual as exigências referentes à formação e à habilitação foram dispostas e redigidas no referido instrumento permitem interpretações diversas, com potencialidade real de induzir em erro quanto à natureza e à obrigatoriedade da apresentação dos respectivos documentos comprobatórios.
Ante as razões esposadas pelas recorrentes no esforço de elucidar a falta da apresentação do certificado de pós-graduação no ato do registro da candidatura, nos parece justo entender que suas condutas advieram diretamente da imprecisão editalícia em relação às exigências referentes à formação e à habilitação, constituindo, portanto, motivo plausível para afastar a culpa das mesmas em suas inabilitações.

NÃO DAR PROVIMENTO aos recursos apresentados pelas candidatas abaixo relacionadas, mantendo-as IINABILITADAS para participar da fase de consulta pública do Processo de Escolha de Diretores da Rede Municipal de Ensino.

1. Cassiani Aparecida Lobo Turmina
2. Regiane da Luz Dias Ganzert
3. Rosemeri Rasmussen

JUSTIFICATIVA:
Ante as razões esposadas pelas recorrentes no esforço de elucidar o descumprimento das exigências constantes no Edital, concluímos que não lograram êxito em demonstrar motivos plausíveis para desconstituir suas inabilitações.

Registre-se e publique-se.

Lapa, 12 de novembro de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B3C03CC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DECRETO

DECRETO Nº 114/2025

Dispõe sobre a eleição da Diretoria do do Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSBA), do Município De Laranjal/PR.

Considerando as disposições contido no artigo 26, I, II, III e IV, da Lei Municipal 030/2023, que institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico no Município de Laranjal/Pr;
Considerando o que dispõe a Ata de eleição da Diretoria do Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Laranjal-Paraná;
O Prefeito Municipal de Laranjal-Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei, bem como o previsto no art.67, IV da Lei Orgânica Municipal
RESOLVE:
Art. 1º.- Ficam nomeados a Diretoria do Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSBA) do município de Laranjal-Paraná, composto por membros titulares e suplentes conforme segue:
Presidente
EVERALDO FRANCISCO TRABUCO
Vice-presidente
LOURIVAL GODOI
Secretário Geral
RODRIGO MATOZO DE MELO (Titular)
VAGNER JOSÉ FERNANDES ALMEIDA (Suplente)
Tesoureiro
JOÃO ALMEIDA ARAUJO (Titular)
ROSALINA CORREIA (Suplente)
Art.2- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3- Revogam-se as disposições em contrário

Laranjal/Pr, em 12 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:30B16B57

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2025
Procedimento Licitatório nº 138/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 19/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em

Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: A escolha da empresa: CHELOKEDO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 46.594.128/0001-21 Situada na Rua Jorge Czerniewicz, 590 Jaraguá do Sul, Santa Catarina neste ato representado pelo, Cristiano da Silva Ferreira inscrito no CPF nº 015.588.640-16 e RG 1085576138.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW BAILE DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA CHÊ LOKEDO PARA APRESENTAÇÃO NA FESTA DO 33º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL Á REALIZAR SE DIA 11/01/2026, COM DURAÇÃO DE 04:00 HRS DE APRESENTAÇÃO.
DATA DO CONTRATO: 31/10/2025
VIGÊNCIA: 90 dias
VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:36F3C1F7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 138/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a CONTRATAÇÃO DE SHOW BAILE DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA CHÊ LOKEDO PARA APRESENTAÇÃO NA FESTA DO 33º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL Á REALIZAR SE DIA 11/01/2026, COM DURAÇÃO DE 04:00 HRS DE APRESENTAÇÃO. Reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. no inciso II do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa CHELOKEDO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 46.594.128/0001-21 Situada na Rua Jorge Czerniewicz, 590 Jaraguá do Sul, Santa Catarina neste ato representado pelo, Cristiano da Silva Ferreira inscrito no CPF nº 015.588.640-16 e RG 1085576138. observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 31 de outubro de 2025

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:4B6B63F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 111/2025 ATESTADO RESPONSÁVEL

DECRETO Nº 111/2025

Institui e adere à Campanha "Atestado Responsável" no âmbito do Município de Laranjal e estabelece diretrizes para a emissão de atestados e declarações de comparecimento nas unidades de saúde municipais.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e orientar a emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento nas unidades de saúde do Município, visando a responsabilidade e a ética no seu fornecimento e utilização;
CONSIDERANDO a adesão à Campanha "Atestado Responsável", uma iniciativa do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (COSEMS-PR), em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA-PR) e o Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR);
CONSIDERANDO o objetivo da referida campanha de conscientizar a população sobre a correta utilização dos serviços de saúde e a emissão de documentos, bem como proteger os profissionais de saúde contra pressões indevidas e atos de violência;
CONSIDERANDO que a emissão ou utilização de atestado médico falso configura crime e infração ética, nos termos da legislação vigente, e a importância de coibir tais práticas;
CONSIDERANDO a autonomia do profissional médico na avaliação clínica do paciente para determinar a necessidade de afastamento de suas atividades laborais ou de outra natureza;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Laranjal, a adesão integral à Campanha "Atestado Responsável", com o objetivo de promover a conscientização sobre a emissão e o uso correto de atestados médicos e declarações de comparecimento.
Art. 2º A emissão de atestados médicos nas unidades de saúde do Município de Laranjal seguirá as seguintes diretrizes:
I - Atestados médicos para afastamento de atividades serão fornecidos exclusivamente para pacientes internados, em observação clínica ou quando, após avaliação do médico assistente, for constatada a real incapacidade para o trabalho ou outras atividades, conforme critérios clínicos.
II - Em casos de consulta sem internação, em que o quadro clínico do paciente não exija o afastamento de suas atividades laborais, poderá ser emitido atestado referente apenas ao período de permanência do paciente na unidade de saúde.
Art. 3º Fica estabelecida a distinção entre atestado médico e declaração de comparecimento:
I - O Atestado Médico é o documento que justifica a ausência do paciente de suas atividades por motivo de doença, sendo sua emissão de competência exclusiva do médico.
II - A Declaração de Comparecimento é o documento que comprova a presença do paciente na unidade de saúde para consulta ou procedimento, sem, contudo, justificar o afastamento de suas atividades. Esta poderá ser emitida por médico responsável pela unidade ou atendimento clínico.
Art. 4º Ao servidor público municipal que necessitar acompanhar cônjuge, pais ou filhos em procedimentos de saúde, será fornecida, pela unidade de atendimento, uma Declaração de Acompanhamento, que registrará o período de permanência no local.
§ 1º A Declaração de Acompanhamento destina-se a instruir o pedido de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme o **Art. 100 da Lei Municipal nº 11/1993** (Estatuto dos Servidores Públicos do Município).
§ 2º A efetivação da licença mencionada no parágrafo anterior fica condicionada à análise e parecer favorável da Assistência Social do Município, que verificará se a assistência direta do servidor é indispensável e não pode ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, nos termos do **caput do Art. 100 do referido Estatuto**.
Art. 5º Todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais estabelecimentos de saúde do Município deverão afixar, em local visível ao público, os materiais informativos da Campanha "Atestado Responsável".
Art. 6º A emissão de atestado médico gracioso ou falso, bem como sua utilização, sujeitará os responsáveis às sanções penais e éticas previstas em lei.
Art. 7º Atos de desacato ou violência contra profissionais de saúde que se recusarem a emitir atestados em desacordo com os critérios clínicos reais serão comunicados às autoridades competentes para a devida responsabilização.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal, estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kaian Carlos Baptistel
Código Identificador:15E841A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 109/2025 - VISITAS PEDAGÓGICAS

DECRETO Nº 109/2025 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: FIXA ATRIBUIÇÕES E O PROCESSO DE VISITAS DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJAL ÀS ESCOLAS DE REDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, Maycon Lopes Simioni, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN);
Considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): e o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, direitos e Orientações;
Considerando o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) vigente;
Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos pedagógicos para averiguação e melhoria na qualidade de ensino, visando o avanço da aprendizagem e da qualidade do trabalho profissional.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as atribuições, o processo de visitas e acompanhamento pedagógico às unidades escolares da equipe da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2°. As visitas pedagógicas e administrativas constituem o instrumento formal de acompanhamento, supervisão e apoio técnico-pedagógico às unidades escolares, cabendo à equipe da Secretaria Municipal de Educação, durante sua realização:

I - Verificar a aplicação das diretrizes curriculares da Rede Municipal e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade;
II - Orientar professores e equipe gestora quanto às práticas pedagógicas e rotinas administrativas;
III - Identificar as necessidades de formação continuada, recursos didáticos e eventuais adequações estruturais;
IV - Monitorar a execução dos planos de ação e programas educacionais vigentes..
Art. 3º. Fica instituída a " Ficha de Acompanhamento Semanal do Coordenador Pedagógico", constante no Anexo Único deste Decreto, como documento de registro obrigatório para todas as visitas de acompanhamento pedagógico e administrativo.
§ 1º. A Ficha deverá ser integralmente preenchida pelo servidor da Secretaria Municipal de Educação responsável pela visita, contendo o registro dos aspectos positivos, das necessidades identificadas, das orientações fornecidas e dos encaminhamentos definidos.
§ 2º. A Ficha deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelo servidor visitante e pelos professores ou gestores acompanhados, garantindo a ciência de todos os envolvidos sobre o seu teor.
Art. 4º. A visita e o acompanhamento pedagógico são a construção de um momento formativo, um encontro entre profissionais para análise e discussão da melhoria e qualidade do ensino e aprendizagem.
Art. 5º. Os objetivos da visita e acompanhamento pedagógicos são:
I - Conhecer mais detalhadamente a prática pedagógica da instituição de ensino;
II - Viabilizar ações conjuntas para melhoria da aprendizagem das crianças;
III - Levantar aspectos positivos de ações e intervenções pedagógicas realizadas em cada instituição de ensino;
IV- Aprimorar os conhecimentos didático-pedagógicos por todos os envolvidos no âmbito escolar;
V - Orientar sobre a organização do espaço escolar;
VI - Detectar as necessidades do aluno e trazer a solução necessária para superá-las, facilitando o processo de organização, de aprendizagem e de concentração, além de despertar a motivação em aprender;
VII - promover a integração dos profissionais da educação (professores, gestores, coordenadores escolares e profissionais da SME);
VIII - realizar levantamento quantitativo dos alunos matriculados e dos faltosos, instruindo a escola a acompanhar e monitorar, oportunizando troca de experiencia, reflexões, informações e conscientização destes e de seus responsáveis sobe a importância da presença assíduas nas aulas para melhoria do desenvolvimento acadêmico do aluno;
IX - Realizar, analisar e refletir as avaliações diagnósticas e formativas que são aplicadas na instituição de ensino, para proposição de ações ou estratégias para elevar a qualidade de ensino;
Art. 6º. As visitas pedagógicas serão planejadas de acordo com as seguintes condições:
Durante todo período letivo, sendo no mínimo uma vez ao mês;
Em todas as unidades de ensino pertencentes a rede municipal da educação:
As visitas ocorrerão por meio de um calendário pré-estabelecido;
Os gestores e coordenadores escolares devem estar disponíveis para acompanhamento da equipe da SME no dia da visita e acompanhamento pedagógico;
A duração da visita e acompanhamento pedagógico poderá ocorrer pelo tempo que se fizer necessário;
As datas estabelecidas para visita e acompanhamento pedagógico poderá sofrer alterações em casos excepcionais, que serão analisados e deferidos pela própria SME.
Art. 7º. O registro das visitas pedagógicas às unidades escolares será mediante a ficha de visita e acompanhamento, constante do anexo único deste decreto, datada e assinada pelos participantes.
Art. 8º. A equipe de Acompanhamento Escolar que integra a Secretaria Municipal de Educação de Laranjal é composta por Psicólogo(a), Equipe Pedagógica e Equipe de Suporte Técnico.
Art. 9º. São atribuições do Psicólogo:
I – Elaborar, organizar projetos, programas e mecanismos de acompanhamento, avaliação, controle e integração, que venham atender as necessidades detectadas nas unidades escolares e centros municipais de educação infantil;
II - Socializar e subsidiar e Equipe Pedagógica em projetos e programas elaborados com a SME;
III - visitar as Unidades Escolares e Centros Municipais de Educação Infantil, observando o desenvolvimento dos alunos, a atuação da equipe escolar, assim como a apresentação e organização do espaço físico;
IV – Propor e acompanhar os encaminhamentos metodológicos, quanto ao processo avaliativo;
V – Sugerir junto a SME estratégias de atuação na área pedagógica nas unidades escolar;
VI – Participar de grupos de estudos e reuniões quando solicitados pela SME;
VII - participar de cursos de aperfeiçoamento buscando novas propostas para a Secretaria e o Município;
VIII - subsidiar o Atendimento Educacional Especializado dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (superdotação);
IX - Acompanhar os atendimentos terapêuticos dos educandos quando necessário;
X - Realizar estudos para capacitação dos professores e Equipe Pedagógica que atendem alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (superdotação);
XI - analisar documentos emitindo pareceres;
XII - atender as denúncias orientando e esclarecendo dúvidas, buscando soluções adequadas;
XIII - participar e acompanhar ações intersetoriais que objetivem a garantia de inclusão e acessibilidade em todos os seus aspectos;
XIV - acompanhar o Atendimento Educacional Especializado, articulando com a proposta pedagógica do Ensino Regular;
XV - Exercer tarefas afins, inerentes à sua função, ou que sejam solicitadas pelos gestores educacionais;
Art. 10º. À Equipe Pedagógica, compete:
I - Coordenar as atividades da Secretaria Municipal de Educação, sendo ponte entre Secretaria de Educação, NRE, Escolas, Centros Municipais e os profissionais do setor;

II - Planejar e coordenar ações e recursos organizados para apoiar e suplementar o processo educativo em sala de ensino regular;
III - promover formação continuada para melhoria da qualificação e atualização dos profissionais da educação;
IV - Subsidiar o professor e a equipe pedagógica na elaboração do Planejamento, norteando as estratégias metodológicas para o processo de ensino aprendizagem;
V - Orientar os profissionais dos CMEIs quanto ao desenvolvimento da criança em suas diferentes fases, bem como orientar a estimulação nas diversas áreas;
VI – Articular e estimular a família para participar do processo escolar;
VII – Dinamizar e efetivar o encaminhamento para os serviços de atendimento nos órgãos competentes do Município;
VIII - promover ações complementares que objetivem melhoria da qualificação profissional da equipe técnica para desempenho da função;
IX – Visitar as escolas e CMEIs com os profissionais que se fizerem necessário, para orientação aos professores sobre o atendimento aos alunos e orientação aos mesmos;
X – Desenvolver e/ou colaborar, juntamente com a equipe técnica multiprofissional, projetos que visem a melhoria da educação nos diversos aspectos;
XI – participar nas atividades cívicas e de cunho pedagógico promovidas pela Secretaria de Educação;
XII – organizar reuniões com a equipe com objetivo de juntos avaliarem os trabalhos e redirecioná-los quando necessário;
XIII - definir indicadores para acompanhar a avaliar o desempenho das unidades educacionais e de gestão;
XIX – realiar ações de acompanhamento sistemático e difusão dos resultados dos processos de avaliação interna e externa da rede municipal de ensino;
XX – Atuar em equipe, cumprindo suas funções e colaborando com os demais.
Art. 11. O Suporte Técnico da Secretaria Municipal de Educação atua auxiliando em uma ampla gama de funções administrativas básicas, tendo como atribuições:
I - Promover a cultura de educação em Direitos Humanos e apresentar medidas de prevenção envolvidos no processo educacional;
II – Atender alunos, pais, professores, equipe administrativa e outros profissionais envolvidos no processo educacional;
III – Garantir o bom funcionamento das atividades administrativas;
IV – Manter ema boa relação com os profissionais envolvidos no processo educacional;
V - Auxiliar na promoção do uso de tecnologia da informação e comunicação para elevar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
VI – Zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares;
VII – Orientar e subsidiar as unidades escolares da rede, acerca da utilização de materiais;
VIII – Atualizar os registros de dados e informações sobre condições físicas e materiais da rede municipal, como ampliação, adequação e/ou construção de estruturas escolares;

IX – Acompanhar o diagnóstico das condições de infraestrutura das escolas e CMEIs da rede;
X – Planejar e coordenar a execução de atividades relacionadas a aquisições, licitações e contratos, conforme determinação da SME;
XI – Articular-se com as demais áreas de atuação da SME, a fim de atender as demandas e prestar suporte administrativo no âmbito de suas atribuições;
Art. 12. O trabalho de Equipe de Acompanhamento escolar é atribuição de todos os profissionais da SME, que devem atuar de forma integrada e articulada, sob a coordenação do Secretário(a) Municipal, de Educação;
Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela SME de Laranjal;
Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laranjal, 04 de novembro de 2025

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMANAL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO
Semana: ___ / ____ a /_____
Escola: _____
Coordenador(a): _____
1. DADOS DA TURMA
Turma / Ano: Número de Alunos: Turno:
( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Integral
Professor(a) Regente:
2. FOCO DO ACOMPANHAMENTO (Marcar o que se aplica)
( ) Planejamento ( ) Metodologia
( ) Avaliação ( ) Comportamento / Disciplina
( ) Participação dos alunos ( ) Recursos didáticos
( ) Intervenções pedagógicas ( ) Inclusão / Atendimento a alunos com NEE
( ) Outros:
_____
3. REGISTROS DA OBSERVAÇÃO
Aspectos positivos observados: Necessidades / dificuldades percebidas:

4. AÇÕES E INTERVENÇÕES DO COORDENADOR
Encaminhamentos realizados: Sugestões e orientações ao professor

5. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO FUTURO
• Nova visita agendada? ( ) Sim ( ) Não
• Data prevista:__ /___/_____
• Observações gerais:
_____

ASSINATURA DO PROFESSOR(A): _____
ASSINATURA DO PROFESSOR(A): _____
ASSINATURA DO PROFESSOR(A): _____
ASSINATURA DO PROFESSOR(A): _____
ASSINATURA DO PROFESSOR(A): _____

ASSINATURA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: _____

Publicado por:
Kaian Carlos Baptistel
Código Identificador:E5F83257

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 110/2025 - ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

DECRETO Nº 110/2025

Dispõe sobre o direito ao acesso, permanência com participação e da escolarização dos estudantes que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino comum.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, Maycon Lopes Simioni, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN);
Considerando o Decreto Federal nº 8.368. de 02/12/2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
Considerando a Deliberação n.º 02/03 de 02/06/03 que fixa normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.
Considerando as Orientações para participação dos estudantes na Prova Paraná 1ª edição – Secretaria de Estado da Educação–SEED e Diretoria de Educação–DEDUC**.**
Considerando a Lei Ordinária nº 6, de 2015, criou o Plano Municipal de Educação de Laranjal/PR para o decênio 2015-2024. Posteriormente, a Lei Municipal nº 20, de 2025, prorrogou a vigência

do plano. Este documento estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no município.
Considerando o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) vigente;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece normas para a Educação Especial da rede municipal de ensino, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação.
Art. 2º. São considerados público da Educação Especial e elegíveis ao serviço de AEE os estudantes identificados com uma ou mais das seguintes condições:
I- Deficiência: impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
II- Transtornos globais do desenvolvimento: quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras, incluindo-se nessa definição estudantes com transtorno do espectro autista (TEA);
III- Transtornos funcionais específicos: transtorno de aprendizagem (disgrafia, disortografia, dislexia, discalculia) ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros;
IV- Altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.
Art. 3.º. A comprovação das condições dispostas nos incisos I, II e III do Art. 2.º deste Decreto, depende de diagnósticos ou avaliação da deficiência.
§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II - Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III - A limitação no desempenho de atividades; e
IV - A restrição de participação.
§ 2º Na área de altas habilidades/superdotação é considerado elegível o estudante que apresenta diagnóstico psicológico dessa condição ou mediante protocolos institucionais e pedagógicos implementados nas redes de ensino.
Art. 4º. A Educação Especial, dever constitucional do Estado e da Família, é a modalidade que assegura o Atendimento Educacional Especializado, em caráter complementar ou suplementar, como parte integrante do processo educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação.
Art. 5º. São considerados serviços e apoios pedagógicos especializados os de caráter educacionais diversificados ofertados pela escola regular, para atender às necessidades educacionais especiais do aluno.
Art. 6º. Para a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser previstos e providos pela mantenedora, quando comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, os serviços de apoio por:
Professor com habilitação ou especialização em Educação Especial
Professor – intérprete
Professor itinerante
Professor de apoio permanente em sala de aula
Instrutor de Língua Brasileira de Sinais – Libras
Recursos técnicos, tecnológicos, físicos e materiais específicos
Salas de Recursos
Centros de Atendimento Especializado.
Art. 7º. Quando necessário, aos estudantes da Educação Especial poderá ser flexibilizada a avaliação, podendo o professor aplicador, no momento da aplicação da prova, viabilizar adequações nos enunciados das questões, mediando com explicações sucintas para melhor compreensão do estudante, considerando suas especificidades e possibilidades diante da avaliação.
Parágrafo único. Poderá ainda ser flexibilizado o tempo para realização de qualquer tipo de avaliação, sugerindo que a ampliação ocorra em até, no mínimo, em (30) trinta minutos, até, no máximo em (1) uma hora, com objetivo de buscar conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição de desigualdades de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.
Art. 8º. Para pessoa com Transtorno Espectro Autista-TEA e Deficiência Intelectual, respeitadas as suas especificidades, é considerado:
I - Informá-lo, antecipadamente, sobre a avaliação, esclarecendo como será a organização da escola;
II - No momento da avaliação, verbalizar as instruções com ordens claras e sequenciais, com explicações objetivas e linguagem de fácil entendimento;
III - Flexibilizar e, se necessário, adequar a realização das questões, como por exemplo, ampliando o tempo para a realização da avaliação, readequando as questões de forma curta, compreensível e sucinta, contudo sem interferir ou induzir na resposta do estudante;
IV – Flexibilizar a forma de resposta, permitindo respostas verbais ou uso de tecnologias assistivas, bem como um profissional para preencher o gabarito com as respostas do estudante;
V - Permitir a mediação do professor de Apoio Educacional Especializado, mas sem a interferência na resolução das questões, visto que este deve atuar somente como ledor ou transcritor do estudante.
Art. 9º. Para estudantes com Transtornos Funcionais Específicos:
I – Ampliação de tempo para realização da prova em até uma (1) hora;
II – Disponibilização de leitor ou transcritor durante a prova (mediação de um professor sem a interferência na resposta do estudante);
III – Readequação das questões de forma curta, compreensível e precisa, sem interferir ou induzir na resposta do estudante;
IV – Uso de recursos de apoio, como calculadoras ou dicionários;
V – Flexibilidade na forma de resposta, permitindo respostas verbais ou uso de tecnologias assistivas, bem como um profissional para preencher o gabarito com as respostas do estudante;
VI – Aplicação de provas em salas com menor número de estudantes;
VII – Ambiente tranquilo e com menos estímulos externos.
Art. 10. Para os estudantes com baixa visão:
I – As instituições de ensino possibilitarão as provas com caracteres ampliados e superampliados, de acordo com a demanda;
II – Se necessário, será permitida a utilização de recursos ópticos específicos: óculos, lupas, telelupas ou outros recursos de magnificação de imagem.
Art. 11. Para estudantes com cegueira:
I - Para estudantes em condições de cegueira, a instituição deverá propiciar um professor de apoio que trabalhe o sistema Braille de ensino.
Art. 12. Para estudantes em condições de surdo-cegueira:
I - A instituição de ensino deverá garantir a presença do guia-intérprete para mediar a comunicação e as orientações durante a execução da avaliação;
II - O guia-intérprete deverá propiciar a comunicação em Libras ou Libras Tátil, para interpretar e transliterar.
Art. 13. Ficam criadas algumas orientações para estudantes com deficiência física neuromotora:
I - O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa deverá melhorar a comunicação (fala) e atuar como transcritor do estudante, quando necessário.
Art. 14. Ficam disponibilizadas orientações para alunos com altas habilidades/superdotação:
I- Não necessitam de adaptação para execução das avaliações, salvo em casos nos quais apresentam comorbidades.
Art. 15. Ficam adotadas orientações para estudantes surdos:
I - Os estudantes surdos terão o apoio do tradutor/intérprete de Libras-Língua Portuguesa;
II - Os estudantes que possuem implante coclear, poderão participar da avaliação como os demais estudantes, salvo os que fazem uso de Libras, os quais deverão ser acompanhados pelo tradutor/ intérprete de Libras- Língua Portuguesa;
III - Será concedido tempo adicional de, no mínimo, (30) trinta minutos, e, no máximo, (1) uma hora, para realização da avaliação,

devido à tradução e interpretação dos enunciados pelo tradutor/intérprete de Libras – Língua Portuguesa.
Art. 16. Para os estudantes atendidos pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar (SAREH):
I – Para o SAREH/Hospitalar a SME deverá orientar as instituições de ensino de origem dos estudantes afastados a fornecerem os instrumentos de avaliação para o(a) professor(a) mediador(a);
II – Para o SAREH/Hospitalar a SME deverá orientar as instituições de ensino de origem dos estudantes internados nas Unidades de Saúde a fornecerem os instrumentos de avaliação para os(as) pedagogos(as) que compõem a Equipe do SAREH/Hospitalar.
Art. 17. Identificada a necessidade ao estudante de um serviço de apoio, ter um espaço específico e individualizado para realização da avaliação, orienta-se que seja utilizada a Sala de Recursos Multifuncionais, ou que a instituição disponibilize uma sala adequada à necessidade do estudante, priorizando sua participação efetiva nesse momento de avaliação.
Art. 18. Em caso de dúvida, a direção da instituição de ensino deverá contatar o responsável pela Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal - PR, 04 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kaian Carlos Baptistel
Código Identificador:A884CEF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 491/2025

MUNICÍPIO DE LARANJAL – PARANÁ
PORTARIA Nº 491/2025

Dispõe sobre a extinção do convênio da Portaria nº 77/2025, de 16 de janeiro de 2025, que concedeu a cessão do servidor Lincon Cesar Godoy de Lima.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido do servidor para encerrar a cessão mencionada,
RESOLVE:
Art. 1º Fica extinto o convênio da Portaria nº **77/2025**, de **16 de janeiro de 2025**, que concedeu a cessão do servidor **Lincon Cesar Godoy de Lima**, matrícula nº **2901**, para outro município.
Art. 2º O servidor deverá **retomar o exercício de suas atividades normais** junto ao Município de Pontal do Paraná – PR, a partir de **10 de novembro de 2025**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo há 10 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal – PR, aos 12 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:B0968796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 493/2025

Portaria N°493/2025

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1° - Fica concedido 10 (dez) dias de Férias legais ao servidor Marcos Vinicius Poleto, ocupante do cargo efetivo – Auxiliar Administrativo, na matricula nº 10011, ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 12 à 21 de novembro de 2025.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:D17C7190

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 494/2025

PORTARIA Nº 494/2025

Designa membros para compor o Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC do Município de Laranjal, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 106/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, para um mandato de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Portaria:
I - Representantes do Patrocinador (Município de Laranjal):
a) **Patrícia Reis Dutra**, ocupante do cargo de Servidora Pública Lotada no Departamento de Recursos Humanos e Pessoal, Matrícula nº 8431, que exercerá a função de **Presidente**;
b) **Adriana Collito**, ocupante do cargo de Servidora pública, contadora, lotada na Secretaria de Finanças e Orçamento do Município de Laranjal, Matrícula nº 9931, na qualidade de membro titular.
II - Representantes dos Participantes e Assistidos:
a) **Felipe Augusto Ramos Dias**, ocupante do cargo de Procurador do Fundo da Previdência Municipal de Laranjal, Matrícula nº 2849000, na qualidade de membro titular;
b) **Ana Paula Burey**, ocupante do cargo de Contadora do Fundo de Previdência Municipal de Laranjal, Matrícula nº 24-1, na qualidade de membro titular.
Art. 2º A função de membro do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC é considerada serviço público relevante e não será remunerada, em conformidade com o Art. 4º, § 6º do Decreto Municipal nº 106/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, em 12 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:FC83D1A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 494/2025 - COMITÊ DE ASSESSORAMENTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 494/2025

Designa membros para compor o Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC do Município de Laranjal, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 106/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC, para um mandato de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Portaria:

I - Representantes do Patrocinador (Município de Laranjal):

a) **Patrícia Reis Dutra**, ocupante do cargo de Servidora Pública Lotada no Departamento de Recursos Humanos e Pessoal, Matrícula nº 8431, que exercerá a função de **Presidente**;

b) **Adriana Collito**, ocupante do cargo de Servidora pública, contadora, lotada na Secretaria de Finanças e Orçamento do Município de Laranjal, Matrícula nº 9931, na qualidade de membro titular.

II - Representantes dos Participantes e Assistidos:

a) **Felipe Augusto Ramos Dias**, ocupante do cargo de Procurador do Fundo da Previdência Municipal de Laranjal, Matrícula nº 2849000, na qualidade de membro titular;

b) **Ana Paula Burey**, ocupante do cargo de Contadora do Fundo de Previdência Municipal de Laranjal, Matrícula nº 24-1, na qualidade de membro titular.

Art. 2º A função de membro do Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar - CAPC é considerada serviço público relevante e não será remunerada, em conformidade com o Art. 4º, § 6º do Decreto Municipal nº 106/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, em 12 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kaian Carlos Baptistel
Código Identificador:850D8272

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ANÁLISE DAS AMOSTRAS PE 102/2025 - PML

AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS
Pregão Eletrônico nº 102/2025-PML

OBJETO: Registro de Preço visando contratação de empresa especializada em locação de estruturas metálicas com iluminação, prestação de serviço, instalação com manutenção e aquisição, durante o período festivos de 2025/2026, incluindo todos os materiais necessários. Os serviços incluem, locação com montagem, instalação, manutenção e desmontagem com a retirada dos produtos locados no Município de Loanda - Secretaria de Industria e Comércio do Município de Loanda-Pr

Aos 12 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 8:30 horas, se reuniram o Secretário Municipal e sua equipe de trabalho - servidores da Secretaria de indústria e Comercio, conforme disposto no edital, na sede da Prefeitura Municipal de Loanda, que tiveram como responsabilidade avaliar as amostras dos produtos solicitados por meio do Pregão Eletrônico n° 102/2025 da empresa **W'DME Materiais Elétricos Ltda.**
As amostras foram avaliadas quanto aos requisitos de estrutura, qualidade, durabilidade, iluminação, e sua compatibilidade com as especificações estabelecidas no Edital.

Conclui-se que:
Os item foram APROVADOS pelo Secretário Municipal de Industria e Comercio pelas seguintes justificativas:
A avaliação de amostras é uma das alternativas de que dispõe o gestor público para assegurar a eficácia da contratação, tendo como objetivo verificar a qualidade do produto ofertado aos requisitos de qualidade da estrutura, materiais utilizados, iluminação eficiente.
Conclui-se, que os produtos estão aptos a garantir a eficácia da contratação, uma vez que atendem a todos os requisitos solicitados.
Pelas razões expostas e conclusões expostas decide esta comissão pela APROVAÇÃO dos produtos da contratação do pregão 102/25.

Loanda, 12 de novembro de 2025.

EDSON BONETTI
Secretário Municipal de Industria e Comercio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:862EF812

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 012/2025-PML
PROCESSO Nº. 153/2025-PML

O Município de Loanda, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.972.074/0001-51, comunica aos interessados que está procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para fins de Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços complementares em exames e consultas de cardiologia, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, a partir do dia **19/11/2025** até o dia **10/12/2025**, no horário: 08h00min às 11h:30min e das 13h00min às 17h30min, no setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Loanda, sito na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória, Loanda - PR – CEP 87.900-000.

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou no site do município http://loanda.pr.gov.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda-Pr, 12 de novembro de 2.025.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D3C05802

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 013/2025-PML
PROCESSO Nº. 155/2025-PML

O Município de Loanda, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.972.074/0001-51, comunica aos interessados que está procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para fins de Credenciamento de pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Gerais Saúde para Limpeza Hospitalar, conforme cargo do Município, de forma complementar, pelos valores e serviços fixados abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, do município de Loanda-PR.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, a partir do dia **19/11/2025** até o dia **05/12/2025**, no horário: 08h00min às 11h:30min e das 13h00min às 17h30min, no setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Loanda, sito na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória, Loanda - PR – CEP 87.900-000.

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou no site do município http://loanda.pr.gov.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda-Pr, 12 de novembro de 2.025.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:58AEF55D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 014/2025-PML
PROCESSO Nº. 183/2025-PML

O Município de Loanda, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.972.074/0001-51, comunica aos interessados que está procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para fins de Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços técnicos especializados de gestão de projetos executivos e complementares na metodologia Building Information Modeling, além de memoriais descritivos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros, com hora técnica especializada e emissão de anotação de responsabilidade técnica (ART), bem como disponibilização temporária de licença de software inteligente para gestão, fiscalização e análise de projetos de engenharia e arquitetura, para atendimento aos programas, convênios e às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, do Município de Loanda-Pr, do Município de Loanda-Pr, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, a partir do dia **19/11/2025** até o dia **09/12/2025**, no horário: 08h00min às 11h:30min e das 13h00min às 17h30min, no setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Loanda, sito na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória, Loanda - PR – CEP 87.900-000.

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou no site do município http://loanda.pr.gov.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda-Pr, 12 de novembro de 2.025.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D0798997

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 015/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 015/2025-PML
PROCESSO Nº. 184/2025-PML

O Município de Loanda, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.972.074/0001-51, comunica aos interessados que está procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para fins de Credenciamento de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de Endoscopia Digestiva, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, a partir do dia **19/11/2025** até o dia **05/12/2025**, no horário: 08h00min às 11h:30min e das 13h00min às 17h30min, no setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Loanda, sito na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória, Loanda - PR – CEP 87.900-000.

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou no site do município http://loanda.pr.gov.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda-Pr, 12 de novembro de 2.025.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:EA1C5554

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025-PML
PROCESSO Nº. 193/2025-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Prços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de segurança e controle de acesso desarmado, de forma eventual e sob demanda, para atuação em eventos oficiais, festividades, feiras, competições esportivas, conferências, reuniões públicas e demais atividades promovidas pelo Município, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Serviços Urbanos, Agricultura, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Habitação, Indústria e Comércio, Esportes, Lazer e Turismo, Meio Ambiente, Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente Edital.

ABERTURA: às 09:00 do dia 02 de dezembro de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 810.200,00 (oitocentos e dez mil e duzentos reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 11 de novembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D8E3E09F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 092/2025 - PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de tubos de concreto, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Planejamento, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **TUBOPAV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº11.795.350/0001-08, vencedora dos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, perfazendo o valor global de R$774.255,00(setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais).
· **CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº03.436.676/0001-10, vencedora do Item 10, perfazendo o valor global de R$445.500,00(quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).
· **DEPOSITO XV DE NOVEMBRO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº84.992.155/0001-41, vencedora do Item 11, perfazendo o valor global de R$218.250,00(duzentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta reais).

Loanda, 12 de novembro de 2.025

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B9EE561F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 771/2025

PORTARIA Nº.771/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora GABRIELE CRISTINA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 967082, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 06/11/2025 a 15/11/2025, com retorno ao trabalho em 16/11/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:7A474B5D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 772/2025

PORTARIA Nº. 772/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora PATRICIA FERNANDA DOS SANTOS VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE, matrícula n° 966903, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 11/11/2025 a 26/11/2025, devendo retornar ao trabalho em 27/11/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:8EA2CD6F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 773/2025

PORTARIA Nº. 773/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Conceder aos servidores abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº 003/92, conforme segue:

Matricula	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
966955	Aparecida de Fatima Lima Avanzi	Agente de Combate Endemias	03/08/2023 a 02/08/2024	15/12/2025 a 13/01/2026
966497	Cristiane Heloisa da Silva Araujo	Servente	20/10/2022 a 19/10/2023	01/12/2025 a 30/12/2025
966948	Josiane Gomes dos Reis	Agente Comunitário de Saúde	04/07/2024 a 03/07/2025	01/12/2025 a 30/12/2025
945951	Maria de Fátima de Souza	Auxiliar de Enfermagem Diurno	06/12/2023 a 05/12/2024	08/12/2025 a 06/01/2026
966169	Mariza Kayoko Hattori	Enfermeiro	05/01/2024 a 04/01/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
102601	Rotinberg D. de Oliveira	Agente de Combate Endemias	13/11/2024 a 12/11/2025	08/12/2025 a 06/01/2026
965951	Solange Luzia Bezerra	Dentista - PSF	01/10/2024 a 30/09/2025	01/12/2025 a 30/12/2025

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:983B3CB1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 774/2025

PORTARIA Nº. 774/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Revogar, 20 (vinte) dias de descanso de 10/11/2025 a 29/11/2025, referente as férias concedidas ao servidor ANTONIO VINICIUS NUNES MORETTO, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL. CC.2 - SEIC matricula nº. 967144, concedida através da Portaria nº 714/2025 de 22/10/2025, ficando o usufruto dos dias das férias, para nova data oportuna.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:6790FCCB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 192/2025

DECRETO Nº. 192/2025

SÚMULA: Atualiza a base de cálculo dos tributos para pagamento após o vencimento das obrigações tributárias.

***JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES**, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente as previstas no artigo 62 inciso II da Lei Complementar Municipal nº. 014/2009, Código Tributário Municipal;*
DECRETA:
Art. 1º. Fica estabelecido, conforme previsto no artigo 62 inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 014/2009, a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor, INPC relativo ao mês de **OUTUBRO/2025,** para fins de atualização monetária dos créditos tributários para pagamento após o vencimento:

ANO	MÊS	NUMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO PERCENTUAL
2025	OUTUBRO	7552,23	0,03

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:EF89A0FB

SOPREMU - SOCIEDADE PREVIDENCIARIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 010/2025 - SOP

PORTARIA Nº 010/2025 - SOP

IVO MOREIRA DOS SANTOS, Diretor Presidente da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica atribuído à servidora **EDIRLENE RODRIGUES MILHARESI**, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Advogada junto à SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, matrícula nº 15031, o percentual de 30% (trinta por cento) do seu vencimento básico, a título de gratificação por encargo especial, nos termos da letra "a", do inciso I, do parágrafo 4º, do artigo 70, da Lei nº 003/92, para responder pela GESTÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme nomeação como Gestora de Recursos, através do Decreto 209/2024.

Artigo 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro de 2025.

Sede da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, aos 12 (doze) dias de novembro de 2025.

IVO MOREIRA DOS SANTOS
Diretor Presidente

Publicado por:
Luiz Fernando Navasconi
Código Identificador:855088C8

SOPREMU - SOCIEDADE PREVIDENCIARIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 011/2025 - SOP

PORTARIA Nº 011/2025 - SOP

IVO MOREIRA DOS SANTOS, Diretor Presidente da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica atribuído ao servidor **ANDERLEY APARECIDO REQUENA**, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de Contador junto à SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, matricula funcional nº 18991, o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do seu vencimento básico, a título de Função Gratificada, nos termos do artigo 4º, da Lei Complementar nº 004/2007, para responder como CHEFE DA UNIDADE SECCIONAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - SOPREMU.

Artigo 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro 2025.

Sede da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, aos 12 (doze) dias de novembro de 2025.

IVO MOREIRA DOS SANTOS
Diretor Presidente

Publicado por:
Luiz Fernando Navasconi
Código Identificador:19DEBA66

SOPREMU - SOCIEDADE PREVIDENCIARIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 012/2025 - SOP

PORTARIA Nº 012/2025 - SOP

IVO MOREIRA DOS SANTOS, Diretor Presidente da SOPREMU- Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica atribuído ao servidor **LUIS FERNANDO NAVASCONI**, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de Gerente de Pessoal, junto à SOPREMU-Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, matricula funcional nº 14901, o percentual de 30% (trinta por cento) do seu vencimento básico, a título de

gratificação por encargo especial, nos termos da letra "a", do inciso I, do parágrafo 4º, do artigo 70, da Lei nº 003/92, para responder como: RESPONSÁVEL PELA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV, pelo GESCON/GERID, e como TESOUREIRO da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda.
Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro de 2025.

Sede da SOPREMU - Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2025.

IVO MOREIRA DOS SANTOS
Diretor Presidente

Publicado por:
Luiz Fernando Navasconi
Código Identificador:143A1AC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO (COM NOVA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO VIRTUAL) - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025

A Diretora-Presidente do **Instituto de Seguridade Social do Município de Lobato – LOBATOPREV**, **Flávia Regina Gonçalves**, designada pelo **Decreto Municipal nº 05/2025**, de 6 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei e em conformidade com a legislação vigente, **torna público o adiamento da abertura da Sessão Virtual** referente ao **Processo Administrativo nº 2/2025 – Pregão Eletrônico nº 1/2025**, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE USO ONEROSA DE UM BEM IMÓVEL PÚBLICO (ÁREA DE 234,20 M²), PERTENCENTE AO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LOBATO – LOBATOPREV, SITUADO NA ESQUINA DA RUA ANTÔNIO COLETTO COM A RUA JOAQUIM NABUCO, CENTRO, CEP 86790-000, MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ.**
O adiamento ocorre **por conveniência administrativa e interesse público**, ficando estabelecido o seguinte **novo cronograma**:

• **Nova data de abertura da sessão virtual: 12 de dezembro de 2025**
• **Horário:** 09h00 (horário de Brasília – DF)
• **Data e horário limite para encaminhamento das propostas: até às 08h20 do dia 12 de dezembro de 2025, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**
• **Nova data para impugnações ao edital e pedidos de esclarecimentos: até 09 de dezembro de 2025, às 00h00.**

As demais condições do edital permanecem **inalteradas**.
Local: www.bnccompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".

Lobato/PR., 12 de novembro de 2025.

FLÁVIA REGINA GONÇALVES
Diretora Presidente
Decreto Nº 05/2025, 06 de Janeiro de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:5A3E4109

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 358/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização dos valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
I - CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 841/2002, que instituiu a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP;
II - CONSIDERANDO que a referida lei prevê a atualização anual dos valores da contribuição, conforme o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica incidente sobre a iluminação pública;
III - CONSIDERANDO a comunicação oficial da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, por meio do ofício DGCP/VRPPB/037/2025 (e-protocolo 24.532.582-7), datado de 11 de agosto de 2025;
IV - CONSIDERANDO que o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica para iluminação pública, fixado pela Resolução ANEEL nº 3.472 de 24 de junho de 2025, foi de 1,97% (um vírgula noventa e sete por cento);

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam atualizados em **1,97% (um vírgula noventa e sete por cento)** os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP no município de Lobato, Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

Art. 2º - O percentual de atualização de que trata o artigo anterior está em conformidade com o reajuste da tarifa de energia elétrica para iluminação pública, conforme Resolução da ANEEL nº 3.472/2025.

Art. 3º - Os novos valores, resultantes da atualização monetária, passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Lobato, em 12 de novembro , de 2025.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:D45FB052

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 359/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025. ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito dos órgãos do poder executivo municipal, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e;

I - **CONSIDERANDO** a necessidade de atendimento e manutenção do equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, na forma estabelecida no art. 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal, como condição básica para a regularidade da gestão fiscal;
II - **CONSIDERANDO** o disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que preconiza sobre a limitação de empenho e movimentação financeira, quando constatado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;

III - **CONSIDERANDO** que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal Nº 101/2000), exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos com austeridade, controle e moralidade, conforme disposto no art. 9º;
IV - **CONSIDERANDO** a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2025, constantes da Lei nº 1.552/2024-E, de 25 de junho de 2024 – LOA 2025, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;
V - **CONSIDERANDO** que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, tal como dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal;
VI - **CONSIDERANDO** as frustrações de arrecadação constatadas no 1.º semestre do exercício de 2025, o que denota a existência de sinais de crise na economia nacional, em especial, considerando a notável e significativa queda na arrecadação dos municípios, tanto devido a fatores econômicos, como a circulação de riquezas (ICMS), quanto à diminuição nos repasses constitucionais por parte dos entes federativos (FPM);
VII – **CONSIDERANDO** o aumento substancial dos custos operacionais da administração municipal, condizente com a real inflação observada no cenário atual;
VIII - **CONSIDERANDO** que as transferências involuntárias de responsabilidades econômicas dos entes federativos - Estado e União - para os municípios, incluindo o transporte escolar, merenda escolar, SAMU, entre outros, sem a correspondente contrapartida financeira adequada;
IX – **CONSIDERANDO** a implementação de políticas econômicas nacionais sem recursos financeiros suficientes ou com transferências desproporcionais, como o Piso Nacional do Magistério, o Piso Nacional das Agentes Comunitárias de Saúde, o Piso Nacional da Enfermagem, entre outros.
X - **CONSIDERANDO** que o cenário apresenta um risco já evidente de déficit nas contas públicas municipais, colocando as autoridades locais em estado de alerta e exigindo a adoção de medidas preventivas e corretivas para cumprir a legislação de responsabilidade fiscal, com todas as responsabilidades pessoais e institucionais dela decorrentes;

D E C R E T A:

Art. 1.º - Para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira, fica o Poder Executivo Municipal, e aos órgãos da Administração Direta autorizados a limitar empenhos e a contingenciar no mínimo 10% (dez por cento) da despesa orçada as seguintes:
I - Horas extras;
II - Despesas com diárias, viagens e cursos;
III - Despesas a título de ajuda de custo;
IV - Despesas com locação de mão de obra;
V - Despesas com locação de veículos;
VI - Despesas com combustíveis para a frota de veículos;
VII - Transferências voluntárias a instituições privadas;
VIII - Outras despesas de custeio;
IX - Despesas com obras e instalações, desde que ainda não iniciadas, exceto as obras a serem realizadas através de recursos vinculados;
X - Equipamentos e material permanente;
XI - Despesas com contratações de pessoal e criação de cargos, emprego ou função;
XII - Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XIII - Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes;
XIV - material de distribuição gratuita, exceto as destinadas às obrigações constitucionais e aos programas sociais.
Parágrafo único. Para fins de limitação de empenhos e movimentação financeira, fica limitado ao valor da arrecadação.

Art. 2.º - Preservar-se da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas a:
I - pessoal e encargos sociais;
II - benefícios previdenciários;
III - amortização, juros e encargos da dívida;
IV - PASEP;
V - pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
VI - conservação do patrimônio público, conforme disposto no artigo 45 da Lei Complementar 101/2000;
VII - despesas decorrentes de obrigações constitucionais, de 25% (vinte e cinco por cento) fixado pelo art. 212, da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino e o limite de 15% (quinze por cento) fixado pelo art. 77, do ato das disposições constitucionais transitórias, em ações e serviços públicos de saúde;
VIII - emendas impositivas destinadas à saúde e outras despesas de caráter obrigatório, bem como aquelas cujas fontes de recursos que apresentem disponibilidade financeira e a execução da despesa e a utilização do recurso devam ocorrer dentro do exercício;
IX - demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

Art. 3.º - Conforme disposições do art. 1.º deste Decreto, ficam limitadas a emissão de empenhos e a movimentação financeira, nas ações abaixo relacionadas:
I - Concessão de diárias, que se dará somente com autorização do Prefeito Municipal, no período de limitação de empenho;
II - Suspensão da execução de horas extras, exceto as absolutamente necessárias e autorizadas pelo Prefeito Municipal, com base em análise de justificativa apresentada pelo solicitante;
III - suspensão de novos contratos de gestão, exceto contratos de gestão com recursos vinculados;
IV - Redução de despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, sendo que as ordens de compra deverão ser autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal;
V - Redução de aquisição de material permanente, exceto casos de extrema necessidade, devidamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;
VI - Redução de auxílios em Geral, exceto casos Judiciais;
VII - redução de ligações telefônicas, consumo de água, energia elétrica e correios;
VIII - suspensão de eventos e festividades culturais e esportivas e recreativas, exceto os contratos já firmados e ou autorizados pelo Prefeito Municipal;
IX – Redução das despesas com material de expediente ao mínimo indispensável;
X - Redução de viagens com ônibus e veículos de propriedade de município, exceto transporte escolar e as autorizadas pelo Prefeito Municipal;
XI - fica vetado o uso da frota de veículos e máquinas do município nos finais de semana e dias considerados feriados, bem como, sua utilização após horário normal de expediente ressalvando os casos de necessidade e/ou situação de emergência, devidamente autorizados pelo Prefeito Municipal;
XII - ficam canceladas imediatamente atividades que não são de caráter emergencial e de necessidade pública;
XIII - ficam suspensos de forma temporária:
a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de educação, saúde e obras previamente contratadas e situações emergenciais;
b) ficam suspensas por tempo indeterminado novas nomeações de servidores de cargo em comissão, contratados, convocações para regime especial e contratação de estagiários, ressalvados as situações de necessidade excepcional prévia e autorizadas pelo Prefeito Municipal;
c) novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para Órgão Federais, Estaduais ou Municipais;
d) concessão de novas gratificações funcionais;
e) fica suspensa a concessão de licença prêmio convertida em pecúnia com a remuneração do cargo efetivo;
f) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeação para substituição;
g) concessão de férias que importem em conversão pecúnia.
§1.º - Em caso de necessidade serão tomadas outras medidas que se fizerem necessárias para redução com despesa de pessoal.
§2.º - Os Secretários Municipais são responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto.
§3.º - As unidades Orçamentárias e Administrativas de cada órgão competente adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários a redução das despesas.

§4.º - Em casos de extrema urgência e necessidade as despesas previstas no art. 1.º deste Decreto poderão ser autorizadas pelo Prefeito Municipal com a devida justificativa plausível dos Secretários.

Art. 4.º - Determina-se proibição de compras em todas as Secretarias, ressaltando que as despesas de caráter emergenciais estarão vinculadas à autorização do Prefeito Municipal. ***Parágrafo único.*** Toda despesa realizada, a partir desta data, por parte dos Secretários ou qualquer servidor, sem autorização, importará na sua responsabilização, correspondente ao seu pagamento.

Art. 5.º - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observância e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, restando, sob a responsabilidade dos mesmos, a adoção de medidas necessárias à sua implementação. ***Parágrafo único.*** Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 6.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial o Decreto nº 182/2024, de 11 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito, em Lobato, Estado do Paraná, aos 12 de novembro de 2025.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:4C184157

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 360/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS VINCULADAS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre a redução do horário de funcionamento das repartições públicas vinculadas ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR**, no uso de suas atribuições legais, em especial, com amparo no contido no artigo 65, IX da Lei Orgânica e,

I - **CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar as atividades administrativas nas repartições públicas ao período que antecede o encerramento do exercício financeiro vigente;
II - **CONSIDERANDO** que não haverá alteração nos serviços prestados à população e que os serviços essenciais serão mantidos, ou seja, os serviços públicos administrativos estão sendo oferecidos sem prejuízo à população no turno único, no comprometendo com isso a continuidade do mesmo, tornando-se proveitosa a redução dos custos;
III - **CONSIDERANDO** que outros órgãos da administração pública em geral, declaram recesso em suas atividades, impossibilitando a total consecução dos serviços públicos;
IV - **CONSIDERANDO** que com a redução do horário de funcionamento haverá corte de gastos como água, luz, telefone, combustível dentre outros custos operacionais diretos e indiretos;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o horário de funcionamento das repartições públicas administrativas da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, a partir de **24 de novembro até o dia 02 de janeiro de 2026**, prorrogável conforme oportunidade e conveniência da administração.
§ 1º - O horário de expediente será de 06 (seis) horas e deverá ser realizado de forma ininterrupta, das **07h às 13h, de segunda a sexta-feira**.
§ 2º - Não haverá redução no vencimento dos servidores em decorrência da medida prevista no *caput*.
§ 3º - Ficam mantidos todos os serviços declarados de natureza essencial e que não possam sofrer solução de continuidade no atendimento à população, que deverão funcionar sob regime de plantão ou escala reduzida, a critério dos Secretários Municipais das respectivas pastas administrativas, em especial, as atividades e/ou serviços públicos prestados à coletividade junto às unidades de saúde e limpeza urbana (coleta de lixo).
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica:
I - à Secretaria de Educação, que seguirá o Calendário Escolar;
II - aos serviços essenciais prestados pela Secretaria de Assistência Social, especialmente quanto ao CRAS, que poderá, a critério da Administração Pública, trabalhar em esquema de plantão.

Art. 2º - Durante a vigência deste Decreto poder haver convocação aos servidores para cumprir a jornada normal de trabalho, nos termos estabelecidos em lei para cada cargo, conforme a necessidade de cada Secretaria e devidamente autorizado pelo(a) Gestor(a) da Pasta.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Lobato, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:450AF5F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2025 - LEILÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025 - MAIOR LANCE

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO, PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.575/2025-E, DE 08 DE ABRIL DE 2025.

PROCESSO ADMISTRATIVO: 81/2025
MODALIDADE LEILÃO ELETRÔNICO: nº 1/2025.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: 10 de dezembro de 2025 às 08h30min.
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia 10 de dezembro de 2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR LANCE.
LOCAL: www.bllcompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".
TEMPO DE DISPUTA PARA ENVIO DE LANCES PÚBLICOS E SUCESSIVOS: 04 (QUATRO) HORAS.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 116/2023, de 12 de julho de 2023, Decreto Estadual nº 10.086/2022 de 17 de janeiro de 2022, Lei Municipal nº 1.575/2025-E, de 08 de abril de 2025 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie.
SETOR DEMANDANTE: CHEFE DE GABINETE
Os valores mínimos iniciais estabelecidos para cada imóvel, se encontram definidos no Termo de Referência (anexo 01), conforme decisão da comissão especial de avaliação, constituída pela Portaria nº 323/2025, de 24 de setembro de 2025.

***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**

O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico

https://www.lobato.pr.gov.br/ - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bll.org.br.**

Lobato/PR, 12 de novembro de 2025.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Leiloeira Oficial Do Município De Lobato/PR
Portaria Nº 175/2025, De 05 De Maio De 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:7DCE2F8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025 DISPENSA ELETRONICA Nº 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro, Município de Lobato, Estado do Paraná, Cep. 86790-000.

CONTRATADA: GLOBALBID COMERCIO E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica com sede na RUA CONDE AFONSO CELSO, nº 1129, Bairro: JARDIM SUMARE CEP. 14.025-040, município de RIBEIRÃO PRETO, Estado SÃO PAULO, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **59.495.996/0001-04**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA USO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO LOBATO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES, conforme proposta da licitante vencedora vinculada ao edital de Dispensa Eletrônica n.º 27/2025.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
06.003	MANUTENÇÃO PROGRAMA PAB FIXO - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.301.0014.2.077.4.4.90.52.00.00.00.00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.244.0002.2.122.4.4.90.52.00.00.00.00

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 de novembro de 2025 até 12 de novembro de 2026.

VALOR GLOBAL: R$ 3.140,00 (três mil, cento e quarenta reais).

FORO: COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.

Lobato, 12 de novembro de 2025.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:D6B2F0E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025 DISPENSA ELETRONICA Nº 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro, Município de Lobato, Estado do Paraná, CEP. 86790-000.

CONTRATADA: EMPORIO DAS LICITAÇÕES COMERCIO LTDA pessoa jurídica com sede na AV. JACOB MACANHAN, nº 481, Bairro: CENTRO CEP. 83.324-510, município de PINHAIS, Estado PARANÁ, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº **41.087.715/0001-00**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA USO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO LOBATO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES, conforme proposta da licitante vencedora vinculada ao edital de Dispensa Eletrônica n.º 27/2025.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
06.003	MANUTENÇÃO PROGRAMA PAB FIXO - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.301.0014.2.077.4.4.90.52.00.00.00.00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.244.0002.2.122.4.4.90.52.00.00.00.00

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 de novembro de 2025 até 12 de novembro de 2026.

VALOR GLOBAL: R$ 6.796,00 (seis mil, setecentos e noventa e seis reais).

FORO: COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.

Lobato, 12 de novembro de 2025.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:0F28FF1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 59/2025

Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	DISPENSA ELETRÔNICA	
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Nr.: 27/2025**	
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Processo Adm.:**	**59/2025**
	Data do Processo:	**18/08/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	59/2025
b) Nr. Licitação:	27/2025 - DE
c) Modalidade:	Dispensa eletrônica
d) Data de Homologação:	11/11/2025
e) Objeto da Licitação:	*AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA USO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO LOBATO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES*

Participante: EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (41.087.715/0001-00)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TABLETS	4,000	UNID	1.699,00	6.796,00
			Total do Participante:		**6.796,00**
Participante: GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA (59.495.996/0001-04)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	TABLETS	2,000	UNID	1.570,00	3.140,00
			Total do Participante:		**3.140,00**
			Total Geral:		**9.936,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO PROGRAMA PAB FIXO	06.003.10.301.0014.2077.4.4.90.52.00	R$ 6.909,12
Piso Paranaense - PPAS 1	07.004.08.244.0002.2122.4.4.90.52.00	R$ 4.032,98

Lobato, 11/11/2025

FABIO CHICAROLI
Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:5E6674B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO VENCEDORES DO PROCESSO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025.

VENCEDORES DO PROCESSO				
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2025.				
Processo Administrativo Nº 59/2025.				
Tipo: AQUISIÇÃO				
CONDUTOR: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO				
Data de Publicação: 19/08/2025 08:41:01				
TOTAL DO PROCESSO: **9.936,00**				
EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA			**41.087.715/0001-00**	**6.796,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 153	Lance: 1.699,00	**Total: 6.796,00**
Item: 1	Unidade: Unidades	Marca: VAIO	Modelo: TL10	
Descrição: TABLETSTABLETS PARA USO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - TABLET COM CONFIGURACOES MINIMAS, MEMORIA DE 128GB DE ARMAZENAMENTO, 8GB DE MEMORIA RAM, TELA IMERSIVA DE 10.4â? 2K OFERECENDO MAIS PIXELS POR POLEGADA NA TELA, BATERIA DE 7000 MAH, TECLADO MAGNETICO COM CONECTOR INTELIGENTE, PODE SER UTILIZADO COM CANETAS MODELO CAPACITIVAS PASSIVAS, QUE SIMULAM O TOQUE HUMANO, SISTEMA ANDROID, BLUETOOTH, WI-FI. NO MOMENTO DA ENTREGA, O APARELHO DEVERA ESTAR EQUIPADO COM CAPA (CASE) PROTETORA, PELICULA, CARREGADOR COM ENTRADA TIPO C, MANUAL EM PORTUGUES E EMBALAGEM ORIGINAL. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.				
Quantidade: 4	Val. Ref.: 1.727,28	**Valor Unit.: 1.699,00**	Total Item: 6.796,00	
GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA			**59.495.996/0001-04**	**3.140,00**
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 850	Lance: 1.570,00	**Total: 3.140,00**
Item: 2	Unidade: Unidades	Marca: Redmi	Modelo: Redmi Pad SE	
Descrição: TABLETSTABLETS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - TABLET COM CONFIGURACOES MINIMAS, 128GB DE ARMAZENAMENTO INTERNO, 8GB DE MEMORIA RAM, TELA LCD TFT DE 11â??â??, BATERIA 7000 MAH, DESIGN FINO, COMPACTO E PORTATIL, COM FACILIDADE PARA SEGURAR COM A MAO, WLAN WI-FI 802.11 A/B/G/N/AC, BANDA DUPLA, WI-FI DIRECT, BLUETOOTH 5.3, NANO-SIM, ESIM , GPS, USB TIPO C, CÃ?MARA TRASEIRA DE 8 MP E FRONTAL DE 2MP, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 13, VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO 2,2 GHZ, CONECTOR DE AUDIO DE 3,5 MM, COM MICROFONE, ACOMPANHAR CAPA GIRATORIA COMPATIVEL COM MODELO PROPOSTO, CANETA CAPACITIVA, CABO USB ENTRADA E SAIDA TIPO C E FONTE CARREGADOR BIVOLT.				
Quantidade: 2	Val. Ref.: 2.016,49	**Valor Unit.: 1.570,00**	Total Item: 3.140,00	

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Condutor

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Agente De Contratação

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente De Contratação

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:B1FD9836

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
2ª	Operador de Máquinas Pesadas	Reginaldo Augusto Ferreira

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período de **13, 14, 17, 18 e 19/11/2025**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestar interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, o candidato será encaminhado para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista e CNH *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso).*
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:9FA5BFFF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com vistas no princípio da legalidade, o qual tem efeito vinculante a todos os atos administrativos, e para que seja instrumentalizado o devido processo legal,

RESOLVE:

ART 01º Fica instaurado a partir de 13 de novembro de 2025 PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS em face Da EMPRESA PATRÍCIA SILVA TEIXEIRA, CNPJ Nº 55.084.605/0001-08, para que se apure o descumprimento de cláusulas do Contrato nº 125/2025, cujo o objeto é fornecimento de produtos de padaria.

ART 2º A empresa contratada deverá ser notificada para apresentar defesa prévia no prazo de 03 (três) dias úteis, a contra do recebimento da Notificação.

Parágrafo Primeiro – Junto com a cópia oficial da publicação da presente portaria e a notificação a qual se refere o *"caput"* deste artigo, também deverão ser enviadas à empresa contratada a cópia da recomendação final do departamento de fiscalização de contratos, cópia do contrato e cópia do parecer jurídico.

ART 3º Tendo sido garantido o contraditório e a ampla defesa, assim como os demais atos e prazos estipulados acima, voltem os autos conclusos para decisão do chefe do poder executivo municipal.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Lupionópolis, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:00B6CB8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2025 - CMDM

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de Lupionópolis à iniciativa da Secretaria Estadual da

Mulher, da Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), referente à aquisição de veículo destinado ao fortalecimento das políticas públicas para as mulheres.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUPIONÓPOLIS – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelo seu Regimento Interno, e em conformidade com as deliberações da reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2025, às 09h00min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua David Nasser, nº 752, sob a presidência da Senhora Lília Castro de Souza e secretariada pela Senhora Tânia Cristina Dias Alcântara,

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 146/2025 da Secretaria Estadual da Mulher, da Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, que trata da adesão dos municípios que possuem Secretaria da Mulher ou Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (OPM) ao processo de aquisição de veículo destinado às ações de fortalecimento das políticas públicas para as mulheres;

CONSIDERANDO a importância da disponibilização de veículo específico para o desenvolvimento de atividades de atendimento, acompanhamento e promoção dos direitos das mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social e/ou residentes na zona rural;

CONSIDERANDO a deliberação unânime das conselheiras presentes, reconhecendo a relevância da referida iniciativa para a ampliação e qualificação das ações voltadas à proteção e ao empoderamento das mulheres no município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos da Resolução nº 146/2025 da SEMIPI, a adesão do Município de Lupionópolis – PR ao processo estadual de aquisição de veículo destinado ao fortalecimento das políticas públicas para as mulheres.

Art. 2º - O veículo objeto desta adesão será utilizado prioritariamente em ações de atendimento, acompanhamento e promoção dos direitos das mulheres, com foco nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, autonomia econômica e cidadania das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 3º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lupionópolis – PR, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (OPM), acompanhar a implementação e utilização do veículo, garantindo sua destinação exclusiva às finalidades previstas nesta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Lupionópolis, 16 de setembro de 2025

LILIA CASTRO DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:F6790FAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2025 - CMDM

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de Lupionópolis – PR ao Edital de Chamamento Público nº 06/2025 – Programa de Fortalecimento da Gestão de Políticas para Mulheres, do Ministério das Mulheres (MMULHERES).

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUPIONÓPOLIS – PR, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em conformidade com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 20 de outubro de 2025, às 09h00min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua David Nasser, nº 752, sob a presidência da Senhora Lília Castro de Souza e secretariada pela Senhora Tânia Cristina Dias Alcântara,

CONSIDERANDO o teor do Edital de Chamamento Público nº 06/2025 – Fortalecimento da Gestão de Políticas para Mulheres, publicado pelo Ministério das Mulheres (MMULHERES);

CONSIDERANDO que o referido Edital foi instituído pela Portaria GM/MMULHERES nº 441, de 14 de outubro de 2025, em conformidade com o Decreto nº 11.351/2023, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o Decreto nº 9.373/2018, e a Lei nº 14.822/2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2024);

CONSIDERANDO que o Edital prevê a doação de um (1) bem móvel – veículo automotor – por município, destinado a fortalecer a gestão e as ações das políticas públicas voltadas às mulheres;

CONSIDERANDO a importância da adesão do Município de Lupionópolis – PR ao referido programa, para o fortalecimento da rede municipal de políticas para as mulheres, o aprimoramento dos serviços ofertados pelo Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (OPM) e a ampliação da capacidade de atendimento e deslocamento da equipe técnica;

CONSIDERANDO a aprovação unânime das conselheiras presentes à reunião, conforme registrado na Ata nº 29,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Lupionópolis – PR ao Edital de Chamamento Público nº 06/2025 – Programa de Fortalecimento da Gestão de Políticas para Mulheres, promovido pelo Ministério das Mulheres (MMULHERES).

Art. 2º - A adesão de que trata o artigo anterior tem como finalidade o fortalecimento da gestão e da rede de políticas públicas voltadas às mulheres, mediante a doação de um veículo automotor a ser destinado às ações do Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres (OPM) e demais atividades de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres no Município.

Art. 3º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lupionópolis – PR, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o OPM, acompanhar a execução, o uso e a destinação do bem recebido, assegurando sua utilização exclusiva nas ações finalísticas voltadas às mulheres.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Lupionópolis 20 de outubro de 2025.

LILIA CASTRO DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:2D607D80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2025 - CMDM

Dispõe sobre a aprovação dos recursos financeiros oriundos da Deliberação nº 015/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, destinados à execução de políticas públicas voltadas às mulheres no Município de Lupionópolis – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUPIONÓPOLIS – PR, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação vigente e pelo seu Regimento Interno, em reunião ordinária realizada no dia 05 de novembro de 2025, às 09h00min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua David Nasser, nº 752, sob a presidência da Senhora Lília Castro de Souza e secretariada pela Senhora Tânia Cristina Dias Alcântara,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 015/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros aos Conselhos Municipais, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas para as mulheres nos municípios do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar ações que promovam a igualdade de gênero, a autonomia das mulheres e o enfrentamento de todas as formas de violência;

CONSIDERANDO a importância de estruturar e fortalecer os Organismos de Políticas Públicas para Mulheres (OPMs), ampliando a rede de proteção e defesa dos direitos das mulheres no Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a aplicação dos recursos financeiros no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), oriundos da Deliberação nº 015/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, destinados à execução de políticas públicas para as mulheres no Município de Lupionópolis – PR, conforme plano aprovado pelo Conselho Municipal.

Art. 2º - Os recursos aprovados destinam-se à estruturação da gestão e fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher, bem como à estruturação dos Organismos de Políticas Públicas para Mulheres (OPMs), observadas as linhas de ação definidas pelo Conselho Estadual.

Art. 3º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lupionópolis – PR, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações e aplicação dos recursos aprovados por esta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Lupionópolis 05 de novembro de 2025.

LILIA CASTRO DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:081549EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 48/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 14/2025, devidamente publicado em 23/04/2025.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
QUEILA RODRIGUES DA SILVA	35	31/05/1981	85º
ELIANE MACHADO DA SILVA BERNARDINHO	35	22/03/1982	86º
GREICIELI MARTINS	35	20/06/1985	87º
MAGDA FERREIRA DA COSTA	35	06/02/1987	88º
ELLEN LAIANY SANTOS SILVA	34	18/09/2002	89º
EMILY BARBOSA DE MORAES	34	10/02/2006	90º

As aprovadas acima, deverão comparecer no almoxarifado desta cidade, **no dia 10 de novembro de 2025 (segunda-feira) às 07h00 da manhã,** munidos dos documentos - Cédula de Identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física; para manifestar interesse no benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 07 de novembro de 2025

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:21F7F20E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 49/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 14/2025, devidamente publicado em 23/04/2025.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JOSIANE CRISTINA FLAUSINO SILVA	33	11/10/1989	91º

As aprovadas acima, deverão comparecer no almoxarifado desta cidade, **no dia 11 de novembro de 2025 (terça-feira) às 07h00 da manhã,** munidos dos documentos - Cédula de Identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física; para manifestar interesse no benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 10 de novembro de 2025

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:34F93DEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 760/2025

DECRETO Nº 760/2025

Reajusta a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública, no âmbito do município de Mallet, estado do Paraná.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, incisos II, IV, VIII e XX, 102 e inciso II da Lei Orgânica Municipal de Mallet, Paraná, artigo 5º do Código Tributário Municipal e ainda diante do contido no artigo 1º, § 3º da Lei Municipal nº 1.211/2014;

Considerando o disposto no artigo 97, inciso VI, § 2º do Código Tributário Nacional;

Considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal, de que a correção monetária incidente sobre as contribuições municipais não constitui majoração de tributo;

Considerando que o disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº 791/2006, autoriza aplicação da correção monetária incidente sobre a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública do município de Mallet, Paraná, tendo por base a variação do INPC/IBGE;

Considerando que se faz necessária a reposição inflacionária também incidente sobre as Contribuições Municipais;

Considerando que a variação inflacionária medida pelo INPC/IBGE no período de novembro de 2024 a outubro de 2025, atingiu o índice de 4,49% (quatro vírgula quarenta e nove por cento);

DECRETA:
Art. 1. Ficam corrigidos, monetariamente, no percentual de 4,49% (quatro vírgula quarenta e nove por cento), os valores contidos nos artigos 7º e 8º da Lei Municipal nº 791/2006, para fins de cálculo da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública do município de Mallet, Paraná, para o exercício de 2026.

Art. 2. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 12 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:4480BCCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 035/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2025** com as seguintes características**:**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistemas de gestão pública, softwares em ambiente de plataforma web nativo que operem de forma integrada, com número de usuários ilimitados, licença mensal, implantação e migração de dados, treinamento, suporte técnico/ manutenção e provimento de datacenter para atender a demanda das Secretarias Municipais de Mallet/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço global**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 13 de novembro de 2025 até às 09h00min do dia 02 de dezembro de 2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 02 de dezembro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 02 de dezembro de 2025.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 12/11/2025.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 12/11/2025.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:06A8CE6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 761/2025.

DECRETO N.º 761/2025.

Súmula: Dispõe sobre a exclusão de candidata classificada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A

Art. 1º - Fica excluída a candidata LUCIMARI PRINCIVAL GAVRONSKI, inscrição nº 1691, classificado em 21º lugar para o cargo de ZELADORA, do Concurso Público n° 001/2023, homologado pelo Decreto n° 999 de 04 de abril de 2024, haja vista que convocada pelo Edital n° 049/2025 de 05 de novembro de 2025, para manifestar interesse na vaga ofertada, deixou transcorrer o prazo estipulado sem manifestação oficial.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 12 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:416DFDD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 051/2025 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 051/2025 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina o artigo 37, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de suprir vagas existentes de cargos públicos, conforme Processo Cloud nº 000003978/2025;

Considerando que, para o cargo de Zelador, todos os candidatos aprovados foram convocados, passamos ao chamamento dos candidatos que solicitaram final de fila;

Considerando manifestação contida no Protocolo Cloud nº 1084.003.00204.000000041;

CONVOCA

A candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 001/2023 – Estatutário, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação deste edital se apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet/PR (pessoalmente ou por meio de requerimento junto ao Protocolo Online) para **manifestar seu interesse na vaga ofertada**.

Art. 1°. Fica convocada a seguinte candidata referente ao seguinte cargo:

I – Zeladora:

INSC	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	NASC
1822	ZELADORA	ROSICLEIA APARECIDA ANTUNES DE OLIVEIRA	22º	07/02/1981

Art. 2°. A manifestação de interesse na vaga poderá ser realizada por meio de protocolo presencial junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet, contendo cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto), no prazo indicado no artigo anterior.
§ 1°. A manifestação de interesse na vaga, no prazo indicado anteriormente, poderá ser realizada também por meio do Protocolo Online, disponível no endereço https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-245/pesquisa_entidade.faces, devendo ser acompanhado, obrigatoriamente, de cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto).
§ 2°. Ao candidato convocado que por algum motivo não possa tomar posse dentro do prazo legal, é facultada a possibilidade de solicitação de reposicionamento para o "final de fila", ou seja, o candidato solicitante será reposicionado para o final da lista de aprovados, o que não garante uma nova convocação, mas sim uma possibilidade de que seja convocado novamente. Para tal solicitação o candidato deverá comparecer ao Setor de RH da Prefeitura Municipal ou realizar Protocolo Online, nos termos do art. 2° e parágrafo primeiro, no prazo estipulado.
§ 3°. O candidato que não manifestar o interesse na vaga ou final de fila no prazo estipulado, será automaticamente excluído do certame, permitindo assim que a Administração Municipal convoque o próximo da fila.
Art. 3° - Fica ciente o candidato que manifestado seu interesse em assumir a vaga ofertada, terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar de sua manifestação de interesse, para apresentar os documentos abaixo relacionados (cópia simples e original), os quais devem ser **presencialmente** entregues ao Setor de Recursos Humanos, no horário de expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
I - Requisitos básicos para a contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, comprovação por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
b) no caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de direitos e obrigações civis entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 12, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436 de 18/04/72, por meio de documento apto a este fim;
c) ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação, por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
d) apresentar os documentos comprovando a escolaridade, experiência profissional e demais requisitos exigidos para a função, em conformidade com a lei de criação do respectivo cargo, na data da posse, bem como que estar com seu registro ativo no órgão de classe, quando assim o cargo exigir;
e) estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
f) estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
g) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
h) não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
i) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
j) comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;
k) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
l) foto 3x4 recente;
m) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.
II - Somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
III - Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
IV - A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, o candidato deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador/classe (registro, inscrição, CNH, entre outros).
V - Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
VI - O preenchimento de todos os requisitos necessários quando da posse, é inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia legível, sujeito ao indeferimento da posse.
Art. 4°. No mesmo prazo do artigo 3°, deverá o candidato comprovar a aptidão física e mental, apresentando os seguintes exames e atestados:
a) Raio X do tórax, somente o laudo.
b) Atestado de médico emitido por **Médico do Trabalho** declarando o candidato apto para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os exames deverão ser realizados e pagos pelo(s) candidato(s) interessado(s), sendo que deverá(ão) submeter à análise do Médico do Trabalho, sendo que a não apresentação dos exames ou o resultado conclusivo for "inapto", o candidato será eliminado do concurso.6
Art. 5º. Na hipótese de não existir nenhum impedimento, haverá edição de Decreto, nomeando o servidor para, mediante Termo de Posse, investir-se no cargo público, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que apresente até o dia da posse os seguintes documentos:
a) declaração do IRRF ou Declaração de Bens;
b) declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, mediante declaração própria sobre essa condição;
c) não ter sido demitido do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos na forma do inciso VIII do Art. 8º da Lei nº 4.928/92 e alterações, mediante declaração própria sobre essa condição;
d) declaração de Dependentes;
e) conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
f) certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;

g) comprovante de Endereço atualizado;
h) impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos".
Art. 6º. Atendido os documentos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do Decreto de Nomeação, deverá assinar o termo de posse, ao passo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados da posse.
Parágrafo único. A Administração Pública Municipal reserva-se no direito de designar data e hora para posse dos candidatos nomeados, os quais serão avisados antecipadamente.
Art. 7º. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será eliminado do Concurso ou, se empossado, terá sua nomeação declarada nula.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 12 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:30312235

SECRETARIAS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 012/2025/CMDCA

Súmula: Instaura sindicância administrativa com o intuito de apurar eventual falta funcional cometida por Conselheiro Tutelar

A Presidente do CMDCA,**Eliane Fronczak**, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 19, XIII da Lei Municipal nº 1.426/2020, o qual prevê como competência do CMDCA a instauração, por meio de comissão específica, de composição paritária, sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta funcional praticada por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, assegurando ao acusado o exercício ao contraditório e à ampla defesa;

Considerandoa deliberação realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, determinando a expedição de resolução para instauração de processo administrativo disciplinar, indicando comissão que irá conduzir os atos;

Considerandoa deliberação realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo afastamento do conselheiro tutelar;

Considerandoo previsto no art. 72, da Lei Municipal n° 1.426/2020 que prevê que o processo administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar deverá ser realizado por membros do serviço público municipal;

Considerandoo que estipula o artigo 5, LV da CF, que impõe que seja assegurado nos processos e atos administrativos o contraditório e a ampla defesa;

Considerandoo art. 46, da Resolução n° 139/2010/CONANDA, o qual define que na omissão da legislação específica relativa ao Conselho Tutelar, a apuração das infrações éticas e disciplinares de seus integrantes utilizará como parâmetro o disposto na legislação local aplicável aos demais servidores públicos;

Considerandoo previsto no art. 73, da Lei Municipal n° 1.426/2020 que prevê que se aplicam aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta lei, ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referente ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar;

Considerandoque em caso de omissão do regimento interno do conselho tutelar, aplica-se subsidiariamente o previsto no estatuto dos servidores públicos municipal.

RESOLVE:

Art. 1°. Em cumprimento a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instaurar Sindicância Administrativa com a finalidade de apurar eventual responsabilidade do Conselheiro Tutelar registrado sob matrícula n° 60.299.

Art. 2°.A Comissão Processante será composta pelos seguintes membros do CMDCA:
I – Fabio Augusto Kupczi (Governamental) – Presidente
II – Amanda Fernandes (Governamental) – Membro
III – Carine Sofia Kovalczyk (Não governamental) – Membro
IV – Eliane Fronczak (Não governamental) – Membro.

Art. 3°.O prazo para conclusão da sindicância é de 30 (trinta) dias, admitida a sua prorrogação, nos termos do art. 145, parágrafo único da Lei Municipal n° 632/99.

Art. 4°. Em cumprimento a deliberação do CMDCA, fica afastada a Conselheira Tutelar matrícula n° 60.299, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 147 da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 5°. Esta esolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mallet, em 12 de novembro de 2025.

ELIANE FRONCZAK
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:8441F389

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 064/2025

Súmula: Institui o Manual de Frotas da Câmara Municipal de Mandaguari-PR, conforme Anexo Único.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Manual de Frotas da Câmara Municipal de Mandaguari, que estabelece normas e procedimentos para o uso dos veículos pertencentes à frota do Poder Legislativo Municipal, conforme disposto no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao décimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12.11.2025).

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

ANEXO ÚNICO
MANUAL DE FROTAS DA CÂMARA DE MANDAGUARI-PR

OBJETIVO
O presente Manual tem por objetivo regulamentar o uso dos veículos oficiais, próprios, locados ou cedidos, no âmbito da Câmara Municipal de Mandaguari.

O controle de uso dos veículos oficiais tem por fim reduzir custos operacionais, como combustível e manutenção, aumentar a eficiência e produtividade dos serviços públicos, bem como otimizar o uso dos recursos, assegurando maior durabilidade da frota e melhoria na qualidade do atendimento à população.
Além disso, busca-se promover a transparência administrativa, prevenir fraudes e o uso indevido dos veículos, além de garantir o cumprimento das normas de segurança e de preservação ambiental.
Os veículos sob responsabilidade da Câmara Municipal poderão ser próprios, quando adquiridos mediante regular processo licitatório ou recebidos por doação de outros entes públicos, ou locados, sempre precedidos do devido procedimento licitatório, ou cedidos a este Poder Legislativo.

USO DO VEÍCULO
O uso dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Mandaguari deverá destinar-se exclusivamente a fins de interesse público, sendo vedada qualquer utilização para fins particulares ou alheios às atividades institucionais do Poder Legislativo.
A título exemplificativo, segue algumas hipóteses de uso permitido, mas não se restringindo somente a essas:
Uso para atividades administrativas da Câmara, como busca de orçamentos, manutenções do veículo, participação em reuniões com outros órgãos públicos, entre outros;

Atividades legislativas e parlamentares externas, como fiscalização, participação em eventos representando a Câmara, entrega de ofícios, entre outros; e

Viagens destinadas à participação em cursos, eventos, visitas técnicas e reuniões com Vereadores, Deputados, Ministros, Prefeitos, Governadores e demais autoridades públicas, entre outros compromissos de natureza institucional.
No tocante aos exemplos de uso não permitido, apresentam-se, a título exemplificativo, as seguintes situações, sem prejuízo de outras que contrariem o interesse público ou a finalidade institucional:
Utilização para fins particulares;

Uso em excursões, passeios, transporte de familiares e amigos, eventos festivos sem finalidade pública;

Atividades que sejam de responsabilidade de outros Poderes ou órgãos públicos, tais como o transporte de pacientes ou quaisquer serviços que não se enquadrem nas atribuições institucionais da Câmara Municipal.
No tocante ao transporte compartilhado (carona), este será permitido apenas a servidores, autoridades, pessoas com vínculo público, vinculadas a outros Poderes ou órgãos públicos, mediante autorização formal pela Direção Geral da Câmara ou Presidência da Câmara.
Em casos excepcionais e estritamente a serviço, prestadores de serviço contratados poderão ser transportados em veículo oficial, desde que o deslocamento seja indispensável para a execução das atividades previstas no contrato.
Para a utilização do veículo oficial, é obrigatória a formalização do Termo de Responsabilidade de Uso de Veículo Oficial, disponibilizado no sistema eletrônico de informações deste Poder Legislativo. Pequenos desvios de rota, previamente especificados no referido termo, poderão ser admitidos, devendo ser devidamente justificados posteriormente ao Departamento de Frotas.
A utilização dos veículos oficiais em finais de semana, feriados ou fora do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Mandaguari será permitida somente mediante a prévia e rigorosa formalização do Termo de Responsabilidade de Uso de Veículo Oficial.
Deverá ser observada, em qualquer hipótese, a destinação exclusiva ao interesse público, sendo expressamente vedado o uso para fins particulares. O descumprimento dessas disposições poderá ensejar a apuração de responsabilidades administrativas e, conforme o caso, caracterizar ato de improbidade administrativa.
Durante a utilização do veículo oficial, dentro do itinerário e da finalidade previamente informados, é permitido realizar deslocamentos e/ou paradas em estabelecimentos comerciais ou congêneres, exclusivamente para fins de alimentação e descanso.
Por fim, os veículos oficiais deverão ser, preferencialmente, recolhidos à garagem da Câmara Municipal de Mandaguari, ou mantidos em local apropriado e seguro, devidamente resguardados contra furtos, roubos, danos mecânicos, dentre outros.

ABASTECIMENTO
O abastecimento dos veículos oficiais será realizado prioritariamente pelo responsável do Departamento de Frotas, podendo, contudo, ser efetuado por qualquer servidor ou agente político habilitado para conduzir veículos oficiais, desde que haja comunicação prévia ao referido departamento.
O motorista que realizar o abastecimento deverá fazê-lo em posto de combustível devidamente credenciado e contratado mediante regular processo licitatório, localizado no município, com prévio empenho da despesa.
No momento do abastecimento, deverão ser informados:
-Veículo;
- Nome do motorista;
- Hodômetro;
- Assinatura na via do documento fiscal do Posto de Combustível; e
- Assinatura na via do documento fiscal que deverá ser entregue ao Departamento de Frotas.
No caso de abastecimento durante viagens, este será efetuado mediante adiantamento de numerário, devendo ser obrigatoriamente seguido de prestação de contas, acompanhada da respectiva nota fiscal emitida em nome da Câmara Municipal de Mandaguari.
O abastecimento poderá, ainda, ser efetuado em regime de reembolso ou por outro meio legalmente previsto, conforme dispuser o contrato vigente ou a legislação aplicável.
Ao final de cada mês, o posto de combustível contratado encaminhará ao Departamento de Frotas as notas fiscais referentes ao abastecimento dos veículos oficiais, acompanhadas das respectivas cópias dos documentos fiscais devidamente assinados, para conferência e posterior pagamento.
Por fim, mostra-se necessária a inclusão de todos os gastos com combustíveis no Sistema de Gerenciamento de Frotas, devendo tais informações ser disponibilizadas no Portal da Transparência, a fim de possibilitar a emissão de relatórios gerenciais e assegurar a economicidade e a transparência na gestão dos recursos públicos.

MANUTENÇÃO
Qualquer compra de peças, equipamentos, acessórios ou serviços de manutenção deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021.
O Departamento de Frotas deverá seguir o plano de manutenção vigente no manual dos veículos, no caso de veículo próprio, ou nos termos da licitação de locação, no caso de veículo alugado. Além disso, poderá solicitar ao Departamento de Contratações Públicas outras manutenções corretivas, depois de prévia avaliação baseada em inspeções e relatos dos motoristas.
Os veículos deverão ser testados previamente ao aceite da nota fiscal, a fim de verificar a confiabilidade e a qualidade dos serviços executados. Constatada a regularidade da manutenção, a nota fiscal será encaminhada ao Setor de Contratos, para prosseguimento do processo de pagamento.
Em situações emergenciais, poderá ser utilizado adiantamento de numerários para a execução imediata de serviços de manutenção, observando-se o limite legal estabelecido na legislação vigente e as normas internas de controle e prestação de contas.
Todos os gastos com manutenção deverão ser registrados no Sistema de Gerenciamento de Frotas e disponibilizados no Portal da Transparência, de modo a possibilitar a emissão de relatórios gerenciais, assegurando a economicidade e a transparência dos atos administrativos.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FROTAS E RASTREAMENTO
Para possibilitar o controle e otimização do emprego de recursos públicos, bem como aumentar a segurança contra roubos e furtos, todos os veículos oficiais são equipados com aparelhos de rastreamento.
O Sistema de Gerenciamento de Rastreamento armazena informações em tempo real e posteriores sobre o hodômetro inicial e final, motorista e rota percorrida pelo veículo. O relatório emitido por esse sistema, contendo tais dados, substituirá o diário de bordo físico.

Cada motorista terá um dispositivo chamado “Ibutton”, que deverá ser utilizado antes da utilização do veículo, a fim de que o sistema identifique automaticamente o condutor.
O Sistema de Gerenciamento de Frotas será alimentado pelo Departamento de Frotas com os dados contidos no relatório disponibilizado pelo Sistema de Gerenciamento de Rastreamento e do Termo de Reponsabilidade de Uso de Veículo Oficial, além dos valores gastos em combustível e manutenção veicular. Os dados deverão ser disponibilizados no Portal de Transparência, para facilitar a atuação do Controle Externo e do Controle Social.
Ressalta-se que podem ocorrer pequenas divergências entre o registro do GPS do rastreador e o hodômetro do veículo, motivo pelo qual será necessário o ajuste manual no Sistema de Gerenciamento de Rastreamento em periodicidade semanal.

AGENDAMENTO
Para o uso do veículo oficial, fica dispensado o agendamento do veículo. Porém, o agendamento é recomendável para a reserva do veículo, evitando que não haja veículo disponível quando da necessidade.
O preenchimento do Termo de Utilização de Veículo Oficial é obrigatório e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- Nome do solicitante (quem tem a necessidade do uso do veículo);
- Motorista (quem de fato dirigirá o carro e registrará o Ibutton no veículo);
- Destino pretendido;
- Data e hora de saída;
- Data e hora prevista de chegada; e
- Motivo de uso.

É de extrema importância identificar corretamente o motivo de uso, evitando expressões genéricas como “a trabalho”, “a pedido do vereador”, e similares. É por meio deste campo que se fará a correspondência com a finalidade pública, possibilitando o Controle Interno, Externo e Social.
Por fim, cabe ao servidor, agente político ou pessoa devidamente autorizada zelar pelo cumprimento das disposições contidas neste Manual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e/ou penal, conforme previsto na legislação vigente.

MOTORISTAS
Somente poderão conduzir os veículos oficiais aqueles que estiverem devidamente cadastrados junto ao Departamento de Frotas. Para tanto, é obrigatória a apresentação de cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), devendo ser encaminhada também uma nova cópia sempre que houver renovação do referido documento.
Ao utilizar o veículo, o condutor deverá:
Vistoriar o veículo quando da saída, informando ao Departamento de Frotas qualquer irregularidade encontrada antes ou durante a viagem;

Abastecer os veículos oficiais observando as disposições deste manual;

Portar a CNH dentro do prazo de validade, bem como documento do veículo, que deverá ficar sempre anexado ao para sol do veículo;

Cumprir rigorosamente as normas de trânsito e responder pela condução, uso e conservação dos veículos sob sua guarda, em conformidade com a legislação vigente;

Ao retornar, recolher e descartar os resíduos e lixo do veículo;

Acatar as orientações e os procedimentos determinados pelo Departamento de Frotas;

Guardar o veículo em local seguro durante sua utilização;

Comunicar ao Departamento de Frotas sobre qualquer necessidade de manutenção constatada, bem como comunicar sobre eventuais danos ocorridos durante o uso;

Utilizar o ibutton (chave de identificação do motorista) sempre ao dirigir, e zelar pela integridade do mesmo, de uso pessoal apenas;

Responsabilizar-se por danos causados durante sua utilização; e

Garantir que se encontra apto, descansado, e livre de medicamentos que causem sonolência ou drogas.

DEPARTAMENTO DE FROTAS
O Departamento de Frotas é responsável pelo controle e conservação dos veículos oficiais, devendo assegurar que toda a documentação esteja devidamente em dia. Compete-lhe, ainda, garantir a realização das manutenções preventivas e corretivas conforme o manual de cada veículo, bem como solicitar ao setor competente a aquisição de peças e serviços sempre que necessário.
Fica a cargo do Departamento de Frotas o gerenciamento da agenda de utilização dos veículos oficiais, adotando as providências cabíveis sempre que houver comunicação de irregularidades por parte dos condutores.
Em caso de infrações de trânsito envolvendo veículos oficiais, caberá ao Departamento de Frotas encaminhar a autuação ao condutor responsável, acompanhando todo o trâmite até sua regularização. Em situações de dúvida ou emergência, o Departamento deverá prestar o devido suporte e orientação aos motoristas.

SINISTROS E/OU ACIDENTES
Em caso de acidente e/ou sinistro envolvendo veículo oficial, o condutor responsável deverá imediatamente comunicar o fato ao Departamento de Frotas. Concomitantemente, deverá providenciar o registro da ocorrência, informando de forma detalhada:
- Vítimas, se houver, e seus dados pessoais, como nome, endereço e telefone;
-Outros veículos envolvidos, se houver, e informações a respeito desses, como placa, modelo do veículo e cor;
- Local do acidente;
-Fotos e vídeos do acidente de diversos ângulos; e
-A especificação das avarias ocorridas no veículo.

O Departamento de Frotas prestará o devido auxílio na confecção do boletim de ocorrência, bem como adotará as providências necessárias para o acionamento do seguro, garantindo o correto registro e acompanhamento do sinistro até sua completa resolução.

MULTAS
Em caso de multas ou infrações ao Código de Trânsito Brasileiro, o Departamento de Frotas encaminhará ao condutor o documento de Indicação de Condutor Infrator, emitido pelo órgão autuador.
O condutor fica obrigado a preencher e devolver o referido documento dentro do prazo estipulado por lei, bem como realizar o pagamento da multa. Caso não o faça, o Departamento de Frotas deverá comunicar o fato ao Diretor Geral e/ou ao Presidente da Câmara, para as providências cabíveis e eventual abertura de Processo Administrativo.
Na hipótese de o servidor ou agente político deixar de realizar o pagamento da multa no prazo estabelecido, o setor de Recursos Humanos deverá proceder ao desconto do respectivo valor em folha de pagamento, para fins de quitação.
Por fim, ressalta-se que é vedada a indicação de condutor diverso daquele que efetivamente realizou o deslocamento, devendo ser informado o motorista que conduziu o veículo, em conformidade com o registro do iButton (chave de identificação do condutor).

PENALIDADES
O descumprimento das disposições deste Manual sujeitará o agente político ou servidor responsável às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis, penais ou outras previstas em lei.
O condutor será notificado por escrito pela autoridade competente da Câmara Municipal de Mandaguari, sempre que:
Não preencher o Termo de Responsabilidade de Uso de Veículo Oficial e usar o veículo;

Preencher o Termo de Responsabilidade de Uso de Veículo Oficial, omitindo as informações solicitadas neste manual, ou em desacordo com os termos estipulados;

Preencher o Termo de Responsabilidade de Uso de Veículo Oficial, colocando informações genéricas no campo do motivo;

Deixar de seguir orientações do Departamento de Frotas em relação ao veículo.
O servidor ou vereador que se enquadrar nas hipóteses elencadas abaixo poderá ter seu cadastro como condutor suspenso por 12 (doze) meses no Departamento de Frotas.
Receber 5 (cinco) notificações no período de 12 (doze) meses;

Recusar-se a identificar-se como condutor infrator em multa de trânsito, quando de sua responsabilidade;

Recusar-se a efetuar o pagamento de multa de trânsito, em caso de sua responsabilidade;

Dirigir sob efeito de medicamentos que causem sonolência, ou sob efeito de qualquer substância que altere a capacidade psicomotora.
Os casos omissos neste Manual serão analisados pelo Direção Geral, que se necessário remeterá posteriormente ao Presidente da Câmara para deliberação.

DA VIGÊNCIA
O presente Manual entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mandaguari-PR, 12 de novembro de 2025.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara de Mandaguari

Publicado por:
Rogério de Moura Souza
Código Identificador:9A7F7081

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 505/2025 - DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 21.11.2025

DECRETO Nº 505/2025

Súmula: Decreta PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 21.11.2025, prorroga data de pagamento de tributos municipais vencíveis em dia que especifica, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 21.11.2025.

Art. 2º Este Decreto não abrange os funcionários lotados no Pronto Atendimento Municipal, Cemitério Municipal, os executores dos serviços de limpeza pública e recolhimento de resíduos sólidos e os vigilantes, considerando que se tratam de atividades que não podem sofrer com a descontinuidade dos serviços.
§ 1º A Farmácia Municipal deverá manter um profissional de prontidão das 8h às 12h no dia 21.11.2025, devendo, ainda, manter número de telefone e horário de atendimento fixado em local visível, para que os usuários possam ser atendidos.
§ 2º Nas demais unidades, por se tratar de ponto facultativo, os servidores poderão ser imediatamente convocados para exercer suas funções pelas suas respectivas chefias quando acionados.

Art. 3ºEm razão do disposto no *caput* do art. 1º deste Decreto, fica prorrogada a data de pagamento dos tributos, tarifas e preços públicos municipais vencíveis e vencidos no dia 21 de novembro de 2025 **para a data de 24 de novembro de 2025**.
§ 1º O recebimento na data estabelecida no *caput* deste artigo dar-se-á sem o acréscimo de juros, multa ou correção.
§ 2º Em relação aos tributos vencidos, deixarão de ser cobrados os acréscimos relativos ao período mencionado.
§ 3º A prorrogação é extensiva aos tributos inscritos em dívida ativa, inclusive no que se refere aos juros, multa por atraso e correção monetária, exceto a multa por inscrição no livro da dívida ativa.

Art. 4ºEste Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12/11/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:B8D84FCB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 506/2025 - AUTORIZA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, YOHANN PAULO ANDRADE FURTADO, A SE AUSENTAR DO PAÍS PARA PARTICIPAR DE IMERSÃO TÉCNICA INTERNACIONAL-REDE DE SECRETÁRIOS, PROMOVIDA PELO SEBRAE

DECRETO Nº 506/2025

Súmula: Autoriza o Secretário Municipal de Governo, Yohann Paulo Andrade Furtado, a se ausentar do País para participar de *Imersão Técnica Internacional-Rede de Secretários*, promovida pelo SEBRAE, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Senhor Yohann Paulo Andrade Furtado, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Governo do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a se ausentar do País no período compreendido entre os dias 21 de novembro a 4 de dezembro de 2025, para participar de Imersão Técnica Internacional – Rede de Secretários, promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a realizar-se com atividades oficiais nas cidades de Berlim (Alemanha), Praga (República Tcheca) e Viena (Áustria).

Art. 2º A viagem tem por objetivo representar o Município de Mandaguari em atividades de capacitação e intercâmbio técnico de boas práticas inovadoras de gestão pública e de apoio a micros e pequenas empresas, alinhadas ao desenvolvimento econômico, inovação e fortalecimento do empreendedorismo local, bem como a aplicação de soluções com uso de inteligência de dados, em conformidade com o programa oficial da imersão técnica.

Art. 3º Com base no disposto no §5º do art. 2º da Lei nº. 3.442/2020, de 29 de julho de 2020, fica fixada a diária internacional sem pernoite, no valor de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), destinada a cobrir custos com alimentação, deslocamento urbano e outros necessários.
§1º As despesas decorrentes desta autorização, incluindo passagens aéreas, hospedagem com café da manhã, transfers, material técnico, tradução instantânea, acompanhamento de especialista, palestras, workshop e seguro correrão por conta de custeio do SEBRAE, tendo em vista o Contrato nº. 098/2025.
§2º O valor da diária foi fixado tendo como parâmetro análise técnica de cotação do euro e do custo mínimo para alimentação nos locais do evento.

Art. 4º A concessão, pagamento, prestação de conta e publicidade da diária concedida conforme art. 3º deste Decreto deverá seguir o rito estabelecido na Lei nº. 3.442/2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (12/11/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:C9B154B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.° 1498/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.° 1498/2025

SÚMULA: "Institui a Regulamentação da oferta e distribuição gratuita de contraceptivo subdérmico no âmbito da rede pública de saúde e dá outras providências".

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELOS ART. 33, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E ART. 33, INCISO VIII, ALÍNEA D, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANIDIRITUBA, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída a política municipal de acesso gratuito ao contraceptivo reversível, de ação prolongada que libera o hormônio chamado etonogestrel, para mulheres em idade fértil, usuárias da rede pública de saúde no âmbito do Município de Mandirituba/PR, observados os critérios de prioridade definidos nesta Lei.
Parágrafo único. Considera-se Contraceptivo Subdérmico Reversível de Longa Duração constituído por um pequeno tubo de plástico, de cerca de 4 (quatro) centímetros de comprimento por 2 (dois) milímetros de largura, contendo o hormônio etonogestrel e colocado debaixo da pele do braço não dominante, aprovado pelos órgãos competentes, oferecendo uma opção segura e eficaz para o planejamento familiar.
Art. 2º São diretrizes da Politica Municipal de acesso gratuito aos Contraceptivos Subdérmicos Reversíveis de ação prolongada que libera o hormônio chamado etonogestrel:

I - garantir o acesso gratuito a métodos contraceptivos Subdérmicos Reversíveis de longa duração de etonogestrel, para mulheres em idade fértil inseridas no Cadastro Único e usuárias da rede pública de saúde; e
Il - promover políticas públicas de debate e fornecimento de informação a respeito do uso de métodos contraceptivos de barreira, hormonais, reversíveis e irreversíveis, através de palestras, fóruns, simpósios, cursos de capacitação de gestores e demais atos necessários para o conhecimento popular.
Art. 3° Os Contraceptivos Subdérmicos Reversíveis de ação prolongada que libera o hormônio chamado etonogestrel, serão disponibilizados gratuitamente em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas Estratégias de Saúde da Família (ESF), para as mulheres consideradas em idade fértil, desde que possuam os requisitos determinados pela Secretaria Municipal da Saúde de Mandirituba Estado do Paraná.
§ 1° Será oferecido aconselhamento profissional para garantir que as beneficiárias compreendam plenamente as opções disponíveis e possam fazer as escolhas informadas.
§ 2° As informações relacionadas à solicitação, aconselhamento e uso dos contraceptivos serão tratadas com absoluto sigilo, garantindo a privacidade das favorecidas.
Art. 4° O Poder Executivo será responsável pela aquisição, distribuição e acompanhamento do uso dos Contraceptivos Reversíveis garantindo que o acesso seja amplamente disponível e que as beneficiárias sejam devidamente atendidas.

Parágrafo único. A distribuição do método contraceptivo obedecerá às seguintes ordens de prioridade:
I - Prioridade I - Grupos em situação de vulnerabilidade social/e ou risco reprodutivo aumentado:
a) Adolescentes do sexo feminino, cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
b) Adolescentes com histórico de gestação anterior, dentro da mesma faixa etária e regularmente cadastrados no CRAS ou CREAS;
c) Mulheres usuárias de alcool e/ou drogas, em acompanhamento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e cadastradas no CRAS ou CREAS
d) Mulheres múltiparas, com três ou mais partos prévios;
e) Puérperas de alto risco, incluindo aquelas com comorbidades clínicas relevantes;
f) Mulheres em idade fértil em situação de rua;
g) Mulheres soropositivas para HIV;
h) Mulheres diagnosticadas com doenças raras e/ ou ocultas, mediante apresentação de laudo médico atualizado;
i) Mulheres com distúrbios mentais graves ou comorbidades psiquiátricas, como deficiência intelectual severa, esquizofrenia, entre outros, em acompanhamento regular na rede de saúde mental;
j) Mulheres com Síndrome de Down;
k) Profissionais do sexo, com registro formal em prontuário e realização regular de exames para detecção de infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como HIV, hepatites virais e sífilis.
II - Prioridade II - Ineficácia ou não adaptação a métodos contraceptivos anteriores:
a) Mulheres que não se adaptaram ou apresentaram contraindicação aos métodos contraceptivos disponíveis na rede pública de saúde, como Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre, anticoncepcionais orais ou injetáveis, desde que devidamente registrado em prontuário médico com a documentação das tentativas e respectivas datas.
III - Prioridade III - Critérios socioeconômicos e reprodutivos:
a) Mulheres sem filhos;
b) Mulheres com até dois filhos;
c) Mulheres com renda familiar mensal de até dois salários mínimos.
d) Adolescentes de 14 a 17 anos, que não compõe outros grupos prioritários.
Art. 5° Os profissionais que realizarão a inserção dos contraceptivos subdérmicos reversíveis de longa duração deverão seguir o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde combinado com os protocolos regionais da temática.
Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente, definir as datas e locais para a implantação do dispositivo, garantindo logística adequada e profissionais capacitados.
Art. 6° A Secretaria Municipal da Saúde ficará responsável pela implementação de programas educacionais abrangentes sobre saúde sexual e reprodutiva, promovendo a prevenção, conscientização e responsabilidade da educação reprodutiva.
Art. 7° Fica estabelecido um sistema de fiscalização, avaliação e transparência contínua para garantir a eficácia e o impacto deste programa, permitindo ajustes conforme a Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social considere necessária.
Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo:
I - Realizar contato com as candidatas aptas à utilização do método, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei;
II – Estabelecer e divulgar, de forma transparente, a lista de espera para o recebimento do dispositivo, assegurando que cada usuária tenha acesso à sua posição de espera na fila.
III - As mulheres que tratam o artigo 4° parágrafo único, inciso Ill, alínea c, terão obrigatoriamente 10% da cota de dispositivos comprados pelo município.
Art. 8° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 9º Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por Decreto pelo Poder Executivo.
Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 11 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:B89F6076

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2025
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO por grupo, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material escolar para os alunos da rede municipal de ensino
Data da Sessão: 28 de novembro de 2025 às 09h00.
Valor Máximo: R$ 571.362,10 (quinhentos e setenta e um mil trezentos e sessenta e dois reais e dez centavos)
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 12 de Novembro de 2025

JOSSELEI DA CRUZ SENDESKI
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:657B9CF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA- ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE - CDP

ERRATA
Republica-se a **Portaria 05/2025**, por motivo de erro na digitação do nome do procedimento administrativo**,** assim, leia-se **Sindicância Administrativa Disciplinar** onde leu-se **Processo Administrativo Disciplinar.** Também, leia-se **Processo de Sindicância Administrativa Disciplinar 02/2025** onde leu-se **Processo de Sindicância Administrativa Disciplinar 01/2025.**

Mandirituba, 12 de novembro de 2025.

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente
Portaria nº 278/2025

Publicado por:
Marcia Maria da Cruz de Lima
Código Identificador:C69F5749

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 33-2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2024
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA. CNPJ: 24.475.164/0001-33
CLAUSULA PRIMEIRA
O presente termo aditivo tem como objeto a Supressão de **R$ 3.060,36 (Três Mil e Sessenta Reais e Trinta e Seis Centavos)** do valor total do contrato.
Conforme descriminado no Processo de Licitação na Modalidade Concorrência Nº 1/2024.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
O presente termo passa a vigorar a partir da presente data.

Manfrinópolis, em 12/11/2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:0B2114BD

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE DIÁRIA – 29/2025

EXTRATO DE DIÁRIA – 29/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS		
	NOME: GABRIEL BALBOENA	FUNÇÃO: CONTADOR LEGISLATIVO
DESTINO	CURITIBA– PR	
MOTIVO	**Curso de Contabilidade e Finanças Fechamento do Exercício**	
PERÍODO DA VIAGEM	16/11/2025 à 20/11/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS	3 ½ (três diárias e meia), (conforme art 7, 9 e 11 da lei nº705/2020)	
VALOR PAGO	R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais);	

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:E72EF75D

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2056/2025 - 12.11.2025

Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1° Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nas Repartições Públicas Municipais no dia 21 de novembro de 2025, devido ao Feriado do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro de 2025.
Art. 2º Fica determinado a todos os Secretários, Diretores e Chefes de órgãos municipais para que tomem as providências e medidas necessárias para que os serviços essenciais não sejam afetados, notadamente os serviços essenciais de saúde e, outros que não possam sofrer solução de continuidade.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:F35D7B60

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4343/2025 - 12.11.2025

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Ofício nº 08/2025, de 24 de janeiro de 2025, da Secretaria Municipal de Educação e Processo nº 196/2025 – SRH, de 10 de novembro de 2025, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4161/2025, de 06 de janeiro de 2025 que concede férias a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.04.**2023** até 31.03.**2024**, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4189/2025, de 27 de janeiro de 2025 que retifica a Portaria nº 4161/2025, de 06 de janeiro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal **Sra. CINTIA VILANTT**, portadora do RG sob nº 9.926.300-8 SSP/PR e conforme matrícula nº 8881, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Manfrinópolis, referente ao Período Aquisitivo de 01.04.2023 até 31.03.2024.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:33B4B281

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4341/2025 - 12.11.2025

Concede férias a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 173/2025 – SRH, de 07 de outubro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Servidor Público Municipal **Sr. MARCIO ADÃO PAULI,** cadastrado na matrícula n° 1012154, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de **17 de novembro de 2025 até 16 de dezembro de 2025**, referente ao Período Aquisitivo de **18.10.2023** até **17.10.2024**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:0D2EF5D6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4342/2025 - 12.11.2025

Concede férias a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 183/2025 – SRH, de 27 de outubro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal **Sra. THAYS DA SILVA,** cadastrada sob a matrícula n° 1012206, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de **17 de novembro de 2025 até 16 de dezembro de 2025**, referente ao Período Aquisitivo de **06.05.2024** até **05.05.2025.**
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:60BEC802

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2025 CMDPI

RESOLUÇÃO N.º 02/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.084, de 04 de julho de 2019, e considerando a deliberação da plenária extraordinária realizada em 10 de novembro de 2025, conforme Ata nº 07/2025,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referentes ao Incentivo "Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo: Investimento", destinado ao repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR/PR, no âmbito da garantia dos direitos da pessoa idosa, conforme estabelecido na Deliberação nº 049/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, ao Município de Mangueirinha – PR.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangueirinha – PR, 10 de novembro de 2025.

JULIANATIEPO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:35A55654

CONTABILIDADE
DECRETO 350/2025 - SUPLEMENTAR

DECRETO 350/2025

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei

Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2432/2024, de 18 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2025, no valor de **R$ 15.900,00 (Quinze Mil e Novecentos Reais),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recurso o Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê os incisos II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 12 de Novembro de 2025.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão: 12/11/2025

Tipo Crédito	Natureza da Despesa	Ação	Recurso	Origem	Valor (R$)
Crédito suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2051	05016/01016	Anulação de dotação	10.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.39.00.00.00.00	2051	01952/00934	Excesso de Arrecadação	5.900,00

Total da Entidade: R$ 15.900,00
Total Geral: R$ 15.900,00

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:5757D4C9

PROCURADORIA
DECRETO Nº 345, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Aprova a Instrução Normativa nº 04/2025, que dispõe sobre normas e regulamentação e procedimentos a serem adotados para inscrição e cancelamento de restos à pagar a serem observadas pela administração direta e indireta do Poder Executivo de Mangueirinha, e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa nº 04/2025, que segue anexa como parte integrante do presente Decreto.
Parágrafo único. A Instrução Normativa a que se refere o *caput* dispõe sobre diretrizes e orientações a respeito dos procedimentos a serem adotados para inscrição e cancelamento de restos a pagar, a serem observadas pela administração direta e indireta do Poder Executivo de Mangueirinha, Estado do Paraná.

Art. 2º Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Administrativas.

Art. 3º Caberá a Controladoria Geral prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2025
Dispõe sobre a regulamentação e procedimentos a serem adotados para inscrição e cancelamento de restos à pagar.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

CONSIDERANDO a competência da Controladoria Geral do Município quanto à normatização, acompanhamento, sistematização e a padronização dos procedimentos de fiscalização;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e normatizar os procedimentos a serem adotados para um maior controle contábil, financeiro e orçamentário do Executivo Municipal;

CONSIDERANDO uma necessidade de maior agilidade, transparência, eficiência e eficácia em relação aos processos contábeis, financeiros e orçamentários;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e orientações a respeito dos procedimentos a serem adotados para inscrição e cancelamento de restos a pagar.

Art. 2º Os servidores públicos designados deverão observar, por ocasião de suas atribuições de acompanhamento, lançamentos, controle e procedimentos, no âmbito e da Administração Pública Municipal, as determinações estabelecidas por esta Instrução Normativa, e também os imperativos previstos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Federal nº 4.320, de 1964; Decreto Federal nº 93.872, de 1986 e demais legislações pertinentes e vigentes.

Art. 3º A inscrição e a reinscrição doravante denominada "inscrição" de créditos em Restos a Pagar, observarão as disposições constantes nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS

Art. 4º Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
§1º os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Correspondem, ainda, às despesas para as quais foi apurado o direito do credor, mas foi verificada a inviabilidade de emissão de ordem bancária dentro do exercício.
§2º Os restos a pagar não processados se referem às despesas empenhadas não liquidadas cuja inscrição está condicionada à indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora ou pessoa por ele autorizada. São despesas que ainda dependem do reconhecimento do direito adquirido pelo credor por meio de nota técnica de liquidação de despesa emitida nos termos regulamentados. Os restos a pagar não processados dividem-se em duas espécies:

I - restos a pagar não processados a liquidar: o fato gerador da obrigação ainda não ocorreu, assim a despesa empenhada não poderá ser liquidada;
II - restos a pagar não processados em liquidação: são caracterizados pela existência de fato gerador da obrigação, entretanto, no momento da inscrição, a despesa empenhada estava em processo de liquidação.

CAPÍTULO III
DO CONTROLE DOS SALDOS DAS NOTAS DE EMPENHO E DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se responsáveis pelo controle do saldo contratual e do acompanhamento da execução das Notas de Empenho:
I - os fiscais dos contratos devidamente designados;
II - gestor de cada secretaria.

CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA SUBSIDIAR A INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM RESTOS A PAGAR

Art. 6º Cabe ao fiscal de contrato e gestor de cada secretaria de cada Secretaria/Órgão informar ao Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento os valores a serem inscritos em restos a pagar relativos aos contratos sob sua responsabilidade.

Art. 7º Para uma correta mensuração dos valores a serem inscritos e para obter estimativas precisas, a fiscalização deve dispor de ferramentas de controle, como notas de empenhos, solicitações de pedidos, média histórica de execução em meses anteriores, faturas recebidas, mas não encaminhadas ao Setor de Liquidação, relatórios de medição, pedidos de fornecimento ou outro instrumento de apuração devidamente evidenciado em processo administrativo.

Art. 8º Visando exclusivamente ao controle da programação financeira, o pagamento deverá observar o disposto no contrato e na ordem cronológica estabelecida.

Art. 9º A anulação de empenhos deverá ocorrer sempre que os mesmos excedam a expectativa de execução das respectivas despesas no exercício em que foram emitidos, e caso o objetivo não se concretize, por força de legislação, deverão ser anulados.

Art. 10. Os Restos a Pagar Não Processados que não tenham sido liquidados serão cancelados, caso não se efetive a entrega dos produtos ou serviços contratados, observadas as condições e prazos estabelecidos no respectivo contrato, e desde que não haja ações de cobrança judicial ou extrajudicial em andamento. O cancelamento deverá ocorrer mediante a abertura de procedimento administrativo que registre os fatos e dê ciência aos ordenadores de despesa de que os referidos valores serão anulados.

Art. 11. Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica de pagamento, deverá ser observado o que se segue:
I - As despesas inscritas como restos a pagar processados, deverá ser observada a estrita ordem cronológica dos seus correspondentes atestos, terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição; e
II – Toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial para observância da ordem cronológica de pagamento a sua efetiva liquidação, que se dará na data da emissão do respectivo atesto, observada a disponibilidade financeira.

Art. 12. Serão inscritas em Restos a Pagar as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, considerando o limite do saldo das disponibilidades financeiras.
§1º Para fins de inscrição dos Restos a Pagar, o montante das disponibilidades financeiras corresponderá, para cada fonte de recurso, ao somatório do saldo das contas do Ativo Circulante – Subgrupo Disponível, deduzido do total do saldo das contas do Passivo Circulante, relativas a obrigações financeiras a pagar, apurados em até 31 de dezembro.
§2º No cálculo das disponibilidades financeiras, serão considerados:
I - Os valores registrados no Ativo Circulante, no grupo de contas relativas às transferências voluntárias da União ou Estado;
II - Os valores relativos às parcelas de Operações de Crédito já contratadas e pendentes de liberação pela instituição financeira, necessários para assegurar o pagamento de empenhos já emitidos à conta desses recursos;

Art. 13. As despesas não liquidadas, que por consequência não representam obrigação líquida para a Administração Municipal, e que serão executadas no próximo exercício financeiro, terão seus empenhos cancelados, devendo os respectivos valores serem evidenciados conforme o disposto no art. 55, III, “b”, item “4”, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 14. Fica expressamente vedada a inscrição em Restos a Pagar Não-Processados de despesas empenhadas para atendimento de:
I - adiantamentos em geral;
II - diárias de viagem;
III - despesas de pessoal em geral, ativo e inativo;
IV- auxílios e outros benefícios de natureza previdenciária ou assistencial;
V - sentenças judiciais;
VI - indenizações e restituições de qualquer natureza;
VII – contribuições ao PASEP.

Art. 15. Compete aos ordenadores das despesas, observadas as disposições anteriores, decidir e indicar ao Departamento de Contabilidade, nos prazos estabelecidos, as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.
Parágrafo único. As situações omissas ou não contempladas neste artigo serão submetidas à apreciação do Prefeito Municipal para decisão.

Art. 16. Após o término do exercício, podem ser pagas por dotações de Despesas de Exercícios Anteriores, quando essas devidamente reconhecidas pela autoridade competente e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica, as seguintes despesas:
I – Não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las;
II – De “Restos a Pagar” com prescrição interrompida; e
III – relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
§1º Os empenhos e os pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente podem ser realizados quando houver processo protocolizado e autuado no órgão administrativo, contendo os seguintes elementos:
I – Reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;
II – Manifestação fundamentada da Procuradoria Geral do Município quanto à possibilidade e legalidade da realização do pagamento reclamado, além da análise quanto à ocorrência ou não de prescrição em favor da administração municipal; e
III – Autorização expressa da autoridade competente para que se efetue o empenho e o pagamento da dívida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.
§2º Na realização de empenhos para pagamentos de Despesas de Exercícios Anteriores, devem ser observados, além das disponibilidades orçamentárias, os limites financeiros impostos por decreto de programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso vigente.
§3º Para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, considera-se:
I - Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
II - Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

III - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.
§4º O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores, pela autoridade competente, deverá ocorrer em procedimento administrativo específico, sendo necessário, no mínimo, os seguintes elementos:
I - Identificação do credor/favorecido;
II - Descrição do bem, material ou serviço adquirido/contratado;
III - Data de vencimento do compromisso;
IV - Importância exata a pagar;
V - Documentos fiscais comprobatórios;
VI - Certificação do cumprimento da obrigação pelo credor/favorecido;
VII - Motivação pelo qual a despesa não foi empenhada ou paga na época própria.
§ 5º O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

Art. 17. A inscrição de Restos a Pagar em desacordo com as disposições desta Instrução Normativa, quando comprovada a má fé, pode ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, contra quem lhe der causa.

Art. 18. Fica ao Departamento de Contabilidade do Município a responsabilidade de acompanhar os Restos a Pagar Processados e Não Processados de cada exercício.
§1º É exigível que, para a inscrição de despesas em Restos a Pagar, as Secretarias/Órgãos Municipais executoras da despesa efetuem o pedido de inscrição acompanhado de justificativa.

Art. 19. Fica delegada à Secretaria Municipal de Controladoria e Contabilidade competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:E3A73626

PROCURADORIA
DECRETO Nº 351, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a cessão e utilização de espaços destinados aos Microempreendedores Individuais – MEIs, durante a realização da 11ª edição da EXPOMANG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Mangueirinha, a ser realizada entre os dias 19 a 23 de novembro de 2025.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por lei,

CONSIDERANDO a realização da EXPOMANG 2025, evento oficial do Município destinado à promoção do comércio, da cultura e do agronegócio locais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a participação dos Microempreendedores Individuais – MEIs no Pavilhão do Empreendedor, garantindo igualdade de oportunidades e organização do espaço público;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 310/2025 e nº 337/2025, que dispõem sobre a comercialização de espaços externos e patrocínios da feira, respectivamente,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada, por este Decreto, a cessão e utilização de 17 (dezessete) espaços destinados aos Microempreendedores Individuais (MEIs) no Pavilhão do Empreendedor durante a EXPOMANG 2025, sob a coordenação conjunta da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e da Secretaria Municipal de Finanças.
§1º. Os espaços referidos neste artigo têm caráter institucional, promocional e gratuito, sendo vedada a cobrança de qualquer valor ao expositor, bem como a cessão, transferência ou sublocação a terceiros.
§2º. Cada MEI regularmente inscrito terá direito a 01 (um) estande, conforme disponibilidade e ordem cronológica de inscrição, até o limite de 17 (dezessete) vagas.
§3º. O Município poderá, a seu critério, limitar a participação por segmento ou tipo de atividade, visando à diversidade e melhor aproveitamento do espaço público.

Art. 2º A participação dos interessados ficará condicionada à apresentação de requerimento específico (Anexo I), instruído com os seguintes documentos:
I – cópia do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) atualizado;
II – cópia do documento de identidade e CPF do titular;
III – comprovante de endereço comercial ou residencial no Município de Mangueirinha;
IV – breve descrição da atividade econômica e produtos que pretende expor ou comercializar.

Art. 3º A análise e deferimento dos pedidos caberão à Comissão Organizadora da EXPOMANG, que poderá exigir adequações técnicas e definir critérios de distribuição, priorizando:
I – MEIs com sede no Município;
II – diversidade de ramos e segmentos;
III – adequação do produto ao perfil da feira e às normas sanitárias e de segurança.

Art. 4º O expositor deverá:
I – manter o estande aberto durante todo o horário oficial da feira;
II – zelar pela limpeza, conservação e segurança do espaço;
III – cumprir as normas da Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros;
IV – retirar seus materiais até o prazo fixado pela Comissão Organizadora.

Art. 5º O descumprimento das disposições deste Decreto implicará no cancelamento da autorização, sem prejuízo de responsabilização administrativa ou civil por eventuais danos ao patrimônio público.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora da EXPOMANG 2025, observada a legislação municipal aplicável.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem validade exclusiva para a realização da 11ª edição da EXPOMANG – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Mangueirinha.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

ANEXO I - REQUERIMENTO PARA EXPOSIÇÃO NO PAVILHÃO DO MEI – EXPOMANG 2025

À Comissão Organizadora da EXPOMANG 2025
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____ e no CNPJ/MEI sob nº _____, estabelecido(a) à _____, Bairro _____, Município de Mangueirinha/PR, venho, respeitosamente, requerer autorização para expor e/ou comercializar produtos/serviços no Pavilhão do MEI – EXPOMANG 2025.

Atividade principal: _____
Produtos ou serviços a serem expostos: _____
Telefone/WhatsApp: _____
E-mail: _____
Declaro estar em dia com as obrigações legais relativas ao MEI e ciente de que a utilização do espaço será gratuita, pessoal e intransferível, comprometendo-me a cumprir as normas estabelecidas pela Comissão Organizadora da EXPOMANG 2025 e pelo presente Decreto.

Mangueirinha, _____ de novembro de 2025.

_____
Assinatura do Requerente

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO ORGANIZADORA
Nº do Estande: _____/17
Situação do Pedido: ( ) Deferido ( ) Indeferido
Observações: _____
Assinatura da Secretaria de Indústria e Comércio:
_____

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:7AA15944

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO 006/205 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Resolução 006/2025

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente a repasse do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Mangueirinha Paraná, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025, registrada na ata 08/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1891 de 2015 e suas alterações.
Considerando a Deliberação nº 015/2025-CEDM/PR que trata de repasses de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM), para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.
Considerando o previsto no Art. 13 da citada deliberação (nº015/2025-CEDM/PR), quanto a necessidade de aprovação do aceite por meio do Termo de Adesão, bem como do Plano de Ação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI no Sistema de Acompanhamento do cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

DELIBERA
Art. 1º – Aprovação da Adesão e o Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha, 12 de Novembro de 2025.

ISABEL CRISTINA LEITE LUIZ
Presidente do CMDM

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:C8AAAAB3

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 17/2025

Deliberação da transferência especial recurso emenda nº202543140001 para material de consumo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar em reunião extraordinária, realizada no dia 07/10/2025, Deliberação da transferência especial emenda nº202543140001 recurso para material de consumo, no valor R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).
Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial, revogadas as disposições em contrário.
Mangueirinha, 07 de novembro de 2025.
IZANI FRANK
Presidente do Conselho
Homologo a Resolução n.º 17/2025 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:A574C166

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 18/2025

Deliberação da Resolução SESA Nº 1353/2025 e n° 105/2023 habilitação do Município a receber os equipamentos Odontológicos como Premiação do Programa Previne Brasil.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º- Aprovar em reunião extraordinária, realizada no dia 16/11/2023 e atualizado dia 03/11/2025, Deliberação da Resolução nº 1353/2025 e n°105/2023, habilita o Município a receber os equipamentos odontológicos que serão alocados no Centro Municipal de Saúde Juvino Ferreira dos Santos, CNES: 2595133, Endereço Rua Barão do Rio Branco, 355, como premiação do seu desempenho no indicador do Programa Previne Brasil.
Mangueirinha 04 de novembro de 2025
IZANI FRANK
Presidente do Conselho
Homologo a Resolução n.º 18/2025 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:46167F0D

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 19/2025

Deliberação do incentivo financeiro Municipal para APAE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º- Aprovar em reunião extraordinária, realizada no dia 07/11/2025, Deliberação do incentivo financeiro municipal para auxilio de custeio quanto à estrutura e manutenção da equipe multiprofissional da APAE (associação de pais e amigos dos excepcionais) no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) fixo mais produção, totalizando o valor de R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) mensal.

Mangueirinha 07 de outubro de 2025

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 19/2025 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:81E5333A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N°480/2025

SÚMULA: Nomeia Gestor do Fundo Municipal de Cultura, em observância a Lei nº 2153/2023 e LEI 2214/2024.

Célio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Darlene de Souza Barbosa, CPF 793.839.719-91, RG 5.051.107-3, como Gestora do Fundo Municipal de Cultura, em observância a Lei nº 2153/2023 e LEI 2214/2024.

Art. 2º. Revogam-se todas as disposições em contrário.
Art. 3. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, Marilena-PR, em 12 de novembro de 2025

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:C1D81211

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 477/25

DECRETO Nº 477/2025

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Convênio.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica designado o funcionário Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, portador da RG. Nº 188.176-7 SSP PR e do Cpf nº 815.887.399-53, servidor desta Prefeitura Municipal no cargo de Secretário de Obras Viação e Serviços Urbanos para responder como gestor de convênio e como fiscal fica designado o funcionário Ernandes Luis da Graça, matrícula nº 6337, portador da RG. Nº 5.054.659-4 e do Cpf nº 023.752.979-38, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Pesca, Termo ser firmado com a SEAB –Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, protocolo nr. 24.641.190-5.

Artigo 2º) - 1.0 - São funções do Gestor de Convênio, entre outras atribuições pertinentes:
1.1 – Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada;
1.2 – Diligenciar para que a execução do Convênio ocorra conforme o previsto no Plano de Trabalho;
1.3 – Acompanhar a execução do convênio responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
1.4 – Atuar como interlocutor do órgão concedente;
1.5 – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do convênio;
1.6 – Zelar pelo cumprimento integral do convênio;
1.7 – Emitir Termo de conclusão, atestando o término deste convênio e o cumprimento do objeto;
1.8 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Artigo 3º)- 1.0 – São funções do Fiscal do Termo de convênio, entre outras atribuições pertinentes:
1.1 - Conhecer o edital, o contrato e os aditivos;
1.2 - Anotar ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
1.3 - Determinar o que é necessário para regular faltas ou defeitos;
1.4 - Fiscalizar a aplicação de recursos repassados a entidades privadas;
1.5 - Fiscalizar a formalização, a execução e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros.

Artigo 4º) - Revogadas às disposições em contrário este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:6F20D63F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 478/25

Decreto nº 478/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2361/25, de 112/11/2025, etc...,

DECRETA:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 401,66 (-Quatrocentos e um reais e sessenta e seis centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo financeiro Convênio nº 976/24, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, que teve como objeto à aquisição de 01 Veículo tipo ônibus destinado a suprir as demandas da Gestão Municipal, afim de possibilitar a viabilidade dos trabalhos das secretarías, além de uma melhor fiscalização dos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidas na Zona Urbana de nosso município.**, cujo valor será consignado no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto como segue:**

08.000	DEPARATAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	VALOR
08.001	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0013.1.166	CV Nº 976/24 – SECID – (Aquisição de ônibus)	
Fonte – 869	CV Nº 976/24-SECID-(Aquisição de ônibus)-Exercício Corrente	
3.3.90.33.00.00	Indenizações e Restituições	401,66
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**401,66**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.0.1.99.43.00.00.00. - CV Nº 976/24 - SECID - (Aquisição de ônibus) Fonte – 869 - CV Nº 976/24 - SECID - (Aquisição de ônibus) - Exercício Corrente	401,66
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**401,66**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de novembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:8DC8821B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 479/2025

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PUBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 12 de Novembro de 2025, a saber:

NOME: CPF: CARGO:

DIANA FRANCISCO DOS SANTOS xxx.532.108-xx PSICÓLOGO

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:642C492F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2361/25

Lei nº 2361/2025

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 401,66 (-Quatrocentos e um reais e sessenta e seis centavos-), visando dar suporte legal na devolução de saldo financeiro Convênio nº 976/24, firmado entre a SECID e o Município de Marilena-Pr, que teve como objeto à aquisição de 01 Veículo tipo ônibus destinado a suprir as demandas da Gestão Municipal, afim de possibilitar a viabilidade dos trabalhos das secretarías, além de uma melhor fiscalização dos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidas na Zona Urbana de nosso município.**, cujo valor será consignado no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto como segue:**

08.000	DEPARATAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	VALOR
08.001	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0013.1.166	CV Nº 976/24 – SECID – (Aquisição de ônibus)	
Fonte – 869	CV Nº 976/24-SECID-(Aquisição de ônibus)-Exercício Corrente	
3.3.90.33.00.00	Indenizações e Restituições	401,66
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**401,66**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.3.2.1.01.0.1.99.43.00.00.00. - CV Nº 976/24 - SECID - (Aquisição de ônibus) Fonte – 869 - CV Nº 976/24 - SECID - (Aquisição de ônibus) - Exercício Corrente	401,66
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**401,66**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de novembro de 2.025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:E4D9FE87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 4502/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 67.046,42 (sessenta e sete mil, quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2638 de 27 de dezembro de 2024.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2025 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 67.046,42 (sessenta e sete mil, quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2041	3339030000000000000	Material de consumo	50.000,00	00511
12.001.0010.0305.0112.2030	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15.945,95	00500
12.001.0010.0305.0112.2030	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	383,47	00496
12.001.0010.0302.0112.2028	3339030000000000000	Material de consumo	717,00	00496

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 67.046,42 (sessenta e sete

mil, quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) nas fontes de recursos 00511, 00500 e 00496.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2627, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2290, de Novembro de 2021 - Lei do PPA 2022/2025 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2025.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:17EA93CD

GABINETE
PORTARIA Nº 1520/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DESIGNAR

Art. 1° A servidora Pública Municipal **KASSIA NOVOCHADLO**, ocupante do cargo de Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico**,** portadora do RG n° 7.862.051-0 e CPF n° 007.552.429-55 a responder como Gestora do Convênio com a Secretaria do Estado do Turismo, referente a Marcha para Jesus.

Art. 2° A servidora Pública Municipal **MARCELLE NEPOMUCENO GASPAR,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo, portadora do RG n° 12.318.299-5 e CPF n° 053.614.729-99 a responder como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo, referente a Marcha para Jesus.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:ACEFE744

GABINETE
PORTARIA Nº 1521/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício n° 535/2025-SEFIN, resolve:

REVOGAR

Art.1° Da servidora **THEMIS PFEIFFER SERRONE,** matrícula nº **100482/1**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a função gratificada de **COORDENADOR DE SERVIÇOS DE CADASTRO IMOBILIÁRIO,** simbologia **FG-3.**

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 11 de novembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:064EAC56

GABINETE
PORTARIA Nº 1522/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº1165/2008 e nº 2208/2021 e suas alterações, resolve:

LOTAR

Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a servidora **Themis Pfeiffer Serrone,** matrícula n° 100482/1, ocupante do cargo público de **Monitor de Transporte Escolar,** a partir do dia 11 de novembro de 2025.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 11 de novembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F613296E

GABINETE
PORTARIA Nº 1523/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 36481/2025, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **20 (vinte) dias de férias**, a partir de 15 de dezembro de 2025 a 03 de janeiro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101192/1	Sirlene Oliveira dos Santos	Técnico em Radiologia	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:BFA46874

GABINETE
PORTARIA Nº 1524/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 36481/2025, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a partir de 01 a 15 de dezembro de 2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
73482/1	Marciane Barbosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A8B0CE0A

GABINETE
PORTARIA Nº 1525/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 36481/2025, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a partir de 08 a 22 de dezembro de 2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
73440/1	Aline Hidalgo Ferreira	Técnico em Saneamento e Meio Ambiente	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:9938F942

GABINETE
PORTARIA Nº 1526/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 36481/2025, resolve:

CONCEDER
Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a partir de 15 de dezembro de 2025 a 13 de janeiro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
3450/1	Cristiane Pereira Alboit da Veiga	Auxiliar de Serviços Gerais	2022/2023

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0809D2D5

GABINETE
PORTARIA Nº 1527/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo nº 36481/2025, resolve:

CONCEDER

Aos servidores abaixo relacionados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a partir de 01 a 30 de dezembro de 2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
63460/1	Osvaldo Rehder Ferreira Filho	Motorista D	2022/2023
67300/1	Paulo Sergio Rodrigues de Oliveira	Motorista D	2020/2021
13285/1	Rene Kruger	Operador de Maquinas Pesadas	2023/2024
101325/1	Talita Sarnieski Ferraz	Médico Clínico Geral Plantonista	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:FBC1443C

GABINETE
PORTARIA Nº 1528/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, conforme processo n° 36489/2025, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a partir de 01 a 15 de dezembro de 2025, concedidas por meio da Portaria nº 1419/2025 e suspensas por meio da Portaria nº 1412/2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
60003/4	Vicente Nunes dos Santos	Motorista D	2022/2023

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8DB0FC77

GABINETE
PORTARIA Nº 1529/2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, conforme processo n° 36489/2025, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a partir de 16 a 30 de dezembro de 2025, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período

60003/4	Vicente Nunes dos Santos	Motorista D	2023/2024

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16 de dezembro de 2025, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F9EB6410

GABINETE
PORTARIA Nº 1530/2025

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade ao servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Municipal n° 1165/2008 – **(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos),** e considerando o decreto regulamentar n° 065/2015, conforme conclusões do laudo técnico pericial emitido por técnico responsável após vistorias nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade de grau médio, no percentual de **20% (vinte)**, incidente sobre o vencimento do servidor que habitualmente labora em condições insalubres, abaixo mencionado:

Secretaria Municipal de Saúde		
Matrícula	**Nome**	**Cargo**
60984/3	Camilla Carolina Pauperio	Técnico em Enfermagem

Art. 2º - Compete ao departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de **Saúde**, sob pena de responsabilidade, fiscalizar a continuidade dos pressupostos que originaram a concessão dos adicionais de Insalubridade, comunicando imediatamente à Diretoria de Recursos Humanos central, as situações que podem alterar ou eliminar as condições e riscos nos locais de trabalho.
Art. 3º - Para revisão do adicional de insalubridade o servidor deverá requerer de acordo com os procedimentos previstos no Decreto regulamentar n° 065 de 16 de março de 2015.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos, a partir do dia **02 de outubro de 2025**.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:746A7D91

GABINETE
PORTARIA Nº 1531/2025

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade ao servidor que menciona.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Municipal n° 1165/2008 – **(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos),** e considerando o decreto regulamentar n° 065/2015, conforme conclusões do laudo técnico pericial emitido por técnico responsável após vistorias nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade de grau médio, no percentual de **20% (vinte)**, incidente sobre o vencimento do servidor que habitualmente labora em condições insalubres, abaixo mencionado:

Secretaria Municipal de Saúde		
Matrícula	**Nome**	**Cargo**
101794/1	Vanessa dos Santos Padilha de Andrade	Técnico em Enfermagem

Art. 2º - Compete ao departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de **Saúde**, sob pena de responsabilidade, fiscalizar a continuidade dos pressupostos que originaram a concessão dos adicionais de Insalubridade, comunicando imediatamente à Diretoria de Recursos Humanos central, as situações que podem alterar ou eliminar as condições e riscos nos locais de trabalho.
Art. 3º - Para revisão do adicional de insalubridade o servidor deverá requerer de acordo com os procedimentos previstos no Decreto regulamentar n° 065 de 16 de março de 2015.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos, a partir do dia **16 de setembro de 2025**.

Matinhos, PR, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:49C41F3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº182/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE CÂMARA FRIA, DEVIDAMENTE EQUIPADA E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, DESTINADA AO ARMAZENAMENTO ADEQUADO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$80.489,60 (oitenta mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/11/2025 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: AMPLA CONCORRÊNCIA COM APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR n°123/2006
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Rafael Ramthun
Código Identificador:EDBABD41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA USO DE PACIENTES ATENDIDOS PELAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$210.219,99 (duzentos e dez mil, duzentos e dezenove reais e noventa e nove centavos)
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 28/11/2025 às 09h00min
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Rafael Ramthun
Código Identificador:6A8CA20F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE SUSPENSÃO - LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 001/2025

TERMO DE SUSPENSÃO

MODALIDADE: LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INOVADORA DE VIDEOMONITORAMENTO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, PARA CAPTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE IMAGENS E DADOS EM TEMPO REAL, VISANDO SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DE SEGURANÇA NO ÂMBITOMUNICIPAL

O Agente de Contratação responsável pela Licitação Especial n° 001/2025 do Município de Matinhos, Estado do Paraná, conforme designado pela Decreto 3756 de 07 de abril de 2025, em conformidade com suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO do referido edital conforme Memorando Nº 187/2025 da Secretaria de Administração.
Assim que a Administração tomar uma decisão sobre as medidas necessárias, prosseguiremos com o processo licitatório, publicando o edital revisado e disponibilizando-o para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 ramais: 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 12 de novembro de 2025.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafael Ramthun
Código Identificador:50E08AC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 20/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº83/2025

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 09:00 horas, do dia 26 de novembro do ano de 2025, no portal nacional de Compras BNC, o Pregão Eletrônico nº20/2025, tipo menor preço por item Objeto: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de aquisição, locação, fornecimento, instalação, manutenção e retirada de peças, objetos, luzes e enfeites com temas natalinos e de virada de ano, sob responsabilidade técnica e operacional da contratada, a serem executados nas principais ruas prédios públicos e parques do Município de Mato Rico/PR. Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fonefax: 0800 888 5155 Whatsapp (0**42) 3633-1160 - ou pelo email licitacoes@matorico.pr.gov.br, de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 11 de novembro de 2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:1E2C2A8D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº155/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 155/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2025 - ADESÃO nº02/2025–
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025 / Pregão Eletrônico n° 008/2025 - CIBAX

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 12/11/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA CNPJ: 03.093.776/0008-68.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Aquisição Caminhão Caçamba Basculante 6x4 conforme convenio SEAB nº327/2025 Município de Mato Rico – PR.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12/11/2025 e terá vigência até 12/11/2026.

VALOR TOTAL: R$ 629.000,00 (seiscentos e vinte e nove mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto juntamente com a apresentação da nota fiscal referente à entrega do produto e o recebimento.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
1O - SECRETARIA DE AGROPECUÁRA, INDUSTRIA E COMERCIO
1O.OO1 . DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRA
10.001.20.608.2001.1.053 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos p/a Patrulha
Agrícola
4.4.90.52.00.00 - Equinamentos e Material Permanente

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:BD42E7D5

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº156/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025
COMPRA DIRETA Nº16/2025

Processo Administrativo nº 84/2025
Contratante: Município de Mato Rico/PR.
Contratada: LOJAO EXTRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.815.703/0001-66.
Objeto: A Aquisição de Panela de Pressão Profissional em Alumínio com fechamento externo e capacidade de 15 litros para a manutenção da creche municipal.

Fundamento Legal: Art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 05/2025.
Valor: R$ 1.455,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
Prazo de Execução: até 5 dias úteis, contados do recebimento da solicitação de compras.
Data da Assinatura: 12/11/2025.
Signatários: Prefeita Municipal Inez Gonçalves de Abreu e representante legal da empresa contratada.

Mato Rico/PR, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:896C276D

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO COMPRA DIRETA Nº16/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Mato Rico através da Prefeita Sra. Inez Gonçalves de Abreu, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no art. 95, §2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, decreto municipal 01/2025 e 05/2025 e conforme o que consta do Processo de Compra Direta nº 16/2025 processos Administrativo nº 84/2025, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade compra direta com Aquisição de Panela de Pressão Profissional em Alumínio com fechamento externo e capacidade de 15 litros para a manutenção da creche municipal, anexo ao procedimento licitatório constante no processo e ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto licitado em favor da empresa LOJAO EXTRA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.815.703/0001-66, pela proposta conforme as necessidades do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO no valor de 1.455,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Mato Rico PR, 12 de novembro de 2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:7574AF96

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 424/2025 - CONVCAÇÃO PSS 001/2025 - FLAVIO MIQUELATO - CARGO - FARMACEUTICO

PORTARIA Nº 424/2025

SÚMULA – Convoca candidatos para apresentação de títulos e comprovação de tempo de serviço, classificados Concurso PSS 001/2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU, Prefeita Municipal em Exercicio de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

CONVOCAR:

Artigo 1º - Em conformidade com o Edital de Classificação – Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2025 de 02/10/2025 - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIOS DO PARANÁ – 02/10/2025 – Edição 3376, **CONVOCAR** os (as) candidatos (as), abaixo relacionados (as), a comparecerem no Paço Municipal Luiz Bini, no Depto de Recursos Humanos, para apresentação de documentos e títulos declarados no ato de inscrição do referido processo de seleção, tem o prazo de 05 (cinco) dias utéis a contar da publicação desta.

PSS 001/2025. Processo Seletivo Simplificado, Mato Rico PR. Cargo: "Farmacêutico"

Candidato	Classificação
Flavio Miquelato	1º
-x-	-x-

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, **12 de novembro de 2025**

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:BC72490A

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 425/2025 - NOMEIA COMISSÃO ENTREVISTA PSS 001/2025

PORTARIA Nº 425/2025

SÚMULA: Nomeia servidoras para comporem a banca de entrevista do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU, Prefeita Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no Edital nº 01/2025 do Processo Seletivo Simplificado – PSS, destinado à contratação temporária de Cuidador Social e Cuidador de Idoso,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas e designadas as servidoras abaixo relacionadas para comporem a banca de entrevista do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025:
Servidora Cargo Matrícula
Silvana Bednarczuk Assistente Social 200875
Gislaine da Silveira Psicóloga 200716

Art. 2º Compete à banca de entrevista a análise das características, competências e perfil psicológico dos candidatos convocados, conforme o previsto no edital do PSS nº 01/2025, para os cargos de Cuidador Social e Cuidador de Idoso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Paço Municipal Luiz Bini, Mato Rico – PR, 13 de novembro de 2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:740004F8

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RETIFICA-SE NA INTEGRA – "EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2025" PUBLICADO NA DATA DO DIA 12/11/2025 EDIÇÃO 3405

RETIFICA-SE NA INTEGRA – "EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2025" PUBLICADO NA DATA DO DIA 12/11/2025 EDIÇÃO 3405

PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO

TORNAR PÚBLICO
O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal INEZ GONÇALVES DE ABREU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Edital 01/2025, vem tornar público aos interessados a publicação do Edital de Homologação da Classificação Final dos cargos de **Operador de máquina "A", Auxiliar de Farmácia, Técnico de Enfermagem, Farmacêutico, Fonoaudiólogo e Psicólogo,** do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2025.

Art. 1º A **HOMOLOGAÇÃO** da Classificação Final dos cargos: Operador de máquina "A", Auxiliar de Farmácia, Técnico de Enfermagem, Farmacêutico, Fonoaudiólogo e Psicólogo, referente ao PSS 001/2025.
Art. 2º A classificação no PSS não gera aos candidatos o direito à nomeação para o cargo e/ou emprego, cabendo à Administração da Prefeitura o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no PSS.
Art. 3º Será publicado Edital específico para etapa de entrevista dos cargos de **Cuidador Social e Cuidador de Idoso**, que ocorrerá em caráter eliminatório aferida por equipe designada.
Art. 4º O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano a partir da presente homologação.
Art. 5º A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos aprovados, observada a necessidade do Município e o limite fixado pela Constituição e Legislação Federal com despesa de pessoal.
Art. 6º A convocação será realizada através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, e no endereço eletrônico www.matorico.pr.gov.br.
Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, que será realizada no Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico www.matorico.pr.gov.br.

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 13 de novembro de 2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:5FCCA3E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL REF: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

A comissão de licitação constituída comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Concorrência Eletrônica nº 03/2025, a classificação final do certame:

Nº	Empresa	Valor R$
01	A BARTOLI DE SOUZA LTDA	256.999,99

Miraselva, 12 de novembro de 2025.

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:E36D60E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 129/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 28 de novembro de 2025,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por lote**, que tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) na organização de eventos e na execução de serviços correlatos, abrangendo a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas e sistemas de iluminação decorativa, com vistas à ornamentação natalina e de Réveillon do Município, pelo período de 06 (seis) meses, no valor máximo de **R$ 870.775,13 (oitocentos e setenta mil e setecentos e setenta e cinco reais e treze centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 12 de novembro de 2025.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:2A053A2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2469 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 2469/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 41.397,70 (quarenta e um mil trezentos e noventa e sete reais e setenta centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
06	Secretaria Municipal de Educação e Esportes	
06.001.12.361.0331.2.018	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino	

	Fundamental	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1042	Transferencia de Recursos do FNDE referentes ao Programa Na	R$ 20.000,00
06.001.12.365.0331.2.022	Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1042	Transferencia de Recursos do FNDE referentes ao Programa Na	R$ 11.397,70
06.001.12.367.0331.2.030	Manutenção da Merenda Escolar - Educação Especial	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1042	Transferencia de Recursos do FNDE referentes ao Programa Na	R$ 10.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 41.397,70**
Receita:1.7.1.4.52.01.00.000000	Fonte: 1000	41.397,70
		Total da Receita: R$ 41.397,70
Total Vinculado: 41.397,70		
Total Ordinário: 0,00		

Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
1042	Transferencia de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional	41.397,70
	Total	**41.397,70**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6352EA01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2470 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 2470/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 59.276,57 (cinqüenta e nove mil duzentos e setenta e seis reais e cinqüenta e sete centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.002.10.301.0160.2.036	Manutenção de programas de Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01495	Atenção Básica	R$ 29.276,57
07.002.10.305.0306.2.043	Manutenção de programa de Alimentação e Nutrição	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
01495	Atenção Básica	R$ 30.000,00
Total Suplementação:		**R$ 59.276,57**

Receita:1.7.1.3.50.11.01.000000	Fonte: 1000	59.276,57
Total da Receita:		**R$ 59.276,57**

Total Vinculado:	59.276,57
Total Ordinário:	0,00

Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
1495	Atenção Básica	59.276,57
Total		**59.276,57**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4006D75E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2471 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 2471/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0160.2.033	Manutenção de Administração da Saúde Pública	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 5.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 5.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.002.10.301.0160.2.036	Manutenção de programas de Atenção Básica	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 224,52
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 68,86
07.002.10.302.0160.2.040	Manutenção de Assistência e Serviços Hospitalares e Ambulatoriais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 4.706,62
	Total Redução:	**R$ 5.000,00**

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00	5.000,00
	Total	5.000,00	**5.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 10 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B87F3E8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2478 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2478 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Altera o Decreto nº 1437 de 26 de março de 2024, que institui o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância no âmbito do Município de Morretes

O **Prefeito Municipal de Morretes**, Estado do Paraná, Senhor **Sebastião Brindarolli Junior**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê intersetorial do Políticas Públicas para o Primeira Infância, no âmbito do município de Morretes, com a finalidade de assegurar a articulação de ações destinadas à proteção e a promoção dos direitos da criança na primeira infância.

§ 1º O Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social
TITULAR: Maria Cristina Moraes da Costa Pinto
SUPLENTE: Karine Guimarães

II - Representante do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
TITULAR: Rayza Tonetti de Ramos
SUPLENTE: Hallana da Graça Carvalho Pereira

III – Representante do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
TITULAR: Ane Karoline da Silva
SUPLENTE: Chislene Roberta da Silva

IV – Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: Ana Elisia Massuco
SUPLENTE: Ingrid Oliva Gama Vieira

V – Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: Poliana Tonetti de Araújo
SUPLENTE: Francielin de Fátima Apolinário da Souza

VI – Representantes do Conselho Tutelar
TITULAR: Daniele Cunha dos Santos
SUPLENTE: Jéssica Maria Simão Dvojatzki

VI – Representantes da Pastoral da Criança
TITULAR: Francisca Gomes de Lima Foss
SUPLENTE: Rosicléia da Cruz

VII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
TITULAR: Josemeri do Rocio Malucelli Pulsides
SUPLENTE: Maíza Rafaele Vieira Barbosa Lisboa

Parágrafo único: O Comitê possui a prerrogativa de convidar técnicos de outros setores, secretarias, órgãos, instituições, empresas, etc., para participarem em reuniões cujas pautas requeiram conhecimentos específicos.

§ 1º - A participação dos representantes do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 2º - São atribuições do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância:

I – Articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado da criança na primeira infância;
II - Acompanhar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância;
III - Atuar em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância; e
IV - Promover o desenvolvimento integral, a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança na primeira infância.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 4º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 1437, de 26 de março de 2024.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 12 novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:040DEF40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2479 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2479 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: "Convoca aIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes a realizar-se no dia 27 de novembro de 2025, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Morretes - Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", daLei Orgânicado Município;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da legislação vigente pertinente ao Conselho Municipal deMeioAmbientee Fundo Municipal doMeioAmbientee a consequente revisão das demais normas correlatas;

CONSIDERANDO o término da validade do mandato dos conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal deMeioAmbienteem 14 de outubro do corrente ano e a necessidade de prevenir a descontinuidade das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal deMeioAmbiente, RESOLVE:

Art. 1º- Convoca-se a III ConferênciaMunicipal doMeioAmbientede Morretes, que terá como objetivo e finalidade a eleição dos novos Conselheiros, bem como desenvolvimento de pautas pertinentes ao tema.

Art. 2º- AConferênciaMunicipal de Morretes será realizada no dia 27 de novembro de 2025, com início previsto para às 18h, nas dependências da Casa Rocha Pombo, Largo Dr. José dos Santos Pereira Andrade, 43 – Centro Histórico, no Município de Morretes, Estado do Paraná.

Art. 3º- AIII ConferênciaMunicipal doMeioAmbientede Morretes terá como tema "Saneamento Básico e Mananciais" e como lema "Preservação, Gestão Sustentável e Qualidade de Vida".

Art. 4º- A Comissão Municipal Preparatória daIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes deverá ser definida por meio de decreto.

Art. 5º- AIII ConferênciaMunicipal será presidida pelo Secretária Municipal de Meio Ambiente, Mariana Meduna Moscardi Charello, por ser secretária da pasta envolvida e atual presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 6º- O evento seguirá os moldes definidos no Regimento Interno daConferênciaMunicipal, constante no Anexo Único deste Decreto, que será lido durante aConferência.

Art. 7º- Fica delegada à Secretaria Municipal deMeioAmbientee Urbanismo os encaminhamentos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 8º- As despesas com a realização do evento correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Morretes.

Art. 9º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DAIII CONFERÊNCIAMUNICIPAL DEMEIOAMBIENTEDE MORRETES EM 2025

Art. 1º- O presente Regimento define as regras de funcionamento da IIIConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes, convocada pormeiodo Decreto Municipal nº 1924, de 16 de dezembro de 2024.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º- AConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes é o foro municipal de debate do direito aoMeioAmbiente, aberta a todos os segmentos da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público, e convocada pelo Chefe do Poder Executivo da Cidade de Morretes.

Art. 3º- AConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes será realizada no dia 27 de novembro de 2025, quinta-feira, entre as 18h e 22h30, na Casa Rocha Pombo, Largo Dr José dos Santos Pereira Andrade, 43 – Centro Histórico.

Parágrafo único. AConferênciaMunicipal deMeioAmbientetem como objetivo principal a eleição dos representantes da Sociedade Civil Organizada para preencher as vagas no Conselho Municipal deMeioAmbiente- CONSEMA para o mandato 2025/2027.

Art. 4º- Os participantes daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes se distribuirão em 03 (três) categorias:
I - Representantes dos segmentos da sociedade civil organizadas, conforme art. 9° da Lei Complementar 61 de 2024;
II - Observadores; e
III - Convidados.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 5º- São objetivos daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes:

I - Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município de Morretes com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Ambiental;

II - Propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre os desafios que oMeioAmbienteenfrenta dentro da cidade de Morretes; e

III - Proporcionar a discussão, análise e oferecimento de propostas a fim de reajustar e reestruturar a legislação municipal vigente com a realidade fática domeioambientemunicipal;

Art. 6º- AIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes terá como finalidades:
I - Eleição do Colegiado do Conselho Municipal deMeioAmbiente para o mandato 2025/2027;
II – Eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Meio Ambiente para o mandato de 2025/2027;
III – Apresentação e recepção de projetos de lei para pagamento por serviço ambiental no município de Morretes;
IV – Apresentação de palestras educativas dentro do tema proposto.

CAPÍTULO III
DO TEMA E LEMA
Art. 7º- AIII ConferênciaMunicipal doMeioAmbientede Morretes terá como tema "Saneamento Básico e Mananciais" e como lema "Preservação, Gestão Sustentável e Qualidade de Vida".

Art. 8º- As discussões naIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes deverão se concentrar nos seguintes eixos temáticos:

I - O Papel do Conselho Municipal deMeioAmbientede Morretes;
II – Saneamento básico e recursos hídricos;
III – Animais domésticos e a saúde ambiental;
IV – Pagamento por Serviço Ambiental.

CAPÍTULO IV
DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 9ºAIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes tem abrangência municipal e suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas ambientais que possam ser adotadas no âmbito municipal.

§ 1º Todos os participantes presentes àIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes devem reconhecer a procedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

§ 2º Os debates, proposições e os documentos daIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes devem se relacionar diretamente com o tema, lema, objetivos, finalidades e eixos temáticos definidos por este regimento.

Art. 10.AIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes será presidida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, na sua ausência por membro da comissão organizadora indicado formalmente.

Art. 11.A organização e a realização daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes será conduzida pela Comissão Municipal Preparatória, com o apoio da Secretaria Municipal deMeioAmbientee Urbanismo.

Parágrafo único. Os integrantes que compõem a Comissão Municipal Preparatória daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes serão definidos via decreto próprio.

Art. 12. As despesas com a organização e realização daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 13.AConferênciaserá composta das seguintes atividades:

I - Inscrições;
II - Credenciamento;
III - Abertura e leitura do Regimento;
IV – Apresentação dos Eixos Temáticos;
V - Grupos de Trabalho dos Eixos;
VI – Apresentação das Propostas;
VII - Plenária;
VIII – Encerramento.

Art. 14. Compete à Comissão Municipal Preparatória daConferênciaMunicipal
deMeioAmbientede Morretes:

I - Coordenar, supervisionar e promover a realização daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
II - Elaborar documento sobre o tema e lema daconferênciaque subsidiará as discussões no processo daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes;
III - Elaborar a programação e a pauta daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes;
IV - Apoiar e estimular as atividades preparatórias de discussão do tema daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes;
V - Aprovar o projeto de divulgação para aConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes; e
VII - Elaborar o relatório final daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes.

Seção I
Das Inscrições
Art. 15. As inscrições para compor o CONSEMA durante o período de 2025 a 2027, serão realizadas pormeiode link de inscrição promovido pela Comissão Municipal Preparatória no dia daIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes
Seção II
Do Credenciamento
Art. 16.O credenciamento será efetivado mediante confirmação de presença no dia daIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes para:

I - Representantes dos segmentos representativos da sociedade local;

II - Convidadas e convidados;

III - Observadores;

Seção III
Da Abertura e Leitura do Regimento

Art. 17. Será anunciada a presença das autoridades locais, bem como a presença da Comissão Municipal Preparatória.

Art. 18. Após a abertura daconferênciaserá procedida a leitura do Regimento Interno.

Parágrafo único. a abertura da Conferência será realizada pelo presidente da comissão preparatória.

Seção IV
Da Apresentação dos Eixos Temáticos
Art. 19.A Apresentação dos Eixos Temáticos será realizada por palestrantes convidados especialistas nos temas de cada eixo.

Art. 20.A Apresentação dos Eixos Temáticos terá duração de 1h30min, distribuídos em 3 (três) apresentações de 30min cada, sendo que o primeiro tema "O Papel do Conselho Municipal deMeioAmbientede Morretes" será apresentado pela atual presidente do CONSEMA.

Seção V
Dos Grupos de Trabalho dos Eixos

Art. 21. Os participantes daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes dividir-se-ão entre os 03 (três) eixos temáticos estabelecidos no art. 8º deste Regimento, sendo que cada eixo terá um correspondente Grupo de Trabalho.

§ 1º Os Representantes dos segmentos representativos da sociedade local, convidadas e convidados, e observadores e observadoras definirão o eixo de cujo Grupo de Trabalho participarão no ato de sua inscrição.

§ 2º Caso haja desproporcionalidade de participantes entre os Grupos de Trabalho, a Comissão Preparatória poderá, a seu critério, remanejar os participantes entre os Grupos de Trabalho.

Art. 22. Os Grupos de Trabalho darão início as suas atividades as 20h30min, e terão duração de 45min.

Parágrafo único. Cada um dos Grupos de Trabalho deverá produzir um relatório com, no mínimo 02 (duas) e no máximo 05 (cinco) propostas de políticas municipais relacionados ao eixo temático correspondente ao Grupo de Trabalho para atividade do CONSEMA.

Seção VI
Da Apresentação das Propostas
Art. 23. As propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho dos eixos temáticos serão submetidas à Plenária Deliberativa e serão votadas pelos representantes dos segmentos representativos da sociedade local, pela sua inclusão ou não nas propostas daConferência.

§ 1º As propostas serão votadas pelos presentes, exceto pelo membros do Grupo de Trabalho que as gerou.

§ 2º O participante deverá manifestar seu voto ao levantar seu crachá, quando as opções sim ou não forem lidas.

§ 3º As propostas que obtiverem maioria de votos favoráveis serão incluídas no relatório final daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes.

Seção VII
Da Plenária dos Conselheiros

Art. 24.A Plenária Deliberativa será constituída pelos participantes credenciados na condição de representantes dos segmentos representativos da sociedade local com competência para analisar, aprovar, rejeitar, ou rejeitar em parte pormeiode destaque as conclusões e propostas dos Grupos de Trabalho, assim como aprovar ou rejeitar as moções.

Art. 25. As moções devem ser apresentadas em um dos Grupos de trabalho e serão aprovadas por maioria simples na Plenária Deliberativa.

§ 1º As moções devem ser inerentes ao eixo temático do Grupo de Trabalho.

§ 2º Não cabem emendas ou modificações nas moções durante sua apreciação pela Plenária Deliberativa.

§ 3º Cada Grupo de Trabalho poderá apresentar no máximo 02 (duas) moções.

CAPÍTULO V
DA DEFINIÇÃO DAS ENTIDADES QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOMEIOAMBIENTEDE MORRETES
Art. 26. Após a Plenária Consultiva e deliberativa definir-se-á as entidades com representação no Conselho Municipal deMeioAmbientede Morretes para o biênio de 2023/2025.

Art. 27. As vagas de conselheiros destinadas às entidades estão distribuídas entre os segmentos representativos conforme a Lei Ordinária 817/2024.

Parágrafo único. Cada vaga corresponderá a 01 (um) conselheiro titular e 01 (um) conselheiro suplente.

Art. 28. Existindo mais de uma entidade, atividade ou profissional das previstas, os nomes indicados para representantes e suplentes serão apresentados e colocados em votação pelos presentes na conferência.
§1º Será eleito quem obter a maioria dos votos.
§ 2º A Comissão Preparatória não terá voto.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 29. Serão concedidos certificados aos participantes daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes.

Art. 30. Os resultados obtidos serão condensados em Relatório Final daConferênciaMunicipal doMeioAmbientede Morretes, anexando a Ata da Audiência e o registro fotográfico assinado pelos integrantes da Comissão Preparatória daConferênciae deverá ser enviado ao Prefeito Municipal, em até 10 (dez) dias após a realização daconferência, para que seja providenciada a Resolução de nomeação dos membros do Conselho Municipal deMeioAmbientede Morretes.

Art. 31. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Preparatória Municipal daIII ConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes.

Art. 32.O referido Regimento deverá ser apresentado na solenidade de abertura daConferênciaMunicipal deMeioAmbientede Morretes.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Presidente da Comissão Preparatória da IIIConferência Municipal de Meio Ambiente de Morretes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BC1B8B01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2480 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2480 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

> "Designa servidores para a função de fiscais de contratos públicos de produtos, obras e serviços, compondo o Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF perante as Secretarias Municipais, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR,** no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados, da forma especificada neste Decreto, os servidores para acompanhamento das atividades administrativas e financeiras junto às respectivas secretarias municipais, os quais passam a integrar o Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF perante as Secretarias Municipais.

Art. 2º - Dentre os controles administrativos e financeiros das secretarias municipais há a necessidade de contínuo acompanhamento e fiscalização de contratos públicos para fornecimento de bens e serviços, comuns ou não, e de contratos públicos de obras e serviços, em consonância com o disposto no art. 104, inciso III, bem como art. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a execução dos contratos públicos seja acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados.

Parágrafo único - O Fiscal de Contrato terá a responsabilidade e encargo de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, visando o cadastro de informações corretas junto ao Tribunal de Contas através do SIM-AM e o alcance dos objetivos contratados.

Art. 3º - Para os fins de que trata o art. 2º, ficam indicados os servidores públicos, abaixo relacionados, para acompanhar e desempenhar a fiscalização dos respectivos contratos públicos e demais expedientes administrativos perante as Secretarias Municipais:

I – Da Procuradoria Geral do Município:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Maíra Beatriz Pereira da Silva, Matrícula Funcional 115554, Titular;
2. Carine Hellen Toniolo, Matrícula Funcional 115556, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:

1. Nathália Ozório Bet, Matrícula Funcional 115565, Titular;
2. Maíra Beatriz Pereira da Silva, Matrícula Funcional 115554, Suplente;

II – Da Secretaria Municipal de Ação Social:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Nibelly dos Anjos Rodrigues, Matrícula Funcional 213370, Titular;
2. Clodoaldo Tonetti, Matrícula Funcional 221571, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Raphaela Biudes da Luz Costa, Matrícula Funcional 293921, Titular;
2. Ederson Guilherme Martins dos Santos, Matrícula Funcional 115650, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Daiane Cristina Eberle Oliveira, Matrícula Funcional 115651, Titular;
2. Raphaela Biudes da Luz Costa, Matrícula Funcional 293921, Suplente;

III – Da Secretaria Municipal de Administração:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Daniele do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Suplente;
3. Tauany da Silva, Matrícula Funcional 115548, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Karen Luiza Miranda Amurim, Matrícula Funcional 214000, Titular;
2. Wiliamara Savian Borba, Matrícula Funcional 214047, Suplente;
3. Tauany da Silva, Matrícula Funcional 115548, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Daniele do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Suplente;

d) NAF de TI:
1. Wellington Fernando da Silva, Matrícula Funcional 115552, Titular;

IV – Da Secretaria Municipal de Educação

a) NAF Geral de Contratações:
1. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Titular;
2. Ana Elisia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Marcely Ariele Royer Leopoldino, Matrícula Funcional 212995, Titular;
2. Ana Elisia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas (Controle de Combustíveis/Manutenção de frota escolar e transporte escolar):
1. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Titular;
2. Jose Ricardo Porrua, Matrícula Funcional 259231, Suplente;

d) NAF de Controle de produtos da merenda escolar:
1. Laiz Baiak da Silva, Matrícula Funcional 213547, Titular;
2. Elizabeth Alves Costa, Matrícula Funcional 214026, Suplente;

e) NAF de Controle de recebimento de produtos/serviços pedagógicos:
1. Ingrid Oliva Gama Vieira, Matrícula Funcional 115536, Titular;
2. Silvane Timoteo da Conceição, Matrícula Funcional 213297, Suplente;

f) NAF de Controle de obras e manutenção em unidades de ensino:
1. Jeanie Elis da Silva Oliveira, Matrícula Funcional 115537, Titular;
2. Ana Elísia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Suplente;

g) NAF de Controle de serviços e registros escolares censitários da rede municipal de ensino:
1. Ana Elísia Massuco, Matrícula Funcional 10210921, Titular;
2. Ingrid Oliva Gama Vieira, Matrícula Funcional 115536, Suplente;

h) NAF de Materiais de expediente, de limpeza e gráficos:
1. Ingrid Oliva Gama Vieira, Matrícula Funcional 115536, Titular;
2. Jeanie Elis da Silva Oliveira, Matrícula Funcional 115537, Suplente;

i) NAF de Manutenção de Instituições Conveniadas:
1. Stefany Ostrosvski Lucas, Matrícula Funcional 213168, Titular;
2. Jeanie Elis da Silva Oliveira, Matrícula Funcional 115537, Suplente;

***V – Da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento*:**

a) NAF Geral de Contratações:
1. Josiane Cardozo, Matrícula Funcional 115654, Titular;
2. Júlio Cesar Pereira, Matrícula Funcional 214024, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Lucia Hissae Shingo, Matrícula Funcional 266601, Titular;
2. Diarone Do Rosário Filho, Matrícula Funcional 214024, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Júlio Cesar Pereira, Matrícula Funcional 214024, Titular;
2. Lucia Hissae Shingo, Matrícula Funcional 266601, Suplente;

VI – Da Secretaria Municipal de Governo:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Titular;
2. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 115561, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Titular;
2. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 115561, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 115561, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

d) NAF de Controladoria Geral:
1. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Titular;
2. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 115561, Suplente;

e) NAF de Gabinete:
1. Gabrielle Ferreira Petersen, Matrícula Funcional 115561, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

VII – Da Secretaria Municipal de Saúde:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Titular;
2. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Silvia Fonseca Melo, Matrícula Funcional 213989, Titular;
2. Dinacir do Rocio Santana, Matrícula Funcional 227461, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas (Combustível, peças e manutenção de veículos da saúde):
1. Elaine Do Rocio Delay, Matrícula Funcional 232381, Titular;
2. Samira Ananias Choinski, Matrícula Funcional 301901, Suplente;

d) NAF de controle de Medicamentos e Materiais Médico Hospitalar:
1. Arnaldo Akira Yokko, Matrícula Funcional 213016, Titular;
2. Angela Santos Macedo, Matrícula Funcional 214087, Suplente;

e) NAF de Materiais Odontológicos:
1. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Titular;
2. Silviana Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 301821, Suplente;

f) NAF do CISLIPA:
1. Ricardo Vinícius da Silva Fonseca, Matrícula Funcional 115538, Titular;
2. Dinacir do Rocio Santana, Matrícula Funcional 227461, Suplente;

g) NAF de Manutenção de Equipamentos:
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Suplente;

h) NAF de Exames Laboratoriais:
1. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Titular;
2. Samira Ananias Choinski, Matrícula Funcional 301901, Suplente;

i) NAF de Serviços de Mão de Obra Terceirizada:
1. Ricardo Vinícius da Silva Fonseca, Matrícula Funcional 115538, Titular;
2. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Suplente;

j) NAF do Consórcio Paraná Saúde:
1. Arnaldo Akira Yokoo, Matrícula Funcional 213016, como Titular;
2. Ricardo Vinícius da Silva Fonseca, Matrícula Funcional 115538, Suplente;

k) NAF de Materiais e Serviços de Vigilância em Saúde:
1. Francielin de Fátima Apolinário de Souza, Matrícula Funcional 238151, Titular;
2. Rafaela Lombardo Muller dos Santos, Matrícula Funcional 213020, Suplente;

l) NAF de Alimentação e Suplementação:
1. Fernanda de Oliveira Nascimento Jacques, Matrícula Funcional 214002, Titular;
2. Elizabeth Alves da Costa, Matrícula Funcional 21406, Suplente;

m) NAF de Controle de Almoxarifado: (Materiais de Limpeza, Materiais de Expediente e Materiais Gráficos)
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Glaci Rezende de Lima, Matrícula Funcional 243741, Suplente;

n) NAF de Contratos de Apoio e Infraestrutura Terceirizados:
1. Poliana Tonetti de Araújo, Matrícula Funcional 286551, Titular;
2. Lilian Cristiane Machado, Matrícula Funcional 266361, Suplente;

o) NAF de Contratos Assistenciais e Hospitalares Terceirizados:

1. Daniele Roberta de Castilho, Matrícula Funcional 213332, Titular;
2. Augusto Dias Ricardo - Matrícula Funcional 214088, Suplente;

VIII – Da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação

a) NAF Geral de Contratações:
1. Tiago Coelho Tischer, Matrícula Funcional 115658, Titular;
2. Vilson Aparecido, Matrícula Funcional 115533, Suplente;
3. Airton Tomazi, Matrícula Funcional 212511, Suplente;
4. Angela Maria Martins Dolla, Matrícula Funcional 115605, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Miriam Duarte, Matrícula Funcional 276751, Titular;
2. Fabiane Cristina Gualdezi Brustolin, Matrícula Funcional 115535, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Vilson Aparecido, Matrícula Funcional 115533, Titular;
2. Daniel Lécio Berta, Suplente;
3. Airton Tomazi, Matrícula Funcional 212511, Suplente;

IX – Da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

a) NAF Geral de Contratações:
1. José Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 115520, Titular;
2. José Carlos Martins da Silva Filho, Matrícula Funcional 115613, Titular;
3. Larissa Cardoso de Lima, Matrícula Funcional 115524, Suplente;
4. Allan Cristian Pereira, Matrícula Funcional 115612, Suplente;
5. Bruno Duarte Valesco, Matrícula Funcional 115522, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Larissa Cardoso de Lima, Matrícula Funcional 115524, Titular;
2. Allan Cristian Pereira, Matrícula Funcional 115612, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. José Ferreira de Lima, Matrícula Funcional 115520, Titular;
2. José Carlos Martins da Silva Filho, Matrícula Funcional 115613, Suplente;

d) NAF de Iluminação Pública:
1. Luis Fabiano Dias, Matrícula Funcional 265201, Titular;
2. André Luiz Mendes Lopes, Matrícula Funcional 213379, Suplente;

X – Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo:

a) NAF Geral de Contratações:

1. Michelli do Rocio Charello, Matrícula Funcional 271321, Titular;
2. Hamilly Stocco Soares, Matrícula Funcional 115530, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Michelli do Rocio Charello, Matrícula Funcional 271321, Titular;
2. Jean Marcel Foss, Matrícula Funcional 255161, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Jean Marcel Foss, Matrícula Funcional 255161, Titular;
2. Michelli Do Rocio Charello, Matrícula Funcional 271321, Suplente;

XI – Da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Alana Fernanda da Cruz Teixeira, Matrícula Funcional 115517, Titular;
2. Wagner Do Rosário Lourenço, Matrícula Funcional 115701, Suplente;
3. Mario Henrique Felgueira Pavanelli, Matrícula Funcional 115591, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Alana Fernanda da Cruz Teixeira, Matrícula Funcional 115517, Titular;
2. Wagner Do Rosário Lourenço, Matrícula Funcional 115701, Suplente;
3. Mario Henrique Felgueira Pavanelli, Matrícula Funcional 115591, Suplente;

XII – Da Secretaria Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Daniele Do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Titular;
2. Eleziane Cristina de Carvalho, Matrícula Funcional 230721, Suplente;

XIII – Da Secretaria Municipal de Comunicação:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Willians Zacarias Ferreira, Matrícula Funcional 115641, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Willians Zacarias Ferreira, Matrícula Funcional 115641, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

c) NAF de Controle de Frotas:
1. Willians Zacarias Ferreira, Matrícula Funcional 115641, Titular;
2. Gabriela Do Rocio Gonçalves Victal Dos Santos, Matrícula Funcional 115573, Suplente;

XIII – Da Secretaria Municipal de Esporte:

a) NAF Geral de Contratações:
1. Luan Perim, Matrícula Funcional nº 115571, Titular;

b) NAF de RH e folha de pagamento:
1. Luan Perim, Matrícula Funcional nº 115571, Titular;

c) NAF de Controle de produtos/serviços de Esporte:
1 Luan Perim, Matrícula Funcional nº 115571, Titular;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto anterior, Decreto nº decreto nº 2386/2025, bem como as demais disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:522C7437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 7462 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA N° 7462 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Estabelece o local de atividades da Estagiária contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025 e dá outras providências"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, Sr.ª. JESSICA RONCHINI MONTALVÃO,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 70/2025, o Decreto Municipal nº 95/2021 e o Decreto Municipal nº 2085/2025, e a Lei Federal nº 11.788/2008, que regulamenta a admissão, cadastramento e pagamento dos estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes.

RESOLVE:

Art. 1° - **ADMITIR** a partir de 11 de novembro de 2025 até 19 de dezembro de 2025, a Sr.ª **ANDRESSA FELIS DE AMURIM**, portadora do RG nº 14.XXX.XXX-8 e CPF nº 141.XXX.XXX-94, para exercer as atividades de estágio de SUPERIOR EM PEDAGOGIA, na Secretaria Municipal de Educação, na Escola Dulce Seroa da Motta Cherobim - EIEF, durante o período de segunda à sexta feira, das 11h00min às 13h00min e das 13h00min às 17h00min, 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2° - A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 12 de novembro de 2025.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D0213F83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 7463 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA N° 7463 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Estabelece o local de atividades do Estagiário contratado através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025 e dá outras providências"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, Sr.ª. JESSICA RONCHINI MONTALVÃO,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº 70/2025, o Decreto Municipal nº 95/2021 e o Decreto Municipal nº 2085/2025, e a Lei Federal nº 11.788/2008, que regulamenta a admissão, cadastramento e pagamento dos estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes.

RESOLVE:

Art. 1° - ADMITIR a partir de 12 de novembro de 2025 até 19 de dezembro de 2025, o Sr. **DAVI DE OLIVEIRA BARROS**, portador do RG nº 14.XXX.XXX-8 e CPF nº 047.XXX.XXX-66, para exercer as atividades de estágio de **PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO**, na Procuradoria, durante o período de segunda à sexta feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 15h00min, 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2° - A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 12 de novembro de 2025.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:46C1C74E

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 17/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 17/2025

SÚMULA: Aprova a composição da Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social – Gestão 2025-2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido ordinariamente no dia 12 de novembro de 2025, de forma hibrida (on line e presencial) na Secretaria de Assistência Social, às 15:30, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 108/2010, de 30 de setembro de 2010,
CONSIDERANDO sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados (NOB-SUAS, art. 121);
CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (2006);
CONSIDERANDO a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a composição da Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social – Gestão 2025-2026, conforme segue:

• **Presidente:** Maria Victória da Cruz
• **Vice-Presidente:** Clodoaldo Tonetti
• **Secretária:** Jaqueline Monteiro Oliveira

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE.
Morretes, 12 de novembro de 2025.

MARIA VICTÓRIA DA CRUZ
Presidenta do CMAS

Publicado por:
Nibelly Dos Anjos Rodrigues
Código Identificador:AE34628E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025 PROCESSO ADM: Nº 111/2025

Objeto:contratação de empresas para a futura, eventual e parcelada Aquisição de Materiais de Construção em Geral, incluindo insumos básicos, acabamentos, itens elétricos, hidráulicos e ferramentas, conforme as especificações técnicas, quantitativos máximos e detalhamento dispostos no Anexo I
Empresas vencedoras valor total: **FH CONSTRUCOES CIVIS LTDA**(57053222000190) com os lotes: 14, 22 no valor total de R$ 70.000,00.**ACC MULTISOLUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**(59024324000102) com os lotes: 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21 no valor total de R$ 1.320.000,00**FERNANDES & DEGUCHI LTDA. - ME**(13367887000100) com os lotes: 1, 6, 10, 11, 12, 13, 18, 23, 24 no valor total de R$ 740.000,00
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei Federal nº14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
NOVA AMÉRICA DA COLINA (PR), quarta-feira, 12 de novembro de 2025

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:F593FD58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) Triciclo Automotor para Pintura Viária em atendimento ao Termo de Convênio nº 733/2025 firmado

entre o Município de Nova Prata do Iguaçu e a Secretaria de Estado das Cidades – SECID/PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 08/12/2025.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 12 de novembro de 2025.

***ELIZETE CAVAZIN* –**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:D92BBF15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 017/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL - CRITÉRIO MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE – PREÇO UNITÁRIO.
OBJETO: Registro de Preços para 01 (um) ano, prorrogável por igual período, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, destinados à recuperação e conservação das pavimentações asfálticas que compõem a malha viária do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR.
DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 09/12/2025.
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09:00 horas.
HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: das 08:00horas até 08horas e 50minutos de 09 de dezembro de 2025.
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
Rua Vereador Valmor Gomes n° 11/59 – centro – Nova Prata do Iguaçu Paraná – CEP:85685-000.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 12 de novembro de 2025.

***ELIZETE CAVAZIN* –**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:CF7A0536

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2025
Tendo em vista a documentação apresentada, HOMOLOGO a contratação direta do processo administrativo n° 109/2025 da Dispensa de Licitação n° 015/2025, após parecer jurídico, com fundamento no inciso II do artigo nº 75 da Lei nº 14.133/2021, para Aquisição de acessórios pedagógicos (mochilas executivas em couro ecológico - personalizadas) para os professores da rede municipal de ensino do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, conforme Lei Municipal n° 1.961/2025.
DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total será de R$ 21.850,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais).
DA EMPRESA CONTRATADA: BELA VISTA TEXTIL LTDA – CNPJ N° 30.824.284/0001-00.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses.
DO PAGAMENTO: Pagamento até 30 (trinta) dias após a fornecimento e entrega da Nota Fiscal.
OBS: Demais informações encontram-se dispostas no Termo de Referência, Edital de Dispensa Eletrônica n° 015/2025 e demais documentações que é parte integrante desta contratação.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 10 de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Bela Vista Textil Ltda – CNPJ N° 30.824.284/0001-00 – Belo Horizonte - MG.
OBJETO: Aquisição de acessórios pedagógicos (mochilas executivas em couro ecológico - personalizadas) para os professores da rede municipal de ensino do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, conforme Lei Municipal n° 1.961/2025.
VALOR: R$ 21.850,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais).
PAGAMENTO: Pagamento até 30 (trinta) dias após a fornecimento e entrega da Nota Fiscal.
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 04 Secretaria de Educação Cultura e Esporte, 001 Departamento de Ensino, 12.361.0008.2018 Manutenção do departamento de ensino, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 04 Secretaria de Educação Cultura e Esporte, 004 Departamento de Ensino Infantil, 12.365.0009.2024 Manutenção do departamento de ensino Infantil Pré-Escola, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo; 04 Secretaria de Educação Cultura e Esporte, 004 Departamento de Ensino Infantil, 12.365.0009.2025 Manutenção do departamento de ensino Infantil Creche, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 10 de novembro de 2025.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:6FF0C5B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 056/2025, tendo como objeto a Aquisição de veículo tipo ônibus de no mínimo 32 (trinta e dois) lugares + 01 (um) motorista e com conforto mínimo, conforme disponibilizado pelo mercado, para transporte de usuários para transferência entre os serviços de saúde do município ou para outros municípios, em conformidade com a Resolução SESA nº 1.699/2024, em favor a empresa **RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA – CNPJ Nº 20.290.311/00001-40**.
Determino a elaboração dos correspondentes contratos nos termos legais.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 12 de novembro de 2025

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025

CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Rodo Oeste Veículos e Peças Ltda - CNPJ Nº 20.290.311/0001-40 – Cascavel/Pr.
OBJETO: Aquisição de veículo tipo ônibus de no mínimo 32 (trinta e dois) lugares + 01 (um) motorista e com conforto mínimo, conforme disponibilizado pelo mercado, para transporte de usuários para transferência entre os serviços de saúde do município ou para outros municípios, em conformidade com a Resolução SESA nº 1.699/2024.
VALOR: R$ 588.300,00 (quinhentos oitenta oito mil e trezentos reais)
PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conforme quantidade fornecida.
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 06 Secretaria Municipal de Saúde, 001 Departamento de Saúde, 10.301.0007.2-012 Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica, 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:9ECB38B9

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DISPÕE SOBRE O LIMITE DE ALUNOS POR TURMA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Dispõe sobre o limite de alunos por turma na Educação Infantil (Pré-escola) e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

A Secretária Municipal de Educação de Nova Prata do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais de acordo a legislação educacional vigente e visando estabelecer procedimentos para organização das turmas de alunos das instituições da rede municipal de ensino, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a garantia da qualidade da educação básica;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNE/CEB nº 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 08/2010, que tratam da organização das turmas da Educação Básica;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer o desenvolvimento integral da criança;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, o limite máximo de alunos por turma na Educação Infantil (Pré-escola) e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A**rt. 2º** As turmas deverão respeitar os seguintes limites:
I – Educação Infantil – Pré-escola (4 e 5 anos): até 25 (vinte e cinco) crianças por turma;
II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano): até 25 (vinte e cinco) alunos por turma/professor.
Art. 3º A organização das turmas deverá assegurar:
I – a qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
II – a adequação do espaço físico, dos recursos pedagógicos e das condições de trabalho docente;
III – a observância da segurança, inclusão e bem-estar das crianças e alunos.

Art. 4º Situações excepcionais que demandem número de alunos superior ao estabelecido deverão ser justificadas pela direção escolar e submetidas à apreciação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12 de novembro de 2025.

CLEONICE GENUINO VISSOTO
Secretária Municipal de Educação
Portaria N° 5650/2025 DOPr-AMP 13/01/2025

Publicado por:
Janildes Sueli Metz Machado
Código Identificador:F1A2D6C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 489/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Motorista – Categoria ``D´´ ou ``E´´ - P. S. S., o senhor Carlos Cironis Braz, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.954.825-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.310.959-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1E1F6C9F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 490/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 17 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Edilamar Simiao, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.923.958-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.991.209-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BB3D2D44

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 491/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 13 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhorita Ana Paula Nascimento Borges, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.466.122-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.038.189-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:823A6092

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 492/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 13 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Alessandra Maria Rossi Ventura, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.311.694-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.431.769-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:179FB9F2

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 493/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Rosanilda Aparecida Ribeiro Santana Portes, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.642.536-* - SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.155.359-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:12FCC1DD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 494/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Josiane Marques Dos Reis Batista, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.259.708-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.003.649-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8655F3A4

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 495/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Gessica Zanutini Conte Carnicieri, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.259.463-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.977.229-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:31DCCCCF

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 496/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Ingrid Battosti de Almeida Santana, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.630.848-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.951.389-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FECA2FDC

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 497/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Cristiane Moreira dos Santos, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.674.021-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.928.329-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:89E0B64D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 498/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Noemi de Souza Ribeiro Marcolino, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.632.074-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.908.599-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:12AEFC2A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 499/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Maria Aparecida Ferreira, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.014.443-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.544.809-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F6D79ADD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 500/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhorita Alana Boer Reis, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.789.605-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.001.069-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7B6F19EB

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 501/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Valeria Moreno Dos Reis, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.049.855-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.957.569-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:44808624

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 502/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Leidiane Calderan de Andrade, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.962.820-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.541.029-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B02C36A1

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 503/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Marli Dalbianco Pierangeli, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.273.748-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.402.789-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5AA8C1C3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 504/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Vanessa Landuche Guimarães Peluso, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.447.156-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.877.619-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B46D590F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 505/2025

de 4 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 3 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Professora (20 Horas) – P. S. S., a Senhora Nayara Ramalheira Galvani Mattos, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.963.306-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.835.159-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3DF3EE95

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 121/2025

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
CONTRATO Nº 121

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 60/2025, homologado em 07/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 118/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa ETJ COMERCIO LTDA, CNPJ nº 49.905.273/0001-74, com endereço RODOVIA BR-101, CEP 88308620, representada por ELTON PEREIRA JUIZ, Carteira de identidade nº 37151697, inscrito no CPF nº 313.074.228-02, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando suprir necessidades identificadas nas diversas áreas da instituição, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Os bens solicitados abrangem itens essenciais para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, modernização da infraestrutura física e tecnológica, reforço na segurança patrimonial, e incremento d** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço

registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO
50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
72. DAS PENALIDADES
73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
77. CONDIÇÕES GERAIS
78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 11 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___
ISMAEL BATISTA

___
ETJ COMERCIO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 952	2.890,00	**Total: 2.890,00**
Item: 7	Unidade: UNIDADE	Marca: LUMAK	Modelo: LU8800-TZ-ES	
Descrição: MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL RETA, COMPLETA COM MESA E MOTOR 110/220V; MÁQUINA DE PONTO FIXO - Máquina de Costura Industrial Reta, completa com mesa e motor 110/220v; Máquina de ponto fixo; Sistema automático de lubrificação; Máquina de alta velocidade 4500 pontos por minuto; Sistema de levantamento do calcador por alavanca e joelheira; protetor de dedos e correia; Sistema de lançadeira na horizontal de alta produtividade e tecnologia; Transportes simples e regressivo com seletor de ajuste e retrocesso; estante com regulagem de altura;				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 2.890,00**			Total Item: 2.890,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**2.890,00**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:EAF96E69

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 124/2025

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
CONTRATO Nº 124

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 60/2025, homologado em 07/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 118/2025, por deliberação do Pregoeiro

designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa DSE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA, CNPJ nº 15.318.347/0001-54, com endereço RUA TENENTE LAGOS, S/N, CEP84043754, representada por DIEGO CIRILO LACHMAN GOMES, Carteira de identidade nº 72174330, inscrito no CPF nº 043.937.229-14, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando suprir necessidades identificadas nas diversas áreas da instituição, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Os bens solicitados abrangem itens essenciais para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, modernização da infraestrutura física e tecnológica, reforço na segurança patrimonial, e incremento d** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor

convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 11 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

___

ISMAEL BATISTA

___

DSE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 880	954,72	**Total: 954,72**
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: PRÓPRIA	Modelo: A402/40	
Descrição: ARMÁRIO DE AÇO COLORIDO - CHAPA 24 - MEDIDAS 1.980 DE ALTURA X0,90 DE LARGURA X0,40 DE PROFUNDIDADE COM 2 PORTAS COR AZUL CLARO - Armário de aço colorido - chapa 24 - medidas 1.980 de altura x0,90 de largura x0,40 de profundidade com 2 portas cor azul claro .				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 954,72**			Total Item: 954,72
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**954,72**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:572EEED9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 126/2025

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
CONTRATO Nº 126

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 60/2025, homologado em 07/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 118/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 51.659.136/0001-49, com endereço RUA JOSÉ DEEKE, CEP 89031400, representada por VIVIANE LOPES FRAGA, Carteira de identidade nº 6093036967, inscrito no CPF nº 890.525.440-34, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando suprir necessidades identificadas nas diversas áreas da instituição, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Os bens solicitados abrangem itens essenciais para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, modernização da infraestrutura física e tecnológica, reforço na segurança patrimonial, e incremento d** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.
19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.
8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:
10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 11 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 348	599,54	**Total: 599,54**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: AGRATTO	Modelo: AMIC	
Descrição: FORNO DE MICRO-ONDAS - 32L - BRANCO - Forno de micro-ondas - 32l - branco.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 599,54**		Total Item: 599,54	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 599,54				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:26752AD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 210/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 18 de novembro de 2025, às 09h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de ASSISTENTE SOCIAL.

Nome das candidatas	Classificação
Gláucia Fabiano de Magalhães Marconi	4ª
Maristela Munhos Naldi Rafael	5ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental
para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CRESS e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
m) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 278/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento da 1ª e 2ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:12A56D08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 211/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de novembro de 2025, às 13h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Feminino).

Nome das candidatas	Classificação
Sandra Regina de Souza Figueiredo	11ª
Irene da Silva Passos	12ª
Paula Andréa Silva de Souza	13ª
Rosana Rodrigues dos Santos	14ª
Marlene Martins dos Santos	15ª
Roseli Lopes da Silva	16ª
Eliana Elisiario Ribeiro	17ª
Adriana de Oliveira Costa	18ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico

www.institutodeidentificacao.pr.gov.br, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios nº 278/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social, o de nº 51/2025 da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, o de nº 06/2025 da Secretaria Municipal de Cultura, e, do não comparecimento da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª e 10ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:98B3C82C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 212/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de novembro de 2025, às 14h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Masculino).

Nome dos candidatos	Classificação
Joaquim de Souza Moreira	11º
Oliver Eduardo Cimpricio Amâncio	12º
Ângelo Antônio Toniatto	13º
Joao Batista de Melo	14º
Luis Antonio Vieira da Silva	15º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, da Reservista, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 51/2025 da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, do não comparecimento do 8º e do 10º classificados, e, dos términos de contratos de trabalho de Ademir Evangelista das Neves, de Luiz Lourenço e de Marcos Sidney da Silva.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D581D36F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 213/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de

novembro de 2025, às 15h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de EDUCADOR SOCIAL.

Nome das candidatas	Classificação
Vera Lúcia Fernandes	11ª
Adenilço Alves	12º
Sonia Guedes Viana	13ª
Nathalia Freitas Franco de Godoy	14ª
Thalia Cristina de Oliveira	15ª
Vanessa do Prado Ribeiro	16ª
Joyce Thais dos Santos	17ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 278/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento da 1ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A5BFFEB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 214/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 18 de novembro de 2025, às 09h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de ENGENHEIRO CIVIL.

Nome da candidata	Classificação
Michelle Cristina Duarte	1ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental
para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CREA e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção a Comunicação Interna 092/2025, da Secretaria Municipal de Obras.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:BEC38191

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 215/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de novembro de 2025, às 16h00min, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de LAVADOR.

Nome do candidato	Classificação
Claudeci Oliveira	2º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da Reservista e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 51/2025, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e do não comparecimento do 1º classificado.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:77DD42F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 216/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 18 de novembro de 2025, às 10h00min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PSICÓLOGO.

Nome das candidatas	Classificação
Valeria Francieli Cuba Duarte	6ª
Maria Tereza Moreira Pino Contreras	7ª
Vanessa Lima Rocha	8ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental
para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CRP e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
m) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios nº 278/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e o de nº 347/2025 da Fundação de Educação de Paiçandu e do não comparecimento da 1ª e da 2ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3ED5E640

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 217/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de novembro de 2025, às 15h30min, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de VIGIA.

Nome do candidato	Classificação
Ivo Pereira de Lima	1º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da Reservista e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 151/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EA4C3CA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 218/2025

de 11 de novembro de 2025

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 17 de novembro de 2025, às 10h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Josué Braz de Oliveira	6º
Joaquim da Silva Pereira	7º
Claudemir Lavezzo	8º
Sebastião de Souza Santos	9º
Adenilço Alves	10º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal, disponível em; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da CNH – Categoria "D" ou "E", da Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios nº 278/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e o de nº 143 /2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do não comparecimento do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º classificados.
Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:26BDAA0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 17/2025

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 17/2025
Nº PROC. ADM. 43/2025

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI.

PUBLICAÇÃO: 04/09/2025 10:32
INÍCIO REC. PROPOSTA: 12/11/2025 08:03
FIM REC. PROPOSTA: 02/12/2025 08:30
INÍCIO DISPUTA: 02/12/2025 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 127.279,8800

OBJETO DO PROCESSO

O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho e de conformidade com Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR 07, NR 09, NR 15, NR 16, NR 17 e entre outras), que tratam da segurança e saúde dos funcionários no local de trabalho, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos empregad

OBSERVAÇÕES DO PROCESSO

O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho e de conformidade com

Para demais informações contato via e-mail: compras.eucacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432441049 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DPo416T3nRBoxSlZuHxFNlJMbGn8GxTVQIGeXolc6G2e04P3ag5o6fnsCOoBrdCrSeU_eHytiKQyVWgfF7YV0oKemAslcZPib1oOrqGhxq88%3D

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Paiçandu-PR - 12/11/2025

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:E947D5C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
DO CONTRATO Nº 86/2022 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52

CONTRATADO: CIDADE VERDE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.073.117/0001-06

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, II, DA LEI Nº 8666/93, PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO nº 086/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
§ 1º Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (doze) MESES ATE A DATA DE 17/11/2026**, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8666/93 e clausula quinta do contrato de prestação de serviços nº 086/2022 que tem por objeto a prestação de serviços com aquisição de RECARGA PARA CARTÃO DE VALE TRANSPORTE, intermunicipal na modalidade de INEXIGIBILIDADE nº 020/2023 atendendo as necessidades do município de Paiçandu- Pr.

Paiçandu – PR, 03 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:FE097ABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DO VALOR DO

CONTRATO Nº 088/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2021

LOCATARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

LOCADOR: ANTENIR SEBASTIAO COELHO, *inscrito no CPF sob nº 227.188.189-72 e RG nº 887485-9 SESP/PR.*

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, § 1º da lei nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR PELO IGMP DE 0,92 %, POR MAIS 12 (DOZE) MESES ATÉ 19/11/2026,** nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8666/93 e previsão contida na cláusula terceira do contrato, cujo objeto é a locação de imóvel para instalação da sede do CONSELHO TUTELAR – localizado a Rua Alberto Santos Dumont, 650, Centro, matricula 7328 data 08 quadra 34, na Cidade de Paiçandu, de propriedade do LOCADOR, a ser destinado exclusivamente, pelo período contratado, para a Secretaria de Assistência Social.
Passando o valor original do contrato de R$ 1.686,64 (um mil, seiscentos oitenta e seis reais, sessenta e quatro centavos) mensais, para o valor de **R$ 1.702,23** (um mil, setecentos e dois reais, vinte e três centavos) mensais.
O valor anual total inicialmente contratado passou de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) com o 1º termo aditivo passou a um valor acumulado de R$ 37.170,00 (trinta e sete mil, cento e setenta reais), com o 2º termo aditivo passou para o valor total de R$ 50.340,00 (cinquenta mil, trezentos e quarenta reais), com o 3º termo aditivo passou para o valor total de R$ 70.579,68 (setenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), para o valor total acumulado, ao fim deste aditivo de R$ 91.006,44 (noventa e um mil, seis reais e quarenta e quatro centavos).
Sem mais alterações.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu - Pr, 03 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:A592CDBB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO RESCISÃO

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO 2º TERMO ADITIVO – ALTERA/SUBSTITUI A VAGA DA ACOLHIDA DO CONTRATO Nº 61/2024 DA DISPENSA Nº 14/2024 E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.

CONTRATADA: SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO - ASILO SÃO VICENTE DE PAULO (OSC), inscrita no CNPJ: 95.642.302/0001-70.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto é a contratação de vaga para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com graus de dependência I e II, que não dispõe de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados e ou rompidos, por determinação judicial, para atender às necessidades da Secretaria Municipal De Assistência Social.
CLÁUSULA SEGUNDA – A rescisão tem por fundamento os art. 138 II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Secretaria solicitou a rescisão por parte da Prefeitura, descrita através do oficio nº 265/2025 comunicando o falecimento da Sra. Regina Maria dos Santos, ocorrido em 11 de outubro de 2025, a qual se encontrava em processo de acolhimento na instituição Asilo São Vicente de Paulo, por meio de contrato de prestação de serviços firmado com esta Administração Pública, conforme consta no Relatório Informativo do CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 0212.25.000544-5 e da Portaria de Instauração da 1ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Paiçandu, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, não havendo por parte da secretaria demanda judicial a serem cumpridas para acolhimento, simplesmente desistem do contrato de forma amigável. Sem mais alterações.
CLÁUSULA TERCEIRA – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, a rescisão opera-se de forma amigável.
CLÁUSULA QUARTA – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, dando tudo por justo, certo e aceitável até a presente data todos os direitos e obrigações das partes.
CLÁUSULA QUINTA – O foro é o da Comarca de Paiçandu.
Por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
BASE LEGAL: art. 138 II, da Lei nº 14.133/2021.

Paiçandu, 30 de outubro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:CB1A799F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO - 66/2025 Nº PROC. ADM. 138/2025

PREGÃO ELETRÔNICO - 66/2025 Nº PROC. ADM. 138/2025Torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA. **PUBLICAÇÃO**: 12/11/2025
INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/11/2025 **FIM REC. PROPOSTA**: 28/11/2025 08:30 **INÍCIO DISPUTA**: 28/11/2025 09:00 **TIPO DE LANCE**: MENOR LANCE **TIPO ENCERRAMENTO**: ABERTO **EXCLUSIVO ME**: NÃO **VALOR TOTAL DO PROCESSO**: R$ 826.312,8900 **OBJETO DO PROCESSO** Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada no fornecimento de máquinas pesadas, Pá Carregadeira e Rolo Compactador, CONVENIO nº 94/2025-SECID, SAM Nº 55, para atender às necessidades da Secretária de Serviços Públicos do Município de Paiçandu. Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 **VERÔNICA SIMÃO BENATTI** PAIÇANDU-PR - 12/11/2025

Publicado por:
Alan de Souza Miranda
Código Identificador:504DEF94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 535/2025

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

Objeto: Aquisição de coffee break para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Local: Sistema de Compras do Governo Federal
Data e horário da sessão: 27/11/2025 às 8h00min.
Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/20/, Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/.
Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 12 de novembro de 2025

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:8FFE58C5

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1372/2025 - ESTABELECE RECESSO PARA COMEMORAÇÃO DAS FESTAS DE FINAL DE ANO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PORTARIA Nº 1372/2025

Ementa: Estabelece recesso para comemoração das festas de final de ano no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º A Câmara Municipal de Palmeira adotará recesso para comemoração das festas de final de ano (Natal e Ano Novo), que compreenderá o período de 22 de dezembro de 2025 a 2 de janeiro de 2026, com retorno do expediente de trabalho normal no dia 5 de janeiro de 2026.

Parágrafo único O disposto no *caput* se aplica aos agentes públicos e funcionários terceirizados da Câmara Municipal de Palmeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:A40E4EEE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1373/2025 - CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA Nº 1373/2025

Ementa: Concede adicional por tempo de serviço

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo nº 919/2025 e em conformidade com o art. 3º da Lei Municipal nº 4.452/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder adicional por tempo de serviço ao servidor Mathias Costa, referente ao período de 5/11/2022 a 5/11/2025, a partir de 5/11/2025, no valor de 3% sobre o vencimento base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 10 de novembro de 2025.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:5A206D65

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - JGT VIAGENS E TURISMO LTDA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - JGT VIAGENS E TURISMO LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 450/2025

A agente de contratação e respectivos membros da Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Palmeira tornam público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o Credenciamento de empresa especializada para serviço de agenciamento de passagens aéreas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.

Proponente: JGT VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 59.200.765/0001-18
Resultado: O requerente não apresentou o documento Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante e apresentou a Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal vencida.

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência da Câmara (acesso pelo site www.palmeira.pr.leg.br). Após complementação da documentação de habilitação, caso haja, o proponente será declarado habilitado. O resultado quanto a habilitação será publicado nos mesmos meios citados anteriormente, sendo que a partir desta publicação será aberto o prazo para apresentação de recursos sob o julgamento efetuado, os quais deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis, nos termos do item 5.2.11 do edital.

Publique-se.

PAOLA GADONSKI WROBEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:C28D3920

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 32/2025

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 32/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27320/2025
Objeto: Aquisição de cestas básicas em caráter emergencial
Fundamentação: inciso II, art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Assistência Social.
Dotação Orçamentária: 10.002.08.244.0034.6.102.3.3.90.32.00.00
Fonte: 1000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Contratada: CÁCIA GUERRA FRANCO - ME, inscrita no CNPJ: 14.476.021/0001-92, com o valor de R$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais).
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

12 de novembro de 2025

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:C66ED8FA

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 18.686, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a**Lei Orgânica**do Município, com fulcro na Lei Municipal n° 5.245, de 26 de Outubro de 2020, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 20656/2025:

DECRETA:

Art. 1ºA autorização para a realização de teste seletivo para a contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na área de Assistência Social, visando a ocupação dos seguintes cargos públicos:

I – Cuidador de Acolhimento Institucional;
II – Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional;
III – Psicólogo;
IV – Motorista II;
V – Educador Social;
VI – Assistente Social

Art. 2° O teste seletivo se funda na necessidade de suprir o trabalho dos cargos citados no artigo 1º, em substituição de servidores que se encontrem em licença maternidade, afastamentos de saúde, bem como outros afastamentos legais, mediante contratações via seleção pública.
Parágrafo único. As vagas para a referida seleção pública são as previstas na Lei Municipal nº5.245, de 26 de Outubro de 2020.

Art. 3º Os empregos constantes do artigo 1º são regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contratação por prazo determinado de até 12 meses, nos termos das Leis Municipais nº5.245, de 26 de Outubro de 2020.

Parágrafo único. Permanecendo a necessidade que gerou a contratação, o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado, quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de até 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 4º Fica nomeada comissão especial para realização do teste seletivo, composta pelos seguintes servidores efetivos:

I - Michele Aparecida Batista – Servidora efetiva; matrícula funcional 203949; Cargo: Educadora Social, Qualificação Profissional: 2º Grau – Ensino Técnico em Administração, Tecnóloga em Educador Social; Especialização em Política de Assistência Social – Membro.

II - Carla Daiana de Souza Kavalkeviski – Servidora efetiva; matrícula funcional 204037; Cargo: Fiscal Tributário; Qualificação Profissional: 2º Grau – Ensino Técnico em Administração, Bacharel em Direito – Membro;

III - Claudine Gorte de Lima – Servidora efetiva; matrícula funcional 203871; Cargo: Auxiliar Administrativo; Qualificação Profissional: Bacharel em Administração Pública, Especialização em Gestão de Recursos Humanos – Membro;
IV - Franciele Sovinski – Servidora efetiva; matrícula funcional 204306; Cargo: Assistente Social; Qualificação Profissional: Bacharel em Serviço Social– Membro;
V - Olair de Jesus Freitas - Servidor efetivo; matrícula funcional 203589; Cargo: Pedagogo; Qualificação Profissional: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Filosofia, Especialização em Serviço Social e Políticas Públicas, Especialização em Neuropsicopedagogia, Especialização em Neuropsicanálise, Especialização em Psicanálise Clínica – Presidente;

Art. 5º A comissão supra será responsável por todos os trabalhos do teste seletivo, que será realizado por execução direta, inclusive pelos trabalhos de deliberação, análise e julgamento de todos os atos do procedimento de teste seletivo.

Art. 6º É determinado aos membros da comissão especial a observância do rol de inscritos, devendo se declarar impedido na ocorrência do candidato inscrito ser cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afins até o terceiro grau, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Na ocorrência de impedimento entre membros da comissão em virtude de vínculo com qualquer candidato, deverá o Poder Executivo, imediatamente à manifestação de impedimento, nomear novo membro para compor a comissão.

Art. 7º O direito de ação contra quaisquer atos relativos ao teste seletivo prescreve em 3 meses, a contar da data em que for publicada homologação do resultado final.

Art. 8º Decorrido o prazo mencionado no artigo anterior, e inexistindo ação pendente, as provas e os materiais serão considerados inservíveis e poderão ser descartados, exceto sob a forma de incineração por razões ambientais.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

ARIEL ALEXANDRE PASSONI JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:10350438

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - TERMO DE FOMENTO Nº 179/2025 - INSTITUTO CASARÃO DAS ARTES

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **INSTITUTO CASARÃO DAS ARTES**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 15.609.270/0001-71**, com sede na Rua Santos Dumont, nº 352, Centro, Palmeira, Paraná, neste ato representada por sua representante legal **Sra. Suely Bastos de Paula**, portadora da cédula de identidade **R.G nº 1.***.***-3 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 426.***.***-87**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento proposto pela administração pública, decorrente do chamamento público nº 01/2025 FMDCA/SMAS, viabilizará a transferência de recursos financeiros oriundos do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – FMDCA à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** que especifica, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do projeto PINTURA CRIATIVA previamente estabelecido no plano de trabalho inserido ao presente termo de fomento, destinados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 6.164, de 01 de Outubro de 2025.

1.3 – Para os fins de que trata a Lei Municipal supracitada, os recursos financeiros que totalizam a importância de R$ 62.836,05 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinco centavos), acrescida de eventuais rendimentos oriundos de aplicação financeira, será repassada em parcela única, durante o mês de outubro de 2025.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho de forma detalhada, pelo qual a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** se encontra vinculada é o constante no anexo único, parte que integra o presente Termo.

1.4 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.5 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
g) viabilizar o acompanhamento dos processos de liberação de recursos;
h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
i) divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
k) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
l) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
m) publicar o teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
h) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
i) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
j) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
k) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
l) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
m) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
n) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
o) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
p) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 62.836,05 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinco centavos).
3.2 – A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso no valor acima estabelecido correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.003.08.243.0036.6109.3.3.50.43.00.00 FONTE 880.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso em favor da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho e descrito na cláusula primeira deste pactuado, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida. (se houver contrapartida financeira)
4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigerá por 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
IlI - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e oitenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do**caput**sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do seu respectivo teor no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Outubro de 2025.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

SUELY BASTOS DE PAULA
Instituto Casarão das Artes
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:ABFF66DA

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - TERMO DE FOMENTO Nº 180/2025 - ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS.

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0002-67**, com sede na Rua Conceição, nº 1.853, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Dietmar Kliewer**, portador da cédula de identidade **R.G nº 4.***.***-5 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 583.***.***-20**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento proposto pela administração pública, decorrente do chamamento público nº 01/2025 FMDCA/SMAS, viabilizará a transferência de recursos financeiros oriundos do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – FMDCA à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** que especifica, em regime de mútua

cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do PROJETO CONEXÕES DE VERDADE previamente estabelecido no plano de trabalho inserido ao presente termo de fomento, destinados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 6.164, de 01 de Outubro de 2025.

1.3 – Para os fins de que trata a Lei Municipal supracitada, os recursos financeiros que totalizam a importância de R$ 140.700,00 (cento e quarenta mil e setecentos reais), acrescida de eventuais rendimentos oriundos de aplicação financeira, será repassada em parcela única, durante o mês de outubro de 2025.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho de forma detalhada, pelo qual a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** se encontra vinculada é o constante no anexo único, parte que integra o presente Termo.

1.4 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.5 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
g) viabilizar o acompanhamento dos processos de liberação de recursos;
h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
i) divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
k) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
l) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
m) publicar o teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
h) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
i) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
j) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
k) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
l) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
m) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
n) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
o) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
p) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.
q) identificar os equipamentos adquiridos constantes no plano de aplicação com plaqueta contendo o seguinte texto: SMAS/FMDCATERMODECOLABORACAO**/202*.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 140.700,00 (cento e quarenta mil e setecentos reais).
3.2 – A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso no valor acima estabelecido correndo a despesa à conta das dotações orçamentárias 10.003.08.243.0036.6109.4.4.50.42.00.00 FONTE 880 e 10.003.08.243.0036.6109.3.3.50.43.00.00 FONTE 880.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso em favor da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho e descrito na

cláusula primeira deste pactuado, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida. (se houver contrapartida financeira)
4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigerá por 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
lII - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir

do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e oitenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do**caput**sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do seu respectivo teor no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Outubro de 2025.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

DIETMAR KLIEWER
Associação Menonita de Assistência Social - AMAS
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1F2540D0

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃP - TERMO DE FOMENTO Nº 178/2025 - ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE-AMB

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO MENONITA BENEFICENTE-AMB**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 81.078.297/0001-00**, com sede na Rua José Adriano de Freitas, nº 427, Rocio I, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Hugo Kreusch**, portador da cédula de identidade **R.G nº 1.***.***-6 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 357.***.***-00**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento proposto pela administração pública, decorrente do chamamento público nº 01/2025 FMDCA/SMAS, viabilizará a transferência de recursos financeiros oriundos do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – FMDCA à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** que especifica, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do PROJETO CORAL VILLASONS previamente estabelecidos no plano de trabalho inserido ao presente termo de fomento, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 6.164, de 01 de Outubro de 2025.

1.3 – Para os fins de que trata a Lei Municipal supracitada, os recursos financeiros que totalizam a importância de R$ 136.836,00 (cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e seis reais), acrescida de eventuais

rendimentos oriundos de aplicação financeira, será repassada em parcela única, durante o mês de outubro de 2025.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho de forma detalhada, pelo qual a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** se encontra vinculada é o constante no anexo único, parte que integra o presente Termo.

1.4 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.5 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
g) viabilizar o acompanhamento dos processos de liberação de recursos;
h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
i) divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
k) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
l) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
m) publicar o teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
h) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
i) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
j) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
k) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
l) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
m) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
n) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
o) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
p) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.
q) identificar os equipamentos adquiridos constantes no plano de aplicação com plaqueta contendo o seguinte texto: SMAS/FMDCATERMODECOLABORACAO**/202*.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 136.836,00 (cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e seis reais).
3.2 – A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso no valor acima estabelecido correndo a despesa à conta das dotações orçamentárias 10.003.08.243.0036.6109.4.4.50.42.00.00 FONTE 880 e 10.003.08.243.0036.6109.3.3.50.43.00.00 FONTE 880.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** transferirá o recurso em favor da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho e descrito na cláusula primeira deste pactuado, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação

de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida. (se houver contrapartida financeira)
4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigerá por 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
lll - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para

o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e oitenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do**caput**sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do seu respectivo teor no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Outubro de 2025.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

HUGO KREUSCH
Associação Menonita Beneficente - AMB
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:18222C62

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 12/2025/CMAS - DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E PLANO DE AÇÃO DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FEAS

O Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n. 3.657 de 25/04/2014 e suas alterações, considerando a deliberação da plenária do dia 04/11/2025
Resolve:
Art. 1º- Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social- FEAS, para o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes no valor R$ 100.000,00.
Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Palmeira, 04 de novembro de 2025.

JOSE KREUSCH
Presidente CMAS

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8C8E4470

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DECRETO Nº 18.687, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025 - ALTERA O DECRETO Nº 16.232, DE 06 DE JUNHO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira,** estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Processos Administrativos protocolados sob o nº 28858/2025,

Decreta:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 16.232, de 06 de Junho de 2023, que normatiza e disciplina a utilização do Parque de Exposições Francisco Rutcoski no município de Palmeira/PR, passando a vigorar da seguinte forma:

*"**Art. 3º** ----------*
I - Utilização do Barracão do Parque de Exposição: 40 (quarenta) VRM's;
II - Utilização completa do Parque de Exposição: 50 (cinquenta) VRM's.

----------" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais disposições constantes no 16.232, de 06 de Junho de 2023.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

ARIEL ALEXANDRE PASSONI JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:66BA5643

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1688/2025 – CS CAD CAM SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA

Contrato n.º: 1688/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: **CS CAD CAM SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA** - CNPJ/CPF: **36.566.986/0001-09,**
Processo Administrativo: 29665/2025
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 121/2025
Objeto: **Subscrição (assinatura) das licenças de softwares para elaboração de projetos com metodologia Building Information Modeling (BIM)**, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Termo de Referencia.
Valor: O valor total da presente contratação é de **R$ 300.855,15 (trezentos mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).**
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante acordo entre as partes.
Data da assinatura: 12/11/2025.
Publique-se.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:741CBF91

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº. 18.688 DE 12/11/2025 - DESTITUIÇÃO DA SERVIDORA ELAINE APARECIDA MUCHENSKI GUIMARAES, NA FUNÇÃO DE COORDENADOR DA ESF VIEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, com fulcro no art. 18, da Lei Municipal nº 4133, de 17 de maio de 2016, redação dada pela Lei Municipal nº 4882, de 27 de fevereiro de 2019, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 28789/2025,

DECRETA:

Artigo 1º: Fica destituída a servidora municipal **ELAINE APARECIDA MUCHENSKI GUIMARAES**, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, sob matrícula nº 203829, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da função de Coordenador da ESF Vieiras, a partir de 01/11/2025.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:310F9024

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
PORTARIA Nº 25.315 DE 12/11/2025 - ADIANTAMENTO RODRIGO OTÁVIO FERREIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 29502/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, ocupante do cargo de Fiscal Tributário, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 06.007.04.129.0017.2.050.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDORA	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Rodrigo Otávio Ferreira	*006.xxx.xxx-09*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 12 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B57B1539

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 25.316 DE 12/11/2025 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ANAGAIS CELICIA BAGDINSKI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 29850/2025, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 30/10/2025 à 30/11/2025, a **ANAGAIS CELICIA BAGDINSKI,** matrícula 204432, ocupante do cargo de CONTADOR, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D5BA0967

SEC. MUN. DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1687/2025 – TRAUEN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

Contrato n.º: 1687/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: TRAUEN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - CNPJ/CPF: 23.044.581/0001-69
Processo Administrativo: 29665/2025
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 120/2025
Objeto: Locação de imóvel comercial para a sede da Equipe Multiprofissional da Atenção Primária à Saúde (eMulti).
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, com possibilidade de prorrogação de acordo com a Lei 14133/2021.
Data da assinatura: 12/11/2025.
Publique-se.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EE63FC72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Decreta Luto Oficial por três (3) dias, em virtude do falecimento do ex-vereador Dr. Damarci Caputo de Carvalho e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o falecimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Palmital senhor Damarci Caputo de Carvalho, ocorrido no dia 11 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO que exerceu o cargo de vereador neste município na 11ª Legislatura – (2005-2008);

CONSIDERANDO que foi Presidente desta Casa de Leis na 11ª Legislatura, no 1º e 2º Período Legislativo (2005-2006 e 2007-2008); sendo o responsável pela construção da sede do Legislativo;

CONSIDERANDO que foi o primeiro advogado da Prefeitura Municipal de Palmital;

CONSIDERANDO os preciosos trabalhos dedicados à comunidade palmitalense no decorrer de sua vida como cidadão, advogado e vereador;

CONSIDERANDO que é dever da Câmara Municipal de Palmital render justas homenagens àquele que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuiu para o bem estar da coletividade;

DECRETA

Art. 1° LUTO OFICIAL por três (3) dias, contados desta data, pelo falecimento do senhor **DAMARCI CAPUTO DE CARVALHO**, pelos inestimáveis serviços prestados à comunidade palmitalense.

Art. 2° Ficam suspensos os atendimentos ao público na Câmara Municipal no dia 12 de novembro de 2025, permanecendo apenas o expediente interno;

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital-PR.

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:EFD18C4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 85 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 85 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Senhor **ROBERTO CARLOS ROSSI,** no exercício das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **Dr DAMARCI CAPUTO DE CARVALHO**, ocorrido na data de hoje, 11 de Novembro de 2025.

CONSIDERANDO o Dr. Damarci foi uma das personalidades mais marcantes da história de Palmital, sempre pautando sua trajetória pela ética, sabedoria e compromisso com a justiça e com o desenvolvimento do município.

CONSIDERANDO também que foi Procurador do Município e advogado decano, atuando por mais de 54 anos na advocacia na Comarca de Palmital, além de ter exercido um papel fundamental na construção do antigo Fórum e da Casa do Magistrado no Município, colaborando ativamente para o fortalecimento das instituições públicas de Palmital.

CONSIDERANDO ainda que ao longo de sua vida pública, exerceu com destaque o cargo de vereador e presidente da Câmara Municipal de Palmital, sendo responsável pela construção da sede do Legislativo.

CONSIDERANDO por fim que foi um professor dedicado, contribuindo para a formação de gerações de palmitalenses e deixando um legado de conhecimento e valores aos discentes e docentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL** por 03 dias, pelo falecimento do **DR DAMARCI CAPUTO DE CARVALHO.**
Art. 2º Ficam suspensos os serviços atendimentos ao público no Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Palmital no dia 12 de Novembro de 2025, permanecendo apenas o expediente interno.
Art. 3º Durante os três dias os pavilhões nacional, paranaense e municipal deverão ser hasteados a meio mastro em sinal de luto.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmital, 11 de Novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:E36EB490

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2025

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 141/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO PROJETOS EXECUTIVOS DE

ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS NÃO PAVIMENTADAS URBANAS E RURAIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.
VALOR: R$ 150.000,00(Cento e cinquenta mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 Dias
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.

CONTRATADO: M AMARAL DOS SANTOS GUIMARAES CNPJ-31.264.074/0001-69
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	5020	10.002.04.122.0401.2096	0	3.3.90.39.05.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital, 10/11/2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº141/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS NÃO PAVIMENTADAS URBANAS E RURAIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.
Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Administração, ante as justificativas que se embasam no artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supra supramencionada, tendo como contratada **M AMARAL DOS SANTOS GUIMARAES CNPJ-31.264.074/0001-69 ,** no valor de R$ 150.000,00(Cento e cinquenta mil reais).
Para a efetivação da presente dispensa levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmital, 10/11/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº42/2025

REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS NÃO PAVIMENTADAS URBANAS E RURAIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO, artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.
A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 141/2025, Dispensa de Licitação n° 42/2025, atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação n° 42/2025, para a contratação dos serviços supramencionados, junto a empresa vencedora: **M AMARAL DOS SANTOS GUIMARAES CNPJ-31.264.074/0001-69 ,** no valor de R$ 150.000,00(Cento e cinquenta mil reais).
Encaminhe-se para publicação e demais providências legais, confeccione-se o contrato

Palmital-PR, 10/11/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:923DC988

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2025 - P.E. 60/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 132/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: OLAIR DE ANDRADE FILHO E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Maximiliano Vicentin, 0 Centro - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº04.712.135/0001-30, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor OLAIR DE ANDRADE FILHO, portador do RG nº 7******* SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.***.***-**.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA TIPO C, DESTINADA AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

DATA DO CONTRATO: 12/11/2025
VIGÊNCIA: 11/11/2026
VALOR TOTAL: R$ 549.000,00 (Quinhentos e Quarenta e Nove Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:168BAC2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 719/2025

PORTARIA N.º 719/2025

SÚMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

CONCEDER

Art. 1º- Cinco (05) dias de férias ao Servidor **JULIO CEZAR DA SILVA,** referente ao período aquisitivo **2020/2021,** para serem usufruídos no período de **13/11/2025 a 17/11/2025** de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **18 de novembro de 2025.**
Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 12 de novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:7B9CC7F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 720/2025

PORTARIA N.º 720/2025

SÚMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

CONCEDER

Art. 1º- Trinta (30) dias de férias ao Servidor **ERIVELTO DA SILVA DUTRA,** referente ao período aquisitivo **2024/2025,** para serem usufruídos no período de **10/11/2025 a 09/12/2025** de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **10 de dezembro de 2025.**
Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 12 de novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:A046280D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 718/2025

PORTARIA Nº 718/2025

SÚMULA: INCLUI O PLANO DE SEGURANÇA DO PACIENTE NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LAURO SIMIANO, NOMEIA COORDENADOR E MEMBROS DO PLANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO CARLOS ROSSI, Prefeito do Município dePALMITAL/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOas diretrizes da Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o **Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).**

CONSIDERANDO a necessidade de promover a segurança do paciente nas ações e serviços de saúde, por meio da gestão de riscos e da melhoria contínua da qualidade.

CONSIDERANDO a importância de instituir práticas seguras nos serviços de atenção básica, de modo a prevenir incidentes e danos ao paciente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica **instituído e incluído o Plano de Segurança do Paciente (PSP)** na **Unidade Básica de Saúde Lauro Simiano,** vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Palmital.

Art. 2ºO Plano de Segurança do Paciente tem como objetivo implementar ações de prevenção, controle e mitigação de riscos assistenciais, garantindo um atendimento seguro, ético e de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 3º Ficam nomeados os membros abaixo nominados para comporem a Comissão do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) da **Unidade Básica de Saúde Lauro Simiano:**

I - COORDENADORA: AMANDA JULIANA RICKEN - Enfermeira (COREN 552135);
II - REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃ DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E EPIDEMIOLOGIA: ALINE DE SOUZA PINTO - Enfermeira;
III - REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE ENFERMAGEM: MEIRY LARISSA DE OLIVEIRA SILVESTRE SZUARC DA SILVA - Enfermeira;
IV - REPRESENTANTE DA DIVISÃO MÉDICA: HASSAM SALIH MOHANA - Médico;
V - REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE FARMÁCIA: GABRIEL DE ALMEIDA SILVEIRA - Farmacêutico;

VI - REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE ODONTOLOGIA: JÉSSICA CAROLINE DIAS RIBEIRO - Odontóloga;
VII - REPRESENTANTE DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA EMERGENCIAL: GERSON GERALDO NOGUEIRA - Médico;
VIII - REPRESENTANTE DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE: MARLENE HUCHAK - Técnica de Controle da Saúde;
IX - REPRESENTANTE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE: VERIDIANA GAROSSO - Agente de Combate a Endemias;
X - REPRESENTANTE DA DIVISÃO DA SAÚDE DO TRABALHO: IZANETE PRESTES LIBER - Agente Comunitário de Saúde;
XI - REPRESENTANTE DO SERVIÇO DE ROUPARIA E LAVANDERIA: IVANILDA IAGLA - Auxiliar de Serviços Gerais;
XII - REPRESENTANTE DAS CENTRAIS DE MATERIAL E ESTERIALIZAÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO: NATANE CARLA CAMARGO DA SILVA - Enfermeira;
XIII - REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: IZANETE PRESTES LIBER - Agente Comunitário de Saúde;
XIV - REPRESENTANTE DA UNIDADE DE SAÚDE ESF MERON MATCHULA: JULIANA MARTINS DA SILVA - Enfermeira;
XV - REPRESENTANTE DA UNIDADE DE SAÚDE ESF VITOR GOMES DA ROCHA: DEBORA PRISCILA DE SANTANA - Enfermeira;
XVI - REPRESENTANTE DA UNIDADE DE SAÚDE ESF ÁGUA QUENTE: FERNANDA DOS SANTOS - Enfermeira;

Art. 4ºA presente Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 12 de novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:D4190D67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 02/2025-CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PALMITAL – PR

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do repasse para estruturação da gestão e da rede de proteção e defesa dos direitos da mulher conforme deliberação 15/2025.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Palmital – PR**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela **Lei Municipal nº 1.290, de 2024**, que institui o Conselho como órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres no município, e

Considerando os princípios da **equidade de gênero**, da **justiça social**, da **cidadania plena** e da **dignidade da pessoa humana**, norteadores das ações governamentais e políticas públicas voltadas às mulheres;

Considerando a necessidade de consolidar **diretrizes, metas e estratégias** que promovam a **igualdade de oportunidades entre homens e mulheres**, especialmente no que tange ao **enfrentamento da violência de gênero**, ao **acesso a políticas de saúde, educação, trabalho, renda e participação política**;

Considerando a **Reunião Ordinária** do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Palmital, realizada em **12 de novembro de 2025**, conforme consta na **Ata nº 07/2025**;

Considerando a **Deliberação nº 15/2025**, que trata da aprovação do **Plano de Ação** e do **Termo de Adesão** referentes ao **repasse para estruturação da gestão e da rede de proteção e defesa dos direitos da mulher**,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Termo de Adesão** e o **Plano de Ação** relativos ao **repasse para estruturação da gestão e da rede de proteção e defesa dos direitos da mulher**, conforme diretrizes estabelecidas pela **Deliberação nº 15/2025** e demais normativas aplicáveis, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres no Município de Palmital/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Sala das Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Palmital/PR, aos **doze dias do mês de novembro de 2025**.

ROSILDA GOMES DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:D383E427

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 14/2025-CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social PAS referente ao ano de 2026.

CONSIDERANDO a importância do **Piso Único de Assistência Social – PAS** como instrumento de cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, destinado à manutenção e ao aprimoramento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica;

CONSIDERANDO a realização da **Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Palmital**, conforme consta na **Ata nº 14/2025**, realizada no dia **12 de novembro de 2025**, com a presença dos conselheiros titulares e suplentes;

CONSIDERANDO a deliberação dos membros do colegiado pela **aprovação do Termo de Adesão** e do **Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS**, referente ao exercício de **2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Termo de Adesão** e o **Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS**, referente ao exercício de **2026**, com vistas à solicitação e recebimento de recursos estaduais e demais providências necessárias ao cofinanciamento das ações previstas, observadas as normas e orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Sala das Reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social de Palmital/PR, aos doze dias do mês de novembro de 2025.

CLAUDIA GABRIELA TOMEN MÜLLER
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:9528717F

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMITAL
PORTARIA N.º 33/2025

PORTARIA N.º 033/2025

SÚMULA: Estabelece recesso para os Servidores que integram o quadro de Pessoal da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital – PALMITALPREV e dá outras providências.

A Diretora-Presidente da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica estabelecido na Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital – PALMITALPREV **recesso** aos Servidores que compõem o quadro de pessoal e consequentemente a interrupção do atendimento ao público no dia 21 de novembro de 2025, em virtude do feriado de "Consciência Negra" (20).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Palmital, 12 de Novembro de 2025.

ROSILDA MARIA VARELA
Diretora Presidente
PALMITALPREV

Publicado por:
Elisangela Martins Dos Santos
Código Identificador:31075E01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 63, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

"Concede usufruto de Licença Prêmio aos servidores."

A Diretora Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar 181/2015, considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá) regulamentado pelo Decreto nº 2.028/11.

RESOLVE:

I - Conceder o usufruto de Licença Prêmio por assiduidade, 60 (sessenta) dias, aos servidores constantes da relação anexa, parte integrante desta Portaria.

Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR			
MATRÍCULA	**NOME**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**
8-0	Simone Silva de Araujo	Contadora	25/07/2020 - 24/07/2025
29-0	Pablo Verçosa Silva	Tecnologia de Informação	01/04/2019 - 05/09/2025
36-0	Ana Karina Schmidt	Auxiliar Administrativo	04/06/2020 - 22/08/2025
39-0	Jonattas Lissandro Correia Costa	Auxiliar Administrativo	03/11/2020 - 02/11/2025

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, em 12 de novembro de 2025.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Ana Karina Schmidt
Código Identificador:E6C12F3B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

na forma de Registro de Preços, modalidade está prevista nos **artigos 28, inciso II, e 32 da Lei nº 14.133/2021**,
03/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

OBJETO: Aquisição de material de higiene e limpeza para atender as demandas da Base Samu e da Sede Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 15.830,68 (Quinze Mil, Oitocentos e Trinta Reais e Sessenta e Oito Centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 14/11/2025 às 08:00h
Até 26/11/2025 às 08:00h
PERÍODO DE LANCES
26/11/2025 às 14:00h
Plataforma para envio de Proposta e Disputas:comprasbr.com.br
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM
Paranaguá, 12 de novembro de 2025.

ZAIRA BRAGA DE SOUZA
Pregoeira - Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:88115A78

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
ATA DA 03ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ORIUNDOS DA FUNDAÇÃO

Aos 06 dias do mês de novembro de 2025, às 09h00min, reuniram-se, na sala da Procuradoria Jurídica da FASP, os membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar processos administrativos oriundos da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), nomeados através da Portaria n.º 099 de 01 de setembro de 2025, para a realização da reunião, sob a presidência da Comissão, Rosiane Cristine Gonçalves de Ávila. Estavam presentes os seguintes: Beatriz de Farias, secretária da Comissão e, Eduardo Schenoveber Hadas, membro da Comissão. Também esteve presente a Assessora Jurídica, Dra. Nataely Ferreira Ribas. Ressalta-se que o Processo de Sindicância nº 46116/2025 foi conduzido com a membra Laize Ribas Turok, designada especificamente para tal finalidade, conforme Portaria nº 115/2025. Aberta a primeira sessão, a Presidente da Comissão submeteu à deliberação desta Comissão apenas o processo administrativo oriundos da FASP, n° **46116/2024** referente à possíveis inobservâncias de normas médicas pelos profissionais responsáveis pelo atendimento da infante Mirella Santos Natel em julho de 2023. Em relação a este processo ficou decidido pela Comissão em analisar o prontuário da infante e marcar reunião extraordinária para decisão final.; Aberta a segunda sessão, esta com a Comissão nomeada pela Portaria 099/2025, a Presidente da Comissão submeteu à deliberação desta Comissão os demais processos administrativos oriundos da FASP, quais sejam: **Processo 46114/2024** referente à possíveis inobservâncias de normas médicas pelos profissionais responsáveis pelo atendimento do paciente Hamilton Nascimento em junho de 2023; **Processo 43754/2025** referente à ausência, sem justificativa, em plantão, pela profissional técnica de enfermagem Alanna Letícia Rosa Gomes; **Processo 63653/2024** referente à possível assédio moral cometido pela enfermeira Kamylla Crystie Modesto do Carmo Sales em favor da servidora Alessandra dos Santos Andrade; **Processo 43744/2025** referente à ausência, sem justificativa, em plantão, pela profissional técnica de enfermagem Ingrid do Pilar Martins Soldati. Em relação ao **Processo nº 46114/2024**, após análise do Prontuário, a Comissão concluiu que houve negligencia por parte dos profissionais responsáveis pelo atendimento do paciente Hamilton Nascimento e decidiram pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar.; Em relação ao **Processo 43754/2025**, ficou decidido aplicar a penalidade de advertência à profissional Técnica de Enfermagem Alanna Letícia Rosa Gomes, em razão de ausência em plantão sem justificativa, determinando-se a anexação da penalidade à sua ficha funcional e ao respectivo processo.; Em relação ao **Processo nº 63653/2024**, deliberou a Comissão pela solicitação de resposta por escrito à enfermeira Kamylla Crystie Modesto do Carmo, a fim de que apresente suas manifestações e rebata as informações constantes no processo. Após o recebimento da resposta, será convocada reunião extraordinária para deliberação final acerca do caso. Em relação ao **Processo nº 43744/2025**, ficou decidido aplicar a penalidade de advertência à profissional Técnica de Enfermagem Ingrid do Pilar Martins Soldati, em razão de ausência em plantão sem justificativa, determinando-se a anexação da penalidade à sua ficha funcional e ao respectivo processo. A presente ata foi digitada e lavrada por **Nataely Ferreira Ribas**, Assessora Jurídica da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), neste ato Secretário *ad hoc*, que, após leitura e aprovação, será assinada pelos presentes.

ROSIANE CRISTINE GONÇALVES DE ÁVILA
Presidente da Comissão
Responsável Técnica da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

BEATRIZ DE FARIAS
Secretária da Comissão
Assistente Administrativo da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

EDUARDO SCHENOVEBER HADAS
Membro da Comissão
Médico da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

LAIZE RIBAS TUROK
Membro da Comissão (Portaria 115/2025)
Médico da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

NATAELY FERREIRA RIBAS
Assessora Jurídica da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:EF647866

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
ATA DA 04ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ORIUNDOS DA FUNDAÇÃO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2025, às 16h30min, reuniram-se, na sala da enfermagem da FASP, os membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar processos administrativos oriundos da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), nomeados através da Portaria n.º 099 de 01 de setembro de 2025, para a realização da reunião, sob a presidência da Comissão, Rosiane Cristine Gonçalves de Ávila. Estavam presentes os seguintes: Beatriz de Farias, secretária da Comissão e, por videoconferência o Eduardo Schenoveber Hadas, membro da Comissão. Aberta a sessão, a Presidente da Comissão submeteu à deliberação desta Comissão o processo administrativo oriundos da FASP, que trata: (**Processo 63653/2024)** referente à evento adverso envolvendo as profissionais Alessandra dos Santos Andrade e Kamylla Crystie Modesto do Carmo Sales; Em relação ao (**processo nº 63653/2024)**, ficou decidido pelo seu arquivamento após a análise dos relatos e dos esclarecimentos fornecidos pelas partes envolvidas, tendo em vista que as versões apresentadas divergem e não há elementos probatórios suficientes para a confirmação dos fatos alegados. A presente ata foi digitada e lavrada por **Beatriz de Farias**, Assistente Administrativo da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), neste ato Secretário *ad hoc*, que, após leitura e aprovação, será assinada pelos presentes.

ROSIANE CRISTINE GONÇALVES DE ÁVILA
Presidente da Comissão
Responsável Técnica da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

BEATRIZ DE FARIAS
Secretária da Comissão
Assistente Administrativo da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

EDUARDO SCHENOVEBER HADAS
Membro da Comissão
Médico da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:ED75D4D3

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
PORTARIA Nº 138-2025

"Prorroga o prazo para inscrição de candidatos à eleição da Comissão de Ética de Enfermagem da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP e dá outras providências"

A **COMISSÃO ELEITORAL** responsável pela condução do processo de eleição da Comissão de Ética de Enfermagem da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o reduzido número de inscrições recebidas até a presente data;

CONSIDERANDO a importância de assegurar ampla participação dos profissionais de enfermagem vinculados à FASP no processo eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para inscrição de candidatos à eleição da Comissão de Ética de Enfermagem da FASP, até o dia 19 de novembro de 2025, mantendo-se inalteradas as demais disposições do edital anteriormente publicado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Paranaguá-PR, em 11 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

ROSIANE CRISTINE GONÇALVES DE ÁVILA
Presidente da Comissão Eleitoral
Comissão de Ética de Enfermagem – FASP

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:2C9CC5C4

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
PORTARIA Nº 139/2025

"Exonera, a pedido, RHIANE KARINE DA SILVA LEITE do cargo de Enfermeira da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP"

O Diretor-Geral da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP, fundação pública de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.848.527/0001-55, com sede administrativa situada na Avenida Roque Vernalha, nº 39, segundo andar, bairro Estradinha, Paranaguá – PR, CEP 83206-250 (UPA 24h), neste ato representada por seu Diretor-Geral, Dr. Wilson Eugênio Gomes de Moraes, tendo em vista o protocolado na presente data referente ao pedido de exoneração do cargo, e no uso das atribuições legais e regimentares que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 230/2019, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **RHIANE KARINE DA SILVA LEITE**, portador do CPF nº 026.753.484-14, matrícula **295-1** do cargo de **ENFERMEIRA** da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá.

Art. 2º º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos administrativos a partir de 10 de novembro de 2025**.

Cumpra-se e publique-se.

Paranaguá-PR, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

WILSON EUGÊNIO GOMES DE MORAES
Diretor Geral da Fundação

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:F41A1A7A

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA N° 175/2025

PORTARIA Nº 175/2025

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 132/2011 e 142/2012, Decreto nº 2.943 de 05 de novembro de 2012 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025.

RESOLVE:

I - DESIGNAR para compor a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia, os servidores abaixo:

PRESIDENTE: Carlos Eduardo dos Santos - matrícula 90070-4;
MEMBRO: Claudineia Pinto dos Santos - matrícula 90067-3;
MEMBRO: Mariza Voi Frezzatti - matrícula 90061-2;
MEMBRO: Tabajara Machado de Souza Junior – matrícula 90071-1
MEMBRO: Marcia Regina das Neves – matrícula 90068-3

II – DETERMINAR que a Comissão tenha função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações ao cadastramento de licitantes, a qual exercerá

de acordo com os poderes e atribuições conferida pela Lei nº 14.133/2021 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

III – ESTA PORTARIA entra em vigor a partir de 12 de novembro de 2025, ficando revogada a Portaria nº 161/2025, de 09 de outubro de 2025.

PARANAGUÁ, 12 de novembro de 2025.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Mariza Voi Frezzatti
Código Identificador:2E5D2E4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO PRESENCIAL Nº 002/2025
PROCESSO Nº 39.442/2021

A Prefeitura do Município de Paranaguá-PR, através da Secretaria Municipal de Urbanismo, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação, torna público que fará realizar, às 09:00 (nove) horas do dia 09 (nove) de Dezembro de 2025, na Rua Júlia da Costa, nº 322, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações e Suprimentos – Palácio São José, na Modalidade LEILÃO, do tipo Maior Lance, na forma de execução indireta, objetivando a Alienação bem imóvel dominical/desafetação de parte de ruas, autorizadas pela Leis Municipais nº 4.581/25 4.582/25 e 4.583/25 de 29/08/2025, cuja relação, descrição dos lotes e valores, encontram-se disponibilizados no instrumento convocatório, neste Município de Paranaguá.
O inteiro teor do edital e seus anexos, poderá ser retirado no seguinte endereço: Rua Júlia da Costa, 322, CEP 83.203-060 Paranaguá/Pr, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, ou através do site: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Compras e Licitações – Licitações Gerais). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação no endereço acima mencionado, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou pelo telefone 41-3721-1810.

PARANAGUÁ, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:A6678325

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2025-
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15**.**
- ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA - CNPJ Nº 07.204.911/0001-80.
- ASSOCIAÇÃO CASA DE FANDANGO CARIJÓS – MESTRE EUGÊNIO - C.N.P.J. nº 34.289.301/0001-07;
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANUTILHO TEMPERADO C.N.P.J. nº 50.670.522/0001-79;
- JOSÉ MARTINS FILHO - GRUPO VIOLA AFINADA - CNPJ Nº 28.093.887/0001-29;
- AORELIO DOMINGUES DE BORBA ORQUESTRA RABECÔNICA DO BRASIL – CNPJ Nº 12.732.448/0001-89;
- EDISON AFONSO DOMINGUES - GRUPO DE FANDANGO FAMÍLIA DOMINGUES - CNPJ Nº 34.297.561/0001-16
- ELIZANGELA SARRAFF – GRUPO DE FANDANGO DONA MARIQUINHA - C.N.P.J. nº 12.699.927/0001-40
- THAUY CABRAL DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS - FANDANGO MUCUNÃ - CNPJ Nº 36.659.711/0001-10
- GRUPO DE FANDANGO PÉS DE OURO - CNPJ Nº 09.645.635/0001-10

Objeto: "Contratação de Grupos Culturais de Fandango, através do Chamamento Público nº 012/2025, Seleção de Grupos de Fandango, para apresentação em Bailes de Fandango, a serem realizados na 16ª Festa de Fandango de Paranaguá, em locais determinados pela Secretaria de Cultura e Turismo, em horário igualmente definido pelas mesmas totalizando 1horas e 30 minutos de apresentação, através de termo de colaboração, e, inteiro teor do processo administrativo nº 53665/2025.". As despesas decorrentes será conforme inteiro teor do termo de referência do referido chamamento público, e termo de colaboração". Com fulcro no art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, e demais documentos que integram o inteiro teor do processo administrativo nº 53.665/2025, em atendimento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Processo Administrativo nº: 53.665/2025

Valor da Contratação: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

O valor da despesa para cada Grupo Cultural será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com 05 apresentações por grupo contratado na 16ª FESTA DO FANDANGO DE PARANAGUÁ, face descritivo do termo de referência do edital do chamamento público.

Dotação orçamentária: 06.01. 2022.013.0392.04.333.90.39.9999.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 10/11/2025

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:83A16ADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
RETIFICAÇÃO DE AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 016/2025
PROCESSO Nº 36.664/2025

Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação, torna público, que, através deste, retifica o aviso de Chamada Pública em epígrafe, para "Credenciamento de Pessoas Jurídicas Especializadas para Prestação de Serviços Médicos Contínuos, em Regime de Plantão Diurnos e Noturnos, em dias úteis, finais de semana e feriados".

ONDE SE LÊ: A Primeira publicação para Credenciamento e posterior classificação das Credenciadas, será realizada após o decurso 15 (quinze) dias úteis da publicação. Sendo assim, os interessados deverão apresentar a documentação para credenciamento a partir de 13 (treze) de novembro de 2025 à 05 (cinco) de dezembro de 2025.
LEIA-SE: A Primeira publicação para Credenciamento e posterior classificação das Credenciadas, será realizada após o decurso 15 (quinze) dias úteis da publicação. Sendo assim, os interessados deverão apresentar a documentação para credenciamento a partir de 12 (doze) de novembro de 2025 à 05 (cinco) de dezembro de 2025.
Demais informações permanecem inalteradas.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou através do telefone 41-3721-1810.

PARANAGUÁ, 12 de Novembro de 2025.

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:9E5D9A9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Saúde de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudico e homologo o lote do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 026/2025,** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira do Processo Licitatório, nomeado pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica Adjudicado e homologado o julgamento do item do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lote:** 01 – **Empresa:** RODO SERVICE LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 00.688.075/0002-98. Ficando assim adjudicado e homologado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 026/2025**, que tem por objeto: **"Aquisição de Ônibus, para realização de Transporte como forma a atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde"**, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 22.017/2025.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 12 de novembro de 2025.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:66B454CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 012/2025

Homologa o Julgamento, proferido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da Comissão Permanente de Contratação, do Processo de Chamada Pública nº 012/2025**,** dando outras providências.

O Secretário Municipal de Cultura e Turismo, do Município de PARANAGUÁ – PR, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.

R E S O L V E :

I. Fica homologado o julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da Comissão Permanente de Avaliação - SECULTUR, sobre o Processo para **Chamamento Público nº 012/2025**, que tem por objeto: "Seleção de Grupos de Fandango, para apresentação em Bailes de Fandango, a serem realizados na 16ª Festa de Fandango de Paranaguá, em locais determinados pela Secretaria de Cultura e Turismo, em horário igualmente definido pelas mesmas totalizando 1horas e 30 minutos de apresentação, através de termo de colaboração, e, inteiro teor do processo administrativo nº 53665/2025.

II. Adjudico à Contratação aos Grupos credenciados: ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA; ASSOCIAÇÃO CASA DE FANDANGO CARIJÓS – MESTRE EUGÊNIO; ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANUTILHO TEMPERADO; JOSÉ MARTINS FILHO - GRUPO VIOLA AFINADA; AORELIO DOMINGUES DE BORBA – ORQUESTRA RABECÔNICA DO BRASIL; EDISON AFONSO DOMINGUES - GRUPO DE FANDANGO FAMÍLIA DOMINGUES; ELIZANGELA SARRAFF – GRUPO DE FANDANGO DONA MARIQUINHA; THAUY CABRAL DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS – FANDANGO MUCUNÃ; GRUPO DE FANDANGO PÉS DE OURO.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 06 de Novembro de 2025.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:FE052206

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 037/2025 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Sr. Secretário Municipal de Cultura e Turismo de PARANAGUÁ - PR., no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 037/2025, que tem por objeto: "Contratação de Grupos Culturais de Fandango, através do Chamamento Público nº 012/2025, Seleção de Grupos de Fandango, para apresentação em Bailes de Fandango, a serem realizados na 16ª Festa de Fandango de Paranaguá, em locais determinados pela Secretaria de Cultura e Turismo, em horário igualmente definido pelas mesmas totalizando 1horas e 30 minutos de apresentação, através de termo de colaboração, e, inteiro teor do processo administrativo nº 53665/2025.". As despesas decorrentes será conforme inteiro teor do termo de referência do referido chamamento público, e termo de colaboração". Com fulcro no art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, e demais documentos que integram o inteiro teor do processo administrativo nº 53.665/2025, em atendimento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

II. Adjudico a contratação aos Grupos Culturais vencedores**:** - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR MANDICUERA - CNPJ Nº 07.204.911/0001-80; ASSOCIAÇÃO CASA DE FANDANGO CARIJÓS – MESTRE EUGÊNIO - C.N.P.J. nº 34.289.301/0001-07; ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANUTILHO TEMPERADO C.N.P.J. nº 50.670.522/0001-79; JOSÉ MARTINS FILHO - GRUPO VIOLA AFINADA - CNPJ Nº 28.093.887/0001-29; AORELIO DOMINGUES DE BORBA ORQUESTRA RABECÔNICA DO BRASIL – CNPJ Nº 12.732.448/0001-89; EDISON AFONSO DOMINGUES - GRUPO DE FANDANGO FAMÍLIA DOMINGUES - CNPJ Nº 34.297.561/0001-16; ELIZANGELA SARRAFF – GRUPO DE FANDANGO DONA MARIQUINHA - C.N.P.J. nº 12.699.927/0001-40; - THAUY CABRAL DOS SANTOS RIBEIRO DE JESUS - FANDANGO MUCUNÃ - CNPJ Nº 36.659.711/0001-10; - GRUPO DE FANDANGO PÉS DE OURO - CNPJ Nº 09.645.635/0001-10.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 10 de Novembro de 2025.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:755551DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.332

DECRETO Nº 1.332

"Recompõe o Conselho Curador da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, nos termos da Lei Complementar nº 230, de 10 de julho de 2019."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Lei

Complementar Municipal nº 230, de 10 de julho de 2019, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 88.845/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Recompor os membros do Conselho Curador da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá - FASP, cuja relação consta no Anexo deste Decreto Municipal e é parte indissociável.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO DO DECRETO Nº 1.332/2025

1. MEMBRO NATO E PRESIDENTE (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso I)	Titular: Daniel Gustavo Giaretta Fangueiro Secretário Municipal de Saúde Suplente: Eloisa Fontes Tavares Superintendente Jurídico Setorial
2. MEMBRO INDICADO PELO PREFEITO MUNICIPAL (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso II)	Titular: Matheus Cordeiro Rolim Superintendente Especial de Assuntos Jurídicos de Governo II Suplente: Rodolfo Nogueira Pedro Bom Superintendente Especial de Gestão Processual
3. MEMBRO INDICADO PELO PREFEITO MUNICIPAL (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso II)	Titular: Veronica Marodim Marques Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento Suplente: Ariana Gomes França Bueno Ziesemer Superintendente de Orçamento
4. MEMBRO INDICADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso III)	Titular: Olivia Permegiani Vilarinho - Médica Suplente: Jorge Luis Pinho Woll - Diretor Médico
5. MEMBRO INDICADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso III)	Titular: Daniele dos Santos Rogoski Voitach Suplente: Silmara dos Santos Trizote
6. MEMBRO INDICADO PELO SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO PARANÁ - SIMEPAR (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso IV)	Titular: Márcio Fabiano Chaves Bastos Suplente: Cláudia Paola Carrasco Aguilar
7. MEMBRO INDICADO PELO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - SINDEESP LITORAL (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso V)	Titular: Jaime Ferreira dos Santos Viana Suplente: Lúcia da Silva Kesseli Cordeiro
8. MEMBRO INDICADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso VI)	Titular: Gilmara Gastaldon Piantá Usuário do SUS - Sistema Único de Saúde Suplente: Leandro Gonçalves Mendes Usuário do SUS - Sistema Único de Saúde
9. MEMBRO INDICADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (Lei Complementar Municipal nº 230/2019 - Art. 7º, Inciso VI)	Titular: Cláudia Ines Soares Usuário do SUS - Sistema Único de Saúde Suplente: Daniele Pontes Belo Usuário do SUS - Sistema Único de Saúde

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D03812C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.542

PORTARIA N° 1.542

"Desligar, por motivo de aposentadoria compulsória, o servidor Antônio Putrique Batista."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n° 203/2017, Decreto n° 897/2018; considerando o que estabelece o Art. 51 da Lei nº 8.213/1991, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 1.846/2025,

RESOLVE:

I - Desligar, compulsoriamente, a partir de 21 de novembro do corrente, o servidor ANTÔNIO PUTRIQUE BATISTA, Agente Operacional, matrícula nº 6.531-1, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 12 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:322DBF02

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.543

PORTARIA Nº 1.543

"Autoriza o regime de teletrabalho/remoto à servidora Paula Sigolo Vanhoni."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 88.398/2025,

CONSIDERANDO o cumprimento da Ordem Judicial proveniente dos autos 0000733-83.2024.5.09.0022,

RESOLVE:

I - Fica autorizado a servidora PAULA SIGOLO VANHONI, matrícula nº 94.967-3, Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a executar sua jornada de trabalho em regime de teletrabalho/remoto, conforme determinação judicial.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 12 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:627D9613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 245/2025

Dispõe sobre a convocação de candidato(a) nomeado(a) para o cargo de provimento efetivo de Psicólogo.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovado(a) no Concurso Público nº. 001/2025, no cargo de provimento efetivo de **PSICÓLOGO**, nomeado(a) nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº. 2.185/2025**, a comparecer

junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
5º	RAFAEL CABRIJANA ORTIZ MACIEL	XXX.614.019-XX	A.C.

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;

c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:

I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;

II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;

III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;

IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;

VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.

VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Currículo atualizado;

m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: **https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php**

II – Certidão cível e criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.

III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.
b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.
c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.
d) Cargo de Eletricista III:
• Eletroencefalograma;
• Audiometria.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):
• Psicólogo (a): Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:A89FE422

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 246/2025

Dispõe sobre a convocação de candidatos nomeados para o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro Geral.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº. 001/2025, no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO GERAL**, nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº. 2.186/2025**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
4º	KETLYN ANDRIELE LOMES DA CRUZ	XXX.357.479-XX	A.C.
1º	PATRICIA AMARA DA SILVA	XXX.219.499-XX	AFRO

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
Os candidatos deveram se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;

c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:

I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;

II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;

III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;

IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;

VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.

VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Currículo atualizado;

m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas

dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: **https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php**

II – Certidão criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.

III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.

http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.

a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.
b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.
c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.
d) Cargo de Eletricista III:
• Eletroencefalograma;
• Audiometria.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):
• Enfermeiro Geral: Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:3CFA9DED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 247/2025

Dispõe sobre a convocação de candidato(a) nomeado(a) para o cargo de provimento efetivo de Nutricionista.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovado(a) no Concurso Público nº. 001/2025, no cargo de provimento efetivo de **NUTRICIONISTA**, nomeado(a) nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº. 2.187/2025**, a comparecer junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	AMANDA SIQUEIRA TIZO	XXX.469.239-XX	A.C.

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;

c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:

I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;

II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;

III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;

IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;

VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.

VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Currículo atualizado;

m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: **https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php**

II – Certidão cível e criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.

III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.

http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;

b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.
b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.
c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.
d) Cargo de Eletricista III:
• Eletroencefalograma;
• Audiometria.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):
• Nutricionista: Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:303271A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº. 243/2025

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila do(a) candidato(a) nomeado(a) para o cargo de Psicólogo.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 001/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

NOME	CPF	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RECLASSIFICAÇÃO
REBECCA GARCIA SANTOS	XXX.506.199-XX	PSICÓLOGO	4º	8º

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

• ***RUI NUNES***
• Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:90A7FCCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº. 244/2025

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila do(a) candidato(a) nomeado(a) para o cargo de Enfermeiro Geral.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 001/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

NOME	CPF	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RECLASSIFICAÇÃO
YURI ALEXANDER DOS SANTOS ROAS	XXX.910.309-XX	ENFERMEIRO GERAL	1º	10º

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:6FF1A19F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.183/2025

Fica sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) abaixo relacionado(a)**,** nomeado(a) pela Portaria Municipal nº. 2.025/2025, no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO GERAL**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	YURI ALEXANDER DOS SANTOS ROAS	XXX.910.309-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:B9437A40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.184/2025

Fica sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) abaixo relacionado(a)**,** nomeado(a) pela Portaria Municipal nº. 2.122/2025, no cargo de provimento efetivo de **PSICÓLOGO**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
4º	REBECCA GARCIA SANTOS	XXX.506.199-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:13A9E5B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.185/2025

Dispõe sobre a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025 no cargo de provimento efetivo de Psicólogo.

Considerando *o processo digital nº 49173/2025 e nº 51626/2025;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a) em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **PSICÓLOGO,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
5º	RAFAEL CABRIJANA ORTIZ MACIEL	XXX.614.019-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:E9B6AA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.186/2025

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados em Concurso Público no cargo de provimento efetivo de Enfermeiro Geral.

Considerando *o processo digital nº 51529/2025, que dispõe sobre a liberação para contratação de servidores efetivos;*
Considerando *o Processo Digital nº 54954/2025, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO GERAL,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
4º	KETLYN ANDRIELE LOMES DA CRUZ	XXX.357.479-XX	A.C.
1º	PATRICIA AMARA DA SILVA	XXX.219.499-XX	AFRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:4FE770EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.187/2025

Dispõe sobre a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025 no cargo de provimento efetivo de Nutricionista.

Considerando *o memorando nº 113/2025, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a) em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **NUTRICIONISTA,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	AMANDA SIQUEIRA TIZO	XXX.469.239-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:41E8C306

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIACAO DE PROTECAO AO AMOR MATERNO DA DIOCESE DE PARANAVAI - APAM

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado a ASSOCIACAO DE PROTECAO AO AMOR MATERNO DA DIOCESE DE PARANAVAI- APAM, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.388.753/0001-89, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Rua Pará, nº 1097, Centro CEP: 87.702-270, neste ato representada por seu representante legal Mario Spaki, portador da cédula de identidade RG 5.843.239 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 793.149.889-53, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
VALOR CONCEDENTE: R$ 653.261,43 (seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).

Plano de aplicação detalhado

Plano de Aplicação Detalhado		
1. MATERIAL DE CONSUMO		**VALOR**
1.1	Material de Expediente	R$ 8.047,45
2. SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
2.1	Serviços de Energia Elétrica	R$ 6.701,59
3. PESSOAL E ENCARGOS		
3.1	Vencimentos e Salários	R$ 445.224,47
3.2	13º salário	R$ 27.411,50
3.3	Férias	R$ 12.807,43
3.4	INSS	R$ 43.157,04
3.5	FGTS	R$ 42.097,02
3.6	PIS	R$ 0,00
3.7	Verbas Indenização Trabalhista	R$ 67.814,93
TOTAL DE DESPESAS		**R$ 653.261,43**
PLANO DE APLICAÇÃO RESUMIDO		
1.	Material de Consumo	R$ 8.047,45
2.	Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 6.701,59
3.	Pessoal e Encargos	R$ 638.512,39
TOTAL DE DESPESAS		**R$ 653.261,43**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 012/2025 de 30 de outubro de 2025, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso de rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se para fins desse termo o valor do 5º aditivo R$ 646.759,52 com a adição de R$ 476,12 (quatrocentos e setenta e seis reais e doze centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2022, de R$ 1.791,25 (um mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2024, de R$ 1.383,79 (um mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2025, e R$ 2.850,75 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos) totalizando R$ 6.501,91 (seis mil, quinhentos e um reais e noventa e um centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2022, 2024 e 2025, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 653.261,43 (seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 03/01/2025 a 31/12/2025.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 10 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

MARIO SPAKI
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:1337324F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 8º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ 'FREI RAFAEL MAINKA'

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA", pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 76.954.411/0001-88, neste ato representado por seu representante legal Nivaldo Baratella , portador da cédula de identidade RG 3.939.214-3 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 504.815.769-91, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento , mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 1.705.286,11 (Um milhão, setecentos e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e onze centavos)

Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 276.280,01**
1.1	Material de Expediente	R$ 9.310,85
1.2	Combustível	R$ 43.766,68
1.3	Material de Limpeza e produção de higienização	R$ 30.591,89
1.4	Gêneros de alimentação	R$ 117.978,40
1.5	Gás	R$ 8.400,00
1.6	Material de processamento de dados	R$ 18.347,66
1.7	Material elétricos	R$ 1.980,41
1.8	Material educativo e esportivo	R$ 291,00
1.9	Materiais para manutenção de veículos	R$ 10.878,02
1.10	Materias para manutenção de bens imóveis	R$ 32.261,10
1.11	Material de copa e cozinha	*R$ 2.275,00*
1.12	Material de proteção e segurança	*R$ 199,00*
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 109.987,21**
2.1	Serviços de telecomunicação	R$ 5.674,88
2.2	Serviços contábeis	R$ 52.513,00

2.3	Serviços de Água e esgoto	R$ 8.529,22
2.4	Serviços de energia/Luz	R$ 11.405,02
2.5	Serviços de Manutenção de bens imóveis	R$ 22.069,00
2.6	Serviços de Manutenção de veículos	R$ 7.845,00
2.7	Serviços de Monitoramento e Vigilância	R$ 726,00
2.8	Outros serviços de terceiros pessoa juridica (seguro do veículo)	R$ 1.225,09
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 1.319.018,89**
3.1	Pessoal	R$ 918.666,96
3.2	13° Salário	R$ 83.103,06
3.3	Férias	R$ 105.732,91
3.4	INSS	R$ 93.746,09
3.5	FGTS	R$ 91.688,32
3.6	Outras obrigações tributárias e contributivas	R$ 26.081,55
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 1.705.286,11**

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	**R$ 276.280,01**
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	**R$ 109.987,21**
3	Pessoal e Encargos	**R$ 1.319.018,89**
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$1.705.286,11**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento , a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício:128/2025 de 10 de novembro de 2025, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso dos rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se para fins desse termo o valor do 8º aditivo R$ 1.689.778,69 com a adição de R$ 3.909,80 (três mil, novecentos e nove reais e oitenta centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2022, de R$ 3.538,66 (três mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2024, e de R$ 8.058,96 (oito mil, cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2025, totalizando R$15.507,42(quinze mil, quinhentos e sete reais e quarenta e dois centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2022, 2024 e 2025, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Colaboração passa a ser de R$ 1.705.286,11 (um milhão, setecentos e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e onze centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 03/01/2025 a 31/12/2025.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 10 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

NIVALDO BARATELLA
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:EC041F6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.949.052/0001-71, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 220, Jardim São Vicente CEP: 87.709-330, neste ato representada por seu representante legal Ilton Donizeti Bigoto, portador da cédula de identidade RG 1.932.309-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 331.130.339-34, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
VALOR CONCEDENTE: R$ 606.755,95 (seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 13.292,41**
1.1	Material de Expediente	R$ 6.447,98
1.2	Material Hospitalar	R$ 3.247,05
1.3	Material Processamento de Dados	R$ 0,00
1.4	Combustível	R$ 0,00
1.5	Material de Higiene e Limpeza	R$ 437,38
1.6	Material para Manutenção de Veículos (pneus)	R$ 3.160,00
1.7	Gêneros alimentícios	R$ 0,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 18.828,96**
2.1	Energia Elétrica	R$ 7.105,96
2.2	Água e Esgoto	R$ 11.723,00
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 574.634,58**
3.1	Vencimentos e salários	R$ 442.434,89
3.2	13° Salário	R$ 18.974,19
3.3	Férias + 1/3 Férias	R$ 6.771,09
3.4	INSS	R$ 41.759,62
3.5	FGTS	R$ 31.552,13
3.6	Insalubridade	R$ 0,00
3.7	Horas Extras	R$ 0,00
3.8	Adicional do tempo de serviço	R$ 33.142,66
3.9	Vale alimentação	R$ 0,00
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 606.755,95**

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 13.292,41
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 18.828,96
3	Pessoal e Encargos	R$ 574.634,58
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 606.755,95**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 012/2025 de 30 de outubro de 2025, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso de rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se para fins desse termo o valor do 5º aditivo R$ 603.704,05 com a adição de R$ 667,45 (seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2022, de R$ 644,45 (seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2024, de R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais) referentes aos rendimentos do exercício de 2025, totalizando R$ 3.051,9 (três mil, cinquenta e um reais e noventa centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2022, 2024 e 2025, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 606.755,95 (seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 03/01/2025 a 31/12/2025.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 10 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

ILTON DONIZETI BIGOTO
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:A6DF0220

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - EDITAL 43/2025

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 043/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES NAS ESPECIALIDADES DE ORTOPEDIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA, DERMATOLOGIA, UROLOGIA, PNEUMOLOGIA, NEUROPEDIATRIA, FISIOTERAPIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DE PARANAVAÍ.

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, Sr.ª Thaís Soares da Silva , no uso das atribuições delegadas por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, TORNA PÚBLICO aos interessados o chamamento público para Credenciamento de empresas prestadora de serviços médicos para prestação de consultas e exames nas especialidades de ORTOPEDIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA, DERMATOLOGIA, UROLOGIA, PNEUMOLOGIA, NEUROPEDIATRIA, FISIOTERAPIA, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS de Paranavaí, da seguinte forma:

1.OBJETO: Credenciamento de empresas prestadora de serviços médicos para prestação de consultas e exames nas especialidades de ORTOPEDIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGIA, DERMATOLOGIA, UROLOGIA, PNEUMOLOGIA, NEUROPEDIATRIA, FISIOTERAPIA, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS de Paranavaí.
2. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: As empresas interessadas em se credenciar junto ao municipio de Paranavaí, deverão protocolar a documentação por meio de processo digital , através do seguinte passo: site da Prefeitura do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/), após, deverá clicar na opção autoatendimento (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital) e por fim, na segunda opção emissão de protocolo, ao lado esquerdo da página (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1)..
2.1. Para participação no credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação relacionados no item 8 deste edital e demais condições , sob pena de desqualificação.
2.2. A Comissão permanente de Contratação Direta analisará a documentação protocolada por meio de processo digital a partir do dia 19/11/2025.
3. EDITAL: A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica o Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.
4. INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, Paranavaí – PR., pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelo site www.paranavai.atende.net. Esclarecimentos/impugnações deverão ser enviados através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:D2E87C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 157/2025**

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **53.559.615 GUSTAVO FAQUIM DOS SANTOS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.559.615/0001-19, estabelecida à Rua Tokyo, 277, Jardim São Vicente, Paranavaí – PR, e-mail: gufaquim@hotmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Gustavo Faquim dos Santos**, inscrito no CPF 106.324.449-83, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de apresentação de show da banda **Lucas Müller e Gusttavo,** para a realização de apresentação musical no evento **FESTIVAL DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE**, de acordo com o **item 15 - APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SERTANEJA (3 ou mais integrantes)**.
VALOR: R$2.672,75 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), correspondente a realização do serviço credenciado.
FONTE DE RECURSOS:
1741.17.1.2881.339039230000000000-0
PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação está prevista para ser realizada em **13 de dezembro de 2025, na Praça dos Pioneiros.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.
FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

GUSTAVO FAQUIM DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:E22B71B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 158/2025**

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.268.519/0001-11, estabelecida à Rua Arthulino da Cunha Pinheiro, 145, Conjunto Flavio Ettore Giovine, Paranavaí – PR, e-mail: adriano.maismenino@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Sebastião Adriano Juvino Furtado**, inscrito no CPF 044.603.874-17, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de apresentação de show da banda **Forró Mais Menino,** para a realização de apresentação no evento **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**, de acordo com o **item 15 - APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SERTANEJA (3 ou mais integrantes)**.
VALOR: R$2.672,75 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), correspondente a realização do serviço credenciado.
FONTE DE RECURSOS:
1741.17.1.2881.339039230000000000-0
PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação no evento **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA** está prevista para ser realizada em **20 de novembro de 2025, na Praça dos Pioneiros.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.
FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:955ACC91

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 159/2025**

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **46.857.584 THIAGO GUGLIELMI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.857.584/0001-17, estabelecida à Rua Luiz Spigolon, 1.379, centro, Paranavaí – PR, e-mail: guglielmithiago@gmail.com, neste ato representada pelo **Sr. Thiago Guglielmi**, inscrito no CPF 085.015.789-75, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de apresentação de show **da Guglielmi Blues Band,** para a realização de apresentação no evento **Programação do Natal**, de acordo com o **item 17 do ANEXO 1 do Edital - Apresentação de banda de rock**.
VALOR: R$2.672,75 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), correspondente a realização do serviço credenciado.
FONTE DE RECURSOS:
1741.17.1.2881.339039230000000000-0
PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação no evento **Programação do Natal**, está prevista para ser realizada em **06 de dezembro de 2025, no Paço Municipal.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.
FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

THIAGO GUGLIELMI
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:CC94569B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR PROGRAMA PARANAVAÍ SEM DOR

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em alugar imóvel para a instalação **do programa PARANAVAÍ SEM DOR e** para o funcionamento de serviços ambulatoriais de especialidades médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí/PR, em região central de Paranavaí. O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessários para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato.

Nada obstante a prescindibilidade deste procedimento, haja vista a possibilidade de locação mediante contratação direta, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tal ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

1. **Objeto:**
O objeto do presente Chamamento Público é a prospecção, no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóvel adequado à instalação **do programa PARANAVAÍ SEM DOR e** para o funcionamento de serviços ambulatoriais de especialidades médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí/PR, mediante coleta de propostas técnicas que atendam aos requisitos mínimos especificados neste edital e seus anexos.

2. Prazo de Locação:
O prazo de locação será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, desde que observados os demais requisitos legais e comprovada a vantagem para a Administração, em conformidade com o art. **107** da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. Valor de Locação:
O valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.

4. Perímetro de Localização do Imóvel:
Região central de Paranavaí.

5. Justificativa:
O presente Chamamento Público justifica-se em razão da necessidade de locação de imóvel com estrutura física adequada ao funcionamento do Programa Paranavaí Sem Dor e para o funcionamento de serviços ambulatoriais de especialidades médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí/PR. O espaço deverá permitir atendimento de consultas médicas, procedimentos de fisioterapia, práticas integrativas e outros procedimentos, garantindo conforto, acessibilidade e segurança para os usuários e atendendo as necessidades do programa.
Acrescenta-se que o imóvel deve estar localizado em área central do município, de modo a facilitar o acesso de todos os usuários de Paranavaí, incluindo aqueles com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção, como cadeirantes, idosos e pessoas com deficiência. Além disso, o imóvel deve assegurar acessibilidade interna, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28), que assegura o direito à acessibilidade, e com as normas da ABNT NBR 9050, que estabelecem critérios de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Destaca-se que não há imóvel público disponível no município que atenda aos requisitos necessários, conforme declaração da Diretoria de Patrimônio Público, razão pela qual se faz necessária a prospecção no mercado imobiliário.
O chamamento público permite identificar imóveis que cumpram os critérios de acessibilidade, localização central, capacidade de atendimento e infraestrutura mínima, garantindo transparência, publicidade e igualdade de oportunidade para os interessados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ressalta-se que o chamamento público tem caráter preliminar, permitindo a identificação de imóveis adequados, sem configurar modalidade de licitação, servindo apenas para orientar a decisão administrativa.

6. Fundamentação legal:
Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e demais normas que regem a matéria, notadamente a Lei nº 8.245/1991.

7. Recebimento da proposta:
A proposta deve ser enviada de forma digital através do site da Prefeitura de Paranavaí. Para isso, o proponente deve possuir um cadastro como cidadão e/ou empresa, permitindo o acesso para iniciar um processo digital na opção Abertura de Processo Digital (Protocolo).
No momento de preenchimento e indicação da proposta, o campo "ASSUNTO" deve ser preenchido como SESAU - Secretaria Municipal de Saúde. O campo "SUBASSUNTO" deve ser preenchido com Proposta de Chamamento para Locação de Imóvel.
Além disso, o processo pode ser realizado também pelo aplicativo Atende.net, compatível com Android e iOS. Basta identificar o município de Paranavaí e seguir o mesmo procedimento descrito anteriormente.
Para mais informações, entre em contato com a Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí pelo telefone: (44) 3421-1300.

8. **Data Limite para recebimento das prospotas:**
Trinta (30) dias úteis após a publicação deste edital.

9. Detalhamento do chamamento:
Conforme consta no Anexo I.

10. Das condições para participação:
10.1. Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando- se:
10.2. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.2. Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.3. Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
10.1.4. Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
10.1.5. Membros da Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis do Município de Paranavaí;
10.1.6. Empresas que estiverem sob falência;
10.3. Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possuir a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel, conforme fundamentado na Nota Técnica constante do Anexo IV.

11. Da proposta de Aluguel
11.1. Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO, assinada na última página e rubricada nas demais pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, devendo conter minimamente:
11.1.1.Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;
11.1.2. Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;
11.1. 3. Indicação da validade da proposta, que deve ser de, no mínimo, 90 dias, contados a partir da data prevista para abertura das propostas.
11.2. É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

12. **Da análise das propostas**
12.1. A análise da documentação apresentada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.
12.2. Caso o imóvel aparentemente atenda aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde já autorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.
12.3. Cada visita resultará na emissão de laudo devidamente motivado.

12.4. Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso de as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.
12.5. A decisão final da Secretaria Municipal de Saúde sobre cada uma das propostas será comunicada aos proponentes, sendo divulgada lista final dos proponentes/imóveis avaliados, bem como daquele eventualmente contratado.

13. Das condições para eventual celebração do contrato de locação
13.1. A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.
13.2. O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 5 dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.
13.3 O proponente-locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de uso, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.
13.3.1. Caso o imóvel não atenda integralmente às exigências previstas no Anexo I, porém contenha a dimensão mínima exigida e condições para ser adaptado, poderá apresentar proposta de locação. Nessa hipótese, o proprietário deverá assumir, de forma expressa, o compromisso de realizar todas as adequações necessárias para atendimento integral das especificações constantes neste edital e seus anexos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação de possibilidade de contratação, sujeita, além das adequações de estrutura física, os demais requisitos constantes dos anexos deste edital.
13.3.2. Caso as adequações não sejam concluídas no prazo estabelecido, o imóvel será considerado inapto para a locação pretendida.
13.3.3.O prazo previsto no item 13.3 poderá ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração, mediante justificativa circunstanciada e desde que o proponente demonstre motivo justo, como situações de força maior, intempéries climáticas ou entraves burocráticos alheios à sua vontade. Tal medida visa assegurar maior previsibilidade e flexibilidade à contratação, sem comprometer a legalidade, a economicidade e o interesse público envolvido.

14. **Disposições finais**
14.1O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desconsideração da intenção de locação do imóvel.
14.2. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.
14.3. Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionaridade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.
14.4. A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionaridade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.
14.5. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí - PR.
14.6. O presente edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e no mural físico da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando ampla publicidade e transparência.

Paranavaí, 11 de novembro de 2025.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO IMÓVEL
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestações de interessados em alugar imóvel para a instalação **do programa PARANAVAÍ SEM DOR e** para o funcionamento de serviços ambulatoriais de especialidades médicas da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí/PR, devendo apresentar as seguintes características: Ressalta-se que todas as exigências foram definidas com base em estudos técnicos preliminares e normas aplicáveis, reforçando a defesa da competitividade do certame.

1. **Localização:**
O imóvel deve estar situado em região central de Paranavaí**,** a fim de facilitar o acesso e deslocamento de todos os usuários do município. Esse critério garante acessibilidade urbana e facilidade de deslocamento, especialmente para pacientes com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28).

2. Área construída mínima e características estruturais do imóvel:
O imóvel deve possuir área construída mínima de 180 m²**,** garantindo que todos os setores necessários para o atendimento do programa sejam acomodados de forma adequada, conforme normas técnicas de estrutura física para serviços de saúde (RDC nº 50/2002 e RDC nº 153/2017 da ANVISA). A estrutura deve contar com pintura clara e nova, além de piso liso ou antiderrapante, proporcionando um ambiente seguro e adequado para a realização dos atendimentos. Os consultórios e a sala de fisioterapia devem possuir pontos de entrada e saída de água, garantindo pia para lavagem de mãos em todos os consultórios atendendo às normas de higiene e biossegurança que são obrigatórias para o atendimento seguro. O espaço será destinado ao serviço "PARANAVAÍ Sem Dor" e para o funcionamento de serviços ambulatoriais de especialidades médicas, que oferecerá fisioterapia, consultas médicas especializadas e práticas integrativas, exigindo instalações que favoreçam conforto, mobilidade e segurança dos usuários. Além disso, o imóvel deverá contar com um local apropriado e coberto para o estacionamento de ambulâncias, garantindo acesso fácil e seguro para os veículos de emergência. A infraestrutura elétrica deve suportar todos os equipamentos de fisioterapia, climatização e iluminação, com energia trifásica mínima de 80 amperes, conforme recomendação técnica para funcionamento seguro dos serviços de saúde.

3. **Ambientes obrigatórios:**
O imóvel deverá contar, no mínimo, com os seguintes espaços:
•Recepção e/ou sala de espera;
•Três (3) salas para atendimento, devido à necessidade de ter:
•Três (3) consultórios (para clínico geral, ortopedia e especialidades), com entrada e saída de água para higienização das mãos e acessibilidade conforme NBR 9050/2020;
•Uma (1) sala adicional para atendimento multiprofissional ou administrativo.
•Área para fisioterapia com as seguintes especificações: capacidade para comportar dez (10) macas, escadas e mesas auxiliares, em razão da necessidade de atendimento simultâneo de 10 dez pacientes por profissional de fisioterapia. Pontos de entrada e saída de água próximos, para possibilitar a instalação do equipamento turbilhão utilizado nos procedimentos fisioterapêuticos. Ventilação e iluminação adequada, conforme RDC n°50/2020 e RDC n°153/2017 da ANVISA.
• Copa com capacidade para instalação de pia e geladeira;
•Um (1) DML (Depósito de Material de Limpeza), com espaço para lavanderia e armazenamento de materiais de limpeza;
•Dois (2) banheiros para pacientes, sendo: Um (1) masculino e um (1) feminino, sendo ao menos um (1) com acessibilidade conforme a norma NBR 9050/2020 (Pessoa com Deficiência - PCD);
•Um (1) Banheiro para funcionários;

•Entrada e saída de água para bebedouro de água em local acessível;
•Abrigo de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS): Local exclusivo conforme RCD ANVISA nº 222/2018, com células individualizadas para cada grupo de resíduos, dimensionadas com o volume de resíduos gerados pela unidade ser provido de pisos e paredes revestidos de material resistente, lavável e impermeável; possuir ponto de iluminação artificial e de água, dotadas de aberturas para ventilação devidamente teladas e de portas com chave ou cadeado e sinalizadas, revestido internamente com materiais lisos, laváveis, impermeáveis dotados de ralos sifonados com tampas escamoteáveis ligados a rede de esgoto, ponto de água fria e iluminação;
•Dispor de boas condições de instalações elétricas e outras instalações como:
•Padrão de energia Trifásico de no mínimo 80 amperes, suficiente para aparelhos de fisioterapia, climatização e equipamentos médicos essenciais;
Dispor de boas condições e infraestrutura de instalações para aparelhos ar-condicionado 220V, em todos os ambientes listados acima, exceto banheiros, copa e depósito.

Observação Importante - Crítérios de seleção/desempate para escolha do imóvel a ser locado:
1º- Adequação às exigências do edital, em especial o tamanho, acessibilidade, iluminação, ventilação, acabamento e infraestrutura elétrica, com emissão de laudo pela equipe técnica da Secretaria de Saúde;
2º - Oferta de menor preço de locação, desde que atendidos todos os requisitos técnicos;
3º - Atendimento a requisitos adicionais previstos em normas da ANVISA e NBR 9050, quando houver.
A análise será documentada em relatório técnico, visando garantir objetividade e transparência no processo.

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO
•O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
•Cópia da matrícula do imóvel;
•Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
•Se pessoa física:
•Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s);
•Cópia da certidão de casamento se for o caso;
•Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
•Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
•Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
•Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
•Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
•Se pessoa jurídica:
•Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
•Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
•Cópia de Procuração se for o caso;
•Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67).
•Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
•Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
•Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também;
•Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
•Comprovante de regularidade com o INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
•Certidão de Falência e Concordata em nome da pessoa jurídica;
•Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
•Os documentos necessários à contratação poderão ser apresentados em original, em cópias autenticadas ou publicação em órgão da imprensa oficial.
•Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.
•Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
•Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.
§ 1º A apresentação dos documentos listados neste anexo não isenta o interessado da obrigação de apresentar os demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sempre que solicitados pela Administração.

ANEXO III - MODELOS SUGERIDOS

• DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.
DECLARAÇÃO(NOME) , com domicílio (ou sede) na cidade de_, estado , endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_, DECLARA para os fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

•DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
DECLARAÇÃO
(NOME) , com domicílio (ou sede) na cidade de , estado
, endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) , DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que a não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se
contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV - NOTA TÉCNICA
A exigência de apresentação de certidões negativas em nome do proprietário do imóvel e de seu cônjuge decorre da necessidade de prevenir litígios relativos ao regime de bens e à disposição do imóvel, assegurando segurança jurídica na celebração do contrato de locação e

evitando questionamentos futuros quanto à legitimidade da contratação.

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:BB93A6C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 1/2025

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **torna público**, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em observância aos Despachos 15 e 16-803/2025, a **intenção de revogação** do Credenciamento Eletrônico nº 1/2025, Processo Administrativo nº 25/2025, cujo objeto é o credenciamento de agências de viagem e empresas de transporte rodoviário, parafornecimento de passagens terrestres, para atender às necessidades da Câmara Municipal dePato Branco.

Considerando que passado pouco mais de um mês da publicação do referido processo, não houve manifestação de interesse por parte de nenhuma empresa, restando, deserta a iniciativa de credenciamento.

Considerando o Proc. Administrativo/Legislativo1.077/2025, processo licitatório nº 40/2025, Pregão Eletrônico nº 15/2025, objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, abrangendo a cotação, intermediação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, por meio de agência de viagens,**ADJUDICADO** e **HOMOLOGADO**em favor de: CNPJ 39.872.237/0002-89 - PAIVA LOGISTICADE CARGAS LTDA.

A administração manifesta **INTENÇÃO** de **REVOGAÇÃO** do Credenciamento Eletrônico nº 1/2025 - Processo nº 25/2025, nos termos e fundamentos acima descritos.

Fica assegurado aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.

RODRIGO SARTOR MAYER
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria Nº 7, de 9 de Janeiro de 2025.

Publicado por:
Rodrigo Sartor Mayer
Código Identificador:4832FAAF

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 8/2025

Face ao constante nos autos, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO**o processo nº 47/2025, referente a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 8/2025, de 3 de novembro de 2025, tipo menor preço, com critério de julgamento "menor preço por grupo de itens (lote único)", cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de solução de armazenamento de arquivos em nuvem, com armazenamento em data center no Brasil, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco, pelo valor total global de **R$ 1.465,00 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais)**, em favor de:

10.631.252/0001-72 - SMRT SOFT SOLUTIONS INFORMATICA LTDA.

Pato Branco, *datado e assinado digitalmente*.

Firme-se o contrato ou substitua por documento equivalente

LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Sartor Mayer
Código Identificador:9A0A00C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 117/2025. DISPENSA Nº 14/2025 – PROCESSO Nº 128/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 16.092/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e **MMA – MINISTÉRIO DE MISSÕES E ADORAÇÃO INTERDENOMINACIONAL DO BRASIL,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 25.263.242/0002-80. **OBJETO:** Contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC), para prestação de serviço de acolhimento em Residência Inclusiva, destinada a pessoa com deficiência em situação de dependência de Grau II e com vínculos familiares rompidos, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, atendendo à determinação judicial e às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. **DOTAÇÃO**: 3043 -7776. **VALOR TOTAL: R$ 79.311,96** (setenta e nove mil trezentos e onze reais e noventa e seis centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:**

Pato Branco, 12 de Novembro de 2025.

CELIO HENRIQUE CARLOS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:1A66330B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 120/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025 - PROCESSO N° 123/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.879/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e **LUZERNA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 55.993.229/0001-66. **OBJETO:** aquisição de 01 (uma) Colhedora de Forragem, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, que visa atender a destinação da emenda impositiva nº 157/2024. **DOTAÇÃO**: 3272-11227. **VALOR TOTAL: R$ 28.900,00 (vinte e oito mil novecentos reais)**. **VIGÊNCIA:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 11 de Novembro de 2025.

PATRÍCIA SCHMITZ -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:3DD0AB7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 121/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025 - PROCESSO N° 123/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.879/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e **SANTOS & GARDONA COMERCIO ONLINE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 60.331.361/0001-42. **OBJETO:** aquisição de 01 (uma) Carreta Agrícola, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, que visa atender a destinação da emenda impositiva nº

157/2024. **DOTAÇÃO**: 3272-11227. **VALOR TOTAL: R$ 20.997,00** (vinte mil novecentos e noventa e sete reais). **VIGÊNCIA:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 11 de Novembro de 2025.

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:733C50C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 123/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2025 - PROCESSO N° 122/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e ***ANDREA DE MOURA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.318.138/0001-5**8**. **OBJETO:** a execução dos serviços de: Figurante caracterizado de Papai Noel com 02 (dois) ajudantes caracterizados com figurino de duendes ou Mamãe Noel, destinados a programação do Natal de Pato Branco 2025, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **DOTAÇÃO**: 2663 – 17663/2663 – 13690/2663 - 12286. **VALOR TOTAL: R$ 28.499,00** (Vinte e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais). **VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 12 de Novembro de 2025.

ANDREA DE MOURA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:1E0FE1E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 124/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2025 - PROCESSO N° 122/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e ***BRILHARTE PRODUÇÕES LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.861.965/0001-18. **OBJETO:** a execução dos serviços de: Banda Musical Natalina, destinados a programação do Natal de Pato Branco 2025, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **DOTAÇÃO**: 2663 – 17663/2663 – 13690/2663 - 12286. **VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)**. **VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 11 de Novembro de 2025.

FERNANDA CRISTINA MARTINELLO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:C44243EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 125/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2025 - PROCESSO N° 122/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e **ERNI ISAIAS CHIAPPARINI E CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76.115.955/0001-56. **OBJETO:** a execução dos serviços de: Show pirotécnico com o fornecimento de fogos de artifício, destinados a programação do Natal de Pato Branco 2025, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **DOTAÇÃO**: 2663 – 17663/2663 – 13690/2663 - 12286. **VALOR TOTAL: R$ 51.500,00** (cinquenta e um mil e quinhentos reais). **VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 11 de Novembro de 2025.

ERNI ISAIAS CHIAPPARINI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:A45E416B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO Nº 126/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2025 - PROCESSO N° 122/2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 e **IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.327.461/0001-90. **OBJETO:** execução dos serviços de: Locação de palco, aluguel de equipamentos de iluminação cênica e de sonorização de palco, destinados a programação do Natal de Pato Branco 2025, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **DOTAÇÃO**: 2663 – 17663/2663 – 13690/2663 - 12286. **VALOR TOTAL: R$ 491.987,00** (quatrocentos e noventa e um mil e novecentos e oitenta e sete reais). **VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **FORO E DATA DE ASSINATURA:** Pato Branco, 12 de Novembro de 2025.

JOÃO CARLOS IAGNECZ -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:90D6287D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 05/2025. CONTRATO Nº 24/2024, CONCORRÊNCIA N° 13/2023, PROCESSO Nº 259/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e F. Zancanaro Terraplenagem Ltda.OBJETO: A Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbana em CBUQ, 79.868,00 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub–base, revestimento, meio–fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.ADITAMENTO: Da Supressão, Com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “a” e “b” da Lei 8.666/93, as partes de comum acordo pactuam supressão de quantitativo no valor de R$ 1.584.061,03 (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, sessenta e um reais e três centavos) que corresponde ao percentual de 12,14% do contrato original, passando o valor total de R$ 13.723.197,91 (treze milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e noventa e sete reais e noventa e um centavos) para R$ 12.139.136,88 (doze milhões, cento e trinta e nove mil, cento e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme Anexo I. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 10 de Novembro de 2025.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

FERNANDO ZANCANARO –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:96350BE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 07/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 187/2023. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023 PROCESSO N° 213/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e Gente Seguradora S.A.OBJETO: A contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para veículos pertencentes à frota do Corpo de Bombeiros e ainda caminhões, vans e caminhonetes pertencentes à frota municipal, atendendo as necessidades da Administração Municipal.ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, Com base na Lei 8.666/93, especialmente em seu Artigo 57, inciso II, assim como Cláusula Terceira, inciso IV do contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12(doze) meses, passando a viger até o dia 01/02/2027. Da Apólice, O prazo de vigência da apólice será de 27/11/2025 a 27/11/2026. Do Reajuste de Valor, Com base na cláusula décima primeira do contrato original, fica reajustado o valor contratual de acordo com o índice do IGP– M em 0,91635% considerando o período de 11/2024 a 10/2025 passando o valor total do contrato para R$ 233.502,95 (duzentos e trinta e três mil, quinhentos e dois reais e noventa e cinco centavos). O valor unitário fica reajustado conforme Anexo I. Da Dotação Orçamentária, Para manutenção das despesas serão utilizadas as dotações orçamentárias conforme Anexo II. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo. Pato Branco, 10 de Novembro de 2025.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

MARCELO WAIS –
Representante Legal.

LEONARDO MASIERO DUARTE –
Substabelecido.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:0F29DD95

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1274, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 39, VII, da Lei Municipal nº 1.245 de 17 de setembro de 1993;**econsiderandoainda as determinações contidas noProtocolo RH nº 16.736**;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de aposentadoria complementar à servidora inativa **MARINEZ GIACOMETT**, aposentada pelo Regime Geral Previdência Social - RGPS.
Parágrafo único. O pagamento a que se refere o caput, dar-se-á, a partir de 3 de novembro de 2025, no valor mensal de R$ 536,09 (quinhentos e trinta e seis reais e nove centavos).

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CC36AB2F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1305, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Memorando nº 34.648, de 11 de novembro de 2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ALINE TALITA PILATI**, Matrícula nº 6977-9, ocupante do cargo de Educadora Social, para atuar como responsável interina pelo Programa Família Acolhedora, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica revogada a nomeação anterior realizada através da Portaria 590, de 11 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0846F179

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
NOTIFICACAO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Conforme determina o Artigo 2º da Lei 9.452/97, NOTIFICAMOS aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, que o município de Pato Branco recebeu no dia 03/11/2025 a 10/11/2025 os Recursos Federais, abaixo descritos:

FUNDEB	**04/11/2025**	**46.766,95**
PISO ENFERMAGEM	**05/11/2025**	**575.081,30**
SAMU 192	**05/11/2025**	**173.355,00**
FUNDEB	**05/11/2025**	**255.937,56**
ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	**06/11/2025**	**5.771.506,26**
FUNDEB	**10/11/2025**	**1.031.081,45**
FPM – FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS	**10/11/2025**	**5.151.267,94**
ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	**10/11/2025**	**11.751,52**
IPM – IPI EXPORTAÇÃO	**10/11/2025**	**47.802,59**
BLOCO RECURSOS DE PROTEÇAO SOCIAL BASICA	**10/11/2025**	**19.873,80**
RECURSOS BLOCO MAC FNAS	**10/11/2025**	**14.976,93**

Pato Branco 12 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Indiane Ferreira de Souza
Código Identificador:C8F2D7B9

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.664, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 799.639,16 (setecentos e noventa e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.378, de 13 de dezembro de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 799.639,16 (setecentos e noventa e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.04	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**	
13	**Cultura**	
13.392	**Difusão Cultural**	
13.392.0040	**Promover a Cultura**	
2.180	Manutenção das Atividades de Datas Comemorativas	
3.3.90.39 – 9036 (18280)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	799.639,16

Total	**799.639,16**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de fonte vinculada do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
9036	Convênio Termo nº 548/2025 - Protocolo nº 24.435.784-9 - Fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos - Natal SIT 76781	799.639,16

Total	**799.639,16**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:85740CFC

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.523, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a substituição de sinais sonoros estridentes por sinais musicais ou visuais adequados nas instituições de ensino das redes pública e privada no município de Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinada a substituição dos sinais sonoros estridentes, utilizados para indicar o início e término das aulas, intervalos e outras atividades escolares, por sinais musicais ou visuais adequados nas instituições de ensino das redes pública e privada do município de Pato Branco.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se sinais musicais ou visuais adequados aqueles que:
I - sejam suaves, harmônicos e de baixa intensidade, visando à redução de impactos auditivos negativos;
II - promovam ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, respeitando a sensibilidade auditiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA e outras condições neurossensoriais;
III - possam incluir luzes sinalizadoras, painéis informativos ou outras tecnologias assistivas adequadas, observando os princípios de acessibilidade.

Art. 3º As instituições de ensino terão o prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Lei, para adequar seus sistemas de sinalização, podendo contar com apoio técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º A implementação desta Lei deverá ser acompanhada por campanhas de conscientização nas escolas, voltadas a toda a comunidade escolar, sobre os benefícios de um ambiente sonoro mais saudável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Rodrigo José Correia.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:EC77FBE5

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.524, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco o evento Mosaico Natalino.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco o evento Mosaico Natalino, a ser realizado anualmente no mês de dezembro, na Praça Presidente Vargas ou em outro local definido pela organização, com programação cultural, gastronômica e de lazer.

Art. 2º O evento Mosaico Natalino tem por objetivos:
I - promover a integração cultural, social e turística do Município;
II - valorizar artistas locais e regionais, fomentando a economia criativa;
III - incentivar o associativismo e a cooperação entre empreendedores culturais, gastronômicos e de lazer;
IV - contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e o fomento ao turismo natalino no Município.

Art. 3º O Poder Executivo poderá apoiar a realização do evento por meio de parcerias, cessão de espaços públicos, infraestrutura e demais formas previstas na legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Alexandre Zoche.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:A90BBC03

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.525, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera dispositivo da Lei nº 6.406, de 6 de março de 2025, que autorizou o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Associação Empresarial de Pato Branco (ACEPB), Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região (Sindicomércio) e Sociedade Rural de Pato Branco (SRPB), para realização da Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Pato Branco - Expopato, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do art. 3º da Lei nº 6.406, de 6 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para garantir a boa organização e execução do evento, será criado um Conselho Gestor para a organização e execução da Feira Expopato - 2025, que terá o papel de supervisionar a execução do evento e assegurar o cumprimento das responsabilidades acordadas.
§ 1º O Conselho Gestor para a organização e execução da Feira Expopato - 2025, será composto por:
I - dois representantes da Prefeitura Municipal de Pato Branco;
II - dois representantes da Associação Empresarial de Pato Branco (ACEPB);
III - dois representantes do Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região (Sindicomércio); e
IV - dois representantes da Sociedade Rural de Pato Branco (SRPB)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:85BD1BB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **TCM OFFICE LTDA - ME**
ITENS GANHOS: 44 ITENS - Total: R$ 76.823,15 (Setenta e seis mil oitocentos e vinte e três reais e quinze centavos).

FORNECEDOR: **NOVA VITORIA EMBALAGENS LTDA**
ITENS GANHOS: 19 ITENS - Total: R$ 33.448,75 (Trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME**
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 28.268,58 (Vinte e oito mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

FORNECEDOR: **RAIANE ROBERTA TEIXEIRA**
ITENS GANHOS: 7 ITENS - Total: R$ 9.699,55 (Nove mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA**
ITENS GANHOS: 32 ITENS - Total: R$ 53.040,43 (Cinquenta e três mil e quarenta reais e quarenta e três centavos).

FORNECEDOR: **LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 239,50 (Duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 1.445,00 (Hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

FORNECEDOR: **DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA**
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 25.367,66 (Vinte e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

FORNECEDOR: **M3. BUSINESS GROUP LTDA**
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 13.386,60 (Treze mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: **ADMAQ LTDA - EPP**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 9.523,00 (Nove mil quinhentos e vinte e três reais).

FORNECEDOR: **ANA DULCELIA SCHUKOSKY**
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 6.152,68 (Seis mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

FORNECEDOR: **JOÃO PAULO DE JESUS DOS SANTOS**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 13.683,50 (Treze mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÔES LTDA**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.750,50 (Três mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 92.450,00 (Noventa e dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: **COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.479,00 (Três mil quatrocentos e setenta e nove reais).

FORNECEDOR: **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 13.718,75 (Treze mil setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **J & K COMERCIAL LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 313,00 (Trezentos e treze reais).

FORNECEDOR: **PRIME LONAS COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 12.595,00 (Doze mil quinhentos e noventa e cinco reais).

TOTAL GERAL: R$ 397.385,25 (Trezentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2025
O Pregoeiro Municipal, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei n° 14.133/21, após analisado o resultado do Pregão nº 38/2025, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **TCM OFFICE LTDA - ME**

ITENS GANHOS: 44 ITENS - Total: R$ 76.823,15 (Setenta e seis mil oitocentos e vinte e três reais e quinze centavos).

FORNECEDOR: **NOVA VITORIA EMBALAGENS LTDA**
ITENS GANHOS: 19 ITENS - Total: R$ 33.448,75 (Trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME**
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 28.268,58 (Vinte e oito mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

FORNECEDOR: **RAIANE ROBERTA TEIXEIRA**
ITENS GANHOS: 7 ITENS - Total: R$ 9.699,55 (Nove mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA**
ITENS GANHOS: 32 ITENS - Total: R$ 53.040,43 (Cinquenta e três mil e quarenta reais e quarenta e três centavos).

FORNECEDOR: **LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 239,50 (Duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 1.445,00 (Hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

FORNECEDOR: **DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA**
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 25.367,66 (Vinte e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

FORNECEDOR: **M3. BUSINESS GROUP LTDA**
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 13.386,60 (Treze mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: **ADMAQ LTDA - EPP**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 9.523,00 (Nove mil quinhentos e vinte e três reais).

FORNECEDOR: **ANA DULCELIA SCHUKOSKY**
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 6.152,68 (Seis mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

FORNECEDOR: **JOÃO PAULO DE JESUS DOS SANTOS**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 13.683,50 (Treze mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÔES LTDA**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.750,50 (Três mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: **DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 92.450,00 (Noventa e dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: **COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA**
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.479,00 (Três mil quatrocentos e setenta e nove reais).

FORNECEDOR: **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 13.718,75 (Treze mil setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: **J & K COMERCIAL LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 313,00 (Trezentos e treze reais).

FORNECEDOR: **PRIME LONAS COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA**
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 12.595,00 (Doze mil quinhentos e noventa e cinco reais).

TOTAL GERAL: R$ 397.385,25 (Trezentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

_____
Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 12/11/2025
PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: **TCM OFFICE LTDA – ME, NOVA VITORIA EMBALAGENS LTDA, MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME, RAIANE ROBERTA TEIXEIRA, LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA, LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA, DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA, M3. BUSINESS GROUP LTDA, ADMAQ LTDA – EPP, ANA DULCELIA SCHUKOSKY, JOÃO PAULO DE JESUS DOS SANTOS, POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÔES LTDA, DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA, MULTI QUADROS E VIDROS LTDA, J & K COMERCIAL LTDA, PRIME LONAS COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.**

TOTAL GERAL: R$ 397.385,25 (Trezentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

_____
Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 224/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: TCM OFFICE LTDA - ME
ITENS GANHOS: 44 ITENS - Total: R$ 76.823,15 (Setenta e seis mil oitocentos e vinte e três reais e quinze centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA – Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 225/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: NOVA VITORIA EMBALAGENS LTDA
ITENS GANHOS: 19 ITENS - Total: R$ 33.448,75 (Trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 226/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 28.268,58 (Vinte e oito mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 227/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: RAIANE ROBERTA TEIXEIRA
ITENS GANHOS: 7 ITENS - Total: R$ 9.699,55 (Nove mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 228/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA
ITENS GANHOS: 32 ITENS - Total: R$ 53.040,43 (Cinquenta e três mil e quarenta reais e quarenta e três centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 229/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 239,50 (Duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 230/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 1.445,00 (Hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 231/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
ITENS GANHOS: 17 ITENS - Total: R$ 25.367,66 (Vinte e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 232/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: M3. BUSINESS GROUP LTDA
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 13.386,60 (Treze mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 233/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: ADMAQ LTDA - EPP
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 9.523,00 (Nove mil quinhentos e vinte e três reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 234/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: ANA DULCELIA SCHUKOSKY
ITENS GANHOS: 03 ITENS - Total: R$ 6.152,68 (Seis mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 235/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: JOÃO PAULO DE JESUS DOS SANTOS
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 13.683,50 (Treze mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 236/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÔES LTDA
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.750,50 (Três mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 237/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 92.450,00 (Noventa e dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 238/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA
ITENS GANHOS: 02 ITENS - Total: R$ 3.479,00 (Três mil quatrocentos e setenta e nove reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 239/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: MULTI QUADROS E VIDROS LTDA
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 13.718,75 (Treze mil setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 240/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FORNECEDOR: J & K COMERCIAL LTDA
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 313,00 (Trezentos e treze reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....38/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.... 241/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para uso das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.
FORNECEDOR: PRIME LONAS COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA
ITENS GANHOS: 1 ITEM - Total: R$ 12.595,00 (Doze mil quinhentos e noventa e cinco reais).

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:B393D6E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO

Referência: Processo Administrativo nº 01/2025
Assunto: Processo Licitatório nº 130/2018, Concorrência 06/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS/PR, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO que a empresa OLIVIR JOCOSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.443.704/0001-71, foi a vencedora da Concorrência Pública nº 06/2018 (Processo Licitatório nº 130/2018), para a Concessão de Uso de Espaço Público;

CONSIDERANDO que o contrato estabeleceu a obrigação da Concessionária de realizar o pagamento mensal do valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) a título de remuneração pela concessão de uso;

CONSIDERANDO que, conforme demonstrado no processo administrativo, a empresa OLIVIR JOCOSKI está inadimplente com o pagamento de todas as parcelas mensais da remuneração da concessão e também em débito com a Taxa de Licença e Localização de Funcionamento e a Taxa de Saúde e Vigilância Pública;

CONSIDERANDO que o inadimplemento contratual por parte da Concessionária, após a devida notificação e permanência em inércia, configura motivo para a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação base do certame;
CONSIDERANDO, por fim, que a Administração Pública detém a prerrogativa da rescisão unilateral dos contratos administrativos por inadimplemento do Contratado, na forma do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR A RESCISÃO UNILATERAL do Contrato de Concessão de Uso de Espaço Público, oriundo da Concorrência Pública nº 06/2018 (Processo Licitatório nº 130/2018), firmado com a empresa OLIVIR JOCOSKI, CNPJ 22.443.704/0001-71, em razão do inadimplemento contratual consistente na falta de pagamento da remuneração mensal e de tributos municipais inerentes à atividade, conforme apurado no Processo Administrativo nº 01/2025.

Art. 2º. CONCEDER O PRAZO de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta no diário oficial, para que a empresa OLIVIR JOCOSKI promova a desocupação total do espaço, bem como a retirada de todos os seus maquinários e eventuais benfeitorias que tenha realizado no terreno, as quais não serão indenizadas por terem sido realizadas em área pública sem o adimplemento das obrigações contratuais.

Parágrafo único: Decorrido o prazo estabelecido sem a desocupação voluntária, a Administração Pública adotará as medidas judiciais cabíveis para a retomada do bem público.

Art. 3º. DETERMINAR A INSTAURAÇÃO de Processo Administrativo Sancionador específico para apurar as faltas contratuais e aplicar as sanções previstas no Edital e no Contrato, assegurando-se à empresa OLIVIR JOCOSKI o Contraditório e a Ampla Defesa, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º. DÊ-SE CIÊNCIA desta Decisão à empresa OLIVIR JOCOSKI, à Secretaria Municipal de Finanças e aos demais órgãos pertinentes para as providências cabíveis.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:E42C40E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTES Á ELEIÇÃO DE DIRETORES DE ESCOLA E CMEI MUNICIPAL DE ACORDO COM O EDITAL 02/2025

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTES Á ELEIÇÃO DE DIRETORES DE ESCOLA E CMEI MUNICIPAL DE ACORDO COM O EDITAL 02/2025

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito de Paula Freitas/Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

O município de Paula Freitas/Paraná, vem por meio deste comunicar a homologação das inscrições referentes a Eleição de Diretores de Escola e Cmei Municipal de acordo com o Edital 02/2025.

CANDIDATA	INSTITUIÇÃO DE INSCRIÇÃO	RESULTADO
Maria Cláudia da Silva	Centro de Educação Infantil Juliana Aparecida Bueno	Deferido
Heliana Scussiato Franco Teixeira	Centro de Educação Infantil Neuza Behety Franco	Deferido
Angela Lachovski Custodio	Centro de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara	Deferido
Janete Gaievicz Cesco	Centro de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara	Deferido
Crislaine Maciel	Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin	Deferido
Joceline Mendes Carneiro	Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin	Deferido
Kelly Adriane Fersh Levandoski	Escola Municipal do Campo Barão do Rio Branco	Deferido

Paula Freitas, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito De Paula Freitas

Ata N° 01/2025
ATA DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA ELEIÇÃO DE DIRETORES(AS)
Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação os membros da Comissão Central: Eliziane Ribeiro, Nelsa Matilde Brixi da Silva, Jakeline Engelmann Voss, Evelyn Sulimara Cordeiro, Josiane de Fátima Adriano, Eliane Teixeira, Leandro Felipe Batista Ebel, Audineide Kulibaba e Marilize Olivetti Loth, para proceder à **homologação das inscrições** referentes à eleição de diretores(as), a ser realizada no dia **28 de novembro de 2025**.
As inscrições **deferidas** foram as seguintes:
Centro Municipal de Educação Infantil Juliana Aparecida Bueno:
1. Maria Claudia da Silva
Centro Municipal de Educação Infantil Neuza Behety Franco:
1. Heliana Scussiato Franco Teixeira
Centro Municipal de Educação Infantil Ruth Jensen de Lara:
1. Angela Lachovski Custodio
2. Janete Gaievicz Cesco
Escola Municipal Mauro de Oliveira Cavallin:
1. Crislaine Maciel
2. Joceline Mendes Carneiro
Escola Municipal do Campo Barão do Rio Branco:
1. Kelly Adriane Fersh Levandoski
A **Escola Municipal Professor Paulo Ider Hermann** teve uma candidata inscrita, **Daiane Deise Gonçalves Duarte Ultchak**, cuja inscrição foi **indeferida** por não atender a um dos critérios estabelecidos no edital, referente ao cumprimento dos **três anos de estágio probatório**.
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da comissão.

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2C56ABF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 302/2025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre exoneração de servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar por motivo de falecimento o servidor **JEIZEL MARLON FONSECA DE CORDOVA**, portador da carteira de identidade RG nº ****842-32-PR, aprovado em concurso público, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 06 de novembro de 2025.

Art. 2. º - Ficando revogada a Portaria nº 051/2011 de 03 de outubro de 2011.

Paço Municipal, 12 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:5082802F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
RESOLUÇÃO Nº 03/2025 - ALTERA O § 12 DO ARTIGO 9º DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO Nº 03/2025

SÚMULA: ALTERA O § 12 DO ARTIGO 9º DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEMIR IRINEU BRACIAK, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que os Vereadores aprovaram a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º. O § 12 do artigo 9º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Frontin passará a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 9º. (...)**

(...)

§ 12 O mandato da Mesa será anual, sendo vedada a reeleição para o mesmo cargo nos anuênios sucessivos ao mandato em curso."

Art. 2º. Os demais dispositivos do Regimento Interno permanecem inalterados e plenamente válidos.

Art. 3º. Esta Resolução que altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Frontin entra em vigor na data de sua promulgação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, sala das sessões, 12 de novembro de 2025.

ALCEMIR IRINEU BRACIAK
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:BC994E51

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 122/2025;
PROCESSO DE COMPRA Nº. 122/2025;
VALOR TOTAL: R$ 3.964,53 (três mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GARANTIA E REVISÃO DE VEÍCULO IVECO CONFORME DESCRITO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INCISO I, DA LEI 14.133/2021.

CONSIDERANDO a Formalização da Demanda elaborada pelo Diretor de Frotas e Patrimônio, Silberth Ronan Stelmach que indicou os itens, as quantidades e a justificativa da contratação;

CONSIDERANDO a Pesquisa de Preço elaborada pelo Servidor Silberth Ronan Stelmach, a qual se manifestou no sentido de considerar compatíveis com os preços de mercado, os preços cotados.

CONSIDERANDO o Parecer Contábil elaborado pela Servidor Andressa Markievicz que indicou fonte de custeio suficiente, para atender o objeto e compatibilidade com a Leis Orçamentárias vigentes;

CONSIDERANDO o Termo de Referência elaborado pelo Diretor de Frotas e Patrimônio, Silerth Ronan Stelmach.

CONSIDERANDO a Justificativa da contratação Direta elaborada pelos servidores: Ionara Tayna da Rocha Melnik, Rafaela Leticia Petela, Daiane Ap. Turkot, Mirna Bley Bonato e Claucus de Araujo Quadros;

CONSIDERANDO que a Servidora Ionara Tayna da Rocha realizou a verificação das condicionantes, constantes no Parecer Jurídico e declarou que atendeu todas as recomendações do referido Parecer,

RESOLVO, com fulcro no disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZAR a realização da contratação, por meio de Inexigibilidade de Licitação, uma vez que atendeu todas as condicionantes previstas na art. 74, inciso I, da Lei 14.133, de 2021

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:07FB07A1

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
O (A) **[nome do órgão ou entidade pública]**, torna público o **cancelamento** do **Pregão Eletrônico nº 16/2025**, referente ao **Processo Administrativo nº 84/2025**, cujo objeto itens para a secretaria de assistência social**.**
O cancelamento ocorre **por motivo de interesse público**, devidamente justificado nos autos, nos termos do **art. 71, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021** e demais disposições aplicáveis.
Paulo Frontin 12/11/2025.

IONARA ROCHA MELNIK
Presidente da Comissão de Licitação

EDER R STELMACH
Pregoeiro

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:4EA775F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 493/2025

DECRETO N.º 493/2025

Dispõe sobre o recesso administrativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ESTADO DO PARANÁ,** Sr. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo arcabouço jurídico vigente,
CONSIDERANDO o feriado nacional do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, datado de 20 de novembro, o qual foi instituído em território nacional através da Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa em estabelecer um recesso funcional em datas específicas, visando à otimização dos serviços públicos e ao bem-estar dos servidores;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais à população, notadamente nas áreas da Saúde;
CONSIDERANDO que o setor de Educação municipal possui calendário escolar próprio, definido em consonância com as diretrizes educacionais;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarado Recesso Administrativo, no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), em todas as repartições públicas vinculadas à Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Paulo Frontin..
Art. 2º. O disposto no artigo 1º deste Decreto não se aplica aos seguintes órgãos e serviços, considerados essenciais e/ou que possuem regime próprio:
I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, cujas unidades escolares seguirão o calendário letivo previamente estabelecido;
II - Unidades e serviços da Fundação Municipal de Saúde que desempenham atendimentos essenciais e de urgência/emergência, os quais deverão manter seu funcionamento regular ou em regime de plantão, conforme escala a ser definida pelo respectivo Secretário Municipal, para assegurar a indispensável continuidade do atendimento à população.
Parágrafo único. Compete aos demais Secretários Municipais, em conjunto com as respectivas chefias, assegurar a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às suas áreas durante o período de recesso.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, 11 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:287B1228

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 494/2025

DECRETO Nº. 494/2025

Súmula: Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

DECRETA:
IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.508/2025;
ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.723.000,00 (dois milhão setecentos e vinte e três mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0207	Sec. Mun. De Obras, Transportes e Serviços Urbanos	
2678200052030	Conservação e Estradas Vicinais	
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	230.000,00
449052.838	Equipamentos e Material Permanente	2.493.000,00
		2.723.000,00
	TOTAL	

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a tendência por excesso de arrecadação da própria fonte de recurso.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:7C042E76

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 93/2025

EXTRATO CONTRATUAL Nº 93/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 83/2025

Contratante: Município de Paulo Frontin-Paraná;
Responsável: IRENEU INÁCIO ZACHARIAS;CONTRATADO: **FB PLAYGROUNDS LTDA**;
CNPJ: **37.970.684/0001-64**;
Responsável: FELIPE FLOR BORGES;
Valor: R$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 meses.
Fonte: Órgão 02 – Poder Executivo;
Unidade: 1- Secretaria Municipal de Governo;
Projeto/Atividade: 02.001 – Emendas Impositivas;
Elemento: Serviços Técnicos Profissionais;
Objeto: Aquisição de parques infantis completos, segundo solicitação da Secretaria Municipal de Governo.

Paulo Frontin/PR, 11 de novembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:0214A3F4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2025
Contratante: Município de Paulo Frontin, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Paulo Frontin/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
Objeto: Aquisição de Leões de pelúcia para o programa PROERD.
Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor: R$ 3.365,00 (três mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

Contratado: ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA - MELTDA – CNPJ nº 04.452.336/0001-46
Justificativa: A contratação visa atender à necessidade das ações do Programa Educacional de Resistencia as drogas a violência - PROERD.
Paulo Frontin/PR, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:EC136E30

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025

Contratante: Município de Paulo Frontin, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Paulo Frontin/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
Objeto: Aquisição de camisetas para o programa PROERD.
Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor: R$ 4.971,40 (quatro mil e novecentos e setenta e um reais e quarenta centavos).
Contratado: SILK UNIFORMES LTDA – CNPJ nº 17.728.988/0001-02
Justificativa: A contratação visa atender à necessidade das ações do Programa Educacional de Resistencia as drogas a violência - PROERD.

Paulo Frontin/PR, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:873CD9A6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025
Contratante: Município de Paulo Frontin, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Paulo Frontin/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de captação, gravação e transmissão ao vivo.
Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
Contratado: ELCIO JOSE BRANDALIZE– CNPJ nº 13.549.539/0001-46
Justificativa: A contratação visa atender à necessidade de garantir ampla divulgação e registro audiovisual do evento cultural “Escolha da Rainha da Frontin Fest 2025”
Paulo Frontin/PR, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:0AF4153A

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.506/2025

LEI N° 1.506/2025

Estabelece os instrumentos de democratização da gestão urbana no Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS
Art. 1° Destina-se a presente Lei a regular a aplicação, sobre o território do Município de Paulo Frontin, dos instrumentos de democratização da gestão urbana instituídos pelos artigos 2º, 43 e 45 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como os requisitos aplicáveis ao estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) estatuído pelos artigos 36 a 38 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
Art. 2° Constituem instrumentos de gestão democrática da cidade:
I - o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Paulo Frontin;
II - o Conselho de Desenvolvimento Rural de Paulo Frontin (CODEFRON);
III - o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Paulo Frontin;
IV - os Conselhos Setoriais já estabelecidos e os que vierem a ser criados por Lei, respeitado o princípio de paridade de representação entre Poder Público e sociedade civil;
V - as audiências públicas;
VI - as conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural;
VII - a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural.
Art. 3º Constitui instrumento essencial à tomada de decisões dentro do escopo da gestão democrática da cidade o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), que será obrigatório para a concessão de alvarás de construção, instalação e funcionamento nos casos definidos nesta Lei e demais normas municipais.
§ 1º O EIV será exigido, obrigatoriamente, nos seguintes casos:
I - Empreendimentos de grande porte, assim considerados aqueles que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:
área construída superior a 2.000 m²;
geração estimada de tráfego igual ou superior a 100 veículos por hora;
população atraída igual ou superior a 300 pessoas por dia.
Incluem-se, entre outros:
Shopping centers, hipermercados, atacarejos;
Condomínios horizontais ou verticais com mais de 50 unidades habitacionais;
Grandes centros comerciais ou empresariais;
Parques industriais ou logísticos;
Hospitais, universidades e grandes instituições de ensino com capacidade igual ou superior a 500 alunos.
II - Atividades potencialmente geradoras de impacto urbano, independentemente do porte, tais como:
casas noturnas, boates, bares com música ao vivo com capacidade igual ou superior a 150 pessoas;
estádios, ginásios, casas de show com público estimado superior a 300 pessoas;
estações de transbordo, terminais rodoviários ou ferroviários;
cemitérios e crematórios.
III - Alterações urbanas significativas, nos seguintes casos:
parcelamentos do solo com mais de 30 lotes;
mudanças de uso de solo em zonas predominantemente residenciais, quando houver transição para usos comerciais, industriais ou de serviços com impacto direto sobre a vizinhança;
edificações ou empreendimentos que impliquem adensamento populacional ou viário relevante, conforme critérios definidos em regulamento específico ou em zoneamento.
§ 2º O Poder Executivo poderá regulamentar, por decreto, outros parâmetros ou situações específicas em que o EIV será exigido, bem como atualizar os critérios quantitativos com base em estudos técnicos.
CAPÍTULO II
DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
Art. 4° Fica instituído, como órgão dirigente e supervisor da implementação do Plano Diretor Municipal, o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Paulo Frontin, a ser formado por:

I - 05 (cinco) membros indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural (CODEFRON);
II – 03 (três) membros indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, a ser formado conforme disposto no Art. 7º da presente lei;
III – 03 (três) representantes dos Conselhos setoriais criados e regulamentados por Lei, existentes ou a serem criados no Município, em sistema de rodízio entre os conselhos, sendo dois representantes da sociedade civil organizada e um representante da esfera governamental.
§ 1º Os representantes de cada conselho citado nas alíneas do caput do presente artigo serão escolhidos de maneira a manter a maioria de representantes de entidades da sociedade civil.
§ 2º O mandato dos conselheiros será anual, admitida livremente recondução.
§ 3º A escolha dos representantes dos conselhos mencionados nos incisos I, II e III do caput deverá observar os seguintes critérios para garantir a representatividade:
I – Os membros deverão ser escolhidos em reuniões convocadas especificamente para esse fim, com registro em ata e ampla divulgação prévia à comunidade ou aos segmentos representados;
II – As entidades ou conselhos deverão apresentar, quando houver, lista tríplice de candidatos, priorizando a diversidade de gênero, raça, faixa etária e áreas de atuação;
III – Será assegurada a ampla divulgação do processo de escolha, inclusive por meio eletrônico ou em murais públicos, com prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência da data da eleição ou indicação;
IV – Cada entidade ou conselho deverá apresentar declaração formal de indicação ou eleição, assinada por seus responsáveis legais, com documentação que comprove a legitimidade da escolha.
§ 4º Na hipótese de renúncia, falecimento, impedimento legal, ou outra situação que inviabilize a continuidade da representação de algum conselheiro titular, será convocado o respectivo suplente. Na ausência de suplente previamente indicado, o órgão ou entidade responsável pela indicação deverá designar novo representante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda da vaga.
§ 5º Os suplentes deverão ser escolhidos simultaneamente aos titulares, obedecendo aos mesmos critérios definidos no § 3º.
Art. 5° O Conselho de Desenvolvimento Municipal terá funções de acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin, devendo reunir-se pelo menos uma vez ao ano, na forma que vier a ser regulada por seu Regimento Interno, elaborado por Comissão constituída entre seus próprios membros e colocado em vigor por decreto do Prefeito Municipal.
§ 1º De todas as reuniões, deliberações e pareceres do Conselho de Desenvolvimento Municipal de será dada ampla publicidade, sob a forma de extrato publicado em jornal local ou regional de ampla circulação.
§ 2º Necessariamente a cada ano, o Conselho de Desenvolvimento Municipal promoverá uma audiência pública, cuja convocação, divulgação e funcionamento obedecerão ao disposto no Art. 11 da presente lei.

CAPÍTULO III
DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO

Art. 6° Ficam acrescentadas ao Conselho de Desenvolvimento Rural de Paulo Frontin (CODEFRON), as funções de que trata a presente lei, a Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal e a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, competindo-lhe participar do Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin.
Parágrafo único. O Conselho de Desenvolvimento Urbano reunir-se-á pelo menos uma vez a cada trimestre, na forma que vier a ser regulada por seu Regimento Interno, a ser reformado por Comissão constituída entre seus próprios membros e colocado em vigor por decreto do Prefeito Municipal, dentro de um prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação da presente lei.
Art. 7° Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Paulo Frontin, formado por 04 (quatro) cidadãos moradores na zona urbana ou nas zonas peri-urbanas do município, e por 03 (três) funcionários municipais ligados aos setores de urbanismo, de fomento econômico e de educação, saúde ou assistência social, nomeados por decreto do Prefeito Municipal por indicação de todas as entidades organizadas da sociedade civil registradas no município, com mandato de um ano, admitida livremente a recondução.
§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Urbano terá as funções de que trata a presente lei,a Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal e a Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, competindo-lhe participar do Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o, acompanhamento e supervisão da implementação das propostas e diretrizes do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin.
§ 2º O Conselho de Desenvolvimento Urbano reunir-se-á pelo menos uma vez a cada trimestre, na forma que vier a ser regulada por seu Regimento Interno, elaborado por Comissão constituída entre seus próprios membros e colocado em vigor por decreto do Prefeito Municipal dentro de um prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação da presente lei.
§ 3º A indicação dos três representantes da sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Urbano deverá observar os seguintes critérios:
I – Serão consideradas aptas a indicar candidatos as entidades da sociedade civil legalmente constituídas e registradas no município há pelo menos 12 (doze) meses, com atuação comprovada nas áreas de urbanismo, habitação, meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação, saúde ou assistência social;
II – Cada entidade poderá indicar até 1 (um) representante, mediante envio de formulário de inscrição, currículo resumido e ata da reunião que deliberou sobre a indicação;
III – Os indicados deverão ser residentes na zona urbana ou nas zonas peri-urbanas do município, com idade mínima de 18 anos, e não exercer cargo público comissionado ou função de confiança na administração municipal;
IV – A Prefeitura Municipal, por meio de edital público, abrirá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para que as entidades apresentem suas indicações, devendo garantir ampla divulgação nos meios oficiais e acessíveis à população.
§ 4º Encerrado o prazo de indicações, será realizada audiência pública para apresentação dos candidatos à comunidade, ocasião em que poderão ser feitos questionamentos e manifestações da população.
§ 5º Caso o número de candidatos exceda o número de vagas disponíveis, será realizada eleição, garantindo-se o princípio da alternância e da rotatividade das representações.
§ 6º O processo de indicação e escolha dos representantes da sociedade civil será coordenado por comissão provisória composta pelo Município em total submissão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO IV
DOS CONSELHOS SETORIAIS

Art. 8° Ficam fazendo parte do conjunto de instrumentos de gestão democrática, os conselhos setoriais já criados e regulamentados por Lei, com composição paritária entre governo e sociedade civil, ou maioria desta última, são eles:
I – Conselho de Saúde, instituído pela Lei Municipal N° 636/2007;
II - Conselho Municipal do Idoso (CMDI), instituído pela Lei Municipal N° 1.202/2019;
III - Conselho do Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica, instituído pela Lei Municipal N° 740/2009;
IV – Conselho Municipal de Trânsito, instituído pela Lei Municipal N° 801/2010;
V - Conselho de Alimentação Escolar, instituído pela Lei Municipal N° 806/2010;
VI - Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), instituído pela Lei Municipal N° 1.181/2018, e
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), instituído pela Lei Municipal N° 1.378/2023.
§ 1º Os conselhos setoriais listados neste artigo atuarão em articulação com o Conselho de Desenvolvimento Municipal, contribuindo com informações, diagnósticos, propostas e pareceres técnicos, conforme sua área temática, para subsidiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a revisão das políticas públicas vinculadas ao Plano Diretor Municipal.
§ 2º O Conselho de Desenvolvimento Municipal poderá convidar representantes dos conselhos setoriais para participar de suas reuniões, de forma permanente ou temporária, quando os temas tratados

envolverem diretamente a respectiva área de atuação, assegurando-se o direito à voz e, quando for o caso, ao voto.

§ 3º As decisões e deliberações dos conselhos setoriais que tenham implicações territoriais, urbanísticas ou de desenvolvimento municipal deverão ser comunicadas formalmente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, para fins de integração e alinhamento das políticas públicas.

Art. 9° Dentro do período de vigência do Plano Diretor Municipal, serão criados e regulamentados por lei os seguintes conselhos:

I - Conselho Municipal de Meio Ambiente;

II - Conselho Municipal de Cultura;

III - Conselho Municipal de Desenvolvimento Comercial e Industrial;

IV - Conselho Municipal de Segurança.

§ 1º Os conselhos citados no caput do presente artigo, a partir do ato de sua criação, passarão a integrar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, indicando seus representantes na forma do Art. 4º da presente Lei.

§ 2º A criação e regulamentação dos conselhos previstos neste artigo deverão seguir o seguinte cronograma, contado a partir da data de promulgação desta Lei:

I – O Conselho Municipal de Meio Ambiente deverá ser criado e regulamentado no prazo máximo de até 12 (doze) meses;

II – O Conselho Municipal de Cultura deverá ser criado e regulamentado no prazo máximo de até 18 (dezoito) meses;

III – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Comercial e Industrial deverá ser criado e regulamentado no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses;

IV – O Conselho Municipal de Segurança deverá ser criado e regulamentado no prazo máximo de até 30 (trinta) meses.

§ 3º A Prefeitura Municipal deverá incluir em seu planejamento plurianual e nas leis orçamentárias anuais os meios necessários para a estruturação e funcionamento dos conselhos mencionados neste artigo.

Art. 10. A eventual minoria da representação da sociedade civil em qualquer dos Conselhos Setoriais, existentes ou a serem criados, automaticamente suspenderá sua participação no Conselho de Desenvolvimento Municipal até que se restabeleça o equilíbrio ou a maioria da representação comunitária.

CAPÍTULO V
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 11. Serão convocadas anualmente audiências públicas ordinárias, para avaliação do andamento da implementação do Plano Diretor Municipal, as quais serão revestidas das seguintes formalidades:

I - serão convocadas, com pelo menos 15 dias de antecedência, pela direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante edital publicado em jornal de ampla circulação local, ou Diário Oficial eletrônico, dando-se adicionalmente publicidade através da imprensa escrita e falada;

II - terão atas, lavradas por um dos membros da direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, com as formalidades legais;

III - terão lista de presenças, com assinatura, nome e identificação dos presentes através de seu título eleitoral;

IV - comportarão uma apreciação da persecução e do alcance das metas estabelecidas na Lei do Plano Diretor Municipal, até o último exercício, através de uma apresentação a ser realizada pelo Prefeito Municipal e/ou por Chefes de Departamentos do Município;

V - permitirão a livre manifestação dos presentes, através de inscrição junto à mesa de trabalhos, que determinará o tempo para cada uma das manifestações;

VI - admitirão a apresentação de recomendações, apresentadas por qualquer dos participantes, as quais serão submetidas à votação do plenário;

VII - serão encerradas com a nomeação de uma comissão que, em prazo não superior a 10 dias, redigirá um documento de apreciação do andamento do Plano Diretor Municipal e incorporará as recomendações que tenham sido aprovadas na audiência.

Art. 12. Serão convocadas audiências públicas extraordinárias para a apreciação de aspectos particulares relativos ao Plano Diretor Municipal, inclusive a recomendação de revisão de uma ou mais de suas diretrizes, sempre que julgado necessário pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal ou por manifestação da cidadania, através de requerimento firmado por pelo menos 1% dos eleitores registrados no Município.

Parágrafo único. Aplicam-se às audiências públicas extraordinárias os mesmos requisitos formais estabelecidos no Art. 11 da presente Lei.

Art. 13. Serão convocadas audiências públicas especiais para a apreciação dos Estudos Prévios de Impacto de Vizinhança (EIV) exigidos nos termos da Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal e da Lei de Regulação Local dos Instrumentos do Estatuto da Cidade, observados os seguintes requisitos:

I – as audiências serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, por iniciativa da direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, mediante edital publicado em jornal de circulação local, com ampla divulgação por meios oficiais, imprensa escrita, falada e eletrônica;

II – serão lavradas atas formais por membro indicado da direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, contendo o resumo das manifestações, deliberações e demais elementos essenciais;

III – haverá lista de presença com nome, assinatura e número do título de eleitor dos participantes;

IV – o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) será obrigatoriamente apresentado por um ou mais de seus autores técnicos, sendo vedada a apresentação pelo empreendedor ou por terceiros não responsáveis técnicos;

V – será assegurada a livre manifestação dos participantes, mediante inscrição prévia junto à mesa, que definirá os tempos para cada manifestação;

VI – ao final da audiência, o Conselho de Desenvolvimento Municipal emitirá parecer técnico opinativo, fundamentado nas manifestações recebidas, na análise do estudo apresentado e nos parâmetros legais e urbanísticos vigentes;

VII – o parecer será deliberado em sessão pública do Conselho, com decisão registrada em ata e divulgada oficialmente, vedada a realização de votação secreta.

§ 1º O quórum mínimo para conferência de representatividade à audiência pública especial será de 0,5% (meio por cento) do eleitorado registrado na zona urbana em que se localize o empreendimento.

§ 2º Não sendo atingido o quórum mínimo, será convocada nova audiência, respeitado o prazo mínimo de 15 (quinze) dias. Após duas convocações consecutivas frustradas, a audiência poderá ser realizada com qualquer número de participantes, desde que comprovada a ampla divulgação e mobilização prévia, devidamente registradas em ata.

§ 3º Em caso de parecer desfavorável à concessão solicitada, o empreendimento somente poderá ser reapresentado à análise mediante modificação substancial do projeto técnico, devidamente justificada, a ser avaliada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS CONFERÊNCIAS SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE URBANO E RURAL

Art. 14. Poderão ser instituídas, sob a direção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, conferências sobre quaisquer assuntos dentro do escopo do Plano Diretor Municipal, utilizando-se das técnicas de seminários, painéis, mesas redondas e outras formas de debate, sendo suas conclusões oferecidas como contribuição ao processo de planejamento continuado, a ser obrigatoriamente apreciada na próxima audiência pública ordinária ou extraordinária.

CAPÍTULO VII
DOS PROJETOS DE LEI APRESENTADOS POR INICIATIVA POPULAR

Art. 15. Poderá a cidadania do município de Paulo Frontin apresentar, diretamente à Câmara de Vereadores, projetos de lei sobre assuntos compreendidos nas diretrizes e nos eixos e projetos estruturantes, explicitados na Lei do Plano Diretor Municipal, inclusive estabelecimentos de planos, programas e projetos que as implementem, mediante a adesão de pelo menos 5% do eleitorado registrado no município, conforme estatística da Justiça Eleitoral válida na ocasião da apresentação do projeto de lei.

§ 1º A Câmara Municipal, através de sua mesa diretora, compete mandar verificar a validade das assinaturas, dos títulos eleitorais respectivos e do atendimento ao percentual estabelecido no caput do presente artigo, solicitando para isso manifestação do cartório eleitoral com jurisdição sobre o município.

§ 2º O trâmite do projeto de lei apresentado por iniciativa popular seguirá o estabelecido pela Lei Orgânica e pelo regimento interno da Câmara Municipal.

CAPÍTULO VIII
DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 16. O estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) constituirá um documento público destinado a apreciar os efeitos da implantação de um empreendimento de qualquer natureza sobre sua vizinhança, imediata ou distante, o qual será elaborado por profissionais das diversas áreas de conhecimento envolvidas, versando, no mínimo, sobre os seguintes temas:

I - descrição minuciosa do empreendimento pretendido;

II - localização do empreendimento, em relação ao zoneamento, sistema viário, redes de infraestrutura e serviços públicos, comportando ainda a localização de todos os equipamentos públicos existentes ou projetados num raio de 1 km do local;

III - relação das atividades a serem desenvolvidas no empreendimento, com menção inclusive do número de empregos diretos e indiretos, sendo neste último caso obrigatória a justificativa e cálculo detalhados;

IV - apreciação dos impactos sobre o meio ambiente, geração de tráfego, solicitação à infraestrutura de saneamento, energia e comunicações, bem como estimativa do impacto sobre os equipamentos públicos implantados ou a implantar;

V - proposta de medidas mitigadoras dos impactos, que poderão incluir suporte financeiro ou físico ao reforço da infraestrutura viária, de saneamento, de energia e comunicações, bem como sobre os equipamentos públicos a serem impactados;

VI - proposta de medidas compensatórias à comunidade.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17. Para a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, no primeiro ano de seu funcionamento, a escolha dos membros recairá preferencialmente sobre membros da comissão de acompanhamento formada durante o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.

Art. 18. Os regimentos internos do Conselho Desenvolvimento Municipal, do Conselho de Desenvolvimento Urbano e a reforma do regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Rural deverão estar aprovados e publicados em prazo de 180 dias a partir da vigência da presente Lei.

Art. 19. A presente lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 12 de setembro 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:05FFB5FC

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.509/2025

LEI N° 1.509/2025

Súmula: Dispõe sobre denominação da Rua Vereador Osvaldo Dudas.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Vereador Osvaldo Dudas, localizado no bairro Cohapar, situada entre as ruas Vereador Ceslau Konfidera e Ladislau Kmita.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C64618A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2021.

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2021.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: LEONARDI ENGENHARIA LTDA ME.
ORIGEM: Contrato nº 184/2021 na modalidade de TOMADA DE PREÇO nº 11/2021.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 16/11/2021 a 12/11/2025.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 12/11/2025 a 12/11/2026.
BASE LEGAL: Art. 57, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8666/93.
DATA DO FIRMAMENTO: 12/11/2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:186DC7CC

CAMARA DE VEREADORES DE PEROLA D OESTE - CONTROLADORIA INTERNA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

Contratante: Câmara Municipal de Pérola D'Oeste – PR
Contratado: Eclésio Cássia Fernandes
Objeto: Supressão total do item "Câmera para gravações UHD 4K, fotos UHD 4K 24/30p e 16,6 MP, gimbal embutido, estabilização óptica, sensor CMOS Exmor R de 1/2,5", tela sensível ao toque LCD flip-out e inclinável de 3", zoom óptico de 20x, lente Zeiss Vario-Sonnar T*, AF inteligente, gravação XAVC S 4K/HD até 100 Mbps, microfone de som surround de 5.1 canais", em razão da desnecessidade da aquisição.
Fundamentação legal: Art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor original do contrato: R$ 16.320,05 (dezesseis mil trezentos e vinte reais e cinco centavos).
Valor suprimido: R$ 8.192,43 (oito mil cento e noventa e dois reais e quarenta e três centavos).
Novo valor do contrato: R$ 8.127,62 (oito mil cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos).
Vigência: Inalterada.
Data da assinatura: 12/11/2025

Pérola D'Oeste – PR, 12 de Novembro de 2025.

LEONARDO SEREDNICK BAGETTI
Presidente

Publicado por:
Daiana Maria Campra
Código Identificador:85F6D476

DEPARTAMENTO DE ADMINISTAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 193/2025

DECRETO N.º 193/2025

SÚMULA: *Dispõe sobre o recesso no âmbito da administração pública municipal face as festividades de final de ano.*

Edsom Luiz Bagetti, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em consonância com a Lei Federal nº 9.093/1995 e Decreto Estadual nº 8113/2024,

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o recesso no âmbito da administração pública municipal no período de 22 de dezembro de 2025 até 02 de janeiro de 2026, considerando as festividades alusivas ao Natal e Final de Ano, e, especialmente a contenção de despesas, nas seguintes secretarias:

I - Secretaria de Administração, Indústria e Comércio;
II - Secretária de Educação;
III - Secretária de Assistência Social;
IV - Secretária de Cultura, Esportes e Turismo;
V - Secretária de Serviços Rodoviários;
VI - Secretaria de Saúde;
VII - Secretária de Agricultura e Meio Ambiente;

Art. 2º O recesso mencionado no artigo anterior não se aplica ao Conselho Tutelar;

Parágrafo único. A exceção prevista no caput deste artigo ocorre em razão dos serviços essenciais por ele prestados.

Art. 3º À Unidade de Urgência/Emergência, considerado serviço essencial e que, por sua natureza, é realizado de forma ininterrupta, deverá observar os horários a critérios de atendimento regular, assim como a carga horária normal de trabalho dos servidores públicos que prestam estes serviços.

Art. 4º. Caberá aos Secretários Municipais a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais ou que não possam ser paralisados sem comprometimento da eficiência nas questões afetas ás respectivas áreas de competência.
§ 1º - Parágrafo único. Fica a critério dos Secretários Municipais, estabelecerem escalas de plantões durante o período de recesso, visando atender as necessidades indispensáveis ao seu funcionamento.
§ 2º - O labor no período de recesso durante o horário regular de trabalho, não implicará em hipótese alguma pagamento de horas extras.

Art. 5º. As escolas municipais obedecerão ao Calendário Escolar.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste/PR, em 12 de novembro de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:38338660

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO 2024

Pérola D'Oeste, 11 de novembro de 2025.

Ofício nº 65/2025

REF: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2024

O Presidente da Câmara Municipal Sr. Leonardo Bagetti juntamente com a Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento o Sra. **Liane Maria Budtinger Moretto**, pelo presente, vem comunicar e Encaminhar ao Sr. Prefeito Edsom Luiz Bagetti, referente a Prestação de Contas do ano de 2024, Processo nº 185241/25 que o mesmo está sendo analisado pela comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Pérola D' Oeste.

Por conta disto, viemos por meio deste, comunicar o Sr. Edsom Luiz Bagetti, que o mesmo, tem o direito de apresentar a defesa sobre o Processo acima mencionado, no prazo de **10 dias**, a contar do dia deste ofício, caso deseja fazer a defesa, a mesma deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara, no prazo acima mencionado.
Sendo o que tínhamos, aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

LEONARDO BAGETTI
Presidente da Câmara

LIANE MARIA BUDTINGER MORETTO
Presidente da Comissão

Ilmo. Sr.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal
Pérola D'Oeste – Pr.

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:1524D54C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
RESOLUÇÃO N° 12, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

DESIGNA COMISSÃO DE ANÁLISE, SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS PELOS REPASSES DO IR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 1045, de 07 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 11 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão de Análise, Seleção, Avaliação e Monitoramento destinada a acompanhar as parcerias celebradas com as entidades do município, que receberam valores dos repasses do Imposto de Renda – IR, para execução dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art. 2º A comissão terá a seguinte composição:
I - Sideney do Nascimento Miorine;
II - Andson Mayeski Costa Nunes;
III - Elizabete Miki Uchino.

Art. 3º Fica designada como responsável pela fiscalização, a servidora Vitória Cieslinski de Oliveira.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 11 de novembro de 2025.

DANIELI DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Vitoria Cieslinski de Oliveira
Código Identificador:DDCCAC97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de assistente administrativo, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên a servidora pública Zilda Aparecida Gomes, inscrita no CPF sob nº 710.xxx.xxx-20 e matrícula 4691.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 12 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:BF3616DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 066/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 066/2025**, o qual tem como objeto a "Aquisição de 01 (um) Veículo Utilitário tipo PICK UP CABINE SIMPLES. Projeto 101, convênio n°887/2025, celebrado entre o estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades – SECID e o Município de Piên", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

MVP SOLUCOES EM LOCACAO EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 50.178.251/0001-39, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 105.890,00 (cento e cinco mil e oitocentos e noventa reais).

Piên/PR, 12 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:EBE841C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1604, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI Nº 1.604, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Origem: Projeto de Lei nº 052/2025

DENOMINA VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Helena Hubel, o trecho com área de 445,59 m², com a seguinte descrição: Início no marco denominado 0PP de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SIRGAS2000, Este (X) 659.742,34 m e Norte (Y) 7.116.399,73 m referentes ao meridiano central 51°00'; azimute de 154°45'32" e distância de 7,38 m, segue até o marco 01 de coordenada Norte (Y) 7.116.393,06 m, Este (X) 659.745,49 m; daí, confrontando com, com azimute de 149°18'00" e distância de 9,20 m, segue até o marco 02 de coordenada Norte (Y) 7.116.385,15 m, Este (X) 659.750,18 m; azimute de 145°03'54" e distância de 7,32 m, segue até o marco 03 de coordenada Norte (Y) 7.116.379,15 m, Este (X) 659.754,37 m; daí, confrontando com , com azimute de 146°01'37" e distância de 12,02 m, segue até o marco 04 de coordenada Norte (Y) 7.116.369,18 m, Este (X) 659.761,09 m; azimute de 148°39'09" e distância de 6,81 m, segue até o marco 05 de coordenada Norte (Y) 7.116.363,37 m, Este (X) 659.764,63 m; azimute de 145°41'47" e distância de 12,10 m, segue até o marco 06 de coordenada Norte (Y) 7.116.353,37 m, Este (X) 659.771,45 m; azimute de 140°08'26" e distância de 13,51 m, segue até o marco 07 de coordenada Norte (Y) 7.116.343,00 m, Este (X) 659.780,11 m; azimute de 142°40'32" e distância de 12,32 m, segue até o marco 08 de coordenada Norte (Y) 7.116.333,20 m, Este (X) 659.787,58 m; azimute de 153°19'48" e distância de 17,58 m, segue até o marco 09 de coordenada Norte (Y) 7.116.317,49 m, Este (X) 659.795,48 m; azimute de 146°12'02" e distância de 22,23 m, segue até o marco 10 de coordenada Norte (Y) 7.116.299,01 m, Este (X) 659.807,84 m; azimute de 133°19'29" e distância de 17,55 m, segue até o marco 11 de coordenada Norte (Y) 7.116.286,97 m, Este (X) 659.820,61 m; azimute de 239°45'38" e distância de 7,27 m, segue até o marco 12 de coordenada Norte (Y) 7.116.283,31 m, Este (X) 659.814,33 m; azimute de 327°55'16" e distância de 17,38 m, segue até o marco 13 de coordenada Norte (Y) 7.116.298,04 m, Este (X) 659.805,10 m; azimute de 326°49'55" e distância de 20,76 m, segue até o marco 14 de coordenada Norte (Y) 7.116.315,41 m, Este (X) 659.793,74 m; azimute de 329°48'56" e distância de 20,25 m, segue até o marco 15 de coordenada Norte (Y) 7.116.332,92 m, Este (X) 659.783,56 m; azimute de 324°02'51" e distância de 9,17 m, segue até o marco 16 de coordenada Norte (Y) 7.116.340,34 m, Este (X) 659.778,18 m; azimute de 321°46'46" e distância de 15,54 m, segue até o marco 17 de coordenada Norte (Y) 7.116.352,55 m, Este (X) 659.768,56 m; azimute de 326°04'23" e distância de 10,79 m, segue até o marco 18 de coordenada Norte (Y) 7.116.361,51 m, Este (X) 659.762,54 m; azimute de 325°07'21" e distância de 8,27 m, segue até o marco 19 de coordenada Norte (Y) 7.116.368,29 m, Este (X) 659.757,81 m; azimute de 327°42'15" e distância de 10,45 m, segue até o marco 20 de coordenada Norte (Y) 7.116.377,13 m, Este (X) 659.752,22 m; azimute de 324°32'25" e distância de 8,62 m, segue até o marco 21 de coordenada Norte (Y) 7.116.384,15 m, Este (X) 659.747,22 m; azimute de 330°00'51" e distância de 7,67 m, segue até o marco 22 de coordenada Norte (Y) 7.116.390,79 m, Este (X) 659.743,39 m; azimute de 329°50'24" e distância de 8,85 m, segue até o marco 23 de coordenada Norte (Y) 7.116.398,45 m, Este (X) 659.738,94 m; Finalmente do marco 23 segue até o marco 0PP, (início da descrição), confrontando com , com azimute de 69°16'54", e distância de 3,64 m, fechando assim o perímetro acima descrito. Situada em Cachoeirinha.

Art. 2º Fica denominada Rua da Esperança, o trecho com área de 561,82 m², com a seguinte descrição: Início no marco denominado 0PP de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SIRGAS2000, Este (X) 659.665,49 m e Norte (Y) 7.116.360,17 m referentes ao meridiano central 51°00'; azimute de 158°03'51" e distância de 5,54 m, segue até o marco 01 de coordenada Norte (Y) 7.116.355,03 m, Este (X) 659.667,56 m; azimute de 148°44'46" e distância de 7,11 m, segue até o marco 02 de coordenada Norte (Y) 7.116.348,95 m, Este (X) 659.671,25 m; azimute de 145°34'49" e distância de 6,32 m, segue até o marco 03 de coordenada Norte (Y) 7.116.343,74 m, Este (X) 659.674,82 m; azimute de 150°46'12" e distância de 15,87 m, segue até o marco 04 de coordenada Norte (Y) 7.116.329,89 m, Este (X) 659.682,57 m; azimute de 150°22'02" e distância de 7,60 m, segue até o marco 05 de coordenada Norte (Y) 7.116.323,28 m, Este (X) 659.686,33 m; azimute de 147°46'16" e distância de 12,51 m, segue até o marco 06 de coordenada Norte (Y) 7.116.312,70 m, Este (X) 659.693,00 m; azimute de 141°22'34" e distância de 9,93 m, segue até o marco 07 de

coordenada Norte (Y) 7.116.304,94 m, Este (X) 659.699,20 m; azimute de 147°06'04" e distância de 8,84 m, segue até o marco 08 de coordenada Norte (Y) 7.116.297,52 m, Este (X) 659.704,00 m; azimute de 145°31'15" e distância de 8,06 m, segue até o marco 09 de coordenada Norte (Y) 7.116.290,88 m, Este (X) 659.708,56 m; azimute de 148°34'01" e distância de 7,54 m, segue até o marco 10 de coordenada Norte (Y) 7.116.284,45 m, Este (X) 659.712,49 m; azimute de 145°20'30" e distância de 5,91 m, segue até o marco 11 de coordenada Norte (Y) 7.116.279,59 m, Este (X) 659.715,85 m; azimute de 145°24'28" e distância de 5,99 m, segue até o marco 12 de coordenada Norte (Y) 7.116.274,66 m, Este (X) 659.719,25 m; azimute de 158°17'45" e distância de 8,76 m, segue até o marco 13 de coordenada Norte (Y) 7.116.266,52 m, Este (X) 659.722,49 m; azimute de 139°07'48" e distância de 7,17 m, segue até o marco 14 de coordenada Norte (Y) 7.116.261,10 m, Este (X) 659.727,18 m; azimute de 146°08'34" e distância de 11,42 m, segue até o marco 15 de coordenada Norte (Y) 7.116.251,62 m, Este (X) 659.733,54 m; azimute de 147°08'27" e distância de 14,15 m, segue até o marco 16 de coordenada Norte (Y) 7.116.239,73 m, Este (X) 659.741,22 m; azimute de 146°52'05" e distância de 7,12 m, segue até o marco 17 de coordenada Norte (Y) 7.116.233,77 m, Este (X) 659.745,11 m; azimute de 143°37'04" e distância de 11,51 m, segue até o marco 18 de coordenada Norte (Y) 7.116.224,50 m, Este (X) 659.751,94 m; azimute de 239°10'44" e distância de 4,82 m, segue até o marco 19 de coordenada Norte (Y) 7.116.222,03 m, Este (X) 659.747,80 m; azimute de 332°50'19" e distância de 7,73 m, segue até o marco 20 de coordenada Norte (Y) 7.116.228,91 m, Este (X) 659.744,27 m; azimute de 324°32'46" e distância de 12,71 m, segue até o marco 21 de coordenada Norte (Y) 7.116.239,26 m, Este (X) 659.736,90 m; azimute de 327°20'50" e distância de 13,79 m, segue até o marco 22 de coordenada Norte (Y) 7.116.250,87 m, Este (X) 659.729,46 m; azimute de 329°20'16" e distância de 9,45 m, segue até o marco 23 de coordenada Norte (Y) 7.116.259,00 m, Este (X) 659.724,64 m; azimute de 328°42'21" e distância de 8,03 m, segue até o marco 24 de coordenada Norte (Y) 7.116.265,86 m, Este (X) 659.720,47 m; azimute de 328°42'27" e distância de 15,25 m, segue até o marco 25 de coordenada Norte (Y) 7.116.278,89 m, Este (X) 659.712,55 m; azimute de 327°09'18" e distância de 11,28 m, segue até o marco 26 de coordenada Norte (Y) 7.116.288,37 m, Este (X) 659.706,43 m; azimute de 324°24'35" e distância de 10,12 m, segue até o marco 27 de coordenada Norte (Y) 7.116.296,60 m, Este (X) 659.700,54 m; azimute de 324°44'13" e distância de 8,49 m, segue até o marco 28 de coordenada Norte (Y) 7.116.303,53 m, Este (X) 659.695,64 m; azimute de 325°45'58" e distância de 7,31 m, segue até o marco 29 de coordenada Norte (Y) 7.116.309,57 m, Este (X) 659.691,53 m; azimute de 323°15'54" e distância de 15,30 m, segue até o marco 30 de coordenada Norte (Y) 7.116.321,83 m, Este (X) 659.682,38 m; azimute de 328°56'03" e distância de 8,66 m, segue até o marco 31 de coordenada Norte (Y) 7.116.329,25 m, Este (X) 659.677,91 m; azimute de 337°52'07" e distância de 9,02 m, segue até o marco 32 de coordenada Norte (Y) 7.116.337,61 m, Este (X) 659.674,51 m; azimute de 329°39'55" e distância de 10,00 m, segue até o marco 33 de coordenada Norte (Y) 7.116.346,24 m, Este (X) 659.669,46 m; azimute de 326°03'01" e distância de 7,34 m, segue até o marco 34 de coordenada Norte (Y) 7.116.352,33 m, Este (X) 659.665,36 m; azimute de 327°57'36" e distância de 7,03 m, segue até o marco 35 de coordenada Norte (Y) 7.116.358,29 m, Este (X) 659.661,63 m, finalmente do marco 35 segue até o marco 0PP, (início da descrição), confrontando com , com azimute de 64°01'54", e distância de 4,29 m, fechando assim o perímetro acima descrito. Situada em Cachoeirinha.

Art. 3º Fica denominada Rua Mário Niezer, o trecho com área de 1046,34 m², com a seguinte descrição: Início no marco denominado 0PP de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SIRGAS2000, Este (X) 659.597,34 m e Norte (Y) 7.116.330,30 m referentes ao meridiano central 51°00'; azimute de 163°02'02" e distância de 2,47 m, segue até o marco 01 de coordenada Norte (Y) 7.116.327,94 m, Este (X) 659.598,06 m; azimute de 143°23'15" e distância de 4,90 m, segue até o marco 02 de coordenada Norte (Y) 7.116.324,01 m, Este (X) 659.600,98 m; azimute de 133°43'37" e distância de 6,05 m, segue até o marco 03 de coordenada Norte (Y) 7.116.319,83 m, Este (X) 659.605,35 m; azimute de 148°28'52" e distância de 7,61 m, segue até o marco 04 de coordenada Norte (Y) 7.116.313,34 m, Este (X) 659.609,33 m; azimute de 150°58'57" e distância de 7,52 m, segue até o marco 05 de coordenada Norte (Y) 7.116.306,76 m, Este (X) 659.612,98 m; azimute de 148°20'25" e distância de 7,91 m, segue até o marco 06 de coordenada Norte (Y) 7.116.300,03 m, Este (X) 659.617,13 m; azimute de 142°49'10" e distância de 3,69 m, segue até o marco 07 de coordenada Norte (Y) 7.116.297,09 m, Este (X) 659.619,36 m; azimute de 121°40'06" e distância de 12,97 m, segue até o marco 08 de coordenada Norte (Y) 7.116.290,28 m, Este (X) 659.630,40 m; azimute de 141°27'23" e distância de 6,16 m, segue até o marco 09 de coordenada Norte (Y) 7.116.285,46 m, Este (X) 659.634,24 m; azimute de 163°16'09" e distância de 15,63 m, segue até o marco 10 de coordenada Norte (Y) 7.116.270,49 m, Este (X) 659.638,74 m; azimute de 138°30'41" e distância de 6,23 m, segue até o marco 11 de coordenada Norte (Y) 7.116.265,82 m, Este (X) 659.642,87 m; azimute de 103°30'17" e distância de 4,97 m, segue até o marco 12 de coordenada Norte (Y) 7.116.264,66 m, Este (X) 659.647,70 m; azimute de 87°09'00" e distância de 18,50 m, segue até o marco 13 de coordenada Norte (Y) 7.116.265,58 m, Este (X) 659.666,18 m; azimute de 125°15'29" e distância de 4,76 m, segue até o marco 14 de coordenada Norte (Y) 7.116.262,83 m, Este (X) 659.670,07 m; azimute de 134°48'05" e distância de 6,12 m, segue até o marco 15 de coordenada Norte (Y) 7.116.258,52 m, Este (X) 659.674,41 m; azimute de 154°28'52" e distância de 7,10 m, segue até o marco 16 de coordenada Norte (Y) 7.116.252,11 m, Este (X) 659.677,47 m; azimute de 172°42'23" e distância de 7,17 m, segue até o marco 17 de coordenada Norte (Y) 7.116.245,00 m, Este (X) 659.678,38 m; azimute de 190°48'38" e distância de 9,22 m, segue até o marco 18 de coordenada Norte (Y) 7.116.235,94 m, Este (X) 659.676,65 m; azimute de 190°44'31" e distância de 6,33 m, segue até o marco 19 de coordenada Norte (Y) 7.116.229,72 m, Este (X) 659.675,47 m; azimute de 169°54'43" e distância de 8,28 m, segue até o marco 20 de coordenada Norte (Y) 7.116.221,57 m, Este (X) 659.676,92 m; azimute de 134°33'45" e distância de 2,78 m, segue até o marco 21 de coordenada Norte (Y) 7.116.219,62 m, Este (X) 659.678,90 m; azimute de 121°51'41" e distância de 5,91 m, segue até o marco 22 de coordenada Norte (Y) 7.116.216,50 m, Este (X) 659.683,92 m; azimute de 103°10'48" e distância de 9,74 m, segue até o marco 23 de coordenada Norte (Y) 7.116.214,28 m, Este (X) 659.693,40 m; azimute de 111°18'45" e distância de 4,79 m, segue até o marco 24 de coordenada Norte (Y) 7.116.212,54 m, Este (X) 659.697,86 m; azimute de 115°19'13" e distância de 8,44 m, segue até o marco 25 de coordenada Norte (Y) 7.116.208,93 m, Este (X) 659.705,49 m; azimute de 125°07'43" e distância de 6,19 m, segue até o marco 26 de coordenada Norte (Y) 7.116.205,37 m, Este (X) 659.710,55 m; azimute de 142°56'40" e distância de 9,26 m, segue até o marco 27 de coordenada Norte (Y) 7.116.197,98 m, Este (X) 659.716,13 m; azimute de 152°23'41" e distância de 7,14 m, segue até o marco 28 de coordenada Norte (Y) 7.116.191,65 m, Este (X) 659.719,44 m; azimute de 146°44'27" e distância de 6,64 m, segue até o marco 29 de coordenada Norte (Y) 7.116.186,10 m, Este (X) 659.723,08 m; azimute de 139°09'46" e distância de 7,11 m, segue até o marco 30 de coordenada Norte (Y) 7.116.180,72 m, Este (X) 659.727,73 m; azimute de 128°11'13" e distância de 8,70 m, segue até o marco 31 de coordenada Norte (Y) 7.116.175,34 m, Este (X) 659.734,57 m; azimute de 135°09'02" e distância de 10,76 m, segue até o marco 32 de coordenada Norte (Y) 7.116.167,71 m, Este (X) 659.742,16 m; azimute de 146°23'07" e distância de 10,53 m, segue até o marco 33 de coordenada Norte (Y) 7.116.158,94 m, Este (X) 659.747,99 m; azimute de 147°39'03" e distância de 10,07 m, segue até o marco 34 de coordenada Norte (Y) 7.116.150,43 m, Este (X) 659.753,38 m; azimute de 145°56'54" e distância de 13,18 m, segue até o marco 35 de coordenada Norte (Y) 7.116.139,51 m, Este (X) 659.760,76 m; azimute de 157°58'11" e distância de 8,37 m, segue até o marco 36 de coordenada Norte (Y) 7.116.131,75 m, Este (X) 659.763,90 m; azimute de 234°44'55" e distância de 3,26 m, segue até o marco 37 de coordenada Norte (Y) 7.116.129,87 m, Este (X) 659.761,24 m; azimute de 326°05'07" e distância de 9,19 m, segue até o marco 38 de coordenada Norte (Y) 7.116.137,50 m, Este (X) 659.756,11 m; azimute de 334°03'47" e distância de 13,05 m, segue até o marco 39 de coordenada Norte (Y) 7.116.149,24 m, Este (X) 659.750,40 m; azimute de 331°04'30" e distância de 9,45 m, segue até o marco 40 de coordenada Norte (Y) 7.116.157,51 m, Este (X) 659.745,83 m; azimute de 326°11'43" e distância de 13,88 m, segue até o marco 41 de coordenada Norte (Y) 7.116.169,04 m, Este (X) 659.738,11 m;

azimute de 308°18'44" e distância de 7,47 m, segue até o marco 42 de coordenada Norte (Y) 7.116.173,67 m, Este (X) 659.732,25 m; azimute de 306°28'43" e distância de 8,49 m, segue até o marco 43 de coordenada Norte (Y) 7.116.178,72 m, Este (X) 659.725,42 m; azimute de 316°34'28" e distância de 7,46 m, segue até o marco 44 de coordenada Norte (Y) 7.116.184,14 m, Este (X) 659.720,29 m; azimute de 331°12'15" e distância de 6,66 m, segue até o marco 45 de coordenada Norte (Y) 7.116.189,98 m, Este (X) 659.717,08 m; azimute de 318°45'02" e distância de 5,08 m, segue até o marco 46 de coordenada Norte (Y) 7.116.193,80 m, Este (X) 659.713,73 m; azimute de 309°49'17" e distância de 9,24 m, segue até o marco 47 de coordenada Norte (Y) 7.116.199,72 m, Este (X) 659.706,63 m; azimute de 315°07'24" e distância de 13,15 m, segue até o marco 48 de coordenada Norte (Y) 7.116.209,04 m, Este (X) 659.697,35 m; azimute de 290°29'02" e distância de 7,43 m, segue até o marco 49 de coordenada Norte (Y) 7.116.211,64 m, Este (X) 659.690,39 m; azimute de 281°28'04" e distância de 9,96 m, segue até o marco 50 de coordenada Norte (Y) 7.116.213,62 m, Este (X) 659.680,63 m; azimute de 298°03'11" e distância de 5,17 m, segue até o marco 51 de coordenada Norte (Y) 7.116.216,05 m, Este (X) 659.676,07 m; azimute de 324°18'57" e distância de 7,73 m, segue até o marco 52 de coordenada Norte (Y) 7.116.222,33 m, Este (X) 659.671,56 m; azimute de 4°22'15" e distância de 6,30 m, segue até o marco 53 de coordenada Norte (Y) 7.116.228,61 m, Este (X) 659.672,04 m; azimute de 11°01'44" e distância de 9,20 m, segue até o marco 54 de coordenada Norte (Y) 7.116.237,64 m, Este (X) 659.673,80 m; azimute de 4°12'39" e distância de 7,49 m, segue até o marco 55 de coordenada Norte (Y) 7.116.245,11 m, Este (X) 659.674,35 m; azimute de 352°26'22" e distância de 6,69 m, segue até o marco 56 de coordenada Norte (Y) 7.116.251,74 m, Este (X) 659.673,47 m; azimute de 338°54'39" e distância de 4,78 m, segue até o marco 57 de coordenada Norte (Y) 7.116.256,20 m, Este (X) 659.671,75 m; azimute de 310°15'17" e distância de 7,35 m, segue até o marco 58 de coordenada Norte (Y) 7.116.260,95 m, Este (X) 659.666,14 m; azimute de 269°24'15" e distância de 12,50 m, segue até o marco 59 de coordenada Norte (Y) 7.116.260,82 m, Este (X) 659.653,64 m; azimute de 265°17'32" e distância de 7,68 m, segue até o marco 60 de coordenada Norte (Y) 7.116.260,19 m, Este (X) 659.645,99 m; azimute de 291°12'43" e distância de 6,14 m, segue até o marco 61 de coordenada Norte (Y) 7.116.262,41 m, Este (X) 659.640,27 m; azimute de 323°18'27" e distância de 9,69 m, segue até o marco 62 de coordenada Norte (Y) 7.116.270,18 m, Este (X) 659.634,48 m; azimute de 351°38'03" e distância de 6,87 m, segue até o marco 63 de coordenada Norte (Y) 7.116.276,98 m, Este (X) 659.633,48 m; azimute de 343°13'44" e distância de 6,10 m, segue até o marco 64 de coordenada Norte (Y) 7.116.282,82 m, Este (X) 659.631,72 m; azimute de 323°03'53" e distância de 7,01 m, segue até o marco 65 de coordenada Norte (Y) 7.116.288,42 m, Este (X) 659.627,51 m; azimute de 304°26'50" e distância de 16,37 m, segue até o marco 66 de coordenada Norte (Y) 7.116.297,68 m, Este (X) 659.614,01 m; azimute de 329°48'21" e distância de 7,28 m, segue até o marco 67 de coordenada Norte (Y) 7.116.303,97 m, Este (X) 659.610,35 m; azimute de 331°37'59" e distância de 9,39 m, segue até o marco 68 de coordenada Norte (Y) 7.116.312,23 m, Este (X) 659.605,89 m; azimute de 331°35'31" e distância de 5,42 m, segue até o marco 69 de coordenada Norte (Y) 7.116.317,00 m, Este (X) 659.603,31 m; azimute de 316°47'00" e distância de 7,73 m, segue até o marco 70 de coordenada Norte (Y) 7.116.322,63 m, Este (X) 659.598,02 m; azimute de 315°48'56" e distância de 3,97 m, segue até o marco 71 de coordenada Norte (Y) 7.116.325,48 m, Este (X) 659.595,25 m; azimute de 296°33'54" e distância de 3,56 m, segue até o marco 72 de coordenada Norte (Y) 7.116.327,07 m, Este (X) 659.592,07 m; finalmente do marco 72 segue até o marco 0PP, (início da descrição), confrontando com , com azimute de 58°29'45", e distância de 6,18 m, fechando assim o perímetro acima descrito. Situada em Cachoeirinha.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 12 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:0C147207

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1569 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 1569 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

ALTERA ART. 2º, PARAGRAFO ÚNICO QUE DESIGNA FISCAIS DE CONTRATO VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVÍL

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no Decreto nº 087, de 22 de junho de 2020 e no Decreto nº 090, de 22 de junho de 2020,

Considerando o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

RESOLVE:
Art. 2º Designar a Sra. Katia Rudnick Cavalheiro Fragoso, Secretária Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, como Gestora de todos os contratos vinculados a referida secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Serviços e compras relacionados a Secretaria Assistência Social, repasses e convênios.	**Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.**	**Adrieli de Fátima Pereira ocupante do cargo provimento em comissão Assessor de Area III – Gestão de programas sociais.**
Materiais de Artesanato	**Adrieli de Fátima Pereira ocupante do cargo provimento em comissão Assessor de Area III – Gestão de programas sociais.**	**Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.**
Serviços e compras relacionadas ao CRAS.	**Letícia Inez Schroth Gabardo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III, responsável pela Área de Proteção Social Básica.**	**Tatiane Andreza Katzer ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo.**
Viagens esporádicas	**Adrieli de Fátima Pereira ocupante do cargo provimento em comissão Assessor de Area III – Gestão de programas sociais.**	**Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.**
Serviços e compras relacionados ao Conselho Tutelar.	**Rosangela David dos Santos, Conselheiro Tutelar.**	**Marcos Aurelio Mielke, Conselheiro Tutelar.**
Serviços e compras relacionados a Defesa Civil	Regiane Rauth, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil.	Ederson Jairo Mielke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil.
Prestação de serviços na administração de estágios para estudantes e clínica especializada em saúde e medicina ocupacional.	**Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.**	Danielli dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.
Manutenção de toda a frota da Secretaria de Assistência Social (serviços, reparos, peças), pneus, baterias, borracharia e combustível	**Ketlyn Marinho Wasoiznik, ocupante do cardo de provimento em comissão Assessor de Area II – Proteção Social Especial**	Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.
Contratos terceirizados de profissionais para aulas na academia e na piscina do CAMU.	**Jonas Kurovski, ocupante do cargo de provimento efetivo de instrutor de esportes.**	Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.
Reformas, obras, construção civil de todos os prédios vinculados a Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil.	**Alessandra Brunnquell Gruber ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Area III – Habitação social e regularização fundiária.**	Esdras Rya Rocha Cruz, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.
Contratos e Contratações: Convênios	**Vitória Cielislinski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.**	Danielli dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 10 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Município de Piên

Registre-se e publique-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:50B56EE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **01/11/2025, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.107/2023, para:

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços técnicos especializados de engenharia ambiental e/ou civil, conforme demanda da Administração Pública Municipal".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/12/2025, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 12/11/2025.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0538169A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 202/2025

DECRETO 202/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 11 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B5FC505E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 203/2025

DECRETO 203/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 12 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:AF004054

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 204/2025

DECRETO 204/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 218.000,00 (Duzentos e dezoito mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 12 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:9F2259C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 205/2025

DECRETO 205/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 12 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2480AD30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 198/2025
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL n.º 07/2025.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de Muros e Cortinas em Concreto Armado na Escola Municipal Primo Savoldi.
CONTRATADO: PERONDI ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.
DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2025.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	14644	05.002.12.361.1201.2027	00104	4.4.90.51.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 12 de novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:895F7FE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: BALBINA VELOZO PACHECO DOS SANTOS.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 103/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:1D831857

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: CELINA DIAS DOS SANTOS.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 104/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:FB07F2D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: LORENY SALETE DA SILVA.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 105/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:28B927A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: POMPILIA APARECIDA DOS SANTOS.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 106/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:90BECE6F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: RITA TOME CANDIDO DO PRADO.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 107/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:FE20307B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: VERCI MEIRA.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 108/2022 para até 07/11/2026, conforme permissivo disposto no edital de convocação do processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade n° 9/2022, e ainda, c/c art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 07/11/2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:FD81D225

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1106/2025

LEI Nº 1.106/2025

Altera dispositivos da Lei nº 1.021/2024, que institui o Sistema Municipal de Cultura – SMC, revoga os artigos 53 a 61 que tratam do Fundo Municipal de Cultura – FMC, e consolida a vinculação do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, criado pela Lei nº 1.062/2025, à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná,
no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam revogados os artigos 53 a 61 da Lei nº 1.021/2024, que tratam da criação e gestão do antigo Fundo Municipal de Cultura – FMC.
Art. 2º Fica consolidada a vigência e validade do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, criado pela Lei nº 1.062/2025, como instrumento oficial e único de financiamento das políticas públicas de cultura do Município de Pinhal de São Bento.
Art. 3º O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT é vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, sob gestão administrativa e financeira da referida Secretaria e acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Cultura, observadas as diretrizes do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 4º O Secretário Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo é o gestor responsável legal pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT perante os órgãos de controle e instituições financeiras, podendo delegar a execução técnica e operacional ao Diretor do Departamento de Cultura.
Art. 5º Ficam convalidados todos os atos administrativos e financeiros praticados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo e pelo Departamento de Cultura, desde a criação do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT pela Lei nº 1.062/2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:9ADD9142

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1107/2025

LEI Nº 1.107 /2025

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial no Orçamento Geral do Município no exercício financeiro de 2025 e dá outras providências

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná.**
Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 110.522,50 (Cento e dez mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
001	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO			
04.122.402.1099		CONVÊNIO 532/225 SECID SIT AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO		
4400	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANNENTE	000	5.522,50
4403	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MAT PERMANENTES	403	105.000,00
	Total.....			110.522,50

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de excesso da receita 242254012700000000 fonte 403 o valor de R$105.000,00 e fonte Zero o valor de r$ 5.522,50 sendo por cancelamento da conta 510 e acréscimo na conta 4400.

Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Art.4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pinhal de São Bento, em 12 de novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:3EC5E68B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3234/2025

PORTARIA N.º 3.234/2025

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Nome	Mat. funcional	Cargo	Período Gozo	Período Aquisitivo
Claudete Cargnin Salvalaggio	591-1	Técnica em Enfermagem	27/11/2025 a 06/12/2025(10 dias)	19/02/2025 a 18/02/2025
Lorenice Lucia de Lima	618-1	Agente Comunitário de Saúde	11/11/2025 a 25/11/2025 (15 dias)	18/03/2024 a 06/06/2025
Vanessa Carniel Motta da Silva	460-1	Enfermeira	17/11/2025 a 26/11/2025	15/02/2023 a 14/02/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 11 de novembro de 2025

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:0ED0B5A4

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 416/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025
QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 11/11/2025 (Saída 06:00 horas)
Destino: Pranchita /PR
Valor de diárias: 136,37 x 0,50 -= 68,18
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar paciente Janice Miranda com acompanhante para internamento na Fundação Hospitalar da Fronteira em Pranchita/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Fundação Hospitalar da Fronteira em Pranchita/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	1434-6	13566-6	750.342.209-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 11 de novembro de 2025

Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2778D069

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 417/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025
QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Katiuça Mara Pasa Matrícula: 286-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Secretária Municipal de Saúde
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 10 a 12/11/2025 (Saída 07:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 752,17 x 3 = 2.256,51
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar do XXXVII Congresso Estadual das Secretárias Municipais de Saúde do Paraná – COMSEMA-PR no Hotel Bourbon em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hotel Bourbon em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 49440 Cta: 1931

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	20352-1	005.931.989-56

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 07 de novembro de 2025
Solicitante da viagem: Katiuça Mara Pasa
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:19D60EE0

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 418/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025

QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 11/11/2025 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,5= 116,13
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Luciana Machado dos Santos para exame, Terezinha Conceição Berno com acompanhante e Valmir Naressi com acompanhante para consulta no CEONC e, Alcidio Linck com acompanhante para consulta no Dr. Prime Assistência à Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC e no Dr. Prime Assistência à Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	108467-4	027.617.539-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 11 de novembro de 2025.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A67A1B1F

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 419/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025

QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 28/10/2025 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,5= 116,13
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Luciana Machado dos Santos para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	108467-4	027.617.539-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 28 de outubro de 2025.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8CA65DE9

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 420/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025
QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 13/11/2025 (Saída 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,5 = 116,13
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Seleci Copati para exame no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	14344-6	13566-6	750.342.209-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.034/2025 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 12 de novembro de 2025
Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:EC10DAD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2025

A Câmara Municipal de Piraquara, UASG N. 927599, por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do Pregão Eletrônico, cujo objeto é: Aquisição de materiais para manutenção e utensílios domésticos de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos, **será realizada no dia 28 de novembro de 2025, às 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras.
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM
Valor Máximo estimado: R$ 28.065,25 (Vinte e oito mil, sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).
Aquisição de Edital: O Edital, anexos e demais documentos integrantes do presente processo serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br e no endereço eletrônico www.camarapiraquara.pr.gov.br/licitacoes , podendo ser solicitados via *e-mail* compras@piraquara.pr.leg.br , e também poderão ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1511, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

THAYRINE ELOIZE WILLRICH PIRES MARCONDES
Pregoeira - Portaria nº 48/2025

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:14158172

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 125/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2553/2025 e nº 2556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCAS EDUARDO DIAS OLIVEIRA, portador do RG n.º 14.087.XXX-6 PR e inscrito no CPF sob n.º 131.975.XXX-67, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – AP – CC4, lotado no gabinete do Vereador Jonas Fausto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 12 de novembro de 2025.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:160FC5BF

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 126/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder recesso dia 21 de novembro de 2025, sexta-feira em virtude da celebração do **Dia da Consciência Negra** no **dia 20 de novembro de 2025,** quinta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei Municipal N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 12 de novembro de 2025.
.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:4849F627

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº625/2025

Concede Aposentaria por Invalidez Permanente, nos termos do artigo 10, da Lei Municipal nº 862/2006 c/c art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88 à servidora pública do Município de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 862/2006; o Processo de Aposentadoria por Invalidez Permanente nº 041/2025, do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV; o Parecer Consultivo nº 357/2025, emitido pela Procuradoria Geral do Município; bem

como os demais elementos constantes dos autos, incluindo o Laudo Pericial que atesta a condição de invalidez da servidora,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez permanente à servidora municipal **VERA HELENA BUAVA DE ANDRADE**, matrícula funcional nº **992878**, portadora da CI/RG nº 1.455.XXX-1 e inscrita no CPF nº 255.318.XXX-0X, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Piraquara, ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional I – Alimentação Escolar, com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 862/2006, c/c art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988.
Parágrafo único. A aposentadoria produzirá efeitos a partir de **13 de novembro de 2025**.
Art. 2º Fixa-se como proventos mensais da aposentadoria o valor bruto de **R$ 962,07** (novecentos e sessenta e dois reais e sete centavos).
Art. 3º Para fins de pagamento do provento mensal, fica garantido o valor mínimo correspondente a **01 (um) salário mínimo vigente**, atualmente de **R$ 1.518,00** (mil quinhentos e dezoito reais), de modo que a servidora não perceberá valor inferior ao mínimo legal, em conformidade com o art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 862/2006, e os arts. 39, § 3º, e 7º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988.
Art. 4º O reajuste da aposentadoria por invalidez será realizado na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006, garantindo a paridade e a manutenção do valor real do benefício.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **13 de novembro de 2025**.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka Piraquara, 12 de novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZATESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:7647A0CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Andreia Castro Jez,** matrícula funcional nº 992189**,** cargo Professora III Especialização, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 10h00m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EB4DF085

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Ariete Valquiria Guerra Morais Castro,** matrícula funcional nº 992123**,** cargo Assistente Operacional Escolar, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 10h30m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D05C5ED9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Cirlei Aparecida Ribeiro de Freitas**, matrícula funcional nº 547471**,** cargo Assistente Operacional Escolar, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 13h00m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.
O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E671DFCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocado o servidor público municipal **Elias Carlos da Conceição,** matrícula funcional nº 527871**,** cargo Motorista, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 08h30m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F8A43F06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Izabel Jakoboski Schmoeller,** matrícula funcional nº 648311**,** cargo Assistente Operacional Escolar, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 09h00m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.
O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A4C11BB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Juliana Fuck dos Santos,** matrícula funcional nº 803491**,** cargo Professora III Especialização, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 13h30m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B54471DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Leni Paulus Pereira,** matrícula funcional nº 585721**,** cargo Professora III Especialização, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 14h00m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A2571302

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Patrícia Vieira do Nascimento Borges,** matrícula funcional nº 992851**,** cargo Agente Educacional I - Manutenção de Infraestrutura Escolar, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 09h30m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:52CC8570

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a servidora pública municipal **Silvia de Gomes Ribeiro,** matrículas funcionais nº 638601 e 674581**,** cargo Professora III Especialização, a comparecer na data de **17/11/2025 (segunda-feira) às 14h30m**, na Rua Professora Maria Carolina Wilke, nº 20, Bairro Vila Juliana, Piraquara - PR, para realizar Avaliação de Capacidade Laborativa, através de Inspeção Médica, com fundamento e em conformidade com a Lei Municipal nº 863/2006 artigos 81, 82, 83, 84 §3º c/c Portaria nº 11.503/2025 de 12/11/2025.

O não comparecimento acarretará o imediato retorno ao trabalho com todos os seus efeitos ou a suspensão do pagamento da remuneração conforme a Lei Municipal nº 863/2006, art. 84 § 3º.

Obs.: Fica a servidora ciente que no dia da Avaliação deverá portar Laudos Médicos, Atestados e Exames atualizados.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR
Superintendente de Gestão de Pessoas
Decreto nº 13.068/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A3AC1592

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2296/2025

Objeto: aquisição de material de limpeza. Ata nº 230/2025 – Detentora: 47.134.781 KAUANE PALERMO MAYER UCZAK**, inscrita no CNPJ sob nº** 47.134.781/0001-70**, vencedora do item 39** pelo valor total de R$ 4.716,70 (quatro mil setecentos e dezesseis reais e setenta centavos).**Ata nº 231/2025 – Detentora:** 53.584.024 MARQUES SABINO BRANDÃO**, inscrita no CNPJ sob nº** 53.584.024/0001-00**, vencedora do item 46, pelo valor total de** R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).**Ata nº 232/2025 – Detentora:** AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 61.908.002/0001-78**, vencedora dos itens 5, 12, 18, 20, 27, 43 e 48, pelo valor total de** R$ 19.585,96 (dezenove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).**Ata nº 233/2025 – Detentora:** ARC DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 24.972.018/0001-13**, vencedora dos itens 7 e 10, pelo valor total de** R$ 3.655,70 (três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).**Ata nº 234/2025 – Detentora:** ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 18.362.195/0001-85**, vencedora do item 3** pelo valor total de R$ 5.482,66 (cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos).**Ata nº 235/2025 – Detentora:** COMERCIAL COIMBRA DE SOUZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 55.993.065/0001-77**, vencedora dos itens 31 e 32, pelo valor total de** R$ 6.573,60 (seis mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta centavos).**Ata nº 236/2025 – Detentora:** DALO EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 49.709.450/0001-47**, vencedora do item 14** pelo valor total de R$ 4.945,9200 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos). **Ata nº 237/2025 – Detentora:** DARLU INDÚSTRIA TEXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 40.223.106/0001-79**, vencedora do item 17** pelo valor total de R$ 4.209,00 (quatro mil duzentos e nove reais).**Ata nº 238/2025 – Detentora:** DOUGLAS BORSUK LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 51.627.661/0001-82**, vencedora do item 13** pelo valor total de R$ 6.375,60 (seis mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).**Ata nº 239/2025 – Detentora:** FERNANDES EMBALAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 47.758.161/0002-93**, vencedora dos itens 19, 23, 24, 25, 28, 33 e 38, pelo valor total de** R$ 23.481,73 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos).**Ata nº 240/2025 – Detentora:** G A M COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 78.933.322/0001-80**, vencedora dos itens 40 e 41, pelo valor total de** R$ 34.779,50 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).**Ata nº 241/2025 – Detentora:** HHJL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 37.745.392/0001-28**, vencedora dos itens 4, 6, 11 e 37, pelo valor total de** R$ 40.587,49 (quarenta mil quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).**Ata nº 242/2025 – Detentora:** LUCAS MORAES LEITE**, inscrita no CNPJ sob nº** 37.968.398/0001-64**, vencedora dos itens 1, 2, 16, 26, 29, 42 e 47, pelo valor total de** R$ 62.331,60 (sessenta e dois mil trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos). **Ata nº 243/2025 – Detentora:** LUIZ MINIOLI NETTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 14.221.429/0001-13**, vencedora dos itens 8, 9, 30, 34, 35 e 36, pelo valor total de** R$ 27.229,94 (vinte e sete mil duzentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos).**Ata nº 244/2025 – Detentora:** MARCELO MOHALLEM**, inscrita no CNPJ sob nº** 13.579.783/0001-51**, vencedora do item 44** pelo valor total de R$ 5.399,46 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos).**Ata nº 245/2025 – Detentora:** SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº** 09.196.745/0001-42**, vencedora dos itens 15, 21, 22 e 45, pelo valor total de** R$ 11.831,20 (onze mil oitocentos e trinta e um reais e vinte centavos).**Vigência das Atas:** será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta.**Data da última assinatura:**12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3B675A11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 578/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 30.559/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 5/2025

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes de agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - **Contratada:** ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESANAIS DE ANTONINA - ASPRAN, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.697.362/0001-71, vencedora do item 34, pelo valor total de R$ 4.884,00 (quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais). - **Prazo de vigência do contrato:** 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato. – **Data da assinatura:** 11/11/2025.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A106683C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 15.836/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que institui a modalidade Pregão Eletrônico, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 15.836/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025,** que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepção em equipamentos de saúde e auxiliares de farmácia, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face da empresa: **HIGISOLUÇÕES SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.414.338/0001-53, vencedora dos **itens 1 e 2,** pelo valor total de **R$ 3.854.423,88** (três milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos); Valor total adjudicado e homologado: **R$ 3.854.423,88** (três milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos); Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 12 de novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:56CDEA44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 10/2025 - COMPIER

SÚMULA: Aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação para utilização dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Promoção à Igualdade Racial – FUNDEPPIR/PR.

O Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - COMPIER, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei Municipal Nº 2.602/2025, que o institui, e de acordo com a deliberação dos demais conselheiros, em pauta na Sessão Extraordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão à Deliberação 13/2025 do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR/PR, Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial, que prevê o repasse fundo a fundo de recursos como incentivo aos municípios para a execução de políticas públicas, planos, serviços, programas, projetos e ações voltados ao fortalecimento da rede de proteção à promoção de igualdade racial à população negra, povos indígenas, povos ciganos, quilombolas e povos de terreiro.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação apresentado pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial que prevê a destinação de recursos nas seguintes ações:
I. Realizar seminário voltados à formação antirracista objetivando letramento e consequentemente a redução do racismo institucional e estrutural: VALOR: **R$10.000,00** (Dez Mil Reais).
II. Fomento para projetos de valorização de livros, materiais gráficos e/ou literários, físico ou de outras mídias digitais, que valorizem produções de autores negros e autoras negras, de acordo com as leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010 (estatuto da Igualdade racial): Valor: **R$ 30.000,00** (Trinta Mil Reais)
III. Realiza Feira Étnico Racial, voltadas à formação e empregabilidade, com ações voltadas ao empreendedorismo, economia criativa e economia solidária.
Valor: **R$ 30.000,00** (Trinta Mil Reais).
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

MARCELO BRAGA DE REZENDE
Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-Racial
Resolução 03/2025 – COMPIER

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:962C8DB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE 15/2025 - PROCESSO: 32180/2025

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio da Comissão Especial de Contratação nomeada através da Portaria 11.472/2025, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da análise dos documentos de habilitação apresentados no processo 32180/2025, cujo objeto é o Credenciamento de interessados em prestar serviço de motorista em regime de diárias.**Ataide da Silva: Habilitado; Caio Daniel Pereira Umbelino: Habilitado; Edinei Cardoso de Andrade Paula: Habilitado; Guilherme Vinicius da Costa Mendes: Habilitado; Milton Cesar Dembiski: Habilitado; Kleber Francisco Harres: Inabilitado,** não apresentou as declarações, não apresentou as certidões negativas de débitos trabalhistas e de débitos federais, não apresentou os atestados de antecedentes criminais, não apresentou o comprovante de conclusão do ensino médio e não apresentou o comprovante de conclusão do curso de transporte coletivo de passageiros. **Americo Silveira Duarte: Inabilitado,** não apresentou a certidão de antecedentes criminais da comarca de Piraquara e não apresentou as declarações. **Leonardo Von Lapesberg: Inabilitado,** não apresentou as declarações, não apresentou as certidões de antecedentes criminais e não apresentou o comprovante de conclusão do curso de transporte coletivo de passageiros. **José Stica: Inabilitado,** não apresentou as declarações, não apresentou a certidão de antecedentes criminais da comarca de Piraquara, apresentou certidão positiva de débitos municipais e apresentou curso de transporte coletivo de passageiros concluído em 2011 sem reciclagem. **João Batista dos Santos Moraes: Inabilitado,** não apresentou as declarações, não apresentou a certidão de débitos municipais, não apresentou a certidão de antecedentes criminais da comarca de Piraquara, não apresentou o comprovante de conclusão do curso de transporte coletivo de passageiros. Assim sendo, ficam as interessadas desde já intimadas para, em havendo interesse, apresentar recurso contra a decisão da Comissão Especial de Contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste resultado, caso entenda cabível, sob pena de preclusão. Ainda, caso o licitante acorde com sua inabilitação poderá apresentar nova documentação, escoimada das causas que ensejaram sua inabilitação, para assim poder prosseguir na fase seguinte do credenciamento em questão. A documentação será disponibilizada, na íntegra, no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**.

Piraquara, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ROBERTO JACOMEL JUNIOR -
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F7561666

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 33/2025

Dispõe sobre a nomeação do Coordenador de Saúde Bucal do município de Piraquara e dá outras providências.

A Secretária Municipal De Saúde De Piraquara, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a coordenação e o fortalecimento das ações de saúde bucal na rede municipal de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora **Ana Gabriela Lobo da Costa**, inscrita no CRO sob nº 29.179, para exercer a função de **Coordenadora de Saúde Bucal** da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara/PR;

Art. 2º - Compete à Coordenadora de Saúde Bucal:

I – Planejar, coordenar e supervisionar as ações e programas de saúde bucal no âmbito da Atenção Básica e demais níveis de atenção;
II – Promover a integração das equipes de saúde bucal com as demais equipes multiprofissionais da rede municipal;
III – Acompanhar indicadores, metas e resultados das ações de saúde bucal;
IV – Participar da elaboração e execução do Plano Municipal de Saúde e dos Relatórios de Gestão;
V – Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 03 de outubro de 2025.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:892A7740

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA N° 3, DE 29 DE AGOSTO DE 2025

Altera a Resolução da Mesa Diretora nº 6, de 1º de março de 2023, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, para permitir o sistema de registros de preços para aquisição de bens ou contratação de serviços de forma isolada.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pitanga, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando que, em geral, as contratações realizadas pela Câmara Municipal de Pitanga são de baixo valor e não suplantam os limites estabelecidos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e, em muitos desses casos, o órgão opta pelo pregão, embora dispensado de realizar licitação;

Considerando que a atual redação da Resolução da Mesa Diretora nº 6/2023 prevê o uso do sistema de registro de preços apenas quando envolver mais de um órgão, de remotíssima aplicabilidade, considerada a realidade deste Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 4º da Resolução da Mesa Diretora nº 6, de 1º de março de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 4º .....
§ 4º O sistema de registro de preços poderá ser utilizado na dispensa na forma eletrônica.

Art. 2º O § 1º art. 5º da Resolução da Mesa Diretora nº 6, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º .....
§ 1º Na hipótese de registro de preços, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Art. 3º Revoga-se o inciso IV do art. 4º da Resolução da Mesa Diretora nº 6, de 2023.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Liberdade, 29 de agosto de 2025.

AMADEUS PENGA
Presidente

JOSE JURANDIR MIRANDA
Vice- Presidente

MARCELO EDUARDO CORREIA
Secretário

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:766ECEAD

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA N° 4, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de Pitanga para o exercício financeiro de 2025.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pitanga, no uso de suas atribuições regimentais e, considerando o disposto na Lei n° 2.529, de 31 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de Pitanga por cancelamento de dotação, para o exercício financeiro de 2025, no valor de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais) destinados a suportar as despesas das seguintes Dotações Orçamentária:

Classificação	Especificação	Valor R$
01	Legislativo Municipal	
01.001	Legislativo Municipal	
01.001.01.031.0101.1.110	REEQUIPAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	
4.4.90.52.00.00 (1)	Equipamentos e Material Permanente	
01001	Recursos do Tesouro (Descentralizados) Ex. Corrente	**80.000,00**
01.001.01.031.0101.1.111	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	
4.4.90.51.00.00 (2)	Obras e Instalações	
01001	Recursos do Tesouro (Descentralizados) Ex. Corrente	**10.000,00**
TOTAL		**90.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, em decorrência da autorização constante da Lei n° 2.529, de 31 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual, será utilizado recurso oriundo do cancelamento da seguinte Dotação Orçamentária:

Classificação	Especificação	Valor R$
01	Legislativo Municipal	
001	Legislativo Municipal	
01.001.01.031.0101.2.108	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
3.1.90.11.00.00 (4)	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
01001	Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Ex. Corrente	**90.000,00**

Art. 3º Das alterações constantes desta Resolução ficam também contempladas as alterações nas ações da Lei nº 2.377, de 30 de junho de 2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Nº 2.517, de 26 de setembro de 2024, no que couber.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 12 de novembro de 2025.

AMADEUS PENGA
Presidente

JOSÉ JURANDIR MIRANDA
Vice-Presidente

MARCELO EDUARDO CORREIA
Secretário

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:4049138E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 97° CHAMADA

O Município de Pitanga, através do Departamento de Recursos Humanos, **CONVOCA** os aprovados no Concurso Público 001/2019, Edital nº. 19/2020, homologado pelo Decreto 207/2022, de 23 de Junho de 2022, conforme listagem abaixo, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171 – Centro, Pitanga/Pr, entre os dias **13, 14, 17, 18 e 19 de novembro de 2025 das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00hs,** para apresentarem a documentação exigida do Anexo I e realizarem exame médico.

Oficial Administrativo

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
2868	ZULMARA VIZENTIN MARQUES	11
1440	CAMILA PAULA DE BARROS	12

Auxiliar de Serviços Gerais

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
4468	CAROLINE CORDEIRO	84
3840	TAMIRES CHELIGA	85
3291	JOÃO VITOR QUEIROZ	86

Pitanga, 12 de novembro de 2025.

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1. Documento de Identidade e Registro Geral **(cópia autenticada)** e CPF **(cópia simples);**
2. Título de eleitor **(cópia autenticada)** e comprovante de voto na última eleição, ou a justificativa da ausência, ou certidão de quitação eleitoral **(cópia simples);**
3. Certidão de Casamento ou Nascimento **(cópia simples)**;
4. Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e dependentes para fins previdenciários e imposto de renda, com o CPF **(cópia simples)**;
5. Carteira de Trabalho **(cópia simples)**;
6. Extrato Previdenciário do INSS - CNIS **(cópia simples)**;

7. Certificado registrado acompanhado de histórico escolar ou Certidão de Conclusão do nível Fundamental e/ou Médio reconhecido pelo MEC **(cópia autenticada)**;
8. Diploma ou Certificado registrado, acompanhado de histórico escolar ou certidão de conclusão do curso de graduação reconhecido pelo MEC **(cópia autenticada)**;
9. Diploma ou Certificado registrado acompanhado de histórico escolar ou Certidão de Conclusão da Especialização, Mestrado e/ou Doutorado **(cópia autenticada)**;
10. Diploma ou Certificado de curso básico em informática para o cargo de Oficial Administrativo **(cópia autenticada)**;
11. Uma foto 3x4 recente colorida;
12. Comprovante de residência atualizado **(cópia simples)**;
13. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela **justiça estadual** expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
14. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela **justiça federal** expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
15. Certificado de reservista **(cópia autenticada).**

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8916BA5F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 974, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder férias da servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **09 (nove)** dias de **FÉRIAS**, referentes ao período aquisitivo de **2024/2025** à servidora **CLEIDE CANDIDO DE FREITAS**, ocupante do cargo de professor - **20 horas**, matrícula **nº 52986**, a contar de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 19 de novembro de 2025.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 10 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:2200256B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 976, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder férias do servidor abaixo descrito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **20 (vinte)** dias de **FÉRIAS**, referentes ao período aquisitivo de **2021/2022** ao servidor **JOÃO PAULO VIANA**, ocupante do cargo de gari - **44 horas**, matrícula **nº 50963**, a contar de 01 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 22 de dezembro de 2025.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 11 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:4E849A06

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO Nº 12305039 – SG-SGP-CCPC-DCP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br
TERMO Nº 12305039 – SG-SGP-CCPC-DCP
SEI!TJPR Nº 0061269-90.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 12305039

Convênio nº 14/2025, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ e o MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, para os fins que especificam:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, órgão da administração direta do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, s/n.º, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato, por força do artigo 22 do Decreto Judiciário n.º 252/2025 - P-SEP, representado pela Excelentíssima Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Pitanga/PR - Dr(a). Lara Alves Oliveira, doravante denominado Tribunal de Justiça, e o MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 76.172.907/0001-08, com sede na Rua 28 de Janeiro, n.º 171, Centro, CEP 85200-000, Pitanga/PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito - Dirceu Moraes, resolvem firmar o presente convênio que será regido pela legislação aplicável à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente termo tem por objeto a cooperação mútua visando agilizar e melhorar a qualidade da prestação jurisdicional no Fórum da Comarca de Pitanga/PR, mediante a cessão de servidor público.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA O prazo de vigência deste Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da última assinatura dos representantes legais, conforme previsão do artigo 103, § 1º, combinado com o artigo 146, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e artigo 179 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga/PR (Lei n.º 784, de 20 de dezembro de 1996).
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES Parágrafo Primeiro: São obrigações do Município de Pitanga/PR:
I - colocar à disposição da Direção do Fórum da Comarca de Pitanga/PR até 01 (um) servidor(es) ou empregado(s) público(s) efetivo(s), para exercer(em) atribuições compatíveis com a(s) de seu(s) respectivo(s) cargo(s) de origem;
II - informar à Direção do Fórum os dados pessoais e de qualificação profissional do(s) servidor(es) ou empregado(s) cedido(s), carga horária a ser cumprida semanalmente, bem como comunicar eventuais substituições desse(s) agente(s) público(s);
III - arcar com o(s) vencimento(s) do(s) servidor(es) ou empregado(s) cedido(s), por conta de seu próprio orçamento;
IV - responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas e encargos previdenciários, sociais e fiscais decorrentes do presente Convênio;
V - cumprir as diretrizes estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000, especialmente àquelas relacionadas à despesa de pessoal;
VI - comunicar o Tribunal de Justiça quanto a eventuais afastamentos dos servidores ou empregados públicos disponibilizados;

VII - fiscalizar o previsto neste Convênio através da Secretaria de Administração.
Parágrafo Segundo: São obrigações do Tribunal de Justiça:
I - treinar o(s) servidor(es) ou empregado(s) cedido(s) para o exercício de suas funções no Fórum de Pitanga/PR;
II - determinar o horário da jornada de trabalho a ser cumprido pelo(s) agente(s) público(s) cedido(s), junto ao Órgão da Justiça, conforme carga horária estipulada pelo Município de Pitanga/PR;
III - controlar a frequência do(s) servidor(es) ou empregado(s) cedido(s), fornecendo boletim de frequência mensalmente ao Município de Pitanga/PR;
IV - orientar o(s) profissional(is) cedido(s) quanto a uma atuação ética e comprometida, por meio da leitura do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário e/ou participação do curso fornecido pela Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR).
CLÁUSULA QUARTA - DO DEVER DE INFORMAÇÃO A Direção do Fórum de Pitanga/PR, durante o prazo de vigência do presente Convênio, informará mensalmente à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça, até o 2º (segundo) dia do mês subsequente à prestação do serviço, os dados pessoais e de qualificação do(s) servidor(es) ou empregado(s) cedido(s), para fins de atendimento à Resolução n.º 102/2009, Anexo VII, do Conselho Nacional de Justiça. Parágrafo único. A Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça encaminhará à Direção do Fórum de Pitanga/PR modelo de folha mensal de envio de informações do(s) agente(s) público(s) cedido(s). CLÁUSULA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Os convenentes, ao celebrarem o presente instrumento, reafirmam que conhecem e entendem os termos do inciso LXXIX, do artigo 5º da Constituição Federal e da Lei Federal n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e se comprometem a atuar de acordo com as disposições legais. Parágrafo único. Os convenentes admitem o tratamento de seus dados pessoais nos termos da Lei Federal n.º 13.709/2018, atendendo ao princípio constitucional da proteção de dados pessoais e da publicidade e a Lei Federal n.º 12.527/2011.
CLÁUSULA SEXTA - DAS VEDAÇÕES DA CESSÃO É vedada a cessão de servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão, em atenção ao disposto nos Acórdãos nºs 163/2006 e 3595/2017, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como de estagiário, nos termos da Lei n.º 11.788/2008, Decreto Judiciário n.º 345/2019, Instrução Normativa TJPR n.º 127/2022 e Acórdão n.º 3540/2018 da referida Corte de Contas estadual.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO Este Convênio poderá ser alterado por Termo Aditivo ou rescindido por qualquer das partes, sem nenhum ônus, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias. Parágrafo único. Em caso de norma legal ou fato que o torne formalmente inexequível, este instrumento será rescindido, independentemente de aviso ou notificação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização de ambas as partes.
CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE Os convenentes providenciarão a publicação do resumo do presente Convênio no órgão responsável para dar publicidade a seus atos, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do artigo 110, combinado com o artigo 146, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007.
CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO O presente Convênio tem sua fundamentação na Lei n.º 14.133/2021, Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Lei n.º 784/1996 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitanga/PR).
CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO Os atos de fiscalização e gestão do ajuste serão definidos pelos convenentes por meio de ato próprio.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR para elucidar possíveis dúvidas relacionadas com o presente Convênio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo, firmam o presente na presença das testemunhas ao final qualificadas.

Pitanga/PR, data e assinaturas eletrônicas.

LARA ALVES OLIVEIRA
Juíza de Direito
Diretora do Fórum Comarca de Pitanga/PR

DIRCEU MORAES
Prefeito do Município de Pitanga/PR

Testemunhas:

1) Eva Maria Duarte
CPF: ***.***.851-**

2) Elaine Santos Franca D'Albuquerque Teixeira
CPF: ***.***.429-**

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AD5FFE38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2025

DECRETOLEGISLATIVONº 04/2025
Data:de 12 de Novembro de 2025.

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

PRESIDENTE DA cCMARADE PITANGUEIRAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de PITANGUEIRAS e autorização contida na Lei Municipal nº 849/2024, de 17 de Dezembro de 2024.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 20.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
011.01- CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS01.001.1.31.1.1001-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R$20.000,00
00001.00001.01.07.00.00.1.501.0000 Recursos Livres-Descentralizados 20.000,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
01.00- CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS01.001.1.31.1.2001-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA R$20.000,00
00001.00001.01.07.00.00.1.501.0000 Recursos Livres-Descentralizados 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
EDIFICIO DA CAMARA **MUNICIPAL, 12 de Novembro de 2025.**

MARIA ROSÂNGELA GOULARTE
..589-** Presidente

ELIANE CRISTINA LENHARO COELHO
..779-** Técnico Contabilidade

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:E23956AE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 002/2025 - COMDIM

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente à Deliberação nº 015/2025 do

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a lei n° 861/2025 de 07 de maio de 2025, considerando o disposto na Deliberação nº 015/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM/PR), e em conformidade com a legislação vigente que rege as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Termo de Adesão ao incentivo "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL" deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR, conforme Deliberação nº 015/2025, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas às mulheres.

Art. 2º – Aprovar o Plano de Ação elaborado pelo COMDIM, que estabelece as metas, prazos e estratégias de execução das ações vinculadas ao referido Termo de Adesão.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pitangueiras, 12 de novembro de 2025

ELIANE CARVALHO NUNES MONTEIRO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:1D1D1869

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 010/2025

DATA: 12/11/2025

SÚMULA: Aprova o Termo de Aceite e o Requerimento para Solicitação de Cofinanciamento Federal para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, e dá outras providências.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Pitangueiras – CMAS**, em reunião extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, no uso das atribuições que lhe confere a **Lei Municipal ° 445/2010, de 30 de setembro de 2010**, e conforme disposto na **Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS)** e nas **Resoluções CNAS nº 109/2009, nº 12/2013 e Portaria MDS nº 90/2013**

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 625/2025, que declara Situação de Emergência em decorrência de tempestade convectiva com vendaval e granizo, ocorrida em 5 de novembro de 2025, que ocasionou danos materiais severos e desabrigo de famílias;

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Aceite e no Requerimento de Solicitação de Cofinanciamento Federal elaborados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que visam à oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do SUAS;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir proteção social, acolhimento e atendimento emergencial às famílias atingidas, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Termo de Aceite e o Requerimento de Cofinanciamento Federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, a serem encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, para apoio financeiro à execução do referido serviço no Município de Pitangueiras-PR.

Art. 2º – Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social autorizada a adotar as providências necessárias ao encaminhamento e execução das ações previstas no Plano de Ação, em conformidade com as normativas federais e municipais vigentes.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pitangueiras – PR, 12 de novembro de 2025.

TÂNIA CRISTINA BENTO DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:CAC55B19

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 629/2025

DATA: 12 de novembro de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, para o biênio 2025-2027.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – A composição do **Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI**, para o biênio 2025-2027, com os representantes indicados pelos Órgãos Governamentais e pela Sociedade Civil, em conformidade com o disposto em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 584/2015, de 29 de maio de 2015, passa a vigorar conforme relação abaixo transcrita:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Marcia Pinaffi Maria de Fátima Alves dos Santos	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Assistência Social
Edilaine Silva de Souza Carlos Alexandre Sgorlon	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Solange de Souza do Prado Maria Aparecida de Lima Mello	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Educação
Rozinaldo Matheus dos Santos Claudia da Silva Barbosa	Titular Suplente	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO/SEGMENTO
Orlando Lisboa Maria Aparecida da Silva	Titular Suplente	Representantes de idosos que residem a mais de 2 anos no Município
Cleuza de Mendonça dos Anjos Maria Apª. Pereira da Silva Leite	Titular Suplente	Representantes de idosos que residem a mais de 2 anos no Município
Waldenir Aparecido Mocci Waldomiro Pereira da Silva	Titular Suplente	Representantes de organizações de grupos de idosos
Albani Terezinha da Rocha Wenger Lairde Galiani Beraldi	Titular Suplente	Representantes das Igrejas

Art. 2º – O presente Decreto substitui a composição do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos – CMDI anteriormente estabelecida.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 12 de novembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:53B40663

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 176/2025

DATA: 11 de novembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Paulo Ricardo Rodella**, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Urbanismo e Planejamento, para seu deslocamento até a cidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR, com saída no dia 13/11/2025, e retorno previsto para o dia 15/11/2025, a serviço da Defesa Civil, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 4.631/2025, de 11 de novembro de 2025.

Art. 2º –As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, Parágrafo Único, inciso I, e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021.

Art. 3º – O pagamento será no valor de R$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 11 de novembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:D381CBE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 177/2025

DATA: 12 de novembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Torna sem efeitos a Portaria nº 175/2025, que dispõe sobre a concessão de diárias, publicada na edição nº 3405 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná, em virtude de erro verificado na numeração do ato.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 12 de novembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:8199D949

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Inexigibilidade N° 37/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: JOEL PELEGRINI DE ARAUJO
CPF: 690.169.846-68
OBJETO: Locação de imóvel para a realização de atendimento de fisioterapia.
VALOR: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).
SECRETARIA DE SAÚDE:
Manutenção das Atividades de Atenção Básica
DESP Nº 221 -3.3.90.36OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSI...
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -.
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Joel Pelegrini de Araujo
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:66C563A8

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 38/2025

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 069/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 38/2025, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	ITEM 01
NORTE SUL SERVICOS DE SAUDE LTDA	19.850.311/0001-78	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 (DOZE) HORAS, DE SEGUNDA A DOMINGO INCLUSIVE FERIADOS, PERÍODOS DIURNOS E NOTURNOS
		ENFERMEIRO PLANTÃO DIURNO (12X36H) DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS
		ENFERMEIRO PLANTÃO NOTURNO (12X36H) DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS
		TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTÃO DIURNO (12X36H) DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS
		TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTÃO NOTURNO (12X36H) DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS
		SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA – 20 HORAS SEMANAIS COM ATENDIMENTO A DOMICÍLIO E NA UNIDADE DE SAÚDE

Pitangueiras - PR, 12 de novembro de 2025.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:4C1305F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CONTABILIDADE
DECRETO 5698

DECRETO Nº. 5698
Data:1º de Outubro de 2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 2851 de 17 de Dezembro de 2024.

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Planalto, no valor de R$ 2.745.088,43 (Dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitenta e oito reais e quarenta e três centavos), conforme se especifica a seguir:

02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
02.103 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.0402.1002 – Contribuição para Formação do PASEP
00090 – 3.3.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivos
00065 – Transferências da União.....R$ 1.000,00(Exc)

04.122.0402-2007 – Atividades do Departamento de Administração Geral
00310 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 50.000,00(Can)

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.116 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.1501-2053 – Manutenção dos Serviços Urbanos
00891 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01822 – Transferências Especiais – Custeio – D.F. Vermelho.....R$ 2.045.23(Exc)

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07.121 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.1201-2036 – Manutenção do Ensino Fundamental
01200 – 3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais
00103 – 5% sobre transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 40.000,00(Can)

01220 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 50.000,00(Can)

01252 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01841 – Escola em Tempo Integral.....R$ 10.000,00(Exc)

01290 – 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.F.
00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica.....R$ 100.000,00(Can)

01300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 200.000,00(Can)

01321 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
01841 – Escola em Tempo Integral Lei 14640/2023.....R$ 7.867,37(Exc)

12.361.1201-2038 – Manutenção do Transporte Escolar
01510 - 3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 300.000,00(Can)

01560 – 3.3.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

02045 – Programa Estadual de Transporte Escolar PETE.....R$ 38.000,00(Exc)

12.361.1201-2039 – Manutenção da Alimentação Escolar
01800 – 3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou serviços de distribuição gratuita
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 80.000,00(Can)

12.366.1201-2042 – Educação Para Jovens e Adultos
01731 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01929 – AJA – Programa Brasil Alfabetizado.....R$ 1.500,00(Exc)

12.365.1201-2045 – Atendimento das Creches Municipais
01651 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01876 – Complementação do VAAT 70%.....R$ 30.000,00(Exc)

01652 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01877 – Complementação do VAAT 30%.....R$ 12.932,62(Exc)

08 – SECRETARIA DE ESPORTES
08.124 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.2701-2069 – Manutenção a Secretaria de Esportes
01900 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 30.000,00(Can)

01940 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 90.000,00(Can)

09 – SECRETARIA DE SAÚDE
09.126 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
10.301.1001-2027 – Gerenciamento e Qualificação da Atenção Primária em Saúde
02030 – 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P.C.
00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 290.000,00(Can)

02151 – 3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 327.016,93(Can)

02152 – 3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais
00303 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 327.016,93(Can)

02201 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01882 – Emenda de Bancada .....R$ 48,58(Exc)

02207 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01818 – Recursos não Vinculados a Impostos.....R$ 1,66(Exc)

02216 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01907 – Emenda Individual PAP.....R$ 5.518,59(Exc)

02218 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01908 – Emenda de Comissão PAP.....R$ 91,74(Exc)

02262 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J
01895 – PAP Emenda Individual.....R$ 68,03(Exc)

02263 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
01902 – Implementação das Diretrizes.....R$ 14.500,00(Exc)

02264 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
01908 – Emenda Individual PAP.....R$ 3.374,93(Exc)

02265 – 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros P.J.
01909 – Emenda Individual PAP.....R$ 18,27(Exc)

02266 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
01910 – Emenda Individual PAP.....R$ 25,74(Exc)

02290 – 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia e Inofrmação
00494 – Bloco de Custeio.....R$ 4.841,93(Exc)

02351 – 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
00500 – Investimentos na Rede de Serviços de Saúde.....R$ 25.800,00(Exc)

02365 – 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
01920 – Resolução SESA 1156/2025 – Veículo Básico.....R$ 70.000,00(Exc)

02366 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
01800 – Resolução SESA 788/2022 – IOAF.....R$ 1.200,00(Exc)

10.302.1001-2028 – Fortalecimento da regulação do acesso aos serviços do SUS
02480 – 3.3.71.70.00.00 – Rateio pela participação em consórcio público
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 48.000,00(Can)

02503 – 3.3.71.70.00.00 - Rateio pela participação em consórcio público
01934 - MAC - PORTARIA 7381 – PADOVANI.....R$ 200.000,00(Exc)

02504 – 3.3.71.70.00.00 - Rateio pela participação em consórcio público
01935 - MAC - PORTARIA 7446 – VERMELHO.....R$ 300.000,00(Exc)

10.301.1001-2030 – Fortalecimento da Politica de Assistência Farmacêutica
02413 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01839 – IOAF 1472/2023 – Custeio.....R$ 1.692,35(Exc)

02414 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
01923 – IOAF – Resolução SESA 1450/2025.....R$ 28.287,00(Exc)

10.304.1001-2031 – Fortalecimento das Ações de Vigilância em Saúde
02645 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
01795 – SESA 808/2022 – Provigia Capital.....R$ 3.411.79(Sup)

10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.144 – GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241.0801-2021 – Assistência a Pessoa Idosa
02950 – 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
00900 – Fundo do Idoso.....R$ 13.828,74(Exc)

13 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
13.136 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
18.541.0801-2055 – Preservação e recuperação ambiental
03631 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
01897 – Depósitos Judiciais – Fundo Municipal de Meio Ambiente.....R$ 37.000,00(Exc)

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar a ser aberto em decorrência da autorização constante da Lei Acima, serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro, Excesso de Arrecadação e Anulação conforme previsto no inciso I ,II e III do Parágrafo 1° do Artigo 43 da Lei Federal n° 4.320/64 de 17/03/64 a seguir especificado.

02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
02.103 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.122.0402-1009 – Renovação da Frota Setor Administrativo
00130 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permante
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 228.000,00(Can)

04.122.0402-2027 – Atividades do Departamento de Administração Geral
00170 – 3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 140.000,00(Can)

00200 – 3.1.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 100.000,00(Can)

00220 – 3.3.90.08.00.00 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 27.016,93(Can)

00380 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 50.000,00(Can)

06 – SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
06.119 – DEPARTAMENTO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
26.782.2601-1065 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos
00910 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 300.000,00(Can)

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07.121 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.1201-2036 – Manutenção do Ensino Fundamental
01180 – 3.1.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
00103 – 5% sobre transferências Constitucionais FUNDEB.....R$ 40.000,00(Can)
12.365.1201-2045 – Atendimento das Creches Municipais
00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica.....R$ 100.000,00(Can)

08 – SECRETARIA DE ESPORTES
08.124 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.2701-2069 – Manutenção a Secretaria de Esportes
01880 – 3.1.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 30.000,00(Can)

09 – SECRETARIA DE SAÚDE
09.126 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
10.301.1001-2027 – Gerenciamento e Qualificação da Atenção Primária em Saúde
02180 – 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 200.000,00(Can)

02210 – 3.3.90.32.00.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 50.000,00(Can)

10.302.1001-2029 – Fortalecimento do Acesso Urgência/Emergência
02560 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
00303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%).....R$ 617.016,93(Can)

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
10.144 – GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801-1025 – Assistência a Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social
03050 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros P.J.
00000 – Recursos Ordinários (livres).....R$ 50.000,00(Can)

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FONTE 00900	R$ 13.828,74
FONTE 01822	R$ 2.045,23
FONTE 00500	R$ 25.800,00
FONTE 01920	R$ 70.000,00
FONTE 01876	R$ 30.000,00
FONTE 01877	R$ 12.932,62
FONTE 01818	R$ 1,66
FONTE 01839	R$ 1.692,35
FONTE 01882	R$ 48,58
FONTE 01895	R$ 68,03
FONTE 01902	R$ 14.500,00
FONTE 01905	R$ 91,74
FONTE 01907	R$ 5.518,59
FONTE 01908	R$ 3.374,93
FONTE 01909	R$ 18,27
FONTE 01910	R$ 25,74
FONTE 01923	R$ 28.287,00
FONTE 01929	R$ 1.500,00
FONTE 01897	R$ 37.000,00
FONTE 01934	R$ 200.000,00
FONTE 01935	R$ 300.000,00
FONTE 1841	R$ 17.867,37
FONTE 2045	R$ 38.000,00
FONTE 0065	R$ 1.000,00
FONTE 0494	R$ 4.841,93

SUPERÁVIT FINANCEIRO

FONTE 1800	R$ 1.200,00
FONTE 1795	R$ 3.411,79

Art. 3º - Ficam ajustadas a cotas de Receitas e o Cronograma de Desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, 1º de Setembro de 2025.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jones Roberto Kinner
Código Identificador:24D2B02F

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2025 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

FERNANDA SCHERER MARZEC na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 022/2025 de 27 de janeiro de 2025, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 14.1333 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

1. Objeto da Licitação:
1.1. Aquisição de materiais escolares destinados à composição de kits a serem distribuídos a todos os alunos da rede municipal de ensino de Planalto-PR, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação

2. Empresas Participantes:
2.1. ELIAS RAFAEL FRITZEN ME
2.2. LN SERVIÇOS INTEGRADOS
Situação: Classificadas.

3. Empresas Vencedoras:
3.1**.** ELIAS RAFAEL FRITZEN ME, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.962.892/0001-19 situada no município de Planalto - PR classificado em 1º lugar nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 no certame totalizando a importância de R$ 152.916,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos e dezesseis reais).

4. Data da Abertura:
4.1. A Licitação Pregão Presencial Nº 048/2025 de 21 de outubro de 2025, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 03 de novembro de 2025, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

Planalto, Estado do Paraná, em 03 de novembro de 2025.

FERNANDA SCHERER MARZEC
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:0D8ED927

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2025
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Presencial nº. 048/2025, lavrada em 03 de novembro de 2025, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:
OBJETO: Aquisição de materiais escolares destinados à composição de kits a serem distribuídos a todos os alunos da rede municipal de ensino de Planalto-PR, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA: ELIAS RAFAEL FRITZEN ME
LOTE 01 ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15
VALOR TOTAL: R$ 152.916,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos e dezesseis reais).

DATA: 12 de novembro de 2025.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:3F5CEE92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório n.º 339/2025
Dispensa n.º 032/2025
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a dispensa n.º 032/2025, que tem por Objeto: Empresa especializada para implantação, treinamento e serviços de Hospedagem e Administração de Servidor em Cloud para suprir as necessidades do e-SUS APS – modalidade comodato, para a Secretaria Municipal de Saúde de Pontal do Paraná. Contratada: **LUIZ GUSTAVO GONÇALVES MASSUCO**, inscrita no CNPJ n.º 62.058.422.0001-75**.** Data da ratificação e homologação**:** 12 de novembro de 2025. Valor homologado: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Dotação orçamentária: 12001103010031205733904000000 - CR 517 - FR 494.
Pontal do Paraná, 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanice Costa da Silva
Código Identificador:1C5AD4F2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 567/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 272/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 567/2025

CONTRATANTE: O **MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52,

EMPRESA CONTRATADA: EXTINGAS EXTINTORES COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA, inscrita no **CNPJ sob o nº 27.098.161/0001-16**,

DO OBJETO: O objeto do presente instrumento é a "Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recarga, manutenção, aquisição e instalação de equipamentos de combate a incêndios, a serem executados nos prédios públicos do município de Pontal do Paraná".

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: é de **R$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil e novecentos reais)**
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, PRORROGÁVEL **por até 60 meses (05 anos),** na forma dos artigos 105 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, observando o cumprimento dos seguintes requisitos:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	CR	FR
SMED	10.001.12.361.0026.2041	4.4.90.52.00.00	383	104
	10.002.12.365.0027.2042	3.3.90.30.00.00	403	103
	10.003.12.361.0028.2045	4.4.90.52.00.00	437	104
SMOSP	11.001.15.452.0029.2.049	3.3.90.39.00.00	453	2
SMFDS	06.003.08.246.0009.2.017	4.4.90.52.00.00	178	973
	06.003.08.246.0009.2.023	3.3.90.30.00.00	210	974
	06.003.08.246.0009.2.023	3.3.90.39.00.00	213	974
SMS	12.001.10.301.0031.2.057	3.3.90.30.00.00	512	303
	12.001.10.301.0031.2.057	3.3.90.39.00.00	516	303
	12.001.10.303.0030.2.056	4.4.90.52.00.00	556	303

Pontal do Paraná, 28 de outubro de 2025.

VANICE COSTA DA SILVA
Departamento De Licitação E Contratos

Publicado por:
Vanice Costa da Silva
Código Identificador:51A077F8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 588/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 322/2025 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 30/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 588/2025
CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ,** CNPJ Nº 01.609.843/0001-52,
EMPRESA CONTRATANTE: M S Z TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 07.300.373.0001-27**,
DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em locação de ônibus para transporte intermunicipal, visando a participação de idosos do nosso município nos JIIDO, Jogos de Integração do Idoso, promovido pelo Governo do Estado do Paraná, na cidade e Foz do Iguaçu- Pr.

VALOR DO CONTRATO: R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 12 (doze) meses, na forma do Art. 107, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Reduzido 109
Dotação: 06.001.08.244.0007.2.013.3.3.90.33.00.00
Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social Natureza Despesa: 3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção Fonte de
recurso: 1.000
Desdobramento: 06.00

Pontal do Paraná, 07 de novembro de 2025.

VANICE COSTA DA SILVA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Vanice Costa da Silva
Código Identificador:C57D900D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.125/2025 DE 12/11/2025

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13125/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$7.750,00 (sete mil e setecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.001		DIRETORIA GERAL	
10.001.12.361.0026.2.041		GESTAO E POLITICAS PARA A EDUCACAO	
379 - 3.3.90.47.00.00	104	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.750,00
		Total Suplementação:	7.750,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.001		DIRETORIA GERAL	
10.001.12.361.0026.2.041		GESTAO E POLITICAS PARA A EDUCACAO	
368 - 3.3.71.70.00.00	104	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	7.750,00
		Total Redução:	7.750,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3CC573A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.127/2025 DE 12/11/2025

Exercício: 2025

Decreto n° 13127/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
53 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.900,00
		Total Suplementação: 29.900,00	

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
46 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.000,00
48 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.900,00
		Total Redução:	29.900,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:45C7FFAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.128/2025 DE 12/11/2025

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025

Decreto n° 13128/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E ORCAMENTO	
04.001		DIRETORIA GERAL	
04.001.04.123.0004.2.008		GESTAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	
67 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	32.700,00
		Total Suplementação:	32.700,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E ORCAMENTO	
04.001		DIRETORIA GERAL	
04.001.04.123.0004.2.008		GESTAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	
65 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	17.900,00
70 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.900,00
71 - 3.3.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.900,00
		Total Redução:	32.700,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:040EE982

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.129/2025 DE 12/11/2025

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13129/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.960,00 (cinco mil e novecentos e sessenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.020		SERVICO DE PROTECAO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
202 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.960,00
Total Suplementação:			5.960,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA EDESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.016		GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS DEPROTECAO SOCIAL	
164 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARADISTRIBUICAO GRATUITA	5.960,00
Total Redução:			5.960,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçõesem contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 deNovembro de2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EF427FED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.131/2025 DE 12/11/2025

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13131/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2757/2025 de 12/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.004		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
13.004.27.812.0032.2.138		AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUMDEL	
740 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
		Total Suplementação:	50.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA,	
		LAZER E JUVENTUDE	
13.004		FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
13.004.27.812.0032.2.138		AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUMDEL	
728 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total Redução:	50.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:63C14B00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.079 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

Súmula: “Altera a nomenclatura do cargo de servidor em Cargo Comissionado”.

RUDISNEY GIMENES FILHO, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, considerando a Lei Municipal n°. 1818/2018.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica alterado a nomenclatura do cargo da servidora **VANICE COSTA DA SILVA- CS – CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO DE ANALISE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA**, conforme consta no **DECRETO N.º 12.494 DE 10 DE JANEIRO DE 2025**, para o cargo de **CS – CHEFE DE SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.
Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de alteração do referido cargo do servidor.

Artigo 3º- Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 29 de outubro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:ECA4E509

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 13.116, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Sùmula: "Dispõe sobre o cancelamento de empenhos não processados, que constam em resto a pagar e dá outras providências"

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fulcro nos artigos 36 e 38 da Lei 4.320/64. (Memorando 23.643/2025).
CONSIDERANDO que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;
CONSIDERANDO que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, DECRETA:
Art. 1º - Ficam cancelados todos os empenhos, constantes do Anexo – parte integrante do presente Decreto, referentes a despesas inscritas em restos a pagar não processadas de 2019, 2022, 2023, 2024 e 2025.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 07 de novembro de 2025.

PATRICIA MILLO MARCOMINI
Prefeita Municipal em Exercício

WILLIAN PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D377D6BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.123 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Declara de *utilidade publica* área de terras localizada no Município E Comarca de PONTAL DO PARANA, para fins de Desapropriação pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município de Pontal do Paraná - Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com o disposto no art. 2º, 5º, Letras "e" e "h", 6º e 7º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 594/2025_GPOCT e conforme solicitado no **Protocolo nº 29.028/2025.**

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de DESAPROPRIAÇAO pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município de Pontal do Paraná, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir em área de terras abaixo descrita:

Área 1 – **Lote de terreno nº 01, da quadra nº 57, da Planta PARQUE BALNEÁRIO GRAJAÚ**, situado no lugar denominado Olho D'Agua, no Município e Comarca de Pontal do Paraná-PR, de propriedade atribuída a NELSON SYDNEY ou a quem de direito pertencer, constante na **matrícula nº 3125 do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos**, com a seguinte **DESCRIÇÃO**: medindo 25,00 metros de frente de quem olha o imóvel da Rua Bahia, esquina com a Rus Sergipe; na lateral direita de quem da rua Bahia olha o imóvel, mede 25,00 metros, onde faz divisa com o lote nº 16; na lateral esquerda de quem da rua Bahia olha o imóvel mede 25,00 metros, onde faz divisa com a Rua Sergipe; nos fundos mede 25,000metros, onde faz divisa com o lote nº 02, **perfazendo uma área total de 625,00m²**, sem benfeitorias.

Art. 2º – A área mencionada no artigo anterior deste decreto será destinada para implantação da **ESTAÇÃO ELEVATORIA DE ESGOTOS – EEE GRAJAU,** necessária à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município de Pontal do Paraná – Paraná.

Art. 3º - Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da DESAPROPRIAÇÃO ficando-lhe assegurado o direito de acesso à área compreendida no artigo 1º deste decreto para os fins indicados.

Art. 4º - Fica reconhecida a conveniência de constituição em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º - À Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR fica assegurado para os fins indicados: licenciamento ambiental, construção, operação e manutenção, bem como a possível reconstrução da área compreendida no artigo 1º deste decreto, podendo invocar: a prerrogativa do artigo do artigo 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autorizadas a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial e em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941.

Art. 6º - O ônus decorrente da Desapropriação da área a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 11 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2A70880E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.124 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula:"Substitui membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC

do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas obrigações legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 9° da Lei Municipal n°47 de 03 de novembro de 1997, Decreto n°068 de 18 de dezembro de 1997 e demais disposições aplicáveis à espécie e conforme solicitado no **Memorando nº 25.521/2025.**

D E C R E T A:
Art. 1° - Ficam substituídos os membros o senhor **Giovane Rafael do Rosário- Diretor de Operações** pelo senhor **Rui Noé Barroso Torres** e a senhora **Cap. Julia dos Santos Saldanha Frazatto - Subcomissão de Segurança** pelo senhor **Tenente Lucas dos Santos ,**membros da **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC d**o Município de Pontal do Paraná, ficando assim constituída :
Presidente: Rudisney Gimenes Filho (Prefeito)
Vice - Presidente adjunto: Patricia Millo Marcomini (Vice-Prefeita)
Diretor de Operações: Rui Noé Barroso Torres
Secretário: Luan Vitor Batista

Subcomissão de Relações Públicas:
Marcelo Elisio Santin Ribeiro

Subcomissão de Segurança:
Tenente Lucas dos Santos
1°Sgt Sami Martins Cardoso
Giovane Rafael do Rosário
Subcomissão de Depósito:
Marcio Sant Ana da Veiga
Luiz Eduardo Santos
Fabio Augusto Souza Lima

Subcomissão de Abrigos:
Cintia Mendes da Silva
Luciane da Costa Tavares
Osli Antonio Ferreira de Lara
Ederson Pich

Subcomissão de Saúde:
Michele Straub
Lilian da Veiga Gabardo

Subcomissão de Vistoria:
Fabiano Boese Cecon
Rivalcir Rosa Sans
Heitor Gonçalves Kayamori

Subcomissão de Transporte:
Estephany Vicente Maia Neves
Jose Antônio Geara
Vitor Hugo Aparecido Santana

Subcomissão de Donativos:
Leotenir Aparecida de Aguiar Silva
Indianara Grassi Garcia
Kathia Salomão de Souza Cordeiro

Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF:
Kathia Salomão de Souza Cordeiro
Loisleyne Bastos da Rocha

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o **DECRETO N.º 12.628 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025**

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:68077675

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.755, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal n° 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

•

•
Pontal do Paraná, 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

MICHELE STRAUB
Secretária Municipal de Saúde

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9A6404B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.756, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Desafeta o Imóvel Objeto da Matrícula n° 21373 do Registro de Imóveis de Paranaguá, para Bem de Uso Dominial".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a alterar a destinação do imóvel objeto da matrícula nº21373 do Registro de Imóveis de Paranaguá para bem dominial.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as anotações e as averbações necessárias em decorrência da presente desafetação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições contrárias.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1B648991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.757, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).”
13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE
13.004.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
13.004.27.812.0032.2.138. AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUMDEL
740 - 4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 50.000,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 50.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso a anulação da dotação abaixo relacionada, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE
13.004.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
13.004.27.812.0032.2.138. AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FUMDEL
728 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO R$ 50.000,00

Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 50.000,00.
Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

EDUARDO YOSHIO SAÇAKI
Secretário de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora- Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:40394FB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.758, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: **“**Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS e dá outras providências**.”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1ºFica instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, de acordo com os termos constantes dos Anexos, partes integrantes da presente Lei, e em conformidade com as diretivas e princípios estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2 de outubro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações que trata da matéria.
Parágrafo único.Estão sujeitas à observância desta lei, as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente por atividades que gerem e/ou que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos no Município de Pontal do Paraná.

Art. 2ºO PMGIRS é um instrumento de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, por meio do qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas públicas para o manejo dos resíduos sólidos.

Art. 3ºA implantação e o monitoramento do PMGIRS serão de responsabilidade de órgão colegiado, devidamente instituído para tal fim, por meio de Decreto, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei, de forma a garantir a continuidade e efetividade das ações previstas no plano.
Parágrafo único.Até a instituição do órgão tratado no*caput*, fica a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca responsável pelo acompanhamento das ações previstas no PMGIRS.

Art. 4ºOPMGIRSdeverá ser revisto periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, nos termos do inc. XIX do art. 19 da Lei nº 12.305 de 2 de outubro de 2010.

Art. 5ºEsta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o constante da Lei nº1473/2014.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 12 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário de Meio Ambiente,Agricultura e Pesca

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A2D8EED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 932 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no **Memorando nº 24.553/2025.**

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar por mais **60 (sessenta) dias,** o prazo para conclusão dos trabalhos da **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar,** constituída pela **Portaria nº. 1535/2023.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data .

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 11 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4889DD81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMPIR N° 02/2025

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação, referentes à Deliberação nº 013/2025 da FUNDEPIR, que destina recursos ao Município de Pontal do Paraná para o fortalecimento das Políticas de Promoção à Igualdade Racial.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1742, de 2017 e suas alterações.
Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMPIR no dia 10 de novembro de 2025, as 14 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura, localizado na Rodovia PR-407, Km 19 215 - Praia de Leste.

RESOLVE:

Art. 1° Fica aprovado o Termo de Adesão e o respectivo Plano de Ação, referente à Deliberação nº 013/2025 da FUNDEPIR, cujo objetivo é destinar recursos financeiros no valor de R$ 50.000,00 ao Município de Pontal do Paraná, com a finalidade de apoiar e fortalecer as Políticas de Promoção à Igualdade Racial.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DRA. EDICELIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA
Presidente do CMPIR

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:93E4DE1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 016/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 16, de 15 de outubro 2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Porecatu, em reunião extraordinária realizada em 03 de outubro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1668 de 18/12/2014
Resolve:
Art. 1º Aprovar a utilização dos Recursos de Aplicação da conta 27.901-3 Fonte de recurso 400 para contrapartida de aquisição de uma Van no valor de R$ 36.800,00 e contrapartida para aquisição de veículo utilitário no valor de R$ 25.500,00. . ,

Art. 2 ° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 15 de outubro de 2025.

ELAINE SILVIA VERAS
Vice- Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

ARILDA BATISTA DE ARAUJO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:83C7724F

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 017/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 17, de 21 de outubro 2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Porecatu, em reunião extraordinária realizada em 03 de outubro de 2025, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1668 de 18/12/2014
Resolve:
Art. 1º Aprovar a utilização dos Recursos do município como contrapartida para aquisição de uma Ambulância tipo A no valor de R$ 161.028,18 e contrapartida para aquisição de uma Ambulância B no valor de R$ 98.448,33. ,

Art. 2 ° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 21 de outubro de 2025.

ELAINE SILVIA VERAS
Vice- Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

ARILDA BATISTA DE ARAUJO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:64068573

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
EXTRATO CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2025

CONTRATO Nº 02/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
OBJETO: Contratação de serviços técnicos para instalação de câmeras de vídeomonitoramento nas instalações da Câmara Municipal de Porecatu, com fornecimento de mão de obra e materiais.
CONTRATADA: HÉLIO WESLEY DE AZEVEDO, inscrita no CNPJ sob nº 26.505.987/0001-90.
VALOR TOTAL: R$ 14.517,53 (quatorze mil, quinhentos e dezessete reais e cincoenta e três centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.1000.2.002.3.3.90.39.00.
DATA ASSINATURA: 03/11/2025
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a partir da data de publicação deste extrato de contrato.

Porecatu, 11 de novembro de 2025

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:E788D023

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N°35/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 95/2025.
Dispensa de Licitação nº 35/2025.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Fundamento Legal: art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, Lei municipal Nº 1.933/2022.

AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 35/2025, materializada nos autos, para contratação da **WKG ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, CNPJ: 21.012.728/0001-03** Pagamento: a partir dos 12 (doze) dias do mês subsequente a emissão das notas fiscais, desde que emitida até o dia 30 (trinta) do mês corrente, após conferência, e aceite por parte da fiscalização, condicionada a verificação da regularidade fiscal do contratado, no valor total contratual de **R$ 32.700,00 (trinta e dois mil, e setecentos reais)**. Condicionadas as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 05 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Secretário e Serviço Administrativo
Função: 041220140 – Modernização da Secretaria de Administração
Proj./ Ativ./ Ope. Esp.: 2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livre) – Exercício Corrente
Desdobramento: 3.3.90.39.05 - 1071 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.39 – 40
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Porecatu - PR, 11 de novembro de 2025.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:F92164AA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°42/2025

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 87/2025
Pregão Eletrônico nº 42/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS NOVOS (0KM), COM O OBJETIVO DE PROMOVER MELHORIAS NA TRAFEGABILIDADE E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PORECATU/PR. A CONTRATAÇÃO É REALIZADA NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 115/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB), COMO PARTE DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO. OS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS SÃO:
2 PÁ CARREGADEIRAS SOBRE RODAS.

Contratada: **JUMPER MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS**
CNPJ: **58.388.031/0001-41**
Valor: R$ 897.980,00 (oitocentos e noventa e sete mil, e novecentos e oitenta reais)
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.40 – 1893

Porecatu, 12 de novembro de 2025.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:B1DCEF77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
RESOLUÇÃO N.º 08/2025

Resolução nº 08/2025

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná Envelhecimento Ativo Investimento. Deliberação nº 049/2025

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal de nº 1069/2017 e;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 28/10/2025 e;
CONSIDERANDO as disposições gerais previstas no Estatuto do Idoso, Lei n.º 1074/2003;
RESOLVE:
Art.1º Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025.
Art.2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação

Sala de sessões, em 28 de outubro de 2025.

ELAINE CRISTINA MARCONDES KAZEKER
Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:4AC3DCAA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 33/2025 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

EDITAL Nº 33/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

CONSIDERANDO o Protocolo Nº 1858/2025, de solicitação de desistência de vaga;
CONSIDERANDO o Protocolo Nº 1859/2025, de final de fila;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos nomeados abaixo, classificados no Concurso Público Nº 01/2025, para assumir os cargos respectivos, conforme tabela, em anexo.
O não comparecimento no prazo de até 05 (cinco) dias uteis **implicará na desistência da vaga**, conforme previsto no edital do concurso no item 18 - DA CONVOCAÇÃO PARA POSSE, subitem 18.2:
"18.2 O candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado".
Para maiores informações, dúvidas ou agendamentos, entrar em contato com a Divisão de Recursos Humanos pelo e-mail rh@portoamazonas.pr.gov.br.
Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Edifício da Prefeitura de Porto Amazonas/PR, 12 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
O aceite do cargo ocorrerá mediante o comparecimento do candidato no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Guilherme Schiffer, nº 64, bairro Centro.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
12°	ALLAN VITOR DE PAULA SOARES	76,00	Ampla Concorrência
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
11°	SHEILA MACEDO SOARES	69,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:B3711AAA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°114/2025

EXTRATO CONTRATUAL

Documento: Contrato n°114/2025
Data: 12/11/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA
Protocolo: 1070/2025
Licitação: Concorrência Eletrônica n°005/2025
Objeto: Contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo de Pavimentação em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e calçadas do Município de Porto Amazonas- PR, conformes os itens, quantidades, condições e especificações descritos nos anexos do edital.
Valor global: R$ 55.412,24 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e doze reais e vinte e quatro centavos)
Fundamento Legal: Lei Federal n°14.133/2021.
Prazo de Vigência: 13/11/2025 à 12/11/2026
Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:413CD39A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 105/2025

PORTARIA Nº 105, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exoneração por concessão de Aposentadoria por Idade, ocupante de cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais", e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, inciso IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, e;

CONSIDERANDO o teor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias e em especial o §14 do art. 37 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO as disposições do art. 22-A da Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO o Decreto nº 107, de 27 de julho de 2023 que estabelece procedimentos de comunicação obrigatória sobre a concessão de aposentadoria pelo RGPS.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do quadro de servidores públicos ocupante do cargo em provimento efetivo de "*Auxiliar de Serviços Gerais*" regido pela Lei Municipal nº 482/90, a empregada pública municipal **DALUZ DA APARECIDA RODRIGUES**, matrícula nº 2441, por motivo de concessão de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto do *caput* do artigo acima a Divisão de Recursos Humanos do Municipio deverá elaborar o respectivo termo de rescisão do contrato de trabalho.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 040/2003, fica declarada a vacância do cargo.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:38F26808

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 061/2025

Declara de Utilidade Pública, para fins de intervenção e melhoria da Estrada Rural - Água do Capim, localizada na zona rural do Município de Prado Ferreira.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas que lhe são conferidas pelo art. 7º incisos VIII, XVI, e XXVII da Lei Orgânica do Município de PRADO FERREIRA e,

CONSIDERANDO que a Estrada Rural Água do Capim é uma via de fundamental importância para o deslocamento de moradores, o acesso a propriedades agrícolas, o transporte escolar e o escoamento de produtos agropecuários, insumos e serviços;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Memorial Descritivo, a estrada encontra-se em condições irregulares de trafegabilidade, com revestimento primário desgastado, ausência de drenagem eficiente e sinalização viária inexistente. Essas condições comprometem a segurança e a fluidez do tráfego, especialmente durante períodos chuvosos, quando a via se torna escorregadia e propensa à formação de buracos, sulcos e erosões, dificultando o trânsito de veículos, inclusive de transporte escolar;

CONSIDERANDO que a estrada se enquadra na categoria de via municipal de 1ª categoria, conforme a Lei nº 32 de 12 de dezembro de 1997, que determina uma faixa de domínio de 10 (dez) metros para cada lado a partir do seu eixo;

CONSIDERANDO que a intervenção se faz necessária para garantir a segurança, acessibilidade e o desenvolvimento econômico local, por meio de serviços como reaterro, compactação, cascalhamento, melhorias na drenagem e, futuramente, pavimentação adequada;

CONSIDERANDO que o Interesse Público ocupa um patamar de superioridade em relação ao interesse individual, e sempre prevalecerá em detrimento desse;

CONSIDERANDO que a Desapropriação é o instrumento jurídico de intervenção pública na propriedade privada capaz de tornar possível o exercício da prerrogativa estatal de intervir no domínio particular, fazendo cumprir aquilo que melhor couber ao interesse supremo da coletividade;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de intervenção e melhoria, a **Estrada Rural Água do Capim**, que se inicia no final da Rua Joaquim Luiz Guimarães e se estende até o ponto das Coordenadas E: 452257.96 m e N: 7453146.88 m, localizada na zona rural do município de Prado Ferreira.

Art. 2º A estrada possui as seguintes coordenadas, divisas e confrontações:

*"**Inicia-se no final da Rua Joaquim Luiz Guimarães no ponto de coordenadas E: 453853.20 m e N: 7452961.91m segue por uma reta de 1607,00 metros até a divisa com o município de Miraselva pelo que delimita essa divisa o rio Capim com ponto de Coordenadas E: 452257.96 m e N: 7453146.88 m formando assim uma área de 32.140,00 metros quadrados."***

Art. 3º São coordenadas de início e fim:

Coordenada inicial: E: 453853.20 m e N: 7452961.91 m
Coordenada final: E: 452257.96 m e N: 7453146.88 m
Comprimento: 1.607 metros.
Largura média da faixa de rolamento atual: 8,00 metros
Área do trecho atual: 13.338,10,00 metros quadrados.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar as obras de adequação e manutenção da estrada, incluindo, mas não se limitando a serviços de nivelamento, compactação, cascalhamento e a implantação de um sistema de drenagem eficiente, bem como a sinalização viária necessária para garantir a segurança dos usuários;

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do disposto neste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas em Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 12 de novembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:ED8BAE3A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 60/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº. 626 de 17 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) os seguintes:

16 SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PRADO FERREIRA - Acréscimo 20.000,00
16.001 SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PRADO FERREIRA - Abertura
17.512.0022.2004 MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
185 00076 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, foi utilizado Cancelamento e da seguinte dotação:

16 SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PRADO FERREIRA - Acréscimo 20.000,00
16.001 SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE PRADO FERREIRA - Abertura
17.512.0022.2004 MANUTENÇÃO DE SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
195 00076 Recursos Ordinários (Livres)
Crédito adicional: Suplementar Recurso do crédito adicional: Anulação de Dotações

Paço Municipal "Deputado. Homero Oguido", aos 12 de novembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:47A31B7B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 404/2025

Nomeia Agente de Contratação e Comissão de Contratação Permanente para o exercício de 2025.

O Prefeito Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados Agente de Contratação e Comissão de Contratação Permanente, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 005/2024, composta dos seguintes membros:

Agente de Contratação/Pregoeira/Presidente da Comissão de Contratação: ***Ana Carolina de Assis – CPF nº ***.***.849-03 e Antonio Delfino Rosa, CPF nº ***.***.119-49;***

Membro: Beatriz Ferreira Corrêa, CPF nº ***.***.819-30;
Membro: Alberto José da Silva, CPF nº ***.***.479-76;
Membro: Magna Regina de Moura Gonzales Procópio, CPF nº ***.***.639-20;
Suplente: Manoel Sabino de Lemos Neto, CPF nº ***.***.849-45.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 056/2025.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 12 de novembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:C930597A

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025 - PREGÃO Nº 16/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA – CNPJ 54.205.260/0001-22**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 7.929,90 (Sete Mil, Novecentos e Vinte e Nove Reais e Noventa Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **301 (trezentos e um) dias**, contados da data de assinatura da ata.

DATA DE ASSINATURA: 12/11/2025

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:A0F24EFB

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2025 - PREGÃO Nº 16/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA EIRELI – CNPJ 29.530.767/0001-04**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 13.674,85 (Treze Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **301 (trezentos e um) dias**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2025

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:1188EDD7

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2025 - DISPENSA Nº 32/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS . – CNPJ **61.198.164/0001-60**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL, COM FRANQUIA REDUZIDA, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE QUATRO) HORAS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
VALOR GLOBAL: R$ 1.460,60 (Um Mil, Quatrocentos e Sessenta Reais e Sessenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2025

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:5AFC8DC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO EDITAL
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 01/2025

A Câmara Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Edital de concorrência presencial nº 01/2025, que tem por objeto: Contratação de uma agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos especializados na concepção, planejamento, criação, execução e divulgação de campanhas institucionais, bem como na realização de outros serviços publicitários de interesse da administração pública da Câmara Municipal de Quatro Barras. Encontra-se suspenso por tempo indeterminado em razão do recebimento de pedidos de esclarecimento e impugnações que poderão resultar em mudanças significativas do edital, esta Câmara suspende por tempo indeterminado a presente licitação.
Oportunamente, a Administração divulgará novas informações, bem como eventual retificação do edital ou republicação, caso seja necessário.
Solicitamos que os interessados acompanhem as publicações oficiais para atualizações sobre o referido processo.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Comissão de Licitação, por e-mail compras.camara@quatrobarras.pr.leg.br

Câmara Municipal de Quatro Barras, 12 de novembro de 2025

TALITA CORDEIRO DE LIMA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:8914DEF8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.283/2025

Altera o Decreto nº 9421/2023 que "Institui o Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais no Município de Quatro Barras, nomeia seus membros e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º Altera o inciso III do art. 5º do Decreto nº 9421/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º ....
...
III – 2 (dois) membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família:
a) Jolsline Correa Ferreira Maciel;
b) Raissa Miranda da Cunha Vargas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 13 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C681F82E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 20 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024

Parecer técnico: referente à inabilitação final.

OBJETO: **Credenciamento de empresa especializada para na área de saúde para realização de exames e apoio diagnóstico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital**.

Aos 30 (trinta) dias de outubro de 2025, às 09:00 (nove horas), na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, após decorrido o prazo recursal, segue a inabilitação final:

CENTRO PARANAENSE DE DIAGNÓSTICO ECOGRÁFICO GUIDO A. V. PEREZ LTDA – CNPJ: 75.621.367/0001-21 **– Empresa inabilitada.**

A ata de resultado de análise dos documentos foi enviada via e-mail aos licitantes participantes e postada no site da Prefeitura. Depois de decorrido o prazo recursal, não houve nenhuma manifestação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela presidente da comissão de contratação e membros. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 30 (trinta) dias de outubro de 2025.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GILSON SYDOR
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:DB0F9A75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 26 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 10/2024

Aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2025, às 14:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, reuniram-se a Presidente e os membros da Comissão de contratação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.627/2024, para análise de documentos relativos ao Credenciamento nº 10/2024 – OBJETO: **Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de motorista de transporte escolar, motorista categoria "B" e motorista categoria "D", conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital,** o qual foram apresentado os documentos de habilitação dos proponentes **CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA –** CPF: XXX.762.XXX-68 e **DEVANIR HONÓRIO –** CPF XXX.626.XXX para o item 03 *"Prestação de serviço de Motorista Categoria "D*", conforme a tabela de itens constantes do Anexo 01.

Da análise pela Comissão de Contratação dos documentos de habilitação, os documentos foram analisados e rubricados e estão em desconformidade com o Edital, os proponentes:

CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA – CPF XXX.762.XXX-68**,** para o item 03 "Prestação de serviço de Motorista Categoria B". - **PROPONENTE INABILITADO.**

DEVANIR HONÓRIO – CPF XXX.626.XXX, para o item 03 "Prestação de serviço de Motorista Categoria B". **- PROPONENTE INABILITADO.**

Publicado o resultado, abre-se o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos, os quais deverão ser encaminhados conforme normativas estabelecidas pelo Edital de Credenciamento n° 10/2024.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

GILSON SYDOR
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:41D320B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 37 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

Parecer técnico: referente à habilitação final.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHEIRA, SERVENTE DE LIMPEZA, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, OPERÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIAS (ANEXO 01) E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ANEXO 02) DO REFERIDO EDITAL.**

Aos 10 (dez) dias de novembro de 2025, às 14:00 (nove horas), na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, após decorrido o prazo recursal, segue a habilitação final:

MARILI GUIMARÃES DE MATTOS – CPF XXX.927.XXX-85, o item 2 **– proponente HABILITADA;**

JOEL PRIM – CPF XXX.518.XXX-54, item 4 **– proponente HABILITADO;**

As atas de resultado de análise dos documentos foram enviadas via e-mail aos licitantes participantes e publicada no site da Prefeitura. Depois de decorrido o prazo recursal, não houve nenhuma manifestação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela presidente da comissão de contratação e membros. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 10 (dez) dias de novembro de 2025.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

GILSON SYDOR
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

CHERON ROTHEMANN
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:7084D7B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 38 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

Parecer técnico: referente à inabilitação final.

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHEIRA, SERVENTE DE LIMPEZA, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, OPERÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE**

REFERÊNCIAS (ANEXO 01) E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ANEXO 02) DO REFERIDO EDITAL.

Aos 10 (dez) dias de novembro de 2025, às 14:00 (nove horas), na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, após decorrido o prazo recursal, segue a inabilitação final:

KELLY BRUNA BELL FERREIRA – CPF XXX.605.XXX-76, item 2 – **Proponente INABILITADA;**

JOICE MAÍRA PONTES – CPF XXX.690.XXX-63, item 2 – **Proponente INABILITADA.**

As atas de resultado de análise dos documentos foram enviadas via e-mail aos licitantes participantes e publicada no site da Prefeitura. Depois de decorrido o prazo recursal, não houve nenhuma manifestação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela presidente da comissão de contratação e membros. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 10 (dez) dias de novembro de 2025.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

GILSON SYDOR
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

CHERON ROTHEMANN
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:9F4AE88E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITENS FRACASSADOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios e itens de consumo imediato, tanto perecíveis quanto não perecíveis, destinados a suprir as diversas necessidades das Secretarias Municipais de Quatro Barras/PR e da Merenda Escolar, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 10.625/2025, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 55/2025, aberto no dia 15 de setembro de 2025, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve os itens ***54 –*** *Chineque com farofa sem leite (...);* ***56 –*** *Chocotone sem leite e sem glúten (...);* ***57 –*** *Chocotone zero adição de açúcares (...)* e ***61 –*** *Alimento com soja sabor iogurte (...)* – considerados FRACASSADOS.

Quatro Barras, 12 de novembro de 2025.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:C1EA0FB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de mola, solda e embuchamentos, com fornecimento de peças, para manutenção preventiva e corretiva da Frota Municipal, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 10.625/2025, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 58/2025, com sessão de abertura no dia 23 de outubro de 2025 às 08:30h e objeto de licitação em epígrafe, foi declarado FRACASSADO. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, situado à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras, PR, no horário das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, pelo telefone (41) 3671-8800, pelo site da Prefeitura www.quatrobarras.pr.gov.br ou pelo e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 12 de novembro de 2025.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:57DA6D95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de lixeiras do tipo container (baú) duplo, fabricadas em polipropileno, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 13/11/2025 às 08h29 do dia 01/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 01/12/2025.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 12 de novembro de 2025.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:2A82CEAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2025
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Contratação de empresa para locação e execução do serviço de iluminação e decoração natalina completa, abrangendo o fornecimento de material, transporte, instalação, manutenção e

desmontagem, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 13/11/2025 às 08h29 do dia 02/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 02/12/2025.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 12 de novembro de 2025.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:D862553A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REPUPLICAÇÃO REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº8509/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

REPUBLICAÇÃO

Requerimento de Diária n° 8509/2025
FLAVIA DE ALCANTARA CARDOSO BERNARDI – CPF. XXX.830.829-XX
I)Processo Administrativo n° 19367/2025
II) Cargo do servidor: CONTADOR - CCI
III)Período de afastamento: 19/11/2025(08H) a 23/11/2025(08H)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 1.078,24 (um mil setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 2.868,11 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e onze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para visita técnica ao tribunal de contas do Distrito Federal.

Quatro Barras, 06 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:F558A283

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS N° 8433/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 8433/2025
ANA CÉLIA BRIÃO DE SOUZA – CPF. XXX.245.369-XX
I)Processo Administrativo n° 19833/2025
II) Cargo do servidor: Professora de Educação Física – SMEELJP
III)Período de afastamento: 23/11/2025(18h:30) a 29/11/2025(19h)
IV) Número de diárias: seis diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 882,20 (oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 5.293,20 (cinco mil duzentos e noventa e três reais e vinte centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para participar do JIIDOS 2025 em Foz do Iguaçu/PR.

Quatro Barras, 12 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:C8DC0F8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°256/2025

DECRETO N° 256/2025

SÚMULA: Nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal do Saneamento Básico do Município de Querência do Norte/PR.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis

DECRETA:

Art. 1º. O conselho será composto de 07 membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato de 02 anos, admitida a recondução, sendo o Secretário Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos membro nato.

Art. 2°. Nomeia os membros representantes das entidades que integram o Conselho Municipal do Saneamento Básico do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	
TITULAR: Ana Paula Pereira	**SUPLENTE:** Heberly Aparecido Davies Pessoa
Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	
TITULAR: Renan Alves Dainezi	**SUPLENTE:** Gessimara Daiana Weis de Oliveira
Representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Turismo e Cultura	
TITULAR: Aparecido dos Santos	**SUPLENTE:** Lenon Canassa
Representantes da Empresa Concessionária dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Município	
TITULAR: José Augusto Rogério Nobre	**SUPLENTE:** Wanderley Antonio Scanacapra
Representantes do Poder Executivo	
TITULAR: Joelson Ziani Coito	**SUPLENTE:** Eder Viana da Silva
Representantes da Sociedade Civil Organizada	
TITULAR: Anderson Villela de Souza	**SUPLENTE:** Maria Aparecida Ribeiro
Representantes da Organização Não-Governamental	
TITULAR: Weverton Fernando Sebastião	**SUPLENTE:** Eliana Lopes de Andrade

Art. 3º. Fica nomeado como Presidente do Conselho Municipal do Saneamento Básico do Município de Querência do Norte o Senhor Renan Alves Dainezi.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte-PR, 12 de novembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:461569D2

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.055/2025

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	055/2025		
DATA DA CONCESSÃO:	17/11/2025		
FAVORECIDO:	ANTONIO LEODI SABOT		
CPF:	542.976.309-82		
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU-PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
PARTICIPAR DO CURSO ORÇAMENTO MUNICIPAL EM AÇÃO: EFICIÊNCIA PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS NA GESTÃO PÚBLICA, REALIZADO PELA NS CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICO NOS DIAS 18 A 21 DE NOVEMBRO DE 2025 EM FOZ DO IGUAÇU-PR.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	18/11/2025 ÁS 07:00 HORAS		
RETORNO:	21/11/2025 ÁS 18:00 HORAS		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**	**780,27**	2.340,81
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**	**243,82**	243,82
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$. 2.584,63**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 11 dias do mês de novembro de 2025.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:EADE3A16

LICITAÇÃO
4 TA PE 07/2024 MARIA DAS GRAÇAS

TERMO ADITIVO
4° Termo aditivo do contrato nº. 148/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, máquinas e equipamentos.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA 0327802975**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 17.625.888/0001-50, RUA MARIA DE LOURDES DIONISIO CARDOSO, 993 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado por MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da RG nº 69939325 SSP PR e CPF 032.XXX.219-75, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto - Lei nº 14.133/2021 na importância de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), corresponde aos objetos abaixo, com fundamento art. 174, I, alínea b, da Lei nº. 14.133/2021.

LOTE 11 – VOLKSWAGEN

Item	Descrição	Valor aditado
1	VOLKSWAGEN - (LINHA PESADA) ÔNIBUS SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COMUM PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA; MAIOR DESCONTO DO VALOR DA HORA TRABALHADA DA TABELA SISTEMA TRAZ VALOR;	7.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 12 de novembro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES	***MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:AF4EE83E

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO ADESÃO ONIBUS PROC 173/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2024 - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 90002/2024 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP

O Prefeito Municipal de Querência do Norte - PR, Alex Sandro Fernandes, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal n° 11.462/23 e Decreto Municipal n° 12/2024, art. 35, **HOMOLOGA** o Processo Administrativo n° 173/2025, relativo à **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2024 - PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 90002/2024 –** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP **,** para aquisição de Ônibus Rodoviário para o transporte de passageiros, novo, zero km, 32 passageiros MARCA: MARCOPOLO /Modelo: VOLARE ATTACK 8/V8L, junto a empresa: **RODO SERVICE LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 00.688.075/0004-50Publique-se na forma do Artigo 175, do citado diploma legal.

Querência do Norte PR, 12 de novembro de 2025

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:BC98AF6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº015/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº015/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 021/2025 – DISPENSA Nº 015/2025.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão da Agente de contratação referente ao Item da Dispensa Eletrônica n° 015/2025 que tem como objeto a contratação de empresa especializada em monitoramento.

Assim sendo, fica concedido à empresa BW SEGURANÇA inscrita sob o CNPJ 12.983.415/0001-01 o direito de assinar o contrato sobre o item licitado.

Quitandinha, 12 de novembro de 2025

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:1D48FBC8

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº017/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº017/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 023/2025 – DISPENSA Nº 017/2025.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão da Agente de contratação referente ao Item da Dispensa Eletrônica n° 017/2025 que tem como objeto a aquisição de itens para coffe break.
Assim sendo, fica concedido à empresa MAXXI SUPERMERCADOS inscrita sob o CNPJ 06.939.907/0001-05 o direito de fornecer o item licitado.

Quitandinha, 12 de novembro de 2025

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:5D63ACC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

SAÚDE
PORTARIA 461/09/2025

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor EVERTON CÁSSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor CLEBER DE FREITAS KUBINSKI, ocupante do cargo de MOTORISTA II para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;

II – Concessão de diárias para Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC.

III – Data: 13/11/2025 a 15/11/2025.

IV – Cidade de Curitiba/PR.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL “20 DE MARÇO”.

Rancho Alegre D’Oeste - PR, 12 de novembro de 2025.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor de Souza Conceição
Código Identificador:F3BD294D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE Nº 02/2025

REUNIÃO DO CONSELHO DE CULTURA REALEZA-PR

No dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e nove minutos, reuniram-se nas dependências da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer os membros do Conselho Municipal de Cultura e funcionários da Secretaria, com a finalidade de tratar de assuntos referentes ao repasse dos recursos da Lei Aldir Blanc aos artistas locais. A reunião foi aberta pela Secretária de Cultura, Nivea Cristina Elias Casaril, que deu as boas-vindas aos presentes e destacou a importância do Conselho de Cultura para o desenvolvimento das ações culturais do município. Ressaltou também a necessidade de promover a valorização dos artistas locais, assegurando transparência e equidade na aplicação dos recursos públicos. Em seguida, foi aberto espaço para manifestações e sugestões dos conselheiros e servidores presentes. Após ampla discussão, ficou definido que será elaborado um edital público para regulamentar o repasse dos recursos, contemplando diferentes categorias artísticas, a fim de garantir a diversidade das manifestações culturais locais. Ficou ainda decidido que todo o recurso será destinado exclusivamente aos artistas locais, sendo obrigatório que cada proponente realize uma devolutiva cultural em formato de apresentação pública, inserida na programação do projeto “Magia do Natal 2025”, além de cumprir as exigências de prestação de contas conforme a legislação vigente. A Secretária enfatizou que o edital deverá ser amplamente divulgado, garantindo que todos os artistas interessados tenham acesso às informações e prazos para inscrição. Nada mais havendo a tratar, a Secretária Nivea Cristina Elias Casaril agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, Eliane Locatelli Frarão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais. Obs.: A ata original com as assinaturas encontra-se nos arquivos da secretaria citada acima.

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:63B73237

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE Nº 03/2025

REUNIÃO DO CONSELHO DE CULTURA REALEZA-PR
No dia vinte do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco às nove horas, reuniram-se no anfiteatro do Espaço das Artes os membros do Conselho Municipal de Cultura de Realeza – PR e alguns funcionários da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, com a finalidade de definir os critérios e diretrizes do edital de convocação dos artistas locais para inscrição e recebimento dos recursos da Lei Aldir Blanc. A reunião foi conduzida pela Secretária de Cultura, Esportes e Lazer, Nivea Cristina Elias Casaril, que deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos os conselheiros e ressaltando a importância da participação ativa do Conselho no processo de definição e aplicação dos recursos, assegurando transparência, equidade e incentivo à produção artística local. Durante a reunião, foram apresentadas e discutidas as categorias artísticas contempladas no edital, bem como o número de beneficiários e os respectivos valores destinados a cada uma delas que serão anexados ao edital convocatório. Após análise e debate, o edital foi discutido e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes, ficando estabelecido que os recursos serão repassados de forma transparente, priorizando artistas e coletivos culturais do município de Realeza, de acordo com as normas da Lei Aldir Blanc e demais legislações aplicáveis. Durante a mesma reunião, foi também deliberado que o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), remanescente do exercício anterior, será utilizado para a aquisição de equipamentos ex. computadores, entre outros destinados à Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, com o objetivo de melhorar a estrutura

administrativa e o atendimento às demandas culturais do município. Nada mais havendo a tratar, a Secretária agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, Eliane Locatelli Frarão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais. Obs.: A ata original com as assinaturas encontra-se nos arquivos da secretaria citada acima.

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:3D837A82

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 EDITAL Nº 160 – CONVOCAÇÃO PARA POSSE

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado por seu administrador Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público Nº 01/2022, conforme Edital de Homologação Nº 20/2022, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à Rua Barão do Rio Branco, Nº 3507, Centro Cívico, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de oito (08) dias úteis, contados a partir de sua convocação (13 de novembro a 27 de novembro de 2025), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

ENGENHEIRO AGRONOMO

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE
0037824	KEOMA DE FREITAS DA SILVA	3º	AC

Realeza, Estado do Paraná, 12 novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I
CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Comprovante de endereço atual;
d) PIS/PASEP e Número da CTPS;
e) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
f) Carteira Nacional de Habilitação;
g) Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
h) Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
i) Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
j) Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
k) Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
l) Ficha cadastral
m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
n) Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
o) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal.
p) Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
q) Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
r) Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
s) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2022.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL
Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: ____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) ____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de ____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ ____
2. _____
_____ Valor: R$ ____
3. _____
_____ Valor: R$ ____
4. _____
_____ Valor: R$ ____
5. _____
_____ Valor: R$ ____
6. _____
_____ Valor: R$ ____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Concurso Público prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO
Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____,
DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no Concurso Público Nº 01/2022, para o cargo de _____,
classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito Concurso, conforme o Edital de Homologação nº ____/20____ , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:3E7874E5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4.980/2025 12/11/2025

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.258, de 11 de novembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir ao **Orçamento Geral do Município** para o **Exercício de 2025,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 4.127.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e sete mil reais),** conforme segue:

05 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
05.001 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
18.541.1801.2122 Paisagismo Urbano e Rural
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
0660.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 50.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0670.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 50.000,00

05 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
05.001 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
20.606.2001.1127 Patrulha Mecanizada
4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente
0730.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 270.000,00

05 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
05.001 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
20.606.2001.1129 Veiculos e Equipamentos para Secretaria
4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente
0770.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 250.000,00

05 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
05.001 Secretaria de Desenv Agropecuária e Desenv Meio Ambiente
20.606.2001.2126 Apoio/Fomento Produtor Rural na Cadeia Produtiva
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0720.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 250.000,00

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001 Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.1146 Aquisição de Equipamentos Rodoviários
4.4.90.52.00.00 Equipamento e material permanente
2450.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 190.000,00

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001 Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.1149 Pavimentação de Estradas Rurais
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
2520.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 150.000,00

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001 Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2147 Recuperação/Manutenção de Equipamentos Rodoviários
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
2460.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 300.000,00

3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
2470.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 17.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
2480.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 280.000,00

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001 Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2148 Restauração/Manutenção/Revestimento e readequação de Estradas
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
2490.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 350.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
2510.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 100.000,00

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001 Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2151 Atividades do Departamento Rodoviário
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
2600.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 50.000,00

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
2580.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 100.000,00

09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
15.695.2201.2142 Pórtico Realezense
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
3150.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 80.000,00

09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.1134 Obras de Fomento da Produção Industrial
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
2930.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 150.000,00

09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.1138 Implementação da Area Industrial
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
3050.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 100.000,00

4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
3070.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 100.000,00

10 Secretaria de Assistência Social
10.001 Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.1035 Aprimoramento da Gestão, equipamentos/construção
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
3450.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 30.000,00

10 Secretaria de Assistência Social
10.001 Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2030 Fortalecimento da Rede Socio Assistencial
3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais
3270.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 50.000,00

11 Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
11.001 Departamento de Cultura
13.392.1301.2161 Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
3810.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 20.000,00

11 Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
11.001 Departamento de Cultura
13.392.1301.2163 Integrando a População com o Lazer
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3850.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 30.000,00

11 Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

11.001 Departamento de Cultura
13.392.1301.2164 Desenvolvendo Talentos

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
3860.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 15.000,00

3.3.90.31.00.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Esportivas e outras
3870.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 20.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3880.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 50.000,00

11 Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
11.002 Departamento de Esportes
27.812.2701.2167 Atividades do Departamento de Esporte
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
4000.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 70.000,00

3.3.90.31.00.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Esportivas e outras
4010.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 60.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
4030.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 35.000,00

12 Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001 Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168 Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo
4060.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 70.000,00

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
4080.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 400.000,00

3.3.90.46.00.00 Auxílio Alimentação
4090.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 30.000,00

90 Reserva de Contingência
90.099 Reserva de Contingência
99.999.9999.9999 Reserva de Contingência
9.9.99.99.00.00 Reserva de Contingência
3580.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 410.000,00

ART. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2025:

08 Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002 Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.482.1601.2110 Apoio à Construção de Unidades Habitacionais
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações
2910.000000 Recursos Ordinários Livres R$ 4.127.000,00

ART. 3º- Esta Lei vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B9329CFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4.981/2025 12/11/2025

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.259, de 11 de novembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir ao **Orçamento Geral do Município** para o **Exercício de 2025,** um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais),** conforme segue:

06 Secretaria de Educação
06.001 Departamento de Educação
12.365.1201.2080 Manutenção da Educação Infantil
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
01386.000151 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF
R$ 600.000,00

ART. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Especial, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I - Excesso de arrecadação da alínea:
17.15.50.01.00.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAT - PRINCIPAL - **R$ 600.000,00**

ART. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Excesso de Arrecadação.

ART. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:00925406

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.473/2025 12/11/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- NOMEAR a partir da data de 12/11/2025 a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo efetivo de Enfermeiro referente ao Concurso público nº 01/2022, conforme Edital de Convocação nº 159:

VERA LUCIA MAIESKI BARBACOVI	Enfermeiro

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4330A09B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.474/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Revoga a Portaria n° 8.024/2025. Nomeia Responsável Técnico Médico dos internamentos e assinatura de demais protocolos do Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida.

O Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:
CONSIDERANDO que os estabelecimentos de hospitalização ou de assistência médica, pública ou privada, em obediência as normas infraconstitucionais, devem funcionar com profissional médico responsável técnico;
CONSIDERANDO que a função de Responsável Técnico é de relevante interesse público;
CONSIDERANDO que a atribuição da responsabilidade técnica é inerente ao exercício da medicina e devendo o profissional ser habilitado para o exercício da medicina;
CONSIDERANDO que a Sr. ANDRÉ LUÍS MOTA CAMPOS- CRM: 32697/PR, é médico credenciada desse Município, sendo médica plantonista e preenche qualificações para assuntos da função, a qual deverá exercer em conjunto com as suas atribuições profissionais.
RESOLVE
Art. 1º Nomear como Responsável Técnico Médico dos Internamentos do Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida: **ANDRÉ LUÍS MOTA CAMPOS- CRM: 32697/PR**
a.1. O desenvolvimento das atividades e atuação será em conjunto com a Diretora do Hospital Municipal e Pronto Atendimento;

a.2. As atribuições do Responsável Técnico são aquelas estabelecidas pelos normativos infraconstitucionais e normas regulamentadoras da reponsabilidade técnica do professional médico, assegurado observância e obediência ao disposto nas Resoluções do Conselho Federal de Medica- CFM, bem como da 8° Regional de Saúde e Secretária de Saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:BE98BA85

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.475/2025 12/11/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente, **RESOLVE**:

Art. 1º- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **MAIARA MULLER**, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, referente ao período 25/04/2016 a 24/04/2021, a partir da data de hoje 12 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Realeza, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:49384CC9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.477/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **05/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
268161	Mauricio Thessing	Motorista	22/10/2024 até 21/10/2025

Art. 2º- Esta Portaria vigora a partir de sua publicação.

Realeza, 12 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:64B954E6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 55

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 07/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AYR9583	278050T000001849	22/10/2025	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:762B5A6F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 56

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 09/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AOY8204	278050T000001173	14/08/2025	52070	
APL9765	278050T000001306	29/08/2025	52070	
AVW5684	278050T000001111	14/08/2025	55250	
BCT3E35	278050T000001325	01/09/2025	55920	
HBA3923	278050T000001147	25/08/2025	55250	
QII2484	278050T000001258	29/08/2025	52070	

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:8455E8EE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 57

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 12/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AKG0C55	278050T000002004	22/10/2025	55412

AMR4A46	278050T000002007	22/10/2025	55412
APA6I37	278050T000002010	24/10/2025	55412
APA6I37	278050T000001996	23/10/2025	55412
AQT1595	278050T000002012	24/10/2025	55412
AQY7D18	278050T000001998	28/10/2025	55412
AUK4917	278050T000001995	23/10/2025	55412
AUK4917	278050T000001850	22/10/2025	55412
AXH7399	278050T000002002	22/10/2025	55412
AZF3I53	278050T000002003	22/10/2025	55412
BBP5C57	278050T000001935	25/10/2025	55412
BDT1H98	278050T000002011	24/10/2025	55412
BEB1J20	278050T000002006	22/10/2025	55412
BEO1E01	278050T000001994	23/10/2025	55412
CMJ7J45	278050T000001993	23/10/2025	55412
ELJ0D54	278050T000002005	22/10/2025	55412
QHC6310	116100T003129848	30/10/2025	54870
RUR0D30	278050T000001936	25/10/2025	55412
SDS7J66	278050T000001999	28/10/2025	55412
SET0F10	278050T000002001	22/10/2025	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:78C7122F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 58

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 12/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AGE0D65	278050T000001926	31/10/2025	55414
AIY3C18	278050T000002015	29/10/2025	55412
AJT8406	278050T000001989	01/11/2025	76332
AKP4I38	278050T000002052	28/10/2025	55412
AOU5550	278050T000001931	01/11/2025	66020
ASN7G19	278050T000002018	29/10/2025	55412
AUK0752	278050T000001930	01/11/2025	76252
AUK4917	278050T000001925	31/10/2025	54521
AUK4917	278050T000002016	29/10/2025	55412
AWM5133	278050T000001929	01/11/2025	76252
AXP3596	278050T000001933	03/11/2025	55414
AXR7H73	278050T000002053	28/10/2025	55412
AYQ5253	278050T000002014	29/10/2025	55412
AYZ0F95	278050T000001927	01/11/2025	55414
BCR8H42	278050T000001934	03/11/2025	55411
BDY8B27	278050T000001997	04/11/2025	57380
BOJ3F87	278050T000002054	28/10/2025	55412
DLP1195	278050T000002055	28/10/2025	55412
DXF6874	278050T000002021	29/10/2025	55412
EWX7B74	278050T000001981	30/10/2025	76252
FPN6I81	278050T000001992	01/11/2025	55920
JFD1059	278050T000002008	03/11/2025	55417
MFB9466	278050T000002051	28/10/2025	55412
MJP3E64	278050T000002056	07/11/2025	76332
MVY9G99	278050T000002000	28/10/2025	55412
NPL0G66	278050T000002017	29/10/2025	55412
OGF7A45	278050T000002019	29/10/2025	55412
OON4D74	278050T000002013	05/11/2025	55414
OOO2D71	278050T000002009	03/11/2025	54526
PYH9G00	278050T000002020	29/10/2025	55412
QNG5E90	278050T000001932	03/11/2025	57380
RDV4C73	278050T000001991	01/11/2025	54522
RNM4H21	278050T000001847	30/10/2025	54525
SEI2B72	278050T000001928	01/11/2025	55411
SEP0H14	278050T000001848	30/10/2025	54010
TBC9H76	278050T000001990	01/11/2025	54522

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:BB586A5A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 59

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 13/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ3A68	278050T000001937	04/11/2025	54522
ADV5B51	278050T000001944	30/10/2025	55412
AQA1G24	278050T000002022	31/10/2025	55412
AQF9155	278050T000001943	30/10/2025	55412
AZS8H52	278050T000001945	30/10/2025	55412
BBP7D79	278050T000001938	06/11/2025	55414
BER6H11	278050T000001940	06/11/2025	55414
BZK8F65	278050T000001946	30/10/2025	55412
MFB9466	278050T000002025	31/10/2025	55412
QBH2G29	278050T000001939	06/11/2025	54525
QNA3C32	278050T000001947	30/10/2025	55412
TJS4E25	278050T000002024	31/10/2025	55412
UAS0B57	278050T000002023	31/10/2025	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:37D52CC6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 60

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 13/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AVI8917	278050T000001332	03/09/2025	76252	R$ 293,47
BBS8E98	278050T000001331	03/09/2025	54522	R$ 195,23
BEV0C12	278050T000000940	02/09/2025	76331	R$ 293,47
IYW5E96	278050T000001328	03/09/2025	76332	R$ 293,47
LZP8390	278050T000001329	03/09/2025	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:3DF94864

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2025

SÚMULA: Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação da Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher- CAPITAL, conforme deliberação nº 015/2025 – CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Realeza, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal ei 2.096 de 23.10.2023, em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Termo de Adesão da Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher- CAPITAL, conforme deliberação nº 015/2025 –CEDM/PR.

Art. 2° - Aprovar o Plano de Ação da Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher- CAPITAL, conforme deliberação nº 015/2025 –CEDM/PR.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Realeza-PR, 12 de Novembro de 2025.

PATRÍCIA OLIVEIRA LARA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:38F63846

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 448/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: R S ABATI COMERCIO DE LIVROS
OBJETO: Aquisição de livros literários, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo dispensa Nº 19/2025
VALOR TOTAL: R$ 27.299,70 (Vinte e Sete Mil, Duzentos e Noventa e Nove Reais e Setenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 11/11/2025

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:BC08E643

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico N.º 63/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 110/2025

ABERTURA: DIA: 07/11/2025 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 1 (um) veículo SEDAN zero km, para compor a frota de veículos, referente a verbas oriundas da Resolução 1156/2025, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Realeza/PR conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):
- SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S.A, ITEM 1, COM O VALOR DE R$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

REALEZA, AOS sete dias de novembro de 2025

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Vinícius Gabriel Lazari
Código Identificador:C3B486F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 63/2025, cujo objeto é a aquisição de 1 (um) veículo sedan zero km, para compor a frota de veículos, referente a verbas oriundas da Resolução 1156/2025, conforme as especificações contidas no edital, em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos onze dias de novembro de 2025

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Vinícius Gabriel Lazari
Código Identificador:1838392F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2025

Em análise ao processo de **Dispensa de Licitação nº 028/2025**, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Saúde**, no uso de suas atribuições a **Sra. Fabieli Manfredi,** Prefeita Municipal, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento e instalação de Divisórias em DryWall para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATADO: **36.583.950 JULIANO DA LUZ CAMARGO**, inscrito no CNPJ nº 36.583.950/0001-33, com sede na Rua Florença, 217, Bairro Jardim Floresta, Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná.

CONTRATANTE: Município de Renascença - Paraná.

Renascença – Pr, 10 de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Speorin Burin
Código Identificador:EE4DE93B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISOS PREGÕES

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2025 – PMR
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por Item.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de Empresa para fornecimento de sêmen bovino para o Programa Municipal de Melhoramento Genético em bovinos de leite.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 de dezembro de 2025 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 11 de novembro de 2025.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2025 – PMR
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por Lote.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviço de instalações de vidros, espelhos, divisórias e portas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de dezembro de 2025 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes.

Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 11 de novembro de 2025.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:4422E6D3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1980, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação o imóvel que especifica.

A Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte,
LEI:
Art. 1º. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal receber em doação o imóvel denominado "LOTE Nº 49-D da GLEBA BARRA DO MARMELEIRO SEÇÃO "A", situado frente com a Avenida Castelo Branco, Bairro Centro, na Cidade de Renascença-PR, Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná, com a área de 5.477,02m² (cinco mil, quatrocentos e setenta e sete metros quadrados e dois decímetros quadrados)", objeto da matrícula nº 14.871, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro – PR, de propriedade de Belly Administradora de bens LTDA.
Art. 2º O imóvel doado será destinado à ampliação do Cemitério Municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 2.628, de 14 de outubro de 2025, que declarou o imóvel como sendo de utilidade pública, sem quaisquer outros ônus ou encargos ao Município de Renascença.
Art. 3º As despesas relativas à transferência do imóvel ficarão a encargo do Município de Renascença.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:57244905

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1981, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita de Renascença sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
Art. 1º Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Mulher de Renascença, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.
Parágrafo único. Na consecução desta política, serão cumpridas as diretrizes da legislação federal e estadual vigentes, e a pertinente à Política Nacional e Estadual dos Direitos da Mulher, como estabelece a Lei Federal nº**7.353**, de 29 de agosto de 1985.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Art. 2º A política de atendimento aos direitos da mulher no município de Renascença, será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando a proteção integral à mulher, conforme preconiza a Lei Federal nº**11.340**, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o Plano Estadual de Políticas para Mulheres, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a partir da sua elaboração e instituição, e demais disposições legais.
Parágrafo único. As ações referidas no caput deste artigo serão implementadas por meio de:
I - políticas sociais básicas e proteção social especial de média e alta complexidade de assistência social, educação, saúde, esporte e lazer, cultura, trabalho, habitação, acolhimento, agricultura e outras;
II - Serviços especiais de prevenção, atendimento médico e psicossocial às mulheres vítimas de violência, sejam elas violência física, psicológica, moral, patrimonial, sexual e institucional;
III - proteção jurídica social por entidades/órgãos de defesa dos direitos da mulher;
IV - campanhas de sensibilização e conscientização das pessoas sobre os direitos da mulher;
V - Programas destinados a difundir e a defender os direitos da mulher.
Art. 3ºA política municipal de atendimento aos direitos da mulher será feita por meio de ações governamentais e não governamentais composta pela seguinte estrutura:
I - Conferência Municipal dos Direitos da Mulher;
II - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM;
III - unidades de atendimento governamentais, entidades/órgãos de atendimento, defesa e garantia de direitos não governamentais.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM
Seção I
Da Criação e Vinculação do Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher
Art. 4º. Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Renascença - Paraná, órgão colegiado, permanente, paritário, deliberativo, propositivo e fiscalizador da Política Municipal dos Direitos da Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. O CMDM contará com o apoio técnico, operacional e administrativo da equipe lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II
Da Competência
Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM:
I - elaborar e aprovar o seu regimento;
II - estabelecer critérios, estratégias e meios de controle das ações governamentais e não governamentais dirigidas à mulher, no âmbito do município, que possam afetar suas deliberações;
III - acompanhar, monitorar, propor e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Mulher, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a deliberação quanto à aplicação de recursos;
IV - deliberar, organizar, regulamentar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição dos membros do CMDM.
V - dar posse aos conselheiros governamentais e não governamentais do CMDM, nos termos do respectivo regimento e, quando declarado vago o posto, por deliberação da plenária do conselho;
VI - acompanhar e deliberar acerca da execução do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, no âmbito da Política Municipal dos Direitos da Mulher;
VII - elaborar e aprovar o Plano de Ação e Plano de Aplicação Anual dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FDM bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;
VIII - indicar as prioridades de atuação e aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais destinados à Política Municipal dos Direitos da Mulher, em suas diversas áreas;

IX - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados pelos órgãos governamentais e não governamentais de atendimento e defesa de direitos da mulher, indicando as medidas pertinentes para as eventuais adequações;
X - acompanhar, propor e deliberar sobre a elaboração de legislações municipais relacionadas à mulher, oferecendo apoio e colaborando com os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito da sua competência;
XI - articular com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à mulher e demais conselhos setoriais;
XII - instituir comissões temáticas necessárias para o melhor desempenho de suas funções, as quais têm caráter consultivo e vinculação ao CMDM e indicar representantes para compor comissões intersetoriais;
XIII - publicar todas as suas deliberações e resoluções no Órgão Oficial do Município, seguindo o mesmo trâmite adotado para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal;
XIV - articular, propor e deliberar sobre a elaboração do Plano Municipal de Políticas para Mulheres e/ou Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em consonância ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, se vigente, e os Planos Nacionais e Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, bem como acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos mesmos;
XV - estimular e apoiar o desenvolvimento de estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
XVI - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
XVII - receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos assegurados em leis e na Constituição Federal, exigindo a adoção de medidas efetivas relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;
XVIII - manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;
XIX - convocar e organizar a Conferência Municipal de Políticas Públicas para as mulheres conforme calendário nacional e estadual;
XX - eleger por voto direto, dentre as/os conselheiras/os titulares, a mesa diretiva.

Seção III
Da Composição do Conselho
Art. 6º. O CMDM será composto por quatro representantes governamentais e seus respectivos suplentes e quatro representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, para mandato de dois anos, permitindo recondução, assim definidos:
I - quatro representantes titulares e seus respectivos suplentes do Poder Executivo Municipal, a serem indicados por ato próprio do Executivo Municipal;
II - a representação da sociedade civil será eleita e composta por dez representantes titulares e respectivos suplentes, com atuação em âmbito municipal, sendo elas:
01 (um) representante de movimento lojista ou empresarial;
03 (três) representantes de movimentos culturais, sociais ou religiosos de defesa dos direitos das mulheres e/ou crianças e adolescentes e/ou da pessoa com deficiência e/ou da pessoa idosa.

Art. 7º As entidades/órgãos da sociedade civil eleitas deverão indicar seus representantes, preferencialmente com atuação/formação em atendimento ou defesa da mulher, sendo vedada a indicação de representante que exerça cargo em comissão ou de agente político no Executivo Municipal.
Parágrafo único. Ocorrendo a vacância, a substituição será feita pela entidade suplente eleita no fórum e, no caso de não haver suplentes, o CMDM emitirá edital de convocação de eleição complementar.
Art. 8º As entidades/órgãos da sociedade civil deverão indicar seus representantes por meio de ofício assinado por seu representante legal.
Art. 9º As entidades/órgãos da sociedade civil e governamental representadas no CMDM perderão essa condição quando houver:
I - extinção de sua base territorial no município;
II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no conselho;
III - desvio ou má utilização dos recursos financeiros recebidos de órgãos governamentais e não governamentais;
IV - renúncia.

Seção IV
Do Processo de Eleição Dos Conselheiros Municipais
Art 10. Os representantes da sociedade civil serão eleitos em fórum próprio, conforme regulamento de eleição publicado e aprovado pelo CMDM, sob fiscalização do Ministério Público.
§ 1º As entidades/órgãos da sociedade civil que tiverem interesse em pleitear uma vaga no CMDM deverão apresentar sua candidatura por meio de ofício, de acordo com os prazos previstos no edital de convocação.
§ 2º A posse e o início do exercício da função dos conselheiros do CMDM serão dados em reunião do CMDM.
§ 3º Não havendo o preenchimento das vagas das entidades/órgãos da sociedade civil, caberá ao CMDM reabrir edital para eleição complementar, a qual deverá publicar seus resultados.
§ 4º O CMDM expedirá resolução com a nomeação dos conselheiros indicados para participar do conselho.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO
Art. 11.O mandato dos membros do conselho terá a duração de dois anos, sendo permitida a recondução.
§ 1º Em caso de substituição de conselheiro, o CMDM deverá ser comunicado oficialmente, e a entidade, secretaria/órgão deve indicar novo representante.
§ 2º O regimento interno do CMDM disporá sobre a substituição de conselheiros.
Art. 12.A função de membro do CMDM é considerada de interesse público relevante, não será remunerada e estabelecerá presunção de idoneidade moral, devendo o representante titular ou suplente, quando o estiver substituindo, prestar informações sobre as demandas e deliberações do CMDM aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias, em comissões temáticas e representações externas.
§ 1º O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Mulher titular está condicionado à sua participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias e de, no mínimo, em uma comissão temática ou intersetorial.
§ 2º O exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Mulher suplente está condicionado à sua participação como convidado em reuniões ordinárias e extraordinárias ou em substituição ao conselheiro titular.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA DO CONSELHO
Art. 13.O CMDM se reunirá conforme estabelecido no seu regimento interno e terá a seguinte estrutura:
I - mesa diretiva, composta por:
a) presidente;
b) vice-presidente;
c) 1º secretário;
d) 2º secretário.
II - comissões temáticas temporárias, especiais e permanentes;
III - plenária;
IV - secretaria executiva, que contará com profissional de nível superior para assessorar
o CMDM.
Art. 14.A mesa diretiva será eleita pelo CMDM, de forma paritária entre os representantes do poder público e os representantes da sociedade civil, dentre os membros indicados, no dia da posse dos conselheiros do CMDM, em reunião plenária, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros.
§ 1º Compete à mesa diretiva conduzir os trabalhos e organizar as pautas das plenárias.
§ 2º A presidência deverá ser ocupada por conselheiro eleito pelos próprios membros do conselho.
§ 3º A mesa diretiva, excepcionalmente, poderá tomar providências, em caráter urgente e individual, e na próxima reunião do conselho deverá pautar o assunto para ratificação.

§ 4º As comissões temáticas terão caráter consultivo e/ou propositivo e serão vinculadas ao CMDM.
Art. 15.A Plenária do CMDM é composta pelo colegiado dos membros titulares e suplentes quando em substituição do titular, ou como convidados, sendo a instância máxima de deliberação e funcionará de acordo com o regimento do CMDM.
Art. 16.A organização, competência e funcionamento do CMDM serão disciplinados em regimento a ser aprovado por ato próprio do conselho.

CAPÍTULO VI
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Art. 17.A Conferência Municipal dos Direitos da Mulher é instância periódica de debate, formulação e avaliação da Política Municipal dos Direitos da Mulher, com a participação de representantes do governo juntamente com a sociedade civil.
§ 1º A Conferência Municipal dos Direitos da Mulher será convocada pelo CMDM, conforme deliberações, convocações e calendário nacional e estadual.
§ 2º O regimento interno da Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, será elaborado e aprovado pelo CMDM, o qual, estabelecerá a forma de participação e escolha dos delegados.
§ 3º Para a realização da Conferência, o Conselho constituirá comissão organizadora paritária, conforme a composição do próprio conselho.
Art. 18.A Conferência Municipal dos Direitos da Mulher deve observar as seguintes diretrizes:
I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, temário, organização, datas, prazos e comissão organizadora;
II - garantir a participação das mulheres, órgãos de representação do CMDM e demais interessados;
III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
IV - publicidade de seus resultados;
V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;
VI - articulação com a conferência estadual e nacional.
Art. 19. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Mulher:
I - aprovar seu regimento interno;
II - avaliar a Política Municipal dos Direitos da Mulher, sugerir e aprovar propostas para compor, atualizar e/ou reformular o Plano Municipal de Políticas para Mulheres e/ou Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
III - aprovar e publicar suas deliberações.

CAPÍTULO VII
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - FDM
Art. 20. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FDM, instrumento público, de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Assistência Social, com a finalidade de fomentar a captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte para a implantação, manutenção e desenvolvimento da política pública, planos, programas e projetos e campanhas (educativas, informativas, de conscientização, entre outras), além de ações voltadas à tutela, promoção, defesa e efetivação dos direitos da mulher, especialmente na prevenção e combate à violência contra mulheres, no âmbito do município de Renascença.
Art. 21. Compete a Secretaria de Assistência Social tornar público os recursos recebidos e sua partilha, por meio de publicação em Órgão Oficial do Município.
Art. 22. A gestão executiva do FDM, após aprovação do CMDM, será exercida pela Secretaria de Assistência Social, tendo como gestor do Fundo o Secretário Municipal da Assistência Social.
Art. 23.São receitas do FDM, entre outras que a lei autorizar:
I - receitas destinadas na Lei Orçamentária Anual, PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, especificamente para manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e/ou do Fundo Municipal de Direitos da Mulher;
II - recursos oriundos de convênios, termos de cooperação ou contratos, de origem estadual, nacional e internacional, celebrados com a finalidade de destinar recursos ao desenvolvimento de ações para a defesa e a implementação de políticas para as mulheres;
III - receitas oriundas de repasse financeiro efetuado por organizações não governamentais ou ente público governamental: municipal, estadual ou federal, do âmbito nacional, binacional ou internacional, incluindo-se órgãos do poder judiciário, ministério público, segurança pública, poder legislativo (municipal, estadual e federal);
IV - receitas oriundas de repasse financeiro efetuado por outros fundos, conselhos, entidades ou fundações, sociedade de economia mista, de qualquer natureza ou esfera pública ou privada;
V - receitas decorrentes de doações efetuadas por cidadãos, empresas ou instituições financeiras, de fomento, ensino e pesquisa, organismos não governamentais, além das decorrentes de promoções sociais ou culturais, de qualquer natureza;
VI - rendimentos e juros proveniente de aplicações financeiras de seus ativos;
VII - doações em espécie efetuadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FDM;
VIII - outras receitas legalmente permitidas ou correlatas.
Art. 24.O gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FDM - se dará da seguinte forma pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, à qual caberão as seguintes atribuições:
I- pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, à qual caberão as seguintes atribuições:
a) administrar os recursos específicos para os programas de atendimento à mulher, segundo as resoluções e editais do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
b) realizar a aplicação dos recursos em benefício da Política da Mulher, conforme o plano de aplicação aprovado nos termos das resoluções e editais do CMDM;
c) encaminhar relatórios financeiros da movimentação dos recursos alocados no Fundo ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
II - pela Secretaria Municipal de Finanças:
a) registrar os recursos orçamentários, oriundos do município ou a ele transferidos pelo estado ou pela União;
b) registrar os recursos captados pelo município por meio de convênios ou de doações ao Fundo;
c) manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito pelo município, de acordo com a legislação vigente.
Art. 25. Os recursos do FDM, em consonância com os critérios estabelecidos pelo CMDM e com o Plano Municipal de Políticas para Mulheres e/ou Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, deverão ser aplicados da seguinte forma:
I - na divulgação de serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pela Política Municipal dos Direitos da Mulher, por meio de unidades de atendimento governamentais, entidades/órgãos de atendimento, defesa e garantia de direitos não governamentais;
II - no apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionada aos direitos das mulheres;
III - em programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção ou reinserção das mulheres no mercado de trabalho;
IV - em programas e projetos destinados ao combate à violência contra as mulheres nas diversas faixas etárias;
V - na capacitação de recursos humanos dos serviços especializados ou voltados ao atendimento das mulheres, considerando as especificidades deste público e as desigualdades socialmente construídas;
VI - no desenvolvimento de pesquisas, estudos e relatórios situacionais para definição de indicadores e dados sobre as munícipes, além de monitoramento e avaliação de programas e serviços de atendimento às mulheres no município de Renascença;
VII - em outros serviços, programas, projetos e atividades de interesse das mulheres, inclusive emergenciais, desde que estejam de acordo com o Plano Municipal de Políticas para Mulheres e/ou Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.
Art. 26.A destinação de recursos para serviços, programas, projetos e ações desenvolvidos por entidades não governamentais deverão respeitar as regras e os procedimentos estabelecidos pela Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014, os quais dispõem sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
Art. 27. Constituem ativos do FDM:

I - disponibilidade monetárias em conta ou em caixa oriundas das receitas especificadas nesta lei;
II - direitos que porventura vier a constituir;
III - bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos financiados pelo FDM.
§ 1º Os recursos em espécie que compõem o fundo serão depositados obrigatoriamente em conta especial sob denominação de Fundo Municipal dos Direitos da Mulher a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.
§ 2º Anualmente será processado o inventário dos bens e direitos vinculados ao FDM.
§ 3º O saldo financeiro apurado no balanço do FDM será incorporado ao seu orçamento e deverá ser utilizado no exercício subsequente.
Art. 28.Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura ou remanejamento orçamentário e financeiro, para planejamento e destinação de recursos, voltados à cobertura das despesas e implantação do Fundo instituído
Art. 29.O FDM terá vigência por prazo indeterminado.
Art. 30.Caberá ao Chefe do Executivo Municipal regulamentar por meio de decreto municipal, os casos omissos nesta lei, o que se refere ao FDM.
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 29.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos 12 dias de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:3A678F59

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1984, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1918/2024 de 09/10/2024, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1923/2024 de 04/12/2024, para o Exercício Financeiro de **2025**, no valor de **R$ 5.192.536,72 (cinco milhões e cento e noventa e dois mil e quinhentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0700	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA)** **Fonte: 867** – CONVENIO SECID Nº 1450/2025-RENASCENÇA-Asfalto Estrada Vicinal Linha ALTO ALEGRE -B.BRASIL c/c 31275-4	
0701	Departamento de Obras e Viação		
26.782.0028. 1.018	Projetos, Modernização, e Malha Viária com Qualidade		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		4.932.904,69
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições ***(Devolução de possíveis sobras dos recursos do Convênio + Rendimentos em aplicações financeiras)***		259.632,03
TOTAL.....R$			**5.192.536,72**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – Possível EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA), da Fonte: 867 em 2025, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2025 R$
867	CONVENIO SECID/PARANACIDADE Nº 1450/2025-RENASCENÇA-Asfalto Estrada Vicinal Acesso Comunidade de ALTO ALEGRE	4.932.904,69 *(valor **repasse** do Convênio)*
867	CONVENIO SECID/PARANACIDADE Nº 1450/2025-RENASCENÇA-Asfalto Estrada Vicinal Acesso Comunidade de ALTO ALEGRE	259.632,03 *(valor/previsão de Devolução de possíveis **sobras de recursos** (incluso **rendimentos** em aplicações financeiras)*
TOTAL.....R$		**5.192.536,72**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:937058C5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 005/2025

Dispõe sobre a Aprovação do Termo de Adesão, plano de ação municipal e plano de trabalho – Deliberação 049/2025 CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.168 de 1º de dezembro de 2010;
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 12 de novembro de 2025, Ata nº 80
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o termo de adesão, plano de ação municipal e plano de trabalho ao Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo, Deliberação n° 49/2025, - CEDIPI/PR, o qual tem por objetivo fortalecer em âmbito municipal, o envelhecimento ativo e saudável,
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Renascença – PR, 12 de novembro de 2025.
Carla Cristina Lise
PRESIDENTE CMDI
DELIBERAÇÃO CEDIPI 049/2025
PLANO DE TRABALHO
Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento
Deliberação CIDIPI/PR nº 049/2025
1. Identificação
Município: RENASCENÇA-PR
Gestor Responsável ROSA MARIA FONTANA DIAS
CNPJ: 76.205.681/0001-96
Unidade Executora: Secretaria Municipal de Assistência Social
Endereço: Avenida Castelo Branco nº 297 , Centro, Renascença, CEP 85610-002

2. Fundamentação Legal
Este Plano de Trabalho é elaborado em conformidade com a **Deliberação CIB/PR nº 049/2025**, que dispõe sobre a transferência do **Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento**, visando fomentar ações de promoção da saúde e qualidade de vida da população idosa do Estado do Paraná.

3. Justificativa
O Município de Renascença tem desenvolvido ações voltadas à promoção do envelhecimento ativo e saudável, considerando o aumento da população idosa e a necessidade de fortalecer as políticas públicas de atenção à pessoa idosa.

O envelhecimento ativo e saudável é conceituado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o processo contínuo de otimização de oportunidades e da habilidade funcional, para manter e melhorar a saúde física e mental e a qualidade de vida à medida que as pessoas

envelhecem, inclusive aquelas que são frágeis e que requerem cuidados.

O investimento previsto permitirá aprimorar a infraestrutura física e a oferta de atividades voltadas à promoção da autonomia, socialização, práticas corporais e prevenção de agravos à saúde da pessoa idosa.

4. Objetivo Geral

Fortalecer as ações de **envelhecimento ativo e saudável** por meio de investimentos em infraestrutura e equipamentos que possibilitem a ampliação e qualificação das atividades voltadas à população idosa do Município de Renascença-PR.

5. Objetivos Específicos

• Melhorar os espaços físicos destinados às atividades do público idoso.
• Garantir condições adequadas para o desenvolvimento de oficinas, grupos de convivência e atividades físicas.
• Promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas.
• Prover oportunidades de convivência e interação entre pessoas idosas, reduzindo os riscos da solidão e do isolamento social;
• Fomentar o direito à cidade e a ocupação dos espaços públicos pela comunidade;
• Favorecer a integração social e a autonomia funcional dos participantes.

6. Público-Alvo

Pessoas idosas (60 anos ou mais) participantes de ações, programa e projetos voltados para pessoa idosa do Município de Renascença, estimando-se o atendimento direto de no mínimo 100 beneficiários.

7. Descrição das Ações e Itens de Investimento

Tipo de Investimento	Descrição / Finalidade	Quantidade
Equipamentos e materiais permanentes	Step Chair	01
	Máquina de costura	02
	Máquina de plastificar	01
	Cicloergômetro/mini bike ergométrica	02
	Jump/ mini trampolim	01
Dispositivos eletrônicos	Televisão	01
	notebooks	02
	Sistema de som	02

Justificativa:

Step Chair- Utilizado para fortalecimento de MMII e CORE, permite exercícios sentados e em pé com apoio o que facilita a utilização com idosos, permitindo melhor força e controle o qual facilitara nas AVD's e na marcha, prevenindo quedas e auxiliando no tratamento de limitações de AVC, Parkinson, fraqueza senil e dores em geral.

Máquina de costura- A aquisição de uma máquina de costura tem como objetivo fortalecer as atividades desenvolvidas com o grupo de idosos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Essa ferramenta será fundamental para ampliar as possibilidades de oficinas manuais e de geração de renda, promovendo o desenvolvimento de habilidades, a autonomia e a valorização pessoal dos participantes.

Máquina de plastificar- A aquisição de uma máquina de plastificar destina-se a atender à necessidade de preservação e melhor conservação dos documentos pessoais das pessoas idosas acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e/ou demais serviços da rede socioassistencial. Muitos idosos apresentam dificuldades na guarda e conservação de seus documentos, devido ao desgaste natural dos materiais, à exposição à umidade ou ao manuseio frequente. A plastificação desses documentos — como carteirinha da pessoa idosa, Cartão do SUS, comprovantes e outros — é uma forma simples e eficaz de protegê-los contra danos, garantindo maior durabilidade e segurança das informações pessoais.

Cicloergômetro/mini bike ergométrica- Utilizado para treino de MMSS e MMII, por ser de baixo impacto facilmente utilizado por idosos para simular movimentos de MMII e reabilitar condicionamento, força e resistência cardiorrespiratória, também, utilizado em reabilitação pós AVC e imobilismo.

Jump/ mini trampolim- Utilizada para treinos de marcha e equilíbrio, além de fortalecimento de MMII, auxilia na reabilitação do idoso permitindo treinos de marcha com instabilidade que favorecem uma marcha mais estável no dia a dia.

Televisão- A aquisição de uma televisão destina-se a atender às necessidades das atividades desenvolvidas com o grupo de idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), promovendo o aprimoramento das ações socioeducativas, culturais e recreativas oferecidas pelo serviço. O equipamento será utilizado como recurso de apoio nas oficinas temáticas, palestras, momentos de lazer, exibição de filmes, documentários, vídeos educativos e músicas, que estimulam a memória, o aprendizado e a socialização entre os participantes. A televisão também permitirá o uso de recursos multimídia que auxiliam na realização de dinâmicas interativas, fortalecendo os vínculos afetivos e a integração do grupo.

Notebook- O equipamento será utilizado como ferramenta de apoio nas oficinas e nas ações administrativas do serviço, permitindo o planejamento e registro das atividades, a produção de materiais pedagógicos, a exibição de vídeos, músicas e apresentações, bem como o acesso a conteúdos educativos e informativos. O uso do notebook também facilitará o desenvolvimento de relatórios, controle de frequência, registros fotográficos e demais documentações exigidas pelo serviço, garantindo maior eficiência e organização no trabalho da equipe técnica. Dessa forma, a compra do notebook justifica-se pela necessidade de aprimorar as práticas do SCFV, diversificar as metodologias de atendimento, incentivar a inclusão digital dos idosos e assegurar a qualidade e eficiência das ações realizadas, em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social e com os objetivos do SCFV.

Sistema de som- A aquisição de um sistema de som tem como finalidade atender às demandas das atividades desenvolvidas com o grupo de idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), promovendo a melhoria da qualidade das ações socioeducativas, culturais e recreativas oferecidas pelo serviço. O sistema de som é um recurso essencial para o desenvolvimento das atividades em grupo, especialmente considerando que muitos idosos apresentam limitações auditivas. O uso de equipamentos adequados garante que todos possam compreender e participar das dinâmicas, fortalecendo os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento. Além disso, o sistema de som contribuirá para a realização de eventos comemorativos, apresentações culturais e ações intergeracionais, que são fundamentais para o fortalecimento da convivência comunitária e para a valorização das pessoas idosas.

8. Indicadores de Resultado

• Número de idosos beneficiados diretamente.
• Aumento do número de atividades ofertadas semanalmente.
• Melhoria na adesão e satisfação dos participantes.
• Maior qualidade nos atendimentos de saúde para pessoas idosas

09. Monitoramento e Avaliação

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) é responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e avaliação da execução Incentivo Cuida Mais Paraná.

10. Prestação de Contas

O Município se compromete a prestar contas conforme as normas vigentes, anexando documentação comprobatória da execução física e financeira do recurso recebido, mediante Relatório de Gestão Físico-Financeira, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI).

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:6E9EAC1D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 006/2025

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas de 2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.168 de 1º de dezembro de 2010;
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 12 de novembro de 2025, Ata nº80.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa referente 2024,
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença – PR, 12 de novembro de 2025.

CARLA CRISTINA LISE
Presidente CMDI

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:EC2A0393

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o CONTRATO Nº 082/2025, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA e a empresa SIX PAVIMENTAÇÃO LTDA, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ESTRADA VICINAL MUNICIPAL EM CBUQ, COM 60.234,01 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, SERVIÇOS DIVERSOS, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL - lote 1.
ONDE SE LÊ:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O objeto do presente Contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ESTRADA VICINAL MUNICIPAL EM CBUQ, COM 60.234,01 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, SERVIÇOS DIVERSOS, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da ***CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 001/2025***.
LEIA-SE:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O objeto do presente Contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ESTRADA VICINAL MUNICIPAL EM CBUQ, COM 60.234,01 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, SERVIÇOS DIVERSOS, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da ***CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 003/2025***.

Renascença, 12 de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:053A09E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 213/2025 - CRÉDITO ADICIONAL NATAL

Decreto Nº 213 de 04/11/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;
DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), conforme se especifica a seguir:

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.006	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
04.695.0003.2049	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4852	01110-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - FESTA DE NATAL - SIT	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
	TOTAL	**150.000,00**

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:

I – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.4.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PÚBLICAS ESTADUAIS- FESTA NATALINA - SIT FONT: 1110	150.000,00
	TOTAL	**150.000,00**

Parágrafo único – O executivo está autorizado a remanejar/suplementar via decreto caso seja necessário para ajuste do orçamento, sendo por excesso, superávit ou anulação de dotação.

Art. 3º - Este decreto altera PPA – Plano Plurianual bem como compatibiliza LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, em 04 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:64BBF275

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 212/2025 - ALTERA MEMBROS CMDR

DECRETO Nº 212/2025

SÚMULA: ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE RESERVA DO IGUAÇU C.M.D.R. – NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º Alterar os membros Governamentais e não Governamentais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Reserva do Iguaçu-CMDR- do município de Reserva do Iguaçu abaixo descrito:

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
I - COOPAFI- Cooperativa da Agricultura Familiar de Reserva do Iguaçu:
Titular: ELOIR DE MATOS ORTIS
Suplente: ANDERSON CHAGAS

II – Comunidade Assentamento Paineira:
Titular: IEDA MARIA WEBER
Suplente: JOÃO MARIA DE DEUS RAMOS

III - COORLAF- Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Reserva do Iguaçu.
Titular: EDGAR LEMOS DO PRADO
Suplente: EDINEI RIBEIRO

IV – Comunidade Assentamento Barreiro:
Titular: AULDEREIS VALMIR OLINISKI
Suplente: EDUARDO ALVES DA SILVA

V – Comunidade Assentamento São José:
Titular: DIRCEU ROQUE MACHADO DA SILVA
Suplente: JONICLEI SOBIS

VI - Comunidade de Santo Antão (Terra Nova e Capoteiro):
Titular: EDSON DE OLIVEIRA CALDAS
Suplente: JOSÉ ANTONIO SIQUEIRA DE MORAES

VII - Comunidade do Baia em Reserva do Iguaçu:
Titular: MARCIANO RAMALHO
Suplente: LUIZ DE OLIVEIRA

VIII - Reassentamento Segredo II:
Titular: CLAUDEMIR JOSE CRISSANTO BELO
Suplente: JOSÉ LOURIVAL RIBAS

IX - Comunidade de Santa Luzia (Nova Iguaçu, São Pedro e São Miguel):
Titular: ANTONIO MARCIO GUIMARÃES
Suplente: MACIR PEDRO DOS PASSOS

X - Comunidade de Nossa Senhora de Fatima (Potreirinho, São Sebastião e São Luiz):
Titular: ADENIR DE OLIVEIRA MACHADO
Suplente: MAURO CEZAR CALDAS DE LIMA

XI - Comunidade Quilombolas:
Titular: LUIZ CARLOS ALVES DE LIMA
Suplente: GEMERSOM MARQUES

XII - Comunidade do Faxinal dos Soares:
Titular: ADÃO ALMEIDA DE DEUS
Suplente: CEZAR DE OLIVEIRA RAMOS

XIII - Vila Rural:
Titular: JULIO CAETANO DOS SANTOS
Suplente: MARTA ROSANE MACHADO MARTILIANO

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
I - Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural:
Titular: DILCINEI JOSÉ R. BAITEL
Suplente: JOÃO MATHIAS DANGUY

II - Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
Titular: ADEMAR CAPRA
Suplente: JOSE DE MORAES

III - Secretaria de Assistência Social e CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
Titular: SANDY RHAISSA MENDES
Suplente: BRUNA RIBEIRO FREIRE

IV - Secretaria de Viação, Transportes e Obras.
Titular: JORGE TADEU SENS
Suplente: OSIVAN DE FRANCA SILVEIRA

V - Secretaria de Educação e Cultura
Titular: LEILA APARECIDA BRANDALISE
Suplente: JESSICA GONÇALVES PEREIRA

VI - Secretaria de Saúde
Titular: LUAN ALVES FERNANDES
Suplente: LUCIANO SEVERO BERNIERI

VII - IDR-PARANÁ- Escritório local de Reserva do Iguaçu
Titular: ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE GABARDO
Suplente: IVAN JUNIOR DE OLIVEIRA.

VIII - Poder Legislativo do Município de Reserva do Iguaçu.
Titular: RUAN CRISTIAN MORAES MONTEIRO
Suplente: EMERSOM SEMCHECHEM

IX - Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento econômico.
Titular: JOHANN CALDAS DA SILVA ZANELA
Suplente: FABRINE VELHO SWITALSKI

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, 11 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:D5DDDACF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 214/2025 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DA POLITICA CULTURAL

DECRETO N° 214/2025

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, conforme determina a Lei Municipal n° 1188/2022, que será comporto pelos seguintes membros:
I – Representantes do Poder Público:
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura:
- Titular: Daniele Cristina Caldas (Departamento de Cultura);
- Suplente: Maria Teresinha Rodrigues Siqueira (Departamento de Cultura)
- Titular: Luciane Aparecida Mendes Balcota;
- Suplente: Janette Varnier dos Santos;
b) Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico:
- Titular: Emily Daniele Machado de Lima;
- Suplente: Juliélen Zembruski;
c)Secretaria Municipal de Assistência Social:
- Titular: Jumara Regina Oliveira Dallagnol;
- Suplente: Cirene Antunes da Rosa
d) Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:
- Titular: Régis Augusto Anderção
- Suplente: Suzana Andria

II – Representantes da Sociedade Civil:

ACERI:
- Titular: Grasiane Madalozzo;
- Suplente: Patrícia Rodrigues Fornari
b) Segmento da Música:
- Titular: Sara Santos Lima;
- Suplente: Valdinei Mazzaroli;
c) Segmento de Obras literárias:
- Titular: José Antonio Siqueira Moraes;
- Suplente: Marcos Serpa de Lima;
d) Segmento do Artesanato:
- Titular: Jaíne de Paula Proença;
- Suplente: Naiara Zubreski;
e) Segmento da Cultura afro-brasileira:
- Titular: Jucemara dos Santos;
- Suplente: Jenerson Marques de Campos;

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural terá duração de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, salvo a função de Presidente exercida pelo Diretor do Departamento de Cultura, Conselheiro nato do órgão colegiado.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 26 de agosto de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:38C59321

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 216/2025 - NOMEIA COORDENADORA DIVISÃI DA MULHER

DECRETO Nº 216/2025

SÚMULA: NOMEIA COORDENADORA DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. **VANESSA APARECIDA CORREIA SOARES**, brasileira, portadora do CPF sob nº: XXX.165.079-XX, para a coordenação Divisão de Proteção às Mulheres, lotada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, 12 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:1748E2F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO - RETIFICADO 90033/2025

EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO - RETIFICADO *90033/2025*

CONTRATANTE (UASG)
Município de Reserva do Iguaçu (000980878)

OBJETO
Aquisição permanente de 1 (um) caminhão caçamba, 1 (um) rolo compactador e 2 (duas) motoniveladoras tipos C, para manutenção das vias rurais, em cumprimento do Termo de Convênio nº 284/2025 com a SEAB nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 3.812.640,05 (três milhões oitocentos e doze mil seiscentos e quarenta reais e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **27/11/2025** às **08h 30min (horário de Brasília)**

LOCAL
Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br)

Critério de Julgamento:
menor preço por item

Modo de disputa:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:8677C1AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1327 - CRÉDITO ADICIONAL NATAL

Lei Nº 1327 de 04/11/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), conforme se especifica a seguir:

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.006	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
04.695.0003.2049	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4852	01110-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - FESTA DE NATAL - SIT	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
	TOTAL	**150.000,00**

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:

I – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.4.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PÚBLICAS ESTADUAIS- FESTA NATALINA - SIT FONT: 1110	150.000,00
	TOTAL	**150.000,00**

Parágrafo único – O executivo está autorizado a remanejar/suplementar via decreto caso seja necessário para ajuste do orçamento, sendo por excesso, superávit ou anulação de dotação.

Art. 3º - Este projeto altera PPA – Plano Plurianual bem como compatibiliza LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, em 04 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:01A5EB24

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI Nº 1324/2025 - PLANO PLURIANUAL 2026/2029

LEI Nº 1324/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, RELATIVO AO PERÍODO DE 2026 A 2029.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para a quadriênio 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, as diretrizes, os programas com seus respectivos objetivos e indicadores e as ações governamentais com suas metas.
Parágrafo Único – Integra o Plano Plurianual: Anexo I – Programas e Ações.

Art. 2º Os Programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, para efeito do artigo 165, § 1º da Constituição Federal, são os integrantes desta Lei.

Art. 3º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 4º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de Lei de revisão anual ou específico.
§1º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no caput.
§2º A proposta de alteração ou inclusão de programas conterá, no mínimo:
I – Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;
§3º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem.
§4º Considera-se alteração de programa:
I - Adequação da denominação, dos objetivos e dos indicadores;
II - Inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias.
§5º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.
§6º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas Leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.
§7º A inclusão e a alteração de ações de que trata o inciso II do § 4º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que vinculados a programa já existente no Plano Plurianual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 12 de Novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:50B85473

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI Nº 1326/2025 - RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES CIASCANTU

LEI Nº 1326/2025

SÚMULA: RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA CANTUQUIRIGUAÇU, COM A FINALIDADE DE CONSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CANTUQUIRIGUAÇU – CIASCANTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica ratificado, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, o Protocolo de Intenções celebrado entre os Municípios da Cantuquiriguaçu, que tem por objeto a constituição do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social da Cantuquiriguaçu – CIASCANTU, conforme cópia anexa.

Art. 2º O Município de RESERVA DO IGUAÇU passa a integrar o CIASCANTU como ente consorciado, obrigando-se ao cumprimento das disposições constantes do Protocolo de Intenções e de seus instrumentos complementares, inclusive no que diz respeito ao aporte de recursos financeiros.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:
I – firmar o Contrato de Consórcio Público e demais instrumentos necessários à constituição e funcionamento do CIASCANTU;
II – representar o Município de Reserva do Iguaçu nas Assembleias e atos do Consórcio, podendo designar representante legalmente constituído;
III – realizar os repasses financeiros devidos pelo Município de Reserva do Iguaçu, conforme deliberado pela Assembleia Geral do CIASCANTU.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 10 de Novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO - PROTOCOLO DE INTENÇÕES
Consórcio Intermunicipal de Assistência Social da Cantuquiriguaçu – CIASCANTU

Os Municípios de:
O MUNICIPIO DE CANDOI, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.869.621/0001-45, com sua sede rua XV de Novembro, 1761, CEP: 85.866-900, neste ato representado por seu prefeito, o Srº ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 12R1497082 emitida pela SESP-SC, CPF/MF nº 533.961.209-06
O MUNICIPIO DE CANTAGALO, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.279.981/0001-45, com sua sede rua Cinderela, 379, CEP: 85.160-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº JOÃO KONJUNSKI, brasileiro, casado,

prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 922.699 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 192.411.199-34

O MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÃO, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.603.719/0001-32, com sua sede rua Padre Emiliano Barbiere, 339, CEP: 85.145-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº FRANCISCO CLEI DA SILVA, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 8.199.613-0 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 027.812.409-74

O MUNICIPIO DE GOIOXIM, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, com sua sede rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 CEP: 85.162-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº EDER DOS SANTOS, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 9.274.189-3 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 062.993.229-85

O MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.205.970/0001-95, com sua sede Rua Expedicionario João Maria, 1020, CEP: 85.301.410, neste ato representado por seu prefeito, o Srº JAISON RODRIGO MENDES, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 9.672.870-0 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 010.441.359-05

O MUNICIPIO DE MARQUINHO, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.552/0001-13, com sua sede rua Sete de Setembro, s/nº, CEP: 85.168-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº ELIO BONZON JUNIOR, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 9.888.242-1 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 061.537.579-01

O MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.648/0001-12, com sua sede rua Rio Grande do Sul, 2122, CEP: 85.350-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº FABIO ROBERTO DOS SANTOS, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 787.632.829-68

O MUNICIPIO DE PINHÃO, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.178.011/0001-28, com sua sede Av. Trifon Hanycz, 220, CEP: 85.170-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº VALDECIR BIASEBETTI, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 1.643.509-0 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 371.392.079-68

O MUNICIPIO DO PORTO BARREIRO, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.591.618/0001-36, com sua sede rua Das Camelias, 900, CEP: 85.345-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº EMANOEL VANDERLEI VOLFF, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 4.142.437-0 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 644.104.129-49

O MUNICIPIO DO QUEDAS DO IGUAÇU, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.591.618/0001-36, com sua sede rua Das Camelias, 900, CEP: 85.345-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº RAFAEL CIRULLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 8.126.650-6 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 053.532.259-37

O MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.911/0001-32, com sua sede Av. 4 de Setembro, 614, CEP: 85.195-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº VITORIO ANTUNES DE PAULA, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 6.605.170-6 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 855.281.889-20

O MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.770/0001-99, com sua sede rua Sete de Setembro, 720, CEP: 85.340-000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº SEZAR AUGUSTO BOVINO, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 1.420.491-1 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 333.481.709-15

MUNICIPIO DE VIRMOND, pessoa juridica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.622/0001-74, com sede a Rua XV de Novembro, 608, CEP: 85.390.000, neste ato representado por seu prefeito, o Srº FERNANDO MIERZVA, brasileiro, casado, prefeito Municipal, portador da cédula de identidade RG nº 7.192.682-6 emitida pela SSP-PR, CPF/MF nº 008.025.279-65

doravante denominados **entes consorciados**, neste ato representados por seus respectivos Prefeitos Municipais, resolvem, em conformidade com a **Lei Federal nº 11.107/2005** e o **Decreto nº 6.017/2007**, celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, que, após ratificação mediante lei de cada ente federado, converter-se-á em **Contrato de Consórcio Público**, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEDE

I – O Consórcio ora instituído denomina-se **Consórcio Intermunicipal de Assistência Social da Cantuquiriguaçu – CIASCANTU**.

II – O Consórcio será constituído como **associação pública**, com personalidade jurídica de direito público, integrada pelos entes da Federação que ratificarem este Protocolo.

III – A sede administrativa do CIASCANTU será no Município de Laranjeiras do Sul/Paraná, podendo ser transferida por deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

O CIASCANTU terá por finalidade:

I – Planejar, organizar e executar ações e serviços públicos de assistência social em regime de cooperação entre os Municípios consorciados;

II – Apoiar tecnicamente a elaboração e execução dos Planos Municipais de Assistência Social, bem como programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III – Promover a gestão associada de serviços, programas e ações voltadas à proteção social básica e especial;

IV – Captar e gerenciar recursos financeiros, técnicos e humanos para a execução de políticas públicas de assistência social;

V – Estabelecer convênios, contratos e parcerias com a União, Estado e demais entidades públicas e privadas;

VI – Promover a capacitação e formação continuada de gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MEMBROS

Poderão integrar o CIASCANTU os Municípios da região da Cantuquiriguaçu que ratificarem este Protocolo mediante lei autorizativa.

A entrada de novos entes dependerá de aprovação da Assembleia Geral e posterior ratificação legislativa.

CLÁUSULA QUARTA – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

I – O CIASCANTU será dirigido pelos seguintes órgãos:

a) **Assembleia Geral** – órgão máximo de deliberação, composta pelos Prefeitos dos entes consorciados;

b) **Diretoria Executiva** – órgão de administração, composta por Presidente, Vice-Presidente e Diretor Administrativo;

c) **Conselho Fiscal** – responsável pela fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

II – O Regimento Interno detalhará a estrutura organizacional e as competências de cada órgão.

CLÁUSULA QUINTA – DO FINANCIAMENTO

I – O custeio das atividades do Consórcio será realizado mediante:

a) Contribuições ordinárias e extraordinárias dos Municípios consorciados, por meio de contribuição mensal, além de contribuição complementar proporcional ao uso dos serviços a serem disponibilizados ou a outros critérios aprovados pela Assembleia Geral;

b) Recursos transferidos pela União e Estado;

c) Receitas decorrentes de convênios, contratos, doações e parcerias.

II – O orçamento anual do Consórcio será aprovado pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O CIASCANTU terá prazo indeterminado de duração, podendo ser extinto por deliberação da Assembleia Geral, ratificada por lei dos entes consorciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente Protocolo, uma vez convertido em Contrato de Consórcio Público, somente poderá ser alterado mediante decisão da Assembleia Geral e posterior ratificação legislativa pelos entes consorciados.

CLÁUSULA OITAVA – DA SAÍDA E EXCLUSÃO DE MEMBROS

I – Qualquer ente consorciado poderá se retirar do Consórcio, desde que comunique com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias e arque com as obrigações já assumidas.

II – A exclusão de membro dar-se-á em caso de descumprimento das obrigações, por deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – O presente Protocolo de Intenções será ratificado mediante lei por cada ente consorciado.

II – Após ratificação, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, com personalidade jurídica própria, conforme art. 6º da Lei nº 11.107/2005.

III – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável.

Laranjeiras do Sul, em 25 de Setembro de 2025

ASSINAM:

Prefeito(a) de [CANDOI]

Prefeito(a) de [CANTAGALO]

Prefeito(a) de [FOZ DO JORDÃO]

Prefeito(a) de [GOIOXIM]

Prefeito(a) de [LARANJEIRAS DO SUL]

Prefeito(a) de [MARQUINHO]

Prefeito(a) de [NOVA LARANJEIRAS]

Prefeito(a) de [PINHÃO]

Prefeito(a) de [PORTO BARREIRO]

Prefeito(a) de [QUEDAS DO IGUAÇU]

Prefeito(a) de [RESERVA DO IGUAÇU]

Prefeito(a) de [RIO BONITO DO IGUAÇU]

Prefeito(a) de [VIRMOND]

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:53588669

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 127/2025

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 daLei OrgânicaMunicipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Conceder autorização para dirigir veículos públicos, para:

JOCINEIA LEMES DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de DIRETOR II, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF: 105.XXX.XXX-00 e Registro de Habilitação sob nº: 08182853171, Categoria de Permissão B.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:22F2ADD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 128/2025 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme prevê o Art. 119 da Lei 682/2010, ficam concedidas duas Licenças Prêmio, tendo como período total 180 (cento e oitenta) dias, ao S.r. JOCELINO SIQUEIRA MORAES inscrito no CPF nº: XXX.616.479-XX, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:1B0B4113

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 136/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 136/2025, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 02 de dezembro de 2025, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA DE ALTA, MÉDIA E BAIXA TENSÃO, PODAS DE ÁRVORES, E SERVIÇOS DE CAMINHÃO MUNCK COM CESTO AÉREO E MOTORISTA, PARA AUXÍLIO NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 13/11/2025 às 07 hr 59 min do dia 02/12/2025, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 02/12/2025. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 13 de novembro de 2025.

Rio Azul, 12 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:81A40C17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 137/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 137/2025, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 27 de novembro de 2025, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS PACIENTES DA HEMODIÁLISE; LANCHES PARA OS PACIENTES DE CURITIBA E PONTA GROSSA; GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO AZUL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 13/11/2025 às 07 hr 59 min do dia 27/11/2025, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 27/11/2025. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 13 de novembro de 2025.

Rio Azul, 12 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:32437A0E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 138/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 138/2025, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 01 de dezembro de 2025, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é Registro de Preços visando futuras aquisições e contratações de empresa para a confecção de toldos e divisórias, devidamente instalados, destinados a todas as Secretarias do Município de Rio Azul, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 13/11/2025 às 07 hr 59 min do dia 01/12/2025, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 01/12/2025. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 13 de novembro de 2025.

Rio Azul, 12 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:EAE3595D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 139/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 139/2025, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 28 de novembro de 2025, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ITENS DESTINADOS À DECORAÇÃO NATALINA DA PRAÇA TIRADENTES, NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL/PR, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 13/11/2025 às 07 hr 59 min do dia 28/11/2025, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 28/11/2025. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 13 de novembro de 2025.

Rio Azul, 12 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:8FEC69BA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA, Nº. 53/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a DISPENSA ELETRÔNICA, nº. 53/2025, com data de abertura para o dia 18 de novembro de 2025, às 08 hr 00min, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e execução de todos os materiais e serviços necessários à realização do espetáculo pirotécnico da virada de ano, programado para o dia 31 de dezembro de 2025, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais legislação aplicável, e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 13/11/2025 às 07 hr 59 min do dia 18/11/2025, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 18/11/2025 com 06 horas de disputa. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 13 de novembro de 2025.

Rio Azul, 12 de novembro e 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:F407DF38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 303/2025- RH

PORTARIA N°. 303/2025.

O Prefeito Municipal Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal Rio Branco do Ivaí, Sr.RAIMUNDO GOMES NUNIS, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, portador do RG n°.1829429-0 e CPF n°562.321.109-78. como gestor do convênio com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento com o Município de Rio Branco do Ivaí referente as estufas.
Art. 2° - Designar a Servidora Público Municipal Rio Branco do Ivaí, ADRIANA BONIZOLI GONÇALVES, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, portador do RG n°. 94981093 e CPF n° 065.496.039-94. como fiscal do convênio com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento com o Município de Rio Branco do Ivaí referente as estufas.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Rio Branco do Ivaí, 12 de novembro de 2025

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:9E40DC32

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
RESOLUÇÃO Nº 05/2025 – CMAS

APROVA AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Branco do Ivaí – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Resolução CNAS nº 33/2012 e a Lei Municipal nº 485/2016,

Considerando a importância da prestação de contas para a transparência, controle social e gestão democrática dos recursos da Política de Assistência Social;

Considerando a apresentação e análise das prestações de contas referentes aos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, realizadas na reunião ordinária do CMAS em 12 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Prestações de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, referentes aos seguintes incentivos e períodos:

I – Incentivo Equipamentos para CRAS e CREAS – 2º semestre de 2023, Agência: 2086-9, Conta: 20627-X;
II – Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS I) – 1º semestre de 2023;
III – Piso Paranaense de Assistência Social – Período de 01 de julho de 2023 a 31 de janeiro de 2024, Agência: 2086-9, Conta: 108935-8.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio Branco do Ivaí/PR, 12 de novembro de 2025.

LETICIA MARIA SIQUEIRA
Presidente do CMAS
Municipio de Rio Branco do Ivaí - PR

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:D478B6C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 003/2025

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a **3ª** Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Branco do Sul– CMAS/RBS. A reunião foi conduzida pela Secretária Executiva, Sra. Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, que deu início aos trabalhos agradecendo a presença dos conselheiros e apresentando a pauta para deliberação: **1. Aprovação e definição dos critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais.**Na sequência, a Secretária Executiva e a Conselheira Débora Menezes da Silvaexplicaram que o Conselho deveria definir e aprovar os critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais, que integrarão a nova Lei que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUASno Município de Rio Branco do Sul. Foi apresentado ao colegiado o Projeto de Leique, após leitura e discussão, teve os seguintes critérios definidos:

CAPÍTULO VII
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA
Seção I – Dos Benefícios Eventuais
Art. 44. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
Art. 45. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:
I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias que estigmatizem os beneficiários;
III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
IV – igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios;
V – ampla divulgação dos critérios de concessão;
VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.
Art. 46. Os benefícios eventuais poderão ser concedidos em forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços. *(Poderá ser acrescentado detalhamento sobre a forma de operacionalização, caso o Conselho julgue pertinente.)*
Art. 47.O público-alvo para acesso aos benefícios eventuais será identificado pelo Município mediante avaliação técnica de profissionais do SUAS (psicólogo ou assistente social) e/ou com base em estudos da realidade social e diagnósticos elaborados pela Vigilância Socioassistencial, visando subsidiar o planejamento da oferta.
Seção II – Da Prestação de Benefícios Eventuais
Art. 48. Os benefícios eventuais serão prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de risco, perdas e danos a que estão sujeitos indivíduos e famílias.
Parágrafo único. Os critérios e prazos para sua concessão serão estabelecidos por meio de Resolução do CMAS, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742/1993.
Art. 49.O benefício prestado em virtude de nascimento será concedido:
I – à genitora que comprove residência no Município;
II – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.
Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia, bens de consumo ou ambas as formas, conforme disponibilidade e interesse da administração pública, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo CMAS.
Art. 50.O benefício por morte destina-se a reduzir vulnerabilidades provocadas pelo falecimento de membro da família, atendendo às necessidades urgentes decorrentes dessa situação.

Parágrafo único. Poderá ser concedido conforme a necessidade identificada no trabalho social com a família e mediante cumprimento dos critérios fixados pelo CMAS.
Art. 51.O benefício por vulnerabilidade temporária será destinado a indivíduos ou famílias, com o objetivo de minimizar situações de risco, perdas e danos decorrentes de contingências sociais, devendo articular-se aos serviços socioassistenciais e contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, com valor e duração definidos conforme a gravidade da situação de vulnerabilidade, observados os critérios regulamentados pelo CMAS.
Art. 52.A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pela ocorrência de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, entendidos como:
I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
II – perdas: privação de bens e segurança material;
III – danos: agravos sociais e ofensas.
Parágrafo único. Esses fatores poderão decorrer de:
I – ausência de documentação;
II – necessidade de mobilidade para acesso a serviços e benefícios;
III – deslocamento interestadual visando à convivência familiar e comunitária;
IV – situações de violência física, psicológica ou sexual;
V – ruptura de vínculos familiares e comunitários;
VI – reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência, em situação de rua, crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência ou famílias sob medida protetiva;
VII – ausência de condições ou meios próprios para prover as necessidades alimentares do grupo familiar.
Art. 53. Os benefícios prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem provisões suplementares e temporárias de Assistência Social, visando garantir a sobrevivência, a dignidade e a reconstrução da autonomia das famílias afetadas.
Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia ou bens de consumo, com valor definido conforme o grau de vulnerabilidade, conforme regulamentação do CMAS.
Art. 54. As situações de calamidade pública e desastre compreendem eventos anormais, como temperaturas extremas, tempestades, enchentes, secas, deslizamentos, incêndios, epidemias ou outros fatos imprevistos que causem sérios danos à comunidade, inclusive à segurança e à vida de seus integrantes.
Art. 55. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Por fim, os critérios foram aprovados por unanimidade os critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais.Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, lavrei a presente ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Elisane Souza Miranda
Assinatura:

Débora Menezes da Silva
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Kátia Jackeline Santos Bueno
Assinatura:

Andreia Aparecida de Jesus
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Daiane Camargo Florêncio
Assinatura:

Sandra Mara de Oliveira Rosa
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Daniele Caroline Costa Renoud
Assinatura:

Gizele Cordeiro de Lara
Assinatura:

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:
Victória Leticia Trevisan Borba
Assinatura:

Letícia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL
ASSOCIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE RIO BRANCO DO SUL – ACARS
Alexandre Selinski
Assinatura:

Alcemir José Portes
Assinatura:

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI:
Raquel Stresser de Jesus
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz C.
Assinatura:

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:D0743317

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 007/2025

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, reuniram-se os conselheiros representantes da sociedade civil e do governo municipal para a realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com o objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **aprovação para compra de uniformes do SCFV com recursos do Bloco de Proteção Básica do FNAS, aprovação da LOAS e definição dos critérios dos benefícios.**A reunião foi iniciada com manifestações das conselheiras presentes acerca da recorrente falta de quórum nas reuniões, especialmente por parte dos representantes governamentais. A conselheira Elisane Souza Miranda salientou a necessidade de revisão da composição dos representantes da sociedade civil, tendo em vista que, conforme a nova legislação, o

CMAS deverá incluir uma cadeira destinada aos usuários do SUAS. A pauta referente à aprovação para compra de uniformes do SCFV foi reprogramada para a próxima reunião. Na sequência, Elisane informou que está em andamento a elaboração da nova Lei Municipal da Assistência Social, que reunirá em um único texto a legislação referente ao Conselho Municipal de Assistência Social, ao Fundo Municipal de Assistência Social e aos Benefícios Eventuais, considerando que as leis vigentes encontram-se desatualizadas. O propósito é sistematizar a política municipal de assistência social em um único instrumento legal. A proposta será encaminhada ao grupo do Conselho para análise prévia antes de seu envio à Procuradoria Jurídica e, posteriormente, à tramitação na Câmara de Vereadores. Após breve discussão, a proposta de unificação das legislações foi aprovada por unanimidade pelas conselheiras presentes. Em continuidade, Elisane apresentou a minuta do Relatório de Monitoramento e Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social realizada em 2023, bem como o Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Assistência Social. Durante a explanação, foram destacados os seguintes resultados: **Meta 1 –** aquisição de imóvel, cumprida, com a construção do novo Acolhimento Institucional e do novo CRAS Rural; **Meta 2–** atendimento pela política de habitação, ainda em consolidação, aguardando dados oficiais da área de Habitação; **Meta 3–**famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, com meta de 90% atingida, sendo 28% das famílias em situação de pobreza e 29% em baixa renda, representando redução em relação ao ano anterior; **Meta 4 –**famílias em situação de violência atendidas pelo CREAS, superando a meta de 50 famílias, com 171 acompanhamentos realizados até outubro; **Meta 5 –**pessoas em situação de rua, com meta inicial de 10 atendimentos, alcançando 21 atendimentos e 112 abordagens sociais, esclarecendo-se que muitos dos casos são transitórios; **Meta 6 –**acompanhamentos pelo CRAS (PAEF), com meta de 60 famílias e resultado de 184 acompanhadas até o momento; **Meta 7 –**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com meta de 440 usuários, média de 250 frequentadores e cerca de 350 atendimentos ao longo do período. As conselheiras destacaram avanços significativos nos indicadores, especialmente na redução da pobreza e no fortalecimento das ações de acompanhamento familiar. Na sequência, foi apresentado o Relatório da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, contendo as deliberações organizadas por eixos temáticos: financiamento da política de assistência, controle social, articulação entre segmentos, serviços, programas e projetos, e benefícios e transferências de renda. Elisane explicou que as metas foram classificadas em categorias, a saber: em andamento, em contínua execução, alcançada, alcançada parcialmente, em análise de viabilidade e fora de competência. Como exemplo, citou a meta de destinação de 8% do orçamento anual à assistência social, classificada como “em análise de viabilidade”, e a substituição do serviço itinerante do CRAS por equipamento fixo, classificada como “alcançada parcialmente”. Após explanação e esclarecimentos, os dois relatórios — o Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Assistência Social e o Relatório de Avaliação da Conferência 2023 — foram aprovados por unanimidade. Elisane informou ainda que os documentos revisados, com os dados complementares fornecidos pelo Departamento de Habitação, serão encaminhados em formato PDF ao grupo do Conselho para apreciação, ressaltando que outros documentos ainda deverão ser apresentados e aprovados futuramente pelo Conselho e pela Rede de Proteção, conforme solicitação do Tribunal de Contas e o PROGOV. Também foi registrada solicitação de substituição de representante da Secretaria Municipal de Educação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, lavrei a presente ata, que será assinada após sua aprovação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Elisane Souza Miranda
Assinatura:

Débora Menezes da Silva
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Kátia Jackeline Santos Bueno
Assinatura:

Andreia Aparecida de Jesus
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Marciele de Cássia P. Costa
Assinatura:

Sandra Mara de Oliveira Rosa
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Daniele Caroline Costa Renoud
Assinatura:

Gizele Cordeiro de Lara
Assinatura:

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:
Victória Leticia Trevisan Borba
Assinatura:

Letícia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE RIO BRANCO DO SUL – ACARS
Alexandre Selinski
Assinatura:

Alcemir José Portes
Assinatura:

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI:
Raquel Stresser de Jesus
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz C.
Assinatura:

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B989F3F4

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 011/2025

Dispõe sobre aprovação do Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Assistência Social e do Relatório de Avaliação da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de 2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/RBS, conforme deliberação da 7ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2025, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 433/1995, de 18 de Novembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1° APROVARo Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Assistência Social;

Art. 2° APROVAR Relatório de Avaliação da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de 2023

Art. 3°Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 03 de novembro de 2025.

RAQUEL STRESSER DE JESUS
Vice-Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FDC86A32

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 013/2025

Dispõe sobre aprovação dos critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais de Rio Branco do Sul e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/RBS, conforme deliberação da 3ª Reunião Extraordinária realizada no dia 10 de novembro de 2025, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 433/1995, de 18 de Novembro de 1995;

RESOLVE:

Art. 1° APROVARos critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

Art. 2°. Serão concedidos benefícios eventuais aos usuários que se enquadrem nos seguintes critérios conforme avaliação técnica:

"**CAPÍTULO VII**

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I – Dos Benefícios Eventuais

Art. 44. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 45. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias que estigmatizem os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios;

V – ampla divulgação dos critérios de concessão;

VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 46. Os benefícios eventuais poderão ser concedidos em forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços. (Poderá ser acrescentado detalhamento sobre a forma de operacionalização, caso o Conselho julgue pertinente.)

Art. 47. O público-alvo para acesso aos benefícios eventuais será identificado pelo Município mediante avaliação técnica de profissionais do SUAS (psicólogo ou assistente social) e/ou com base em estudos da realidade social e diagnósticos elaborados pela Vigilância Socioassistencial, visando subsidiar o planejamento da oferta.

Seção II – Da Prestação de Benefícios Eventuais

Art. 48. Os benefícios eventuais serão prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de risco, perdas e danos a que estão sujeitos indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para sua concessão serão estabelecidos por meio de Resolução do CMAS, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742/1993.

Art. 49. O benefício prestado em virtude de nascimento será concedido:

I – à genitora que comprove residência no Município;

II – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia, bens de consumo ou ambas as formas, conforme disponibilidade e interesse da administração pública, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo CMAS.

Art. 50. O benefício por morte destina-se a reduzir vulnerabilidades provocadas pelo falecimento de membro da família, atendendo às necessidades urgentes decorrentes dessa situação.

Parágrafo único. Poderá ser concedido conforme a necessidade identificada no trabalho social com a família e mediante cumprimento dos critérios fixados pelo CMAS.

Art. 51. O benefício por vulnerabilidade temporária será destinado a indivíduos ou famílias, com o objetivo de minimizar situações de risco, perdas e danos decorrentes de contingências sociais, devendo articular-se aos serviços socioassistenciais e contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, com valor e duração definidos conforme a gravidade da situação de vulnerabilidade, observados os critérios regulamentados pelo CMAS.

Art. 52. A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pela ocorrência de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, entendidos como:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensas.

Parágrafo único. Esses fatores poderão decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade para acesso a serviços e benefícios;

III – deslocamento interestadual visando à convivência familiar e comunitária;

IV – situações de violência física, psicológica ou sexual;

V – ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência, em situação de rua, crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência ou famílias sob medida protetiva;

VII – ausência de condições ou meios próprios para prover as necessidades alimentares do grupo familiar.

Art. 53. Os benefícios prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem provisões suplementares e temporárias de Assistência Social, visando garantir a sobrevivência, a dignidade e a reconstrução da autonomia das famílias afetadas.

Parágrafo único. O benefício poderá ser concedido em pecúnia ou bens de consumo, com valor definido conforme o grau de vulnerabilidade, conforme regulamentação do CMAS.

Art. 54. As situações de calamidade pública e desastre compreendem eventos anormais, como temperaturas extremas, tempestades, enchentes, secas, deslizamentos, incêndios, epidemias ou outros fatos imprevistos que causem sérios danos à comunidade, inclusive à segurança e à vida de seus integrantes.

Art. 55. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais."

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 12 de novembro de 2025.

RAQUEL STRESSER DE JESUS
Vice-Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:85498414

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITO DA MULHER
ATA Nº 003/2025

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM/RBS**.** A reunião foi iniciada pela Secretária Executiva**,** Jennifer Christtiane Geffer Paes Schwartz, que deu as boas-vindas às participantes e apresentou a seguinte pauta:**1. Aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação referente ao recurso "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – Deliberação nº 015/2025 – CEDM/PR."**Jennifer informou que foi publicada a Deliberação nº 015/2025 – CEDM/PR**,**que dispõe sobre o repasse de recursosfinanceiros aos municípios, na modalidade fundo a fundo, destinados àEstruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL**.** Esclareceu que, para a adesão do Município, é necessário que oConselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)delibere e aprove formalmente oTermo de Adesãoe oPlano de Ação**,** conforme determina a deliberação. Ressaltou, ainda, que o prazo para envio da adesão éimpreterivelmente até o dia 17 de novembro de 2025**,** devendo ser anexada, no Sistema SIFF**,** a cópia da deliberação ou resolução aprovada e devidamente assinada pelo CMDM. Informou também que o recurso será destinado ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)**,** cuja reforma está prevista para ser concluída em 2026**.** A Presidente**,** Juliana Silva Simão**,** destacou a importância da aprovação do referido instrumento pelo Conselho. Colocada a matéria em deliberação, foiaprovada por unanimidadeoTermo de Adesãoe oPlano de Açãoreferentes àDeliberação nº 015/2025 – CEDM/PR**.** Nada mais havendo a tratar, a PresidenteJuliana Silva Simãoencerrou a reunião. E, para constar, eu**,** Jennifer Christtiane Geffer Paes Schwartz**,** Secretária Executiva dos Conselhos da SMASH**,** lavrei a presente ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:
Roberta Cibin
Assinatura:

Ariele Kauane de Lima
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ellen de Fátima Passarine
Assinatura:

Graciela G. V. Rodrigues
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Elaine Cristina P. De França
Assinatura:

Ana Paula Mayer Vaz
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Jhessica Rosa Stocko
Assinatura:

Salete Pacheco Alves
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Andréia Aparecida de Jesus
Assinatura:

Kátia Jackeline Santos Bueno
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO AÇUNGUI
Janaina Martins Stresser
Assinatura:

Leila Moura
Assinatura:

REPRESENTANTES DOS TIMES FEMININOS DE VÔLEI
Juliana Silva Simão
Assinatura:

Ana Caroline da Silva
Assinatura:

REPRESENTANTES DA AMPEC
Eliane Martins
Assinatura:

Jackeline Ap. Cordeiro Pilar
Assinatura:

REPRESENTANTES AUTÔNOMAS
Laura Cauana Lechenakoski
Assinatura:

Mariana Ribeiro de Paula
Assinatura:

Amanda Rafaela Siqueira
Assinatura:

Monica Thais Ferreira dos Santos
Assinatura:

REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA - CNBB
Dilcelia do Nascimento
Assinatura:

Elaine Regina de Bonfim
Assinatura:

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:CB9319CC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITO DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 002/2025

Dispõe sobre aprovação Termo de Adesão e Aprovação do Plano de Ação do Repasse "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – Deliberação nº 015/2025 – CEDM/PR."

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, do município de Rio Branco do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei n°1.418 de 07 de

maio de 2024, e conforme deliberado na 3ª Reunião Extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025.

R E S O L V E:

Art.1º APROVAR o Termo de Adesão e Plano de Ação referentes ao Repasse "Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – Deliberação nº 015/2025 – CEDM/PR.".

Art.2º Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 11 de novembro de 2025.

JULIANA SILVA SIMÃO
Presidente do CMDM/Rio Branco do Sul/PR

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:08DC202B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.181/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 171.335,38 (cento e setenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 171.335,38 (cento e setenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0302.0004.1001	**Projeto:Esta ação é criada para fazer face aos investimentos em ações de saúde de Média e Alta complexidade**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00610 - Operações de Crédito Internas	R$ 171.335,38
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 171.335,38		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 2119990101 - Outras operações de crédito - mercado interno - principal da fonte 610 - Operações de Crédito Internas nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 12de novembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3189520A

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.182/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávitfinanceiro no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0301.0004.0048	**Atividade:Esta ação visa garantir recursos para fazer face ao custeio das ações da atenção básica.**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0301.0004.0048	**Atividade:Esta ação visa garantir recursos para fazer face ao custeio das ações da atenção básica.**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	R$ 25.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 65.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2024, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 12 de novembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:1FEB5DF8

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESCISÃO CONTRATUAL BILATERAL - DISPENSA Nº 051/2024

OBJETO: Contratação e execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares pelo período de 06 (seis) meses.**MOTIVO DA RESCISÃO**: Início da Execução do Contrato nº 390/2025, resultante do Pregão Eletrônico nº 052/2025.
O processo estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632,das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio Branco do Sul, 12/11/2025.

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:61F2673B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
PORTARIA 031/2025

PORTARIA Nº 31/2025

EMENTA: Recesso de final de ano na Câmara Municipal de Rio Negro, conforme especifica.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos Artigos 25, Inciso II, e 71, ambos do Regimento Interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar Recesso de Final de Ano nos dias 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026, devendo a Câmara Municipal de Rio Negro retornar com seu expediente normal no dia 05 de janeiro de 2026 (segunda-feira).

Art. 2º- As disposições desta portaria entram em vigor nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO, ESTADO DO PARANÁ.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

ODAIR PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, PR

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:30E1BAB6

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
PORTARIA 033/2025

PORTARIA Nº 033, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, Vereador **ODAIR PEREIRA**, em conformidade com os Artigos 25, Inciso II, e 71, ambos do Regimento Interno da Câmara, Lei Municipal n. 1967, de 02 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional desta Casa, em especial o artigo 16, e artigo 103 da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Púbicos do Município de Rio Negro,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder (30) trinta dias de licença prêmio, no período de 13 de novembro a 12 de dezembro de 2025, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora **Cleonice Witt,** matrícula n. 515-1, lotada no cargo de Contadora, nomeado pela Portaria n. 005, de 01 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor e com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO, ESTADO DO PARANÁ.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

ODAIR PEREIRA
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:D5A4A945

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 167/2025

Dispõe sobre a pauta de valores para cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, para o exercício fiscal de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III, do § 4º, do artigo 153 da Constituição Federal;
Considerando o disposto no § 1º, do artigo 14, da Lei Federal nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;
Considerando o teor da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB nº 1640, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a RFB, em nome da União, o Distrito Federal e os municípios para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e altera a Instrução Normativa RFB nº 1.562, de 29 de abril de 2015;
Considerando ainda o teor da Instrução Normativa RBF nº 1877, de 14 de março de 2019, que dispõe sobre a prestação de informações sobre Valor da Terra Nua à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, sobre a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil,

D E C R E T A:

Art. 1º O referencial técnico e mercadológico da Pauta de Valores de Terra Nua - VTN, para efeito de cálculo, lançamento e cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, exercício fiscal de 2025, será o considerado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná – SEAB, através do Departamento de Economia Rural – DERAL.

Art. 2º A VTN aplicáveis no Município de Rio Negro, apurados e divulgados pela SEAB são os seguintes:

I - Classe A-II - terras cultiváveis com problemas simples de conservação – R$ 75.900,00/ha;

II - Classe A-III - terras cultiváveis com problemas complexos de conservação – R$ 55.400,00/ha;

III - Classe A-IV - terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação – R$ 42.000,00/ha;

IV - Classe B-VI - terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento com problemas simples de conservação – R$ 29.500,00/ha;

V - Classe B-VII - terras adaptadas em geral somente para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação – R$ 17.000,00/ha;

VI - Classe C-VIII - terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento - R$ 7.800,00/ha.
Parágrafo único. Os conceitos aplicados para o enquadramento das áreas dentro dos preços médios de terras agrícolas com valores referentes a 2023 em reais por hectare, são detalhados por classe de capacidade de uso e por Município, de acordo com a tabela emitida pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 40, de 30 de abril de 2024.

Rio Negro, 12 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:62DB8875

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 168/2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3.421, de 16 de dezembro de 2024,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), destinado a atender a despesa abaixo relacionada:

11	Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS	
004	Departamento de Assistência à Saúde - DAS	
1030200072.088	Atenção às Urgências e Emergências	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 000	Recursos Ordinários (Livres)	153.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total da seguinte dotação:

11	Sec. M. Saúde - SMS/Fundo M. de Saúde - FMS	
001	Gabinete do Gestor do Fundo - GG	
1012200071.126	Reforma da Edificação da Sede da Secretaria Mun. de Saúde	
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	
Fonte 000	Recursos Ordinários (Livres)	153.000,00

Art. 3º Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto, ficam alterados os anexos a ele relacionados na Lei Municipal nº 3.385, de 08 de julho de 2024 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025, bem como da Lei Municipal nº 3.180, de 09 de dezembro de 2021 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 3.421, de 16 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município

de Rio Negro para o exercício financeiro de 2025, e ainda o Decreto nº 151, de 19 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 12 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

TATIANE IZABELE SCHENOVEBER RODRIGUES
Secretária Municipal Da Fazenda

GEOVAN DA SILVA
Secretário Municipal De Planejamento E Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FB031AB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 129/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: G3 LOG ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - CNPJ/MF sob n.º 47.075.045/0001-99, neste ato representada por ADRIANA DE OLIVEIRA, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 193/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização do evento para a Escolha da Realeza 2025. Vigência: 12/11/2025 até 12/12/2025. Execução: 1 (um) dia. Preço: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Recursos:
07.004.0023.0695.0005.2033.3339039230000000000-411 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 11/11/2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:560F0BE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 131/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: PHENIX CONSTRUTORA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 53.987.549/0001-88, neste ato representada por FRANKLIN CARDOSO DO NASCIMENTO, em decorrência do processo de licitação Concorrência Eletrônico n.º 15/2025. OBJETO: Contratação de empresa para execução de projeto da Quadra Poliesportiva na Praça Municipal João Schafhauser no Bairro Alto. Vigência: 12/11/2025 até 12/03/2026. Preço: R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).
Recursos:
13.003.0015.0451.0002.1020.3449051020100000000-948 Fonte 00000
13.003.0015.0451.0002.1020.3449051020100000000-1214 Fonte 10190
Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 12/11/2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0A76394F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PD: 25262/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA PORTARIA N.º 1245/2023

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 52/2023 Ref. Pregão Eletrônico Nº 38/2023. CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná. CONTRATADA: SP EVENTOS LTDA – ME. CNPJ/MF n.º 13.441.709/0001-74. INTERESSADO: Secretária de Cultura e Turismo SECTUR. OBJETO: Descumprimento do Contrato. Responsabilidade Sob a égide do art. 9º, § 5º da Lei Municipal nº 2.885/2018, ADOTO o PARECER JURÍDICO como DECISÃO. Desta feita, a manifestação desta parecerista é pelo recebimento e improvimento dos recursos interpostos pela empresa SPINELLI EVENTOS LTDA – ME e pela manutenção integral da decisão proferida nos seus próprios termos e fundamentos. É a decisão. Rio Negro, 12 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:39BA9EAD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 339/2025 - MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 15/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de projeto de Quadra Poliesportiva na Praça Municipal João Schafhauser no Bairro Alto

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	EXECUÇÃO DE PROJETO - Contratação de empresa especializada na	104.000,00	PHENIX CONSTRUTORA LTDA

			Execução de projeto Quadra poliesportiva na Praça Municipal João Schafhauser, Bairro Alto na Cidade de Rio Negro		

Rio Negro, 07 de novembro de 2025 –

KARINA SAIBOTH –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2B3B06D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 395/2025 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 193/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização do evento para a Escolha da Realeza 2025.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA - Contratação de empresa especializada em Organização de Eventos - Escolha da Realeza 2025 do Município.	30.000,00	G3 LOG ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA

Rio Negro, 12 de novembro de 2025 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6B45D1AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 05 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 016/2021 REF. INEXIGIBILIDADE Nº 009/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **CENTRO DE REABILITAÇÃO E EQUOTERAPIA SONHO MEU LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Travessa Valfrido Kuhl, n.º 105, Roseira, na cidade de Rio Negro, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.494.314/0001-53, neste ato representado por sua Representante Legal, Sra. **CAMILA REGINA SCHELBAUER**, inscrita no CPF/MF sob n.º 066.244.849-93, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 016/2021**: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do **nº 016/2021**, por parte da Administração, visando a troca de dotação. **Dotações Orçamentárias: 1266 – 06.003.12.367.0003.2.091.3.3.90.39.65.01 – Fonte 10231.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Rio Negro PR, 12 de novembro de 2025

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:460F5D25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO III REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 029/2025
CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 005/2025 do processo de Inexigibilidade nº 029/2025, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 680/2025, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
3º	SOCIEDADE HOSPITAL BOM JESUS	80.860.273/0001-45	16/10/2025

Registre-se que o credenciamento nº 005/2025 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se.

Rio Negro, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6FF0FB1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.177/2025 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica **EXONERADO,** a pedido, o Senhor **EVANDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR,** matrícula 378729-0/1, do cargo de **Técnico de Gestão Municipal C – Agente de Trânsito**, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Mobilidade Urbana, a partir do dia **03/11/2025.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:7025B46C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 6.178/2025 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.

A Senhora **CAMILA GOMEDI**, matrícula **378776-1/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de DENTISTA ESPECIALISTA - CIRURGIÃO PACIENTES ESPECIAIS**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **12/11/2025.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 12 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:20352F14

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 33.892/2025 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os servidores elencados a realizar: emitir cheques, abrir contas correntes, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, movimentar conta corrente por meios eletrônicos, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates e aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques contas correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, consultar contas/ aplicações programas repasse recursos federais, liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro/ AASP, solicitar saldos/estratos de investimentos, solicitar saldo/extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, encerrar contas correntes, consultar obrigações do débito direto autorizado, cartão transporte – autorizar débito/transferência, atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro/AASP, assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumento de Convênio e Contratos de Prestação de Serviços, sempre em conjunto de duas assinaturas, especificamente para as contas da **FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (FMPDC)**, CNPJ nº 63.116.292/0001-42, desde que os empenhos estejam assinados pelas autoridades competentes:

■ **AILTON APARECIDO MAISTRO,** matrícula n° 2243-8/3;

■ **CARLOS GULZOW**, matrícula n° 33305-0/1;

■ **DAYANE APARECIDA FERMINO,** matrícula n° 2317-5/1;

■ **EDER JUNIOR EVANGELISTA,** matrícula n° 377686-7/2;

■ **EMANOELE CRISTINA FERNANDES**, matrícula n° 378235-2/2;

■ **KARLA TATIANE LUDOVICO,** matrícula n° 377561-5/4;

■ **LUCIANA APARECIDA BRUNOZI BATISTA,** matrícula n° 2186-5/1;

■ **Odair rodrigues,** matrícula n° 378742-0/3;

■ **RENATE KOPP,** matrícula n° 2320-5/1;

■ **WILLIAM RICARDO AKIRA YOKOYAMA,** matrícula n° 378575-0/1;

■ **WILSON SOCIO JUNIOR,** matrícula n° 33158-9/4.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 12 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGERIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A8EFFCBE

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 556, 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 190.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº, 523 de 23 de dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei 4.252/2024 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024 conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.01.04.122.0002.2.138	3.3.90.40.00.00.00	000	R$ 10.000,00
07.01.15.452.0007.2.030	3.3.90.30.00.00.00	000	R$ 50.000,00
07.01.26.782.0007.2.032	3.3.90.30.00.00.00	000	R$ 80.000,00
11.01.27.812.0011.2.061	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 50.000,00
TOTAL			**R$ 190.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.01.04.129.0005.2.020	3.3.90.31.00.00.00	000	R$ 60.000,00
07.01.20.606.0007.2.031	4.4.90.30.00.00.00	000	R$ 80.000,00
07.01.20.606.0007.2.031	4.4.90.39.00.00.00	000	R$ 50.000,00
TOTAL			**R$ 190.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
02.01	3.3	000	Novembro	R$ 10.000,00
07.01	3.3	000	Novembro	R$ 130.000,00
11.01	3.3	000	Novembro	R$ 50.000,00
TOTAL				**R$ 190.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
05.01	3.3	000	Novembro	R$ 60.000,00
07.01	4.4	000	Novembro	R$ 130.000,00
TOTAL				**R$ 190.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:4E97FB53

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 557, 11 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Altera o Decreto nº 142, de 18 de abril de 2025, que Regulamenta, no âmbito do Município de Rolândia, o disposto no art. 74 da Lei 14.133/2021 para instituir a modalidade para aquisição de alimentos da agricultura familiar, atendendo a demanda do PNAE e da Lei nº 14.660, de 2023, com auxílio da Lei 11.947 de 2009, alterações posteriores e demais regulamentações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o contido no memorando nº 19.466/2025,

DECRETA

Art. 1º – Ficam alterados os arts. 4º, 5º e 6º do Decreto nº 142, de 18 de abril de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º. **O procedimento de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), será conduzido pelo Departamento de Alimentação Escolar, responsável pela publicação do edital, recebimento das propostas e análise da habilitação técnica dos interessados.**
§ 1º Durante a sessão de abertura referida no caput, será lavrada ata circunstanciada, contendo o registro das propostas recebidas e a análise documental dos participantes. Concluído o credenciamento, o Departamento de Alimentação Escolar elaborará o cronograma de entregas, definindo as quantidades e os produtores credenciados responsáveis por cada item, em conformidade com o planejamento nutricional e o cardápio aprovado pela equipe técnica.
§ 2º O rateio das quantidades de fornecimento, bem como o planejamento e o acompanhamento das entregas, serão realizados pelo Departamento de Alimentação Escolar, observando o cronograma nutricional e as diretrizes técnicas estabelecidas pela coordenação do programa.
§ 3º Concluída a etapa de credenciamento, o resultado será encaminhado ao Departamento de Licitações como parte integrante das inexigibilidades, acompanhado da documentação dos produtores habilitados, para fins de instrução e formalização das inexigibilidades individuais, nos termos do art. 74, IV, da Lei 14.133/2021, e do art. 14, § 1º, da Lei 11.947/2009.
§ 4º Cada contratação individual deverá observar o limite de valor e as normas do FNDE vigentes, vinculando-se ao edital da chamada pública que lhe deu origem.
§ 5º A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica da Alimentação Escolar, em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), assegurando o cumprimento dos prazos, da qualidade dos produtos e das metas nutricionais estabelecidas.

Art. 5º. Poderá ainda ser realizado um processo licitatório diferente para a aquisição complementar de itens que por ventura não tenham atendido a quantidade ou que não tenham sido cotados no chamamento, observada a verba disponibilizada naquele exercício para tal finalidade.

Art. 6º. Fica determinado o departamento de Alimentação Escolar por meio de seu corpo técnico juntamente ao fiscal de contrato e da gestão de contratos, para a devida fiscalização e controle dos recursos a serem despendidos por meio deste processo." (NR)

Art. 2º. Fica incluso o art. 7º ao Decreto nº 142, de 18 de abril de 2024, com a seguinte redação:
"Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação." (NR)
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 11 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:A2149DC2

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 007 -2025 DISPENSA 005-2025- POR INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO- CASA DE REPOUSO MAANAIM - PROCESSO: 11.998/2025

CONCEDENTE: Município de Rolândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.288.760.0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Ailton Aparecido Maistro, portador da Cédula de Identidade RG 865.XXXXXe do CPF/MF nº 152.XXXXXXX, através da secretaria de Assistência com recuso oriundo de . Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR) – DELIBERAÇÃO33/2024 CEDI/PR(Conselho Estadual dos Direitos do Idoso)

CONVENENTE: CASA DE REPOUSO MAANAIM
CNPJ 08.048.148/0001-08
OBJETO: : Celebração de Termo de Fomento para a execução do Plano de Trabalho **"DOCE IDADE"**, visando à aquisição de equipamentos para melhoria das condições de acolhimento na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), conforme diretrizes do Programa "Cuida Mais Paraná - Acolhimento".

VALOR de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO / VIGÊNCIA: NOVEMBRO /2025 À ABRIL/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 12 novembro de 2025.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

Rolândia, 12 de novembro de 2025

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:EDB08D1E

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 008 -2025 DISPENSA006/2025 POR INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. LAR DE IDOSOS CAIRBAR SCHUTELL - PROCESSO: 11.745/2025

CONCEDENTE: Município de Rolândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.288.760.0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Ailton Aparecido Maistro, portador da Cédula de Identidade RG

865.XXXXXe do CPF/MF nº 152.XXXXXXX, através da secretaria de Assistência com recuso oriundo de . Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR) – DELIBERAÇÃO33/2024 CEDI/PR(Conselho Estadual dos Direitos do Idoso)

CONVENENTE: LAR DE IDOSOS CAIRBAR SCHUTELL
CNPJ 81.757.353/0001-32

OBJETO: : Celebração de Termo de Fomento para a execução do Plano de Trabalho **"Viver Melhor – O Bem-estar na Terceira Idade"**, visando à aquisição de equipamentos para melhoria das condições de acolhimento na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), conforme diretrizes do Programa "Cuida Mais Paraná - Acolhimento".

VALOR de até R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO / VIGÊNCIA: NOVEMBRO /2025 À DEZEMBRO /2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 12 novembro de 2025.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

Rolândia, 12 de novembro de 2025

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:275773F1

SECRETARIA GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA SME-IN-10 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a transição de mandato de gestores escolares e fechamento do ano letivo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando:

A Constituição a República Federativa Do Brasil de 1988;
A Lei Nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
A Lei Nº 11947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;
A Lei Nº Lei Nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
A Lei Nº 60/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério e demais trabalhadores da Educação do Município de Rolândia abrangendo a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos;
A Lei Nº 4.302, de 07 de julho de 2025, que dispõe sobre a a consulta a comunidade escolar para escolha dos diretores das instituições de ensino da rede municipal de rolândia e dá outras providências;
A Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre os critérios de execução e de prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer os procedimentos a serem adotados para o final de mandato de gestor escolar, nas instituições municipais de Rolândia, Estado do Paraná.
Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se como final de mandato o último dia do fechamento do ano letivo, conforme disposto no calendário escolar municipal.

CAPÍTULO II
DA RESPONSABILIDADE

Art. 3º É de responsabilidade do gestor atual, ainda que permaneça no cargo, a responsabilidade para com a documentação referente a vida escolar, gestão administrativa, financeira, pedagógica e de recursos humanos de seu mandato.
Art. 4º Considera-se como parte integrante dos itens mencionados no artigo anterior:
Da Documentação Escolar: conjunto de registros, relatórios e documentos oficiais que reúnem informações sobre a vida escolar do estudante e o funcionamento da instituição de ensino.
Da Gestão Administrativa e Financeira: conjunto de registros, relatórios e documentos oficiais voltados à organização e controle da parte administrativa e de recursos.
Da Gestão Pedagógica: conjunto de registros, relatórios e documentos oficiais voltados à organização pedagógica e de desenvolvimento dos alunos.
Da Gestão de Recursos Humanos: Relatórios e documentos referentes a funcionários, professores e equipes, bem como suas lotações, avaliações e registros de atas.
.**CAPÍTULO III**
DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 5º O gestor em exercico deverá, obrigatoriamente, possuir registro fisico, em pasta própria, que contenha:
Cópia dos relatórios do Educacenso de seu mandato;
Estatística referente ao anos de seu mandato;
Planejamento de turmas para o ano seguinte;
Relatório final dos anos de seu mandato;
Cópia do Processo de Renovação de credenciamento, renovação de autorização de funcionamento ou outro ato regulatório realizado durante sua gestão, com justificativa se não realizado (caso vencido);

Art. 6º O gestor em exercico deverá, obrigatoriamente, conferir até o último dia do ano letivo:
Fichas de matrícula, rematrículas e pareceres descritivos finais assinados;
Organização da Secretaria;
Organização de pastas e documentos de alunos;

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 7ºA gestão administrativa e financeira escolar é definida como conjunto de ações que garantem o funcionamento organizacional, material e financeiro da escola, assegurando os meios necessários para a realização do trabalho pedagógico e o cumprimento da função social da instituição.
Art. 8º É, obrigatória, a presença e arquivo da seguinte documentação:
Livros atas de registro de reuniões com funcionários;
Livro Ata da APMF;
Livro Ata do Conselho Escolar;
Livro Caixa com registro de promoções, contribuições voluntárias (por criança, por turma e por mês);
Arquivo com as prestações de contas até a data de encerramento do mandato (verificar se todas possuem atas de aprovação da APMF);
Arquivo das prestações de contas anteriores de seu mandato;
Arquivo dos Planos de Ação do PDDE básico e das ações integradas, com as devidas atualizações nos sistemas municipais, estaduais e federais;
Arquivo dos termos de doação efetuados dentro da gestão;
Arquivo das listas de solicitações, execuções e itens recebidos referentes a manutenção, aquisição ou retirada de equipamentos, materiais de expediente, utensilios de cozinha e mobiliários;
Paragráfo único: Cabe ainda ao gestor a responsabilidade com os itens dispostos no Estatuto da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), e a transição de diretoria.
Art. 9º As prestações de contas dos programas desenvolvidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE serão operacionalizadas por meio da Solução BB Gestão Ágil, do Banco do Brasil, que reúne as informações de receitas e gastos, aplicações financeiras e documentos de despesa.

Art. 10 Os saldos financeiros eventualmente existentes dos programas, no último dia útil de cada exercício, em conta do beneficiário, poderão ser reprogramados e utilizados até o décimo dia útil do mês de fevereiro do exercício seguinte, a partir do exercício de 2026, motivo pelo qual o gestor em exercicio deverá lavrar em ata o motivo de inexecução do recurso.
Paragráfo único: Sendo vedada a compra e pagamento de serviços antes do recebimento do recurso.
Art. 11. O Banco do Brasil estornará os saldos financeiros dos programas nacionais no décimo quinto dia útil de fevereiro de cada exercício, ficando cientes de que os créditos financeiros dos programas nacionais de cada exercício somente poderão ser efetuados nas contas com saldos zerado.
Art 12. O gestor, deverá realizar a classificação dos lançamentos de custeio e capital dentro do BBÁGIL, de todos os anos de sua gestão.

Art 13. É obrigatória a impressão da tela mensal do gerenciador financeiro, e a conferência das categorizações durante os anos de mandato.

Art. 14 Imprimir extrato mensal em PDF de todas as contas da instituição, observando que o extrato deve ser retirado sempre no mês seguinte.

CAPÍTULO V
DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 15 A Gestão Pedagógica, compreendida como o conjunto de registros e relatórios voltados à organização do trabalho educacional e de desenvolvimento dos alunos, deverá ser integralmente finalizada e arquivada pelo gestor em exercício.
Art. 16O gestor em exercício deverá, obrigatoriamente, possuir e organizar o arquivo da seguinte documentação pedagógica referente ao seu mandato:
Projeto Político Pedagógico (PPP): Declaração de legalidade, parecer e ato de homologação;
Planos de Trabalho Anuais: Cópias de todos os planos de trabalho anuais e/ou propostas curriculares por nível de ensino e série, utilizados durante o mandato;
Registros de Avaliação de Aprendizagem: Conselhos de Classe: Livros e/ou Atas de todos os Conselhos de Classe finais e/ou trimestrais, com registro dos resultados de aproveitamento e frequência dos alunos;
Relatórios de Desempenho: Arquivo dos relatórios consolidados de desempenho dos alunos (internos e externos, como SAEB/Avaliações Municipais), incluindo análises de indicadores e planos de intervenção;
Acompanhamento de Alunos: Relatórios de intervenção pedagógica, recuperação paralela ou continuada, e documentação referente a alunos com necessidades educacionais especiais.
Lista com alunos com necessidade de atendimento educacional especializado, e necessidade de Profissional de Apoio Especializado para o ano subsequente;
Reuniões Pedagógicas: Livros e/ou Atas de reuniões de estudo, planejamento e formação continuada com a equipe docente, realizadas durante o mandato.

Art. 17. É de responsabilidade do gestor em exercício garantir que todos os registros escolares (finais e parciais) dos alunos do ano letivo em encerramento estejam devidamente finalizados.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 18.O gestor em exercício deverá entregar, obrigatoriamente, à Coordenação de Gestão de Pessoas os seguintes documentos nas datas listadas abaixo:
I - Boletim de frequência dos servidores - 19 de dezembro de 2025, contendo as informações necessárias, bem como as assinaturas;
II - Cópia do controle de serviço terceirizado da Orbenk de 01 de dezembro de 2025 até 19 de dezembro de 2025 **-** Deverá ser entregue no dia 19 de dezembro de 2025;
III – Avaliação de desempenho – Conforme previsto na circular 19.360/2025, deverá ser entregue até o dia 19 de dezembro de 2025

Art. 19 - Caso ocorra troca de gestão na instituição, o gestor em exercicio deverá disponiblizar para o sucessor relatório com os seguintes itens:
relação nominal dos servidores, terceirizados e estágiarios com exercício na instituição indicando seus respectivos cargos e jornadas de trabalho;
informações atualizadas sobre afastamentos, licenças, readaptações e demais situações funcionais;
O relatório deverá ser assinado pelo gestor que encerra o mandato.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Os procedimentos adotados nesta normativa se aplicam a todos os gestores, inclusive aqueles que tiverem novo mandato na mesma instituição.
Art. 21. As declarações e documentações digitalizadas, exceto livros atas, deverão ser encaminhadas por memorando 1DOC, e devidamente nomeadas, até o último dia de fechamento do ano letivo, com o assunto: Término de Gestão. LEISE
Art. 22. Compete ao gestor em exercicio dispor de todos os dados, senhas e acessos aos sistema em nome da instituição ao próximo gestor, exceto quando depender do cadastro pela Secretaria de Educação.
Art 23. Em caso de omissão ou não realização dos atos estipulados, poderá o gestor em exercicio responder pelos seus atos, quando da ciência da administração.
Art. 24 Integram essa normativa, as declarações de responsabilidade, compatibilidade financeira, declaração de transição de documentos e informações bancárias.
Art. 25 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rolândia, 11 de novembro de 2025.
Silvana Fátima de Marco Negrão
Diretora de Ensino

RAFAEL SOARES FOLCO
Diretor Executivo

ADRIANA APARECIDA SILVA DE MORAES
Gerente de Documentação Escolar

ALESSANDRA DE MOURA TARGA RODRIGUES PÃO
Coordenação Financeira e Orçamentária

Natália Braggion Rossi
Coordenação de Captação de Recursos Federais e Sistemas

Renan Huss
Coordenação de Gestão de pessoas

Leise Márcia de Moraes Camargo
Secretária de Educação

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, gestor (a) da instituição _____, declaro para os devidos fins, tendo tomado conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações referente ao termino do mandato de gestão escolar, com responsabilidade até a data de 31/12/_____, pelo arquivo e fechamento do período letivo atual.

Rolândia, 11 de novembro de 2025.

_____
Assiantura e Carimbo do Gestor (Gestora)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE FINANCEIRA

Eu, _____, gestor (a) da instituição _____, declaro para os devidos fins que essa se encontra com as prestações de contas regulares, acesso a conta do BBágil, e com todos os seus fornecedores quitados, sem saldos a serem pagos quando do fim do mandato.

Rolândia, 11 de novembro de 2025.

_____
Assiantura e Carimbo do Gestor (Gestora)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TRANSIÇÃO DE DOCUMENTOS

Eu, _____, gestor (a) da instituição _____, durante o mandato de _____, declaro para os devidos fins que estou fornecendo toda a documentação refente a normativa xx/2025, não havendo ressalvas em relação aos procedimentos a serem adotados para o final de mandato de gestor escolar, nas instituições municipais de Rolândia, Estado do Paraná, fornecendo ao gestor do próximo mandato senhas, documentos administrativos, financeiros, bancários e pedagógicos, sem ressalva.

Rolândia, 11 de novembro de 2025.

_____
Assiantura e Carimbo do Gestor (Gestora)

_____
Assiantura e Carimbo do novo Gestor (Gestora)

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:613A52F6

SECRETARIA GERAL
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 11.998-2025 TERMO DE FOMENTO 007/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ENTIDADE **CASA DE REPOUSO MAANAIM**, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014.

CONSIDERANDO a regra geral de obrigatoriedade de realização de Chamamento Público para celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), conforme o Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014;
CONSIDERANDO que o recurso objeto da parceria é oriundo de repasse na modalidade **Fundo a Fundo**, proveniente do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR);
CONSIDERANDO que a **DELIBERAÇÃO Nº 033/2024 – CEDIPI/PR** (Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná), no âmbito do Programa "Cuida Mais Paraná - Acolhimento", **já selecionou e listou a Casa de Repouso Maanaim** (Rolândia/PR) como Organização da Sociedade Civil beneficiária, destinando um valor específico de R$ 80.000,00 para a execução do projeto;
CONSIDERANDO que a referida deliberação do Conselho Gestor do Fundo constitui um ato formal de destinação de recursos com beneficiário certo e valor determinado, o que, por consequência, torna **inviável a realização de um Chamamento Público** para a seleção de propostas, visto que a entidade já foi previamente escolhida pela instância máxima de controle social da política pública estadual; conforme previsto no **Art. 31, INCISO I, da Lei Federal nº 13.019/2014**;
CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI) de Rolândia realizou a **análise e aprovação** do Plano de Trabalho apresentado pela entidade, conforme Ata nº 029/2025, ratificando a destinação do recurso;
CONSIDERANDO que o presente procedimento cumpre os princípios da legalidade e do interesse público, garantindo o devido controle social sobre a aplicação dos recursos do Fundo;

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICA A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a celebração de Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil **Casa de Repouso Maanaim**, por **inviabilidade de competição**, decorrente da seleção prévia realizada pelo Conselho Gestor do Fundo Estadual do Idoso (CEDIPI/PR).

• **Objeto da Parceria:** Aquisição de equipamentos, conforme diretrizes da Deliberação nº 033/2024 da CEDIPI/PR e o Plano de Trabalho aprovado.
• **Valor Global:** R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).
• **Vigência (Execução):** Início em **11/2025** e Término em **04/2026**.

Dessa forma, fica justificada a Dispensa de Chamamento Público. **Esta Justificativa** e o **extrato do Termo de Fomento firmado** serão publicados, em atendimento ao Art. 32, e ao Art. 38, respectivamente, da Lei nº 13.019/2014.

Rolândia/PR, 12 de novembro 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:F80D1AD5

SECRETARIA GERAL
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 006-2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO -11.998-2025 TERMO DE FOMENTO 008/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ENTIDADE LAR DE IDOSOS CAIRBAR SCHUTELL, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014.
CONSIDERANDO a regra geral de obrigatoriedade de realização de Chamamento Público para celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), conforme o Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que o recurso objeto da parceria é oriundo de repasse na modalidade Fundo a Fundo, proveniente do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR);

CONSIDERANDO que a DELIBERAÇÃO Nº 033/2024 – CEDIPI/PR (Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná), no âmbito do Programa "Cuida Mais Paraná - Acolhimento", já selecionou e listou o Lar dos Idosos Cairbar Schutel (Rolândia/PR) como Organização da Sociedade Civil beneficiária, destinando um valor específico de R$ 50.000,00 para a execução do projeto;

CONSIDERANDO que a referida deliberação do Conselho Gestor do Fundo constitui um ato formal de destinação de recursos com beneficiário certo e valor determinado, o que, por consequência, torna inviável a realização de um Chamamento Público para a seleção de propostas, visto que a entidade já foi previamente escolhida pela instância máxima de controle social da política pública estadual; conforme previsto no Art. 31, INCISO I, da Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI) de Rolândia realizou a análise e aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela entidade, conforme Ata nº 029/2025, ratificando a destinação do recurso;

CONSIDERANDO que o presente procedimento cumpre os princípios da legalidade e do interesse público, garantindo o devido controle social sobre a aplicação dos recursos do Fundo;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a celebração de Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil Lar dos Idosos Cairbar Schutel, por inviabilidade de

competição, decorrente da seleção prévia realizada pelo Conselho Gestor do Fundo Estadual do Idoso (CEDIPI/PR).

• Objeto da Parceria: Aquisição de equipamentos, conforme diretrizes da Deliberação nº 033/2024 da CEDIPI/PR e o Plano de Trabalho aprovado.

• Valor Global: R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais).

• Vigência (Execução): Início em 11/2025 e Término em 12/2026.

Dessa forma, fica justificada a Dispensa de Chamamento Público. Esta Justificativa e o extrato do Termo de Fomento firmado serão publicados, em atendimento ao Art. 32, e ao Art. 38, respectivamente, da Lei nº 13.019/2014.

Rolândia/PR, 12 de novembro 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:79A8A017

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.190, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Nomeia comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

DESIGNAR:
I. A Comissão encarregada pela organização, realização, supervisão, julgamento, ordem de classificação e publicidade do Processo Seletivo Simplificado referente ao Edital nº 001/2025, destinado a selecionar profissionais para o cargo de Técnico em Radiologia, conforme abaixo:

FELIPE SAMBATI BONETE, T.S.P.-C, matrícula nº 3784363/;
KETLEN HELOYSE DA SILVA**,** T.G.M.-A, matrícula n° 3372588/1;
TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS D'APARECIDO**,** Assistente Social, matrícula nº 3772616/1; e
WANIA CRISTINA DE BARROS, T.G.M.-D, matrícula nº 21032/1.

II. Os atos da Comissão serão validados com a assinatura de pelo menos 3 (três) dos seus membros.

III. Publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:FB0FAA7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2025 – PMR. PROCESSO Nº 255/2025.

Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição e Instalação de Grama Sintética, conforme descritivos.

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 3.329.300,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 28/11/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 28/11/2025.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 12 de novembro de 2025.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:8C3BAC6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2025 – PMR. PROCESSO Nº 256/2025.

Objeto: Registro de preços para aquisição de Calçados para os programas da Secretaria de Assistência Social.
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: SIM

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 111.857,70.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 28/11/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 28/11/2025.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 12 de novembro de 2025.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:C2944334

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº24, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº24, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Decreta recesso funcional nas repartições públicas da Câmara Municipal e dá outras providências.

MARCELO JOÃO BARILI, Presidente da Câmara Municipal de Salgado
Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado recesso funcional nas repartições públicas da Câmara Municipal no dia 14 de novembro de 2025 (sexta-feira) dia do município (feriado municipal).
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

MARCELO JOÃO BARILI
Presidente da Câmara Municipal Salgado Filho-PR

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:A7731DE7

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 33/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 33/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	JOSÉ FAVARETTO	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	CURITIBA - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Reuniões agendadas para o dia 4 de novembro de 2025 com representantes do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Diretor Geral Sr. José Brustolin Neto e com o Presidente da ALEP – Deputado Estadual Alexandre Curi, com a participação de autoridades e dos Vereadores dos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, a fim de discutir a situação da PR-182 (Serra de Manfrinópolis) e as medidas de melhorias a serem adotadas em razão dos inúmeros acidentes e óbitos que têm ocorrido no local.	
PERÍODO DA VIAGEM	03/11/2025 A 04/11/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	01 DIÁRIAS E 11:00 HORAS/R$ 802,08	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 802,08	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:558EED0C

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 34/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 34/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	MARCELO JOÃO BARILI	FUNÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA
DESTINO	CURITIBA - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Reuniões agendadas para o dia 4 de novembro de 2025 com representantes do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Diretor Geral Sr. José Brustolin Neto e com o Presidente da ALEP – Deputado Estadual Alexandre Curi, com a participação de autoridades e dos Vereadores dos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, a fim de discutir a situação da PR-182 (Serra de Manfrinópolis) e as medidas de melhorias a serem adotadas em razão dos inúmeros acidentes e óbitos que têm ocorrido no local.	
PERÍODO DA VIAGEM	03/11/2025 A 04/11/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	01 DIÁRIAS E 11:00 HORAS/R$ 802,08	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 802,08	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:C67764A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE ACRÉSCIMO N°02/2025- CONTRATO N°33/2025

Aditivo de Acréscimo Nº.: 02/2025 - Contrato Nº: 33/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: EMILIANO E BRORING CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Valor: R$ 9.372,04
Vigência: Início: 13 de novembro de 2025 Término: 23 de junho de 2026
Licitação: Concorrência Nº.: 04/2025
Recursos: Dotação: 1174 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 449051 Obras e Instalações
926 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 449051 Obras e Instalações
Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Ampliação e Reforma do Ginásio Municipal de Esportes Tancredo de Almeida Neves, contendo: construção de arquibancadas, instalações sanitárias, vestiários feminino, masculino, PCD e depósito. Reforma da Secretaria Municipal de Esportes, além da cobertura do Ginásio no município de Salgado Filho/PR

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho-Paraná, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:20B265D1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO --- PREGÃO 47/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 47/2025**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de itens para uso exclusivo de pessoas que possuem deficiência, conforme prevê deliberação 009/2024 COEDE/PR.

Data de entrega dos envelopes: 04/12/2025 às 08:29 horas no COMPRASGOV.

Data de abertura dos envelopes: 04/12/2025 às 08:30 horas no COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 12 de novembro de 2025

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:B44FE7D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 72/2025

Contrato Nº: 72/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: C.F. DE LIRA GOMES LTDA
Valor.....: R$ 57.960,00
Vigência...: Início: 13/11/2025 Término: 13/11/2026
Licitação..: Pregão Nº.: 36/2025
Recursos...: Dotação: 758 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339032 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Objeto.....: Aquisição de Uniformes e Camisetas para Atender a Secretaria Municipal de Assistência Social (REABERTURA LOTE 05)

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 12/11/2025

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:96BA5C9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 382 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº. 382 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA– Designa Comissão de avaliação de amostra de Gêneros Alimentícios Perecíveis, não perecíveis e doces.

Volmar Duarte, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Artigo 1º- **DESIGNAR**, a Comissão de avaliação de amostras da Gêneros Alimentícios Perecíveis, não perecíveis e doces.
Artigo 2º - A comissão será composta pelos servidores abaixo:

Luan dos Santos	Diretor de Departamento de Compras
Fernanda Guarda	Nutricionista RT – Secretaria De Educação
Alessandra Alves	Auxiliar Administrativo
Moacir Heimann	Secretário de Administração e Planejamento
Raquel Manfrin Toigo	Diretora de Cultura

Artigo 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Salgado Filho, em 12 de novembro de 2025.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moacir Roberto Heimann
Código Identificador:3B38758F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2024

OBJETO:	Contratação de eventual e futuro prestador de serviços corte de grama e poda de arvores
CONTRATADO:	29.455.256 GILMAR DE CARVALHO
CNPJ:	29.455.256/0001-75
VALOR:	44.500,00
VIGÊNCIA:	12/11//26
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 12 de novembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F580675D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2024

OBJETO:	Contratação de eventual e futuro prestador de serviços corte de grama e poda de arvores
CONTRATADO:	46.279.882 ALDEMAR BUNN
CNPJ:	46.279.882/0001-77
VALOR:	58.935,00
VIGÊNCIA:	12/11/26
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 12 de novembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:458DCF26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para pavimentação asfáltica com CBUQ em Estrada Rural comunidade Linha Pinhal da Várzea do município de salto do lontra totalizando 1.322,00 metros de capa em CBUQ conforme projeto e com recursos convênio SPOA/SE/MAPA nº 955922/2024, no valor máximo de R$ 1.295.051,27 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil e cinquenta e um reais com vinte e sete centavos)
CONTRATADO:	JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ:	12.876.608/0001-63
AUMENTO DE META:	1.171.114,01
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 12 de Novembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BFE63F52

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 1106/2025

PORTARIA N.º 1106, DE 12 NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Suspende os efeitos da Portaria nº 1101/2025 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE
Art. 1º. Suspender os efeitos da Portaria nº 1101/2025, de 10 de novembro de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:BF03B198

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 1107/2025

PORTARIA Nº 1107, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Designa a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2025 para Contratação Temporária de Professores.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, que em seu artigo 11, inciso I, alínea "a", exige que, para a fase de Atos Preparatórios Iniciais, seja remetido o ato designando os membros da comissão/banca organizadora do processo de seleção;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar a seguinte Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 destinado à seleção de candidatos para contratação temporária para os cargos de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais - 20h, Professor Educação Física - 40h e Professor Pedagogo - 40h, que terá a responsabilidade de coordenar, acompanhar e fiscalizar todas as etapas do certame, desde a inscrição até a homologação final, observando as diretrizes do Edital específico e a legislação vigente seleção de candidatos para contratação temporária:

I – **Priscila Marcela Delonzeck** – matrícula 1100/1; Nutricionista, escolaridade: Ensino Superior Completo – Presidente
II – **Eliza Maria Veroneze**: matrícula 7900/1; Agente Educacional II, escolaridade: Ensino Superior Completo - Membro
III – **Givanildo Castelli** – matrícula 1384/1; Fiscal de Tributo, escolaridade: Ensino Superior Completo - Membro
IV – **Andressa Meurer Borguesan** – matrícula 14575/1; Pedagoga, escolaridade: Ensino Superior Completo - Membro
V – **Edinalva Aparecida Concelier Vieira** - matrícula 965/1; Professora, escolaridade: Ensino Superior Completo - Membro

Art. 2º - Compete à Comissão a análise de títulos, currículos e demais documentos dos candidatos, observando critérios objetivos, previamente definidos em Edital, com caráter eliminatório e classificatório, e deverão observar as disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2025 e a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 019/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:5A8B41C1

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO CMDPI Nº 005/2025

SÚMULA: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do repasse; Deliberação 49/2025 - Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo-Investimento-do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR/PR, do Município de Salto do Lontra – PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Salto do Lontra – CMDPI, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas em Lei e considerando a Deliberação em plenária, realizada no dia 12 de Novembro de 2025;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação 49/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo – Investimento – do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR/PR do Município de Salto do Lontra – PR;
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Salto do Lontra, 12 de Novembro de 2025

TANIA APARECIDA SANTI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:57DB462D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DISPENSA Nº 08/2025

DADOS DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021.

A contratada acima qualificada, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

…….. Assinatura	**Carimbo com CNPJ**
Representante Legal do Proponente	
CPF do Representante:	
Local: Santa Amélia - PR	
Data: ...../...../.....	

Se possível, a declaração deverá ser enviada em papel timbrado da contratada.

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:CDBAA636

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 72, inciso I – da Lei 14.133/2021)
DISPENSA Nº 08/2025
1. OBJETO
CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO RAMO DE TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO, PARA LICENÇA DE USO MENSAL DE PORTAL DE GESTÃO DE CONTEÚDO DINÂMICO E RESPONSIVO, APLICATIVO MOBILE, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO, HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS E E-MAILS, TREINAMENTO PRESENCIAL, MIGRAÇÃO, BACKUP AUTOMATIZADO EM NUVEM DO BANCO DE DADOS DO SITE. SENDO AINDA, O ACOMPANHAMENTO DO PORTAL OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL COM INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, A FIM DE DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E ATENDER: LEI DA TRANSPARÊNCIA (LC 131/2009), LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES (LEI 12.527/2011), ACESSIBILIDADE (LEI Nº 13.146) E LEI 13.460/2017, LEI 13.709/2018 E LEI 14.133/2021.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As descrições sucintas dos serviços estão contidas no tópico 1 (um) deste edital e as respectivas especificações estão contidas nos tópicos 2, 3, 4,5 e 15, bem como no Termo de Referência, sendo o Anexo I deste Edital.

2.2. Os Itens, especificação, quantidade e unidade de medida a serem fornecidos junto com o serviço estão descritos no tópico 5 do Anexo I deste Edital.

2.3. É de extrema importância estar ciente dos requisitos técnicos necessários e das considerações gerais sobre a prestação dos serviços, devendo realizar a leitura na íntegra do Edital e todos seus anexos.

2.4. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir do dia 01/12/2025, podendo ser este prazo prorrogado mediante celebração de termo aditivo ao contrato e a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21.

2.5. Os serviços serão realizados para administrar o site oficial da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR.

2.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação se faz necessária devido a demanda de informações a serem publicadas, tendo em vista a importância da internet como veículo de comunicação interativa com a população. Registra-se que é necessário obter informações dos diversos departamentos por meio de um portal de informações eficiente para viabilizar a transparência nas contas públicas para acesso do cidadão conforme determina a Lei Complementar 131/2009 (Lei de Responsabilidade Fiscal) bem como a Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso à Informação Pública). Também ressaltamos que, tendo em vista que o fim do Contrato com atual empresa prestadora de serviço se encerra em 30/11/2025, de modo que é necessário realizar uma nova contratação, para que não ocorra a interrupção do serviço, face a sua necessidade continua.

3.2. A demanda está formalizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) anexo ao processo, e encontra respaldo nas especificações técnicas descritas no Edital e no Termo de Referência, que detalham os critérios de execução, os materiais a serem utilizados e os padrões de qualidade exigidos.

3.3. A empresa vencedora do certame terá o prazo de 10 (dez) dias Apartir da assinatura do contrato, para conclusão do desenvolvimento e hospedagem do portal de conteúdo web, migração dos dados e e-mail devendo estar após esse prazo em pleno funcionamento nos termos previstos em edital, de 30 (trinta) dias, para disponibilização do aplicativo mobile em pleno funcionamento.

4. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS

4.1. Entre os serviços previstos estão:

4.1.1 Desenvolvimento do portal de conteúdo web.

4.2. Características detalhadas do portal:

4.2.1. **Institucional:** A Cidade, Histórico, Demografia, Localização (Google Mapas), Economia, Hino, Brasão e Bandeira, Mapas, Fotos, Mapa do Site, Política de Privacidade, Radar da Transparência, Dados Abertos, LGPD, Acessibilidade (descritivo).

4.2.2. **Servidores:** Permitir o gerenciamento de forma a cadastrar, atualizar e editar as informações.

4.2.3. **Informações Individualizadas:** Cadastro com descritivo de competências, endereço, e-mail e outros.

4.2.4. **Organograma Administrativo:** Cadastro dinâmico da Hierarquia: ordenação e distribuição ordenada de poderes com graduação das diferentes categorias de funcionários que compõe.

4.2.5. **Notícias:** Cadastro das notícias no site. Permitir a formatação de texto (como negrito sublinhado), lista de tópicos, criação de tabelas. Para cada notícia podem ser incluídas diversas fotos, arquivos em anexo e vídeos. Na notícia também é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte.

4.2.6. Inserção de um link na palavra-chave “Mais Notícias”, com campo “busca de notícias” para que o usuário tenha acesso a lista completa das informações redigidas e com separação de datas de postagem.

4.2.7. O administrador de conteúdos oferece espaço para 1 foto principal e mais 50 adicionais para visualização dos internautas.

4.2.8. **Banco de imagens:** galeria de fotos.

4.2.9. **Tamanho da fonte:** As páginas de conteúdo do site deverão possuir botões que controlam o tamanho das letras, este recurso possibilita a melhoria na leitura de grandes blocos de texto na tela do computador.

4.2.10. **Compartilhar com outras plataformas:** A opção de compartilhamento de notícia para as principais redes sociais.

4.2.11. **Plugin de áudio:** Conversão automática de conteúdo de texto em “modo voz” (o usuário poderá ouvir conteúdo da notícia. Não havendo necessidade de ler).

4.2.12. **Imagens poderão ser do tipo:** JPG, PNG e outros formatos “comuns”.

4.2.13. **Notícias Externas:** Notícias externas publicadas impreterivelmente pela contratada na home do site (sem entrar como destaque), com sua devida fonte (registrando de onde a mesma foi extraída) cadastradas semanalmente, que correspondam com fatos da atualidade e que não seja de cunho político, ou seja, apenas de caráter informativo.

4.2.14. **Calendário Geral de Eventos:** Cadastro e edição dos eventos da agenda. Os eventos têm data e hora de início e apenas data de término.

4.2.15. **Avisos:** São avisos de última hora para informar o cidadão de alguma medida emergente. Estes avisos devem ser postados na capa do site em um estilo de “pop-up”.

4.2.16. **Enquete:** Disponibilizar enquete com objetivo de efetivar pesquisa pública com o cidadão. A enquete deverá ficar por um determinado período no site. Poderão ser disponibilizadas mais de uma enquete em um determinado período.

4.2.17 **Utilidade Pública:** Comunicados disponibilizados no site, podendo ser como forma de mural ou no banner principal (topo da página).

4.2.18 **Plano Diretor de Desenvolvimento:** Descrição dos tópicos do plano diretor. Cada tópico poderá disponibilizar documentos, ou seja, o sistema deverá permitir anexar arquivos de formato, doc1, txt1, rtf1, PDF. Permitir a inclusão de arquivos ilimitados para ser feito download no site.

4.2.19 **Cadastro para News Letter:** Permitir o Cadastro contato para o envio de newsletter. Formulário no site que permite ao usuário colocar nome e e-mail para ser arquivado na base de dados do sistema. Também permite a exportação de blocos de e-mail de maneira formatada com o objetivo de serem utilizados no envio de newsletter através de programas terceiros

4.2.20 **Concurso Público:** Cadastro de editais de concurso púbico. Os editais serão exibidos em uma lista. Todo edital deverá ter obrigatoriamente um arquivo (documentos: doc. Ou PDF.) vinculado a ele. O edital poderá ter outros anexos com informações publicadas posteriormente.

4.2.21 **Licitações:** Cada licitação terá um arquivo principal (arquivo do edital) e vários arquivos anexos que poderão ser adicionados posteriormente, tais como aditivos ou alterações no edital. Caso seja requerido o preenchimento do formulário o cidadão ou empresa somente poderá efetivar o download do arquivo após autenticar-se, utilizando CPF ou CNPJ. Os dados serão salvos em um (histórico de downloads), onde constará os dados daquele fornecedor.

4.2.22 **Publicar os arquivos complementares ao edital**: Um edital pode ter nenhum ou vários arquivos vinculados. Todos os anexos

podem ser baixados. Apenas o edital pode precisar de preenchimento do cadastro do licitante. Estes arquivos poderão ser anexados em diferentes datas, mantendo os atuais e/ou adicionar recentes.

4.2.23 **Formulário de Preenchimento do Licitante:** Quando a categoria ou arquivo da Licitação indicar a obrigatoriedade do preenchimento do formulário. Devem-se preencher os dados para ser possível baixar os arquivos.

4.2.24 **Histórico de Downloads:** Relatório de Downloads realizados pelas empresas que efetivaram o download, separados por título da publicação, afim de comprovar através de urna "versão para impressão" quais empresas baixaram. Sendo que é obrigatório a comunicação das empresas sob qualquer alteração no edital, a comunicação automática do sistema, enviando uma mensagem por e-mail.

4.2.25 **Cadastro de Fornecedores:** Exibição de fornecedores cadastrados no sistema com norma jurídica (ramo de atividade), tipo de empresa. Possibilidade do Pregoeiro cadastrar, alterar e buscar via painel administrativo, ou apenas exibir fornecedores cadastrados no sistema (relatório), utilizando norma jurídica (ramo de atividade), tipo de empresa e demais dados da mesma. Sendo possível alterar ou excluir o cadastro do mesmo.

4.2.26. **Opção "lixeira":** Após a exclusão de um arquivo ou publicação relacionada, o usuário poderá restaurá-lo. Nesta aba será exibido um histórico completo dos arquivos excluídos. Onde permanecerão por no mínimo 30 dias antes da sua exclusão automática.

4.2.27. **Legislação:** Disponibilizar um conjunto de normas (emendas, decretos e leis), aprovados no município. Permitir criação de classificação ilimitada para as normas. Cada norma deverá estar vinculada a uma classificação.

4.2.28. **Normas (Legislação):** Vinculadas a cada normativa acima (categoria). Na lista deve aparecer o nome, data da publicação; descrição e arquivo para efetivar o download, ano, situação, data da última alteração e observação.

4.2.29. **Autenticidade e Integridade das Publicações:** Obrigatoriedade da opção para assinar de formar digital, no ato da publicação, os arquivos no formato PDF utilizando "Certificado Digital A1".

4.2.30. **Transparência das publicações oficiai**s: Centralização de todas as categorias/arquivos afim de dar publicidade aos atos do Poder Executivo, além de facilitar as buscas. Nesta página conterá informações como: editais de licitações, Contratos e Aditivos, Audiências, Portarias, Projetos de Lei, Resoluções e outros, categorizados de forma estruturada e separados por ano, e ainda:

4.2.31. **A página reúne funcionalidades essenciais como**: Link com o sistema de contabilidade (portal da transparência em tempo real), perguntas frequentes, glossário de termos, data da última alteração da página, campo de busca com pesquisa avançada, links úteis, banners específicos para licitações, receitas e despesas, relatórios diversos de contas públicas, legislação (leis, decretos, projetos e outros), Lei da Transparência, Decreto de Regulamentação e acesso ao E-sic.

4.2.32. **Página do Vereador: Dedicada** a cada Parlamentar contendo informações como: nome do vereador, nome político, data de nascimento, e-mail, foto, proposituras de sua autoria (Buscar informações na base de dados do Site utilizando palavras-chave).

4.2.33. **Downloads:** Cadastro e exibição de arquivos para download, organizados por título e descrição.

4.2.34. **Serviço de Informações ao Cidadão - SIC (Lei Federal no 12.527/2011):** Possibilidade do cidadão se cadastrar e enviar mensagens pelo site da Câmara; Página explicativa sobre o objetivo desta lei; Diferenças entre: LC 131/2009 e LEI 12.527/201 1 ; Possibilidade dos usuários do sistema cadastrarem o cidadão utilizando os campos: nome, CPF ou CNPJ, endereço, cidade, estado, profissão, e-mail, telefone e a solicitação; Cadastro da solicitação utilizando os campos: Tipo da solicitação e descrição do assunto; Geração de número de Protocolo automaticamente ao abrir uma nova solicitação; Disparo automático de e-mail com os dados da solicitação para o e-mail da Câmara; Possibilidade do cidadão acompanhar pelo sistema a resposta sobre a respectiva solicitação, digitando apenas o número do seu protocolo. Aviso sobre os andamentos do seu pedido, enviados para o e-mail informado do cidadão; Estatísticas de acesso: gráfico que demonstre as solicitações: pendentes, respondidas; Informações sobre o "E-sic" (abertura e acompanhamento pela internet e endereço de e-mail); Informações sobre o "SIC Físico" (horário, endereço, ouvidor e demais informações de envio através de carta ou presencial); Opção de cadastro via. painel administrativo, quando o SIC for do tipo "Presencial".

4.2.35. **Conheça a Câmara:** Sobre a Câmara; Cartilha Legislativa; Você sabia? Lei Orgânica; Regimento Interno; Processo Legislativo; Deliberações; Consulta de Documentos e Acesso ao Webmail.

4.2.36. **Vídeos**: Acesso ao canal legislativo da Câmara Municipal.

4.2.37. **Galeria de Vídeos:** Canal onde será divulgado vídeos sobre campanhas de saúde nacionais ou informações sobre o município, alocadas no próprio endereço eletrônico desta municipalidade. Serão exibidas através de um player interno e próprio, não se fazendo de planos de streaming.

4.2.38. **Painel Administrativo Responsivo:** Com a finalidade de gerenciar de forma eficiente as diversas funcionalidades do portal, o sistema deverá permitir o controle completo de conteúdo e de permissões dos usuários, abrangendo módulos como publicações, banners, slides, multimídia, Diário Oficial Eletrônico, Ouvidoria, Protocolo, categorias diversas, E-sic, departamentos, configurações do site e páginas fixas, possibilitando listar, cadastrar, editar, excluir ou adicionar itens, mediante permissões específicas concedidas a usuários autorizados, com definição de nível de acesso — somente leitura (consulta) ou leitura e atualização (inclusão, alteração e exclusão) — além de disponibilizar gráfico de visitas para visualização de acessos, painel intuitivo com solicitações e arquivos pendentes, configurações personalizáveis pelo painel (incluindo título, expediente, redes sociais, no mínimo quatro banners de campanhas, serviços on-line, slides do topo do site e cores aplicáveis ao CSS), banners dinâmicos de serviços on-line com opção de exibição na página inicial, no menu "Serviços On-Line" ou em ambos, com alteração de link ou imagem, notificações de disponibilidade (down-time e up-time) por e-mail, SMS ou ligação telefônica, autenticação de dois fatores (2FA) com uso de Captcha, e recurso de recuperação de senha com envio de código por e-mail válido por até 60 minutos, após o qual o usuário deverá reiniciar o processo.

4.2.39. **Perguntas Frequentes:** Garantir acesso fácil as informações usando respostas rápida — (dúvidas que usuários possam vir a ter), de forma explicativa no portal (dentro da área restrita). Configurações de IP 'S referentes ao Portal da Transparência, Holerite (web) e demais itens que exija atualização dinâmica (realizados de forma automática pelo próprio painel de gerenciamento) e ilimitados.

4.2.40. **Opção "lixeira":** após excluído um arquivo ou publicação, o usuário poderá restaurá-lo. Nesta aba será exibido um histórico completo dos arquivos excluídos. Onde permanecerão por no mínimo 30 dias antes da sua exclusão automática.

4.2.40.1. **Suportar conteúdo multimídia**: (texto, imagem, som e vídeo) oferecendo galerias de vídeos e fotos onde for necessário e extensões específicas: JPG, PNG, PDF, MP4. Bem como embed-code do Youtube.

4.2.41. **Categorias:** Gerência das categorias e subcategorias de forma ilimitadas,
sendo que uma categoria pode ter ilimitadas subcategorias, ou ainda dentro da
subcategoria outras subcategorias.

4.2.41.1: **Exemplo de algumas categorias que poderão ser cadastradas:** Link da Transparência Online, disponibilizando, no mínimo, acesso aos seguintes conteúdos e documentos oficiais: LDO, LOA, PPA, Lei Orgânica, Orçamento, Documentos Fiscais, Demonstrativos Contábeis, Atas de Registro de Preço, Plano de Contas, Reembolsos, Execução Orçamentária, Relatórios de Gestão Fiscal, Execução Orçamentária em Tempo Real, Operações Financeiras, Cartão Corporativo, Justificativas de Contratação Direta, Passagens, Movimentação dos Fundos, Extratos de Conta Única, informações do Governo Federal, Credores, Ajuda de Custo, Verbas de Gabinete, Ressarcimento de Combustíveis, informações relativas a Pessoal (Concursos, Servidores, Diárias, Adiantamentos, Estatuto dos Servidores, Servidores Cedidos, Temporários e Recebidos, Plano de Carreira, Remuneração de Agentes Públicos, Quadro Funcional), Administração (Plano Diretor, Licitações, Documentos para Cadastro, Contratos e Aditivos, Convênios, Patrimônio, Regimento Interno, Compras Diretas, Licitações na Íntegra, Jurídico, Programas e Ações, Licitações Abertas, em Andamento e Realizadas, Avisos de Licitação, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação), além de conteúdos gerais como Downloads, Links Úteis, Legislação, Instruções Normativas, Organograma, Perguntas Frequentes,

Audiências Públicas, Outros Documentos, Endereços Oficiais, Controle de Estoque, Cessão/Doação/Permuta, Notificações, Repasses/Transferências, Controle Interno, Downloads de Formulários de Atendimento, Relatórios Estatísticos de Atendimento, Serviço Físico de Informação ao Cidadão, Acesso à Informação, Lei de Responsabilidade Fiscal, Código Tributário Municipal, Portarias, entre outros documentos que se fizerem necessários.

4.2.42. **Monitoramento de Atividades:** O sistema deverá permitir que o usuário defina o tempo em que deseja receber notificações por e-mail, SMS ou ligação telefônica, caso o site e/ou o e-mail fique indisponível, além de disponibilizar uma página de status contendo informações sobre a normalidade e o funcionamento dos serviços monitorados (site e e-mail), incluindo o tempo em que o serviço permaneceu operante ("up-time"), o período em que ficou indisponível ("down-time"), gráfico comparativo demonstrando o percentual de disponibilidade em relação aos termos contratuais, lista de endereços monitorados quando houver mais de uma página, bem como a opção de restringir o acesso da página por senha ou deixá-la aberta para qualquer usuário da Administração acompanhar em tempo real; o sistema deverá ainda permitir o monitoramento de "keywords" (palavras-chave) configuradas no painel administrativo, de qualquer natureza, de forma que, caso seja detectada alguma menção cadastrada (ex.: "prefeito"), o sistema envie alerta aos interessados por e-mail.

4.2.43. **Carta de Serviços:** Opção destinada ao cadastro de serviços e detalhamento do funcionamento do site (Manual) em linguagem simples e ilustrado com os devidos esclarecimentos para entendimento de todos os recursos.

4.2.44. **Ouvidoria:** O sistema deverá disponibilizar um formulário por meio do qual o cidadão poderá enviar, diretamente pelo site, dúvidas, denúncias, elogios, reclamações e demais manifestações, contando com recursos como estatísticas relacionadas a cada tipo de demanda ou ocorrência e aos departamentos responsáveis, com filtros por ano e período específico; cadastro de departamentos diretamente pelo painel administrativo do site; envio de notificações ao cidadão, por e-mail, informando o andamento e a tramitação da manifestação; além de opção de versão para impressão.

4.2.45. **Telefones Úteis:** Cadastramento e exibição dos nomes e telefones de interesse separados por categoria.

4.3. **Manutenção Reparativa e Evolutiva:** Disponibilizar 5 (cinco) horas mensais de programação adicional, além das demais atividades já detalhadas, para atender demandas relacionadas a sistemas de backup, elaboração de questionários em Google Forms ou plataforma similar, atualizações web, suporte ao site e desenvolvimento de novos projetos como o "Radar da Transparência", sendo todo o serviço contabilizado por meio de relatórios mensais, incluindo ainda a realização de manutenção corretiva dos sistemas, apresentação prévia de estimativas de horas/esforço para cada tarefa ou customização, administração e gerenciamento de banco de dados, auditoria e estatísticas de acesso, gestão da segurança dos sistemas, administração de rotinas de backup, FTP e contingência, manutenção reparativa e evolutiva, promoção e disponibilização de treinamentos e homologação de novas funcionalidades, bem como documentação das alterações e versões dos sistemas.

4.4. **Atualização:** A Contratada deverá auxiliar semanalmente a atualização das páginas de conteúdo, sendo as notícias periódicas em destaque na home do site sobre: dias comemorativos, sobre os feriados nacionais, bem como campanhas nacionais de saúde promovidas pelo governo federal, estadual ou municipal, e outras de interesse público.

4.5. **Backup em nuvem:** O backup automático diário do banco de dados do site, com exceção dos sábados e domingos, utilizando servidor localizado em Data Center com uptime mínimo de 99,8%. Este ambiente deverá possuir redundância nos serviços de energia, link de dados e refrigeração adequada, garantindo alta disponibilidade e segurança. O espaço destinado ao armazenamento dos backups deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) GBs, com retenção dos dados por um período mínimo de 60 dias.

4.5.1. Assegurar a integridade dos dados em caso de falhas ou desastres, os backups deverão ser realizados em servidor distinto daquele onde o site está hospedado. Além disso, será implementado monitoramento contínuo da integridade dos bancos de dados, com geração de logs dos processos de backup. Estes logs deverão estar disponíveis via FTP para consulta posterior, permitindo à equipe de T.I. o acompanhamento detalhado das operações.

4.5.2. Os backups seguirão a periodicidade estabelecida, sendo realizados diariamente (exceto aos sábados e domingos), com armazenamento mínimo de 30 dias. O sistema contará ainda com armazenamento em SSD dedicado, com capacidade mínima de 60 (sessenta) GBs, não incluído no espaço de 120 GBs destinado ao site.

4.6. **Hospedagem e Armazenamento:** O projeto inclui hospedagem em servidor de Data Center com uptime mínimo de 99,8%, alta performance e balanceamento de carga 24/7, certificado por órgãos competentes em segurança física e tecnológica, com armazenamento SSD mínimo de 100 GB para site e e-mails, servidores redundantes, links de comunicação de alto desempenho e sistemas de proteção contra vírus, spywares e roubo de informações, garantindo disponibilidade, integridade e sigilo dos dados.

4.7. **Firewall, com proteção em camadas:** A solução contempla segurança avançada com proteção DDoS, WAF, combate a bots e bloqueio de scrapers de IA, além de recursos completos de monitoramento, relatórios analíticos, estatísticas, gerenciamento de DNS, SSL/TLS, permissões técnicas, acesso ao Cpanel/WHM e FTP, garantindo desempenho, integridade e conformidade com a LGPD.

4.8. **Integração Webmail:** Permitir que o público possa entrar em contato pelo Webmail, e que se tenha o compartilhamento com o e-mail oficial da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, login: camara.santaamelia@hotmail.com.

4.9. **Acessibilidade (LEI N° 13.146), art. 63:** É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente".

4.9.1. O portal deverá incorporar ferramentas de acessibilidade como o widget "Userway" para facilitar o acesso aos recursos nos navegadores — incluindo alteração de contraste, tamanho da fonte, espaçamento, pausa de animações, mudança de cores, modo amigável para dislexia e destaque de links — por meio de ícone identificativo, estar em conformidade com as diretrizes da ABNT e WCAG, oferecer tecnologia de áudio com conversão automática de texto para narração dos artigos, permitir tradução do conteúdo para inglês e espanhol, ser responsivo em diversos formatos de resolução, seguir os princípios da Lei Federal de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), e conter uma página com a descrição de cada função em formato de notícia integrada à busca do site.

4.10. Desenvolvimento e locação de aplicativo mobilem "app": Desenvolvimento de Aplicativo para Android do tipo mobile, com respectivos serviços online, que abrangem o funcionamento do portal e que tenham compatibilidade com o "APP" já que o objetivo é a facilitação do acesso dos contribuintes e fornecedores do município a todo conteúdo disponibilizado.

4.10.1. Com tempo de resposta-confortável ao usuário (s);

4.10.2. Notificação: envio de mensagem que o Android exibe fora do app para fornecer ao usuário lembretes ou comunicados de sessões por exemplo ou outras informações oportunas. Os usuários podem tocar na notificação para abrir seu app ou executar uma ação diretamente da notificação.

4.10.3. O aplicativo deverá disponibilizar todos os recursos do site, visando ampla divulgação.

4.10.4. Divulgação do link para instalação do aplicativo no site oficial da Contratante.

4.10.5. Publicação na Loja Oficial de Aplicativos para Android: Google Play Store: https://play.google.com.

4.11. **Treinamento:** A empresa deverá, durante a vigência do contrato, fornecer treinamento a todos os profissionais designados pela Câmara Municipal de Santa Amélia PR, que irão utilizar e atuar como multiplicadores do sistema WEB (site), orientando-os na operação das funções e implementações.

4.11.1. O material usado para o treinamento será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.11.2. Apresentação das funcionalidades, contemplando o funcionamento do sistema e suas implicações nos processos internos; Treinamento específico para cada atividade relacionada à operação do sistema; Capacitação individual voltada à utilização das funcionalidades específicas; Os treinamentos poderão ser solicitados pela contratante a qualquer momento durante o período de vigência do contrato, sendo realizados presencialmente.

4.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar um treinamento de no mínimo 6 horas para o servidor que utilizará o Painel de Controle, objetivando a capacitação do mesmo e potencializar a utilização dos recursos do painel supracitado.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1. Das demais obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 Caso necessário interrupções para instalações e manutenção deverá ser informado à Câmara Municipal com antecedência mínima de 24 horas.

5.1.2 Inserções de novas ferramentas caso necessário com avalição de requisitos e orçamento para o desenvolvimento, liberação e treinamento para os usuários;

5.1.3 Correções das ferramentas caso apresente algum problema e Suporte Técnico ilimitado sem custos adicionais;

5.1.4 Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente contrato durante toda a sua execução, conservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

5.1.5 Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que causar à CONTRATANTE em decorrência do não-cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas;

5.1.6 Arcar com o pagamento de quaisquer tributos, multas ou ônus oriundos da contratação, pelos quais seja responsável, principalmente os de natureza fiscal e comercial;

5.1.7 Não transferir, no todo ou em parte, o presente. contrato;

5.1.8 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

5.1.9 Executar diretamente os serviços contratados de acordo com todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e em sua proposta de preços;

5.1.10 Responsabilizar-se integralmente por todos os serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, os quais deverão ser refeitos sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal de Santa Amélia/PR;

5.1.11 Cumprir as normas federais, estaduais e municipais que interfiram na execução dos serviços;

5.1.12 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, atendendo prontamente às reclamações sobre a execução de seus serviços;

5.1.13. Responsabilizar-se integralmente pelos danos e/ou prejuízos causados à Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, ou a terceiros em decorrência de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregados.

5.1.14. Responsabilizar-se integralmente pelo recolhimento, nos prazos legais, de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, decorrentes da presente contratação.

5.1.15. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Santa Amélia/PR qualquer fato anormal que porventura venha a ocorrer durante a execução dos serviços, principalmente os fatos que dependam de orientação técnica da Câmara Municipal;

5.1.16. Manter vigilância, constante e permanente, sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer;

5.2. Das Obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas neste contrato;

5.2.2 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, por meio de servidor
especialmente designado para tanto;

5.2.3 Permitir, durante a vigência do contrato, acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;

5.2.4 Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução deste contrato.

5.3. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.

5.4. Os casos eventualmente omissos nestas especificações, serão resolvidos pela fiscalização a cargo da contratante.

5.5. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado de forma única, ao fim da prestação de serviço realizado.

5.6. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

5.7. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.

5.8. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

5.9. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência.

6. PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR PREÇO Nº 08/2025.

6.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-000, o prazo para entrega da proposta é até 13/11/2025 às 17:00h.

6.1.2. De forma eletrônica através do e-mail:**camara.santaamelia@hotmail.com,** o prazo para envio da proposta é até 16/11/2025 às 17:00h.

6.1.3.A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

6.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:

•Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;

• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;

•Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;

•Nome e assinatura do representante legal da empresa;

•Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.

6.1.5. Os serviços devem conter as especificações correspondentes ao Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

6.1.6.A proposta de preço que não estiver em consonância com as exigências do Termo de Referência será desconsiderada julgando-se pela desclassificação.

7. DA HABILITAÇÃO

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2024, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas
Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

7.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.1.7. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

7.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;

7.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista
7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
7.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
7.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
7.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
7.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.
7.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.
7.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
7.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).
7.2.9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

7.3. Habilitação técnica
7.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste certame, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
7.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
7.3.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 ano ser ininterrupto.
7.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
7..3.5. Poderá ser admitida, para fins.de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação**.**
7.3.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
7.3.6. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67, §5º da Lei Federal 14.133/21.

8. PRAZO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
8.1. Conforme Documento de Formalização da Demanda, o valor estimado para o objeto referente a Dispensa nº 08/2025 é R$17.880,00 (dezessete mil, oitocentos e oitenta reais). Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art.75, inciso II da Lei 14.133/2021.
8.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data 01/12/2025, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21.
8.3. O valor total do contrato será pago de forma mensal, durante os 12 (doze) meses.
8.4. A contratada deve fornecer garantia durante todo o período de contratação a fim de que os serviços sejam prestados em conformidade ao exigido no processo licitatório.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 08/2025 possui a seguinte dotação:

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.39.99.99 – Demais serviços de terceiras pessoas jurídicas.
Fonte de Recurso: Recurso do Tesouro

10. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO
10.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.
10.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
10.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:

"CONSTITUIÇÃODAREPÚBLICAFEDERATIVADOBRASIL-CRFB/1988:Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

"LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
I- o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unida- de gestora;
II- o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 3° As contratações de que tratam os incisos I e II do, caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa."

Os valores da dispensa estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1 ° de abril de 2021, foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Considerando que o valor do somatório da despesa estimada do objeto deste termo de referência com objetos de mesma natureza já contratados será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**

Justificada, portanto, a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação,** com funda- mentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

11. DO CONTRATO
11.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
11.2. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.
11.3. O prazo da prestação dos serviços contratados será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21, mediante celebração de termo aditivo contratual.
11.4. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4° e art.107 da Lei Federal nº 14.133/21.
11.5. Em havendo prorrogação contratual, haverá a celebração de termo aditivo ao contrato e ao valor poderá ser ajustado após 12 (doze) meses contando a partir 01/12/2025, observando a variação do INPC para o período, aplicando-se o índice também no caso de atraso no pagamento.

12. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
12.1. Os serviços serão prestados na forma prevista em Edital, no Anexo I e no contrato a ser celebrado tendo início em 01/12/2025.

13. FORMA DE PAGAMENTO
13.1. Pela execução do objeto da presente Dispensa, a Câmara Municipal efetuará os pagamentos à contratada, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com a fazenda Nacional, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, estaduais e municipais e da certidão de regularidade com FGTS e trabalhista.
13.2. Os pagamentos serão mensais, independentemente da quantidade do serviço realizado.
13.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a efetiva prestação do(s) serviço (s) e da(s) respectiva (s) nota(s) fiscal (is); bem como o comprovante de regularidade fiscal da contratada, conforme item 14.1.
13.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

14. DA FISCALIZAÇÃO
14.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
14.2.A CONTRATANTE, através da FISCAL ADMINISTRATIVA DO CONTRATO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços se encontra em conformidade ao contrato e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
14.3.A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
14.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas em contrato.
14.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
15.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas nos tópicos deste Edital e do Termo de Referência.
15.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
15.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
15.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
15.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.
15.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da notificação que lhe for entregue oficialmente.
15.7. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
15.8. O prestador de prestação dos serviços a fim de que seja cumprido com as obrigações previstas, caso necessite de trabalhadores extras, o custo ficará a cargo do PRESTADOR(A).
15.9. O prestador ficará responsável por qualquer erro na proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.
15.10. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e no Edital, bem como em seus anexos.
15.11. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
15.12. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.
15.13. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigidos no Termo de Referência e edital.
15.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência e edital com seus anexos.
15.15. O(s) serviços (s) objeto desta contratação deverá(ão) ser vistoriado(s) no ato da entrega pelo(s) fiscal(is) nomeado(s).
15.16. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.

15.17. Não havendo a realização(s) do serviço(s) pela empresa ou não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
16.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
16.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
16.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
16.5. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato.
16.6. Receber e atestar a nota fiscal.
16.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
16.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
18.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
18.3. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, aplicando se o parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
18.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.

Santa Amélia 07 de Novembro de 2025

EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:C425B025

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO Nº 13/2025

PROCESSO Nº 13/2025
DISPENSA Nº 08/2025
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR.
CONTRATADA:

Aos ..... dias do mês de Novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nesta cidade de Santa Amélia/PR, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Romão dos Santos Junior, Nº 70, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 80.926.934/0001-98 neste ato representado pelo Presidente da Câmara Sr. Rafael Abner Severino inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº....., portador da Cédula de Identidade RG n.º....., em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na....., no Município de....., Estado de(o)....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº....., neste ato representado pelo Sr(a)....., portador da Cédula de Identidade RG nº....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato, em face do resultado da Dispensa de Licitação nº 08/2025, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação, por meio de dispensa de licitação, de empresa para prestação de serviços especializados no ramo de tecnologia da informação, para licença de uso mensal de portal de gestão de conteúdo dinâmico e responsivo, aplicativo mobile, suporte técnico, atualização, hospedagem de arquivos e e-mails, treinamento presencial, migração, backup automatizado em nuvem do banco de dados do site. Sendo ainda, o acompanhamento do portal oficial da câmara municipal com inserção de informações e documentos, a fim de dar publicidade aos atos do poder legislativo municipal, e atender: lei da transparência (lc 131/2009), lei de acesso às informações (lei 12.527/2011), acessibilidade (lei nº 13.146) e lei 13.460/2017, lei 13.709/2018 e lei 14.133/2021.
1.2. Os Itens, especificação, quantidade e unidade de medida a serem fornecidos junto com o serviço estão descritos no tópico 4. do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 08/2025 possui a seguinte dotação:

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.39.99.99 – Demais serviços de terceiras pessoas jurídicas.
Fonte de Recurso: Recurso do Tesouro

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Câmara Municipal.
3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão Santos Junior, Nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.
3.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data 01/12/2025, prorrogáveis por iguais períodos mediante celebração de termo de aditivo ao contrato, até atingir o limite de 5 anos, na forma do artigo 106 da Lei n°14.133 de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
4.1. O valor deste Contrato é de R$ ..... (.....) conforme especificações do Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que aja a regularização das mesmas.
5.2. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado de forma parcelada, sendo diluída em 12 parcela que será paga durante a vigência do contrato.
5.3. O pagamento da(s) nota(s) será efetuado pelo(a) contratante em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
5.4. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.
5.5. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
5.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE
6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data dos ofertados pela licitante vencedora.
6.2. Após decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data de 01/12/2025, e mediante solicitação da contratada, os preços inicialmente pactuados poderão ser reajustados pelo contratante, com a aplicação do índice INPC, registrado no acululado do últimos 12 meses, limitado às obrigações cujo início e conclusão ocorram após o transcurso da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. Os reajustes serão realizados por termos aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. A Câmara Municipal será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
7.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
7.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
7.4. Prestará todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
7.5. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA a fim decumprir as obrigações estabelecidas nocontrato, devendo a CONTRATADA manter sigilo das informações a que tiver acesso em razão da prestação do servço nos termos da lei.
7.6. Receber e atestar a nota fiscal.
7.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
7.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
7.9. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.10. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO(A)CONTRATADO(A)
8.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência e Edital, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas.
8.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
8.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
8.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.
8.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
8.7. Colocar a disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
8.8. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.
8.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.
8.10. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
8.11. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.
8.12. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigido no Termo de Referência.
8.13. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações previstas no Termo de Referência, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
8.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência.
8.15. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s)

serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.
8.16. Não havendo a realização(s) do serviços(s) pela empresa e/ou o não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e em edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.
8.17. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c)Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
10.1. Constituirão motivos para extinção do Contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:
10.1.1.Reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do Contrato;
10.1.2.Quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato;
10.1.3.Quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO
11.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
12.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente,as disposições de direito administrativo e os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS
13.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULADÉCIMAQUARTA-DIREITODASPARTES
14.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133, de 1º de abrilde 2021 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código CivilBrasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro– Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
15.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
15.2.1. Ordenar a substituição de materiais e equipamentos que, a seu critério, sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a execução dos serviços.
15.2.2. Aprovar os serviços executados e realizar as respectivas medições.
15.2.3. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
15.2.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas.
15.2.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.
15.2.6. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
16.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirantes/PR, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato;
16.2.E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Amélia/PR, 07 de Novembro de 2025.

Contratante:

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA/PR
CPF: 106.722.619-28

TAIS FERNANDA GARBUYO DE CASTRO
Fiscalização da Execução do Contrato
CPF: 045.922.799-80

Contratada:

Responsável Legal da Empresa

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:C3A49CB0

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2025

PROCESSO: Nº 13/2025
DISPENSA: Nº 08/2025
TIPO:MENOR PREÇO

CRITÉRIODEJULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

ACÂMARAMUNICIPALDESANTA AMÉLIA/PR inscrita no CNPJ nº 80.926.934/0001-98, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas, horários e locais discriminados a seguir:

DATA INÍCIO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	Dia 13 de NOVEMBRO de 2025.
DATA FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 16 de NOVEMBRO de 2025.
DATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS	Dia 17 de NOVEMBRO de 2025.
ENDEREÇO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS	Sede desta Câmara Municipal, situada na rua Romão dos Santos Júnior, nº 70 – Centro da Cidade de Santa Amélia/PR.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA EN-VIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	camara.santaamelia@hotmail.com

Atenção: Ao encaminhar a proposta pelo endereço eletrônico (e-mail) solicitamos indicar no assunto como: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°08/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA LICENÇA DE USO MENSAL DE PORTAL DE GESTÃO DE CONTEÚDO DINÂMICO E RESPONSIVO, APLICATIVO MOBILE, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO, HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS E E-MAILS, TREINAMENTO PRESENCIAL, MIGRAÇÃO, BACKUP AUTOMATIZADO EM NUVEM DO BANCO DE DADOS DO SITE. SENDO AINDA, O ACOMPANHAMENTO DO PORTAL OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL COM INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, A FIM DE DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E ATENDER: LEI DA TRANSPARÊNCIA (LC 131/2009), LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES (LEI 12.527/2011), ACESSIBILIDADE (LEI Nº 13.146) E LEI 13.460/2017, LEI 13.709/2018 E LEI 14.133/2021.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As descrições sucintas dos serviços estão contidas no tópico 1 (um) deste edital e as respectivas especificações estão contidas nos tópicos 2, 3, 4,5 e 15, bem como no Termo de Referência, sendo o Anexo I deste Edital.

2.2. Os Itens, especificação, quantidade e unidade de medida a serem fornecidos junto com o serviço estão descritos no tópico 5 do Anexo I deste Edital.

2.3. É de extrema importância estar ciente dos requisitos técnicos necessários e das considerações gerais sobre a prestação dos serviços, devendo realizar a leitura na íntegra do Edital e todos seus anexos.

2.4. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir do dia 01/12/2025, podendo ser este prazo prorrogado mediante celebração de termo aditivo ao contrato e a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21.

2.5. Os serviços serão realizados para administrar o site oficial da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR.

2.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação se faz necessária devido a demanda de informações a serem publicadas, tendo em vista a importância da internet como veículo de comunicação interativa com a população. Registra-se que é necessário obter informações dos diversos departamentos por meio de um portal de informações eficiente para viabilizar a transparência nas contas públicas para acesso do cidadão conforme determina a Lei Complementar 131/2009 (Lei de Responsabilidade Fiscal) bem como a Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso à Informação Pública). Também ressaltamos que, tendo em vista que o fim do Contrato com atual empresa prestadora de serviço se encerra em 30/11/2025, de modo que é necessário realizar uma nova contratação, para que não ocorra a interrupção do serviço, face a sua necessidade continua.

3.2. A demanda está formalizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) anexo ao processo, e encontra respaldo nas especificações técnicas descritas no Edital e no Termo de Referência, que detalham os critérios de execução, os materiais a serem utilizados e os padrões de qualidade exigidos.

3.3. A empresa vencedora do certame terá o prazo de 10 (dez) dias Apartir da assinatura do contrato, para conclusão do desenvolvimento e hospedagem do portal de conteúdo web, migração dos dados e e-mail devendo estar após esse prazo em pleno funcionamento nos termos previstos em edital, de 30 (trinta) dias, para disponibilização do aplicativo mobile em pleno funcionamento.

4. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS

4.1. Entre os serviços previstos estão:

4.1.1 Desenvolvimento do portal de conteúdo web.

4.2. Características detalhadas do portal:

4.2.1. **Institucional:** A Cidade, Histórico, Demografia, Localização (Google Mapas), Economia, Hino, Brasão e Bandeira, Mapas, Fotos, Mapa do Site, Política de Privacidade, Radar da Transparência, Dados Abertos, LGPD, Acessibilidade (descritivo).

4.2.2. **Servidores:** Permitir o gerenciamento de forma a cadastrar, atualizar e editar as
informações.

4.2.3. **Informações Individualizadas:** Cadastro com descritivo de competências, endereço, e-mail e outros.

4.2.4. **Organograma Administrativo:** Cadastro dinâmico da Hierarquia: ordenação e distribuição ordenada de poderes com graduação das diferentes categorias de funcionários que compõe.

4.2.5. **Notícias:** Cadastro das notícias no site. Permitir a formatação de texto (como negrito sublinhado), lista de tópicos, criação de tabelas. Para cada notícia podem ser incluídas diversas fotos, arquivos em anexo e vídeos. Na notícia também é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte.

4.2.6. Inserção de um link na palavra-chave “Mais Notícias”, com campo “busca de notícias” para que o usuário tenha acesso a lista completa das informações redigidas e com separação de datas de postagem.

4.2.7. O administrador de conteúdos oferece espaço para 1 foto principal e mais 50
adicionais para visualização dos internautas.

4.2.8. **Banco de imagens:** galeria de fotos.

4.2.9. **Tamanho da fonte:** As páginas de conteúdo do site deverão possuir botões que controlam o tamanho das letras, este recurso possibilita a melhoria na leitura de grandes blocos de texto na tela do computador.

4.2.10. **Compartilhar com outras plataformas:** A opção de compartilhamento de notícia para as principais redes sociais.

4.2.11. **Plugin de áudio:** Conversão automática de conteúdo de texto em “modo voz” (o
usuário poderá ouvir conteúdo da notícia. Não havendo necessidade de ler).

4.2.12. **Imagens poderão ser do tipo:** JPG, PNG e outros formatos “comuns”.

4.2.13. **Notícias Externas:** Notícias externas publicadas impreterivelmente pela contratada na home do site (sem entrar como destaque), com sua devida fonte (registrando de onde a mesma foi extraída) cadastradas semanalmente, que correspondam com fatos da atualidade e que não seja de cunho político, ou seja, apenas de caráter informativo.

4.2.14. **Calendário Geral de Eventos:** Cadastro e edição dos eventos da agenda. Os eventos têm data e hora de início e apenas data de término.

4.2.15. **Avisos:** São avisos de última hora para informar o cidadão de alguma medida emergente. Estes avisos devem ser postados na capa do site em um estilo de “pop-up”.

4.2.16. **Enquete:** Disponibilizar enquete com objetivo de efetivar pesquisa pública com o cidadão. A enquete deverá ficar por um determinado período no site. Poderão ser disponibilizadas mais de uma enquete em um determinado período.

4.2.17 **Utilidade Pública:** Comunicados disponibilizados no site, podendo ser como forma de mural ou no banner principal (topo da página).
4.2.18 **Plano Diretor de Desenvolvimento:** Descrição dos tópicos do plano diretor. Cada tópico poderá disponibilizar documentos, ou seja, o sistema deverá permitir anexar arquivos de formato, doc1, txt1, rtf1, PDF. Permitir a inclusão de arquivos ilimitados para ser feito download no site.
4.2.19 **Cadastro para News Letter:** Permitir o Cadastro contato para o envio de newsletter. Formulário no site que permite ao usuário colocar nome e e-mail para ser arquivado na base de dados do sistema. Também permite a exportação de blocos de e-mail de maneira formatada com o objetivo de serem utilizados no envio de newsletter através de programas terceiros
4.2.20 **Concurso Público:** Cadastro de editais de concurso púbico. Os editais serão exibidos em uma lista. Todo edital deverá ter obrigatoriamente um arquivo (documentos: doc. Ou PDF.) vinculado a ele. O edital poderá ter outros anexos com informações publicadas posteriormente.
4.2.21 **Licitações:** Cada licitação terá um arquivo principal (arquivo do edital) e vários arquivos anexos que poderão ser adicionados posteriormente, tais como aditivos ou alterações no edital. Caso seja requerido o preenchimento do formulário o cidadão ou empresa somente poderá efetivar o download do arquivo após autenticar-se, utilizando CPF ou CNPJ. Os dados serão salvos em um (histórico de downloads), onde constará os dados daquele fornecedor.
4.2.22 **Publicar os arquivos complementares ao edital**: Um edital pode ter nenhum ou vários arquivos vinculados. Todos os anexos podem ser baixados. Apenas o edital pode precisar de preenchimento do cadastro do licitante. Estes arquivos poderão ser anexados em diferentes datas, mantendo os atuais e/ou adicionar recentes.
4.2.23 **Formulário de Preenchimento do Licitante:** Quando a categoria ou arquivo da Licitação indicar a obrigatoriedade do preenchimento do formulário. Devem-se preencher os dados para ser possível baixar os arquivos.
4.2.24 **Histórico de Downloads:** Relatório de Downloads realizados pelas empresas que efetivaram o download, separados por título da publicação, afim de comprovar através de urna "versão para impressão" quais empresas baixaram. Sendo que é obrigatório a comunicação das empresas sob qualquer alteração no edital, a comunicação automática do sistema, enviando uma mensagem por e-mail.
4.2.25 **Cadastro de Fornecedores:** Exibição de fornecedores cadastrados no sistema com norma jurídica (ramo de atividade), tipo de empresa. Possibilidade do Pregoeiro cadastrar, alterar e buscar via painel administrativo, ou apenas exibir fornecedores cadastrados no sistema (relatório), utilizando norma jurídica (ramo de atividade), tipo de empresa e demais dados da mesma. Sendo possível alterar ou excluir o cadastro do mesmo.
4.2.26. **Opção "lixeira":** Após a exclusão de um arquivo ou publicação relacionada, o usuário poderá restaurá-lo. Nesta aba será exibido um histórico completo dos arquivos excluídos. Onde permanecerão por no mínimo 30 dias antes da sua exclusão automática.
4.2.27. **Legislação:** Disponibilizar um conjunto de normas (emendas, decretos e leis), aprovados no município. Permitir criação de classificação ilimitada para as normas. Cada norma deverá estar vinculada a uma classificação.
4.2.28. **Normas (Legislação):** Vinculadas a cada normativa acima (categoria). Na lista deve aparecer o nome, data da publicação; descrição e arquivo para efetivar o download, ano, situação, data da última alteração e observação.
4.2.29. **Autenticidade e Integridade das Publicações:** Obrigatoriedade da opção para assinar de formar digital, no ato da publicação, os arquivos no formato PDF utilizando "Certificado Digital A1".
4.2.30. **Transparência das publicações oficiai**s: Centralização de todas as categorias/arquivos afim de dar publicidade aos atos do Poder Executivo, além de facilitar as buscas. Nesta página conterá informações como: editais de licitações, Contratos e Aditivos, Audiências, Portarias, Projetos de Lei, Resoluções e outros, categorizados de forma estruturada e separados por ano, e ainda:
4.2.31. **A página reúne funcionalidades essenciais como**: Link com o sistema de contabilidade (portal da transparência em tempo real), perguntas frequentes, glossário de termos, data da última alteração da página, campo de busca com pesquisa avançada, links úteis, banners específicos para licitações, receitas e despesas, relatórios diversos de contas públicas, legislação (leis, decretos, projetos e outros), Lei da Transparência, Decreto de Regulamentação e acesso ao E-sic.
4.2.32. **Página do Vereador: Dedicada** a cada Parlamentar contendo informações como: nome do vereador, nome político, data de nascimento, e-mail, foto, proposituras de sua autoria (Buscar informações na base de dados do Site utilizando palavras-chave).
4.2.33. **Downloads:** Cadastro e exibição de arquivos para download, organizados por título e descrição.
4.2.34. **Serviço de Informações ao Cidadão - SIC (Lei Federal no 12.527/2011):** Possibilidade do cidadão se cadastrar e enviar mensagens pelo site da Câmara; Página explicativa sobre o objetivo desta lei; Diferenças entre: LC 131/2009 e LEI 12.527/201 1 ; Possibilidade dos usuários do sistema cadastrarem o cidadão utilizando os campos: nome, CPF ou CNPJ, endereço, cidade, estado, profissão, e-mail, telefone e a solicitação; Cadastro da solicitação utilizando os campos: Tipo da solicitação e descrição do assunto; Geração de número de Protocolo automaticamente ao abrir uma nova solicitação; Disparo automático de e-mail com os dados da solicitação para o e-mail da Câmara; Possibilidade do cidadão acompanhar pelo sistema a resposta sobre a respectiva solicitação, digitando apenas o número do seu protocolo. Aviso sobre os andamentos do seu pedido, enviados para o e-mail informado do cidadão; Estatísticas de acesso: gráfico que demonstre as solicitações: pendentes, respondidas; Informações sobre o "E-sic" (abertura e acompanhamento pela internet e endereço de e-mail); Informações sobre o "SIC Físico" (horário, endereço, ouvidor e demais informações de envio através de carta ou presencial); Opção de cadastro via. painel administrativo, quando o SIC for do tipo "Presencial".
4.2.35. **Conheça a Câmara:** Sobre a Câmara; Cartilha Legislativa; Você sabia? Lei Orgânica; Regimento Interno; Processo Legislativo; Deliberações; Consulta de Documentos e Acesso ao Webmail.
4.2.36. **Vídeos**: Acesso ao canal legislativo da Câmara Municipal.
4.2.37. **Galeria de Vídeos:** Canal onde será divulgado vídeos sobre campanhas de saúde nacionais ou informações sobre o município, alocadas no próprio endereço eletrônico desta municipalidade. Serão exibidas através de um player interno e próprio, não se fazendo de planos de streaming.
4.2.38. **Painel Administrativo Responsivo:** Com a finalidade de gerenciar de forma eficiente as diversas funcionalidades do portal, o sistema deverá permitir o controle completo de conteúdo e de permissões dos usuários, abrangendo módulos como publicações, banners, slides, multimídia, Diário Oficial Eletrônico, Ouvidoria, Protocolo, categorias diversas, E-sic, departamentos, configurações do site e páginas fixas, possibilitando listar, cadastrar, editar, excluir ou adicionar itens, mediante permissões específicas concedidas a usuários autorizados, com definição de nível de acesso — somente leitura (consulta) ou leitura e atualização (inclusão, alteração e exclusão) — além de disponibilizar gráfico de visitas para visualização de acessos, painel intuitivo com solicitações e arquivos pendentes, configurações personalizáveis pelo painel (incluindo título, expediente, redes sociais, no mínimo quatro banners de campanhas, serviços on-line, slides do topo do site e cores aplicáveis ao CSS), banners dinâmicos de serviços on-line com opção de exibição na página inicial, no menu "Serviços On-Line" ou em ambos, com alteração de link ou imagem, notificações de disponibilidade (down-time e up-time) por e-mail, SMS ou ligação telefônica, autenticação de dois fatores (2FA) com uso de Captcha, e recurso de recuperação de senha com envio de código por e-mail válido por até 60 minutos, após o qual o usuário deverá reiniciar o processo.
4.2.39. **Perguntas Frequentes:** Garantir acesso fácil as informações usando respostas rápida — (dúvidas que usuários possam vir a ter), de forma explicativa no portal (dentro da área restrita). Configurações de IP 'S referentes ao Portal da Transparência, Holerite (web) e demais itens que exija atualização dinâmica (realizados de forma automática pelo próprio painel de gerenciamento) e ilimitados.
4.2.40. **Opção "lixeira":** após excluído um arquivo ou publicação, o usuário poderá restaurá-lo. Nesta aba será exibido um histórico completo dos arquivos excluídos. Onde permanecerão por no mínimo 30 dias antes da sua exclusão automática.
4.2.40.1. **Suportar conteúdo multimídia**: (texto, imagem, som e vídeo) oferecendo galerias de vídeos e fotos onde for necessário e

extensões específicas: JPG, PNG, PDF, MP4. Bem como embed-code do Youtube.
4.2.41. **Categorias:** Gerência das categorias e subcategorias de forma ilimitadas,
sendo que uma categoria pode ter ilimitadas subcategorias, ou ainda dentro da
subcategoria outras subcategorias.
4.2.41.1: **Exemplo de algumas categorias que poderão ser cadastradas:** Link da Transparência Online, disponibilizando, no mínimo, acesso aos seguintes conteúdos e documentos oficiais: LDO, LOA, PPA, Lei Orgânica, Orçamento, Documentos Fiscais, Demonstrativos Contábeis, Atas de Registro de Preço, Plano de Contas, Reembolsos, Execução Orçamentária, Relatórios de Gestão Fiscal, Execução Orçamentária em Tempo Real, Operações Financeiras, Cartão Corporativo, Justificativas de Contratação Direta, Passagens, Movimentação dos Fundos, Extratos de Conta Única, informações do Governo Federal, Credores, Ajuda de Custo, Verbas de Gabinete, Ressarcimento de Combustíveis, informações relativas a Pessoal (Concursos, Servidores, Diárias, Adiantamentos, Estatuto dos Servidores, Servidores Cedidos, Temporários e Recebidos, Plano de Carreira, Remuneração de Agentes Públicos, Quadro Funcional), Administração (Plano Diretor, Licitações, Documentos para Cadastro, Contratos e Aditivos, Convênios, Patrimônio, Regimento Interno, Compras Diretas, Licitações na Íntegra, Jurídico, Programas e Ações, Licitações Abertas, em Andamento e Realizadas, Avisos de Licitação, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação), além de conteúdos gerais como Downloads, Links Úteis, Legislação, Instruções Normativas, Organograma, Perguntas Frequentes, Audiências Públicas, Outros Documentos, Endereços Oficiais, Controle de Estoque, Cessão/Doação/Permuta, Notificações, Repasses/Transferências, Controle Interno, Downloads de Formulários de Atendimento, Relatórios Estatísticos de Atendimento, Serviço Físico de Informação ao Cidadão, Acesso à Informação, Lei de Responsabilidade Fiscal, Código Tributário Municipal, Portarias, entre outros documentos que se fizerem necessários.
4.2.42. **Monitoramento de Atividades:** O sistema deverá permitir que o usuário defina o tempo em que deseja receber notificações por e-mail, SMS ou ligação telefônica, caso o site e/ou o e-mail fique indisponível, além de disponibilizar uma página de status contendo informações sobre a normalidade e o funcionamento dos serviços monitorados (site e e-mail), incluindo o tempo em que o serviço permaneceu operante (“up-time”), o período em que ficou indisponível (“down-time”), gráfico comparativo demonstrando o percentual de disponibilidade em relação aos termos contratuais, lista de endereços monitorados quando houver mais de uma página, bem como a opção de restringir o acesso da página por senha ou deixá-la aberta para qualquer usuário da Administração acompanhar em tempo real; o sistema deverá ainda permitir o monitoramento de “keywords” (palavras-chave) configuradas no painel administrativo, de qualquer natureza, de forma que, caso seja detectada alguma menção cadastrada (ex.: “prefeito”), o sistema envie alerta aos interessados por e-mail.
4.2.43. **Carta de Serviços:** Opção destinada ao cadastro de serviços e detalhamento do funcionamento do site (Manual) em linguagem simples e ilustrado com os devidos esclarecimentos para entendimento de todos os recursos.
4.2.44. **Ouvidoria:** O sistema deverá disponibilizar um formulário por meio do qual o cidadão poderá enviar, diretamente pelo site, dúvidas, denúncias, elogios, reclamações e demais manifestações, contando com recursos como estatísticas relacionadas a cada tipo de demanda ou ocorrência e aos departamentos responsáveis, com filtros por ano e período específico; cadastro de departamentos diretamente pelo painel administrativo do site; envio de notificações ao cidadão, por e-mail, informando o andamento e a tramitação da manifestação; além de opção de versão para impressão.
4.2.45. **Telefones Úteis:** Cadastramento e exibição dos nomes e telefones de interesse separados por categoria.
4.3. **Manutenção Reparativa e Evolutiva:** Disponibilizar 5 (cinco) horas mensais de programação adicional, além das demais atividades já detalhadas, para atender demandas relacionadas a sistemas de backup, elaboração de questionários em Google Forms ou plataforma similar, atualizações web, suporte ao site e desenvolvimento de novos projetos como o "Radar da Transparência", sendo todo o serviço contabilizado por meio de relatórios mensais, incluindo ainda a realização de manutenção corretiva dos sistemas, apresentação prévia de estimativas de horas/esforço para cada tarefa ou customização, administração e gerenciamento de banco de dados, auditoria e estatísticas de acesso, gestão da segurança dos sistemas, administração de rotinas de backup, FTP e contingência, manutenção reparativa e evolutiva, promoção e disponibilização de treinamentos e homologação de novas funcionalidades, bem como documentação das alterações e versões dos sistemas.
4.4. **Atualização:** A Contratada deverá auxiliar semanalmente a atualização das páginas de conteúdo, sendo as notícias periódicas em destaque na home do site sobre: dias comemorativos, sobre os feriados nacionais, bem como campanhas nacionais de saúde promovidas pelo governo federal, estadual ou municipal, e outras de interesse público.
4.5. **Backup em nuvem:** O backup automático diário do banco de dados do site, com exceção dos sábados e domingos, utilizando servidor localizado em Data Center com uptime mínimo de 99,8%. Este ambiente deverá possuir redundância nos serviços de energia, link de dados e refrigeração adequada, garantindo alta disponibilidade e segurança. O espaço destinado ao armazenamento dos backups deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) GBs, com retenção dos dados por um período mínimo de 60 dias.
4.5.1. Assegurar a integridade dos dados em caso de falhas ou desastres, os backups deverão ser realizados em servidor distinto daquele onde o site está hospedado. Além disso, será implementado monitoramento contínuo da integridade dos bancos de dados, com geração de logs dos processos de backup. Estes logs deverão estar disponíveis via FTP para consulta posterior, permitindo à equipe de T.I. o acompanhamento detalhado das operações.
4.5.2. Os backups seguirão a periodicidade estabelecida, sendo realizados diariamente (exceto aos sábados e domingos), com armazenamento mínimo de 30 dias. O sistema contará ainda com armazenamento em SSD dedicado, com capacidade mínima de 60 (sessenta) GBs, não incluído no espaço de 120 GBs destinado ao site.
4.6. **Hospedagem e Armazenamento:** O projeto inclui hospedagem em servidor de Data Center com uptime mínimo de 99,8%, alta performance e balanceamento de carga 24/7, certificado por órgãos competentes em segurança física e tecnológica, com armazenamento SSD mínimo de 100 GB para site e e-mails, servidores redundantes, links de comunicação de alto desempenho e sistemas de proteção contra vírus, spywares e roubo de informações, garantindo disponibilidade, integridade e sigilo dos dados.
4.7. **Firewall, com proteção em camadas:** A solução contempla segurança avançada com proteção DDoS, WAF, combate a bots e bloqueio de scrapers de IA, além de recursos completos de monitoramento, relatórios analíticos, estatísticas, gerenciamento de DNS, SSL/TLS, permissões técnicas, acesso ao Cpanel/WHM e FTP, garantindo desempenho, integridade e conformidade com a LGPD.
4.8. **Integração Webmail:** Permitir que o público possa entrar em contato pelo Webmail, e que se tenha o compartilhamento com o e-mail oficial da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, login: camara.santaamelia@hotmail.com.
4.9. **Acessibilidade (LEI N° 13.146), art. 63:** É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente”.
4.9.1. O portal deverá incorporar ferramentas de acessibilidade como o widget “Userway” para facilitar o acesso aos recursos nos navegadores — incluindo alteração de contraste, tamanho da fonte, espaçamento, pausa de animações, mudança de cores, modo amigável para dislexia e destaque de links — por meio de ícone identificativo, estar em conformidade com as diretrizes da ABNT e WCAG, oferecer tecnologia de áudio com conversão automática de texto para narração dos artigos, permitir tradução do conteúdo para inglês e espanhol, ser responsivo em diversos formatos de resolução, seguir os princípios da Lei Federal de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), e conter uma página com a descrição de cada função em formato de notícia integrada à busca do site.
4.10. Desenvolvimento e locação de aplicativo mobilem “app”: Desenvolvimento de Aplicativo para Android do tipo mobile, com respectivos serviços online, que abrangem o funcionamento do portal e que tenham compatibilidade com o “APP” já que o objetivo é a facilitação do acesso dos contribuintes e fornecedores do município a todo conteúdo disponibilizado.

4.10.1. Com tempo de resposta-confortável ao usuário (s);
4.10.2. Notificação: envio de mensagem que o Android exibe fora do app para fornecer ao usuário lembretes ou comunicados de sessões por exemplo ou outras informações oportunas. Os usuários podem tocar na notificação para abrir seu app ou executar uma ação diretamente da notificação.
4.10.3. O aplicativo deverá disponibilizar todos os recursos do site, visando ampla divulgação.
4.10.4. Divulgação do link para instalação do aplicativo no site oficial da Contratante.
4.10.5. Publicação na Loja Oficial de Aplicativos para Android: Google Play Store: https://play.google.com.
4.11. **Treinamento:** A empresa deverá, durante a vigência do contrato, fornecer treinamento a todos os profissionais designados pela Câmara Municipal de Santa Amélia PR, que irão utilizar e atuar como multiplicadores do sistema WEB (site), orientando-os na operação das funções e implementações.
4.11.1. O material usado para o treinamento será de responsabilidade da CONTRATADA.
4.11.2. Apresentação das funcionalidades, contemplando o funcionamento do sistema e suas implicações nos processos internos; Treinamento específico para cada atividade relacionada à operação do sistema; Capacitação individual voltada à utilização das funcionalidades específicas; Os treinamentos poderão ser solicitados pela contratante a qualquer momento durante o período de vigência do contrato, sendo realizados presencialmente.
4.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar um treinamento de no mínimo 6 horas para o servidor que utilizará o Painel de Controle, objetivando a capacitação do mesmo e potencializar a utilização dos recursos do painel supracitado.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS
5.1. Das demais obrigações da CONTRATADA:
5.1.1 Caso necessário interrupções para instalações e manutenção deverá ser informado à Câmara Municipal com antecedência mínima de 24 horas.
5.1.2 Inserções de novas ferramentas caso necessário com avalição de requisitos e orçamento para o desenvolvimento, liberação e treinamento para os usuários;
5.1.3 Correções das ferramentas caso apresente algum problema e Suporte Técnico ilimitado sem custos adicionais;
5.1.4 Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente contrato durante toda a sua execução, conservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
5.1.5 Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que causar à CONTRATANTE em decorrência do não-cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas;
5.1.6 Arcar com o pagamento de quaisquer tributos, multas ou ônus oriundos da contratação, pelos quais seja responsável, principalmente os de natureza fiscal e comercial;
5.1.7 Não transferir, no todo ou em parte, o presente. contrato;
5.1.8 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
5.1.9 Executar diretamente os serviços contratados de acordo com todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e em sua proposta de preços;
5.1.10 Responsabilizar-se integralmente por todos os serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, os quais deverão ser refeitos sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal de Santa Amélia/PR;
5.1.11 Cumprir as normas federais, estaduais e municipais que interfiram na execução dos serviços;
5.1.12 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, atendendo prontamente às reclamações sobre a execução de seus serviços;
5.1.13. Responsabilizar-se integralmente pelos danos e/ou prejuízos causados à Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, ou a terceiros em decorrência de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregados.
5.1.14. Responsabilizar-se integralmente pelo recolhimento, nos prazos legais, de todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, decorrentes da presente contratação.
5.1.15. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Santa Amélia/PR qualquer fato anormal que porventura venha a ocorrer durante a execução dos serviços, principalmente os fatos que dependam de orientação técnica da Câmara Municipal;
5.1.16. Manter vigilância, constante e permanente, sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer;
5.2. Das Obrigações da CONTRATANTE:
5.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas neste contrato;
5.2.2 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, por meio de servidor
especialmente designado para tanto;
5.2.3 Permitir, durante a vigência do contrato, acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;
5.2.4 Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução deste contrato.
5.3. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.
5.4. Os casos eventualmente omissos nestas especificações, serão resolvidos pela fiscalização a cargo da contratante.
5.5. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado de forma única, ao fim da prestação de serviço realizado.
5.6. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
5.7. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.
5.8. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
5.9. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência.

6. PROPOSTAS COMERCIAIS
6.1. As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR PREÇO Nº 08/2025.
6.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-000, o prazo para entrega da proposta é até 13/11/2025 às 17:00h.
6.1.2. De forma eletrônica através do e-mail:**camara.santaamelia@hotmail.com,** o prazo para envio da proposta é até 16/11/2025 às 17:00h.
6.1.3.A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.
6.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:
•Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;
• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;
•Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;
•Nome e assinatura do representante legal da empresa;
•Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.
6.1.5. Os serviços devem conter as especificações correspondentes ao Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
6.1.6.A proposta de preço que não estiver em consonância com as exigências do Termo de Referência será desconsiderada julgando-se pela desclassificação.

7. DA HABILITAÇÃO

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2024, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.

7.1. Habilitação Jurídica
7.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas
Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
7.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
7.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
7.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
7.1.7. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
7.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
7.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;
7.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista
7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
7.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
7.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
7.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
7.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.
7.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.
7.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
7.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).
7.2.9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

7.3. Habilitação técnica
7.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste certame, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
7.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
7.3.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 ano ser ininterrupto.
7.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
7..3.5. Poderá ser admitida, para fins.de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação**.**
7.3.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
7.3.6. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67, §5º da Lei Federal 14.133/21.

8. PRAZO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
8.1. Conforme Documento de Formalização da Demanda, o valor estimado para o objeto referente a Dispensa nº 08/2025 é R$17.880,00 (dezessete mil, oitocentos e oitenta reais). Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art.75, inciso II da Lei 14.133/2021.
8.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data 01/12/2025, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21.
8.3. O valor total do contrato será pago de forma mensal, durante os 12 (doze) meses.
8.4. A contratada deve fornecer garantia durante todo o período de contratação a fim de que os serviços sejam prestados em conformidade ao exigido no processo licitatório.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 08/2025 possui a seguinte dotação:

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.39.99.99 – Demais serviços de terceiras pessoas jurídicas.
Fonte de Recurso: Recurso do Tesouro

10. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO
10.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.
10.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
10.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:

"CONSTITUIÇÃODAREPÚBLICAFEDERATIVADOBRASIL-CRFB/1988:Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

"LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
I- o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unida- de gestora;
II- o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 3° As contratações de que tratam os incisos I e II do, caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa."

Os valores da dispensa estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1 ° de abril de 2021, foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Considerando que o valor do somatório da despesa estimada do objeto deste termo de referência com objetos de mesma natureza já contratados será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**

Justificada, portanto, a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação,** com funda- mentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

11. DO CONTRATO
11.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
11.2. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.
11.3. O prazo da prestação dos serviços contratados será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art. 106 da Lei 14.133/21, mediante celebração de termo aditivo contratual.
11.4. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4° e art.107 da Lei Federal nº 14.133/21.
11.5. Em havendo prorrogação contratual, haverá a celebração de termo aditivo ao contrato e ao valor poderá ser ajustado após 12 (doze) meses contando a partir 01/12/2025, observando a variação do INPC para o período, aplicando-se o índice também no caso de atraso no pagamento.

12. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
12.1. Os serviços serão prestados na forma prevista em Edital, no Anexo I e no contrato a ser celebrado tendo início em 01/12/2025.

13. FORMA DE PAGAMENTO
13.1. Pela execução do objeto da presente Dispensa, a Câmara Municipal efetuará os pagamentos à contratada, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com a fazenda Nacional, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, estaduais e municipais e da certidão de regularidade com FGTS e trabalhista.
13.2. Os pagamentos serão mensais, independentemente da quantidade do serviço realizado.
13.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a efetiva prestação do(s) serviço (s) e da(s) respectiva (s) nota(s) fiscal (is); bem como o comprovante de regularidade fiscal da contratada, conforme item 14.1.
13.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

14. DA FISCALIZAÇÃO
14.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
14.2.A CONTRATANTE, através da FISCAL ADMINISTRATIVA DO CONTRATO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços se encontra em conformidade ao contrato e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
14.3.A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
14.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas em contrato.
14.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
15.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas nos tópicos deste Edital e do Termo de Referência.
15.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
15.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
15.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.
15.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.
15.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da notificação que lhe for entregue oficialmente.
15.7. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
15.8. O prestador de prestação dos serviços a fim de que seja cumprido com as obrigações previstas, caso necessite de trabalhadores extras, o custo ficará a cargo do PRESTADOR(A).
15.9. O prestador ficará responsável por qualquer erro na proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.

15.10. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e no Edital, bem como em seus anexos.
15.11. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
15.12. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.
15.13. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigidos no Termo de Referência e edital.
15.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência e edital com seus anexos.
15.15. O(s) serviços (s) objeto desta contratação deverá(ão) ser vistoriado(s) no ato da entrega pelo(s) fiscal(is) nomeado(s).
15.16. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.
15.17. Não havendo a realização(s) do serviço(s) pela empresa ou não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
16.1. A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
16.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
16.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
16.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
16.5. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato.
16.6. Receber e atestar a nota fiscal.
16.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
16.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
18.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
18.3. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, aplicando se o parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
18.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.
18.5. São partes integrantes deste Edital todos os anexos a seguir:
18.5.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
18.5.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
18.5.3 – ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO;
18.5.4 – ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

Santa Amélia 07 de Novembro de 2025

EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:8C4A3C72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 871/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n°14.133, de 01 de abril de 2021 e no Art. 8º do Decreto Municipal nº 82/2023, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por um servidor representante da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor**,** Wellington geraldo Inforzato portadora da matrícula nº 36811 como gestor do Ata de registor de preços de **nº 72/2025**, referente ao processo licitatório por Pregão eletrônico **nº 32/2025**, para desempenhar as atividades dispostas nos arts. 18 e 19 do Decreto Municipal nº 82/2023.

Art. 2º - Designar o servidor Rodrigo de Oliveira**,** portador da matrícula nº 35181 como fiscal do Ata de registro de preços de **nº 72/2025**, referente ao processo licitatório por Pregão eletrônico **nº 32/2025** para desempenhar as atividades dispostas nos arts. 18 e 20 do Decreto Municipal nº 82/2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se a disposições em contrário.

Santa Amélia-PR, 12 de novembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:64230B09

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 872/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n°14.133, de 01 de abril de 2021 e no Art. 8º do Decreto Municipal nº 82/2023, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por um servidor representante da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Lorimal Aparecida Correa**,** portadora da matrícula nº 36801 como gestora do Contrato de **nº 56/2025**, referente ao processo licitatório por dispensa eletrônica **nº 26/2025**, para desempenhar as atividades dispostas nos arts. 18 e 19 do Decreto Municipal nº 82/2023.

Art. 2º - Designar o servidor Vanessa Aparecida da Silva Costa portadora da matrícula nº 35551 como fiscal do Contrato de **nº 56/2025**, referente ao processo licitatório por dispensa eletrônica **nº 26/2025** para desempenhar as atividades dispostas nos arts. 18 e 20 do Decreto Municipal nº 82/2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se a disposições em contrário.

Santa Amélia-PR, 12 de novembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:F5DE42AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.472/2025

DECRETO Nº 2.472/2025

SÚMULA: Abre crédito suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1100/2024, de 11 de novembro de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$70.000,00 (setenta mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
09		**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
09.001		**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0006.2015		**MANUTENCAO DIVISAO EDUCACAO FUNDAMENTAL**		
3.3.90.32	176	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103	R$ 30.000,00
3.3.90.39	179	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	103	R$ 40.000,00
TOTAL SUPLEMENTAR				**R$ 70.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00103 - 5% sobre Transf. Constitucionais FUNDEB.	R$ 70.000,00
TOTAL	**R$ 70.000,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.098/2024, de 30 de agosto de 2024 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.007/2021, de 07 de outubro de 2021 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 12 de novembro de 2025.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:73724A07

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2024

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2024 PREGÃO PRESENCIAL 44/2024.
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO COVRE, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53,
CONTRATADA KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO, CNPJ: 21.534.063/0001-06
CONTRATADA: HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA CPF/CNPJ: 15.358.601/0001-48 estabelecido(a) à Avenida PRESIDENTE VARGAS 471 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA, portador(a) do CPF nº 101.825.659-80
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de alimentos perecíveis.

ARP	ITEM	Quantidade original	Quantidade aditivada
44/2024	CARNE BOVINA DE 2 EM PEDACO PALETA, MUSCULO OU ACEM,FRESCA NAO CONGELADA	500	500
44/2024	CARNE SUINA EM PEDACO SEM OSSO, FRESCA NAO CONGELADA	500	500
44/2024	FRANGO CONGELADO	500	500
44/2024	OVOS DE GALINHA BRANCO BANDEJA C/30 UND	500	500

Fica Alterado quantidade perante tabela de aditivo
DATA: 12/11/2025.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:B0ADCD80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 001/2025

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 001/2025

Origem: Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR
Destinatário: Poder Executivo Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo – PR

A **Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo**, por meio de seu Presidente, Sr. **Edinaldo Onório da Silva**, torna público que formalizou a **doação definitiva de bens móveis** ao **Poder Executivo Municipal**, conforme autorizado pela **Resolução nº 009/2025**, de 03 de novembro de 2025.

A doação tem por objeto os **bens móveis descritos no Anexo I da referida Resolução**, considerados **inservíveis para o uso do Poder Legislativo**, porém **aptos para aproveitamento administrativo** no âmbito do Executivo Municipal, de acordo com o parecer e avaliação constantes na **Ata nº 001/2025 da Comissão Permanente de Levantamento, Inventário, Avaliação e Baixa de Bens Patrimoniais**.

A transferência de posse e responsabilidade dos bens foi realizada de forma **definitiva e gratuita**, mediante assinatura do **Termo de Doação nº 001/2025**, em **12 de novembro de 2025**, passando o Poder Executivo Municipal a responder pela guarda, utilização e registro contábil-patrimonial dos itens recebidos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 12 de novembro de 2025.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:B759B925

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2025

ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2025
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E MONTAGEM DOS CARNÊS DE IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1. Às 09 horas do dia 12 de novembro de 2025, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, localizada na Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, **reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio,** nomeada através da Portaria n° 2.246/2025, estando presentes os seguintes membros: Cleiton Francisco Obino da Silva e Elizabete Scorpione.

1.2. Declarada aberta a sessão pelo Agente de Contratação, registra-se o recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação das seguintes empresas:

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNITÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	LONQUINI GRAFICA LTDA	10.195.399/0001-67	R$ 3,00	R$ 12.000,00
DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CONTRATADO				

2.1. Em seguida passou-se à conferência dos documentos de habilitação da empresa vencedora, com fins de análise dos documentos de habilitação.

2.2. Da análise dos documentos de Habilitação, a empresa:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO
01	LONQUINI GRAFICA LTDA	10.195.399/0001-67	HABILITADA

2.3. Declarando a empresa vencedora CGM GRAFICA E COMUNICAÇÃO VISULONQUINI GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ 10.195.399/0001-67, com o total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o fornecedor será escolhido mediante processo de seleção; disponibilizado lances, será o menor preço, não sendo disponibilizado lances, será a menor cotação.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o preço será justificado pela apresentação da melhor proposta (ou da menor cotação) e está de acordo com a precificação formalizada pelo município nos termos do artigo 23 da NLL.

5. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

5.1. O Agente de Contratação **declara** encerrada a sessão, dispensando a assinatura dos membros da Equipe de Apoio.

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:C1510288

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2025

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação nº **050/2025**

AUTORIZO a contratação direta por *Dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: LONQUINI GRAFICA LTDA **CNPJ nº:** 10.195.399/0001-67
OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E MONTAGEM DOS CARNÊS DE IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.**	
VALOR ESTIMADO	**R$ 12.000,00 (doze mil reais).**	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	04.003.04.123.0007.2013- Manutenção das atividades de tributação e fiscalização 3.3.90.30.00.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Fontes: 1001-Recursos ordinários livres exercício corrente 1511-Taxas-Prestação de serviços 1510-Taxas Exercício poder de polícia	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 12 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4145A305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA Nº 053/2025

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 053/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025
TIPO: Menor Preço
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS À ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOM ALUNO, PROMOVIDO POR ESTA MUNICIPALIDADE, NO EXERCÍCIO DE 2025.
VALOR REFERÊNCIA: R$ 27.212,24 (vinte e sete mil, duzentos e doze reais e vinte e quatro centavos).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/11/2025 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/11/2025 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)
SESSÃO DE JULGAMENTO: 19/11/2025 às 09h00
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
propostalicitacao@scmc.pr.gov.br
LINK DO EDITAL:
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail licitacao@scmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3900-3707, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 12 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:0646F666

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA Nº 054/2025

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 054/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025
TIPO: Menor Preço
OBJETO: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS E BICICLETAS, DESTINADOS À PREMIAÇÃO DOS ESTUDANTES E PROFESSORES PARTICIPANTES DO PROGRAMA BOM ALUNO, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR ESTIMADO: R$ 51.180,00 (cinquenta e um mil, cento e oitenta reais).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/11/2025 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/11/2025 às 08h00min
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS LANCES: 19/11/2025 às 08h30min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DOS LANCES: 19/11/2025 às 14h30min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS, LANCES E DOCUMENTAÇÃO:
https://www.bll.org.br
LINK DO EDITAL:
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail licitacao@scmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3900-3707, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 12 de novembro de 2024.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:E1F8AC04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º171/2025

EXTRATO DO CONTRATO N.º171/2025
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: LUCAS DANILO MIMMEL PEREIRA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 33.671.396/0001-58, Rua Guaporé, 42, casa, CEP: 87.920-000, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E MANUTENÇÃO DE TELHADOS, REMOÇÃO DE CALHAS, RUFOS E DUTOS, BEM COMO NA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVAS CALHAS E RUFOS, COM VEDAÇÃO E ACABAMENTO GERAL, EM ATENÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.
VALOR: R$ 12.499,82 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).
PRAZO DE ENTREGA: O prazo máximo para execução serviço será de 30 dias, após emissão na nota de empenho.

DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 052/2025.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 12 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:44F390B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2025

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024 e Decreto Municipal n° 2.435/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025, com fundamento no Art. 75, inciso II, VII da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E MANUTENÇÃO DE TELHADOS, REMOÇÃO DE CALHAS, RUFOS E DUTOS, BEM COMO NA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVAS CALHAS E RUFOS, COM VEDAÇÃO E ACABAMENTO GERAL, EM ATENÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

Empresa: LUCAS DANILO MIMMEL PEREIRA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 33.671.396/0001-58, Rua Guaporé, 42, casa, CEP: 87.920-000, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 12.499,82 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Remoção de telhado, remoção de calhas e rufos, manutenção de telhados em geral, remoção de dutos.	***01***	***R$850,00***	***R$850,00***
2	Fabricação e instalação de calhas, corte de 90cm x 46mm.	**92M**	**R$80,00**	**R$7.360,00**
3	Fabricação e instalação de rufos, corte de 90cm x 114mm, vedação em geral.	**114M**	**R$37,63**	**R$4.289,82**
	VALOR TOTAL:			**R$12.499,82**

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 12 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:E3E45CBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 056/2025-PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE INSUMOS RADIOLÓGICOS ESSENCIAIS**, destinados ao atendimento das necessidades para o setor de radiologia da unidade de Saúde de Santa Fé – PR, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 03 de dezembro de 2025.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **03 de dezembro de 2025** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 12 de novembro de 2025.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E161157A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 35/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ EANA GOMES DOS SANTOS ROCHA, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 004/2011 E EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025.

Contrato Administrativo de Trabalho por Tempo Determinado, que entre si fazem, de um lado o**MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo**Prefeito**,**Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente**CONTRATANTE**e, de outro lado a Sra.**ANA GOMES DOS SANTOS ROCHA,**brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 6.726.070-8 SESP/PR, inscrita no CPF sob n.º 021.523.459-67, residente e domiciliada na Rua Londrina, nº 869, Centro, no município de Santa Fé-PR, CEP 86.770-00, de ora em diante denominado simplesmente**CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o presente instrumento, sob as condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal 004/2011 e nas cláusulas e seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

A**CONTRATADA**trabalhará para o Município, exercendo as função de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS (monitor de

transporte escolar), designado conforme a necessidade da Secretaria Municipai de Educação, Cultura e Esportes, tendo um regime de 40 horas semanais.

No cumprimento do objeto deste instrumento, a**CONTRATADA**deverá observar rigorosa e criteriosamente as normas específicas do órgão/repartição a que estiver vinculado, contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo é de 14 de novembro de 2025 até a data de 14 de novembro de 2026, podendo ser renovado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O**Contratado**perceberá mensalmente o valor de**R$ 1.575,81 (mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos).**Os valores fixados nesta cláusula serão reajustados nas mesmas datas e percentuais em que se verificar o reajuste dos vencimentos dos servidores municipais.

CLÁUSULA QUARTA

O Regime legal deste Contrato Administrativo Temporário, bem como os demais direitos assegurados ao**Contratado**, estão definidos no Regime Jurídico Único.
O regime de contribuição será RGPS – Regime Geral de Previdência Social, contribuindo para o INSS.

CLÁUSULA QUINTA

As despesa decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias em execução.

CLAUSULA SEXTA

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas e os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus legais efeitos.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 12 de novembro de 2025.

ANA GOMES DOS SANTOS ROCHA
Contratada

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:4CA3ACF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 418/2025

Atualiza a UFM - Unidade Fiscal Municipal, para o exercício de 2026 com base na variação do INPC/IBGE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 311, da Lei Complementar nº 002/2010 – Código Tributário Municipal,

DECRETA

Art. 1° - Fica atualizada a **UFM** - Unidade Fiscal Municipal do Município de Santa Fé, para o exercício de 2026, com base na variação do INPC/IBGE, no valor de R$ 230,05 (duzentos e trinta reais e cinco centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 12 de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B55503FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2025-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: VINICIUS HEITOR FREDERICO - ME
RESUMO DO OBJETO: contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:766D8E06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: VALTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP
RESUMO DO OBJETO: contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A695C98C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2025-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: LIDIANE MARCELE SCANDELAI - ME
RESUMO DO OBJETO: contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F60193E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2025-PMSF PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: PINHEIRO S VEÍCULOS LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Aquisição de um veículo tipo Hatch, marca FIAT, ARGO Drive 1.3, Fabricação e modelo 2025 ou superior (novo, zero Km), potência de 107 CV (E), garantia mínima de 24 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preço da proponente anexa e parte integrante do Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID – Lote 01, através da Ata de Registro de Preços – SECID, da qual o município de Santa Fé é órgão participante.
VALOR TOTAL: R$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9233160F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Trata-se de pretensa formalização de Termo de Fomento, nos termos do Artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, atualizada pela Lei 13.204/2015, que "*considerainexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica...",* a ser pactuado entre o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, e a Entidade: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, tendo como objeto a transferência de verba impositiva, autorizada pela Lei Orgânica Municipal, com fundamentação legal no Artigo 115, § 1º, para o atendimento de idosos acima de 60 anos de idade, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho apresentado pela entidade e aprovado pelo concedente.

Considerando o Artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, que permite a parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, considerando o Artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, que autoriza o Município de Santa Fé a destinar parte dos recursos oriundos de verbas impositivas às ações e serviços públicos de saúde, pretensa formalização de parceria com o Centro de Promoção Humana de Santa Fé – Centro de Convivência do Idoso, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11, no exercício de 2025, com a finalidade de promover o repasse de recursos provenientes de verbas impositivas, visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de R$ 163.348,25 (cento e sessenta e três mil e trezentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), **JUSTIFICA-SE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a formalização do respectivo Termo de Fomento, haja vista a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil do município, em razão da natureza singular do objeto da parceria e das metas previstas que só podem ser atingidas por uma única entidade, qual seja o **CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, inscrito no CNPJ nº 80.911.035/0001-11,** com o endereço na Rua Apucarana, nº 31, Centro, no município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a sua publicação no sítio eletrônico oficial do município: https://www.santafe.pr.gov.br/, bem como, no órgão oficial de publicação do município de Santa Fé: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Eventuais impugnações, com relação à presente justificativa, deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Santa Fé – PR, 12 de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:ED632950

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Trata-se de pretensa formalização de Termo de Fomento, nos termos do Artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, atualizada pela Lei 13.204/2015, que "*considerainexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica...",* a ser pactuado entre o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, e a Entidade: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – ESCOLA OIKIA DO CIDADÃO DO AMANHÃ - EOCA, tendo como objeto a transferência de verba impositiva, autorizada pela Lei Orgânica Municipal, com fundamentação legal no Artigo 115, § 1º, para o atendimento de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho apresentado pela entidade e aprovado pelo concedente.

Considerando o Artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, que permite a parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, considerando o Artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, que autoriza o Município de Santa Fé a destinar parte dos recursos oriundos de verbas impositivas às ações e serviços públicos de saúde, pretensa formalização de parceria com o Centro de Promoção Humana de Santa Fé – Escola Oikia do Cidadão do Amanhã - EOCA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11, no exercício de 2025, com a finalidade de promover o repasse de recursos provenientes de verbas

impositivas, visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de R$ 119.749,02 (cento e dezenove mil e setecentos e quarenta e nove reais e dois centavos), **JUSTIFICA-SE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a formalização do respectivo Termo de Fomento, haja vista a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil do município, em razão da natureza singular do objeto da parceria e das metas previstas que só podem ser atingidas por uma única entidade, qual seja a **ESCOLA OIKIA DO CIDADÃO DO AMANHÃ - EOCA, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11,** com o endereço na Rua São Geraldo, nº 08, Conjunto Valdemar Fernandes Pinheiro, no município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a sua publicação no sítio eletrônico oficial do município: https://www.santafe.pr.gov.br/, bem como, no órgão oficial de publicação do município de Santa Fé: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Eventuais impugnações, com relação à presente justificativa, deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Santa Fé – PR, 12 de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:1450EB61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e requerimento de credenciamento, tendo como critério de escolha do fornecedor as condições estabelecidas no processo administrativo nº 149/2025 – Edital de Chamamento Público nº 004/2025, que tem por objeto a **contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme elencados no Anexo I – Termo de Referência, do referido Edital e nos termos e condições a seguir estabelecidos:
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025 - PMSF
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 096/2025-PMSF
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Lidiane Marcele Scandelai - ME. - CNPJ/MF: 27.865.254/0001-29
RESUMO DO OBJETO: realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura.
RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 12 de novembro de 2025.

MARCELO CANDIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F12842BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e requerimento de credenciamento, tendo como critério de escolha do fornecedor as condições estabelecidas no processo administrativo nº 149/2025 – Edital de Chamamento Público nº 004/2025, que tem por objeto a **contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme elencados no Anexo I – Termo de Referência, do referido Edital e nos termos e condições a seguir estabelecidos:
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025 - PMSF
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 095/2025-PMSF
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Valtelli Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - EPP. - CNPJ/MF: 04.137.189/0001-10
RESUMO DO OBJETO: realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura.
RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 12 de novembro de 2025.

MARCELO CANDIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2E9ED71F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e requerimento de credenciamento, tendo como critério de escolha do fornecedor as condições estabelecidas no processo administrativo nº 149/2025 – Edital de Chamamento Público nº 004/2025, que tem por objeto a **contratação de Clínicas Veterinárias, legalmente constituídas e habilitadas na área de Medicina Veterinária, com SEDE E ESTRUTURA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR, para a realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em**

situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva, pelo período de 12 (doze) meses, conforme elencados no Anexo I – Termo de Referência, do referido Edital e nos termos e condições a seguir estabelecidos:
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025 - PMSF
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 094/2025-PMSF
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Vinicius Heitor Frederico - ME. - CNPJ/MF: 27.078.917/0001-65
RESUMO DO OBJETO: realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos (machos e fêmeas), identificação eletrônica com implantação de microchips e registro informatizado, destinados a animais em situação de rua ou sob tutela de famílias em vulnerabilidade social, incluindo atendimentos emergenciais exclusivamente nos casos em que representem risco sanitário comprovado, que possam comprometer a saúde coletiva.
VALOR TOTAL: R$ 79.287,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura.
RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 12 de novembro de 2025.

MARCELO CANDIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C701B448

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e proposta da contratada, e demais documentações anexas ao processo, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025 – PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025-PMSF
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2025-PMSF
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: PINHEIRO S VEÍCULOS LTDA. - CNPJ/MF: 01.692.763/0001-03.
RESUMO DO OBJETO: Aquisição de um veículo tipo Hatch, marca FIAT, ARGO Drive 1.3, Fabricação e modelo 2025 ou superior (novo, zero Km), potência de 107 CV (E), garantia mínima de 24 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preço da proponente anexa e parte integrante do Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID – Lote 01, através da Ata de Registro de Preços – SECID, da qual o município de Santa Fé é órgão participante.
VALOR TOTAL: R$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 12 de novembro de 2025.

CLAUDIO FERREIRA AMANCIO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:CE3AE535

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS Nº. 012/2025

A Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o Regimento Interno e Lei Orgânica,

CONVOCA:

Todos os Senhores Vereadores com assento nesta Casa de Leis, em **Sessões Legislativas Extraordinárias** a realizar-se no Plenário nos seguintes dias e horários:

• **Dia 14 de Novembro de 2025 – sexta feira às 10h00min, e;**
• **Dia 15 de Novembro de 2025 – sábado às 10h00min.**

Serão apreciadas nas **Sessões Legislativas Extraordinárias** as Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, **Exercício Financeiro de 2023, Processo nº 225029/24,** de responsabilidade do **Sr. JEAN PIERR CATTO,** em conformidade com o **Capítulo III – Do Julgamento de Contas**, **Artigo 183** do **Regimento Interno.**

O **Projeto de Decreto Legislativo** será apreciado em **02 turnos** em **Processo de Votação**, que será **nominal.**

E para que o termo da presente convocação chegue ao conhecimento de todos, faz publicar este Edital no Diário Oficial Eletrônico do Município, site da Câmara da Câmara e na Imprensa Falada, com Leitura no Expediente da Sessão Legislativa Ordinária do Dia 12 de Novembro e cópia aos Vereadores ou Vereadoras faltantes.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste – Pr, 12 de novembro de 2025.

ERICA ISABEL DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:56C54117

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXONERAR, A PEDIDO, CRISTIANE REGINA KASBURG, DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

PORTARIA Nº 15.634
Data: 13.11.2025

Exonerar, a pedido, CRISTIANE REGINA KASBURG, do Cargo de Auxiliar Administrativo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 0346/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, nos termos do inciso I, do Art. 56, e inciso III do Art. 58 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **CRISTIANE REGINA KASBURG,** CPF nº 059.***.***-90, do Cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 13 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 13 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E247D09D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53.2025

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 53.2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico de estruturas e equipamentos, tais como palcos, sistemas de sonorização e iluminação, tendas, estruturas de fechamento, banheiros químicos e demais itens correlatos, necessários para a realização, de eventos oficiais, culturais, sociais, esportivos e institucionais promovidos ou apoiados pelo Município de Santa Lúcia/PR.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 405.234,27 (quatrocentos e cinco mil duzentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/12/2025, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote;

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:DBDE26BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54.2025

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 54.2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva, e desmontagem de decoração natalina luminosa, composta por elementos decorativos e cenográficos como figuras tridimensionais (3D), painéis luminosos, arabescos, cascatas de LED, árvores decorativas e demais itens correlatos, a serem implantados em vias, praças e demais logradouros públicos do Município de Santa Lúcia/PR.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 445.652,22 (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/12/2025, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote;

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:1CC039F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025

REAVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº
50/2025

O Município de Santa Lúcia, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão pública da licitação referente ao **Pregão Eletronico n° 50/2025**, cujo objeto é Aquisição de 02 (dois) veículos tipo utilitário e 02 (duas) Colhedoras de Forragens, visando o incremento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do Convênio nº 589/2025/SEAB, terá sua data de julgamento **ADIADA.**

A alteração da data deve-se ao fato de que o dia 14/10/2025 (data prevista que seria realizado o certame) será necessária a participação do Pregoeiro em capacitação interna, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos relacionados aos procedimentos licitatórios e demais atividades correlatas.

Dessa forma, a nova data para realização do certame **será no dia 17 de novembro de 2025**, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos para cadastramento das propostas e demais documentos (plataforma BNC, https://bnc.org.br/), permanecendo inalteradas as demais condições do edital.

Os interessados deverão observar as alterações e poderão obter mais informações junto à Comissão de Licitação, no endereço Avenida Guilherme Laiter, 209, Centro, Santa Lúcia-PR, pelo telefone (45) 98807-7757, de segunda a sexta no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, bem como pelo e-mail compras@santalucia.pr.gov.br.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:50A4CE54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI N.º 713/2025 - DISPÕES SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029

LEI N.º 713/2025

EMENTA: Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Santa Maria do Oeste para o quadriênio 2026/2029

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual de Governo do Município de Santa Maria do Oeste para o quadriênio 2026/2029 em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 165 da Constituição Federal na forma dos anexos integrantes desta lei.

Artigo 2º - O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes para a ação do governo municipal:

I - direcionar as ações de coordenação, apoio administrativo, gestão financeira e administração de receitas para cumprimento das disposições constantes da legislação vigente em especial das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - assegurar à população do Município a atuação do governo municipal com o objetivo da resolução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente buscando proporcionar a todos uma vida digna, em especial aos grupos considerados de vulnerabilidade tais como crianças e idosos;

III - garantir e incentivar o acesso da população a programas de habitação popular de modo a materializar a casa própria e proporcionar a todos a infraestrutura, obras e serviços públicos necessários para uma boa qualidade de vida;

IV - integrar os programas municipais com os dos Governos das esferas Estadual e Federal;

V - garantir o acesso da população a educação de boa qualidade, atuando prioritariamente no ensino público fundamental e educação infantil e suplementarmente no apoio ao ensino de nível médio, superior e supletivo, através do cumprimento daquilo que ficou estabelecido no Plano Municipal de Educação;

VI - proporcionar apoio ao produtor rural do Município buscando melhorar as suas condições de vida e combater o êxodo rural;

VII - criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município buscando o aumento do nível de emprego e melhorar a distribuição de renda;

VIII - manter a malha viária do município em boas condições de uso para garantir o atendimento das necessidades de escoamento da produção e locomoção da população;

IX - garantir uma boa qualidade de vida aos habitantes urbanos do Município através da realização das obras de infraestrutura e da oferta de serviços públicos eficientes e estender os mesmos às áreas de periferia urbana;

X - buscar o cumprimento do mandamento constitucional de que saúde é direito de todos através da oferta dos serviços que tem cobertura pelo Sistema Único de Saúde, e, observância daquilo que foi aprovado no Plano Municipal de Saúde;

XI - intensificar o relacionamento com os Municípios vizinhos buscando a solução conjunta para problemas comuns.

XII – Incentivar práticas esportivas no município através de implantação de escolinhas de futebol, e proporcionar o acesso da população a outras modalidades esportivas;

XIII – especialmente colocar em execução o orçamento participativo, fruto de reuniões com os munícipes que opinaram sobre como os recursos públicos podem ser aplicados em sua localidade;

Artigo 3º - Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Artigo 4º - As codificações dos programas e ações deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que as modifiquem.

Artigo 5º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei ou a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo através de projeto de lei específico, que conterá no mínimo:

I - no caso de inclusão de programa, um diagnóstico sobre a situação atual do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

II - no caso de alteração ou exclusão do programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

Artigo 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas quando envolverem recursos orçamentários poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor estabelecido para a execução do respectivo programa.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a, através de decreto, introduzir modificações no Plano Plurianual no que diz respeito aos objetivos, ações e as metas programadas para o período, nos casos de:

I - adequação da programação física e financeira do Plano Plurianual, a alterações constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício e também às decorrentes de leis autorizatórias de créditos adicionais especiais aprovadas no decorrer do período;

II - alteração de indicadores de programas;

III - inclusão, exclusão ou alteração de ações e metas respectivas nos casos em que tais alterações não envolvam aumento nos recursos orçamentários;

IV - ajuste dos recursos financeiros alocados às ações para compatibilizar a programação com as alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais regularmente autorizados pelo Legislativo Municipal;

Artigo 8º - Na elaboração da proposta orçamentária de cada exercício e do projeto da lei de diretrizes orçamentárias é autorizado o Executivo Municipal proceder a agregação ou desmembramento de ações e alterações de seus códigos, títulos e produtos desde que não sejam modificadas as finalidades delas esperadas.

Artigo 9º - A partir do exercício de 2026, o Poder Executivo Municipal enviará ao Legislativo Municipal na ocasião da remessa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório de avaliação do Plano Plurianual contendo demonstrativo por programa e por ação da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada no período de vigência do Plano Plurianual.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do exercício financeiro de 2026, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, em 12 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Renata Rosa
Código Identificador:FE571E5B

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **CLAUDINÉIA MAIER,** inscrita no CPF sob o nº: 086.766.179-88, residente e domiciliado em Santa Izabel, Água Doce, Município de Santa Maria do Oeste-Pr, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 em seu Art. 125, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 049/2025 em 25%, nos seguintes itens: **Lote 032 Item 001– ALFACE AMERICANA 5**, que perfaz quantitativo de 150 UN, totalizando o valor de R$ 393,00 (Trezentos E Noventa E Três Reais) **002– ALFACE CRESPA 6**, que perfaz quantitativo de 125 UN totalizando o valor de R$ 245,00 (Duzentos E Quarenta E Cinco Reais); **003– BATATA DOCE 6**, que perfaz quantitativo de 37 KG totalizando o valor de R$ 147,63 (Cento E Quarenta E Sete Reais E Sessenta E Três Centavos); **004– CEBOLINHA 7**, que perfaz quantitativo de 42 MÇ totalizando o valor de R$ 82,32 (Oitenta E Dois Reais E Trinta Dois Centavos); **005– LARANJA ROSA 7**, que perfaz quantitativo de 87 KG totalizando o valor de R$ 503,73 (Quinhentos E Três Reais E Setenta E Três Centavos); **006– MANDIOQUINHA SALSA 2**, que perfaz quantitativo de 37 KG totalizando o valor de R$ 456,21(Quatrocentos E Cinquenta E Seis Reais E Vinte E Um Centavos); **007– REPOLHO 4**, que perfaz quantitativo de 75 KG totalizando o valor de R$ 209,25 (Duzentos E Nove Reais E Vinte E Cinco Centavos); **008– VAGEM 3**, que perfaz quantitativo de 43 KG totalizando o valor de R$ 348,73 (Trezentos E Quarenta E Oito Reais E Setenta E Três Centavos). Alterando as quantidades dos itens contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: Em conformidade com o disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista a necessidade de acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, o que corresponde a um aumento de R$ 2.385,87 (Dois Mil Trezentos E Oitenta E Cinco Reais E Oitenta E Sete Centavos), elevando o valor total do contrato para **R$ 11.979,45 (Onze Mil Novecentos E Setenta E Nove Reais E Quarenta E Cinco Centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA: No exercício financeiro de 2025, as despesas oriundas deste aditivo, correrão por conta das dotações informadas no ano 2025.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 28 de Janeiro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 10 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***CLAUDINÉIA MAIER***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:CADEC3FB

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 133/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **N.C. MARTINS E CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o Nº 84.817.998/0001-01, com sede na Rodovia BR 466, s/n, km 82, Parque Industrial, Pitanga Pr, neste ato representado pela Sra. **ELISANDRA MARTINS PORTES**, portador do RG nº 5.826.585-3 e inscrito no CPF nº 020.277.099-08 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, Resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 133/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 240 (duzentos e quarenta) dias, com início em **12 de novembro de 2025** e término em 11 de julho 2026, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 12 de novembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 11 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***N.C. MARTINS E CIA LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:D3E6EE4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 091/2025

SÚMULA: Nomeia Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E SOLIDARIO do município de Santa Maria do Oeste-Pr, e da outras providencias.

O Prefeito de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n° 421/2014:
DECRETA
ART. 1°: Ficam nomeados para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL SOLIDÁRIO do município de Santa Maria do Oeste-Pr, os seguintes representantes e seus respectivos suplentes:
- Representante do Executivo Municipal, sendo o Secretário Municipal de Agricultura: **CLEMENTE FRANCISCO BORECKI E DJONATHAN DA CRUZ SILVA**

– Representante do Legislativo Municipal:**VAGNER LOPES TELES**

– Representante do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais: **VERCI CORREA**

- Representante da CRESOL – Cooperativa de Credito Rural Com Interação Solidária:**CRISTHIANN WANDERLEI VALENTIN**

– Representante do IDR-Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná: **EDSON JOSÉ VELOSO**

–Representantes das Associações:

CHAPÉU DO SOL: PEDRO GEFFER

RIO LISO: LUIZ MENEGUEL

DEZ DE JULHO:EVANIR ROECKER

ARROIO DO PORTÃO:AILTON FERREIRA

LINHA LONTRENSE:SILVANO ELEUTERIO DOS SANTOS

LAGOA:LUCAS IASSUNIK

BANCO DA TERRA:CICERO BERTOLDO

RIO FEIO:JOANIDES FERREIRA

SÃO MANOEL:LUCIANO RODRIGUES

VILA RICA:ALBERTO WILHERME ENKE

RIO DO TIGRE: AMILTON HEIDMAN

ESTRELA DO OESTE: JOSEMAR BATISTA

RESERVADO :MARCIO HOBAL

RIO BANDEIRA:ROMILDO CORDEIRO

ALDEIA FELIZ:LUCAS NEVES

– Outras entidades, que comprometidos com o desenvolvimento rural, demonstraram interesse junto ao conselho:
CASA FAMILIAR RURAL: VANESSA BOBATO

ARCAFAR:MARCOS GEFFER

FERCAFAR: MARIA APARECIDA GEFFER

COOPERMATE- Cooperativa de Reforma Agraria e Erva Mate-ELIDYA JAUER

-Representantes das principais cadeias produtivas do município:

LEITE:CLAUDINÉIA MARIANO GUIMARÃES
HORTIFRUTIGRANJEIROS :ELIZETE EURICH
ERVA-MATE:SILDIA STAFIM EURICH
APICULTURA: DANIEL MARTINS
OVINOCULTURA:MARIANO WELTER
CULTURA: JOSMAR FERREIRA
AGROECOLOGIA :KEILA DALAPIANE
ERVAS MEDICINAIS: CLEVERSON CALAUDINO
PISCICULTURA: ADRIANO SULHARESKI
SERICICULTURA: PEDRO DE ALMEIDA
AGROINDÚSTRIAS: DANIEL BLASIUS DA SILVA
JOVEM RURAL: EMANOEL TARDOSKI
OUTRAS CULTURAS (MANDIOCA, FEIJÃO...):PEDRO HALATEN

ART. 2°: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:B6F8C39E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 255/2025

Ementa: Ratifica e prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância nº 01/2024, instaurado em face do servidor Mauri Constantino da Luz.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Portaria nº 146/2024, de 18 de junho de 2024, que instaurou o Processo Administrativo de Sindicância nº 01/2024 em face do servidor Mauri Constantino da Luz, designando a Comissão Processante para apuração dos fatos;
Considerando a Portaria nº 171/2024, de 02 de outubro de 2024, que prorrogou por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do referido processo, e a Portaria nº 109/2025, de 19 de março de 2025, que também prorrogou por igual período a instrução do feito, fixando o término em 13 de junho de 2025;
Considerando que, em razão da sobreposição de funções ordinárias dos membros da Comissão com suas atividades funcionais regulares, os trabalhos foram concluídos em 25 de julho de 2025, conforme registrado na Ata nº 05/2025;
Considerando que o prazo previsto para conclusão do processo tem natureza ordenatória e não peremptória, sendo plenamente possível sua convalidação quando demonstrada a ausência de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa;
Considerando o disposto no art. 55 da Lei Federal nº 9.784/1999, aplicado subsidiariamente, que autoriza a Administração Pública a convalidar atos que apresentem defeitos sanáveis, e no art. 2º da Lei Municipal nº 004/2001, que assegura a observância dos princípios da legalidade, razoabilidade e eficiência;
Considerando, ainda, que todos os atos processuais foram devidamente formalizados, e que a prorrogação ora ratificada visa apenas sanar o decurso temporal, sem gerar qualquer prejuízo às partes envolvidas,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar e prorrogar, com efeitos retroativos a 14 de junho de 2025, o prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância nº 01/2024 até 31 de julho de 2025, data em que os trabalhos da Comissão foram formalmente encerrados, conforme Ata nº 05/2025.
Art. 2º Consideram-se válidos e eficazes todos os atos praticados pela Comissão Sindicante no período compreendido entre 14 de junho e 31 de julho de 2025, os quais observaram o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
Art. 3º Após a publicação desta Portaria, o processo deverá ser encaminhado à autoridade julgadora para apreciação e julgamento final, nos termos do art. 189 da Lei Municipal nº 004/2001.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de junho de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, 12 de novembro de 2025.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:32F2B236

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 02/2025

RESOLUÇÃO Nº 02/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Adesão e Plano de ação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santo Antonio do Sudoeste– CMDI, no uso das suas atribuições regimentais e legais

conferidos pela Lei Municipal nº. 2.649/2017 de 20 de outubro de 2017, publicada em 23 de outubro de 2017, e,
Considerando a deliberação da plenária da reunião ordinária do dia 06 de NOVEMBRO de 2025, Ata nº 11/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Adesão e o Plano de ação do repasse fundo a fundo, referente ao **Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025.**
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Sudoeste, 06 de novembro de 2025.

RODRIGO ISER
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:3A7B3E3E

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 11/2025

RESOLUÇÃO Nº 11/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Adesão e do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Antonio do Sudoeste– CMAS, no uso das suas atribuições regimentais e legais conferidos pela Lei Municipal nº. 3.021/ 2022 de 19 de maio de 2022, e,

Considerando a deliberação da plenária da reunião ordinária dia 11 de novembro de 2025, Ata nº 14/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a **Adesão e o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS,** para o ano de 2026, na oferta dos serviços, programas e benefícios e do aprimoramento da gestão.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Sudoeste, 12 de novembro de 2025.

THUANA SUELE CANDIAGO PAZINATTO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:BAE8EC05

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 12/2025

RESOLUÇÃO Nº 12/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Adesão e do Plano de Ação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Antonio do Sudoeste– CMAS, no uso das suas atribuições regimentais e legais conferidos pela Lei Municipal nº. 3.021/ 2022 de 19 de maio de 2022, e,

Considerando a deliberação da plenária da reunião ordinária dia 11 de novembro de 2025, Ata nº 14/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a **Adesão e o Plano de Ação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência,** para o ano de 2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Sudoeste, 12 de novembro de 2025.

THUANA SUELE CANDIAGO PAZINATTO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:DF78962E

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 13/2025

RESOLUÇÃO Nº 13/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da alteração da Lei Meu Trabalho Meu Alimento.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo Antonio do Sudoeste– CMAS, no uso das suas atribuições regimentais e legais conferidos pela Lei Municipal nº. 3.021/ 2022 de 19 de maio de 2022, e,

Considerando a deliberação da plenária da reunião ordinária dia 07 de outubro de 2025, Ata nº 13/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a **alteração da Lei Meu Trabalho Meu Alimento,** sendo atualizada de acordo com a demanda atual.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Sudoeste, 12 de novembro de 2025.

THUANA SUELE CANDIAGO PAZINATTO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:F2D9D681

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0477/2024 PREGÃO Nº 062/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0477/2024
Pregão Nº 062/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI.
VIGÊNCIA ATUAL: 23/11/2026.
VALOR REAJUSTADO: R$ 402,24 (Quatrocentos e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.

Pela Contratante
RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
FERNANDO PIZANI -
Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1B8EDEF6

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0479/2024 PREGÃO Nº 062/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0479/2024
Pregão Nº 062/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PORTUM DISTRIBUIDOR INDUSTRIAL LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 23/11/2026.
VALOR REAJUSTADO: R$ 4.322,90 (Quatro Mil e Trezentos e Vinte e Dois Reais e Noventa Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.

Pela Contratante
RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
PEDRO HENRIQUE VIDAL AGUIAR **-**
Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D4C8FCB2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0480/2024 PREGÃO Nº 062/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0480/2024
Pregão Nº 062/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: R DE O SANTIL EPI EPP.
VIGÊNCIA ATUAL: 23/11/2026.
VALOR REAJUSTADO: R$ 213,58 (Duzentos e Treze Reais e Cinquenta e Oito Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: RODRIGO APARECIDO DEGANI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:36B5EFE1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 475/2024 PREGÃO Nº 62/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 475/2024
Pregão Nº 62/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
VIGÊNCIA: 23/11/2026.
VALOR RENOVADO: R$ 5.518,80 (Cinco Mil, Quinhentos e Dezoito Reais e Oitenta Centavos).
VALOR REAJUSTADO: R$ 515,81 (Quinhentos e Quinze Reais e Oitenta e Um Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: REGINALDO CRISTIANO HENRIQUE - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:EEA900E5

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 476/2024 PREGÃO Nº 62/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 476/2024
Pregão Nº 62/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VIGÊNCIA: 23/11/2026.
VALOR RENOVADO: R$ 70,50 (Setenta Reais e Cinqüenta Centavos).
VALOR REAJUSTADO: R$ 6,88 (Seis Reais e Oitenta e Oito Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.

Pela Contratante:
RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
MARIZETE APARECIDA COELHO MARSANGO **-**
Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F569E671

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 478/2024 PREGÃO Nº 62/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 478/2024
Pregão Nº 62/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PERSONALIZADOS E DESIGN LTDA.
VIGÊNCIA: 23/11/2026.

VALOR RENOVADO: R$ 26.154,73 (Vinte e Seis Mil, Cento e Cinqüenta e Quatro Reais e Setenta e Três Centavos).
VALOR REAJUSTADO: R$ 1.820,19 (Mil e Oitocentos e Vinte Reais e Dezenove Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/11/2025.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: LUCIANO PACHECO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E437CFAD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 620/2025
CONCORRÊNCIA Nº 020/2025

EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 620/2025
CONCORRÊNCIA Nº 020/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: 63.055.829 DANIELA CAMARGO
CNPJ Nº 63.055.829/0001-01
OBJETO: Concessão onerosa de uso de espaço público, especificamente o quiosque localizado no Parque de Exposição Arnaldo Busatto.
VIGÊNCIA: 11/11/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 12/11/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:15A15AF9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 020/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 020/2025 - Processo nº 1069/2025
OBJETO: Concessão onerosa de uso de espaço público, especificamente o quiosque localizado no Parque de Exposição Arnaldo Busatto, neste Município, para exploração comercial, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.319/2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Maior Lance e Oferta, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 3.319/2025, pela Lei Federal nº 14.133,21 e demais normas pertinentes.

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 12/11/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:94B711F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
PORTARIA N.º 39/2025

Portaria N.º 39/2025

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO E DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra**, Estado do Paraná, **CIRO FRANCISCO BISPO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 117-A do Regimento Interno da Câmara Municipal, acrescido pela Resolução nº 37/2025,

CONSIDERANDO que compete ao Presidente dispor, por Portaria, sobre assuntos de organização interna dos trabalhos da Câmara Municipal e de seus servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de definir o calendário de expediente, feriados, pontos facultativos e período de recesso administrativo e legislativo para o exercício de 2026;

CONSIDERANDO a importância da manutenção dos serviços administrativos essenciais durante o recesso, garantindo a continuidade das atividades internas e o atendimento às demandas institucionais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o **calendário administrativo e de expediente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra** para o exercício de **2026**, conforme segue:

Data	Dia da Semana	Evento	Situação
1º de janeiro	Quinta-feira	Confraternização Universal	Feriado Nacional
16 de fevereiro	Segunda-feira	Carnaval	Ponto facultativo
17 de fevereiro	Terça-feira	Carnaval	Feriado Nacional
18 de fevereiro	Quarta-feira de Cinzas	Feriado até 13h / Ponto facultativo após 13h	
3 de abril	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional
20 de abril	Segunda-feira	Ponto facultativo (Tiradentes)	
21 de abril	Terça-feira	Tiradentes	Feriado Nacional
1º de maio	Sexta-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional
4 de junho	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional
5 de junho	Sexta-feira	Ponto facultativo (emenda com Corpus Christi)	
7 de setembro	Segunda-feira	Independência do Brasil	Feriado Nacional
30 de setembro	Quarta-feira	Dia do Padroeiro Municipal	Feriado Municipal
11 de outubro	Domingo	Dia da Emancipação Política do Município	Feriado Municipal
12 de outubro	Segunda-feira	Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil	Feriado Nacional
2 de novembro	Segunda-feira	Finados	Feriado Nacional
15 de novembro	Domingo	Proclamação da República	Feriado Nacional
20 de novembro	Sexta-feira	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	Feriado Nacional
25 de dezembro	Sexta-feira	Natal	Feriado Nacional

Art. 2º Nos dias declarados **ponto facultativo**, não haverá expediente administrativo nem realização de sessões ordinárias ou extraordinárias, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas pela Presidência.

Art. 3º Fica instituído o **recesso administrativo e legislativo** da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, que compreenderá o período de **22 de dezembro de 2025 a 18 de janeiro de 2026**, inclusive.

§ 1º Durante o recesso, os servidores deverão organizar-se em **regime de plantão**, de modo **presencial ou em teletrabalho**, conforme determinação da Chefia de Gabinete e da Secretaria Administrativa, assegurando o funcionamento dos serviços administrativos essenciais e o atendimento a demandas urgentes.

§ 2º A **escala de plantão**, com a identificação dos servidores responsáveis e respectivos contatos, deverá ser publicada no **Diário Oficial da Câmara Municipal** e no **site institucional** até o dia **19 de dezembro de 2025**, para conhecimento público e controle interno.

§ 3º Os serviços de natureza legislativa e de apoio parlamentar permanecerão suspensos durante o recesso, ressalvadas convocações extraordinárias ou determinações expressas da Presidência.

Art. 4º Encerrado o recesso, o expediente administrativo retorna ao seu horário normal a partir de **19 de janeiro de 2026 (segunda-feira)**.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Amanda Machado Gonçalves
Código Identificador:EA22C23D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2025

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2025

Dispensamos a Licitação, com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n.º. 14.133/2021, a favor das Empresas:

01. **CVS SUPRIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Ilhabela, nº 236, Bairro Operário, cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, e-mail cvssuprimentos@outlook.com, Fone (47) 99219-7124, C.N.P.J. nº 40.265.132/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CHARLES CONZATTI**, portador da Carteira de Identidade n° 5.548.319 e do CPF n° 062.551.229-48. Com o valor de R$ 6.509,88 (seis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

02. **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua quedas do Iguaçu, nº 170, bairro Guaraituba, município de Colombo, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.389/0001-08**,e-mail adv.guilhermeviana@outlook.com, Fone (41) 9 9901-5922,** representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA,** portador do **RG Nº 3978928-0** e **CPF Nº 374.216.209-82**, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA** portador do RG Nº 5548319 e CPF Nº 062.551.229-48. Com o valor de R$15.660,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta reais).

03. **JR UTILIDADES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na quadra 357, nº 17, Parque Estrela Dalva IX, município de Luziana, Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.801.853/0001-06, e-mail cdsmattos@gmail.com. Fone (61) 99198-4884, denominada CONTRATATADA, representada pelo senhor **JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, portador do RG Nº 966372 e CPF Nº 386.778.811-15. Com o valor de R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).

04. **BARBIN EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado,** com sede na Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no C.N.P.J. nº 39.999.415/0001-56, e-mail be.empresarial1@hotmail.com, Fone (19) 9 9817-9589, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TEREZINHA MOMETO BARBIN,** portadora do CPF n° 213.881.688-55. Com o valor de **R$ 959,72 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).**

PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20**, por ser dela o menor valor proposto.

São Jerônimo da Serra, 11 de novembro de 2025.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:1F103475

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240/2025

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240/2025

Dispensamos a Licitação, com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n.º. 14.133/2021, a favor da Empresa:

01. SSBARCAR VEÍCULOS LTDA com sede na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, à Rua da Andorinhas nº 100, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 35.445.821/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor **Sergio Barros de Carvalho** residente e domiciliada na cidade Arapongas, Estado do Paraná, portadora do R.G. nº M926120 e do CPF/MF nº 328.444.506-44. Com o valor de **R$ 3.161,20 (três mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos).**

PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL RENAULT MASTER 2024/2025, PLACA TBA3I99, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20,** por ser dela o menor valor proposto.

São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:4778AFBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2025

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2025

Dispensamos a Licitação, com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n.º. 14.133/2021, a favor da Empresa:

01. MARAJÓ FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Higienópolis, nº 1.636, Centro, cidade de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.973/0001-11, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor **LUIS FELIPE DE MIRANDA MENEGHETTI**, portador do R.G. nº. 6787431-5 SSP/PR e do CPF/MF nº. 048.525.809-95. **Com o valor de R$ 592,31 (quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).**

PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL PEUGEOT 208 LIKE 1.0 MT 24/24, PLACA SFO2J38, PERTENCENTE À FROTA DA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20, por ser dela o menor valor proposto.

São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:885C8A4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 063/2025

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **26/11/2025 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS E GRAXA PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** Valor estimado **R$ 1.474.276,30 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e trinta centavos),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 13 de novembro de 2025.

São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:6D1E1299

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 222/2025

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2025
Processo Administrativo 222/2025
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.

Empresas vencedoras:

01. **CVS SUPRIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Ilhabela, nº 236, Bairro Operário, cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, e-mail cvssuprimentos@outlook.com, Fone (47) 99219-7124, C.N.P.J. nº 40.265.132/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CHARLES CONZATTI**, portador da Carteira de Identidade n° 5.548.319 e do CPF n° 062.551.229-48. Com o valor de R$ 6.509,88 (seis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

02. **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua quedas do Iguaçu, nº 170, bairro Guaraituba, município de Colombo, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.389/0001-08**,e-mail adv.guilhermeviana@outlook.com, Fone (41) 9 9901-5922,** representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA,** portador do **RG Nº 3978928-0** e **CPF Nº 374.216.209-82**, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA** portador do RG Nº 5548319 e CPF Nº 062.551.229-48. Com o valor de R$15.660,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta reais).

03. **JR UTILIDADES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na quadra 357, nº 17, Parque Estrela Dalva IX, município de Luziana, Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.801.853/0001-06, e-mail cdsmattos@gmail.com. Fone (61) 99198-4884, denominada CONTRATATADA, representada pelo senhor **JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, portador do RG Nº 966372 e CPF Nº 386.778.811-15. Com o valor de R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).

04. **BARBIN EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado,** com sede na Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no C.N.P.J. nº 39.999.415/0001-56, e-mail be.empresarial1@hotmail.com, Fone (19) 9 9817-9589, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TEREZINHA MOMETO BARBIN,** portadora do CPF n° 213.881.688-55. Com o valor de **R$ 959,72 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).**

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA
Condutora de Processos

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:9F3FD8BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 096/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 240/2025

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 096/2025
Processo Administrativo 240/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL REANULT MASTER 2024/2025, PLACA TBA3I99, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.

Empresa vencedora:

01. SSBARCAR VEÍCULOS LTDA com sede na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, à Rua da Andorinhas nº 100, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 35.445.821/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor **Sergio Barros de Carvalho** residente e domiciliada na cidade Arapongas, Estado do Paraná, portadora do R.G. nº M926120 e do CPF/MF nº 328.444.506-44. Com o valor de **R$ 3.161,20 (três mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos).**

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA
Condutora de Processos

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D54BE826

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 097/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 241/2025

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 097/2025
Processo Administrativo 241/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL PEUGEOT 208 LIKE 1.0 MT 24/24, PLACA SFO2J38, PERTENCENTE À

FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.

Empresa vencedora:

01. MARAJÓ FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Higienópolis, nº 1.636, Centro, cidade de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.973/0001-11, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor **LUIS FELIPE DE MIRANDA MENEGHETTI**, portador do R.G. nº. 6787431-5 SSP/PR e do CPF/MF nº. 048.525.809-95. **Com o valor de R$ 592,31 (quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).**

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA
Condutora de Processos

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:65C38B3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 199/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **CVS SUPRIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Ilhabela, nº 236, Bairro Operário, cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, e-mail cvssuprimentos@outlook.com, Fone (47) 99219-7124, C.N.P.J. nº 40.265.132/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CHARLES CONZATTI**, portador da Carteira de Identidade n° 5.548.319 e do CPF n° 062.551.229-48. Com o valor de R$ 6.509,88 (seis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
CVS SUPRIMENTOS LTDA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 200/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua quedas do Iguaçu, nº 170, bairro Guarairituba, município de Colombo, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.389/0001-08**,e-mail adv.guilhermeviana@outlook.com, Fone (41) 9 9901-5922,** representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA,** portador do **RG Nº 3978928-0** e **CPF Nº 374.216.209-82**, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA** portador do RG Nº 5548319 e CPF Nº 062.551.229-48. Com o valor de R$15.660,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 201/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **JR UTILIDADES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na quadra 357, nº 17, Parque Estrela Dalva IX, município de Luziana, Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.801.853/0001-06, e-mail cdsmattos@gmail.com. Fone (61) 99198-4884, denominada CONTRATATADA, representada pelo senhor **JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, portador do RG Nº 966372 e CPF Nº 386.778.811-15. Com o valor de R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
JR UTILIDADES LTDA
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 202/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **BARBIN EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado,** com sede na Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no C.N.P.J. nº 39.999.415/0001-56, e-mail be.empresarial1@hotmail.com, Fone (19) 9 9817-9589, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TEREZINHA MOMETO BARBIN,** portadora do CPF n° 213.881.688-55. Com o valor de **R$ 959,72 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
BARBIN EMPRESARIAL LTDA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 199/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **CVS SUPRIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Ilhabela, nº 236, Bairro Operário, cidade de Ibirama, Estado de Santa

Catarina, e-mail cvssuprimentos@outlook.com, Fone (47) 99219-7124, C.N.P.J. nº 40.265.132/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CHARLES CONZATTI**, portador da Carteira de Identidade n° 5.548.319 e do CPF n° 062.551.229-48. Com o valor de R$ 6.509,88 (seis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
CVS SUPRIMENTOS LTDA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 200/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua quedas do Iguaçu, nº 170, bairro Guaraituba, município de Colombo, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.389/0001-08**,e-mail adv.guilhermeviana@outlook.com, Fone (41) 9 9901-5922,** representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA,** portador do **RG Nº 3978928-0** e **CPF Nº 374.216.209-82**, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA** portador do RG Nº 5548319 e CPF Nº 062.551.229-48. Com o valor de R$15.660,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 201/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **JR UTILIDADES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na quadra 357, nº 17, Parque Estrela Dalva IX, município de Luziana, Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.801.853/0001-06, e-mail cdsmattos@gmail.com. Fone (61) 99198-4884, denominada CONTRATATADA, representada pelo senhor **JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, portador do RG Nº 966372 e CPF Nº 386.778.811-15. Com o valor de R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
JR UTILIDADES LTDA
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 095/2025
CONTRATO Nº 202/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **BARBIN EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado,** com sede na Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no C.N.P.J. nº 39.999.415/0001-56, e-mail be.empresarial1@hotmail.com, Fone (19) 9 9817-9589, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TEREZINHA MOMETO BARBIN,** portadora do CPF n° 213.881.688-55. Com o valor de **R$ 959,72 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
BARBIN EMPRESARIAL LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:12EB15BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 96/2025 CONTRATO Nº 204/2025

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 96/2025
CONTRATO Nº 204/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL REANULT MASTER 2024/2025, PLACA TBA3I99, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **SSBARCAR VEÍCULOS LTDA** com sede na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, à Rua da Andorinhas nº 100, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 35.445.821/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor **Sergio Barros de Carvalho** residente e domiciliada na cidade Arapongas, Estado do Paraná, portadora do R.G. nº M926120 e do CPF/MF nº 328.444.506-44. Com o valor de **R$ 3.161,20 (três mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 12 de novembro de 2025.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
SSBARCAR VEÍCULOS LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F6A9FE88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 97/2025 CONTRATO Nº 205/2025

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 97/2025
CONTRATO Nº 205/2025
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE**

GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL PEUGEOT 208 LIKE 1.0 MT 24/24, PLACA SFO2J38, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.
CONTRATADA: **MARAJÓ FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Higienópolis, nº 1.636, Centro, cidade de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.973/0001-11, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor **LUIS FELIPE DE MIRANDA MENEGHETTI**, portador do R.G. nº. 6787431-5 SSP/PR e do CPF/MF nº. 048.525.809-95. **Com o valor de R$ 592,31 (quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 12 de novembro de 2025.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
MARAJÓ FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:0891939D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025 PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2025
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**

Empresas vencedoras:

01. **CVS SUPRIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Ilhabela, nº 236, Bairro Operário, cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, e-mail cvssuprimentos@outlook.com, Fone (47) 99219-7124, C.N.P.J. nº 40.265.132/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **CHARLES CONZATTI**, portador da Carteira de Identidade n° 5.548.319 e do CPF n° 062.551.229-48. Com o valor de R$ 6.509,88 (seis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

02. **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua quedas do Iguaçu, nº 170, bairro Guaraituba, município de Colombo, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.389/0001-08**,e-mail adv.guilhermeviana@outlook.com, Fone (41) 9 9901-5922,** representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA,** portador do **RG Nº 3978928-0** e **CPF Nº 374.216.209-82**, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo senhor **JOSÉ FERREIRA VIANA** portador do RG Nº 5548319 e CPF Nº 062.551.229-48. Com o valor de R$15.660,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta reais).

03. **JR UTILIDADES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na quadra 357, nº 17, Parque Estrela Dalva IX, município de Luziana, Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.801.853/0001-06, e-mail cdsmattos@gmail.com. Fone (61) 99198-4884, denominada CONTRATATADA, representada pelo senhor **JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**, portador do RG Nº 966372 e CPF Nº 386.778.811-15. Com o valor de R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais).

04. **BARBIN EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado,** com sede na Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no C.N.P.J. nº 39.999.415/0001-56, e-mail be.empresarial1@hotmail.com, Fone (19) 9 9817-9589, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **TEREZINHA MOMETO BARBIN,** portadora do CPF n° 213.881.688-55. Com o valor de **R$ 959,72 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).**

São Jerônimo da Serra, 11 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:C3B6D8A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025 PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2025
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL REANULT MASTER 2024/2025, PLACA TBA3I99, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.** Empresa vencedora: **SSBARCAR VEÍCULOS LTDA** com sede na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, à Rua da Andorinhas nº 100, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 35.445.821/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor **Sergio Barros de Carvalho** residente e domiciliada na cidade Arapongas, Estado do Paraná, portadora do R.G. nº M926120 e do CPF/MF nº 328.444.506-44. Com o valor de **R$ 3.161,20 (três mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos).**

São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:143F0DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025 PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 097/2025
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E**

ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL PEUGEOT 208 LIKE 1.0 MT 24/24, PLACA SFO2J38, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20. Empresa vencedora: **MARAJÓ FRANCE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Higienópolis, nº 1.636, Centro, cidade de Londrina, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.718.973/0001-11, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor **LUIS FELIPE DE MIRANDA MENEGHETTI**, portador do R.G. nº. 6787431-5 SSP/PR e do CPF/MF nº. 048.525.809-95. **Com o valor de R$ 592,31 (quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).**

São Jerônimo da Serra, 12 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F764C7F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2025 – SME

IDENTIFICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO - SEMED

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULA DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANÁ.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2025 – SME
Dispõe sobre o processo de identificação e efetivação de matrícula de crianças em idade escolar obrigatória no Município de São Jerônimo da Serra – PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal nº 12.796/2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a matrícula a partir dos 4 anos de idade,

RESOLVE:
Art. 1º – Do Objetivo
Estabelecer diretrizes e procedimentos para a identificação, localização e efetivação de matrícula de crianças com idade entre 4 e 5 anos que não estejam frequentando instituições de ensino, conforme previsto no Plano Municipal de Educação (PME).
Art. 2º – Da Abrangência
Esta Instrução Normativa aplica-se a todas as unidades escolares da rede municipal de ensino, bem como às ações intersetoriais desenvolvidas em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Administração e Meio Ambiente e Turismo.
Art. 3º – Das Ações de Busca Ativa
A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com os demais órgãos, realizará ações de busca ativa, incluindo:
I – Levantamento domiciliar por meio de visitas realizadas por agentes públicos; II – Consulta a cadastros de programas sociais e registros de atendimento em unidades de saúde; III – Entrevistas com pais, responsáveis, vizinhos e lideranças comunitárias; IV – Verificação cruzada com dados de matrícula das instituições de ensino da rede municipal.
Art. 4º – Da Efetivação da Matrícula
Identificada a criança em idade obrigatória fora da escola, a equipe da Secretaria Municipal de Educação deverá:
I – Realizar contato com os responsáveis legais; II – Orientar sobre a obrigatoriedade da matrícula e os direitos da criança à educação; III – Providenciar a matrícula imediata na unidade escolar mais próxima ou adequada à demanda; IV – Registrar o processo em relatório específico, com data, localidade e encaminhamentos realizados.
Art. 5º – Das Responsabilidades
I – Cabe às unidades escolares manter atualizados os registros de matrícula e comunicar à SME qualquer ausência prolongada ou evasão escolar; II – Cabe à SME consolidar os dados e elaborar relatórios periódicos para fins de monitoramento das metas do PME; III – Cabe às Secretarias parceiras fornecer apoio técnico e logístico para as ações de busca ativa.
Art. 6º – Do Monitoramento e Avaliação
I – O processo será monitorado semestralmente pela equipe técnica da SME; II – Os dados serão utilizados para compor os relatórios de acompanhamento das metas do PME e para subsidiar políticas públicas educacionais; III – A SME poderá revisar e atualizar esta Instrução Normativa conforme necessidade e evolução das ações.
Art. 7º – Das Penalidades
O não cumprimento das diretrizes estabelecidas nesta Instrução poderá acarretar responsabilização administrativa, conforme legislação vigente.
Art. 8º – Da Vigência
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra – PR, 10 de novembro de 2025.

PAULA SIRLENE CANDIDO CORRÊA
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 215/2024

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3532B4E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 406/2025

SÚMULA:AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONCURSO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Concurso Público, para preenchimento das vagas existentes nos cargos abaixo relacionados, subjetivos a legislação municipal vigente, ofertando cargos de provimento imediato e de cadastro de reserva, nos seguintes termos:

Nº DE VAGAS	CARGOS	CH
1 + CR	AGENTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40 Horas/Semanal
1 + CR	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	40 Horas/Semanal
1 + CR	FONOAUDIÓLOGO	40 Horas/Semanal
5 + CR	TÉCNICO DE ENFERMAGEM *	40 Horas/Semanal
1 + CR	EDUCADOR FISICO	30 Horas/Semanal
3 + CR	PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I *	20 Horas/Semanal
3 + CR	GARI *	40 Horas/Semanal
1 + CR	OPERARIO	40 Horas/Semanal
1 + CR	MECÂNICO DE MAQUINAS E VEÍCULOS LEVES E PESADOS	40 Horas/Semanal
1 + CR	AGENTE DE MAQUINAS E VEÍCULOS - MOTORISTA	40 Horas/Semanal
1 + CR	OPERADOR DE MAQUINAS	40 Horas/Semanal
1 + CR	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE *	40 Horas/Semanal

* Cargos para qual serão realizados de forma regionalizada

Art. 2º. O concurso de que trata a presente Lei, poderá considerar critérios de regionalização para fins de oferta de vagas em Concurso Público.

Art. 3º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 12 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:B178738B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Contrato n° 30/2024
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADO: Project Projeto, Execução e Manutenção Ltda EPP.
ORIGEM: Concorrência nº. 01/2024.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de ampliação e melhorias de uma Unidade Educacional, conforme Instrumento de Repasse nº. 4125407/2023, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, representante da Itaipu e o Município de São José da Boa Vista.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 05/11/2025
DOS QUANTITATIVOS: Alteram-se os quantitativos previstos na Cláusula Primeira do Contrato original em conformidade com as demandas complementares apontadas nas justificativas técnicas e planilhas anexas aos autos.
DOS VALORES: Fica aditivado o valor previsto na Cláusula Sexta do Contrato original em R$ 138.246,08 (Cento e trinta e oito mil duzentos e quarenta e seis reais e oito centavos), conforme planilha anexa aos autos.

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:1A2BF5A1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

I EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Contrato n° 29/2025
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADO: Hidronoroeste Construções Civis Ltda.
ORIGEM: Concorrência nº. 01/2025.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de sistema de captação e distribuição de água potável na comunidade Santa Cruz, conforme Instrumento de Repasse nº. 4125407/2023, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, representante da Itaipu e o Município de São José da Boa Vista.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 10/11/2025
DOS QUANTITATIVOS: Alteram-se os quantitativos previstos na Cláusula Primeira do Contrato original em conformidade com as demandas complementares apontadas nas justificativas técnicas e planilhas anexas aos autos.
DOS VALORES: Fica aditivado o valor previsto na Cláusula Sexta do Contrato original em R$ 59.230,00 (cinquenta e nove mil duzentos e trinta reais), conforme planilha anexa aos autos.

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:676166C6

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 140/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

A Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, nos termos da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei nº 745/2011, a Lei 1011/2021, a Lei 1036/2022 e a Portaria nº 381/2025, torna público o presente Edital, que estabelece instruções destinadas à seleção de profissionais e formação de cadastro de reserva para **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA** de pessoal, visando suprimento imediato de Atendente Infantil e Monitor do Transporte Escolar para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Ação Social de acordo com as normas estabelecidas neste Edital:

1 Das Disposições Preliminares
1.1 O presente processo seletivo é destinado a seleção de excepcional interesse público, suprindo as necessidades da Administração Pública do Município para atuação mediante Contrato Temporário, regido pelas normas de direito administrativo.
1.2 Antes de requerer a inscrição neste processo seletivo simplificado, o candidato deve observar, atentamente, as prescrições deste Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.
1.3 Cronograma da seleção:

1.3.1 Pedidos de inscrição com envio de documentação comprobatória do tempo de experiência e formação e documentos pessoais	**de 13 novembro de 2025 até as 23:59h de 01 de dezembro de 2025** via e-mail: **rh@saojosedaboavista.pr.gov.br** ou pessoalmente na Divisão de RH da Prefeitura
1.3.2 Divulgação do resultado dos pedidos de inscrição com classificação provisória	**05 de dezembro de 2025** **www.saojosedaboavista.pr.gov.br**
1.3.2 Recursos	**08 a 10 de dezembro de 2025** **via e-mail: rh@saojosedaboavista.pr.gov.br ou pessoalmente na Divisão de RH da Prefeitura**
1.3.3 Classificação definitiva	**17 de Dezembro de 2025** **www.saojosedaboavista.pr.gov.br**
1.3.4 Homologação	**19 de Dezembro de 2025** **www.saojosedaboavista.pr.gov.br**

1.4. Não haverá taxa de inscrição.

2 Das funções:
2.1. Função: ATENDENTE INFANTIL
2.1.1. Vagas: 11 + cadastro de reserva
2.1.2. Requisitos obrigatórios: Ensino Médio completo na área de formação de docentes (magistério) ou ensino superior em pedagogia
2.1.3. Remuneração: R$ 1.902,77 por mês.
2.1.4. Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
2.1.5. Local de trabalho: estabelecimentos de ensino da rede municipal de educação
2.1.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de atendente infantil em conformidade com o previsto na Lei nº 1036/2022
2.1.7. Prazo de contratação: observando-se em especial o item 11.1.6 deste edital, não ultrapassando o limite de até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

2.2. Função: MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR
2.2.1. Vagas: 10 + cadastro de reserva
2.2.2. Requisitos obrigatórios: ensino médio completo.
2.2.3. Remuneração: R$ 1.699,75 por mês.
2.2.4. Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
2.2.5. Local de trabalho: a critério da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Ação Social
2.2.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de monitor do transporte escolar em conformidade com o previsto na Lei nº 1011/2021.
2.2.7. Prazo de contratação: observando-se em especial o item 11.1.6 deste edital, não ultrapassando o limite de até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

3 Do pedido de inscrição para participar do processo seletivo:
3.1 Os interessados em se inscrever no presente processo seletivo simplificado devem solicitar sua participação exclusivamente através do e-mail da Divisão de Recursos Humanos: rh@saojosedaboavista.pr.gov.br ou diretamente na Divisão de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no período de **inscrição**. E-mails recebidos fora deste período serão desconsiderados. Para as inscrições pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos o candidato deve observar o horário do expediente da Prefeitura: segunda a sexta-feira das 09:00 até as 11:30 hr e das 13:00 até as 17:00 hr.
3.2. Os interessados devem enviar no e-mail da Divisão de Recursos Humanos, ou protocolar pessoalmente, a ficha de inscrição devidamente preenchida com os dados completos necessários para

identificação. A ficha estará disponível para download no site da prefeitura na internet.
3.3. Juntamente com a ficha de inscrição deverão ser enviados:
a) cópia do documento de identificação e Cadastro Pessoa Física - CPF;
b) cópia dos documentos de comprovação de experiência profissional e escolaridade para fins de cômputo da pontuação e classificação dos candidatos.

3.4. O candidato deverá, sendo o caso, se autodeclarar negro ou pardo.
3.5. Cabe ao candidato certificar-se junto à Divisão de RH, por meio de telefone, que o e-mail foi recebido.
3.6. No caso duas ou mais inscrições de um mesmo candidato neste Processo de Seleção, será considerada válida a última inscrição realizada

4 Dos requisitos para contratação
4.1. Ser brasileiro nato, ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advindos da legislação específica;
4.2. Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino);
4.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
4.4. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data de contratação;
4.5. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, constatado por Atestado Médico;
4.6. Não ter sido aposentado por invalidez ou que esteja recebendo auxílio-doença;
4.7. Não ter sofrido, no exercício da função ou do cargo público, penalidade incompatível com a contratação;
4.8. Apresentar os documentos necessários e compatíveis com o exercício da função, por ocasião da contratação;
4.9. Cumprir as determinações deste edital;
4.10. Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
4.11. Atender os requisitos específicos existentes na legislação municipal;
4.12. Não ser servidor público de qualquer esfera de governo, efetivo, temporário ou comissionado;

5 Da Reserva de Vagas Especiais
5.1 .De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 37, VIII e Lei Municipal nº 571/2003, Art. 15 e Lei Municipal 1130/2024, as pessoas com deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto nº 3.298/1999, Art. 4º, têm assegurado direito de inscrição neste certame, sendo-lhes reservado um percentual de **5%** (cinco por cento) do total das vagas existentes e das futuras.
5.2. A 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga existente ou que vier a surgir, a 2ª vaga será a 21ª, a 3ª vaga será a 41ª e, assim, sucessivamente, perfazendo a equivalência mínima de 5% assegurados no presente processo seletivo.
5.3. O percentual previsto, nos termos acima, será observado ao longo da execução, bem como durante todo o período de validade do certame.
5.4. Para fins de nomeação a deficiência deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições da função, uma vez que, em hipótese alguma essas atribuições serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PNE, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das respectivas atribuições a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.
5.5.Cumpre enfatizar que a deficiência não poderá ser arguida para justificar a necessidade de intermediários permanentes, concessão de aposentadoria, requerimento de avaliação laborativa e incompatibilidade com as atribuições da função.
5.6. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples não serão considerados como deficiência.
5.7.Para concorrer pela reserva de vagas para PNE o candidato interessado deverá, quando realizar a inscrição **anexar ao Requerimento de Inscrição um laudo médico emitido há menos de um ano,** atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).
5.8. A pessoa com deficiência que deixar de proceder integralmente conforme estabelecido no item 5.7 deste edital, por ocasião da inscrição, concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor, mesmo que o candidato haja marcado reserva de vaga no formulário de inscrição.
5.9. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas para PNE, desde que classificados no certame, além de figurar na lista de ampla concorrência, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação. Os candidatos cuja inscrição for indeferida, mesmo após o período de recursos, não terão direito a concorrer pela reserva de vagas, passando a constar somente na lista de ampla concorrência.
5.10.O deferimento da inscrição para concorrer pela reserva de vagas para PNE não isenta o candidato de submeter-se, quando convocado para nomeação, à avaliação estabelecida no item 11.1.3 deste edital, a qual se destina a avaliar a aptidão física e mental, bem como confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, na forma regrada por este edital e pela legislação em vigor

6 Afrodescendente
6.1 Ao candidato afrodescendente, amparado pelas Leis municipais nº 1.030/2022 e 1130/2024, fica reservado 10% (dez por cento) das vagas temporárias.
6.2 A 1ª vaga a ser destinada a pessoa afrodescendente será a 10ª vaga existente ou que vier a surgir, a 2ª vaga será a 20ª, a 3ª vaga será a 30ª, a 4ª será a 40ª a assim sucessivamente perfazendo a equivalência aos 10% (dez por cento) assegurados pela lei.
6.3 Para efeitos do previsto neste Edital, considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar expressamente, no ato da inscrição, identificando-se como de cor preta ou parda, a raça etnia negra, conforme o disposto no art. 6º da Lei municipal nº 1.030/2022, mediante informação contida na ficha de inscrição.
.

7 Dos Critérios de Classificação
7.1. O processo seletivo simplificado será realizado considerando a experiência, a escolaridade e a capacitação profissional do candidato.
Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação. A pontuação será composta pela nota decorrente da experiência profissional, escolaridade e capacitação profissional, conforme tabela abaixo:

TIPO	PONTOS
Experiência profissional no exercício de atividade da função a que se inscreveu (atendente infantil ou monitor do transporte escolar)	**4,0** (por semestre completo) limitado ao máximo de 16 pontos
Experiência profissional no exercício de atividade de Professor da educação infantil e fundamental anos iniciais	**3,0** (por semestre completo) limitado ao máximo de 12 pontos
Estágio na área de educação infantil e fundamental anos iniciais	**2,0** (por semestre completo) limitado ao máximo de 8 pontos
Curso superior completo (para inscritos na função de Atendente Infantil o curso de pedagogia será pontuado somente para aqueles que comprovarem formação também no magistério)	**3,0** (Limitado a 1 certificado)
Curso de Pós-Graduação na área de educação	**2,0** (Limitado a 1 certificado)
Curso de Pós-graduação em outras áreas	**1,5** (Limitado a 1 certificado)
Curso de cuidados no transporte escolar com carga horária mínima de 20 horas	**1,0** (Limitado a 1 certificado)
Curso de capacitação profissional específica na área da educação com carga horária mínima de 40 horas	**0,5** (por certificado - Limitado até 2 certificados)

7.2. Serão considerados documentos para comprovação de experiência profissional e escolaridade para fins de pontuação:
I – Declaração do Órgão Público competente contratante que comprove a função e o respectivo período de atividades efetivamente desempenhadas;
III – Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo registro do respectivo contrato de trabalho na função de Monitor do Transporte Escolar ou Atendente Infantil com a empresa ou entidade contratante que comprove experiência em atividades da função a que se inscreveu;
IV – Diplomas e certificados expedidos por instituições de ensino oficiais ou reconhecidas pelo MEC e certificados de cursos.
V – Certificados expedidos pelas instituições públicas ou privadas comprovando a realização de curso de capacitação.

7.3. Todo documento apresentado para fins de comprovação de experiência profissional deverá conter a data de início e de término do contrato de trabalho realizado.
7.4. Caso o candidato apresente mais de um comprovante de experiência profissional relativa ao mesmo período de tempo, só um deles será computado.
7.5. Todos os pontos serão computados de modo cumulativo.
7.6. Competirá à comissão organizadora avaliar os títulos e atribuir a nota respectiva.

8 Da classificação provisória
8.1.A Classificação provisória dos candidatos será divulgada na data constante do cronograma através de edital específico publicado no site oficial do Município e no Diário Oficial Eletrônico.

9 Do Desempate
9.1. O desempate entre os candidatos será feito pela maior idade, conforme Artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso - Lei n.º 10.741, de 01/10/2003.
9.2. Havendo empate ainda, será aplicado como critério de desempate a verificação daquele candidato que apresentou maior tempo de experiência profissional.
9.3. Caso ainda persista o empate após aplicação dos critérios antes mencionados, será promovido sorteio em reunião pública previamente designada e divulgada aos candidatos, bem como gravada em vídeo para consulta pública

10 Dos Recursos à Classificação Provisória
10.1 Serão aceitos Recursos com questionamentos sobre a classificação provisória no período constante do cronograma e encaminhados por e-mail à Divisão de Recursos Humanos no endereço rh@saojosedaboavista.pr.gov.br ou pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura, no horário de expediente.
10.2 Os recursos deverão ser objetivos e vinculados estritamente à questionamentos que possam influir na classificação final e decorrentes de erros na contagem de pontos e da somatória destes.
10.3 Todos os recursos dirigidos à Comissão Organizadora serão julgados e os julgamentos serão divulgados na página oficial da Prefeitura na internet e comunicados ao candidato recorrente.

11. Do Regime Especial de Contratação
11.1 Da Contratação
Os requisitos para contratação estão relacionados abaixo:
11.1.1 Ter solicitado inscrição neste processo seletivo.
11.1.2 Apresentar a documentação legal comprovando os requisitos para a função.
11.1.3 Apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação:
a) Carteira de Identidade e carteira profissional;
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o número do PIS;
d) comprovante de endereço atual;
e) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
f) Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Atestado de Saúde atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para o qual se inscreveu, emitido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Declaração de Acúmulo de Cargo;
i) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do Serviço Público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 2 (dois) anos, contados de forma retroativa a partir da data da Contratação, e de que não perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
j) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Instituto de Identificação do Paraná emitidas nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

11.1.4. O Contrato de trabalho decorrente do presente processo seletivo simplificado poderá ser rescindido a qualquer momento.

11.1.5. Os contratos serão regidos pelas normas de direito administrativo, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 570/2003 e 571/2003, estando os contratados vinculados ao Regime Geral de Previdência, e não há recolhimento de FGTS por se tratar de vínculo de direito administrativo e não CLT.
11.1.6. O contrato de trabalho terá vigência até final do ano letivo da contratação, podendo ser prorrogado para mais um ano letivo, não ultrapassando o limite máximo de 2 anos.

12. Da Rescisão Contratual
12.1. O Contrato será rescindido nas seguintes situações:
a) Ausência de interesse na manutenção do contrato por parte da Administração ou do contratado;
b) Quando da finalização dos projetos, atividades ou serviços a serem desenvolvidos pela Administração;
c) Por qualquer outra causa superveniente que implique em impossibilidade de prosseguimento do contrato de trabalho.

12.2. Em qualquer hipótese não haverá direito à indenizações ou estabilidades decorrentes de auxílio doença ou outras porventura invocadas.

13 Das Disposições Finais
13.1. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo Seletivo, divulgados no endereço eletrônico www.saojosedaboavista.pr.gov.br e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo.
13.2. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será excluído do processo ou, se contratado, terá seu contrato rescindido e a ocorrência será comunicada ao Ministério Público.
13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada, para esse fim, pela Portaria nº 381/2025.
13.4 O presente processo seletivo terá vigência por 2(dois) anos prorrogáveis por igual período.
13.5 O candidato, ao se inscrever no presente processo seletivo simplificado, declara que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do processo seletivo, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709/2018.

São José da Boa Vista-PR; 12 de novembro de 2025

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

LUCIANO DIAS
Presidente da Comissão de Seleção

MARIA ANGELICA BRANCO TELES
Membro da Comissão de Seleção

MARISA LOPES ROLIM VACILOTO
Membro da Comissão de Seleção

RISANE MARIA RAMOS DE OLIVEIRA
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:6040DDF7

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA

PORTARIA Nº 23/2025

Súmula: Concede férias à servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o requerimento protocolado pela servidora Kely Neli Rolim;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à referida servidora, nomeada pela Portaria nº 03 de 03 de maio de 2010 ao cargo de Advogada, 10 dias de férias relativas ao período de 01/05/2022 a 30/04/2023, a serem usufruídos de 14/11/2025 a 23/11/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Plenário Vereador Elias Sutil de Oliveira, Câmara Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:BFB2FF29

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECRETO 680/2025

DECRETO Nº 680/2025

*Súmula:*Atualiza monetariamente a Unidade de Valor para Custeio – UVC, base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública — CIP para o exercício de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, I, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei:
Considerando o disposto na Lei municipal nº 555/2002 que institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública — CIP;
Considerando que o artigo 3º da citada Lei nº 555/2002 instituiu como base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública a UVC – Unidade de Valor para Custeio;
Considerando o disposto no artigo 4º, parágrafo único, da referida Lei nº 555/2002 autoriza o reajuste da UVC quando do reajuste da tarifa de energia elétrica incidente sobre a iluminação pública;
Considerando o disposto na Resolução Homologatória nº 3472/2025 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica atualizado monetariamente em 2% (dois por cento) a Unidade de Valor para Custeio do Serviço de Iluminação Pública para o exercício de 2026.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. 65º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Ronny Carvalho da Silva
Código Identificador:3FA00FCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 152/2025 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA SOBRE TRECHO DA ESTRADA RURAL: BARRA FUNDA, SITUADA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

DECRETO Nº 152/2025

SÚMULA: Declara de utilidade pública sobre trecho da estrada rural: Barra Funda, situada na área rural do Município de São José das Palmeiras - PR.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere em especial a Lei Orgânica do Município.
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de Licenciamento Ambiental, e investimento de recursos públicos, dentro do programa Estradas da Integração, o seguinte trecho:
Estrada Barra Funda, coordena inicial: 24° 49.260'Se 54° 9.717'O; e coordenadas final: 24° 45.267'Se 54° 9.636'O; trecho com aproximadamente 8.300 metros.
Art. 2° -Sobre o trecho mencionado no artigo 1° deste Decreto serão realizadas obras de pavimentação.
Art. 3º - As obras de implantação da intervenção ficam condicionadasà emissão de Licença dos órgãos ambientais, sob penade revogação do presente Decreto.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as demais disposições contrárias.
São José das Palmeiras – PR.,12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:A12A30AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

O PREFEITO Franco Maria Alves Cabral DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA toda a população para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 18 de novembro de 2025, terça-feira, às 9 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, no município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com a finalidade de promover a Eleição dos Conselheiros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Na oportunidade, convida-se também todos os interessados em compor o referido Conselho a manifestarem sua intenção, colocando seus nomes à disposição para a eleição.

São José das Palmeiras, Estado do Paraná, 11 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0D49E5E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025.

OBJETO: Futura e eventual aquisição, por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de utensílios e equipamentos de uso institucional (ex.: itens de cozinha/copa, organização e acondicionamento, apoio à limpeza e pequenos equipamentos correlatos), destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR, conforme especificações constantes no termo de referencia
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: KF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

VALOR: R$ 11.800,56 (onze mil, oitocentos reais e cinquenta e seis centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 10 de novembro de 2026.

São José das Palmeiras, em 11 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:8C7C1E5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025.

OBJETO: Futura e eventual aquisição, por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de utensílios e equipamentos de uso institucional (ex.: itens de cozinha/copa, organização e acondicionamento, apoio à limpeza e pequenos equipamentos correlatos), destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR, conforme especificações constantes no termo de referencia
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: POLLYANA INDUSTRIA PLASTICA LTDA.
VALOR: R$ 52.589,80 (cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 10 de novembro de 2026.

São José das Palmeiras, em 12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:EB28AD66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025.

OBJETO: Futura e eventual aquisição, por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de utensílios e equipamentos de uso institucional (ex.: itens de cozinha/copa, organização e acondicionamento, apoio à limpeza e pequenos equipamentos correlatos), destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR, conforme especificações constantes no termo de referencia
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: GO VENDAS ELETRONICAS LTDA.
VALOR: R$ 4.773,44 (quatro mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 10 de novembro de 2026.

São José das Palmeiras, em 12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:412CF9EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025.

OBJETO: Futura e eventual aquisição, por intermédio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de utensílios e equipamentos de uso institucional (ex.: itens de cozinha/copa, organização e acondicionamento, apoio à limpeza e pequenos equipamentos correlatos), destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR, conforme especificações constantes no termo de referencia
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: FABIANA RODRIGUES PEREIRA
VALOR: R$ 8.602,17 (oito mil, seiscentos e dois reais e dezessete centavos) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 10 de novembro de 2026.

São José das Palmeiras, em 12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D6D7C121

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/ ESTADO DO PARANÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 085/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 085/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	085/2025
Pregão Eletrônico n.º:	043/2025
OBJETO	Contratação de empresa(s) para fornecimento, sob demanda, de combustíveis automotivos — óleo diesel (uso rodoviário), gasolina comum (tipo C) e etanol hidratado — destinados ao abastecimento da frota vinculada à Administração Municipal de São José das Palmeiras/PR.

Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário do Item;

• **Período de recebimento das propostas**: das 10h00min do dia 14/11/2025 até as 08h10min do dia 28/11/2025

Abertura e Julgamento das Propostas: as 08h10min do dia 28/11/2025
Início Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min Do Dia 28/11/2025.
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, **12** de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:AD816D45

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
DECRETO Nº 151/2025 - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EQUIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA (PMEERQ) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 151/2025

DATA: 12 de novembro de 2025

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PMEERQ) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96); **CONSIDERANDO** a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira;
CONSIDERANDO a Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígena";
CONSIDERANDO o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10);
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a **Política Municipal de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PMEERQ)** no âmbito da rede Municipal de Ensino.
Art. 2º A PMEERQ tem como objetivo a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação, e a valorização da diversidade étnico-racial e cultural no ambiente escolar, garantindo:
I - A efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no currículo escolar.
II - A formação continuada de profissionais da educação.
III - A produção de material didático adequado e inclusivo.
IV - O apoio e a valorização das comunidades quilombolas e a implementação de uma educação específica, respeitando suas identidades e modos de vida.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esportes será responsável pela coordenação e execução desta política, podendo criar comissão específica para a sua implementação, acompanhamento e avaliação.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:1B0766CD

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PORTARIA Nº 171/2025 - DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO AO RACISMO, À INJÚRIA RACIAL E PROMOÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR ANTIRRACISTA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PORTARIA Nº 171/2025
DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Protocolo de Ação para Enfrentamento ao Racismo, à Injúria Racial e Promoção de uma Cultura Escolar Antirracista nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de São José das Palmeiras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e
CONSIDERANDO a necessidade de garantir um ambiente educacional inclusivo, justo e respeitoso para todos os alunos;
CONSIDERANDO a importância de combater, prevenir e tratar com seriedade todas as formas de racismo e injúria racial no ambiente escolar;
CONSIDERANDO o papel da Secretaria Municipal de Educação na promoção de práticas pedagógicas antirracistas e na formação de uma cultura escolar pautada pelo respeito à diversidade;
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito das Instituições de Ensino da Rede Municipal, o Protocolo de Ação para Situações de Racismo e Injúria Racial, com o objetivo de orientar ações pedagógicas, administrativas e formativas diante de episódios de discriminação racial.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Protocolo de Ação tem como objetivo geral garantir um ambiente escolar seguro, inclusivo e respeitoso para todos os estudantes, com respostas imediatas e pedagógicas frente a casos de racismo e injúria racial.

Art. 3º São objetivos específicos do Protocolo de Ação:
I – Prevenir o racismo e a injúria racial por meio de programas de sensibilização e formação continuada para professores, alunos e demais servidores;
II – Estabelecer procedimentos claros e céleres para a denúncia e tratamento dos casos de discriminação racial;
III – Promover ações educativas que fomentem a reflexão crítica sobre o respeito às diferenças e os danos causados pela discriminação racial.
CAPÍTULO III
DAS ETAPAS DO PROTOCOLO
Art. 4º O Protocolo de Ação deverá seguir as seguintes etapas operacionais, conforme descrição abaixo:

Etapa 1 – Identificação do Caso (Responsável: Professor)
I – Interromper imediatamente a situação ofensiva;
II – Acolher a vítima de forma protegida e empática;
III – Evitar a exposição pública dos envolvidos;
IV – Comunicar imediatamente à Coordenação ou Direção para registro formal do caso.

Etapa 2 – Avaliação e Encaminhamento (Responsável: Direção/Coordenação Pedagógica)
I – Realizar escuta individualizada da vítima e do(s) agressor(es), com registro em ata;
II – Avaliar se o caso se configura como crime de injúria racial ou se trata de uma situação de cunho pedagógico.
Etapa 3 – Medidas Imediatas (Responsável: Direção/Coordenação)

I – Encaminhar o caso via ofício à Secretaria Municipal de Educação – SMED;
II – Acionar o Conselho Tutelar, se necessário;
III – Encaminhar ao Núcleo Psicossocial Escolar, mediante ficha de referência e contrar referência;
IV – Promover ações educativas com a turma e demais alunos da escola.

Etapa 4 – Encaminhamento Externo (Responsável: SMED)

I – Acompanhar e monitorar os casos nas instituições de ensino;
II – Monitorar possíveis reincidências;
III – Oferecer formações continuadas à rede sobre as relações étnico-raciais.
CAPÍTULO IV
DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

Art. 5º As funções dos profissionais da educação no enfrentamento ao racismo e à injúria racial ficam assim definidas:

Professor
I – Identificar e interromper situações de discriminação racial;
II – Acolher emocionalmente a vítima;
III – Relatar o ocorrido à Equipe Gestora.

Coordenação/Direção
I – Avaliar o caso com escuta respeitosa das partes;
II – Garantir a confidencialidade e o registro do caso;
III – Informar à SMED e, se necessário, acionar órgãos externos;
IV – Promover ações formativas com a comunidade escolar.

Secretaria Municipal de Educação – SMED
I – Acompanhar os casos e fornecer apoio à gestão escolar;
II – Garantir formações continuadas para os profissionais da rede;
III – Promover a inserção da temática das relações étnico-raciais no currículo escolar.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Ficam instituídas, como ferramentas de apoio pedagógico à prevenção e enfrentamento do racismo nas escolas, as seguintes práticas:

I – Realização da Semana da Consciência Negra com participação da comunidade escolar;
II – Leitura de obras literárias com protagonismo negro e indígena nas atividades pedagógicas;
III – Exibição de produções culturais afro-brasileiras e indígenas, seguidas de debates em sala de aula;
IV – Oficinas, rodas de conversa e escutas ativas com estudantes, educadores e familiares;
V – Implementação de Projetos de Letramento Racial no currículo escolar.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, 12 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0D3C1CDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 561/2025

DECRETO Nº 561/2025

Súmula: Declara ponto facultativo no dia 21 de novembro de 2025, no âmbito da Administração Pública Municipal de São Pedro do Paraná, e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o dia 20 de novembro é dedicado à comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, data que homenageia Zumbi dos Palmares e simboliza a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa e social de proporcionar à população local a oportunidade de participar das atividades alusivas à data;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de organização das atividades da Administração Pública Municipal,

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarado como PONTO FACULTATIVO nos Órgãos integrantes da Administração direta e indireta o expediente no dia 21 de novembro de 2025 (sexta – feira).

Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo anterior os serviços essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal, tais como saúde, limpeza pública e outros, os quais devem seguir sem sofrer qualquer interrupção, atendendo em sistema de plantão.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 12 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:CF7F9FA3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 117/2025

PORTARIA N° 117/2025

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Art. 1° - Fica designada a partir desta data, a Senhora **LETICIA RODRIGUES OLIVEIRA,** funcionária publica municipal no cargo de DENTISTA PSB - PROGRAMA SAUDE BUCAL, matrícula nº 728, para coordenar as ações da Saúde Bucal deste Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-Pr, em 12 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:B0FE868B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 118/2025

PORTARIA N.° 118/2025

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PECUNIARIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nos termos da Lei Municipal nº 85/2018 e suas atualizações, conceder conversão de Licença-Prêmio de 01 (Um) mês em pecúnia ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Servidor	Admissão	Período	Cargo	Lotação
350	Rosieli Cristina da Silva	01/11/2010	2020-2025	Escriturário C	Dpto. Licitação

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná - PR, em 12 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:4F4833F8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PSS 1/2025 - EDITAL 1/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO - PSS Nº 001/2025 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO EDITAL N° 001/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o regulamento geral do PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado a contratação temporária, por excepcional interesse público, de interessados habilitados para o exercício de cargo/emprego no âmbito do Poder Executivo do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná.

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ através da Comissão Especial de Processo Seletivo, nomeada pelo **Decreto n° 559/2025 de 10 de novembro de 2025**, nos termos do art. 51 da L.O.M., que tratam da contratação temporária, por excepcional interesse público, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições ao presente PSS – Processo Seletivo Simplificado, visando contratação por tempo determinado para suprir temporariamente a falta e/ou desfalque de profissionais, nos casos de afastamento por tratamento de saúde, aposentadorias legalmente concedidas, pedido de exoneração, que se regerá pelas seguintes normas:

1 – INSCRIÇÕES
1.1 As inscrições poderão ser realizadas de duas formas, presencialmente e/ou online/virtual, durante os dias **13.11.2025 à 28.11.2025**, nos horários das 08:00 às11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.
1.1.1. As inscrições realizadas de forma **PRESENCIAL** serão recebidas na Secretaria Municipal de Educação de São Pedro do Paraná, localizada na Avenida Paraná, nº 555, São Pedro do Paraná, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.
1.1.2. As inscrições realizadas de modo **ONLINE/VIRTUAL** serão recebidas no sítio https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.
1.2. Todos os avisos referentes ao presente edital serão publicados em mural do Paço Municipal e no site https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/.
1.3. A Ficha de inscrição com insuficiente ou desconformidade de informações não será considerada.
1.4. No ato da inscrição o candidato (a) deverá efetuar a entrega dos títulos constante no item 8, informando no formulário de inscrição a quantidade de títulos a ser entregue (inscrições presenciais).
1.5. Os documentos deverão ser entregues conforme Tabela constante no item 8, acondicionados em envelope, do tamanho que comporte os documentos sem dobras (inscrições presenciais).
1.6. Os documentos poderão ser entregues em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, em envelope lacrado e rubricado pelo candidato e pelo representante da Administração e encaminhado para a análise da Banca Examinadora (inscrições presenciais).
1.7 É de inteira responsabilidade do candidato a conformidade dos documentos entregues/protocolados, não cabendo nenhuma análise ou juízo de valor pelo representante da Administração.
1.8 Não serão aceitos documentos entregues fora da data e do horário estabelecido neste Edital para entrega de documentos.
1.9 O candidato impossibilitado em comparecer à Convocação exclusivamente para entrega de documentos comprobatórios poderá fazê-lo por procuração.
1.10 A documentação poderá ser entregue por procurador devidamente constituído, por procuração, com autorização escrita, datada e assinada, com reconhecimento de assinatura em cartório, acompanhada de fotocópia do documento de identidade do autorizado, conforme modelo do ANEXO I.
1.11 Verificada irregularidade dos documentos apresentados, a qualquer tempo, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, com nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes e sujeito a sanções penais aplicáveis.

2. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PARA AFRODESCENDENTES
2.1. Aos candidatos com deficiência que, no momento da inscrição, declararem, sob as penas da lei, será reservado 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas, conforme dispõe a Lei no 13.146/2015.
2.2. O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado o percentual de 0,5 (zero vírgula cinco), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
2.3. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o subitem 2.1., o candidato deve assinalar, no ato da inscrição, a opção Pessoa com Deficiência e, no momento em que for convocado para a distribuição de vagas e contratação, apresentar, as suas expensas, laudo médico atestando causa da deficiência e compatibilidade com as atribuições da função pretendida.
2.4. No laudo deve constar o tipo da deficiência, código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças - CID; limitações funcionais.
2.5. Data da expedição, não superior a 12 meses da data da inscrição, assinatura e carimbo com o número do CRM (Conselho Regional de Medicina) do médico que emitiu o laudo.
2.6. O candidato com deficiência, após ser contratado para assumir a vaga, não poderá alegar incompatibilidade com as atribuições do cargo.
2.7. Quando atestado a compatibilidade por Laudo Médico e, no decorrer do contrato, o candidato declarar-se impossibilitado de exercer as atribuições da função descritas conforme neste edital, o mesmo terá o seu contrato rescindido sem indenização.
2.8. Em cumprimento com a Lei Estadual nº 14.274/2003, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do PSS.
2.9. Para concorrer às vagas destinadas aos afrodescendentes, o candidato deverá declarar ser negro/pardo no momento da inscrição, ficando ciente de que, se classificado no número de vagas, deverá fazer, quando convocado, a auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, sendo que, ainda assim, será submetido à entrevista individual para confirmação das características.
2.10. O candidato deve atentar-se que, nos termos do que prevê a Lei Estadual, o critério que será utilizado na entrevista individual pela Comissão será o fenótipo, em que não é suficiente para concorrer às vagas reservadas apenas a comprovação da descendência, mas o próprio candidato deve ser identificado como sendo de cor preta ou parda, de raça/etnia negra.
2.11. O candidato optante pelas vagas de afrodescendentes classificado no PSS, quando convocado, deverá submeter-se à avaliação a ser realizada pela Banca da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná-PR ou por ela credenciada, munido de documento de identificação original, objetivando verificar se ele se enquadra nas normas da Lei Estadual nº 14.274/2003.
2.12. A avaliação de que trata este item, de caráter terminativo, será realizada pela Comissão Especial nomeada pela Prefeitura Municipal.
2.13. Não haverá segunda chamada para avaliação, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
2.14. Se o candidato não se enquadrar no perfil da vaga de afrodescendente, ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos.
2.15. Não caberá recurso contra a decisão da banca de avaliação.
2.16. Detectada a falsidade na declaração a que se refere a vaga, sujeita-se o candidato infrator à pena da Lei, sujeitando-se ainda:

I - Se já nomeado no cargo para o qual concorreu à reserva de vagas aludida no Art. 1º da Lei, utilizando-se de declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão;
II - Se candidato, à anulação da inscrição no PSS e de todos os atos dele decorrentes.

3. PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:
a) O candidato deverá apresentar comprovação que é alfabetizado apresentando documento que prova que frequentou escola e que foi alfabetizado;
b) O tempo de serviço será comprovado mediante cópia da carteira de trabalho (CTPS) e, ou declaração emitida por órgão competente (União, Estado ou Município).
c) As cópias dos documentos apresentados no ato da inscrição não precisam ser autenticadas, desde que sejam cópias legíveis.

4. PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:
a) Diploma ou Certidão ou Certificado de Conclusão de Curso de graduação;
b) Certificado de Especialista, Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado, (legível);
c) Comprovante do tempo de exercício na profissão.

5. DOS EMPREGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIAS, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO MENSAL
5.1. O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento vagas e de contrato de trabalho por tempo determinado, conforme segue:

Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas/ PcD	Vencimento base (R$)	Requisitos básicos
Auxiliar de Apoio Docente	40 h	01	1.690,80	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Serviços Gerais	40h	01	2.019,00	Ensino Fundamental
Professor	20 h	01	2.668,90	Magistério concluído ou Curso Normal Superior ou Pedagogia.

A tabela acima está tomando por base o valor salarial dos cargos especificados, conforme carga horária mencionada, conforme as Leis Municipais nº 050/2015, 064/2021, 080/2021e 016/2022.

6. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO
6.1. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 12 (doze) meses;
6.2. Permanecendo a necessidade que gerou a contratação, os prazos estabelecidos neste item 6.1. poderão ser prorrogados por uma única vez, desde que não ultrapasse o limite máximo de **12 (doze**) meses conforme determina o art. 3º da Lei Municipal nº 050/2015.
6.3. As prorrogações serão formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial.

7. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/EMPREGOS
7.1. As atribuições dos cargos/empregos são as previstas no **ANEXO, III** do presente Edital.

8. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitar-se no presente Processo Seletivo, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:
8.1.1. Apresentar ficha de inscrição fornecida pelo Município preenchida, bem como anexar cópia de documentos devidamente identificado com o nome do candidato e o cargo pretendido.

8.2. São documentos necessários para a inscrição;
8.2.1. Informar o endereço residencial;
8.2.2. Cópias dos Certificados e/ou diploma, que comprove a formação educacional;
8.2.3. Apresentar os documentos que comprovem o grau de escolaridade, aperfeiçoamento profissional e/ou tempo de serviço, obedecido os critérios previstos no presente Edital, os quais serão objeto de avaliação pela Comissão Especial de Processo Seletivo, para fins de habilitação e classificação no presente Processo Seletivo Simplificado;
8.2.4. Não ser beneficiário de proventos de aposentadoria advindas de cargo e/ou empregos públicos, ressalvados os casos disciplinados pela Constituição Federal, ressaltando que, não será habilitado o interessado aposentado em que, o cargo e/ou emprego ensejador da aposentadoria não seja acumulável se na ativa estivesse.
8.2.5. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá conhecer as normas estabelecidas neste edital e na legislação pertinente, certificando-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para exercer a função a qual concorre;
8.2.6. A inscrição do candidato implica na aceitação às regras estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.
8.2.7. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, por correspondência, via postal, via FAX ou via correio eletrônico.
8.2.8. Após a inscrição não serão aceitos pedidos para quaisquer alterações.
8.2.9. As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando à Comissão Organizadora/Examinadora/Julgadora o direito de excluir aquele que não preencher a ficha de inscrição, de forma completa, correta e legível;
8.2.10. A Comissão Organizadora/Examinadora/Julgadora não será responsável por conferir se todos os documentos presentes no edital e necessários à inscrição foram entregues no ato da inscrição, sendo o atendimento ao edital de inteira responsabilidade do candidato;
8.2.11. A não entrega de qualquer dos documentos previsto no Edital, na data da inscrição, causará o indeferimento da inscrição do candidato.
8.2.12. Não será permitido o ingresso das pessoas que estejam em pleno gozo de licença, como: licença prêmio, licença maternidade, licença médica, afastamento por doença, tratamentos médicos;
8.2.13. As informações prestadas no Formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), dispondo o Município de São Pedro do Paraná o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado, aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível;
8.2.14. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem ao previsto neste Edital.
8.2.15. Os candidatos aprovados farão Avaliação Médica Admissional, em local e horário que serão informados quando de sua convocação.
8.2.16. Quando convocados, os candidatos classificados deverão apresentar-se na data estabelecida no ato de convocação; a não apresentação do(a) candidato(a) no prazo estabelecido, implicará na exclusão do processo seletivo.

9. DOSCRITÉRIOSDEJULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO PARA CARGOS DE AUXILIAR DE APOIO DOCENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E PROFESSOR 20H.
a) Preenchimento da ficha de inscrição, fornecida pelo Município de São Pedro do Paraná conforme formulário ANEXO I deste edital;
b) Avaliação de Títulos, que deverão estar relacionados com a área do cargo pretendido, com base nos dados informados no formulário a ser preenchido pelo candidato no ato da inscrição;
c) Contagem de tempo de serviço:

9.1. Tabela de Análise de Formação Profissional Acadêmica e Curricular:
I) Pós-Graduação Strito Sensu/Doutorado relacionada com a área específica do cargo pretendido – 3 (três) pontos;
II) Pós-Graduação Strito Sensu/Mestrado relacionada com a área específica do cargo pretendido – 2,5 (dois vírgula cinco) pontos;
III) Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização relacionada com a área específica do cargo pretendido – 2 (dois) pontos, por pós-graduação, podem ser utilizados o máximo de 2 (duas) pós-graduação;
IV) Graduação/Licenciatura relacionada com a área específica do cargo pretendido – 1,5 (uma vírgula cinco) pontos;

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
10.1. Os cargos de que trata o presente Edital preencherão as seguintes funções: AUXILIAR DE APOIO DOCENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E PROFESSOR 20H para atuarem nos serviços da rede pública Municipal.

10.2. Dos Critérios de Classificação
10.2.1. Para os cargos de que trata o item 10.1., a pontuação atribuída a escolaridade consta na Tabela de Avaliação de Títulos, no **Anexo II** deste Edital;
10.2.2. Os títulos informados no item "Comprovação de Títulos" deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes e ser comprovados por meio de documentação original na hora da contratação;
10.2.3. O candidato que não apresentar cópia dos documentos estabelecidos nos itens 2, 3 e 8.2, no ato da inscrição será desclassificado;

11. CLASSIFICAÇÃO, DESEMPATE E DIVULGAÇÃO
11.1. A Classificação Provisória dos candidatos Inscritos será divulgada no dia **11 de dezembro de 2025**, em Edital específico, disponível nas dependências do Paço Municipal, Órgão de Imprensa Oficial do Município e endereço eletrônico https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/;
11.2. Após a divulgação da Classificação Provisória dos candidatos Inscritos, será concedido o prazo de **12 a 15 de dezembro de 2025** para interposição de recurso, o qual deverá ser protocolado pelo candidato, por meio do endereço eletrônico: educacao@saopedrodoparana.pr.gov.br, ou presencialmente junto a Secretaria Municipal de Educação de São Pedro do Paraná, localizada na Avenida Paraná, nº 555, São Pedro do Paraná, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.
11.3. Os Recursos serão analisados pela Comissão de Concurso (PSS), após o encerramento do prazo para recebimento dos recursos, com emissão de Parecer Definitivo e publicação do resultado;
11.4. Os questionamentos contidos no Recurso deverão estar fundamentados e formalmente apresentados a banca julgadora que julgará o recurso procedente ou não;
11.5. A publicação da Classificação Final será divulgada no dia **18 de dezembro de 2025**, em Edital específico, disponível nas dependências do Paço Municipal, no Órgão de Imprensa oficial do Município e endereço eletrônico https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/;
11.6. A divulgação da Classificação Final será divulgada a listagem universal, contendo a pontuação de todos os candidatos;
11.7. Em caso de igualdade de pontuação, o desempate será feito da seguinte forma:
a) Maior idade;
b) Maior tempo de serviço na área de atuação;
b) Maior tempo de serviço na rede pública.
11.8. Os recursos protocolados fora do prazo estabelecido no item 1.4 e 11.5., serão considerados intempestivos;

12. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
12.1. O total da pontuação será obtido da soma aritmética dos itens 10.2.1.;
12.2. Não será computado o tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, exercício na função em atividade pública ou exercício na função em atividade privada;
12.3. O exercício da atividade pública, será comprovado com certidão de tempo de serviço expedida pelo órgão/departamento/setor (União, Estado e Município) responsável pela contagem de tempo;
12.4. O exercício da atividade privada, será comprovado por meio de cópia da CTPS e mediante cópia de contrato de prestação de serviço, com a descrição expressa do exercício da função.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
13.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:
a) – Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
b) - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;
c) – Maior tempo de serviço no setor público.
13.1.1. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio.

14. DA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E CONTRATAÇÃO
14.1. Após a classificação será realizada a contratação para vaga solicitada neste processo seletivo pelo Município de São Pedro do Paraná-PR, conforme necessidade;
14.2. A convocação dos aprovados, conforme a necessidade da administração, será divulgada em Órgão de Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/, ficando sob a responsabilidade do inscrito o acompanhamento das publicações;
14.3. O candidato classificado e convocado que não manifestar interesse na vaga ofertada no momento, será remetido para o Final de Lista;
14.4. Ao ser convocado, se o candidato não for encontrado no endereço por ele informado ou não se manifestar no prazo estipulado na convocação, quanto ao aceite da vaga ofertada, será remetido para o Final de Lista;

14.1.1. São requisitos para contratação:
a) Ter sido classificado neste Processo Seletivo Simplificado;
b) Apresentar a documentação legal comprovando os quesitos informados na inscrição;
c) Apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação, descritos neste Edital;
d) Apresentar comprovante de regularidade do órgão ou classe a que pertence o inscrito;
e) Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função comprovada através de atestado;
f) Apresentar Carteira de Identidade original ou CNH, válida em todo Território Nacional;
g) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
h) Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei, se do sexo masculino.

14.1.2. Não serão contratados o candidato nas seguintes situações:
a) Servidor público vinculado à Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná;
b) Com acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública, exceto os casos permitidos pela Constituição Federal;
c) Tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos cinco anos;
d) Demitido ou exonerado do Serviço Público, após Processo Administrativo, nos últimos dois anos;

14.1.3. Para a Contratação, o candidato deverá apresentar, às suas expensas, a seguinte documentação (original e cópia):
a) Apresentar Carteira de Identidade original ou CNH, válida em todo Território Nacional;
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF), regular;
c) Comprovante de endereço atual;
d) CTPS contendo o número do PIS/PASEP;
e) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico www.institutodeidentificacao.pr.gov.br, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa do Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
h) Para o candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, além do Atestado de Saúde Ocupacional, deve ser apresentado Laudo Médico, conforme descrito no item 4.4;
i) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
j) Declaração de que o candidato não é vinculado à Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, não havendo assim acúmulo de Cargo;
14.1.4. Será remetido para o Final de Lista o candidato que não comparecer à convocação para a Vaga.
14.1.5. Na ocorrência das hipóteses do item 14.4., a vaga aberta é destinada ao próximo candidato.
14.1.6. O candidato em Final de Lista, para ser convocado novamente, deverá aguardar a convocação de todos os classificados de sua listagem. Após convocação do último da lista, inicia-se novamente a convocação na mesma sequência da Classificação Final.

15. DA AVALIAÇÃO
15.1 – A avaliação será realizada pela Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS), designada pelo Prefeito Municipal.

16. DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO, RESULTADOS E RECURSOS
16.1. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da pontuação final obtida através do total de pontos.
16.2 Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:
16.2.1 Para todos os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade.
16.2.2 Para os casos previstos na Lei 11.689, de 9 de junho de 2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições, desde que jurados, devidamente comprovado.
16.2.3 Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade, considerando ano, mês, e dia de nascimento, ainda:
a) maior comprovação de aperfeiçoamento profissional;
b) tempo de experiência profissional.
16.3 O resultado contendo a pontuação dos interessados será divulgado no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico https://www.saopedrodoparana.pr.gov.br/site/; e em Edital afixado no átrio do Paço Municipal, no dia 18/12/2025.

17. DA CONTRATAÇÃO
17.1. Quando convocado para contratação, o Candidato deverá apresentar documentos que comprove:
a) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;
c) Estar em dia com as obrigações eleitorais e com as obrigações militares, neste último caso para os candidatos do sexo masculino, na data da contratação;
d) Comprovar o nível de escolaridade e habilitação exigidos(as).
e) Ter disponibilidade de horário para exercer suas atividades;
f) Declaração que não possui antecedentes criminais, até a data da contratação;
g) Ter aptidão física e mental para a realização da função;
h) Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
i) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital;
17.2. Para fins de contratação, poderá ser exigido do Candidato, atestado de Saúde, considerando-o apto para o exercício da função, expedido por médico designado pelo Município.
17.3. O Candidato convocado que não comparecer para contratação ou não apresentar toda a documentação solicitada será desclassificado do certame.
17.4. A remuneração mensal atribuída neste edital é correspondente ao valor inicial do cargo efetivo, proporcional à carga horária que se pretende contratar e obedecerá às disposições legais pertinentes.
17.5. Havendo Candidatos inscritos na reserva especial para portadores de deficiência, no momento da contratação, será assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas como reserva especial, ressalvado os demais requisitos deste Edital, que se aplica em igualdade de condição aos portadores deste benefício (pontuação mínima para classificação, requisitos mínimos para contratação, etc.) e desde que a Deficiência do Candidato não importe em prejuízo do desempenho do contrato.
17.5.1. Antes da contratação, o Candidato portador de deficiência física será submetido a perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades do cargo.
17.5.2. A perícia médica será realizada pela Junta Médica oficial do Município ou Médico do Trabalho, devendo o laudo ser emitido no prazo de até 05 dias úteis, contados da data do respectivo exame.
17.5.3. Caso a Junta Médica ou Médico do Trabalho conclua pela inaptidão do candidato, será constituída de ofício, no prazo de até 15 (quinze) dias, equipe médica para nova perícia, da qual participará um médico especialista na deficiência de que é portador o candidato e um Médico indicado pelo candidato.
17.5.4. A equipe médica deverá apresentar conclusão da avaliação no prazo de 05 dias úteis contados da realização do exame.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. O preenchimento da ficha de inscrição será formalizado pelo candidato, sendo de sua inteira responsabilidade as informações prestadas, bem como a juntada tempestiva da documentação declarada.
18.2. A inscrição no processo seletivo implica na aceitação, por parte do candidato, das normas contidas neste Edital.
18.3. O candidato que tenha sido afastado por cometimento de falta grave, mediante processo administrativo, ou demitido com justa causa pelo Município ou por qualquer outro órgão público será eliminado da lista de classificação.
18.4. No chamamento dos Candidatos, será respeitada rigorosamente a ordem de classificação, sendo que o candidato que não estiver presente, ou não puder atender ao ato de convocação, perderá sua classificação, passando para o final da lista.
18.5. O candidato classificado que não aceitar o contrato será considerado desistente, tendo seu nome eliminado da lista de classificação, e assinará Termo de Desistência, ou conforme o caso, poderá ser aplicada a disposição do subitem “17.3”.
18.6. É de responsabilidade do candidato, informar cadastro (endereço e telefone) atualizado no Setor de Recursos Humanos.
18.7. O Processo de Seleção Simplificado disciplinado por este Edital tem validade de 12 (doze) meses, podendo, em caso de excepcional interesse público, ser prorrogado por igual período.
18.8. O prazo de vigência do presente edital não se confunde com as contratações dele decorrentes, que obedecerão aos prazos previstos neste edital.
18.9. O candidato poderá impugnar o presente ou apresentar recurso em relação ao julgamento, observadas as seguintes regras:
18.9.1. Somente serão aceitos os recursos formulados por escrito devidamente justificados e fundamentados, protocolados no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da publicação do ato.
18.9.2. Recursos ou pedidos de revisões fora do prazo serão desconsiderados.
18.9.3. O resultado do julgamento dos recursos será publicado em extrato.
18.10. O pessoal contratado nos termos deste Edital fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.
18.11. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste Edital os seguintes direitos:
a) remuneração não inferior ao salário-mínimo fixado pelo Governo Federal;
b) irredutibilidade dos vencimentos, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
c)décimo terceiro vencimento, nos termos da Lei. Tendo por base de cálculo a remuneração integral, proporcional ao período contratual;
d)remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
e)repouso semanal remunerado;
f)remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
g) Direitos previdenciários, previstos na legislação específica.
18.12. São deveres dos contratados, na forma da presente Lei, os previstos para os Servidores efetivos do Município.
18.13. São vedados aos contratados, na forma da presente Lei, as condutas vedadas aos Servidores efetivos do Município.
18.14. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Edital serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.
18.15. O contratado na forma da presente Lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
18.16. Os contratados na forma deste Edital sujeitam-se às seguintes penalidades:
a) advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;
b) repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;

c) rescisão da contratação, nos termos deste Edital, no caso de incidência de qualquer das hipóteses de infração administrativa, prevista em Lei, ainda:
c.1)É motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis, consecutivos ou alternados, sem motivo justificado.
c.2) É também motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.
18.17. Em caso de afastamentos os contratados deverão apresentar justificativa e documentação comprobatória dos fatos ensejadores da licença à unidade de recursos humanos para fins de registro:
a) nos demais casos previstos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados do fato gerador do afastamento, sob pena de rescisão contratual.
18.18. O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional:
a) pelo término do prazo contratual;
b) por iniciativa do contratado;
c) por iniciativa do Município;
d) Pelo provimento do cargo em concurso público;
e) Pelo retorno do Servidor efetivo detentor do Cargo que deu origem e/ou motivou o presente certame público.
18.19.1 - A extinção do contrato, nos casos da letra "b", será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de renúncia das verbas rescisórias.
18.19.2. A extinção do contrato por iniciativa do Município, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que percebe em 01 (um) mês de contrato.
18.20. É proibida a contratação, através deste processo, de servidores Municipais, exceto nos casos de cumulação lícita de cargos, prevista na Constituição Federal, havendo compatibilidade de horário.
18.21. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS).

São Pedro do Paraná, PR, 12 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

SIMONE MILARE RIBEIRO DA CRUZ
Presidente da CEPS

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- PSS N°001/2025 - CONTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO - PSS Nº 001/2025 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO N° 001/2025, destinado a contratação temporária, por excepcional interesse público, de interessados habilitados para o exercício de cargo/emprego no âmbito do Poder Executivo do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná.

Bem-vindo ao processo seletivo simplificado para contratação de profissionais para diferentes cargos em nossa instituição. Este formulário é parte da primeira etapa de seleção. Solicitamos que você preencha todas as informações com atenção. As vagas disponíveis são para os seguintes cargos:

Auxiliar de Apoio Docente
Auxiliar de Serviços Gerais
Professor (20 hrs)

Pedimos que, ao final do preenchimento, revise todas as informações antes de enviar.

DADOS PESSOAIS

Nome Completo
CPF
Data de Nascimento
Endereço Completo
Telefone para Contato
E-mail

CARGO DESEJADO
Para qual cargo você está se candidatando?
( )Auxiliar de Apoio Docente
( )Auxiliar de Serviços Gerais
( )Professor (20 hrs)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Você possui experiência profissional na área escolhida?

( )Sim
( )Não

FORMAÇÃO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE APOIO DOCENTE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nível de Escolaridade - Ensino Fundamental (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS)

( )Ensino Fundamental Incompleto
( )Ensino Fundamental Completo

Nível de escolaridade- ensino médio e curso na área (AUXILIAR DE APOIO DOCENTE)

( )Ensino Médio completo
( )Ensino médio completo com curso na área

Anexar documentos comprovatórios de conclusão de Ensino Fundamental.

PERGUNTAS ESPECÍFICAS POR CARGO DE AUXILIAR DE APOIO DOCENTE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Tempo de Exercício na Profissão
( )de 01 a 02 anos, 11 meses e 29 dias
( )de 03 a 05 anos, 11 meses e 29 dias
( )de 06 a 10 anos, 11 meses e 29 dias
( )Acima de 11 anos

Anexar documentos que conforme o tempo de serviço comprovado mediante cópia de carteira de trabalho (CTPS) e, ou declaração emitida por órgão competente (Município, Estado e União).

FORMAÇÃO ACADÊMICA (SOMENTE ENSINO SUPERIOR) (Professor 20 horas)

Graduação
Doutorado
Mestrado
Pós-graduação (Podem ser utilizados o máximo de 2 (duas) pós-graduação)

Anexar documentos comprovatórios de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado abaixo.

Você possui registro ativo no Órgão de Classe?

( )Sim
( )Não

Tempo de Exercício na Profissão
( )de 01 a 02 anos, 11 meses e 29 dias
( )de 03 a 05 anos, 11 meses e 29 dias
( )de 06 a 10 anos, 11 meses e 29 dias
( )Acima de 11 anos

Anexar documentos que conforme o tempo de serviço comprovado mediante cópia de carteira de trabalho (CTPS) e, ou declaração emitida por órgão competente (Município, Estado e União).

Declaro estar ciente e cumprir com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como cumprir plenamente com os requisitos de habilitação definidos no Processo Seletivo Simplificado - Edital n°02/2024

( )Sim
( )Não

Da Reserva de Vagas para Afrodescendentes

( )Sim
( )Não

Da Reserva de Vagas para PCD

( )Sim
( )Não

_____
Assinatura do representante da comissão

ANEXO II - TABELA PARA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

1 - AUXILIAR DE APOIO DOCENTE e AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
- ESCOLARIDADE (Obrigatório informar uma das opções)

Item	Título	documentação comprovação	pontos	número máximo de títulos
1	Ensino médio	Certificado de conclusão do ensino médio ou certificado do EJA	6	1
2	Ensino Fundamental Completo	Certificado de conclusão do ensino fundamental ou certificado do ENCEEJA	6	1

1.2 - TEMPO DE EXERCICIO NA PROFISSÃO (Carteira de trabalho ou Declaração de órgão competente (União, Estado ou Município).

de 01 a 02 anos, 11 meses e 29 dias	02 pontos
de 03 a 05 anos, 11 meses e 29 dias	06 pontos
de 06 a 10 anos, 11 meses e 29 dias	10 pontos
Acima de 11 anos	14 pontos

Documentos para comprovação: CTPS original, acompanhada de cópia legível das páginas com comprovação da data inicial do contrato de emprego. Declaração de órgão competente (União, Estado ou Município) e/ou Decreto de nomeação com data de início e/ou Decreto de exoneração com data final.

TABELA DE TÍTULOS PARA AVALIAÇÃO - ENSINO SUPERIOR

2. – PROFESSOR 20 HORAS.

2.1 - ESCOLARIDADE (Obrigatório informar uma das opções)

item	Título	documentação comprovação	pontos	até o máximo	número máximo de títulos
1	Graduação	Diploma ou Certificado de Curso emitido por Instituição Pública ou Privada (Instituição credenciada pelo MEC).	6	6	1
1	Pós Graduação	Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização relacionada com a área específica do cargo pretendido.	2	4	2
1	Mestrado	Pós-Graduação Strito Sensu/Mestrado relacionada com a área específica do cargo pretendido.	2,5	2,5	1
1	Doutorado	Pós-Graduação Strito Sensu/Doutorado relacionada com a área específica do cargo pretendido.	3	3	1

2.2 TEMPO DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO (Registro na Carteira de trabalho e/ou Declaração de órgão competente (União, Estado ou Município)

de 06 meses a 02 anos, 11 meses e 29 dias	01 ponto
de 03 anos a 5 anos, 11 meses e 29 dias	02 pontos
de 06 anos a 8 anos, 11 meses e 29 dias	03 pontos
de 09 anos a 12 anos, 11 meses e 29 dias	05 pontos
de 13 anos a 16 anos, 11 meses e 29 dias	06 pontos
Igual ou acima 17 anos	08 pontos

Documentos para comprovação: CTPS original, acompanhada de cópia legível das páginas com comprovação da data inicial do contrato de emprego. Declaração de órgão competente e/ou Decreto de nomeação com data de início e/ou Decreto de exoneração com data final.

ANEXO III - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AUXILIAR DE APOIO DOCENTE
O auxiliar de apoio docente com carga de 40 horas semanais terá as seguintes atribuições, auxiliar o docente em sala de aula, em atividades pedagógicas e na organização dos trabalhos em sala de aula.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
O auxiliar de serviços gerais com carga horária de 40 horas semanais terá as seguintes atribuições, executar tarefas de copa e cozinha, tais como preparação e serviços de chá, água e café; limpeza de praças e jardins; fabricação de artefatos de cimento; zeladoria, limpeza nas dependências de órgãos públicos; executar serviços auxiliares de construção e conservação de logradouros e vias públicas, auxiliar na conservação de sinaleiras e abrigos; executar tarefas de capina em geral; efetuar serviços de carga e descarga de caminhões, executar tarefas de construção e conservação de obras; executar trabalhos de limpeza em geral, remoção e arrumação de móveis e utensílios e de serviços de alimentação e higiene das crianças; zelar e cuidar da conservação de prédios municipais; efetuar a coleta do lixo domiciliar; observar e cumprir as normas e instruções para prevenir acidentes; efetuar o controle de material permanente existente no setor para evitar extravios; zelar pela conservação e manutenção dos bens sob sua responsabilidade; verificar se as portas e janelas estão fechadas no término do expediente; verificar se todas as dependências estão fechadas e sem nenhuma irregularidade.

PROFESSOR 20 HORAS
O professor com carga horária de 20 horas semanais terá as seguintes atribuições, I - participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo esta proposta; II - zelar pela aprendizagem dos alunos; III - estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; IV - ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas, cumprindo os dias letivos previstos no calendário escolar; V - participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; VII - preencher Livro de Registro de Classe de acordo co as orientações da escola; VIII - obedecer aos preceitos vigentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Legislação Estadual; IX - desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao êxito dos fins educacionais da escola e do processo ensino- aprendizagem.

ANEXO IV – CRONOGRAMA

Período de Inscrição	13.11.2025 até 28.11.2025
Forma	Online/Presencial
Relação Provisória dos Inscritos	01.12.2025
Prazo recurso inscrição provisória	02.12.2025 até 03.12.2025
Divulgação da relação definitiva dos Inscritos	05.12.2025
Publicação da Classificação Provisória Candidatos	11.12.2025
Prazo recurso classificação provisória	12.12.2025 até 15.12.2025
Resultado análise do recurso	17.12.2025
Publicação resultado	18.12.2025

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:F65ADA8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 02/2025

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 002/2025

Contratante: Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira/PR.

Contratado: NAIR SINGULANI – GÁS (CNPJ: 05.787.842/0001-59).

Objeto: Aquisição de galões de água mineral natural, não gasosa, de forma parcelada e continuada, em garrafões de 20 litros retornáveis, visando atender as necessidades da área administrativa da Câmara Municipal da cidade de São Sebastião da Amoreira/PR.

Valor Total: R$1.119,20 (um mil, cento e dezenove reais e vinte centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até 10/11/2026.

Foro: Comarca de Assaí – PR.

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:7D7DA01F

CÂMARA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 03/2025

Torna-se pública a homologação da Dispensa de Licitação a que se refere o processo administrativo sob o nº 03/2025, cujo objeto é **Aquisição de Cartucho de Toner (novos) para atender as necessidades e garantir o funcionamento contínuo dos equipamentos de impressão da área administrativa da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira/PR.**
Sendo adjudicado a Empresa **OCTAPRINT SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA** LTDA - ME, com sede à Rua José Leônidas Nerone, nº 487, Jardim Andrade, Município de Maringá/PR, CEP 87.035-450, inscrito no CNPJ sob nº 27.078.752/0001-21.
.

São Sebastião da Amoreira, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:D67E08AB

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA 03/2025

Após análise do processo administrativo acima mencionado, que trata da **dispensa de licitação para Aquisição de Cartucho de Toner (novos)** para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, estando o procedimento em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor da contratação enquadra-se nos limites legais e foram observados todos os requisitos e formalidades exigidos pela legislação vigente.

RATIFICO, a contratação da Empresa OCTAPRINT SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, com sede à Rua José Leônidas Nerone, nº 487, Jardim Andrade, Município de Maringá/PR, CEP 87.035-450, inscrito no CNPJ sob nº 27.078.752/0001-21, com Dispensa de Licitação.

São Sebastião da Amoreira, 12 de novembro de 2025.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:F214AE17

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB
RESOLUÇÃO Nº 06 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas para APAE – Referente Termo de Fomento 08/2024 (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião da /amoreira-PR

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB – do município de São Sebastião da Amoreira-PR, conforme Decreto nº 232/2022 de 16 de dezembro de 2022, CONSIDERANDO Deliberação ocorrida na Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Fundeb – registrada em Ata nº 19-2025, realizada em 13 de novembro de 2025

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas referente ao Termo de Fomento Nº 08/2024 com repasse de recursos oriundos do Fundeb, no valor de R$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira 12 de novembro de 2025

ANDRÉIA CRISTINA FURLAN PERES BARBOSA
Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB
Decreto 232 de 16 de Dezembro de 2022

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:0BA2842F

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
395 - SUPLEMENTAR - CÍVICAS E CULTURAIS

DECRETO Nº 395 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.208/2025, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de *R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)* para reforço de dotação constante no orçamento em vigor, a saber:

06 – Secretaria de Educação e Cultura
06.001 – Setor de Educação
13.392.0009.2041 Manutenção das Atividades Cívicas e Culturais
149 – 3.3.90.39.00.00.00.00 31000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 200.000,00

Art. 2º - Para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido a anulação parcial de dotações orçamentárias constantes no orçamento em vigor, conforme segue:

- ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO:
05 – Secretaria Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
05.001 – Divisão de Urbanismo
15.451.0014.1083 Aquisição e Desapropriação de Imóveis

271 – 4.4.90.61.00.00.00.00 31000 Aquisição de Imóveis.....R$ 100.000,00

05 – Secretaria Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
05.001 – Divisão de Urbanismo
22.661.0004.1073 Construção de Barracão Industrial
264 – 4.4.90.51.00.00.00.00 31000 Obras e Instalações.....R$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 12 de novembro de 2.025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA B. DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:2759F937

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, VIA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 14.926.555/0001-73, com sede à Rua Papa João XXIII, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Srª SUELEN ANGELA JUSTINO DOS SANTOS, portadora da Carteira de Identidade nº 13.XXX.XXX-1 SSP-PR e CPF n º 098.XXX.XXX-46, Secretaria Municipal de Assistência Social, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ sob nº.81.883.621/0001-62, registro no Ministério do Trabalho e Ação Social sob o nº 2187 e registro no CNAS nº 28987.010093/94-89, com sede à Rua Minas Gerais nº 531, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado pelo Sr. JOSÉ CASSIO BALBINO portador da Carteira de Identidade nº 12.XXX.XXX.-2 e CPF nº 021.XXX.XXX-96, Presidente, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Municipal nº 2.083, de 04 de setembro de 2024 e Lei Municipal nº 2.169 de 11 de julho de 2025,mediante as cláusulas e condições seguintes:
OBJETO: O presente termo de fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros provenientes da Emenda Parlamentar nº 20380002/2025, para custeio de parte da Manutenção Mensal em Materiais de Consumo – Gêneros de Alimentação, Material de Limpeza e Produtos de Higienização, Material de Expediente, Material Educativo, Material de Cama, Mesa e Banho, e Material Copa e Cozinha, visando o atendimento de 125 crianças e adolescentes, conforme Plano de Trabalho.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 2.169, de 11 de julho de 2025.
PRAZO DE EXECUÇÃOE VIGÊNCIA: 12/11/2026.
RECURSOS: Valor Global R$100.000,00 (cem mil reais)
FORO: Comarca de Assaí – Pr.

São Sebastião da Amoreira, 12 de Novembro de 2025.

JOSÉ CASSIO BALBINO
Presidente da APAE

SUELEN ANGELA JUSTINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:DA1A45F9

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 394/2025

Súmula: Convoca candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Concurso Público realizado de conformidade com o Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024 e Ofício nº 703/2025 Secretaria de Educação;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2024 – fica convocado (a) o/a candidato (a) aprovado (a), abaixo relacionado (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade, a fim de formalizar contrato de trabalho, na forma da lei.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados nos itens 18 e, subitens, respectivamente, do Edital de Abertura Publicação nº 001/2024 juntamente com Laudo Médico Admissional. A posse será em 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º- O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

ATENDENTE DE CRECHE – CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
ROSILDA ALVES TRINDADE DA SILVA	60,70	27º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 11 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:98F646A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 06/2025
1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 018/2025

O Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, torna pública a **1ª Retificação do Edital de Abertura nº 018/2025**, referente ao **Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 06/2025**, destinado à contratação por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público.

Foram realizados ajustes em diversos campos do edital, com as alterações devidamente destacadas em vermelho no texto retificado, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital original.

O texto completo desta retificação encontra-se disponível no site oficial do Município: **www.amoreira.pr.gov.br**.

São Sebastião da Amoreira – PR, 12 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:1614329F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2025

DATA: 12 de novembro de 2025.
PARTÍCIPES:

Município de São Sebastião da Amoreira, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Papa João XXIII, nº 1086, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. Exilaine Gaspar**; e o **PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense de São Sebastião da Amoreira**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 08.719.766/0001-32, representada por sua Presidente, **Sra. Ana Gabriela de Oliveira**.

OBJETO:
Realização de parceria para a **organização das festividades alusivas ao aniversário de emancipação política do Município de São Sebastião da Amoreira**, a ocorrer entre os dias **13 a 16 de novembro de 2025**, no **Centro de Lazer e Turismo Prefeito Olímpio Furlanetto**, incluindo a **EXPOAMOREIRA 2025**, visando arrecadar recursos destinados a programas e projetos sociais desenvolvidos pelo PROVOPAR.

VIGÊNCIA:
30 (trinta) dias, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

VALOR:
Termo **não oneroso**, sem repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

RESPONSABILIDADES PRINCIPAIS:
O **PROVOPAR** será responsável pela organização, planejamento e coordenação do evento, bem como pela prestação de contas.
O **Município** apoiará institucionalmente, promovendo a infraestrutura necessária e buscando convênios e patrocínios públicos.

BASE LEGAL: Lei Municipal nº 2.198, de 07 de outubro de 2025.

ASSINATURA:
São Sebastião da Amoreira, 12 de novembro de 2025.

Exilaine Gaspar – Prefeita Municipal

Ana Gabriela de Oliveira – Presidente do PROVOPAR

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:7A09FB51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.201 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025

Súmula: Institui os feriados municipais no âmbito do Município de São Sebastião da Amoreira e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídos como feriados municipais no Município de São Sebastião da Amoreira, além dos previstos na legislação federal e estadual, os seguintes:

I – Dia do Padroeiro do Município, em 20 de janeiro;
II – Carnaval, data móvel correspondente à terça-feira de Carnaval;
III – Sexta-feira da Paixão, data móvel da tradição cristã;
IV – Corpus Christi, data móvel celebrada 60 (sessenta) dias após o Domingo de Páscoa;
V – Aniversário de Emancipação Política do Município, em 14 de novembro.

Art. 2º Os feriados instituídos por esta Lei terão observância obrigatória em todo o território municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, 15 de outubro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:6B9518F8

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEX 34/2025

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 34/2025

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 192/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2025

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a homologação de processo de Inexigibilidade de Licitação a que se refere o processo administrativo n° 192/2025, e a adjudicação do objeto é a Contratação de apresentação dos shows artísticos da dupla, Marcus e Dalto, Lincoln e Augusto e Mateus Xavier durante os dias 13,14 e 15 de novembro no Centro de Eventos Olímpio Furlanetto, para comemoração da 74º Aniversário de Emancipação Política do Município de São Sebastião da Amoreira-PR, conhecida popularmente por ExpoAmoreira, sendo adjudicadas as empresas OTAVIO AUGUSTO BORGES PRODUCAO MUSICAL, CNPJ nº 38.124.149/0001-55, localizada na Rua Ildeu Braulio Filgueiras, nº 136, Centro, Santa Mariana/Pr, CEP: 86.350-000; MARCUS E DALTO - PRODUCAO MUSICAL LTDA, CNPJ nº 28.341.429/0001-61, localizada na Rua Fernando Monteiro Furtado, nº 150, ap. 1703, Bloco A,
Residencial José Lazaro Gouveia, Londrina, estado do Paraná, CEP: 86.050-760; MX PRODUCOES LTDA, CNPJ nº 49.926.490/0001-40, localizada na Rua Paraná, nº 2506, andar 1, sala 1, bairro Cruzeiro, Siqueira Campos/Pr, CEP: 84.940-000, pelo preço total de R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais).
Em, 12 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:06791171

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEX 34/2025

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 34/2025

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 192/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2025

RATIFICAÇÃO DE DECISÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando todos os documentos anexados ao presente processo, bem como os pareceres técnico e jurídico confirmando a legalidade e legitimidade da contratação objetivada por esta Administração, RATIFICO os atos praticados para a contratação das empresas OTAVIO AUGUSTO BORGES PRODUCAO MUSICAL, CNPJ nº 38.124.149/0001-55; MARCUS E DALTO - PRODUCAO MUSICAL LTDA, CNPJ nº 28.341.429/0001-61; MX PRODUCOES LTDA, CNPJ nº 49.926.490/0001-40, Contratação de apresentação dos shows artísticos da dupla, Marcus e Dalto, Lincoln e Augusto e Mateus Xavier durante os dias 13,14 e 15 de novembro no Centro de Eventos Olímpio Furlanetto, para comemoração da 74º Aniversário de Emancipação Política do Município de São Sebastião da Amoreira-PR, conhecida popularmente por ExpoAmoreira., em conformidade com Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021.

Em, 12 de Novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:2D937658

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE: DISPENSA FÍSICA Nº 36/2025

AVISO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

MODALIDADE: DISPENSA FÍSICA Nº 36/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025 E EXTRATO DE CONTRATO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MINI CHOCOTONES, MINI PANETONES E CHOCOLATES WAFFER (TIPO BIS), PARA PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPOPEMA-PR.

O prefeito Municipal de Sapopema juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência social torna pública a **DISPENSA FÍSICA** de Licitação, na forma do artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 58/2023.

ADJUDICADO: AF DE ANDRADE JÚNIOR LTDA.
CNPJ: 32.050.175/0001-08
CONTRATO: 249/2025
EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência
VIGENCIA: 03 (três) meses

VALOR DE R$: R$: 2.667,00 (dois mil seiscentos e sessenta e sete reais)

Sapopema-Pr, 12 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8434E408

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 02/2025

AVISO LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 02/2025
O Município de Sapopema-Pr, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021, torna público que encontra-se a disposição dos interessados, à partir da data de publicação deste. O Edital de **Chamamento público para credenciamento de prestadores de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal, farmacêuticos e de materiais de construção a famílias beneficiarias do programa "natal para todos" do município de Sapopema-Pr.** A data de início de credenciamento será no dia 13/11/2025 as 09:00 horas, a 09/12/2025 as 09:00 horas. Edital **encontra**-se à disposição dos interessados no site www.sapopema.pr.gov.br dúvidas e esclarecimentos através do E-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel:0800 090 4201.

Sapopema, 12 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F7EB7EE7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 352/2025

DECRETO Nº 352/2025

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.563/2024,

Considerando, a urgência na conclusão de serviços relacionados a projetos na área de Engenharia Civil;

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar a ampliação de Jornada de Trabalho do Sr JEAN CARLOS CUNHA DE ALMEIDA, matrícula nº 660-1, cargo efetivo de Engenheiro Civil, carga horária de 20 (vinte) horas, com vencimentos ampliados proporcionalmente à nova carga horária de 40hrs, em concordância entre as partes, aplicados exclusivamente para servidores efetivos nos termos da Lei acima citada, por um período de 26 dias a contar do dia 03/11/2025 a 28/11/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 12 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:DEAAB991

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA 110/2025

Súmula: Aposenta a servidora *Cleunice Teixeira Batista Giacomini* e dá outras providências.

MARCIO CESAR FALASCHI, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **art. 6° da EC 41/2003c/c LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.

I – Considerando o requerimento protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1° - **CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**aservidora**CLEUNICE TEIXEIRA BATISTA GIACOMINI,** inscrita no CPF sob o n° 570.xxx.xxx-91 lotado do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, matrícula de n° 3455, com o cargo de Professora

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6° da EC 43/2003, redação anterior a EC 103/2019. -

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria será no total de R$ 4.080,10(quatro mil e oitenta reais e dez centavos),composto pelas seguintes verbas: Salário Base no valor de R$ 3.317,16(três mil trezentos e dezessete reais e dezeseis centavos),e Anuênio no valor de R$ 663,43(seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), e Anueio P.A.A R$ 99,51 (noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo que seu reajuste será com paridade.

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

SARANDI, em 12deNovembro de 2025

MARCIO CESAR FALASCHI
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Roberto Vagner Sant Ana Junior
Código Identificador:6E4A0B69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1437/2025

PORTARIA N.º 1437/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargos de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal n.º 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei n.º 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para oSr. Sidnei dos Santos, CPF: 573.XXX.XXX-72, ocupante do cargo/funçãode Assessor de Departamento do Gabinete do Prefeito, matrícula 10354, sendo concedidas 01 (uma) diária para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal n.º 2754/2021, alterada pela Lei Municipal n.º 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023.

Art. 2ºO montante total das diárias concedidas corresponde ao valor de R$ 362,48 (Trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) , sendo este valor referente ao período de 01 (um) dia, em evento que ocorrerá na cidade de Curitiba/Pr, 420 Km (quatrocentos e vinte) de distância do Município de Sarandi-PR, aproximadamente.

Art. 3º Ainda, justifica-se que a viagem a ser realizada tem por finalidade Ida a Curitiba para participar de entrega por meio da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR), divulgou nesta segunda-feira (27) a lista de 82 municípios que serão contemplados com veículos destinados a ações de atendimento e promoção de políticas públicas para mulheres, dentre eles o Município de Sarandi/Pr.
A iniciativa integra as ações estratégicas de fortalecimento da rede municipal de enfrentamento à violência e promoção da igualdade de gênero, assegurando mais mobilidade, alcance e eficiência na execução das políticas públicas voltadas às mulheres. Os veículos doados serão utilizados na estruturação das secretarias ou coordenadorias da mulher, bem como no reforço de serviços como Centros de Referência e Atendimento à Mulher (CRAMs), unidades de acolhimento de mulheres em situação de violência com ou sem filhos.O evento não acarretará em custos a este Município.

Art. 4º A previsão de saída deste Município será no dia dia 24/11/2025 às 04h e retorno dia 25/11/2025 às14h, e o meio de transporte utilizado será veículo oficial.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Moreira Barbosa
Código Identificador:826B1A0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 1438/2025

PORTARIA N.º 1438/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargos de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal n.º 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei n.º 2897/2023, de 31 de janeiro de 2023:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para oSr.(a). Roberson Eduardo Noveli,CPF: 853.XXX.XXX-06, ocupante do cargo/funçãode Diretor de Transparência e Proteção de Dados, matrícula 10521, sendo concedidas 01 (uma) diária para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal n.º 2754/2021, alterada pela Lei Municipal n.º 2897/2023 de 31 de janeiro de 2023.

Art. 2ºO montante total da diária concedida corresponde ao valor de R$ 362,48 (trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) , sendo este valor referente ao período de 01 (um) dia, em evento que ocorrerá na cidade de Curitiba/Pr, 420 Km (quatrocentos e vinte) de distância do Município de Sarandi-PR, aproximadamente.

Art. 3º Ainda, justifica-se que a viagem a ser realizada tem por finalidade Ida a Curitiba para participar de entrega por meio da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR), divulgou nesta segunda-feira (27) a lista de 82 municípios que serão contemplados com veículos destinados a ações de atendimento e promoção de políticas públicas para mulheres, dentre eles o Município de Sarandi/Pr.
A iniciativa integra as ações estratégicas de fortalecimento da rede municipal de enfrentamento à violência e promoção da igualdade de gênero, assegurando mais mobilidade, alcance e eficiência na execução das políticas públicas voltadas às mulheres. Os veículos doados serão utilizados na estruturação das secretarias ou coordenadorias da mulher, bem como no reforço de serviços como Centros de Referência e Atendimento à Mulher (CRAMs), unidades de acolhimento de mulheres em situação de violência com ou sem filhos..O evento não acarretará em custos a este Município.

Art. 4º A previsão de saída deste Município será no dia dia 24/11/2025 às 04h e retorno dia 25/11/2025 às14h, e o meio de transporte utilizado será veículo oficial.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Moreira Barbosa
Código Identificador:BB618A6E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 659/2024 - ID: 10159

ORIGEM	**Pregão Eletrônico - nº 123/2023**
CONTRATANTE	**Município de Sarandi - Pr**
CONTRATADA	**H F GESTÃO PÚBLICA LTDA**
CNPJ	**12.402.787/0001-05**
OBJETO	**Contratação de empresa especializada na área da Tecnologia da Informação para uso de Licença para SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA, como acesso ilimitado de usuários, destinado a utilização pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo do Município de Sarandi, Estado do Paraná.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Fica Prorrogado o prazo de vigencia, durante o periodo de 13 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2026, conforme estabelecido na Cláusula II – Vigência".
ASSINATURA	11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:F82CA677

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 659/2024 - ID: 10159

ORIGEM	**Pregão Eletrônico - nº 123/2023**
CONTRATANTE	**Município de Sarandi - Pr**
CONTRATADA	**H F GESTÃO PÚBLICA LTDA**
CNPJ	**12.402.787/0001-05**
OBJETO	**Contratação de empresa especializada na área da Tecnologia da Informação para uso de Licença para SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA, como acesso ilimitado de usuários, destinado a utilização pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo do Município de Sarandi, Estado do Paraná.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Conforme aditivo de prazo de vigência referente ao período de período de 13 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2026, o valor global será de R$ R$ 2.939.177,40 (dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e setenta e sete reais e quarenta centavos), pelo período estipulado, reajustado com base na variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), no acumulado de 1,0440%, com fulcro na Cláusula VI - Reajuste e na Cláusula III- Preço, do referido contrato."
ASSINATURA	11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:B2588A6F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0047/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Pregoeira(o), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	9-0047/2025
Processo Administrativo nº	104/2025
Objeto	Registro de preços para fornecimento de CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), acondicionado em botijão de 13 kg e cilindro de 45 kg para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) WESLEY ANDERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA - AGUA E GAS inscrito no CNPJ/CPF Nº 24.776.554/0001-43 no valor total dos itens vencidos de R$ 500.068,08 (quinhentos mil e sessenta e oito reais e oito centavos).

Sarandi, 06 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:9B365E05

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0051/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Pregoeira(o), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	9-0051/2025
Processo Administrativo nº	117/2025
Objeto	Registro de Preços para Aquisição de Tricíclos e Bicicletas, destinados à Secretaria de Educação do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) MOTOCAP PECAS PARA MOTOS E BICICLETAS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 40.098.688/0001-09 no valor total dos itens vencidos de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).
2) CAROL COMERCIAL LTDA - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.867.300/0001-26 no valor total dos itens vencidos de R$ 84.779,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais).
3) ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 47.459.386/0001-68 no valor total dos itens vencidos de R$ 59.970,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta reais).

Sarandi, 07 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:0BDA37FE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0051/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Pregoeira(o), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	9-0051/2025
Processo Administrativo nº	117/2025
Objeto	Registro de Preços para Aquisição de Triciclos e Bicicletas, destinados à Secretaria de Educação do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) MOTOCAP PECAS PARA MOTOS E BICICLETAS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 40.098.688/0001-09 no valor total dos itens vencidos de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).
2) CAROL COMERCIAL LTDA - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.867.300/0001-26 no valor total dos itens vencidos de R$ 84.779,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e nove reais).
3) ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 47.459.386/0001-68 no valor total dos itens vencidos de R$ 59.970,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta reais).

Sarandi, 07 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:35D2B6EC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0053/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Pregoeira(o), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	9-0053/2025
Processo Administrativo nº	119/2025
Objeto	Registro de Preços para Aquisição de Buffets térmicos com 6 cubas em inox, destinados a atender às necessidades da Secretaria de Educação e da Secretaria Trânsito, Transporte e Segurança Pública do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.175.931/0001-47 no valor total dos itens vencidos de R$ 113.118,55 (cento e treze mil, cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

Sarandi, 11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:34AFCAB3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 766/2025

SÚMULA: Nomeia VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO para o cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ELÉTRICA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica nomeado **VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.475.XXX-0 e inscrito no C.P.F. n.ºXXX.748.XXX-44, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ELÉTRICA, Símbolo CC-3, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:AE56B5AB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º770/2025

SÚMULA: Nomeia VINICIUS EDUARDO OLIVEIRA PALMIERI para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica nomeada **VINICIUS EDUARDO OLIVEIRA PALMIERI**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.408.XXXX-1 e inscritano C.P.F. n.ºXXX.264.XXX-52, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:2014F1B5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 1373/2025

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2860/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º- Designar o servidor **JAMES ROBAINA DA SILVA**, matrícula 5472, ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública, para o desempenho da função de **CHEFIA DE FROTAS**, símbolo FCC-3, sem remuneração.

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de outubro de 2025.

Sarandi, 23 de outubro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:2F52BF63

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 1388/2025

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR,Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2860/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor**JOAO PEDRO ZALESKI DE LIMA,**matrícula 10424, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de**ASSESSOR DO CONTROLE PATRIMONIAL,**símbolo FCA-3.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no Art. 57 da Lei Complementar 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3°Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º- Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de outubro de 2025.

Sarandi, 30 de outubro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:8F35405E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 1426/2025

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR,Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2860/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora**NELY CRISTINA DOS SANTOS,**matrícula 9891, ocupante do cargo de Enfermeiro Padrão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de**DIREÇÃO DE UBS DA ATENÇÃO BÁSICA,**símbolo FCD - 2, na UBS Jardim das Flores.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto no art. 46º da Lei 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3°Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º- Revogadas disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 1115/2025, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de Novembro de 2025.

Sarandi, 06 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:E26302D7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 1427/2025

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR,Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2860/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor**PEDRO DA SILVA CORREA,**matrícula 5951, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de**DIREÇÃO DE UBS DA ATENÇÃO BÁSICA,**símbolo FCD - 2, na UBS Aurora.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 46º da Lei 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3°Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º- Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de Novembro de 2025.

Sarandi, 06 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:316CFDCD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1415/202

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado doParaná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação Funcional nº48/2025 da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

AFASTAR preventivamente o servidor municipal de matrícula funcional nº 8819, por 30 (trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, conforme previsto no § 1º do art. 233 da Lei Complementar 10/92.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 04 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6A4EAD15

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1425/2025

SÚMULA:Concede Licença Especial ao Servidor Municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR,Prefeito Municipal do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 144 da Lei complementar n.º 10/92, do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

1º - Concede ao Servidor Municipal**CESAR AUGUSTO FIORUCCI,**matrícula**6553,**Lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública, exercendo o cargo de**Guarda Municipal**,*LICENÇA ESPECIAL*.**Período aquisitivo de02/06/2018 à 01/06/2023**de acordo com o Artigo 144 da Lei complementar 10/92, com remuneração integral.**Período a usufruir de06/11/2025 á 05/12/2025totalizando30dias.**

2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de novembro de 2025.

Sarandi, 06 de Novembro de 2025

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:5AA1B8A6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1431/2025

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº48/2025, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração depossíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 8819.
2º - NOMEAR os servidores **ALEXANDRE LINCOLN COBRA DE CARVALHO,** matrícula nº 980, **ANDRE LOPES DE FARIA,** matrícula nº6051 e **MARCOS TIAGO ALCANTARA DA SILVA,** matrícula nº3675, sob apresidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposiçõesem contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 10 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:FF028919

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1436/2025

SÚMULA:Dispõe sobre a exoneração de servidor publico municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

1º - Para fins de regularização da situação funcional junto à Divisão de Recursos Humanos, desta Municipalidade, tornar público que foi exonerado a pedido o servidor BRUNO PAVEZI, matrícula 10413, cargo de ENGENHEIRO CIVIL, a partir do dia 11 de novembro de 2025.

2º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de novembro de 2025.

Sarandi, 11 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:E0206D96

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO 759/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3054/2024 de 20/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
06.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
06.001.04.121.0011.2.101 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE PLANEJAMENTO
99 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 500,00
15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE URBANISMO
15.001.04.122.0009.2.421. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS
ADMINISTRATIVO E PLANEJAMENTO URBANO
1702 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 200.000,00

Total Suplementação: R$ 200.500,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal n º 4.320/64.

Redução
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
06.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

06.001.04.121.0011.2.101. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
98 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 500,00
15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE URBANISMO
15.001.04.122.0009.2.421. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOSADMINISTRATIVO E PLANEJAMENTO URBANO
1694 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 200.000,00

Total Redução: R$ 200.500,00

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, em 11 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciscarla Ragonha
Código Identificador:44821644

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO 761/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3054/2024 de 20/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.08.244.0013.2.161. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF - COM RECURSOS LIVRES
2264 - 3.1.91.13.00.00 33934 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 17.000,00
08.001.08.244.0014.2.163. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀFAMÍLIAS E INDIVÍDUOS-PAEFI - COM RECURSOS LIVRES
2110 - 3.1.90.11.00.00 33941 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 8.000,00
2112 - 3.1.91.13.00.00 33941 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.000,00

Total Suplementação: R$ 28.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal n º 4.320/64.

Redução
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.08.244.0013.2.161. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF - COM RECURSOS LIVRES
2105 - 3.1.90.11.00.00 33934 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4.000,00
2106 - 3.1.90.94.00.00 33934 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕESTRABALHISTAS 13.000,00
08.001.08.244.0014.2.163. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À
FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS-PAEFI - COM RECURSOS LIVRES
2111 - 3.1.90.94.00.00 33941 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 11.000,00

Total Redução: R$ 28.000,00

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, em 10 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciscarla Ragonha
Código Identificador:CDE186D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO 764/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SARANDI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3054/2024 de 20/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.273.865,62 (um milhão duzentos e setenta e três mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta edois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.**

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DESANEAMENTO AMBIENTAL

02.001.00.000.0000.0.000. SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
02.001.17.512.0003.2.022. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO SISTEMAMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

43 - 3.3.72.39.00.00 02076 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 180.000,00

46 - 3.3.90.30.00.00 02076 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
51 - 3.3.90.39.00.00 02076 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 839.865,62
02.001.28.846.0000.0.111. PAGAMENTO DO PASEP
55 - 3.3.90.47.00.00 02076 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 54.000,00
02.001.28.846.0000.0.114. PAGAMENTO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DO PARCELAMENTO DEOPERAÇOES DE CRÉDITOS
61 - 3.2.90.21.00.00 02076 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 180.000,00

Total Suplementação: R$ 1.273.865,62

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação.

Receita: 1.3.2.1.01.01.90.01000000 Fonte: 2076 61.644,81
Receita: 1.6.9.9.50.11.02.00000000 Fonte: 2076 22.232,96
Receita: 1.6.9.9.50.11.04.00000000 Fonte: 2076 14.714,03
Receita: 1.6.9.9.50.21.00.00000000 Fonte: 2076 1.144.747,66
Receita: 1.6.9.9.50.22.00.00000000 Fonte: 2076 29.680,05
Receita: 1.6.9.9.50.24.00.00000000 Fonte: 2076 846,11

Total da Receita: R$ 1.273.865,62

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SARANDI, Estado do Paraná, em 12 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciscarla Ragonha
Código Identificador:CCB3D7C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.842/2025

SÚMULA : EXONERA MOTORISTA

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo, e tendo em vista o protocolo sob n.º 23047,

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica o Sr. SANDERSON ALVES DE MELO, brasileiro, matrícula funcional de n.º 972839, EXONERADO, a pedido, do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 005.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:A0C01A6B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 4843/2025

SÚMULA. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARA INSTALAÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA, A ÁREA QUE ESPECIFICA**.**

CONSIDERANDO o disposto nos Art. 11, XXI e Art. 72, XXVIII da Lei Organica do Município;
CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, *alínea m* do Decreto-Lei 3.365, de 21 de Junho de 1941;

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo:

D E C R E T A

Art. 1º. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, a seguinte área:
(...) Um terreno urbano, sem benfeitorias, situado na Rua Paraná do loteamento denominado Reianópolis, Distrito de Reianópolis, neste Município e Comarca de Sengés/PR, constituido pelo lote n. 200, da Quadra n. 1, com área total de 360m², que apresenta as seguintes divisas e confrontações:- Mede 12,00m de frente para a Rua Paraná; 12,00m de fundos, com o lote n. 195; 30,00m de um lado, com o lote n. 201; e finalmente 30,00m de outro lado, com a Rua São José.
Art. 2º. O imóvel acima referenciado será desapropriado com a finalidade de instalação da Capela Mortuária no Distrito de Reianópolis.

Art. 3º. As despesas decorrentes da desapropriação correrão à conta de dotação própria.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:C10BAC8E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – Edital nº 001/2025
O Exm. Sr. Gerson Nunes, Prefeito Municipal de Sengés, através da Secretaria Municipal de Administração – Depto de Recursos Humanos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:
CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 001/2025, de acordo com o cargo e classificação relacionados nos quadros abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Sengés, Departamento de Recursos Humanos, sito a Travessa Senador Souza Naves, 95, Bairro Centro, desse Município, no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da publicação deste Edital, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

Motorista

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Lucivan José Domingues de Freitas	19º
Carlos Alexandre Bueno	20º
Emerson Rogerio dos Santos	21º
Ezequiel dos Santos	22º
Jumar Tadeu de Melo	23º
Eliseu Ferreira da Silva	24º

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Sengés, 12 de novembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:89566821

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2025

(Processo Licitatório nº 249/2025)

OBJETO: Compra de dois veículos novos, zero quilômetro, tipo van, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 728.418,66 (setecentos e vinte e oito mil quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço unitário por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 8h00min do dia 28 de novembro de 2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h00min do dia 28 de novembro de 2025.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 28 de novembro de 2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

12/11/2025

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7ABCD71D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 089/2025

OBJETO: contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de revisão de 20.000 km rodados de dois veículos van expert placa TBP2G11 e placa TBP2G12, incluindo fornecimento de peças, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de **Dispensa de Licitação.**

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

PROVENCE VEICULOS S/A, inscrita no **CNPJ n. 07.681.092/0001-61**, no lote 001 e seus itens do objeto desta licitação com o valor global de **R$ 2.798,98 (dois mil setecentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos).**

Sengés, 12 de Novembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D1513996

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ERRATA

Na edição 3403 **de 10 de novembro de 2025** deste Diário Oficial, foi publicado a **DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DE CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – 2025 – 2027.**

Esclarece-se que a presente republicação tem por objeto, a correção de um lapso ocorrido quando da publicação da referida Declaração, o número do CNPJ do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA, ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, com sede à Rua Ivo Leão, nº42, Bairro Alto da Glória – Curitiba – PR, foi registrado de maneira errônea no corpo de seu enunciado.

ONDE se LÊ : **...** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Sengés/PR, por meio de sua Presidente declara para os devidos fins que o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA, ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, nº42, Bairro Alto da Glória - Curitiba/PR, inscrito no **CNPJ: 76.610.591/0053-01**	**LEIA-SE : ...** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Sengés/PR, por meio de sua Presidente declara para os devidos fins que o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA, ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, nº42, Bairro Alto da Glória - Curitiba/PR, inscrito no **CNPJ: 76.610.591/0001-80**

Sengés, 10 de novembro de 2025.

TACYANE MARTINS OSTERNACH MESSIAS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:4303DF90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Aprova o Termo de Adesão e o Plano do Incentivo para a**Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAL**de repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR no âmbito da garantia de direitos das mulheres.

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Sengés, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 757/2025 e com base nas deliberações da Reunião Ordinária de 12 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano do Incentivo para a**Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAL**de repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR no âmbito da garantia de direitos das mulheres, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sengés, 12 de novembro de 2025.

CAMILA BITTES CORREA FERNANDES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:0B86BDBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 225 DE 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.341, de 17/12/2024

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de 33.000,00 (trinta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.010.10.302.0000.0.000.		Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
20.010.10.302.0006.0.000.		Atenção de Média Alta Complexidade	
20.010.10.302.0006.2.226.		Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade	
- 3.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.00.00.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
67 - 3.3.90.30.00.00	1303	MATERIAL DE CONSUMO	33.500,00

Total da Suplementação: 33.500,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de Dotação Orçamentária conforme discriminação abaixo de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.010.10.306.0000.0.000.		Alimentação e Nutrição	
20.010.10.306.0007.0.000.		Atenção Básica	
20.010.10.306.0007.2.237.		Nutrição e Alimentação	
- 3.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.00.00.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
103 - 3.3.90.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	33.500,00

Total da Redução: 33.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani, em 12 de novembro de 2025

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretor- Superintendente do Serviço Municipal de Saúde-SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA SANTOS
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:B2CB6D97

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 226, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria 3341/2024 de 17/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 248.000,00 (Duzentos e quarenta e oito mil reais) destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.306.0000.0.000. Alimentação e Nutrição
05.020.12.306.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.306.0005.2.030. Manutenção de merenda Escolar
- 3.0.00.00.00.00 01107 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01107 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01107 APLICAÇÕES DIRETAS
116 - 3.3.90.32.00.00 01107 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA 63.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.030.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão de Pessoas
10.030.04.000.0000.0.000. Administração
10.030.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.030.04.122.0002.0.000. Apoio Administrativo
10.030.04.122.0002.2.078. Manutenção da CIPA
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
509 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 185.000,00

Total Suplementação: 248.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FAZENDA
04.040.00.000.0000.0.000. Divisão de Vigilância Sanitária
04.040.10.000.0000.0.000. Saúde
04.040.10.304.0000.0.000. Vigilância Sanitária
04.040.10.304.0008.0.000. Vigilância em saúde
04.040.10.304.0008.2.025. Manutenção dos serviços de Vigilancia Sanitaria
- 4.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 01000 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
92 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.361.0000.0.000. Ensino Fundamental
05.020.12.361.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.361.0005.2.035. Manutenção do ensino fundamental
- 3.0.00.00.00.00 01107 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01107 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01107 APLICAÇÕES DIRETAS
140 - 3.3.90.39.00.00 01107 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.365.0000.0.000. Educação Infantil
05.020.12.365.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.365.0005.2.037. Manutenção do Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Fernandes
- 3.0.00.00.00.00 01107 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01107 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01107 APLICAÇÕES DIRETAS
173 - 3.3.90.32.00.00 01107 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA 48.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação

05.020.12.365.0000.0.000. Educação Infantil
05.020.12.365.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.365.0005.2.037. Manutenção do Centro de Educação Infantil Maria de Lourdes Fernandes
- 3.0.00.00.00.00 01107 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01107 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01107 APLICAÇÕES DIRETAS
177 - 3.3.90.39.00.00 01107 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS
07.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Serviços Rodovários
07.020.26.000.0000.0.000. Transporte
07.020.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário
07.020.26.782.0012.0.000. Melhoramento e ampliação da infraestrutura urbana
07.020.26.782.0012.2.055. Manutenção dos serviços do Rodoviario Municipal
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
313 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 60.000,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS
07.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Serviços Rodovários
07.020.26.000.0000.0.000. Transporte
07.020.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário
07.020.26.782.0012.0.000. Melhoramento e ampliação da infraestrutura urbana
07.020.26.782.0012.2.055. Manutenção dos serviços do Rodoviario Municipal
- 4.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 01000 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
321 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS
07.030.00.000.0000.0.000. Divisão de Infraestrutura
07.030.15.000.0000.0.000. Urbanismo
07.030.15.451.0000.0.000. Infra-Estrutura Urbana
07.030.15.451.0021.0.000. Moradia com dignidade
07.030.15.451.0021.6.229. Construção Casas Populares
- 4.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 01000 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
331 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 45.000,00
Total Redução: 248.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 12 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:D0F953A8

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 321/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 321/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: JOSE DANILO RAFAELI DADA ME.
OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PORTÕES METÁLICOS PARA A ESCOLA MARIA GOMES TEIXEIRA.**
VALOR: 6.000,00(SEIS MIL REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 12 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:180D6F6C

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 322/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 322/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: 1200 AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.
OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE ALGODÃO DOCE PARA AS ESCOLAS.**
VALOR: 7.992,75(SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 12 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:73C1AC46

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 149/2025

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: ADRIANO DE OLIVEIRA CAMILO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n. º 26.326.990/0001-46.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBO EM FERRO GALVANIZADO PARA SUSBSTITUIÇÃO NO POÇO DA ÁREA DE LAZER.

VALOR: R$ 1.759,98 (um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).
EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 11 de novembro de 2025.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:BAD554CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 087/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso à informação pública, e Lei Municipal nº 896, de 28 de outubro de 2016, que cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração Pública Municipal de Sulina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação),

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Sulina, o direito de acesso à informação previsto na Lei Federal nº 12.527/2011, garantindo a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações públicas sob guarda do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O acesso à informação será assegurado mediante procedimentos objetivos e transparentes, observando-se os princípios da publicidade, eficiência, legalidade e impessoalidade.

Art. 3º A Ouvidoria Municipal é designada como a unidade responsável pela execução, coordenação e controle das atividades relativas ao acesso à informação e pela gestão do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), físico ou digital.

§1º Ficam definidas as atribuições da Ouvidoria/e-SIC:

Receber pedidos de informação — seja presencialmente, por e-mail ou via sistema eletrônico.

Registrar todos os pedidos em protocolo próprio, garantindo rastreabilidade.

Orientar o cidadão sobre:

Como formular o pedido corretamente;

Quais informações são públicas;

Órgãos ou entidades competentes.

Encaminhar o pedido ao setor responsável quando a informação não estiver disponível de imediato.

Acompanhar os prazos legais (20 dias prorrogáveis por 10) e cobrar retorno dos setores internos.

Responder ao cidadão com a informação solicitada ou justificar eventual negativa.

Gerar relatórios periódicos de atendimentos, prazos, negativas e recursos.

Promover transparência ativa, atualizando periodicamente as informações públicas no portal da prefeitura.

Manter arquivos e registros dos pedidos, respostas e recursos (preservação por, no mínimo, 5 anos)

CAPÍTULO II – DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Art. 4º O cidadão poderá solicitar informações pelos seguintes canais: presencialmente, junto à Ouvidoria ou protocolo geral; por telefone, e-mail institucional ou correspondência; ou por meio eletrônico, via e-SIC ou formulário digital disponível no portal oficial do Município.

§1º Horário de atendimento para casos de pedidos presenciais, por telefone, e-mail ou correspondência será das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, em dias úteis.

Art. 5º O pedido de informação deverá conter: identificação do solicitante, salvo nos casos de pedido anônimo; especificação da informação desejada; e indicação do canal para recebimento da resposta.

Art. 6º Recebido o pedido, será gerado número de protocolo único, que permitirá o acompanhamento do andamento da solicitação.

§1º Pedidos presenciais deverão utilizar o Formulário Padrão conforme Anexo II deste decreto.

CAPÍTULO III – DO TRATAMENTO E PRAZOS

Art. 7º As informações disponíveis imediatamente serão fornecidas no ato da solicitação.

§1º Quando a informação não puder ser disponibilizada de imediato, a resposta deverá ser dada no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

CAPÍTULO IV – DAS HIPÓTESES DE NEGATIVA E RECURSO

Art. 8º O acesso à informação poderá ser negado quando o pedido envolver dados pessoais protegidos por sigilo, informação classificada como sigilosa, ou exigir trabalhos adicionais de análise ou consolidação de dados.

Art. 9º Em caso de negativa total ou parcial, o cidadão será informado por escrito, com indicação do motivo e da autoridade responsável.

Art. 10. O solicitante poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser julgado por autoridade hierarquicamente superior a quem emitiu a resposta inicial, com prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V – DAS RESPONSABILIDADES E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 11. Os órgãos municipais deverão manter, em seus sítios oficiais na internet, seção específica denominada 'Transparência', contendo informações de interesse coletivo ou geral, como estrutura organizacional, despesas, receitas, contratos e relatórios.

Art. 12. Cada órgão municipal deverá designar um Servidor Responsável pelo Acesso à Informação (SRAI), que atuará como ponto focal junto à Ouvidoria Municipal.

CAPÍTULO VI – DO FLUXO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Art. 13. O procedimento para atendimento ao cidadão, no âmbito da Prefeitura de Sulina, seguirá o Fluxo de Atendimento da Lei de Acesso à Informação, constante no Anexo I deste Decreto.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Ouvidoria Municipal, com base nos princípios da transparência e do interesse público.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

Registre-se e Publique-se

Em 12/11/2025

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 13/11/2025, EDIÇÃO _____, PÁGINA _____ DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ
PUBLICADO EM 13/11/2025, EDIÇÃO _____, PÁGINA _____ DO JORNAL DIÁRIO DE BELTRÃO

ANEXO I – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

ANEXO II – FORMULÁRIO PADRÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA – ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)
FORMULÁRIO DE PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação)

1. DADOS DO SOLICITANTE
Nome completo:
Documento (CPF/CNPJ):
Endereço completo:
Bairro:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Deseja manter anonimato? ( ) Sim ( ) Não

2. DADOS DO PEDIDO
Tipo de informação solicitada: ( ) Institucional ( ) Financeira ( ) Licitações ( ) Obras ( ) Recursos Humanos ( ) Outros: _____
Descrição detalhada do pedido:
Período ou data de referência (se houver):
Forma desejada de recebimento da resposta: ( ) Presencial ( ) E-mail ( ) Correio ( ) Outro: _____
Deseja cópia de documentos? ( ) Sim ( ) Não
Caso "Sim", autoriza cobrança de custos de reprodução (conforme tabela municipal)?
( ) Sim ( ) Não

3. USO INTERNO DO SIC (Preenchimento pela Prefeitura)
Nº do protocolo:
Data do recebimento:
Forma de recebimento: ( ) Presencial ( ) Eletrônico ( ) Correio
Setor/Órgão responsável:
Prazo inicial para resposta:
Prazo prorrogado até (se aplicável):
Data da resposta:
Situação final: ( ) Respondido ( ) Indeferido ( ) Encaminhado ( ) Em recurso
Responsável pelo atendimento:
Assinatura:

4. OBSERVAÇÕES (USO DO SETOR RESPONSÁVEL)
_____

5. INFORMAÇÕES LEGAIS
- Resposta em até 20 dias, prorrogáveis por 10 dias, mediante justificativa (art. 11, §2º da Lei nº 12.527/2011).
- Em caso de negativa ou não atendimento, o solicitante pode apresentar recurso no prazo de 10 dias a contar da ciência da resposta.

Endereço do SIC:
Prefeitura Municipal de Sulina-PR
Rua Tupinambá nº 68 – Centro – CEP 85565-000 – Sulina/PR
Telefone: 46 8803-2134
E-mail: prefeitura@sulina.pr.gov.br

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:120169F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009/2025 – SME

Dispõe sobre a fixação de parâmetros numéricos de estudantes por turma na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Sulina-PR.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando:
A Constituição Federal de 1988, art. 205 e seguintes;
A Lei Federal nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990;
A **Deliberação CEE/PR nº 06/2025**, que estabelece normas complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino, em especial os parâmetros de atendimento por faixa etária;
A Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
O Plano Municipal de Educação;
A necessidade de assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem, garantindo a qualidade social da educação pública municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam instituídos parâmetros numéricos para a formação de turmas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da Rede Municipal de Ensino de Sulina-PR.
Art. 2º – Educação Infantil (CMEIs): Os limites de crianças por educador deverão observar os seguintes parâmetros:
Crianças de **0 a 1 ano**: até **5 crianças por educador**;
Crianças de **1 a 2 anos**: até **8 crianças por educador**;
Crianças de **2 a 3 anos**: até **12 crianças por educador**;
Crianças de **3 a 4 anos**: até **18 crianças por educador**;
Crianças de **4 a 5 anos**: até **20 crianças por educador**.
Art. 3º – Ensino Fundamental (anos iniciais): Os limites máximos de estudantes por turma ficam assim definidos:
1º e 2º anos: até 20 estudantes;
3º, 4º e 5º anos: até 25 estudantes.
Art. 4º – Exceções
I – Nos casos de matrícula de estudantes transferidos no decorrer do ano letivo, quando o limite máximo de alunos já estiver atingido, a instituição de ensino poderá efetivar a matrícula, desde que:
Seja realizado registro formal no Sistema de Registro Escolar e em ata própria;
Haja justificativa documentada pela direção escolar, encaminhada à Secretaria Municipal de Educação;
A situação seja monitorada de modo a garantir que a qualidade pedagógica não seja comprometida.
II – As exceções previstas não poderão ser utilizadas como regra de organização de turmas, devendo sempre ser tratadas como situações excepcionais.
Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano letivo de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Sulina – PR, 22 de outubro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:D06EE99E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2025 – SME

Dispõe sobre a atuação da equipe multiprofissional composta por profissionais de psicologia e serviço social, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, em conformidade com a Lei Federal nº 13.935/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE SULINA, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;
CONSIDERANDO a necessidade de promover o acolhimento, a inclusão e a permanência dos estudantes na escola;
CONSIDERANDO a importância do trabalho intersetorial para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e educacionais no ambiente escolar;
CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto à constituição e funcionamento das equipes multiprofissionais no âmbito das Secretarias Municipais de Educação;
CONSIDERANDO a demanda crescente das unidades escolares por suporte psicossocial especializado, voltado à promoção da saúde mental, da convivência e do desenvolvimento integral dos estudantes;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de SULINA, composta por profissionais de psicologia e serviço social, com o objetivo de desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, nos termos da Lei Federal nº 13.935/2019.

Art. 3º São atribuições da Equipe Multiprofissional:
Apoiar as unidades escolares na identificação e encaminhamento de situações de vulnerabilidade social;
Desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde mental e da convivência escolar;

Orientar as equipes escolares quanto aos fatores psicossociais que influenciam o rendimento e permanência escolar;
Participar do planejamento de ações pedagógicas e socioeducativas;
Realizar atendimentos técnicos, visitas, escutas e articulações intersetoriais com a rede de proteção;
Promover a integração entre escola, família e comunidade;
Elaborar relatórios e registros das ações desenvolvidas.
Art. 4º A equipe multiprofissional atuará de forma articulada com a gestão escolar, os profissionais da educação e as demais políticas públicas, respeitando os princípios da intersetorialidade e da proteção integral.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação garantir as condições necessárias para o funcionamento da equipe, inclusive com a alocação de profissionais conforme a demanda identificada na rede de ensino.
Art. 6º Os atendimentos e ações deverão ser registrados em instrumentos formais e utilizados para o planejamento da política educacional e para devolutivas às unidades escolares.
Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sulina – PR, 22 de outubro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:BD8ADE0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011/2025 - SME

Institui a Equipe de Assessoramento Pedagógico e regulamenta o apoio multiprofissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Sulina/PR.

A Secretaria **Municipal de Educação de Sulina,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com a Lei nº 13.935/2019, e considerando a necessidade de fortalecer a gestão pedagógica e o apoio multiprofissional na Rede Municipal de Ensino,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a **Equipe de Assessoramento Pedagógico**, formalmente constituída para apoiar as escolas municipais no acompanhamento pedagógico, na gestão escolar e na melhoria dos resultados de aprendizagem.
Art. 2º A Equipe de Assessoramento Pedagógico será composta por profissionais da educação, com formação e experiência compatíveis com suas funções, observada a proporção mínima de:
1 (um) profissional para cada escolas da Rede Municipal de Ensino; ou
1 (um) profissional para cada 200 (duzentos) estudantes matriculados na Educação Básica, adotando-se o critério que demandar o maior número de profissionais.
Art. 3º Compete à Equipe de Assessoramento Pedagógico:
acompanhar e analisar os resultados de aprendizagem dos estudantes;
apoiar a implementação do currículo e dos projetos pedagógicos das unidades escolares;
orientar pedagogicamente docentes e equipes diretivas das escolas
planejar e executar ações de formação continuada para os profissionais da educação;
elaborar, acompanhar e avaliar instrumentos e estratégias de gestão pedagógica;
promover o uso de dados educacionais na definição de metas e estratégias de ensino;
Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar a Equipe de Assessoramento Pedagógico, abrangendo todas as escolas da rede municipal, de forma a garantir o mínimo de **1 (uma) visita quinzenal** em cada unidade escolar, independentemente do porte ou localização.
Art. 5º Ficam instituídas, também, as **Equipes Multiprofissionais de Apoio Educacional**, compostas por profissionais de diferentes áreas, entre os quais **psicólogos**, em conformidade com a Lei nº 13.935/2019, com a finalidade de desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.
§1º – A equipe multiprofissional será vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e atuará em articulação com as escolas, respeitando suas especificidades.
§2º – A presença de, pelo menos, **um psicólogo** formalmente vinculado à Secretaria é requisito mínimo para a atuação das equipes multiprofissionais.
§3º – As atribuições da equipe multiprofissional incluem:
apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes;
prevenção e enfrentamento de dificuldades de aprendizagem;
promoção de ações socioemocionais e de inclusão educacional;
suporte técnico às equipes pedagógicas e docentes.
Art. 6º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sulina, 22 de outubro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:DCDE9AA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2025 – SME

Estabelece diretrizes para o fortalecimento da participação familiar nas Escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Sulina no uso de suas atribuições legais e **considerando:**

• Os princípios da gestão democrática e participativa previstos na LDB (Lei nº 9.394/1996);
• A importância da parceria entre escola, família e comunidade para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes;

RESOLVE:
Art. 1º Instituir, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR, ações sistemáticas de fortalecimento da participação das famílias nas Escolas e CMEIs, com base no Documento Orientador e Nota Técnica emitidos por esta Secretaria.
Art. 2º As unidades escolares deverão implementar práticas contínuas que promovam:

• Comunicação acessível e humanizada com as famílias;
• Ambiência acolhedora nas dependências escolares e em eventos;
• Realização de reuniões pedagógicas participativas;
• Promoção de eventos culturais, pedagógicos e comemorativos com a presença das famílias;
• Execução de projetos e ações específicas para o engajamento familiar;
• Estímulo à participação das famílias nos Conselhos Escolares, APMs e comissões escolares.

Art. 3º As Escolas e CMEIs deverão:

• Manter registros das ações realizadas com a participação das famílias, utilizando atas, listas de presença, relatórios descritivos, registros fotográficos e/ou planilhas;
• Preencher o Relatório de Monitoramento da Participação Familiar, conforme modelo padronizado fornecido pela SME;
• Informar no relatório a porcentagem aproximada de participação das famílias em cada evento ou no período trimestral e arquiva-los na Unidade Escolar.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte oferecerá suporte técnico, materiais de apoio e formação continuada às equipes gestoras, visando a implementação das ações previstas nesta Instrução Normativa.
Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, devendo orientar as ações escolares a partir do ano letivo de 2026.

Sulina – PR, 22 de outubro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:7B9E8FE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2025

Dispõe sobre o controle de frequência, registro de ausências e o Programa de Incentivo à Assiduidade dos profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SULINA – PR, no uso de suas atribuições legais, e:
CONSIDERANDO a importância de garantir a regularidade e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o cumprimento integral da carga horária letiva e do calendário escolar, em benefício dos estudantes;
CONSIDERANDO a valorização dos profissionais da educação e o reconhecimento da assiduidade como fator essencial para a excelência do serviço público educacional;
CONSIDERANDO as diretrizes e requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) para o monitoramento do absenteísmo docente;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para o controle de frequência, registro de ausências e a instituição do Programa de Incentivo à Assiduidade dos profissionais do magistério em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR.
CAPÍTULO I – DO CONTROLE E REGISTRO DA JORNADA DE TRABALHO
Art. 2º As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão controlar e registrar a jornada de trabalho de todos os professores por meio de sistema de ponto eletrônico.
§ 1º O sistema de ponto eletrônico deverá estar em pleno funcionamento em todas as unidades escolares, registrando de forma fidedigna os horários de entrada, saída e intervalos dos docentes.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes será responsável por prover e manter a infraestrutura necessária para o funcionamento do sistema de ponto eletrônico.
Art. 3º As unidades escolares deverão registrar em sistema informatizado o histórico de faltas dos professores e os respectivos motivos.
§ 1º O sistema informatizado deverá conter, no mínimo, os seguintes motivos para as faltas: atestados médicos (com a especificação da doença, quando aplicável e permitido por lei), licenças (maternidade, paternidade, para tratamento de saúde, etc.), faltas justificadas e faltas injustificadas.
§ 2º Os dados registrados deverão ser mantidos atualizados e estar disponíveis para análise da gestão escolar e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a qualquer tempo.
CAPÍTULO II – DO SUPRIMENTO DAS AUSÊNCIAS DOCENTES
Art. 4º As ausências dos professores deverão ser sanadas de modo a assegurar o cumprimento integral do calendário letivo e a não interrupção do processo pedagógico.
§ 1º Todas as ausências docentes, sejam elas pontuais ou prolongadas, deverão ser supridas por meio de substituições adequadas, priorizando a continuidade pedagógica e a qualidade do ensino.
§ 2º A gestão escolar deverá possuir registros que comprovem a adoção de providências para reposição de aulas ou substituição de professores em caso de faltas, especialmente as prolongadas, garantindo que não haja prejuízo à carga horária anual prevista no calendário letivo.
§ 3º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em conjunto com as unidades escolares, definirá os procedimentos e a alocação de recursos humanos para o suprimento das ausências, incluindo a possibilidade de contratação temporária ou remanejamento de pessoal, em conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO III – DO PROGRAMA DE INCENTIVO À ASSIDUIDADE DOCENTE
Art. 5º Fica instituído o Programa de Incentivo à Assiduidade dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR, com o objetivo de reconhecer e valorizar a dedicação e o compromisso dos docentes com a regularidade de sua jornada de trabalho.
Art. 6º O incentivo à assiduidade poderá ser de natureza financeira ou não financeira, conforme as possibilidades e a discricionariedade da Administração Municipal, e será concedido anualmente.
§ 1º Como incentivo não financeiro, poderá ser concedido:
a) Reconhecimento formal por meio de certificados de mérito ou menções honrosas.
b) Priorização para participação em cursos de formação continuada, seminários ou eventos educacionais.
c) Concessão de Vale Alimentação desde que atendido o regulamentado pelas Leis Municipais nº 1013/2019 e 1196/2025.
Art. 7º O critério para a concessão do incentivo à assiduidade estará diretamente vinculado aos registros formais de frequência e ausências dos professores, conforme o sistema de ponto eletrônico e o sistema informatizado de faltas.
§ 1º Para fazer jus ao incentivo, o professor deverá apresentar um limite máximo de 0 (zero) faltas injustificadas no período de referência (ano letivo).
§ 2º Serão consideradas para o cálculo da assiduidade todas as ausências, exceto aquelas decorrentes de licenças previstas em lei (maternidade, paternidade, tratamento de saúde com atestado médico válido e homologado, licença-prêmio, férias e convocações oficiais).
§ 3º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes publicará, anualmente, os parâmetros detalhados para a concessão do incentivo, incluindo o período de referência, os tipos de ausência consideradas e os critérios de desempate, se houver.
CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Instrução Normativa serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sulina – PR, 10 de novembro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:0B517868

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 014/2025 – SME

Estabelece procedimentos para a identificação, registro e efetivação de matrícula de crianças em idade escolar obrigatória que se encontram fora da escola, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sulina – PR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SULINA – PR, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, e:

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o direito à educação como dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), em especial seus artigos 53 e 54, que garantem à criança e ao adolescente o direito à educação e o dever do Estado de assegurar o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), em particular o Art. 4º, inciso I, que estabelece o dever do Estado com a educação escolar pública, garantindo a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes e procedimentos claros para a busca ativa escolar, visando à universalização do acesso e da permanência na educação básica;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sulina– PR, o Processo de Identificação e Efetivação de Matrícula de Crianças em Idade Escolar Obrigatória que se encontram fora da escola.
Art. 2º O presente processo tem como objetivo primordial garantir o acesso à educação de crianças e adolescentes com idade a partir dos 4 (quatro) anos, residentes no Município de Sulina, por meio de ações coordenadas de busca ativa, registro, encaminhamento e efetivação de matrícula na Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º As ações a serem executadas para o cumprimento do objetivo desta Portaria incluem:

• Levantamento periódico de dados e articulação intersetorial para identificar crianças fora da escola.
• Realização de busca ativa na comunidade, com contato direto e acolhimento das famílias.
• Orientação e sensibilização das famílias e responsáveis sobre a importância da educação e os procedimentos para a efetivação da matrícula.
• Encaminhamento imediato para matrícula em unidade escolar com vaga disponível, considerando a proximidade da residência e as necessidades educacionais do estudante.
• Monitoramento dos casos identificados, desde o contato inicial até a confirmação da efetivação e permanência da matrícula.

Art. 4º A periodicidade das ações descritas no Art. 3º observará o seguinte:

• Anualmente, de forma prioritária, antes do período oficial de matrículas e rematrículas da Rede Municipal de Ensino.
• De forma contínua, durante todo o ano letivo, para atender a novos casos de crianças e adolescentes identificados em situação de fora da escola.

Art. 5º São responsáveis pela execução das ações previstas nesta Portaria:
Secretaria Municipal de Educação (SME):
Planejar, coordenar e supervisionar todas as ações de busca ativa escolar.
Consolidar e analisar os dados levantados, gerando relatórios periódicos.
Promover a articulação intersetorial com o Conselho Tutelar, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Saúde, entre outros órgãos e instituições parceiras.
II – Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal:
Divulgar localmente as ações de busca ativa e a importância da matrícula.
Contatar as famílias e responsáveis dos casos encaminhados ou identificados em sua área de abrangência.
Manter atualizados os dados no sistema de matrícula (SERE ou equivalente), registrando o status de cada caso.
III – Profissionais de Educação (Coordenadores, Orientadores, Professores e Equipe de Apoio):
Apoiar na identificação e no registro de crianças e adolescentes fora da escola.
Acolher e orientar as famílias e os estudantes, facilitando o processo de matrícula e integração à escola.
Art. 6º Serão utilizados os seguintes instrumentos de registro e encaminhamento:

• Formulário de Busca Ativa padronizado, para coleta de informações detalhadas dos casos.
• Relatórios regulares, a serem enviados à Secretaria Municipal de Educação, contendo o status das ações e os resultados alcançados.
• Sistema de Matrícula oficial do Município (SERE), para registro e acompanhamento das matrículas efetivadas.
• Comunicação formal ao Conselho Tutelar nos casos de recusa de matrícula por parte dos pais ou responsáveis, ou em situações de identificação de evasão escolar.

Art. 7º O encaminhamento e acompanhamento dos casos seguirão os seguintes procedimentos:

• A Secretaria Municipal de Educação providenciará a matrícula imediata do estudante em unidade escolar com vaga disponível, priorizando a proximidade da residência.
• Nos casos em que houver não comparecimento para efetivação da matrícula ou recusa injustificada por parte dos pais ou responsáveis, a unidade escolar deverá notificar formalmente o Conselho Tutelar para as providências cabíveis.
• Todos os casos identificados e encaminhados serão acompanhados pela Secretaria Municipal de Educação e pela unidade escolar até a sua regularização e efetiva permanência no ambiente escolar.

Art. 8º Disposições Finais:

• Esta Instrução Normativa deverá ser amplamente divulgada nas escolas municipais, Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), órgãos parceiros e nos meios de comunicação locais, a fim de garantir o conhecimento público de suas disposições.
• Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta instrução Normativa serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
• Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sulina– PR, 05 de novembro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:A212E1C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 015/2025 – SME

Dispõe sobre a Pactuação de Metas de Desempenho Educacional entre a Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

A **Secretaria Municipal De Educação, Cultura e Esporte de Sulina - PR**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente e com base na necessidade de promover uma gestão educacional eficiente e orientada por resultados, considerando:
a importância da definição de metas de aprendizagem como instrumento de melhoria da qualidade da educação;
os princípios da gestão democrática, da corresponsabilidade e da equidade educacional;
a necessidade de formalizar o acompanhamento das metas educacionais pactuadas com cada unidade escolar.

RESOLVE:
Art. 1º – Do Objeto
Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para a pactuação, acompanhamento e monitoramento de metas de desempenho educacional entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e

Esporte e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sulina - PR.

Art. 2º – Das Finalidades
Promover a melhoria contínua da aprendizagem dos estudantes;
Estabelecer metas claras, realistas e mensuráveis com base em indicadores educacionais;
Fortalecer a corresponsabilidade entre SME e escolas na promoção da qualidade educacional;
Garantir o monitoramento sistemático das ações pedagógicas com foco nos resultados de aprendizagem.

Art. 3º – Dos Indicadores Utilizados
As metas serão definidas com base em indicadores como:
Resultados das avaliações externas (SAEB, IDEB, Prova Paraná, Prova Paraná Mais, Fluência Leitora);
Avaliações internas das escolas;
Frequência escolar, distorção idade-série e taxas de participação nas avaliações;
Relatórios e planilhas do Sistema FTD.

Art. 4º – Da Pactuação das Metas
A pactuação será formalizada por meio de Termo de Pactuação de Metas assinado pela SME e pela equipe gestora da escola, conforme modelo oficial fornecido pela Secretaria.

Art. 5º – Do Monitoramento
O acompanhamento das metas será realizado por meio de:
Reuniões trimestrais entre SME e equipes escolares;
Visitas técnicas promovidas pela SME;
Análise dos dados pedagógicos disponíveis nos sistemas utilizados pela rede.
Art. 6º – Das Disposições Finais
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser amplamente divulgada às equipes escolares da Rede Municipal de Ensino.

Sulina, 22, de outubro de 2025.

CLECILDE FABIANE
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Port. 091/23 de 03/07/23

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:29F64066

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
RESOLUÇÃO Nº 01/2025

Súmula: Apreciação e Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Repasse Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo.

O CMDI de Sulina, no uso de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada na data de 11/11/2025.

RESOLVE:
Art.º Apreciação e Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Repasse Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo, no valor de R$: 30,000.00.
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sulina, Pr. 11 de novembro de 2025.

SIRLEI MINUZZI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:6F016EC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
RESOLUÇÃO Nº 05/2025

Súmula: Apreciação e Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS – 2026.

O CMAS de Sulina, no uso de suas atribuições legais, em reunião extraordinária realizada na data de 11/11/2025.
RESOLVE
Art.º 1º - Apreciar e Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS – 2026, no valor de R$ 75,000.00.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sulina, Pr. 11 de novembro de 2025.

SIRLEI MINUZZI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:423A8109

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **03/12/2025**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo menor preço POR ITEM**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO, PANTOGRÁFICA, DE SETE LINHAS E UMA CARRETA AGRÍCOLA"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 13/11/2025 até dia 03/12/2025 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/12/2025, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com.

Sulina, 12 de novembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:53C66EC4

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2025

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **04/12/2025**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo menor preço POR ITEM**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO SEXADO PARA FÊMEA"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 13/11/2025 até dia 04/12/2025 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/12/2025, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br.
Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação.

Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com.

Sulina, 12 de novembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:BDD36D2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 23/2025

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 18/11/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada em Locação de Plataforma Completa de Transmissão ao vivo, destinada à cobertura ao vivo em áudio e vídeo das sessões realizadas por esta Câmara Municipal (ordinárias, extraordinárias, solenes, comemorativas e especiais), das audiências públicas e reuniões de comissões, sejam elas permanentes, temporárias ou especiais, que faça locação dos equipamentos necessários e dê assistência presencial ou remota, quando necessário, aos servidores que operarão tais equipamentos.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 12 de novembro de 2025.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:DB748E19

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 67, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Concessão de diárias para os fins que especifica.

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023,

RESOLVE:
Art. 1.º Autorizar e conceder 01 diária sem pernoite no valor total de R$271,63 (duzentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), ao Vereador Rafael de Mello, devido a viagem a ser empreendida na data de 12 de novembro de 2025 e retorno no mesmo dia, tendo como origem o Município de Teixeira Soares e destino o Município de Curitiba/Paraná, para participação de reunião na Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, a fim de tratar sobre as obras no Hospital do Município, mediante comprovações legais.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:7DBBC100

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 68, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Concessão de diárias para os fins que especifica.

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Autorizar e conceder 01 (uma) diária sem pernoite no valor de R$271,63 (duzentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), para cada um dos seguintes Vereadores:
I – Paulo Germano Wagner;
II – Ricardo Vieira Guimarães.
Art. 2.º A diária intenta custear viagem a ser empreendida na data de 13 de novembro de 2025 e retorno na mesma data, tendo como origem o Município de Teixeira Soares e destino o Município de Curitiba/Paraná, para participar de reunião no gabinete do Deputado Alexandre Curi, a fim de solicitar emendas parlamentares para o Município, mediante comprovações legais.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:9CBD5D3B

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO 19/2025 - CMAS

RESOLUÇÃO N.º 19/2025

SÚMULA: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação, ao Cofinanciamento Estadual, no valor R$ 115.000,00 referente ao Piso Único de Assistência Social

A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Teixeira Soares – PR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 1859/2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Termo de Adesão, ao Cofinanciamento Estadual, no valor R$ 115.000,00 referente ao Piso Único de Assistência Social, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do CEAS/PR. Conforme Ata número 12/2025 da reunião ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025.

Artigo 2º - Aprovar o Plano de Ação, ao Cofinanciamento Estadual, no valor R$ 115.000,00 referente ao Piso Único de Assistência Social, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do CEAS/PR. Conforme Ata número 12/2025 da reunião ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 11 de novembro de 2025.

ALINE BUENO MAROCHI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mariana Alves Conde
Código Identificador:9531468D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 400/2025
REF: PREGÃO N° 112/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ nº nº 54.388.779/0001-93, com sede Maringá, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JHONATAN CANDIDO DE SOUZA, CPF: 064.550.599-48, carteira de Identidade nº 98511318.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMULAS INFANTIL, LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES.,

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 122.467,00 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais) , valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 05 de novembro de 2025, com vencimento até 05 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 05 de novembro de 2025..

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:3A51C318

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 410/2025
REF: PREGÃO N° 124/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ANDHEUS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, CNPJ nº nº 54.051.187/0001-81, com sede Curitiba, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANDRE LUIZ VARGAS DE OLIVEIRA, CPF: 053.920.369-61, carteira de Identidade nº 94282284.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO DE BORRACHA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.,

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 81.960,48 (oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos) , valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 12 de novembro de 2025, com vencimento até 12 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 12 de novembro de 2025..

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CEDFFF95

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 398/2025-PMTB

CONTRATANTE: Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com sede à Rua Presidente Tancredo Neves, 240 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Valter Peres, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF nº 534.948.579-20, e

CONTRATADA: J ARAUJO ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 35.561.928/0001-20.

OBJETO: Construção de Praça contendo: chafariz, elemento urbanístico em concreto armado, espelho d'agua, mobiliário urbano.

VALOR: R$ 330.647,29 (trezentos e trinta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de novembro de 2025.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:FD68D5CC

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 124/2025

Licitação Modalidade: **Pregão No 124/2025**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO DE BORRACHA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) ANDHEUS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS inscrito no CNPJ/CPF Nº 54.051.187/0001-81 no valor total dos itens vencidos de R$ 81.960,48 (oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos).

Terra Boa, 12 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:57CCEF82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 140/2025.
Processo nº 228/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares atender as necessidades do Hospital Municipal Cristo Redentor., destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 14:00min do dia 28/11/2025.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 12/11/2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:131753BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 144/2025.
Processo nº 233/2025

OBJETO: Aquisição de tubo corrugado em Polietileno de Alta Densidade PEAD., destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 27/11/2025.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/
O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 12/11/2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:72F6DE52

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA.

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 143/2025.
Processo nº 232/2025

OBJETO: Registro de preço para formula alimentar, destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 14:00min do dia 28/11/2025.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/
O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 12/11/2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:0075E51B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 422/2025

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: PHS SERVIÇOS AMBIENTAIS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **60.827.653/0001-70**.

DOMICÍLIO: AVENIDA NEY BRAGA, 675 - CEP: 87160626 - BAIRRO: JARDIM PALMARES, Mandaguaçu/PR.

OBJETO: Registro de preço para extração de tocos em vias públicas e espaços públicos do Município de Terra Rica-pr. e Adhemar de Barros., Pregão N° 121/2025, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 06/11/2025.

VALOR TOTAL: R$ **58.800,00 (Cinquenta e Oito Mil e Oitocentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, seis dias de novembro de 2025

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

PHS Serviços Ambientais
PIETRO HENRIQUES MARQUES DE SOUZA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:FBE2DF21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 428/2025

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: A N ASSMANN CLIMATIZAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **45.782.493/0001-05**.

DOMICÍLIO: BRANDINA CAMERA, 130 - CEP: 85790000 - BAIRRO: ECOVILLE, Capitão Leônidas Marques/PR.

OBJETO: Aquisição de climatizador e coifa para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, do Pregão 130/2025, ratificado pelo CONTRATANTE em 11/11/2025.

VALOR TOTAL: R$ **13.799,99 (Treze Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 11/11/2025(onze dias de novembro de 2025).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

A N Assmann Climatização
ANDERSON NOSKOSKI ASSMANN
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:2FC43E84

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 700/2025

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ANDREIA CAFFACIO SANDES, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a pedido, a servidora pública municipal Sra**. ANDREIA CAFFACIO SANDES**, matrícula nº 20202200, do cargo em comissão de **ASSESSORA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir do dia 12 de Novembro de 2025.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. (12/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D2657CCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2025

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2025

01 – Das Partes:

MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81.

APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 80.614.241/0001-60.

02 – Do Objeto:

Fomentar as atividades desenvolvidas pela **APAE**, mediante repasse único com recursos do município para pagamento das despesas com a manutenção da entidade.

03 – Do valor:

O valor global dos repasses correspondera à R$ 67.547,95 (sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), em parcela única, que poderá sofrer alterações de conformidade com a capacidade financeira e respectiva dotação orçamentária do município, para o exercício de 2025.

04 – Da Vigência:

A vigência do presente convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2026, podendo ser prorrogado através de aditamento.

05 – Do Foro:

Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro.

Terra Rica, 12 de novembro de 2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

AGUINALDO S. LACERDA RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:7D6BB3E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 390/2025

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR IGOR FERNANDO ZACARIAS DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **IGOR FERNANDO ZACARIAS DOS SANTOS,** matrícula Nº 12166, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 10/06/2022 a 09/06/2023, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **13/11/2025 a 02/12/2025.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (12/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:4ADDCBCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17024/2025

PORTARIA N.º 17024/2025
IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 18931/2025 em 12/11/2025

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora, Denise Cavalieri, ocupante do cargo de Cuidador, matrícula 175072-00, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 3 (três) meses de licença especial no período de 14/11/2025 a 11/02/2026, conforme o artigo 128 da Lei Municipal nº 086/95.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa,
Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:3EA343CB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17018/2025

PORTARIA Nº 17018/2025

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no artigo 224 da Lei Municipal nº 086/95.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 16714/2025 de 12 de maio de 2025, para apuração dos fatos relatados no Processo Administrativo n° 032/2025, instaurado pela Portaria n° 16901/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:604C44B9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17019/2025

PORTARIA Nº 17019/2025

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no artigo 224 da Lei Municipal nº 086/95.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 16714/2025 de 12 de maio de 2025, para apuração dos fatos relatados no Processo Administrativo n° 030/2025, instaurado pela Portaria n° 16899/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:FDB94A20

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17020/2025

PORTARIA Nº 17020/2025

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no artigo 224 da Lei Municipal nº 086/95.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo e Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 16714/2025 de 12 de maio de 2025, para apuração dos fatos relatados no Processo Administrativo n° 031/2025, instaurado pela Portaria n° 16900/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:10ABFEAB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17021/2025

PORTARIA Nº 17021/2025

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto no artigo 224 da Lei Municipal nº 086/95.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, até o dia 15 de novembro de 2025, o prazo de conclusão do Laudo Circunstanciado da Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 16978/2025 de 13 de outubro de 2025, para a realização da avaliação do imóvel localizado na Av. Presidente Castelo Branco, n° 1607, Centro (antigo Hospital Santa Lidia).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:983D15B7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17022/2025

PORTARIA Nº 17022/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO DE SAÚDE BUSCAL ÂMBITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de organização, planejamento e coordenação das ações e serviços de saúde bucal no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município de Terra Roxa, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente, instituída pelo Ministério da Saúde, que estabelece a ampliação e qualificação do acesso da população às ações e serviços odontológicos, bem como a integração das equipes de saúde bucal às demais equipes multiprofissionais;

CONSIDERANDO a importância de definir formalmente a coordenação responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde bucal, garantindo maior eficiência na gestão e continuidade das ações no território municipal;
RESOLVE:

Art. 1º Fica designado como Coordenadores da Saúde Bucal no âmbito dos serviços públicos de saúde no município de Terra Roxa as seguintes servidoras:

I – Rosemir Alves Nava – Chefe de Saúde Bucal, Matrícula nº 1244060.
II – Aline Morinho Galvagni - Cirurgiã Dentista CRO nº 24.764, Matrícula nº 1222872.

Art. 2º Compete aos responsáveis pela coordenação dos serviços públicos de saúde bucal no município:

I – estabelecer normas técnicas, operacionais e de desempenho para a prestação dos serviços;
II – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados diretamente pelo município ou por terceiros contratados;
III – propor indicadores de desempenho e metas de qualidade, eficiência e satisfação do usuário;
IV – orientar e consolidar os processos de planejamento e avaliação municipal, bem como as análises de resultados e impactos;
V - estimular a realização do processo de planejamento do sistema de saúde do município, incluindo os investimentos em saúde bucal;
VI - propor estratégias de intervenção, metodologias e normas técnicas, conforme as prioridades estabelecidas por meio da análise do perfil epidemiológico;
VII – recomendar medidas corretivas e emitir notificações, relatórios e pareceres técnicos;
VIII – manter canais de atendimento para recebimento de reclamações e manifestações dos usuários;
IX – elaborar relatórios periódicos de avaliação dos serviços e encaminhá-los a(o) Secretário(a) Municipal de Saúde do Município.
X – elaborar e revisar os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) da saúde bucal, bem como promover sua atualização periódica;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa – PR, em 12 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal de Terra Roxa – PR

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:C98792E6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17023/2025

PORTARIA Nº 17023/2025

DESIGNA RESPONSÁVEIS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA ROXA – PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento sistemático da execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, aprovado pela Resolução nº 05/2024, de 24 de abril de 2024, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR, referente ao quadriênio de 2022 a 2025, como instrumento de planejamento estratégico da gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que o monitoramento e a avaliação das ações e resultados da política municipal de saúde constituem instrumentos essenciais para o aprimoramento da gestão, a transparência das informações e a efetividade das políticas públicas de saúde;

CONSIDERANDO, ainda, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.080/1990 e na Lei Complementar nº 141/2012, que tratam do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações de saúde no âmbito do SUS;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo monitoramento e avaliação da execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa – PR, referente ao quadriênio iniciado em 2025:

I – Beatriz **Simoni de Oliveira** – Enfermeira - Matrícula nº 1282263.
II – **Nayra Stelger da Silva** – Agente Administrativo - Matrícula nº 1244353.
III – **Jeferson Zanovelli Nalevaiko** – Responsável Técnico, Clinico e de Serviço em Ambientes Médicos no PAM – Matricula nº 1236172.
IV – Franciele Gonzales Lopes Tanaka – Coordenação Atenção Básica Secretaria Municipal de Saúde – Matrícula nº 175919.
V – Vanessa Betania Marques Palma – Enfermeira – Matrícula nº 34681.
VI – Gefferson Scriptori Andriano – Diretor do Departamento de Endemias - Matrícula nº 54496.
VII – Maiara Pereira dos Santos – Diretor do Departamento de Saúde - Matrícula nº 1280465.

Art. 2º Compete aos responsáveis designados:

I – acompanhar a execução física e financeira das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
II – avaliar periodicamente o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos;
III – elaborar relatórios semestrais de monitoramento e avaliação, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde;
IV – propor medidas de aprimoramento da gestão, correção de desvios e readequação de metas, quando necessário;
V – promover a integração entre os setores técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e os órgãos de controle social, visando ao fortalecimento do planejamento e da transparência na gestão;
VI – subsidiar a elaboração dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG, com base nas informações consolidadas durante o processo de monitoramento.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde prestará o suporte técnico e administrativo necessário ao cumprimento das atividades descritas nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa – PR, em 12 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal de Terra Roxa – PR

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:36CF11B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO ADJUDICAÇÃO PREGÃO 119-2025

Termo de Adjudicação
Processo n°: 188/2025
Licitação n°: 119/2025
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
21.339.301 MICHEL MELLO DA SILVEIRA	32
R$700,00 (setecentos reais)	
V A DE BRITO SOLUCOES ELETRICAS	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66
R$205.613,00 (duzentos e cinco mil e seiscentos e treze reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 11 de novembro de 2025

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FE193FE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5890, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ADRIELE APARECIDA DA ROCHA do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ADRIELE APARECIDA DA ROCHA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 14.131.105-0 SESP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5412, de 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:BC74469D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5891, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ALZIRA FERREIRA DA CRUZ do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ALZIRA FERREIRA DA CRUZ**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 4.529.766-7/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5407, de 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:07264764

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5892, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera AMANDA GABRIELI MORO WALTRICK BRANCO do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **AMANDA GABRIELI MORO WALTRICK BRANCO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 14.139.236-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5667, de 11 de abril de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:04CCAAB5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5893, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera AMANDA VITÓRIA RIBEIRO do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **AMANDA VITÓRIA RIBEIRO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 15.897.613-7/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeada por meio do Decreto nº 5630, de 18 de março de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:AC27006B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5894, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ANTÔNIA NELCI BATISTA BILAU do cargo em comissão de Coordenador II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ANTÔNIA NELCI BATISTA BILAU**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 3/R2.612.670/SSP/SC, do cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, nomeada por meio do Decreto nº 5848, de 05 de setembro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:04ABEFE8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5895, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ANTONIO ARINALDO ROCHA do cargo em comissão de Coordenador II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **ANTONIO ARINALDO ROCHA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 2.211.032-2/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, nomeado por meio do Decreto nº 5617, de 13 de março de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:8AFBD0C4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5896, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ANTÔNIO CLÁUDIO MARTINS do cargo em comissão de Coordenador II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **ANTÔNIO CLÁUDIO MARTINS**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 15.874.160-1/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, nomeado por meio do Decreto nº 5518, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:D0E2C2F1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5897, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera BRUNO RAMOS DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **BRUNO RAMOS DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 12.524.292-8/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, nomeado por meio do Decreto nº 5543, de 12 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:08D7A54D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5898, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera CARLOS SEBASTIÃO ANDRADE do cargo em comissão de Coordenador I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **CARLOS SEBASTIÃO ANDRADE**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 6.429.770-8/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador I, símbolo ACI, nomeado por meio do Decreto nº 5512, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:8E27660A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5899, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera DEYSE MARA BERDUSCO do cargo em comissão de Coordenadora II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **DEYSE MARA BERDUSCO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.718.270-3 SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenadora II, símbolo ACII, nomeada por meio do Decreto nº 5640, de 25 de março de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:CB2CAA63

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5900, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ELIANE FERNANDES DA SILVA do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ELIANE FERNANDES DA SILVA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.222.450-5/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5747, de 04 de junho de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:AC4826B2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5901, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera FRANCIELLY RENATA GOMEZ JUBANSKI GOMES do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **FRANCIELLY RENATA GOMEZ JUBANSKI GOMES**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.958.467-3/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeada por meio do Decreto nº 5443, de 14 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:C6E6ED98

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5902, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera FRANCISCO ANTÔNIO BORGES do cargo em comissão de Coordenador I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **FRANCISCO ANTÔNIO BORGES**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 7.015.863-9/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador I, símbolo ACI, nomeado por meio do Decreto nº 5408, de 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:3A819ECB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5903, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera GIOVANA DE OLIVEIRA DA COSTA do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **GIOVANA DE OLIVEIRA DA COSTA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 14.071.245-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeada por meio do Decreto nº 5666, de 09 de abril de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:1FF41A6E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5904, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JACKELINE PRISCILA DE LIMA do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **JACKELINE PRISCILA DE LIMA**, portadora do CPF - CIN nº 093.***.***-93/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeada por meio do Decreto nº 5673, de 22 de abril de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:37EF7461

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5905, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JOÃO CÉSAR BONIECKI do cargo em comissão de Diretor da Procuradoria Jurídica.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **JOÃO CÉSAR BONIECKI**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 5.211.551-5/SSP/PR, do cargo em comissão de Diretor da Procuradoria Jurídica, símbolo DR, nomeado por meio do Decreto nº 5430, de 13 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:D56D954D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5906, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JOÃO ELÓI DA MAIA do cargo em comissão de Coordenador II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **JOÃO ELÓI DA MAIA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 3.367.428-7/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, nomeado por meio do Decreto nº 5618, de 13 de março de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:8704D79F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5907, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JOICE FERNANDA ALMEIDA do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **JOICE FERNANDA ALMEIDA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 9.148.928-7/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5410, de 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:18DCE8E2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5908, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JORGE LUIZ PEREIRA do cargo em comissão de Coordenação II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **JORGE LUIZ PEREIRA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 4.436.491-3/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenação II, símbolo ACII, nomeado por meio do Decreto nº 5447, de 20 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:B6CD70EC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5909, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera JULIANE SKALECKI NUNES do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **JULIANE SKALECKI NUNES**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 12.479.596-6/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5578, de 26 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:711E1A5A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5910, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera KHADIJA DE BARROS CRUL do cargo em comissão de Coordenador I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **KHADIJA DE BARROS CRUL**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.363.889-5/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador I, símbolo ACI, nomeada por meio do Decreto nº 5513, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:86C86540

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5911, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera LUCAS DA ROCHA FERREIRA do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **LUCAS DA ROCHA FERREIRA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 14.420.257-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeado por meio do Decreto nº 5440, de 14 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:6D828731

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5912, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MARCIA APARECIDA ANDRADE do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **MARCIA APARECIDA ANDRADE**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 7.198.524-5 SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5566, de 19 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:657C12B9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5913, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MÁRCIO AURÉLIO CAMARGO do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **MÁRCIO AURÉLIO CAMARGO**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 4.003.171-5/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeado por meio do Decreto nº 5520, de 10 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:19D21ECD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5914, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MÁRIO DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Coordenador I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **MÁRIO DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 13.833.99-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador I, símbolo ACI, nomeado por meio do Decreto nº 5534, de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:9825935F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5915, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MARIZA LETICIA FLOR do cargo em comissão de Coordenador II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **MARIZA LETICIA FLOR**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 8.377.789-3/SSP/PR, do cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, nomeada por meio do Decreto nº 5439, de 14 de janeiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:F138BD78

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5916, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MIGUEL TITU MAOSKI do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **MIGUEL TITU MAOSKI**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 3.454.462-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeado por meio do Decreto nº 5531, de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:3751F997

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5917, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera MIRIAN ELIS OLIVEIRA MACHADO do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **MIRIAN ELIS OLIVEIRA MACHADO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.488.443-1/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5610, de 13 de março de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:FE11F2DA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5918, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera ROSELI ALVES CORREA RODRIGUES do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ROSELI ALVES CORREA RODRIGUES**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.225.700-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo ASSI, nomeada por meio do Decreto nº 5857, de 19 de setembro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:64F996C7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5919, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera SILVANA NOIMANN DE OLIVEIRA ANTUNES TOLEDO do cargo em comissão de Assessor I.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **SILVANA NOIMANN DE OLIVEIRA ANTUNES TOLEDO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.034.474-6/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeada por meio do Decreto nº 5529, de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:89F0983D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5920, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera VITOR HUGO MORO CRUZ do cargo em comissão de Assessor II.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado **VITOR HUGO MORO CRUZ**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 15.751.828-3 SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor II, símbolo ASSII, nomeado por meio do Decreto nº 5545, de 13 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:6971F730

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5921, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando as leis municipais n° 499/2014, o Decreto n° 2082/2014 e a Portaria n° 17/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica composta a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Enquadramento dos servidores do quadro específico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, na forma que segue:

II – José Alex da Rocha, portador da cédula de identidade com RG n° 10.523.779-0/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, como representante da Secretaria de Administração e Planejamento;
III – Daniel Maia, portador da cédula de identidade com RG n° 9.059.470-2 /SSP/PR, Motorista C, como representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos;
IV – Alexandro Rafael da Silva, portador da cédula de identidade com RG nº 141786318 /SSP/PR. titular do cargo efetivo de Motorista C, como representante dos servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos;
V – Chefe imediato do servidor a ser avaliado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jose Alex da Rocha
Código Identificador:05D418E4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5922, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando as leis municipais n° 499/2014, o Decreto n° 2082/2014 e a Portaria n° 17/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica composta a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Enquadramento dos servidores do quadro específico da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, na forma que segue:
II – José Alex da Rocha, portador da cédula de identidade com RG n° 10.523.779-0/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, como representante da Secretaria de Administração e Planejamento;
III – Paulo Obrzut, portador da cédula de identidade com RG n° 93279280/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Professor, como representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
IV – Tatiele Giovana Chicovis de Oliveira, portadora da cédula de identidade com RG nº 130113010/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Professor, como representante dos servidores da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
V – Chefe imediato do servidor a ser avaliado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jose Alex da Rocha
Código Identificador:02B213C3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do art. 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 284/2025, apresentado por **AZILTON VARGAS CAMARA** (CPF 669.683.809-00), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) em área privada rural, na localidade de Campina do Município de Tijucas do Sul, contendo 3.566,29 m².
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, na modalidade legitimação fundiária, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

Tijucas do Sul (PR), 13de Novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:2CF115CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 479, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Designa os membros da Comissão Processante para análise de possível responsabilização da empresa contratada.

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o Decreto 5760/2025;
CONSIDERANDO que a Comissão Processante é responsável pela apuração de irregularidades identificadas no curso de licitações promovidas pelo Município de Tijucas do Sul-PR e/ou na execução de contratos celebrados com este município;
RESOLVE

Art. 1º Designar os membros da Comissão Processante que serão responsáveis pela análise de possível responsabilização da empresa responsável pela aquisição materiais de enfermagem, e de medicamentos, conforme Memorandos nº 873/2025 e 1015/2025,da Secretaria Municipal de Saúde**.**

- Sônia Gama Ruberti Birskis;
- Isabel Oliveira Stal;
- Eder Fabiano dos Santos;
- Bruno Renan Cruz da Rocha;
- Aleksander Versalli Pereira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:85734B2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO 006 CMDM

RESOLUÇÃO 006/2025

SÚMULA: dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente a repasse do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL

O Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher do Município de Tijucas do Sul Paraná, em reunião extraordinária realizada no dia 04 de novembro de 2025, registrada na Ata 022/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 853 de 01 de novembro de 2022.
Considerando a Deliberação no 015/2025-CEDM/PR que trata de repasses de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM), para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.
Considerando o previsto no Art. 13 da citada deliberação (no015/2025- CEDM/PR), quanto a necessidade de aprovação do aceite por meio do Termo de Adesão, bem como do Plano de Ação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI no Sistema de Acompanhamento do cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

DELIBERA
Art. 1o – aprovar a Adesão e o Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CAPITAL.
Art. 2o – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas do Sul, 04 de novembro de 2025.

ARIADNE CAROLINE NASCIMENTO SARAIVA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Sonia Maria Rocha da Silva
Código Identificador:041F6D77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 03/2025

SÚMULA – Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao recurso Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo Del. 049/2025 FIPAR/PR do município de Tomazina/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI do Município de Tomazina – PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº: 096/2002, revogada pela Lei nº 415/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao recurso Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo Del. 049/2025 FIPAR/PR do município de Tomazina/PR, através de repasse de recursos financeiros por meio do fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Tomazina - Pr, 12 de novembro de 2025.

KELLY TICIANY RICHTER
Presidente do CMDI

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:3AD1C525

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM

RESOLUÇÃO Nº 03/2025

SÚMULA – Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de ação do Repasse de recurso financeiros do Fundo Estadual da mulher destinado a Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - Capital- Deliberação 015/2025 - CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM do Município de Tomazina no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº:586/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de ação do Repasse de recurso financeiros do Fundo Estadual da mulher destinado a Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - Capital- Deliberação 015/2025 - CEDM/PR para o fundo Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Tomazina/PR.

Art. 2° - O Termo tem como objeto a Adesão ao Incentivo para a Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher - CAPITAl de repasse financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR, no âmbito da garantia de direitos das mulheres.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Tomazina - Pr, 12 de novembro de 2025.

JANAINA FERREIRA DA CRUZ SOUZA
Presidente do COMDIM

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:CC0C1885

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 12

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Tomazina - Pr

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

SÚMULA – Aprovar O Termo de Adesão e o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS, em conformidade com a Deliberação n° 59/2023 – CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Tomazina Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 287/2010, de 22 de março de 2010, e;

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 11/11/2025, este Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS, em conformidade com a Deliberação n° 59/2023 – do Conselho Estadual de Assistência Social / CEAS/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Tomazina - Pr, 12 de novembro de 2025.

PAULA CAROLINE GOMES DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:DCB54740

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 416/2025

Designa servidor para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 e dos Decretos Municipais nº 102/2025 e nº 103/2025.

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 102/2025, que regulamenta o acesso à informação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 103/2025, que estabelece o fluxo de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **Luiz Carlos dos Santos**, ocupante do cargo de **Controlador Interno**, para atuar como responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** da Prefeitura Municipal de Tomazina.

Art. 2º Compete ao servidor designado:
I – Receber e registrar os pedidos de acesso à informação;
II – Realizar a triagem e análise preliminar das solicitações;
III – Encaminhar os pedidos às unidades competentes;
IV – Acompanhar os prazos legais de resposta;
V – Prestar informações ao cidadão e orientar quanto ao acesso a documentos e dados públicos;
VI – Coordenar o fluxo de atendimento conforme os Decretos Municipais nº 102/2025 e nº 103/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MEO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:961FA35C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2025

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, realizado em sessão de 22/10/2025, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2025, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor dos licitantes, as empresas:

62.452.943 ELAINE INOCENCIA ZACARIAS DOS REIS – CNPJ: 62.452.943/0001-02 – lote 8 – valor: R$ 2.177,80 (dois mil cento e setenta e sete reais e oitenta centavos);

GJM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – CNPJ: 41.133.385/0001-42- lotes: 1 e 2 – valor: R$ 11.154,96 (onze mil e cento e cinquenta e quatro reais e noventa seis centavos);

TREVENZA SOLUÇÕES LTDA– CNPJ: 58.613.526/0001-27 – lote 9 – valor: R$ 14.919,84 (quatorze mil e novecentos e dezenove reais e oitenta quatro centavos);

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA CALÇADOS - EPP – CNPJ: 00.492.065/0001-00 - lotes: 7 e 13 – valor: R$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais);

LCA IND. COMÉRCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS EIRELI – CNPJ: 46.615.867/0001-52 – lotes 10 e 12 – valor: R$ 9.878,00 (nove mil e oitocentos e setenta e oito reais);

CORMED WINNER LTDA – CNPJ: 52.890.701/0001-47– lote: 6 – valor: R$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais);

CD BACELAR – IBAITI – CNPJ: 32.761.917/0001-03 – lote 3 – valor: R$ 1.919,00 (hum mil e novecentos e dezenove reais);

Valor total do processo R$ 58.309,60 (cinquenta e oito mil e trezentos e nove reais e sessenta centavos)

Vigência: 12/11/2026

Lotes Fracassados: 4, 5 e 11

Junte-se ao procedimento;
Publique-se;
Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2025
Contratado: 62.452.943 ELAINE INOCENCIA ZACARIAS DOS REIS – CNPJ: 62.452.943/0001-02
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ valor: R$ 2.177,80 (dois mil cento e setenta e sete reais e oitenta centavos);

Vigência: 12/11/2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2025
Contratado: GJM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – CNPJ: 41.133.385/0001-42-
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ 11.154,96 (onze mil e cento e cinquenta e quatro reais e noventa seis centavos);

Vigência: 12/11/2026

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2025
Contratado: TREVENZA SOLUÇÕES LTDA– CNPJ: 58.613.526/0001-27
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ 14.919,84 (quatorze mil e novecentos e dezenove reais e oitenta quatro centavos);
Vigência: 12/11/2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2025
Contratado: JOÃO HENRIQUE DE SOUZA CALÇADOS - EPP – CNPJ: 00.492.065/0001-0
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: 6.060,00 (seis mil e sessenta reais);

Vigência: 12/11/2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2025
Contratado: LCA IND. COMÉRCIO DE CORDAS E REDES ESPOTIVAS EIRELI – CNPJ: 46.615.867/0001-52
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ 9.878,00 (nove mil e oitocentos e setenta e oito reais);
Vigência: 12/11/2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2025
Contratado: CORMED WINNER LTDA – CNPJ: 52.890.701/0001-4
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$: 12.200,00 (doze mil e duzentos reais);

Vigência: 12/11/2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2025
Contratado: CD BACELAR – IBAITI – CNPJ: 32.761.917/0001-03
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ 1.919,00 (hum mil e novecentos e dezenove reais);

Vigência: 12/11//2026.

Tomazina, 12 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:D3769292

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RES. N. 31 RESTABELECE FÉRIAS

Resolução nº 31/2025
12.11.2025

Restabelece férias a servidora do Legislativo Municipal e dá outras providências.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA, Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º Reestabelece o gozo das férias concedidas através da Resolução nº 18 e suspensa através da resolução nº 19, conforme abaixo relacionados:

NOME	MATRICULA	CARGO	PERIODO	DIAS
LENILCE VITORIANO	280	Assistente Legislativo	13.11.2025 à 18.11.2025	06

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 12 de novembro de 2025.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Sergio Fernandes
Código Identificador:020C66ED

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 60/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 96/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **27 DE NOVEMBRO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de

tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA USO NOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00 horas.
Três Barras do Paraná-PR, 06 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A2C01C47

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6778/2025

DECRETO Nº 6778/2025
Data 12.11.25

Súmula. Prorroga prazo de validade do Concurso Público Municipal n° 001/2023.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o contido no disposto no art. 37, III da Constituição Federal;

Considerando o contido no item 1.8 do Edital n° 001/2023;

Considerando o Decreto de Homologação nº 5541/2023,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 02 (dois) anos a validade do Concurso Público Municipal n° 001/2023.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná em 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:CA9A9425

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6779/2025

Data 12/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3006/2025 DE 12/11/2025.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.296.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (3963) (884)	Material de consumo	200.000,00
103010008.2.013000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP	
3.3.72.39 (3962) (884)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	400.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (3953) (885)	Material de consumo	150.000,00
3.3.90.32 (3954) (885)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	150.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (3955) (886)	Equipamentos e material permanente	396.000,00

Total.....R$ 1.296.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
884	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705791202500	600.000,00
885	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705782202500	300.000,00
886	INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA - EMENDA PARLAMENTAR N 202543130002	396.000,00

Total.....R$ 1.296.000,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:62293E2B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6780/2025

DATA: 12/11/2025

Súmula: Declara de utilidade pública para fins de construção de estrada Municipal vicinal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR GERSO FRANCISCO GUSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
CONSIDERANDO que no trecho será feito melhoria com pavimentação poliédrica.
CONSIDERANDO a urgência em viabilizar o licenciamento ambiental da obra.
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com fundamento no art. 5º, alínea "d" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para fins de construção de estradas municipais vicinais no trecho abaixo relacionado:
Pavimentação Poliédrica

Estrada Municipal Vicinal Comunidade São Bento sentido Flor do Adelaide, extensão total de 1.700,00 metros.
Coordenadas Geográficas:
Ponto Inicial:
Longitude: 272139.00 m E
Latitude: 7188086.00 m S
Ponto Final:
Longitude: 271867.00 m E
Latitude: 7186592.00 m S
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DOM como condição indispensável à sua eficácia.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F298A85E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6781/2025

DATA: 12/11/2025

Súmula: Declara de utilidade pública para fins de construção de estrada Municipal vicinal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR GERSO FRANCISCO GUSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
CONSIDERANDO que no trecho será feito melhoria com Recape Asfáltico sobre Pedras Irregulares
CONSIDERANDO a urgência em viabilizar o licenciamento ambiental da obra.
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com fundamento no art. 5º, alínea "d" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para fins de construção de estradas municipais vicinais no trecho abaixo relacionado:
Recape Asfáltico Sobre Pedras Irregulares
Estrada Municipal Vicinal localizado no Distrito de Alto Alegre, extensão total de 2.500,00 metros.
Coordenadas Geográficas:
Ponto Inicial:
Longitude: 265911.43 m E
Latitude: 7185266.11 m S
Ponto Final:
Longitude: 267375.28 m E
Latitude: 7184960.84 m S
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DOM como condição indispensável à sua eficácia.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1EE22DCE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3004/2025

Data 12/11/2025

SÚMULA. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar pessoas do Recanto do Bem-Estar do Idoso, para uma viagem até a cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transportar pessoas do município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, sob a coordenação do Recanto do Bem-Estar do Idoso, inscrito no CNPJ sob o nº 81.270.084/0001-85, com sede na Av. Brasil, s/n, na cidade de Três Barras do Paraná, até cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, para um encontro de lazer.
§ 1º A saída está prevista para o dia 15 de novembro de 2025, com retorno no mesmo dia.
§ 2º A coordenação e seleção das pessoas fica a cargo do Recanto do Bem-Estar do Idoso
Art. 2º. O transporte será feito por 01 (um) veículo da frota própria, ou terceirizado.
Art. 3º. As despesas da viagem, combustíveis, manutenção do veículo, as despesas do motorista, ou o pagamento de frete, correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º. As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, assim especificada:
06.01.98.241.00092.049000 Manutenção de Atividades do Idoso.
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:7105E968

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3005/2025

Data 12/11/2025

SÚMULA. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar pessoas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Nova Esperança, para participar de culto religioso, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transportar pessoas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 42.246.591/0001-21, com sede na Avenida Paraná, nº 635, na cidade de Três Barras do Paraná, para participar de culto religioso.
§ 1º A viagem acontecerá conforme abaixo especificamos:

Data	Local
16/11/2025	Linha Nova Esperança (Três Barras do Paraná)

§ 2º A coordenação e seleção das pessoas fica a cargo Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Nova Esperança.
Art. 2º O transporte será feito por veículos da frota própria, ou terceirizados.
Art. 3º As despesas das viagens, combustíveis, manutenção dos veículos, as despesas dos motoristas, ou o pagamento de fretes,

correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente nas seguintes dotações:
03.01.04.122.00032.006000 Manutenção do Departamento de Administração Recursos Humanos, Planejamento, Licitação e Compras.
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:DD38FF98

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESOLUÇÃO: 008/2025

Súmula: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao incentivo para a construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Deliberação nº 70/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR.

RESOLUÇÃO: 008/2025

O Conselho Municipal de Assistência Social de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2057/2021 e,

Considerando deliberação e aprovação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião realizada no dia 11/11/2025, Ata nº 010/2025;

Resolve:

Art. - 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao incentivo para a construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Deliberação nº 70/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR.

Art. – 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras do Paraná, 11 de novembro de 2025.

FERNANDO CEZIMBRA GUIMARÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E90C230A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79 /2025

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE",** que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal Nº 14.133 de 1º de abril 2021, e Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei n.º147/2014, Decreto n.º036/2011, sob as seguintes condições:
OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Medicamentos em Atendimento a Secretaria de Saúde**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**
PREÇO MÁXIMO R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 01/12/2025 às 13h00min horas
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 01 /12 /2025 Às 13h30min
O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 17/11/2025 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br

Tunas do Paraná, 12 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:B6B223A3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 439 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 439 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Munícipio de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1002, de 18 de dezembro de 2024,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento geral do município de Tunas do Paraná, para o corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

05.001.04.123.0020.2010 Manut. Atividades da Secr. Mun. Finanças, Contabilidade e Planejamento
3.3.90.33.00.00 000 Passagens e Despesas com Locomoção..... R$ 4.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03.001.02.062.0002.2005 Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município
3.3.90.33.00.00 000 Passagens e Despesas com Locomoção..... R$ 4.000,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 12 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDAO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DD022CD2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIO – APMF DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ABGAIL CÂNDIDO KRASOTA

EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIO – APMF DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ABGAIL CÂNDIDO KRASOTA, MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ – PARANÁ.

OBJETO:DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA NOVA DIRETORIA DA APMF – GESTÃO: 2026/2027.

O**Presidente da APMF da Escola Municipal Professora Abgail Cândido Krasota** , no uso de suas atribuições estatutárias e legais, e em conformidade com a decisão da Assembleia Geral realizada em onze de novembro de 2025, torna pública a composição da**Comissão Eleitoral**que será responsável por organizar e supervisionar o pleito para a escolha da próxima diretoria da Associação.
A Comissão Eleitoral eleita e empossada na referida Assembleia Geral Extraordinária, registrada em ata está composta pelos seguintes membros da comunidade escolar:

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Presidente
NOME COMPLETO: Stefany Sykacz G|iro
RG: 12.516.853-1 CPF: 089.840.359-63
CATEGORIA: Mãe

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Secretária
NOME COMPLETO: Adriele de Godoi Ribeiro
RG: 12.822.949-3 CPF: 109.029.809-98
CATEGORIA: Funcionária

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Membro:
NOME COMPLETO: Izalete de Souza Santos
RG:4.624.798-1 CPF: 841.858.219-72
CATEGORIA: Professora

Tunas do Paraná, 11 de novembro de 2025

VALDO ALVES DE MAIA
Presidente da APMF

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:40F03E69

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIO – APMF DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARQUÊS DE ABRANTES

EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIO – APMF DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARQUÊS DE ABRANTES, MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ – PARANÁ.

OBJETO:DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA NOVA DIRETORIA DA APMF – GESTÃO: 2026/2027.

A**Presidente da APMF da Escola Rural Municipal Marquês de Abrantes**, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, e em conformidade com a decisão da Assembleia Geral realizada em doze de novembro de 2025, torna pública a composição da**Comissão Eleitoral**que será responsável por organizar e supervisionar o pleito para a escolha da próxima diretoria da Associação.
A Composição da Comissão Eleitoral eleita e empossada na referida Assembleia Geral Extraordinária, registrada em ata está composta pelos seguintes membros da comunidade escolar:

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Presidente
NOME COMPLETO: Adriane dos Santos Faustin
RG/CPF 099.020.569-03
CATEGORIA: Mãe

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Secretária
NOME COMPLETO: Rosicleia Straub
RG: 5.965.987-2 CPF: 016.892.059-03
CATEGORIA: Professora

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Membro:
NOME COMPLETO: Suelen Pacheco Pereira
RG: 12.823.036-0 CPF: 103.621.229-7
CATEGORIA: Mãe
Tunas do Paraná, 12 de novembro de 2025

EDICLEIA DA SILVA SCHIMESK
Presidente da APMF

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:22F65682

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARACI DOS SANTOS CORDEIRO

EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARACI DOS SANTOS CORDEIRO, MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ – PARANÁ.

OBJETO:DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA NOVA DIRETORIA DA APMF – GESTÃO: 2026/2027.

A**Presidente da APMF do Centro Municipal de Educação Infantil Araci dos Santos Cordeiro**, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, e em conformidade com a decisão da Assembleia Geral realizada em doze de novembro de 2025, torna pública a composição da**Comissão Eleitoral**que será responsável por organizar e supervisionar o pleito para a escolha da próxima diretoria da Associação.
A Composição da Comissão Eleitoral eleita e empossada na referida Assembleia Geral Extraordinária, registrada em ata está composta pelos seguintes membros da comunidade escolar:

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Presidente
NOME COMPLETO: Eliziane Belemer Gonçalves
RG: 15.113.724-5 CPF: 135.942.719-86
CATEGORIA: Mãe

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Secretária
NOME COMPLETO: Josiele Oliveira da Silva
RG: 12.823.031-9 CPF: 087.964.799-06

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Membro:
NOME COMPLETO: Dayana dos Santos Finaú.
RG: 10.416.135-0 CPF: 077.398.519-06

Tunas do Paraná, 12 de novembro de 2025

IVANICE PRESTES DOS SANTOS
Presidente da APMF

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:1D48DBAF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA GELTA SANTOS TABORDA DE FARIA

EDITAL INFORMATIVO Nº 01/2025 - APMF ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA GELTA SANTOS TABORDA DE FARIA, MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ – PARANÁ.

OBJETO:DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA NOVA DIRETORIA DA APMF – GESTÃO: 2026/2027.

A**Presidente da APMF do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Gelta Santos Taborda de Faria**, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, e em conformidade com a decisão da Assembleia Geral realizada em onze de novembro de 2025, torna pública a composição da**Comissão Eleitoral**que será responsável por organizar e supervisionar o pleito para a escolha da próxima diretoria da Associação.
A Comissão Eleitoral eleita e empossada na referida Assembleia Geral Extraordinária, registrada em ata está composta pelos seguintes membros da comunidade escolar:

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Presidente
NOME COMPLETO: Josilaine Lima Santos de Paula
RG: 13.687.949-9 CPF: 104.637.259-99
CATEGORIA: Mãe

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Secretária
NOME COMPLETO: Regiane Aparecida Souza de Paula
RG: 13.046.159-0 CPF: 104.202.069-81
CATEGORIA: Professora

FUNÇÃO NA COMISSÃO: Membro:
NOME COMPLETO: Joslaine Batista de Souza,
RG: 11.143.599-5 CPF: 083.611.059-56
CATEGORIA: Funcionária

Tunas do Paraná, 11 de novembro de 2025

ANGÉLICA PAULISTA DOS SANTOS
Presidente da APMF

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:292C4130

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2025

Ratificação de Inexigibilidade Nº 16/2025

Examinado os autos do processo em epígrafe, realizado pela Comissão de Contratação para: **abrigamento EM INSTITUIÇÃO TERAPEUTICA, para recuperação de 1 (UMA) pessoa com dependência química – sexo: masculino – Maior de 18 anos** com fundamento na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 em seu Art.74 inciso IV, bem como diante do exame e análise do Advogado do Município com a emissão de parecer favorável à viabilidade do presente procedimento, **RATIFICO**, o resultado em favor da Empresa: **COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO JOSÉ,** inscrita no **CNPJ: sob o nº 18.586.371/0001-62**, no valor de R$ 6.537,06 (Seis mil quinhentos e trinta e sete reais e seis centavos).
Atendendo assim as necessidades elencadas no processo.
HOMOLOGO o presente processo para que produza seus efeitos jurídicos.

Tunas do Paraná, 12 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:C99730E8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

Ratificação de Inexigibilidade Nº 17/2025

Examinado os autos do processo em epígrafe, realizado pela Comissão de Contratação para: **abrigamento EM INSTITUIÇÃO TERAPEUTICA, para recuperação DE pessoas com dependência química – SENDO 1 (UMA) PESSOA DO sexo masculino – Maior de 18 anos, PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS,** com fundamento na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 em seu Art.74 inciso IV, bem como diante do exame e análise do Advogado do Município com a emissão de parecer favorável à viabilidade do presente procedimento, **RATIFICO**, o resultado em favor da Empresa: **CENTRO TERAPÊUTICO HADASH,** inscrita no CNPJ: sob o nº 23.678.050/0001-28, no valor de R$ 6.537,06 (Seis mil quinhentos e trinta e sete reais e seis centavos).
Atendendo assim as necessidades elencadas no processo.
HOMOLOGO o presente processo para que produza seus efeitos jurídicos.
Tunas do Paraná, 11 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:BAE95007

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 17/2025

Processo Administrativo n.° 39/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Turvo/PR.

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentos e bebidas para coffe break para as programações realizadas pela Câmara Municipal de Turvo.-pr através da procuradoria da mulher.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

VALOR MÁXIMO: Com a pesquisa de preços realizada, determinou-se o valor unitário máximo de R$ 3.264,10 (três mil duzentos e sessenta e quatro reais e dez centavos).

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA: A participação na presente dispensa ocorrerá da seguinte forma:
Pré-cadastro dos fornecedores da câmara municipal de turvo com o envio dos seguintes documentos:
Cartão CNPJ (receita federal)
Documento do representante da empresa
Contrato Social
Certidão Negativa Federal
Certidão Negativa FGTS
Certidão Negativa trabalhista
Certidão Negativa estadual
Certidão Negativa Municipal
Alvará de funcionamento

Envio/entrega de orçamento em até 3 (três) dias úteis a contar da data de publicação, para o e-mail contato@camaraturvo.pr.gov.br, ou diretamente nas dependências da Câmara Municipal.

JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
Encerrada a data de publicidade, se não for recebido nenhuma proposta será definido como vencedor o menor valor das cotações de preços realizadas anteriormente.

AVISO NA ÍNTEGRA: Disponível em: https://camaraturvo.pr.gov.br/?pag=T0RZPU9EYz1PR009T1RrPU9EWT1PVEE9T1dFPQ==&view=LIST-LICIT&modalidade=&sit=&tipo_licita=&ano=2025

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:0270B7B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III MODELO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DECRETO 169/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° .../2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00/2025, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA .....

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ....., considerando o resultado do julgamento da licitação realizada sob a modalidade de Pregão Eletrônico Nº XX/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede localizada na Rua ....., Nº ....., no Município de ....., CEP ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade Nº ..... e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº ....., de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para ....., em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de ....., autuado na forma do Processo Administrativo nº ..... (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

Valor total da Ata de Registro de Preços: R$.....(.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
A execução da Ata ocorrerá de forma fracionada (os materiais serão solicitados gradativamente, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal ....). A detentora deverá fornecer os produtos nos termos das disposições:
Local: .....
Prazo: .....
O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.
O recebimento e aceitação dos produtos entregues estarão sujeitos à sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), podendo ser rejeitados caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação constantes neste instrumento. Nestas circunstâncias, as parcelas falhas do objeto deverão ser substituídas pela fornecedora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de sanção.
Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente às expensas da contratada.

DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA
As contratações serão formalizadas por nota de empenho encaminhada ao e-mail do FORNECEDOR, cujo aceito deverá ser confirmado em um dia.
Caso o FORNECEDOR não aceite a nota de empenho, o Município poderá convocar os fornecedores integrantes do cadastro reserva.

5. VIGÊNCIA DA ATA
5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de .....(.....) meses tendo sua vigência compreendida entre ...../...../..... a ...../...../....., contado da data de publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. ATUALIZAÇÃO DE REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO
6.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, mediante aplicação da variação nominal do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM - FGV) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA– FGV), de todos o menor, tomando-se como referências o mês da apresentação da proposta de preços e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 (doze) meses.

6.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Município em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observados as disposições contidas na Lei Federal n.°14.133/21.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

6.3.1. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas presentes em lei e no edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, o Município poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

6.4.4. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital de licitação, para a garantia de equilíbrio econômico-financeiro.

6.4.5. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Liberado o FORNECEDOR, o Município poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Comporão a gestão e fiscalização da presente ata os servidores abaixo responsáveis:

7.1.1. servidor X, como Gestor.
7.2.2. servidor Y, como Fiscal.

7.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolorosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
8.1 O FORNECEDOR poderá ser apenado com:
8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;

8.2. Poderão ser aplicadas seguintes multas:

8.2.1 De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

I. Moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
II. Moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
II.I. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
III. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
8.2.2. De caráter compensatório, quando ser aplicada nos seguintes percentuais:
8.2.2.1. 15% em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
8.2.2.2. 20% sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.
8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
8.4. No caso de atraso por mais de 30 (tinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual 20% do valor total da ata, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.
8.5. A fixação de multas compensatórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município, sendo o dano superior ao percentual referido.
8.6. O valor da multa poderá ser descontado no pagamento devido ao FORNECEDOR.
8.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
8.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
8.9. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
9.1. O registro do preço do FORNECEDOR será cancelado pelo Município quando o FORNECEDOR:
9.1.1. For liberado;
9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.1.4. Sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade; e
9.1.5. Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.
9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Município:
9.2.1. Pelo decurso do seu prazo de vigência;
9.2.2. Se não restarem fornecedores registrados;
9.2.3. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
9.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
9.3. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa do Município, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.
9.4. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, o Município, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.
9.5. A decisão de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Turvo do exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:

11. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
11.1. É vedada a utilização desta ata por órgão ou entidades não participantes.

12. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
12.1. Esta ata e as contratações dela decorrentes se regem pelas disposições expressas na Lei Federal n° 14.133/21 e da legislação correlata e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

13. DA PUBLICIDADE
13.1. Extrato desta ata será publicado no Diário Oficial do Município.
13.2. Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e dos contratos, conforme a Lei n° 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n° 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

14. DO FORO
14.1. Fica eleito o Foro de Guarapuava, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta ata e contratações decorrentes.

14.2. As partes firmam a presente ata na presença de duas testemunhas.
14.3. A minuta da presente ata foi confeccionada com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico, razão pela qual, em cumprimento ao disposto pelo inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/21, segue **aprovada**. Responsável: **Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci** advogada inscrito nos quadros da OAB/PR sob o nº 96.251

Turvo-PR, ...de .....de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Testemunha

CPF Nº: _____

Testemunha

CPF Nº:_____

DETENTORA DA ATA
Responsável

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:92F246CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 169/2025

Altera o Decreto Municipal N° 97/2022 que regulamenta no âmbito do Município de Turvo, Estado do Paraná a Lei de Licitações e Contratos Administrativos N° 14.133/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Altera o CAPÍTULO III e o art. 6° do Decreto Municipal N° 97/2022 que passa vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
Art. 6º O Município deverá elaborar o Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento de planejamento que visa consolidar as necessidades de contratações de bens, serviços e obras dos órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de racionalizar as contratações, promover o alinhamento ao planejamento estratégico municipal e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.
§ 1º A elaboração do PCA observará a participação das unidades e setores requisitantes, que deverão encaminhar, em prazo previamente definido pela Secretaria de Administração, suas demandas estimadas para o exercício subsequente, devidamente acompanhadas das justificativas técnicas, especificações, quantitativos e prazos pretendidos.
§ 2º As solicitações deverão conter informações mínimas sobre:
I – descrição do objeto e motivação da contratação;
II – estimativa de quantitativos e custos;
III – data ou período pretendido para a execução ou entrega;
IV – indicação da dotação orçamentária ou previsão de recurso;
V – impacto esperado e benefícios da contratação.
§ 3º Compete à Secretaria de Administração coordenar o processo de elaboração do PCA, consolidar as informações recebidas, validar as demandas com apoio das áreas técnicas e submeter a versão final ao Chefe do Poder Executivo para aprovação.
§ 4º O cronograma e as etapas de elaboração do PCA compreenderão, no mínimo:
I – solicitação e coleta das demandas das unidades requisitantes;
II – análise e consolidação das informações;
III – validação técnica e orçamentária;
IV – aprovação e publicação do plano anual.
§ 5º O Plano de Contratações Anual deverá ser publicado em meio oficial e poderá ser atualizado periodicamente, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, observadas as disposições legais e orçamentárias.
Art. 2º Altera o CAPÍTULO VII e o art. 14 do Decreto Municipal N° 97/2022 que passa vigorar com a seguinte redação
CAPÍTULO VII
DOS MODELOS PADRONIZADOS DE EDITAIS, TERMOS DE REFERÊNCIA, CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTOS
Art. 14. Ficam instituídos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Turvo, os modelos padronizados de minutas de editais, termos de referência, contratos e demais documentos utilizados nos procedimentos de contratação pública, os quais deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Município.
§ 1º Os modelos padronizados terão por finalidade uniformizar a redação das cláusulas essenciais e obrigatórias, resguardando a conformidade jurídica, técnica e administrativa dos instrumentos, sendo de uso obrigatório pelas unidades contratantes, ressalvadas as hipóteses justificadas e previamente autorizadas pela Secretaria de Administração.
§ 2º Os modelos deverão contemplar, de forma diferenciada, no mínimo:
I – contratos de compras comuns, compreendendo aquisições de bens padronizados e de pronta entrega, tais como materiais de escritório, medicamentos, gêneros alimentícios e outros de mesma natureza;
II – contratos de serviços continuados, tais como limpeza, vigilância, manutenção predial, transporte, apoio administrativo e similares, com cláusulas que tratem especificamente de reajuste, prorrogação, fiscalização, penalidades e rescisão contratual.
§ 3º As minutas poderão conter campos variáveis (objeto, valor, prazo, vigência, local de execução e outras condições específicas), devendo, contudo, manter cláusulas uniformes obrigatórias relativas aos direitos e deveres das partes, garantias, sanções, hipóteses de rescisão, fiscalização e demais elementos essenciais.
§ 4º Após sua publicação oficial, os modelos e minutas padronizadas serão disponibilizados pela Procuradoria do Município, e deverão ser observados em todos os processos de contratação, inclusive nos editais, termos de referência e instrumentos contratuais.
§ 5º A atualização dos modelos padronizados poderá ocorrer periodicamente, mediante ato do Chefe do Poder Executivo ou da autoridade delegada, observando-se as alterações normativas e as boas práticas administrativas.
§ 6° Para fins de transparência, disponibiliza-se como ANEXOS deste decreto minutas de editais/atas de registro de preço e contratos relativos a compra e serviços continuados e obras que serão utilizadas como modelos.
§ 7º Por se tratarem de modelos padronizados, as minutas poderão sofrer variações específicas conforme a natureza e as peculiaridades de cada contratação, devendo as unidades demandantes proceder aos ajustes necessários para adequar o instrumento às características do objeto, sem, contudo, suprimir ou alterar as cláusulas essenciais estabelecidas no modelo aprovado.
Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo - PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:44632945

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 134/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 134/2025

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista D – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Pedro Gresile	2°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EF1FF697

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 80/2025

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 80/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Adilson do Carmo**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Operador Ecológico, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.518,00 (Um mil quinhentos e dezoito reais).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 12 de novembro de 2025, com prazo de encerramento em 11 de novembro de 2026, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo.

Turvo-PR, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:10DCF568

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 66/2025

Contrato Administrativo nº 179/2025 – Dispensa de Licitação N° 66/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: N. G. MARTINS & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 14.062.453/0001-57, com sede localizada na Av Delcides Constantino Miguel, Nº S/N, no Município de Iretama-PR, CEP 87.280-000, neste ato representada por Nelton Giovan Martins, portador da cédula de identidade Nº 5.849.224-8 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 034.685.289-73 - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAZER, CONSISTENTES NO ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO PARQUE AQUÁTICO, COMO FORMA DE PREMIAÇÃO AOS GANHADORES DO CONCURSO ARACELI – **Prazo de Vigência:** 02 (dois) meses tendo sua vigência compreendida entre 12/11/2025 a 11/01/2026 - **Valor global:** R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:570ABE32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025

Contrato Administrativo nº 180/2025 – Pregão Eletronico Nº 119/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: GENTE SEGURADORA SA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 450, no Município de Porto Alegre/RS, CEP 90.020-060, neste ato representada por Johnatan Marini da Silva, portador da cédula de identidade Nº 10.333.044-0 – SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 085.023.569-33 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS VEICULARES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP), PARA ASSEGURAR A FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS - COMPOSTA POR AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E DEMAIS VEÍCULOS UTILIZADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS - COM COBERTURA TOTAL (CASCO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, COLISÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, INCLUINDO VEÍCULOS QUE VENHAM A SER INCORPORADOS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses contados do(a) 12/11/2025 a 11/11/2026 - **Valor global:** R$ 193.351,72 (cento e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:868E1C34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2025

Altera a Lei Complementar Municipal N° 01/2009 - Código Tributário Municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° O § 2º, seus incisos I, II e III, bem como o § 3º do art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 33. (...)
(...)
§ 2º A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de um índice oficial de atualização monetária vigente no mês em que se

efetivar o lançamento ou notificação, pelo valor do mesmo índice no mês do vencimento, fixado pela Administração Pública Municipal.
I - A Unidade Fiscal do Município (UFM) será a representação, em moeda corrente, de determinado valor, para servir de parâmetro ou elemento indicador do cálculo de tributo ou penalidade.
II - A Unidade Fiscal do Município (UFM) corresponde, na data da publicação desta Lei, ao valor de R$ 58,46 (cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos).
III - A Unidade Fiscal do Município será corrigida anualmente, no mês de janeiro de cada exercício, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
§ 3º Em sendo extinto o indexador referido, este será automaticamente substituído pelo outro índice oficial de atualização monetária que venha a ser instituído pelo Governo Federal.
Art. 2° Inclui o Artigo 50 A na Lei Complementar Municipal N° 01/2009, passando a ter a seguinte redação:
Art. 50-A. Os débitos inscritos em Dívida Ativa do Município, quando ajuizados ou encaminhados a protesto extrajudicial, sujeitar-se-ão à majoração da multa de mora em 10% (dez porcento) sobre o valor atualizado do débito, sem prejuízo da incidência de juros, correção monetária e demais encargos legais.
§ 1º A majoração prevista no caput tem natureza de penalidade acessória pelo inadimplemento prolongado, destinando-se a ressarcir os custos adicionais da cobrança judicial ou extrajudicial.
§ 2º A aplicação da multa majorada independe de nova notificação ao devedor, bastando a comprovação da inscrição em Dívida Ativa e o ajuizamento da execução fiscal ou o encaminhamento do título a protesto.
Art. 3° Altera o artigo 234 da Lei Complementar Municipal N° 01/2009, passando a ter a seguinte redação:
Art. 234. Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos, cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, são obrigados a apresentar seu título, a repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou do direito.
Art. 4° Altera o artigo 235 da Lei Complementar Municipal N° 01/2009, passando a ter a seguinte redação:
Art. 235. O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título a repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeito á multa de 5% (cinco) por cento sobre o valor do imposto, para cada mês de atraso na apresentação da documentação e geração da guia de ITBI, após os 90 dias permitidos no artigo 234, limitados a 50%.
Art. 5° Revoga os artigos 236 e 237 da Lei Complementar Municipal N° 01/2009.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:A7B0D315

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2025

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar N° 03/2023 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 93 da Lei Complementar N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município do Município de Turvo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 93. De acordo com o grau de insalubridade a que o servidor estiver exposto, o percentual da gratificação será fixado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento), calculados sobre o valor de R$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais), não podendo ser inferior ao menor vencimento inicial previsto na Lei Municipal de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo ou aquela que vier a sucedê-la.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:839441F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 76/2025

Altera os anexos da lei Municipal 64/2021 – Plano Plurianual (PPA-2022-2025), e alterações posteriores, as metas e prioridades da administração para 2025 e as metas fiscais de 2025 da lei Municipal 16-2024 – LDO 2025, e alterações posteriores e autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento do exercício financeiro de 2025 Crédito Adicional Especial mediante Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam alterados os anexos da lei 64/2021 – (PPA 2022/2025), e alterações posteriores, para compatibilização dos três instrumentos de planejamento – PPA –LDO-LOA.
Art. 2º Ficam alteradas as metas e prioridades da administração para 2025 e as metas fiscais da lei n° 16/2024 Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025, para a compatibilização dos três instrumentos de planejamento PPA-LDO-LOA.
Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado no corrente exercício à abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento geral do município no valor de **R$ 31.544,21** (trinta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), para atender a finalidade abaixo especificada.

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0902.1130	PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS SOCIAIS - ITAIPU BINACIONAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6756	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.544,21
	TOTAL	**31.544,21**

Art. 4º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Especial**, que trata o art. 3º desta lei, decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior de dotação de fonte livres do orçamento vigente no valor de **R$ 31.544,21** (trinta e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	31.544,21
	TOTAL	**31.544,21**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0A83A4B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 79/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a realizar ações conjuntas e parcerias com a ASSOCIAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA E REGIÃO - AFBV, CNPJ n° 40.904.063/0001-97, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, a realizar ações conjuntas e a celebrar termos de parceria, especialmente acordo de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com a ASSOCIAÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA E REGIÃO - AFBV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 40.904.063/0001-97, visando o uso compartilhado de equipamentos de propriedade ou posse do Município.

Art. 2º As ações autorizadas por esta Lei não implicam cessão, comodato, transferência ou concessão de uso de bens públicos, tratando-se de cooperação técnica e operacional para execução de serviços de interesse público, sob pleno controle e responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

Art. 3º Os equipamentos possíveis objetos deste instrumento, permanecerá sob a guarda e operação do Município, podendo ser utilizado, em caráter cooperativo, nas dependências ou áreas produtivas da Associação Faxinal da Boa Vista, desde que observadas as diretrizes de plano de trabalho previamente aprovado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:1615EE05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 80/2025

Autoriza o Município de Turvo a celebrar termo de concessão de uso com a Associação das Famílias Rurais do Ivaí, CNPJ n° 04.770.263/0001-30, e dá outras providencias

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante Termo de Concessão de Uso, os bens abaixo descritos, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 27/2023, à Associação das Famílias Rurais do Ivaí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.770.263/0001-30:
I – 29 (vinte e nove) unidades de caixas plásticas para transporte;
II – 3 (três) unidades de mesas de inox, plaquetas nºs 7300, 7301 e 7302;
III – 1 (uma) unidade de seladora a vácuo, plaqueta nº 7166;
IV – 1 (uma) unidade de balança de cozinha, plaqueta nº 7303;
V – 5 (cinco) unidades de baldes de alumínio;
VI – 2 (duas) unidades de liquidificadores industriais 25 L, plaquetas nºs 7298 e 7299;
VII – 2 (duas) unidades de freezers, plaquetas nºs 7343 e 7344;
VIII – 1 (uma) unidade de geladeira comercial 4 portas, plaqueta nº 7342;
IX – 1 (uma) unidade de câmara frigorífica, plaqueta nº 7345.
Art. 2º As concessões a que se referem o art. 1° desta Lei, deverão ser formalizadas através de Termo de Concessão de Uso, a ser assinado pelos representantes legais do Município e da Associação beneficiada.
Art. 3º As concessões dos objetos tratados nesta lei, serão formalizadas pelo período de vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso seja verificado o uso inadequado ou deixe de existir o interesse recíproco na concessão, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa.
Art. 4ºA associação beneficiária deverá demonstrar previamente a formalização da concessão e também durante a sua vigência, a regularidade da sua constituição e atividade, bem como todas as certidões negativas necessárias à formalização de contratações com o poder público, tal como previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos ou aquela que vier a sucedê-la.
Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:3DDAD684

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 872/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora **Sauana Haeffner Centenaro,** Engenheira Civil, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, no período de 08 de dezembro de 2025 a 17 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 10 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BF8B2873

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 874/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada a Comissão Organizadora da Feira Sabor e Arte, promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, a qual será responsável pelo planejamento,

coordenação e execução das ações necessárias à realização do evento, composta pelos seguintes servidores:
I – Elaine Cristina Pereira Ribas – Chefe da Divisão da Inovação;
II – Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto – Secretária de Administração;
III – Taelen Cristini da Silva Souza – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Rural;
IV – Simone de Oliveira – Diretora do Departamento de Turismo e Eventos;
V – Elizângela Mendes Pereira Jorge – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 10 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:3DF17CD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 876/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para o servidor **Gustavo Pereira Veronez,** Arquiteto, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, no período de 10 de dezembro de 2025 a 19 de dezembro de 2025.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 10(dez) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º da Portaria nº 570/2025, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0588A42A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 877/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) deste Município, instituída em conformidade com a Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos, especialmente os itens 3.1 e 3.2, os quais dispõem sobre a utilização de Comissões Técnicas com o objetivo de subsidiar a padronização da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), composta pelos seguintes servidores:
I – Juliana Barbosa Martins de Oliveira – Farmacêutica;
II – Luiz Carlos Golanoski – Médico Clinico Geral;
III – Nariany Pollyanne da Silva – Enfermeira
IV – Fernanda da Silva Borges – Cirurgiã Dentista
V – Terezinha Zeloi Souza Corrêa – Assistente Social
Art. 2º - Compete à Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) a análise, avaliação e atualização periódica da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), bem como a proposição de diretrizes que assegurem o uso racional de medicamentos no âmbito municipal.
Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:03DCC7F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 879/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Comissão de Avaliação de Amostras referente ao Pregão Eletrônico nº 118/2025, que tem por objeto a análise das amostras de chocotones e cestas de Natal, compostas pelos seguintes servidores:
Onezimo Ferreira - Assessor de Gabinete;
Aline Jacoski de Oliveira Kruger da Silva - Nutricionista
Paulo Henrique Zander – Técnico em Segurança do Trabalho;
Elizangela Mendes Pereira Jorge – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Compete à Comissão proceder à análise e avaliação das amostras apresentadas pelas empresas participantes do certame, verificando se estas atendem às especificações técnicas constantes no edital e em seus anexos, bem como elaborar relatório conclusivo acerca do resultado da avaliação.
Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:03B3A291

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 881/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulares ao servidor **Jaime Aurelio Barbosa**, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves e Emergências, lotado na Secretaria Municipal de Saúde a serem usufruídas no período de 04 de dezembro de 2025 a 23 de dezembro de 2025, referente ao período aquisitivo de 27 de setembro de 2024 a 26 de setembro de 2025.
Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário 10 (dez) dias das férias regulares do servidor mencionado no artigo anterior.
Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:792D3715

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2025**

Através do presente termo, **RATIFICO** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 66/2025, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa **N. G. MARTINS & CIA LTDA (CNPJ nº 14.062.453/0001-57)** mediante Dispensa de Licitação para a prestação de serviços de lazer, consistentes no acesso e utilização das dependências do parque aquático, como forma de premiação aosganhadores do Concurso Araceli, no valor total de R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da empresa;

•
A razoabilidade do preço exigido como contrapartida para a contratação, demonstrada mediante orçamentos, e;

•
Os documentos relativos à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em face das exigências previstas pelo **Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.**

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, **DETERMINO** a adoção das medidas cabíveis para a celebração de contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 12 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:D653CEAB

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2025**

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de gás de cozinha através de recargas gpl e concessão de casco.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 27 de novembro de 2025.
Início da Sessão: 27 de novembro de 2025 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 110.695,80 (cento e dez mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 38/2025

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 11 de novembro de 2025.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 38/2025)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:34AFB71D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2025**

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e equipamento para os setores de vigilância sanitária e epidemiológica
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 28 de novembro de 2025.
Início da Sessão: 28 de novembro de 2025 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 5.639,24 (cinco mil seiscentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos).
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 38/2025
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 11 de novembro de 2025.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 38/2025)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:F782969D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2025**

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua Presidente (designado pelo Decreto Nº 38/2025), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou procedimento de **Dispensa de Licitação Nº 66/2025**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social, através do Processo Administrativo n° 8.717/2025– 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 07/11/2025, cujos termos obedecem ao que segue:

Contratada: N. G. MARTINS & CIA LTDA (CNPJ nº 14.062.453/0001-57) .

Objeto: Prestação de serviços de lazer, consistentes no acesso e utilização das dependências do parque aquático, como forma de premiação aosganhadores do Concurso Araceli.

Valor: R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais)
Fundamento legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa: O Concurso Araceli é direcionado a crianças e adolescentes matriculados entre o 6º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, tendo como principal objetivo promover a conscientização sobre o combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, tema de grande relevância social e alinhado às políticas públicas de proteção infantojuvenil.
A premiação constitui um importante incentivo à participação dos alunos e ao engajamento das instituições de ensino, fortalecendo a mobilização comunitária em torno da temática abordada. Nesse sentido, a escolha de um espaço de lazer e recreação como prêmio busca valorizar os vencedores, proporcionando momentos de diversão, socialização e bem-estar.
O Parque Aquático América Park destaca-se por sua estrutura diferenciada, localização estratégica e adequação ao público-alvo, sendo reconhecido como o maior parque aquático do Centro do Paraná. O local dispõe de ampla infraestrutura de lazer e condições ideais de segurança, conforto e recreação para o público infantil e juvenil, assegurando uma premiação adequada, segura e socialmente relevante.
Adicionalmente, o valor apresentado pelo América Park mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para serviços de natureza similar, atendendo aos princípios da economicidade e vantajosidade que regem a Administração Pública.

As informações administrativas relativas à Dispensa de Licitação Nº 66/2025 poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos via Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br.

Turvo/PR, 12 de novembro de 2025.

ANA LUIZA CHAMORRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n° 38/2025)

N. G. Martins & Cia LTDA
NELTON GIOVAN MARTINS

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:A42B5530

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 133/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 133/2025

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.
3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

RETIFICADO

ONDE-SE LÊ:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista B – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jocinir Aparecido Dzurda Seixas	1°
Laurici Camargo	2°

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista D – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Gerson Bastos Ferreira	1°

LEIA-SE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista B – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jocinir Aparecido Dzurda Seixas	1°
Laurici Camargo	2°

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Motorista D – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Gerson Bastos Ferreira	1°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C09903F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 119/2025

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 8.079/2025 (1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 119/2025, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em seguros veiculares, devidamente autorizada pela superintendência de seguros privados (susep), para assegurar a frota municipal de veículos - composta por automóveis, utilitários, caminhões, ônibus e demais veículos utilizados pelas diversas secretarias municipais - com cobertura total (casco, incêndio, roubo, furto, colisão e responsabilidade civil facultativa), pelo período de 12 (doze) meses, incluindo veículos que venham a ser incorporados durante a vigência contratual, em favor da empresa **GENTE SEGURADORA SA (CNPJ N° 90.180.605/0001-02)** pelo valor de R$ 193.351,72 (cento e

noventa e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 38/2025).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 12 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:0D0A3631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 592/2025

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5178, de 09 de dezembro de 2024 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5158, de 06 de junho de 2024;

DECRETA

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2025, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 04 –SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.009 – Operacionalização dos Encargos Gerais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
510	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.017 – Manutenção do Gabinete da Sec. Municipal de Educação

104	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	140.000,00

ÓRGÃO 08 –SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS PESSOAL DE CONTRATOS	710.000,00
494	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS PESSOAL DE CONTRATOS	150.000,00

TOTAL CRÉDITO	**1.100.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 1.011 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

104	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	140.000,00

PROJETO/ATIV 2.017 – Manutenção do Gabinete da Sec. Municipal de Educação

000	3.1.90.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00

ÓRGÃO 08 –SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.026 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.72.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PJ	660.000,00

PROJETO/ATIV 2.045 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
510	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00

PROJETO/ATIV 2.074 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
494	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	150.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**1.100.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças

JUSTIFICATIVA DE DECRETO 592/2025:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Esta suplementação altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Valor total do orçamento	250.500.000,00
10% autorizado	25.050.000,00
Valor utilizado até 11/11/2025	10.327.799,70
Este decreto	1.100.000,00
Total	**11.427.799,70**
Saldo a utilizar	13.622.200,30

As alterações não anulam totalmente os programas estabelecidos na LOA não prejudicando a programação anual aprovada.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D4C2BF96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 593/2025

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5178, de 09 de dezembro de 2024 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5158, de 06 de junho de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2025, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 359.800,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e oitocentos reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.017 – Manutenção do Gabinete da Sec. Municipal de Educação

104	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	59.800,00

PROJETO/ATIV 2.018 – Manutenção FUNDEB

102	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	300.000,00

TOTAL CRÉDITO	**359.800,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.017 – Manutenção do Gabinete da Sec. Municipal de Educação

104	3.1.90.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	59.800,00

PROJETO/ATIV 2.018 – Manutenção FUNDEB

102	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTÊNCIAIS	300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**359.800,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 593/2025:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EAF13294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 594/2025

Art. 1º Nomeia o Senhor **CARLOS HUMBERTO TOPOLSKI**, portador do CPF Nº 151.539.751-34 e RG Nº 498.309, para exercer o cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO**, da Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 13 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:1C67E07C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1312/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 782/2025, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 14320/2025**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 11 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:30A25D76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1313/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, vem por meio deste divulgar a lista dos **CONTRATOS DE ADMISSÕES** referente **ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- PSS**, EDITAL Nº 002/2024**,** conforme abaixo:

Contrato	Nome	Cargo	DATA DE ADMISSÃO
008/2025	**ROBERTA MARIA ESTEVES MENDES**	**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - PSS**	**13/11/2025**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 11 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ODELIR DILETO CACHOEIRA***
Prefeito Municipal	Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:80B53D31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1314/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 53/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 52/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**RIO VALE CLINICA MEDICA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.658.240/0001-90sediado(a) na Rua Av Getulio Vargas, 186, sala 31 -3 andar, Centro, União da Vítoria - PR.
Valor Global...: **R$35.000,00(Trinta e cinco mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade **ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 10/11/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 10/11/2025 -Término: 10/11/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 51/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5644BD98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1315/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 52/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 51/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:P**SYCHOMED MEDICOS E PSICOLOGOS ASSOCIADOS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº39.717.289/0001-08 sediado(a) na Rua Santos Dumont, 339, sala 202, Centro, União da Vítoria - PR.
Valor Global...: **R$40.000,00(Quarenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade **ORTOPEDIA E PSICOLOGIA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 10/11/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 10/11/2025 -Término: 10/11/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 50/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7E3E35A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1316/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 51/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 50/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:A**NA PAULA GODINHO DA SILVA & CIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº10.447.351/0001-07 sediado(a) na Rua Cruz Machado, 493,andar 3 sala 309, Centro, União da Vítoria - PR.
Valor Global...: **R$60.000,00(Sessenta mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade **CLINICA MEDICA CIRURGICA** a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 10/11/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 10/11/2025 -Término: 10/11/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 49/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário de Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:32ECFB3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1317/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Chamada Pública/Credenciamento Edital 01/2025 - Processo Administrativo nº 50/2025.

TERMO DE CONTRATO Nº. 49/2025
Contratante...: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA – IMAS ,CNPJ nº 81.650.525/0001-74.
Contratada.:**ECOGRAFIA VASCULAR UNIÃO LIMTADA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº07.913.350/0001-98 sediado(a) na Rua Cruz Machado, 281, terreo sala 01, Centro, União da Vitoria - PR.
Valor Global...: **R$55.000,00(Cinquenta e cinco mil reais)**
Objeto.:Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade EXAMES VASCULARES a todos os segurados do IMAS.
Data de Assinatura.....: 10/11/2025
Prazo de Vigência.....: Início: 10/11/2025 -Término: 10/11/2026 – 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Licitação.....: Inexibilidade de Licitação 48/2025.
Recursos Orçamentários:
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 69
Despesa orçamentaria 17 , Descriçãp da Despesa – Pessoa Juridica – Dotação 3.3.90.39.00.00.00.00 , Fonte 76

Gestor: TATIANE DE FATIMA STACECHEN – Presidete do Imas
Fiscal: Katia Adriane Fecht Schulz – Diretora da Saúde
Fiscal Substituto: Adriana Aparecida Tajes Pigatto - Diretora de finanças

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário de Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:37C1E91D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1318/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:
Art. 1º Designar os Servidores do Município de União da Vitória, como Gestor e Fiscal, tendo em vista a celebração do Convênio do Programa de Estradas da Integração, que consiste na Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ (Tipo 1), na Colônia Rio Vermelho, conforme abaixo relacionados:

GESTOR: Nei Antônio Kukla - Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento - Matrícula: 1090101;

FISCAL (Responsável pelo Recebimento): Paula Andréia Fersch Jadask - Matrícula: 1505863.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Prefeito Municipal	Secretário de Interino de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F7712955

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO 04/2025

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, destinado à seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSCs para o desenvolvimento de projetos voltados à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de União da Vitória – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.882/2010,
Considerando o Edital de Chamamento Público nº 001/2025 que tem por objeto a seleção de até 05 (cinco) projetos sociais, apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, legalmente constituídas, que desenvolvam ações voltadas ao atendimento, inclusão e fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência no Município de União da Vitória/PR.
Considerando que os recursos destinados à execução dos projetos são provenientes do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FEPcD/PR, repassados ao município na modalidade fundo a fundo, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Estado do Paraná, conforme Deliberação nº 09/2024.
Considerando o valor total destinado ao presente chamamento público de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo o valor máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada projeto aprovado;
Resolve:
Art. 1º - Tornar público o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, destinado à seleção de projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs. sem fins lucrativos, que desenvolvam ações voltadas ao atendimento, inclusão e fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência no Município de União da Vitória/PR.
Art. 2º – Ficam contempladas as seguintes Organizações da Sociedade Civil – OSCs:
Associação Autismo Sem Barreiras – Associação de Atendimento e Apoio a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista de União da Vitória - R$ 10.000,00 (dez mil reais),
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - R$ 10.000,00 (dez mil reais),
Associação Laços de Amor Down de União da Vitória – ALAD - R$ 10.000,00 (dez mil reais),
Associação dos Deficientes Visuais do Vale do Iguaçu – ADEVIVI - R$ 10.000,00 (dez mil reais),
Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e de Fala – APADAF - R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Art. 3º – O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de União da Vitória reforça seu compromisso com a promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa, parabenizando todas as instituições selecionadas e destacando a relevância das ações propostas para o fortalecimento da rede de atendimento no município.
Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória, 11 de novembro de 2025.

GRACE KELY MALAT
Presidente CMDPD

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E282A82C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20251112_170637.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 14/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
APR8I98	116100T001988916	04/11/2025	55417
ASD5H41	116100T000186716	04/11/2025	55411
ASV6B91	116100T001988917	04/11/2025	54521
AXB9940	279370NIC0008506	21/10/2025	50020
AXF5C25	279370NIC0008501	21/10/2025	50020
AYK5C80	116100T000186718	04/11/2025	53800
BEG3H70	116100T000186719	04/11/2025	56222
EMV1D39	279370NIC0008497	21/10/2025	50020
ILA5C84	116100T000186720	04/11/2025	53800
ILA5C84	116100T000186721	04/11/2025	54521
IUT7591	116100T000186717	04/11/2025	53800
QJW4G19	116100T001387039	04/11/2025	55411
QUN1G38	279370NIC0008502	21/10/2025	50020
RFI0C09	279370NIC0008505	21/10/2025	50020
RHT4H57	279370NIC0008500	21/10/2025	50020
RXL7I70	279370NIC0008499	21/10/2025	50020
TAT9I49	279370NIC0008503	21/10/2025	50020
TBP9G75	279370NIC0008498	21/10/2025	50020
TBP9G75	279370NIC0008504	21/10/2025	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:4A013AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20251112_170715.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 16/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AXD2119	116100T003121728	01/09/2025	54600	
RHA6I45	116100T003121727	01/09/2025	54600	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:461929EF

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 79/2025

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12/2023, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal nº 220/2006, considerando o Processo Administrativo de Doação nº 001/2025 dos veículos abaixo relacionados ao Município de União da Vitória-PR,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a descarga patrimonial dos bens abaixo relacionados e respectivas placas:

3578 -Veículo Volkswagen Gol, 4 portas, cor branca, ano/modelo 2007, placa AOQ 5426, renavam 91585466-0;
5237 -Veículo Volkswagen Voyage, cor branca, 4 portas, ano/modelo 2013, placa AVP 3175, renavam 47423364-2;
6527 - Veículo Renault Logan, cor branca, 4 portas, ano/modelo 2014, renavam 0100625018;

Art. 2º - Depois de baixados os referidos bens com as devidas providências contábeis e legais cabíveis, ficam doados em definitivo ao Município de União da Vitória, nos termos do processo administrativo.

União da Vitória, 12 de novembro de 2025.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Andréia Aparecida Soares Meyer
Código Identificador:6C7E3CBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
DECRETO 6.044, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO 6.044, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Regulamenta a Lei Municipal nº 1.972, de 06 de julho de 2022, que dispõe sobre a isenção do pagamento de inscrições em competições esportivas promovidas pela Prefeitura Municipal de Vitorino, concede auxílio para competições e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VITORINO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 1.972/2022,

DECRETA:
Art. 1º O presente Decreto regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 1.972, de 06 de julho de 2022, que institui o auxílio aos atletas e técnicos desportivos vitorinenses convocados para representar oficialmente o Município em competições esportivas.

CAPITULO I
DO REEMBOLSO DE ALIMENTAÇÃO

Art. 2º O auxílio referente à alimentação será concedido mediante reembolso de despesas devidamente comprovadas por nota fiscal ou cupom fiscal, emitido em nome da Prefeitura Municipal de Vitorino, constando CNPJ e endereço da mesma.
§ 1º Somente serão aceitas despesas compatíveis com alimentação e realizadas durante o período da competição, viagem e deslocamento.
§ 2º Os valores reembolsados deverão observar a média de preços praticados em refeições convencionais, conforme os parâmetros de diárias municipais ou valores médios de mercado, definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
§ 3º As notas fiscais deverão ser apresentadas no prazo máximo de cinco dias úteis após o retorno da viagem, acompanhadas de relatório simples contendo os nomes dos beneficiados e o evento correspondente.

CAPITULO II
DO TRANSPORTE

Art. 3º O transporte para participação em competições esportivas poderá ser cedido diretamente pelo Município de Vitorino, conforme disponibilidade e contrato vigente de prestação de serviço de transporte.
§1º Na ausência de contrato licitado vigente, o transporte poderá ser providenciado por meio de processo regular de contratação,

observando a legislação aplicável e os princípios da legalidade, impessoalidade e economicidade.
§2º O transporte será destinado exclusivamente a competições oficiais ou eventos que representem o Município de Vitorino, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
§3º As solicitações de transporte deverão ser apresentadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contendo:
I – nome do evento e local de realização;
II – relação nominal dos atletas e técnicos participantes;
III – data e horário previstos para saída e retorno.
§4º Para viagens com distância de até 1.000 km (mil quilômetros), será concedido transporte terrestre.
§5º Para distâncias superiores a 1.000 km, poderá ser estudada a viabilidade de transporte aéreo, mediante análise técnica e disponibilidade orçamentária.

CAPITULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º Solicitações feitas por Entidades Esportivas do Município, poderão ser consideradas mediante análise de impacto financeiro, celebrando termo de parceria quando for de interesse público.

Art.5º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer coordenar e executar os procedimentos administrativos necessários ao cumprimento deste Decreto, bem como manter o controle e registro das solicitações e prestações de contas.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, observada a legislação vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:718EEE79

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
DECRETO 6045, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Decreto 6045, de 12 de novembro de 2025

Dispõe sobre a instituição da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vitorino/PR, sua inclusão no organograma administrativo e dá outras providências.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece a Vigilância Socioassistencial como uma das funções essenciais da gestão do SUAS;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012), que determinam a obrigatoriedade da organização e oferta desta função de gestão;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, com base em evidências produzidas a partir de diagnósticos socioterritoriais e análises de vulnerabilidade social,
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vitorino/PR, a Vigilância Socioassistencial, função integrante da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º A Vigilância Socioassistencial passa a compor oficialmente o organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como unidade vinculada diretamente ao Gabinete da Secretaria.
Art. 3º Compete à Vigilância Socioassistencial:
I – Produzir, sistematizar, analisar e divulgar informações territorializadas sobre vulnerabilidades, riscos sociais e a rede socioassistencial existente no município;
II – Elaborar diagnósticos socioterritoriais, subsidiando a elaboração e atualização do Plano Municipal de Assistência Social, do PPA, da LDO e da LOA;
III – Monitorar e avaliar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV – Apoiar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, fornecendo subsídios técnicos e relatórios para o exercício do controle social;
V – Produzir relatórios, boletins e demais publicações que deem transparência aos dados e indicadores da Política Municipal de Assistência Social.
Art. 4º A Vigilância Socioassistencial contará com equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, preferencialmente composta por profissionais de nível superior com atribuições voltadas à coleta, análise e sistematização de informações.
Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a promover os ajustes necessários no organograma, regimento interno e demais instrumentos administrativos para o pleno funcionamento da Vigilância Socioassistencial.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino/Pr, em 12 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:F945DBDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.043, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

Decreto 6.043, de 10 de novembro de 2025.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, Isadora Folgassa da Silva, portadora do CPF/MF n.º 098.249.xxx-xx, do cargo de Técnica Administrativa, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 10 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:612A511F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 373, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Portaria 373, de 12 de novembro de 2025

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Vanderley Dimas Martinello – Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, conforme requerimento de diária n.º 239/2025, protocolo nº. 7808/2025, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 10 de novembro de 2025.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 12 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:134EC3B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 14/2025

Dispõe sobre a autorização para observação e acompanhamento de aluno por profissional externo nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitorino e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Vitorino, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que as escolas públicas municipais constituem espaços institucionais de educação, devendo assegurar a proteção, o bem-estar e a privacidade de todos os alunos;
CONSIDERANDO que o atendimento e acompanhamento especializados de estudantes no ambiente escolar são de responsabilidade dos profissionais vinculados à Rede Pública Municipal de Educação e Saúde;
CONSIDERANDO que, excepcionalmente, poderá haver necessidade de observação ou acompanhamento pontual de aluno por profissional particular (psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta, entre outros), mediante solicitação formal dos pais ou responsáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de resguardar as normas éticas, legais e de sigilo profissional no ambiente escolar;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, em caráter **excepcional e temporário**, a observação ou o acompanhamento de aluno por profissional externo nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitorino, observadas as condições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º A autorização referida no artigo anterior dependerá do cumprimento dos seguintes requisitos:

I – Apresentação, pela família, de **requerimento formal** à direção da escola, indicando o nome do profissional, sua área de atuação e o objetivo da observação;

II – Apresentação, pelo profissional, de **comprovação de registro** no respectivo Conselho de Classe (CRP, CRFa, CREFITO, etc.) e documento de identificação pessoal;

III – Assinatura, pelo profissional, do **Termo de Confidencialidade, Responsabilidade e Sigilo**, comprometendo-se a:
a) manter absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso;
b) respeitar o ambiente escolar e as rotinas pedagógicas;
c) não realizar atendimentos clínicos, avaliações, gravações ou intervenções com os alunos dentro da escola;
d) limitar sua presença à observação previamente autorizada pela Direção Escolar e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
e) não divulgar imagens, nomes ou dados de alunos, professores ou servidores.

Art. 3º A observação deverá ocorrer **sob acompanhamento de um servidor** designado pela direção da escola.

Art. 4º O descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas nesta Portaria implicará na **revogação imediata da autorização**, sem prejuízo das demais medidas administrativas ou legais cabíveis.

Art. 5º A autorização terá validade **somente durante o período especificado** no termo assinado e poderá ser **revogada a qualquer momento** pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Vitorino, 12 de novembro de 2025.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Decreto 5.725 de 22/01/2025

ANEXO I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, RESPONSABILIDADE E SIGILO

Eu, _____, profissional da área de _____, inscrito(a) no Conselho sob nº _____, declaro que:

1. Estou ciente de que minha presença na escola pública municipal tem caráter exclusivamente de **observação autorizada**, sem fins de atendimento clínico;

2. Comprometo-me a manter **sigilo absoluto** sobre qualquer informação, imagem ou dado pessoal a que tiver acesso durante minha permanência na unidade escolar;

3. Comprometo-me a **não intervir diretamente** com alunos, professores ou servidores, salvo quando expressamente autorizado pela direção escolar;

4. Declaro estar ciente de que o **descumprimento** das normas implicará a **suspensão imediata da autorização** e comunicação ao respectivo Conselho Profissional.

Local e data: _____
Assinatura do(a) Profissional: _____
Assinatura da Direção Escolar: _____
Assinatura da Secretaria Municipal de Educação: _____

Publicado por:
Daniele Giacomet
Código Identificador:48520CA2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3394, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 3394, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar/Especial no Orçamento do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o Exercício de 2025, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 779, de 11 de novembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento-Programa do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o exercício de 2025, um crédito adicional SUPLEMENTAR/ESPECIAL no valor de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), mediante as seguintes dotações:

12.00	*- Secretária de Urbanismo*		
12.01	*- Secretária de Urbanismo*		
0016.0482.0053.1002	*- Habitação Popular*		
44905100.0000	*- Obras e Instalações*		
25003	*- TERMO DE COMPROMISSO Nº 983426/2025/MCIDADES/CAIXA - Habitação*	*R$*	*2.100.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR/ESPECIAL de que trata o presente Decreto, serão:

- Excesso de Arrecadação de Receitas provenientes do TERMO DE COMPROMISSO Nº 983426/2025/MCIDADES/CAIXA:

25003	*- TERMO DE COMPROMISSO Nº 983426/2025/MCIDADES/CAIXA - Habitação*	*R$*	*2.100.000,00*

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:D06B0189

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1266-2025 - FÉRIAS E.R.M. COSTA E SILVA

PORTARIA Nº 1.266/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 6.128/2025, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação Cultura e Esporte/Escola Rural Municipal Presidente Costa e Silva, conforme segue:

Matrícula Funcional	Nome do Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data de Fruição das Férias
3451-2	Cristine Posso de Souza	Zelador Escolar Temporário	21/11/2024 a 20/11/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
784-0	Edimara Baranzelli Chechi	Professor	01/01/2025 a 31/12/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
3751-6	Gabriela Cassia Nogueira	Professor Temporário	06/03/2025 a 05/03/2026	22/12/2025 a 20/01/2026
1310-2	Jociani de Quadros Antonio Zuconelli	Auxiliar de Serviços Gerais	01/01/2025 a 31/12/2025	22/12/2025 a 20/01/2026
3894-4	Kamilly Maria Zuconelli Favero	Professor Temporário	20/10/2025 a 19/10/2026	22/12/2025 a 20/01/2026
1567-0	Maria Elizabete Neckel Schelle	Professor	01/01/2025 a 31/12/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
3100-5	Maria Elizabete Neckel Schelle	Professor	21/06/2024 a 20/06/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
1574-4	Mariane de Souza	Professor	01/01/2025 a 31/12/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
2205-4	Mariane de Souza	Professor	01/08/2024 a 31/07/2025	17/12/2025 a 15/01/2026
3697-2	Patricia Ferrari	Professor	13/02/2025 a 12/02/2026	17/12/2025 a 15/01/2026
3678-2	Sandra Mara Graffunder	Professor	03/02/2025 a 02/02/2026	17/12/2025 a 15/01/2026
3710-2	Sandra Mara Graffunder	Professor Temporário	17/02/2025 a 16/02/2026	22/12/2025 a 20/01/2026
2250-0	Suzani Pletsch Verlindes dos Santos	Professor	05/10/2024 a 28/10/2025	17/12/2025 a 15/01/2026

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:87AFC815

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 477/2025- INSTITUI A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA – CFT NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 477, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e de acordo com a Lei Municipal n° 3.702/2018 de 04/04/2018,
CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.555, de 30 de julho de 2013, do Ministério da Saúde, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.897/GM/MS, de 26 de julho de 2017, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2017 no âmbito do SUS;
CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no Município para alcance da saúde individual e coletiva;
CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;
CONSIDERANDO a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade; e
CONSIDERANDO a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde.
D E C R E T A:
Art. 1o Fica instituída a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chopinzinho, órgão de caráter deliberativo, normativo e consultivo e, que tem por objetivo principal padronizar e atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, baseada na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, considerando também a Relação Regional de Medicamentos Essenciais –REREME da 7ª Regional de Saúde e, estabelecer normas e procedimentos voltados à promoção do acesso e uso racional de medicamentos e acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).
§1° A Comissão de que trata o *caput* deste artigo, funcionará como órgão de assessoramento da Administração Municipal, tendo assegurada a sua autonomia funcional.
§ 2º A Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT será constituída por profissionais de saúde integrantes do Serviço Público Municipal de Chopinzinho, equipe multiprofissional composta por farmacêuticas, médicos, dentistas e enfermeiros,
§ 3º Os membros da CFT serão nomeados mediante Portaria expedida pelo Prefeito Municipal ou pela Secretária Municipal de Saúde, a quem caberá, igualmente, a designação do Presidente da Comissão.
Art. 2o A Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT será regida nos termos deste Decreto e de seu Regimento Interno.
Art. 3o São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT:
I - elaborar a lista de medicamentos padronizados, mantê-la atualizada e divulgá-la, com intuito de ser um instrumento para a prescrição médica e odontológica;
II - estabelecer e revisar normas de prescrição e dispensação de medicamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
III - propor estratégias de avaliação da prescrição, dispensação e utilização dos medicamentos para constante qualificação da rede de serviços municipais;
IV - assessorar a Secretaria Municipal de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;
V - formular diretrizes e implementar políticas institucionais relacionadas com a seleção, prescrição e elaboração da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME;
VI - elaborar e atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, com discriminação dos medicamentos utilizados nos diferentes níveis de atenção;
VII - analisar periodicamente as estatísticas de morbidade e mortalidade com o objetivo de identificar as necessidades de alterações da REMUME;
VIII - participar da elaboração de normas para prescrição e uso dos medicamentos da REMUME;
IX - atualizar as informações relacionadas as indicações, contraindicações, duração do tratamento e doses dos medicamentos da REMUME;
X - manter constantes estudos referentes à atualização da REMUME;
XI - estabelecer os critérios de prioridade para orientar a área de aquisição de medicamentos;
XII - estabelecer critérios de inclusão e exclusão para padronização de medicamentos;
XIII - estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município;
XIV - padronizar fármacos utilizando como critérios fundamentais de escolha: eficácia comprovada, segurança, qualidade e custo, com base primordial na RENAME, a qual é elaborada pela CONITEC (Comissão de Incorporação de Tecnologias no SUS – Lei nº 12.401/11).
XV - incentivar o uso dos nomes dos medicamentos pela Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, Denominação Comum Internacional (DCI);
XVI - elaborar e avaliar protocolos de tratamento elaborados pelos diferentes serviços, definir critério para inclusão de pacientes em programas específicos e validá-los;
XVII - avaliar estudos de custo/efetividade de medicamentos e insumos;
XVIII - acompanhar os pacientes em uso de medicamentos recém-padronizados, buscando resposta ao tratamento (eficácia) e possíveis reações adversas por meio de notificações e busca ativa;
XIX - organizar a comunicação interna de divulgações de informes, boletins, dentre outros;

XX - promover ações que estimulem o uso racional de medicamentos e atividades de farmacovigilância;
XXI - analisar possíveis queixas de desvio de qualidade e reações adversas a medicações, contribuindo para as ações de farmacovigilância;
XXII - assessorar os gestores da Secretaria Municipal de Saúde em assuntos de competência da Comissão;
XXIII - assessor a Gestão nos processos de judicialização do direito à saúde;
XXIV - colaborar na descrição técnica dos produtos farmacêuticos a serem adquiridos;
XXV - definir anualmente metas de melhoria de suas estratégias;
XXVI - fornecer informação sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;
XXVII - fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe de saúde;
XXVIII - incentivar e promover a educação permanente dos profissionais.
Parágrafo único. Os protocolos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde que abordem terapêutica farmacológica, assim como quaisquer alterações nos fluxos de dispensação de medicamentos, deverão ser submetidos para análise e aprovação pela Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT antes de sua instituição.
Art. 4o A elaboração da REMUME terá como referência a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), os protocolos de tratamento publicados pelo Ministério da Saúde e entidades científico-profissionais nacionais e internacionais e os diversos trabalhos da revisão da farmacoterapia baseada em evidência, publicados por instituições e centros de reconhecida competência e pela colaboração de médicos, farmacêuticos e demais profissionais de saúde com sua experiência prático-teórica.
Art. 5° A seleção de medicamentos deve objetivar:
I - registro no país em conformidade com a legislação sanitária;
II - necessidade segundo aspectos clínicos e epidemiológicos;
III - valor terapêutico comprovado, com base na melhor evidência científica em seres humanos, destacando segurança, eficácia e efetividade;
IV - composição com única substância ativa, dose, apenas em casos especiais, associações em doses fixas;
V - o princípio ativo conforme Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, Denominação Comum Internacional (DCI);
VI - informações suficientes quanto às características farmacotécnicas, farmacocinéticas e farmacodinâmicas;
VII - preço de aquisição, armazenamento, distribuição e controle;
VIII - menor custo do tratamento/dia e custo total do tratamento, resguardando segurança, eficácia, efetividade e qualidade de vida;
IX - concentração, forma farmacêutica, esquema posológico e apresentação, considerando a comodidade para a administração aos pacientes, faixa etária, facilidade para cálculo de dose e de fracionamento ou multiplicação de doses, bem como perfil de estabilidade mais adequado às condições de armazenamento e uso.
Parágrafo único. Tais critérios foram adotados com base na Lei nº 12.401 de 28 de abril de 2011 que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Art. 6° A compra de medicamentos não previstos na REMUME ou nos protocolos elaborados de medicamentos não padronizados, que devem ser adquiridos em caráter emergencial, será analisada pela Secretária Municipal de Saúde.
Parágrafo único. A autorização para aquisição do medicamento específico não implica na inclusão do mesmo na REMUME, que permanecerá inalterada.
Art. 7° Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.
§ 1º Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão.
§ 2º Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.
Art. 8° A Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT deverá ser composta por no mínimo 07 (sete) membros, na qualidade de membros efetivos, obedecendo a seguinte representação:
I - 01 (um) Representante do Componente Básico de Assistência Farmacêutica;
II - 01 (um) farmacêutico do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;
III - 02 (dois) Representante da área de Medicina da Estratégia da Saúde da Família;
IV - 01 (um) Representante da área de Medicina de Auditoria;
V - 01 (um) Representante da área de Enfermagem;
VI - 01 (um) Representante da área de Odontologia.
Art. 9° Estabelecer que o mandato das pessoas que compõem aludida Comissão será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.
Art. 10 Determinar que durante o prazo do mandato, os membros da Comissão, terão disponibilidade de carga horária para elaboração dos trabalhos destinados a presente Comissão.
Art. 11 Considerando-se o relevante interesse público relativo à Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT e inerência das atribuições dos membros às atividades do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas nesta comissão.
Art. 12 A partir da data de publicação deste Decreto a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT terá um prazo de até 90 (noventa) dias para elaboração e apresentação, para homologação do Gestor da Saúde, de uma proposta para o seu Regimento Interno.
Art. 13 As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT têm caráter normativo e devem ser publicadas, depois de homologadas pelo Gestor da Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.
Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

FORMULÁRIO PARA SOLICITACAO DE ALTERAÇÃO NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

Tipo de Proposta:	( ) inclusão ( ) exclusão ( ) alteração		
Nome Genérico (Denominação Comum Brasileira ou Internacional) do(s) fármaco(s) a ser(em):			
Incluído :			
Excluído:			
Alterado:			
Nome(s) comercial(is) do medicamento a ser incluído:			
Laboratório(s) farmacêutico(s) fabricante(s) do medicamento a ser incluído:			
Concentração / Unidade de concentração do medicamento a ser incluído:			
Forma Farmacêutica:	( ) comprimido ( ) cápsula ( ) drágea ( ) solução oral ( ) xarope ( ) supositório ( ) ampola ( ) frasco-ampola ( ) pomada ( ) creme ( ) outra - Especificar:		
Consta da Última Edição da RENAME?	( ) SIM	Integra o elenco de algum programa governamental?	( ) SIM ( ) NÃO

	( ) NÃO		
Classe Terapêutica:			
Indicações terapêuticas sugeridas:			
Está registrado na ANVISA para a(s) indicação(ões) proposta(s)?	( ) SIM ( ) NÃO		
Justificativa terapêutica para a solicitação de inclusão/exclusão:			
Dose diária definida:	Adulto:		
	Pediátrica:		
Duração do tratamento:			
O medicamento proposto pode ser comparado com outros produtos do mesmo grupo ou classe terapêutica constante da REMUME?	( ) NÃO ( ) SIM, quais?		
O medicamento proposto pode ser comparado com outros produtos do mesmo grupo ou classe terapêutica constante da RENAME?	( ) NÃO ( ) SIM, quais?		
Resumo das evidências clínicas e/ou econômicas que justifiquem a solicitação de **Inclusão**/ **exclusão**/ **substituição** (eficácia, efeitos colaterais, contra-indicações, precauções, toxicidade, custo/benefício, custo médio do tratamento, etc.) com as referências bibliográficas*.			
*Anexar, no mínimo, três referências bibliográficas (revisões sistemáticas, metanálises ou ensaios clínicos randomizados). No caso de substituição, apresentar estudos comparativos entre o fármaco proposto e o tratamento convencional. Evitar estudos patrocinados pelos fabricantes.			
DADOS DO PROPONENTE			
Nome:			
Instituição:			
Cargo / Função:			
Conselho de Classe / Nº:			
Telefone(s) / Fax para Contato:			
E-mail:			
Data: ___/___/_____	Carimbo e Assinatura		

Obs: as solicitações de indicações sem referência de bibliografia e preenchidas incompletamente não serão avaliadas.

Glossário e Sugestão para Consultas:

DCB e **DCI** são siglas usadas para designar a denominação genérica, de acordo com a Denominação Comum Brasileira ou a Denominação Comum Internacional, respectivamente. A Lista das DCBs pode ser acessada em http://www.anvisa.gov.br/hotsite/farmacopeiabrasileira/conteudo/2013/marco/DCB%20IFA%20e%20EXA%2015-3.pdf

RENAME é a abreviatura para a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, cuja última edição data de 2015 e pode ser acessada em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/0DAF/RENAME2014ed2015.pdf

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – http://portal.anvisa.gov.br/

Publicado por:
Thaise Viola
Código Identificador:5E87F947

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** GERSON RODRIGUES DA CRUZ, pessoa física, residente e domiciliado no Sítio Boa Esperança, Bairro Marcadão, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade n° 7.402.565-0/Pr e CPF nº 022.149.479-06.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	65	Abóbora seca	16	R$ 4,28	R$ 68,48
2	Kg	50	Abobrinha verde	12	R$ 5,01	R$ 60,12
3	Und	80	Alface americana 300 gr	20	R$ 4,06	R$ 81,20
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
7	Kg	330	Banana Nanica	82	R$ 4,57	R$ 374,74
8	Kg	200	Batata doce	50	R$ 3,66	R$ 183,00
9	Kg	40	Beterraba	10	R$ 4,34	R$ 43,40
12	Kg	65	Cenoura	16	R$ 3,63	R$ 58,08
20	Kg	40	Limão	10	R$ 5,48	R$ 54,80
21	Kg	50	Mandioca descascada	12	R$ 6,06	R$ 72,72
22	Kg	50	Maracujá	12	R$ 12,76	R$ 153,12
24	Kg	130	Milho sem palha	32	R$ 7,12	R$ 227,84
25	Kg	100	Morango	25	R$ 20,32	R$ 508,00
30	Kg	125	Tangerina/Ponkan	31	R$ 7,51	R$ 232,81
31	Kg	37	Tomatinho cereja	9	R$ 10,86	R$ 97,74
32	Kg	20	Vagem	5	R$ 14,24	R$ 71,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 12.066,07 (doze mil e sessenta e seis reais e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

GERSON RODRIGUES DA CRUZ
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:40BDFA8A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** JOÃO BATISTA CEZÁRIO pessoa física, residente e domiciliado na Rua Iguaçu, 152, centro, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de Rg. nº 4.652.710-0/Pr e CPF n° 670.528.789- 68.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	65	Abóbora seca	16	R$ 4,28	R$ 68,48
2	Kg	50	Abobrinha verde	12	R$ 5,01	R$ 60,12
3	Und	80	Alface americana 300 gr	20	R$ 4,06	R$ 81,20
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
5	Und	75	Almeirão 300 gr	18	R$ 4,66	R$ 83,88
6	Kg	200	Banana maçã	50	R$ 8,46	R$ 423,00
7	Kg	330	Banana Nanica	82	R$ 4,57	R$ 374,74
8	Kg	200	Batata doce	50	R$ 3,66	R$ 183,00
11	Und	60	Cebolinha verde 100 gr	15	R$ 3,42	R$ 51,30
13	Und	125	Chicoria 300 gr	31	R$ 4,36	R$ 135,16
14	Und	75	Chuchu	18	R$ 4,21	R$ 75,78
16	Und	110	Couve manteiga 300 gr	27	R$ 4,66	R$ 125,82
18	Kg	300	Goiaba	75	R$ 7,22	R$ 541,50
19	Kg	175	Laranja pêra	43	R$ 5,21	R$ 224,03
20	Kg	40	Limão	10	R$ 5,48	R$ 54,80
21	Kg	50	Mandioca descascada	12	R$ 6,06	R$ 72,72
22	Kg	50	Maracujá	12	R$ 12,76	R$ 153,12
24	Kg	130	Milho sem palha	32	R$ 7,12	R$ 227,84
28	Und	62	Rúcula 300 gr	15	R$ 4,76	R$ 71,40
29	Und	30	Salsinha 100 gr	7	R$ 3,62	R$ 25,34
31	Kg	37	Tomatinho cereja	9	R$ 10,86	R$ 97,74
32	Kg	20	Vagem	5	R$ 14,24	R$ 71,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 16.702,21 (dezesseis mil, setecentos e dois reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA CEZÁRIO
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:682C0063

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** LEANDRO MATIAS DOS ANJOS, pessoa física, residente e domiciliado na Rua Tabajara, nº 148, centro, cep.: 86.970- 000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de Rg. nº 12.625.237-4/Pr e CPF n° 084.237.299-74.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
2	Kg	50	Abobrinha verde	12	R$ 5,01	R$ 60,12
3	Und	80	Alface americana 300 gr	20	R$ 4,06	R$ 81,20
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
9	Kg	40	Beterraba	10	R$ 4,34	R$ 43,40
11	Und	60	Cebolinha verde 100 gr	15	R$ 3,42	R$ 51,30
16	Und	110	Couve manteiga 300 gr	27	R$ 4,66	R$ 125,82
21	Kg	50	Mandioca descascada	12	R$ 6,06	R$ 72,72
22	Kg	50	Maracujá	12	R$ 12,76	R$ 153,12
25	Kg	100	Morango	25	R$ 20,32	R$ 508,00
26	Kg	70	Pepino	17	R$ 5,96	R$ 101,32
27	Kg	130	Repolho	32	R$ 3,09	R$ 98,88
29	Und	30	Salsinha 100 gr	7	R$ 3,62	R$ 25,34
32	Kg	20	Vagem	5	R$ 14,24	R$ 71,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 7.576,92 (sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

LEANDRO MATIAS DOS ANJOS
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:4CBAF90A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** LEOMAR DELFINA DOS SANTOS, pessoa física, residente e domiciliado no Sítio Santo Antônio, bairro Santo Antônio, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de Rg. nº 7.732.245- 0/Pr e CPF n° 043.270.249-02.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	65	Abóbora seca	16	R$ 4,28	R$ 68,48
19	Kg	175	Laranja pêra	43	R$ 5,21	R$ 224,03

20	Kg	40	Limão	10	R$ 5,48	R$ 54,80
23	Kg	500	Mixirica	125	R$ 7,99	R$ 998,75
30	Kg	125	Tangerina/Ponkan	31	R$ 7,51	R$ 232,81

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 7.921,77 (sete mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

LEOMAR DELFINA DOS SANTOS
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:72CD4146

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** MARIA APARECIDA DOS SANTOS, pessoa física, residente e domiciliada na Estrada Água São Joaquim, cep.: 86.970- 000, Corumbataí do Sul – Pr, portadora da cédula de Rg. nº 4.445.139-5/Pr e CPF n° 825.585.239-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	65	Abóbora seca	16	R$ 4,28	R$ 68,48
2	Kg	50	Abobrinha verde	12	R$ 5,01	R$ 60,12
10	Kg	100	Brócolis	25	R$ 7,45	R$ 186,25
17	Kg	200	Couve-flor	50	R$ 8,60	R$ 430,00
19	Kg	175	Laranja pêra	43	R$ 5,21	R$ 224,03
20	Kg	40	Limão	10	R$ 5,48	R$ 54,80
21	Kg	100	Mandioca descascada	25	R$ 6,06	R$ 151,50
22	Kg	50	Maracujá	12	R$ 12,76	R$ 153,12
24	Kg	140	Milho sem palha	35	R$ 7,12	R$ 249,20
26	Kg	65	Pepino	16	R$ 5,96	R$ 95,36
27	Kg	130	Repolho	32	R$ 3,09	R$ 98,88
30	Kg	125	Tangerina/Ponkan	31	R$ 7,51	R$ 232,81
31	Kg	37	Tomatinho cereja	9	R$ 10,86	R$ 97,74
32	Kg	20	Vagem	5	R$ 14,24	R$ 71,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 10.953,41 (dez mil, novecentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:88245182

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** PAULO DEMETCKE, pessoa física, residente e domiciliado no Sítio Bela Vista, bairro Guaraci, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de Rg. nº 7.215.154-2/Pr e CPF n° 040.147.969- 22.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	65	Abóbora seca	16	R$ 4,28	R$ 68,48
3	Und	100	Alface americana 300 gr	25	R$ 4,06	R$ 101,50
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
5	Und	75	Almeirão 300 gr	18	R$ 4,66	R$ 83,88
6	Kg	200	Banana maçã	50	R$ 8,46	R$ 423,00
7	Kg	340	Banana Nanica	85	R$ 4,57	R$ 388,45
9	Kg	40	Beterraba	10	R$ 4,34	R$ 43,40
11	Und	60	Cebolinha verde 100 gr	15	R$ 3,42	R$ 51,30
12	Kg	70	Cenoura	17	R$ 3,63	R$ 61,71
16	Und	130	Couve manteiga 300 gr	32	R$ 4,66	R$ 149,12
19	Kg	175	Laranja pêra	43	R$ 5,21	R$ 224,03
21	Kg	100	Mandioca descascada	25	R$ 6,06	R$ 151,50
27	Kg	140	Repolho	35	R$ 3,09	R$ 108,15
28	Und	62	Rúcula 300 gr	15	R$ 4,76	R$ 71,40
29	Und	30	Salsinha 100 gr	7	R$ 3,62	R$ 25,34
30	Kg	125	Tangerina/Ponkan	31	R$ 7,51	R$ 232,81

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 11.527,59 (onze mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove cetanvos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

PAULO DEMETCKE
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:2AA5B94C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** PAULO SÉRGIO CORREA DA SILVA, pessoa física, residente e domiciliado no Sítio Santo Antônio, bairro Dos Borges, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de Rg. nº 1.938.519-1/Pr e CPF n° 331.195.209-10.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
18	Kg	700	Goiaba	175	R$ 7,22	R$ 1.263,50

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 6.317,50 (seis mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

PAULO SÉRGIO CORREA DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:90EF3A6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** RILDO APARECIDO MARINS, pessoa física, residente e domiciliad na Rua Projetada D, nº 38, Vila Rural Novos Caminhos, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portadora da cédula de Rg. nº 7.748.195-8/Pr e CPF n° 026.439.999-40.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
1	Kg	75	Abóbora seca	18	R$ 4,28	R$ 77,04
3	Und	80	Alface americana 300 gr	20	R$ 4,06	R$ 81,20
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
5	Und	75	Almeirão 300 gr	18	R$ 4,66	R$ 83,88
9	Kg	40	Beterraba	10	R$ 4,34	R$ 43,40
11	Und	60	Cebolinha verde 100 gr	15	R$ 3,42	R$ 51,30
15	Und	150	Colorau em pó (300gr)	37	R$ 9,64	R$ 356,68
21	Kg	50	Mandioca descascada	12	R$ 6,06	R$ 72,72
28	Und	62	Rúcula 300 gr	15	R$ 4,76	R$ 71,40
29	Und	30	Salsinha 100 gr	7	R$ 3,62	R$ 25,34

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 4.922,28 (quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

RILDO APARECIDO MARINS
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:3C2CA1FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 17-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** SOLANGE RIBEIRO PEREIRA ALCANTARA, pessoa física, residente e domiciliada no Sítio São Geraldo, Bairro Agua Bonita, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portadora da cédula de Rg. nº 10.312.186-8/Pr e CPF n° 072.974.779-40.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% na quantidade de fornecimento, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Und	Qtd Licitada	Descrição	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt. R$	Vlr. Total R$
2	Kg	50	Abobrinha verde	12	R$ 5,01	R$ 60,12
3	Und	80	Alface americana 300 gr	20	R$ 4,06	R$ 81,20
4	Und	100	Alface crespa 300gr	25	R$ 4,26	R$ 106,50
5	Und	75	Almeirão 300 gr	18	R$ 4,66	R$ 83,88
9	Kg	40	Beterraba	10	R$ 4,34	R$ 43,40
10	Kg	100	Brócolis	25	R$ 7,45	R$ 186,25
11	Und	60	Cebolinha verde 100 gr	15	R$ 3,42	R$ 51,30
12	Kg	65	Cenoura	16	R$ 3,63	R$ 58,08
13	Und	125	Chicoria 300 gr	31	R$ 4,36	R$ 135,16
14	Und	75	Chuchu	18	R$ 4,21	R$ 75,78
15	Und	150	Colorau em pó (300gr)	37	R$ 9,64	R$ 356,68
20	Kg	40	Limão	10	R$ 5,48	R$ 54,80
26	Kg	70	Pepino	16	R$ 5,96	R$ 95,36
28	Und	62	Rúcula 300 gr	16	R$ 4,76	R$ 76,16
29	Und	30	Salsinha 100 gr	7	R$ 3,62	R$ 25,34
31	Kg	37	Tomatinho cereja	9	R$ 10,86	R$ 97,74
32	Kg	20	Vagem	5	R$ 14,24	R$ 71,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 8.404,43 (oito mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e três centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

SOLANGE RIBEIRO PEREIRA ALCANTARA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:B9BA8E85

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes,

	em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF: 05.490.249/0001-46

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	bebedouro de água industrial 50 litros de coluna; bebedouros + filtro, 2 torneiras natural e gelada. bebedouro em aço inox. água filtrada e gelada com qualidade em um único reservatório. acompanha filtro (externo) de fácil instalação, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. ideal para ambientes de grande movimento, corpo e estrutura em aço inox 430 e pés reguláveis; aparador de água (pingadeira) em aço inox 430; serpentina em aço inox 304 (interna); reservatório em polipropileno atóxico; isolamento térmico em ps; boia controladora do nível de água; tomada de 3 pinos conforme a norma da abnt/nbr/603351. certificado pelo inmetro; baixo consumo de energia; termostato com 7 níveis para controle de temperatura; gás ecológico r134a; refrigeração por compressor que garante maior eficiência; motor tecumseh 1/8+ hp 127v (2,5a) ou 220v (1,10a) 60hz-280w; tensão/potência: 110v; armazena 50 litros de água gelada; consumo médio: 9,21 kw/h mês; medidas do produto: dimensões (cxaxp) sem embalagem. altura: 135 cm; largura: 55 cm; profundidade: 58 cm; peso: 30kg; garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação pelo fabricante. unid. 1 r$2.746,21 r$2.746,21	1	R$ 1.929,8100	R$ 1.929,8100

Valor Total Homologado - R$ 1.929,81

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:A2B126FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO EAGLE CLIMATIZACAO LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes, em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: EAGLE CLIMATIZACAO LTDA
CNPJ/CPF: 48.207.859/0001-00

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ar condicionado, exemplo: condicionador de ar split system do tipo hi wall. deverá ter capacidade mínima de refrigeração de 12000 btu/h (ou potência compatível com a necessidade de cada local) bivolt automático, vazão nominal, monofásico (evaporador e condensador). disjuntor 20ª. ciclo frio ou reverso, de cor branca, com compressor rotativo, controle remoto sem fio, com alcance mínimo de cinco metros, display integrado, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), com funções de refrigeração, ventilação, termômetro e termostato, timer, alarme com acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. unidade evaporadora com aletas móveis. display na unidade evaporadora com as funções de temperatura, ventilação e refrigeração. filtro bactericida e eletrostático para eliminar odores no ar. garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento definitivo. certificação do inmetro e selo procel de economia de energia (classe de consumo procel a). unid. 2 r$3.170,00 r$6.340,00	2	R$ 2.000,0000	R$ 4.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 4.000,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:9F45570C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO FRANCIELE ELETRO LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	44/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	12/11/2025
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de equipamentos de refrigeração, mobiliário em aço inox, veículos utilitários, equipamentos de informática e demais bens permanentes, em atendimento ao Termo de Convênio nº 565/2025 – DESAN, firmado com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/DESAN), visando a implantação da Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do Município de Nossa Senhora das Graças.

20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: FRANCIELE ELETRO LTDA
CNPJ/CPF: 47.646.580/0001-52

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	Freezer horizontal, 2 portas, mínimo de 400 litros, 110v, eficiência energética – modelo a cor branco, medias aproximadas 90 cm altura, 132,3 cm largura, 76 cm profundidade, 60 kg peso.	2	R$ 2.940,0000	R$ 5.880,0000
5	Refrigerador frost free, duas portas, capacidade minima de 437 litros, branca, 110 volts, eficiência energética – modelo a, cor inox, características: capacidade mínima de 437l (292l no refrigerador e 145l no freezer); side by side (freezer na porta esquerda e refrigerador na porta direita); painel touch; controle de temperatura do freezer e refrigerador de forma independente; freezer com temperaturas de -14°c a -22°c; refrigerador com temperaturas de 2 a 8°c; funções smart, eco, turbo freezer e turbo refrigerador; alarme de porta aberta; iluminação interna led; porta em aço com tratamento anti-corrosão; prateleiras em vidro temperado; divisão do refrigerador: 4 prateleiras, 1 gaveta e 3 prateleiras de porta; divisão do freezer: 4 prateleiras, 1 gaveta e 4 prateleiras de porta; compressor inverter.	2	R$ 4.200,0000	R$ 8.400,0000

Valor Total Homologado - R$ 14.280,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 12 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:95A79D3A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO N° 003/2025 - PROCESSO Nº 278/2025

AVISO DE RESULTADO

CREDENCIAMENTO N° 003/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos “PLANTÕES MÉDICOS”, visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento – PA, ou em outros locais sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D’Oeste/PR, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2025 - Processo Administrativo nº 278/2025 e seus anexos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar. Torna-se público o resultado do certame em epígrafe, em favor das proponentes credenciadas abaixo relacionadas.

1 - SERVIÇOS MÉDICOS MARTINS					
PROFISSIONAL 1: ADRIANA BORGES MARTINS					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

2 - JULIA LUIZA PICININ LTDA					
PROFISSIONAL 1: JULIA LUIZA PICININ					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

3 - EMANUELLY LUIZA SIEGA LTDA

PROFISSIONAL 1: EMANUELLY LUIZA SIEGA

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

4 - CLINICA MEDICA MARCOS VINICIUS LTDA

PROFISSIONAL 1: MARCOS VINICIUS DE SOUZA CARMO

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

5 - ERICA PUREZA DE JESUS LTDA

PROFISSIONAL 1: TYAGO ORTOLAN ARANTES

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

6 - BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO CLINICA MEDICA LTDA

PROFISSIONAL 1: -BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

7 - JOAO CARDINAL LUGO LTDA

PROFISSIONAL 1: JOAO CARDINAL LUGO

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

8 - MR PACOLA SERVICOS MEDICOS LTDA

PROFISSIONAL 1: MAIRA RODRIGUES PACOLA

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

9 - ADM MEDICA GESTAO E SAUDE LTDA

PROFISSIONAL 1: LUIZ RENATO CAMARGO ZORZETTO
PROFISSIONAL 2: MARCOS VINICIUS RUIZ DIAZ PATUZZO

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

10 - AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA

PROFISSIONAL 1: DAVID BONINI VIEIRA CAMPANHA

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

11 - CADI SERVICOS MEDICOS S/A

PROFISSIONAL 1: LETICIA PEDRO CASINI
PROFISSIONAL 2: NATHALIA LARISSA DE MATOS ABE

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92

2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

São Jorge D'Oeste-PR, 12 de novembro de 2025.

MÁRIO A. SANGALETTI
Agente de Contratação
Portaria 2.915/2025

Publicado por:
Mario Augusto Sangaletti
Código Identificador:EE519EAA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 - PROCESSO Nº 278/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO N° 003/2025 - PROCESSO Nº 278/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento – PA, ou em outros locais sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2025 - Processo Administrativo nº 278/2025 e seus anexos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar. Torna-se público o resultado do certame em epígrafe, em favor das proponentes credenciadas abaixo relacionadas.

EMPRESAS VENCEDORAS – POR ORDEM DE CREDENCIAMENTO.

1 - SERVIÇOS MÉDICOS MARTINS					
PROFISSIONAL 1: ADRIANA BORGES MARTINS					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

2 - JULIA LUIZA PICININ LTDA					
PROFISSIONAL 1: JULIA LUIZA PICININ					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

3 - EMANUELLY LUIZA SIEGA LTDA					
PROFISSIONAL 1: EMANUELLY LUIZA SIEGA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

4 - CLINICA MEDICA MARCOS VINICIUS LTDA					
PROFISSIONAL 1: MARCOS VINICIUS DE SOUZA CARMO					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

5 - ERICA PUREZA DE JESUS LTDA					
PROFISSIONAL 1: TYAGO ORTOLAN ARANTES					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal:	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00

	Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.				
					R$ 1.378.281,92

6 - BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO CLINICA MEDICA LTDA					
PROFISSIONAL 1: -BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

7 - JOAO CARDINAL LUGO LTDA					
PROFISSIONAL 1: JOAO CARDINAL LUGO					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

8 - MR PACOLA SERVICOS MEDICOS LTDA					
PROFISSIONAL 1: MAIRA RODRIGUES PACOLA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

9 - ADM MEDICA GESTAO E SAUDE LTDA					
PROFISSIONAL 1: LUIZ RENATO CAMARGO ZORZETTO **PROFISSIONAL 2:** MARCOS VINICIUS RUIZ DIAZ PATUZZO					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

10 - AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA					
PROFISSIONAL 1: DAVID BONINI VIEIRA CAMPANHA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

11 - CADI SERVICOS MEDICOS S/A					
PROFISSIONAL 1: LETICIA PEDRO CASINI **PROFISSIONAL 2:** NATHALIA LARISSA DE MATOS ABE					
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL DO ITEM**
1	Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo.	Plantão	8	R$ 3.268,74	R$ 26.149,92
2	Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.	Plantão	800	R$ 1.690,17	R$ 1.352.132,00
					R$ 1.378.281,92

São Jorge D'Oeste-PR, 12 de novembro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Mario Augusto Sangaletti
Código Identificador:B225D03B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 076/2025

DECRETO N.º 076/2025, de 1º de Setembro de 2025.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 927 de 16 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica autorizado a abertura de crédito adicional no Orçamento Geral do Exercício corrente do Município de Abatiá, Estado do Paraná, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, no valor de R$ 1.171.230,54 (Um milhão, cento e setenta e um mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), conforme descrito abaixo:

SUPLEMENTAR à R$ 1.155.830,54

02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
002	DEPARTAMENTO JURÍDICO	
02.122.0205.2007	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
14 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	7.000,00
03	ADMINISTRACAO GERAL	
001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
28.846.0303.2010	CONTRIBUICAO AO PASEP	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
26 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	88.500,00
03	ADMINISTRACAO GERAL	
002	DIVISAO DE PESSOAL	
11.332.0305.2012	ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
42 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	21.500,00
03	ADMINISTRACAO GERAL	
004	DIVISAO DE FINANCAS	
04.123.0308.2014	MANUTENCAO DA DIVISA DE FINANCAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
45 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	10.000,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.451.0402.2018	PAVIMENTACAO E RECUPERACAO DE VIAS PUBLICAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
57 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	5.500,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.452.0403.2019	MANUTENCAO DO ALMOXARIFADO E SERVICOS GERAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
65 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	60.000,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.452.0403.2019	MANUTENCAO DO ALMOXARIFADO E SERVICOS GERAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
65 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	60.000,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.452.0403.2019	MANUTENCAO DO ALMOXARIFADO E SERVICOS GERAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
69 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	11.000,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.452.0403.2019	MANUTENCAO DO ALMOXARIFADO E SERVICOS GERAIS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	
403 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	25.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0501.2023	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
407 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	35.500,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
90 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	5.500,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1140 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	8.400,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1140 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	4.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
408 | 05499	INCENTIVO FINANCEIRO ESTADUAL DE CUSTEIO AO PROGRAMA DE	16.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	
1143 | 07495	EMENDA PARLAMENTAR - ATENÇÃO BÁSICA	33.000,00

05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
102 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	500,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2025	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DA SAUDE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
106 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	800,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2025	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DA SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
307 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	50.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2025	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE DA SAUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
108 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	10.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0507.2030	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
132 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	10.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0507.2030	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
134 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0507.2030	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
963 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	3.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.306.0606.2043	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR PRE ESCOLA	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
148 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	2.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2034	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1119 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	13.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2034	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
161 | 00101	Fundeb 60%	185.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2034	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1128 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2034	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FUNDEB	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1149 | 00102	Fundeb 40%	500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2034	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FUNDEB	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1136 | 00104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	42.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2036	MANUTENCAO DA EDUCACAO DEMAIS RECURSOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
169 | 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0601.2036	MANUTENCAO DA EDUCACAO DEMAIS RECURSOS	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
966 | 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.900,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0605.2041	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
204 | 00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0605.2041	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
207 | 01013	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	18.200,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0603.2039	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL DEMAIS RECURSOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

1175 | 00104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	6.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0603.2039	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL DEMAIS RECURSOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
11078 | 00104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	4.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0603.2082	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1024 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	190.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0603.2082	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1030 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	25.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0603.2082	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1046 | 00104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	21.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.366.0601.2035	MANUTENCAO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
196 | 00101	Fundeb 60%	7.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0607.2045	INCENTIVO A REALIZACAO DE EVENTOS CULTURAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
319 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	2.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0607.2045	INCENTIVO A REALIZACAO DE EVENTOS CULTURAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
986 | 01063	Transferências da Política Nacional Aldir	37.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0607.2045	INCENTIVO A REALIZACAO DE EVENTOS CULTURAIS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	
1052 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	650,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0608.2046	MANUTENCAO DO ESPORTE EM GERAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
324 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	2.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0608.2046	MANUTENCAO DO ESPORTE EM GERAL	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	
1053 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	650,00
07	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.122.0701.2047	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1139 | 00766	RECUPERAÇÃO DA TRAFEGABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS	39.230,54
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0805.2052	MANUTENCAO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
269 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	30.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
271 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	27.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
273 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	4.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
330 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	1.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
421 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	5.500,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
003	FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
08.243.0803.6054	MANUTENCAO DO CMDCA CONSELHO TUTELAR	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
35 | 00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO	2.500,00

Art. 2º – Para dar cobertura aos créditos abertos no artigo anterior, serão indicados os seguintes recursos:

§ 1º - Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercícios anteriores nas fontes:
I - 000 – Recursos ordinários - livres, o valor de R$ 116.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais);
II - 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, o valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais);
III - 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%), o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais);
IV - 766 – Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais, o valor de R$ 39.230,54 (trinta e nove mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos);
V - 1063 – Transferências da Política Nacional Aldir, o valor de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais);
VI - 5499 – Incentivo Financeiro Estadual de Custeio ao Programa (...), o valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais); e
VII - 7495 – Emenda Parlamentar - Atenção Básica, o valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

§ 2º - Excesso de arrecadação nas seguintes receitas e fontes de recursos:
I - 1.1.1.2.50.0.4.00.00 – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros, na fonte 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%), o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais);
II - 1.1.1.3.03.1.1.01.00 – Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo, na fonte 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica, o valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais);
III - 1.3.2.1.01.0.1.01.00 – Remuneração de Depósitos Bancários – Principal, nas seguintes fontes:
303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%), o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); e
000 – Recursos ordinários - livres, o valor de R$ 165.800,00 (cento e sessenta e cinco mil e oitocentos reais).

IV - 1.7.1.1.51.1.1.00.00 – Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal - Principal, nas seguintes fontes:
303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%), o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
000 – Recursos ordinários - livres, o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
V - 1.7.2.1.50.0.1.00.00 – Cota-Parte do ICMS - Principal, nas seguintes fontes:
303 – Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%), o valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais);
000 – Recursos ordinários - livres, o valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e
103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, o valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais);
VI - 1.7.2.1.51.0.1.00.00 – Cota-Parte do IPVA - Principal, na fonte 000 – Recursos ordinários - livres, o valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais);
VII - 1.7.5.1.50.0.1.00.00 – Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais Da Educação - Fundeb - Principal, na fonte 101 – FUNDEB 60%, o valor de R$ 192.500,00 (cento e noventa e dois mil e quinhentos reais);
VIII - 1.9.2.2.01.1.1.00.00 – Restituição de Convênios - Primárias - Principal, na fonte 102 – Fundeb 40%, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais); e
IX - 1.7.2.9.52.0.1.01.00 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, na fonte 1013 – Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, o valor de R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).
REMANEJAMENTO à R$ 15.400,00

ACRÉSCIMO

05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
95 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	7.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
292 | 00934	BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	8.400,00

ANULAÇÃO

05	SECRETARIA DA SAUDE	
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0502.2024	MANUTENCAO DA SAUDE PUBLICA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
99 | 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	7.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0808.2053	MANUT DO CENTRO DE REF DA ASSIST SOCIAL CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
287 | 00934	BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	8.400,00

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, ao 1º dia do mês de Setembro do ano de 2025.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:40ACAD11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 143/2025

REGISTRO DE PREÇO N° 143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025
DETENTOR: JANILTON DA ROCHA LTDA
CNPJ: 50.094.513/0001-87
TELEFONE: (41) 9887-97388 / (41) 9993-6800
E-MAIL: KAMYLALOURENCO@HOTMAIL.COM
DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025
VIGÊNCIA: 11/11/2026

Participação	Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
AMPLA CONCORRÊNCIA	1	SAIBRO BRITADO BICA CORRIDA - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	3.750,000	R$ 58,58	R$ 219.690,00
AMPLA CONCORRÊNCIA	2	SAIBRO BRITADO TIPO 4A - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	3.750,000	R$ 54,79	R$ 205.462,50
AMPLA CONCORRÊNCIA	3	SAIBRO NÃO BRITADO - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SULPR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	3.750,000	R$ 22,70	R$ 85.125,00
AMPLA CONCORRÊNCIA	4	RACHAO - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS DISPONIVEL EMDEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOS DO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAO DAPREFEITURA.	TON	3.750,000	R$ 59,50	R$ 223.125,00
COTA 25% RESERVADA A ME/EPP	5	SAIBRO BRITADO BICA CORRIDA - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	1.250	R$ 58,87	R$ 73.587,50
COTA 25% RESERVADA A ME/EPP	6	SAIBRO BRITADO TIPO 4A - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	1.250	R$ 53,90	R$ 67.375,00
COTA 25% RESERVADA A ME/EPP	7	SAIBRO NÃO BRITADO - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS, DISPONIVEL EM DEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOSDO SULPR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAODA PREFEITURA.	TON	1.250	R$ 22,69	R$ 28.362,50
COTA 25% RESERVADA A ME/EPP	8	RACHAO - PARA MANUTENCAO DE ESTRADAS DISPONIVEL EMDEPOSITO/SAIBREIRA ATE 20 KM DO CENTRO DE AGUDOS DO SUL-PR, CARREGAMENTO POR CONTA DO FORNECEDOR EM CAMINHAO DAPREFEITURA.	TON	1.250	R$ 43,97	R$ 54.962,50

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:46EE2565

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 467/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 527.978,95

Exercício: 2025
Decreto nº 467/2025 de 28/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 527.978,95 (quinhentos e vinte e sete mil novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
04.001.04.122.0000.0.007.		Precatórios	
49 - 3.1.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	8.272,15
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	

06.002.12.361.0021.2.117.		Execução programa salário educação	
208 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	83.985,51
210 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistencia Social	
10.002.08.244.0005.2.207.		Bloco da Proteção Social Basica	
407 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Comunicação	
11.001.04.131.0003.2.048.		Desenvolvimento dos assuntos de Comunicação e Cult	
438 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.721,29
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.		Desenv. dos assuntos de com. e cultura	
454 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	310.000,00
Total Suplementação:			**527.978,95**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
04.001.04.122.0002.2.010.		Manut. do gab. do secret. financeiro	
58 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
59 - 3.3.90.35.00.00	01000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.064,06
64 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.272,15
04.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Contabilidade	
04.002.04.124.0003.2.011.		Coordenação de controle interno	
78 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.664,33
04.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Tributação	
04.004.04.129.0003.2.013.		Administração fiscal tributos municipais	
87 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
04.005.00.000.0000.0.000.		Divisão de Compras	
04.005.23.692.0003.2.105.		Compraas e controle de estoques e mercadorias	
92 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.1.292.		Reforma, Ampliação e Construção de Predios Publicos	
128 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	215.000,00
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento cont. exec. de obras	
152 - 4.5.90.61.00.00	01000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	59.992,90
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.117.		Execução programa salário educação	
209 - 3.3.90.33.00.00	01107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.000,00
06.002.12.365.0000.2.103.		Manutenção das creches municipais	
242 - 4.4.90.52.00.00	01107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
06.002.12.365.0000.2.104.		Manutenção da pré-escola	
253 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
265 - 4.4.90.52.00.00	01107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.985,51
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistencia Social	
10.002.08.244.0005.2.207.		Bloco da Proteção Social Basica	
409 - 3.3.90.36.00.00	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
411 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria da Pesca	
15.001.00.000.0000.0.000.		Diretoria de Pesca	
15.001.18.541.0052.2.318.		Manutenção do Gabinete do Secretario da Pesca e do Desenvolvimento pesqueiro Municipal	
492 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
18.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Especial da Mulher	
18.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO	
18.001.14.422.0003.2.319.		Manutenção do Gabinete do Secretario da Secretaria da Mulher	
513 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Total Redução:			**527.978,95**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 28 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI
Prefeita

OSAKI RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:725E5206

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 471/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 2.441.824,36

Exercício: 2025

Decreto nº 471/2025 de 28/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.441.824,36 (dois milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		CHEFIA DE GABINETE	
02.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0002.2.003.		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
11 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	90.757,68
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de recursos Humanos	
03.001.04.128.0003.2.008.		Administração de pessoal	
22 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	309.575,54
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
33 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	360.627,76
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Tributação	
04.004.04.129.0003.2.013.		Administração fiscal tributos municipais	
83 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	97.416,58
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento cont. exec. de obras	
135 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	71.739,89
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.365.0000.2.104.		Manutenção da pré-escola	
243 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.736,15
06.002.12.366.0021.2.304.		Manuternção da Atividade do PEJA	
269 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.824,52
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
299 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	907.630,50
301 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	193.522,42
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Agricultura	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. agr. e meio ambiente	
363 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	149.898,19
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.04.122.0005.2.059.		Manutenção do Conselho Tutelar	
385 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	520,97
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. do sec. assist. social	
394 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.083,10
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Turismo	
12.001.23.695.0002.2.056.		Desenv. das atividades de turismo	
446 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	51.096,61
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Agricultura	
14.001.00.000.0000.0.000.		Execução geral da Secretaria de Agricultura e Pesca	
14.001.18.541.0052.2.181.		Manutenção do gabinete do Secretario de Agricultura e Pesca	
481 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.394,45
		Total Suplementação:	**2.441.824,36**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.1.1.3.03.12.01.00000000	Fonte: 1000	1.130.944,97
Receita: 1.7.2.1.50.01.00.00000000	Fonte: 1000	1.205.348,44
Receita: 1.7.2.1.51.01.00.00000000	Fonte: 1000	105.530,95
	Total da Receita:	**2.441.824,36**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Para em 28 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:8A4C6D5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 472/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 979.532,41

Exercício: 2025
Decreto nº 472/2025 de 28/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 67/2024 de 18/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 979.532,41 (novecentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
42 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.568,62
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
04.001.04.122.0000.0.007.		Precatórios	
49 - 3.1.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	45.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.206.		Gastos com os recursos do FUNDEB	
212 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	842.793,26
06.002.12.365.0000.2.103.		Manutenção das creches municipais	
224 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	52.170,53
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistencia Social	
10.002.08.244.0005.2.207.		Bloco da Proteção Social Basica	
407 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		Total Suplementação:	**979.532,41**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
44 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.568,62
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.006.00.000.0000.0.000.		Divisão de Informatica	
04.006.04.126.0014.2.106.		Centro de processamento de dados	
97 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.206.		Gastos com os recursos do FUNDEB	
215 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	64.133,15
217 - 3.1.90.16.00.00	01102	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100.723,72
06.002.12.365.0000.2.103.		Manutenção das creches municipais	
225 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	176.266,57
228 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.253,30
06.002.12.365.0000.2.104.		Manutenção da pré-escola	
244 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	229.964,39
247 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	70.506,60
250 - 3.3.90.30.00.00	01102	MATERIAL DE CONSUMO	44.994,96
259 - 3.3.90.39.00.00	01102	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.999,11
06.002.12.367.0021.2.312.		Manutenção da Educação Especial	
285 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	96.122,88
287 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.999,11
06.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
06.003.27.811.0034.2.021.		Desenvolvimento das atividades esportivas	
297 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Agricultura	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. agr. e meio ambiente	
368 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistencia Social	
10.002.08.244.0005.2.207.		Bloco da Proteção Social Basica	
409 - 3.3.90.36.00.00	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
411 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Redução:	**979.532,41**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Paraná em 28 de outubro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI
Prefeita

OSAKI RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:853499D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

Credenciamento nº 002/2025
Processo Administrativos nº 25246/2025

A Comissão Permanente de Avaliação de Credenciamento da Secretaria Municipal de Obras, no exercício de suas atribuições legais, divulga o resultado provisório do Edital de Chamamento Público referente ao Credenciamento nº 002/2025.
O credenciamento é voltado a pessoas físicas e jurídicas interessadas no fornecimento de SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E GEOTECNIA, ENSAIOS LABORATORIAIS E SERVIÇOS DE SONDAGEM, para atendimento de demandas eventuais da Secretaria Municipal de Obras.
O edital permanece possui vigência de 12 meses a partir da sua publicação, com possibilidade de prorrogação e as inscrições estão abertas durante toda a vigência do Edital em fluxo contínuo, permitindo o ingresso de novos profissionais a cada ciclo, conforme os critérios definidos no próprio edital.

1 RESULTADO PROVISÓRIO

PROCESSO	REQUERENTE	DATA	HORA	Situação
26233	ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	20/10/2025	09:09	INDEFERIDO
26271	ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	20/10/2025	13:49	INDEFERIDO
26295	ARKEVIA ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA	20/10/2025	16:19	DEFERIDO PARCIALMENTE
26343	ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	21/10/2025	09:20	INDEFERIDO
26390	L H BARBOUR FERNANDES - ME	21/10/2025	16:18	DEFERIDO
26502	SIGMA PROJETOS E TREINAMENTOS LTDA	23/10/2025	13:46	INDEFERIDO
26517	GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	23/10/2025	15:29	INDEFERIDO
26535	SIGMA PROJETOS E TREINAMENTOS LTDA	23/10/2025	16:32	INDEFERIDO
26538	BTS CONSTRUÇÕES LTDA	23/10/2025	17:06	INDEFERIDO
26539	BTS CONSTRUÇÕES LTDA	23/10/2025	17:13	INDEFERIDO
27249	RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	28/10/2025	14:25	DEFERIDO
27259	MATHEUS ARAUJO DE FIGUEIREDO	28/10/2025	15:58	INDEFERIDO
27562	ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	03/11/2025	11:02	INDEFERIDO
27769	GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	04/11/2025	17:53	DEFERIDO

2 RANKEAMENTO PROVISÓRIO DOS CREDENCIADOS

TABELA DE RANKEAMENTO DE CREDENCIADAS - ACOMPANHAMENTO E PRIORIDADE DE CONVOCAÇÃO					
ITEM 01 - Projeto topográfico					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		3º
ITEM 02 - Laudo geotécnico de CBR (california bearing ratio)					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		3º
ITEM 03 - Laudo de sondagem SPT (Standard Penetration Test)					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
ITEM 04 - Projeto de pavimentação					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		3º
ITEM 05 - Projeto de estrada vicinal					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		3º
ITEM 06 - Projeto de recuperação de pavimentação e infraestrutura existente					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º

RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		2º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		3º
ITEM 07 - Projeto de ponte em concreto armado, com vão livre de até 10,00m					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 08 - Projeto de ponte em concreto armado, com vão livre de 10,00m à 20,00m					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 09 - Projeto de ponte em concreto armado, com vão livre de 20,00m à 30,00m					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 10 - Projeto de ponte em concreto armado, com múltiplos vãos					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 11 - Projeto de Rede de Água Potável					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 12 - Projeto de Rede de Esgoto Sanitário					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 13 - Projeto de drenagem urbana e/ou manejo de águas pluviais					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 14 - Projeto de Iluminação Pública					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 15 - Projeto de urbanização e paisagismo de Áreas públicas					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 16 - Projeto de equipamentos urbanos destinados à prática desportiva e congêneres					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 17 - Projeto de estrutura de contenção					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		1º
ITEM 18 - Projeto de terraplanagem - Edificações					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ARKEVIA	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 19 - Projeto de estruturas de fundação					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		1º
					#N/D
					#N/D
					#N/D
ITEM 20 - Projeto de Edificação até 100m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		1º
ITEM 21 - Projeto de Edificação de 101m² a 500m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
LH BARBOUR	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 22 - Projeto de Edificação de 501m² a 1000m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
LH BARBOUR	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 23 - Projeto de Edificação com mais de 1000m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
LH BARBOUR	R$ 0,00	0	31/10/2025		1º
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00	0	12/11/2025		2º
ITEM 24 - Projeto de Acessibilidade para Edificação até 100m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 25 - Projeto de Acessibilidade para Edificação de 101m² a 500m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 26 - Projeto de Acessibilidade para Edificação de 501m² a 1000m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 27 - Projeto de Acessibilidade para Edificação com mais de 1000m²					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 28 - Projeto de instalações elétricas prediais					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 29 - Projeto de Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
ITEM 30 - Projeto de prevenção contra incêndio e pânico					
Identificação da CREDENCIADA	**Valores de Projetos acumulados**	**Quantidade de Projetos contratados**	**Data de habilitação**	**Data de Ordem de Serviço**	**Status na fila**
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA	R$ 0,00		12/11/2025		1º

3 PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Os interessados em apresentar recurso contra o resultado provisório poderão fazê-lo no período de 13/11/2025 a 14/11/2025, por meio do link: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, utilizando o código de assunto: 834 – Credenciamento Recurso.
Em alternativa, os recursos também poderão ser protocolados presencialmente, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, situado na Avenida Brasil, nº 665, Centro.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

A convocação dos profissionais credenciados ocorrerá de acordo com a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, respeitando a ordem de demanda e a disponibilidade dos habilitados.
Para esclarecimentos adicionais, os interessados poderão contatar a Secretaria Municipal de Obras, localizada na **Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova**, ou pelo telefone **(41) 3636-8016**.

Comissão Permanente de Avaliação

Guilherme Perosso Alves
Presidente da Comissão de Avaliação

Amanda Cristina de Oliveira Manicka
Secretária da Comissão Permanente de Avaliação

Carlos Alberto Groth
Membro Interino da Comissão Permanente de Avaliação

Balsa Nova, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:F0276736

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N°32/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°32/2025

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal Nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação da proposta de preço, e dos documentos relativos à habilitação, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo desenvolvido na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº32/2025**, cujo objeto é:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
Torna-se público o resultado do procedimento realizado, em epígrafe, adjudicando como vencedor no lote único, pelo critério menor preço, a seguinte proponente:
J. C. PRECHESNIUK, CNPJ: 21.220.303/0001-90, AVENIDA DALZOTTO, 1710, CEP: 85.225-000, CENTRO, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

Lote: Lote 1						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant.	Unid.	Preço Unitário	Preço total
1	11645	BALCÃO 2,40 X 78CM EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	2.440,00	2.440,00
2	11645	BALCÃO 1,20X85CM EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	570,00	570,00
3	10403	BALCÃO EM MDF PARA RECEPÇÃO 1,60X1,04 EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	1.800,00	1.800,00
4	12839	MESA EM MDF 2,20 X 78CM EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	1.400,00	1.400,00
5	28436	MOLDURA MURAL DE FOTOS 2,55X1,35CM EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	960,00	960,00
6	28435	PAINEL EM MDF 2,92 X 3,85 MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	2.880,00	2.880,00
7	28437	PEDESTAL PARA BANDEIRA 64X24 + 20CM EM MDF 30MM - AMEIXA NEGRA	1,00	UNID	330,00	330,00
TOTAL R$10.380,00						

Totalizando o valor de: R$10.380,00 (Dez mil trezentos e oitenta reais).
PUBLIQUE-SE
Boa Ventura de São Roque, 12 de Novembro de 2025

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:DCF49AEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 180-2025

DECRETO Nº 180-2025 em 31 de outubro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8001 - DIVISÃO DE ENSINO
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
39 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.28 - ENSINO FUNDAMENTAL
926 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8001 - DIVISÃO DE ENSINO
12 - Educação
365 - Educação Infantil
40 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.31 - ENSINO INFANTIL
927 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
1000 - Recursos Ordinarios
R$ 500,00 (quinhentos reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1000 - Recursos Ordinarios	R$ 500,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de outubro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1602-9238-201	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 180-2025 de 31/10/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 8000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade orçamentária: 8001 - DIVISÃO DE ENSINO					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Programa: 39 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL					
Ação: 2.28 - ENSINO FUNDAMENTAL					
Despesa 926 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2050841	Suplementação Orçamentária excesso de arrecadação f1000	Excesso de Arrecadação	250,00	
			Total da despesa:	250,00	0,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 40 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL					
Ação: 2.31 - ENSINO INFANTIL					
Despesa 927 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2050840	Suplementação Orçamentária excesso de arrecadação f1000	Excesso de Arrecadação	250,00	
Total da despesa:				250,00	0,00
Total da unidade orçamentária:				500,00	0,00
Total do órgão orçamentário:				500,00	0,00
Total do fundamento:				500,00	0,00
Total geral				500,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:95BA71DE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 181-2025

DECRETO Nº 181-2025 em 31 de outubro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 789.333,33 (setecentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO
6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
2.14 - MANUTENÇÃO DA FROTA SAUDE
151 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO
6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
2.14 - MANUTENÇÃO DA FROTA SAUDE
903 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
7003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da Saúde
R$ 789.333,33 (setecentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 789.333,33 (setecentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.	R$ 339.333,33
7003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da Saúde	R$ 450.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de outubro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom

Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2181-0481-289	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 181-2025 de 31/10/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 6000 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade orçamentária: 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 31 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE					
Ação: 2.14 - MANUTENÇÃO DA FROTA SAUDE					
Despesa 151 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2050881	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	339.333,33	
		Excesso de arrecadação f7003 e 1303			
			Total da despesa:	339.333,33	0,00
Despesa 903 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 7003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da Saúde - 1.621.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2050880	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	450.000,00	
		Excesso de arrecadação f7003 e 1303			
			Total da despesa:	450.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	789.333,33	0,00
			Total do órgão orçamentário:	789.333,33	0,00

			Total do fundamento:	789.333,33	0,00
			Total geral	789.333,33	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:781FC51C

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 182-2025

DECRETO Nº 182-2025 em 31 de outubro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 456.276,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e seis reais e dez centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
14000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
14001 - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
244 - Assistência Comunitária
33 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.22 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL
928 - 4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis
1105 - Rec.Alienação de Ativos da Educação - Exerc.Corr.
R$ 456.276,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e seis reais e dez centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 456.276,10 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e setenta e seis reais e dez centavos):

FONTE DE RECEITA	**VALOR R$**
1105 - Rec.Alienação de Ativos da Educação - Exerc.Corr.	R$ 456.276,10

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de outubro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2179-0286-725	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 182-2025 de 31/10/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 14000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 14001 - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária					
Programa: 33 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Despesa 928 - 4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis					
Fonte de recurso: 1105 - Rec.Alienação de Ativos da Educação - Exerc.Corr. - 1.755.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2050894	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	456.276,10	
		Excesso de arrecadação f1105			
			Total da despesa:	456.276,10	0,00
			Total da unidade orçamentária:	456.276,10	0,00
			Total do órgão orçamentário:	456.276,10	0,00
			Total do fundamento:	456.276,10	0,00
			Total geral	456.276,10	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:439DF961

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 183-2025

DECRETO Nº 183-2025 em 31 de outubro de 2025

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1143/2024 de 15 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
18002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
28 - Encargos Especiais
846 - Outros Encargos Especiais
4 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
2.4 - DIVISÃO DOS SERVIÇOS GERAIS
48 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1000 - Recursos Ordinarios
R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1000 - Recursos Ordinarios	R$ 50.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de outubro de 2025, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1968-5101-590	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 183-2025 de 31/10/2025					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 18000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade orçamentária: 18002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS					
Função: 28 - Encargos Especiais					
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais					
Programa: 4 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Ação: 2.4 - DIVISÃO DOS SERVIÇOS GERAIS					
Despesa 48 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2025	2051539	Suplementação Orçamentária excesso de arrecadação f1000	Excesso de Arrecadação	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	50.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	50.000,00	0,00
			Total do fundamento:	50.000,00	0,00
			Total geral	50.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7F5EE8D3

GOVERNO MUNICIPAL
LEI 1178

LEI Nº 1178/2025.

Súmula: "Altera a Lei 570/2013 de 26 de setembro de 2013 e reformula o Quadro Próprio do Executivo Municipal de Bom Jesus do Sul e adota outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul –PR, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica alterada a redação do Anexo II - Cargo de Provimento em Comissão da Lei Municipal nº 570/2013 de 26 de setembro de 2013 passando a viger com a seguinte redação:

ANEXO II - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

VAGAS	CARGOS	SÍMBOLOS
01	Secretaria de Administração	Subsídio

01	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Subsídio
01	Secretaria de Educação e Cultura	Subsídio
01	Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação	Subsídio
01	Secretaria de Finanças	Subsídio
01	Secretaria de Obras Viação e Urbanismo	Subsídio
01	Secretaria de Planejamento	Subsídio
01	Secretaria de Saúde e Saneamento	Subsídio

VAGAS	CARGOS	SÍMBOLOS
05	**Chefe de Departamento**	**CC-01**
	De Departamento de Contabilidade	
	De Departamento de Indústria, Comércio e Turismo	
	De Departamento de Juventude, Esporte e Lazer;	
	De Departamento de Recursos Humanos;	
	De Departamento de Tributação e Fiscalização	
24	Chefe de Divisão	**CC-02**
	De Divisão de Serviços Gerais;	
	De Divisão de Almoxarifado;	
	De Divisão de Meio Ambiente	
	De Divisão de Agricultura e Pecuária	
	De Divisão de Assistência Social, Habitação e Programas Sociais	
	De Políticas Públicas para Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial	
	De Divisão de Estradas e Rodagens	
	De Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
	De Divisão de Saúde	
	De Divisão de Saneamento;	
	De Divisão de Vigilância Sanitária	
	De Divisão de Contabilidade	
	De Divisão de Ensino	
	De Divisão de Cultura	
	De Divisão de Tesouraria;	
	De Divisão de Licitações e Contratos	
	De Divisão de Compras e Materiais	
	De Divisão de Indústria, Comercio e Turismo	
	De Divisão de Esportes para Infância, Juventude e Terceira Idade	
	De Divisão de Tecnologia da Informação	
	De Divisão de Tributação e Fiscalização	
	De Divisão de Vigilância Socioassistencial	
01	Controlador Interno	**CC-02**
01	Assessor de Gabinete	**CC-02**
02	Assessor de Planejamento	**CC-06**
08	Assessor Técnico I	**CC-03**
08	Assessor Técnico II	**CC-04**
01	Assessor Técnico em Educação	**CC-03**
01	Chefe de Divisão de Comunicação Social	**CC-05**
01	Chefe de Divisão de Apoio Legislativo	**CC-05**
01	Chefe de Divisão de Engenharia e Projetos	**CC-05**
01	Coordenador do CRAS	**CC-02**

Art. 2° Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei 570/2013 de 26 de setembro de 2013.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, em 12 de novembro de 2025.

HÉLIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A14BB52E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.724, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão do Município.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal e, em razão da previsão do art. 5º, da Lei Municipal nº 1.759, de 12 de novembro de 2025, resolve:

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as atribuições dos cargos públicos de provimento em comissão, do Poder Executivo do Município de Bom Sucesso do Sul, constantes do Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

ANEXO I

CARGO	SIMBOLO	VALOR
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	ASS-I	10.884,16
DIRETOR DO GABINETE DO PREFEITO	CC-I	9.325,00
Chefe de Gabinete e Imprensa	CC-II	5.071,18
Chefe de Planejamento	CC-II	5.071,18
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Recursos Humanos	CC-II	5.071,18
Assessor da Divisão de Expedição de Documentos	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Material e Patrimônio	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Serviços Gerais	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Informática	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Contabilidade	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Tesouraria	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Cadastro e Tributação	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Compras	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Licitação e Contratos	CC-II	5.071,18
Assessor da Divisão de Fiscalização de Tributos	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Assistência a Contabilidade	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Contratos e Convênios	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Indústria, Comércio e Turismo	CC-II	5.071,18
Assessor de Comércio e Industria	CC-III	3.912,00
Assessor de Turismo	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Obras	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Serviços rodoviários	CC-II	5.071,18
Assessor de Obras e Serviços Rodoviários	CC-III	3.912,00
Encarregado de Obras	CC-IV	2.902,32
Encarregado de Serviços Rodoviários	CC-IV	2.902,32
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Engenharia	CC-II	5.071,18
Assessor de Obras Urbanas	CC-III	3.912,00
Assessor de Serviços Urbanos	CC-III	3.912,00
Assessor de Logradouros Públicos	CC-III	3.912,00
Assessor de Utilidade Pública	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Assistência Social	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Apoio a Mulher e a Família	CC-II	5.071,18
Assessor de Assistência a Programas Sociais	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Saúde	CC-II	5.071,18
Assessor de Agendamento de Consultas	CC-III	3.912,00
Assessor de Agendamento de Exames Especiais	CC-III	3.912,00
Assessor de Programas de Saúde	CC-III	3.912,00
Encarregado de Programas de Saúde	CC-IV	2.902,32
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Ensino e Transporte Escolar	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Cultura	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Esportes	CC-II	5.071,18
Assessor de Educação Física	CC-III	3.912,00
Assessor de Planejamento da Alimentação Escolar	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	CC-II	5.071,18
Assessor de Agricultura e Pecuária	CC-III	3.912,00
Assessor de Meio Ambiente	CC-III	3.912,00
Encarregado de Agricultura e Pecuária	CC-IV	2.902,32

ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE
Requisitos para preenchimento: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro profissional na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.
Atribuições: Assessorar o Prefeito e demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação; opinar sobre projetos de lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal; elaborar minutas de contratos a serem firmados, nos quais a municipalidade seja parte interessada; proceder à cobrança, pelas vias judiciais ou extrajudiciais, da dívida ativa; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Prefeito ou pelos diferentes órgãos da Prefeitura, emitindo parecer a respeito, quando for o caso; representar o Município em juízo.

DIRETOR DO GABINETE DO PREFEITO
Atribuições: Assistir diretamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atividades políticas, administrativas e institucionais; Organizar, controlar e acompanhar a agenda oficial do Prefeito, bem como os compromissos com secretarias, entidades públicas e privadas, autoridades federais, estaduais e municipais; Receber, triagem, estudo e preparo do expediente, correspondência, documentos de interesse do Prefeito;

encaminhar para deliberação ou despacho; acompanhar a execução das determinações emanadas do Prefeito; Coordenar o funcionamento interno do Gabinete do Prefeito, incluindo equipe técnica, administrativa, apoio e protocolo, zelando pelo fluxo de informações e processos; Supervisionar o cerimonial, protocolo e recepção de autoridades, eventos oficiais, audiências públicas e relacionamentos institucionais; Articular relações político-administrativas do Executivo Municipal com o Legislativo Municipal, demais poderes, sociedade civil, associações de classe, entidades públicas e privadas; Colaborar na definição, implementação e acompanhamento das metas e ações de governo, integrando-se ao planejamento governamental; Providenciar medidas para aprimoramento da eficiência e qualidade dos serviços, bem como para economia de custos no âmbito do Gabinete; Executar outras atividades correlatas, designadas pelo Prefeito ou pela autoridade competente, compatíveis com o cargo de assessoramento direto. Cuidar da publicidade dos atos oficiais (respeitando prazos e legislação aplicável), inclusive por meio do Diário Oficial ou meio eletrônico conforme norma municipal/estadual;

Chefe de Gabinete e Imprensa

Atribuições: Definir, elaborar e implementar a política municipal de comunicação social, voltada à transparência, divulgação e interação com a população. Articular o relacionamento da Prefeitura Municipal com a imprensa (jornais, rádio, TV, web), bem como com redes sociais oficiais, portais de transparência, garantindo a divulgação dos atos, ações, programas e resultados da administração. Elaborar e supervisionar meios de comunicação oficiais (site institucional, redes sociais, boletins, releases, vídeos, fotografias) para divulgação institucional e de utilidade pública. Manter contato direto com todas as secretarias e órgãos municipais, coletando informações de interesse da população para divulgação, além de encaminhar à administração as demandas da imprensa ou de cidadãos que cheguem via comunicação. Elaborar e revisar releases, discursos, notas oficiais, e acompanhar entrevistas e pronunciamentos do Prefeito ou autoridades municipais quando necessário; Realizar o planejamento de eventos de comunicação, coletivas, entrevistas, campanhas de conscientização pública, bem como a logística para esses eventos (cerimonial, protocolo, mídia); Acompanhar e avaliar o retorno das ações de comunicação (cobertura, engajamento, repercussão), propondo ajustes para melhoria contínua; Garantir que as ações de comunicação respeitem os princípios da administração pública (transparência, impessoalidade, publicidade) e de acordo com o marco legal (Lei de Acesso à Informação, Lei da Transparência, etc.); Executar outras tarefas correlatas determinadas pela autoridade competente.

Chefe de Planejamento

Atribuições: Prestar assessoramento técnico ao Prefeito e ao Diretor do Departamento de Administração e Planejamento na formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos do governo municipal, visando ao desenvolvimento sustentável e à eficiência da gestão pública. Assessorar o Prefeito Municipal e o Diretor do Departamento de Administração e Planejamento na formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas públicas e planos de governo; colaborar na elaboração, revisão e acompanhamento do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA; realizar estudos e diagnósticos para subsidiar o planejamento de ações e investimentos do Município; propor e acompanhar indicadores de desempenho, metas e resultados das políticas públicas municipais; auxiliar na compatibilização entre os planos setoriais e o planejamento global da Administração; elaborar relatórios técnicos, quadros demonstrativos e documentos de acompanhamento da execução física e financeira de programas e projetos; apoiar os departamentos e divisões na elaboração de projetos, planos de trabalho e prestações de contas; participar da elaboração e acompanhamento de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres; auxiliar na captação de recursos junto a órgãos e entidades estaduais, federais e internacionais; organizar e apoiar a realização de audiências públicas, consultas populares e demais instrumentos de planejamento participativo; propor medidas de modernização administrativa, racionalização de processos e aprimoramento da gestão pública; manter atualizadas as bases de dados, cadastros e sistemas de informações de planejamento e orçamento; elaborar pareceres e notas técnicas sobre matérias de planejamento e gestão; zelar pela observância das normas legais e técnicas aplicáveis à administração pública municipal; desempenhar outras atividades correlatas determinadas pela autoridade superior.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Atribuições: Supervisionar as atividades de informações solicitadas sobre o andamento e desfechos nos processos; executar atividades relativas ao expediente, documentos, comunicações, protocolo e zeladoria, controle do andamento e arquivamento definitivo dos papeis e processos da prefeitura; assessorar o prefeito no planejamento, na organização e na coordenação das atividades da prefeitura; estudar os processos e assuntos que lhe hajam sido submetidos pelo prefeito, elaborando os processos que se tornarem necessários; estudar o fundamento dos serviços municipais, propondo providencias que visem o seu constante aprimoramento; executar atividades correlatas que lhe forem determinadas pelo prefeito. Coordenar, planejar e supervisionar as atividades administrativas da prefeitura, propor medidas para modernização e racionalização dos serviços públicos municipais. Gestão de Pessoal e Recursos Humanos: Supervisionar as atividades de admissão, recrutamento, seleção, regime jurídico, registro, controles funcionais, frequência, folha de pagamento, férias e aposentadorias dos servidores. Manter atualizados os cadastros funcionais e o plano de cargos e salários. Orientar os servidores quanto às normas estatutárias. Promover ações de capacitação e aperfeiçoamento do quadro funcional, e demais atividades de pessoal. Gestão Patrimonial e de Materiais: Administrar o patrimônio público municipal, garantindo o inventário, conservação e controle dos bens móveis e imóveis, coordenar o almoxarifado controlando o estoque e a distribuição de materiais, assegurar o bom funcionamento dos serviços internos e o cumprimento das normas e regulamentos administrativos, fiscalizar o uso racional de materiais de consumo e permanentes. Gestão de Planejamento e Organização Auxiliar o Prefeito na elaboração de planos, programas e metas administrativas, colaborar na elaboração e acompanhamento do PPA, LDO e LOA em conjunto com o setor de contabilidade e planejamento. Elaborar editais para as audiências públicas quadrimestrais, bem como para elaboração dos Instrumentos Orçamentários: PPA, LDO e LOA, agendar e organizar reuniões com os demais diretores dos departamentos municipais, dentro do cronograma do manual dos respectivos instrumentos orçamentários. Indicação dos funcionários para comporem as comissões a serem designadas dentro do departamento com afinidade na área. Avaliar resultados e propor melhorias para a eficiência da gestão pública. Relações Institucionais e Atendimento ao Público: Atender demandas de outros órgãos, setores e munícipes, garantindo um atendimento cortês e eficaz. Representar o Departamento em reuniões internas e externas, quando designado pelo Prefeito. Controle Interno e Conformidade: Colaborar com o Controle Interno na verificação de conformidade dos atos administrativos. Assegurar o cumprimento das normas de transparência, ética e responsabilidade administrativa.

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Atribuições: Planejar, coordenar e supervisionar as rotinas da Divisão de Recursos Humanos, garantindo a execução eficiente das políticas de gestão de pessoas. Gerir o cadastro funcional dos servidores municipais, mantendo atualizados os registros de nomeações, exonerações, férias, licenças, afastamentos, alterações de cargo, lotação e aposentadorias. Gerir a elaboração da folha de pagamento, incluindo vencimentos, gratificações, adicionais, encargos e descontos, observando a legislação vigente e o controle orçamentário. Controlar a frequência e assiduidade dos servidores, bem como organizar escalas, férias e afastamentos, zelando pela legalidade e regularidade das informações. Coordenar e fiscalizar o envio de informações obrigatórias aos sistemas oficiais, em especial: - Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR): remessa de dados via sistema RH-TCE, incluindo folha de pagamento, atos de admissão, alterações funcionais, cargos e remuneração, observando os prazos e normativas do órgão. eSocial (governo federal): envio de eventos de admissão, afastamento, férias, desligamento, alterações cadastrais e de remuneração, além dos eventos de segurança e saúde no trabalho, zelando pela conformidade e integridade das informações transmitidas. Acompanhar a conformidade das informações prestadas aos órgãos de controle, adotando medidas preventivas para evitar apontamentos ou penalidades. Coordenar processos seletivos e concursos públicos, além de realizar nomeações, posse e integração de novos servidores. Emitir relatórios e demonstrativos gerenciais sobre folha de pagamento, encargos, despesas com pessoal, quadro de servidores e indicadores de gestão, subsidiando a tomada de decisão

administrativa. Acompanhar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como as normas expedidas pelos órgãos de controle (TCE, Receita Federal, MTP, etc.), garantindo o cumprimento integral das obrigações legais. **Gerir as ações de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho,** incluindo: Coordenar o cumprimento das normas regulamentadoras (NRs), especialmente NR-4, NR-5, NR-7 e NR-9; Acompanhar a elaboração, implementação e atualização do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)** e do **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA/PGR);** Organizar e controlar a realização de **exames admissionais, periódicos, de retorno, de mudança de função e demissionais,** conforme legislação vigente; monitorar afastamentos por motivo de saúde e acidentes de trabalho, articulando-se com o setor de segurança do trabalho, médico do trabalho e o INSS; alimentar corretamente os eventos de SST no **eSocial** e manter arquivamento dos laudos, ASOs e relatórios técnicos. Interagir com setores correlatos (Contabilidade, Finanças, Jurídico, Controladoria e TI) para assegurar a consistência das informações e integração dos sistemas. Organizar e manter atualizados os arquivos e sistemas de informações funcionais, físicos e digitais, garantindo segurança, sigilo e integridade dos dados. Participar da elaboração de leis, decretos e regulamentos relativos à política de pessoal, cargos e carreiras, em articulação com o setor jurídico e a administração superior. Exercer outras atividades correlatas.

Assessor da Divisão de Expedição de Documentos

Atribuições: Receber, registrar, classificar, protocolar e distribuir documentos e correspondências que entram ou saem da Prefeitura. Controlar o trâmite de processos administrativos entre os setores, garantindo sua correta destinação e acompanhamento. Manter atualizado o sistema de protocolo eletrônico ou físico, assegurando rastreabilidade e transparência. Adotar medidas para reduzir atrasos e extravios de documentos oficiais. Preparar, revisar e expedir ofícios, memorandos, portarias, decretos, circulares e demais documentos administrativos. Zelar pela padronização e correta redação dos atos e comunicações oficiais. Assegurar o envio de documentos e comunicações dentro dos prazos estabelecidos. Controlar a numeração e o arquivamento de expedientes emitidos. Supervisionar a guarda, classificação, conservação e destinação dos documentos do setor. Manter o arquivo setorial de forma organizada, garantindo fácil acesso às informações. Apoiar o Arquivo Geral do Município no cumprimento das normas do SIGAD (Sistema de Gestão Arquivística de Documentos). Promover o descarte seguro de documentos conforme a tabela de temporalidade. Prestar informações e orientações aos cidadãos, servidores e órgãos públicos sobre o andamento de processos. Fornecer certidões, cópias e documentos oficiais mediante solicitação autorizada. Apoiar o Diretor do Departamento de Administração nas rotinas administrativas e no controle de prazos. Colaborar na implantação e atualização de sistemas informatizados de gestão documental. Sugerir melhorias nos fluxos de trabalho e na organização dos processos administrativos. Elaborar relatórios periódicos sobre o volume de documentos expedidos e recebidos. Manter sigilo e integridade das informações sob sua guarda. Cumprir e fazer cumprir as normas administrativas e legais aplicáveis à documentação pública. Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

Assessor da Divisão de Material e Patrimônio

Atribuições: Coordenar as atividades de serviços gerais de aquisição, guarda, controle e distribuição de materiais; coordenar e controlar o recebimento, conferência, armazenamento, distribuição e controle de materiais de consumo e permanentes. Manter o almoxarifado em condições adequadas de funcionamento, garantindo organização, limpeza e segurança. Manter atualizado o registro e o inventário de todos os bens patrimoniais do Município, incluindo móveis, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. Promover o tombamento, a numeração e a identificação dos bens patrimoniais, bem como o controle de sua movimentação entre setores. Instruir e acompanhar processos de baixa, transferência, doação, alienação e desfazimento de bens inservíveis. Fiscalizar a correta utilização, guarda e conservação dos bens públicos pelos diversos órgãos municipais. Elaborar relatórios periódicos de movimentação de material e de situação patrimonial. Acompanhar e controlar os estoques de materiais de consumo, observando níveis mínimos e máximos, evitando faltas ou excessos. Solicitar a reposição de materiais de forma planejada, em articulação com o setor de compras e licitações. Assegurar a observância das normas de controle interno e de gestão patrimonial. Propor melhorias nos procedimentos de controle, armazenamento e distribuição de materiais. Zelar pela integridade dos registros e documentos referentes ao patrimônio e ao material do Município. Executar outras atividades correlatas determinadas pela autoridade superior.

Assessor da Divisão de Serviços Gerais

Atribuições: Promover os serviços de manutenção e limpeza dos próprios municipais, considerados de urgência (pequenos reparos), cabendo-lhe solicitar, mediante autorização superior, nos reparos considerados como reforma, as medidas cabíveis à execução do (s) serviço (s) ao órgão competente; cuidar da limpeza e manutenção das unidades administrativas dentro do paço municipal; manutenção predial, elétrica, hidráulica, de pintura e pequenos reparos nos prédios públicos municipais. Planejar e acompanhar os serviços de jardinagem, poda, coleta interna e destinação de resíduos nos órgãos municipais. Supervisionar o uso, a conservação e o controle dos equipamentos, ferramentas e materiais utilizados pelos servidores da divisão. Distribuir e acompanhar tarefas diárias das equipes de serviços gerais, assegurando eficiência e qualidade na execução. Solicitar, quando necessário, materiais e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços. Controlar o consumo de materiais de limpeza, conservação e manutenção. Colaborar com as demais divisões e departamentos na execução de atividades de apoio logístico e operacional. Controlar e fiscalizar a frequência dos servidores da divisão; Zelar pelo bom desempenho dos servidores da Divisão, cobrando funções e realizando treinamentos; Promover o acompanhamento da execução física e financeira dos contratos na área de sua atuação; Coordenar as atividades do almoxarifado relacionadas à administração de material; Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua competência e Desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.

Assessor da Divisão de Informática

Atribuições: Atuar no planejamento estratégico e operacional do Município, com vistas afim de subsidiar a definição das prioridades de gestão de tecnologia da informação;Coordenar o desenvolvimento e a implantação dos sistemas de informação institucionais, bem como realizar a manutenção;Gerenciar os recursos de tecnologia da informação no âmbito da Administração;Propor políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação;Responsabilizar-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação;Supervisionar a implementação das políticas na área de tecnologia da informação;Zelar pela garantia da manutenção dos equipamentos e sistemas de informática nos logradouros de domínio público;Contratar serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) no âmbito da administração pública, desde que autorizada pelos chefes superiores, afim de garantir a qualidade desses serviços;Efetuar o planejamento e a gestão de capacidade dos elementos de infraestrutura necessários ao funcionamento dos serviços e soluções de TI;Identificar, implementar e administrar soluções de infraestrutura de TI para o desenvolvimento do Município; Instalar, configurar e manter atualizados os equipamentos de rede e segurança, sistemas operacionais e outros softwares básicos necessários ao funcionamento de serviços e soluções de TI;Manter atualizadas as versões de todos os softwares e de componentes dos serviços e soluções de TI, bem como gerenciar as respectivas licenças de uso e outros mecanismos que assegurem a recuperação da instalação dos equipamentos centrais da rede e dos respectivos serviços; Promover o suporte e o atendimento adequados aos usuários de TI;Promover, orientar e acompanhar, no que se refere à TI, a implementação da Política Corporativa de Segurança da Informação;Prover ambiente computacional adequado para desenvolvimento, teste, homologação, treinamento e uso de serviços e soluções de TI;Assegurar o correto funcionamento e a aderência dos sistemas às regras de negócio e aos requisitos especificados;Elaborar ou garantir a atualização das rotinas e da documentação relativa aos sistemas desenvolvidos;Identificar necessidades e implementar os sistemas computacionais necessários à operação e ao desenvolvimento do Instituto. Administrar e realizar backups periódicos, garantindo a integridade e a disponibilidade dos dados e informações. Prestar suporte técnico aos setores municipais, realizando instalação, configuração e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e softwares. Controlar o uso de licenças de softwares, assegurando conformidade com a legislação e com as políticas de tecnologia da informação. Gerenciar os serviços de internet, e-mail institucional e demais sistemas de comunicação digital da Prefeitura. Implementar e acompanhar políticas de segurança da informação, controle de acesso e proteção de dados. Manter atualizado o inventário de equipamentos e sistemas de informática existentes no Município. Assessorar as demais divisões e departamentos na informatização de processos administrativos e na modernização tecnológica. Participar da

definição de especificações técnicas para aquisição de equipamentos, sistemas e serviços de informática. Promover capacitação e orientação técnica aos servidores no uso de recursos tecnológicos. Monitorar e avaliar o desempenho dos sistemas, propondo melhorias e inovações. Apoiar na elaboração e execução de projetos de governo eletrônico e transparência pública. Elaborar relatórios técnicos e prestar informações sobre o andamento das atividades de informática. Zelar pela segurança, eficiência e bom uso dos equipamentos e recursos tecnológicos do Município. Executar outras atividades correlatas determinadas pela autoridade superior.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Atribuições: Exercer a política econômica e financeira do Município; as atividades referentes ao lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e demais rendas municipais; recebimento, pagamento, guarda e manutenção das verbas e outros valores do município; elaboração e execução, conjuntamente com o Departamento de Administração e Planejamento, dos Orçamentos do Município, especialmente o Orçamento Programa e o Plano Plurianual de Investimentos; assessoramento geral em assuntos fazendários e executar outras atividades correlatas, controlar a receita e a despesa pública, zelando pelo equilíbrio orçamentário e financeiro, proceder à arrecadação dos tributos municipais (ISSQN, IPTU, ITBI, taxas e contribuições), coordenar as atividades de tesouraria, incluindo pagamento de despesas, recebimentos, controle de caixa e conciliação bancária, controlar a execução de convênios e transferências de recursos, garantindo a correta prestação de contas, assessorar o prefeito e os demais departamentos em matérias de natureza financeira, contábil e orçamentária, cumprir e fazer cumprir as normas de controle interno e colaborar com auditorias e inspeções.

Chefe da Divisão de Contabilidade

Atribuições: Fazer a emissão de empenho, a liquidação e o pagamento das despesas realizadas pelos entes da administração; Promover execução e acompanhamento do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município; A programação de desembolso financeiro, a prestação anual das contas e o cumprimento das exigências do controle externo; Manter os registros e controles contábeis diários da parte financeira da divisão; Fazer análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades financeiras da divisão; Fazer análise dos convênios e a criação e extinção de fundos especiais; Realizar o controle e a fiscalização da sua gestão; Supervisão dos investimentos públicos, bem como o controle dos investimentos e da capacidade de endividamento do Município; Examinar e dar conformidade diária ao Relatório de Conformidade de Gestão; Conferir, diariamente, os processos de pagamentos efetuados pela Divisão de Execução Financeira; Orientar as seções do Departamento de Contabilidade e Finanças no intuito de prevenir lançamentos indevidos e/ou incorretos; Regularizar ajustes e/ou lançamentos contábeis incorretos ou indevidos; Apropriar a Folha de Pagamento de Pessoal, após o detalhamento da dotação de crédito emitida pela Divisão de Orçamento e Controle; Realizar pagamento de encargos sociais com base em relatórios; Analisar e ajustar balancetes do almoxarifado e do patrimônio, fazer ajustes contábeis dos registros para proceder à conformidade contábil; Realizar a prestação de contas anual conforme as Normas de Encerramento do Exercício; Consolidar informações financeiras dos servidores e fornecedores para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda; Cadastrar senhas de sistemas do Governo Federal; Realizar atividades correlatas ao desempenho de suas funções.

Chefe da Divisão de Tesouraria

Atribuições: Elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços, bem como a publicação dos informativos financeiros determinados pelo ordenamento jurídico; Verificação de recebimento de recursos públicos controlando e programando suas aplicações financeiras; Realização de conciliação bancária diária; Verificação do caixa e de extratos bancários; Fazer a guarda e movimentação de valores; Organização e arquivo da documentação contábil; Submeter ao Diretor do Departamento de Finanças a programação de desembolso, em consonância com o comportamento da receita e das atividades governamentais;Prover o Diretor com informações atualizadas sobre a situação financeira da Prefeitura; Contatar as entidades governamentais, bancos e agências financeiras sobre a liberação e controle dos fundos e recursos transferidos ou devidos ao Município;Assinar com o Diretor, os balanços, balancetes e outros documentos oficiais relativos à análise e resultados contábeis;Orientar e fiscalizar, em todos os níveis da Prefeitura os procedimentos de contabilidade de acordo com a lei, as convenções e normas técnicas;Supervisionar a escrituração sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando demonstrar a receita e a despesa;Organizar e apresentar ao Diretor, nos prazos estabelecidos, o balanço geral, bem como os balancetes mensais e outros documentos de apuração contábil;Supervisionar, em colaboração com a Departamento Municipal de Administração, o registro contábil dos bens patrimoniais da Prefeitura, acompanhando as variações e – propondo as providências que se fizerem necessárias;Gerência dos fundos especiais e executar outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Cadastro e Tributação

Atribuições: Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas ao cadastro imobiliário e econômico do município, bem como à arrecadação, lançamento, fiscalização e controle dos tributos de competência municipal, cumprir e fazer cumprir as orientações do Diretor do Departamento de Finanças. Suas atribuições incluem, mas não se limitam a: Atendimento ao Público: Realizar atendimento presencial (balcão) e on-line aos contribuintes, prestando informações, esclarecendo dúvidas e orientando sobre obrigações tributárias municipais. Cadastro Imobiliário e Econômico: Efetuar o cadastramento, atualização e manutenção dos cadastros imobiliário e econômico do município. Realizar estudos para a determinação de valores prediais e territoriais. Calcular valor venal rural, conforme legislação vigente. Gestão e Supervisão: Dirigir, supervisionar e fiscalizar os trabalhos da Divisão de Cadastro e Tributação, assegurando o cumprimento das normas e prazos estabelecidos. Seguir e implementar as instruções e orientações do Diretor do Departamento de Finanças Tributação e Arrecadação: Emitir guias de recolhimento e documentos diversos. Certidões e Documentos fiscais: Emitir e assinar certidões diversas, como certidões negativas de débito, de valor venal, entre outras. Emitir Alvarás de Licenciamento e Funcionamento: Sistemas e Ferramentas: Administrar o sistema REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios). Gerenciar o portal da Nota Fiscal Eletrônica, prestando suporte aos usuários. Alimentar o sistema com informações atualizadas, verificando constantemente as fórmulas de cálculo dos tributos no sistema de arrecadação. Estudos e Propostas: Realizar **estudos técnicos** e **análises específicas** relacionadas à **arrecadação tributária municipal**, visando maior eficiência e justiça fiscal. Sugerir melhorias e medidas para aperfeiçoamento do sistema tributário municipal. **Solicitar, acompanhar e colaborar** na atualização e elaboração da **PGV (Planta Genérica de Valores),** garantindo a compatibilidade com a realidade imobiliária do município. Promover a **cidadania fiscal**, por meio de sugestão de **medidas educativas e preventivas,** estimulando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e o fortalecimento da relação entre o fisco e o contribuinte, bem como outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Compras

Atribuições: Cadastrar fornecedores e manter atualizado o cadastro; Coletar preços; Definir quanto ao transporte do material; Julgar propostas conjuntamente com o Setor de Licitação; Constatar preço, prazo e qualidade do material; Receber e armazenar a compra; Suprir os Entes públicos com um fluxo seguro para atender suas necessidades; Assegurar a continuidade de suprimentos; Administrar estoques; Selecionar os melhores fornecedores do mercado; Negociar de maneira eficaz; Determinar o que, o quanto e quando comprar; Realizar a prospecção, seleção e avaliação da técnica e de preço dos fornecedores conjuntamente com o Setor de Licitação; Realizar a cotação de preços conjuntamente com o Setor de Licitação; Fazer todo o processo de compra e fechamento do pedido; Acompanhamento, monitoramento e avaliação de todo o ciclo de compras; Selecionar e escolher fornecedores para encaminhar ao setor de licitação de acordo com os materiais a serem adquiridos; Negociar contratos, comparar preço, prazo de entrega e qualidade dos materiais e fornecedores; Determinar o momento certo de comprar; Prever preços futuros; Prever alterações nos níveis de demanda, como sazonalidade de produtos e incrementos de vendas por fatores internos e externos; Criar métodos e processos seguros para o recebimento de mercadorias; Participar de todo o processo de compras através dos processos de licitações e executar outras atividades, tais como: Zelar pelo cumprimento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e demais normas pertinentes, Verificar a existência de saldos orçamentários e a adequação da despesa ao planejamento municipal antes da abertura do processo de compra, Auxiliar na elaboração dos Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação, em articulação com o setor de licitações. Controlar o andamento dos processos de compra e

contratação, garantindo a observância dos prazos e trâmites legais, colaborar na elaboração do planejamento anual de compras, integrando as informações ao Plano de Contratações Anual (PCA), controlar o estoque mínimo de materiais de consumo em conjunto com o Almoxarifado, orientar servidores quanto aos procedimentos administrativos e legais aplicáveis às compras públicas. Propor e implementar melhorias nos fluxos e sistemas de compras, visando transparência e eficiência. Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

Chefe da Divisão de Licitação e Contratos

Atribuições: Responsável pela coordenação, execução, controle e acompanhamento das atividades relacionadas aos processos licitatórios e à gestão contratual da Administração Municipal, assegurando a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, pelo recebimento de requisições pertinentes à instauração de processos licitatórios relativos a compra, locação, alienação e serviços; Assegurar a observância dos preceitos da Lei nº 14.133/2021, bem como das normas complementares federais, estaduais e municipais. Coordenar a elaboração dos editais, termos de referência e projetos básicos, em conjunto com as unidades demandantes. Definir, orientar e acompanhar o planejamento anual de contratações (PCA) do Município. Promover e conduzir os processos licitatórios, em todas as suas modalidades (pregão, concorrência, tomada de preços, convite, dispensa e inexigibilidade), de forma presencial ou eletrônica. Execução de atividades relativas à instauração de processo e julgamento das licitações de interesse do órgão, com observância da legislação Federal e Estadual especificada; Proposição de instauração de processo com vista à apuração de infrações cometidas no curso da licitação e do contrato, para promoção da responsabilidade administrativa e aplicação da sanção cabível, sem prejuízo de sua iniciativa de apuração; Condução dos procedimentos de concessões e permissões, nos termos da legislação aplicável; Desenvolvimento das atividades para a realização das licitações e demais procedimentos, Redação dos contratos e Atas de Registro de Preços; Redação dos aditivos aos contratos, sejam eles de prorrogação, acréscimo ou supressão contratual; Redação das justificativas referentes aos procedimentos acima especificados; Redação e publicação de todos os atos oficiais relativos as licitações e aos contratos (publicação dos editais, avisos e extratos); Realização das sessões dos pregões; Redação dos despachos de adequação fiscal; Elaborar e expedir ofícios, memorandos, correspondências e demais solicitações relativas aos assuntos do Setor; Receber e dar encaminhamento a processos administrativos, de autorização de despesas, licitatórios e outros expedientes, consultando o Diretor do Departamento Administrativo, no que couber; Realizar periodicamente reuniões com os supervisores das Seções e Setores subordinados aos Departamentos; Verificar as necessidades de capacitação dos servidores do setor, considerando as mudanças normativas e da legislação; Fornecer subsídios para avaliação do acompanhamento das licitações e dos contratos, possibilitando a adoção de estratégias para a obtenção de melhores resultados; Coordenar a elaboração dos contratos, termos aditivos, convênios e termos de cooperação; Acompanhar a execução contratual junto às unidades técnicas, incluindo o acompanhamento do andamento e tramitação dos pedidos de acréscimo e supressão; Promover pesquisas junto às unidades técnicas, buscando adequar as necessidades das mesmas ao planejamento das licitações a serem realizadas; Fornecer apoio técnico-logístico às unidades técnicas, com vistas às aquisições de materiais/contratações de serviços; Fornecer apoio técnico-logístico na condução e planejamento dos contratos de competência das unidades técnicas; Promover estudos técnicos para orientar a contratação dos principais serviços terceirizados, possibilitando a prática de melhores preços, padronização e unificação na forma da contratação, em conjunto com as unidades técnicas; Coordenar o levantamento de dados administrativos para confecção das estatísticas e indicadores de desempenho; Acompanhar o gerenciamento de projetos e planos de ação relacionados à atividade da unidade; Garantir a eficiência e eficácia dos processos, por meio da implantação das ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos e executar outras atividades correlatas. Prestar apoio técnico e administrativo às Comissões de Licitação e Pregoeiros, quando designados. Manter arquivo físico e digitalizar organizando os processos licitatórios e contratos administrativos, garantindo transparência e rastreabilidade. Acompanhar os prazos de vigência, execução e renovação de contratos, alertando as unidades responsáveis para as providências cabíveis. Orientar as unidades administrativas sobre a aplicação das normas de licitação e contratos, promovendo padronização de procedimentos. Controlar e atualizar o cadastro de fornecedores e contratados, observando requisitos de habilitação e regularidade fiscal. Elaborar relatórios de acompanhamento e estatísticas sobre licitações e contratações, para fins de controle interno, prestação de contas e auditoria. Cooperar com os órgãos de controle interno e externo, fornecendo documentos e informações sempre que solicitado. Propor melhorias e inovações nos processos de licitação e gestão contratual, visando maior eficiência e transparência. Exercer outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

Assessor da Divisão de Fiscalização de Tributos

Atribuições: Tem como função controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços na área territorial do Munícipio; Atender e orientar contribuintes sobre as formas de tributação que aplicadas no Município; Coordenar e dirigir órgãos da administração tributária; Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; Constituir crédito tributário mediante lançamento; Controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos, aplicando penalidades quando necessárias; Analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais; Controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços;Proceder à cobrança dostributos não pagos, iniciando por via administrativa e indo até à inscrição do correspondente créditotributárioem Dívida Ativa, Proceder à emissão do título executivo extrajudicial denominado Certidão de Dívida Ativa; Promover ações não respeitosas à sociedade, como obstrução de calçadas, construção irregular de muros, atividades sem licença da prefeitura; Regulamentar a distribuição de publicidade em locais autorizados para a realização de eventos, etc; Lançar, retificar, rever ou alterar o lançamento dos tributos; Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária; Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa; Fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos; Verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica, assim como realizar análise contábeis, econômicas e financeiras; Verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes; investigar a evasão ou a fraude no pagamento dos tributos e executar outras atividades correlatas.

Assessor da Divisão de Assistência a Contabilidade

A execução e acompanhamento do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município; A programação de desembolso financeiro, a prestação anual das contas e o cumprimento das exigências do controle externo; Manter os registros e controles contábeis diários da parte financeira da divisão; Fazer análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades financeiras da divisão; Fazer análise dos convênios e a criação e extinção de fundos especiais; Realizar o controle e a fiscalização da sua gestão; Supervisão dos investimentos públicos, bem como o controle dos investimentos e da capacidade de endividamento do Município; Conferir, diariamente, os processos de pagamentos efetuados pela Divisão de Execução Financeira; Orientar as seções do Departamento de Contabilidade e Finanças no intuito de prevenir lançamentos indevidos e/ou incorretos; Fazer registros contábeis de atos e fatos que modifiquem o patrimônio do Município; Analisar e ajustar balancetes do almoxarifado e do patrimônio conforme calendário de fechamento mensal caso necessário, fazer ajustes contábeis dos registros para proceder à conformidade contábil do mês em exercício; Consolidar informações financeiras dos servidores e fornecedores para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda e executar outras atividades correlatas.

Assessor da Divisão de Contratos e Convênios

Atribuições: Responsável por coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à gestão, execução, fiscalização e prestação de contas dos contratos administrativos e convênios firmados pelo Município, assegurando o cumprimento da legislação vigente, a boa aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos administrativos. Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, bem como dos regulamentos municipais e demais legislações aplicáveis. Efetuar levantamentos, estudos, projetos e análise nos termos de referência de licitações de materiais, equipamentos, obras e serviços para o desencadeamento das licitações através da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeiros (as); Realizar a gestão e fiscalização de contratos e parcerias; A celebração de convênios e a formalização de parcerias; A elaboração de todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação relacionados às compras de materiais, equipamentos e contratação de serviços e obras, bem

como as alienações; Dar suporte administrativo a todas as atividades desenvolvidas no âmbito das coordenadorias, em especial quanto à disponibilização de serviços, materiais e equipamentos de trabalho; Registrar e acompanhar as informações dos contratos, visando ao cumprimento da prestação de contas junto ao TCE-PR, por intermédio do SIM-AM; Controlar, através de registros específicos, todas as etapas pertinentes às atribuições do Setor; Coordenar as atividades inerentes a elaboração dos processos administrativos visando a celebração de convênios e formalização de parcerias, com base em regimento específico à área; Elaborar editais de seleção pública para celebração de termos de parceria; Encaminhar os editais de Seleção Pública para aprovação jurídica; Remeter o processo à Procuradoria Jurídica Municipal para análise quanto à possibilidade de formalização do convênio; Elaborar os termos de convênios com base no regulamento vigente; Encaminhar os termos de convênios para aprovação jurídica; Encaminhar os termos de convênio e de parceria para assinatura; Publicar o extrato do convênio e dos termos de parceria na imprensa oficial; Encaminhar o convênio à Secretaria solicitante para monitoramento e acompanhamento através do setor ao qual se relaciona o serviço; Proporalterações nos contratos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; Instruir todos os processos de sanções, advindos do descumprimento de cláusulas contratuais; Notificar os contratados dos processos de sanções, garantindo o devido processo legal; Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou pelo atraso injustificado, bem como rescindi-los, quando for o caso; Solicitar a inscrição, na dívida ativa do Município, das multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes; Controlar, através de registros específicos, todas as etapas pertinentes às atividades executadas; Verificar a regularidade fiscal dos contratados, e no caso de não comprovada, notificá-lo e reter seu pagamento até efetiva regularização; Elaborar as minutas de contrato, com base no Termo de Referência ou processo administrativo, sugerindo modificações, inclusões ou exclusões de informações; Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes de preços ou repactuações; Avaliar os preços praticados no mercado, visando a repactuação de preços, sempre que houver a possibilidade da prorrogação contratual; Comunicar, em tempo hábil, seus superiores quando as decisões e providências ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes; Encaminhar Nota Fiscal/Fatura/recibo à Setor Contábil Financeira para pagamento, após a conferência dos valores e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho; Verificar a compatibilidade entre os recursos orçamentários e a execução dos instrumentos jurídicos, em articulação com os setores de Contabilidade e Finanças. Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência. Exercer outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Atribuições: Responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar as políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento econômico municipal, com foco nos setores industrial, comercial, de serviços e turístico. Atua como elo entre o poder público, a iniciativa privada e demais instituições, promovendo o crescimento sustentável e a geração de emprego e renda no município. Promoção e divulgação das potencialidades do Município, a nível regional, estadual e federal, competindo desenvolver atividades como de apoio à iniciativa comercial; atração de investimentos no campo industrial e agroindustrial; estimular a criação de micro, pequenos, médios e grandes empreendimentos comerciais e industriais, apoio e orientação ao consumidor; promover os pontos turísticos do município, divulgando o turismo e buscando recursos para o melhoramento das áreas turísticas junto aos governos federal e estadual e executar outras atividades correlatas.

Atribuições Específicas: Planejamento e Gestão: Elaborar e executar planos, programas e projetos voltados ao fortalecimento da indústria, comércio e turismo local. Gerir os recursos humanos, materiais e financeiros do Departamento. Indústria e Comércio: Fomentar a atração de novos investimentos e apoiar a regularização de empresas locais. Apoiar e orientar micro e pequenas empresas, em parceria com entidades como SEBRAE e a Associação Comercial e Empresarial de Bom Sucesso do Sul. Turismo: Planejar, coordenar e executar ações de desenvolvimento turístico, valorizando o patrimônio natural, histórico, cultural e religioso do município. Organizar eventos turísticos e participar de feiras, exposições e campanhas de divulgação. Administração e Controle: Supervisionar o funcionamento de setores vinculados ao Departamento (divisões, coordenações ou setores específicos).

Chefe da Divisão de Indústria, Comércio e Turismo

Atribuições: Atribuições: Planejar, coordenar e supervisionar as ações voltadas ao desenvolvimento industrial, comercial e turístico do Município; Apoiar o Diretor do Departamento na formulação e execução de políticas públicas de fomento à economia local; Promover a atração de investimentos e a instalação de novas empresas e empreendimentos, em parceria com órgãos estaduais, federais e privados; Estimular a industrialização e a comercialização de produtos locais, apoiando micro, pequenas e médias empresas; Desenvolver programas e projetos que visem à capacitação e à expansão da oferta de mão de obra qualificada; Incentivar o turismo local, rural e ecológico, promovendo ações de divulgação e fortalecimento da imagem do Município como destino turístico; Promover e organizar feiras, exposições e eventos que visem o fortalecimento dos setores industrial, comercial e turístico; Manter articulação constante com entidades empresariais, associações comerciais, industriais e de turismo; Apoiar ações de preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural relacionado à atividade turística; Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo.

Assessor de Comércio e Industria

Atribuições: Atribuições: Auxiliar o Chefe da Divisão e o Diretor do Departamento na execução das políticas de desenvolvimento comercial e industrial do Município; Apoiar a implantação de programas e projetos que visem atrair investimentos e estimular o empreendedorismo local; Prestar orientação a empresários e empreendedores quanto a incentivos, legislação e oportunidades de negócios; Colaborar na organização de feiras, eventos e exposições voltadas à promoção dos produtos e serviços locais; Acompanhar e auxiliar nas ações voltadas à capacitação profissional e à geração de emprego e renda; Promover o fortalecimento das parcerias com entidades empresariais e instituições de ensino e capacitação; Participar da elaboração de relatórios, levantamentos e diagnósticos relacionados ao comércio e à indústria municipal; Incentivar a valorização dos produtos e serviços locais, buscando ampliar a competitividade do setor produtivo; Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe da Divisão ou Diretor do Departamento.

Assessor de Turismo

Atribuições: Apoiar o Chefe da Divisão e o Diretor do Departamento na elaboração e execução de planos, programas e projetos de turismo; Colaborar na promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Município, especialmente nas áreas de turismo rural, religioso, ecológico e cultural; Manter atualizado o sistema de informações turísticas, incluindo cadastro de empreendimentos, roteiros e eventos; Apoiar a organização e execução do calendário anual de atividades e eventos turísticos; Promover a integração entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade para o fortalecimento do turismo local e regional; Auxiliar na proteção e valorização do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Município; Colaborar na captação de recursos e parcerias para execução de projetos turísticos; Representar o Município, quando designado, em reuniões, eventos e atividades ligadas ao turismo; Apoiar ações de capacitação e qualificação de mão de obra voltada ao setor turístico; Promover um calendário de reunião para o COMTUR (conselho municipal do turismo) Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Chefe da Divisão ou Diretor do Departamento.

Diretor do Departamento de Obras e Serviços Rodoviários

Atribuições: Executar as atividades concernentes à elaboração de projetos, construção e conservação de obras públicas municipais, assim como dos próprios da Prefeitura; ao licenciamento e fiscalização de obras particulares; pavimentação de ruas e aberturas de novas artérias e logradouros públicos; construção e conservação de estradas e caminhos municipais integrantes do sistema viário do Município, bem como obras complementares; execução do Plano Rodoviário Municipal; fiscalização de contratos relacionados com os serviços de sua competência; zelar pelo funcionamento do maquinário e equipamentos rodoviários da Prefeitura; fabricação de tubos e outros artefatos de concreto e executar outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Obras

Atribuições: Planejar, organizar e supervisionar os serviços de construção, reforma, reparo e manutenção de edificações públicas, instalações, infraestrutura urbana, pavimentação e obras complementares. Coordenar a elaboração de cronogramas de obras, levantamento de materiais, máquinas, equipes e custos, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira. Acompanhar as etapas das obras em processo: desde a abertura de licitação ou contratação, emissão de ordem de serviço, até entrega final, garantindo conformidade com projeto, normas técnicas e legislação municipal. Fiscalizar e orientar equipes de execução e terceiros (empreiteiras), zelando pela qualidade, segurança, cumprimento de normas de saúde e meio ambiente. Manter interlocução com outras secretarias/setores (planejamento, engenharia, finanças, jurídico) para viabilização de obras; preparar relatórios de andamento, desvios, aditivos ou contingências. Gerenciar o patrimônio físico gerado pelas obras (transferência de bens, garantia, manutenção preventiva) e promover a entrega à unidade gestora correspondente. Propor melhorias nos processos de execução de obras, padronização de práticas, e adoção de novas tecnologias ou métodos construtivos visando eficiência e economia. Exercer outras atividades correlatas ao cargo quando designadas pela autoridade competente.

Chefe da Divisão de Serviços Rodoviários

Atribuições: Planejar, organizar e supervisionar os serviços de pavimentação, reperfilamento, drenagem, conservação, recuperação, sinalização e melhoria das vias municipais urbanas e rurais. Gerenciar a frota de máquinas rodoviárias, equipamentos, caminhões, guinchos e implementos, definindo manutenção preventiva e corretiva, escala de uso e operação em campo. Supervisionar equipes de serviços rodoviários (abertura de estradas, cascalhamento, limpeza, conservação de acostamentos, execução de obras de arte rodoviárias como pontes, bueiros). Interagir com secretarias afins para viabilizar projetos de infraestrutura, redirecionar recursos, acompanhar contratos/terceirizações e assegurar cumprimento de metas de manutenção rodoviária. Manter sistema de controle de situação das vias municipais, relatórios de estado, cronograma de manutenção, custos, indicadores de qualidade, e propor melhorias contínuas. Zelar pelas normas de trânsito, segurança viária e meio ambiente aplicáveis aos serviços rodoviários municipais. Exercer outras atividades correlatas, conforme determinação da autoridade competente.

Assessor de Obras e Serviços Rodoviários

Atribuições: Prestar assessoria técnica aos titulares das secretarias/órgãos de Obras e Serviços Rodoviários, elaborando minutas, relatórios, estudos preliminares, cronogramas e pareceres de viabilidade. Auxiliar na interlocução com empreiteiras, prestadores de serviços, fornecedores de materiais e equipamentos, bem como com órgãos estaduais/federais em convênios ou contratos de infraestrutura rodoviária. Acompanhar, registrar e divulgar o andamento das obras e serviços rodoviários, preparar relatórios gerenciais, painéis de acompanhamento e comunicação interna/externa. Colaborar na elaboração de edital/processos de licitação, contratos, aditivos, acompanhamento de execução e entrega de obras ou serviços. Propor e acompanhar indicadores de desempenho para obras e serviços rodoviários (ex: % de vias recuperadas, custo por km, tempo de manutenção). Participar de reuniões, audiências públicas, coletivas de imprensa sobre obras/infraestrutura e apoiar a comunicação institucional do órgão. Exercer outras atividades correlatas ao cargo conforme designação da chefia.

Encarregado de Obras

Atribuições: Supervisionar as equipes de construção/reforma de edificações públicas, infraestrutura urbana ou obras complementares, garantindo execução conforme projeto, especificações e normas técnicas. Gerenciar o canteiro de obras: preparo de materiais, mobilização, equipamentos, medições, relatórios diários de progresso, controle de estoque e consumo de materiais. Zelar pela segurança do trabalho no canteiro, promovendo treinamentos, uso de Equipamentos de Proteção Individual, cumprimento das normas de segurança e prevenção de acidentes. Verificar qualidade dos serviços realizados, sugerir correções, acompanhar ensaios e testes quando necessários, encaminhar eventuais não conformidades à chefia. Manter registro de horas-máquina, mão-de-obra, e comunicar desvios de cronograma ou orçamento à Chefia da Divisão de Obras; propor ajustes ou prorrogações quando justificadas. Participar de reuniões de obra, relatórios de entrega, vistorias, medições e acompanhar dados para pagamento/atestado de serviços. Exercer outras atividades correlatas ao cargo conforme designação da chefia.

Encarregado de Serviços Rodoviários

Atribuições: Supervisionar equipes de manutenção rodoviária (abertura de estradas, cascalhamento, pavimentação leve, limpeza de acostamentos, reparo de pontes/bueiros) conforme cronograma e instruções da Divisão de Serviços Rodoviários. Coordenar a operação de máquinas e veículos rodoviários, controlar escala de trabalho, verificar funcionamento dos equipamentos, registrar manutenção preventiva e corretiva e comunicar falhas. Verificar condições das vias municipais (urbanas e rurais), identificar trechos que necessitem reparo ou intervenção, e encaminhar para execução ou programação futura. Registrar o consumo de materiais (asfalto, brita, cascalho, mão-de-obra) e reportar à Chefia, sugerindo reajustes ou compras quando necessário. Zelar pela segurança viária nas operações de manutenção: sinalização, sinalização de obras, controle de tráfego e comunicação ao trânsito local. Elaborar ou colaborar com relatórios operacionais, medições de serviço, indicadores de manutenção rodoviária (km recuperados, intervenções por período) e propor melhorias nos processos. Exercer demais atribuições correlatas ao cargo conforme diretriz da chefia da Divisão de Serviços Rodoviários.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atribuições: Coordenar a execução das atividades concernentes à manutenção das ruas, praças e jardins; arborização de logradouros públicos; manutenção da limpeza pública; administração dos cemitérios públicos; fiscalização dos serviços públicos ou de utilidade pública, concedidos ou permitidos; emissão de parecer quando da autorização para funcionamento de estabelecimentos públicos e privados; execução dos serviços de iluminação pública; elaboração e fiscalização de projetos de engenharia civil que sejam necessários ao atendimento dos interesses municipais e executar outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Engenharia

Atribuições: Elaborar, executar, dirigir e fiscalizar projetos públicos de engenharia civil relativos a rodovias, prédios, sistemas de água e esgoto e outros. Preparar planos e métodos de trabalho; possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo de obras públicas. Assegurar a execução das obras dentro de padrões e exigências técnicas; O planejamento operacional, execução, implementação e fiscalização da legislação relativa ao uso e parcelamento do solo, aos loteamentos e ao código de obras e posturas municipais; Expedição de atos de autorização, permissão ou concessão de uso e parcelamento do solo ou de uso de equipamentos públicos; O combate às várias formas de poluição sonora e visual; Determinar o zoneamento de iluminação pública, definir a política de limpeza urbana; Construção e preservação de parques, praças e áreas de lazer, apreensão de animais; Definir os projetos paisagísticos e de serviços de jardinagem e arborização; Emitir pareceres técnicos. Planejar, desenvolver e executar e acompanhar projetos públicos de operacionalização e manutenção de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços executados. Elaborar normas e documentação técnica e executar outras atividades correlatas.

Assessor de Obras Urbanas

Atribuições: Executar os projetos de obras no perímetro urbano do município; realizar a urbanização municipal; desenvolver o controle e custo das obras urbanas; realizar obras em galerias e águas pluviais; vistoriar obras que julgar necessário a segurança e salubridade pública; executar reparos e consertos dos próprios municipais no perímetro urbano; construir e conservar obras públicas no perímetro urbano; inspecionar com regularidade os serviços a seu encargo e Executar outras atividades correlatas.

Assessor de Serviços Urbanos

Atribuições: Promover as atividades pertinentes ao controle e fiscalização dos serviços de utilidade pública, concedidos ou permitidos; determinar as providências que se fizerem necessárias ao fiel comprimento dos contratos de concessão ou permissão; examinar relatórios ou dados fornecidos pelos concessionários ou permissionários dos serviços públicos; fazer estudos e propor ao prefeito a fixação de tarifas a serem cobradas pelos concessionários ou permissionários dos serviços públicos; estabelecer e controlar os padrões de qualidade e eficiência a serem mantidos pelos serviços públicos exploradores por concessão ou permissão; examinar projetos, orçamentos, tarifas e tabelas referentes aos serviços concedidos ou

permitidos e emitir parecer; atender as reclamações do público sobre a execução dos serviços públicos e de utilidade pública concedidos ou permitidos; estudar e propor medidas para a utilização dos cemitérios municipais; aplicar e fazer aplicar as posturas de ordem pública e executar outras atividades correlatas.

Assessor de Logradouros Públicos

Atribuições: Promover a conservação das praças, parques e jardins do município; promover a arborização dos logradouros públicos, providenciando o plantio e o tratamento das espécies que mais atendam as condições legais; organizar e manter sementeiras onde se preparem mudas para os serviços de arborização e ajardinamento dos parques, jardins e praças públicas; determinar a poda periódica das árvores, por motivo de sobrevivência e embelezamento das mesmas e a segurança pública, e fazer executar qualquer medida de defesa das árvores existentes nos logradouros públicos; organização e manutenção atualizada do cadastro de arborização da cidade; realizar nos espaços verdes que estejam sob sua administração, o combate as pragas e a doenças vegetais; promover a conservação e proteção de monumentos existentes nos logradouros públicos; promover com regularidade, os serviços de limpeza pública da cidade; promover a colocação nas vias públicas, de coletores de lixo; compor as turmas de varredura, capinação e coleta de lixo; promover a apreensão de animais soltos nas vias públicas; promover os serviços de poda de grama nas praças, parques e jardins, e os serviços de limpeza e executar outras atividades correlatas.

Assessor de Utilidade Pública

Atribuições: Exercer as atividades relativas ao controle e fiscalização dos serviços de utilidade pública concedidos ou permitidos; providenciar para que os serviços contratados, em concessão ou permissão, sejam fielmente compridos, receber, examinar e encaminhar ao Diretor do Departamento os relatórios ou dados fornecidos pelos concessionários, ou permissionários dos serviços públicos; proceder estudos e propor ao diretor a fixação de tarifas a serem cobradas pelos concessionários ou permissionários do serviço público; propor ao diretor a aplicação de multas e penalidades a que estão sujeitos os concessionários ou permissionários pelo descumprimento de suas obrigações; promover o estabelecimento e o controle dos padrões de qualidade e eficiência a serem mantidos pelo serviços públicos explorados por concessão ou permissão; aplicar as disposições regulamentares referentes aos serviços públicos concedidos ou permitidos; examinar, dar pareceres e encaminhar ao departamento, os projetos, orçamentos, tarifas e tabelas referentes aos serviços sob sua competência; atender as reclamações do público sobre a execução dos serviços públicos e de utilidade pública permitidos ou concedidos; zelara pela manutenção da ordem no recinto dos cemitérios e executar outras atividades correlatas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atribuições: Promover os serviços de assistência social à população de baixa renda do município, fiscalizar a aplicação de auxílios e subvenções consignadas no Orçamento Municipal para entidades de assistência social, bem como orientação sobre a aplicação dos recursos oriundos do governo federal e estadual, provenientes de programa na área social, dotando o departamento de toda a infra-estrutura necessária para o perfeito funcionamento e executar outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Assistência Social

Atribuições: Promover o levantamento de recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência aos necessitados; promover o encaminhamento a asilos, albergues e outros serviços assistenciais de pessoas que necessitem dessa providencia; fornecer passagens a pessoas necessitadas de se deslocarem dentro ou para fora do município; prover o fornecimento, dentro das possibilidades e dos recursos orçamentários da prefeitura, de alimentos e abrigos a pessoas necessitadas; fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios; desenvolver programa de assistência ao menor abandonado e as pessoas carentes de recursos financeiros; opinar sobre pedidos de subvenções ou auxílios a entidades assistenciais do município, e fiscalizar a sua aplicação, quando concedidos; promover a realização de convênios de assistência social com entidades, congêneres, federais e estaduais; promover serviços de assistência funerária e pessoas necessitadas; Executar outras atividades correlatas, conforme determinação da Direção do Departamento de Ação Social. Realizar atividades correlatas ao desempenho de suas funções.

Chefe da Divisão de Apoio a Mulher e a Família

Atribuições: Planejar, Coordenar e supervisionar programas, projetos e ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres e ao fortalecimento dos vínculos familiares no âmbito municipal. Elaborar planos de trabalho, relatórios de atividades e indicadores de desempenho. Acompanhar a execução das políticas públicas destinadas à mulher e à família, avaliando resultados e propondo melhorias. Desenvolver e acompanhar projetos de capacitação, profissionalização e empoderamento de mulheres e famílias. Identificar necessidades emergentes e propor ajustes para melhorar os serviços prestados. Coordenar o atendimento e o acompanhamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente vítimas de violência doméstica e familiar; garantir a oferta de apoio psicossocial, jurídico e de encaminhamento aos serviços da rede municipal de proteção; desenvolver ações de apoio e fortalecimento das famílias em risco social, promovendo a integração com os serviços socioassistenciais do município. Estabelecer parcerias e articulações com outras secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, conselhos municipais e organizações da sociedade civil; representar a divisão em reuniões, fóruns, conselhos e eventos relacionados à temática da mulher e da família; incentivar a participação comunitária nas ações da Prefeitura voltadas à promoção da cidadania, igualdade de gênero e fortalecimento familiar. Promover campanhas educativas, palestras e eventos sobre direitos das mulheres, combate à violência doméstica e valorização da família; coordenar ações de capacitação e formação continuada para servidores municipais e parceiros da rede de atendimento; divulgar informações sobre serviços disponíveis e políticas públicas municipais de apoio à mulher e à família. Gerir a equipe técnica e administrativa da divisão, promovendo a organização das atividades e a eficiência no atendimento ao público; controlar o uso de recursos materiais e financeiros, observando as normas e procedimentos da Prefeitura Municipal; elaborar relatórios periódicos de atividades, dados estatísticos e documentos técnicos solicitados pela Secretaria Municipal. Acompanhar indicadores e resultados das ações da divisão, propondo ajustes para aprimorar a execução das políticas públicas; Manter atualizado o cadastro e os registros de atendimentos e beneficiários dos programas; Contribuir para o planejamento estratégico da Secretaria, com base nas demandas e realidades locais identificadas.

Assessor de Assistência a Programas Sociais

Atribuições: Promover o assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro do Departamento Social; Instituir e manter sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas; Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda; Promover a produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social; Promover a defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos; Reivindicar a construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente; Fomentar a formação político - cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares; Desenvolver ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviço, programas e projetos de assistência social e Realizar atividades correlatas ao desempenho de suas funções.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Atribuições: Coordenar todas as unidades e setores vinculados ao Departamento de Saúde (Unidades Básicas de Saúde, Farmácia Municipal, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Transporte Sanitário, entre outros); planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades do Departamento; elaborar relatórios de gestão, planos de trabalho e prestações de contas periódicas; supervisionar a execução orçamentária e financeira

do setor, zelando pela correta aplicação dos recursos públicos. Participar da elaboração do Plano Municipal de Saúde e do Relatório de Gestão; Implementar programas, projetos e ações que promovam a saúde preventiva, curativa e de reabilitação da população; promover a integração das ações de saúde com outros setores da administração pública. Supervisionar o trabalho dos profissionais da saúde, promovendo a capacitação e o bom funcionamento das equipes; garantir o cumprimento das normas éticas, técnicas e legais pelos servidores sob sua gestão; acompanhar o dimensionamento de pessoal e propor contratações quando necessário. Coordenar as atividades de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador; garantir o controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis; supervisionar o cumprimento das normas de biossegurança e controle sanitário. Assegurar o acesso da população aos serviços de saúde, com qualidade e equidade; estimular a participação da comunidade no controle social, por meio do Conselho Municipal de Saúde; promover campanhas educativas e ações de prevenção em parceria com escolas, entidades e instituições locais. Representar o Departamento de Saúde junto a órgãos públicos, consórcios intermunicipais e demais instituições; acompanhar convênios e programas firmados com o Estado e a União; articular com hospitais, clínicas e serviços especializados para garantir o atendimento das demandas do município. Cumprir e fazer cumprir as determinações legais e regulamentares aplicáveis à área da saúde; desempenhar outras tarefas correlatas que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

Chefe da Divisão de Saúde

Atribuições: Coordenar e acompanhar a execução das atividades das unidades e setores vinculados à Divisão de Saúde; supervisionar o cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Saúde; Garantir a boa organização e o funcionamento dos serviços e programas de saúde sob sua responsabilidade; zelar pela aplicação correta dos recursos materiais e humanos, visando à eficiência dos serviços prestados à população. Prestar apoio técnico ao Diretor do Departamento de Saúde na elaboração e acompanhamento de planos, programas e relatórios; controlar a frequência, escala e desempenho dos servidores lotados na Divisão; Auxiliar na elaboração de relatórios estatísticos e informativos sobre as atividades da área; colaborar na execução orçamentária e na solicitação de materiais, equipamentos e insumos necessários. Acompanhar e orientar as equipes de saúde na execução das atividades diárias; promover a integração e o bom relacionamento entre os profissionais das unidades de saúde; estimular a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores, visando à melhoria dos serviços prestados. Fiscalizar a execução dos programas de saúde pública, campanhas preventivas e ações educativas; monitorar indicadores de saúde e propor medidas corretivas ou preventivas; garantir a observância das normas de vigilância sanitária, epidemiológica e de biossegurança. Manter articulação com demais divisões, setores e órgãos municipais para integração das ações de saúde; representar a Divisão em reuniões técnicas e administrativas quando designado; apoiar o Diretor do Departamento na comunicação com órgãos estaduais, federais e consórcios intermunicipais de saúde. Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores e a legislação vigente; Responder pelo setor na ausência do Diretor do Departamento de Saúde, quando designado; Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor do Departamento ou pelo Chefe do Poder Executivo.

Assessor de Agendamento de Consultas

Atribuições: Organizar a rotina de atendimento do setor de agendamento de consultas especializadas; monitorar constantemente o funcionamento do sistema utilizado; organizar a agenda de consultas especializadas; identificar as especialidades oferecidas nas clínicas, consultórios ou consórcios e determinar quais profissionais estarão disponíveis para atender cada uma delas; receber os usuários que chegam para agendar consultas ou que tenham agendamentos já marcados. Atender o paciente, seja por telefone, mensagens ou pessoalmente, prestando um atendimento cordial e informativo; manter uma comunicação clara com os pacientes durante todo o processo; confirmar dados pessoais (nome, data de nascimento, nome da mãe etc.) e / ou solicitar à paciente atualização de cadastro no setor responsável, quando necessário. Fornece informações sobre como funciona o sistema de agendamento, quais documentos ou informações eles precisam levar para a consulta e como eles podem cancelar o atendimento; verificar pedidos de encaminhamentos de consultas que chegam via unidades básicas, especialidades etc. Gerenciar e organizar a agenda, otimizar o fluxo de atendimento e encaixar pacientes, quando necessário; Triagem inicial: identificar urgências, riscos, prioridades (gestantes, puérperas, bebês etc.) para dar atendimento prioritário quando aplicável. Registrar os pedidos de consulta, considerando especialidade, profissional, local/UBS, disponibilidade de horário. Agendar e confirmar consultas da população por especialidades, nos locais de referência, direto a profissionais especialistas em suas condições específicas como: neurologia, cardiologia, vascular, urologia, traumato-ortopedia, entre outros. Marcar horários com base na disponibilidade dos profissionais além de confirmar a presença do paciente para reduzir faltas; agendar retornos quando necessário (exames, acompanhamentos). Em casos que não exijam horário marcado estrito, utilizar agendamento por data/período (manhã/tarde) conforme regulamentos locais. Bloquear horários em casos de feriado ou períodos especiais, ou quando há falta de profissionais ou infraestrutura. Fornecer comprovante de agendamento ou informar ao usuário local/telefone para confirmar detalhes (data, hora, local, preparo). Enviar lembretes aos pacientes sobre os agendamentos, o que pode ser feito por meio de mensagens via celular ou através de visita do agente de saúde da área; lidar com cancelamentos e reagendamentos de consultas de forma organizada e eficiente; registrar os cancelamentos de consultas. Monitorar a quantidade de consultas agendadas vs. realizadas vs. faltas. Acompanhar tempo de espera, taxa de absenteísmo. Auxiliar no planejamento de capacidade (quantos horários disponibilizar por especialidade, por dia etc.). Informar ao usuário sobre preparo para consultas (jejum, documentos necessários, como chegar, horário de chegada antecipado se necessário). Esclarecer regras de agendamento: quando pode haver urgência, prioridade, o que fazer em caso de mudança ou cancelamento. Manter registros atualizados e organizados (eletrônicos ou em papel) de todos os agendamentos. Utilizar os fluxos definidos pelos POPs locais. Atender com cordialidade, respeito, escuta ativa. Garantir acesso equitativo, sem discriminação. Prover clareza nas informações, especialmente para populações vulneráveis. Organização das viagens e da logística das mesmas junto aos motoristas para condução dos pacientes. A transparência também é uma vantagem importante. Quando os pacientes sabem exatamente em que dia e hora serão atendidos por um especialista, isso ajuda na sua programação pessoal e reduz a ansiedade associada ao atendimento médico. Disponibilizar transporte sanitário conforme as necessidades e limitações de saúde do paciente.

Assessor de Agendamento de Exames Especiais

Atribuições: Organizar a rotina de atendimento do setor de agendamento de exames e procedimentos e especializados; monitorar constantemente o funcionamento do sistema utilizado; organizar a agenda de exames e procedimentos especializados; identificar as especialidades oferecidas nas clínicas, consultórios ou consórcios e determinar quais profissionais estarão disponíveis para atender cada uma delas. Gerenciar e organizar a agenda, otimizar o fluxo de atendimento e encaixar pacientes, quando necessário; verificar identidade do paciente (nome, cartão SUS, documentos) identificar o exame solicitado e esclarecer ao paciente o procedimento de agendamento: prazos, requisitos, preparo, encaminhamentos. Atender o paciente, seja por telefone, mensagens ou pessoalmente, prestando um atendimento cordial e informativo; manter uma comunicação clara com os pacientes durante todo o processo. Fornece informações sobre como funciona o sistema de agendamento, quais documentos ou informações eles precisam levar para o exame e como eles podem cancelar o atendimento; conferir se há pedido médico válido. Verificar se todos os dados necessários estão presentes (dados do médico solicitante, carimbo, tipo de exame, justificativa clínica, urgência). Inserir o agendamento no sistema (software municipal de saúde), bloqueio de horários se necessário. Agendar e confirmar exames, procedimentos e internações da população por especialidades, nos locais de referência, direto a profissionais especialistas em suas condições específicas como: neurologia, cardiologia, vascular, urologia, traumato-ortopedia, entre outros. Marcar horários com base na disponibilidade dos profissionais e na necessidade do paciente, além de confirmar a presença do paciente para reduzir faltas; informar ao paciente, data, hora, local, preparo (se jejum, coleta, etc.), documentos necessários. Emitir guia ou autorização, caso seja exigido. Lidar com cancelamentos e reagendamentos de consultas de forma organizada e eficiente. Confirmar comparecimento do paciente no exame. Enviar lembretes aos pacientes sobre os agendamentos, o que pode ser feito por meio de mensagens via celular ou através de visita do agente de saúde da área; cancelar ou reagendar exames se houver impedimentos ou bloqueios (feriados, restrições etc.). Manter comunicação com laboratórios ou prestadores externos para garantir a realização do exame e envio dos resultados. Manter registros do

agendamento: quem solicitou, data da solicitação, urgência, data marcada. Arquivar guias, autorizações se necessárias. Monitorar quantitativos de exames agendados, realizados ou faltantes. Gerar relatórios para gerência ou coordenação de saúde sobre uso de capacidade, etapas pendentes, demandas reprimidas. Auxiliar na identificação de gargalos no serviço de exames (por exemplo, exames que frequentemente atrasam ou têm muitos cancelamentos). Explicar preparo para exame (jejum, suspensão de determinados medicamentos, roupas adequadas etc.). Informar sobre localização, transporte se necessário, horários de atendimento. Esclarecer dúvidas quanto aos possíveis riscos ou cuidados. Seguir protocolos institucionais ou municipais para solicitação e agendamento de exames. Atuar conforme normas do Conselho de Enfermagem, do Ministério da Saúde e demais legislações. Zelar por sigilo, ética, respeito aos direitos do paciente. Organização das viagens e da logística das mesmas junto aos motoristas para condução dos pacientes. A transparência também é uma vantagem importante. Quando os pacientes sabem exatamente em que dia e hora serão atendidos por um especialista, isso ajuda na sua programação pessoal e reduz a ansiedade associada ao atendimento médico. Disponibilizar transporte sanitário conforme as necessidades e limitações de saúde do paciente.

Assessor de Programas de Saúde

Atribuições: Apoiar na elaboração, revisão ou adequação dos programas de saúde municipais (PSF, imunizações, vigilância etc.). Contribuir para a Programação Anual de Saúde. Auxiliar na preparação do Plano Municipal de Saúde. Auxiliar equipes técnicas na interpretação de normativas estaduais/federais aplicáveis. Orientar sobre recursos de financiamento externo (governo estadual, federal, convênios) para os programas de saúde. Conversar/comunicar com outros departamentos municipais que impactam saúde (Obras, Saneamento, Assistência Social, Educação etc.). Prover informações à população quando necessário, sobre programas de saúde, ações em curso, indicadores. Colaborar com a transparência dos dados de saúde do município, ajudando a publicar relatórios, planos e indicadores. Verificar legislação vigente que rege programas de saúde (leis federais, estaduais, resoluções de saúde) para garantir conformidade. Propor adaptações regulatórias municipais, quando necessário, para cumprir exigências legais.

Encarregado de Programas de Saúde

Atribuições: Planejar, organizar e coordenar a execução dos programas de saúde pública (ex.: saúde da mulher, criança, idoso, hipertensão, diabetes, imunização, vigilância etc.); elaborar planos de trabalho anuais e metas em conformidade com as políticas municipais de saúde; propor ações para melhoria dos indicadores de saúde no município. Supervisionar a implementação dos programas nas unidades básicas de saúde (UBS) e demais setores; acompanhar a realização de campanhas, mutirões e ações comunitárias de prevenção e promoção à saúde; garantir o cumprimento de protocolos e diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde. Garantir o cumprimento de protocolos de saúde municipais. Orientar e capacitar as equipes de saúde sobre os programas sob sua responsabilidade; promover educação permanente e atualização técnica dos profissionais; orientar os profissionais sobre atualizações dos programas utilizados nos setores da saúde. Acompanhar indicadores de saúde (cobertura de vacinas, mortalidade, incidência de doenças etc.). Gerar relatórios periódicos com dados transformados em informações compreensíveis para gestores. Organizar treinamentos, oficinas ou reuniões para os servidores dos postos de saúde sobre os programas ou novas práticas. Identificar necessidades de capacitação e sugerir planos para suprir essas lacunas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Atribuições: Construir e monitorar o Plano Municipal de Educação o com a participação da comunidade escolar. Acompanhar o progresso dos estudantes e professores, incentivando boas práticas pedagógicas e a formação continuada dos educadores. Garantir a implementação do currículo, das metodologias de ensino e das formas de avaliação. Promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e com medidas de conscientização contra o bullying. Supervisionar através da equipe pedagógica o planejamento de aulas, a organização de horários e a distribuição de recursos e materiais. Gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais das unidades escolares. Administrar a equipe, incluindo a gestão da frequência, o controle de direitos e deveres dos servidores, e o apoio à formação e desenvolvimento de recursos humanos. Gestão dos conselhos municipais relacionados à educação. Gerenciar o planejamento e execução dos recursos de financiamento da educação (FUNDEB). Gestão do serviço de transporte escolar e das atividades relativas à cultura e esporte do Município;

Chefe da Divisão de Ensino e Transporte Escolar

Atribuições: Planejar, coordenar e monitorar os processos de ensino-aprendizagem em alinhamento com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as diretrizes da educação. Assessorar o Diretor do Departamento de Educação na formulação da política educacional do município; Auxiliar na elaboração e execução o plano municipal de educação; promover a realização de pesquisas, inquéritos e estudos sobre a vida educacional do município; apurar os problemas escolares, executando ou fazendo executar as medidas para a sua solução; verificar as necessidades das escolas e quaisquer deficiências, ou irregularidades em suas instalações ou funcionamento, providenciando os serviços de conservação e reparos necessários aos prédios escolares; zelar pelos programas de ensino; realizar atividades de orientação pedagógica e executar outras atividades correlatas. Gestão do sistema EDUCACENSO. Execução do serviço de transporte escolar, incluindo planejamento de rotas, gerenciamento da frota e supervisão de pessoal para garantir a segurança, eficiência e conforto dos alunos, controle da manutenção dos veículos, fiscalização do cumprimento da lei de transporte escolar do município e a comunicação com escolas, pais e motoristas, além de realizar o preenchimento e monitoramento dos sistemas de gestão de transporte escolar.

Chefe da Divisão de Cultura

Atribuições: Assessorar o Diretor do Departamento na formulação de política de incentivo das atividades de cultura no município; propor a execução de convênios culturais com entidades públicas federais e estaduais; planejar e coordenar políticas culturais, gerenciar eventos e projetos artísticos, preservar o patrimônio cultural, captar recursos e estabelecer parcerias para o setor, estimular a participação social e a diversidade cultural, além de coordenar a gestão dos espaços culturais e a elaboração e execução do Plano MunicipaldeCultura.

Chefe da Divisão de Esportes

Atribuições: Organizar o planejamento e execução das políticas e diretrizes de esporte em todo o território do Município e o acompanhamento de planos, programas e projetos, garantindo o seu desenvolvimento; Propor a execução de convênios esportivos com entidades públicas federais e estaduais ou privadas; Manter um sistema de informações relativo ao desempenho de planos, programas e projetos concernentes às suas atividades básicas; Incentivar à organização e a divulgação de informações de interesse do esporte, a busca da contínua participação da comunidade nos esforços governamentais, visando o desenvolvimento do esporte; Apoiar à modernização e ampliação das instalações destinadas às práticas esportivas e recreativas; Articular com outros órgãos municipais, com os demais níveis de governo e entidades de iniciativa privada para programação de atividades referente ao esporte e atividades pertinentes; Organizar e promover escolinhas para as diversas modalidades esportivas e competições esportivas locais e regionais, visando a inserção das pessoas ao esporte e aos hábitos saudáveis. Supervisionar e orientar os professores de educação física na organização e execução dos projetos esportivos municipais.

Assessor de Educação Física

Atribuições: Elaborar e desenvolver projetos recreativos junto às escolas municipais, propiciando a integração dos estudantes; prestar apoio ao Chefe da Divisão de Esportes de acordo com as necessidades que se apresentarem e executar outras atividades correlatas.

Assessor de Planejamento da Alimentação Escolar

Atribuições: Assessorar conselhos de alimentação escolar (CAE), auxiliar na realização das normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Atribuições: Incrementar, por todos os meios ao alcance da municipalidade, as atividades agrícolas e pastorais no Município, seja através da distribuição de adubos, mudas e sementes selecionadas, seja pela cessão de reprodutores ou da adoção das providências cabíveis para a prática de

inseminação artificial, com recursos próprios ou em colaboração com outros órgãos públicos ou privados; difusão das modernas técnicas agrícolas e pastorais; auxiliar a criação de programas de incentivo aos produtores rurais; praticar todas as demais atividades relacionadas com o aumento da produção e da produtividade agropecuária; proteção, conjuntamente com os proprietários ou possuidores confrontantes de rios, riachos, córregos e estradas e com matas ciliares; estabelecimento de política de meio ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, objetivando mantê-lo saudável e ecologicamente equilibrado; proteção à fauna e à flora, proibindo a extinção de espécies ou a submissão de animais à crueldade e executar outras atividades correlatas.

Chefe da Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Atribuições: Coordenar, planejar e supervisionar as atividades voltadas ao fomento da agricultura, pecuária e proteção ambiental no Município. Promover ações integradas de apoio técnico aos produtores rurais, incentivando práticas de cultivo sustentável, manejo adequado do solo, controle de pragas e conservação de recursos naturais. Supervisionar e apoiar programas municipais de incentivo à produção agrícola, pecuária, florestamento, reflorestamento e conservação ambiental. Organizar campanhas e projetos em parceria com órgãos estaduais e federais (como IDR-Paraná, ADAPAR, IAP, EMATER) voltados à melhoria da produtividade e à preservação ambiental. Coordenar a elaboração e execução de planos e projetos técnicos referentes à agricultura, pecuária, meio ambiente e saneamento rural. Orientar equipes de campo e acompanhar a prestação de serviços aos produtores rurais, cooperativas e associações. Implementar medidas voltadas ao controle de zoonoses, doenças do rebanho e manejo sanitário, em parceria com órgãos competentes. Supervisionar ações de fiscalização ambiental, licenciamento, educação ambiental e manejo de resíduos. Zelar pelo cumprimento das normas ambientais vigentes, propondo medidas de proteção e recuperação ambiental no território municipal. Exercer outras atividades correlatas e determinadas pela autoridade competente.

Assessor de Agricultura e Pecuária

Atribuições: Assessorar o Diretor e o Chefe da Divisão de Agricultura e Pecuária e Meio Ambiente no planejamento, execução e acompanhamento de programas de fomento agropecuário. Organizar e manter atualizados os registros e fichários dos agricultores e pecuaristas beneficiados por programas de apoio técnico e incentivos municipais. Apoiar campanhas de vacinação animal, controle de pragas e disseminação de boas práticas agropecuárias. Orientar os produtores rurais quanto à utilização racional do solo, técnicas de adubação, plantio e manejo sustentável. Promover a divulgação das modernas técnicas agrícolas e pastoris por meio de palestras, eventos, visitas técnicas e material educativo. Colaborar com a distribuição de mudas, sementes e insumos agrícolas aos produtores, conforme programas municipais. Participar de ações de integração com cooperativas, associações e entidades técnicas voltadas ao desenvolvimento rural. Exercer outras atividades correlatas e determinadas pela autoridade competente.

Assessor de Meio Ambiente

Atribuições: Assessorar o Diretor e o Chefe da Divisão de Agricultura e Pecuária e Meio Ambiente nas ações de proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais do Município. Colaborar na elaboração de políticas públicas, programas e projetos de gestão ambiental, saneamento, arborização e destinação de resíduos. Promover e apoiar a criação de áreas de preservação permanente, reservas ecológicas e unidades de conservação municipal. Manter intercâmbio técnico com entidades públicas e privadas que atuem na defesa e promoção do meio ambiente. Participar da fiscalização e controle das atividades potencialmente poluidoras, orientando a regularização ambiental e o cumprimento da legislação vigente. Promover a educação ambiental junto à comunidade, escolas e produtores rurais, incentivando práticas sustentáveis e de proteção da fauna e flora. Apoiar o monitoramento da qualidade da água, do solo e do ar, e propor medidas corretivas quando necessário. Elaborar relatórios técnicos e pareceres sobre questões ambientais municipais. Exercer outras atividades correlatas e determinadas pela autoridade competente.

Encarregado de Agricultura e Pecuária

Atribuições: Coordenar e executar os serviços operacionais de apoio à agricultura e pecuária, supervisionando equipes de campo e maquinários agrícolas. Acompanhar a distribuição de insumos, mudas, sementes e serviços de máquinas agrícolas aos produtores, conforme cronograma e diretrizes da Secretaria. Organizar as atividades de preparo de solo, plantio, colheita e transporte, zelando pela boa utilização dos equipamentos e materiais. Promover campanhas de vacinação animal, controle de pragas e melhoria genética de rebanhos, conforme orientação técnica. Manter controle sobre o uso de maquinários agrícolas, insumos e combustíveis destinados às atividades rurais. Acompanhar a execução de programas municipais de incentivo à produção e de apoio técnico aos produtores. Orientar produtores e equipes de campo quanto à adoção de boas práticas agrícolas, pecuárias e ambientais. Elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas, produtividade, consumo de recursos e resultados alcançados. Exercer outras atividades correlatas e determinadas pela chefia imediata.

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F09E26D3

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.758, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

Eu, Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, nos termos da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R$ 43.794.465,00 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	**50.710.170,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.592.500,00
Receitas de Contribuições	284.600,00
Receita Patrimonial	802.825,00
Receita Agropecuária	105.000,00
Receita de Serviços	105.000,00
Transferências Correntes	45.763.245,00
Outras Receitas Correntes	57.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**450.000,00**
Alienação de Bens	450.000,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**51.160.170,00**

DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	7.236.000,00
OUTRAS DEDUÇÕES (RENÚN E DESC.CONCED.)	129.705,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**43.794.465,00**

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros que integram esta lei e terá o seguinte desdobramento:

01 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01-Legislativa	870.000,00
04-Administração	5.298.150,35
08-Assistência Social	1.409.750,00
10-Saúde	11.793.700,00
12-Educação	8.544.670,00
13-Cultura	189.500,00
15-Urbanismo	5.042.900,00
16-Ciência e Tecnologia	10.500,00
20-Agricultura	658.600,00
22-Indústria	936.000,00
23-Comércio e Serviços	120.000,00
26-Transporte	6.735.550,00
27-Desporto e Lazer	241.200,00
28-Encargos Especiais	1.506.000,00
99-Reserva de Contingência	437.944,65
TOTAL	**43.794.465,00**

02 – POR SUBFUNÇÕES

31-Ação Legislativa	870.000,00
062-Defesa do Interesse Público no Processo	243.000,00
122-Administração Geral	3.828.150,35
123-Administração Financeira	1.107.000,00
128-Formação de Recursos Humanos	99.000,00
129-Administração de Receitas	91.000,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	305.200,00
244-Assistência Comunitária	1.089.550,00
301-Atenção Básica	11.560.500,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	28.200,00
304-Vigilância Sanitária	70.000,00
305-Vigilância Epidemiológica	61.000,00
306-Alimentação e Nutrição	31.000,00
361-Ensino Fundamental	6.652.170,00
365-Educação Infantil	1.777.500,00
367-Educação Especial	111.000,00
392-Difusão Cultural	189.500,00
452-Serviços Urbanos	5.042.900,00
571-Desenvolvimento Científico	10.500,00
606-Extensão Rural	650.600,00
661-Promoção Industrial	936.000,00
695-Turismo	120.000,00
782-Transporte Rodoviário	6.735.550,00
812-Desporto Comunitário	241.200,00
843-Serviço da Dívida Interna	1.080.000,00
846-Outros Encargos Especiais	426.000,00
999-Reserva de Contingência	437.944,65
TOTAL	**43.794.465,00**

03 – POR PROGRAMAS

0-OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.506.000,00
1-PROCESSO LEGISLATIVO	870.000,00
2- GESTÃO E COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL	1.081.500,00
3-COORDENAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO	3.018.650,35
4-GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E CONTROLE	1.198.000,00
5-GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	6.735.550,00
6-GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS	5.042.900,00
7-COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS DIRETRIZES	11.789.700,00
8-GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.105.550,00
9-ASSISTÊNCIA AO MENOR INFRATOR	280.000,00
10-GESTÃO E COORDEN DO ENSINO FUNDAMENTAL	8.540.670,00
11-GESTÃO E DIFUSÃO DA CULTURA	189.500,00
12-COORDENAÇÃO DO DESPORTO AMADOR	241.200,00
13-PROMOÇÃO, COORDENAÇÃO AGROPECUÁRIA	650.600,00
14-APOIO A INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO	936.000,00
15-APOIO AO TURISMO	120.000,00
16-GESTÃO DO CENTRO DE DESENVOLV. CIENTÍFICO	10.500,00
17-SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	31.000,00
19-APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	4.200,00
20-ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO	5.000,00
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	437.944,65
TOTAL	**43.794.465,00**

04 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES	38.292.420,35
DESPESAS DE CAPITAL	5.064.100,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	437.944,65
TOTAL	**43.794.465,00**

05 – POR ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

01-CAMARA MUNICIPAL	870.000,00
02-GOVERNO MUNICIPAL	1.081.500,00
03-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	3.444.650,35
04-DEPARTAMENTO DE FINANCAS	2.715.944,65
05-DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	6.735.550,00
06-DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.042.900,00
07-DEPARTAMENTO DE SAUDE	11.793.700,00
08-DEPARTAMENTO DE AÇÃO ASSISTENCIA SOCIAL	1.409.750,00
09-DEPARTAMENTO DE EDUC. CULTURA E ESPORTES	8.975.370,00
10 – DEPARTAMENTO DE AGR PEC. E MEIO AMBIENTE	658.600,00
11 – DEPARTAMENTO DE IND. COMÉRCIO E TURISMO	1.066.500,00
TOTAL	**43.794.465,00**

Art. 4º Visando adequar as estruturas desta Lei às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2026, no que couber:
Realizar Operações de Crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
Realizar Operações de Crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
Abrir créditos adicionais suplementares por Decreto até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da Legislação vigente;
Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.
Por meio da abertura de Créditos Adicionais Suplementares, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17.03.1964, não sendo computado para fins do limite de que trata o inciso III;
Proceder a abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Decreto, usando para esse fim o excesso de arrecadação, porém sempre observando as determinações legais da Lei n.º 4.320/64, não sendo computado para fins do limite de que trata o inciso III;
Proceder a abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Decreto, usando para esse fim o superávit financeiro do exercício anterior, porém sempre observando as determinações legais da Lei n.º 4.320/64, não sendo computado para fins do limite de que trata o inciso III;

Art. 5º Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:
Entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentre de cada projeto ou atividade;
Entre as fontes se recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

Art. 6º Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal n.º 4.320/64, de 17.03.64, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.
Parágrafo único – As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computadas para efeito do limite fixado no inciso III, do artigo 4º desta Lei.
Art. 7º Nesta Lei a discriminação da despesa, quanto à sua natureza é por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.
Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III da LRF e art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul – Pr., 12 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:71888CC8

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.759, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera o Anexo I, da Lei nº 53, de 22 de dezembro de 1993, que prevê o quadro de cargos em comissão do Município de Bom Sucesso do Sul e dá outras providências.

Eu, Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
LEI
Art. 1º Altera o Anexo I, da Lei nº 53, de 22 de dezembro de 1993, que criou o quadro de cargos em comissão, com suas respectivas simbologia e valores, que passa a constar com a seguinte redação:
ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	SIMBOLO	VALOR
ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	ASS-I	10.884,16

DIRETOR DO GABINETE DO PREFEITO	CC-I	9.325,00
Chefe de Gabinete e Imprensa	CC-II	5.071,18
Chefe de Planejamento	CC-II	5.071,18
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Recursos Humanos	CC-II	5.071,18
Assessor da Divisão de Expedição de Documentos	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Material e Patrimônio	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Serviços Gerais	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Informática	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Contabilidade	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Tesouraria	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Cadastro e Tributação	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Compras	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Licitação e Contratos	CC-II	5.071,18
Assessor da Divisão de Fiscalização de Tributos	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Assistência a Contabilidade	CC-III	3.912,00
Assessor da Divisão de Contratos e Convênios	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Indústria, Comércio e Turismo	CC-II	5.071,18
Assessor de Comércio e Industria	CC-III	3.912,00
Assessor de Turismo	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Obras	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Serviços rodoviários	CC-II	5.071,18
Assessor de Obras e Serviços Rodoviários	CC-III	3.912,00
Encarregado de Obras	CC-IV	2.902,32
Encarregado de Serviços Rodoviários	CC-IV	2.902,32
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Engenharia	CC-II	5.071,18
Assessor de Obras Urbanas	CC-III	3.912,00
Assessor de Serviços Urbanos	CC-III	3.912,00
Assessor de Logradouros Públicos	CC-III	3.912,00
Assessor de Utilidade Pública	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Assistência Social	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Apoio a Mulher e a Família	CC-II	5.071,18
Assessor de Assistência a Programas Sociais	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Saúde	CC-II	5.071,18
Assessor de Agendamento de Consultas	CC-III	3.912,00
Assessor de Agendamento de Exames Especiais	CC-III	3.912,00
Assessor de Programas de Saúde	CC-III	3.912,00
Encarregado de Programas de Saúde	CC-IV	2.902,32
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Ensino e Transporte Escolar	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Cultura	CC-II	5.071,18
Chefe da Divisão de Esportes	CC-II	5.071,18
Assessor de Educação Física	CC-III	3.912,00
Assessor de Planejamento da Alimentação Escolar	CC-III	3.912,00
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	CC-I	9.325,00
Chefe da Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	CC-II	5.071,18
Assessor de Agricultura e Pecuária	CC-III	3.912,00
Assessor de Meio Ambiente	CC-III	3.912,00
Encarregado de Agricultura e Pecuária	CC-IV	2.902,32

Art. 2º Fica criada a Função de Confiança, representada pelo símbolo FC, a ser ocupada, exclusivamente, por servidor detentor de cargo efetivo, observadas as competências funcionais exigidas para o seu exercício:

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR
FC1	2.535,59
FC2	1.956,00
FC3	1.451,16

Art. 3º Do total de cargos em comissão, descrito no art. 1º, desta Lei, no mínimo 30% deverão ser providos por função de confiança.
Art. 4º O servidor nomeado para ocupar cargo comissionado receberá somente o valor correspondente ao respectivo CC, sem nenhum outro acréscimo, de qualquer natureza.
Parágrafo único. O servidor efetivo, nomeado para ocupar cargo comissionado, poderá optar pelo recebimento do valor correspondente ao respectivo CC ou, optar pela manutenção de seus vencimentos, acrescidos do recebimento da Função de Confiança-FC correspondente.
Art. 5º As atribuições dos cargos, do quadro de provimento em comissão, serão fixadas por meio de Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 6º Ficam revogados:

O art. 6º, da Lei nº 53, de 22 de dezembro de 1993;
A Lei nº 115, de 28 de dezembro de 1995;
A Lei nº 330, de 21 de março de 2005;

A Lei nº 678, de 22 de janeiro de 2009;
A Lei nº 1.601, de 24 de março de 2022.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul – Pr., 12 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C6B0A64D

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2025

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2025
CONTRATADA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME
CNPJ: 02.329.391/0001-18
Cláusula Primeira – Acréscimo de Serviços
Cláusula Primeira – Objeto
Fica aditivado o objeto contratual da presente ata em razão da desistência da empresa responsável na entrega dos itens, assumindo a empresa **MARLI SALETE SFOGGIA - ME** como terceiro colocado, englobando os seguintes itens:

LOTE 01						
Item	**Descrição dos Itens**	**Qtde.**	**Unid.**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total do Item (R$)**
1	**KIT ENXOVAL PARA BEBÊ:** (01) uma Manta (cobertor) infantil 80cm x 1,10cm 100% poliéster, (01) um pacote de Fraldas de Tecido com 5 Unid. 1,00 x 65cm cada, (02) dois macacões infantil manga longa com pé sendo (01) um de malha e (01) um de plush, (03) três meias lisas, (01) uma toalha de banho com capuz, (01) um Kit de cueiros contendo 3 unidades 30cm x 80cm, (03) três mijões infantil, (03) três body manga longa, (01) um travesseiro infantil, (02) toalhinhas de boca, (01) um barbeiro, todos os produtos de qualidade e 100% algodão.	100	Unid.	SMART BABY	149,00	14.900,00
2	**KIT HIGIENE PARA BEBÊ:** (01) uma Banheira 20 litros "Unissex". (01) um Kit de escovas de cerdas macias e pente de plástico com pontas arredondadas, (01) um shampoo infantil para bebê de 200 ml, (01) um sabonete infantil 80 gr., (01) um pacote de Fraldas Descartáveis tamanho P, contendo 40 Fraldas, (01) um pacote de lenço umedecido com 100 unidades.	100	Unid.	ADOLETA	135,00	13.500,00
Valor Total do Lote 01 R$						**R$ 28.400,00**

Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 08.00 – Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 0824400082.047 – Desenvolvimento de ações de do bloco de financiamento de proteção Social Básica; 33.90.30 – Material de consumo; Despesa:505.
Cláusula Terceira - Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 12 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:3C0AE492

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 049/2025 –INEXIGIBILIDADE Nº 012.2025

Extrato do 1° Termo Aditivo ao Contrato nº 49/2025 - Processo inexigibilidade Nº 12/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: NORDESTE TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 76.299.270/0001-07, AV AFONSO BOTELHO, 708 GARAGEM - CEP: 87300136 - BAIRRO: JARDIM LOURDES, e-mail: marlei@expnordeste.com.br, TELEFONE:(44) 3518-4018, CIDADE: Campo Mourão/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) TEOFILO BOIKO.
Objeto: O presente Contrato tem por objeto O OBJETO DA CONTRATAÇÃO CONSISTE NA PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PACIENTES E SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR ATÉ CURITIBA/PR E RETORNO NO MESMO DIA, EM VEÍCULOS DO TIPO CONVENCIONAL OU LEITO, COM AUTORIZAÇÃO DO DER/PR, INCLUINDO TRANSLADO URBANO GRATUITO NA CAPITAL ATÉ CLÍNICAS E HOSPITAIS, ACOLHIMENTO EM SALA VIP CLIMATIZADA COM CAFÉ DA MANHÃ, E SERVIÇO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE ASSISTIDO.

Fica alterada a cláusula terceira (valor) com acréscimo de 25% (vinte e cinco pontos percentuais) sobre o valor total inicial do contrato, para ajustar os itens 2 e 5, respectivamente, conforme Ofício da Administração, anuência do Contratado e Parecer Jurídico na forma do inciso I do art.124 da Lei 14.133/21.

Parágrafo Único - Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	UND	QTDD	Preço unitário	Preço total
1	2	TRANSPORTE RODOVIÁRIO - CONVENCIONAL - TRECHO NOVA AURORA À CURITIBA SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, NA MODALIDADE CONVENCIONAL, NO TRECHO DE NOVA AURORA/PR À CURITIBA/PR, REALIZADO COM VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, EQUIPADO COM ASSENTOS RECLINÁVEIS E DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO DER/PR (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ). INCLUSO UTILIZAÇÃO DA SALA VIP, CAFÉ DA MANHÃ E TRANSLADOS DA SALA VIP ATÉ AS CLINICAS, CONSULTÓRIOS OU HOSPITAIS.	UND	59,00	233,50	13.776,50
1	5	TRANSPORTE RODOVIÁRIO - CONVENCIONAL - TRECHO CURITIBA À NOVA AURORA SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, NA MODALIDADE CONVENCIONAL, NO TRECHO DE CURITIBA/PR À NOVA AURORA/PR, REALIZADO COM VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, EQUIPADO COM ASSENTOS RECLINÁVEIS E DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO DER/PR (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ).	UND	60,00	235,05	14.103,00

Valor Total: R$ 27.879,50 (Vinte e Sete Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos
Assinaturas: Junior Motter, TEOFILO BOIKO
Vigência: 21/05/2026 A 21/05/2026
Data da Assinatura:11/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B371B099

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:
Nº Processo: 141/2025
Nº Licitação: 050/2025
Modalidade: Dispensa Eletrônica

OBJETO: Aquisição de Materiais de trabalho para a produção de vídeos institucionais e realização de eventos da Prefeitura de Califórnia.

Fornecedor: COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
CNPJ: 61.548.834/0001-20

Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Microfone Lapela Duplo Sem Fio Hollyland Lark M2 ± USB C	CONF. EDITAL	UNID	01	940,00	940,00
2	1	Estabilizador Celular 3 Eixos	CONF. EDITAL	UNID	01	400,00	400,00

Fornecedor: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 45.736.454/0001-63

Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Caixa (ativa 100Wrms 15" 124 Dbspl	Waldman	UNID	02	1.790,00	3.580,00

Valor Total da Dispensa: R$ 4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais)

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Manutenção do Departamento de Inovação, Comunicação Social e Turismo
12.025.23.695.0041.2081 – 3.3.90.30 Fonte 1000 – Red. 477
12.025.23.695.0041.2081 – 4.4.90.52 Fonte 1000 – Red. 480
Valor Total R$ 7.232,07.

Califórnia, 12 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:8C411EC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR N° 20, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI COMPLEMENTAR N° 20, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do servidor público do Município de Campina do Simão, e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Campina do Simão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DO PLANO E SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração o do Servidor Público do Município de Campina do Simão/PR, destinado a organizar os cargos de provimento efetivo, submetidos ao regime estatutário, dispondo sobre a classificação dos cargos públicos, segundo suas características e atribuições, nos respectivos grupos ocupacionais, bem como os requisitos para ingresso, a carga horária e os respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Os dispositivos desta lei aplicam-se subsidiariamente aos servidores do magistério do Município, quando a lei própria não for suficiente.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º O Plano de Carreira é o conjunto de medidas que oportuniza o desenvolvimento e crescimento funcional do servidor público municipal efetivo e tem como princípio básico o desenvolvimento profissional corresponsável que possibilite o estabelecimento de trajetória das carreiras mediante crescimento por desempenho e formação.

Art. 3º O Plano de Carreira objetiva oportunizar trajetória profissional de crescimento contínuo aos servidores municipais, visando sua valorização e incentivo, bem como o aumento da eficiência do serviço público, respeitando a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeitos desta lei serão adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal: conjunto de carreiras, cargos isolados, funções gratificadas e empregos públicos de um mesmo Poder;

II - cargo: centro unitário e e indivisível de competência e atribuições, criado por lei com denominação própria, número certo, atribuições e responsabilidades especificas remuneração correspondente, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

III - carreira: conjunto de Níveis e Classes que definem a evolução funcional remuneratória do servidor, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

IV - servidor público: toda pessoa física legalmente investida em cargo, função de emprego público;

V - função: atribuição ou conjunto de atribuições conferidas individualmente pelos servidores para a execução de serviços, encargos ou obrigações.

VI - classe: divisão de cada nível de cargo em unidades de progressão funcional.

VII - nível: divisão da carreira segundo o grau de escolaridade ou titulação;

VIII - grupo ocupacional: conjunto de cargos, reunidos segundo a natureza de trabalho ou grau de conhecimentos necessários ao exercício das respectivas atribuições

Art. 5º A carreira do servidor público municipal tem como princípios básicos:

I – a profissionalização, fundamentada na vocação, dedicação ao serviço público e na busca contínua pela qualificação profissional. Os servidores devem ser valorizados através de remuneração adequada e proporcionada ao seu trabalho, além de contar com condições adequadas para o exercício de suas atividades.

II - a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento. Reconhecendo a importância do aprimoramento constante, a carreira do servidor público municipal deve incentivar e recompensar o aperfeiçoamento profissional, bem como valorizar o desempenho eficiente e eficaz no cumprimento de suas atribuições.

III - a progressão por mérito, a qual será alcançada mediante a mudança de nível salarial em decorrência da habilitação adquirida na avaliação de desempenho para os servidores efetivos. A progressão deve ser baseada em critérios objetivos e transparentes, que considerem o mérito, a competência e a dedicação dos servidores, promovendo uma carreira que incentive o crescimento profissional e a excelência no serviço público.

Parágrafo Único. Os princípios listados acima serão aplicados de forma justa e imparcial, assegurando a valorização dos servidores municipais, bem como a qualidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO DOS CARGOS

Art. 6º Os cargos ficam organizados em grupos dispostos de acordo com a natureza profissional, nível de conhecimento e ordem de complexidade de suas atribuições, guardando correlação com as finalidades do órgão.

Art. 7º Fica estabelecido que o cargo público, além da definição apontada no inciso I do artigo 4º desta lei é a unidade básica da estrutura organizacional e consiste em um conjunto de atribuições e responsabilidades de mesma natureza e requisitos equivalentes, tendo princípios modernos e inovadores de gestão pública aplicados aos respectivos cargos públicos, tais como:

I - flexibilidade e adaptabilidade: os cargos públicos serão concebidos de forma flexível e adaptável, permitindo a atualização constante das atribuições e requisitos conforme as demandas sociais e tecnológicas evoluam, com vistas a garantir a eficiência na prestação de serviços públicos.

II - empoderamento do servidor: o servidor público será reconhecido como agente de transformação, incentivando-se a participação ativa na proposição de melhorias e na tomada de decisões relacionadas ao seu trabalho. O desenvolvimento contínuo de habilidades e competências será estimulado para aprimorar a carreira e promover a excelência no serviço público.

III - inovação e tecnologia: a incorporação de tecnologias inovadoras será promovida para otimizar processos, agilizar o atendimento ao cidadão e ampliar a transparência. A gestão pública deverá utilizar de forma inteligente dados e análises para embasar decisões estratégicas e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

IV- reconhecimento do mérito: a progressão na carreira será fundamentada no mérito, na produtividade e na qualidade do serviço prestado pelos servidores, devidamente monitorados em processos formalizados de avaliação, sendo estes mecanismos justos e transparentes.

V- colaboração e integração: a cultura organizacional valorizará a colaboração entre setores e instituições, estimulando parcerias para enfrentar desafios complexos e alcançar resultados conjuntos.

Art. 8º Os cargos são divididos em 03 (três) grupos ocupacionais:

I - profissional;

II - administrativo;

III - operacional.
§ 1º O grupo ocupacional profissional abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividades, exigidores de conhecimento teórico e prático de nível superior.
§ 2º O grupo ocupacional administrativo abrange os cargos ligados à preparação, transferência, sistematização e preservação de informações e outras atividades relacionadas ao âmbito administrativo e organizacional.
§ 3º O grupo ocupacional operacional, abrange cargos cujas tarefas requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina predominante de esforço físico, exigindo no fator instrução no mínimo o ensino fundamental.
Art. 9º Para todos os cargos de todos os grupos ocupacionais, espera-se que os servidores possuam competências funcionais comuns ao desempenho de suas funções, são elas:
I - ética e integridade: os servidores públicos devem demonstrar altos padrões éticos e de integridade, agindo sempre de maneira justa, transparente e honesta em todas as interações e decisões;
II - comunicação efetiva: a capacidade de se fazer compreendido, comunicando-se de forma clara, precisa e eficaz com colegas, partes interessadas e o público em geral;
III - trabalho em equipe: a colaboração e a capacidade de trabalhar em equipe em busca do máximo interesse público;
IV - adaptabilidade: dada a natureza dinâmica do setor público, os servidores deverão estar dispostos a acompanhar a evolução necessária de modo a garantir serviços públicos de qualidade;
V – capacidade para resolução de problemas: a capacidade de analisar situações, identificar problemas e desenvolver soluções eficazes;
VI - gestão do tempo: a capacidade de gerenciamento eficientemente do tempo e das tarefas em prestígio ao princípio da eficiência;
VII - conhecimento da legislação e regulamentos: o servidor público deve conhecer as leis que o regem e regulam suas atividades, garantindo a legalidade de suas ações;
VIII – gestão de recursos: consiste no processo de planejar e aproveitar os seus recursos, sejam equipamentos, mão de obra, ferramentas, entre outros, que contribua para execução do seu trabalho em prestígio do princípio da economicidade e eficiência.
IX – atendimento ao público: oferecer a melhor experiência ao usuário do serviço público, contribuindo na resolução dos problemas, esclarecendo dúvidas e tratar com urbanidade todas as pessoas.
§ 1º As competências **específicas** do grupo **OCUPACIONAL PROFISSIONAL** são as seguintes:
I – conhecimento especializado e técnico: devem possuir um profundo conhecimento e experiência em suas áreas específicas de atuação;
II -habilidades de pesquisa: a pesquisa é muitas vezes necessária para obter informações relevantes e atualizadas para apoiar a tomada de decisões e efetivar ações;
III - pensamento estratégico: em muitos casos, os servidores profissionais e semiprofissionais são responsáveis por desenvolver estratégias e planos de longo prazo para suas áreas de atuação, portanto reflexões e atitudes estratégicas são inerentes ao desempenho de suas funções;
IV – capacidade de tomada de decisão: habilidade de tomar decisões bem fundamentadas e baseadas em evidências;
V – habilidades tecnológicas: capacidade de utilizar eficazmente ferramentas digitais e softwares compatíveis com a função, bem como disposição para aprender e adotar novas tecnologias;
§ 2º As competências **específicas** do grupo **OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO** são as seguintes:
I - gestão de documentos e informações: habilidades de organização e gerenciamento de documentos e informações para manter registros precisos e acessíveis;
II - habilidades de planejamento: capacidade de planejar tarefas, gerenciar prazos e manter uma programação organizada é essencial para lidar com múltiplas demandas administrativas.
III - habilidades de organização: possuir habilidades para manter agendas, arquivos e sistemas organizados sempre identificados, disponíveis para consulta de forma transparente e organizada, isso inclui a organização de documentos físicos e eletrônicos.
IV – domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito: capacidade de redigir documentos de forma clara, concisa e eficaz, com domínio da lingua portuguesa, incluindo memorandos, relatórios, notas técnicas e correspondência oficial, eletrônicas ou não. Competência na criação e formatação de documentos, incluindo o uso de estilos consistentes, gráficos e tabelas quando apropriado. Habilidade para revisar e editar documentos para garantir a precisão, clareza e conformidade com as diretrizes organizacionais.
V – habilidades tecnológicas: capacidade de utilizar eficazmente ferramentas digitais e softwares compatíveis com a função, bem como disposição para aprender e adotar novas tecnologias.
§ 3º As competências **específicas** do grupo **OCUPACIONAL OPERACIONAL** são as seguintes:
I – habilidade técnica e prática: é fundamental possuir habilidades técnicas específicas relacionadas à função operacional desempenhada. Isso pode incluir habilidades em áreas como manutenção, operação de equipamentos, limpeza, segurança, entre outras.
II - atenção aos detalhes: a precisão e a atenção aos detalhes são necessárias para evitar erros em tarefas operacionais, como registros, manutenções, inspeções entre outros.
III – segurança no trabalho: em funções que envolvem operações com máquinas, equipamentos ou substâncias perigosas entre outras, a segurança pessoal e de terceiros são de extrema importância.
IV - habilidades físicas: quando necessário, em cargos operacionais exigem esforço físico, portanto, a resistência e a força física são competências importantes.
V - rotina e consistência: operacionais frequentemente seguem uma rotina de tarefas sendo necessário a consistência e precisão na realização de suas atividades.
Art. 10. Os anexos da presente lei, são parte integrante deste Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e serão assim organizados:
I – anexo I: estabelece o quadro de pessoal efetivo em ordem alfabética, contendo a quantidade de vagas estipuladas, seu respectivo grupo ocupacional e quantidade de vagas.
II – anexo II: manual de descrição dos cargos com suas respectivas atribuições e requisitos em ordem alfabética;
III – anexo III: tabela de vencimentos do quadro geral do Município em ordem alfabética;
IV – anexo IV: tabela com os cargos que extingue;
V – anexo V: tabela com o cargos que extingue ao vagar;
VI – anexo VI: tabela com os cargos criados.
VII – anexo VII: tabela relativa as funções gratificadas FG.
Parágrafo único. Os vencimentos de que trata o inciso III deste artigo referem-se a jornada de 20h, 30h e 40h semanais bem como o regime 12h x 36h, observada a proporcionalidade de vencimentos à carga horária efetivamente elaborada, sendo que eventualmente em casos específicos de cargos com cargas horárias distintas das citadas acima, esta regra se aplica mantendo-se a proporcionalidade.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA JORNADA DE TRABALHO
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO

Art. 11. Os cargos do Quadro Próprio da Administração Municipal são acessíveis a todos na forma da Constituição Federal, respeitadas as exigências fixadas em lei e no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina do Simão.
Art. 12. Os cargos determinados no anexo I serão providos segundo o regime instituído pelo Estatuto dos Servidores Públicos de Campina do Simão.
Art. 13. O provimento nos cargos criados por este Plano de Carreira somente será efetivado após aprovação e classificação em concurso público, de provas ou provas e títulos, que vise a seleção dos candidatos adequados ao exercício das atribuições do respectivo cargo.
Art. 14. O ingresso no quadro dos cargos efetivos de carreira se dará no nível e referência inicial da respectiva carreira, conforme previsto no anexo III, independente da habilitação que o servidor possuir na data de sua nomeação.

CAPÍTULO II
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 15. Os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo ficarão sujeitos ao estágio probatório, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais, com duração de três anos de efetivo exercício no cargo em que foi empossado, contados a partir da data da entrada em exercício, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

CAPÍTULO III
DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 16. A jornada de trabalho do servidor será fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 20 (vinte), 30 (trinta), 40 (quarenta) horas bem como o regime 12h x 36h.
§ 1º Não haverá expediente aos sábados e domingos nos órgãos da Administração Municipal, excetuados aqueles que pela sua natureza especial executem atividades imprescindíveis ao interesse público.
§ 2º Aos servidores titulares de cargos com carga horária menor e que por ocasião de lei que majorar a carga horária, exercendo as mesmas funções, poderão optar pela carga maior, com o respectivo aumento salarial.
§ 3º A critério do interesse da gestão pública municipal, eventuais alterações da jornada de trabalho, tanto na duração como início e fim de cada turno, poderão ocorrer mediante ato próprio da autoridade municipal sempre em prestígio ao interesse público e nos limites desta lei.
Art. 17. Os servidores em atividades que, pela sua natureza, são desenvolvidas em escala de revezamento, deverão cumprir a carga horária semanal prevista no artigo anterior, compensando o trabalho desenvolvido aos sábados, domingos e feriados, com o correspondente descanso em dias úteis da semana.

TÍTULO III
DA TRAJETÓRIA DA CARREIRA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
CAPÍTULO I
DA PROGRESSÃO E DA PROMOÇÃO NA CARREIRA

Art. 18. As possibilidades de avanço na carreira, de acordo com o respectivo cargo, estão classificadas em:
I – progressão/ascensão horizontal: correspondente à passagem de classes, mediante o critério de merecimento, exclusivo de aprovação em avaliação de desempenho a cada interstício de avaliação.
II – promoção/ascensão vertical: correspondente à passagem de níveis, pela conclusão de formação superior a mínima exigida no concurso público para ingresso na respectiva carreira.

CAPÍTULO II
DOS CARGOS COMISSIONADOS

Art. 19. Os cargos comissionados serão criados por legislação própria, que fixará sua nomenclatura, remuneração e número de vagas, relacionados diretamente com os órgãos que compõem a estrutura administrativa do município, restringindo-se a atender as funções de direção, chefia e assessoramento.
§ 1º Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo e serão preenchidos, preferencialmente, por servidores municipais efetivos.
§ 2º Além do cumprimento do estabelecido no artigo 16, o exercício de cargo de provimento em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Seção I
Do Concurso

Art. 20. O provimento dos cargos públicos dar-se-á exclusivamente mediante Concurso Público, constituído por provas objetivas, discursivas, práticas, avaliação de títulos ou combinação destes métodos, aplicando-se o concurso de provas e títulos e quando necessário provas práticas.
I - o certame será de responsabilidade do órgão competente, observando princípios da administração pública e do edital constarão informações sobre atribuições dos cargos, número de vagas, requisitos, programa das provas, cronograma, recursos, e as despesas serão custeadas pelo órgão realizador.
II- os candidatos aprovados serão nomeados respeitando a ordem de classificação e, se surgirem novas vagas durante o prazo de validade do concurso, poderá haver novo chamamento dos próximos candidatos aprovados, conforme classificação do edital.
Art. 21. Para o provimento dos cargos públicos efetivos, ficam estabelecidos, nesta lei, requisitos mínimos que serão estritamente observados, juntamente com aqueles definidos nos editais dos respectivos concursos.
I - o descumprimento desses requisitos acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação, não gerando qualquer obrigação ao Município ou direito ao beneficiário, além de acarretar responsabilidade para aqueles que derem causa a tal situação.
II - em casos onde o servidor nomeado em concurso público tiver no momento da investidura do cargo, nível educacional superior ao do primeiro nível da tabela de vencimentos, o mesmo deve permanecer neste nível inicial de vencimentos até sua aprovação no estágio probatório.
III - a nomeação do servidor, previamente aprovado em concurso público, sempre ocorrerá no nível inicial do cargo em questão, em estrita conformidade com o disposto nesta Lei.

Seção II
Do Exercício do Cargo em Comissão

Art. 22. O servidor que tomar posse em cargo em comissão não poderá receber horas extras ou função gratificada, tendo dedicação exclusiva.
I - fica estabelecido que o servidor terá a faculdade de optar entre a remuneração do cargo em comissão ou a percepção da remuneração correspondente ao seu cargo efetivo, optando pela que for mais vantajosa, conforme os critérios estabelecidos pela legislação aplicável e modelos adotados por órgãos públicos.
II- após determinada a opção pelo servidor, a mesma deverá ser formalizada junto ao Departamento de Recursos Humanos, de acordo com as normas e prazos definidos pelo Município.
Art. 23. A ocupação dos cargos em comissão e funções gratificadas será, preferencialmente, destinada a servidores que façam parte da carreira permanente, em consonância com as diretrizes de valorização do quadro funcional e da expertise técnica dos profissionais já vinculados ao órgão ou entidade.

Seção III
Da Avaliação de Desempenho, do Estágio Probatório e da Ascensão

Art. 24. A avaliação de desempenho durante o estágio probatório e para efeitos de progressão/ascensão horizontal será realizada com base em princípios modernos e formais. O modelo adotado observará no mínimo os seguintes fatores, que serão avaliados de forma abrangente e multidimensional:
I - competências técnicas: serão consideradas as habilidades e conhecimentos específicos relacionados ao exercício das atribuições do cargo, avaliando-se o nível de domínio e atualização nas respectivas áreas de atuação.
II - comportamento profissional: será avaliado o comportamento do servidor no ambiente de trabalho, considerando aspectos como assiduidade, disciplina, iniciativa, responsabilidade, cooperação e pontualidade.
III- resultados obtidos: serão considerados os resultados alcançados pelo servidor em suas atividades laborais, levando-se em conta a qualidade do trabalho desenvolvido, o rendimento no cumprimento de tarefas e a efetividade na obtenção de metas e objetivos institucionais.
IV- relacionamento interpessoal: será avaliada a capacidade do servidor em interagir e colaborar com colegas de trabalho, superiores hierárquicos, subordinados e demais membros da equipe, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.
V- desenvolvimento profissional: será considerado o empenho do servidor em buscar aprimoramento contínuo, através de capacitações, cursos de atualização e participação em programas de desenvolvimento profissional, visando o constante aperfeiçoamento das competências necessárias ao exercício de suas funções.
VI- proatividade: será avaliada a proatividade em identificar oportunidades de melhoria e implementar iniciativas que otimizem a eficiência e a eficácia dos processos organizacionais.
VII- ética profissional: será avaliado o comportamento ético do servidor no desempenho de suas atividades, considerando o respeito aos princípios da moralidade, integridade, transparência e honestidade no trato com os recursos públicos e no relacionamento com os demais servidores e população atendida pela administração pública.
§ 1º A avaliação será realizada por meio de feedbacks e contribuições coletadas de diferentes perspectivas, podendo incluir autoavaliação, avaliação de pares, avaliação de superiores hierárquicos, avaliação de subordinados e, quando aplicável, de usuários internos e externos tendo este modelo de avaliação o objetivo de proporcionar uma visão abrangente e justa do desempenho do servidor, estimulando o desenvolvimento de uma cultura de *feedback*, melhoria contínua e valorização das competências essenciais para o bom funcionamento da gestão pública.
§ 2º A avaliação será conduzida sob a responsabilidade de uma comissão de avaliação chefiada pelo Departamento de Recursos Humanos do Município e nomeada por Decreto do Executivo e suas regras descritas em regulamento próprio, podendo ser decreto.
§ 3º A comissão de avaliação será integrada por 05 (cinco) servidores de carreira, estáveis, sendo 02 (dois) indicados pelo executivo municipal e 03 (três) indicado pelos próprios servidores.
§ 4º Para fins de condução do processo avaliativo, deverá ser estabelecido modelos de formulários que deverão ser adequadamente adaptado à natureza das atividades desempenhadas pelo servidor, contemplando todas as características essenciais estabelecidas no anexo II desta lei.
§ 5º Em prestígio ao princípio da eficiência a avaliação poderá ser padronizada também com observância as características próprias de cada grupo ocupacional, conforme artigo 8º desta lei.
§ 6º O decreto que vier a regular o procedimento de avaliação deverá observar o mais alto padrão de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segurança jurídica, bem como garantir contraditório e ampla defesa no processo avaliativo, além de observar os limitadores bem como linhas mestras tratadas nesta lei com razoabilidade e proporcionalidade.
Art. 25. Para que o servidor seja aprovado no estágio probatório e permaneça no serviço público, será necessário alcançar uma média mínima de 70 (setenta) pontos no conceito resultante das avaliações às quais for submetido.
Art. 26. O servidor estável que busca a progressão/ascensão horizontal por mérito, será requisitada uma média mínima de 70 (setenta) pontos na avaliação de desempenho, realizada a cada 02 (dois) anos, a qual possibilitará a progressão para o nível seguinte.
Parágrafo único. A avaliação será anual, contudo com efeitos para fins de progressão/ascensão horizontal, aplicadas a cada biênio.
Art. 27. Estará habilitado para ser avaliado no seu desempenho funcional o servidor em estágio probatório que na data do procedimento registre, no mínimo 06 (seis) meses de efetiva relação de trabalho, devendo passar por 06 (seis) avaliações durante o período de estágio probatório.
Parágrafo único. O servidor em estágio probatório designado para exercer cargo em comissão será igualmente avaliado neste cargo, com o efeito sendo aplicado no cargo originário se houver compatibilidade entre as funções.
Art. 28. Os servidores estáveis terão seu desempenho aferido a cada 02 (dois) anos pela chefia imediata, e os em estágio probatório semestralmente, preferencialmente nos meses de maio a julho, de acordo com as instruções emitidas pelo Departamento de Recursos Humanos, valendo para efeito de avanço funcional desde que preencha os requisitos constantes desta lei e da regulamentação própria da avaliação de desempenho.
Parágrafo Único. Em caso de interesse do executivo municipal, poderá a avaliação prevista neste artigo ser aplicada em outro mês que seja conveniente considerando a otimização dos recursos financeiros e orçamentários do Município.
Art. 29. Os resultados referidos no presente artigo servirão para ascensão horizontal por merecimento, treinamento ou transferência do servidor para outro setor na mesma função.

Seção IV
Das Funções Gratificadas

Art. 30. As funções gratificadas, simbologia ¨FG ¨, de livre atribuição pelo Prefeito Municipal, serão exercidas exclusivamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo.
§ 1º A função gratificada corresponde à atribuição de valor pecuniário, em caráter complementar, de acordo com o constante no Anexo VII, paga a servidor designado:
I - para exercício de função de chefia, direção e assessoramento,
II - para exercício de função de chefe ou encarregado de setor, serviço, unidade ou escritório;
III - para exercício de função de coordenador de projeto ou programa instituído ou mantido pelo Município;
IV - para exercício de função de coordenador ou encarregado de programa ou projeto instituído pelos governantes estadual ou federal em que haja participação do Município.
§ 2º A função gratificada constitui situação acessória, não se incorporando aos vencimentos efetivos e é inacumulável com a percepção de cargo em comissão.
§ 3º A atribuição de função gratificada a servidor em estágio probatório garante ao mesmo todos os direitos desta Lei e do Estatuto dos Servidores Municipais, não interferindo na contagem de tempo de serviço para fins de cumprimento do período de estágio probatório.
§ 4º Além das gratificações previstas nesta Lei, o servidor poderá perceber gratificações na forma do que estabelece o Estatuto dos Servidores Municipais, atendidos os requisitos legais.
§ 5º O servidor que receber função gratificada, gratificação de dedicação exclusiva ou gratificação de produtividade não fará jus à gratificação por horas extraordinárias, período noturno ou sobreaviso.
§ 6º O chefe do Executivo definirá, por Decreto, as funções a que se referem os incisos II, III E IV deste artigo, passíveis de atribuição de gratificação de função.

Seção V
Gratificação por Tempo Integral

Art. 31. Poderá ser concedida gratificação por tempo integral a servidores municipais, nos seguintes casos:
I - para o exercício de funções de natureza técnica;
II - para o exercício de funções de chefia, direção, assessoramento, coordenação, encarregado ou responsável por unidade administrativa, setor, serviço, programa ou projeto.
Art. 32. A gratificação a que se refere o artigo anterior será fixada por ato do Prefeito Municipal entre os limites Mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 70% (setenta por cento) do valor da Classe 1 (um) do valor do vencimento do servidor investido em cargo de provimento em comissão, de acordo com a essencialidade, complexidade ou responsabilidade da função ou atribuições e as condições e natureza do trabalho a ser desempenhado.
Parágrafo único. O chefe do Executivo regulamentará, por decreto, os casos em que concederá gratificação por tempo integral, fixando o percentual a ser atribuído a cada caso.

Seção VI
Da gratificação Especial de Dedicação Exclusiva

Art. 33. Fica instituída a gratificação especial de dedicação exclusiva para atender as necessidades de órgãos em que os servidores tenham que cumprir jornada de trabalho superior fixada para o cargo de provimento ou prestar serviços extraordinários de forma não eventual, noite, sábados, domingos e feriados, no sistema de plantões, sobreaviso ou elastecimento de jornada.
Art. 34. A atribuição de gratificação especial de dedicação exclusiva tem eficácia a partir da assinatura de Termo de Compromisso em que o servidor aceite livremente cumprir as condições prescritas ao mesmo, seguido de portaria baixada pelo Chefe do Executivo Municipal.
Parágrafo único. Em qualquer tempo, a juízo da autoridade competente, poderá ocorrer suspensão da gratificação, nas seguintes situações:
a) O servidor deixar de corresponder com suas obrigações;
b) Por conveniência administrativa, a juízo do Prefeito Municipal;
c) Tornar-se o serviço desnecessário ou não estar cumprindo sua finalidades;
d) A pedido do servidor;
Art. 35. A gratificação não poderá exceder de 100% (cem por cento), calculada sobre a Classe de vencimentos do cargo em que o servidor estiver provido.
§ 1º A gratificação tem por finalidade substituir as verbas relativas a horas extras simples e dobradas, sobreaviso, adicional, noturno e período noturno, não sendo incorporada para fins funcionais, incidindo, no entanto, para efeitos de férias e 13º salário, enquanto permanecer em situação.
§ 2º O servidor fará jus à gratificação, nos casos de:
I - férias;
II - casamento;
III - luto, na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores Municipais;
IV - para repouso à gestante, à adotante e paternidade.
Art. 36. O servidor incluído nesta situação fica dispensado de registrar seu horário em controle de ponto.
Art. 37. O servidor que receber gratificação especial de dedicação exclusiva não podem ter exercício em órgão diverso daquele em que for lotado, ficando impedindo de exercer outra função, cargo, ou atividade pública ou privada, excetuando- se a participação em
I – órgãos de deliberação coletiva;
II – atividades didáticas;
III – mandato eletivo.

CAPÍTULO IV
DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 38. O servidor receberá adicional por tempo de serviço, equivalente a um aumento periódico consecutivo, calculado da seguinte forma:
I - 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente á Classe em que se encontra ao completar 5 (cinco por cento) sobre o valor correspondente à Classe em que se encontra ao completar 5 (cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
II - 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à Classe em que se encontra ao completar 10 (dez) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
III - 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente á Classe em que se encontra, ao completar 15 (quinze) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à Classe em que se encontra ao completar 20 (vinte) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
V - 25% (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
VI - 30%(trinta por cento) sobre o valor correspondente á Classe em que se encontra ao completar 30 (trinta) anos de serviço público efetivo em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
VII - 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor correspondente á Classe em que se encontra ao completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Município de Campina do Simão, no cargo de provimento;
Parágrafo único. Será computado para fins de adicional por tempo de serviço todo o tempo de serviço prestado pelo servidor, pelo Município de Campina do Simão.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 39. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos a implantação, orientação e administração do Plano de Cargos, Carreira e Valorização do servidor público.
Art. 40. Não haverá redução de vencimento dos servidores, face a irredutibilidade de vencimentos, prevista pela Constituição Federal.

CAPÍTULO VI
DA TABELA DE VENCIMENTOS

Art. 41. O Anexo I e III desta lei compreende a relação de cargos de provimento efetivo, pelo Grupo Ocupacional, com o número de vagas, carga horária e Nível correspondente a cada cargo e a Tabela de vencimentos com 15 (quinze) Classes.
§ 1º Cada cargo está relacionado a um Nível de vencimentos e cada Nível está estruturado em 15 (quinze) Classes, correspondendo á linha de progressão de vencimentos.
§ 2º de uma Classe para outra há uma diferença percentual de 2 % (dois por cento), de modo que a classe 2 (dois) de cada Nível corresponda ao valor da Classe 1 (um) acrescido de 2% (dois por cento), e assim sucessivamente até à Classe 15 (quinze), que corresponde ao valor de Classe 14 (quatorze) acrescido de 2% (dois por cento).
§ 3º A jornada de trabalho semanal dos cargos de provimento efetivo é de 40 h (quarenta) horas semanais e 08h (oito) horas diárias, sendo admitida, no Grupo Ocupacional Profissional aos cargos com jornada diária ou semanal diferenciadas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. O Plano de Cargos, Carreira e Valorização será implantado exclusivamente pelas normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 43. A tabela de vencimentos estabelecida no anexo III desta lei, poderá ser reajustadas, desde que o município tenha disponibilidade financeira e orçamentária comprovadas, buscando a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos, considerando-se as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, atendendo os dispostos da Lei Complementar Federal Nº 10, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal ou aquela que vier a sucedê-la.

Parágrafo único. Fica estabelecido o mês de abril de cada ano, como data base para cálculo e reajuste das perdas salariais dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 44. Para todos cargos de todos os grupos ocupacionais, nas anotações de controles individuais dos servidores deverão ser registrados: o cargo correspondente, o nível e a classe respectiva.

Art. 45. O portador de necessidades especiais, uma vez habilitado em concurso público, será nomeado para a vaga que lhe for designada, observada a exigência de escolaridade, aptidão e qualificação profissional, definida no Manual de Descrição de Cargos - anexo II.

Art. 46. Ficam criados, conforme descrições, requisitos para ingresso, carga horária e demais especificidades previstas nos anexos I, II, III e VI desta lei, os seguintes cargos efetivos:

I – Auditor Fiscal da Receita Municipal;
II - Agente de Endemias;
III – Biólogo;
IV - Educador Físico;
VI - Engenheiro Ambiental;
VII - Engenheiro Elétrico;
VIII - Técnico de Informática;
IIX - Técnico em Segurança do Trabalho;
IX - Terapeuta Ocupacional;
X – Vigilante.

Art. 47. Ficam extintos, e os ocupados atualmente tornar-se-ão extintos ao vagar os cargos a seguir, de acordo com anexo IV desta lei:

I - Auxiliar de Enfermagem;
II - Auxiliar de Promoção Social;
III - Auxiliar de Topografia;
IV – Encanador;
V – Guardião;
VI - Instrutor de Esportes;
VII – Pedreiro;
IIX - Secretária Escolar;
IX – Topógrafo;
X – Viveirista;
XI – Mecânico Geral

Art. 48. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal Nº 191/2005.

Gabinete do Prefeito de Campina do Simão, Paraná, em 13 de novembro de 2025.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO – I
QUADRO GERAL DE PESSOAL PERMANENTE EM ORDEM ALFABÉTICA

Nº	Cargo	Grupo Ocupacional	40 horas	30 horas	20 horas
	Advogado	Profissional			2
	Agente Administrativo	Administrativo	4		
	Agente Comunitário de Saúde	Administrativo	15		
	Agente de Combate a Endemias	Administrativo	2		
	Assistente Administrativo	Administrativo	10		
	Assistente Social	Profissional		4	
	Auditor Fiscal da Receita Municipal	Profissional	1		
	Auxiliar Administrativo	Administrativo	10		
	Auxiliar de Consultório Dentário	Administrativo	4		
	Auxiliar de Contabilidade	Administrativo	1		
	Auxiliar de Serviços Gerais	Operacional	28		
	Biólogo	Profissional	1		
	Contador	Profissional	1		
	Controlador Interno	Profissional	1		
	Dentista	Profissional	4		
	Desenhista	Administrativo	1		
	Educador Físico	Profissional		1	
	Enfermeiro	Profissional	4		
	Engenheiro Agrônomo	Profissional	1		
	Engenheiro Ambiental	Profissional			1
	Engenheiro Civil	Profissional	2		
	Engenheiro Elétrico	Profissional			1
	Farmacêutico	Profissional	1		
	Fiscal Fazendário	Administrativo	2		
	Fisioterapeuta	Profissional		3	
	Fonoaudiólogo	Profissional	3		
	Médico	Profissional	2		
	Médico Veterinário	Profissional			2
	Merendeira	Operacional	8		
	Motorista	Operacional	30		
	Nutricionista	Profissional		3	
	Operador de Máquinas	Operacional	10		

	Psicólogo	Profissional	**4**		
	Técnico Agrícola	Administrativo	**3**		
	Técnico de Informática	Administrativo	**1**		
	Técnico em Saúde Bucal	Administrativo	**2**		
	Técnico em Segurança do Trabalho	Administrativo			**1**
	Terapeuta Ocupacional	Profissional		**1**	
	Vigilante	Operacional	**7**		
	Vigilante Sanitário	Operacional	**2**		
	Zeladora	Operacional	**32**		

***Cargos a Extinguir –**
****Cargos a Extinguir ao Vagar**

Nº	**Cargo**	**Grupo Ocupacional**	**40 horas**	**30 horas**	**20 horas**
	Auxiliar de Enfermagem	Operacional	**2****		
	Auxiliar de Promoção Social	Operacional	**2****		
	Auxiliar de Topografia	Operacional	**1****		
	Encanador	Operacional	**1***		
	Guardião	Operacional	**7****		
	Instrutor de Esportes	Operacional	**1****		
	Pedreiro	Operacional	**2***		
	Secretária Escolar	Operacional	**3***		
	Topografo	Operacional	**1***		
	Viveirista	Operacional	**2***		
	Mecânico Geral	Operacional	**2***		

Cargos com alteração no numero de vagas

			Quantidade Vagas/Carga Horaria		
Nº	**Cargo**	**Alteração**	**40 horas**	**30 horas**	**20 horas**
	Advogado	1 vaga exist + 1			**2**
	Assistente Social	2 vaga exist+2		**4**	
	Auxiliar de Serviços Gerais	20 vaga exist + 8	**28**		
	Engenheiro Civil	1 vaga exist+1	**2**		
	Fisioterapeuta	2 vaga exist+1		**3**	
	Fiscal Fazendário	3 vaga exist (-1)	**2**		
	Fonoaudiologo	1 vaga exist+2	**3**		
	Medico Cinico Geral	4 vaga exist (-2)	**2**		
	Motorista	26 vagas + 4	**30**		
	Nutricionista	1 vaga exist + 1	**2**		
	Psicólogo	2 vaga exist+2	**4**		
	Técnico de Enfermagem	2 vaga exist + 2	**4**		
	Operador de Maquinas	6 vagas exist + 4	**10**		
	Zeladora	26 vaga exist +6	**32**		

ANEXO II

MANUAL DE DESCRIÇÃO DOS CARGOS COM SUAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS EM ORDEM ALFABÉTICA

CARGO: ADVOGADO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Direito
Descrição Sumária das Tarefas
Postular, em nome da Instituição Municipal, em juízo, propondo ou contestando ações, solicitar providências junto ao magistrado ou ministério público, avaliar provas, realizar audiências.
Analisar legislação e orientar a sua aplicação. Dar pareceres a Gestão Municipal e ao Público Interno do município sempre que solicitado. Prestar assistência jurídica ao Município, representando-o judicial ou extrajudicialmente.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Postular em juízo em nome da Administração, quando necessário com a propositura de ações e apresentação de defesas e recursos;
Realizar estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos de interesse da Instituição.
Formalizar parecer técnico-jurídico.
Analisar, fatos, relatórios, documentos, avaliar provas de toda natureza;
Realizar auditorias jurídicas.
Realize audiências;
Definir natureza jurídica da questão.
Redigir ou formatar documentos jurídicos.
Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas.
Analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da Instituição.
Preparar relatórios, planilhas, informações para expedientes e processos sobre matéria própria do Órgão e proferir despachos interlocutórios e preparatórios de decisão superior.
Participar de programa de treinamento, quando convocado.
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Dar pareceres sempre que solicitado pela gestão municipal ou setores componentes da gestão
Prestar assessoria jurídica em todas as áreas de atividade do Poder Público municipal, judicial e extrajudicialmente, sugerir e recomendar providências para resguardar os interesses e dar segurança aos atos e decisões da Administração;
Acompanhar os processos administrativos e judiciais de interesse da municipalidade, tomando as providências necessárias para bem curar os interesses da Administração;
Elaborar informações em mandados de segurança promovido contra atos da Administração Pública Municipal;
Ajuizar e acompanhar as execuções fiscais de interesse da fazenda pública municipal, inclusive impugnando eventuais embargos à execução opostos em face do Município;

Promover desapropriações, de forma amigável ou judicial;
Transacionar em processos judiciais, nos limites da lei, quando houver interesse do Município;
Mediar questões, assessorar negociações e, quando necessário, propor defesas e recursos aos órgãos competentes, no âmbito extrajudicial.
Requisitar diretamente às repartições internas e às autoridades administrativas do Município os esclarecimentos indispensáveis ao desempenho de suas atribuições, informando o prazo judicial em tempo razoável e, quando se fizer necessário, propor ou solicitar a requisição de processos e documentos;
Acompanhar processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e outros órgãos estaduais ou federais, quando houver interesse da Administração municipal;
Analisar os contratos firmados pelo município, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações travadas entre o ente público e terceiros;
Estudar lei, decretos, portarias, contratos, termos de compromisso e responsabilidades, convênios, escrituras, editais e outros atos, bem como minutar tais documentos quando do interesse do Poder Executivo Municipal;
Assistir o Município nas negociações de contratos, convênios e acordo com outras entidades públicas ou privadas;
Estudar os processos de transferência ou alienação de bens, em que for interessado o Município, examinando toda a documentação pertinente;
Interpretar normas legais e administrativas diversas para responder consultas das unidades interessadas;
Emitir pareceres singulares ou relatar pareceres coletivos;
Recomendar procedimentos internos de caráter preventivo com o escopo de manter as atividades da Administração afinadas com os princípios que regem a Administração Pública - princípio da legalidade; da publicidade; da impessoalidade; da moralidade; da eficiência; entre outros;
Acompanhar e participar efetivamente dos procedimentos licitatórios, bem como elaborar modelos de contratos administrativos;
Exarar pareceres em procedimentos licitatórios, contratos, convênios, sindicâncias e eventuais solicitações de órgãos públicos municipais;
Prestar atendimento ao contribuinte quando indelegável e sempre que presente o interesse público municipal;
Expedir orientações jurídicas internas no interesse da prestação dos serviços públicos municipais;
Supervisionar o exercício da fiscalização tributária e do poder de polícia administrativa do município, aplicando a legislação vigente;
Responsabilizar-se por equipes auxiliares, necessárias a execução das atividades próprias do cargo;
Exercer outras atividades correlatas ao exercício da advocacia pública do Município.
Realizar atividades compatíveis a função a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Registro válido e regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR
C**ARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo
Descrição Sumária das Tarefas
O Agente Administrativo é responsável por executar e supervisionar atividades administrativas nas mais diversas Secretarias Municipais do Município de Campina do Simão, atua na gestão de documentos, controle de processos internos, atendimento ao público, apoio na elaboração de relatórios e na organização de fluxos administrativos. Além disso, pode ter atribuições específicas conforme a área de atuação, como suporte em compras e contratações públicas, recursos humanos ou financeiro. Seu papel exige conhecimento sobre normas e procedimentos internos, bem como habilidades analíticas para a resolução de problemas administrativos.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Supervisionar e organizar processos administrativos internos.
Elaborar relatórios, ofícios, memorandos e outros documentos oficiais.
Auxiliar na gestão de contratos e convênios da prefeitura.
Acompanhar processos licitatórios e auxiliar na documentação necessária.
Atender e orientar o público sobre serviços oferecidos pela prefeitura.
Controlar prazos e protocolos de processos administrativos.
Dar suporte às atividades de planejamento orçamentário da secretaria em que atua.
Coordenar e distribuir atividades para auxiliares e assistentes administrativos.
Realizar estudos e levantamentos de informações para auxiliar na tomada de decisões.
Operar sistemas informatizados de gestão pública.
Realizar demais tarefas compatíveis com a função e pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;

gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Grupo Ocupacional: Administrativo

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo

Descrição Sumária das Tarefas

Atender os moradores de cada casa em todas as questões relacionadas com a saúde, identificar problemas, orientar, encaminhar e acompanhar a realização dos procedimentos necessários a: proteção, promoção, recuperação/reabilitação da saúde das pessoas daquela comunidade.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe;
Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário;
Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares;
Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos;
Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território;
Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros;
Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético;
Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;
Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados;
Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito a agendamentos ou desistências de consultas e exames solicitados;
Aferir a pressão arterial, inclusive no domicílio, com o objetivo de promover saúde e prevenir doenças e agravos;
Realizar a medição da glicemia capilar, inclusive no domicílio, para o acompanhamento dos casos diagnosticados de diabetes mellitus e segundo projeto terapêutico prescrito pelas equipes que atuam na Atenção Básica;
Aferição da temperatura axilar, durante a visita domiciliar;
Registrar na ficha de cadastro do Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB, informações de cada membro da família a respeito de condições de saúde, situação de moradia e outras informações adicionais.
Registrar em mapa com objetivo de facilitar o planejamento e desenvolvimento do trabalho, a localização das residências das áreas de risco para a comunidade, assim como dos pontos de referência no dia a dia da comunidade;
Identificar todo lugar ou setor, no território da comunidade, onde existam micro áreas de risco: locais que apresentam algum tipo de perigo para a saúde das pessoas que ali moram, como exemplo: esgoto a céu aberto, água de poço, isolamento da comunidade;
Realizar visita domiciliar a as famílias de sua micro área no mínimo uma vez por mês;
Promover reuniões e encontros com diferentes grupos com gestantes, mães, pais, adolescentes, idosos, com grupos em situação de risco e com pessoas portadoras da mesma doença, incentivando a participação das famílias na discussão do diagnóstico comunitário de saúde, no planejamento de ações e na definição de prioridades;
Identificar crianças em idade escolar que estão fora da escola para serem encaminhadas a rede de ensino público;
Promover ações humanitárias e solidárias que interfiram, de forma positiva, na melhoria da qualidade de vida da comunidade;
Registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
Estimular a participação da comunidade nas políticas-públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida à família;
Participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida;
Observar o cumprimento de requisitos legais impostos por leis federais, estaduais e municipais que tratam das atribuições do cargo;
Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou Estadual;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;

Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Não se aplica.

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo
Descrição Sumária das Tarefas
Executar atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde mediante visitação a domicílios e orientação da comunidade. Rastrear focos de doenças específicas. Participar de campanhas preventivas e/ou corretivas para localizar e eliminar agentes patógenos. Promover comunicação entre unidade de saúde, autoridades e comunidade.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe;
Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário;
Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares;
Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos;
Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território;
Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros;
Cadastrar os imóveis e pontos estratégicos de sua área de atuação;
Manter dados cadastrais rigorosamente atualizados;
Realizar a pesquisa larvária em imóveis para verificação do índice de infestação;
Identificar focos no Município e em armadilhas em pontos estratégicos nas áreas não infestadas;
Identificar focos de vetores em locais públicos e privados;
Vistoriar caixas d'água para verificar se está devidamente vedada, cadastrando aquelas que não possuem tampa para fins de colocação das mesmas;
Vistoriar imóveis e logradouros para a eliminação de vetores causadores de infecções e infestações;
Destruir e evitar a formação de criadouros através de retirada de depósitos com recolhimento com sacos de lixo, latas, garrafas e quaisquer outros materiais que possam acumular água;
Orientar a comunidade quanto aos meios para evitar a proliferação de vetores;
Eliminar criadouros tendo como método de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.);
Realizar, quando necessário, o combate aos vetores nas formas larvária e alada utilizando o tratamento focal, perifocal e U.B.V. (Ultra Baixo Volume) através do uso de produtos químicos, sendo que este trabalho é realizado com bombas aspersoras que pesam cerca de 20 kg cada;
Executar os serviços de desinfecção em residências a fim de prevenir e/ou evitar a proliferação de insetos e animais peçonhentos;
Orientar a população com relação aos meios de evitar a proliferação dos vetores;
Orientar a população sobre o tratamento de doenças transmitidas por vetores;
Repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade não solucionados;
Registrar as informações referentes às atividades executadas nos formulários específicos;
Registrar e encaminhar aos serviços de saúde os casos suspeitos;
Executar as atividades vinculadas aos programas de controle de zoonoses (doenças transmitidas por animais);
Pesquisar e coletar vetores causadores de infecções e infestações;
Participar de reuniões e demais atividades que promovam capacitação técnica;
Desenvolver e participar de eventos de mobilização social;
Participar de ações de desenvolvimento das políticas de promoção da qualidade de vida;
Proferir palestras em escolas públicas e associações comunitárias com a finalidade de melhorar os hábitos e prevenir doenças;
Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual indicado para cada situação;

Deslocar-se quando necessário para atendimentos residenciais e também em locais fora da sede urbana do município;
Observar o cumprimento de requisitos legais impostos por leis federais, estaduais e municipais que tratam das atribuições do cargo;
Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Grupo Ocupacional: Administrativo

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo

Descrição Sumária das Tarefas

O Assistente Administrativo presta suporte direto aos gestores e equipes, garantindo que as atividades operacionais sejam realizadas de maneira eficiente. Suas funções incluem a organização de arquivos, elaboração de planilhas e documentos, atendimento a população de Campina do Simão, controle de agenda e apoio na execução de tarefas burocráticas do cotidiano da gestão pública. Esse cargo exige organização, atenção aos detalhes e domínio de ferramentas administrativas, como sistemas informatizados, principalmente os sistemas de gestão adotados pelo Município.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Auxiliar na organização e arquivamento de documentos oficiais da prefeitura, sejam em processos físicos, manuais ou digitais, servindo-se de toda a tecnologia da informação.
Realizar atendimento a população e encaminhar solicitações para os setores responsáveis.
Digitar e revisar documentos administrativos, como atas, ofícios e relatórios.
Elaborar e alimentar planilhas de controle de gastos, processos ou atendimentos.
Auxiliar na tramitação de processos administrativos entre setores da administração pública municipal.
Fazer controle de materiais de consumo e solicitar reposições quando necessário.
Agendar reuniões, compromissos e auxiliar na organização de eventos públicos da administração municipal.
Auxiliar na conferência e organização de documentos para processos licitatórios, recursos humanos, financeiros entre outros.
Controlar entrada e saída de documentos e correspondências oficiais.
Realizar demais tarefas compatíveis a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino superior completo, graduação em Serviço Social.

Descrição Sumária das Tarefas

Prestar serviço de âmbito social, identificando e analisando necessidades e aplicando métodos e processos básicos de serviço social, elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos competentes; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação;
planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, saúde e outras);
desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis.
Organizar, difundir, implantar e acompanhar a política na área social estabelecendo diretrizes de ação em conjunto com as estruturas existentes no Município;
Participar na elaboração de planos, programas e projetos ligados à área social;
Propor, cancelar, reduzir ou ampliar subvenções através da análise e emissão de parecer técnico;
Emitir laudos e/ou pareceres técnicos;
Realizar estudos e pesquisas, interpretar e compreender os fatos, tendo em vista o conhecimento das características de cada comunidade, para que os programas e ações correspondam às reais necessidades da população;
Organizar e/ou participar de encontros treinamentos com agentes, técnicos entidades sociais e/ou grupos comunitários, para discutir o trabalho social e para aperfeiçoamento técnico;
Cadastrar as entidades sociais existentes no Município;
Manter informadas as entidades e o usuário sobre os recursos existentes, buscando aperfeiçoar os métodos assistenciais adotados;
Implantar e implementar programas que atendam população com problemas especiais, principalmente junto aqueles que sofrem efeitos da marginalidade social (crianças abandonadas, migrantes, mulheres, desempregados, idosos, alcoólatras, mendigos, gestantes, portadores de deficiências);
Implantar e operacionalizar programas sociais de esfera estadual e federal a nível municipal;
Fazer com que a assistência seja instrumento de promoção da população atendida, observando que a unidade não assuma postura paternalista;
Organizar dados de usuários, número de atendimento e tipo de benefício prestado a clientela;
Implantar programas que envolvam a família num processo de participação e discussão sobre as consequências da desagregação familiar, criando alternativas de prevenção;
Implantar programas de atendimento à criança e ao adolescente, órfãos e abandonados, com a participação da população no processo de atuação junto aos mesmos;
Prestar assistência ao idoso carente, implantando programas de valorização desta faixa etária, de sua história de vida, buscando voltar a atenção da comunidade a sua pessoa;
Participar da elaboração de planos de trabalho na área da saúde preventiva;
Prestar assistência social ao educando e a família;
Orientar e acompanhar associações de pais e mestres;
Colaborar na aproximação das áreas: aluno, escola, família e comunidade;
Realizar pesquisas e levantamento de dados sobre as condições habitacionais do Município, visando estimular a implantação de programas de habitação;
Restabelecer critérios com a população a ser beneficiada pelos programas habitacionais, zelando para que haja reciprocidade de participação na efetivação do empreendimento;
Promover estudos e executar ação com o fim de intervir nos processos de reassentamentos urbanos da população de baixa renda e que tenha sido vítima de calamidades ou processo de desapropriação, que os levaram a desajuste sociais;
Criar espaço para treinamento de mão-de-obra na busca da economia e/ou melhoria de renda;
Criar programa de valorização da cultura do povo;
Estimular a iniciação e organização de grupos comunitários em nível de bairro, distrito (associações, conselhos, grupos de vizinhança, de jovens, clubes, cooperativas) que favoreçam a mobilização da população na resolução de seus problemas;
Orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os programas de trabalho desenvolvidos nos bairros e vilas da sede e do interior, que tenham algum vínculo com a Prefeitura Municipal, zelar para que os mesmos se desenvolvam de maneira integrada;
Colaborar com o grupo de Recursos Humanos na área de treinamento e admissão de pessoal, desenvolvendo atividades que propiciem o aperfeiçoamento dos funcionários e seu bem-estar;
Emitir relatórios e/ou pareceres em casos de pedidos de medicamentos, fórmulas ou outros produtos;
Realizar visitas para verificação *in loco* da atual situação de vulnerabilidade de cada usuário que necessite de suporte do poder público;
Eventualmente conduzir veículos quando necessário deslocamento para realização de alguma atividade, se tiver habilitação;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo em qualquer área de formação, preferencialmente com conhecimentos em Direito, Contabilidade, Administração, Economia, Tecnologia de Informação, Engenharias, dentre outras formações que guardem afinidade com a temática da Administração Tributária

Descrição Sumária das Tarefas
O Auditor Fiscal da Receita Municipal é responsável pela fiscalização, arrecadação, lançamento, controle e auditorias dos processos sobre a arrecadação tributária municipal, zelando pelo cumprimento da legislação tributária e contribuindo com a eficiência da arrecadação municipal.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
1 - Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária municipal, verificando a regularidade no recolhimento de tributos como IPTU, ISSQN, ITBI, taxas diversas e contribuições, conforme previsto na legislação vigente;
2 - Realizar vistorias técnicas e diligências fiscais em estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço, propriedades rurais e imóveis urbanos, com o objetivo de identificar a ocorrência do fato gerador dos tributos, apurar irregularidades ou omissões e levantar dados para o lançamento fiscal;
3 - Emitir notificações, autos de infração, termos de fiscalização, intimações e demais documentos fiscais, com base em evidências coletadas em campo e análise documental, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
4 - Proceder ao lançamento de tributos de ofício, nos casos em que o contribuinte tenha omitido ou declarado de forma incorreta os valores devidos, conforme as normas do Código Tributário Municipal;
5 - Analisar documentos fiscais, contábeis e comerciais (notas fiscais, livros contábeis, contratos, declarações, etc.) visando à verificação de operações tributáveis, isenções, imunidades e outras condições fiscais;
6 - Acompanhar e atualizar o cadastro mobiliário e imobiliário do município, promovendo o cruzamento de dados para identificar omissões ou inconsistências nas declarações dos contribuintes;
7 - Orientar os contribuintes e responsáveis legais, prestando esclarecimentos sobre a legislação tributária, os procedimentos de regularização fiscal, as formas de pagamento e os benefícios legais disponíveis (parcelamentos, isenções, anistias, etc.);
8 - Colaborar no planejamento de ações fiscais estratégicas, propondo critérios de seleção de contribuintes a serem fiscalizados, em função de risco, relevância econômica ou volume de receitas;
9 - Zelar pela integridade dos registros e sistemas fiscais, mantendo a confidencialidade das informações e respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
10 - Lavrar termos de embargo, interdição, apreensão ou suspensão de atividades econômicas, quando constatadas irregularidades graves ou infrações reiteradas, em conjunto com os órgãos competentes, observando os procedimentos legais;
11 - Elaboração de pareceres técnicos, laudos e relatórios fiscais, subsidiando a tomada de decisões administrativas e a defesa do município em processos judiciais e administrativos;
12 - Colaborar com outros setores da administração pública, como vigilância sanitária, obras, meio ambiente e procuradoria, em ações conjuntas que envolvam o cumprimento de normas legais e regulamentares;
13 - Propor melhorias na legislação tributária municipal, com base na experiência prática, no estudo de jurisprudências e em boas práticas de gestão fiscal adotadas em outros municípios ou recomendadas por órgãos de controle;
14 - Desenvolver ações de educação fiscal, contribuindo para o fortalecimento da cidadania fiscal, por meio de palestras, materiais informativos, orientação a escolas, associações de moradores e contribuintes em geral;
15 - Cumprir outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo, determinadas por seus superiores, em conformidade com os princípios do interesse público e da legalidade.
16 - Efetuar a fiscalização, o lançamento de créditos tributários e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
17 – Realizar Auditorias sobre tributos, taxas e contribuições municipais;
18 - Conhecimentos de legislação tributária municipal (ISSQN, IPTU, ITBI, taxas diversas);
19 - Noções de Direito Tributário e Administrativo;
20 - Interpretação de notas fiscais e documentos contábeis;
21 – Formação e domínio sobre normas e aplicação de auditoria.
22- outras funções correlatas requeridas por chefia imediata e compatíveis com a função.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas (informática).

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente aplicável
Possuir CNH categoria "B" (quando exigido para exercício externo).

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo
Descrição Sumária das Tarefas
O Auxiliar Administrativo desempenha funções de apoio operacional dentro do setor administrativo. Suas atividades incluem arquivamento de documentos, sejam físicos ou digitais, digitalização, controle de correspondências, atendimento telefônico e suporte a outras áreas, como financeiro e recursos humanos, em tarefas básicas.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Organizar e arquivar documentos físicos e digitais.

Digitalizar, imprimir e encadernar documentos administrativos.
Distribuir e protocolar correspondências internas e externas.
Auxiliar no atendimento telefônico e presencial, prestando informações básicas ao público.
Fazer a entrega e recebimento de documentos entre setores da prefeitura.
Controlar listas de presença em reuniões e eventos institucionais.
Realizar a atualização de quadros de avisos e murais informativos, bem como publicações oficiais quando lhe pedido.
Auxiliar no controle de estoque de materiais de escritório e limpeza.
Apoiar a equipe na organização do ambiente de trabalho, garantindo que os arquivos e documentos estejam acessíveis.
Executar outras tarefas compatíveis com a função e/ou determinadas pela chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Não se aplica
CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo e curso de Auxiliar de Saúde Bucal ou similar
Descrição Sumária das Tarefas
Presta suporte ao dentista nas atividades clínicas e administrativas da unidade de saúde bucal. Suas funções incluem a organização do consultório, assistência ao profissional durante os atendimentos e orientação básica aos pacientes sobre higiene bucal.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Preparo e Organização do Consultório:
Realizar a limpeza, desinfecção e esterilização dos instrumentos odontológicos.
Preparar a cadeira odontológica e os materiais necessários para os atendimentos.
Organizar e repor os materiais de consumo do consultório odontológico.
Apoio Durante os Procedimentos Clínicos:
Auxiliar o dentista durante os atendimentos, passando instrumentais e materiais.
Realizar a sucção e aspiração de secreções para melhor visibilidade do campo operatório.
Preparar materiais odontológicos.
Atendimento e Orientação ao Paciente:
Agendar consultas e organizar prontuários odontológicos.
Orientar os pacientes sobre cuidados pré e pós-procedimento odontológico.
Realizar ações educativas sobre saúde bucal para a população.
Controle e Gestão de Materiais:
Monitorar o estoque de insumos odontológicos e solicitar reposição quando necessário.
Controlar a validade dos produtos e descartar corretamente materiais perfurocortantes e contaminantes.
Atividades Administrativas:
Registrar dados dos atendimentos em sistemas informatizados ou fichas manuais.
Organizar documentos e manter a ordem no ambiente de trabalho.
Desempenhar outras atividades compatíveis a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Não se aplica

CARGO: AUXILIAR EM CONTABILIDADE
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis

Descrição Sumária das Tarefas

Realizar trabalhos referentes à classificação de contas e escrituração contábil, auxiliar na preparação de balanços e balancetes, efetuar serviços técnicos específicos, classificar e efetuar lançamentos, controlar a tramitação dos documentos de pagamentos e recebimentos, conferir listagens e efetuar levantamentos referente às despesas e receitas.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Classificar documentos a serem contabilizados, verificando a exatidão das informações contidas nos mesmos, procedência e natureza;

Preparar e/ou conferir guias de lançamento dos documentos referentes a prestação de contas, folha de pagamento, requisição de almoxarifado, notas fiscais e outros; efetuando a classificação do ativo, passivo, receitas e despesas, codificando conforme plano de contas, datilografando e assinando;

Elaborar autorizações de pagamentos ou recebimento, conferindo documentos de acordo com as exigências, tais como: assinaturas de autorização, legitimidade fiscal, exatidão nos cálculos, discriminação legível, nome da entidade e outros, efetuando registros, datilografando e encaminhando-os ao setor competente.

Controlar e programar as contas a pagar de acordo com as datas de vencimento, auxiliar na elaboração de relatórios contábeis, mapas demonstrativos, calculando valores e transcrevendo-os para fins de informação, análise e controle;

Preencher formulários específicos da área, consultando documentos, listagens e relatórios, discriminando dados e efetuando cálculos;

Conferir documentos, confrontando dados, efetuando cálculos, devolvendo para correção e vistando-os posteriormente;

Preencher guias recolhimento, referentes a tributos diversos, compilando as informações necessárias, efetuando cálculos e enviando-os ao órgão competente para os devidos recolhimentos;

Controlar contas de rateio e outras, calculando e distribuindo os valores de cada uma em mapas demonstrativos, para apuração de custos;

Conferir saldo de contas intervenientes, confrontando com o detalhamento da razão e compatibilizando em caso de divergência;

Efetuar o lançamento no livro diário de ICM, registrando entrada e saída, conforme documento específico e realizando a somatória mensal, para a elaboração do guia de informação e apuração;

Elaborar aviso de lançamento do Departamento Nacional, Federação e outros órgãos, através da apuração das contas no razão;

Auxiliar na elaboração dos balancetes, lançando em mapas auxiliares e efetuando cálculos, a fim de apurar o resultado mensal;

Conferir listagens de lançamentos contábeis, emitidas pelo computador, verificando os lançamentos e emitindo boletins de alterações, a fim de possibilitar a correção dos mesmos;

Efetuar controle de arquivos, classificando-os e arquivando em pastas específicas, facilitando o controle a necessidade do setor;

Executar outras compatíveis com o cargo e/ou com as necessidades da Entidade.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Grupo Ocupacional: Operacional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino fundamental

Descrição Sumária das Tarefas

Realiza trabalhos de limpeza em geral e diversos locais e prédios públicos, a fim de manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho, bem como executa trabalhos de manutenção de prédios, logradouros, vias e espaços públicos, cultura de árvores, selecionando sementes, plantando-as e promovendo se desenvolvimento em sementeiras, a fim de possibilitar o posterior transplante dessas mudas para áreas de reflorestamento e para embelezamento da cidade.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Executa o serviço de limpeza das vias, utilizando pás, vassouras apropriadas, ferramentas e máquinas, para manter a conservação e limpeza dos espaços públicos do Município.

Prepara a terra de jardins e praças públicas, rebaixando, se necessário, adubando e corrigindo suas deficiências, para receber mudas e plantas;

Auxilia na poda das plantas na época certa, utilizando ferramentas destinadas a este fim, para manter o ambiente harmônico, limpo e agradável;

Combate as pragas e controla as doenças, utilizando produtos químicos ou naturais, para evitar a propagação e do desequilíbrio da natureza;

Separa, os entulhos em tipos, empilhando-os para processar o reaproveitamento ou sucateamento, afim de proteger o meio ambiente;

Cuida da conservação das áreas internas e externas, executando a limpeza e a manutenção das instalações, tais como serviços de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, em máquinas e equipamentos eletrônicos, restauração de alvenaria pintura e outros;

Executa serviços de trocas de lâmpadas, instalações de luminárias, atendendo a solicitações, para garantir o desenvolvimento dos trabalhos;

Executa a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes ao poder público, verificando se portas, janelas, portões e outra vias de acesso estão fechados corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providencias necessárias a fim de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos ou prejuízos;

Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incômodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriado para recolhe-lo;

Efetua a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do Município;

Auxilia na remoção de móveis e equipamentos públicos de um local para outro, quando solicitado;

Realiza pequenos reparos em móveis, divisórias, foros ou outros que se fizerem necessários;

Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter aproveitamento;

Executa trabalho rotineiro de conservação, manutenção e limpeza em geral de repartições e dependências públicas, zelando pela devida apresentação e asseio;
Distribui alimentos através das repartições e outros locais, seguindo as instruções recebidas, para servir os comensais, outras compatíveis com a natureza do cargo, previstas nas normas legais aplicáveis a espécie;
Responsabiliza-se por todo e qualquer ato funcional que tenha praticado ou concorrido;
Realiza outras atividades relacionadas, mediante solicitação da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.
Requisitos Complementares
Não se aplica.
CARGO: BIÓLOGO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Biologia
Descrição Sumária das Tarefas
Estudar seres vivos, desenvolver pesquisas na área de biologia, biologia molecular, biotecnologia, biologia ambiental e epidemiologia e inventariam biodiversidade. Organizar coleções biológicas, manejar recursos naturais, desenvolver atividades de educação ambiental. Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, além de realizar análises clínicas, citológicas, citogênicas e patológicas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Estudar seres vivos:
Estudar a origem, função, estrutura, genética e evolução dos seres vivos; estudar relação dos seres vivos e ambientes; estudar ciclos de vida e os aspectos bioquí-micos, biofísicos e moleculares.
Desenvolver pesquisa em biologia, biologia molecular, biotecnologia, ambiental e epidemologia:
Elaborar diagnóstico para desenvolvimento de pesquisas; analisar dados avaliar resultados e da pesquisa;
Divulgar informações sobre projeto; aplicar resultados de pesquisa; documentar a pesquisa através de fotos, filmagem, ilustração e material científico.
Inventariar biodiversidade:
Delimitar área de amostragem: realizar levantamentos nos diferentes biomas; analisar a distribuição espacial e temporal; quantificar espécies e espécimes; classificar amostras; elaborar banco de dados.
Organizar coleções biológicas:
Preparar material para coleções. Montar e manter coleções biológicas, criadouro, bancos de material biológico; assessorar tecnicamente museus e exposições temáticas.
Manejar recursos naturais:
Manejar espécies silvestres e exóticas, recursos florestais, pesqueiros e recursos hídricos; estabelecer medidas de manejo e de conservação de recursos naturais renováveis; desenvolver projetos de reflorestamento, programas de controle de pragas, doenças, parasitas e vetores; elaborar e executar projetos de desenvolvimento sustentável.
Desenvolver atividades de educação ambiental:
Organizar oficinas, cursos e palestras; desenvolver projeto para manejo de lixo doméstico, industrial e hospitalar; organizar atividades sobre higiene, educação sanitária e degradação ambiental; desenvolver atividades de integração do homem com a natureza; organizar atividades de reciclagem de materiais; prestar informações sobre conservação de recursos naturais; desenvolver projetos de reaproveitamento de água servida; divulgar informações sobre qualidade da água de abastecimento; elaborar materiais de divulgação de educação ambienta; elaborar projetos de educação ambiental para área rural; orientar junto a sociedade trabalhos de manejo, preservação e conservação.
Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais:
Coletar e analisar amostras; realizar ensaios; identificar e classificar espécies; elaborar relatórios técnicos; emitir laudos de diagnósticos; interpretar variáveis bióticas e abióticas.
Realizar análises clínicas, citológicas, citogênicas e patológicas:
Preparar amostras para análise; operar instrumentos e equipamentos de análise; realizar exames; controlar qualidade do processo de análise; interpretar resultados de análises; emitir laudos de análises.
Utilizar recursos de Informática.
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional..

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;

gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica.

CARGO: CONTADOR

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo, Graduação em Ciências Contábeis

Descrição Sumária das Tarefas

Organizar, coordenar e/ou executar os trabalhos inerentes a contabilidade, planejando e supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com elementos necessários ao controle da situação financeira, econômica e patrimonial.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Supervisionar o sistema contábil, verificando de forma contínua as contas e os registros em todas as áreas e promovendo a conciliação de saldos entre os controles contábeis, mantendo-os utilizados, bem como certificar-se das exatidões dos mesmos;

Acompanhar os trabalhos de contabilização de documentos, planejando os sistemas de registro, e de operações e orientando os serviços de classificação e processamento, bem como a análise e conciliação de contas, verificando a consistência dos resultados;

Acompanhar a execução de planos de trabalho, controlando prazos e prestando orientação necessária, a fim de atingir metas predeterminadas e atender exigências legais;

Revisar contas e balancetes, verificando e comparando dados com a documentação originária e analisando a classificação contábil, a fim de promover a conciliação de saldos;

Elaborar fluxo de caixa, verificando receita e despesas previstas para períodos determinados, analisando os valores calculados e emitindo o parecer complementar sobre a situação existente, a fim de manter o controle das disponibilidades bancárias em função dos compromissos financeiros;

Elaborar, analisar e assinar balancetes e prestação de conta consultando listagens e efetuando cálculos de acordo com as normas contábeis, a fim de apurar resultados parciais e gerais da situação patrimonial e econômica-financeira;

Elaborar parecer técnico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira;

Acompanhar na legislação fiscal e tributária vigente, verificando a aplicabilidade na área e transmitindo ao pessoal de execução através de instruções, a fim de possibilitar a atualização de rotinas e procedimentos, bem como o cumprimento da exigência legais;

Assessorar as diversas áreas do Município em assunto referentes a normas de legislação pertinentes ao setor, orientando e esclarecendo dúvidas, a fim de que os trabalhos sejam elaborados dentro das disposições vigentes;

Prestar informações contábeis, fiscais e auditoriais internas, pesquisando e apresentando os documentos solicitados, a fim de esclarecer assuntos pertinentes a área;

Assessorar a direção e questões financeiras, contábeis e fiscais, a fim de contribuir para correta elaboração de políticas e instrumentos de ação;

Executar atividades de ordem técnica no campo contábil, financeiro, orçamentário e tributário, escrituração de livros contábeis, de registro em geral e de controle de tributos; operação de sistemas; controle de resultados dos serviços contábeis;

Assessorar, orientar, planejar, controlar, efetuar, revisar e/ou responsabilizar-se pelas seguintes tarefas: abertura e encerramento da escrita contábil; análise das demonstrações contábeis, inclusive dos balanços públicos; apuração, cálculo e registro de custos públicos; avaliação do acervo patrimonial; avaliação e atualização dos haveres e obrigações do Município; avaliação da capacidade econômica e financeira das empresas em processos de licitação; classificação da receita e da despesa orçamentária e extra orçamentária para registro contábil, por qualquer processo, inclusive informatizado e respectiva validação dos registros e demonstrações; conciliação de contas; conciliação bancária; controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial; cumprimento de obrigações acessórias em matéria contábil, orçamentária e tributária, tais como: retenções previdenciárias, retenções de imposto de renda na fonte, certidões negativas de débitos, envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e outros órgãos federais e/ou estaduais; elaboração de balancetes contábeis, orçamentários, financeiros ou patrimoniais, bem como quaisquer outras demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente sobre o movimento contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial, de forma analítica ou sintética; elaboração do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; escrituração regular de todos os fatos relativos ao patrimônio e às variações patrimoniais dos órgãos da administração direta e indireta, por quaisquer métodos, técnicas ou processos; levantamento de balanços da administração pública municipal, na forma exigida pela legislação vigente, bem como a integração e/ou consolidação, quando exigível; operação e funcionamento do sistema de controle interno; operação e funcionamento do sistema de controle patrimonial e de almoxarifado, inclusive quanto à existência e localização física dos bens; dar a assessoria necessária nos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública municipal direta e indireta, a serem julgadas pelos Tribunais, Conselhos de Contas ou órgãos similares; organização dos serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares; planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis, obedecida a padronização contábil vigente; programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária; tomada de contas dos responsáveis por bens ou dinheiros públicos; emissão de pareceres técnicos sobre assuntos contábeis e financeiros diversos; avaliar os resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; avaliar o cumprimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito e verificar a observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal; verificar o cumprimento da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde; verificar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; verificar a observância do repasse mensal ao Poder Legislativo; execução de tarefas afins correlatas ao exercício da profissão;

O titular do cargo poderá, em caráter excepcional, quando necessário, para cumprimento das atribuições que lhe são próprias, ser autorizado a dirigir veículo.

Executar outras tarefas compatíveis com o cargo a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;

gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente
CARGO: CONTROLADOR INTERNO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior completo nas áreas relacionadas às atividades de Direito, Administração, Ciências Contábeis ou Economia.
Descrição Sumária das Tarefas
Executar atividades de fiscalização, orientação, supervisão e apoio operacional e técnico em qualquer setor do Município.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Acompanhar a realização de estudos de viabilidade econômico financeira e patrimonial, pesquisando antecedentes, analisando o comportamento histórico, procedendo ao ajuste estatístico dos dados, calculando taxa de retorno, preparando quadros e gráficos demonstrativos, emitindo parecer, a fim de subsidiar a tomada de decisões superiores;
Analisar o desempenho econômico financeiro-patrimonial, propondo os ajustes necessários e calculando os respectivos índices;
Acompanhar a elaboração e/ou coordenar estudos sobre projetos de expansão sob aspectos econômicos-financeiros-patrimoniais, coletando dados nas áreas envolvidas, baseando-se nas políticas vigentes e efetuando calculo e demonstrativo, a fim de proporcionar subsidio para tomada de decisão;
Supervisionar os estudos de despesas e receitas, através da análise do orçamento anual, da lei de diretrizes orçamentárias e lei de responsabilidade fiscal, analisando indicadores de períodos anteriores, identificando tendências e mudanças de ordem legal, aplicando índices a fim de possibilitar o acompanhamento de resultados futuros para tomada de decisões;
Participar na elaboração do orçamento programa, analisando dados econômicos e financeiros, técnicos, operacionais e administrativos, calculando e apresentando previsões de receitas e despesas, investimentos, fluxo de caixa, analise de gastos por secretaria e outros, preparando quadros, tabelas e gráficos demonstrativos, a fim de possibilitar controle e analise gerencial, a cargo do setor competente;
Fiscalizar a execução orçamentária, analisando balancetes, verificando as variações ocorridas entre o orçamento estimado e o realizado, pesquisando junto aos responsáveis as causas dos desvios, propondo soluções e apresentando em relatório os dados analisados a fim de manter controle da situação do orçamento-programa;
Supervisionar, coordenar e/ou orientar tecnicamente a análise, conferência, classificação e enquadramento dos documentos de despesas e receitas distribuindo os trabalhos, acompanhando sua execução, comparando, analisando e solucionando (porções, a fim de assegurar o cumprimento das exigências legais;
Efetuar os remanejamentos de dotações orçamentárias das atividades, analisando as causas e os motivos, calculando tendências de disponibilidade e outros fatores interviestes, classificando as transferências, segundo as normas financeiras;
Supervisionar estudos que envolvam aspectos tarifários, aplicando cálculos matemáticos e estatísticos em dados históricos e verificando aumento provável da receita, a fim de atualizar tabelas e informar os reflexos decorrentes;
Participar da elaboração dos créditos adicionais efetuando levantamentos, selecionando indicadores, solicitando dados específicos e pesquisando outras fontes, procedendo a análise e classificação das informações, efetuando cálculos das estimativas da receita e da despesa, investimentos, fluxo de caixa e montando formulários apropriados, a fim de reforçar as previsões orçamentárias e dar prosseguimento as realizações da entidade.
Coordenar e realizar as conferencias dos documentos de arrecadação de receitas;
Elaborar relatórios periódicos (bimestral) ou da forma da lei cientificando os tribunais de contas quanto a regularidade administrativa ou conforme dispõe o ART. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, assumindo ônus legal sobre a realização destes;
Participar quando solicitado a prestar esclarecimentos a sociedade, órgãos fiscalizadores (Conselhos), poder legislativo, Tribunais de contas e nas audiências públicas realizadas pelo poder executivo quadrimestralmente;
Exercer toda e qualquer tarefa relacionada a atividade de controle, ouvidoria, corregedoria, auditoria e promoção da transparência. Exercer o controle sobre o recebimento de reclamações e denúncias formuladas pelo cidadão, de forma presencial ou pela rede mundial de computadores, cumprindo a unidade manter registro atualizado das reclamações recebidas e dos encaminhamentos dados aos reclames;
participar das sindicâncias e processosdisciplinares relativos a servidores municipais de modo a fiscalizar, inspecionar e auditar, podendo para tanto requisitar documentos para averiguar a existência de irregularidades, sugestionar penalidades, bem como outras atividades intrínsecas à sua participação na fiscalização.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Não se aplica.

CARGO: DENTISTA

Grupo Operacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino superior completo, graduação em Odontologia
Descrição Sumária das Tarefas
Diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilo facial, utilizando processos clínicos, cirúrgicos ou protéticos, para promover e recuperar a saúde bucal e geral; praticar todos os atos pertinentes a Odontologia; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros), de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade e em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas observadas as disposições legais da profissão;
Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal no território;
Realizar os procedimentos clínicos e cirúrgicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com as fases clínicas de moldagem, adaptação e acompanhamento de próteses dentárias (elementar, total e parcial removível);
Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde com os demais membros da equipe, buscando aproximar saúde bucal e integrar ações de forma multidisciplinar;
Realizar supervisão do técnico em saúde bucal (TSB) e auxiliar em saúde bucal (ASB);
Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;
Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
Diagnosticar, avaliar e planejar procedimentos odontológicos.
Atender, orientar e executar tratamento odontológico.
Analisar e interpretar resultados de exames radiológicos e laboratoriais.
Orientar sobre saúde, higiene e profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais.
Orientar e executar atividades de urgências odontológicas.
Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade.
Participar de programa de treinamento, quando convocado.
Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Deslocar-se quando necessário para atendimentos residenciais e também em locais fora da sede urbana do município.
Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
Cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
Realizar tratamento curativo (restaurações, extrações, raspagens, curetagem subgengival e outros) e preventivo (aplicação de flúor, selantes, profilaxia e orientação sobre escovação diária);
Realizar atendimentos de urgência;
Examinar os tecidos duros e moles da boca e a face no que couber ao cirurgião dentista, utilizando instrumentais ou equipamentos odontológicos por via direta, para verificar patologias da boca;
Identificar as afecções quanto à extensão e à profundidade, utilizando instrumentos especiais, radiologia ou exames complementares para estabelecer diagnósticos, prognóstico e plano de tratamento;
Aplicar anestesias tronco-regionais, infiltrativas terminais e tópicas ou qualquer outro tipo regulamentada pelo Conselho Federal de Odontologia, para promover conforto e facilitar a execução do tratamento;
Efetuar remoção de tecido cariado e restauração dentária, utilizando instrumentos, aparelhos e materiais odontológicos adequados para restabelecer a forma e a função do elemento dentário;
Executar a remoção mecânica da placa dental e do cálculo e tártaro supra e subgengival, utilizando- se meios manuais e ultra-sônicos;
Realizar RX odontológico para diagnóstico de enfermidades;
Proceder a perícias odonto administrativas, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos;
Realizar exames nas escolas e na comunidade por meio tátil-visual para controle epidemiológico e tratamento de doenças bucais;
Elaborar, coordenar e executar programas educativos e de atendimento odontológico preventivo para a comunidade;
Realizar ações de educação em saúde bucal individual e coletiva, visando motivar e ampliar os conhecimentos sobre o assunto, bem como despertar a responsabilidade do indivíduo no sucesso do tratamento;
Orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos demais profissionais relacionados a saúde bucal;
Levantar e avaliar dados sobre a saúde bucal da comunidade;
Participar do planejamento das ações que visem à saúde bucal da população;
Integrar equipe multidisciplinar da Estratégia Saúde da Família;
Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional requeridos pela chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;

conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: DESENHISTA
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Nível Médio Completo, com formação em curso técnico em AutoCAD com conhecimento e/ou capacitação em tecnologia BIM (Building Information Modeling).
Descrição Sumária das Tarefas
Executar a função de Desenhista Projetista, utilizando ferramentas técnicas específicas, recursos de informática (hardware e software), incluindo AutoCAD e plataformas BIM, na elaboração de projetos de engenharia. Prestar auxílio a arquitetos e engenheiros no desenvolvimento de projetos de construção civil e arquitetura, elaborando anteprojetos, modelagens, dimensionando estruturas e instalações, especificando materiais, detalhando projetos executivos e atualizando projetos conforme a execução das obras, com foco em processos integrados e colaborativos por meio da modelagem da informação da construção (BIM).
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
1. Desenvolver tabelas, diagramas, quadros estatísticos, gráficos, mapas, plantas e modelos tridimensionais utilizando AutoCAD e softwares compatíveis com a metodologia BIM, com base em rascunhos ou orientações fornecidas;
2. Reduzir ou ampliar desenhos e modelos, guiando-se por croquis, esboços ou instruções, observando as escalas e parâmetros exigidos;
3. Efetuar desenhos em perspectiva e sob vários ângulos, observando medidas, características e anotações técnicas, inclusive em ambiente BIM;
4. Produzir cartazes informativos, apresentações técnicas e layouts visuais de projetos, integrando informações de diferentes disciplinas por meio da modelagem BIM;
5. Submeter os esboços elaborados à apreciação superior, fornecendo as explicações
oportunas, para possibilitar correções e ajustes necessários;
6. Elaborar os desenhos definitivos do projeto, definindo suas características e determinando os estágios de execução e outros elementos técnicos;
7. Realizar reduções e atualizações de plantas e modelos, assegurando a consistência entre o projeto digital e a obra executada (as built), incluindo revisões em ambiente BIM;
8. Colaborar no processo de extração de quantitativos e geração de documentação técnica diretamente dos modelos BIM;
9. Executar outras tarefas correlatas, solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento
habilidades de organização
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito;
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica

CARGO: EDUCADOR FÍSICO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Curso Superior Completo, Graduação Bacharel em Educação Física
Descrição Sumária das Tarefas
Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade física por meio de prática de exercícios e atividades corporais.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Desenvolver programas de educação preventiva à saúde seguindo as diretrizes da atenção primária à saúde.
Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade nas áreas afeitas a saúde, assistência social, educação, lazer, esportes, cultura entre outras.
Veicular informações que visem à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado.
Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades por meio de atividade física regular, do esporte e lazer e das práticas corporais.
Proporcionar Educação Permanente em atividade física/ práticas corporais, nutrição e saúde juntamente com as equipes de saúde da família, sob a forma de coparticipação e acompanhamento supervisionado, discussão de casos e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de educação permanente.

Articular ações, de forma integrada às equipes de saúde da família, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da Administração Pública.
Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social.
Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais.
Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores e/ou monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas corporais.
Supervisionar de forma compartilhada e participativa as atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde da família na comunidade sugerindo e executando ações no âmbito das práticas corporais e atividades físicas.
Promover ações ligadas às atividades físicas/práticas corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no Município.
Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com outras equipes multidisciplinares e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais.
Promover eventos que estimulem ações que valorizem atividades físicas/práticas corporais e sua importância para a saúde da população.
Atuar na execução de programas e projetos na área de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura entre outras similares em todos seus aspectos.
Integrar equipes multidisciplinares de atendimento aos programas e projetos na área da infância e juventude.
Coordenar e dirigir as competições desportivas envolvendo os diversos setores da comunidade municipal, em especial as crianças e adolescentes, mas também em atividades com idosos.
Supervisionar, dirigir e executar as atividades de práticas desportivas das crianças e adolescentes, organizando as competições e treinamentos.
Implantar, coordenar e executar programas e projetos à infância e adolescência, especialmente àqueles considerados em situação de maior vulnerabilidade social, para promoção humana, na busca do seu desenvolvimento sadio.
Organizar, coordenar e executar programas e projetos junto às crianças e adolescentes com vistas às práticas desportivas para a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a valorização da pessoa humana.
Atuar, planejar e executar projetos junto aos idosos assistidos ou não pelos programas sociais, visando a melhoria da qualidade de vida da melhor idade.
Coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.
Executar ações correlatas às suas funções em qualquer programa ou projeto sob a determinação da Administração.
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função a pedido da chefia imediata.

Competências Pessoais para a função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho de classe profissional competente.
CARGO: ENFERMEIRO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Enfermagem
Descrição Sumária das Tarefas
Coordenar e supervisionar as ações de saúde desenvolvidas na área de enfermagem, participando da equipe de saúde no planejamento, execução e supervisão das ações da saúde, efetuar pesquisas na área, assistir ao indivíduo, a família e a comunidade.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;
Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;
Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;
Planejar, gerenciar, supervisionar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos e auxiliares de enfermagem;
Planejar, gerenciar, supervisionar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE sob sua responsabilidade em conjunto com os outros membros da equipe;
Prescrever cuidados de enfermagem;
Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;
Coordenar as ações de enfermagem nas orientações e tratamento em situações de pré-operatório e cuidados no pós-operatório;

Participar de equipes multi-profissional no estabelecimento de ações de saúde a serem prestados ao indivíduo, família e comunidade, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade, mortalidade e demais indicadores, verificando serviços, capacitação e treinamento de recursos humanos;
Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS;
Participar na previsão, provisão e controle de material, opinando na sua aquisição;
Efetuar pesquisas relacionadas à área de enfermagem, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde;
Realizar supervisão e treinamento do pessoal de enfermagem;
Prestar atendimento de enfermagem ao indivíduo, a família e comunidade;
Executar outras tarefas correlatas com o cargo, colaborando pelo permanente aprimoramento da prestação;
Participar das atividades de planejamento da Secretaria ou unidade de sua lotação;
Participar e/ou gerenciar programas de saúde pública desenvolvidos pelo Município, bem como das campanhas de mesma natureza;
Obter ou produzir dados sobre o quadro sanitário municipal, com destaque para os que se relacionaram aos atendimentos e programas efetuados pelo Município;
Remeter relatórios, formulários e outros documentos de rotina para órgãos internos da Administração Municipal ou externos a ela;
Realizar visitas domiciliares;
Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
Prestar informações quando solicitadas;
Ajudar na divulgação e orientar os funcionários que trabalham nas Campanhas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
Zelar pelo patrimônio e controle os estoques de materiais sob sua responsabilidade;
Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação;
Trabalhar seguindo a regulamentação ~~o~~ do Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987 que regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício de enfermagem ou aquele(a) que vier a sucedê-la;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica - PNAB vigente;
Realizar outras atividades compatíveis com a função, solicitadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo, Graduação em Agronomia

Descrição Sumária das Tarefas

Planejamento, organização e manutenção dos processos agrícolas, indicando técnicas de melhoramento do plantio, combate de pragas, colheita, armazenamento e até comercialização dos produtos de origem vegetal e animal. Programar, orientar e supervisionar atividades laboratoriais, de vigilância sanitária e epidemiológica.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Projetar, executar e operacionalizar serviços especializados relativos à adubação, plantio e combate às pragas, colheita e beneficiamento de vegetais, reflorestamento, criação de rebanhos, mecanização agrícola, controle de erosão e proteção ao meio ambiente, e industrialização de produtos alimentícios de origem vegetal e animal;
Projetar e supervisionar a construção de instalações específicas para armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, sistema de irrigação e drenagem para fins agrícolas e construções rurais;
Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados nas fases da semeadura, cultivo e colheita, para determinar as técnicas de tratamento do solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima;
Elaborar novos métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos, e/ou aprimorarem os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento possível do cultivo; e
Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo, etc;
Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município;
Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação;
Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias;
Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas: a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente à comunidade; b)Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica para projetos do Município; d) Prestar assistência, assessoria e consultoria aos produtores rurais beneficiados pelos programas implementados pelo Município; e) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico; f) Auxiliar na elaboração do Orçamento Anual; g) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade das atividades das pequenas propriedades rurais; h) Executar obras e serviço técnico indicados pela Administração Municipal; i) Fiscalizar obra e serviço técnico; j) Conduzir trabalho técnico, indicados pela Administração Municipal; k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção dos equipamentos utilizados em sua atividade; l) Executar desenho técnico, quando indicado pela Administração Municipal;
Assessorar e prestar assistência técnica aos produtores rurais;

Realizar estudos da viabilidade econômica da exploração das diferentes culturas;
Emitir laudos e pareceres de sua competência a interesse do Município;
Promover, estimular e executar atividades relativas aos programas da Secretaria a que esteja lotado;
Participar, orientar e acompanhar discussão sobre a política desenvolvida no setor agropecuário e abastecimento alimentar, visando estabelecer prioridades e metas a serem atingidas;
Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, graduação em Engenharia Ambiental
Descrição Sumária das Tarefas
Responsável por planejar, coordenar e executar ações voltadas à gestão ambiental do município, visando a sustentabilidade, a preservação dos recursos naturais e o cumprimento da legislação ambiental. Suas atividades incluem a análise de impactos ambientais, a fiscalização de obras e serviços técnicos, a gestão de resíduos e recursos hídricos, além do desenvolvimento de políticas públicas para a preservação ambiental.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Supervisão e Planejamento Técnico:
Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente projetos ambientais no município.
Elaborar estudos e projetos ambientais, considerando aspectos técnicos, econômicos e sociais.
Avaliar e propor melhorias na infraestrutura ambiental do município, incluindo saneamento, drenagem urbana e áreas verdes.
Gestão e Monitoramento Ambiental:
Diagnosticar o meio físico e biológico, propondo medidas para a conservação e recuperação ambiental.
Desenvolver planos de gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo aterros sanitários, coleta seletiva e destinação final adequada.
Monitorar e propor soluções para a qualidade do ar, solo e água, garantindo o equilíbrio ecológico.
Gerenciar recursos hídricos, promovendo o uso sustentável e a proteção das bacias hidrográficas.
Licenciamento e Fiscalização Ambiental:
Elaborar e analisar estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) e relatórios técnicos para obtenção de licenças ambientais.
Fiscalizar o cumprimento das normas ambientais em obras públicas e privadas no município.
Emitir laudos, pareceres técnicos e relatórios ambientais para subsidiar a tomada de decisões.
Educação e Sustentabilidade:
Desenvolver e implementar programas de educação ambiental para a comunidade, escolas e servidores municipais.
Criar diretrizes para o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo práticas de conservação e recuperação ambiental.
Estabelecer padrões técnicos e educativos para estimular a convivência sustentável entre sociedade e natureza.
Apoio à Gestão Pública e Políticas Ambientais:
Assessorar a administração municipal na formulação e implementação de políticas ambientais.
Colaborar na captação de recursos e elaboração de projetos ambientais para obtenção de financiamentos estaduais e federais.
Representar o município em fóruns, conselhos e reuniões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
Outras Atividades Técnicas:
Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos e laudos técnicos em questões ambientais.
Elaborar orçamentos para projetos ambientais, garantindo viabilidade financeira e técnica.
Auxiliar na elaboração e execução de planos municipais de saneamento básico e gestão de áreas protegidas.
Executar outras atividades correlatas à sua habilitação profissional, conforme necessidade do município.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e

habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, graduação em Engenharia Civil
Descrição Sumária das Tarefas
Planejar, organizar, executar e controlar projetos na área da construçãocivil, realizar investigações e levantamentos técnicos, definir metodologia de execução, desenvolver estudos ambientais, revisar e aprovar projetos, especificar equipamentos, materiais e serviços. Desempenho de atividades referentes a edificação, estradas; sistemas de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques, drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Desenvolver atividades de supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica;
Direção e execução de serviços técnicos; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico, elaboração de orçamento;
Responsabilidade técnica pela execução de obras do Município;
Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; operação e manutenção de equipamento e instalação;
Execução de desenho técnico;
Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, inclusive pontes, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes;
Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes;
Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., afim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos;
Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e demais serviços correlatos;
Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatos;
Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;
Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas;
Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;
Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos;
Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;
Desenvolver pesquisas, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo;
Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação;
Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal;
Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;
Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros;
Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistemas viários, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização;
Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: ENGENHEIRO ELÉTRICO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, graduação em Engenharia Elétrica.
Descrição Sumária das Tarefas
Projetar, planejar e especificar sistemas e equipamentos elétricos e eletrônicos. Coordenar empreendimentos, executar serviços e estudar processos elétricos e eletrônicos
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Projetar, planejar e especificar sistemas e equipamentos elétrico,/eletrônicos;
Analisar propostas técnicas, instalar, configurar e inspecionar sistemas e equipamentos.
Executar testes e ensaios de sistemas e equipamentos, bem como, serviços técnicos especializados;

Elaborar documentação técnica de sistemas e equipamentos.
Coordenar empreendimentos e estudar processos elétrico/eletrônicos.
Supervisionar as etapas de instalação, manutenção e reparo do equipamento elétrico, inspecionando os trabalhos acabados e prestando assistência técnica.
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade.
Fazer estimativa dos custos da mão-de-obra, dos materiais e de outros fatores relacionados com os processos de fabricação, instalação, funcionamento e manutenção ou reparação.
Participar de programa de treinamento, quando convocado.
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: FARMACÊUTICO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Farmácia
Descrição Sumária das Tarefas
Assessorar e responder tecnicamente pelo armazenamento e distribuição de produtos farmacêuticos de qualquer natureza. Dispensar medicamentos e correlatos; selecionar produtosfarmacêuticos; criar critérios e sistemas de dispensação; avaliar prescrição; proceder a dispensação; instruir sobre medicamentos e correlatos.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Realizar pesquisa na área de atuação, visando contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento da prestação de serviços de saúde;
Participar da provisão, previsão e controle de materiais e equipamentos, opinando tecnicamente na aquisição e prestando assessoria na elaboração de projetos de construção e montagem de áreas especificas, operacionalização de processos;
Programar, orientar e supervisionar as atividades referentes a medicamentos;
Participar de equipe multi-profissional no planejamento, elaboração e controle de programas de saúde pública;
Realizar supervisão, capacitação e treinamento de recursos humanos, necessários à área de atuação, visando o desenvolvimento e aperfeiçoando dos serviços prestados;
Executar outras tarefas correlatas com o cargo, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação dos serviços de saúde pública.
Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas;
Assinar a responsabilidade técnica pela Farmácia Municipal;
Auxiliar os demais profissionais de saúde na prestação de seus serviços quando da fiscalização de entidades que operam com fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;
Elaborar laudos técnicos e a realização de perícias técnicas na área deformação quando solicitado pela Administração Municipal;
Elaborar levantamento estatístico sobre os medicamentos utilizados no Município;
Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados pela má utilização de medicamentos;
Participar de estudos e elaboração de projetos para utilização pela comunidade de produtos fitoterápicos;
Executar consultoria, auditoria e emissão de pareceres sobre a matéria de Farmácia quando solicitadas pela Administração Municipal;
Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde.
Colaborar com as atividades executados pelo Programa da Secretaria Municipal de Saúde;
Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
Manter o controle de balanço de medicamentos, atentando para validade e condições de armazenagem dos mesmos;
Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais/equipamentos de trabalho;
Proceder vigilância farmacológica;
Controlar medicamentos especiais, anotando sua saída em formulário próprio em cumprimentos às disposições legais;
Promover levantamento de incidência de moléstias;
Alimentar sistemas, controlar estoques de medicamentos, planejando as compras, evitando a perca de produtos e também o desabastecimento;
Auxiliar no preenchimento de formulários que compõem os processos de solicitação de medicamentos junto ao Estado;
Atender com presteza o público em geral;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;

adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente
CARGO: FISCAL FAZENDÁRIO
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo.
Descrição Sumária das Tarefas
Na execução das atividades da área, cabe ao servidor fiscalizar o uso e ocupação dos bens públicos do município; o cumprimento da legislação tributária; constituir o crédito tributário mediante lançamento; controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos aplicando penalidades e ainda controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços no território do município.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Coibir o comércio não licenciado e a execução de qualquer trabalho ou atividade não autorizado, em logradouro público e em demais bens públicos do município;
Coibir invasões individuais e coletivas de bens públicos do município;
Promover a desobstrução de vias, logradouros e demais bens públicos do município;
Coordenar e acompanhar demolições, apreensões, remoções e condução de mercadorias, materiais, equipamentos e demais instalações móveis ou fixas ao depósitomunicipal;
Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal relacionada à ocupação dos logradouros públicos com mercadorias, utensílios, equipamentos, trilhos de proteção, vitrinas, stands de vendas, cavaletes, bancas fixas de atividades comerciais e outras instalações, móveis ou fixas;
Vistoriar, para efeito de licenciamento em logradouros públicos, pontos destinados à exploração de bancas fixas de atividade comercial, conforme legislação vigente;
Fiscalizar estabelecimentos de quaisquer natureza, visando a averiguação do cumprimento da legislação de obras, posturas, tributária e de demais aplicáveis e exigíveis;
Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação vigente;
Efetuar interdição total ou parcial de estabelecimentos, produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação vigente;
Expedir autos de notificação, intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras de produtos ou materiais e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação;
Executar e/ou participar de ações integradas de fiscalização de Segurança Pública, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente entre outras, em articulação direta com demais órgãos públicos;
Fazer cumprir a legislação federal, estadual e municipal em vigor;
Realizar ações educativas com estabelecimentos e população;
Verificar denúncias de irregularidades procedendo ações de acordo com a sua área de atuação;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato funcional que tenha praticado ou concorrido;
Realizar outras atividades relacionadas, mediante solicitação da chefia imediata.
Efetuar a fiscalização, o lançamento de créditos tributários e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica.

CARGO: FISIOTERAPEUTA
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, graduação em fisioterapia
Descrição Sumária das Tarefas
Programar e executar a prestação do serviço de fisioterapia, acompanhar o desenvolvimento físico de pacientes; executar a reabilitação física e psíquica dos pacientes.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Programar e executar a prestação do serviço de fisioterapia, efetuando estudos do caso, indicando e utilizando recursos fisioterapêuticos adequados para reabilitação do paciente;
Avaliar e acompanhar o desenvolvimento físico dos pacientes, realizando exames de prova de função física, discutindo com e como casos clínicos específicos, promovendo o tratamento fisioterápico e analisando periodicamente os resultados, para verificar o processo individual do paciente;
Efetuar a prescrição do tratamento sob orientação médica especializada através de diversas modalidades terapêuticas, mecanoterapia, cinesioterapia, massoterapia, crioterapia e termoterapia;
Examinar pacientes, fazer diagnósticos, prescrever e realizar tratamentos de fisioterapia;
Interpretar exames;
Orientar e controlar o trabalho de auxiliares de saúde;
Estudar, orientar, implantar, coordenar e executar projetos e programas especiais de saúde pública;
Desempenhar tarefas afins;
Encaminhar pacientes para serviços clínicos específicos, atividades de minimização de riscos à saúde funcional;
Realizar ações de reabilitação (incluindo orientações domiciliares para pessoas com deficiência, familiares e cuidadores);
Realizar orientações, atendimento e acompanhamento de exercícios terapêuticos para mobilidade físico–funcional;
Realizar práticas corporais e atividade física com grupos populacionais como gestantes, idosos, hipertensos, diabéticos, cardiopatas, pessoas com deficiência;
Realizar orientações ergonômicas posturais e cinesioterapêuticas (avaliando condições ambientais desfavoráveis à saúde);
Realizar exercícios terapêuticos para controle de glicemia e pressão arterial, orientações para prevenção e promoção da saúde dos pacientes, além de ações na saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da criança e do adolescente;
Efetuar o tratamento fisioterapêutico de acordo com sua avaliação, através de diversas modalidades terapêuticas (motoras e respiratórias);
Exercitar a reabilitação física e psíquica de pacientes, orientando nas execuções dos exercícios adequados ao tratamento, utilizando equipamentos e instrumentos fisioterápicos adequados;
Participar de equipe multi-profissional no planejamento e estudo de casos, para adequação e promoção ao indivíduo;
Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
Alimentar corretamente os sistemas utilizados na saúde;
Executar outras tarefas correlatas ao cargo, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação dos serviços de saúde pública.
Realizar atendimentos em domicilio;
Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo, Graduação em Fonoaudiologia

Descrição Sumária das Tarefas

Atender as pessoas para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando-se de protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Orientar as pessoas, familiares; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Avaliar as deficiências das pessoas, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias.
Encaminhar as pessoas ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações.
Programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão e compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras;
Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade da reabilitação fonoaudiológica, avaliar os resultados do tratamento e dar alta, elaborar relatórios.
Aplicar procedimentos de adaptação pré e pós-cirúrgico e de reabilitação em UTI.
Aplicar os procedimentos fonoaudiológicos e desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
Executar atividades administrativas em sua área de atuação;
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de atuação;
Participar de programa de treinamento, quando convocado;
Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Prestar assistência às crianças, aos adolescentes, aos adultos, e idosos;
Realizar diagnósticos, tratamentos, testes, exames e suas interpretações, distúrbios vocais, doenças auditivas e do aparelho respiratório;
Identificar problemas e ou deficiências da comunicação oral, utilizando técnicas próprias de avaliação, treinamento fonético, auditivo, de dicção, empostação de voz e outros, visando o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala;
Examinar pacientes, fazer diagnósticos, prescrever e realizar tratamentos de fonoaudiologia;

Orientar e controlar o trabalho de auxiliares de saúde;
Realizar ações de reabilitação que propiciem a redução de incapacidades e deficiências com vistas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos;
Realizar ações de reabilitação multiprofissional, avaliando as necessidades do indivíduo e o significado da deficiência no contexto familiar e social;
Avaliar e interpretar resultados buscando ações mais adequadas e prover o cuidado longitudinal aos usuários;
Realizar atendimentos em domicilio;
Alimentar corretamente os sistemas utilizados na saúde;
Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Eventualmente Conduzir veículos oficiais, se habilitado;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Realizar outras atividades compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente

CARGO: MÉDICO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Medicina
Descrição Sumária das Tarefas
Prestar atendimento médico e assistência em clínica geral e/ou em especialidades definidas pelo serviço público, coordenar e implementar programas institucionais de promoção à saúde, executar atividades médicas-sanitárias, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas, bem como realizar exames e plantões quando necessário. Além disso, diagnosticar a situação de saúde da comunidade, desenvolver programas de saúde pública e adotar medidas de precaução padrão de biossegurança.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Realizar consulta e atendimento médico, anamnese, exame físico, propedêutica instrumental, atendimentos de urgência e emergência.
Interpretar dados de exame clínico e exames complementares e diagnosticar estado de saúde de clientes.
Discutir diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção com pacientes, responsáveis e familiares.
Planejar e prescrever tratamento de clientes e praticar intervenções clínicas e cirúrgicas.
Prescrever e controlar drogas, medicamentos, hemoderivados, imunopreviníveis, fitoterápicos e cuidados especiais.
Implementar ações para promoção da saúde, elaborar e avaliar prontuários, emitir receitas e realizar procedimentos operacionais padrão.
Efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas.
Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.
Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade.
Participar de programa de treinamento, quando convocado.
Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Deslocar-se quando necessário para atendimentos residenciais e também em locais fora da sede urbana do município;
Assessorar e prestar suporte no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município integrando-o com outros níveis do sistema;
Cumprir e aplicar leis do SUS;
Registrar corretamente dados nos sistemas utilizados na Secretaria Municipal de Saúde;
Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
Planejar, coordenar, controlar, analisar e executar atividades de atenção à saúde individual e coletiva;
Realizar a atenção à saúde às pessoas e famílias sob sua responsabilidade;
Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal ou Distrito Federal), observadas as disposições legais da profissão;
Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;
Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa;
Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; e
Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação;

Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Registro no conselho profissional de classe competente
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, graduação em Medicina Veterinária
Descrição Sumária das Tarefas
Programar, coordenar, supervisionar e executar tarefas relativas à higiene, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, à profilaxia e ao controle de zoonoses e doenças transmitidas por alimentos de origem animal.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Planejar, programar, supervisionar e avaliar as atividades de atuação na área. Programar e coordenar atividades relativas à saúde única e à higiene de alimentos de origem animal. Participar de equipes multiprofissionais, elaborar e desenvolver projetos de pesquisa e/ou extensão em conjunto com outras secretarias, órgãos ou em parceria de outras entidades.
Supervisionar e coordenar a execução de programas que envolvem a orientação e controle de práticas concernentes à defesa sanitária animal e à aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem (zoonoses);
Estabelecer normas e procedimentos quanto à fiscalização, inspeção e industrialização de produtos de origem animal, para assegurar a qualidade, segurança e inocuidade alimentar, visando prevenir, em defesa da saúde única, zoonoses e surtos de doenças transmitidas por alimentos.
Inspecionar da industrialização à comercialização dos produtos de origem animal; elaborar sistemas de controle sanitário, promover orientação técnico-higiênico-sanitário, coletar amostras de alimentos para análises laboratoriais visando propiciar à população condições de inocuidade dos alimentos;
Identificar os problemas de saúde mais comuns veiculados por alimentos e zoonoses, relacionando-os com as condições de vida da população. Participar de investigação epidemiológica de surtos de doenças transmitidas por alimentos, a fim de detectar e controlar focos epidêmicos. Orientar estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal visando reduzir a morbimortalidade e a mortalidade causada por estas doenças;
Programar, normalizar, coordenar, supervisionar e executar medidas necessárias para controle e profilaxia de zoonoses bem como: desenvolver projetos de pesquisa/extensão;
Coordenar, desenvolver, promover e executar a educação sanitária na comunidade, treinar e supervisionar pessoal técnico e auxiliar na área de inspeção. Proferir palestras e orientar a população em geral e grupos específicos quanto à prevenção de doenças, à industrialização, comercialização e consumo de alimentos, bem como, controle e profilaxia de zoonoses.
Proceder colheita de espécimes e de amostras de alimentos para análise laboratorial, apoiando os programas de zoonoses, garantia de qualidade, segurança e inocuidade alimentar;; Realizar a colheita de amostra de alimentos, com fins de análises fiscal de rotina e interpretar os resultados de análise laboratoriais conforme legislação aplicável;
Contribuir para o bem-estar animal;
Atuar de modo fiscalizatório na produção e no controle de qualidade de produtos;
Fomentar produção animal;
Atuar nas áreas de biotecnologia e de preservação ambiental;
Elaborar laudos, pareceres e atestados;
Assessorar na elaboração de legislação pertinente; estabelecer normas e procedimentos quanto à produção, industrialização e comercialização, para assegurar a qualidade, inocuidade e segurança alimentar, visando prevenir surtos de doenças transmitidas por alimentos, em defesa da saúde pública.
Coordenar e prestar assistência técnica, sanitária e alimentar ;
Coordenar e promover a peritagem em animais identificando deficiências, vícios, doenças, acidentes, bem como necrópsia;
Coordenar programas e executar medidas de controle contra a brucelose, tuberculose e teníase/cisticercose humana.
Supervisionar e estabelecer normas e padrões do ponto de vista sanitário, relacionados com a fiscalização, controle e prevenção de doenças.
Programar, coordenar e executar atividades relativas à higiene, fiscalização e registro de alimentos de origem animal
Realizar e/ou acompanhar inspeções de rotina programadas e emergenciais (surtos, reclamações, registro e outros), nos estabelecimentos alimentares;
Aplicar, quando necessário, medidas indicadas para a melhoria das condições sanitárias dos estabelecimentos e dos alimentos, tais como: orientação ao responsável e manipuladores, emissão de autos, termos e outros;
Classificar os estabelecimentos e os produtos alimentares segundo critérios de risco epidemiológico (natureza do alimento, volume de produção, comercialização, comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos, perfil da contaminação dos alimentos e padrão de consumo da população) ;
Efetuar estudos quanto as condições de “habitat” e sobrevivência da fauna e flora, em conjunto com a equipe técnica, visando a implantação de parques, bosques e outros;
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
Desempenhar e executar outras atividades ou tarefas correlatas compatíveis.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;

comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho de classe profissional competente

CARGO: MERENDEIRA

Grupo Ocupacional: Operacional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo.

Descrição Sumária das Tarefas

Preparar os alimentos, observando os métodos de cozimento e padrões de qualidade. Auxiliar na organização e supervisão dos serviços de cozinha.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Coordenar as atividades relacionadas ao preparo das refeições.
Preparar as refeições sob a supervisão do nutricionista atendendo aos métodos de cozimento e padrões de qualidade dos alimentos.
Auxiliar a servir lanches e refeições.
Auxiliar na higienização de louças, utensílios e da cozinha em geral.
Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas.
Participar de programa de treinamento, quando convocado.
Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
Responsabilizar-se pelos trabalhos de cozinha;
Encarregar-se de todos os tipos de cozimento em larga escala, tais como: vegetais, cereais, legumes, carnes de variadas espécies; preparar sobremesas e sucos;
Encarregar-se da guarda e conservação dos alimentos;
Fazer os pedidos de suprimento de material necessário à cozinha ou à preparação de alimentos;
Operar os diversos tipos de fogões, aparelhos e demais equipamentos de cozinha;
Distribuir, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliares;
Supervisionar os serviços de limpeza, zelando pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha;
Executar outras tarefas correlatas de ofício ou sob a ordem de chefia imediata, que por suas características, se incluam na esfera de competência.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.

Requisitos Complementares

Não se aplica

CARGO: MOTORISTA

Grupo Ocupacional: Operacional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo

Descrição Sumária das Tarefas

Dirigir veículos leves e pesados da prefeitura para transportar pessoal, materiais e equipamentos e outros itens relacionados, de acordo com as normas e orientações administrativas e em observância ao cumprimento do código nacional de trânsito.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Verificar diariamente as condições operacionais do veículo à sua disposição (nível do óleo do motor, nível de água de arrefecimento do motor, nível de água do limpador, nível do óleo de freio, regulagem dos pneus);
Apurar diariamente se a calibragem e balanceamento estão adequadamente regulados para evitar danos dos rolamentos, amortecedores, suspensão e garantir uma boa dirigibilidade que evite o consumo irregular dos pneus;
Verificar continuamente o estado dos freios para prevenir-se de acidentes que possam advir desse problema;
Planejar o trajeto dos percursos mais racionais e apropriados para dirigir econômica e eficazmente, de modo a chegar ao destino rapidamente e liberar o veiculo no menor tempo possível;
Efetuar os registros de saídas e chegadas do veiculo, mantendo controle através de relatório padronizado;

Manter o veiculo limpo (interno e externamente) e higienizado apropriadamente;
Observar o tipo de carga e tomar todas as providencias para que o transporte seja seguro, sem provocar danos no material transportado ou riscos a si próprio ou a terceiros;
Executar troca de pneus e pequenos reparos, quando necessários;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato funcional que tenha praticado ou concorrido;
Realizar outras atividades relacionadas, mediante solicitação da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.

Requisitos Complementares

Carteira nacional de habilitação de trânsito nas categorias exigíveis (B,C,D ou E) com EAR

CARGO: NUTRICIONISTA

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo, graduação em Nutrição

Descrição Sumária das Tarefas

Planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação e serviços de alimentação e nutrição. Assistência e educação nutricional a coletividade ou individual, sadios ou enfermos.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Promover avaliação nutricional e do consumo alimentar de usuários do serviço público em todas as atividades.
Promover adequação alimentar considerando necessidades específicas da faixa etária atendida;
Promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e diretoria;
Executar atendimento individualizado de pais de alunos, orientando sobre avaliação da criança e da família;
Participando de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos;
Promover educação, orientação e assistência nutricional a coletividade, para atenção primaria em saúde;
Elaborar e realizar legislação própria da sua área de atuação;
Contribuir no planejamento, execução e análise de inquéritos e estudos epidemiológicos;
Promover e participar de estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação;
Realizar vigilância alimentar e nutricional;
Integrar os órgãos colegiados de controle social;
Participar do planejamento e execução de treinamentos e reciclagem em recursos humanos em saúde;
Participar de câmara técnica de padronização de procedimentos em saúde coletiva;
Promover programas de educação alimentar e orientação sobre manipulação correta de alimentos;
Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional;
Desenvolver pesquisa e outros relacionados à sua área de atuação;
Colaborar na formação de profissionais na área de saúde, orientando estágios e participando de programas de treinamento;
Realizar atendimentos em domicilio;
Alimentar corretamente os sistemas utilizados na saúde;
Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
Efetuar controle periódico dos trabalhos executados;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho de classe profissional competente

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS
Grupo Ocupacional: Operacional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Fundamental
Descrição Sumária das Tarefas
Operar equipamentos pesados, dotados de controle remotos hidráulicos ou outros, providos ou não de implementos, para realização de trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, revolvimento, remoção e compactação de solo, bem como carregamento e descarregamento de materiais diversos.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
1. Inspecionar as condições das máquinas, (nível da água, do óleo, pneus, bateria etc.), engraxando e lubrificando a máquina e encaminhando-a para manutenção quando detectar problemas;
2. Operar a máquina ligando-a, deixando-a aquecer e deslocando-a ao local dos trabalhos;
3. Preencher os controles de horas e manutenções preventivas da máquina;
4. Operar máquinas automotoras de propriedade do Município ou sob sua gerência, conforme orientações do fabricante;
5. Auxiliar nos trabalhos de carga e descarga de materiais diversos.
6. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços.
7. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
8. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.
Requisitos Complementares
Possuir carteira de habilitação em categoria compatível com a função (C, D ou E)

CARGO: PSICÓLOGO
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior Completo, Graduação em Psicologia
Descrição Sumária das Tarefas
Atuar na aplicação daPsicologia, desenvolvendo atividades e ações como avaliações, programas, campanhas e atendimento, zelando pelo atendimento das normas e procedimentos da legislação vigente. Executar tarefas tais como diagnósticos, aplicações de testes psicológicos, orientação, identificação e correção de distúrbios da aprendizagem, encaminhamento de casos, entre outros.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Identificar problemas de aprendizagem entre menores, através de testes, entrevista e observações;
Proceder a aplicação de técnicas e métodos específicos, visando a correção de distúrbios identificados ou encaminhar os mesmos para atendimento especializado;
Fazer aplicação de teste psicológico e realizar entrevista para fim de seleção de pessoal;
Participar da elaboração projetos terapêuticos adequados às necessidades da população assistida;
Viabilizar grupos educativos, grupos terapêuticos ou outras modalidades grupais de acordo com as necessidades da população assistida;
Realizar avaliações e atendimentos psicológicos nas modalidades individual e grupal;
Encaminhar os casos para outros níveis de atenção quando necessário;
Trabalhar agenda compartilhada com o restante da equipe multiprofissional;
Participar e desenvolver novas e demais ações propostas pela política institucional e documentos norteadores;
Realizar ações de saúde na visão biopsicossocial na unidade de saúde e nos equipamentos do território;
Realizar apoio matricial;
Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo da vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos;
Realizar ações Inter setoriais;
Empoderar e estimular as equipes e a população para o autocuidado e ações de promoção e prevenção;
Realizar ações de saúde no domicílio (visita e atendimento domiciliar) em casos prioritários;
Participar de reuniões multiprofissionais para discussão de casos;
Participar e fortalecer as atividades das Redes de Atenção à Saúde.
Alimentar corretamente os sistemas utilizados na saúde;
Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
Atuar nas áreas voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas;
Desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social desenvolvido pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta);
Facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades e positividades já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e colaborativos entre os atores envolvidos;
Colaborar com a construção de processos de mediação, organização, mobilização social e participação dialógica que impliquem na efetivação de direitos sociais e na melhoria das condições de vida presentes no território de abrangência do serviço de assistência social;

Desenvolver as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS;
Desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos da rede de proteção social, tendo em vista os direitos a serem assegurados ou resgatados e a completude da atenção em rede;
Contribuir na elaboração, socialização, execução, no acompanhamento e na avaliação do plano de trabalho de seu setor de atuação, garantindo a integralidade das ações;
Desenvolver trabalho conjunto aos professores, visando informar o potencial que a criança apresenta e que poderá ser desenvolvido;
Efetuar avaliações, seja individual, grupal, familiar e visitas domiciliares, encaminhando ou não, para outras áreas afins;
Orientar e aconselhar através de entrevista pessoal e acompanhamento, os servidores que apresentam problemas de desajuste comportamental e/ou emocional no trabalho;
Aplicar instrumentos de medidas psicológicas para subsidiar ações relativas a treinamento, saúde ocupacional, segurança do trabalho, acompanhamento psicopedagógico e processo psicoterápico;
Desenvolver diagnósticos visando identificar necessidades em sua atuação imediata;
Promover o educador, em suas necessidades de reflexão e de construção de conhecimento ajudando-o no alcance da segurança e autonomia na sala de aula;
Participar na elaboração dos projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos em psicologia do desenvolvimento e aprendizagem, na perspectiva da promoção da aprendizagem de todos os alunos, com suas características peculiares;
Orientar à equipe educacional na promoção de ações que auxiliem na integração família/educando/escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos;
Propor e contribuir na formação continuada de professores e profissionais da educação, que se realiza nas atividades coletivas da escola, na perspectiva de constante reflexão sobre as práticas docentes;
Realizar intervenções socioeducativas para a construção de um ambiente educacional positivo e integrador;
Participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
Planejar ações e desenvolver educação permanente;
Acolher os usuários e humanizar a atenção;
Trabalhar de forma integrada com as ESF;
Realizar visitas domiciliares necessárias;
Desenvolver ações intersetoriais;
Realizar avaliação em conjunto com as ESF e demais conselhos pertinentes do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
Desenvolver grupos de portadores de transtorno mental, envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade conforme necessidade;
Auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental;
Realizar ações coletivas abordando o uso de tabaco, álcool e drogas, traçando estratégias de prevenção utilizando os recursos da comunidade;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho de classe profissional competente.

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA

Grupo Ocupacional: Administrativo

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo e curso técnico de Técnico Agrícola ou equivalente

Descrição Sumária das Tarefas

Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias dentro dos programas do serviço público.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Orientar os agricultores a preparar a terra, plantar, colher e armazenar a produção;
Ministrar cursos sobre agricultura e pecuária; efetuar inseminação artificial; fazer podas em árvores;
Efetuar enxertos, vacinar animais, ensinar os manejos de defensivos agrícolas;
Ensinar a maneira corretar de preparo do solo;
Fazer curvas de nível;
Terraceamento;
Efetuar nivelamento;
Medir áreas de terras;
Orientar sobre a forma de evitar as doenças nos animais vacuns;
Cuidar da sanidade dos rebanhos;

Acompanhar a implantação dos projetos de canteiros de plantas ornamentais em áreas públicas quanto ao dimensionamento do canteiro, preparo do solo e plantio;
Acompanhar o plantio de árvores em áreas públicas seja na arborização viária, recuperação de áreas degradadas ou implantação de projetos paisagísticos;
Apresentação de relatórios dos serviços realizados por empresas terceirizadas objetivando confrontar os fechamentos mensais;
Verificar e responsabilizar-se pelos equipamentos moto-mecânicos do Município bem como a manutenção das atividades de paisagismo;
Acompanhar a aplicação de métodos e técnicas de controle de pragas, para preservar o patrimônio vegetal das áreas públicas, mantendo o bom estado fitossanitário da municipalidade;
Acompanhar a implantação e a manutenção de viveiros de produção de planta ornamentais e árvores;
Prestar assistência técnica e efetuar pesquisas tecnológicas, a fim de melhorar o plantio dos produtores rurais, exercendo, inclusive coleta de dados de natureza técnica;
Implantar alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento do plantio dos Produtores rurais;
Desempenhar outras atividades compatíveis com sua função a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo e curso técnico nas áreas de tecnologia da informação ou equivalentes

Descrição Sumária das Tarefas
Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias dentro dos programas do serviço público.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Prestar consultoria técnica para todos os departamentos do Município, auxiliando na melhoria dos processos relacionados a tecnologia da informação;
Orientar os gestores e equipes sobre boas práticas de segurança da informação;
Realizar toda a gestão relacionada a estrutura de TI;
Gerir a infraestrutura de TI da prefeitura, incluindo servidores, redes, bancos de dados e dispositivos tecnológicos.
Monitorar o desempenho e o funcionamento dos sistemas para garantir a eficiência e segurança operacional;
Garantir a continuidade dos serviços de TI, implementando Análise de Necessidades e Customização de Sistemas;
Realizar levantamento das necessidades relacionadas a boa condução dos serviços públicos que demandem do uso de tecnologia de informação;
Personalizar e adaptar os sistemas existentes para atendê-los com eficiência e segurança digital;
Implementar e monitorar políticas de segurança da informação para proteger dados sensíveis da administração pública;
Realizar auditorias periódicas em sistemas de TI para identificar vulnerabilidades e propor melhorias constantes;
Garantir a conformidade com as legislações
Planejar, coordenar e ministrar capacitações aos demais servidores do Município relacionado a área de tecnologia de informação e digital;
Elaboração de Relatórios Técnicos e Gestão de Indicadores:
Desempenhar outras tarefas correlatas voltadas a área de tecnologia de informação determinadas por sua chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Não se aplica

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo e curso de Auxiliar de Saúde Bucal ou similar
Descrição Sumária das Tarefas
Realizar atividades clínicas sob a supervisão do cirurgião-dentista, além de atuar na promoção da saúde bucal da população. Suas responsabilidades incluem a realização de procedimentos preventivos, a organização do atendimento odontológico e a supervisão das atividades do Auxiliar de Consultório Dentário.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Atividades Clínicas sob Supervisão do Dentista:
Realizar profilaxia (limpeza) e aplicação tópica de flúor nos pacientes.
Fazer remoção de suturas e curativos odontológicos.
Aplicar selantes e realizar procedimentos preventivos em escolares e demais públicos.
Preparar modelos de gesso e realizar polimento de restaurações, quando autorizado pela legislação vigente.
Assistência ao Dentista:
Auxiliar no atendimento odontológico, incluindo preparação e entrega de instrumentais.
Preparar materiais dentários, como cimentos e resinas.
Operar aparelhos odontológicos sob orientação do dentista.
Promoção de Saúde Bucal:
Organizar palestras e campanhas educativas sobre higiene e prevenção de doenças bucais.
Atuar em escolas e comunidades promovendo ações de saúde bucal.
Instruir pacientes sobre escovação correta e uso do fio dental.
Supervisão e Controle de Materiais:
Supervisionar o trabalho do Auxiliar de Consultório Dentário.
Gerenciar e organizar estoques de materiais odontológicos.
Assegurar que normas de biossegurança sejam seguidas no consultório.
Atividades Administrativas:
Preencher fichas clínicas e registros de atendimento.
Acompanhar programas de saúde bucal vinculados ao SUS.
Coletar dados epidemiológicos sobre a saúde bucal da população.
Desempenhar outras atividades compatíveis com a função determinadas pela chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Não se aplica

CARGO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Segurança do Trabalho ou equivalente
Descrição Sumária das Tarefas
Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina no trabalho. Realizar trabalhos técnicos relacionados à segurança dos funcionários em seus locais de trabalho e à prevenção e combate a incêndios, proteção coletiva ou individual, investigando causas de acidente de trabalho, ministrando treinamentos sobre prevenção e combate a incêndios e outros.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
1. Orientar e coordenar o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes, analisando esquemas de prevenção.
2. Inspecionar locais, instalações e equipamentos da empresa e determinar fatores de riscos de acidentes
3. Propor normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes.
4. Inspecionar os postos de combate a incêndios, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios.
5. Comunicar os resultados de suas inspeções, elaborando relatórios.
6. Investigar acidentes ocorridos, examinando as condições da ocorrência, para identificar suas causas e propor as providências cabíveis.
7. Intermediar junto aos serviços médico e social da instituição, visando facilitar o atendimento necessário aos acidentados.
8. Registrar irregularidades e elaborar estatísticas de acidentes.
9. Treinar os funcionários de toda as secretarias do Município sobre normas de segurança, combate à incêndios e demais medidas de prevenção de acidentes.
10. Coordenar a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes.

11. Participar de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente.
12. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.
13. Acompanhar e supervisionar as atividades da Brigada Municipal de Incêndio bem como garantir a continuidade da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
14. Elaborar relatórios de acompanhamento de acidentes de trabalho ocasionados no âmbito da Administração Municipal, apresentando regularmente os dados à chefia direta;
15. Garantir a realização de exames necessários para garantir a execução da política de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, bem como gerenciar documentação de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, acompanhando de forma contínua as ações realizadas pela administração que promovam a segurança do trabalhador;
16. Acompanhar as atividades voltadas Saúde e Segurança do Trabalho - SST, interpretando dados e indicadores de eficiência e eficácia das ações implantadas;
17. Elaborar e gerenciar documentação de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, por meio de manual do sistema de gestão de SST, elaborando normas de procedimentos técnicos e administrativos quanto a segurança do trabalhador, produzir anexos de atualização, gerar relatórios de resultados, documentar procedimentos e normas de sistemas de segurança, controlar a atualização de documentos, normas e legislação;
18. Realizar as ações designadas a função, utilizando os sistemas computacionais disponibilizados pela administração, garantindo a eficiência completa e unificação de informações em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos;
19. Cooperar com as atividades do meio ambiente orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador de sua importância para a vida;
20. Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto ao procedimento de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviços;
21. Efetuar o levantamento de dados junto aos setores, visando fornecer subsídios para elaboração de relatórios e laudos de responsabilidade da medicina e segurança do trabalho;
22. Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
23. Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligadas à prevenção de acidentes de trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
24. Eventualmente Conduzir veículos oficiais, se habilitado;
25. Realizar outras atividades compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento;
habilidades de organização;
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho de classe profissional competente.

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Grupo Ocupacional: Profissional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Superior Completo, graduação em Terapia Ocupacional

Descrição Sumária das Tarefas

Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes; orientar pacientes e familiares; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida; exercer atividades técnico-científicas.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

1. Executar tratamentos de reabilitação em pacientes portadores de deficiência física e/ou psíquica
2. Avaliar o paciente quanto às suas capacidades e deficiências.
3. Eleger procedimentos de habilitação para atingir os objetivos propostos a partir da avaliação.
4. Facilitar e estimular a participação e colaboração do paciente no processo de habilitação ou de reabilitação.
5. Avaliar os efeitos da terapia, estimular e medir mudanças e evolução.
6. Planejar atividades terapêuticas de acordo com as prescrições médicas.
7. Redefinir os objetivos, reformular programas e orientar pacientes e familiares.
8. Promover campanhas educativas;
9. Produzir manuais e folhetos explicativos.
10. Realizar atividades clínicas pertinentes e suas responsabilidades profissionais;
11. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional;
12. Realizar diagnósticos específicos;
13. Analisar condições dos pacientes;
14. Orientar pacientes e familiares;
15. Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
16. Realizar visitas domiciliares em conjunto com as Estratégias de Saúde da Família - ESFs dependendo das necessidades.
17. Desenvolver ações intersetoriais;
18. Trabalhar de forma integrada com as ESFs;
19. Desenvolver atividades coletivas para Educação em Saúde;

20. Planejar ações e desenvolver educação permanente com as equipes de saúde;
21. Elaborar, implementar e acompanhar as políticas da instituição nas áreas de Nutrição Clínica, Escolar, Social e Organizacional.
22. Realizar atendimentos em domicilio;
23. Alimentar corretamente os sistemas utilizados na saúde;
24. Cuidar pela conservação dos materiais e equipamentos públicos disponíveis;
25. Participar de atividades coletivas, informando, orientando e prestando atendimentos;
26. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
27. Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
28. Realizar outras atividades compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho competente.

CARGO: VIGILANTE

Grupo Ocupacional: Operacional

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino Médio Completo

Descrição Sumária das Tarefas

Zelar pela guarda do patrimônio e executar atividades de vigilância e proteção fixa e móvel em dependências e áreas públicas; zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio público e pelo cumprimento de leis e regulamentos; recepcionar e controlar fluxo de pessoas, veículos e cargas, identificando, orientando e encaminhando os mesmos para os lugares desejados.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

• Realizar verificações periódicas em edificações públicas e áreas adjacentes.
• Examinar portas, janelas e portões, a fim de verificar que estão devidamente fechados, atentando para eventuais anormalidades, que deverão ser comunicadas imediatamente à chefia;
• Impedir a entrada, em prédios públicos ou áreas adjacentes, de pessoas estranhas e sem autorização, fora do horário de trabalho, convidando-as a se retirarem, e acompanhando- as à saída, se necessário, como medida de segurança;
• Comunicar imediatamente à chefia irregularidades ocorridas durante seu horario de trabalho, para que as devidas providencias sejam tomadas;
• Zelar pelos prédios públicos e suas instalações – jardim, pátio, cercas, muros, portões, sistemas elétricos e hidráulicos, a fim de evitar roubos, prevenir incêndios e outros danos;
• Atuar na prevenção de atos de vandalismo contra o patrimônio;
• Controlar movimentações de pessoas, veículos, bens e materiais;
• Atender e prestar informações ao público;
• Atender e efetuar ligações telefônicas e/ou rádio quando necessário;
• Registrar sua passagem pelos Postos de Controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda, quando necessário;
• Deter elementos suspeitos de uso de tóxicos, tentativa de furto, atos obscenos ou atos de vandalismo, segurando os mesmos até a chegada da autoridade competente, ou ainda, encaminhar até a delegacia de polícia;
• Tomar providências preliminares no caso de incêndios, tentando controlar o fogo até a chegada do Corpo de Bombeiro;
• Deter menores infratores, encaminhando-os ao Conselho Tutelar, via Polícia Militar ou Civil; 14 Orientar, fiscalizar e controlar o trânsito municipal de pedestres e veículos na área de suas atribuições;
• Colaborar na prevenção e combate de incêndios e no suporte básico da vida, quando necessário;
• Operar equipamentos de comunicações;
• Deslocar-se quando necessário para atendimentos residenciais e também em locais fora da sede urbana do município
• Desempenhar outras atividades correlatas.
• Exercer vigilância nas Unidades de Conservação do município sob sua guarda, percorrendo a propriedade, para localizar incêndios e descobrir irregularidades, como presença de estranhos, caça e outras práticas danosas;
• Comunicar a administração sobre a ocorrência de incêndios e demais irregularidades, bem como do estado das Unidades de Conservação, utilizando rádio, telefone, relatos periódicos e outros meios, para ensejar a tomada de medidas oportunas;
• Participar do combate a incêndios, valendo-se de água e produtos químicos, abrindo aceiros e lançando mão de outros meios, para evitar a propagação do sinistro;
• Auxiliar para desimpedir estradas e outras vias de circulação restrita, removendo árvores e outros obstáculos, para possibilitar o livre trânsito de pessoas e veículos autorizados pela administração;
• Conservar as trilhas e estradas internas nas Unidades de Conservação em boas condições;
• Participar em programas de educação ambiental;
• Orientar o público, acompanhar visitantes e pesquisadores autorizados;
• Zelar pela preservação dos bens materiais sob sua responsabilidade direta e indireta e cuidar para que haja o uso correto dos mesmos, especialmente veículos oficiais;
• Executar outras tarefas correlatas;

• Conduzir veículos oficiais, quando requisitado, em conformidade com as legislações de trânsito vigentes e seguindo rigorosamente as diretrizes de segurança estabelecidas.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.

Requisitos Complementares
Carteira Nacional de Habilitação, categoria AB ou superior, em situação regular no Departamento de Trânsito (DETRAN).
CARGO: VIGILANTE SANITÁRIO
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo – SUPERIOR EM AREAS FINS
Descrição Sumária das Tarefas
Exercer o poder de polícia administrativa, específico da Vigilância Sanitária nas áreas de vigilância à saúde e meio ambiente, saúde do trabalhador, análise da saúde dos produtos, privilegiando a ação educativa e orientativa, para com a população quanto aos seus direitos e deveres.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Exercer atividade de planejamento, coordenação e execução das ações da vigilância sanitária e ambiental;
Controle das zoonoses e fatores de poluição do ar, água e solo;
Analisar vistorias realizadas;
Inspecionar e reinspecionar produtos destinados ao uso e consumo do público e do comercio em geral;
Fiscalizar as condições físicas e higiênico-sanitárias dos estabelecimentos de interesse de saúde pública, para a concessão de Alvará Sanitário, para atendimento de denúncias e reclamações e para manutenção regular de tais condições;
Inspecionar as instalações de indústria farmacêuticas, químicas, alimentares e outras de interesse da saúde pública, para fins de autorização de funcionamento de empresa;
Orientar a comunidade sobre ações de vigilância sanitária de alimentos, de produtos químicos e farmacêuticos, de saneamento do meio ambiente e de fiscalização do exercício profissional;
Participar de atividades que visem o aperfeiçoamento do pessoal atuante na área de vigilância sanitária;
Apoiar e orientar os agentes de saúde pública e os agentes auxiliares de saúde pública, sobre procedimento de fiscalização sanitária;
Lavrar autos e termos e preencher demais documentos, em consonância com o Código Sanitário vigente e normas administrativas expedidas;
Supervisionar as atividades de vigilância sanitária a nível regional e local.
Fiscalizar mercados, feiras, casas comerciais e industriais que lidam com produtos de interesse a saúde pública, matadouros e abatedouros;
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua responsabilidade;
Fornecer dados estatísticos quanto aos fatores de poluição do ar, água, solo e depredação de recursos naturais;
Fiscalizar a ação poluidora de empreendimento industrias, fabris e congêneres;
Fiscalizar a produção e a comercialização de produtos químicos prejudiciais ao meio ambiente;
Fiscalizar fontes de poluição sonora;
Fiscalizar a qualidade das águas de uso coletivo para recreação;
Fiscalizar empresas prestadoras de serviços de desratificação, desinfecção, e eliminação de outros vetores biológicos;
Exercer o controle, a fiscalização e o monitoramento de ações executadas no meio ambiente e em serviços direta e indiretamente relacionada a saúde intervindo com o intuito de eliminar diminuir ou prevenir riscos à saúde;
Executar outras tarefas correlatas com o cargo, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação dos serviços de saúde pública.
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica - PNAB vigente;
Realizar outras atividades compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento
habilidades de organização
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito;
habilidades tecnológicas.
Requisitos Complementares
Possuir Carteira Nacional de Habilitação, B ou superior, em situação regular no Departamento de Trânsito (DETRAN).
CARGO: ZELADOR

Grupo Ocupacional: Operacional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Fundamental
Descrição Sumária das Tarefas
Executar trabalhos delimpezaem geral em edifícios públicos interna e externamente e outros locais de responsabilidade do Município, para manutenção das condições dehigienee conservação do ambiente, coletando o lixo, promovendo arrumação e higienização necessária.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Fazer o serviço de faxina em geral, remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
Arrumar e limpar banheiros e toaletes; auxiliar na arrumação;
Lavar e encerar assoalhos;
Coletar o lixo nos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados;
Lavar vidros, espelhos e persianas;
Varrer pátios;
Fazer café e, eventualmente, servi-lo;
Fechar portas, janelas e vias de acesso;
Manter limpo o espaço onde trabalha, zelando por seus utensílios e ferramentas;
Solicitar sempre que necessário os produtos e ferramentas necessárias para realizar as suas atividades cotidianas;
Garantir que o estoque para realização de suas atividades esteja sempre completo;
Comunicar-se com demais setores garantindo assim um bom convívio;
Atender com urbanidade os servidores e cidadãos que transitam pelo espaço de trabalho;
Garantir a sustentabilidade no ambiente de trabalho, evitando gastos em excesso, economizando energia, água e demais produtos necessários para suas atividades;
Elaborar cronograma de limpeza, garantindo que o espaço de sua responsabilidade esteja sempre em ótimas condições de uso.
Realizar outras atividades compatíveis com a função a pedido da chefia imediata.
Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.

Requisitos Complementares
Não se aplica
MANUAL DE DESCRIÇÃO DOS CARGOS A EXTINGUIR AO VAGAR COM SUAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS EM ORDEM ALFABÉTICA

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo e curso de Auxiliar de Enfermagem ou equivalente
Descrição Sumária das Tarefas
Desempenhar tarefas auxiliares de enfermagem quanto aos cuidados com pacientes. Efetuar registros e relatórios de ocorrências. Trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Executar tarefas de enfermagem hospitalar e ambulatorial na promoção, recuperação e reabilitação de saúde.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos, vacinas, coleta de material para exames, lavagem, preparação e esterilização de materiais, entre outras atividades delegadas pelo enfermeiro, de acordo com sua área de atuação e regulamentação;
Atender os pacientes no preparo e imunização, verificando dados vitais, preenchendo prontuário, auxiliando o médico durante a consulta, preparando pacientes para exames complementares e cirurgias;
Aplicar vacinas, segundo orientação superior, esclarecendo sobre possíveis reações aprazando dose subsequente e reforço, de acordo com as normas de imunização vigentes;
Orientar pacientes e comunicantes na pós-consulta sobre administração de medicamentos e cuidados com higiene, acompanhando a evolução clínica dos pacientes, visando a otimização do tratamento e reabilitação da saúde;
Aplicar teste de reação imunológica, coletando amostra, utilizando reagentes e interpretando para efetivação de diagnóstico;
Participar nas ações de vigilância epidemiológica, coletando e remetendo notificações, efetuando bloqueios, auxiliando na investigação e controle de doenças transmissíveis;
Manter controle de faltosos, organizando cadastro, visitando residências e conscientizando pacientes e comunicantes dos riscos da descontinuidade e da necessidade de frequência do tratamento;
Orientar a comunidade sobre atenção primária a saúde, preparando e dirigindo reuniões, participando de treinamento, efetuando palestras a grupos na comunidade e atendendo individualmente para conscientização popular da saúde e saneamento básico;
Controlar estoque de vacinas, efetuando levantamento de necessidade verificando acondicionamento, solicitando suprimento, acompanhando a distribuição, e elaborando relatórios de consumo;
Prestar atendimento de enfermagem, orientando quanto à higiene, alimentação e outras medidas de prevenção e reabilitação da saúde;
Conservar instrumentos e equipamentos procedendo à limpeza, esterilização, guarda e reposição;

Preencher relatórios de atividades, lançando dados de produção e registrando tarefas executadas para controle do atendimento da unidade;
Compreender os empregos que se destinam a executar, sob supervisão, tarefas auxiliares de enfermagem, atendendo às necessidades de pacientes e doentes;
Fazer curativos diversos, desinfetando o ferimento e aplicando os medicamentos apropriados; aplicar injeções intramusculares e intravenosas entre outras, segundo prescrição médica;
Ministrar medicamentos e tratamentos aos pacientes, observando os horários e doses prescritos pelo Médico responsável;
Verificar a temperatura, pressão arterial, pulsação e peso dos pacientes, empregando técnicas e instrumentos apropriados;
Orientar pacientes em assuntos de sua competência;
Preparar pacientes para consultas e exames;
Lavar e esterilizar instrumentos médicos e de enfermagem, utilizando produtos e equipamentos apropriados;
Auxiliar enfermeiros no preparo do material a ser utilizado nas consultas, bem como no atendimento aos pacientes;
Auxiliar no controle de estoque de materiais e instrumentos médicos e de enfermagem, a fim de solicitar reposição, quando necessário;
Fazer visitas domiciliares a escolas e creches segundo programação estabelecida para atender pacientes e coletar dados de interesse médico;
Participar de campanhas de vacinação;
Realizar acolhimento de todas as pessoas que buscarem atendimento;
Atender de forma humanizada;
Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;
Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação;
Trabalhar seguindo a regulamentação do Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987 que regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício de enfermagem o aquele(a) que vier a sucedê-la;
Atuar conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB vigente;
Executar outras tarefas compatíveis com a função, determinadas pela chefia imediata.

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento
habilidades de organização
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito;
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares

Registro no conselho profissional de classe competente.

CARGO: AUXILIAR DE PROMOÇÃO SOCIAL

Grupo Ocupacional: Administrativo

ESCOLARIDADE EXIGIDA

Ensino médio completo

Descrição Sumária das Tarefas

Na execução das atividades da área, cabe ao servidor executar atividades que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares.

Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Realizar pesquisas de identificação da realidade social;
Tabular dados obtidos e elaborar relatórios;
Sugerir alternativas de ação na área social;
Relacionar e conhecer a rede de recursos sociais existentes na região;
Desenvolver atividades voltadas para assistência social dos munícipes;
Executar programas, projetos e atividades de trabalho, objetivando a intervenção a partir dos elementos levantados;
Prestar serviços técnico-administrativos, assistência e promocionais a entidades individuais e segmentos populacionais;
Trabalhar socialmente as relações interpessoais, familiares, vicinais e comunitárias;
Identificar e analisar as prioridades sociais na viabilização da política social;
Realizar entrevistas, reuniões e seminários com a população para discussão da problemática social, visando a execução de ações de interesse da comunidade;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato funcional que tenha praticado ou concorrido;
Realizar outras atividades relacionadas, mediante solicitação da chefia imediata;

Competências pessoais para a Função

ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento

habilidades de organização
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito;
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica.

CARGO: AUXILIAR DE TOPOGRAFIA
Grupo Ocupacional: Administrativo
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino médio completo
Descrição Sumária das Tarefas
Executar, sob orientação do topógrafo ou engenheiro responsável, atividades auxiliares relacionadas a levantamentos topográficos, medições de terrenos, obras e delimitações de áreas públicas e particulares. Auxiliar na coleta de dados de campo, na preparação e conservação de equipamentos e na elaboração de croquis e relatórios de apoio aos trabalhos técnicos de engenharia e planejamento urbano e rural..
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:
Auxiliar na execução de levantamentos topográficos planimétricos, altimétricos e cadastrais, conforme instruções da chefia ou do profissional responsável;
Operar equipamentos e instrumentos topográficos, como trena, nível, GPS, estação total, teodolito, entre outros, observando as normas de segurança e conservação;
Instalar e nivelar equipamentos em campo, marcando pontos de referência, estacas e alinhamentos necessários aos trabalhos de medição e demarcação;
Auxiliar na coleta e registro de dados de campo, anotando medições, coordenadas e demais informações para posterior processamento técnico;
Apoiar na elaboração de croquis, esboços, plantas e relatórios descritivos relativos às medições realizadas;
Auxiliar na identificação e conferência de marcos, divisas e limites de propriedades, vias públicas, áreas urbanas e rurais, conforme orientações técnicas;
Efetuar medições em áreas destinadas a obras públicas, loteamentos, estradas e construções, acompanhando a implantação de projetos;
Prestar suporte às equipes de engenharia, obras e urbanismo na execução de serviços de campo e no controle de áreas públicas municipais;
Zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos topográficos, providenciando sua limpeza, armazenamento adequado e comunicação sobre eventuais defeitos;
Colaborar na atualização de cadastros e registros técnicos de imóveis, logradouros, áreas rurais e urbanas do Município;
Apoiar as ações de georreferenciamento e mapeamento municipal, sob supervisão técnica;
Realizar transporte e montagem de equipamentos em locais de difícil acesso, conforme necessidade do serviço;
Conduzir veículo oficial, quando habilitado e autorizado, para transporte de pessoal e equipamentos relacionados às atividades de topografia;
Cumprir as normas e procedimentos de segurança, meio ambiente e saúde no trabalho, bem como as orientações superiores;
Participar de treinamentos e capacitações relacionados à sua área de atuação;
Executar outras tarefas correlatas determinadas pela chefia imediata, compatíveis com sua formação e atribuições.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
gestão de documentos e informações;
habilidades de planejamento
habilidades de organização
domínio de redação e habilidade em comunicar-se por escrito;
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica.
CARGO: GUARDIÃO
Grupo Ocupacional: Operacional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Médio Completo
Descrição Sumária das Tarefas
Exercer vigilância em praças e áreas públicas, bem como em prédios públicos do Município ou de sua responsabilidade, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências e equipamentos para evitar incêndios, roubos, depredação, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Zelar pela conservação do patrimônio, avisando quando da ocorrência de algum dano;
Manter vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, Terminal Rodoviário, parques, centros de esportes, escolas, obras em execução e edifícios onde funcionam repartições municipais;
Zelar pela segurança de materiais e veículos postos sob sua guarda;
Impedir a invasão de edifícios públicos e áreas municipais, solicitando, inclusive, a ajuda policial, quando necessário;
Prevenir delitos;
Fiscalizar a circulação de veículos e de pedestres em áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes;
Vigiar materiais e equipamentos destinados a obras e serviços;

Vigiar permanentemente os bens dominiais e os bens de uso especial do município, tais como escolas e unidades de saúde municipais, edifícios, cemitério e todos os bens necessários às atividades gerais da Administração;
Vigiar os bens de uso comum do povo, assim entendido às vias públicas, praças, parques, jardins e quaisquer outros logradouros públicos;
Proteger os serviços e instalações públicas do município;
Auxiliar no monitoramento de sistemas eletrônicos de alarmes;
Inspecionar, durante o serviço, partes externas de bens imóveis, dando ciência Imediata ao superior hierárquico ou à autoridade policial competente sobre qualquer anormalidade observada;
Desempenhar outras tarefas compatíveis a função a pedido da chefia imediata.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
habilidade técnica e prática;
atenção aos detalhes;
segurança no trabalho;
habilidades físicas, e
rotina e consistência.

Requisitos Complementares
Não se aplica

CARGO: INSTRUTOR DE ESPORTES
Grupo Ocupacional: Profissional
ESCOLARIDADE EXIGIDA
Ensino Superior na área de educação física.
Descrição Sumária das Tarefas
Planejar, orientar e executar atividades esportivas, recreativas e de lazer junto à comunidade, escolas e grupos organizados. Desenvolver ações voltadas à iniciação esportiva, promoção da saúde e integração social, estimulando a prática de esportes e hábitos de vida saudáveis. Atuar na organização de eventos esportivos e recreativos do Município, conforme as diretrizes da Secretaria responsável.
Descrição detalhada das tarefas que compõem a função:

Planejar e executar programas, projetos e atividades esportivas, recreativas e de lazer voltados à comunidade em geral;
Promover a iniciação esportiva de crianças, adolescentes e jovens em diferentes modalidades, de acordo com a estrutura disponível e o planejamento municipal;
Orientar e acompanhar os treinamentos esportivos, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis;
Estimular a prática regular de esportes e atividades físicas como instrumento de inclusão social e melhoria da qualidade de vida;
Organizar e coordenar campeonatos, torneios, gincanas, jogos escolares, atividades de lazer comunitário e outros eventos esportivos;
Incentivar a participação da comunidade nas atividades esportivas, promovendo campanhas e ações educativas sobre saúde, cidadania e convivência social;
Acompanhar e avaliar o desempenho dos participantes nas atividades esportivas, registrando frequência, evolução e resultados;
Colaborar com escolas, associações e entidades locais na promoção de projetos de esporte educacional e comunitário;
Zelar pelos materiais e equipamentos esportivos, providenciando sua organização, limpeza e conservação;
Controlar a utilização de espaços esportivos municipais, observando cronogramas, agendamentos e condições de uso;
Apoiar a execução de políticas públicas de esporte, lazer e juventude definidas pela Administração Municipal;
Participar de reuniões, cursos e capacitações relacionadas à área de atuação;
Garantir a segurança dos participantes durante as atividades, observando normas de conduta e primeiros socorros básicos;
Elaborar relatórios de atividades e participar da avaliação dos programas esportivos e recreativos;
Promover o espírito esportivo, o respeito mútuo, a disciplina e o trabalho em equipe entre os participantes;
Auxiliar na divulgação e mobilização para participação em eventos esportivos municipais e regionais;
Executar outras tarefas correlatas determinadas pela chefia imediata, compatíveis com sua área de atuação.

Competências pessoais para a Função
ética e integridade;
comunicação efetiva;
trabalho em equipe;
adaptabilidade;
capacidade para resolução de problemas;
gestão do tempo;
conhecimento da legislação e regulamentos;
gestão de recursos;
atendimento ao público;
conhecimento especializado e técnico;
habilidades de pesquisa;
pensamento estratégico;
capacidade de tomada de decisão, e
habilidades tecnológicas.

Requisitos Complementares
Não se aplica

ANEXO – III
TABELA DE VENCIMENTOS

ANEXO – IV
EXTINGUE OS CARGOS ABAIXO

Extinguir
Encanador
Secretária Escolar
Topógrafo
Pedreiro
Mecanico
Viveirista

ANEXO – V
EXTINGUE OS CARGOS ABAIXO AO VAGAR

Extinguir ao vagar
Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar de Promoção Social
Auxiliar de Topografia
Guardião
Instrutor de Esportes

ANEXO – VI

CRIA OS SEGUINTES CARGOS

		Número de vagas por carga horária		
Nº	**Cargo**	**40 horas**	**30 horas**	**20 horas**
	Agente de Endemias	**2**		
	Auditor Fiscal da Receita Municipal	**1**		
	Biólogo	**1**		
	Educador Físico		**1**	
	Engenheiro Ambiental			**1**
	Engenheiro Elétrico			**1**
	Técnico de Informática	**1**		
	Técnico em Segurança do Trabalho			**1**
	Terapeuta Ocupacional		**1**	
	Vigilante	**7**		

ANEXO VII
TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS – SÍMBOLO "FG"

SÍMBOLO	VALOR EM R$
FG – 1	R$ 799,39
FG – 2	R$ 998,34
FG – 3	R$ 1.198,03
FG – 4	R$ 1.541,75

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:805CAA4C

CONTROLE INTERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Município de Campina do Simão, estabelece a estrutura das secretarias e órgãos municipais e reestrutura o quadro de cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Campina do Simão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CAPÍTULO ÚNICO
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS
Art. 1º Esta Lei define a organização administrativa da Administração Municipal do Município de Campina do Simão e reestrutura o quadro de cargos de provimento em comissão, do Poder Executivo.
Art. 2º A Administração Pública Municipal de Campina do Simão orientará sua atuação com base nas disposições constitucionais e legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal, na legislação infraconstitucional e nos princípios que regem a administração pública, visando à boa governança, à efetividade das políticas públicas e à promoção do interesse público.

Art. 3º A atuação da Administração Municipal reger-se-á por diretrizes que assegurem a legalidade, a eficiência e a efetividade das políticas públicas, voltadas ao interesse coletivo e à boa governança em especial a:
I – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade, planejamento, transparência, sustentabilidade, finalidade, motivação, proporcionalidade, segurança jurídica, razoabilidade;
II – busca contínua pela qualidade e ampliação dos serviços públicos, com base nos princípios da universalidade, igualdade, modicidade e adequação às necessidades sociais;
III – estímulo à participação social, à democratização da gestão e à simplificação dos processos e procedimentos administrativos;
IV – fortalecimento institucional da Administração por meio da valorização dos servidores e da adoção de boas práticas de gestão;
V – monitoramento e avaliação permanentes da atuação pública, com uso de ouvidoria, indicadores de desempenho, pesquisas de satisfação, transparência ativa e outros instrumentos de controle social.
Parágrafo único. O planejamento das ações administrativas deverá estar alinhado aos programas e políticas públicas federal e estadual, bem como aos instrumentos municipais, especialmente:
I – Plano Plurianual (PPA);
II – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
III – Lei Orçamentária Anual (LOA);
IV – Plano Diretor Municipal.
Art. 4º A diretriz organizacional da Administração Pública Municipal de Campina do Simão terá como fundamento a prestação de serviços públicos de qualidade, voltados ao atendimento do interesse público local, promovendo a cidadania, o pleno exercício das liberdades individuais e sociais, e, sempre que possível, contribuindo para o desenvolvimento regional de forma integrada e colaborativa.
Art. 5º O modelo de gestão adotado pela Administração Pública Municipal de Campina do Simão será pautado na implementação de políticas públicas e ações administrativas por meio do método sistêmico, observando as deliberações dos conselhos municipais e a legislação de planejamento municipal.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 6º A Administração Pública Municipal, sob a direção do Chefe do Poder Executivo, possui estrutura básica composta por Secretarias Municipais, Assessorias, Conselhos, Autarquias, Fundações Públicas e demais órgãos de assessoramento direto.
Art. 7º A estrutura organizacional da Administração Pública Direta do Município de Campina do Simão compreende:
I – o Gabinete do Prefeito;
II – a Unidade de Controle Interno;
III – as Assessorias;
IV – as Secretarias Municipais.
Parágrafo único. As unidades mencionadas neste artigo poderão ser organizadas internamente em departamentos, divisões, seções e outras estruturas auxiliares, conforme disposições desta Lei e dos respectivos Anexos.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO
Seção I
Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 8º A Administração Superior do Poder Executivo Municipal é exercida pelo Prefeito e pelos Secretários Municipais, competindo-lhes a condução política, estratégica e administrativa da estrutura governamental.
§ 1º Ao Prefeito, como Chefe do Poder Executivo, compete a direção superior da Administração Pública Municipal, cabendo-lhe, entre outras atribuições:
I – representar o Município em juízo e fora dele;
II – exercer a liderança política, administrativa e institucional da gestão pública;
III – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, nos termos da lei;
IV – prover e extinguir cargos, empregos e funções públicas municipais, conforme a legislação;
V – editar decretos e regulamentos para a fiel execução das leis;
VI – sancionar, promulgar e vetar projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;
VII – elaborar e enviar à Câmara os planos e leis orçamentárias;
VIII – celebrar convênios, firmar contratos e atos administrativos de interesse do Município;
IX – superintender a arrecadação e a aplicação das receitas municipais;
X – garantir a transparência e a responsabilidade fiscal na gestão pública.
§ 2º O Prefeito poderá delegar atribuições administrativas aos Secretários Municipais ou outras autoridades do Executivo, nos termos da legislação, sendo-lhe facultado avocar a qualquer tempo as competências delegadas.
§ 3º O Vice-Prefeito auxiliará o Prefeito nas funções que lhe forem atribuídas por lei ou mediante delegação formal, podendo exercer missões administrativas e representativas de interesse do Município.

Seção II
Das atribuições da Unidade de Controle Interno

Art. 9º A Unidade de Controle Interno é órgão integrante da Administração Direta, com atuação independente e vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, exercendo atividades de fiscalização, supervisão e orientação técnica sobre os atos administrativos, financeiros, contábeis, patrimoniais e operacionais da Administração Pública Municipal.
Art. 10. O titular da Unidade de Controle Interno será o Controlador Interno, ocupante de cargo efetivo, cuja nomeação recairá sobre pessoa com formação superior nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia ou áreas correlatas, com notório conhecimento técnico e capacidade para o exercício das funções de controle e fiscalização.
Art. 11. Compete à Unidade de Controle Interno, por meio do Controlador Interno:
I – acompanhar e fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos órgãos e entidades da Administração Direta e, quando for o caso, da Indireta;
II – supervisionar e orientar a elaboração dos instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias, os orçamentos anuais e os planos de ação governamental;
III – analisar o desempenho econômico, financeiro e patrimonial do Município, sugerindo ajustes e propondo soluções para o equilíbrio fiscal e a boa governança;
IV – fiscalizar a execução orçamentária e financeira, verificando balancetes, fluxos de caixa, remanejamentos de dotações e outras ações que impactem o planejamento fiscal e orçamentário;

V – emitir relatórios periódicos de avaliação do cumprimento das metas fiscais, nos termos do artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
VI – prestar informações e esclarecimentos aos órgãos de controle externo, ao Poder Legislativo, aos conselhos de políticas públicas e à sociedade, inclusive em audiências públicas;
VII – atuar no recebimento e encaminhamento de denúncias, reclamações e representações, zelando pela promoção da transparência e pela correção de falhas nos serviços públicos;
VIII – participar de sindicâncias, comissões de processo disciplinar e outras atividades voltadas à correição e responsabilização administrativa, como fiscal;
IX – sugerir e acompanhar a implementação de medidas corretivas e de melhoria dos processos administrativos, inclusive no âmbito das contratações, convênios e parcerias;
X – exercer outras atribuições relacionadas à auditoria interna, ouvidoria, corregedoria e controle institucional, conforme dispuser o regulamento, respeitadas as condições e limitações quanto disponibilidade de recursos técnicos e humanos disponíveis.
Parágrafo único. A estrutura e o funcionamento da Unidade de Controle Interno poderão ser detalhados por ato próprio do Poder Executivo, assegurada sua autonomia técnica, acesso à documentação necessária ao desempenho de suas funções e independência funcional no exercício do controle interno.

Seção III

Das Atribuições dos Assessores Municipais

Art. 12. Os Assessores Municipais são cargos comissionados que prestam apoio técnico, estratégico e administrativo ao Chefe do Poder Executivo e aos Secretários Municipais, atuando de forma direta no planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas, programas, projetos e ações do Município.
§ 1º Os Assessores poderão ser vinculados ao Gabinete do Prefeito ou às Secretarias Municipais, de acordo com sua área de especialidade e conforme definido nesta Lei e em seus Anexos.
§ 2º As atividades dos Assessores observarão os princípios da legalidade, eficiência, responsabilidade e interesse público, contribuindo para a efetividade da gestão municipal.
§ 3º Compete, entre outras funções, aos Assessores Municipais:
I – realizar estudos, pareceres e análises técnicas em sua área de atuação;
II – prestar assessoramento direto ao Prefeito ou ao Secretário Municipal, subsidiando a tomada de decisões estratégicas;
III – acompanhar a execução de programas, projetos e convênios vinculados ao respectivo setor;
IV – representar, quando designado, a autoridade a que estiver vinculado em reuniões, eventos ou audiências;
V – elaborar minutas de documentos oficiais, relatórios e correspondências administrativas;
VI – sugerir e auxiliar na elaboração de propostas de melhoria de processos, serviços ou políticas públicas;
VII – exercer outras atribuições correlatas, compatíveis com a natureza do cargo e as diretrizes da Administração Municipal.

Seção IV

Das Atribuições Dos Secretários Municipais

Art. 13. Os Secretários Municipais, agentes políticos, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo e dos de provimento por comissão.
Art. 14. No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais:
I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal na área de sua competência e garantir o cumprimento dos atos e decretos assinados pelo Prefeito;
II - distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas, respeitada a legislação pertinente;
III - expedir circulares, instruções, ordens de serviço e demais disposições normativas compatíveis com a legislação vigente para promover as atividades realizadas pela Secretaria;
IV - apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria, ou sempre que solicitado;
V - revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública, na área de sua competência;
VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;
VII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência;
VIII - exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
IX - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;
Art. 15. A estrutura organizacional de cada Secretaria Municipal, bem como os cargos de provimento em comissão, suas nomenclaturas, atribuições, responsabilidades, quantitativos e respectivos vencimentos, estão definidos nos anexos desta Lei.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO DIRETO AO PREFEITO

Art. 16. Integram a estrutura de assessoramento direto ao Prefeito Municipal de Campina do Simão as seguintes assessorias técnicas, vinculadas diretamente ao Gabinete do Executivo:
I – Assessor de Gabinete;
II - Assessoria Jurídica;
III – Assessoria de Projetos;
IV – Assessoria Financeira;
V – Assessoria de Licitações e Contratos;
VI – Assessoria de Indústria e Comércio,
VII – Assessoria de Imprensa.
Parágrafo único. As referidas unidades têm natureza de assessoramento direto e estratégico, com a finalidade de subsidiar tecnicamente o Chefe do Poder Executivo em suas atribuições institucionais, conforme competências previstas nesta Lei.

Seção I

Da Assessoria de Gabinete

Art. 17. Compete à Assessoria de Gabinete prestar assessoramento direto e imediato ao Prefeito Municipal nos processos político-administrativos e decisórios, com foco na eficiência administrativa, na articulação política e na maximização do interesse público, cabendo-lhe, especialmente:
I – planejar, executar e acompanhar as ações complementares e subsidiárias da gestão municipal;
II – assistir ao Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais;

III – prestar assessoramento ao Prefeito no exame de assuntos políticos e administrativos, análise de processos e demais documentos submetidos à sua apreciação e decisão;
IV – despachar diretamente com o Prefeito, delegar atribuições, distribuir tarefas, superintender sua execução e controlar os resultados;
V – prover a segurança do Prefeito Municipal e implementar a logística necessária ao seu deslocamento;
VI – assessorar o Prefeito em assuntos de natureza política, social e econômica;
VII – assistir ao Prefeito em suas relações com autoridades, entidades civis e políticas, bem como com o público em geral;
VIII – promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao Prefeito Municipal;
IX – assessorar na elaboração da agenda institucional do Prefeito;
X – proceder ao recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Prefeito Municipal;
XI – formular subsídios para pronunciamentos, comunicados e discursos oficiais do Prefeito Municipal;
XII – exercer as atividades de secretariado particular do Prefeito;
XIII – prestar assessoramento na expedição de ordens e determinações do Prefeito;
XIV – organizar e manter o acervo documental privado do Prefeito Municipal;
XV – assessorar o Prefeito nas funções públicas, sociais e de cerimonial;
XVI – coordenar os contatos do Prefeito com entidades públicas e privadas, segundo suas diretrizes;
XVII – assistir direta e imediatamente o Prefeito no relacionamento com entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular;
XVIII – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Prefeito Municipal;

Seção II
Da Assessoria Jurídica

Art. 18. Compete à Assessoria Jurídica prestar assessoramento direto e imediato ao Prefeito Municipal nos processos político-administrativos e decisórios, com foco na legalidade, na segurança jurídica dos atos do Executivo e na maximização do interesse público, cabendo-lhe, especialmente:
I – subsidiar o Prefeito com análises jurídicas, pareceres, estudos e orientações técnicas, visando assegurar a conformidade legal das decisões e ações do Governo Municipal;
II - assistir o Prefeito Municipal no controle interno da legalidade dos atos da administração pública municipal;
III - sugerir ao Prefeito Municipal medidas de caráter jurídico-político de interesse público;
IV - redigir textos de leis, decretos, convênios, contratos e regulamentos de interesse do Prefeito Municipal;
V - redigir ofícios, decisões e demais documentos oficiais de competência do Prefeito Municipal;
VI - pronunciar-se, formalmente, sobre toda matéria legal que lhe for submetida pelo Prefeito Municipal;
VII - o exercício de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Prefeito Municipal;
VIII - prática da representação, defesa judicial, administrativa e política do prefeito e dos secretários municipais em face de atos de responsabilização decorrente do exercício do mandato.
§ 1º A função de assessor jurídico não se confunde com a de advogado concursado nem com a de procurador geral, devendo o comissionado se abster da prática de atividades corriqueiras e próprias da procuradoria, sendo que o âmbito de ação do assessor comissionado está vinculado estritamente a pessoa do gestor.
§ 2º Excepcionalmente, em caso de falta, ausência ou afastamento do advogado concursado, será possível a designação do assessor jurídico por ato administrativo devidamente justificado, com prazo determinado, para a prática de atividades próprias da procuradoria.
§ 3º O cargo de assessor jurídico é comissionado, privativo de advogados, respondendo diretamente ao prefeito, sendo garantido autonomia, flexibilidade e independência para o exercício de suas prerrogativas, não lhe sendo vedada a advocacia privada desde que observado o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, especialmente quanto à inexistência de conflito de interesses e à vedação ao patrocínio de causas contra a Fazenda Pública que o remunere ou à qual esteja vinculado.
§ 4º O Regime do cargo de assessor jurídico é de dedicação plena (integral dedicação) e não se confunde com o regime de dedicação exclusiva, não se submetendo o assessor a controle rígidos de jornada incompatíveis com as garantias do parágrafo anterior, muito menos se submete a delimitação de espaço, local, dependências e horários determinados.

Seção III
Da Assessoria de Projetos

Art. 19. Compete à Assessoria de Projetos prestar assessoramento técnico e estratégico ao Prefeito Municipal nas áreas de planejamento, elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de projetos institucionais de interesse do Município, cabendo-lhe, especialmente:
I – propor, elaborar e acompanhar projetos técnicos, operacionais, institucionais e intergovernamentais voltados ao desenvolvimento do Município, de acordo com as diretrizes do Plano de Governo;
II – subsidiar o Prefeito Municipal com informações, estudos e análises técnicas para a captação de recursos junto aos governos estadual e federal, parlamentares entre outras;
III – elaborar, revisar e adequar projetos técnicos conforme os requisitos dos programas e políticas públicas de financiamento externo;
IV – acompanhar a tramitação de propostas e convênios celebrados com outras esferas de governo, bem como monitorar sua execução e prestar informações ao Prefeito;
V – atuar de forma integrada com as Secretarias Municipais, oferecendo apoio técnico na formulação de projetos estruturantes e na organização de documentação necessária;
VI – prestar assessoramento na articulação política e institucional com órgãos financiadores e agentes públicos externos, quando autorizado pelo Prefeito;
VII – manter atualizado o banco de dados de projetos estratégicos do Município, bem como os prazos e obrigações pactuadas;
VIII – exercer outras atividades correlatas que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O cargo de Assessor de Projetos é de provimento em comissão, devendo ser exercido por pessoa que possua perfil técnico compatível com as atribuições do cargo e capacidade para prestar assessoramento qualificado ao Prefeito Municipal nas matérias de sua competência, preferencialmente com formação em Administração ou áreas correlatas.

Seção IV
Da Assessoria Financeira

Art. 20. Compete à Assessoria Financeira prestar assessoramento técnico direto ao Prefeito Municipal em matérias relacionadas à execução orçamentária, financeira e fiscal do Município, com foco na legalidade, na responsabilidade fiscal e na otimização da gestão dos recursos públicos, cabendo-lhe especialmente:
I – acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira do Município, subsidiando o Prefeito com informações estratégicas para tomada de decisões;
II – orientar, quando solicitado, a compatibilização das ações governamentais com a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas pertinentes;
III – fornecer subsídios técnicos para a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, em articulação com os órgãos competentes;

IV – apoiar o Prefeito no controle das despesas públicas, promovendo estudos para o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade financeira do Município;
V – acompanhar indicadores econômicos e fiscais relevantes para a gestão municipal, propondo medidas corretivas ou de aperfeiçoamento;
VI – cooperar com as Secretarias e demais unidades administrativas para garantir a correta execução financeira das ações de governo;
VII – elaborar notas técnicas, relatórios, estimativas e pareceres, conforme demanda do Prefeito Municipal;
VIII – exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Assessor Financeiro é de provimento em comissão, devendo ser ocupado por pessoa preferencialmente com conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo e capacidade para oferecer suporte técnico qualificado ao Prefeito Municipal nas matérias de natureza financeira, fiscal ou orçamentária.

Seção V
Da Assessoria de Licitações e Contratos

Art. 21. Compete à Assessoria de Licitações e Contratos prestar assessoramento direto ao Prefeito Municipal em matéria relativa aos procedimentos licitatórios e à formalização, controle e acompanhamento de contratos administrativos, cabendo-lhe, especialmente:
I – orientar o Prefeito quanto à legalidade e à regularidade dos procedimentos licitatórios e contratuais, com base na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 ou aquela que vier a sucedê-la e demais normas correlatas;
II – analisar e acompanhar os processos licitatórios em todas as suas fases, desde a fase preparatória até a homologação e adjudicação, quando for o caso, sempre que solicitado;
III – prestar apoio técnico na interpretação e aplicação das normas de compras, contratos, e instrumentos congêneres;
IV – examinar minutas de editais, contratos, termos aditivos e outros documentos administrativos relacionados às licitações e contratações;
V – subsidiar o Prefeito com informações e relatórios sobre riscos, responsabilidades e alternativas jurídicas e administrativas nos processos de contratação pública;
VI – manter interlocução técnica com os órgãos responsáveis pelos setores de compras, jurídico e controle interno, quando designado pelo Prefeito;
VII – propor melhorias nos procedimentos administrativos com vistas à eficiência, à economicidade e à mitigação de riscos jurídicos e administrativos;
VIII – exercer outras atribuições correlatas que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O cargo de Assessor de Licitações e Contratos é de provimento em comissão, devendo ser exercido por pessoa preferencialmente com conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo e capacidade técnica para prestar assessoramento qualificado ao Prefeito Municipal nas matérias relacionadas a licitações, contratos e demais instrumentos de contratação pública.

Seção VI
Da Assessoria de Indústria e Comércio

Art. 22. Compete à Assessoria de Indústria e Comércio prestar assessoramento técnico ao Prefeito Municipal em ações voltadas ao desenvolvimento econômico local, com ênfase no fortalecimento do setor produtivo, na promoção de políticas públicas de fomento à atividade empresarial e na articulação institucional com entidades públicas e privadas, cabendo-lhe, especialmente:
I – propor, acompanhar e apoiar políticas de incentivo ao desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços no Município;
II – subsidiar o Prefeito Municipal com informações estratégicas para a formulação de programas voltados à geração de emprego, renda e empreendedorismo local;
III – manter interlocução com associações comerciais, industriais e empreendedores locais para identificar demandas e fomentar parcerias público-privadas;
IV – apoiar o Prefeito em ações voltadas à atração de investimentos, expansão de empreendimentos e fortalecimento das cadeias produtivas locais;
V – colaborar com ações intersetoriais que envolvam órgãos estaduais, federais e instituições de apoio ao desenvolvimento econômico;
VI – participar da elaboração e acompanhamento de projetos voltados à qualificação profissional, inovação e melhoria do ambiente de negócios;
VII – exercer outras atribuições correlatas que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O cargo de Assessor de Indústria e Comércio é de provimento em comissão, devendo ser exercido por pessoa preferencialmente com conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo e capacidade técnica para atuar no assessoramento ao Prefeito em matérias relacionadas ao desenvolvimento econômico e à articulação institucional com o setor produtivo.

Seção VII
Da Assessoria de Imprensa

Art. 23. Compete à Assessoria de Imprensa prestar assessoramento em matérias relacionadas à comunicação institucional, com a finalidade de assegurar a transparência dos atos públicos, promover o relacionamento com os meios de comunicação, cabendo-lhe, especialmente:
I – planejar, coordenar e executar as atividades de comunicação social e institucional da Prefeitura Municipal;
II – elaborar e divulgar notas, releases, campanhas e demais conteúdos informativos de interesse público, por meio dos diversos canais de comunicação oficiais;
III – acompanhar e registrar os atos, eventos e atividades dos órgãos da Administração, promovendo sua divulgação;
IV – manter relacionamento com os veículos de imprensa, promovendo o envio de informações oficiais, o agendamento de entrevistas e a organização de coletivas;
V – contribuir para a uniformização da identidade visual e do conteúdo institucional dos materiais produzidos pela Prefeitura, zelando pela coerência da comunicação governamental com objetivo de facilitar as informações ao cidadão;
VI – colaborar com os demais órgãos e entidades municipais no desenvolvimento de campanhas educativas, informativas e promocionais de interesse público;
VII – exercer outras atribuições correlatas que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O cargo de Assessor de Imprensa é de provimento em comissão, devendo ser exercido por pessoa preferencialmente com conhecimentos técnicos e experiência na área de comunicação social, jornalismo, marketing, publicidade e propaganda ou afins, com capacidade para atuar no assessoramento em matérias de comunicação institucional e relacionamento com a mídia.
Art. 24. As unidades de assessoramento direto ao Prefeito Municipal são órgãos de apoio técnico e consultivo, responsáveis por fornecer subsídios especializados que garantam a eficácia, a legalidade e a eficiência na gestão pública municipal.
Parágrafo único. Os titulares das assessorias respondem diretamente ao Prefeito Municipal, devendo atuar com autonomia, responsabilidade e compromisso com o interesse público, respeitando os princípios que regem a Administração Pública.

TÍTULO IV
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS
CAPÍTULO I
DAS ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 25. A Administração Pública Direta do Município de Campina do Simão é composta pelas seguintes Secretarias Municipais:
I – Secretaria Municipal de Finanças;
II – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;

III – Secretaria Municipal de Compras;
IV – Secretaria Municipal de Administração;
V – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes;
VI – Secretaria Municipal de Saúde;
VII – Secretaria Municipal de Assistência Social;
VIII – Secretaria Municipal de Agricultura;
IX – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo;
X – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único. Cada Secretaria Municipal é órgão executivo responsável pela implementação das políticas públicas municipais, com atribuições definidas pelas disposições constitucionais, pela Lei Orgânica do Município e por esta Lei.

Seção I

Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 26. Compete à Secretaria Municipal de Finanças coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, tributária e patrimonial do Município, cabendo-lhe, especialmente:

I – planejar, organizar e controlar a execução orçamentária, financeira e contábil do Município, em consonância com a legislação vigente e os princípios da responsabilidade fiscal;
II – elaborar a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), acompanhar a execução do Plano Plurianual (PPA) e das Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como promover sua revisão e atualização;
III – supervisionar a arrecadação dos tributos municipais e promover medidas para a sua melhoria e eficiência;
IV – coordenar os processos de lançamento, cobrança, fiscalização e revisão de créditos tributários e não tributários;
V – gerir os recursos financeiros do Município, inclusive movimentações bancárias, controle de saldos e conciliações;
VI – manter o controle da dívida pública municipal e adotar medidas para garantir o equilíbrio fiscal;
VII – elaborar e divulgar relatórios fiscais exigidos pela legislação, especialmente os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
VIII – acompanhar a execução financeira dos contratos, convênios e demais instrumentos que envolvam recursos públicos;
IX – promover a transparência na gestão das contas públicas, mediante disponibilização de informações fiscais, orçamentárias e financeiras no portal da transparência;
X – desempenhar outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Finanças é agente político, devendo ser exercido por pessoa preferencialmente com formação ou notório conhecimento nas áreas de contabilidade, economia, administração, finanças públicas ou áreas afins, com comprovada capacidade técnica para o exercício das funções de gestão fiscal, orçamentária e tributária.

Seção II

Da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Art. 27. Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão coordenar o processo de planejamento governamental e promover a gestão estratégica da Administração Pública Municipal, cabendo-lhe, especialmente:

I – formular, coordenar, executar e monitorar o planejamento estratégico e os planos plurianuais do Município;
II – coordenar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA), em articulação com as demais secretarias;
III – promover o alinhamento das políticas públicas com os objetivos estratégicos do governo municipal, garantindo coerência entre planejamento e execução;
IV – propor e implementar metodologias e ferramentas de modernização da gestão pública, com foco em resultados;
V – promover a articulação entre os órgãos e entidades da Administração Municipal com vistas à integração das ações de governo;
VI – acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e metas da Administração, com base em indicadores de desempenho e instrumentos de controle de resultados;
VII – manter banco de dados e informações que subsidiem a tomada de decisões estratégicas da Administração Pública;
VIII – prestar apoio técnico às secretarias e órgãos da Administração na elaboração de projetos estratégicos e captação de recursos;
IX – planejar ações de capacitação e desenvolvimento institucional voltadas ao aprimoramento da gestão municipal;
X – desempenhar outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão é agente político, devendo ser ocupado preferencialmente por pessoa com formação ou experiência compatível com as funções de planejamento público, gestão estratégica, administração pública, economia, direito, contabilidade ou áreas correlatas.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Compras

Art. 28. Compete à Secretaria Municipal de Compras planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas aos processos de compras públicas, gestão de materiais e contratações, garantindo economicidade, eficiência e legalidade nos procedimentos, cabendo-lhe, especialmente:

I – planejar e conduzir os processos de aquisição de bens, serviços e materiais, conforme a legislação vigente e as demandas das secretarias e órgãos municipais;
II – organizar, controlar e manter o sistema de registro de preços e demais procedimentos licitatórios sob sua responsabilidade;
III – manter controle sistemático sobre os processos de compras, prazos contratuais, entregas e prestações de serviços;
IV – gerenciar e controlar os almoxarifados e os estoques de materiais da Administração Municipal, com foco na eficiência e na racionalização de recursos;
V – garantir a transparência, a impessoalidade e a competitividade nas contratações públicas realizadas pela municipalidade;
VI – elaborar relatórios e fornecer informações que subsidiem a tomada de decisão na área de compras e suprimentos;
VII – atuar de forma integrada com a Controladoria, Assessoria de Licitações e demais setores envolvidos nos processos de contratação;
VIII – zelar pelo cumprimento das normas relativas às compras públicas, à gestão de contratos e à integridade dos procedimentos;
IX – desempenhar outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Compras é agente político, devendo ser exercido preferencialmente por pessoa com experiência ou formação compatível com administração pública, gestão de contratos, direito, economia, contabilidade, ou áreas afins.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 29. Compete à Secretaria Municipal de Administração planejar, coordenar e executar as atividades relativas à gestão administrativa do Município, à organização dos serviços gerais e à administração de pessoal, patrimônio e recursos materiais, cabendo-lhe, especialmente:

I – coordenar a gestão de recursos humanos, compreendendo o recrutamento, seleção, capacitação, avaliação, controle funcional e desenvolvimento dos servidores públicos municipais;
II – organizar e manter atualizados os registros funcionais, cadastros, assentamentos e demais documentos relativos à vida funcional dos servidores;

III – gerir o sistema de folha de pagamento, concessão de benefícios, controle de frequência, férias e demais direitos estatutários;
IV – administrar os bens móveis e imóveis do Município, promovendo sua conservação, controle, tombamento, inventário e racionalização de uso;
V – coordenar os serviços gerais da Administração, como protocolo, zeladoria, vigilância, limpeza, telefonia, transporte administrativo e expediente;
VI – implementar políticas de modernização administrativa, com foco em eficiência, inovação e melhoria contínua dos serviços públicos;
VII – promover estudos e propor a atualização do Estatuto dos Servidores Públicos, planos de cargos e salários, e outros instrumentos de gestão de pessoal;
VIII – promover a guarda e o arquivamento adequado de documentos oficiais e históricos do Município;
IX – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Administração é agente político, devendo ser exercido preferencialmente por pessoa com experiência ou formação nas áreas de administração pública, direito, gestão de pessoas, recursos humanos, ou áreas correlatas.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Art. 30. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte planejar, coordenar, executar e supervisionar as políticas públicas voltadas à educação básica e ao desenvolvimento do esporte no Município, garantindo o direito à educação de qualidade e o acesso à prática esportiva como forma de inclusão, saúde e cidadania, cabendo-lhe, especialmente;
I – formular, implementar e acompanhar políticas públicas de educação em conformidade com as diretrizes do Plano Municipal de Educação e da legislação federal e estadual aplicável;
II – promover a educação infantil, o ensino fundamental, com garantia de acesso, permanência e aprendizagem;
III – gerir as unidades escolares da rede municipal, assegurando condições adequadas de funcionamento, infraestrutura, recursos humanos e pedagógicos;
IV – organizar, coordenar e supervisionar o calendário escolar, a distribuição de turmas, o transporte escolar, a merenda e os demais serviços de apoio educacional;
V – garantir a formação continuada dos profissionais da educação e promover políticas de valorização do magistério;
VI – articular parcerias com órgãos públicos e privados para o aprimoramento da qualidade do ensino;
VII – desenvolver ações, programas e projetos que estimulem a prática de cultura, esportes e atividades físicas em todas as faixas etárias, tanto no ambiente escolar quanto na comunidade em geral;
VIII – administrar e manter espaços esportivos sob a responsabilidade do Município;
IX – organizar eventos esportivos e recreativos voltados à promoção da saúde, da convivência comunitária e da inclusão social, bem como culturais;
X – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte é agente político, devendo ser ocupado, preferencialmente, por profissional com formação em Pedagogia, licenciaturas ou áreas afins da educação, com experiência em gestão educacional ou políticas públicas voltadas à educação a cultura e ao esporte.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 31. Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas de saúde no âmbito do Município, garantindo o acesso universal, igualitário e ordenado aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, cabendo-lhe, especialmente:
I – planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, de forma integrada com os sistemas estadual e federal;
II – promover a vigilância em saúde, incluindo vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
III – coordenar os serviços de atenção primária, urgência e emergência, assistência farmacêutica, saúde bucal e demais áreas vinculadas à saúde pública;
IV – implementar políticas de prevenção de doenças, promoção da saúde e atenção integral à população;
V – gerir unidades de saúde, recursos humanos, equipamentos, insumos e demais estruturas da rede municipal de saúde;
VI – promover ações de educação em saúde e estimular a participação da comunidade nas políticas públicas da área;
VII – garantir o acesso da população a medicamentos, exames e tratamentos de forma eficiente e equitativa;
VIII – coordenar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas visando ao fortalecimento da atenção à saúde no Município;
IX – articular-se com os Conselhos de Saúde e demais instâncias de controle social para definição e acompanhamento das políticas públicas de saúde;
X – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Saúde é agente político, devendo ser ocupado, preferencialmente, por profissional com formação superior em saúde pública, enfermagem, medicina, gestão em saúde ou áreas afins, com comprovada experiência na administração de serviços de saúde.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 32. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social planejar, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas de assistência social, visando à proteção social básica e especial da população, especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, cabendo-lhe, especialmente:
I – organizar, coordenar e executar programas, projetos e serviços de assistência social em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
II – promover a integração e articulação com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais parceiros para o fortalecimento da rede de proteção social;
III – implementar ações de prevenção, atendimento e inclusão social voltadas a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, famílias em situação de vulnerabilidade, entre outros grupos prioritários;
IV – gerir os serviços de atendimento socioassistencial, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e outros equipamentos;
V – acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas de assistência social, garantindo o controle social e a participação popular;
VI – coordenar o cadastro único e os programas sociais federais, estaduais e municipais;
VII – promover a capacitação e valorização dos profissionais da assistência social;
VIII – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Assistência Social é agente político, devendo ser ocupado preferencialmente por profissional com formação em serviço social, psicologia, sociologia, gestão pública ou áreas afins, com experiência comprovada em políticas de assistência social.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura

Art. 33. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, planejar, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da agricultura familiar, da pecuária e do turismo local, cabendo-lhe, especialmente:
I – fomentar a produção agrícola, pecuária e agroindustrial local, promovendo a diversificação e sustentabilidade das atividades rurais;
II – promover assistência técnica, extensão rural e apoio aos agricultores familiares e pecuaristas;
III – incentivar práticas sustentáveis e o uso racional dos recursos naturais;
IV – apoiar a organização de cooperativas, associações e outras formas de organização dos produtores rurais;
V – coordenar programas de comercialização e acesso a mercados para produtos agropecuários;
VI – promover a educação, capacitação rural e a difusão de tecnologias;
VII – articular o desenvolvimento turístico local, valorizando o patrimônio natural, cultural e histórico do Município;
VIII – incentivar o turismo rural, de aventura, cultural e ecológico como vetor de desenvolvimento econômico e social;
IX – coordenar a promoção e divulgação do turismo municipal em parceria com órgãos estaduais e federais;
X – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Agricultura é agente político, devendo ser ocupado preferencialmente por profissional com formação em agronomia, medicina veterinária, turismo, gestão rural ou áreas afins, com experiência comprovada nas áreas correspondentes.

Seção IX

Da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo

Art. 34. Compete à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo planejar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas à infraestrutura urbana, manutenção e expansão da malha viária, obras públicas, urbanismo, cabendo-lhe, especialmente:
I – elaborar, implementar e acompanhar projetos e obras públicas de infraestrutura rural e urbana;
II – garantir a manutenção e conservação das vias públicas, pontes e logradouros municipais;
III – promover ações de mobilidade urbana, trânsito e transporte;
IV – planejar e executar obras de saneamento, drenagem e meio-fio;
V – fiscalizar o cumprimento das normas urbanísticas e ambientais vigentes;
VI – coordenar o desenvolvimento urbano sustentável, em consonância com o Plano Diretor Municipal;
VII – promover ações para melhoria da qualidade de vida urbana;
VIII – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo é agente político, devendo ser ocupado preferencialmente por profissional com formação em engenharia civil, arquitetura, urbanismo, ou áreas correlatas, com experiência comprovada nas áreas correspondentes.

Seção X

Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art. 35. Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas à conservação, proteção e recuperação ambiental, além do desenvolvimento sustentável, cabendo-lhe, especialmente:
I – promover a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade local;
II – implementar ações de educação ambiental e conscientização pública;
III – fiscalizar e controlar o cumprimento das normas ambientais municipais;
IV – incentivar práticas sustentáveis e o uso racional dos recursos naturais;
V – promover a gestão integrada dos resíduos sólidos;
VI – articular-se com órgãos estaduais, federais e organizações não governamentais em questões ambientais;
VII – elaborar estudos e pareceres técnicos para subsidiar decisões administrativas;
VIII – exercer outras atribuições correlatas ou que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. O cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente é agente político, devendo ser ocupado preferencialmente por profissional com formação em áreas relacionadas ao meio ambiente, como engenharia ambiental, biologia, geografia ou áreas afins, com experiência comprovada na área ambiental.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES GERAIS DE DIREÇÃO DE DEPARTAMENTO, CHEFIA DE DIVISÃO E CHEFIA DE SEÇÃO

Art. 36. Para fins desta Lei, as unidades administrativas das Secretarias Municipais compreendem os seguintes níveis hierárquicos:
I – **Departamento**: unidade de nível intermediário, responsável pela coordenação de atividades afins, englobando divisões e seções subordinadas, com competência para planejar, supervisionar e avaliar ações dentro de sua área de atuação, situa-se no nível estratégico da administração, com competência para planejar, organizar, dirigir e controlar ações institucionais de maior complexidade, bem como tomar decisões relevantes para a consecução das políticas públicas;
II – **Divisão**: unidade subordinada ao departamento ou, excepcionalmente, diretamente à Secretaria, com atribuições delimitadas a um segmento específico das políticas públicas, cabendo-lhe executar, coordenar ou supervisionar tarefas especializadas, localiza-se nos níveis tático e operacional, voltados à supervisão direta de equipes e ao gerenciamento da execução de atividades rotineiras ou especializadas, conforme orientação das instâncias superiores.
III – **Seção**: unidade de execução vinculada à divisão ou ao departamento, incumbida da operacionalização de atividades específicas ou de apoio técnico-administrativo.
Art. 37. Direção e chefia pressupõem competências decisórias e o exercício do poder hierárquico em relação a outros servidores, conforme atribuições previstas na lei em sentido formal que institui os respectivos cargos ou funções de confiança.
§ 1º Os cargos de direção estão relacionados ao nível estratégico da organização.
§ 2º Os cargos de chefia atuam no nível tático e operacional.
Art. 38. A função de assessoramento diz respeito ao exercício de atribuições de auxílio, quando, para o seu desempenho, for exigida relação de confiança pessoal com o servidor nomeado, hipótese em que deverá ser observada preferencialmente a compatibilidade da formação ou experiência profissional com as atividades a serem desenvolvidas, cabendo à lei em sentido formal a indicação dos requisitos de investidura no cargo ou função comissionada.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Seção I

Da Composição da Secretaria de Finanças

Art. 39. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Finanças é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Contabilidade;
II – Divisão de Receita, Tributação e Fiscalização;
III – Seção de Tesouraria.

§ 1º Compete ao Departamento de Contabilidade planejar, executar e controlar a contabilidade pública do Município, elaborando os demonstrativos contábeis e os relatórios de gestão fiscal, de acordo com os princípios e normas vigentes.
§ 2º Compete à Divisão de Receita, Tributação e Fiscalização organizar e manter atualizados os cadastros tributários, promover a arrecadação dos tributos municipais, fiscalizar o cumprimento das obrigações fiscais e propor medidas para a melhoria da receita pública.
§ 3º Compete à Seção de Tesouraria a gestão do fluxo financeiro, o controle da movimentação bancária, a guarda e a liberação dos recursos públicos, bem como o acompanhamento da execução financeira dos programas municipais.

Seção II
Da Composição da Secretaria de Planejamento e Gestão

Art. 40. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de turismo;
II – Divisão de Informação e Transparência;
III – Seção de Protocolo Geral.
§ 1º Compete ao Departamento de Turismo planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo local, com ênfase no turismo rural, ecológico e cultural, fomentando a valorização das tradições e atrativos do Município, promovendo a integração entre agricultura e turismo, incentivando o empreendedorismo rural e articulando programas de divulgação, capacitação e fomento ao setor turístico municipal.
§ 2º Compete à Divisão de Informação e Transparência garantir o acesso à informação pública, a publicação de dados institucionais e a execução das ações relacionadas à Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) bem como fomentar práticas de governo aberto e integridade pública.
§ 3º Compete à Seção de Protocolo Geral registrar, controlar e dar encaminhamento aos documentos e expedientes oficiais da Administração Pública Direta, assegurando sua correta tramitação e arquivamento.

Seção III
Da Composição da Secretaria de Compras

Art. 41. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Compras é composta pelo seguinte órgão administrativo: Departamento de Compras e Almoxarifado.
Parágrafo Único. Compete ao Departamento de Compras e Almoxarifado coordenar e executar as atividades relativas ao processo de aquisição de bens, materiais e serviços, bem como realizar o recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos materiais, garantindo o controle físico e patrimonial conforme normas desta Lei e regulamentos internos.

Seção IV
Da Composição da Secretaria de Administração

Art. 42. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Administração é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Administração e Recursos Humanos;
II – Divisões
a) Divisão de Licitação, Compras e Contratos;
b) Divisão da Junta de Serviço Militar, e
c) Divisão do Serviço de Identificação
III – Seção de Patrimônio e Serviços.
§ 1º Compete ao Departamento de Administração e Recursos Humanos coordenar todas as ações relativas à gestão de pessoas, incluindo recrutamento, treinamento, avaliação, folha de pagamento, benefícios e aplicação de normas disciplinares, observando-se as disposições legais e regimentais.
§ 2º Compete à Divisão de Licitação, Compras e Contratos conduzir processos licitatórios e contratações diretas de bens e serviços especializados para atendimento das demandas da Secretaria.
§ 3º Compete à Seção de Patrimônio e Serviços realizar o recebimento, registro, controle, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Município.

Seção V
Da Composição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Art. 43. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Educação e Cultura;
II – Divisão de Esporte e Lazer;
III – Seção de Documentação Escolar.
§ 1º Compete ao Departamento de Educação e Cultura elaborar diretrizes pedagógicas, supervisionar o desenvolvimento curricular, organizar programas de formação continuada de professores, promover ações culturais e preservar o patrimônio artístico e histórico do Município.
§ 2º Compete à Divisão de Esporte e Lazer planejar e coordenar atividades esportivas, gerenciar espaços e equipamentos esportivos e de lazer, apoiar eventos e competições, bem como incentivar a inclusão social por meio do esporte.
§ 3º Compete à Seção de Documentação Escolar controlar os processos de matrícula, transferência e conclusão de alunos, emitir históricos e certificados escolares, manter atualizado o cadastro de estudantes e arquivos de documentação das unidades de ensino.

Seção VI
Da Composição da Secretaria de Saúde

Art. 44. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Saúde é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Saúde;
II – Divisão de Vigilância em Saúde;
III – Seção de Promoção de Saúde.
§ 1º Compete ao Departamento de Saúde coordenar as ações de atenção primária e especializada, gerenciar os serviços ambulatoriais e hospitalares conveniados, além de elaborar planos e programas de melhorias na rede de assistência.
§ 2º Compete à Divisão de Vigilância em Saúde realizar a vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, monitorar agravos e riscos à saúde pública, e propor medidas de controle e prevenção de doenças.
§ 3º Compete à Seção de Promoção de Saúde desenvolver, implementar e avaliar campanhas e programas educativos voltados à promoção de hábitos saudáveis, prevenção de doenças crônicas, vacinação comunitária e ações de educação em saúde.

Seção VII
Da Composição da Assistência Social

Art. 45. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Assistência Social é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Assistência Social;
II – Divisão de Assistência Social;
III – Seção de Programas Sociais.

§ 1º Compete ao Departamento de Assistência Social coordenar a execução das políticas socioassistenciais, bem como planejar, monitorar e avaliar os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade.
§ 2º Compete à Divisão de Assistência Social implementar ações de proteção social básica, promover o atendimento familiar e comunitário por meio de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros serviços de convivência.
§ 3º Compete à Seção de Programas Sociais planejar, executar e monitorar programas específicos voltados a grupos prioritários, tais como idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso aos benefícios e serviços previstos em lei.

Seção VIII

Da Composição da Agricultura

Art. 46. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Agricultura é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de agricultura;
II – Divisão de Agricultura;
III – Seção de Apoio ao Produtor Rural.
§ 1º Compete ao Departamento de Agricultura planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agropecuário, fomentar a produção rural, apoiar a agricultura familiar, promover ações de assistência técnica e extensão rural, bem como articular programas de incentivo à produção e à comercialização.
§ 2º Compete à Divisão de Agricultura articular ações integradas na agricultura, apoiar a implantação de empreendimentos agropecuários promovendo a diversificação da economia local.
§ 3º Compete à Seção de Apoio ao Produtor Rural prestar assistência técnica, orientar sobre boas práticas agrícolas, apoiar a comercialização da produção e articular linhas de crédito e programas de incentivo junto a instituições financeiras e agências de fomento.

Seção IX

Da Composição de Obras, Viação e Urbanismo

Art. 47. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Serviços Públicos;
II – Divisão de Obras e Urbanismo;
III – Seção de Viação e Transportes.
§ 1º Compete ao Departamento de Serviços Públicos gerenciar e coordenar os serviços de manutenção urbana, infraestrutura viária e limpeza pública, incluindo rotinas de conservação e reparos emergenciais.
§ 2º Compete à Divisão de Obras e Urbanismo elaborar, fiscalizar e acompanhar projetos de construção, reforma e ampliação de equipamentos públicos, bem como o licenciamento urbanístico de edificações e parcelamentos de solo.
§ 3º Compete à Seção de Viação e Transportes planejar, organizar e fiscalizar o trânsito e o transporte público municipal, propor melhorias na mobilidade e zelar pela sinalização e pela segurança viária.

Seção X

Da Composição do Meio Ambiente

Art. 48. A estrutura interna da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é composta pelas seguintes unidades administrativas:
I – Departamento de Meio Ambiente e Saneamento;
II – Divisão de Conservação Florestal;
III – Seção de Manejo Ecológico.
§ 1º Compete ao Departamento de Meio Ambiente e Saneamento planejar e coordenar as ações relacionadas ao saneamento básico municipal, à conservação dos recursos hídricos e ao desenvolvimento de políticas ambientais integradas.
§ 2º Compete à Divisão de Conservação Florestal realizar o monitoramento, a manutenção e a ampliação das áreas de cobertura florestal, bem como executar projetos de reflorestamento e proteção de matas ciliares.
§ 3º Compete à Seção de Manejo Ecológico coordenar e executar ações de manejo de fauna e flora, promover práticas de restauração ecológica, bem como acompanhar indicadores de qualidade ambiental e produção de relatórios técnicos.

TÍTULO VI

DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA E DE ATRIBUIÇÕES DELEGADAS OU CONVENIADAS

CAPÍTULO I

DOS ASSESSORES TÉNICOS E ADMINISTRATIVO

Art. 49. Integram o quadro de cargos em comissão do Município de Campina do Simão os cargos de Assessor Técnico e Assessor Administrativo, de diferentes níveis de escolaridade e complexidade, para atuação em apoio às funções administrativas, técnicas e operacionais das diversas secretarias e unidades da administração pública municipal.
Parágrafo único. Os cargos referidos no caput poderão ser alocados, por ato do Chefe do Poder Executivo, nas secretarias ou unidades administrativas conforme a necessidade do serviço público, conforme quantitativos e denominações constantes do Anexo V desta Lei.

CAPÍTULO II

DOS CARGOS VINCULADOS A ATRIBUIÇÕES DELEGADAS OU CONVENIADAS

Art. 50. Integram o quadro de cargos em comissão do Município os cargos de Chefe da Junta de Serviço Militar e de Chefe do Serviço de Identificação, vinculados a funções executadas por meio de delegação da União ou convênio com órgãos estaduais.
Parágrafo único. A atuação, a lotação e o vínculo funcional desses cargos observarão as diretrizes estabelecidas nos respectivos convênios ou atos de delegação, ficando, no âmbito da estrutura municipal, vinculados à Secretaria de Administração, podendo sua organização ser disciplinada por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Município, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.
Art. 52. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as modificações no orçamento vigente, necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitada a legislação aplicável.
Art. 53. Fica vedado o recebimento de quaisquer gratificações, horas extras, banco de horas ou adicionais por parte dos servidores nomeados em cargos em comissão e funções gratificadas.
Art. 54. O cargo de Secretário Municipal tem sua remuneração estabelecida na forma de subsídio, fixado em parcela única e por Lei, de conformidade com o que dispõe a Constituição Federal.
Art. 55. Os ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas deverão exercer suas atividades em regime de dedicação exclusiva, submetendo-se integralmente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, probidade administrativa, bem como observar a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal e as demais legislações pertinentes.

Art. 56. Os ocupantes desses cargos deverão cumprir rigorosamente as normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e as recomendações do Ministério Público, zelando pela transparência, controle e responsabilidade administrativa.
Art. 57. Cada cargo em comissão constante na estrutura administrativa instituída por esta Lei corresponderá a 01 (uma) vaga, vedada a multiplicidade de provimentos para a mesma unidade administrativa.
Art. 58. Esta lei conta com os seguintes anexos:
I - Anexo I – Estrutura Organizacional;
II – Anexo II - Assessorias vinculadas ao gabinete do prefeito e à administração direta;
III- Anexo III – Secretarias Municipais;
IV – Anexo IV - Composição das Secretarias Municipais;
V – Anexo V – Assessores Técnicos e Administrativos;
VI – Anexo VI - Cargos vinculados a atribuições delegadas ou conveniadas
VII – Anexo VII – Tabela estruturada de órgãos e unidades administrativas visão geral.
Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 815/2023, e 876/2024.

Prefeitura Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2025.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nº	Unidade Administrativa	Finalidade Geral
01	Gabinete do Prefeito	Assistência direta ao Chefe do Executivo
02	Unidade de Controle Interno	Fiscalização e controle da legalidade e regularidade
03	Assessorias	Apoio técnico e especializado à Administração
04	Secretarias Municipais	Execução das políticas públicas setoriais

ANEXO II
ASSESSORIAS VINCULADAS AO GABINETE DO PREFEITO E À ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Nº	Unidade	Cargo	Remuneração	Símbolo
01	Assessoria de Gabinete	Assessor de Gabinete	R$ 5.272,61	CC-1
02	Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico	R$ 6.739,14	CC-1A
03	Assessoria de Projetos	Assessor de Projetos	R$ 6.739,14	CC-1A
04	Assessoria Financeira	Assessor Financeiro	R$ 6.739,14	CC-1A
05	Assessoria de Licitações e Contratos	Assessor de Licitações e Contratos	R$ 6.739,14	CC-1A
06	Assessoria de Indústria e Comércio	Assessor de Indústria e Comércio	R$ 5.272,61	CC-2
07	Assessoria de Imprensa	Assessor de Imprensa	R$ 3.282,83	CC-3

ANEXO III
SECRETARIAS MUNICIPAIS

Nº	Secretaria	Cargo	Remuneração	Símbolo
01	Secretaria Municipal de Finanças	Secretário Municipal de Finanças	R$ 7.597,50	Subsídio
02	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	Secretário Municipal de Planejamento e Gestão		
03	Secretaria Municipal de Compras	Secretário Municipal de Compras		
04	Secretaria Municipal de Administração	Secretário Municipal de Administração		
05	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes		
06	Secretaria Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Saúde		
07	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretário Municipal de Assistência Social		
08	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário Municipal de Agricultura		
09	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo		
10	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretário Municipal de Meio Ambiente		

ANEXO IV
DA COMPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Nº	SECRETARIA	DEPARTAMENTO	DIVISÃO	SEÇÃO
01	**Secretaria Municipal de Finanças**	Departamento de Contabilidade	Divisão de Receita, Tributação e Fiscalização	Seção de Tesouraria
02	**Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**	Departamento de Turismo	Divisão de Informação e Transparência	Seção de Protocolo Geral
03	**Secretaria Municipal de Compras**	Departamento de Compras e Almoxarifado	–	–
04	**Secretaria Municipal de Administração**	Departamento de Administração e Recursos Humanos	a) Divisão de Licitação, Compras e Contratos - b) Divisão da Junta de Serviço Militar - c) Divisão do Serviço de Identificação	Seção de Patrimônio e Serviços
05	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**	Departamento de Educação, Cultura e Esportes	Divisão de Esporte e Lazer	Seção de Documentação Escolar
06	**Secretaria Municipal de Saúde**	Departamento de Saúde	Divisão de Vigilância em Saúde	Seção de Promoção de Saúde
07	**Secretaria Municipal de Assistência Social**	Departamento de Assistência Social	Divisão de Assistência Social	Seção de Programas Sociais
08	**Secretaria Municipal de Agricultura**	Departamento de Agricultura	Divisão de Agricultura	Seção de Apoio ao Produtor Rural
09	**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo**	Departamento de Serviços Públicos	Divisão de Obras e Urbanismo	Seção de Viação e Transportes
10	**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**	Departamento de Meio Ambiente e Saneamento	Divisão de Conservação Florestal	Seção de Manejo Ecológico

ANEXO V
DOS ASSESSORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Nº	Cargo	Quantidade	Nível de Escolaridade	Remuneração	Símbolo
01	Assessor Técnico Nível Superior	07	Superior	R$ 5.272,61	CC-1
02	Assessor Técnico Nível Médio	08	Médio	3.282,83	CC-3
03	Assessor Administrativo Nível III	10	Médio	2.839,83	CC-8

04	Assessor Administrativo Nível II	22	Médio	2.327,80	CC-7

ANEXO VI
CARGOS VINCULADOS A ATRIBUIÇÕES DELEGADAS OU CONVENIADAS

Cargo	Quantidade	Natureza da Função	Símbolo
Chefe da Junta de Serviço Militar	01	Execução de função delegada da União	FG-CC8
Chefe do Serviço de Identificação	01	Execução de serviço conveniado com o Estado	FG-CC8

ANEXO VII
TABELA ESTRUTURADA DE ÓRGÃOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS VISÃO GERAL

CÓD.	UNIDADE / ÓRGÃO
02	**Gabinete do Prefeito**
2.1	Unidade de Controle Interno
2.2	Assessor de Gabinete
2.3	Assessoria Jurídica
2.4	Assessoria de Projetos
2.5	Assessoria Financeira
2.6	Assessoria de Licitações e Contratos
2.7	Assessoria de Indústria e Comércio
2.8	Assessoria de Imprensa
04	**Secretaria Municipal de Finanças**
4.1	Departamento de Contabilidade
4.1.1	Divisão de Receita, Tributação e Fiscalização
4.1.1.1	Seção de Tesouraria
13	**Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**
13.1	Departamento de Turismo
13.1.1	Divisão de Informação e Transparência
13.1.1.1	Seção de Protocolo Geral
14	**Secretaria Municipal de Compras**
14.1	Departamento de Compras e Almoxarifado
03	**Secretaria Municipal de Administração**
3.1	Departamento de Administração e Recursos Humanos
3.1.1	Divisão de Licitação, Compras e Contratos
3.1.2	Divisão da Junta de Serviço Militar
3.1.3	Divisão do Serviço de Identificação
3.1.1.1	Seção de Patrimônio e Serviços
05	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
5.1	Departamento de Educação e Cultura
5.1.1	Divisão de Esporte e Lazer
5.1.1.1	Seção de Documentação Escolar
06	**Secretaria Municipal de Saúde**
6.1	Departamento de Saúde
6.1.1	Divisão de Vigilância em Saúde
6.1.1.1	Seção de Promoção de Saúde
07	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
7.1	Departamento de Assistência Social
7.1.1	Divisão de Assistência Social
7.1.1.1	Seção de Programas Sociais
08	**Secretaria Municipal de Agricultura**
8.1	Departamento de Agricultura
8.1.1	Divisão de Agricultura
8.1.1.1	Seção de Apoio ao Produtor Rural
09	**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo**
9.1	Departamento de Serviços Públicos
9.1.1	Divisão de Obras e Urbanismo
9.1.1.1	Seção de Viação e Transportes
10	**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**
10.1	Departamento de Meio Ambiente e Saneamento
10.1.1	Divisão de Conservação Florestal
10.1.1.1	Seção de Manejo Ecológico
15	**Unidades de Assessoramento Técnico e Administrativo**
15.1	Assessor Técnico Nível Superior
15.2	Assessor Técnico Nível Médio
15.3	Assessor Administrativo Nível III
15.4	Assessor Administrativo Nível II

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:F653175F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN CAMPINA GRANDE DO SUL EDITAL Nº 36/2025

Ref.:Notificação de Imposição de Penalidade de Multa

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN,**notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA** em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª**oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN – CAMPINA GRANDE DO SUL,**o qual será remetido à JARI para julgamento,conforme prazos abaixo:

•

Até01/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
MBY3739	274770T000003751	06/08/2025	50292	R$ 880.41
MBY3739	274770T000003752	06/08/2025	51262	R$ 880.41

•

Até04/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AOD5G47	274770T000003630	07/08/2025	55414	R$ 195.23
AQI2C70	274770T000007038	09/08/2025	65300	R$ 195.23
ASU9D84	274770T000009141	11/08/2025	55500	R$ 130.16
BAK9J26	274770T000009140	11/08/2025	55500	R$ 130.16
BCD1916	274770T000009142	11/08/2025	55500	R$ 130.16
GTN6D45	274770T000007037	09/08/2025	76331	R$ 293.47
RVF8D95	274770NIC0000725	22/07/2025	50020	R$ 390.46
SEN1E49	274770NIC0000724	22/07/2025	50020	R$ 260.32

•

Até11/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AIG6157	274770T000008761	16/08/2025	55414	R$ 195.23
AJV5B61	274770T000009147	11/08/2025	55680	R$ 195.23
AMG9I91	274770T000001396	18/08/2025	51851	R$ 195.23
AOS8671	274770T000001395	18/08/2025	51851	R$ 195.23
APC9J73	274770T000001108	16/08/2025	65300	R$ 195.23
APX7H11	274770T000009145	11/08/2025	55680	R$ 195.23
AQO0H16	274770NIC0000726	29/07/2025	50020	R$ 390.46
ARH1987	274770T000003216	16/08/2025	52742	R$ 2934.70
ATV5F26	274770T000001109	17/08/2025	65300	R$ 195.23
AZT8D38	274770T000003215	13/08/2025	64910	R$ 88.38
BAW2A24	116100T001176584	09/08/2025	54521	R$ 195.23
BAW2A24	116100T001176583	09/08/2025	55411	R$ 195.23
BCI5B73	274770T000008755	12/08/2025	54521	R$ 195.23
CEK5032	274770T000009148	11/08/2025	55680	R$ 195.23
FSH1B89	274770T000001967	13/08/2025	54526	R$ 195.23
GKA3B04	274770T000001966	13/08/2025	55250	R$ 130.16
ITS8B82	274770T000001969	13/08/2025	54282	R$ 293.47
JBB9C75	274770T000008287	17/08/2025	70301	R$ 293.47
KHB8J83	274770T000002099	15/08/2025	55414	R$ 195.23
MLC7F98	274770T000009144	11/08/2025	55680	R$ 195.23
RHX3D60	274770T000008757	12/08/2025	76252	R$ 293.47
SXR7B54	274770T000001968	13/08/2025	54282	R$ 293.47

•

Até15/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ASU0988	274770T000007024	08/07/2025	76331	R$ 293.47
DSU1830	274770T000009131	30/07/2025	55680	R$ 195.23
OOK8633	274770T000007031	16/07/2025	76331	R$ 293.47
RLH8J97	274770T000001107	22/07/2025	55414	R$ 195.23
SDU9G41	274770T000000208	19/08/2025	60502	R$ 293.47
SDU9G41	274770T000000207	19/08/2025	70561	R$ 293.47
CUM4J15	274770T000010551	21/08/2025	76332	R$ 293.47

•

Até18/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAY4236	274770T000002562	22/08/2025	51851	R$ 195.23
AKJ9B41	274770T000008765	24/08/2025	54521	R$ 195.23
ALV3654	274770T000007039	21/08/2025	50450	R$ 293.47
ALV3654	274770T000007040	21/08/2025	51691	R$ 2934.70
ALV3654	274770T000007041	21/08/2025	75790	R$ 2934.70
ANL2536	274770T000002552	22/08/2025	55500	R$ 130.16
AOY5I12	274770T000002564	22/08/2025	51851	R$ 195.23
AVI0663	274770T000002565	22/08/2025	51851	R$ 195.23
BBG5975	274770T000002559	22/08/2025	55680	R$ 195.23
BCW1E87	274770T000002561	22/08/2025	55680	R$ 195.23
IPU8B62	274770T000002568	22/08/2025	51851	R$ 195.23
ISX5A10	274770T000001399	22/08/2025	55500	R$ 130.16
JBB9C75	274770CND0000015	17/08/2025	50100	R$ 880.41
KOW6J14	274770T000002567	22/08/2025	51851	R$ 195.23
NER2288	274770T000002558	22/08/2025	55680	R$ 195.23
NGE5842	274770T000002553	22/08/2025	55500	R$ 130.16
QIK5D47	274770T000002554	22/08/2025	55500	R$ 130.16
SEV7B80	274770T000002560	22/08/2025	55680	R$ 195.23
SEZ0C51	274770T000002557	22/08/2025	55680	R$ 195.23

•

Até09/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AFO7146	274770T000007042	29/08/2025	51851	R$ 195.23
AJC1A38	274770T000008290	01/09/2025	51930	R$ 293.47
AQU7B09	274770T000005280	31/08/2025	51930	R$ 293.47
ATR1J69	274770T000010751	01/09/2025	55680	R$ 195.23
ATY2545	274770T000010652	26/08/2025	51851	R$ 195.23
AUB8906	274770T000007044	29/08/2025	73232	R$ 130.16
AUW2637	274770T000008767	28/08/2025	55250	R$ 130.16
AVA4903	274770T000010653	26/08/2025	51851	R$ 195.23
AXD4572	274770T000008772	01/09/2025	73662	R$ 130.16
BAF4G46	274770T000002172	29/08/2025	76332	R$ 293.47
BCA8H72	274770T000008288	26/08/2025	76331	R$ 293.47
BCV6E31	274770T000002171	25/08/2025	55414	R$ 195.23
BDL9H36	274770T000005279	31/08/2025	61220	R$ 293.47
BDX4C06	274770T000007043	29/08/2025	76331	R$ 293.47
CYK7A29	274770T000008770	28/08/2025	76252	R$ 293.47
DTA6E25	274770T000005278	30/08/2025	54522	R$ 195.23
EJT0E75	274770T000007045	29/08/2025	76252	R$ 293.47
NOU4J95	274770T000001110	26/08/2025	76251	R$ 293.47
RHB6J68	274770T000008768	28/08/2025	57380	R$ 293.47

•
Até12/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ASC4312	274770T000010125	28/07/2025	55500	R$ 130.16

•
Até13/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AMJ3698	274770T000009671	01/07/2025	55500	R$ 130.16

•
Até16/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor da Infração
CAZ9E67	274770T000009756	05/09/2025	55500	R$ 130.16
ILD9848	274770T000009754	05/09/2025	55500	R$ 130.16
RWU0D28	274770T000007046	02/09/2025	54521	R$ 195.23
SFD3F75	274770T000009150	05/09/2025	55500	R$ 130.16

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:776431B9

GABINETE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN CAMPINA GRANDE DO SUL EDITAL Nº 37/2025

Ref.: Notificação de Imposição de Penalidade de Advertência

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN**, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA** em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª **oferecer recurso contra a infração junto ao DEPTRAN – CAMPINA GRANDE DO SUL,** o qual será remetido à JARI para julgamento, conforme prazos abaixo:

•
Até 04/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
SDU7F81	274770T000009137	11/08/2025	55500	SDU7F81

•
Até 11/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AWY3E12	274770T000009143	11/08/2025	55500	AWY3E12

•
Até 15/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ARJ2213	274770T000010126	28/07/2025	55500	4162630308
RHV0F73	274770T000009122	30/07/2025	55500	460529421

BCQ4389	116100T002203639	14/08/2025	54100	6190604105

•

Até 18/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ALZ3267	274770T000001400	22/08/2025	55500	
AWN8E70	274770T000001397	22/08/2025	55500	7326688186

•

Até 09/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
DTA6E25	274770T000005277	30/08/2025	55500	

•

Até 16/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AQL0J76	274770T000009758	05/09/2025	55500	
AXI0F49	274770T000008774	06/09/2025	58780	
SDV2E57	274770T000009765	05/09/2025	76841	

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:46C7C046

GABINETE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEPTRAN CAMPINA GRANDE DO SUL EDITAL Nº 38/2025

Ref.: Notificação de autuação de infração de trânsito

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, **notificamos que foi lavrada a autuação de infração** cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª **indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto ao DEPTRAN - CAMPINA GRANDE DO SUL,** conforme prazo abaixo:

•

Até 01/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BBX4C36	274770NIC0000736	23/09/2025	50020
IPA9F57	274770NIC0000738	23/09/2025	50020
TBD2J48	274770NIC0000737	23/09/2025	50020

•

Até 05/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AII2E77	274770T000002180	10/10/2025	51691
AJE5318	274770T000007260	15/10/2025	55500
AJQ2I37	274770T000008792	11/10/2025	76252
AOA3E91	274770T000007257	15/10/2025	55250
API0F17	274770T000003670	14/10/2025	55414
AQH9E41	274770T000008795	11/10/2025	55414
ARP2895	274770T000005293	15/10/2025	50100
ARP2895	274770T000005292	15/10/2025	65992
ARP2895	274770T000005294	15/10/2025	51180
ARP5253	274770T000010153	16/10/2025	55414
ASO2D39	274770T000008452	11/10/2025	57380
ATI0570	274770T000003665	14/10/2025	76332
ATI0570	274770T000003664	14/10/2025	51851
ATT4566	274770T000008793	11/10/2025	54521
AUZ1J95	274770T000011193	09/10/2025	54521
AVK1F18	274770T000007256	15/10/2025	55680
AXN1G47	274770T000002178	10/10/2025	55414
BBS1B55	274770T000003666	14/10/2025	55414
BEF4A16	274770T000002572	15/10/2025	51851
BEK8J74	274770T000007258	15/10/2025	55500
BER6I25	274770T000003585	16/10/2025	55500
BEZ0J73	274770T000003663	14/10/2025	54100
BJR9J70	274770T000010152	16/10/2025	54521
BXF2H72	274770T000003070	11/10/2025	53980
CYY6B25	274770T000002574	15/10/2025	54870
DAJ9J17	274770T000010151	13/10/2025	54521
DRK8J27	274770T000008797	11/10/2025	55414

EQV5876	274770T000003669	14/10/2025	55414
ETY7629	274770T000002571	15/10/2025	51851
FFP7G47	274770T000007259	15/10/2025	55250
FMI2C83	274770T000003583	16/10/2025	76331
KHB8J83	274770T000008800	11/10/2025	55414
LBN9F60	274770T000003668	14/10/2025	55414
MLA7183	274770T000002179	10/10/2025	55414
MLW1F90	274770T000003587	16/10/2025	55500
MMA7B77	274770T000011651	13/10/2025	55500
MMK2A88	274770T000002570	15/10/2025	76332
MNN1C41	274770T000010157	16/10/2025	65300
QII4E80	274770T000003589	16/10/2025	51851
QQY3F95	274770T000002573	15/10/2025	51851
QUR7J21	274770T000003667	14/10/2025	55414
RHI5C57	274770T000008894	11/10/2025	70301
SEE6B58	274770T000007252	12/10/2025	51930
SEP5I04	274770T000010154	16/10/2025	76331
SEQ4B95	274770T000003590	16/10/2025	55414
TBV3C45	274770T000007254	13/10/2025	50100
TBV3C45	274770T000007255	13/10/2025	51180

•

Até <u>08/12/2025</u>:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AEQ1428	274770T000011806	17/10/2025	54521
AJX0E09	274770T000010804	20/10/2025	55500
AMT7732	274770T000010811	20/10/2025	55680
APV5018	274770T000010814	20/10/2025	55413
ART7J09	274770T000010802	20/10/2025	55500
ARU1069	274770T000010813	20/10/2025	55413
AVB9C08	274770T000010807	20/10/2025	55500
AWQ1D25	274770T000011305	17/10/2025	55680
BAU3E15	274770T000011303	17/10/2025	55680
BBC8E86	274770T000011196	17/10/2025	55500
BBU6H88	274770T000011805	17/10/2025	76332
BCF1F82	274770T000010158	17/10/2025	54521
BDY9F41	274770T000011807	17/10/2025	57380
BEU7I40	274770T000010808	20/10/2025	55500
EVF7C60	274770T000011801	17/10/2025	58191
FCM8F94	274770T000010809	20/10/2025	55680
FLB6D73	274770T000010810	20/10/2025	55680
HHI7650	274770T000011302	17/10/2025	55680
JHP6F20	274770T000011199	17/10/2025	55680
KXC6C58	274770T000011803	17/10/2025	76331
OBN6A63	274770T000001813	17/10/2025	55500
OBN6A63	274770T000011194	17/10/2025	55500
PHF4A30	274770T000010806	20/10/2025	55500
PZH3E68	274770T000011301	17/10/2025	55680
QCV0E09	274770T000001812	17/10/2025	55500
RFK0J32	274770T000011804	17/10/2025	76331
SFL2B12	274770T000011195	17/10/2025	55500
TBP5A67	274770T000010159	17/10/2025	57380
AGN6B02	274770T000008453	21/10/2025	55414
ASO1041	274770T000001817	21/10/2025	55500
ATT4566	274770T000005523	20/10/2025	54521
AXZ7926	274770T000001816	21/10/2025	55500
BDU2E52	274770T000010160	21/10/2025	70301
FXJ7A22	274770T000005298	21/10/2025	76331
GTN6D45	274770NIC0000739	30/09/2025	50020
NOO7I84	274770T000001112	21/10/2025	55414
QUU7A78	274770T000005299	21/10/2025	54870
RGB8H04	274770T000010816	20/10/2025	76332

•

Até <u>11/12/2025</u>:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AXX9I10	274770T000003592	21/10/2025	52311
MES7E92	274770T000003591	21/10/2025	58433
PMC1I69	274770T000003308	22/10/2025	76331

•

Até <u>15/12/2025</u>:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFI9628	274770T000007266	22/10/2025	51930
AIX5819	274770T000005538	24/10/2025	55413
AKN8E09	274770T000005529	24/10/2025	55500
AKZ5A67	274770T000005527	24/10/2025	55500
ALS7H95	274770T000011316	23/10/2025	55500
AMZ4793	274770T000011312	23/10/2025	55500
AOD0529	274770T000007267	22/10/2025	51930
AQE9D12	274770T000011311	23/10/2025	55500
ARD1G60	274770T000011308	23/10/2025	55500
ARH0J91	274770T000011317	23/10/2025	55680

ARP5352	274770T000005532	24/10/2025	55500
ASD4590	274770T000011313	23/10/2025	55500
ATO1397	274770T000005536	24/10/2025	55500
AUF6D13	274770T000011310	23/10/2025	55500
AUZ2B78	274770T000007271	23/10/2025	65300
AZA5B07	274770T000005526	24/10/2025	55500
AZU5A99	274770T000005535	24/10/2025	55680
BAH1123	274770T000011319	23/10/2025	55680
BAH5A23	274770T000005533	24/10/2025	55250
BCD5I88	274770T000007204	23/10/2025	54521
BDQ1E88	274770T000007269	23/10/2025	76331
DVJ2A78	274770T000005300	23/10/2025	57380
DWH0G59	274770T000011315	23/10/2025	55500
GCM0I46	274770T000001972	24/10/2025	73662
HGP5E62	274770T000005525	24/10/2025	55500
IVE0F84	274770T000005537	24/10/2025	55090
MQD5734	274770T000005534	24/10/2025	55500
OAY8B94	274770T000011309	23/10/2025	55500
SDP1I52	274770T000010161	22/10/2025	57200
SDP1I52	274770T000010162	22/10/2025	50100
SFG5E15	274770T000011306	23/10/2025	55500
TBH6H78	274770T000007201	23/10/2025	70561
TBH6H78	274770T000007203	23/10/2025	76841
AZT8D38	274770NIC0000746	07/10/2025	50020
FSH1B89	274770NIC0000743	07/10/2025	50020
GKA3B04	274770NIC0000742	07/10/2025	50020
ITS8B82	274770NIC0000745	07/10/2025	50020
RHX3D60	274770NIC0000741	07/10/2025	50020
SXR7B54	274770NIC0000744	07/10/2025	50020

•

Até 18/12/2025:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AUK0A48	274770T000002578	25/10/2025	51852
AVV3710	274770T000002579	25/10/2025	51851
AXC0G08	274770T000002577	25/10/2025	51851
AZE8988	274770T000002581	25/10/2025	51851
LZW8529	274770T000002580	25/10/2025	51851

•

Até 05/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAN5894	274770T000002592	25/10/2025	51851
ACQ1H17	274770T000001837	29/10/2025	55500
AMQ7472	274770T000003310	28/10/2025	76332
AMR7755	274770T000002599	25/10/2025	51851
ANW7A03	274770T000010164	26/10/2025	65300
APZ9J66	274770T000002600	25/10/2025	51851
AQY8G85	274770T000012001	27/10/2025	66531
ARU2219	274770T000002584	25/10/2025	51851
ASW9I45	274770T000002594	25/10/2025	51851
ATM5J09	274770T000003309	28/10/2025	76331
ATT4566	274770T000010165	27/10/2025	54521
ATX2692	274770T000002582	25/10/2025	51851
AVH1707	274770T000001833	29/10/2025	55500
AWM1C09	274770T000001830	29/10/2025	55500
AWY0990	274770T000001825	28/10/2025	55500
AYR0489	274770T000002585	25/10/2025	51851
CPI1835	274770T000001823	28/10/2025	55500
DDK2A67	274770T000001824	28/10/2025	55500
FBM9B73	274770T000002583	25/10/2025	51851
FCH4A90	274770T000001819	28/10/2025	55500
FDA8340	274770T000001831	29/10/2025	55500
IPA0C52	274770T000002595	25/10/2025	51851
OEZ0A62	274770T000002589	25/10/2025	51851
RAY2H29	274770T000001834	29/10/2025	55500
RTT9A82	274770T000001836	29/10/2025	55500
RYC0D44	274770T000008454	28/10/2025	76331
SEK9I29	274770T000002596	25/10/2025	51851
TBX5D90	274770T000010817	25/10/2025	58191
AJK0915	274770T000001838	29/10/2025	55500
AUO4059	274770T000001843	29/10/2025	55680
AXQ6A94	274770T000001844	29/10/2025	55680
AZP0B28	274770T000007272	30/10/2025	51930
BBK8573	274770T000010819	30/10/2025	55500
BBM1C37	274770T000003311	29/10/2025	76331
BDP4J51	274770T000007273	30/10/2025	66531
EFB6F22	274770T000001840	29/10/2025	55680
LMV5B04	274770T000001842	29/10/2025	55680
SFK3I60	274770T000001839	29/10/2025	55680
TBH0H58	274770T000003312	29/10/2025	76331

•

Até 06/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAV4A07	274770T000010827	30/10/2025	55500
APN4B97	274770T000010825	30/10/2025	55500
ASA0I57	274770T000010824	30/10/2025	55500
ATM6J72	274770T000003596	31/10/2025	55414
ATY9D48	274770T000003597	31/10/2025	55414
AWX9B07	274770T000010832	30/10/2025	55680
AYL3J34	274770T000010830	30/10/2025	55680
BAR6D26	274770T000003595	31/10/2025	55414
DMZ0809	274770T000010829	30/10/2025	55680
IRM9C76	274770T000010822	30/10/2025	55500
NWH1I61	274770T000010828	30/10/2025	55680
RHD5H32	274770T000010823	30/10/2025	55500
RHF5F36	274770T000008455	31/10/2025	70561
SEC0C68	274770T000012151	31/10/2025	54527
TAI7D40	274770T000003593	31/10/2025	55414

•

Até 07/12/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
HSF4H44	116100T002861374	28/10/2025	54521
SEZ0C51	274770NIC0000748	14/10/2025	50020

•

Até 12/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKC3C08	274770T000001113	04/11/2025	73662
AKN1I12	274770T000008896	05/11/2025	54521
AKU4E55	274770T000012203	06/11/2025	76331
AME4016	274770T000003599	05/11/2025	55414
AMZ4793	274770T000001850	04/11/2025	55500
APC7G30	274770T000005540	05/11/2025	65480
APW9C51	274770T000004501	05/11/2025	55414
APX1A50	274770T000001848	04/11/2025	55500
ARP6F49	274770T000003722	06/11/2025	76332
ATI4J14	274770T000012152	04/11/2025	76332
AUW6492	274770T000003723	06/11/2025	54600
AXB6C94	274770T000004504	05/11/2025	55414
AXM2888	274770T000001852	04/11/2025	55680
AXP9I99	274770T000001855	04/11/2025	55680
AZV4998	274770T000008895	05/11/2025	54521
BAM7E23	274770T000001847	04/11/2025	55500
BBS6C18	274770T000001854	04/11/2025	55680
EDG0G29	274770T000004502	05/11/2025	55414
FGF6D79	274770T000001846	04/11/2025	55500
FNJ3E54	274770T000001853	04/11/2025	55680
MBB7E13	274770T000005296	20/10/2025	67690
MBB7E13	274770T000005295	20/10/2025	67261
RHI1F49	274770T000003598	05/11/2025	76331
RHM9F15	274770T000005541	05/11/2025	59670
RHZ8I15	274770T000010168	05/11/2025	73662
APP2946	274770T000001860	07/11/2025	55500
AQX7807	274770T000012204	06/11/2025	76331
ARU6F68	274770T000001865	07/11/2025	55500
ATU3G67	274770T000001851	04/11/2025	55500
AWB5J83	274770T000001858	07/11/2025	55500
AXL9E90	274770T000001849	04/11/2025	55500
AXY1G15	274770T000001859	07/11/2025	55500
BCU7F42	274770T000001863	07/11/2025	55500
DMJ6963	274770T000001861	07/11/2025	55500
PZW2D91	274770T000001862	07/11/2025	55500
RHY9I92	274770T000001864	07/11/2025	55500

•

Até 14/01/2026:

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABL4477	274770T000010173	08/11/2025	55414
AJH2682	274770T000010172	08/11/2025	55414
AJZ9C86	274770T000001885	11/11/2025	55500
ALM7I26	274770T000001879	10/11/2025	55680
AMC5H78	274770T000010175	08/11/2025	55414
AMS7I26	274770T000001883	10/11/2025	55680
ANJ2318	274770T000004509	10/11/2025	55414
AOA3A51	274770T000001878	10/11/2025	55680
AQO3B68	274770T000001874	10/11/2025	55500
ARL4D87	274770T000001867	07/11/2025	55680
ATU3G67	274770T000001891	11/11/2025	55500
AUG4686	274770T000001887	11/11/2025	55500
AUW2637	274770NIC0000751	21/10/2025	50020
AXH9D09	274770T000004508	10/11/2025	55414
AZA9097	274770T000001875	10/11/2025	55500
AZU2F87	274770T000004510	10/11/2025	55414
BAF4G46	274770NIC0000752	21/10/2025	50020

BBD4H40	274770T000012553	11/11/2025	76331
EBT5A32	274770T000004511	10/11/2025	55414
EMC1E42	274770T000004505	10/11/2025	55414
EVH2J52	274770T000001868	07/11/2025	55680
FHJ7F20	274770T000010171	08/11/2025	55414
GCM0I46	274770T000010176	08/11/2025	55250
JBC1B04	274770T000001890	11/11/2025	55500
KYK0H47	274770T000003633	07/11/2025	52741
LZB3239	274770T000001888	11/11/2025	55500
MEE1J46	274770T000001873	10/11/2025	55500
MRL1904	274770T000001870	10/11/2025	55500
OVP3D62	274770T000012551	11/11/2025	76331
PSH2F43	274770T000012554	11/11/2025	76331
PSL7I27	274770T000001881	10/11/2025	55680

Campina Grande do Sul, 12 de novembro de 2025.

ANDRÉ HENRIQUE DE MOURA VIDOLIN
Diretor de Trânsito
Portaria n. 222/2025

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:E6355509

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 05/2025 – CMPIR

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR, na modalidade virtual, com início às 15h00. Estiveram Presentes os conselheiros representantes da sociedade civil: **Robson** Jaime Pereira, **David** Francisco de Lara Silva e **Janaína** Carla Ribeiro Hummelgen; os conselheiros governamentais: **Leonardo** Henrique Melo Silva, Edson Felipe Antonio de Lima; **Mauro** Benthien Cavichiollo, Fabíola Regina Ferreira Machado e Elisangela do Rocio Paulin Damrat. A convidada, Jeanine Luzia Ferreira de Paula, Diretora do departamento da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Além da Secretária Executiva **Elaine** Ferreira dos Santos.	5ª Reunião Extraordinária do CMPIR 07/11/25
O presidente do CMPIR, Robson Jaime Pereira, aguardou o tempo previsto para o quórum, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a plenária.	Abertura da plenária
A reunião extraordinária foi convocada com a finalidade de apresentar o Plano de Ação do Município de Campo Magro, elaborado pela gestão municipal, para o repasse de recursos do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR). Este repasse, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destina-se ao "Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial", conforme a Deliberação nº 013/2025, com referência ao Plano de 2025 e período de preenchimento do Sistema de Informações sobre Fundos (SIFF) de 27/10/2025 a 16/11/2025. A Senhora Jeanine Luzia Ferreira de Paula, Diretora do Departamento da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, apresentou o Plano de Ação preenchido pela gestão municipal, detalhando as propostas e quantitativos para as seguintes áreas: **Prevenção às Diversas Formas de Violência Racial:** Campanhas a serem realizadas: 10 Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 100 Programas e Projetos a serem realizados: 3 Técnicos especializados: 10 **Sensibilização e Mobilização da Comunidade sobre o Tema**: Campanhas a serem realizadas: 10 Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 100 População em geral a ser atendida: 200 Programas e Projetos a serem realizados: 3 Técnicos especializados: 10 **Implementação e/ou Aprimoramento de Organismo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (OPPIR):** Implementação do OPPIR: Sim (1) Ações de aprimoramento do OPPIR existente: Sim (1) Técnicos especializados: 10 **Programas Voltados à Formação e Empregabilidade, com Ações Voltadas ao Empreendedorismo, Economia Criativa e Economia Solidária:** Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 100 Técnicos especializados: 20 **Programas e Projetos a serem realizados: 5** **Ações de Formação Antirracista Objetivando Letramento e Consequentemente a Redução do Racismo Institucional e Estrutural:** Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 100 Conselheiros Municipais a serem atendidos: 50 População em geral a ser atendida: 150 Programas e Projetos a serem realizados: 5 Técnicos especializados: 30 **Fomento para Projetos de Valorização de Livros, Materiais Gráficos e/ou Literários, Físicos ou de Outras Mídias Digitais, que Valorizem Produções de Autores Negros e Autoras Negras, de Acordo com as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial):** Materiais pedagógicos a serem adquiridos: 100 Materiais pedagógicos a serem elaborados: 100 Autores a serem patrocinados: 20 Eventos a serem realizados: 15 O valor total previsto a ser repassado pelo FUNDEPPIR é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com todas as despesas classificadas como custeio. Após a apresentação do Plano de Ação, os membros do Conselho representantes da sociedade civil manifestaram seu desconforto com a forma como o plano foi apresentado, sem prévia discussão ou inclusão de suas perspectivas na fase de elaboração. Foi ressaltada a importância da participação ativa e colaborativa da sociedade civil na construção de políticas públicas e na definição de ações que impactam diretamente a comunidade. Diante do impasse e considerando o prazo para o preenchimento do SIFF (até 16/11/2025), o Presidente do Conselho, Robson, reconheceu a necessidade de tempo para que a sociedade civil pudesse avaliar a proposta e apresentar sugestões de projetos e alterações nos quantitativos. A Secretária Executiva do Conselho, Elaine Ferreira dos Santos, propôs, então, a realização de uma nova reunião extraordinária para a segunda-feira subsequente, dia 10 de novembro de 2025, às 08h00 da manhã. Esta proposta visa proporcionar aos membros do Conselho o fim de semana para análise e formulação de novas propostas, garantindo, assim, tempo hábil para a elaboração da ata e o envio da documentação dentro do prazo. A proposta foi acatada e aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho, que se comprometeram a garantir o quórum necessário para a referida reunião.	

Por fim, o presidente Sr. Robson Jaime Pereira agradeceu a presença de todos e encerrou a plenária.	Encerramento Plenária
Após as tratativas, a reunião foi encerrada e eu, Elaine Ferreira dos Santos , declaro que lavrei a presente ata.	
ELAINE FERREIRA DOS SANTOS Secretária Executiva	***ROBSON JAIME PEREIRA*** Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:E260A927

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 06/2025 – CMPIR

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR, na modalidade virtual, com início às 08h15. Estiveram Presentes os conselheiros representantes da sociedade civil: **Robson** Jaime Pereira, **David** Francisco de Lara Silva e **Janaína** Carla Ribeiro Hummelgen; os conselheiros governamentais: **Leonardo** Henrique Melo Silva, Edson Felipe Antonio de Lima; **Mauro** Benthien Cavichiollo, Fabíola Regina Ferreira Machado, além da Secretária Executiva **Elaine** Ferreira dos Santos.	6ª Reunião extraordinária do CMPIR 10/11/25
O presidente do CMPIR, Robson Jaime Pereira, aguardou o tempo previsto para o quórum, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a plenária.	Abertura da plenária
A presente reunião extraordinária foi convocada com o objetivo de permitir que os representantes da sociedade civil apresentassem uma nova proposta de Plano de Ação do Município, com quantitativos atualizados, relativa ao repasse do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR) para o Município de Campo Magro. Este repasse, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destina-se ao "Apoio e Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial", conforme a Deliberação nº 013/2025, com referência ao Plano de 2025 e período de preenchimento do Sistema de Informações sobre Fundos (SIFF) de 27/10/2025 a 16/11/2025. Em reunião extraordinária anterior, de número 05/2025, a Diretora do Departamento da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Jeanine Luzia Ferreira de Paula, apresentou o plano de ação preenchido pela gestão municipal. Após a apresentação, o Presidente do Conselho, Robson Jaime Pereira, manifestou a necessidade de conceder tempo hábil para que a sociedade civil pudesse avaliar a proposta apresentada e propor projetos e alterações nos quantitativos inicialmente previstos. Na presente reunião, o Presidente Robson apresentou os novos valores e quantitativos propostos pela sociedade civil, os quais foram integralmente endossados pela Conselheira Janaína. Após a devida discussão e análise, a proposta foi submetida à votação e aprovada por unanimidade por todos os membros presentes do Conselho, conforme detalhamento a seguir: **Prevenção às Diversas Formas de Violência Racial:** Campanhas a serem realizadas: 5 Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250 Programas e Projetos a serem realizados: 3 Projeção da população impactada: 1.500 Técnicos especializados locais: 5 **Sensibilização e Mobilização da Comunidade sobre o Tema:** Campanhas a serem realizadas: 10 Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250 População em geral a ser atendida: 1.500 Programas e Projetos a serem realizados: 3 (incluindo Encontro de Matrizes Africanas, Roda de Rua como centro tradicional, Feira Afro, Calendário Afro) Projeção da população impactada: 1.500 Técnicos especializados locais: 5 **Implementação e/ou Aprimoramento de Organismo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (OPPIR):** Implementação do OPPIR: Sim (1) Ações de aprimoramento do OPPIR existente: Sim (1) Técnicos especializados: 10 **Programas Voltados à Formação e Empregabilidade, com Ações Voltadas ao Empreendedorismo, Economia Criativa e Economia Solidária:** Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250 Técnicos especializados locais: 5 Programas e Projetos a serem realizados: 10 (incluindo Encontro de Matrizes Africanas, Roda de Rua como centro tradicional, Feira Afro, Calendário Afro) **Ações de Formação Antirracista Objetivando Letramento e Consequentemente a Redução do Racismo Institucional e Estrutural:** Pessoas Negras/PCT a serem atendidas: 250 Conselheiros Municipais a serem atendidos: 50 População em geral a ser atendida: 1.500 Programas e Projetos a serem realizados: 5 Projeção da população impactada: 1.500 Técnicos especializados: 10 **Fomento para Projetos de Valorização de Livros, Materiais Gráficos e/ou Literários, Físicos ou de Outras Mídias Digitais, que Valorizem Produções de Autores Negros e Autoras Negras, de Acordo com as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial):** Materiais pedagógicos a serem adquiridos: 100 (cartilhas e livros) Materiais pedagógicos a serem elaborados: 100 Autores a serem patrocinados: 20 Eventos a serem realizados: 15 Foi, ainda, recomendado que se reserve até 5% (cinco por cento) do valor total do repasse, equivalente a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para as atividades de monitoramento, divulgação e elaboração de relatórios finais, garantindo a transparência na prestação de contas.	Proposta de aprovação do plano de ação do município - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CONSEPIR/PR - ‘’Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial’’
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às oito horas e quarenta e cinco minutos (08h45). Para constar, eu, Elaine Ferreira dos Santos, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente do Conselho.	Encerramento Plenária
ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	***ROBSON JAIME PEREIRA***
Secretária Executiva	Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:99F5ADA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 07/2025 – CMPIR

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto do ano de 2025, às quinze horas, foi realizada a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR. O encontro foi realizado em formato online via Google Meet. Estiveram presentes os conselheiros/as governamentais: **Leonardo** Henrique Melo Silva, **Mauro** Benthien Cavichiollo, **Elisangela** do Rocio Paulin Damrat, **Cláudia** de Fátima Dalazuana, **Edson** Felipe Antonio de Lima, **Robson** Ribas Machado; os conselheiros/as não governamentais: **Robson** Jaime Pereira, **David** Francisco de Lara Silva; além da secretária executiva Elaine Ferreira	7ª Reunião Ordinária CMPIR 29/08/2025
A Secretária Executiva informou que, apesar do tempo de espera, não foi possível atingir o quórum mínimo necessário para a deliberação formal dos itens da pauta, em especial pela ausência de um conselheiro não governamental. Diante disso, a reunião não pôde prosseguir com caráter deliberativo, mas foi mantida para informes e discussões preliminares.	Verificação de Quórum e Abertura da Plenária
A Secretaria Executiva deu as boas-vindas à Sra. Leilani Antunes e à Sra. Jeanine, ambas presentes como observadoras convidadas, com o objetivo de conhecer o funcionamento do Conselho.	Boas vindas observadores
1• Informativo sobre Live de Orientação aos Municípios sobre repasse de recursos federais; 2• Informes sobre Conferência dos Direitos Humanos; 3• Convocação da próxima Reunião; 4• Assuntos Gerais.	Pauta
Iniciando os informativos, foi trazido para ciência dos (as) conselheiros (as) informações sobre a live de orientação para Municípios referente ao repasse de recursos federais para a pasta da Igualdade Racial, destacando que este é o primeiro recurso federal do Brasil destinado a essa área. Foi esclarecido que os municípios precisam se preparar para o processo de pré-habilitação. A Sra. Jeanine confirmou que o processo de pré-habilitação do município já está em andamento, com a documentação necessária (atas, fundo regulamentado, CNPJ) já organizada. O próximo passo será o processo de adesão, assim que a deliberação do Conselho Nacional for emitida. Houve discussão sobre a natureza dos recursos, que podem ser para investimento (material permanente, espaço físico) ou custeio (ações e projetos), ou ambos, conforme a deliberação a ser recebida. A Sra. Jeanine ressaltou a importância de aguardar a deliberação oficial para definir as ações e projetos a serem implementados, garantindo a conformidade com as diretrizes e a legislação. Em resposta aos questionamentos sobre a criação de projetos e ações para utilização dos recursos, a Secretaria Executiva sugeriu a constituição de uma comissão de planejamento para elaborar planos de ação e projetos, em diálogo com a gestão, para o uso dos recursos futuros. Explicou-se que o Regimento Interno do	**Item 1** - Informativo sobre Live de Orientação aos Municípios sobre repasse de recursos federais

CMPIR, em seu Artigo 28, prevê a criação de comissões temáticas paritárias, permanentes ou temporárias, com a finalidade de propor ações, realizar estudos, elaborar propostas e analisar políticas. O plenário pode criar tantas comissões quantas forem necessárias, e sua constituição e funcionamento serão estabelecidos por resolução específica. O conselheiro Leonardo Melo questionou sobre a composição das comissões, e a Secretaria Executiva esclareceu que, além dos conselheiros, poderão participar colaboradores, convidados e interessados, com direito à voz.	
A Secretária Executiva informou sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Campo Magro, solicitada pela Secretaria de Justiça (Estadual). A Secretaria de Assistência do município assumiu a organização, e a conferência está agendada para o dia 12 de setembro. O objetivo é agregar todas as pautas dos conselhos sob o viés dos direitos humanos. Comunicou-se ainda, que foi convocada uma reunião online da comissão organizadora para a próxima segunda-feira, às 10h, com o link a ser compartilhado nos grupos dos conselhos, convidando representantes de todos os conselhos a participar.	**Item 2** - Informes sobre Conferência dos Direitos Humanos
Diante da impossibilidade de deliberação na presente reunião e da existência de pautas importantes, o Presidente Robson Dino propôs a convocação da próxima reunião. Após consulta e confirmação da Secretaria Executiva, ficou acordado que a Reunião será realizada na sexta-feira, dia 05 de setembro de 2025, no horário habitual das 15h00. Foi levantada a discussão sobre a necessidade de revisão do Regimento Interno do CMPIR, especialmente no que tange à questão do quórum, a fim de favorecer o trabalho e o funcionamento do Conselho.	**Item 3** - Convocação da próxima Reunião
O Presidente Robson Dino agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião Ordinária do CMPIR.	Encerramento da plenária
Após o exposto, eu, Elaine Ferreira dos Santos, Secretária Executiva, declaro que a presente ata foi lavrada por mim e que a lista de presença se encontra em anexo.	

ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	***ROBSON JAIME PEREIRA***
Secretária Executiva	Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:B1CF1686

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 08/2025 – CMPIR

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de 2025, às quinze horas, foi realizada a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR. O encontro foi realizado em formato online via Google Meet. Estiveram presentes os conselheiros/as governamentais: **Leonardo** Henrique Melo Silva**,** Elisângela do Rocio Paulin Damrat, Felipe Lima e Claudia de Fátima Dalazuana. Os conselheiros/as não governamentais: **David** Francisco de Lara Silva, **Janaina** Carla Ribeiro Hummelgen, Robson Jaime Pereira; além da secretária executiva Elaine Ferreira	8ª Reunião Ordinária CMPIR 05/09/2025
Após o ingresso dos/as conselheiros/as na plataforma de videoconferência, o Presidente Robson Jaime Pereira, deu início a plenária agradecendo a todos os presentes.	Abertura
1• Aplicação do projeto capoeira aprovado pelo conselho; 2• Proposta de Construção de Calendário de Eventos junto à Gestão SAS; 3• Letramento Racial Institucional e Criação da Cartilha de Letramento Racial; 4• Oficiar Secretarias sobre Relatório de Ações Previsto no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial; 5• Assuntos Gerais.	Pauta
Inicialmente, abordou-se o tema referente à aplicação do Projeto capoeira, no valor de R$21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), previamente aprovado conforme Ata de Reunião Ordinária 04/2025 em 23 de maio de 2025. A discussão focou na busca por deliberação de recursos ao Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial para sua efetivação.	**Item 1** - Aplicação do projeto capoeira aprovado pelo conselho
Discutiu-se a necessidade de elaborar um calendário de eventos e organizar ações específicas para o "Mês da Consciência Negra" em Novembro. Para tanto, foi ressaltada a necessidade de ter mais conselheiros (as) no Grupo Temático de Eventos para elaboração de proposta a ser discutida e aprovada em plenária. Leonardo Henrique Melo Silva, Elisângela do Rocio Paulin Damrat, Felipe Lima e David Francisco de Lara Silva irão ingressar no grupo temático e agendar uma reunião para dar início ao planejamento do evento e o calendário das datas comemorativas.	**Item 2** - Proposta de Construção de Calendário de Eventos junto à Gestão SAS
A conselheira Janaína apresentou uma proposta abrangente para um curso de letramento racial (5 módulos, 20-30 horas, formato híbrido) e uma cartilha didática. O objetivo é informar, sensibilizar e orientar a população, servidores públicos e instituições sobre igualdade racial e combate ao racismo. Sugeriu-se a criação de três modelos da cartilha: um para a comunidade em geral (linguagem acessível), um infantil (lúdico) e outro para servidores (completo e técnico). Destacou-se, pelos demais conselheiros, a oportunidade de integrar este curso às ações do Mês da Consciência Negra e a necessidade de abordar a especificidade da população imigrante haitiana residente em Campo Magro. O Conselho aprovou a iniciativa de implementar o curso de letramento racial, e os conselheiros se comprometeram a fazer a leitura na íntegra da cartilha e trazer as considerações até a próxima reunião ordinária, para então, a plenária deliberar sobre os encaminhamentos para viabilização da proposta.	**Item 3** - Letramento Racial Institucional e Criação da Cartilha de Letramento Racial
Em seguida, apresentou-se um modelo de ofício a ser encaminhado às secretarias municipais, com o intuito de solicitar relatórios detalhados sobre suas ações em conformidade com o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial 2023-2026. A proposta de oficiar as secretarias sobre o relatório de ações do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial foi aprovada e a secretária executiva irá encaminhar os ofícios às secretarias com prazo de dez dias para resposta.	**Item 4** - Oficiar Secretarias sobre Relatório de Ações Previsto no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial
Após a discussão dos itens da pauta, formalizou-se a solicitação de informações e parecer sobre a conta, valores e documentação referente ao Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A proposta foi apresentada ao colegiado e aprovada pelos presentes. A secretária executiva, Elaine, irá encaminhar ofício à SAS, referente a solicitação.	**Item 5** - Assuntos Gerais
O Presidente, Robson Dino, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.	Encerramento da plenária
Após o exposto, eu, Elaine Ferreira dos Santos, Secretária Executiva, declaro que a presente ata foi lavrada por mim e que a lista de presença se encontra em anexo.	

ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	***ROBSON JAIME PEREIRA***
Secretária Executiva CMPIR	Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:A532BC0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 09/2025 – CMPIR

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2025, às quinze horas, foi realizada a sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR. O encontro foi realizado em formato online via Google Meet. Estiveram presentes os conselheiros/as governamentais: **Leonardo** Henrique Melo Silva**,** Elisângela do Rocio Paulin Damrat, Felipe Lima e Claudia de Fátima Dalazuana. Os conselheiros/as não governamentais: **Janaina** Carla Ribeiro Hummelgen, **Robson** Jaime Pereira e Edimar Matias da Silva; além da secretária executiva Elaine Ferreira	9ª Reunião Ordinária CMPIR 24/10/2025
Após o ingresso dos/as conselheiros/as na plataforma de videoconferência, o Presidente Robson Jaime Pereira, deu início a plenária agradecendo a todos os presentes.	Abertura
Leitura e Aprovação das Atas nº 07 e nº 08. Solicitação de parecer a respeito da conta, valores e documentação do fundo. Respostas das secretarias oficiadas a respeito das ações previstas no Plano. Mês da Consciência Negra. Assuntos Gerais. Inclusão de Pauta: Discussão sobre o repasse, data de entrega e critérios de gastos/investimento, proposta pela conselheira Janaina Carla Ribeiro Hummelgen.	Pauta
As Atas nº 07 e nº 08 foram lidas e, após breve análise, aprovadas por todos os presentes, sem ressalvas.	**Item 1** - Leitura e Aprovação das Atas nº 07 e nº 08.
Foi aberta discussão para considerações sobre o material referente ao Curso de Letramento Racial e à Cartilha Didática Igualdade Racial, que havia sido disponibilizado previamente para leitura dos conselheiros. **Proposta de Comissão:** O conselheiro Leonardo propôs a criação de uma comissão para planejar a execução do curso e da cartilha, envolvendo membros do conselho e representantes das secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação. Argumentou que a comissão permitiria um diagnóstico da realidade local de Campo Magro, confrontando o material com as necessidades do território e garantindo a adesão do poder público, especialmente considerando a subnotificação de casos de racismo e a ausência de fluxos claros para denúncias. A conselheira Janaína Carla Ribeiro Hummelgen, autora do material, defendeu que o projeto está substancialmente pronto e que a criação de uma comissão poderia atrasar a implementação. Sugeriu que os próximos passos e a definição de cronogramas poderiam ser tratados internamente. O conselheiro Robson expressou oposição à comissão, classificando-a como um "apagamento" do trabalho já desenvolvido e uma tática de atraso, ressaltando a histórica falta de apoio das secretarias e a capacidade do conselho de avançar sem essa estrutura adicional. A Secretaria Executiva buscou mediar, esclarecendo que a proposta de comissão, conforme o conselheiro Leonardo, visava a aplicação e a parceria com o Poder Público, e não a alteração do conteúdo. No entanto, também pontuou que, embora o Módulo 1 do curso estivesse detalhado, os módulos subsequentes ainda demandam desenvolvimento, indicando a necessidade de um trabalho conjunto para finalizar a proposta. A divergência de opiniões sobre a necessidade e a eficácia da criação de uma comissão para a implementação do curso e da cartilha impediu uma deliberação imediata sobre os próximos passos. A complexidade da discussão e a necessidade de consensuar uma proposta levaram à decisão de adiar a tomada de decisão. **Encaminhamentos**: Fica agendada uma reunião para a próxima sexta-feira, com o objetivo de dar continuidade à discussão sobre os encaminhamentos e a metodologia de aplicação do Curso de Letramento Racial e da Cartilha Didática Igualdade Racial, buscando construir uma proposta sobre a melhor forma de avançar com o projeto.	**Item 2** - Curso de Letramento Racial e Cartilha Didática Igualdade Racial: Encaminhamentos.
Devido ao esgotamento do tempo previsto para a reunião e à necessidade de encerramento por parte dos conselheiros e da Secretaria Executiva, as demais pautas não	**Item 3** - Demais pautas

puderam ser discutidas	
O Presidente, Robson Dino, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.	Encerramento da plenária
Após o exposto, eu, Elaine Ferreira dos Santos, Secretária Executiva, declaro que a presente ata foi lavrada por mim e que a lista de presença se encontra em anexo.	

ELAINE FERREIRA DOS SANTOS
Secretária Executiva CMPIR

ROBSON JAIME PEREIRA
Presidente do CMPIR

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:8800BADE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 135/2025 DATA: 12/11/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 no valor de R$ 4.849.076,08 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e setenta e seis reais e oito centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.780 de 19 de dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 4.849.076,08** (quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e setenta e seis reais e oito centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADM., PROJETOS E INFORMAÇÃO	
04.121.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM., PROJ. E INFORMAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
310	00000-Recursos Ordinários (Livre)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livre)	50.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
555	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	300.000,00
	SUBTOTAL	350.000,00
05	SECRETARIA DE FINANÇAS	
05.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTABILIDADE	
04.123.0002.2010	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. E CONTABILIDADE	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
720	00000-Recursos Ordinários (Livre)	175.000,00
	SUBTOTAL	175.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.365.0005.2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1290	00101-FNDE - FUNDEB 70%	318.876,25
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1040	00102-FNDE - FUNDEB 30%	215.100,21
12.365.0005.2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1300	00101-FNDE - FUNDEB 70%	64.388,33
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1070	00102-FNDE - FUNDEB 30%	22.538,79
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. E PEDAGÓGICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
910	00104-Demais Impostos Vinculados - Educação Básica - MDE	5.000,00
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1145	00157-FNDE - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	161.570,25
	SUBTOTAL	787.473,83
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0006.2021	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SELC	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1490	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1500	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.000,00
	SUBTOTAL	2.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	

08.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
10.301.0007.2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1960	00000-Recursos Ordinários (Livre)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA	
09.004	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMDCA)	
08.243.0006.6049	MANUTENÇÃO DA CASA LAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3230	00000-Recursos Ordinários (Livre)	25.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.182.0003.2052	MANUTENÇÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3480	00000-Recursos Ordinários (Livre)	25.000,00
26.782.0003.2053	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
3550	00000-Recursos Ordinários (Livre)	17.885,81
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3560	00000-Recursos Ordinários (Livre)	80.879,32
	SUBTOTAL	123.765,13
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0003.2059	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SUMA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3970	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4000	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
13.002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL (FUNDO MUN. - FUAMB)	
18.541.0003.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4070	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.000,00
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4090	00000-Recursos Ordinários (Livre)	19.414,45
13.003	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
15.451.0003.2062	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO E ENGENHARIA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4190	00000-Recursos Ordinários (Livre)	524.422,67
4198	00942-MCIDADES/CAIXA TC Nº 983431-2025 (20 Casas Populares - PAC)	2.800.000,00
	SUBTOTAL	3.365.837,12
	TOTAL	**4.849.076,08**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GABINETE DO PREFEITO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS	
04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
10	00000-Recursos Ordinários (Livre)	6.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
410	00000-Recursos Ordinários (Livre)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. E PEDAGÓGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
900	00104-Demais Impostos Vinculados - Educação Básica - MDE	5.000,00
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1030	00101-FNDE - FUNDEB 70%	23.913,91
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1060	00101-FNDE - FUNDEB 70%	62.230,67
	SUBTOTAL	91.144,58
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FROTAS	
04.122.0003.2051	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FROTAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3410	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3450	00000-Recursos Ordinários (Livre)	5.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.182.0003.2052	MANUTENÇÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3500	00000-Recursos Ordinários (Livre)	17.885,81
	SUBTOTAL	42.885,81
	TOTAL	**143.030,39**

II - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	799.716,44
00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	300.000,00
	TOTAL	**1.099.716,44**

III - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.02	REMUNERAÇÃO DB - RECURSOS LIVRES - 000	110.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	371.400,00
1.3.2.1.01.0.1.14	REMUNERAÇÃO DB - FUNDEB 30% - 102	163.359,00
1.7.1.5.52.0.1.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	161.570,25
2.4.1.9.99.0.1.11	REPASSE TERMO DE COMPROMISSO Nº 983431-2025/MCIDADES/CAIXA (20 CASAS POPULARES - PAC) - 942	2.800.000,00
	TOTAL	**3.606.329,25**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:63256950

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025 - PROCESSO INTERNO Nº 190/2025

Nilton José Teles, Secretario do Municípal de Turismo e Cultura, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 064/2025 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 29 de outubro de 2025 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Locação de decoração natalina, montagem, manutenção e desmontagem e aquisição de piscas, mangueiras de led e conectores,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração.

FORNECEDOR: FH CONSTRUCOES CIVIS LTDA - CNPJ: 57.053.222/0001-90

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	Mangueira de Led	RY/ATHALANTA/GLOBAL	ROL	15	670,00	10.050,00
4	1	Pisca/cordão de led	RY/ATHALANTA/GLOBAL	ROL	480	27,00	12.960,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 23.010,00 (vinte e três mil e dez reais).

FORNECEDOR: NOVA BRASIL SERVIÇOS E LOCAÇÓES LTDA - CNPJ: 09.239.327/0001-95

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Locação de decoração natalina incluindo montagem, manutenção e desmontagem.	natal dos sonhos	SRV	1	500.000,00	500.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

FORNECEDOR: VELHA GRÁFICA LTDA - CNPJ: 04.664.811/0001-48

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
3	1	CONECTOR PLUG TOMADA FONTE	led global	UND	400	12,47	4.988,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 4.988,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 527.998,00 (quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais)

Carlópolis, 12 de novembro de 2025.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:9E462980

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
EDITAL N.º 19.0012025 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA - RECLASSIFICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – PR
EDITAL N.º 19.001/2025
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA - Reclassificação
O Presidente do Poder Legislativo do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** (Reclassificação) do Concurso Público n.º 001/2025, nos seguintes termos.
Art. 1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva recalculado com a anulação administrativa das questões 18 e 23.
Art. 2° Quanto ao resultado divulgado, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 13/11/2025 até às 23h59min do dia 14/11/2025,** observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul (PR), 12 de novembro de 2025

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL - PR						
CONCURSO PÚBLICO - 001/2025						
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76						
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 19.001/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA						
6995 - ADVOGADO - CERRO AZUL						
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LPO**	**INF**	**CE**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0040671	ADRIANA HEMI MORI	3,00	5,00	81,00	89,00	Ampla Concorrência
0040466	ALAN LUIZ DA ROSA	3,00	3,00	81,00	87,00	Ampla Concorrência
0040679	ALESSANDRO DE ASSIS MATOS	5,00	3,00	69,00	77,00	Ampla Concorrência
0040673	ALEXANDRE MATOS LIMA	3,00	5,00	60,00	68,00	Ampla Concorrência
0040509	ALINE FERNANDA DOS REIS GENEROSO	4,00	2,00	48,00	54,00	Ampla Concorrência
0040575	ANA CAROLINA MACIEL NUNES	5,00	3,00	78,00	86,00	Ampla Concorrência
0040464	ANA CAROLINA TELES MELO	4,00	2,00	72,00	78,00	Afrodescendente
0040694	ANA FLAVIA JAQUETTI	3,00	4,00	45,00	52,00	Ampla Concorrência
0040578	ANDREI KOSSMANN HOMERCHER	4,00	4,00	81,00	89,00	Ampla Concorrência
0040627	ANGÉLICA CARDOZO DOS SANTOS	4,00	3,00	69,00	76,00	Ampla Concorrência
0040686	ANGELIQUE DE CONTO HEISLER	3,00	3,00	63,00	69,00	Ampla Concorrência
0040507	CAIO CEZAR DOS SANTOS	3,00	3,00	72,00	78,00	Ampla Concorrência
0040640	CASSIANO RICARDO OSTEN OLIVEIRA	2,00	2,00	63,00	67,00	Ampla Concorrência
0040701	CICERA DAIANE MIRANDA	3,00	3,00	60,00	66,00	Afrodescendente
0040548	DAVID CARDOSO REZENDE	1,00	3,00	57,00	61,00	Ampla Concorrência
0040668	EDEGARD ALVES DA ROCHA JUNIOR	4,00	3,00	63,00	70,00	Ampla Concorrência
0040492	EDINA CLAUDIA CLEMENTE	3,00	2,00	48,00	53,00	Afrodescendente
0040467	EDVAN DA SILVA COIMBRA	4,00	2,00	84,00	90,00	Ampla Concorrência
0040659	ELANA AVELINO WELYCZKO	2,00	3,00	75,00	80,00	Ampla Concorrência
0040512	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	4,00	4,00	51,00	59,00	Ampla Concorrência
0040493	EVANDER MYKE DE OLIVEIRA NUNES	1,00	4,00	51,00	56,00	Ampla Concorrência
0040554	FABIANE PINTO	5,00	5,00	51,00	61,00	Ampla Concorrência
0040620	FABIO JOSE STRAUBE DE CASTRO	2,00	2,00	60,00	64,00	Ampla Concorrência
0040613	FABRICIO DE MOURA E COSTA	1,00	3,00	48,00	52,00	Ampla Concorrência
0040561	FELIPE BECHARA DE CASTRO ASFORA	4,00	2,00	72,00	78,00	Ampla Concorrência
0040703	FELIPE DE CAIRES SCHLUGA	5,00	3,00	75,00	83,00	Ampla Concorrência
0040418	FERNANDO SANTILHO DE SOUZA	3,00	1,00	63,00	67,00	Afrodescendente
0040563	FERNANDO WILLIAM DE MELO	4,00	5,00	72,00	81,00	Ampla Concorrência
0040654	GABRIEL LEITE CARVALHO	2,00	3,00	63,00	68,00	Ampla Concorrência
0040702	GABRIEL OTÁVIO DOS SANTOS	3,00	4,00	45,00	52,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0040423	GABRIELLA VESCOVI	3,00	3,00	78,00	84,00	Ampla Concorrência
0040506	GABRIELY RAPHAELA MOREIRA	3,00	3,00	60,00	66,00	Ampla Concorrência
0040645	GERALDO DO CARMO	5,00	4,00	87,00	96,00	Ampla Concorrência
0040500	GIOVANA CLARA DE MOURA MACHADO	3,00	4,00	45,00	52,00	Ampla Concorrência
0040601	GUILHERME KALIF ANDRADE HAMAD	4,00	4,00	84,00	92,00	Ampla Concorrência
0040603	GUILHERME PAULA CANDIDO	5,00	4,00	66,00	75,00	Ampla Concorrência
0040518	GUSTAVO PEREIRA NETO	3,00	5,00	81,00	89,00	Ampla Concorrência
0040498	ISABELE MARCO CIOCCARI	3,00	4,00	69,00	76,00	Ampla Concorrência
0040670	IZADORA CAROLINE COSTA	4,00	3,00	81,00	88,00	Ampla Concorrência
0040678	JIAN CARLOS HARTT VIDIGAL	3,00	4,00	69,00	76,00	Ampla Concorrência
0040579	JOÃO FELIPE COLONESE CUNHA	4,00	4,00	72,00	80,00	Ampla Concorrência
0040552	JORGE PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	1,00	4,00	60,00	65,00	Ampla Concorrência
0040556	JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO	3,00	2,00	72,00	77,00	Afrodescendente
0040413	JOSENILSON DA ROCHA	1,00	4,00	75,00	80,00	Ampla Concorrência
0040564	JUAREZ CALIXTO JÚNIOR	3,00	4,00	72,00	79,00	Ampla Concorrência
0040427	JULIANA MICHELE DE ASSUNÇÃO	4,00	4,00	69,00	77,00	Ampla Concorrência
0040533	JULIANE MENDES DE OLIVEIRA	3,00	4,00	60,00	67,00	Ampla Concorrência
0040696	KELI ALMEIDA SILVA	5,00	5,00	42,00	52,00	Ampla Concorrência
0040650	LADSON PEREIRA DA SILVA	3,00	2,00	69,00	74,00	Ampla Concorrência
CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL - PR						
CONCURSO PÚBLICO - 001/2025						
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76						
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 19.001/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA						

6995 - ADVOGADO - CERRO AZUL

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	INF	CE	PONTOS	MODALIDADE
0040487	LARISSA CRETELLA TEIXEIRA	4,00	3,00	66,00	73,00	Ampla Concorrência
0040589	LEONARDO CZAIKOWSKI	4,00	5,00	84,00	93,00	Ampla Concorrência
0040658	LILIANE PAULART SILVA	2,00	3,00	54,00	59,00	Ampla Concorrência
0040478	LUANA CAROLINE NUNES SERVILHA	3,00	3,00	63,00	69,00	Ampla Concorrência
0040510	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	5,00	3,00	78,00	86,00	Ampla Concorrência
0040559	LUCIA HELENA CONSTANTINOPOLOS SEVERO PEREIRA BATISTA	5,00	3,00	54,00	62,00	Ampla Concorrência
0040540	LUIS GUILHERME LANGE TUCUNDUVA	3,00	5,00	66,00	74,00	Ampla Concorrência
0040653	LUIZ HENRIQUE LEAL	3,00	4,00	81,00	88,00	Ampla Concorrência
0040692	MAYRA DAIANY OLIVEIRA DA SILVA	4,00	2,00	51,00	57,00	Ampla Concorrência
0040431	MAYULI HANCZ	2,00	4,00	45,00	51,00	Ampla Concorrência
0040437	MILENA DELATTRE ABRAHAO	4,00	4,00	78,00	86,00	Ampla Concorrência
0040557	NEIDIDALA VITORIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	2,00	1,00	72,00	75,00	Ampla Concorrência
0040435	NICOLAS FERNANDES CARDOSO	3,00	4,00	78,00	85,00	Ampla Concorrência
0040596	NORTON ENGEMBERG MENDES DOS SANTOS	4,00	3,00	54,00	61,00	Ampla Concorrência
0040468	OSEIAS MOREIRA SCHEFER	4,00	3,00	69,00	76,00	Afrodescendente
0040685	PIERRE DA CRUZ SILVEIRA	2,00	3,00	45,00	50,00	Ampla Concorrência
0040621	RAFAEL GIMENES LOPES	2,00	3,00	72,00	77,00	Ampla Concorrência
0040558	RAFAELA CAROLINE VARGAS CHEONG	2,00	2,00	57,00	61,00	Ampla Concorrência
0040422	RHAYANE BORGES BLUM	3,00	3,00	57,00	63,00	Ampla Concorrência
0040469	RODRIGO APARECIDO RODRIGUES MORETTI	3,00	2,00	63,00	68,00	Ampla Concorrência
0040623	ROSIANE HORODENSKI	5,00	3,00	78,00	86,00	Ampla Concorrência
0040495	SILVANA CRISTINA CAVICHIO	5,00	5,00	75,00	85,00	Ampla Concorrência
0040651	SILVIA LUANA SILVEIRA	5,00	3,00	87,00	95,00	Ampla Concorrência
0040595	SORAIA KAFROUNI	3,00	3,00	51,00	57,00	Ampla Concorrência
0040483	TAISON LEMOS DA SILVA	1,00	2,00	69,00	72,00	Ampla Concorrência
0040415	THAIS GOUVÊA EGG DA ROCHA	2,00	4,00	69,00	75,00	Ampla Concorrência
0040459	THAIS RODRIGUES ALMEIDA	2,00	2,00	51,00	55,00	Ampla Concorrência
0040565	VANESSA EBLING COMINE	2,00	2,00	57,00	61,00	Ampla Concorrência
0040433	VICTOR IGOR CIT FONTOURA DE LARA	4,00	2,00	78,00	84,00	Ampla Concorrência
0040604	VICTORIA GOMES GONCALVES CARVALHO	3,00	3,00	57,00	63,00	Ampla Concorrência
0040665	VICTORIA GOSS DA SILVA	4,00	4,00	51,00	59,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0040624	WELLINGTON ROBERTO LEITE FONSECA	2,00	3,00	81,00	86,00	Ampla Concorrência
0040600	WILLIAN LORENSKI	3,00	4,00	60,00	67,00	Ampla Concorrência
0040674	YURI IGNES DESPLANCHES	1,00	4,00	78,00	83,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:0FFC58A1

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
EDITAL N.º 20.001-2025 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS - RECLASSIFICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – PR
EDITAL N.º 20.001/2025
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS - Reclassificação
O Presidente do Poder Legislativo do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** (Reclassificação) do Concurso Público n.º 001/2025, nos seguintes termos.
Art.1° Fica divulgado mediante o **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos – Reclassificação.
Art. 2° Quanto ao resultado divulgado, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 13/11/2025 até às 23h59min do dia 14/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul (PR), 12 de novembro de 2025

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL - PR
CONCURSO PÚBLICO - 001/2025
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 20.001/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS
6995 - ADVOGADO - CERRO AZUL

INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZ AÇÃO	MODALIDADE
0040671	ADRIANA HEMI MORI	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040466	ALAN LUIZ DA ROSA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040679	ALESSANDRO DE ASSIS MATOS	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040575	ANA CAROLINA MACIEL NUNES	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040464	ANA CAROLINA TELES MELO	0,00	0,00	3,00	Afrodescendente
0040578	ANDREI KOSSMANN HOMERCHER	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040627	ANGÉLICA CARDOZO DOS SANTOS	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040507	CAIO CEZAR DOS SANTOS	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040701	CICERA DAIANE MIRANDA	0,00	0,00	3,00	Afrodescendente
0040548	DAVID CARDOSO REZENDE	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040467	EDVAN DA SILVA COIMBRA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040659	ELANA AVELINO WELYCZKO	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040613	FABRICIO DE MOURA E COSTA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040561	FELIPE BECHARA DE CASTRO ASFORA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040563	FERNANDO WILLIAM DE MELO	0,00	4,00	6,00	Ampla Concorrência
0040423	GABRIELLA VESCOVI	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040645	GERALDO DO CARMO	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência

0040603	GUILHERME PAULA CANDIDO	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040518	GUSTAVO PEREIRA NETO	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040498	ISABELE MARCO CIOCCARI	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040670	IZADORA CAROLINE COSTA	0,00	4,00	0,00	Ampla Concorrência
0040579	JOÃO FELIPE COLONESE CUNHA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040556	JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO	0,00	0,00	3,00	Afrodescendente
0040413	JOSENILSON DA ROCHA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040564	JUAREZ CALIXTO JÚNIOR	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040533	JULIANE MENDES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência

6995 - ADVOGADO - CERRO AZUL

INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZ AÇÃO	MODALIDADE
0040650	LADSON PEREIRA DA SILVA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040487	LARISSA CRETELLA TEIXEIRA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040478	LUANA CAROLINE NUNES SERVILHA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040510	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040559	LUCIA HELENA CONSTANTINOPOLOS SEVERO PEREIRA BATISTA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040692	MAYRA DAIANY OLIVEIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040431	MAYULI HANCZ	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040437	MILENA DELATTRE ABRAHAO	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040435	NICOLAS FERNANDES CARDOSO	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040596	NORTON ENGEMBERG MENDES DOS SANTOS	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040468	OSEIAS MOREIRA SCHEFER	0,00	0,00	6,00	Afrodescendente
0040621	RAFAEL GIMENES LOPES	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040469	RODRIGO APARECIDO RODRIGUES MORETTI	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040623	ROSIANE HORODENSKI	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040495	SILVANA CRISTINA CAVICHIO	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040483	TAISON LEMOS DA SILVA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040415	THAIS GOUVÊA EGG DA ROCHA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040433	VICTOR IGOR CIT FONTOURA DE LARA	0,00	0,00	6,00	Ampla Concorrência
0040624	WELLINGTON ROBERTO LEITE FONSECA	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0040600	WILLIAN LORENSKI	0,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:31646897

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 - PROCESSO Nº 78/2025

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 - PROCESSO Nº 78/2025

Objeto: Aquisição de Cestas Básicas para distribuição aos usuários do Benefício Eventual - Auxílio Alimentação, aos atendidos pela Assistência Social no município de Clevelândia/PR..

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

ZULMIR PERIN - CNPJ: 05.286.113/0001-19

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	1.500	UN	kits cesta básica embalados em fardo transparente resistentes, constituído dos elementos cada cesta básica devera ser composta dos seguintes produtos: 1(UM) Pacote de arroz, subgrupo parboilizado, classe longo fino, tipo I, polido, embalagem contendo no mínimo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 3(TRES) Pacotes de farinha de trigo especial, tipo I, embalagem com 1 kg cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de açúcar cristal, embalagem contendo no mínimo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 2 (DOIS) Pacotes de feijão preto tipo I, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem contendo no mínimo 1 kg cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de sal refinado (cloreto de sódio, iodato de potássio, antiumectante, especial para mesa e cozinha), embalagem contendo no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 2(DOIS) Óleo de soja refinado e antioxidante: ácido cítrico, não contem glúten, 0% gordura trans., ômega 6, ômega 3, filtrado 5 vezes, tipo I, embalagem contendo no mínimo 900 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de farinha de milho (fubá), produzido a partir de grão de milho na cor amarela, de aspecto fino, livre de umidade, contendo ferro e ácido fólico, embalagem contendo no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da	economia/	114,2500	171.375,0000

			mercadoria. 8(OITO) Pacotes de macarrão com ovos, embalagem contendo no mínimo 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1 (UM) Fermento biológico seco instantâneo, para pão, embalagem contendo no mínimo 125 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Sabão em barra - Composição: ácido graxo animal, alcalinizante, glicerina, sequestrante, carga, corante , fragrância e veiculo, embalagem contendo no mínimo 400 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Papel higiênico neutro, branco, 100% de fibras celulósicas, folhas simples, medidas mínimas de cada rolo 10cm x 30m, embalagem contendo 04 rolos, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de farinha de milho flocada, produzido a partir de grão de milho na cor amarela, de aspecto fino, livre de umidade, contendo ferro e ácido fólico, embalagem contendo no mínimo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Extrato de Tomate - Deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. O produto deve estar isento de fermentação e não pode indicar processamento defeituoso. Características: aspecto: massa mole; cor: vermelho; cheiro: próprio; sabor: próprio. Embalagem: contendo no mínimo 340 gramas. 1 (UM) Fermento em pó químico - Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado. Embalagem contendo no mínimo 100 gramas de produto, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Sabonete, barra retangular, fragrância: floral, uso: higiene corporal, composição: a base de sódio, água, glicerina, carbonatos, cloreto de sódio, perfume, óleos, edta, bht, embalagem: pacote plastificado contendo uma unidade de no mínimo 90 gramas.			
2	500	UN	kits cesta básica embalados em fardo transparente resistentes, constituído dos elementos cada cesta básica devera ser composta dos seguintes produtos: 1(UM) Pacote de arroz, subgrupo parboilizado, classe longo fino, tipo I, polido, embalagem contendo no mínimo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 3(TRES) Pacotes de farinha de trigo especial, tipo I, embalagem com 1 kg cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de açúcar cristal, embalagem contendo no mínimo 5 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 2 (DOIS) Pacotes de feijão preto tipo I, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem contendo no mínimo 1 kg cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de sal refinado (cloreto de sódio, iodato de potássio, antiumectante, especial para mesa e cozinha), embalagem contendo no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 2(DOIS) Óleo de soja refinado e antioxidante: ácido cítrico, não contem glúten, 0% gordura trans., ômega 6, ômega 3, filtrado 5 vezes, tipo I, embalagem contendo no mínimo 900 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de farinha de milho (fubá), produzido a partir de grão de milho na cor amarela, de aspecto fino, livre de umidade, contendo ferro e ácido fólico, embalagem contendo no mínimo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 8(OITO) Pacotes de macarrão com ovos, embalagem contendo no mínimo 1 kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1 (UM) Fermento biológico seco instantâneo, para pão, embalagem contendo no mínimo 125 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria.	economia/	114,2500	57.125,0000

ZULMIR PERIN - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
			1(UM) Sabão em barra - Composição: ácido graxo animal, alcalinizante, glicerina, sequestrante, carga, corante , fragrância e veiculo, embalagem contendo no mínimo 400 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Papel higiênico neutro, branco, 100% de fibras celulósicas, folhas simples, medidas mínimas de cada rolo 10cm x 30m, embalagem contendo 04 rolos, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de farinha de milho flocada, produzido a partir de grão de milho na cor amarela, de aspecto fino, livre de umidade, contendo ferro e ácido fólico, embalagem contendo no mínimo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Extrato de Tomate - Deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. O produto deve estar isento de fermentação e não pode indicar processamento defeituoso. Características: aspecto: massa mole; cor: vermelho; cheiro: próprio; sabor: próprio. Embalagem: contendo			

			no mínimo 340 gramas. 1 (UM) Fermento em pó químico - Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado. Embalagem contendo no mínimo 100 gramas de produto, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Sabonete, barra retangular, fragrância: floral, uso: higiene corporal, composição: a base de sódio, água, glicerina, carbonatos, cloreto de sódio, perfume, óleos, edta, bht, embalagem: pacote plastificado contendo uma unidade de no mínimo 90 gramas. 1(UM) Sabão em barra - Composição: ácido graxo animal, alcalinizante, glicerina, sequestrante, carga, corante , fragrância e veiculo, embalagem contendo no mínimo 400 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Papel higiênico neutro, branco, 100% de fibras celulósicas, folhas simples, medidas mínimas de cada rolo 10cm x 30m, embalagem contendo 04 rolos, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Pacote de farinha de milho flocada, produzido a partir de grão de milho na cor amarela, de aspecto fino, livre de umidade, contendo ferro e ácido fólico, embalagem contendo no mínimo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Extrato de Tomate - Deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes. É tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. O produto deve estar isento de fermentação e não pode indicar processamento defeituoso. Características: aspecto: massa mole; cor: vermelho; cheiro: próprio; sabor: próprio. Embalagem: contendo no mínimo 340 gramas. 1 (UM) Fermento em pó químico - Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó fino, cor branca, sabor e odor próprios. Não deve apresentar-se empedrado. Embalagem contendo no mínimo 100 gramas de produto, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Data de validade de no mínimo 03 (três) meses, a contar da data de entrega da mercadoria. 1(UM) Sabonete, barra retangular, fragrância: floral, uso: higiene corporal, composição: a base de sódio, água, glicerina, carbonatos, cloreto de sódio, perfume, óleos, edta, bht, embalagem: pacote plastificado contendo uma unidade de no mínimo 90 gramas.		

Clevelândia, 12 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:9BBCE65C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 399/2025

Exercício: 2025
Decreto n° 399/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2283/2025 de 11/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
30 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
03.002		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
03.002.04.128.0006.2.010		FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	
66 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
144 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
05.003		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
05.003.17.512.0020.2.018		MANUTENCAO DA COLETA DE LIXO	
182 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	56.612,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
239 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
291 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.600,00

06.004		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
06.004.13.392.0017.2.038		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
404 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE SAUDE	
07.001.10.122.0019.2.041		MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO DA SAUDE	
460 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
493 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
493 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	42.788,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
540 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.245.0021.6.054		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	
686 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.000,00

Suplementação			
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
741 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
771 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
771 - 3.1.90.11.00.00	510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
820 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
Total Suplementação:			950.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.006		MANUTENCAO DA SUBPREFEITURA	
15 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.000,00
16 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.000,00
17 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	950,00
18 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	950,00
19 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.400,00
21 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	450,00
22 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	950,00
28 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXILIO-ALIMENTACAO	5.000,00
29 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	950,00
03.001.06.181.0028.2.084		GUARDA MUNICIPAL	
53 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.900,00
54 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.900,00
55 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	9.900,00
56 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.900,00
57 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	990,00
58 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.900,00
59 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
03.001.19.126.0003.2.009		PROGRAMA CIDADE DIGITAL	
60 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	990,00
61 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	990,00
62 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	990,00
63 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	990,00

Redução			
64 - 3.3.90.40.00.00	510	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	70.000,00
65 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	990,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
161 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
05.002		DEPARTAMENTO DE FOMENTO E IMPLANTACAO DE INDUSTRIA	
05.002.22.661.0010.2.016		DIVISAO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO	
174 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
05.002.22.661.0010.2.083		IMPLANTACAO DO PARQUE INDUSTRIAL	
178 - 3.3.67.83.00.00	1000	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA - PPP, EXCETO SUBVENCOES ECONOMICAS, AP	990,00
179 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.900,00
180 - 4.4.67.82.00.00	1000	APORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PUBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARC	990,00
181 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.900,00
05.003		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
05.003.18.541.0009.1.026		PARQUE LINEAR	
199 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	9.000,00
05.003.18.541.0009.1.049		AQUISICAO/DESAPROPRIACAO DE AREA PARA O PARQUE LINEAR	
200 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.900,00
201 - 4.4.90.61.00.00	1000	AQUISICAO DE IMOVEIS	4.900,00
05.003.18.541.0009.2.020		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE MEIO AMBIENTE	
214 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.800,00
218 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
219 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00

06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0014.1.004		AQUISICAO ONIBUS/SIMILARES	
290 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
06.002.12.365.0015.2.030		PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR - ED. INFANTIL	
335 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA	85.000,00
		DISTRIBUICAO GRATUITA	
06.002.12.367.0013.2.033		SUBVENCAO SOCIAL A APAE	
366 - 3.3.50.43.00.00	1000	SUBVENCOES SOCIAIS	24.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE SAUDE	
07.001.10.122.0019.1.032		CONSTRUCAO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
454 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	990,00
07.001.10.122.0019.2.041		MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO DA SAUDE	

Redução			
474 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.900,00
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.042		FARMACIA MUNICIPAL	
492 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900,00
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
493 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
498 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	78.000,00
501 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
502 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	7.700,00
507 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	49.100,00
512 - 4.4.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	6.900,00
07.003.10.301.0019.2.044		PROGRAMA DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	
524 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	990,00
07.003.10.301.0019.2.045		PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	
527 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	990,00
528 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	990,00
530 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	990,00
532 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	990,00
535 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.900,00
536 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.500,00
07.003.10.302.0019.1.010		REFORMA/AMPLIACAO DO HOSPITAL	
537 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	1.990,00
07.003.10.302.0019.1.033		CONSTRUCAO DE UMA UNIDADE DO CAPS	
538 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	1.400,00
07.003.10.302.0019.1.048		AQUISICAO DE VEICULOS	
539 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
540 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
07.003.10.302.0019.2.047		MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
555 - 3.1.50.41.00.00	1000	CONTRIBUICOES	1.000,00
555 - 3.1.50.41.00.00	303	CONTRIBUICOES	1.000,00
557 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.629,00
568 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	3.150,00
570 - 3.3.90.37.00.00	303	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	7.640,00
570 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	100,00
571 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.490,00
571 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	32.858,00
572 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	814,00

Redução			
572 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1.290,00
575 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	429,00
07.003.10.304.0019.2.048		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	
591 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	990,00
07.003.10.305.0019.2.049		MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
605 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.990,00
07.003.10.331.0019.2.070		VIGILANCIA EM SAUDE DO TRABALHADOR	
606 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	990,00
607 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	490,00
608 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	990,00
609 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.990,00
610 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	990,00
611 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	990,00
612 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	990,00
615 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	990,00
617 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.750,00
618 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.990,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.245.0021.5.035		CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO CREAS	
650 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.950,00
08.002.08.245.0021.5.036		CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DO ADOLESCENTRO	
651 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.950,00
08.002.08.245.0021.5.037		CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DO PROJETO ANJO DA GUARDA	
652 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.950,00
08.002.08.245.0021.5.038		FMDCCA - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA - VEICULOS	
653 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	990,00
08.002.08.245.0021.6.055		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
702 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
717 - 3.3.90.48.00.00	1000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	20.000,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.1.057		CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DO CENTRO DE GERACAO DE RENDA	

720 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	9.990,00
08.003.08.245.0021.1.058		CONTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DO CRAS	
721 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	990,00
08.003.08.245.0021.1.059		CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO CENTRO DE CONVIVENCIA	
722 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	9.990,00
08.003.08.245.0021.2.090		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	

Redução			
724 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.1.019		CONSTRUCAO/AMPLIACAO/REFORMA MUROS DE ARRIMO	
769 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.900,00
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
787 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.900,00
09.001.25.752.0022.1.051		IMPLANTACAO DE USINA SOLAR	
788 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.990,00
789 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.990,00
791 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	470,00
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.25.752.0023.1.020		AMPLIACAO DE REDE DE ENERGIA ELETRICA	
806 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	4.900,00
12		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
12.001		MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO NO MUNICIPIO	
12.001.04.124.0025.2.073		MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO NO MUNICIPIO	
847 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	900,00
848 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	900,00
849 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	6.000,00
852 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
853 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.900,00
857 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900,00
13		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001.02.062.0005.2.005		ATIVIDADES JURIDICAS	
861 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	7.900,00
868 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.000,00
869 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.800,00
872 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
Total Redução:			950.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE CONTENDA 12/11/2025 - 08:26:56

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:9037640C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2025- CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do termo de adesão e plano de ação referente a deliberação 049/2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, no uso de suas atribuições legais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 968/2005, e considerando em conformidade com as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o termo de adesão e plano de ação referente ao repasse Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda/PR, 12 de novembro de 2025.

JÉSSICA SIMIONI DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

PLANO DE AÇÃO – AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES
Programa Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo

Município: Contenda / Pr
Valor recebido: R$ 40.000,00
Equipamento onde ficará instalada a sala: CCI

Objetivo do plano:

Implantar e estruturar um Espaço de Convivência e Estimulação Física e Cognitiva para pessoas idosas, garantindo um ambiente adequado para práticas corporais, atividades cognitivas, inclusão digital e musicalização, conforme autorizado pelo Art. 11, incisos I a V da Deliberação.

1. DESCRIÇÃO DO ESPAÇO
O espaço será composto por:
Área para atividades físicas (Pilates, alongamento, equilíbrio e fortalecimento)
Espaço de convivência e atividades cognitivas
Espaço de inclusão digital (mini sala com computador/TV/projetor)
2. ITENS A SEREM ADQUIRIDOS - (Todos permitidos pela Deliberação – Art. 11, I a V)

CATEGORIA	ITEM ADIQUIRIR	JUSTIFICATIVA CONFORME DELIBERAÇÃO
Equipamentos para atividades físicas (Pilates / fortalecimento / reabilitação)	- Kit de bolas suíças (3 tamanhos) -Faixas elásticas therabands - Colchonetes - Step ou plataforma de equilíbrio - Bastões -overball -magic cricle - Mini bike ergométrica (bicicleta estacionária)	Autorizado como "equipamentos para atividades físicas, pilates, musculação, reabilitação e bicicletas destinados às oficinas" (Art. 11, I)
Tecnologia / Inclusão digital	- 01 Computador para gestão e cadastro dos idosos - 01 TV Smart 55'' para oficinas e aulas multimídia - 01 caixa de som - 01 microfone sem fio - Roteador Wi-fi (se necessário)	Autorizado como "dispositivos eletrônicos, computadores, televisores, sistemas de som, microfones, roteadores" (Art. 11, II)
Tecnologia assistiva / acessibilidade	- Teclado e mouse adaptados (para idosos com mobilidade reduzida) - Software para letramento digital / leitor de tela (caso necessário)	Autorizado como "softwares e dispositivos de acessibilidade e tecnologia assistiva" (Art. 11, III)
Instrumentos artísticos e musicais	- Pandeiro, violão, tamborim, ou instrumentos de percussão simples	Permitido como "instrumentos musicais e artísticos" (Art. 11, IV)
Outros materiais permanentes	- Armário organizador - Suporte para bolas e colchonetes - Mesas e cadeiras para atividades cognitivas	Permitidos desde que respeitem o objeto e não estejam nas vedações (Art. 11, V e Art. 13

Não serão adquiridos: materiais de consumo, pagamento de pessoal, reformas ou locação de equipamentos, conforme vedações do Art. 13 .
3. RESULTADOS ESPERADOS
Estrutura completa para práticas corporais e cognitivas
Inclusão digital com acesso à tecnologia e internet
Fortalecimento de vínculos comunitários
4. METAS DO PROGRAMA - (atendendo o que está previsto no Anexo I – Metas)

META	QUANTITATIVO MONIMO
Pessoas idosas atendidas	Conforme número definido para o município no Anexo II
Eventos de convivência	01 evento
Atividades intergeracionais	02 ações

A meta específica do seu município depende do número de pessoas idosas — está na tabela final do documento Anexo II
5. CRONOGRAMA

ETAPA	PERÍODO
Planejamento e finalização da lista de compras	Mês 1
Aquisição dos equipamentos	Mês 1 e 2
Organização da sala e instalação dos equipamentos	Mês 2
Início das atividades e registro dos participantes	Mês 3
Execução contínua (mínimo 12 meses)	Mês 3 a 15

6. REGISTROS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS - Conforme Art. 17 e seguintes: listas de presença, relatórios, fotos e registro das atividades

7. ETIQUETAGEM DOS BENS
Art. 24, parágrafo único:
Deve constar etiqueta: Adquirido com recursos da Deliberação nº 049/2025 – Programa Cuida Mais Paraná – CEDIPI/PR/FIPAR/SEMIPI"

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:951DE0DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER, TERMO DE ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 64/2025
DATA: 28/08/25 ABERTURA: 19/09/25 DISPUTA: 09h
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS REALIZADOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Após a análise e julgamento do recurso interposto pela empresa *IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA*, o qual foi indeferido pela autoridade superior, verificou-se que a documentação apresentada encontra-se em conformidade com as exigências do edital. Assim, encaminha-se o presente processo à autoridade competente, para decisão final quanto à adjudicação e homologação dos lotes em favor dos licitantes vencedores:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	WV SERVIÇOS LTDA	398,00	1.990,00
2	2	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	500,00	50.000,00
3	3	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	366,66	10.999,80
4	4	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	793,33	11.899,95
5	5	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	2.650,00	26.500,00
6	6	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	966,66	14.499,90
7	7	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	969,00	96.900,00
8	8	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	1.480,00	7.400,00
9	9	WV SERVIÇOS LTDA	100,00	50.000,00

10	10	WV SERVIÇOS LTDA	655,00	29.475,00
11	11	WV SERVIÇOS LTDA	600,00	27.000,00
12	12	WV SERVIÇOS LTDA	670,00	5.360,00
13	13	WV SERVIÇOS LTDA	670,00	24.790,00
14	14	WV SERVIÇOS LTDA	658,00	24.346,00
15	15	WV SERVIÇOS LTDA	1.945,00	42.790,00
16	16	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	36.000,00	108.000,00
17	17	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	175,00	35.000,00
18	18	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	10.800,00	162.000,00
19	19	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	18.000,00	180.000,00
20	20	WV SERVIÇOS LTDA	375,00	14.250,00
21	21	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	16.000,00	48.000,00
22	22	WV SERVIÇOS LTDA	515,00	22.145,00
23	23	WV SERVIÇOS LTDA	780,00	25.740,00
24	24	LEDER E MAFRA LTDA ME	993,33	14.899,95
25	25	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.590,00	15.900,00
26	26	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.499,00	14.990,00
27	27	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.993,33	29.899,95
28	28	LEDER E MAFRA LTDA ME	2.398,00	23.980,00
29	29	LEDER E MAFRA LTDA ME	2.100,00	21.000,00
30	30	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.399,33	20.989,95
31	31	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.619,00	16.190,00
32	32	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.619,00	16.190,00
33	33	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	90.000,00	270.000,00
34	34	S G LABERTON LTDA	345,00	6.900,00
35	35	S G LABERTON LTDA	289,00	28.900,00
36	36	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	6.400,00	32.000,00
37	37	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	2.800,00	14.000,00
38	38	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	5.100,00	51.000,00
39	39	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	7.300,00	36.500,00
40	40	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	4.200,00	42.000,00
41	41	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	6.700,00	33.500,00
42	42	WV SERVIÇOS LTDA	1.550,00	7.750,00
43	43	WV SERVIÇOS LTDA	120,00	2.400,00
44	44	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	150,00	7.500,00
45	45	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	104,00	5.200,00
46	46	WV SERVIÇOS LTDA	120,00	24.000,00
47	47	WV SERVIÇOS LTDA	635,00	15.875,00
48	48	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	1.750,00	35.000,00
49	49	WV SERVIÇOS LTDA	68,00	68.000,00
50	1	RODRIGO FRACARO 05731691959	1.012,60	25.315,00
	2	RODRIGO FRACARO 05731691959	167,60	3.352,00
	3	RODRIGO FRACARO 05731691959	118,70	2.374,00
	4	RODRIGO FRACARO 05731691959	118,70	2.374,00
	5	RODRIGO FRACARO 05731691959	278,60	16.716,00
	6	RODRIGO FRACARO 05731691959	336,20	16.810,00
	7	RODRIGO FRACARO 05731691959	167,60	10.056,00
	8	RODRIGO FRACARO 05731691959	20,90	3.135,00
	9	RODRIGO FRACARO 05731691959	27,90	1.116,00
	10	RODRIGO FRACARO 05731691959	413,80	8.276,00
	11	RODRIGO FRACARO 05731691959	172,40	7.758,00
	12	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	37.984,00
	13	RODRIGO FRACARO 05731691959	24,30	19.440,00
	14	RODRIGO FRACARO 05731691959	47,40	9.480,00
	15	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	23.740,00
	16	RODRIGO FRACARO 05731691959	188,50	3.770,00
	17	RODRIGO FRACARO 05731691959	69,80	4.188,00
	18	RODRIGO FRACARO 05731691959	45,60	5.472,00
	19	RODRIGO FRACARO 05731691959	146,50	2.930,00
	20	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	2.374,00
	21	RODRIGO FRACARO 05731691959	307,20	3.072,00
	22	RODRIGO FRACARO 05731691959	806,40	4.032,00
	23	RODRIGO FRACARO 05731691959	405,00	2.025,00
	24	RODRIGO FRACARO 05731691959	377,10	1.885,50
	25	RODRIGO FRACARO 05731691959	349,10	1.745,50
	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 50		219.420,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS LOTES 01 A 50			2.093.070,50	

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
4SETE SOM E EVENTOS LTDA	59.085.098/0001-70	794.500,00
IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	11.327.461/0001-90	483.399,65
LEDER E MAFRA LTDA ME	10.355.221/0001-36	174.039,85
RODRIGO FRACARO 05731691959	21.966.612/0001-03	219.420,00
S G LABERTON LTDA	17.822.678/0001-52	35.800,00
WV SERVIÇOS LTDA	42.129.716/0001-33	385.911,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R$ 2.093.070,50 (dois milhões, noventa e três mil e setenta reais e cinquenta centavos).

Não houve adesão ao cadastro reserva.
Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pela Pregoeira e Equipe de Apoio.
Coronel Vivida, 11 de novembro de 2025.
Iana R. Schmid Elaine Bortolotto Juliano Ribeiro
Pregoeira Equipe de Apoio Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 64/2025
DATA: 28/08/25 ABERTURA: 19/09/25 DISPUTA: 09h

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS REALIZADOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 64/2025, HOMOLOGO e ADJUDICO os lotes a seguir aos licitantes vencedores:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	WV SERVIÇOS LTDA	398,00	1.990,00
2	2	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	500,00	50.000,00
3	3	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	366,66	10.999,80
4	4	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	793,33	11.899,95
5	5	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	2.650,00	26.500,00
6	6	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	966,66	14.499,90
7	7	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	969,00	96.900,00
8	8	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	1.480,00	7.400,00
9	9	WV SERVIÇOS LTDA	100,00	50.000,00
10	10	WV SERVIÇOS LTDA	655,00	29.475,00
11	11	WV SERVIÇOS LTDA	600,00	27.000,00
12	12	WV SERVIÇOS LTDA	670,00	5.360,00
13	13	WV SERVIÇOS LTDA	670,00	24.790,00
14	14	WV SERVIÇOS LTDA	658,00	24.346,00
15	15	WV SERVIÇOS LTDA	1.945,00	42.790,00
16	16	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	36.000,00	108.000,00
17	17	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	175,00	35.000,00
18	18	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	10.800,00	162.000,00
19	19	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	18.000,00	180.000,00
20	20	WV SERVIÇOS LTDA	375,00	14.250,00
21	21	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	16.000,00	48.000,00
22	22	WV SERVIÇOS LTDA	515,00	22.145,00
23	23	WV SERVIÇOS LTDA	780,00	25.740,00
24	24	LEDER E MAFRA LTDA ME	993,33	14.899,95
25	25	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.590,00	15.900,00
26	26	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.499,00	14.990,00
27	27	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.993,33	29.899,95
28	28	LEDER E MAFRA LTDA ME	2.398,00	23.980,00
29	29	LEDER E MAFRA LTDA ME	2.100,00	21.000,00
30	30	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.399,33	20.989,95
31	31	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.619,00	16.190,00
32	32	LEDER E MAFRA LTDA ME	1.619,00	16.190,00
33	33	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	90.000,00	270.000,00
34	34	S G LABERTON LTDA	345,00	6.900,00
35	35	S G LABERTON LTDA	289,00	28.900,00
36	36	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	6.400,00	32.000,00
37	37	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	2.800,00	14.000,00
38	38	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	5.100,00	51.000,00
39	39	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	7.300,00	36.500,00
40	40	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	4.200,00	42.000,00
41	41	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	6.700,00	33.500,00
42	42	WV SERVIÇOS LTDA	1.550,00	7.750,00
43	43	WV SERVIÇOS LTDA	120,00	2.400,00
44	44	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	150,00	7.500,00
45	45	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	104,00	5.200,00
46	46	WV SERVIÇOS LTDA	120,00	24.000,00
47	47	WV SERVIÇOS LTDA	635,00	15.875,00
48	48	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	1.750,00	35.000,00
49	49	WV SERVIÇOS LTDA	68,00	68.000,00
50	1	RODRIGO FRACARO 05731691959	1.012,60	25.315,00
	2	RODRIGO FRACARO 05731691959	167,60	3.352,00
	3	RODRIGO FRACARO 05731691959	118,70	2.374,00
	4	RODRIGO FRACARO 05731691959	118,70	2.374,00
	5	RODRIGO FRACARO 05731691959	278,60	16.716,00
	6	RODRIGO FRACARO 05731691959	336,20	16.810,00
	7	RODRIGO FRACARO 05731691959	167,60	10.056,00
	8	RODRIGO FRACARO 05731691959	20,90	3.135,00
	9	RODRIGO FRACARO 05731691959	27,90	1.116,00
	10	RODRIGO FRACARO 05731691959	413,80	8.276,00
	11	RODRIGO FRACARO 05731691959	172,40	7.758,00
	12	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	37.984,00
	13	RODRIGO FRACARO 05731691959	24,30	19.440,00
	14	RODRIGO FRACARO 05731691959	47,40	9.480,00
	15	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	23.740,00
	16	RODRIGO FRACARO 05731691959	188,50	3.770,00
	17	RODRIGO FRACARO 05731691959	69,80	4.188,00
	18	RODRIGO FRACARO 05731691959	45,60	5.472,00
	19	RODRIGO FRACARO 05731691959	146,50	2.930,00
	20	RODRIGO FRACARO 05731691959	237,40	2.374,00
	21	RODRIGO FRACARO 05731691959	307,20	3.072,00
	22	RODRIGO FRACARO 05731691959	806,40	4.032,00
	23	RODRIGO FRACARO 05731691959	405,00	2.025,00
	24	RODRIGO FRACARO 05731691959	377,10	1.885,50
	25	RODRIGO FRACARO 05731691959	349,10	1.745,50
	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 50		219.420,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS LOTES 01 A 50			2.093.070,50	

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
4SETE SOM E EVENTOS LTDA	59.085.098/0001-70	794.500,00
IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	11.327.461/0001-90	483.399,65
LEDER E MAFRA LTDA ME	10.355.221/0001-36	174.039,85
RODRIGO FRACARO 05731691959	21.966.612/0001-03	219.420,00

S G LABERTON LTDA	17.822.678/0001-52	35.800,00
WV SERVIÇOS LTDA	42.129.716/0001-33	385.911,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R$ 2.093.070,50 (dois milhões, noventa e três mil e setenta reais e cinquenta centavos).

Não houve adesão ao cadastro reserva.
Coronel Vivida, 11 de novembro de 2025.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:74C5C8F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	253.740.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	268.995.533,20	76.462.309,97	53.609.024,10	261.706.834,21	83.751.008,96	251.444.182,26
DESPESAS CORRENTES	237.098.000,00	281.653.250,07	47.492.991,24	225.170.624,78	56.482.625,29	47.091.451,31	221.515.376,86	60.137.873,21	213.918.001,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.057.800,00	112.653.801,17	19.556.159,22	95.365.642,09	17.288.159,08	19.556.159,22	95.365.642,09	17.288.159,08	93.693.221,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.700.000,00	2.700.000,00	419.880,58	2.113.330,43	586.669,57	419.880,58	2.113.330,43	586.669,57	2.113.330,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.340.200,00	166.299.448,90	27.516.951,44	127.691.652,26	38.607.796,64	27.115.411,51	124.036.404,34	42.263.044,56	118.111.448,87
DESPESAS DE CAPITAL	14.035.000,00	61.197.593,10	9.400.046,52	43.824.908,42	17.372.684,68	6.517.572,79	40.191.457,35	21.006.135,75	37.526.181,01
INVESTIMENTOS	11.535.000,00	56.563.616,62	8.485.159,60	39.334.260,19	17.229.356,43	5.602.685,87	35.700.809,12	20.862.807,50	33.035.532,78
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.500.000,00	4.633.976,48	914.886,92	4.490.648,23	143.328,25	914.886,92	4.490.648,23	143.328,25	4.490.648,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.607.000,00	2.607.000,00	0,00	0,00	2.607.000,00	0,00	0,00	2.607.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	253.740.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	268.995.533,20	76.462.309,97	53.609.024,10	261.706.834,21	83.751.008,96	251.444.182,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	253.740.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	268.995.533,20	76.462.309,97	53.609.024,10	261.706.834,21	83.751.008,96	251.444.182,26
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	6.960.000,00	0,00	0,00	2.840.434,60	(2.840.434,60)	0,00	10.129.133,59	(10.129.133,59)	20.391.785,54
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	260.700.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	271.835.967,80	73.621.875,37	53.609.024,10	271.835.967,80	73.621.875,37	271.835.967,80

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8B8570F4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	260.700.000,00	325.014.098,36	51.285.014,30	15,78	271.835.967,80	83,64	53.178.130,56
RECEITAS CORRENTES	259.200.000,00	293.224.835,09	49.958.517,61	17,04	249.683.694,16	85,15	43.541.140,93
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	38.549.000,00	51.104.000,00	9.419.383,80	18,43	48.241.591,03	94,40	2.862.408,97
IMPOSTOS	35.072.000,00	47.627.000,00	9.023.695,61	18,95	45.572.337,15	95,69	2.054.662,85
TAXAS	3.477.000,00	3.477.000,00	395.688,19	11,38	2.669.253,88	76,77	807.746,12
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.537.000,00	5.537.000,00	947.796,19	17,12	5.354.192,67	96,70	182.807,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	5.537.000,00	5.537.000,00	947.796,19	17,12	5.354.192,67	96,70	182.807,33
RECEITA PATRIMONIAL	1.734.000,00	3.740.463,63	1.315.507,59	35,17	5.806.352,20	155,23	(2.065.888,57)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	124.000,00	124.000,00	4.464,89	3,60	37.561,03	30,29	86.438,97
VALORES MOBILIÁRIOS	1.610.000,00	3.616.463,63	1.311.042,70	36,25	5.768.791,17	159,51	(2.152.327,54)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.901.000,00	2.901.000,00	540.885,14	18,64	2.695.547,27	92,92	205.452,73
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	2.901.000,00	2.901.000,00	540.885,14	18,64	2.695.547,27	92,92	205.452,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	207.672.000,00	225.288.225,85	37.401.277,75	16,60	183.231.412,21	81,33	42.056.813,64
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	86.943.000,00	100.017.288,94	18.062.285,06	18,06	80.189.264,40	80,18	19.828.024,54
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	80.460.000,00	84.687.936,91	12.794.387,98	15,11	67.939.915,12	80,22	16.748.021,79
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	180.000,00	180.000,00	10.000,00	5,56	60.000,00	33,33	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	70.000,00	84.000,00	10.980,32	13,07	134.878,01	160,57	(50.878,01)
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	40.000.000,00	40.300.000,00	6.523.624,39	16,19	34.907.354,68	86,62	5.392.645,32
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.807.000,00	4.654.145,61	333.667,14	7,17	4.354.598,78	93,56	299.546,83
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	1.300.000,00	1.300.000,00	150.335,50	11,56	723.243,78	55,63	576.756,22
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	397.024,20	2.453,16	0,62	415.161,52	104,57	(18.137,32)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.507.000,00	2.957.121,41	180.878,48	6,12	3.216.193,48	108,76	(259.072,07)
RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00	31.789.263,27	1.326.496,69	4,17	22.152.273,64	69,68	9.636.989,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	912.271,04	171.539,15	18,80	1.177.017,96	129,02	(264.746,92)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	500.000,00	912.271,04	171.539,15	18,80	1.177.017,96	129,02	(264.746,92)
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	29.876.992,23	1.154.957,54	3,87	20.975.255,68	70,21	8.901.736,55
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	10.651.739,39	0,00	0,00	13.979.830,36	131,24	(3.328.090,97)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	19.225.252,84	1.154.957,54	6,01	6.995.425,32	36,39	12.229.827,52
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	260.700.000,00	325.014.098,36	51.285.014,30	15,78	271.835.967,80	83,64	53.178.130,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	260.700.000,00	325.014.098,36	51.285.014,30	15,78	271.835.967,80	83,64	53.178.130,56
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	260.700.000,00	325.014.098,36	51.285.014,30	15,78	271.835.967,80	83,64	53.178.130,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	37.960.232,13	0,00	0,00	37.960.232,13	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	37.960.232,13	0,00	0,00	37.960.232,13	100,00	0,00
ADEMIR LUIZ BATTISTELLA		***LUIS CARLOS TURATTO***					
Contador		Prefeito					

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EDE2DD1C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	912.271,04	1.231.998,40	(319.727,36)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	912.271,04	1.231.998,40	(319.727,36)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	912.271,04	1.177.017,96	(264.746,92)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00

Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	54.980,44	(54.980,44)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	912.271,04	1.231.998,40	(319.727,36)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	1.214.633,12	1.151.867,19	1.151.867,19	937.234,07	34.094,77	62.765,93
Investimentos	1.214.633,12	1.151.867,19	1.151.867,19	937.234,07	34.094,77	62.765,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.214.633,12	1.151.867,19	1.151.867,19	937.234,07	34.094,77	62.765,93

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	968.860,19	80.131,21	1.048.991,40
ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***		
Contador	Prefeito		

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:52FDB4F2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
07 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	61.197.593,10	43.824.908,42	17.372.684,68
Investimentos	56.563.616,62	39.334.260,19	17.229.356,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	4.633.976,48	4.490.648,23	143.328,25
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	61.197.593,10	43.824.908,42	17.372.684,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	60.197.593,10	43.824.908,42	16.372.684,68
ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***		
Contador	Prefeito		

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:81BD0BD8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
09 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	293.224.835,09	249.683.694,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.104.000,00	48.241.591,03
IPTU	7.500.000,00	9.944.387,63
ISS	23.869.000,00	19.026.731,57
ITBI	3.055.000,00	5.269.429,50
IRRF	13.203.000,00	11.331.788,45
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.477.000,00	2.669.253,88
Contribuições	5.537.000,00	5.354.192,67
Receita patrimonial	3.740.463,63	5.806.352,20
Aplicações Financeiras (II)	3.616.463,63	5.768.791,17
Outras Receitas Patrimoniais	124.000,00	37.561,03
Transferências correntes	225.288.225,85	183.231.412,21
Cota-Parte do FPM	61.380.000,00	45.678.706,87
Cota-Parte do ICMS	56.940.000,00	48.165.905,50
Cota-Parte do IPVA	21.200.000,00	12.528.889,94
Cota-Parte do ITR	160.000,00	326.143,97
Transferências da LC 61/1989	640.000,00	690.991,65
Transferências do FUNDEB	41.938.670,55	36.301.408,25
Outras transferências correntes	43.029.555,30	39.539.366,03
Demais receitas correntes	7.555.145,61	7.050.146,05
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	7.555.145,61	7.050.146,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	289.608.371,46	243.914.902,99
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	31.789.263,27	22.152.273,64
Operações de Crédito (VIII)	1.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	912.271,04	1.177.017,96
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	912.271,04	1.177.017,96
Transferências de Capital	29.876.992,23	20.975.255,68
Convênios	28.001.162,85	18.968.947,08
Outras Transferências de Capital	1.875.829,38	2.006.308,60
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	30.789.263,27	22.152.273,64
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	320.397.634,73	266.067.176,63
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	320.397.634,73	266.067.176,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	281.653.250,07	225.170.624,78	221.515.376,86	213.918.001,25	1.511.398,89	2.681.107,13	2.611.425,90
Pessoal e encargos sociais	112.653.801,17	95.365.642,09	95.365.642,09	93.693.221,95	1.030.384,29	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.700.000,00	2.113.330,43	2.113.330,43	2.113.330,43	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	166.299.448,90	127.691.652,26	124.036.404,34	118.111.448,87	481.014,60	2.681.107,13	2.611.425,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	278.953.250,07	223.057.294,35	219.402.046,43	211.804.670,82	1.511.398,89	2.681.107,13	2.611.425,90
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	61.197.593,10	43.824.908,42	40.191.457,35	37.526.181,01	1.276.808,17	1.673.488,16	1.673.488,16
Investimentos	56.563.616,62	39.334.260,19	35.700.809,12	33.035.532,78	1.276.808,17	1.673.488,16	1.673.488,16
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	4.633.976,48	4.490.648,23	4.490.648,23	4.490.648,23	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	56.563.616,62	39.334.260,19	35.700.809,12	33.035.532,78	1.276.808,17	1.673.488,16	1.673.488,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.607.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	338.123.866,69	262.391.554,54	255.102.855,55	244.840.203,60	2.788.207,06	4.354.595,29	4.284.914,06
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	338.123.866,69	262.391.554,54	255.102.855,55	244.840.203,60	2.788.207,06	4.354.595,29	4.284.914,06
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							14.153.851,91
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							14.153.851,91

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	28.038.380,00
JUROS NOMINAIS	Até Outubro / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.768.791,17
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	2.028.458,37
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	17.894.184,71

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	26.046.266,46	21.470.486,17
DEDUÇÕES (XL)	48.627.810,23	48.581.109,57
Disponibilidade de Caixa	48.627.810,23	48.581.109,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	52.853.062,45	60.383.028,12
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.823.966,88	10.368.080,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.401.285,34	1.433.838,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(22.581.543,77)	(27.110.623,40)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	4.529.079,63
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	343.100,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Outubro / 2025**

VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	7.544.113,12
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/-	12.073.192,75
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	8.332.859,95
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.960.232,13
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	37.960.232,13
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8A8BB4D0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
10 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	260.700.000,00
Previsão Atualizada da Receita	325.014.098,36
Receitas Realizadas	271.835.967,80
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	37.960.232,13
Dotação Inicial	253.740.000,00
Créditos Adicionais	91.717.843,17
Dotação Atualizada	345.457.843,17
Despesas Empenhadas	268.995.533,20
Despesas Liquidadas	261.706.834,21
Despesas Pagas	251.444.182,26
Superávit Orçamentário	10.129.133,59
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	268.995.533,20
Despesas Liquidadas	261.706.834,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	296.332.793,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	288.908.796,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	285.142.580,04
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	17.894.184,71	0,00 %
Resultado Primário	8.000.000,00	14.153.851,91	177,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.823.966,88	13,00	2.788.207,06	35.746,82
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	7.698.939,75	2.199.724,01	4.284.914,06	1.214.301,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.522.906,63	2.199.737,01	7.073.121,12	1.250.048,50

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	46.845.625,38	25% / 18%	26,24
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	25.417.322,52	70%	70,16

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida	43.824.908,42	17.372.684,68

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.177.017,96	(264.746,92)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	1.151.867,19	62.765,93

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.086.417,42	15%	28,86
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			**Valor apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas/RCL (%)			

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	*LUIS CARLOS TURATTO*
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:73A233A3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 18/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AFT9437	275410V000021387	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AIJ6E97	275410V000021501	11/08/2025	55412	R$ 195.23
ALI6B82	275410V000021193	05/08/2025	55412	R$ 195.23
AMB5E98	275410V000021199	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AMM3H24	275410V000021194	05/08/2025	55412	R$ 195.23
ANF9A41	275410V000021129	12/08/2025	57380	R$ 293.47
ANG9902	275410V000021443	20/08/2025	76332	R$ 293.47
APS7C95	275410V000021434	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AQR4234	275410V000021138	09/08/2025	55412	R$ 195.23
ARL0448	275410V000021370	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ATF1J76	275410V000021389	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AUX0A35	275410V000021467	15/08/2025	73661	R$ 130.16
AVQ8G09	275410V000021436	15/08/2025	61220	R$ 293.47
AVY9D94	275410NIC0014331	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AWY4I77	275410V000021372	14/08/2025	54526	R$ 195.23
AXE8F10	275410V000021442	20/08/2025	76251	R$ 293.47
AYK3H18	275410V000021429	14/08/2025	76252	R$ 293.47
AYN3A36	275410V000021192	05/08/2025	55412	R$ 195.23
AZI5144	275410V000021136	14/08/2025	76331	R$ 293.47
AZY8F48	275410V000021137	18/08/2025	76331	R$ 293.47
BCF5G61	275410V000021135	14/08/2025	76331	R$ 293.47
BCR7J43	275410V000021445	20/08/2025	76332	R$ 293.47
BDD3E31	275410V000021197	07/08/2025	55412	R$ 195.23
BDT0I90	275410V000021190	12/08/2025	76332	R$ 293.47
BEY6E65	275410V000021450	11/08/2025	55412	R$ 195.23
BNC8186	275410V000020865	21/08/2025	54522	R$ 195.23
DFQ8G38	275410V000021431	05/08/2025	55412	R$ 195.23
DGJ9E51	275410V000021440	07/08/2025	55412	R$ 195.23
EVX4I49	275410V000021444	20/08/2025	76332	R$ 293.47
FCD1G05	275410V000021441	20/08/2025	76332	R$ 293.47
FGI4C38	275410V000021146	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FPD9C07	275410V000021433	06/08/2025	55412	R$ 195.23
GAL3J70	275410V000021198	07/08/2025	55412	R$ 195.23
GKD9353	275410NIC0014326	05/08/2025	50020	R$ 390.46
IJL2204	275410V000021196	07/08/2025	55412	R$ 195.23
ISJ9A07	275410V000021438	07/08/2025	55412	R$ 195.23
IWW4B83	275410V000020864	15/08/2025	55411	R$ 195.23
IYQ3423	275410NIC0014330	05/08/2025	50020	R$ 390.46
JIO8E21	275410V000021373	15/08/2025	54526	R$ 195.23
KYB4G86	275410V000021447	20/08/2025	51852	R$ 195.23
KYB4G86	275410V000020496	05/08/2025	55412	R$ 195.23
KYB4G86	275410V000021446	20/08/2025	76332	R$ 293.47
KYR9H51	275410V000021142	19/08/2025	76331	R$ 293.47
LMM7E49	275410V000021134	14/08/2025	55412	R$ 195.23
LXF6936	275410V000021195	08/08/2025	55412	R$ 195.23
LYM4339	275410V000021377	06/08/2025	55412	R$ 195.23
MDJ5I92	275410V000020495	06/08/2025	55412	R$ 195.23
MEU2E49	275410V000021371	14/08/2025	60681	R$ 195.23
MGG5605	275410V000021384	18/08/2025	55412	R$ 195.23
MHC9G42	275410V000021378	06/08/2025	55412	R$ 195.23
MHM1518	275410V000021376	06/08/2025	55412	R$ 195.23
MHS3C05	275410V000021386	07/08/2025	55412	R$ 195.23

MUZ1D63	116100T001039639	15/08/2025	55680	R$ 195.23
OOG5H60	275410NIC0014327	05/08/2025	50020	R$ 390.46
PUS4F56	275410V000021430	14/08/2025	54522	R$ 195.23
PXN7650	275410V000021385	07/08/2025	55412	R$ 195.23
QAG0A03	275410V000021143	19/08/2025	76331	R$ 293.47
QIE9C04	275410V000021128	12/08/2025	58191	R$ 880.41
QNR9G00	275410V000021428	14/08/2025	76332	R$ 293.47
RBW4G81	275410V000021468	19/08/2025	54526	R$ 195.23
RHB0I69	275410V000021449	21/08/2025	76331	R$ 293.47
RHQ0E62	275410V000021139	19/08/2025	55412	R$ 195.23
RHW9D53	275410V000021375	15/08/2025	54521	R$ 195.23
RMQ2E96	275410V000020497	05/08/2025	55412	R$ 195.23
RTW6C69	275410V000021448	21/08/2025	76332	R$ 293.47
RUW4G21	275410V000021437	07/08/2025	55412	R$ 195.23
SER7F34	275410V000021391	20/08/2025	54526	R$ 195.23
SHM3E10	275410NIC0014329	05/08/2025	50020	R$ 586.94
SIS4H42	275410V000021374	15/08/2025	54526	R$ 195.23
SIS4H42	275410V000021144	20/08/2025	76331	R$ 293.47
SVK1D13	275410V000020494	06/08/2025	55412	R$ 195.23
SYG1E57	275410V000020863	15/08/2025	76332	R$ 293.47
TAI1C68	116100T002179127	16/08/2025	54521	R$ 195.23
TAI2A36	275410NIC0014328	05/08/2025	50020	R$ 586.94
TAN7B92	275410NIC0014325	05/08/2025	50020	R$ 390.46
TBC6D01	275410V000021388	07/08/2025	55412	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 18/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Doc de Habilitação
AQZ7A12	116100T002391015	18/08/2025	54100	

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 15/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ATM8590	275410NIC0014414	07/10/2025	50020
AXB6056	275410NIC0014411	07/10/2025	50020
BAT4B90	275410NIC0014413	07/10/2025	50020
IOJ4H73	116100T002957581	21/10/2025	55250
MJZ9J49	116100T002957582	21/10/2025	55250
SED1E00	275410NIC0014412	07/10/2025	50020
SFK8F17	275410NIC0014410	07/10/2025	50020
TBE3J15	275410NIC0014415	07/10/2025	50020
TKF6H59	116100T002957583	21/10/2025	55250

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 19/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABL9H12	275410V000022096	15/10/2025	55412
AHG1199	275410V000019047	30/10/2025	76331
AKS5J29	275410V000021683	15/10/2025	55412
AMD5G03	275410V000021785	14/10/2025	55412
AOE8696	275410V000021479	14/10/2025	55412
AOP8B25	275410V000021784	15/10/2025	55412
AQV9775	275410V000022262	24/10/2025	55412
ASN1C51	275410V000022097	14/10/2025	55412
ASS6631	275410V000022099	14/10/2025	55412
AUC8A67	275410V000022216	15/10/2025	55412
AXX5287	275410V000022098	14/10/2025	55412
AYS3C86	275410V000019048	30/10/2025	76331
BAB6B08	275410V000022217	14/10/2025	55412
BAQ1466	275410V000022101	14/10/2025	55412
BAW8390	275410V000022268	28/10/2025	51851
BAW8390	275410V000022267	28/10/2025	51930
BDD4H87	275410V000022100	14/10/2025	55412
BDR8G99	275410V000022095	15/10/2025	55412
BEA9C90	275410V000021684	15/10/2025	55412
BED6H15	275410V000021783	15/10/2025	55412
DFY5765	275410V000022265	14/10/2025	55412
DTC8533	275410V000021481	14/10/2025	55412
DZW0I42	275410V000021786	14/10/2025	55412
ENA4I64	275410V000022215	15/10/2025	55412
FBZ3D66	275410V000022109	28/10/2025	76331
GAD4F65	275410V000021480	14/10/2025	55412
IPK2F65	275410V000022102	28/10/2025	76251
ISD8D22	275410V000022104	28/10/2025	76331
IZX5A47	275410V000022266	14/10/2025	55412
JIX6744	275410V000022263	24/10/2025	51851
KFV7101	275410V000022264	24/10/2025	51851
MAK6F32	275410V000021478	14/10/2025	55412
MES8G53	275410V000022111	28/10/2025	76331
MJD8591	275410V000022105	28/10/2025	76331
MLG1D09	275410V000021484	21/10/2025	55412
MMC2H27	275410V000022094	15/10/2025	55412
PZP3651	275410V000021483	14/10/2025	55412
QNQ2E38	275410V000021482	14/10/2025	55412
QXF7G96	275410V000022112	28/10/2025	76331

RAJ1H70	275410V000022218	14/10/2025	55412
RHV1G96	275410V000022203	10/10/2025	60681
RLM3A67	275410V000022108	28/10/2025	76331
RYC6I17	275410V000022103	28/10/2025	76331
SDX3I07	275410V000022269	28/10/2025	60681
SDX8A67	275410V000022110	28/10/2025	76331
SFI6H42	275410V000022106	28/10/2025	76331
SID5B52	275410V000022107	28/10/2025	76331
TCJ1D24	275410V000022093	24/10/2025	76332

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 22/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAH5C92	275410V000021148	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AHP7241	275410V000021704	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AJE3236	275410V000021393	16/08/2025	55412	R$ 195.23
AJJ9391	275410V000021710	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AJP5409	275410V000021654	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AJP5409	275410V000021400	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ALY9302	275410V000021601	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AOR5456	275410V000021396	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AOR8A63	275410V000021551	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AOR8A63	275410V000021609	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AOT7275	275410V000021508	22/08/2025	67261	R$ 195.23
AOT7275	275410V000021504	22/08/2025	50100	R$ 880.41
AOT7275	275410V000021506	22/08/2025	65564	R$ 293.47
AOT7275	275410V000021507	22/08/2025	51180	R$ 880.41
AOT7275	275410V000021503	22/08/2025	66372	R$ 195.23
AQC1H98	275410V000021561	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ARF4J61	275410V000021705	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ARL5275	275410V000021513	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ARN3B16	275410V000021397	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ARX1I97	275410V000021605	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ASD2D00	275410V000021562	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ASM7J98	275410V000021512	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AVN9086	275410V000021200	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AXJ1F28	275410V000021568	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AXU2A47	275410V000020499	11/08/2025	55412	R$ 195.23
AXX2E45	275410V000021557	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AYW4H38	275410V000021652	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AZI8B68	275410V000021653	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AZM2B41	275410V000019195	16/08/2025	55412	R$ 195.23
AZR3510	275410NIC0014333	08/08/2025	50020	R$ 390.46
BAN5E12	275410V000019197	16/08/2025	55412	R$ 195.23
BAS7A18	275410V000021554	22/08/2025	54600	R$ 130.16
BBM1C33	275410V000021611	14/08/2025	55412	R$ 195.23
BBM1C33	275410V000021656	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BCA7A03	275410V000021563	14/08/2025	55412	R$ 195.23
BCD5B46	275410V000019198	14/08/2025	55412	R$ 195.23
BDS2F65	275410V000021706	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BEF0D84	275410V000021147	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BEQ8F63	275410V000021149	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BEW2G66	275410V000021556	16/08/2025	55412	R$ 195.23
CXW7706	275410V000020498	12/08/2025	55412	R$ 195.23
DIG5D59	275410V000021560	15/08/2025	55412	R$ 195.23
DSF7J08	275410V000021394	16/08/2025	55412	R$ 195.23
DSK2C67	275410V000021395	16/08/2025	55412	R$ 195.23
DVK8D15	275410NIC0014332	08/08/2025	50020	R$ 390.46
ERS9618	275410V000021553	11/08/2025	55412	R$ 195.23
FNZ5922	275410V000021610	15/08/2025	55412	R$ 195.23
FYU5226	275410V000021606	15/08/2025	55412	R$ 195.23
GAL3J70	275410V000021569	13/08/2025	55412	R$ 195.23
GXQ2182	275410V000021511	15/08/2025	55412	R$ 195.23
IBT6A92	275410V000019199	11/08/2025	55412	R$ 195.23
IJR7109	275410V000021603	13/08/2025	55412	R$ 195.23
ILB6G35	275410V000019200	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ILB6G35	275410V000021702	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ILB6G35	275410V000021655	13/08/2025	55412	R$ 195.23
IVR1A56	275410V000021608	15/08/2025	55412	R$ 195.23
JHU6526	275410V000019194	16/08/2025	55412	R$ 195.23
KYG7B51	275410V000021509	14/08/2025	55412	R$ 195.23
LTK0D61	275410V000021708	14/08/2025	55412	R$ 195.23
MEM3G17	275410V000021602	13/08/2025	55412	R$ 195.23
MFB4764	275410V000021552	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MFB9B99	275410NIC0014334	08/08/2025	50020	R$ 390.46
MFC9I55	275410V000021701	15/08/2025	55412	R$ 195.23
MHS3C05	275410V000021567	14/08/2025	55412	R$ 195.23
MKJ7A37	275410V000021566	14/08/2025	55412	R$ 195.23
MLH8E74	275410V000021703	15/08/2025	55412	R$ 195.23
NAO1E14	275410V000019193	16/08/2025	55412	R$ 195.23
NEC4I48	275410V000021559	15/08/2025	55412	R$ 195.23
QCL3J89	275410V000021392	16/08/2025	55412	R$ 195.23
QHY1F53	275410V000021651	15/08/2025	55412	R$ 195.23
QMW7H65	275410V000021707	15/08/2025	55412	R$ 195.23
QNQ2E38	275410V000021604	15/08/2025	55412	R$ 195.23
QNR9G00	275410V000021564	14/08/2025	55412	R$ 195.23
QOQ1B31	275410V000021607	15/08/2025	55412	R$ 195.23

QUM4D01	275410V000019196	16/08/2025	55412	R$ 195.23
RHJ6F08	275410V000021709	14/08/2025	55412	R$ 195.23
SEM4I87	275410NIC0014335	08/08/2025	50020	R$ 586.94
TAJ7B48	275410V000021510	14/08/2025	55412	R$ 195.23
TAL0J43	275410V000021555	16/08/2025	55412	R$ 195.23
TAU9E64	275410V000021150	15/08/2025	55412	R$ 195.23
TBC6D01	275410V000021399	14/08/2025	55412	R$ 195.23
TBM6F96	275410V000021558	15/08/2025	55412	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 26/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AEZ7E32	275410V000021533	29/08/2025	76251	R$ 293.47
AFB6A50	275410V000021523	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AGE7778	275410V000021720	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AJC2G01	275410V000021722	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AJM3684	275410V000021717	19/08/2025	55412	R$ 195.23
AJY6A65	275410V000021640	22/08/2025	55412	R$ 195.23
AKA7472	275410V000021528	19/08/2025	55412	R$ 195.23
AKE8B01	275410V000021711	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AKE8B01	275410V000021753	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AMK9789	275410V000021617	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ANA7F86	275410V000021629	19/08/2025	55412	R$ 195.23
ANN0095	275410V000021580	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AOI5F23	275410V000021525	28/08/2025	57380	R$ 293.47
AOJ5258	275410V000021751	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AOR5456	275410V000021712	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ASK3H16	275410V000021527	19/08/2025	55412	R$ 195.23
ATM0F11	275410V000021615	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AVF5J21	275410V000021632	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AVV3A62	275410V000021613	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AWC3003	275410V000021637	01/09/2025	65800	R$ 293.47
AWD2851	275410V000021713	19/08/2025	55412	R$ 195.23
AXE3G63	275410V000021636	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AXI1I69	275410V000021657	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AXI5368	275410V000021658	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AYE3F78	275410V000021570	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AYG4D20	275410V000021714	19/08/2025	55412	R$ 195.23
AYG9595	275410V000021522	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AYY4369	275410V000021574	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AZX0H91	275410V000021530	29/08/2025	57380	R$ 293.47
BAQ0C49	275410V000021516	27/08/2025	59670	R$ 1467.35
BAQ0C49	275410V000021520	27/08/2025	60502	R$ 293.47
BAQ0C49	275410V000021518	27/08/2025	70991	R$ 195.23
BAQ0C49	275410V000021519	27/08/2025	59320	R$ 1467.35
BAQ0C49	275410V000021517	27/08/2025	66020	R$ 293.47
BAR5D97	275410V000021577	20/08/2025	55412	R$ 195.23
BAX8G59	275410V000021531	29/08/2025	57380	R$ 293.47
BBT1746	275410V000021612	18/08/2025	55412	R$ 195.23
BCD0F25	275410V000021534	29/08/2025	76331	R$ 293.47
BCV9H99	275410V000021625	19/08/2025	55412	R$ 195.23
BEF3G72	275410V000021721	20/08/2025	55412	R$ 195.23
BEM7C28	275410V000021620	18/08/2025	55412	R$ 195.23
BES8G17	275410V000021616	18/08/2025	55412	R$ 195.23
BEU8G56	275410V000021575	19/08/2025	55412	R$ 195.23
CTP0A94	275410V000021515	27/08/2025	76332	R$ 293.47
CXW7706	275410V000021715	19/08/2025	55412	R$ 195.23
DIC3B92	275410V000021524	18/08/2025	55412	R$ 195.23
DVK8D15	275410V000021718	20/08/2025	55412	R$ 195.23
EKX9266	275410V000021659	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ELR1719	275410V000021623	19/08/2025	55412	R$ 195.23
FXN5F09	275410V000021661	19/08/2025	55412	R$ 195.23
GAW5C54	275410V000021576	20/08/2025	55412	R$ 195.23
GAW5C54	275410V000021571	18/08/2025	55412	R$ 195.23
GBQ9H70	275410V000021633	20/08/2025	55412	R$ 195.23
IGS1656	275410V000021752	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ILB6G35	275410V000021619	18/08/2025	55412	R$ 195.23
INS7I58	275410V000021581	20/08/2025	55412	R$ 195.23
IVQ8717	275410V000021635	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MAC9A19	275410V000021628	19/08/2025	55412	R$ 195.23
MDK6094	275410V000021626	19/08/2025	55412	R$ 195.23
MEA6B82	275410V000021719	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MES8G53	275410V000021535	29/08/2025	76331	R$ 293.47
MFU5C70	275410V000021631	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MIV1880	275410V000021614	18/08/2025	55412	R$ 195.23
MIX7B61	275410V000021578	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MMC6A92	275410V000021529	28/08/2025	55412	R$ 195.23
MMK7E19	275410V000021660	19/08/2025	55412	R$ 195.23
NCY0008	275410V000021716	19/08/2025	55412	R$ 195.23
NPL6A30	275410V000021622	19/08/2025	55412	R$ 195.23
OMJ3529	275410V000021642	21/08/2025	55412	R$ 195.23
OZY5I19	275410V000021579	20/08/2025	55412	R$ 195.23
QAM0G36	275410V000021572	18/08/2025	55412	R$ 195.23
QIO3J26	275410V000021639	22/08/2025	55412	R$ 195.23
QNQ2E38	275410V000021643	21/08/2025	55412	R$ 195.23
QNQ2E38	275410V000021627	19/08/2025	55412	R$ 195.23
QNQ2E38	275410V000021634	20/08/2025	55412	R$ 195.23

RAE9A36	275410V000021624	19/08/2025	55412	R$ 195.23
RHJ0310	275410V000021526	28/08/2025	61220	R$ 293.47
SER7F34	275410V000021618	18/08/2025	55412	R$ 195.23
SEW8H57	275410V000021573	18/08/2025	55412	R$ 195.23
TAM5D95	275410V000021638	22/08/2025	55412	R$ 195.23
TBC6D01	275410V000021521	18/08/2025	55412	R$ 195.23
TDZ0F92	275410V000021641	22/08/2025	55412	R$ 195.23
TKF6H59	275410V000021514	27/08/2025	76332	R$ 293.47

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 26/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Doc de Habilitação
AWU4707	275410V000021532	29/08/2025	56222	
JGZ1376	116100T002368253	23/08/2025	54600	

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 22/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAQ0A81	275410V000022334	23/10/2025	55412
ABN3I95	275410V000021693	22/10/2025	55412
AGJ0A82	275410V000022275	20/10/2025	55412
AGJ0A82	275410V000022138	23/10/2025	55412
AIE0733	275410V000022295	30/10/2025	51851
AJV3633	275410V000021688	22/10/2025	55412
AKG2H05	275410V000022124	16/10/2025	55412
ALI2I79	275410V000022133	01/11/2025	55412
ALJ9D64	275410V000022274	20/10/2025	55412
ALR3A29	275410V000022135	03/11/2025	55412
AMO4A81	275410V000022282	29/10/2025	51851
AMO4A81	275410V000022281	29/10/2025	51930
ANJ1106	275410V000021489	22/10/2025	55412
AOK8186	275410V000021691	22/10/2025	55412
APP1A77	275410V000022320	30/10/2025	51930
APP1A77	275410V000022319	30/10/2025	51851
AQL7E20	275410V000022289	20/10/2025	76331
AQL7E20	275410V000022290	29/10/2025	51851
ARC4I02	275410V000022294	30/10/2025	54521
ASH5I56	275410V000022307	30/10/2025	51851
ASN1C51	275410V000022113	21/10/2025	55412
ASN1C51	275410V000022125	16/10/2025	55412
ASN1C51	275410V000022120	20/10/2025	55412
ASN1C51	275410V000022137	23/10/2025	55412
ASN1C51	275410V000022139	22/10/2025	55412
ASS6631	275410V000021793	20/10/2025	55412
ATF4J63	275410V000022280	29/10/2025	51930
ATR9436	275410V000022299	30/10/2025	51851
AUG1672	275410V000021687	20/10/2025	55412
AUY0F26	275410V000022331	22/10/2025	55412
AVE9F40	275410V000022327	30/10/2025	76331
AVE9F40	275410V000022328	30/10/2025	51851
AVF1C90	275410V000022313	30/10/2025	51851
AWF6D05	275410V000022285	29/10/2025	76331
AWF6D05	275410V000022283	29/10/2025	51851
AWJ5H32	275410V000022300	30/10/2025	76331
AWJ5H32	275410V000022301	30/10/2025	51851
AWR9G14	275410V000022354	22/10/2025	55412
AWW6383	275410V000022303	30/10/2025	51851
AXB6H78	275410V000022279	29/10/2025	76331
AXO4789	275410V000022310	30/10/2025	51851
AXX5287	275410V000022224	16/10/2025	55412
AYK5E64	275410V000021798	23/10/2025	55412
AZS9F18	275410V000022352	22/10/2025	55412
AZZ2810	275410V000022298	30/10/2025	51851
AZZ2810	275410V000022297	30/10/2025	60681
BAB3H19	275410V000022306	30/10/2025	51851
BAL2D48	275410V000022270	29/10/2025	60681
BAY1I12	275410V000022127	16/10/2025	55412
BBN5B94	275410V000022272	29/10/2025	51930
BBS3428	275410V000021690	22/10/2025	55412
BBU2D21	275410V000022324	30/10/2025	76332
BBU2D21	275410V000022323	30/10/2025	51851
BBV0F25	275410V000021797	23/10/2025	55412
BCF5G61	275410NIC0014416	14/10/2025	50020
BCY0F48	275410V000022136	23/10/2025	55412
BDF8J62	275410V000022130	01/11/2025	55412
BDO3H02	275410V000022118	20/10/2025	55412
BEY6E65	275410NIC0014420	14/10/2025	50020
BNC8186	275410NIC0014419	14/10/2025	50020
BTO6D91	275410V000021791	21/10/2025	55412
CXW7706	275410V000021692	22/10/2025	55412
CYO3536	275410V000022353	22/10/2025	55412
DTC8E67	275410V000021789	21/10/2025	55412
DUJ9132	275410V000022119	20/10/2025	55412
DUK9730	275410V000021787	21/10/2025	55412
EZF0A68	275410V000022121	20/10/2025	55412
GIT1H18	275410V000022333	22/10/2025	55412

GRM6836	275410V000022276	21/10/2025	55412
GSM1F12	275410V000022296	30/10/2025	51851
IGS1656	275410V000022116	21/10/2025	55412
ITS0F68	275410V000022325	30/10/2025	51851
IWT8191	275410V000022304	30/10/2025	51851
JAM0J07	275410V000021686	20/10/2025	55412
JGE5I62	275410V000022332	22/10/2025	55412
KVH1C22	275410V000022305	30/10/2025	51851
KXY5D10	275410V000022311	30/10/2025	51851
KXY5D10	275410V000022312	30/10/2025	76331
KYG7B51	275410V000022273	20/10/2025	55412
MBI9I12	275410V000022314	30/10/2025	51851
MBI9I12	275410V000022315	30/10/2025	51930
MEI9D99	275410V000022222	21/10/2025	55412
MGF7345	275410V000021689	23/10/2025	55412
MIJ3J38	275410V000022221	21/10/2025	55412
NCY0008	275410V000022126	16/10/2025	55412
NSZ6530	275410V000021685	21/10/2025	55412
ODO8G32	275410V000022330	30/10/2025	76331
ODO8G32	275410V000022321	30/10/2025	51851
ODO8G32	275410V000022329	30/10/2025	51851
OLW3848	275410V000022122	20/10/2025	55412
QHE0D60	275410V000021794	23/10/2025	55412
QHF1539	275410V000022220	21/10/2025	55412
QNB0E35	275410V000022302	30/10/2025	51851
QNB0E35	275410V000022141	22/10/2025	55412
QOD9I50	275410V000022293	29/10/2025	51930
RAO0H20	275410V000022317	30/10/2025	76331
RAO0H20	275410V000022316	30/10/2025	51851
RFL8F68	275410V000022326	30/10/2025	76331
RHC4I49	275410V000022309	30/10/2025	51930
RHC4I49	275410V000022308	30/10/2025	51851
RHE0H16	275410V000021795	23/10/2025	55412
RHF7J48	275410V000022286	29/10/2025	76331
RHF7J48	275410V000022287	29/10/2025	51851
RHG8A65	275410V000022134	03/11/2025	55412
RTY2F92	275410V000022114	21/10/2025	55412
RTY2F92	275410V000022140	22/10/2025	55412
RTY2F92	275410V000021800	22/10/2025	55412
RUH8A37	275410V000021488	22/10/2025	55412
SEN8I36	275410V000022132	01/11/2025	55412
SET5D18	275410V000022115	21/10/2025	55412
SFM2G46	275410V000021487	22/10/2025	55412
SFM5D41	275410V000022219	21/10/2025	55412
SFM5D41	275410V000022223	20/10/2025	55412
SFM9I58	275410V000021799	23/10/2025	55412
SHR7D76	275410V000022117	21/10/2025	55412
SIS4H42	275410NIC0014418	14/10/2025	50020
SIS4H42	275410NIC0014417	14/10/2025	50020
SXJ3A83	275410V000021792	21/10/2025	55412
SXZ5H96	275410V000022292	29/10/2025	54522
TBG2H23	275410V000022288	29/10/2025	76331
TBV3D47	275410V000022128	16/10/2025	55412
TEJ6D90	275410V000022291	29/10/2025	76331

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 26/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AXR9J74	275410V000022123	20/10/2025	55412
BBM1C33	275410NIC0014424	17/10/2025	50020
BBM1C33	275410NIC0014421	17/10/2025	50020
BEF0D84	275410NIC0014422	17/10/2025	50020
DIG5D59	275410NIC0014425	17/10/2025	50020
FNZ5922	275410NIC0014423	17/10/2025	50020
ODO8G32	275410V000022322	30/10/2025	76331
TBM6F96	275410NIC0014426	17/10/2025	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 26/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ATL6F23	116100T001104512	30/10/2025	54522
LRU5B60	116100T001104513	30/10/2025	54522

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 02/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
TAP3C30	275410V000021630	19/08/2025	55412	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 29/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
DFF0907	116100T002179141	03/11/2025	54600

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 02/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACT7H68	275410V000021649	28/08/2025	55412	R$ 195.23
ALF3F73	275410V000021759	21/08/2025	55412	R$ 195.23
AMP6594	275410V000021650	28/08/2025	55412	R$ 195.23
ANH4207	275410V000021544	03/09/2025	76331	R$ 293.47
AOD6J48	275410V000021647	03/09/2025	54522	R$ 195.23
AOT5347	275410V000021542	02/09/2025	55411	R$ 195.23
APR4F12	275410V000021536	21/08/2025	55412	R$ 195.23
AQK8J75	275410V000021585	21/08/2025	55412	R$ 195.23
ARL0448	275410V000021543	02/09/2025	55411	R$ 195.23
ARL3190	275410NIC0014339	16/08/2025	50020	R$ 390.46
ARR7496	275410V000021545	03/09/2025	76331	R$ 293.47
ASL4881	275410V000021668	28/08/2025	55412	R$ 195.23
ASQ1625	275410NIC0014344	16/08/2025	50020	R$ 586.94
ASR9A33	275410NIC0014341	16/08/2025	50020	R$ 586.94
ASY1132	275410V000021662	22/08/2025	55412	R$ 195.23
ATM0F11	275410V000021755	22/08/2025	55412	R$ 195.23
AVQ8B75	275410V000021667	27/08/2025	55412	R$ 195.23
AXH8F63	275410V000021757	21/08/2025	55412	R$ 195.23
AYI7G46	275410V000021725	22/08/2025	55412	R$ 195.23
AYN3A36	275410V000021664	21/08/2025	55412	R$ 195.23
AZL0A87	275410V000021549	04/09/2025	76331	R$ 293.47
AZT2C14	275410V000021758	21/08/2025	55412	R$ 195.23
AZY0442	275410V000021645	02/09/2025	51851	R$ 195.23
AZY0442	275410V000021644	02/09/2025	61220	R$ 293.47
BBX0B33	275410V000021723	22/08/2025	55412	R$ 195.23
BBY1731	275410V000021546	03/09/2025	61220	R$ 293.47
BCG2155	275410NIC0014338	16/08/2025	50020	R$ 390.46
BCK5A51	275410V000021665	21/08/2025	55412	R$ 195.23
BDJ6E13	275410NIC0014343	16/08/2025	50020	R$ 586.94
BDW5I64	275410NIC0014342	16/08/2025	50020	R$ 586.94
CXW7706	275410V000021726	21/08/2025	55412	R$ 195.23
DFY5765	275410V000021754	22/08/2025	55412	R$ 195.23
DIY2J96	275410V000021583	21/08/2025	55412	R$ 195.23
DWQ1441	275410NIC0014337	16/08/2025	50020	R$ 586.94
EAF8014	275410V000021537	21/08/2025	55412	R$ 195.23
EGP7208	275410V000021801	28/08/2025	55412	R$ 195.23
FNS6I50	275410NIC0014345	16/08/2025	50020	R$ 586.94
FWD6C66	275410V000021727	21/08/2025	55412	R$ 195.23
HWR6145	275410V000021724	22/08/2025	55412	R$ 195.23
IGS1656	275410V000021756	22/08/2025	55412	R$ 195.23
IMR8G62	275410V000021663	22/08/2025	55412	R$ 195.23
IUT8B04	275410V000021666	21/08/2025	55412	R$ 195.23
KPQ2D82	275410V000021802	28/08/2025	55412	R$ 195.23
MEM3G17	275410V000021541	21/08/2025	55412	R$ 195.23
MHG9E76	275410V000021590	03/09/2025	70561	R$ 293.47
OOQ1J51	275410V000021803	28/08/2025	55412	R$ 195.23
QBG0E24	275410V000021586	21/08/2025	55412	R$ 195.23
QMT3J74	275410V000021648	04/09/2025	76252	R$ 293.47
QNA9G11	275410V000021584	21/08/2025	55412	R$ 195.23
RGC4I67	275410NIC0014346	19/08/2025	50020	R$ 260.32
RHE0H16	275410V000021548	04/09/2025	76331	R$ 293.47
RLJ3E57	275410V000021589	02/09/2025	76252	R$ 293.47
RTE5F12	275410V000021582	22/08/2025	55412	R$ 195.23
RXK0D30	275410NIC0014340	16/08/2025	50020	R$ 586.94
RYU9C82	275410V000021538	21/08/2025	55412	R$ 195.23
SDX4B53	275410V000021539	21/08/2025	55412	R$ 195.23
SDX7A51	275410NIC0014336	16/08/2025	50020	R$ 1760.82
SEF4A25	275410V000021540	21/08/2025	55412	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 29/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAK7E03	275410V000019049	04/11/2025	66371
AAK7E03	275410V000019692	04/11/2025	67690
AAK7E03	275410V000019050	04/11/2025	54522
ABQ0314	275410V000022149	06/11/2025	76331
AJD1286	275410V000022340	06/11/2025	58191
AJY6A65	275410NIC0014437	21/10/2025	50020
ANB5802	275410V000022345	24/10/2025	55412
ANU0C12	275410V000022413	10/11/2025	76252
APA2F88	275410V000022401	06/11/2025	76331
ARM4612	275410V000022339	04/11/2025	54522
AUF7I92	275410V000022407	06/11/2025	61220
AXI5368	275410NIC0014430	21/10/2025	50020
AYQ0C69	275410V000022147	05/11/2025	76252
AZJ6G23	275410V000022402	06/11/2025	76331
BAO0J60	275410V000022406	06/11/2025	76331
BBH1033	275410V000022451	10/11/2025	55412
BBK4B81	275410V000022144	04/11/2025	61220
BBT1746	275410NIC0014428	21/10/2025	50020
BCN8707	275410V000022405	06/11/2025	76331
BCY4I81	275410V000022150	06/11/2025	76331
BEU8G56	275410NIC0014435	21/10/2025	50020
DHR8A06	275410V000022348	07/11/2025	51851

DHR8A06	275410V000022347	07/11/2025	76331
DVK8D15	275410NIC0014433	21/10/2025	50020
EBN2I06	275410V000022410	29/10/2025	55412
ELG5J60	275410V000019694	05/11/2025	76332
ELR1719	275410NIC0014432	21/10/2025	50020
ENQ7D86	275410V000019695	05/11/2025	76251
ETM1B01	275410V000022409	29/10/2025	55412
FSO5G55	275410V000022344	24/10/2025	55412
FVZ2F46	275410V000022403	06/11/2025	76331
GAW5C54	275410NIC0014436	21/10/2025	50020
GAW5C54	275410NIC0014427	21/10/2025	50020
HDT8A08	275410V000019698	06/11/2025	76331
IPI1996	275410V000021490	24/10/2025	55412
IVQ8717	275410NIC0014434	21/10/2025	50020
MBC0F67	275410V000022337	04/11/2025	60411
MBC0F67	275410V000022338	04/11/2025	51930
MCC3G44	275410V000022145	04/11/2025	76331
MGF6G58	275410V000018348	04/11/2025	55411
ORF4D59	275410V000022408	29/10/2025	55412
PKM7A07	275410V000019696	06/11/2025	76332
QIL9484	275410V000022404	06/11/2025	76331
RAE9A36	275410NIC0014431	21/10/2025	50020
RAH5I49	275410V000022148	05/11/2025	76331
RCF3G99	275410V000022342	24/10/2025	55412
REB8C38	275410V000022411	29/10/2025	55412
RMY9G08	275410V000022336	04/11/2025	57380
RTG1009	275410V000022412	10/11/2025	76251
SEP8C30	275410V000022349	07/11/2025	76332
SEP8C30	275410V000022350	07/11/2025	51851
SER7F34	275410NIC0014429	21/10/2025	50020
SEU8J16	275410V000022142	04/11/2025	76252
SFI1E94	275410V000019693	03/11/2025	57380
SFJ0I19	275410V000022341	06/11/2025	76331
SIF1H29	275410V000022143	04/11/2025	76252
TBB8H03	275410V000019697	06/11/2025	76331
TBE8D04	275410V000022146	04/11/2025	54522
TBP4B74	275410V000022343	24/10/2025	55412
TDZ0F92	275410NIC0014438	21/10/2025	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 02/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Doc de Habilitação
AMC0I15	275410V000019034	03/09/2025	54600	

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AFFA1D3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	48/2025
b) Licitação Nrº :	9/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	10/11/2025
e) Objeto Homologado :	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DIRETA, PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES 6X4 COM CAÇAMBA E 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS NOVAS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR,. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.
f) Processo Adm Nrº :	48/2025

20.606.0017.2.101. - Aquisição 02 (dois) CAMINHÕES CAÇAMBA 6X4 - Convênio 348/2025 - SEAB
20.606.0017.2.103. - Aquisição de 02(duas) RETROESCAVADEIRA 4X4 - Convênio 348/2025 - SEAB

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
Fornecedor: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 06.224.121/0006-08

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	RETROESCAVADEIRA NOVA, TIPO C ZERO HORA PESO OPERACIONAL MAIOR OU IGUAL A 7000KG ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE DADOS (CIN22695		2	R$ 369.000,0000	R$ 738.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 738.000,00

DOUTOR ULYSSES, 10 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5F584BE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI Nº 937-2025 -DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO VALOR DE R$ 2.017.962,61

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 2.017.962,61 (dois milhões, dezessete mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e um centavos) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por Tendencia de Excesso de arrecadação no orçamento vigente no valor de R$ 2.004.506,69 (dois milhões, quatro mil, quinhentos e seis reais e sessenta e nove centavos) nas seguintes contas de despesas:

03	**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
03.001	**ASSESSORIA JURIDICA**	
03.062.0002.2005	**ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL**	
00210 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 37.000,00

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS PUBLICAS**	
04.001	**CONTROLE INTERNO, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO**	
04.123.003.2006	**MANUT. ATIVIDADES SEC. FINANÇAS, CONROLE INTERNO, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇAO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
00260 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 85.000,00
31.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇOES PATRONAIS**	
00270 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 15.000,00

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO**	
05.001	**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇAO**	
04.122.004.2011	**MANUT. ATIVIDADES SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
00400 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 75.000,00

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA**	
06.001	**SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA**	
15.451.0005.2018	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E INFRAESTRUTURA**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
00610 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 45.000,00

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
07.001	**ENSINO FUNDAMENTAL**	
12.361.0007.2025	**ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR**	
33.90.33.00.00	**PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇAO**	
00820 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 314.673,74
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
07.001	**ENSINO FUNDAMENTAL**	
12.361.0007.2026	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇAO E DO ENSINO PUBLICO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
00850 – 00101	Fundeb 60%	R$: 500.000,00

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
07.002	**EDUCAÇAO INFANTIL**	
12.365.0007.2026	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇAO E DO ENSINO PUBLICO**	
33.90.33.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01010 - 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$: 114.418,56
12.365.0007.2084	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – EXCESSO DE ARRECADAÇAO**	
33.90.33.00.00	**PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇAO**	
01055 - 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$: 100.000,00

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
07.005	**IMPLEMENTAÇAO DAS METAS E ESTRATEGIAS DO PME**	
12.365.0007.2030	**METAS E ESTRATEGIAS DO PME – MANT. EDUCAÇAO INFANTIL E PRIMEIRA INFANCIA**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01190- 00107	Salário-Educação	R$:26.843,90

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
08.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	

10.301.0006.2035	**ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
01410 - 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	R$: 378.290,49
31.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇOES PATRONAIS**	
01420 - 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	R$: 25.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E PECUARIA**	
09.001	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
18.541.0008.2039	**MANUTENÇAO E PGTO TERRENO DA ESTAÇÃO ECOLOGICA JACUTINGA 1 E 2**	
44.90.61.00.00	**AQUISIÇAO DE IMÓVEIS**	
01720 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 18.000,00
20.605.0008.2040	**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
01730 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 50.000,00
31.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇOES PATRONAIS**	
01740 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 6.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL**	
10.003	**DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
08.244.0009.2053	**ATIVIDADES DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
02290 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 160.000,00
31.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇOES PATRONAIS**	
02300 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 20.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL**	
10.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
08.244.0009.2085	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
02049 - 00946	3110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	R$: 4.280,00

12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE, HABITAÇAO E REG. FUNDIARIA**	
12.001	**DEPARTAMENTO DE URB. MEIO AMBIENTE, HABITAÇAO E REG. FUNDIARIA**	
15.452.0011.2061	**ATIVIDADES DA SECRETARIA DE URBANISMO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
02620 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no art. 1, serão utilizados os recursos resultantes de tendência de excesso de arrecadação, apurado em 31-10-2025 nas fontes relacionadas, em conformidade com o inciso II, § 1º do artigo 43, da Lei nº4320/1964, conforme demonstrado abaixo:

Conta de Receita	Descrição	Previsão	Arrecadação	Excesso Disponível
FONTE 00104	**Demais Impostos Vinculados à Educação Básica**	**692.911,65**	**1.124.132,87**	**214.418,56**
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	139.489,58	219.379,03	47.033,24
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	187.919,97	346.472,52	61.991,64
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	14.583,33	30.384,79	6.059,67
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	75.000,00	131.070,44	20.591,09
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS EDUCAÇÃO	833,00	19.696,69	16.221,35
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS -	275.085,77	377.129,40	62.521,57
FONTE 00303	**Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)**	**4.031.420,72**	**4.866.067,47**	**403.290,49**
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	83.693,75	131.627,40	28.219,93
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	112.751,97	208.474,16	37.785,63
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	8.750,00	18.230,88	3.635,81
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	44.975,00	78.642,15	12.354,54
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	2.037.500,00	2.552.294,58	241.537,38
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	56.250,00	68.329,74	12.079,74
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	1.687.500,00	1.808.468,56	67.677,46
FONTE 00107	**Salário-Educação**	**325.000,00**	**351.843,90**	**26.843,90**
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	325.000,00	351.843,90	26.843,90
FONTE 00000	**Recursos Ordinários (Livres)**	**8.816.773,54**	**10.565.866,96**	**855.673,74**
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	334.775,00	526.509,66	112.879,77
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	451.007,92	831.532,92	148.778,80
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	35.000,00	72.923,47	14.543,17
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	179.900,00	314.504,52	49.354,09
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSTIOS BANCARIOS FONTE LIVRE	15.833,33	187.815,11	23.524,51
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS -	825.257,29	1.125.388,16	187.564,68
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	225.000,00	273.319,03	48.319,03
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	6.750.000,00	7.233.874,09	270.709,69
FONTE 00101	**Fundeb 60%**	**4.469.351,71**	**4.969.351,71**	**500.000,00**
17.51.50.01.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	4.469.351,71	4.969.351,71	500.000,00
FONTE 00946	**Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)**	**0,00**	**4.280,00**	**4.280,00**
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 946	0,00	4.280,00	4.280,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar especial por superávit financeiro do exercício anterior no orçamento vigente no valor de R$ 13.455,92 (treze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos) nas seguintes contas de despesas:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**	
07.001	**EDUCAÇÃO INFANTIL**	
12.361.0007.2069	**SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
00911 – 00142	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$: 12.783,12
00912 – 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 672,80

Art. 4º Para dar cobertura ao credito aberto no art. 3º, serão utilizados os recursos resultantes de superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes relacionadas, em conformidade com o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei nº4320/1964, conforme demonstrado abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
00142	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$: 12.783,12
00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 672,80

Art. 5º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2022 a 2025, Lei nº 724/2021, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 861-2024 e da Lei Orçamentária Anual nº 875/2024.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 12 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:8031DAF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - DISPENSA ELETRÔNICA 019/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº :	086/2025
b) Licitação Nº :	019/2025
c) Modalidade :	Dispensa Eletrônica
d) Data Homologação :	12/11/2025
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E BRIGADISTAS/BOMBEIROS CIVIS, NECESSÁRIOS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO, PREVENÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOGUAR 2025 NO MUNICÍPIO DE GUARACI/PR, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28, 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DO CONVÊNIO COM A SETU 0510/2025

f) Dotação Orçamentária :

13.392.0014.2.154. - Manutenção do Departamento de Cultura

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

1) APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 09.470.761/0001-81 no valor total dos itens vencidos de R$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

2) VISK SERVICE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 61.117.021/0001-86 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.095,00 (quatro mil e noventa e cinco reais).

FORNECEDOR: APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA - CNPJ: 09.470.761/0001-81

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	SERVIÇOS DE SEGURANÇA: Contratação de empresa devidamente cadastrada junto à Polícia Federal, especializada na prestação de serviços de segurança, abrangendo o controle de acesso de pessoas.	Serviço	DIAR	130	220,0000	28.600,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

FORNECEDOR: VISK SERVICE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ: 61.117.021/0001-86

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	BOMBEIRO CIVIL: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brigadistas/bombeiros civis, abrangendo atividades de prevenção e combate a incêndios.	Serviço	DIAR	21	195,0000	4.095,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 4.095,00 (quatro mil e noventa e cinco reais).
VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 32.695,00 (trinta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais)

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 12 de novembro de 2025.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:B5990B6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 304 SUPLEMENTAR

DECRETO nº 304/2025

SÚMULA: Abertura de Crédito no Orçamento do Exercício Financeiro de 2025.

A Câmara Municipal de Honório Serpa aprovou, e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1.031 de 13 de dezembro de 2025;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2025, crédito suplementar no valor de **R$ 20.549,00 (vinte mil quinhentos e quarenta e nove reais)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 16 - DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 2 - DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			
Ação: 2059 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			**Funcional: 0013.0392.0011**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
314	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1000	20.000,00
Total Ação			**20.000,00**
Total Geral			**20.000,00**
Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Unidade: 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE			
Ação: 2034 - MANUT DAS ATIVIDADES ADM. E FINANCEIRAS DA SAÚDE			**Funcional: 0010.0301.0005**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
567	339030000000000000 – Material de consumo	1500	128,21
568	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1500	420,79
Total Ação			**549,00**

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos, serão utilizados recursos oriundos de Anulação de Dotação Orçamentária, citada na sequência:

Órgão: 15 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO				
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO				
Ação: 2053 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO				**Funcional: 015.0451.0004**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**	
256	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		1000	20.000,00
Total Ação				**20.000,00**
Órgão: 14 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade: 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE SAÚDE				
Ação: 2034 - MANUT DAS ATIVIDADES ADM. E FINANCEIRAS DA SAÚDE				**Funcional: 0010.0301.0005**
Referência	**Modalidade de Aplicação**		**Vínculo**	**VALOR**
189	3449052000000000000 – Equipamentos e material permanente		1500	549,00
Total Ação				**549,00**
TOTAL GERAL				**20.549,00**

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 899/2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.029/2024 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.031/2024.

Art.4: Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 12 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:7820E17C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145/2025
PREGÃO ELETRONICO 09/2025
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMCESPAR.
CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA MAXIMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ. nº 28.857.335/0001-40

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para a Unidade do CEO do CIS AMCESPAR.

VALOR REGISTRADO:

lote	Descrição	Marca	Und.	Qntd.	Valor Unt.

24	ANESTESICO LOCAL (TUBETES) CLORIDRATOS DE LIDOCAINA E DE FENILEFRINA SOLUÇÃO ESTÉRIL - CLORIDRATO DE LIDOCAINA 0,02G, CLORIDRATO DE FENILEFRINA- 0,004G VEICULO AQUOSO ISOTONICO Q.S.P - 1 ML (OBS. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO NOVOCOL 100). COM REGISTRO NA ANVISA.	DLA	Cx	380	R$ 98,57

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100.
10.122.0001.2.001.33.90.30.00.00 fonte 385
10.302.001.2.006.3.3.90.30.00.00 fonte 31369
10.302.0001.2007.3.3.90.30.00.00 fonte 496

Prazo: **12/11/2025 a 17/07/2025.**

DATA DA ASSINATURA: Irati, 12 de novembro de 2025.

BERTOLDO ROVER
CIS/AMCESPAR
Contratante

MAXIMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
CNPJ. nº 28.857.335/0001-40
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:481FE9B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
SEC. ASSIST. - EDITAL Nº 001.16/2024 - 16ª CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 001.16/2024 - 16ª CONVOCAÇÃO
Irati, 13 de novembro de 2025.

A Prefeitura Municipal de Irati, no uso de atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as leis municipais nº 1.243, 4.614 e 4.137, sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o disposto do Decreto Municipal nº 301/2024 que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplificado, publicada em diário oficial eletrônico, de 25 de junho de 2024 e, Decreto Municipal nº 300/2024 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Denis Cezar Musial; Membros: Marilene de Freitas Pereira e Kayolainee Stefany do Amaral) publicado em diário oficial, de 25 de junho de 2024, **TORNA PÚBLICO a décima sexta convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS visando a contratação temporária de profissionais de nível médio-Cuidador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001/2024, para que se apresentem na Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 18 de novembro de 2025, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30, apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 10. do edital e relacionados abaixo.**

Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Assistência Social CUIDADOR SOCIAL							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I ** 100**	**Grupo II** 100**	**Grupo III** 50**	**Grupo IV** 250**	**TOTAL****	**Classificação**
072	JOÃO CARLOS PADILHA	10	0	0	0	10	106º
063	CAMILA LEITE	10	0	0	0	10	107º
103	DANIELE SILVA FAGUNDES	10	0	0	0	10	108º
008	MARISTELA DE SOUZA MAJEWSKI	10	0	0	0	10	109º

Conforme disposto no item 10.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x 4;
b. Carteira de Identidade – RG (cópia);
c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e. Carteira de Trabalho física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato não tenha a Carteira de Trabalho deverá providenciar até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f. Título de Eleitor (cópia);
g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no endereço eletrônico www.tse.jus.br (original);
h. Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k. Comprovante de endereço atual (cópia);
l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p. Comprovação de escolaridade e histórico escolar exigida para o exercício da Função Pública deste Edital, conforme exigência de cada formação, trazer original para autenticar ou o documento autenticado em cartório oficial.
q. O cargo em Serviço Social, Psicologia e Terapia Ocupacional deverão apresentar uma declaração com o número do registro profissional de sua respectiva categoria profissional.
r. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, conforme item 4; Se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios.
s. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do Município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A eventual entrega de documentos originais e cópias ilegíveis, rasurados ou danificados e fora da data da validade, quando for o caso, acarretará eliminação do candidato.
O candidato é responsável pelos custos da emissão e entrega dos documentos, solicitados neste Edital.
Não serão aceitos documentos entregues fora da data e do horário estabelecido em Edital de Convocação;
Na impossibilidade em comparecer à reunião de Convocação de entrega de documentos comprobatórios o candidato poderá fazê-lo por procuração, datada e assinada, com reconhecimento de assinatura em cartório, acompanhada de fotocópia do documento de identidade do autorizado, conforme modelo do ANEXO, exceto caso a contratação seja efetivada no mesmo dia, hipotese em que não será admitida a representação por procuração.
A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

DENIS CEZAR MUSIAL
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:85AC5C40

PROCURADORIA
SEC. ASSIST. - EDITAL Nº 002.6/2025 – 2ª CONVOCAÇÃO

EDITAL nº 002.6/2025 – 2ª Convocação

Irati, 13 de novembro de 2025.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA PÚBLICO a segunda convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 18 de novembro de 2025, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Entrevistador Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
075	NEONILIA SCHIDINISKI WAGNER	75	100	0	142	317	1ª
007	BRUNA GABRIELA CORREIA DOS SANTOS PIALA	25	100	0	125	250	2ª
019	KAMILA KURCKBAUER GUIMARÃES	15	100	0	121	236	3ª
293	DAMIANE FERREIRA	65	60	9	100	234	4ª

Orientador Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
182	VANDERLÚCIA MARIA DE OLIVEIRA BUDEL	100	100	0	79	279	1ª
195	VANUSA GONÇALVES OLIVEIRA	15	100	0	100	215	2ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.
O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD
Decreto nº 703/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:60E6D93B

PROCURADORIA
SEC. ASSIST/SEC. POLIT MULHERES - EDITAL Nº 001.2./2025 - 9ª CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 001.2./2025 - 9ª CONVOCAÇÃO

Irati, 13 de novembro de 2025.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 421/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 420/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Membros: Gerson Arnold e Delma Braz Serenato) publicados no Diário Oficial do Município em 27/06/2025, Edição 3307, **TORNA PÚBLICO a nona convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMAS/SEMUCI visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.2/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 18 de novembro de 2025, com horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

PSICÓLOGO(A) PARA PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE CARÁTER TEMPORÁRIO							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
155	CAMILA BOGUCHEWSKI	50	30	14	116	210	11º

PSICÓLOGO(A) PARA ESCUTA ESPECIALIZADA NO CONSELHO TUTELAR							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
137	IZABELLA VIVI LANGE	0	80	0	0	80	5º

OFICINEIRO(A) PILATES							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**

078	FLAVIANE DE JESUS	0	0	0	228	228	2º

OFICINEIRO(A) DE NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA							
Nº inscrição	**Nome do candidato**	**Grupo I**	**Grupo II**	**Grupo III**	**Grupo IV**	**TOTAL**	**Classificação**
132	JONATAS GUTERVIL	100	50	0	50	200	1º

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a. Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b. Carteira de Identidade – RG (cópia);
c. Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d. PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e. Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f. Título de Eleitor (cópia);
g. Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i. Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j. Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k. Comprovante de endereço atual (cópia);
l. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n. Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o. Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p. Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q. Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r. O cargo em Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional, Oficineiro(a) Práticas Corporais, Oficineiro(a) Práticas Esportivas, Oficineiro(a) Pilates, Oficineiro(a) de Natação e Hidroginástica, deverão apresentar declaração ou documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), dentro do prazo de validade, para os candidatos convocados à função de Motorista;
t. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.
u. Declaração de Entrega dos Documentos Comprobatórios, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação.
A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.
O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA
Decreto nº 420/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:E5D3EC16

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
DECRETO 668/2025 CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - TRANSPOSIÇÃO

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 668/2025 de 01/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE IRATI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 5176/2024 de 19/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.791.764,38 (três milhões, setecentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		GABINETE	
03.001		GABINETE DO PREFEITO	
03.001.04.122.0302.2.047		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
1 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.500,00
06		SECRETARIA FAZENDA	
06.005		DEPTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
06.005.04.123.0404.2.106		ATIVIDADES DO DEPTO DE FINANÇAS	
35 - 3.1.91.13.00.00	000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.500,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.001		DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
44 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	552.000,00
46 - 3.1.90.16.00.00	104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	52.848,24
47 - 3.1.91.13.00.00	104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	55.000,00
54 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	120.000,00
55 - 3.3.90.34.00.00	103	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	210.000,00
57 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	193.000,00
07.002		DEPTO DE EDUCACAO INFANTIL	
07.002.12.365.1201.2.117		MANUTENCAO DAS CMEIS MUNICIPAIS	
64 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	126.590,84
65 - 3.1.90.13.00.00	101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	38.000,00
70 - 3.3.90.08.00.00	104	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	38.000,00
74 - 3.3.90.34.00.00	103	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	10.000,00
07.005		DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
07.005.12.361.1201.2.103		MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
88 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	108.000,00
89 - 3.3.90.33.00.00	181	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	386.000,00
92 - 3.3.90.39.00.00	181	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.600,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
109 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
118 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
122 - 3.3.90.34.00.00	494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	250.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	470.000,00
130 - 4.4.90.52.00.00	510	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	55.000,00
Suplementação			
09		SEC DE ARQUITETURA ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002		DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002.04.122.1501.2.325		ATIV DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
144 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.002		BLOCO GESTAO DO SUAS	
149 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.000,00
150 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
151 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	42.000,00
152 - 3.1.91.13.00.00	000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
156 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	14.500,00
160 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	120.000,00
10.002		FMAS-DEP GEST CAD/DEP PROT SOC BAS/DEP PROT ESPECIAL	
10.002.08.244.0801.2.003		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
177 - 3.3.90.30.00.00	2206	MATERIAL DE CONSUMO	67.243,00
180 - 3.3.90.39.00.00	2244	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.500,00
183 - 4.4.90.52.00.00	2244	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
10.002.08.244.2501.2.008		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
186 - 3.1.90.16.00.00	2048	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
189 - 3.3.90.14.00.00	2902	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
192 - 3.3.90.39.00.00	2902	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.300,00
10.002.08.244.2501.2.009		BLOCO DE PROTEÇÃO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA	
196 - 3.3.90.30.00.00	1940	MATERIAL DE CONSUMO	50.800,00
198 - 3.3.90.39.00.00	1940	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.15.452.1601.2.017		ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
221 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	500,00
11.001.15.452.1601.2.164		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
228 - 3.1.90.11.00.00	507	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
231 - 3.1.91.13.00.00	507	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00
14		OUVIDORIA PUBLICA	
14.001		OUVIDORIA PUBLICA MUNICIPAL	
14.001.04.122.2801.2.020		ADMINISTRACAO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
273 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	700,00
15		PROCURADORIA GERAL	
15.001		ASSESSORIA JURIDICA	
15.001.04.122.3201.2.021		ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	
287 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
288 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
18		SEC DE CULTURA E TURISMO	
18.001		DEPARTAMENTO DE CULTURA E LEGADO ETNICO	
18.001.13.392.1301.2.132		ATIVIDADES DO DPTO DE CULTURA E LEGADO ÉTNICO	
Suplementação			
301 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
20		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
20.001		DEPTO DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E RELAÇ DO TRABALHO	
20.001.22.661.2201.2.690		MANUT SEC IND COM SERV E ARTESANATO	
335 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.082,30

343 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
21		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
21.002		DEPTO ESTUDOS ECOLÓG DE PRESERV E EDUC AMBIENTAL	
21.002.18.541.1801.2.462		ADMINISTRAÇÃO SEC ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	
354 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.500,00
355 - 3.1.91.13.00.00	000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
21.003		DEPTO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO	
21.003.18.452.1801.2.050		MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA	
376 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	297.000,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	
22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
399 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	24.100,00
23		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
23.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
23.001.27.812.2701.2.367		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
407 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
24		SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E CIDADANIA	
24.001		ATIV DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	
24.001.06.181.0501.2.845		SEGURANÇA PÚBLICA	
438 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
440 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	26.500,00
441 - 3.1.91.13.00.00	000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.500,00
442 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	16.000,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO - SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.028		FUNDO MUN DA POLITICA DA MULHER	
474 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
Total Suplementação:			3.791.764,38

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, Anulação de dotações;

Redução			
03		GABINETE	
03.001		GABINETE DO PREFEITO	
03.001.04.122.0302.2.047		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
574 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.500,00
04		SEC DE ADMINISTRACAO E REC HUMANOS	
04.006		DEPTO DE ADMINISTRACAO GERAL	

Redução			
04.006.04.122.0402.2.053		ATIVIDADES DEPTO DE ADM GERAL	
12 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
31 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
06		SECRETARIA FAZENDA	
06.005		DEPTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
06.005.04.123.0404.2.106		ATIVIDADES DO DEPTO DE FINANÇAS	
37 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	29.500,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.001		DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
44 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	610.000,00
51 - 3.3.90.08.00.00	103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	88.000,00
55 - 3.3.90.34.00.00	104	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	238.848,24
61 - 4.4.90.51.00.00	107	OBRAS E INSTALAÇÕES	120.000,00
62 - 4.4.90.52.00.00	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	501.000,00
07.002		DEPTO DE EDUCACAO INFANTIL	
07.002.12.365.1201.2.117		MANUTENCAO DAS CMEIS MUNICIPAIS	
67 - 3.1.91.13.00.00	101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	124.500,00
72 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	13.500,00
79 - 4.4.90.51.00.00	104	OBRAS E INSTALAÇÕES	74.590,84
07.005		DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
07.005.12.361.1201.2.103		MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
88 - 3.3.90.30.00.00	181	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
89 - 3.3.90.33.00.00	104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	86.600,00
92 - 3.3.90.39.00.00	181	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.131		PROGRAMAS DE ESPECIALIDADES MUNICIPAIS	
103 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	3.500,00
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
109 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
110 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00
118 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
120 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	275.000,00
122 - 3.3.90.34.00.00	510	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	35.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
125 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
127 - 3.3.90.48.00.00	303	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	20.000,00
Redução			
129 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
09		SEC DE ARQUITETURA ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002		DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002.04.122.1501.2.325		ATIV DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
137 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00

139 - 3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
146 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	27.000,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.002		BLOCO GESTAO DO SUAS	
160 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	114.500,00
10.002		FMAS-DEP GEST CAD/DEP PROT SOC BAS/DEP PROT ESPECIAL	
10.002.08.244.0801.2.003		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
179 - 3.3.90.36.00.00	934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	72.500,00
180 - 3.3.90.39.00.00	2244	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
183 - 4.4.90.52.00.00	2244	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.243,00
10.002.08.244.2501.2.008		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
189 - 3.3.90.14.00.00	2048	DIÁRIAS - CIVIL	19.500,00
190 - 3.3.90.30.00.00	2902	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
191 - 3.3.90.36.00.00	2902	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
192 - 3.3.90.39.00.00	2902	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.002.08.244.2501.2.009		BLOCO DE PROTEÇÃO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA	
195 - 3.3.90.14.00.00	1940	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
197 - 3.3.90.36.00.00	1940	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	35.000,00
198 - 3.3.90.39.00.00	1940	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.800,00
199 - 4.4.90.52.00.00	1940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.15.452.1601.2.017		ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
224 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	500,00
11.001.15.452.1601.2.164		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
236 - 3.3.90.39.00.00	507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00
14		OUVIDORIA PUBLICA	
14.001		OUVIDORIA PUBLICA MUNICIPAL	
14.001.04.122.2801.2.020		ADMINISTRACAO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
278 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	700,00
Redução			
15		PROCURADORIA GERAL	
15.001		ASSESSORIA JURIDICA	
15.001.04.122.3201.2.021		ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	
281 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
283 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.000,00
18		SEC DE CULTURA E TURISMO	
18.001		DEPARTAMENTO DE CULTURA E LEGADO ETNICO	
18.001.13.392.1301.2.132		ATIVIDADES DO DPTO DE CULTURA E LEGADO ÉTNICO	
307 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
20		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
20.001		DEPTO DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E RELAÇ DO TRABALHO	
20.001.22.661.2201.2.690		MANUT SEC IND COM SERV E ARTESANATO	
339 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO	3.000,00
		SERVIDOR E DO MILITAR	
343 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	41.082,30
21		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
21.002		DEPTO ESTUDOS ECOLÓG DE PRESERV E EDUC AMBIENTAL	
21.002.18.541.1801.2.462		ADMINISTRAÇÃO SEC ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	
363 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.500,00
21.003		DEPTO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO	
21.003.18.452.1801.2.050		MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA	
370 - 3.1.90.11.00.00	511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	34.000,00
371 - 3.1.90.13.00.00	511	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.500,00
372 - 3.1.90.16.00.00	511	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	37.000,00
373 - 3.1.91.13.00.00	511	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.000,00
374 - 3.3.90.08.00.00	511	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00	511	MATERIAL DE CONSUMO	67.500,00
378 - 4.4.90.52.00.00	511	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	72.000,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	
22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
396 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	24.100,00
23		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
23.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
23.001.27.812.2701.2.367		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
411 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
24		SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E CIDADANIA	
24.001		ATIV DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	
Redução			
24.001.06.181.0501.2.845		SEGURANÇA PÚBLICA	
444 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	78.000,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO -SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.028		FUNDO MUN DA POLITICA DA MULHER	
473 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
		Total Redução:	3.791.764,38

Art 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPIO DE IRATI, Estado do PR, em 1 de Outubro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joby Ayub
Código Identificador:CAB269D2

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
DECRETO 669/2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

Exercício: 2025
Decreto n° 669/2025 de 01/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE IRATI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 5176/2024 de 19/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.761.481,34 (três milhões, setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SEC DE ADMINISTRACAO E REC HUMANOS	
04.006		DEPTO DE ADMINISTRACAO GERAL	
04.006.04.122.0402.2.053		ATIVIDADES DEPTO DE ADM GERAL	
16 - 3.3.72.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	26.000,00
24 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00
28 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	229.500,00
06		SECRETARIA FAZENDA	
06.005		DEPTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
06.005.04.123.0404.2.106		ATIVIDADES DO DEPTO DE FINANÇAS	
38 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.002		DEPTO DE EDUCACAO INFANTIL	
07.002.12.365.1201.2.117		MANUTENCAO DAS CMEIS MUNICIPAIS	
65 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	95.429,15
67 - 3.1.91.13.00.00	103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	107.652,19
73 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	80.000,00
74 - 3.3.90.34.00.00	103	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	110.000,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.131		PROGRAMAS DE ESPECIALIDADES MUNICIPAIS	
97 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	380.000,00
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
118 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
122 - 3.3.90.34.00.00	494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
129 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00
09		SEC DE ARQUITETURA ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002		DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002.04.122.1501.2.325		ATIV DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
144 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	137.000,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.002		BLOCO GESTAO DO SUAS	
160 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	118.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
Suplementação			
11.001.04.122.1601.1.001		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
201 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
11.001.15.451.1601.1.008		VIAS URBANAS: GARANTIR ACESSIBILIDADE URBANA	
205 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	170.000,00
206 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
11.001.15.451.1601.1.011		CONSTRUÇÃO, AMPL, REFORMA, CONSERV PRAÇAS, BOSQUE E ÁREAS PÚBLICAS	
213 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
12		SEC DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO	
12.002		DEPTO DE PLANEJ ESTRATEGICO ECONOMICO-FIN	
12.002.04.121.1401.1.085		ENC CONTRAPARTIDA EXECUÇÃO CONVÊNIOS	
241 - 3.3.30.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.000,00
13		SEC DA AGROPECUÁRIA, ABASTEC E SEGURANÇA ALIMENTAR	
13.001		DEPTO DE PROD VEGETAL AGRICULTURA E ABASTEC	
13.001.20.606.2001.2.016		ADMINISTRACAO DA SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	
270 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
14		OUVIDORIA PUBLICA	
14.001		OUVIDORIA PUBLICA MUNICIPAL	
14.001.04.122.2801.2.020		ADMINISTRACAO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	
272 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
15		PROCURADORIA GERAL	
15.001		ASSESSORIA JURIDICA	
15.001.04.122.3201.2.021		ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	
288 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
16		SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
16.001		DEPTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA	
16.001.04.122.2901.2.019		ADMINISTRAÇÃO SEC DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA	
289 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	26.000,00
296 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	121.000,00

297 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.000,00
18		SEC DE CULTURA E TURISMO	
18.001		DEPARTAMENTO DE CULTURA E LEGADO ETNICO	
18.001.13.392.1301.2.132		ATIVIDADES DO DPTO DE CULTURA E LEGADO ÉTNICO	
300 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.500,00
309 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	25.000,00
311 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.500,00
18.005		DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
18.005.13.695.2301.2.183		ATIVIDADES DO DEPTO DE TURISMO E EVENTOS	
323 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
21		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
21.002		DEPTO ESTUDOS ECOLÓG DE PRESERV E EDUC AMBIENTAL	
21.002.18.541.1801.2.559		ATIV DPTO PRESERVACAO E ED AMBIENTAL	
365 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	87.000,00
21.003		DEPTO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO	
Suplementação			
21.003.18.452.1801.2.050		MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA	
375 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	32.000,00
376 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.200,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	
22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
396 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
397 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00
399 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	33.000,00
23		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
23.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
23.001.27.812.2701.2.367		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
413 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
24		SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E CIDADANIA	
24.001		ATIV DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	
24.001.06.181.0501.1.148		FORTALECIMENTO GUARDA MUNICIPAL CT 820891/2015	
416 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
418 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.000,00
24.001.06.181.0501.2.845		SEGURANÇA PÚBLICA	
438 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.500,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO - SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.028		FUNDO MUN DA POLITICA DA MULHER	
474 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
479 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
27.001.14.422.3501.2.074		FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES	
488 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
27.001.14.422.3501.2.075		GESTÃO DO SEMUCI	
490 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	29.000,00
491 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	19.000,00
492 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.500,00
493 - 3.1.91.13.00.00	000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.000,00
27.001.14.422.3501.2.078		FUNDO MUN DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA	
504 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
27.001.14.422.3501.2.079		FUNDO MUN PESSOAS IDOSAS	
506 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	101.000,00
507 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.200,00
509 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	117.000,00
88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001.28.845.0000.2.067		CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
526 - 3.3.90.47.00.00	000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	102.000,00
88.001.28.846.0000.2.335		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	
528 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
Total Suplementação:			3.761.481,34

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, Anulação de dotações;

Redução			
03		GABINETE	
03.001		GABINETE DO PREFEITO	
03.001.04.122.0302.2.047		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
6 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00	
8 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
574 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
04		SEC DE ADMINISTRACAO E REC HUMANOS	
04.006		DEPTO DE ADMINISTRACAO GERAL	
04.006.04.122.0402.2.053		ATIVIDADES DEPTO DE ADM GERAL	
10 - 3.1.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.000,00
13 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	42.000,00
14 - 3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	192.000,00
15 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	81.200,00
17 - 3.3.72.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
27 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.500,00
29 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.001		DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
44 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
47 - 3.1.91.13.00.00	103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	203.081,34
53 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	31.000,00

62 - 4.4.90.52.00.00	107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
07.002		DEPTO DE EDUCACAO INFANTIL	
07.002.12.365.1201.2.117		MANUTENCAO DAS CMEIS MUNICIPAIS	
76 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.131		PROGRAMAS DE ESPECIALIDADES MUNICIPAIS	
94 - 3.1.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	50.000,00
96 - 3.3.71.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	30.000,00
99 - 3.3.72.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
100 - 3.3.72.36.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
106 - 4.4.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	20.000,00
Redução			
		PÚBLICO	
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
118 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
119 - 3.3.90.31.00.00	303	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.000,00
120 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09		SEC DE ARQUITETURA ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002		DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002.04.122.1501.2.325		ATIV DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
136 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
137 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	42.000,00
139 - 3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
142 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	83.000,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.002		BLOCO GESTAO DO SUAS	
160 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	100.000,00
165 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	113.000,00
10.002		FMAS-DEP GEST CAD/DEP PROT SOC BAS/DEP PROT ESPECIAL	
10.002.08.244.0801.2.003		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
178 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	29.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.04.122.1601.1.001		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
200 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
11.001.15.451.1601.1.008		VIAS URBANAS: GARANTIR ACESSIBILIDADE URBANA	
206 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	78.000,00
208 - 4.4.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	33.000,00
210 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
11.001.15.451.1601.1.011		CONSTRUÇÃO, AMPL, REFORMA, CONSERV PRAÇAS, BOSQUE E ÁREAS PÚBLICAS	
213 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO 70.000,00	
12		SEC DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO	
12.002		DEPTO DE PLANEJ ESTRATEGICO ECONOMICO- FIN	
12.002.04.121.1401.1.085		ENC CONTRAPARTIDA EXECUÇÃO CONVÊNIOS	
244 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Redução			
246 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	95.000,00
247 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
13		SEC DA AGROPECUÁRIA, ABASTEC E SEGURANÇA ALIMENTAR	
13.001		DEPTO DE PROD VEGETAL AGRICULTURA E ABASTEC	
13.001.20.606.2001.2.016		ADM DA SEC DE AGROPEC ABASTEC E SEG ALIMENTAR	
536 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	58.500,00
20		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
20.001		DEPTO DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E RELAÇ DO TRABALHO	
20.001.22.661.2201.2.690		MANUT SEC IND COM SERV E ARTESANATO	
343 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
344 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
20.001.23.691.2201.2.340		INCUBADORA TÉCNOLÓGICA	
349 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
21		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
21.002		DEPTO ESTUDOS ECOLÓG DE PRESERV E EDUC AMBIENTAL	
21.002.18.541.1801.2.462		ADMINISTRAÇÃO SEC ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	
363 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
21.003		DEPTO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO	
21.003.18.452.1801.2.050		MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA	
377 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	103.200,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	
22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.04.122.3101.2.141		ADMINISTRAÇÃO SEC MUNIC VIAÇÃO E SERV RURAIS	
385 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	50.000,00
387 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	101.500,00
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
543 - 3.3.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.500,00
24		SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E CIDADANIA	
24.001		ATIV DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	
24.001.06.181.0501.2.235		ATIVIDADES DO DEPTO DE TRANSITO	
428 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
25		SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
25.001		DEPARTAMENTO DE AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
25.001.18.542.3301.2.181		AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
454 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	63.000,00
458 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
26		SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
26.001		DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS	
Redução			
		SOCIAIS	

26.001.16.482.3401.2.182		AÇÕES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
466 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
468 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	195.000,00
472 - 4.5.90.61.00.00	1000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	78.000,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO -SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.074		FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES	
488 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
27.001.14.422.3501.2.079		FUNDO MUN PESSOAS IDOSAS	
506 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
Total Redução:			3.761.481,34

Art 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPIO DE IRATI, Estado do PR, em 1 de Outubro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joby Ayub
Código Identificador:BDA8F429

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
DECRETO 670/2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT

Exercício: 2025
Decreto n° 670/2025 de 01/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE IRATI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 5176/2024 de 19/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.122.108,88 (um milhão, cento e vinte e dois mil e cento e oito reais e oitenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.001		DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
61 - 4.4.90.51.00.00	2258	OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
113 - 3.3.22.93.00.00	2425	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.940,64
122 - 3.3.90.34.00.00	494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	575.521,73
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.002		FMAS-DEP GEST CAD/DEP PROT SOC BAS/DEP PROT ESPECIAL	
10.002.08.244.0801.2.003		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
177 - 3.3.90.30.00.00	32244	MATERIAL DE CONSUMO	23.599,85
10.002.08.244.2501.2.008		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
190 - 3.3.90.30.00.00	2902	MATERIAL DE CONSUMO	6.612,10
10.002.08.244.2501.2.009		BLOCO DE PROTEÇÃO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA	
198 - 3.3.90.39.00.00	1940	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.540,99
13		SEC DA AGROPECUÁRIA, ABASTEC E SEGURANÇA ALIMENTAR	
13.001		DEPTO DE PROD VEGETAL AGRICULTURA E ABASTEC	
13.001.20.606.2001.2.016		ADMINISTRACAO DA SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	
270 - 4.4.90.51.00.00	12239	OBRAS E INSTALAÇÕES	21.600,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	
22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
399 - 4.4.90.51.00.00	12239	OBRAS E INSTALAÇÕES	97.000,00
23		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
23.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
23.001.27.812.2701.2.317		PRATICAS ESPORTIVAS E DE LAZER	
403 - 3.3.90.39.00.00	2275	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	58.293,57
		Total Suplementação:	1.122.108,88

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, Superávit financeiro;
Art 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPIO DE IRATI, Estado do PR, em 1 de Outubro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joby Ayub
Código Identificador:59BC67D7

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
DECRETO 671/2025 CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Exercício: 2025
Decreto n° 671/2025 de 01/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE IRATI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 5176/2024 de 19/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$10.280.225,15 (dez milhões, duzentos e oitenta mil e duzentos e vinte e cinco reais e quinze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SEC DE ADMINISTRACAO E REC HUMANOS	
04.006		DEPTO DE ADMINISTRACAO GERAL	
04.006.04.122.0402.2.053		ATIVIDADES DEPTO DE ADM GERAL	
11 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	232.000,00
06		SECRETARIA FAZENDA	
06.005		DEPTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
06.005.04.123.0404.2.106		ATIVIDADES DO DEPTO DE FINANÇAS	
32 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266.759,04
41 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	105.000,00
07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
07.001		DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
07.001.12.361.1201.2.077		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
53 - 3.3.90.30.00.00	11040	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
07.002		DEPTO DE EDUCACAO INFANTIL	
07.002.12.365.1201.2.117		MANUTENCAO DAS CMEIS MUNICIPAIS	
72 - 3.3.90.30.00.00	11040	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.005		DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
07.005.12.361.1201.2.103		MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
89 - 3.3.90.33.00.00	181	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	479.703,25
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.001		FUNDO MUNIC SAUDE/DEPARTAMENTO MÉDICO	
08.001.10.301.1001.2.143		ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	
109 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.489.210,84
111 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	172.651,74
112 - 3.1.91.13.00.00	303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	135.655,48
116 - 3.3.90.08.00.00	303	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	37.000,00
117 - 3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	120.000,00
118 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	382.000,00
120 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
122 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	180.000,00
124 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	338.500,00
129 - 4.4.90.51.00.00	2423	OBRAS E INSTALAÇÕES	292.000,00
09		SEC DE ARQUITETURA ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002		DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
09.002.04.122.1501.2.325		ATIV DEPTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO	
144 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	122.000,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
Suplementação			
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.002		BLOCO GESTAO DO SUAS	
149 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	516.078,88
150 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	75.172,57
151 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
10.002		FMAS-DEP GEST CAD/DEP PROT SOC BAS/DEP PROT ESPECIAL	
10.002.08.244.0801.2.003		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
177 - 3.3.90.30.00.00	2206	MATERIAL DE CONSUMO	18.105,84
10.002.08.244.2501.2.008		BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
191 - 3.3.90.36.00.00	2048	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.15.452.1601.2.017		ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
217 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
13		SEC DA AGROPECUÁRIA, ABASTEC E SEGURANÇA ALIMENTAR	
13.001		DEPTO DE PROD VEGETAL AGRICULTURA E ABASTEC	
13.001.20.606.2001.2.016		ADMINISTRACAO DA SEC DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	
261 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
271 - 4.4.90.52.00.00	2263	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.774.155,83
15		PROCURADORIA GERAL	
15.001		ASSESSORIA JURIDICA	
15.001.04.122.3201.2.021		ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	
279 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	65.844,83
287 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
21		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
21.002		DEPTO ESTUDOS ECOLÓG DE PRESERV E EDUC AMBIENTAL	
21.002.18.541.1801.2.462		ADMINISTRAÇÃO SEC ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	
352 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	62.230,93
21.003		DEPTO MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA POLUIÇÃO	
21.003.18.452.1801.2.050		MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA	
375 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
22		SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	

22.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS RURAIS	
22.001.26.782.3101.2.267		MANUT DA REDE DE ESTRADAS, PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	
396 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	142.000,00
399 - 4.4.90.51.00.00	2261	OBRAS E INSTALAÇÕES	308.000,00
23		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
23.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
23.001.27.812.2701.2.367		ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
405 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.877,71
24		SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E CIDADANIA	
24.001		ATIV DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	
24.001.06.181.0501.2.845		SEGURANÇA PÚBLICA	
438 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	279.999,33
Suplementação			
25		SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
25.001		DEPARTAMENTO DE AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
25.001.18.542.3301.2.181		AÇÕES DA SECRETARIA DE DEFESA ANIMAL	
457 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO - SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.074		FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES	
487 - 3.3.90.39.00.00	880	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
27.001.14.422.3501.2.075		GESTÃO DO SEMUCI	
490 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	155.748,62
88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001.28.843.0000.2.065		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	
524 - 3.2.90.21.00.00	000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	709.000,00
525 - 4.6.90.71.00.00	621	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.088.030,26
		Total Suplementação:	10.280.225,15

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.39 TRANSF CONV EST SEAB EQUIPAMENTO RODOVIÁRIOS - TERMO	1.617.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.0.1.01 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Fonte: 2263	180.573,23
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA	10.000,00
Receita: 1.7.2.9.52.0.1.01 TRANSF ESTADUAIS EDUCAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - Fonte:	351.295,19
Receita: 1.7.1.5.52.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA	250.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.38 TRANSF CONV EST SECID PAVIMENTACAO ESTRADAS VICINAIS	308.000,00
Receita: 1.7.2.4.51.0.1.01 Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de	105.020,92
Receita: 1.7.1.6.50.0.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE	18.105,84
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	7.144.229,97
Receita: 2.4.1.1.51.2.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO	292.000,00
Receita: 1.2.1.9.99.1.1 DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NÃO ARRECADADAS E NÃO	4.000,00
Total da Receita:	10.280.225,15

Art 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPIO DE IRATI, Estado do PR, em 1 de Outubro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joby Ayub
Código Identificador:B3FE9367

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
DECRETO 716/2025 CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 716/2025 de 16/10/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE IRATI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 5276/2025 de 15/10/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.564.344,02 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quarenta e quatro reais e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
10.001		DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS	
10.001.08.244.0801.2.074		FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES	
851 - 3.1.50.43.00.00	880	SUBVENÇÕES SOCIAIS	44.897,57
852 - 3.3.22.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
853 - 3.3.30.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
854 - 3.3.50.43.00.00	880	SUBVENÇÕES SOCIAIS	52.000,00
855 - 3.3.90.14.00.00	880	DIÁRIAS - CIVIL	11.000,00

856 - 3.3.90.30.00.00	880	MATERIAL DE CONSUMO	61.367,00
857 - 3.3.90.36.00.00	880	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	262.580,18
858 - 3.3.90.39.00.00	2281	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	92.488,85
877 - 3.3.90.92.00.00	000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00
878 - 4.4.50.42.00.00	880	AUXÍLIOS	5.000,00
859 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
860 - 4.4.90.52.00.00	2255	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	88.621,50
10.001.08.244.0801.2.078		FUNDO MUN DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA	
861 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
862 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
863 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
864 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
10.001.08.244.0801.2.079		FUNDO MUN PESSOAS IDOSAS	
865 - 3.3.90.14.00.00	900	DIÁRIAS - CIVIL	9.247,94
866 - 3.3.90.30.00.00	2233	MATERIAL DE CONSUMO	132.293,72
867 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
868 - 3.3.90.39.00.00	900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	243.886,16
869 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	34.000,00
870 - 4.4.90.52.00.00	900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
10.001.08.244.0801.2.080		FUNDO MUN DOS DIREITOS HUMANOS (PESSOAS EM SITUAÇÃO RUA,POVOS ORIGINARIOS, COMUM TRADICIONAIS,IGUALDADE RACIAL, LGBT LGBTQIAPN+)	
871 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
872 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	28.461,10
873 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
874 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
875 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
876 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
10.001.08.244.0801.2.107		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
880 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
Suplementação			
881 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.500,00
882 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15.000,00
883 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
884 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
885 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.15.452.1601.2.164		AMPL, MELHORIA E MANUT DO SISTEMA DE ILUMINACAO PÚ	
879 - 3.3.72.39.00.00	507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.200.000,00
		Total Suplementação:	3.564.344,02

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, Anulação de dotações;

Redução			
11		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001		DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS	
11.001.15.452.1601.2.164		MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	
232 - 3.3.67.82.00.00	507	APORTE DE RECURSOS PELO PARCEIRO PÚBLICO EM FAVOR DO PARCEIRO PRIVADO DECORRENTE DE CONTRATO DE PARC	2.200.000,00
27		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	
27.001		GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER, DA CRIANÇA E DO IDOSO -SEMUCI	
27.001.14.422.3501.2.074		FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES	
480 - 3.1.50.43.00.00	880	SUBVENÇÕES SOCIAIS	44.897,57
481 - 3.3.22.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
482 - 3.3.30.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
483 - 3.3.50.43.00.00	880	SUBVENÇÕES SOCIAIS	55.200,00
484 - 3.3.90.14.00.00	880	DIÁRIAS - CIVIL	4.998,56
485 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	67.888,00
486 - 3.3.90.36.00.00	3880	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	253.787,47
487 - 3.3.90.39.00.00	2281	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	83.704,80
488 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	32.000,00
489 - 4.4.90.52.00.00	32255	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	77.243,14
27.001.14.422.3501.2.078		FUNDO MUN DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA	
502 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
503 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
504 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
505 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
27.001.14.422.3501.2.079		FUNDO MUN PESSOAS IDOSAS	
506 - 3.3.90.14.00.00	900	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	16.047,44
507 - 3.3.90.30.00.00	2233	MATERIAL DE CONSUMO	125.940,32
508 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
Redução			
509 - 3.3.90.39.00.00	900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	261.839,44
510 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	34.000,00
511 - 4.4.90.52.00.00	900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
27.001.14.422.3501.2.080		FUNDO MUN DOS DIREITOS HUMANOS (PESSOAS EM SITUAÇÃO RUA,POVOS ORIGINARIOS, COMUM TRADICIONAIS,IGUALDADE RACIAL, LGBT	
512 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
513 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	28.461,10
514 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
515 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
516 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
517 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
27.001.14.422.3501.2.107		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
518 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
519 - 3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.500,00
520 - 3.3.90.08.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO	15.000,00
		SERVIDOR E DO MILITAR	
521 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	501,88

522 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.334,30
523 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Redução:	3.564.344,02

Art 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

MUNICIPIO DE IRATI, Estado do PR, em 16 de Outubro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joby Ayub
Código Identificador:ACBA4A96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 617/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, **Sr. EDILSON RUIZ DE FREITAS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e:

CONSIDERANDOa Lei Municipal nº 826/2023 de 23 de agosto de 2023 que Institui o Regime de Adiantamento para as despesas de pronto pagamento:

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a concessão de adiantamento, de acordo com as especificações abaixo:

Servidor responsável pela aplicação do recurso:

Nome:	**Janete Baido dos Santos Paes**
Matrícula:	**55201**
Secretaria / Departamento:	**Gabinete do Prefeito**
Cargo / Função:	**Chefe de Gabinete**
Valor concedido (R$):	**R$ 5.000,00**
Dados Bancários:	Banco: **Caixa Econômica Federal** Agência**: 1398-6** Conta: **000810131581-9**

Prazos de Aplicação e de Prestação de Contas:

Prazo para Aplicação: **até 30 dias a partir do recebimento do recurso**
Prazo para Prestação de Contas: **até 5 dias contados após o término do prazo para aplicação**

Art. 2º - A Prestação de Contas é de atribuição do responsável pela aplicação do recurso, e deve ser consoante ao estabelecido no Decreto nº 45/2022, não poderá receber novos adiantamentos aqueles que não à realizarem.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito de Itaperuçu

Publicado por:
Paola Daiana Santos
Código Identificador:BB69E631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO Nº 134/2025

DECRETO Nº 134/2025

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a estrada rural localizada no interior do município de Itaúna do Sul/PR e dá outras providências

Gilson José de Gois, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e fundamentado no interesse público;
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para os fins de adequação e pavimentação, os trechos da estrada abaixo identificada pelas coordenadas SAD 69 BRAZIL/IBGE:

Trecho	Tipo	Extensão	Zona	Coord. Inicial	Coord. Final	Serviço a Executar
1	Estrada Rural Zimaré	2.200,00 m	22k	Latitude (N): 789230,00	Latitude (N): 7489216,00	Pavimentação em Bloco de Concreto

				Longitude (E): 304239,00	Longitude (E): 301995,00	Sextavado

Art. 2º - As melhorias a que se refere o presente decreto serão realizadas através do programa Estradas da Integração da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, através do Protocolo nº 24.175.817-6. Sendo que o Trecho 1(um) da Estrada Rural Zimaré compreende um total de 2.200,00 m (dois mil e duzentos metros).
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itaúna do Sul - PR, 12 de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:553BC7DA

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO Nº 135/2025

DECRETO Nº 135/2025

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a estrada rural localizada no interior do município de Itaúna do Sul/PR e dá outras providências.

Gilson José de Gois, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e fundamentado no interesse público;
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para os fins de adequação e pavimentação, os trechos da estrada abaixo identificada pelas coordenadas SAD 69 BRAZIL/IBGE:

Trecho	Tipo	Extensão	Zona	Coord. Inicial	Coord. Final	Serviço a Executar
1	Estrada Rural São Paulo Paraná	1.350,00 m	22k	Latitude (N): 7489224,00 Longitude (E): 303294,00	Latitude (N): 7487873,00 Longitude (E): 303291,00	Pavimentação em Bloco de Concreto Sextavado

Art. 2º - As melhorias a que se refere o presente decreto serão realizadas através do programa Estradas da Integração da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, através do Protocolo nº 24.175.817-6. Sendo que o Trecho 1(um) da Estrada Rural São Paulo Paraná compreende um total de 1.350,00 m (um mil trezentos e cinquenta metros).
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itaúna do Sul - PR, 12 de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:3F303B51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 35/2025

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a, incluir Ação na Lei Municipal nº 33/2024, que é parte integrante da Lei nº 052/2021 - Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, para o exercício de 2025, a incluir Ação na Lei Municipal nº 34/2024, que é parte integrante da Lei nº 29/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2025 e a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais) e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Artigo 1º- Fica incluída na Lei 33/2024 que é parte integrante da Lei nº 052/2021- Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, para o exercício de 2025, a seguinte ação:

PROGRAMA: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
Nº	**AÇÃO**	**FUNÇÃO**		**SUB-FUNÇÃO**	
1.028	Construção do CREAS	08 – Assistência Social		245 – **Serviços Sócio Assistenciais**	
UNIDADE	**11 – 010 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**				
TIPO	**PRODUTO**	**ANO**	**META**	**VALOR**	**FONTE**
Projeto	Construção do CREAS	2025	206,65 m2	1.200.000,00	
				1.200.000,00	**32012**

Artigo 2º - Fica incluída nos anexos da Lei nº 34/2024, que que é parte integrante da Lei nº 29/2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2025, a seguinte ação:

PROGRAMA: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
AÇÕES	**PRODUTO**	**UN DE MED**	**META**	**VALOR**	**FONTE**
Construção do CREAS	Construção do CREAS	M2	206,65	1.200.000,00	32012
SOMA				**1.200.000,00**	

Artigo 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais), como se segue:

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010.	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010.08.245.0023.1058	**Construção do CREAS**	
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações – Cód. 1026	1.200.000,00
32012	DELIBERAÇÃO 030/2025/CEAS/PR - C/C 27595-6 CONSTRUÇÃO CREAS	
SOMA		**1.200.000,00**

Artigo 4º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso II será utilizado recurso para abertura do crédito especial de que trata o art. 3º, o excesso de arrecadação na fonte conforme segue:

RECEITA – FONTE – 32012 - 2.4.2.9.99.0.1.10.00.00.00.00.	**VALOR**
DELIBERAÇÃO 030/2025/CEAS/PR - C/C 27595-6 CONSTRUÇÃO CREAS	1.200.000,00

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor após sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, AOS 11 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Margarete Gabriel de Oliveira
Código Identificador:8FB3ADC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA		
Exercício: 2025		
TERMO DE DISPENSAD E LICITAÇÃO 12 / 2025		
DATA: 12/11/2025	**PROTOCOLO:** 17 / 2025	**PROCESSO:** 17
CONTRATANTE		
CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA		
CONTRATADO(A)		
Fornecedor: CONSULTECH CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA - ME		
CNPJ: 20.723.315/0001-74	**Insc. Estadual:** ISENTO	
Endereço: ARLINDO PEREIRA DE ARAUJO, 503		
Bairro: CENTRO	**Cidade:** Tamarana - PR	**CEP:** 86.125-000
Telefone:		
OBJETO		
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mentoria, capacitação, treinamento e orientação técnica voltados ao aperfeiçoamento dos procedimentos de análise, identificação e interpretação de inconsistência e erros nas prestações de contas encaminhadas aos órgãos de controle externo, abrangendo as rotinas e fluxos operacionais dos setores de contabilidade, tesouraria, compras e licitações, frotas, patrimônio e recursos humanos, com foco na melhoria de gestão pública e no correto uso do sistema de gestão governamental, de forma a garantir maior eficiência, conformidade legal e transparência na execução orçamentária, financeira e patrimonial.		
JUSTIFICATIVA		
AUTORIZAR a contratação da empresa CONSULTECH CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA - ME para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mentoria, capacitação, treinamento e orientação técnica voltados ao aperfeiçoamento dos procedimentos de análise, identificação e interpretação de inconsistência e erros nas prestações de contas encaminhadas aos órgãos de controle externo, abrangendo as rotinas e fluxos operacionais dos setores de contabilidade, tesouraria, compras e licitações, frotas, patrimônio e recursos humanos, com foco na melhoria de gestão pública e no correto uso do sistema de gestão governamental, de forma a garantir maior eficiência, conformidade legal e transparência na execução orçamentária, financeira e patrimonial, pelo valor de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais) por DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade com o disposto no art. 75 inciso I, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.		
DESPESA		
Programática	**Fonte**	**Descrição**
40001010314040202033903900000	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM(S)

Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	31856	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mentoria, capacitação, treinamento e orientação técnica voltados ao aperfeiçoamento dos procedimentos de análise, identificação e interpretação de inconsistência e erros nas prestações de contas encaminhadas aos órgãos de controle externo, abrangendo as rotinas e fluxos operacionais dos setores de contabilidade, tesouraria, compras e licitações, frotas, patrimônio e recursos humanos, com foco na melhoria de gestão pública e no correto uso do sistema de gestão governamental, de forma a garantir maior eficiência, conformidade legal e transparência na execução orçamentária, financeira e patrimonial	UN	12.00	3.600,00	43.200,00
						Total:	**43,200.00**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente Câmara

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:B0C1FFE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

EXECUTIVO MUNICIPAL
DDECRETO Nº 080/2025

DECRETO Nº. 080/2025

"Dispõe sobre a Retenção de Tributos no Pagamento aos Fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pela Câmara Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná".

Considerando o disposto no art. 64 da Lei Federal nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta;
Considerando o disposto na Lei Federal nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido;
Considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
Considerando que, de acordo com o art. 158, I, da Constituição Federal, pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) nº. 1.293.453/RS, com repercussão geral (Tema 1.130), de que o montante arrecadado a título de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre valores pagos pelos entes federados, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços não precisa ser repassado à União, pois pertence aos próprios Municípios, aos Estados ou ao Distrito Federal;
Considerando que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos de recolhimento, para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com a municipalidade, em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); **Considerando** o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2.145 de 26 de junho de 2023;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento do tributo sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná;

PAULO ROBERTO PEDRO, Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º - Os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município e a Câmara Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, as alterações trazidas pela Instrução Normativa RFB nº. 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações posteriores, observando as disposições deste Decreto.
§ 1º. - As retenções serão efetuadas a partir do primeiro dia útil do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.
§ 2º. - A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no **anexo I da Instrução Normativa RFB nº. 1.234,** de 11 de janeiro de 2012, especificamente a coluna "IR (02)".
§ 3º. - Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados as pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo apresentar declaração conforme anexos II, III e IV da referida Instrução Normativa da RFB.
Art. 2º. - A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.
§ 1º. - A critério do órgão contratante, os contratados deverão ser notificados do disposto neste Decreto para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados, passem a observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº. 1.234/2012 e alterações, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º deste Decreto.
§ 2º. - Os Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto deverão repassar ao Município os valores retidos de Imposto de Renda Retido na Fonte.
Art. 3º. - Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de Imposto de Renda vigentes.
§ 1º. - Os Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto deverão orientar seus prestadores de serviços e fornecedores de bens e recusar documentos fiscais que não atendam o disposto no § 2° do Art. 1º deste Decreto.
§ 2°. - As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do devido pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica.
Art. 4º. - A Câmara Municipal de Vereadores deverá repassar ao Município os valores retidos a título de Imposto de Renda, através de transferência na conta bancária, no Banco do Brasil, **Agência nº. 2396-5, Conta Corrente nº. 9275-4,** desde que tenha havido retenção.
Art. 5º. – Não incidirá na fonte qualquer desconto a título de Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL), da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, tendo em vista a inexistência do convênio a que se refere o Art. 33 da Lei nº. 10.833/2003.
Art. 6º. – Caberá aos responsáveis, em relação às novas contratações, adequar os editais e as minutas dos contratos administrativos.
Parágrafo único – A retenção a que se refere este Decreto, não configura como despesa a ser acrescida na planilha de custos apresentada pelo prestador.

Art. 7º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE;

Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, 11 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TABELA DE RETENÇÃO

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (01)	IR (02)
Alimentaçao; Energia Elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB nº. 1.234/12; Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatológia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB nº. 1.234/12; Transporte de cargas; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; e Mercadorias e bens em geral.	**1,20**
Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB nº. 1.234/12; Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB nº. 1.234/12; Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB nº. 1.234/12.	**0,24**
Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	**0,24**
Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;	

Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB nº. 1.234/12, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB nº. 1.234/12; Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k"do inciso I do art. 5º da IN RFB nº. 1.234/12; Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB nº. 1.234/12.	**1,20**
Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850.	**2,40**
Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	**2,40**
Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	**0,00**
Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; Seguro saúde.	**2,40**
Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza; Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; Demais serviços.	**4,80**

Publicado por:
Adauheber Macedo da Silva
Código Identificador:436A3CBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EDITAL Nº 08/2025

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 28391, de 05 de fevereiro de 2025, por meio da Comissão de Avaliação do Processo de Escolha dos Diretores da Rede Municipal de Ensino da Lapa, designada pela Portaria nº 38 de 25 de agosto de 2025, no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:

1. Resultado definitivo das candidatas habilitadas a participar da Consulta Pública que consta no Anexo I deste edital.

2. Consta no anexo II deste Edital lista de candidatas inabilitadas, conforme fundamentação correspondente.

3. Acompanhar o andamento do Processo de Escolha de Diretores da Rede Municipal de Ensino da Lapa, nos termos do Edital nº 01/2025 é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Registre-se e publique-se.

Lapa, 12 de novembro de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I - RESULTADOS DAS CANDIDATAS HABILITADAS

NOME COMPLETO	STATUS
Adaiane dos Santos Marafigo	Habilitada
Ana Claudia dos Santos	Habilitada
Ana Lucia Schmidt	Habilitada
Andréa Ap. Pfutz de Castro	Habilitada
Barbara Bill de Andrade	Habilitada
Célia Kovalski	Habilitada
Claudiane Aurora Guimarães	Habilitada
Daniela Claudino Pinto	Habilitada
Denise Guimarães de Sousa Figura	Habilitada
Eliane Teixeira	Habilitada
Erika Neumann Pimentel	Habilitada
Fernanda Celeste Pereira Kaseker	Habilitada
Fernanda da Silveira Koga de Jesus	Habilitada
Flávia Camila Pereira Kaseker Opolis	Habilitada
Gelcy Aparecida Camargo Ribas	Habilitada
Gilvana Valechenski Ramos	Habilitada
Juliana Hammerschimdt	Habilitada
Lilia de Aguiar	Habilitada
Marcia da Silva Felipe	Habilitada
Marcia Maria Pereira Kaseker	Habilitada
Maria Lúcia Lourenço	Habilitada
Michele Ap. Alves Zavorne	Habilitada
Roseli Drobinieski Ramos	Habilitada
Sandra Aparecida Santana Vidal	Habilitada
Silvana Schuster do Nascimento Fior	Habilitada
Silvana Mari Batista	Habilitada
Simone Rodrigues Rick	Habilitada
Suellen dos Santos Hoinatski	Habilitada
Taciane da Silva Caus	Habilitada
Thais Loise Maurer Pickisius	Habilitada
Valdenice Milene Schuster Waclawski	Habilitada
Vanderléia Aparecida de Lima	Habilitada

ANEXO II - CANDIDATAS INABILITADAS

NOME	STATUS	FUNDAMENTO
Cassiani Aparecida Lobo Turmina	Inabilitada	Descumprimento das exigências do ANEXO III do Edital – não opôs sua própria assinatura no seu REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO, deixando de comprovar seu aceite às condições para concorrer à função. Ausência de assinatura na declaração relativa ao ANEXO VI.
Regiane da Luz Dias Ganzert	Inabilitada	Descumprimento do item 3, subitem 3.2, inciso IV do Edital – ausência de declaração em que conste não estarem os candidatos em desacordo com o constante do art. 9º da Lei Municipal nº 4.445/2025.
Rosemeri Rasmussen	Inabilitada	Descumprimento das exigências do item 3, subitem 3.2, inciso V - ausência de declaração emitida pelo setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer que comprove 180 (cento e oitenta) dias de exercício.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6B08D95D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 008/2024 - PML

Chamamento Público nº. 008/2024-PML Processo nº. 116/2024-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATORIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponente **HABILITADOS:**

1º Lugar - CLEYTON WILLIAN DE CARVALHO, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 143.625.679-84, protocolo manual de nº 007/2025, de 06/10/2025.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

2º Lugar - EDILSON LACERDA, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 985.037.749-68, protocolo de nº 7377/2025, de 20/10/2025, as 08:32:09 horas.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

3º Lugar - JOELSO DE OLIVEIRA MARTINS, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 120.665.729-42, protocolo de nº 7615/2025, de 30/10/2025, as 14:57:42 horas.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

4º Lugar - NICE APARECIDA MEDEIROS DE CARVALHO, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 408.220.282-04, protocolo de nº 7864/2025, de 11/11/2025, as 16:32:56 horas.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-Pr, 12 de novembro de 2025.

MARCOS PARRA MENDONÇA
Agente de Contratação

SIMONE REGINDA DA SILVA
Equipe de Apoio

ADEMILSON MUSULINO DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7B7D2980

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2025.

ATA DE SESSÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2025.
Processo Administrativo Nº 59/2025.
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Data de Publicação: 19/08/2025 08:41:01

MOVIMENTOS DO PROCESSO		
20/08/2025 21:02:18	CADASTRO DE PROPOSTA	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA
22/08/2025 15:40:20	CADASTRO DE PROPOSTA	61 060 956 JOHN MICHAEL VENTURA DA FONSECA
24/08/2025 12:36:59	CADASTRO DE PROPOSTA	61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES
25/08/2025 10:02:12	CADASTRO DE PROPOSTA	ELITE DIGITAL LTDA
25/08/2025 11:08:44	CADASTRO DE PROPOSTA	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA
25/08/2025 11:32:32	CADASTRO DE PROPOSTA	BIANCHINI E GRACIOLI LTDA
25/08/2025 13:06:57	CADASTRO DE PROPOSTA	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA
25/08/2025 14:16:54	CADASTRO DE PROPOSTA	INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA
25/08/2025 14:17:08	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA
25/08/2025 15:09:22	CADASTRO DE PROPOSTA	CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810
25/08/2025 15:52:19	CADASTRO DE PROPOSTA	S C T MACKERT
25/08/2025 16:08:04	CADASTRO DE PROPOSTA	48.705.865 SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ
25/08/2025 18:35:04	CADASTRO DE PROPOSTA	CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA
25/08/2025 18:38:33	CADASTRO DE PROPOSTA	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA
25/08/2025 21:16:47	CADASTRO DE PROPOSTA	AV AGENCIA DIGITAL LTDA
25/08/2025 21:50:01	CADASTRO DE PROPOSTA	RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA
25/08/2025 22:49:12	CADASTRO DE PROPOSTA	PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA
26/08/2025 00:21:14	CADASTRO DE PROPOSTA	ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
26/08/2025 00:22:37	CADASTRO DE PROPOSTA	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA
26/08/2025 00:37:05	CADASTRO DE PROPOSTA	18TEC INFORMÁTICA LTDA
26/08/2025 02:12:25	CADASTRO DE PROPOSTA	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA
26/08/2025 03:35:13	CADASTRO DE PROPOSTA	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA
26/08/2025 08:45:34	MENSAGEM	CONDUTOR
Bom dia Senhores(as) licitantes.		
26/08/2025 08:46:10	MENSAGEM	CONDUTOR
As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo Agente de Contratação no sistema (chat), com indicação da data e horário para sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.		

26/08/2025 08:46:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Srs. Licitantes, atentar-se aos valores inexequíveis. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.		
26/08/2025 08:46:39	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Atentar-se ao descritivo dos itens/lotes, pois as propostas que não atenderem as especificações solicitadas pela diretoria serão desclassificadas.		
26/08/2025 08:48:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR
A duração será de 06 (seis) horas.		
26/08/2025 14:30:53	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Após o término da fase de disputa faremos a suspensão da sessão para análise dos documentos de habilitação exigidos no Edital de Convocação Dispensa Eletrônica nº 27/2025. Senhor licitante mais bem classificado, o prazo para o envio dos documentos exigidos no Edital de Convocação Dispensa Eletrônica nº 27/2025 encerrar-se-á 17h00min na data de hoje.		
26/08/2025 14:31:03	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Conforme item 9.2 do termo de referência é necessário o envio de catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações.		
26/08/2025 14:31:13	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.		
26/08/2025 14:31:22	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Peço por gentileza que acompanhem possíveis diligências ou solicitação de documentos para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.		
26/08/2025 14:31:35	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Para os demais classificados, não há óbice em anexar os documentos de habilitação neste mesmo prazo, pois caso seja necessário analisar os documentos do participante subsequente isto tornará o processo mais célere.		
26/08/2025 14:31:52	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Sintam-se desde já NOTIFICADOS!!		
26/08/2025 14:45:03	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante S C T MACKERT foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 26/08/2025 17:00		
01/09/2025 14:40:16	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Senhores licitantes convoco neste momento para envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações: EMPRESAS: NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA E ANA LUCIA GERMANO SILVA		
01/09/2025 14:40:28	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 01/09/2025 até as 17:00 h		
01/09/2025 15:08:56	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
01/09/2025 15:10:03	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA adicionou o arquivo 835c1094be024721ab1a8f1a968fd322.pdf aos documentos complementares.		
01/09/2025 17:02:35	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA adicionou o arquivo 35a3e97985a8450fb0713884fe60931e.pdf aos documentos complementares.		
01/09/2025 17:03:41	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA adicionou o arquivo 9a4c252ffbd54fa99969d7d8d9dc61f5.zip aos documentos complementares.		
01/09/2025 17:03:53	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA adicionou o arquivo 8a23b3e4f3874551ab986c139c58c968.pdf aos documentos complementares.		
03/09/2025 09:01:22	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Senhores licitantes convoco neste momento para envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações: EMPRESAS: ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA Para o item 01 E ANA LUCIA GERMANO SILVA Para o item 02.		
03/09/2025 09:01:33	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.		
Na data de hoje 01/09/2025 até as 17:00 h		
03/09/2025 11:39:35	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA adicionou o arquivo 694cfd452ed34853bafed63659d58873.zip aos documentos complementares.		
03/09/2025 11:39:40	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA adicionou o arquivo b8003691b58b4463b58487629baaf338.pdf aos documentos complementares.		
03/09/2025 11:40:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA adicionou o arquivo c7af5f1e36564334ac913a8726a99a4b.pdf aos documentos complementares.		
04/09/2025 14:58:31	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA adicionou o arquivo f8854e0162e244b7a369cf6efc73cdbc.pdf aos documentos complementares.		
09/09/2025 08:52:19	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações		
09/09/2025 08:52:38	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 10/09/2025 até as 12:00 h		
09/09/2025 08:53:05	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações		
09/09/2025 08:53:23	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 10/09/2025 até as 12:00 h		
09/09/2025 11:38:53	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA adicionou o arquivo 66b3e851213347f593f47a027e567ef3.zip aos documentos complementares.		
06/10/2025 16:16:32	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA adicionou o arquivo faeb7b753f7e4874bcfabdaaf1a021c1.pdf aos documentos complementares.		
13/10/2025 16:47:02	**MENSAGEM**	CONDUTOR
Boa tarde! Senhores licitantes segundo a Secretaria Municipal de Saúde os Catálogo apresentados para os itens, atende ao edital.		
Solicito neste momento o envio dos documentos de habilitação e a proposta ajustada ao último lance. Que sejam anexados na plataforma, no prazo da data de amanhã 14/10/2025, até às 17h00min.		
13/10/2025 16:48:07	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 14/10/2025 17:00		
13/10/2025 16:48:07	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 14/10/2025 17:00		
14/10/2025 11:51:08	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA adicionou o arquivo 2c7c869f88ee4a0397a3f249466eb76c.zip aos documentos complementares.		
15/10/2025 09:51:08	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA adicionou o arquivo 8a472566c6514564a4b8e21b2cc922cb.pdf aos documentos complementares.		
21/10/2025 16:42:29	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 adicionou o arquivo f54701aec2a34b0ca15b236df2d4d104.pdf aos documentos complementares.		
21/10/2025 16:44:15	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 adicionou o arquivo 76cf77d2698d4a5d91f27a616c260e78.pdf aos documentos complementares.		
21/10/2025 17:00:41	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 adicionou o arquivo 80ffe1b8ef5c4c628e2d10b3b3a6288c.pdf aos documentos complementares.		
31/10/2025 09:29:00	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 03/11/2025 12:00		
06/11/2025 09:10:41	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA adicionou o arquivo c7110a19041b4f8e89326522a96c0e12.pdf aos documentos complementares.		
06/11/2025 09:46:29	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA adicionou o arquivo 858f844c124f453fb183b9ffe941b3f2.rar aos documentos complementares.		

06/11/2025 09:54:27	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA adicionou o arquivo f108279fea17446dad43a8df110fb93c.pdf aos documentos complementares.		
07/11/2025 15:17:08	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA adicionou o arquivo 4a9c625d640a423d9f5ea3cd6546650b.rar aos documentos complementares.		
07/11/2025 15:28:19	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA adicionou o arquivo 0b39ef1f92f546ff942c1b1337334245.pdf aos documentos complementares.		
10/11/2025 12:05:13	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 11/11/2025 14:00		
11/11/2025 11:30:58	**MENSAGEM**	CONDUTOR
O participante EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA adicionou o arquivo 53cea50c8ecf4ae084f156022bdc72ab.rar aos documentos complementares.		

LOTE 1 - ADJUDICADO

1 - TABLETS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: Unidades	Marca: VAIO	Modelo: TL10
Descrição: TABLETSTABLETS PARA USO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - TABLET COM CONFIGURACOES MINIMAS, MEMORIA DE 128GB DE ARMAZENAMENTO, 8GB DE MEMORIA RAM, TELA IMERSIVA DE 10.4â? 2K OFERECENDO MAIS PIXELS POR POLEGADA NA TELA, BATERIA DE 7000 MAH, TECLADO MAGNETICO COM CONECTOR INTELIGENTE, PODE SER UTILIZADO COM CANETAS MODELO CAPACITIVAS PASSIVAS, QUE SIMULAM O TOQUE HUMANO, SISTEMA ANDROID, BLUETOOTH, WI-FI. NO MOMENTO DA ENTREGA, O APARELHO DEVERA ESTAR EQUIPADO COM CAPA (CASE) PROTETORA, PELICULA, CARREGADOR COM ENTRADA TIPO C, MANUAL EM PORTUGUES E EMBALAGEM ORIGINAL. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.			
Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 1.699,00		**Valor Total:** 6.796,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO	153	41.087.715/0001-00	1.727,28	1.699,00		Sim
2 61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE	840	61.061.506/0001-03	1.700,00	1.700,00	0,06	Sim
3 CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA	525	57.752.611/0001-03	1.727,00	1.710,00	0,59	Sim
4 48.705.865 SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ	054	48.705.865/0001-80	1.720,00	1.720,00	0,58	Sim
5 SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA	302	37.338.161/0001-08	1.727,28	1.726,27	0,36	Sim
6 BIANCHINI E GRACIOLI LTDA	165	55.367.386/0001-66	1.726,28	1.726,28	0,00	Sim
7 18TEC INFORMÁTICA LTDA	742	57.056.239/0001-09	1.727,00	1.727,00	0,04	Sim
8 61 060 956 JOHN MICHAEL VENTURA DA	279	61.060.956/0001-73	1.727,28	1.727,28	0,02	Sim
9 ELITE DIGITAL LTDA	448	57.410.545/0001-93	1.727,28	1.727,28	0,00	Sim
10 R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	565	34.140.249/0001-14	7.002,40	7.002,40	305,40	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
S C T MACKERT	323	51.784.579/0001-61	1.700,00	1.050,00		Sim
49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA	250	49.387.926/0001-70	1.400,00	1.349,00	28,4762	Sim
ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA	773	37.876.086/0001-20	1.700,00	1.350,00	0,0741	Sim
PIZZI EMPREENDIMENTOS	649	55.671.708/0001-66	1.448,88	1.448,88	7,3244	Sim
CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810	561	40.260.072/0001-92	1.727,00	1.689,00	16,5728	Sim
RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	303	53.600.991/0001-00	1.727,28	1.690,00	0,0592	Sim
ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE	578	27.579.706/0001-06	1.727,00	1.698,00	0,4734	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

19/08/2025 08:41:01	**PUBLICADO**		
20/08/2025 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
26/08/2025 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
26/08/2025 08:42:08	**DISPUTA**		
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 302)	**1.727,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	**1.727,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 565)	**7.002,40**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	18TEC INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 742)	**1.727,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA (PARTICIPANTE 773)	**1.700,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 (PARTICIPANTE 561)	**1.727,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	S C T MACKERT (PARTICIPANTE 323)	**1.700,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA	**1.727,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA (PARTICIPANTE 649)	**1.448,88**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.727,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA (PARTICIPANTE 250)	**1.400,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	61 060 956 JOHN MICHAEL VENTURA DA FONSECA (PARTICIPANTE 279)	**1.727,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES (PARTICIPANTE 840)	**1.700,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ELITE DIGITAL LTDA (PARTICIPANTE 448)	**1.727,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	BIANCHINI E GRACIOLI LTDA (PARTICIPANTE 165)	**1.726,28**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	48.705.865 SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ (PARTICIPANTE 054)	**1.720,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 525)	**1.727,00**
26/08/2025 08:43:55	**LANCE**	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA (PARTICIPANTE 773)	**1.350,00**
26/08/2025 08:44:29	**LANCE**	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 302)	**1.726,99**
26/08/2025 08:44:49	**MENSAGEM**	S C T MACKERT (PARTICIPANTE 323)	
bom dia a duração desta dispensa e de 6 horas			
26/08/2025 08:47:52	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
Bom dia! Sim.			
26/08/2025 08:48:11	**LANCE**	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA (PARTICIPANTE 250)	**1.349,00**
26/08/2025 08:52:10	**LANCE**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	**1.700,00**
26/08/2025 08:52:30	**LANCE**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	**1.699,00**
26/08/2025 08:54:27	**LANCE**	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 302)	**1.726,27**
26/08/2025 09:04:40	**LANCE**	CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 525)	**1.710,00**
26/08/2025 09:56:52	**LANCE**	RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA	**1.690,00**
26/08/2025 13:10:20	**LANCE**	ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.698,00**
26/08/2025 14:34:06	**LANCE**	CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 (PARTICIPANTE 561)	**1.689,00**
26/08/2025 14:41:49	**LANCE**	S C T MACKERT (PARTICIPANTE 323)	**1.050,00**
26/08/2025 14:42:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 279, PARTICIPANTE 448 que apresentaram o valor de 1,727.28.			
26/08/2025 14:42:09	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é S C T MACKERT			

26/08/2025 14:42:09	**HABILITAÇÃO**		
26/08/2025 14:47:04	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 323: Após o término da fase de disputa faremos a suspensão da sessão para análise dos documentos de habilitação exigidos no Edital de Convocação Dispensa Eletrônica nº 27/2025.			
Senhor licitante mais bem classificado, o prazo para o envio dos documentos exigidos no Edital de Convocação Dispensa Eletrônica nº 27/2025 encerrar-se-á 17h00min na data de hoje.			
26/08/2025 14:47:32	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 323: Conforme item 9.2 do termo de referência é necessário o envio de catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações. Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
26/08/2025 14:47:43	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 323: Peço por gentileza que acompanhem possíveis diligências ou solicitação de documentos para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.			
01/09/2025 14:28:54	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
S C T MACKERT desclassificado. Motivo: AMBOS NÃO ATENDE O EDITAL, POIS POSSUEM MEDIDAS DE TELAS INFERIORES AO PEDIDO EM EDITAL.			
01/09/2025 14:28:54	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA			
01/09/2025 14:33:30	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 250: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativo ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
01/09/2025 14:33:42	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 250: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 01/09/2025 até as 17:00 h			
03/09/2025 08:43:28	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
O detentor da melhor oferta é ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA			
03/09/2025 08:43:29	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA desclassificado. Motivo: NÃO ATENDE AO EDITAL POIS NÃO POSSUI TECLADO MAGNÉTICO COMO PROPOSTO NO EDITAL			
03/09/2025 09:00:00	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 773: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
03/09/2025 09:00:14	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 773: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 03/09/2025 até as 17:00 h			
09/09/2025 08:39:27	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA desclassificado. Motivo: ITEM 1 NÃO ATENDE AO EDITAL, POR NÃO ACOMPANHAR TECLADO MAGNÉTICO			
09/09/2025 08:39:27	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA			
09/09/2025 08:52:08	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 649: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
09/09/2025 08:52:35	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 649: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 10/09/2025 até as 12:00 h			
15/10/2025 09:45:52	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 649: Em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, convoco neste momento, para que envie a Declaração Unificada anexa 03. O prazo para o envio encerrar-se-á 12h00 de amanhã, 17/10/2025.			
21/10/2025 16:05:30	**MENSAGEM**	PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA (PARTICIPANTE	
Boa tarde! Solicito minha desclassificação.			
21/10/2025 16:27:28	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
PIZZI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA desclassificado. Motivo: A pedido do licitante.			
21/10/2025 16:27:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810			
21/10/2025 16:36:08	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 561: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
21/10/2025 16:36:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 561: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 21/10/2025 até as 17:00 h			
04/11/2025 09:09:15	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
CAROLINE DISQUE DA SILVA4352943810 desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar Documentação de Habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 03/11/2025, às 12h00.			
04/11/2025 09:09:15	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA			
04/11/2025 09:14:47	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 303: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 04/11/2025 até as 17:00 h			
05/11/2025 11:06:49	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não enviar o catalogo no prazo solicitado, ou seja, até 04/11/2025, às 17h00.			
05/11/2025 11:06:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA			
05/11/2025 11:09:58	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 578: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 05/11/2025 até as 17:00 h			
06/11/2025 17:00:24	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão do objeto ofertado não atender descritivo do edital.			
06/11/2025 17:00:24	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA			
06/11/2025 17:02:19	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 153: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de amanhã 07/11/2025 até as 15:00 h			
07/11/2025 14:58:53	**MENSAGEM**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	
Boa tarde senhor pregoeiro, pedimos mais 30 minutos de prazo por gentileza, para o envio da documentação solicitada. Obrigado			
11/11/2025 13:07:50	**MENSAGEM**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	
Boa tarde. Já havíamos anexado os documentos dia 07. Se faz necessário o envio de algo adicional ao anterior?			
11/11/2025 13:07:53	**MENSAGEM**	EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 153)	
.			
11/11/2025 15:09:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		
11/11/2025 15:12:20	**ADJUDICADO**		

LOTE 2 - ADJUDICADO
2 - TABLETS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 2	Unidade: Unidades	Marca: Redmi	Modelo: Redmi Pad SE

Descrição: TABLETSTABLETS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - TABLET COM CONFIGURACOES MINIMAS, 128GB DE ARMAZENAMENTO INTERNO, 8GB DE MEMORIA RAM, TELA LCD TFT DE 11â??â??, BATERIA 7000 MAH, DESIGN FINO, COMPACTO E PORTATIL, COM FACILIDADE PARA SEGURAR COM A MAO, WLAN WI-FI 802.11 A/B/G/N/AC, BANDA DUPLA, WI-FI DIRECT, BLUETOOTH 5.3, NANO-SIM, ESIM , GPS, USB TIPO C, CÂ?MARA TRASEIRA DE 8 MP E FRONTAL DE 2MP, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 13, VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO 2,2 GHZ, CONECTOR DE AUDIO DE 3,5 MM, COM MICROFONE, ACOMPANHAR CAPA GIRATORIA COMPATIVEL COM MODELO PROPOSTO, CANETA CAPACITIVA, CABO USB ENTRADA E SAIDA TIPO C E FONTE CARREGADOR BIVOLT.

Quantidade: 2	**Valor Unit.:** 1.570,00	**Valor Total:** 3.140,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS	850	59.495.996/0001-04	2.016,00	1.570,00		Sim
2 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	166	09.441.686/0001-20	2.015,00	1.580,00	0,64	Sim
3 AV AGENCIA DIGITAL LTDA	177	56.634.978/0001-60	1.599,99	1.599,99	1,27	Sim
4 ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE	673	27.579.706/0001-06	2.016,00	1.699,00	6,19	Sim
5 RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E	312	53.600.991/0001-00	2.016,49	1.850,00	8,89	Sim
6 CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA	076	57.752.611/0001-03	2.016,00	1.860,00	0,54	Sim
7 SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA	691	37.338.161/0001-08	2.016,49	1.998,00	7,42	Sim
8 48.705.865 SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ	260	48.705.865/0001-80	1.999,00	1.999,00	0,05	Sim
9 61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE	520	61.061.506/0001-03	2.000,00	2.000,00	0,05	Sim
10 BIANCHINI E GRACIOLI LTDA	360	55.367.386/0001-66	2.015,49	2.015,49	0,77	Sim
11 ELITE DIGITAL LTDA	185	57.410.545/0001-93	2.016,49	2.016,49	0,05	Sim
12 61 060 956 JOHN MICHAEL VENTURA DA	338	61.060.956/0001-73	2.016,49	2.016,49	0,00	Sim
13 R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	853	34.140.249/0001-14	7.002,40	7.002,40	247,26	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
S C T MACKERT	518	51.784.579/0001-61	1.700,00	1.050,00		Sim
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E	821	46.010.439/0001-04	2.010,00	1.350,00	28,5714	Sim
49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA	574	49.387.926/0001-70	1.500,00	1.400,00	3,7037	Sim
ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA	957	37.876.086/0001-20	2.000,00	1.400,00	0,0000	Sim

INABILITADOS

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

19/08/2025 08:41:01	**PUBLICADO**		
20/08/2025 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
26/08/2025 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
26/08/2025 08:42:08	**DISPUTA**		
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 076)	**2.016,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE	**2.010,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA (PARTICIPANTE 957)	**2.000,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	S C T MACKERT (PARTICIPANTE 518)	**1.700,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	61 060 956 JOHN MICHAEL VENTURA DA FONSECA (PARTICIPANTE 338)	**2.016,49**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES (PARTICIPANTE 520)	**2.000,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ELITE DIGITAL LTDA (PARTICIPANTE 185)	**2.016,49**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	BIANCHINI E GRACIOLI LTDA (PARTICIPANTE 360)	**2.015,49**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 853)	**7.002,40**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 166)	**2.015,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA (PARTICIPANTE 574)	**1.500,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	48.705.865 SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ (PARTICIPANTE 260)	**1.999,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	**2.016,00**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 691)	**2.016,49**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	AV AGENCIA DIGITAL LTDA (PARTICIPANTE 177)	**1.599,99**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA	**2.016,49**
26/08/2025 08:42:08	**LANCE**	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE 850)	**2.016,00**
26/08/2025 08:43:13	**LANCE**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.490,00**
26/08/2025 08:45:04	**LANCE**	SONOTE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 691)	**1.998,00**
26/08/2025 08:45:23	**LANCE**	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA (PARTICIPANTE 957)	**1.480,00**
26/08/2025 08:45:35	**LANCE**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.479,00**
26/08/2025 08:46:23	**LANCE**	INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 166)	**1.580,00**
26/08/2025 08:48:17	**LANCE**	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA (PARTICIPANTE 574)	**1.400,00**
26/08/2025 08:48:47	**LANCE**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.399,00**
26/08/2025 09:02:37	**LANCE**	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE 850)	**1.570,00**
26/08/2025 09:04:50	**LANCE**	CAPELINHA SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 076)	**1.860,00**
26/08/2025 09:57:08	**LANCE**	RECHE SERVICOS DE ESCRITORIO E COMERCIO EM GERAL LTDA	**1.850,00**
26/08/2025 13:10:57	**LANCE**	ALMEIDA E IEDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.699,00**
26/08/2025 13:57:50	**LANCE**	ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA (PARTICIPANTE 957)	**1.400,00**
26/08/2025 14:41:42	**LANCE**	S C T MACKERT (PARTICIPANTE 518)	**1.050,00**
26/08/2025 14:42:06	**LANCE**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE	**1.350,00**
26/08/2025 14:42:09	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 185, PARTICIPANTE 338 que apresentaram o valor de 2,016.49.			
26/08/2025 14:42:09	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 574, PARTICIPANTE 957 que apresentaram o valor de 1,400.00.			
26/08/2025 14:42:10	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é S C T MACKERT			
26/08/2025 14:42:10	**HABILITAÇÃO**		
01/09/2025 14:28:54	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
S C T MACKERT desclassificado. Motivo: AMBOS NÃO ATENDE O EDITAL, POIS POSSUEM MEDIDAS DE TELAS INFERIORES AO PEDIDO EM EDITAL.			
01/09/2025 14:28:54	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA			
01/09/2025 14:34:16	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 821: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
01/09/2025 14:34:28	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 821: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 01/09/2025 até as 17:00 h			
01/09/2025 14:48:28	**MENSAGEM**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA	
boa tarde !			

01/09/2025 14:48:55	**MENSAGEM**	NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA	
por gentileza abrir o icone de inserir anexo, para que eu possa inserir o catalogo, obrigada			
03/09/2025 08:50:18	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA			
03/09/2025 08:50:19	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA desclassificado. Motivo: NÃO ATENDE AO EDITAL POR POSSUIR BLUETOOTH INFERIOR AO PEDIDO EM EDITAL E POR NÃO CONSTAR OS ACESSÓRIOS CAPA GIRATÓRIA E CANETA CAPACITIVA			
03/09/2025 09:00:50	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 574: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
03/09/2025 09:01:04	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 574: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 03/09/2025 até as 17:00 h			
04/09/2025 17:43:32	**MENSAGEM**	49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA (PARTICIPANTE 574)	
boa tarde, ja havia anexado			
09/09/2025 08:40:03	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA desclassificado. Motivo: ITEM 2 NÃO ATENDE AO EDITAL POR BLUETOOTH SER INFERIOR PEDIDO EM EDITAL			
09/09/2025 08:40:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA			
09/09/2025 08:53:02	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 957: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
09/09/2025 08:53:18	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 957: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento. Na data de hoje 10/09/2025 até as 12:00 h			
06/10/2025 11:53:38	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	CONDUTOR	
ELCIO ROCHA COSTA NETO LTDA desclassificado. Motivo: DESCLASSIFICADA CATÁLOGO ITEM 2 NÃO ATENDE AO EDITAL, POIS TELA E SISTEMA OPERACIONAL É INFERIOR PEDIDO EM EDITAL.			
06/10/2025 11:53:38	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA			
06/10/2025 11:57:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 850: Senhor licitante convoco neste momento o envio do catalogo ilustrativo relativos ao item ofertado com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações			
06/10/2025 11:57:36	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 850: Caso a empresa não envie os catálogos no período estipulado, poderá a mesmo ser desclassificada em face de ausência de informações suficientes para aceitação do produto/equipamento.			
Na data de hoje 07/10/2025 até as 12:00 h			
06/10/2025 12:01:52	**MENSAGEM**	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE 850)	
prezado Agente de contratação!			
06/10/2025 12:02:40	**MENSAGEM**	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA (PARTICIPANTE 850)	
Poderia informar o prazo para envio do catálogo.			
06/10/2025 12:03:24	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
Na data de amanha 07/10/2025 até as 12:00 h.			
15/10/2025 09:46:25	**MENSAGEM**	CONDUTOR	
PARA PARTICIPANTE 850: Em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, convoco neste momento, para que envie a Proposta ajustada. O prazo para o envio encerrar-se-á 12h00 de amanhã, 17/10/2025.			
11/11/2025 15:09:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		
11/11/2025 15:12:20	**ADJUDICADO**		

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Condutor

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Agente de Contratação

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:CA42758E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2025

Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	PREGÃO ELETRÔNICO	
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	**Nr.: 42/2025**	
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Processo Adm.:**	**89/2025**
	Data do Processo:	**16/09/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:	
a) Nr. Processo:	89/2025
b) Nr. Licitação:	42/2025 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	11/11/2025
e) Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ARTEFATOS DE CIMENTO
Participante: A. R. WACHERSKI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (27.205.770/0001-27)	

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
3	TUBO 0,60X1,00M CONCRETO SIMPLES - TUBO 0,60X1,00M CONCRETO SIMPLES Marca: própria	500,000	UND	87,99	43.995,00
4	TUBO 0,60X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO - TUBO 0,60X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO Marca: própria	450,000	UND	124,89	56.200,50
		Total do Participante:			**100.195,50**
Participante: COLOMBO INDUSTRIA DE TUBOS LTDA (10.917.290/0001-96)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO 0,40X1,00M CONCRETO SIMPLES - TUBO 0,40X1,00M CONCRETO SIMPLES Marca: própria	1.575,000	UND	46,99	74.009,25
14	TUBO 0,40X1,00M CONCRETO SIMPLES - TUBO 0,40X1,00M CONCRETO SIMPLES Marca: própria	525,000	UND	46,99	24.669,75
		Total do Participante:			**98.679,00**
Participante: CONCRELEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (37.177.090/0001-09)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
2	TUBO 0,40X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO - TUBO 0,40X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO Marca: própria	975,000	UND	78,90	76.927,50
15	TUBO 0,40X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO - TUBO 0,40X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO Marca: própria	325,000	UND	78,90	25.642,50
16	TUBO 0,60X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO - TUBO 0,60X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO Marca: própria	150,000	UND	124,99	18.748,50
		Total do Participante:			**121.318,50**
Participante: L C DA LUZ BUHRER TELAS (16.713.222/0001-91)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
10	MEIOFIOALTODECONCRETO80X25X25CM-MEIOFIOALTODECONCRETO 80X25X25CM Marca: própria	7.600,000	UND	20,97	159.372,00
11	MEIO FIO BAIXO DE CONCRETO 80X25X15CM - MEIO FIO BAIXO DE CONCRETO 80X25X15CM Marca: própria	2.250,000	UND	18,97	42.682,50
13	PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO MODE RETANGULAR 20X10X6CM RESISTENCIA 35MPA(NBR 9781/COR NATURAL) -PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO MODE RETANGULAR 20X10X6CM RESISTENCIA 35MPA (NBR 9781/COR NATURAL) Marca: própria	8.400,000	M²	41,97	352.548,00
18	MEIOFIOALTODECONCRETO80X25X25CM-MEIOFIOALTODECONCRETO 80X25X25CM Marca: própria	2.400,000	UND	20,97	50.328,00
19	MEIO FIO BAIXO DE CONCRETO 80X25X15CM - MEIO FIO BAIXO DE CONCRETO 80X25X15CM Marca: própria	750,000	UND	18,97	14.227,50
20	PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO MODE RETANGULAR 20X10X6CM RESISTENCIA 35MPA(NBR 9781/COR NATURAL) -PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO MODE RETANGULAR 20X10X6CM RESISTENCIA 35MPA (NBR 9781/COR NATURAL) Marca: própria	1.600,000	M²	41,97	67.152,00
		Total do Participante:			**686.310,00**
Participante: LD ELEUTERIO ENGENHARIA LTDA (46.146.450/0001-98)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
9	GRELHA DE CONCRETO 80X50X10CM - GRELHA DE CONCRETO 80X50X10CM Marca: própria	200,000	UND	87,00	17.400,00
		Total do Participante:			**17.400,00**
Participante: L H COMERCIO DE TUBOS E MATERIAL PARA CONSTRUCAO LTDA (26.773.397/0001-48)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
5	TUBO 0,80X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO - TUBO 0,80X1,00M PA1 CONCRETO ARMADO Marca: tt	130,000	UND	226,00	29.380,00
6	TUBO 1,00X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO - TUBO 1,00X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO Marca: tt	130,000	UND	419,50	54.535,00
7	TUBO 1,50X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO - TUBO 1,50X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO Marca: tt	120,000	UND	769,00	92.280,00
17	TUBO 1,50X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO - TUBO 1,50X1,00M PA2 CONCRETO ARMADO Marca: tt	40,000	UND	769,00	30.760,00
		Total do Participante:			**206.955,00**
Total Geral: 1.230.858,00					

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):	
Descrição da Despesa	Dotação
MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO	11.001.15.452.0003.2040.3.3.90.30.00
MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO	11.001.15.452.0003.2040.4.4.90.30.00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	11.001.15.451.0003.1002.4.4.90.51.00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	11.001.15.451.0003.1002.4.4.90.51.00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	12.002.26.782.0003.2043.3.3.90.30.00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	12.002.26.782.0003.2043.3.3.90.30.00
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RUAS MUNICIPAIS	12.003.15.451.0003.2044.3.3.90.30.00
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RUAS MUNICIPAIS	12.003.15.451.0003.2044.3.3.90.30.00

Mandirituba, 11 de Novembro de 2025

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:9AA7F8B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N°005/2025.

1.Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO DE CAPACITAÇÃO – "UNYFLEX- EXELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA - CURSO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS FECHAMENTO DO EXERCÍCIO para a Câmara Municipal de Manfrinópolis.

1.1. No qual consta um valor referente a uma inscrição de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), totalizando R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO:

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO:

Lote	Item	Descrição do produto	Qtd	Preço unit.	Preço total
Lote 01	1	**CURSO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS FECHAMENTO DO EXERCÍCIO. Característica:** O curso aborda todo o processo de fechamento do exercício contábil, incluindo conciliações, lançamentos de ajustes, proviçoes, apurações de resultados e elaboração das demostrações financeiras. Os participantes aprenderão a aplicar boas práticas contábeis, interpretar indicadores financeiros e garantir q as informações estejam precisas e em conformidade com normas contábeis, proporcionando maior segurança na tomada de decisões estratégicas e no planejamento tributário.	1	R$ 2.800,00	R$ 2.800,00
VALOR TOTAL					R$ 2.800,00

2. Empresa contratada: UNYFLEX – UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

Desde já homologo a presente inexigibilidade.

MANFRINÓPOLIS, 11 de novembro de 2025.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:B6986C67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO AO CONTRATO Nº. 031/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA CNPJ SOB O Nº. 09.205.479/0001-77.

CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNOSTICOS SANTA TEREZINHA LTDA; CNPJ Nº 02.911.553/0001-21.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EMERGENCIAIS E ELETIVOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE SAÚDE (-ATENDIMENTO HOSPITALAR-) E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (-PESSOAS CARENTES-) DO MUNICÍPIO DE MARILENA – PR.

VALOR DO CONTRATO: R$ 948.090,00 (NOVECENTOS E QUARENTA E OITO MIL E NOVENTA REAIS).
FONTE DE RECURSOS:
180- 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00-15%).
181- 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S
221- 01369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIH - EXERC.
222- 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S

LOTE 1				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
2	60	AMILASE	R$11,00	R$660,00
6	80	BILIRRUBINAS TEF	R$20,00	R$1.600,00
12	180	COAGULOGRAMA	R$20,00	R$3.600,00
16	600	CREATININA	R$10,00	R$6.000,00
19	700	EXAME QUALITATIVO DE URINA	R$10,00	R$7.000,00
20	120	FOSFATASE ALCALINA	R$10,00	R$1.200,00
21	600	UREIA	R$10,00	R$6.000,00
			TOTAL	**R$26.060,00**
LOTE 2				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
6	200	GAMA-GT	R$20,00	R$4.000,00
12	5000	HEMOGRAMA COMPLETO	R$15,00	R$75.000,00
			TOTAL	**R$79.000,00**
LOTE 3				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	3000	PCR	R$8,00	R$24.000,00
2	600	POTASSIO	R$8,00	R$4.800,00
11	800	SODIO	R$8,00	R$6.400,00

17	400	T4L	R$12,00	R$4.800,00
18	400	TSH	R$12,00	R$4.800,00
22	500	TGO	R$8,00	R$4.000,00
23	400	TGP	R$8,00	R$3.200,00
			TOTAL	**R$52.000,00**
LOTE 4				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇAO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
2	200	25 OH VIT D	R$20,00	R$4.000,00
29	80	FERRITINA	R$20,00	R$1.600,00
30	80	FERRO SERICO	R$15,00	R$1.200,00
			TOTAL	**R$6.800,00**
LOTE 5				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
14	120	VIT B12	R$30,00	R$3.600,00
19	1300	SOROLOGIA DENGUE (NS1)	R$50,00	R$65.000,00
27	60	HBCG	R$25,00	R$1.500,00
37	30	ZINCO	R$12,00	R$360,00
38	45	VITC	R$50,00	R$2.250,00
			TOTAL	**R$72.710,00**
LOTE 6				
ITEM	**QTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
18	20	IGE ALERGENOS	R$12,00	R$240,00
			TOTAL	**R$240,00**
			TOTAL GERAL	**R$236.810,00**

ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO ART. 124 LETRA "B" DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR DO CONTRATO EM HORAS CONFORME TABELA ACIMA, E CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 236.810,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS)**. UMA VEZ QUE O CONTRATO AINDA POSSUI PRAZO DE VIGÊNCIA, E A SECRETARIA DE SAÚDE NECESSITA DOS EXAMES, NÃO PODENDO DE HIPÓTESE ALGUMA FICAR SEM OS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS, ADITANDO OS VALORES E QUANTIDADES ATÉ QUE SEJA FEITA NOVA LICITAÇÃO PARA SUPRIR, E AINDA QUE A CONTRATADA CONTINUARÁ PRESTANDO OS SERVIÇOS COM OS MESMOS VALORES DE CONTRATO, PROPORCIONANDO ECONOMICIDADE AOS COFRES PÚBLICOS.

O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSARÁ DE **R$ 948.090,00 (NOVECENTOS E QUARENTA E OITO MIL E NOVENTA REAIS)** PARA R**$ 1.184.900,00 (UM MILHÃO CENTO E OITENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS)**.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:5C0171E9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO AO CONTRATO Nº. 098/2024

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: LONQUINI GRAFICA LTDA, CNPJ Nº 10.195.399/0001-67**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, ADESIVAGEM DE VEÍCULOS, CONFECÇÃO DE PLACA EM ACM E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, DESTINADOS AOS DEPARTAMENTOS: SEDE, RODOVIÁRIO, LIMPEZA PÚBLICA, ESPORTE, AGRICULTURA, ICMS, CRAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DETRAN, CONSELHO TUTELAR, SAÚDE E EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 368.805,40 (TREZENTOS E SESSENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

FONTE DE RECURSO:
18 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
19 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLICIA
20 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
25 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
26 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLICIA
27 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
58 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
61 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
105 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
107 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE

115 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
117 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
141 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
143 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
175 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%) - EX
176 – 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
179 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 – 15%) - EX
180 – 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
218 – 01369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIH'S – EXERCÍCIO
219 – 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
220 – 01369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIH'S – EXERCÍCIO
221 – 03494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
274 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
275 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
278 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
279 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
331 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
334 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EXERCÍCIO CORRENTE
347 – 31934 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
349 – 31934 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
355 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
356 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
362 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
368 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE

MEDIANTE SOLICITAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO QUANTITATIVO DO DEPARTAMENTO COMPETENTE, AO REFERIDO CONTRATO, SENDO O SEGUINTE:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	Carimbo Automático 6,00x2,5 cm	10	UNIDADE	R$124,90	R$1.249,00
7	Crachá PVC - impressão colorida	60	UNIDADE	R$18,10	R$1.086,00
16	Blocos de ficha de atendimento FGA 50x1 - 22,00x31,00 cm - frente e verso	60	UNIDADE	R$10,40	R$624,00
18	Bloco de guia referência e contra referência 50,00x21,00 cm 50x2	300	UNIDADE	R$9,80	R$2.940,00
19	Bloco de solicitação de medicamentos e materiais hospitalares 50x1 - 22,00x16,00 cm, 02 vias copiativo	40	UNIDADE	R$14,60	R$584,00
20	Bloco de ficha de anestesia - frente e verso 100x1 - 22,00x31,00 cm	30	UNIDADE	R$12,30	R$369,00
22	Bloco de Laudo de prescrição médica - 100x1 - 22,00x31,00 cm	100	UNIDADE	R$10,30	R$1.030,00
24	Blocos de ficha de registro - frente e verso 100x1 - 22,00x31,00 cm	40	UNIDADE	R$10,50	R$420,00
25	Bloco de declaração de comparecimento 100x1 - 15,00x21,00 cm	250	UNIDADE	R$5,00	R$1.250,00
26	Bloco receituário hospitalar - papel verde 100x1 - 15,00x21,00 cm	500	UNIDADE	R$4,80	R$2.400,00
27	Bloco receituário Secretaria - papel branco 100x1 - 15,00x21,00 cm	500	UNIDADE	R$9,10	R$4.550,00
28	Bloco de ficha de atendimento médico ambulatório de urgência/emergência 100x1 – numerado 21,00x31,00 cm	400	UNIDADE	R$9,45	R$3.780,00
29	Bloco de Notificação de Receitas "B" - Receita Azul - 100x1 - 13,00x9,00 cm	300	UNIDADE	R$4,10	R$1.230,00
30	Bloco Receituários Controle Especial, 02 vias copiativo - 14,00x21,00 cm	1000	UNIDADE	R$16,15	R$16.150,00
32	Bloco Atestado Médico – 100x 1 15,5x21,5 cm	50	UNIDADE	R$7,58	R$379,00
34	Bloco Prescrição de Enfermagem - 100X1 - 30,00x22,00 cm	400	UNIDADE	R$9,80	R$3.920,00
35	Bloco Receituário de Exames de Rotina - Laboratoriais 100X1 - 15,00X21,00 cm	50	UNIDADE	R$8,80	R$440,00
38	Bloco Receituário de Exames Pré-natal do parceiro -100x1 - 15,00x21,00 cm	10	UNIDADE	R$8,15	R$81,50
39	Bloco de Ficha Cadastro Individual - 100x1 - 21,00x29,00 cm	200	UNIDADE	R$9,99	R$1.998,00
40	Carteira de Hipertenso e Diabético - 17,00x13,00 cm 4x0	130	UNIDADE	R$0,49	R$63,70
41	Cartão de vacinação medindo 22cm de largura por 33 cm de comprimento em papel cartolina 4x0	400	UNIDADE	R$0,69	R$276,00
42	Bloco de laudo para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial, medindo 22 de largura e 30 cm de comprimento - 100x1	30	UNIDADE	R$10,30	R$309,00
43	Bloco de ficha de registro do vacinado medindo 22 cm de largura e 31 cm de comprimento em papel cartolina 100x1	15	UNIDADE	R$10,30	R$154,50
45	Bloco de ficha de cadastro e-sus cadastro domiciliar medindo 22 cm de largura com 30 de comprimento 100x1	150	UNIDADE	R$9,48	R$1.422,00
46	Bloco de ficha de cadastro e-sus individual medindo 22 cm de largura com 30 cm de comprimento 100x1	200	UNIDADE	R$9,48	R$1.896,00
48	Bloco de ficha de sistematização de assistencia de enfermagem/ SAE medindo 22 cm de largura e 30 cm de comprimento em papel sulfite em duas folhas 100x1	100	UNIDADE	R$9,99	R$999,00
49	Bloco de ficha de avaliação de paciente para grau de risco de ulcera de pressão medindo 22 cm de largura por 15 cm de comprimento 100x1	25	UNIDADE	R$9,48	R$237,00
51	Bloco de receituario pediatrico medindo 20 cm de comprimento por 15 de largura em papel brilhoso 100x1	5	UNIDADE	R$10,15	R$50,75
61	Folha Adesiva em papel para extrafixação de risco - 80,00x80,00 cm	30	UNIDADE	R$59,98	R$1.799,40
63	Panfleto colorido - frente e verso - 10x15 cm - papelcouchê 90g	15000	UNIDADE	R$0,49	R$7.350,00
66	Cartaz colorido - 64,00x64,00 cm - papel couchê 150g -	1000	UNIDADE	R$5,49	R$5.490,00
73	Envelopes Tamanho Ofício - medindo 11,50cm de altura x 23,00cm de comprimento, com timbre do Município - 4x4 diversas ilustrações	200	UNIDADE	R$1,29	R$258,00
78	Bloco Ficha de estratificação de risco do usuário, medindo 28cm altura x 18,00 cm sulfite 90 gr 100x1	25	UNIDADE	R$14,99	R$374,75
79	Bloco check List admissão COVID19 medindo tamanho de folha A4. 4x0 90 gr 100x1	25	UNIDADE	R$15,15	R$378,75

84	Bloco de atestado Odontológico medindo 15,5 cm x 21,5 cm - 100x1	100	UNIDADE	R$7,00	R$700,00
86	Bloco de Guia de referencia e Contra Referência medindo 14x21 copiativo 50x2	50	UNIDADE	R$12,92	R$646,00
87	Bloco Receituario Controle Especial, segunda via copiativo, tamanha 14,00x21,00 cm - 50x2	50	UNIDADE	R$18,95	R$947,50
				TOTAL	**R$67.832,85**

ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO ART. 124 LETRA "B" DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE E VALOR NO REFERIDO CONTRATO. SENDO ASSIM ACRESCENTA-SE A QUANTIDADE DE APROXIMADAMENTE 18,38% (DEZOITO VIRGULA TRINTA E OITO POR CENTO), CONFORME TABELA ACIMA, E CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 67.832,85 (SESSENTA E SETE MIL OITOCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)**. UMA VEZ QUE A LICITAÇÃO AINDA POSSUI PRAZO DE VIGÊNCIA MEDIANTE ADITIVO, PORÉM O SALDO NÃO SERÁ SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA PARA OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, PARA ISSO A EMPRESA CONTINUARÁ COM OS MESMOS VALORES DE CONTRATO, PROPORCIONANDO ECONOMICIDADE AOS COFRES PÚBLICOS.
O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSARÁ DE **R$ 368.805,40 (TREZENTOS E SESSENTA E OITO MIL OITOCENTOS E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS);** PARA R**$ 436.638,25 (QUATROCENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:E1122584

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 4501/2025

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais) e alterar no PPA 2022/2025 e na LDO 2025 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2638 de 27 de dezembro de 2024.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2025, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
02.002.0004.0122.0102.2002	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	7.000,00	00000
09.001.0023.0695.0109.2023	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00	00000
07.002.0008.0244.0107.2014	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	17.500,00	00934

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
02.002.0004.0122.0102.2003	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.000,00	00000
07.002.0008.0243.0107.2016	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	16.000,00	00934
07.002.0008.0243.0107.2016	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.500,00	00934
09.001.0023.0695.0109.2023	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	50.000,00	00000

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2290, de Novembro de 2021 – PPA 2022/2025, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2627 de 18 de Novembro de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 12 de novembro de 2025.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A2F458B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE ENTREVISTA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE ENTREVISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2025
TORNAR PÚBLICO

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal INEZ GONÇALVES DE ABREU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Edital 01/2025, vem tornar público aos interessados a publicação do Edital de Convocação para Etapa de Entrevista dos candidatos classificados nos cargos de **Cuidador Social e Cuidador de Idoso,** do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2025.

Art. 1º Convocação dos candidatos classificados dentro do número de vagas previsto para a etapa de entrevista de acordo com o Edital de abertura retificado observado o Anexo I, etapa que ocorrerá com equipe de avaliação para analisar se as características, competências e o perfil psicológico dos candidatos são compatíveis e adequados para as vagas de Cuidador Social e Cuidador de Idoso.

Art. 2º A convocação no PSS para a entrevista não gera aos candidatos o direito à nomeação para o cargo e/ou emprego, etapa que tem caráter eliminatório e de formação do Cadastro de Reserva, cabendo à Administração da Prefeitura o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no PSS.

Art. 3º Compõe a banca que aplicará a etapa de entrevista com os candidatos convocados: Silvana Bednarczuk Matrícula, assistente social – matrícula: 200875 e Gislaine da Silveira, psicóloga – matrícula: 200716.

Art. 4º A etapa de entrevista ocorrerá a partir das 08h e 30min do dia 17/11/2025 no Paço Municipal Luiz Bini, localizado na Av. das Araucárias, nº 1530, Centro, Mato Rico - PR.

Art. 5º A entrevista ocorrerá por ordem de chegada, devendo o candidato portar obrigatoriamente documentação pessoal, documentação de comprovação de escolaridade mínima (certificado e histórico de conclusão do ensino médio completo), certificado original de curso de aperfeiçoamento e títulos, entregues no Departamento de Recursos Humanos que fará triagem inicial dos candidatos aptos para a entrevista. A não apresentação ou a falta do candidato nessa data implica na desclassificação.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, que será realizada no Diário Oficial dos Municípios e no endereço eletrônico www.matorico.pr.gov.br.

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 13 de novembro de 2025.

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita

ANEXO I – CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE ENTREVISTA

CARGO	CANDIDATO (A)	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
Cuidador Social	Adriana Aparecida Padilha	40	1º
Cuidador Social	Bruna Taborda	22	2º
Cuidador Social	Marlene Marques	20	3º
Cuidador Social	Neuza Cirino da Cruz Silva	20	4º
Cuidador Social	Genilda Aparecida Cordeiro	20	5º
Cuidador Social	Sirlei Aparecida Jordão	20	6º
Cuidador Social	Marcela Antunes	20	7º
Cuidador Social	Larynessa da Silva	20	8º
Cuidador Social	Maria Aparecida da Cruz	13	9º
Cuidador Social	Edivania Correia dos Santos	12	10º
Cuidador Social	Daiane Organek	12	11º
Cuidador Social	Rosa Santiago Espírito Santo	10	12º
Cuidador Social	Aranice Chitko	10	13º
Cuidador Social	Sueli Dominico Roncadelli	10	14º
Cuidador Social	Regiane Machula	10	15º
Cuidador Social	Patricia Andriele Wience	10	16º
Cuidador Social	Leila Aparecida Gonçalves dos Santos	10	17º
Cuidador Social	Aline Aparecida Padilha	10	18º
Cuidador Social	Tania Faria Paião	10	19º
Cuidador Social	Tailaine Farias Paião	10	20º
Cuidador Social	Suelem Raiane da Cruz	10	21º
Cuidador Social	Jesiele Mendes	10	22º
Cuidador Social	Izabeli Almeida Oliveira	10	23º
CARGO	**CANDIDATO (A)**	**NOTA**	**CLASSIFICAÇÃO**
Cuidador de Idoso	Roseli Fernandes	38	1º
Cuidador de Idoso	Lucelia Machado de Lima	32	2º
Cuidador de Idoso	Jocelma de Oliveira Furquim	26	3º
Cuidador de Idoso	Michele Ortiz	20	4º
Cuidador de Idoso	Leonidas Jose Kuster	13	5º
Cuidador de Idoso	Nezia Alves	10	6º
Cuidador de Idoso	Elair Vidal dos Santos	10	7º
Cuidador de Idoso	Matilde Aparecida Mendes	10	8º
Cuidador de Idoso	Maristela Geremias Procopiuk	10	9º
Cuidador de Idoso	Anderson Batista	10	10º

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:72A47994

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CI Nº 003/2025 DA COMISSÃO AVALIADORA DO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR DO ANO DE 2025

CI nº 003/2025 da Comissão Avaliadora do Processo de Gestão Escolar do ano de 2025
Assunto: Torna Público o Edital de Pontuação do Processo de Gestão Escolar do ano de 2025.

Prezados,
A **Comissão Avaliadora do Processo de Gestão Escolar do ano de 2025,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **torna público o resultado de pontuação** referente ao **Processo de Gestão Escolar – Ano de 2025**, em conformidade com o disposto no Edital nº 002/2025 – SEMED.
Em observância aos princípios da **transparência, publicidade e impessoalidade**, estão disponíveis para consulta as pontuações obtidas pelos(as) pré-candidatos(as) nas etapas avaliativas do processo, conforme critérios estabelecidos em edital.
A listagem completa com os resultados encontra-se no documento em anexo, bem como afixada nos murais das respectivas unidades escolares e na sede da Secretaria Municipal de Educação.
Os(as) pré-candidatos(as) poderão interpor recurso quanto à pontuação atribuída presencialmente nas dependências da Secretária Municipal de Educação no dia 13 de novembro, das 08h ao 12h das 13h às 16h seguindo as orientações e procedimentos ali descritos, sendo divulgado o resultado às 17h da mesma data. Considerando que a pontuação máxima do instrumento de Avaliação de Mérito e Desempenho é de 1340 pontos e a mínima aceitável (70% setenta por cento) é de 938 pontos.
A **Comissão Avaliadora do Processo de Gestão Escolar do ano de 2025,** reforça seu compromisso com a **gestão democrática e transparente**, assegurando a ampla divulgação dos resultados e o respeito a todos os participantes deste processo.
Sem mais, aproveitamos o ensejo para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Datado e assinado digitalmente.

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Loriane Duarte Tomazi MATRÍCULA: 100169221	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	80
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	440
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.160

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Loriane Duarte Tomazi MATRÍCULA: 269201	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	440
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.180

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Daniele Vanessa Muraro MATRÍCULA: 213398	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	30
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	0
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	970

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Daniele Vanessa Muraro MATRÍCULA: 214080	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	50
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	0
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	990

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Adriane Da Silva Jacques Meduna **MATRÍCULA: 221221**	
ESCOLA MUNICIPAL DR. LUIZ FERNANDO DE FREITAS	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.080

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Adriane Da Silva Jacques Meduna **MATRÍCULA: 10211221**	
ESCOLA MUNICIPAL DR. LUIZ FERNANDO DE FREITAS	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.080

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Terezinha Jesus De Souza **MATRÍCULA: 294731**	
ESCOLA MUNICIPAL DR. LUIZ FERNANDO DE FREITAS	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	40
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.060

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Roseli Ferreira De Miranda Valerio **MATRÍCULA: 298991**	
CMEI CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA LUIZA B. MERKLE	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.160

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Roseli Ferreira De Miranda Valerio **MATRÍCULA: 100198911**	
CMEI CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA LUIZA B. MERKLE	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.160

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Joselis Honorato Dos Santos **MATRÍCULA: 260121**	
CMEI CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA LUIZA B. MERKLE	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	240
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.000

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Tatianni Sellmer Lopes **MATRÍCULA: 307391**	
ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL SCHLEDER	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**

I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	80
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	40
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.000

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Tatianni Sellmer Lopes **MATRÍCULA: 100207311**	
ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL SCHLEDER	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	40
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.020

PRÉ CANDIDATO A VICE-DIRETOR: Marcio Luis Ferreira **MATRÍCULA: 275271**	
ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL SCHLEDER	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.060

PRÉ CANDIDATO A VICE-DIRETOR: Marcio Luis Ferreira **MATRÍCULA: 100175201**	
ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL SCHLEDER	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.060

PRÉ CANDIDATA A DIRETOR: Fernando Renato De Miranda Neto **MATRÍCULA: 237771**	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.140

PRÉ CANDIDATA A DIRETOR: Fernando Renato De Miranda Neto **MATRÍCULA: 513711**	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.140

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Mara Da Luz **MATRÍCULA: 274621**	
ESCOLA MUNICIPAL PROFª DESAUDA BOSCO DA COSTA PINTO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200

IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.160

PRÉ CANDIDATA A DIRETOR: Celia De Fatima Santos **MATRÍCULA: 224521**	
ESCOLA MUNICIPAL DULCE S DA MOTTA CHEROBIM	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	30
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	40
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	950

PRÉ CANDIDATA A DIRETORSA: Celia De Fatima Santos **MATRÍCULA: 100124551**	
ESCOLA MUNICIPAL DULCE S DA MOTTA CHEROBIM	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	30
V. Formação específica para direção	300
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	40
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	950

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Alinize Nascimento Pinto **MATRÍCULA: 220761**	
ESCOLA MUNICIPAL DULCE S DA MOTTA CHEROBIM	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	30
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	990

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Alinize Nascimento Pinto **MATRÍCULA: 213153**	
ESCOLA MUNICIPAL DULCE S DA MOTTA CHEROBIM	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	30
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	60
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	80
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	990

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Marcia Maria Araujo **MATRÍCULA: 272841**	
ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA DA SILVA VIEIRA	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	80
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	240
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.000

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Marcia Maria Araujo **MATRÍCULA: 100172871**	
ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA DA SILVA VIEIRA	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	240
VI. Participação em cursos de capacitação	100

VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.020

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Beatriz Fabiane Da Silva **MATRÍCULA: 216001**	
ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA DA SILVA VIEIRA	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	70
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	240
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	970

PRÉ CANDIDATA A VICE-DIRETORA: Beatriz Fabiane Da Silva **MATRÍCULA: 100206001**	
ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA DA SILVA VIEIRA	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	240
VI. Participação em cursos de capacitação	80
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.000

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Haline Cristiane Drigo Bicca **MATRÍCULA: 246761**	
ESCOLA MUNICIPAL ARLINDO DE CASTRO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	320
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	100
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.100

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Marcela Araújo **MATRÍCULA: 278531**	
ESCOLA MUNICIPAL ARLINDO DE CASTRO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	0
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.060

PRÉ CANDIDATA A DIRETORA: Marcela Araújo **MATRÍCULA: 10178531**	
ESCOLA MUNICIPAL ARLINDO DE CASTRO	
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I. Assiduidade	100
II. Ausência por atestados médicos	100
III. Pontualidade	200
IV. Formação profissional - pós-graduação	80
V. Formação específica para direção	380
VI. Participação em cursos de capacitação	100
VII. Experiência em administração escolar	0
VIII. Penalidades sofridas	100
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	1.060

Morretes, 12 de novembro de 2025.

NORMA SUELI FONSECA DE ARAÚJO
Presidente

NATALI ESTER MATOSO
Secretária

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:423A7EDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2474 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2474 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

"Dispõe sobre o cancelamento de saldos de Restos a Pagar Processados e Não Processados e dá outras providências"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de saneamento das contas públicas municipais e adequação dos registros contábeis à realidade patrimonial e financeira do Município;

CONSIDERANDO a manifestação técnica favorável da Secretaria Municipal de Fazenda, fundamentada na correção de equívocos contábeis perpetrados em exercícios anteriores;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Controladoria Geral do Município, que atestou a conformidade da medida com a legislação de finanças públicas;

CONSIDERANDO o parecer jurídico favorável da Procuradoria Jurídica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que define Restos a Pagar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 63 da Lei nº 4.320/64, que estabelece os requisitos para liquidação da despesa;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que estabelece prazo prescricional quinquenal para dívidas da Fazenda Pública;

CONSIDERANDO a verificação da inexistência de ações judiciais relacionadas aos valores objeto de cancelamento, conforme certidão expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Morretes;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos de Restos a Pagar Processados e Não Processados relacionados no Anexo I deste Decreto, pelos fundamentos a seguir especificados:
I - Restos a Pagar Não Processados: por não terem sido liquidados até o exercício subsequente à sua inscrição, caracterizando despesas não efetivadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;
II - Restos a Pagar Processados: a) pela ocorrência da prescrição quinquenal, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32; b) por erro técnico na liquidação, ante a ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço ou entrega do bem.

Art. 2º O cancelamento de que trata o artigo anterior fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:
I - Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigos 36, 38 e 63;
II - Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, artigos 67 a 70;
III - Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, artigo 1º;
IV - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3º Para os Restos a Pagar Processados cancelados por prescrição, fica certificado que:
I - Transcorreu o prazo de 5 (cinco) anos contados da data da liquidação da despesa;
II - Não há registro de manifestação dos credores no período prescricional;
III - Inexistem ações judiciais em tramitação relacionadas aos valores cancelados, conforme certidão do Cartório Distribuidor da Comarca de Morretes.

Art. 4º Para os Restos a Pagar Processados cancelados por erro na liquidação, fica certificado que:
I - Não há comprovação da efetiva prestação do serviço ou entrega do bem;
II - Não houve manifestação ou cobrança por parte dos supostos credores;
III – A liquidação foi procedida por equívoco técnico, sem observância do disposto no artigo 63 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º Para os Restos a Pagar Não Processados cancelados, fica certificado que:
I - As despesas foram empenhadas, mas não liquidadas até o final do exercício subsequente à sua inscrição;
II - Não houve cumprimento da obrigação por parte dos credores;
III - Caracterizam "supostas despesas" que não se efetivaram.

Art. 6º Os valores cancelados por este Decreto contribuirão para a formação do superávit financeiro do exercício em que ocorrer o cancelamento, em razão da recomposição da disponibilidade por destinação de recursos e da redução do passivo financeiro.

Parágrafo único. O superávit financeiro gerado pelo cancelamento dos restos a pagar poderá ser utilizado como fonte para a abertura de créditos adicionais apenas no exercício seguinte, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda autorizada a proceder aos ajustes contábeis necessários para a implementação do cancelamento previsto neste Decreto.

Art. 8º Caso algum credor comprove posteriormente o direito ao recebimento de valor cancelado por este Decreto, mediante apresentação de documentação hábil que demonstre a efetiva prestação do serviço ou entrega do bem, o valor poderá ser reconstituído mediante:
I - Abertura de processo administrativo específico;
II - Análise técnica da Secretaria Municipal de Fazenda;
III - Parecer da Controladoria Geral do Município;
IV - Parecer jurídico da Procuradoria Jurídica;
V - Decisão fundamentada do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O prazo para manifestação dos credores será de 2 (dois) anos, contados da publicação deste Decreto.

§ 2º A reconstituição de que trata este artigo não se aplica aos valores cancelados por prescrição, salvo se comprovada a interrupção do prazo prescricional nos termos da legislação vigente.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Fazenda manterá controle rigoroso dos valores cancelados, com registro detalhado que permita a rastreabilidade dos procedimentos para futuras auditorias**.**

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 11 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO ÚNICO
Restos a pagar cancelados
Exercicio 2024

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
3223	17/06/2024	GW PUBLICIDADE LEGAL E C	28.704.569/0001-57	1000	R$ 290,00	R$ -
4353	19/08/2024	MICROTECNICA INFORMATI	01.590.728/0009-30	1000	R$ -	R$ 4.444,44
5418	04/10/2024	INSTITUTO ÁGUA E TERRA	68.596.162/0001-78	1000	R$ 27,79	R$ -
6868	29/11/2024	REMAK ENGENHARIA E SA	08.453.266/0001-00	1000	R$ 677,97	R$ -
7037	29/11/2024	SENHA DIGITAL SOLUCOES D	19.520.630/0001-15	1000	R$ 262,59	R$ -
7183	29/11/2024	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1000	R$ -	R$ 2,83
7485	23/12/2024	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1000	R$ -	R$ 2,88
96	19/01/2024	METHAS CURSOS CONCURSO	10.856.061/0001-09	1000	R$ 25.957,30	R$ -
7318	05/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 296,59
7552	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 237,48
7553	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 30,52
7554	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 283,69
7555	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 1.680,00
7556	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 511,56
7557	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 1.176,67
7558	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 73,70
7559	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 1.754,50
7560	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 330,52
7561	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 4,11
7562	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 12.338,55
7563	24/12/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1017	R$ -	R$ 7.692,25
1194	04/03/2024	BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/1634-90	1103	R$ 130,88	R$ -
1208	04/03/2024	BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/1634-90	1104	R$ 54,96	R$ -
2790	28/05/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE M	76.022.490/0001-99	1303	R$ 7.774,47	R$ -
7218	29/11/2024	FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A S	48.402.912/0001-16	1303	R$ -	R$ 213.000,00
7229	29/11/2024	PROGRESSO GESTÃO MÉDIC	16.716.882/0001-26	1303	R$ 2.392,24	R$ -
7506	23/12/2024	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1303	R$ -	R$ 350,56
7591	26/12/2024	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1303	R$ 159,86	R$ -
7564	24/12/2024	SILVIO VIGIDO	21.276.825/0001-03	31005	R$ -	R$ 4.750,00
7565	24/12/2024	M CARREGA COMERCIO DE P	32.593.430/0001-50	31005	R$ -	R$ 6.145,00
7566	24/12/2024	M CARREGA COMERCIO DE P	32.593.430/0001-50	31005	R$ -	R$ 6.145,00
7567	24/12/2024	M CARREGA COMERCIO DE P	32.593.430/0001-50	31005	R$ -	R$ 6.145,00
7568	24/12/2024	M CARREGA COMERCIO DE P	32.593.430/0001-50	31005	R$ -	R$ 6.000,00
7569	24/12/2024	M CARREGA COMERCIO DE P	32.593.430/0001-50	31005	R$ -	R$ 6.000,00
7570	24/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 5.637,00
7571	24/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 5.637,00
7572	24/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 1.749,50
7573	24/12/2024	URSA COMERCIAL LTDA	26.628.908/0001-38	31005	R$ -	R$ 961,00
7625	27/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 1.599,20
7626	27/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 1.599,20
7627	27/12/2024	MIAMIMED PRODUTOS ODO	38.259.748/0001-86	31005	R$ -	R$ 4.008,80
2529	14/05/2024	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	31018	R$ -	R$ 7.499,77
7606	27/12/2024	ALF COMERCIO DE ELETROD	12.581.380/0001-84	31018	R$ -	R$ 9.000,00
7609	27/12/2024	FORMIGARI COMÉRCIO DE M	42.727.372/0001-64	31018	R$ -	R$ 4.680,00
TOTAL			**R$ 359.495,38**		**R$ 37.728,06**	**R$ 321.767,32**

Exercício 2023

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
1932	04/04/2023	BANCO ITAU S/A	60.701.190/0574-75	1000	R$ 1,00	R$ -
2188	17/04/2023	LOL CONECTIVIDADE LTDA	09.039.381/0001-97	1000	R$ -	R$ 596,56
2335	27/04/2023	CONFEDERAÇÃO NACIONAL	00.703.157/0001-83	1000	R$ -	R$ 4.639,00
795	09/02/2023	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1000	R$ 3.230,13	R$ -
5394	01/09/2023	JOAO MARCOS DIAS - EIRELI	34.959.644/0001-23	1018	R$ 1.026,00	R$ 3.330,00

6788	25/10/2023	MIXSUPPLY COMERCIO DE P	45.442.952/0001-01	1018	R$ -	R$ 399,00
6789	25/10/2023	MASCARELLO E SANTOS LT	41.339.637/0001-94	1018	R$ -	R$ 300,80
6940	13/11/2023	LEAL COMERCIO DE MATERI	00.959.390/0001-21	1018	R$ -	R$ 135,96
6945	13/11/2023	TOP CENTER PONTAL UTILID	02.131.705/0001-73	1018	R$ -	R$ 25,00
7060	22/11/2023	AUTO POSTO MOREIRA LTDA	75.140.848/0001-15	1018	R$ -	R$ 0,08
161	16/01/2023	NET -X PROVEDOR DE INTER	27.796.694/0001-71	1303	R$ -	R$ 23,83
6399	06/10/2023	JONAS DE SOUZA	091.521.669-88	1303	R$ -	R$ 969,60
1428	09/03/2023	ALTERMED MATERIAL MEDI	00.802.002/0001-02	1369	R$ -	R$ 73,13
160	16/01/2023	NET -X PROVEDOR DE INTER	27.796.694/0001-71	1495	R$ -	R$ 8.679,15
7586	13/12/2023	MULTIHOSP COMERCIAL DE	32.421.421/0001-82	1499	R$ -	R$ 190,67
7990	26/12/2023	BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/1634-90	3002	R$ -	R$ 138,34
7017	17/11/2023	ATECH CONSTRUCÕES CIVIS	33.002.644/0001-78	11005	R$ 5.000,00	R$ 0,01
5562	15/09/2023	AR LIMP - COMERCIO E SERV	31.314.488/0001-55	31018	R$ -	R$ 3.586,00
6797	25/10/2023	INTEGRA SOLUÃ‡Ã•ES MÃ‰D	24.658.613/0001-89	31018	R$ -	R$ 0,40
6418	06/10/2023	MULTIHOSP COMERCIAL DE	32.421.421/0001-82	31023	R$ -	R$ 2.130,00
TOTAL			**R$ 34.474,66**		**R$ 9.257,13**	**R$ 25.217,53**

Exercício 2022

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
5171	05/10/2022	RECANTO DAS ARAUCARIAS	34.676.472/0001-80	941	R$ 3.200,00	R$ -
598	01/02/2022	VIAÇÃO MARUMBI LTDA	80.244.908/0001-80	1000	R$ 2.554,68	R$ -
721	11/02/2022	MARCOS VENICIOS COSTA	274.574.009-15	1000	R$ 240,00	R$ -
6214	08/12/2022	L M LEITE TRANSPORTE EIRE	10.580.293/0001-87	1110	R$ 9.658,26	R$ -
1281	15/03/2022	NET -X PROVEDOR DE INTER	27.796.694/0001-71	1303	R$ 458,33	R$ -
1900	18/04/2022	LEDA VIANA COSTA RIBEIRO	070.275.499-48	1303	R$ 36,36	R$ -
3353	07/07/2022	SECRETARIA DA RECEITA FE	02.437.232/0001-37	1303	R$ 4,12	R$ -
882	23/02/2022	GUBERT & VIEIRA SERVIÇOS	16.910.768/0001-32	1369	R$ 1.933,41	R$ -
1465	25/03/2022	SIBELE ALVES DA SILVA	037.289.939-05	1495	R$ 40,00	R$ -
4118	19/08/2022	BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/1634-90	1495	R$ 26,97	R$ -
1280	15/03/2022	NET -X PROVEDOR DE INTER	27.796.694/0001-71	1499	R$ 3.666,64	R$ -
5353	18/10/2022	CONSÓRCIO INTERMUNICIPA	13.681.884/0001-39	1499	R$ 1.404,00	R$ -
1882	18/04/2022	CP13 TRANSPORTES E TERRA	34.385.350/0001-35	1511	R$ 1.490,03	R$ -
6394	15/12/2022	MIRIANE SILVERIO	059.602.039-28	1511	R$ 40,00	R$ -
6329	13/12/2022	AUTO POSTO MORRETES LT	00.084.372/0001-43	1512	R$ 762,03	R$ -
1410	24/03/2022	MARLY DE OLIVEIRA	537.275.689-68	3101	R$ 3.975,78	R$ -
TOTAL			**R$ 29.490,61**		**R$ 29.490,61**	**R$ -**

Exercício 2021

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
936	19/03/2021	EVERSON E EVELYN VAREJO	86.881.943/0001-96	941	R$ 373,48	R$ -
2916	16/08/2021	ANDREA BENTHIEN MIRAND	018.767.999-19	1000	R$ 670,87	R$ -
4885	10/12/2021	JULIANA CLAUDINO PEREIR	43.928.969-60	1000	R$ 664,88	R$ -
4886	10/12/2021	FABIANE CAMARGO ANTUNE	041.491.799-56	1000	R$ 2.463,95	R$ -
566	19/02/2021	INOVA SOLUÇÕES EM TELEC	19.813.396/0001-14	1000	R$ 977,91	R$ -
2026	17/06/2021	KAPP COMERCIAL LTDA	08.699.477/0001-19	1104	R$ 1.418,00	R$ -
3300	10/09/2021	EVERSON E EVELYN VAREJO	86.881.943/0001-96	1113	R$ 7.291,10	R$ -
2920	18/08/2021	VALE COMERCIAL DE MATER	24.418.247/0001-90	1500	R$ 4.586,00	R$ -
522	15/02/2021	GIULIA TAMBORRINO COMER	22.713.728/0001-01	1504	R$ 1.482,92	R$ -
TOTAL			**R$ 19.929,11**		**R$ 19.929,11**	**R$ -**

Exercício 2020

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
1300	31/03/2020	SOLO COMERCIAL LTDA - EP	11.102.277/0001-41	132	R$ 83,40	R$ -
1185	16/03/2020	BOSCO ALVES DA COSTA	382.319.563-87	1000	R$ 8.571,56	R$ -
3238	28/08/2020	PFG COMERCIAL LTDA - ME	20.438.684/0001-15	1000	R$ 6.504,93	R$ -
4221	17/11/2020	JOSE HENRIQUE MALUCELLI	500.421.909-59	1000	R$ 180,00	R$ -
4811	18/12/2020	TECHCENTER INFORMATICA	13.262.089/0001-06	1000	R$ 3.708,65	R$ -
4942	30/12/2020	JOSE HENRIQUE MALUCELLI	500.421.909-59	1000	R$ 120,00	R$ -
4967	30/12/2020	OSMAIR COSTA COELHO	320.322.509-34	1000	R$ 180,00	R$ -
824	27/02/2020	TRANSRESIDUOS AMBIENTA	77.371.789/0001-11	1000	R$ 43.106,39	R$ -
90	02/01/2020	EMPRESA BRAS CORREIOS T	34.028.316/4521-95	1000	R$ 103,27	R$ -
3176	06/08/2020	LUCAS VALENTE MACIEL - E	09.600.533/0001-89	1019	R$ 2,00	R$ -
2533	30/06/2020	GELSON MARCELO CARVALH	676.039.209-49	1303	R$ 2.127,57	R$ -
1864	04/05/2020	ENGE ENTREGAS DE BENS E	34.754.202/0001-40	1499	R$ 71,85	R$ -
4174	09/11/2020	GIULIA TAMBORRINO COMER	22.713.728/0001-01	1510	R$ 2.240,81	R$ -
TOTAL			**R$ 67.000,43**		**R$ 67.000,43**	**R$ -**

Exercício 2019

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
1055	08/03/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 2.743,80	R$ -
1306	27/03/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 1.097,52	R$ -
1349	29/03/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 894,60	R$ -
1464	03/04/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 639,00	R$ -
1474	03/04/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 316,00	R$ -
1475	03/04/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 300,00	R$ -
1524	15/04/2019	LINKS & PRINT SOLUCOES E	09.648.095/0001-29	1000	R$ 2.164,68	R$ -
1618	24/04/2019	M & L PRODUÇÕES ARTISTIC	27.260.394/0001-73	1000	R$ 38.000,00	R$ -
1619	24/04/2019	ADALBERTO RAMOS DA RO	26.356.437/0001-56	1000	R$ 15.414,89	R$ -
1713	29/04/2019	PFEFFER E MACHADO SEGUR	25.043.876/0001-46	1000	R$ 46.099,20	R$ -
1714	29/04/2019	MCX LOCAÇÕES DE ESTRUT	16.876.380/0001-62	1000	R$ 79.421,75	R$ -
1715	29/04/2019	PATRIZIA PFEFFER MACHAD	11.154.102/0001-88	1000	R$ 65.701,60	R$ -

1727	29/04/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 31,60	R$ -
1844	29/04/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 268,00	R$ -
1863	30/04/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 702,00	R$ -
1939	10/05/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 600,00	R$ -
2033	15/05/2019	MARLUCE BEZERRA DOS SA	17.992.596/0001-56	1000	R$ 568,24	R$ -
2217	29/05/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 582,80	R$ -
2242	29/05/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 3.644,63	R$ -
2287	29/05/2019	TECHCENTER INFORMATICA	13.262.089/0001-06	1000	R$ 16.900,00	R$ -
2405	03/06/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1000	R$ 428,20	R$ -
290	07/01/2019	BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/1634-90	1000	R$ 20,90	R$ -
3162	29/07/2019	ANDRE ANTONIO SABINO M	27.743.380/0001-00	1000	R$ 6.732,00	R$ -
3247	01/08/2019	FERNAMED LTDA	04.759.433/0001-86	1000	R$ 4.356,19	R$ -
3311	06/08/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 1.235,50	R$ -
3312	06/08/2019	CLASSMED PRODUTOS HOSP	01.328.535/0001-59	1000	R$ 13.449,37	R$ -
3730	06/09/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 3.532,00	R$ -
3745	06/09/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 652,00	R$ -
3797	06/09/2019	A.J. ZORNITA COMERCIO DE F	13.553.143/0001-72	1000	R$ 5.547,50	R$ -
3799	06/09/2019	NOROESTE DISTRIBUIDORA	30.846.202/0001-10	1000	R$ 2.385,00	R$ -
4603	07/11/2019	ALVES E SARTOR LTDA	07.724.523/0001-20	1000	R$ 2.425,00	R$ -
5090	17/12/2019	GILSON CORDEIRO	537.275.849-04	1000	R$ 17.512,69	R$ -
5212	27/12/2019	CARLOS ALBERTO BISCOTTO	08.152.192/0001-63	1000	R$ 948,27	R$ -
58	02/01/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 3.952,00	R$ -
59	02/01/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 2.748,00	R$ -
60	02/01/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 2.412,00	R$ -
61	02/01/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 732,00	R$ -
64	02/01/2019	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 1.240,00	R$ -
681	14/02/2019	COMERCIAL BORA & FILHO L	04.094.110/0001-10	1000	R$ 593,40	R$ -
4575	05/11/2019	PAULO RAFAEL MARTINS CO	31.187.168/0001-81	1005	R$ 797,95	R$ -
2744	01/07/2019	COEXLIT COM DE EXTINTORE	82.247.214/0001-21	1103	R$ 2.317,00	R$ -
910	26/02/2019	SOLO COMERCIAL LTDA - EP	11.102.277/0001-41	1103	R$ 460,98	R$ -
1837	29/04/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1104	R$ 2.740,36	R$ -
1840	29/04/2019	COMERCIAL DE CONSTRUÇÃ	26.230.272/0001-71	1104	R$ 673,92	R$ -
3921	17/09/2019	REPORPEÇAS COMERCIO DE	73.572.158/0001-00	1104	R$ 74,98	R$ -
1021	07/03/2019	REFRIGERACAO TOME	04.452.930/0001-37	1515	R$ 480,00	R$ -
3395	13/08/2019	PAPEZO LTDA ME	25.235.415/0001-75	3002	R$ 10.976,00	R$ -
3401	13/08/2019	PAPEZO LTDA ME	25.235.415/0001-75	3002	R$ 8.232,00	R$ -
4443	30/10/2019	BIOTECNO INDUSTRIA E COM	04.470.103/0001-76	331002	R$ 32.748,00	R$ -
TOTAL			**R$ 406.493,52**		**R$ 406.493,52**	**R$ -**

Exercício 2018

Empenho	Data	Credor	CNPJ	Fonte	Valor Processado	Valor a Processar
2683	29/06/2018	PASS TRANSPORTES RODOVI	06.922.869/0001-70	1000	R$ 28.140,00	R$ -
3333	30/07/2018	PASS TRANSPORTES RODOVI	06.922.869/0001-70	1000	R$ 28.140,00	R$ -
3339	01/08/2018	ESCRITÓRIO CENTRAL DE AR	00.474.973/0001-62	1000	R$ 2.918,54	R$ -
3367	01/08/2018	COMERCIAL MAB ALIMENT	11.412.547/0001-10	1000	R$ 7.624,28	R$ -
3494	10/08/2018	LUIS CARLOS DOS SANTOS F	00.943.564/0001-68	1000	R$ 3.125,39	R$ -
3834	30/08/2018	PASS TRANSPORTES RODOVI	06.922.869/0001-70	1000	R$ 28.140,00	R$ -
3953	05/09/2018	A.G KIENEM E CIA LTDA - PR	82.225.947/0001-65	1000	R$ 1.275,00	R$ -
4415	04/10/2018	PASS TRANSPORTES RODOVI	06.922.869/0001-70	1000	R$ 28.140,00	R$ -
4628	29/10/2018	CAURE INFORMATICA E SUP	11.972.582/0001-94	1000	R$ 681,60	R$ -
4710	29/10/2018	ANDRE LUIS DA SILVA CARV	030.293.129-50	1000	R$ 7.320,23	R$ -
827	27/02/2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE	76.022.490/0001-99	1102	R$ 77.718,22	R$ -
3537	20/08/2018	COEXLIT COM DE EXTINTORE	82.247.214/0001-21	1103	R$ 4.802,00	R$ -
3999	10/09/2018	ROBASSA COMERCIO DE GA	77.176.113/0001-77	1103	R$ 79,80	R$ -
3428	02/08/2018	ROBASSA COMERCIO DE GA	77.176.113/0001-77	1303	R$ 39,90	R$ -
4776	29/10/2018	EFETIVE PRODUTOS MEDICO	11.101.480/0001-01	1303	R$ 2.275,00	R$ -
3490	10/08/2018	CAIXA ECONOMICA FEDERA	00.360.305/0396-63	1510	R$ 1.431,69	R$ -
TOTAL			**R$ 221.851,65**		**R$ 221.851,65**	**R$ -**

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA Morretes, 11 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:89DCA3AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 79/2025
Pregão Eletrônico n.º 30/2025

OBJETO: aquisição de um conjunto radiológico digital destinado ao atendimento da Saúde Complementar e Atenção Primária do Município de Morretes.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo Senhor Manoel Medeiros Machado, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA:

CONTRATO N0 86/2025 – ID N0 255

KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ n.º71.256.283/0001-85.
Lote Único.
Valor total de R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais),
Assinatura: Nayara Martins Santos de Almeida Felipe, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 01 (um) ano contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

Item	Produto/ Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Conjunto radiológico digital composto por sistema gerador de raios-X de alta frequência, microprocessado, com potência mínima de 50 kW ou superior, tensão de operação de 220V ou 380V trifásica, com fornecimento de autotransformador quando necessário, faixa de tensão ajustável de 40 a 150 kV em incrementos de 1 kV, corrente de 10 a 500 mA ou superior, faixa de mAs de 0,1 a 640 ou superior, tempo de exposição de 5 ms ou inferior até no mínimo 5 segundos. O equipamento deve contar com controle automático de exposição (AEC), software para cálculo e indicação de DAP conforme norma IEC, programa anatômico de órgãos com pelo menos 200 técnicas pré-programadas, proteção térmica do tubo e display LCD multicolorido para visualização dos parâmetros. O gerador deve estar instalado sob a mesa de forma preferencial, não obrigatória, e o comando de operação deve permitir a seleção de todos os parâmetros mencionados. Deve acompanhar quadro de força específico e par de cabos de alta tensão.	**Unidade**	**1**	**R$ 260.000**	**R$ 260.000**

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:0894F831

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 74/2025
Pregão Eletrônico n.º 34/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelos seguintes Secretários: Sra. **Adriana Assumpção**, Secretária Municipal de Educação; Sr. **Eudes Gustavo Da Silva Skau Kemmer**, Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento e Secretário da Infraestrutura e Obras Públicas; Sr. **Manoel Medeiros Machado**, Secretário Municipal de Saúde; Sra. **Maria Cristina Moraes Da Costa Pinto**, Secretária Municipal de Assistência Social**;** Sr**. Leandro Bonsenhor Zanciskoski,** Secretário Municipal de Fazenda e Orçamento Secretário Municipal de Governo Interino**;** Sra**. Karin Cristina Duarte Saif,** Procuradora-Geral do Município; Sra. **Jessica Ronchini Montalvão,** Secretária Municipal de Administração**;** Sr. **Gilton Dias Junior**, Secretário Municipal de Cultura e Turismo

CONTRATADA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2025 ID N° 241/2025
57.769.537 Alex Dos Santos
CNPJ n.º57.769.537/0001-38
Lote 1, 2 e 3
Valor total de R$ 786.000,00 (Setecentos e oitenta e seis mil reais).
Assinatura: Cássio Elan Soares Fragoso Medeiros, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 175/2025 – ID 242/2025
Angelo Fabiano Salmento e Cia LTDA
CNPJ n.º28.368.178/0001-09
Lote 4.
Valor total de R$ 9.499,00 (nove mil e quatrocentos e noventa e nove reais).
Assinatura: Cássio Elan Soares Fragoso Medeiros, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da sua assinatura. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

Lote	Item	Produto/ Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	314	R$ 131,30	R$ 41.228,20
1	2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	32	R$ 137,20	R$ 4.390,40
1	4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 24.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	8	R$ 182,60	R$ 1.460,80
1	5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	16	R$ 260,60	R$ 4.169,60

1	6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	3	R$ 263,50	R$ 790,50
1	7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA UNIDAD DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	46	R$ 260,60	R$ 11.987,60
1	8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO SPLIT 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, FITA PVC E TUBOS PARA DRENAGEM DE ÁGUA INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	3	R$ 260,60	R$ 781,80
1	9	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO TIPO ?JANELA? DE 7.500 A 9.000 BTUS. (ZONA URBANA)	Serviço	15	R$ 110,00	R$ 1.650,00
1	10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO TIPO ?JANELA? DE 7.500 A 9.000 BTUS (ZONA RURAL)	Serviço	3	R$ 114,00	R$ 342,00
1	11	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	84	R$ 170,70	R$ 14.338,80
1	12	SERVIÇO INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	22	R$ 170,70	R$ 3.755,40
1	13	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	28	R$ 216,20	R$ 6.053,60
1	14	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	8	R$ 216,20	R$ 1.729,60
1	15	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	19	R$ 623,40	R$ 11.844,60
1	16	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	7	R$ 656,50	R$ 4.595,50
1	17	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	27	R$ 1.102,20	R$ 29.759,40
1	18	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE DISJUNTOR, TUBULAÇÃO DE COBRE, PORCA DE COBRE UNIÃO DE COBRE, TUBO ESPONJO, FITA PVC, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA, SUPORTE DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA E EVAPORADORA INCLUSOS NA INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	4	R$ 1.192,50	R$ 4.770,00
1	19	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	85	R$ 402,70	R$ 34.229,50
1	20	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	28	R$ 501,50	R$ 14.042,00
1	21	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	16	R$ 485,20	R$ 7.763,20
1	22	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE ARCONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM UNIDAD DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	3	R$ 592,30	R$ 1.776,90
1	23	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	13	R$ 608,60	R$ 7.911,80
1	24	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE ARCONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	4	R$ 707,30	R$ 2.829,20
1	25	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA URBANA)	Serviço	22	R$ 1.197,50	R$ 26.345,00
1	26	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO DE ARCONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS COM UTILIZAÇÃO DE TUBO ESPONJO, TUBO PARA DRENAGEM DE ÁGUA E FITA PVC INCLUSOS NA REINSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. (ZONA RURAL)	Serviço	2	R$ 1.399,10	R$ 2.798,20
1	27	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO AR CONDICIONADO TIPO ?JANELA? DE 7.500 A 9.000 BTUS (ZONA URBANA)	Serviço	10	R$ 148,00	R$ 1.480,00

1	28	SERVIÇO DE REMOÇÃO COM REINSTALAÇÃO ARCONDICIONADO TIPO ?JANELA? DE 7.500 A 9.000 BTUS. (ZONA RURAL)	Serviço	5	R$ 189,00	R$ 945,00
1	29	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS (ZONA URBANA)	Serviço	82	R$ 98,70	R$ 8.093,40
1	30	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS (ZONA RURAL)	Serviço	20	R$ 111,00	R$ 2.220,00
1	31	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS (ZONA URBANA)	Serviço	16	R$ 124,80	R$ 1.996,80
1	32	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS (ZONA RURAL)	Serviço	3	R$ 141,10	R$ 423,30
1	33	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS (ZONA URBANA)	Serviço	11	R$ 136,20	R$ 1.498,20
1	34	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS (ZONA RURAL)	Serviço	2	R$ 136,20	R$ 272,40
1	35	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS (ZONA URBANA)	Serviço	17	R$ 136,20	R$ 2.315,40
1	36	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS (ZONA RURAL)	Serviço	2	R$ 136,20	R$ 272,40
1	37	RECARGA DE GÁS TIPO R-22/410 PARA AR CONDICIONADO SPLIT	Serviço	203	R$ 232,90	R$ 47.278,70
1	38	SUPORTE DE INSTALAÇÃO PARA AR-CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS	Serviço	113	R$ 44,40	R$ 5.017,20
1	39	SUPORTE DE INSTALAÇÃO PARA AR-CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	Serviço	47	R$ 55,20	R$ 2.594,40
1	40	SUPORTE DE INSTALAÇÃO PARA AR-CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS	Serviço	22	R$ 75,50	R$ 1.661,00
1	41	SUPORTE DE INSTALAÇÃO PARA AR-CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS	Serviço	25	R$ 84,40	R$ 2.110,00
1	42	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	Serviço	37	R$ 31,50	R$ 1.165,50
1	43	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS	Serviço	146	R$ 33,00	R$ 4.818,00
1	44	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS	Serviço	25	R$ 34,00	R$ 850,00
1	45	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS	Serviço	14	R$ 42,90	R$ 600,60
1	46	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 36.000 BTUS	Serviço	17	R$ 42,90	R$ 729,30
1	47	CAPACITOR AR-CONDICIONADO SPLIT 60.000 BTUS	Serviço	24	R$ 52,30	R$ 1.255,20
1	48	CAPACITOR DUPLA FASE 3 POLOS 25UF + 5	Serviço	82	R$ 38,50	R$ 3.157,00
1	49	CAPACITOR DUPLA FASE 3 POLOS 30UF + 5	Serviço	80	R$ 44,40	R$ 3.552,00
1	50	CAPACITOR DUPLA FASE 3 POLOS 35UF + 5	Serviço	79	R$ 44,90	R$ 3.547,10
1	51	CAPACITOR MOTOR DO VENTILADOR 2.5 UF	Serviço	94	R$ 19,20	R$ 1.804,80
1	52	CAPACITOR MOTOR DO VENTILADOR 2.0 UF	Serviço	94	R$ 19,20	R$ 1.804,80
1	53	SENSOR DE DEGELO AR-CONDICIONADO SPLIT 5K, 10K, 15K E 20K	Serviço	57	R$ 42,40	R$ 2.416,80
1	54	PLACA DISPLAY EVAPORADORA AR CONDICIONADO DE 9.000 A 12.000 BTUS	Serviço	148	R$ 138,70	R$ 20.527,60
1	55	PLACA DISPLAY EVAPORADORA AR CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	Serviço	20	R$ 197,40	R$ 3.948,00
1	56	PLACA DISPLAY EVAPORADORA AR CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS	Serviço	19	R$ 217,10	R$ 4.124,90
1	57	PLACA DISPLAY EVAPORADORA AR CONDICIONADO DE 55.000 A 60.000 BTUS	Serviço	18	R$ 236,90	R$ 4.264,20
1	58	KIT PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL AR CONDICIONADO SPLIT	Serviço	65	R$ 180,60	R$ 11.739,00
1	59	COMPRESSOR AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS	Serviço	41	R$ 288,70	R$ 11.836,70
1	60	COMPRESSOR AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS	Serviço	132	R$ 283,30	R$ 37.395,60
1	61	COMPRESSOR AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS	Serviço	25	R$ 403,70	R$ 10.092,50
1	62	COMPRESSOR AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS	Serviço	18	R$ 616,00	R$ 11.088,00
1	63	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 BTUS	Serviço	15	R$ 441,70	R$ 6.625,50
1	64	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 60.000 BTUS	Serviço	21	R$ 966,00	R$ 20.286,00
1	65	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA DE 9.000 A 12.000 BTUS	Serviço	156	R$ 164,30	R$ 25.630,80
1	66	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA DE 18.000 A 24.000 BTUS	Serviço	25	R$ 218,60	R$ 5.465,00
1	67	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA DE 30.000 A 36.000 BTUS	Serviço	20	R$ 271,40	R$ 5.428,00
1	68	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA DE 55.000 A 60.000 BTUS	Serviço	17	R$ 348,40	R$ 5.922,80
1	69	TURBINA/HÉLICE VENTILADOR EVAPORADORA 9.000 A 12.000 BTUS	Serviço	117	R$ 130,30	R$ 15.245,10
1	70	TURBINA/HÉLICE VENTILADOR EVAPORADORA 18.000 A 24.000 BTUS	Serviço	18	R$ 210,70	R$ 3.792,60
1	71	TURBINA/HÉLICE VENTILADOR EVAPORADORA 30.000 A 36.000 BTUS	Serviço	11	R$ 262,60	R$ 2.888,60
1	72	TURBINA/HÉLICE VENTILADOR EVAPORADORA 55.000 A 60.000 BTUS	Serviço	7	R$ 318,80	R$ 2.231,60
1	73	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO SPLIT	Serviço	135	R$ 44,40	R$ 5.994,00
1	74	RELE DA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO SPLIT	Serviço	120	R$ 22,20	R$ 2.664,00
1	75	INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE VENTILADORES DE PAREDE, INCLUINDO PONTO ELÉTRICO.	Serviço	114	R$ 108,10	R$ 12.323,40
1	76	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA VENTILADORES (A CADA 90 DIAS)	Serviço	178	R$ 54,20	R$ 9.647,60
1	77	MÃO DE OBRA PARA VENTILADORES (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	182	R$ 52,30	R$ 9.518,60
2	1	CARGA DE GÁS PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	10	R$ 188,70	R$ 1.887,00
2	2	COMPRESSOR 1/3 PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	5	R$ 339,84	R$ 1.699,20
2	3	COMPRESSOR 1/8 PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	5	R$ 283,60	R$ 1.418,00
2	4	CONDENSADOR PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	10	R$ 68,00	R$ 680,00
2	5	FILTRO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	10	R$ 85,20	R$ 852,00
2	6	INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	10	R$ 120,00	R$ 1.200,00
2	7	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA (PONTO DE ESGOTO) E ELÉTRICA DE BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	10	R$ 138,30	R$ 1.383,00
2	8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BEBEDOURO INDUSTRIAL (A CADA 90 DIAS)	Serviço	15	R$ 123,50	R$ 1.852,50
2	9	MÃO DE OBRA PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL (SERVIÇO NÃO CUMULATIVA)	Serviço	15	R$ 133,80	R$ 2.007,00
2	10	TERMOSTATO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	20	R$ 54,90	R$ 1.098,00
2	11	TORNEIRA DE AÇO CROMO INOX PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL	Serviço	20	R$ 431,20	R$ 8.624,00
2	12	FONTE ELETRÔNICA PARA BEBEDOURO DE COLUNA / GARRAFÃO	Serviço	17	R$ 108,60	R$ 1.846,20
2	13	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA BEBEDOURO (A CADA 90 DIAS)	Serviço	27	R$ 160,10	R$ 4.322,70
2	14	MÃO DE OBRA PARA BEBEDOURO DE COLUNA / GARRAFÃO (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	22	R$ 129,20	R$ 2.842,40
2	15	MICRO VENTILADOR COOLER PARA BEBEDOURO DE COLUNA / GARRAFÃO	Serviço	17	R$ 76,00	R$ 1.292,00
2	16	PASTILHA TERMOELÉTRICA PARA BEBEDOURO DE COLUNA / GARRAFÃO	Serviço	22	R$ 33,10	R$ 728,20
2	17	TORNEIRA PLÁSTICA PARA BEBEDOURO DE COLUNA / GARRAFÃO	Serviço	22	R$ 39,40	R$ 866,80
2	18	FILTRO DE AGUA PARA BEBDEOURO - REFIL PARA PURIFICADOR DE AGUA ELEMENTO FILTRANTE COMPATÍVEL COM MODELOS DE PURIFICADORES EOS EPE01 E EPC01	Serviço	35	R$ 68,60	R$ 2.401,00
3	1	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA GELADEIRA	Serviço	31	R$ 309,30	R$ 9.588,30

3	2	TERMOSTATO UNIVERSAL PARA GELADEIRA	Serviço	40	R$ 169,30	R$ 6.772,00
3	3	RELÊ UNIVERSAL COM PROTETOR TÉRMICO PARA GELADEIRA	Serviço	45	R$ 82,90	R$ 3.730,50
3	4	COMPRESSOR 1/3 GELADEIRA ? ACIMA DE 600L	Serviço	9	R$ 536,60	R$ 4.829,40
3	5	COMPRESSOR 1/8 GELADEIRA ? FRIGOBAR 120 L	Serviço	18	R$ 470,60	R$ 8.470,80
3	6	CARGA DE GÁS PARA GELADEIRA	Serviço	38	R$ 361,00	R$ 13.718,00
3	7	COMPRESSOR ¼ GELADEIRA ? 120 A 600 L	Serviço	30	R$ 453,70	R$ 13.611,00
3	8	SENSOR DE TEMPERATURA PARA GELADEIRA	Serviço	36	R$ 66,80	R$ 2.404,80
3	9	MÃO DE OBRA PARA GELADEIRA (SERVIÇO NÃO CUMULATIVA)	Serviço	51	R$ 287,00	R$ 14.637,00
3	10	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GELADEIRA (A CADA 90 DIAS)	Serviço	67	R$ 294,10	R$ 19.704,70
3	11	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL PARA FREEZER	Serviço	18	R$ 347,60	R$ 6.256,80
3	12	TERMOSTATO UNIVERSAL PARA FREEZER	Serviço	29	R$ 146,10	R$ 4.236,90
3	13	RELÊ UNIVERSAL COM PROTETOR TÉRMICO FREEZER	Serviço	29	R$ 103,40	R$ 2.998,60
3	14	COMPRESSOR 1/3 FREEZER ? ACIMA DE 300 L	Serviço	5	R$ 641,64	R$ 3.208,20
3	15	COMPRESSOR 1/4 FREEZER ? ATÉ 300 L	Serviço	9	R$ 484,90	R$ 4.364,10
3	16	CARGA DE GÁS FREEZER	Serviço	22	R$ 362,80	R$ 7.981,60
3	17	SENSOR DE TEMPERATURA PARA FREEZER	Serviço	19	R$ 107,80	R$ 2.048,20
3	18	MÃO DE OBRA PARA FREEZER (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	34	R$ 263,80	R$ 8.969,20
3	19	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA FREEZER (A CADA 90 DIAS)	Serviço	39	R$ 294,10	R$ 11.469,90
4	1	BOMBA DE DRENAGEM PARA MAQUINA DE LAVAR BRASTEMP	Serviço	2	R$ 44,00	R$ 88,00
4	2	CONJUNTO DE MECANISMO (*), MAQUINA DE LAVAR BRASTEMP	Serviço	2	R$ 497,00	R$ 994,00
4	3	MÃO DE OBRA PARA MAQUINA DE LAVAR BRASTEMP (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	2	R$ 389,80	R$ 779,60
4	4	PLACA ELETRÔNICA, MAQUINAS DE LAVAR BRASTEMP	Serviço	2	R$ 349,80	R$ 699,60
4	5	CONJUNTO DE MECANISMO, MAQUINA DE LAVAR ELECTROLUX	Serviço	1	R$ 482,70	R$ 482,70
4	6	MÃO DE OBRA PARA MÁQUINA DE LAVAR ELECTROLUX (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	1	R$ 276,10	R$ 276,10
4	7	PLACA ELETRÔNICA, MAQUINA DE LAVAR ELECTROLUX	Serviço	2	R$ 355,90	R$ 711,80
4	8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA (A CADA 90 DIAS)	Serviço	7	R$ 256,60	R$ 1.796,20
4	9	INSTALAÇÃO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA (HIDRÁULICA, ELÉTRICA)	Serviço	2	R$ 401,30	R$ 802,60
4	10	KIT REVISÃO (ANTEPARA, GAXETA, ROLDANAS, ETC.) MAQUINA DE SECAR ELECTROLUX	Serviço	2	R$ 354,10	R$ 708,20
4	11	MÃO DE OBRA PARA MAQUINA DE SECAR ELECTROLUX (SERVIÇO NÃO CUMULATIVO)	Serviço	3	R$ 292,40	R$ 877,20
4	12	TERMOSTATO DE SEGURANÇA MAQUINA DE SECAR ELECTROLUX	Serviço	1	R$ 181,90	R$ 181,90
4	13	TERMOSTATO OPERACIONAL MAQUINA DE SECAR ELECTROLUX	Serviço	1	R$ 107,30	R$ 107,30
4	14	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA MAQUINA DE SECAR ROUPA (A CADA 90 DIAS)	Serviço	3	R$ 253,40	R$ 760,20
4	15	INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE MAQUINA DE SECAR	Serviço	1	R$ 233,60	R$ 233,60

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:3C757026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2021 – ID Nº 272/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA L M LEITE TRANSPORTES EIRELI

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2021 – ID Nº 272/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA L M LEITE TRANSPORTES EIRELI

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10- Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO**, brasileira, solteira, portadora do CPF/MF n° 024.829.999-95, e RG n° 7.037.626-1, residente e domiciliada na Rua Marumbi, s/n - América, no Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA L M LEITE TRANSPORTES EIRELI, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.580.293/0001-87, estabelecida na Estrada Reta do Porto, s/n, bairro Reta do Porto, Cidade de Morretes-PR, CEP: 83.350-000, fone 41 99998-3377, neste ato representada pelo Senhor **PLÍNIO RODRIGUES LEITE FILHO**, brasileiro, portador da cédula de identidade sob nº 3.XXX.XXX-2, inscrito no CPF/MF sob nº 552.XXX.XXX-10.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MORRETES, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA L M LEITE TRANSPORTES EIRELI doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 094/2021 – ID 272/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 046/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de ônibus com 40 (quarenta) lugares, micro-ônibus, vans e /ou utilitários com tração traseira em perfeitas condições de utilização e regularmente licenciados, para transporte de crianças e adolescentes e suas bagagens, em percursos de ida e volta às diversas localidades do Município para fins educacionais, a fim de atender os alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Pré IV e Pré V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, nas 16 (dezesseis) Escolas Municipais e 03 (três) Colégios Estaduais, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

As partes de comum acordo procedem à prorrogação do PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO do Contrato Administrativo nº 094/2021, pelo período de até 12 (doze) meses, iniciando-se em **30/11/2025 e encerrando-se em 30/11/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para cobertura do valor oriundo da Renovação Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Realizar Transporte Escolar para Alunos – Ensino Fundamental

Red.	Cód. Despesa	Fonte	Decrição
236	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1043	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
237	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1103	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
238	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1104	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
239	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1107	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
240	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1110	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2021 – ID 272/2021 – COM APLICAÇÃO DO REAJUSTE DE PREÇOS

O valor total do contrato administrativo com a aplicação do reajuste de preços previsto na Cláusula Quarta – do Reajuste de Preço é de R$ 764.327,20 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

Lote	especificação	unid	marca	Quant.	Valor máx. unit.	Total (R$)
7	Rota nº 13/Linha Sapitanduva; veículo: Micro ônibus ou Van	km	Serviço	21.040	**8,38**	176.315,20
8	Rota nº 14/ Linha Candonga/ Alto da Serra; veículo: utilitário com tração traseira 15 lugares	Km	Serviço	41400	**4,91**	203.274,00
9	Rota nº 15 Linha Anhaia, Mundo Novo, Pq Estadual do Pau Oco. Veículo: Van	Km	Serviço	16600	**9,53**	158.198,00
10	Rota nº 16 Linha Carambiu; veículo: Van	km	Serviço	48200	**4,70**	226.540,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO						**764.327,20**

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 094/2021 – ID 272/2021, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 10 de novembro de 2025.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretaria Municipal de Educação

PLÍNIO RODRIGUES LEITE FILHO
Representante da Contratada
L M Leite Transportes EIRELI

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:06685102

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2021 – ID Nº 273/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA GGT TRANSPORTE LTDA

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2021 – ID Nº 273/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA GGT TRANSPORTE LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10- Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO**, brasileira, solteira, portadora do CPF/MF n° 024.829.999-95, e RG n° 7.037.626-1, residente e domiciliada na Rua Marumbi, s/n - América, no Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA GGT TRANSPORTE LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.550.249/0001-24, estabelecida na Rua Guadalajara, nº 697, bairro Centro, Cidade de Araucária, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **ALEIXO GREBOS NETO**, brasileiro, portador da cédula de identidade sob nº 3.666.194-1, inscrito no CPF/MF sob nº 496.958.789-20.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MORRETES, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA GGT TRANSPORTE LTDA doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 095/2021 – ID 273/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 046/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de ônibus com 40 (quarenta) lugares, micro-ônibus, vans e /ou utilitários com tração traseira em perfeitas condições de utilização e regularmente licenciados, para transporte de crianças e adolescentes e suas bagagens, em percursos de ida e volta às diversas localidades do Município para fins educacionais, a fim de atender os alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Pré IV e Pré V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, nas 16 (dezesseis) Escolas Municipais e 03 (três) Colégios Estaduais, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

As partes de comum acordo procedem à prorrogação do PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO do Contrato Administrativo nº 095/2021, pelo período de até 12 (doze) meses, iniciando-se em **30/11/2025 e encerrando-se em 30/11/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para cobertura do valor oriundo da Renovação Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Realizar Transporte Escolar para Alunos – Ensino Fundamental

Red.	Cód. Despesa	Fonte	Decrição
236	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1043	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
237	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1103	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
238	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1104	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
239	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1107	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
240	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1110	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2021 – ID 273/2021 – COM APLICAÇÃO DO REAJUSTE DE PREÇOS

O valor total do contrato administrativo com a aplicação do reajuste de preços previsto na Cláusula Quarta – do Reajuste de Preço é de R$ 1.836.968,20 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).

Lote	**Especificação**	**Unid.**	**Marca**	**Quant.**	**Valor máx. unit. (R$)**	**Valor total (R$)**
1	Rota nº 06 – linha Pantanal, América de Baixo, Marumbi; veículo: ônibus 40 lugares	km	Transporte escolar	27.780	**12,75**	354.195,00
2	Rota nº 07 – linha Fartura; veículo: ônibus 40 lugares	km	Transporte escolar	28.980	**11,29**	327.184,20
3	Rota nº 09 Linha Mundo Novo do Anhaia, Rodeio, Cabrestante. Veículo: ônibus 40 lugares	km	Transporte escolar	23160	**11,03**	255.454,80
4	Rota nº 10 – linha Fortaleza/ Central; veículo: ônibus 40 lugares	km	Transporte escolar	17.340	**14,85**	257.499,00
5	Rota nº 11 – linha Capituva/ Barreiros; veículo: ônibus 40 lugares	km	Transporte escolar	21.880	**15,05**	329.294,00
6	Rota nº 12 – linha Porto de Cima, Prainhas e Colônia Marques; veículo: micro ônibus 30 lugares	km	Transporte escolar	26.420	**11,86**	313.341,20
VALOR TOTAL DO CONTRATO						**1.836.968,20**

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 095/2021 – ID 273/2021, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 10de novembro de 2025.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretaria Municipal de Educação

ALEIXO GREBOS NETO
Representante Da Contratada
GGT Transporte LTDA

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:3C3FD983

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2021 – ID Nº 274/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2021 – ID Nº 274/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10- Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO**, brasileira, solteira, portadora do CPF/MF n° 024.829.999-95, e RG n° 7.037.626-1, residente e domiciliada na Rua Marumbi, s/n - América, no Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.433.012/0001-60, estabelecida na Rua Alexandre Borrazzo, nº 70, bairro Centro, na cidade de Araucária-PR, CEP: 83.702-160, neste ato representada pela Senhora **HELENA FURMAN**, brasileira, portadora da cédula de identidade sob nº 1.035.193-6, inscrita no CPF/MF sob nº 230.544.339-00.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MORRETES, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 096/2021 – ID 274/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 046/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de ônibus com 40 (quarenta) lugares, micro-ônibus, vans e /ou utilitários com tração traseira em perfeitas condições de utilização e regularmente licenciados, para transporte de crianças e adolescentes e suas bagagens, em percursos de ida e volta às diversas localidades do Município para fins educacionais, a fim de atender os alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Pré IV e Pré V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, nas 16

(dezesseis) Escolas Municipais e 03 (três) Colégios Estaduais, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

As partes de comum acordo procedem à prorrogação do PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO do Contrato Administrativo nº 096/2021, pelo período de até 12 (doze) meses, iniciando-se em **30/11/2025 e encerrando-se em 30/11/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para cobertura do valor oriundo da Renovação Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Realizar Transporte Escolar para Alunos – Ensino Fundamental

Red.	Cód. Despesa	Fonte	Decrição
236	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1043	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
237	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1103	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
238	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1104	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
239	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1107	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
240	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.00	1110	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2021 – ID 274/2021

O valor total do contrato administrativo com a aplicação do reajuste de preços previsto na Cláusula Quarta – do Reajuste de Preço é de R$ 203.873,60 (duzentos e três mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

Lote	especificação	unid	marca	Quant.	Valor máx. unit.	Total acréscimo quant. (R$)
12	Rota nº 18/ Linha Fartura – veículo: VAN	km	Van	17440	**11,69**	203.873,60
VALOR TOTAL DO CONTRATO						**203.873,60**

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 096/2021 – ID 274/2021, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 10 de novembro de 2025.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretaria Municipal de Educação

HELENA FURMAN
Representante da Contratada
Helautur Transportes LTDA

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:3416D256

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
O **MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA PR** torna público o registro de preços decorrente do **Pregão Eletrônico nº 35/2025**, conforme o **Processo Administrativo nº 111/2025**.
1. Objeto
REGISTRO DE PREÇO para a futura, eventual e parcelada **Aquisição de Materiais de Construção em Geral**, incluindo insumos básicos, acabamentos, itens elétricos, hidráulicos e ferramentas, destinados às Secretarias pertencentes ao Município de Nova América da Colina, Estado do Paraná.
2. Fundamento Legal
A licitação e as Atas de Registro de Preços observam as normas constantes na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos) e no Decreto Municipal n.º 15, de 27 de março de 2023.

3. Empresas Detentoras e Valores Globais (Lotes)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	DETENTORA DO REGISTRO	CNPJ	Lotes Registrados (Exemplos)	Valor Total dos Lotes (Exemplos)
124/2025	**ACC MULTISOLUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**	59024324000102	Lotes 2 (Hidráulico), 3 (Cimento/Cal), 4 (Pisos/Revestimentos), 5 (Ferragens), 8 (Ferramentas), 9 (Madeiras), 15 (Cimento/Cal - aditivo), 16 (Pisos/Revestimentos - aditivo), 17 (Aços/Ferros), 19 (Tijolos), 20 (Ferramenta), 21 Madeiras.	R$ 1.320.000,00*
125/2025	FERNANDES & DEGUCHI LTDA. - ME 99	13367887000100	Lotes 1 (Blocos/Canaletas), 6 (Cumeeiras/Telhas), 10 (Itens elétricos), 11 (Tintas/Afins), 12 (EPI), 13 (Artefatos de Cimento), 18 (Cobertura) 23 (Tintas/Afins - aditivo), 24 (EPI)	R$ 740.00,00*
126/2025	**FH CONSTRUCOES CIVIS LTDA**	57053222000190	Lotes 14 (Hidráulico), 22 (Itens elétricos),	R$ 70.000,00*

Observação: *Os valores totais apresentados correspondem à soma dos valores máximos de contratação por lote, conforme detalhado no anexo I das respectivas Atas de Registro de Preços.

4. Vigência

A validade de cada Ata de Registro de Preços é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação

Data de Assinatura: Nova América da Colina, 12 de novembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:891050F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 130/2025

(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavazin, tendo em vista o Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que compõem o processo de contratação direta via ***INEXIGIBILIDADE***, incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, **art. 74,** ***III:***

"contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias"

OBJETO

Contratação de serviços especializados em assessoria técnica na Política de Assistência Social, para ações voltadas à implantação, estruturação e qualificação da Vigilância Socioassistencial, e elaboração do Diagnóstico Socioterritorial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr.

Item	Características do objeto / Especificações técnicas	UND	Valor
01	Especificações mínimas dos serviços a serem prestados: Assessoria técnica especializada para a implantação e operacionalização da Vigilância Socioassistencial e elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do município de Nova Prata do Iguaçu/PR, incluindo: **Implantação da Vigilância Socioassistencial** -Mapeamento da estrutura técnica existente para a Vigilância no município; - Instrumentos para a formalização da Vigilância Socioassistencial; - Capacitação Inicial da Equipe Técnica Municipal da gestão, CRAS, Proteção Social Especial, Cadastro Único e demais atores relevantes; - Assessoria na definição de fluxos, atribuições, responsabilidades e rotina de trabalho da Vigilância; - Assessoria na estruturação dos instrumentos técnicos de coleta e análise de dados; - Modelo de Boletim Informativo. Total: 40 horas (presencial e online) **Diagnóstico Socioterritorial** - Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial com base nos dados coletados e sistematizados: -Variáveis e indicadores do contexto econômico e social do município; -As principais demandas oriundas da situação de risco e vulnerabilidade social para Serviços / Benefícios Socioassistenciais; - Indicadores sobre capacidade de oferta de serviços socioassistenciais da rede de proteção social nos territórios do município; - Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os Serviços Socioassistenciais Tipificados e eventualmente públicos específicos; - Indicadores territorializados; - Caracterização territorial e demográfica; -Mapeamento de vulnerabilidade de recursos e potencialidades locais. -Elaboração de versão final do diagnóstico com revisão textual, identidade visual e organização dos dados em linguagem acessível; -Documento técnico do Diagnóstico Socioterritorial impresso e em arquivo digital (formato Word e PDF). Total: 60 horas (presencial e online) Os serviços deverão ser entregues finalizados, para aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 03 (três) meses a contar da ordem expressa.	Serviço	R$ 19.500,00
02	**Assessoria para acompanhamento posterior** Assessoria técnica destinada ao acompanhamento posterior à implantação, com execução em até 3 (três) meses, a contar da ordem de serviços. As horas deverão ser utilizadas de forma flexível, conforme as demandas e necessidades do contratante, visando o direcionamento, elaboração e adaptação de instrumentais e relatórios de monitoramento e avaliação, adequados à realidade local. Total: 20 horas (presencial e online)	Serviço	5.850,00

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em seu artigo 1º afirma a "Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos". Art. 87. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas.

Portanto, a Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso.

A função de Vigilância Socioassistencial está amparada por um amplo arcabouço normativo que orienta sua institucionalização nos municípios, estados e União.
A Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), redação dada pela Lei nº 12.435/2011, em seu art. 2º, §1º, inciso III, define a vigilância como função própria da Assistência Social: "a vigilância socioassistencial, que consiste na coleta, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social dos usuários da assistência social, bem como da oferta de serviços no território.
A justificativa, fundamentação e objetivo na íntegra encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

VALOR DA CONTRATAÇÃO
O valor total da contratação é de **R$ 25.350,00 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

007 004 0008.0244.0006.2010 33.90.39.00.00	Secretaria Municipal de Assistência Social Órgão Gestor Assistência Social Órgão Gestor de Assistência Social Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

EMPRESA CONTRATADA: Conecta Assessoria e Desenvolvimento Profissional LTDA – CNPJ N° 60.951.847/0001-83.

FORMA DE PAGAMENTO
6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados do recebimento da Nota Fiscal.

VIGÊNCIA DO CONTRATO
O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo período de **08 (oito) meses**, podendo ser prorrogado a critério e interesse da Administração Municipal com anuência da contratada e observância da Lei 14.133 de 2021.

PRAZO DE INÍCIO/ENTREGA
A contratada deverá iniciar a prestação de serviços em até 02 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.
8.2. Para o item 01 que trata da implantação da vigilância socioassistencial e elaboração do diagnóstico socioterritorial, a contratada deverá entregar finalizado, para aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 03 (três) meses a contar da ordem de serviço.
8.3. Para o item 02 que trata da assessoria para acompanhamento posterior, as horas serão utilizadas de forma flexível, conforme as demandas e necessidades da contratante, com execução em até 3 (três) meses, a contar da ordem de serviços.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 12 de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:4DB24701

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N. 004/2025
CONTRATO Nº 308/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2023
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Centro de Integração Nacional de Estágio para Estudantes – CEINEE
- CNPJ nº 07.136.551/0001-26 – Pato branco - PR.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para ministrar curso de aprendizagem na área de administração, comércio e serviços, devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo material didático, para realização do Programa Menor Aprendiz no Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr**,** sendo o item ora descritos em estrita observância nas especificações e na documentação levada a efeito pelo processo de Pregão Eletrônico nº 093/2023, conforme descrição do item 01.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, que trata da prestação de serviços a serem executados de forma contínua, concedendo-lhes o reajuste conforme cláusula *DÉCIMA* do contrato, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, com base na variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses, de 5,17**%**, passando os valores mensais de R$ 3.360,90 (três mil trezentos e sessenta reais e noventa centavos) para o valor de R$ 3.534,65 (três mil quinhentos trinta quatro reais e sessenta cinco centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA – Conforme cláusula *Nona* do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência, para mais 12 (doze) meses, ou seja, até **16/11/2026.**
CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR – Devido ao aumento da vigência e reequilíbrio do contrato, fica acrescido o valor de **R$ R$ 42.451,80 (quarenta dois mil quatrocentos quinze reais e oitenta centavos),** passando os valores a serem correspondentes conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	UND	QTDE	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
01	Prestação de serviços a fim de ministrar Curso Aprendizagem para 15 (quinze) Aprendizes e Seleção através de PSS para as vagas.	Mês	12	3.534,65	42.415,80

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 12 de novembro de 2025.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:3CA00661

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 123/2025

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
CONTRATO Nº 123

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 60/2025, homologado em 07/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 118/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 42.753.718/0001-07, com endereço R ANA MEROTTO STEFANON, CEP 29111630, representada por PAULO HENRIQUE ANDREANI ARAUJO, Carteira de identidade nº 20135181, inscrito no CPF nº 022.905.351-33, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando suprir necessidades identificadas nas diversas áreas da instituição, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Os bens solicitados abrangem itens essenciais para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, modernização da infraestrutura física e tecnológica, reforço na segurança patrimonial, e incremento d** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este

CONTRATO;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 11 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

__
ISMAEL BATISTA

__
CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 254	9.875,78	**Total: 9.875,78**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: CARRIER	Modelo: XPERIENCE 60K PT	
Descrição: AR CONDICIONADO SPLIT TETO 60.000 BTU/H FRIO´TRIFÁSICO 42ZQB60C5 - 220 VOLTS - Ar´condicionado split teto 60.000 btu/h frio trifásico 42zqb60c5 - 220 volts				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 9.875,78**			Total Item: 9.875,78
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**9.875,78**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:AA03B149

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 125/2025

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025

CONTRATO Nº 125

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 60/2025, homologado em 07/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 118/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa M. B. COSTA ACESSORIO, CNPJ nº 40.183.585/0001-47, com endereço RUA ERONDINO ANTONIO PINHATA, 406, CEP 87047437, representada por MARIANA BOSSONI, Carteira de identidade nº 107156275, inscrito no CPF nº 068.335.919-38, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de equipamentos e materiais permanentes visando suprir necessidades identificadas nas diversas áreas da instituição, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Os bens solicitados abrangem itens essenciais para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, modernização da infraestrutura física e tecnológica, reforço na segurança patrimonial, e incremento d** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 11 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

M. B. COSTA ACESSORIO

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 9	Quant.: 1	Num: 770	5.950,00	**Total: 5.950,00**
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: EVOLUÇÃO INOX	Modelo: CI-INOX	
Descrição: COIFA INDUSTRIAL, EM AÇO INOX AISI-430, ESPESSURA DE 1,0MM, MEDINDO 1800X1300X600MM, CONTENDO 3 METROS DE TUBULAÇÃO EM GALVANIZADO COM DIÂMETRO DE 400MM X 220 VOLTS, TELHA DE VEDAÇÃO E CHAPÉU CHINÊS NO FINAL DA TUBULAÇÃO EXTERNA - Coifa industrial, em aço inox aisi-430, espessura de 1,0mm, medindo 1800x1300x600mm, contendo 3 metros de tubulação em galvanizado com diâmetro de 400mm x 220 volts, telha de vedação e chapéu chinês no final da tubulação externa.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 5.950,00**			Total Item: 5.950,00
			VALOR TOTAL DO CONTRATO:	**5.950,00**

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:E321C1FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025 - MARINGA SPORTS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
CONTRATADO: MARINGA SPORTS LTDA inscrita no CNPJ sob n. 39.697.442/0001-74.
OBJETO: O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, a contratação de empresa para aquisição de UNIFORMES ESCOLARES, contendo camisetas, bermudas e shorts saia, para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental**,** Centros Municipais de

Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de Paiçandu no ano letivo de 2026, com o objetivo de formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para contratações futuras.

LOTE 02 – PEÇAS DE INVERNO					
ITEM	**UNID.**	**QTD.**	**ESPECIFICAÇÃO**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL.**
4	UNID.	7.616	BLUSA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², manga raglan na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, gola em malha helenca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270g/ m² azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX aproximadamente 8cm, punhos em malha helanca 100% poliamida gramatura de no mínimo 270 g/m² pantone 1940-23 TPX (tamanho 0 ao 14 aproximadamente 4cm, do P ao EXGG aproximadamente 6cm, seguindo o padrão da peça). Barra na galoneira aproximadamente 6cm. Faixas laterais com 5 cm de largura em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m² na cor azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, contendo dois bolsos laterais. Brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira com linha branca na lateral superior esquerda da blusa tamanho 7 cm aproximadamente, escrita nas costas com estampa em serigrafia na cor branca fonte arial tamanho proporcional a blusa conforme ANEXO 01, zíper em nylon destacável nº05 frontal na cor azul marinho até o final da gola. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do PP ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL. Conforme tabela de medidas no ANEXO 01. **LAUDOS DO AGASALHO (BLUSA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS).** ***Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.***	R$ 42,97	R$ 327.259,52
5	UNID.	7.616	CALÇA: em malha helanca 100% poliamida, gramatura 270 g/m², na cor azul marinho pantone 1940-23 TPX com detalhes azul claro pantone têxtil 1543-19 air blue TPX, faixas laterais de 5 cm de largura na cor azul claro pantone 1543-19 air blue TPX em malha helanca 100% poliamida gramatura 270 g/m², dois bolsos laterais, elástico pregado na elastiqueira 4 agulhas, brasão bordado termocolante e costurado nas extremidades seguindo as bordas por máquina bordadeira na linha branca tamanho aproximado de 7 cm na perna esquerda conforme ANEXO 01. Costura em máquina interloque. Tamanhos de 1 ao 16, e do P ao EXGG E TAMANHO ESPECIAL (conforme tabela de medidas). **LAUDOS DO AGASALHO (CALÇA): COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, PANTONE. (APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS).** ***Laudos deverão ser realizados por laboratório comprovadamente acreditado pelo INMETRO.***	R$ 27,97	R$ 213.019,52
TOTAL					**R$ 540.279,04**
LOTE 03 - TÊNIS					
ITEM	**UNID.**	**QTD.**	**ESPECIFICAÇÃO**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL.**
6	PAR	7.430	**TÊNIS: FECHAMENTO COM ELÁSTICO –** O Tênis deve ser fabricado no processo de montagem ensacada, com fixação da palmilha ao cabedal pelo processo de costura Strobel (Overloque) e após ser AUTOCLAVADO, com vulcanização direta da borracha da banda lateral no solado e na lona do cabedal. - COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA: A gáspea do cabedal, laterais e lingueta, deverão ser de lona 100% algodão, de no mínimo 300 gramas por metro quadrado, na cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX, devendo estar dublada com sarja também de 100% algodão desengomado com gramatura mínima de 230 gramas por metro quadrado, totalizando assim um mínimo de 530 gramas por metro quadrado, no conjunto. - CONTRA FORTE: O contra forte se localiza na região do calcanhar entre a lona externa e a espuma interna. É fabricado em elastômero vulcanizado flexível de no mínimo 1,2 mm de espessura, devendo ser chanfrado em toda sua borda superior na largura mínima de 8 mm terminando em zero. - FORRO: O tênis deve ser todo forrado internamente com tecido poliéster (gramatura mínima 130 Gr/m2) na cor Preto, dublado com espuma de poliuretano de no mínimo 5 mm de espessura e densidade 26 kg/m3 (quilograma por metro cúbico). - DEBRUM E COSTURAS: A gáspea deve ser toda debruada. O debrum será de Gorgorão com largura mínima de 12 mm e com bordas que não desfiam. Na mesma cor do cabedal. Todas as costuras têm de 3 a 4 pontos/cm e tem um arremate de no mínimo 2 pontos nas extremidades. As costuras externas "aparentes" devem ser duplas e afastadas de 2,2 a 2,6 mm entre si. A linha usada deve ser de poliamida (nylon) número comercial 40, na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. – FECHAMENTO ELÁSTICO: O tênis deverá ter no lugar do cadarço tiras de elástico cor Azul semelhante ao Pantone 19-3920 TPX de no mínimo 7 milímetros de largura no comprimento adequado para cada número o que vai facilitar e ajustar o calce do produto. Acompanhar um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. - ILHÓSES: Devem ser de alumínio com acabamento natural, diâmetro interno mínimo de 5 mm, composto por duas peças (ilhós e arruela). - BIQUEIRA, SOBRE BIQUEIRA, BANDA LATERAL: Devem ser de fachete a base de compostos elastoméricos para vulcanização, derivado de uma blenda de polímeros como SBR (estireno butadieno rubber), NR (borracha natural) e SSBR (estireno butadieno rubber em solução), reforçados com carga de SiO2 (bióxido de silício) e carbonato de cálcio, vulcanizados por via enxofre. Aplicação: É utilizado para extrusão de viras e filetes para calçados em geral, com dureza em torno de 65/70 shore A, com alta fluidez, acabamento superficial liso. - CORES: a Biqueira, Sobre Biqueira e a Banda Lateral devem ser na cor Branca, o Filete e o Friso na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX. A sobre biqueira deverá ter gravação de reforço, tudo similar à ilustração da vista externa. – ETIQUETA: Deverá ser colocada na parte traseira do tênis também de elastômero vulcanizado (mesmo material da banda lateral) na cor Branca, com escrita do nome do Órgão. – PALMILHA AMORTECEDORA – Palmilha Anatômica conformada em Etileno Acetato de Vinila, com alta resistência a hidrólise, dublada com cacharel na cor Preta, de no mínimo 128 gramas p/m2, composto de 70% fio Algodão e 30% fio poliéster, devendo acompanhar exatamente o perfil da forma na sua base e em formato de cunha com diferença de altura entre o traseiro e o bico e estar numerada em todos os tamanhos de forma permanente e personalizada com o nome do órgão. SOLA – Peça integrante da base inferior do calçado. Deverá ser fabricado em Borracha Natural de alta resistência a hidrólise. Este solado deve ser na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo ter a gravação do Nome do Órgão e da Numeração em todos os tamanhos de forma permanente, e formato antiderrapante, similar à ilustração abaixo. E na sua base deve acompanhar o perfil da forma e ser em formato de cunha, com espessura dianteira (Espessura A) 5 milímetros, e espessura trazeira (Espessura B) 9 milímetros, tolerância admitida +/- 1 milímetro, isso deve ser seguido em todos os tamanhos. - CADARÇO / ATACADOR: O tênis deverá ser entregue com um par de cadarço na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4537 TPX, devendo os mesmos serem de algodão com fibras sintéticas, armação trançada e chata, largura de no mínimo de 7,00 mm e comprimento adequado a cada número. Tamanhos: 18 ao 44. EMBALAGEM: Os tênis deverão ser entregues em embalagem própria, ou seja, saquinho em TNT 40 g tamanho 27x38cm - na cor branco, personalizados com serigrafia da logomarca do Município tamanho 16x12 cm de um lado, na cor azul ciano, com visor transparente 9x27 cm e cordão BRANCO 102 para fechamento.	R$ 81,43	R$ 605.024,90
TOTAL					**R$ 605.024,90**
TOTAL GERAL					**R$ 1.145.303,94**

VALOR: R$ 1.145.303,94 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, trezentos e três e noventa e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 12 de novembro de 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:A2EFAFD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – ALTERA O MODO DE FORNECIMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.52/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25 /2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.

CONTRATADO: SEA SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÕES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob n. 06.227.610/0001-09

FUNDAMENTO LEGAL: da Lei Federal nº 14.133/21, bem como clausula quarta da ARP nº 52/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo – **ALTERA O MODO DE FORNECIMENTO** em face de verificação técnica da inaplicabilidade do quantitativo na forma de fornecimento em relação ao Pregão Presencial nº 25/2025 nos termos do **art. 124, II, "b", da Lei nº 14.133/21** proveniente da ARP 52/2025, cujo objeto é a Locação de estrutura para Shows e eventos, para atender as necessidades e demais secretarias desse munícipio, ficando assim distribuídas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. LICITADO	QUANT. APÓS ALTERAÇÃO	VALOR APÓS ALTERAÇÃO
9	PIRÂMIDES 5X5: locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) pirâmides 5 x 5 modelo chapéu de bruxa com calhas em toda sua extensão lateral, 2,5 m de altura na extremidade, 4 m de altura em sua ponta central, estrutura em ferro pintado ou galvanizado, cobertura piramidal ou similar em lona antichama. Montado no mínimo 2 dias anterior ao evento (unid. Diária)	Unid.	120	121	121.000,00
10	PIRÂMIDES 10X10: locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) pirâmides 10 x 10, com 3 m de altura na extremidade, 6 m de altura em sua ponta central, estrutura em ferro pintado ou galvanizado, cobertura piramidal ou similar em lona antichama. Montado no mínimo 2 dias anterior ao evento (Unid. Diária).	Unid.	40	49	97.650,00
13	GRADIL: locação em metros lineares, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) sendo 2, 3 metros por 1,20 de altura nos padrões exigidos pelo corpo de bombeiros.	Metro	1500	1507	75.350,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VLR. LICITADO**	**QUANT. APÓS ALTERAÇÃO**	**VALOR APÓS ALTERAÇÃO**
20	PAINEL DE LED. locação, montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) de metro quadrado de Painel de LED p3.093 outdoor, de acordo com solicitações da secretaria e a estrutura de cada palco, montados em estrutura de alumínio Q30 linha pesada, acompanhando a altura do palco, com cabos para longa distância (mínimo 50 metros) - processadora de vídeo compatível com o painel de leds, periféricos, cabos e demais acessórios para o funcionamento de todo o sistema, acompanhado de 01 técnico de vídeo.	Diária	15	13	128.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica alterado o modo de fornecimento e as quantidades conforme acima exposto, bem como fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de ALTERAÇÃO DE MODO DE FORNECIMENTO com relação ao item 09 de R$ 1.000,00 (um mil reais) por unidade, portanto totalizando um valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), item 10 de R$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) por unidade, portanto totalizando um valor de R$ 18.450,00 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta reais) e item 13 de R$ 50,00 (cinquenta reais) por unidade, portanto totalizando um valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Assim, o valor item 20 de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) por unidade, portanto reduzindo um valor de R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) conforme solicitação de reprogramação anexo. (Comunicado Interno – Secretaria de Administração).
Os valores da ata permanecem inalterados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu – PR, 07 de novembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F5DB3FEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – AUMENTO DE META
DO CONTRATO Nº 14/2024 – TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52

CONTRATADO: BR TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 11.070.975/0001-02;

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666/93 E PREVISÃO CONTIDA NA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO nº 14/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA –
§ 1º Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de AUMENTO DE META, nos termos da lei 8.666/93 e clausula sétima do contrato de prestação de serviços nº 14/2024 que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para serviços de licenciamento de softwares de Gestão Pública, compreendendo as Entidades Prefeitura Municipal, Fundação de Educação, Fundação de Saúde e Câmara Municipal de Paiçandu - PR, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

ITEM	DESCRITIVO	QTDE	QTDE HORAS ACRESCIDA	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
30	Suporte técnico para atendimento in loco – Horas Técnicas	750	187	Horas	119,29	22.307,23
	TOTAL					R$ 22.307,23

1.1. O valor do aditivo será de R$ 22.307,23 (vinte e dois mil, trezentos e sete reais e vinte e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu – PR, 05 de novembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:E3EE1D69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025

O Município de Palmeira, PR, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em conformidade com o art.37, inciso IX da Constituição Federal e Lei Municipal nº 3797 de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a contração de pessoal temporário e por meio DECRETO Nº 18.678, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025 que instituiu Comissão de Processo Seletivo Simplificado, para suprir as vagas para a função pública temporária de Professor de Educação Física.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

A abertura de Processo Seletivo Simplificado (PSS) ao provimento de Emprego Público Temporário para Professor de Educação Física, cuja carga horária semanal, vencimentos e demais requisitos estão estabelecidos no quadro abaixo e na totalidade deste edital.

CARGO OFERTADO PARA INSCRIÇÃO

EMPREGO PÚBLICO	FORMAÇÃO ESCOLAR MÍNIMA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BASE	VAGAS		
				AC	Afro	PcD
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura em Educação Física e registro no Órgão de Classe.	20 horas	R$ 4.698,72	CR	-	-

O presente edital é regido pelas disposições constitucionais e legais do Município de Palmeira/PR.

Todo processo de seleção pública, será realizado via execução direta, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeado pelo DECRETO Nº 18.678, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Será admitido recurso e/ou impugnação deste Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação.

Recurso quanto a este edital deverão ser protocolados via SIC, com justificativa fundamentada, protocolados dentro de prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação deste edital.

A análise do recurso e/ou impugnação do Edital, será realizado pela Comissão Organizadora.

DAS INSCRIÇÕES:

A inscrição do candidato implica o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação as quais não poderá alegar desconhecimento, bem como confere expressa anuência à publicação de informações como RG, CPF e data de nascimento, por se tratar em dados obrigatórios para a validação da inscrição.

As inscrições serão efetuadas no período **14/11/2025 a 28/11/2025,** diretamente no site do Município de Palmeira, sito a www.palmeira.pr.gov.br, mediante aceitação das regras deste edital e preenchimento da solicitação de inscrição, na qual deverá constar emprego público pretendido, nome completo do candidato, RG, CPF, sexo, endereço completo, telefone, e-mail. Se for pessoa com deficiência ou afrodescendente, será necessário indicar esta condição no ato da inscrição.

Não haverá cobrança de inscrições.

Não serão aceitas inscrições por procuração, tendo em vista que as inscrições serão efetuadas apenas via online.

O candidato deverá solicitar sua inscrição diretamente através do site www.palmeira.pr.gov.br.

As informações prestadas no momento da solicitação da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura Municipal de Palmeira o direito de eliminar do Processo Seletivo, a qualquer tempo, aquele que prestar informações e dados incorretos ou omitir total ou parcialmente as informações solicitadas, bem como aquele que as prestar de forma inverídica, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelas informações prestadas no momento de solicitação de inscrição.

Caso o candidato dentro do período de inscrição, identificar que cometeu erros na sua primeira inscrição, poderá apresentar nova inscrição sendo considerada válida apenas a última inscrição para o respectivo cargo pretendido.

Em razão de se tratar de cadastro reserva, não há a disponibilização imediata de vagas para (PcD), mas elas podem surgir no decorrer do período de vigência deste Processo Seletivo, contudo os candidatos com deficiências deverão informar tal condição no ato da inscrição, serão classificados e contratados respeitando a legislação municipal, estadual e nacional vigente.

São consideradas deficiências, aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social, as quais serão atestadas por avaliação médica, devendo esta ser compatível com as funções do emprego ofertado.

Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

O candidato indicará na solicitação de inscrição se é pessoa com deficiência, devendo declarar essa condição e a deficiência da qual é portador e será submetido à exames médicos a fim de atestar compatibilidade da deficiência em relação ao emprego pretendido, sob pena de desclassificação e consequente não contratação.

Em razão de se tratar de cadastro reserva, não há a disponibilização imediata de vagas para afrodescendentes, mas elas podem surgir no decorrer do período de vigência deste Processo Seletivo, contudo os candidatos que se enquadrem nesta condição, deverão informar no ato da inscrição, serão classificados, poderão ser contratados respeitando a legislação municipal nº 5.605 de 09 de novembro de 2022 e demais legislações estaduais e nacionais aplicáveis.

As inscrições serão objeto de homologação, publicada no órgão de divulgação dos atos oficiais do Município e no site: www.palmeira.pr.gov.br, **segundo data prevista no Anexo V – Cronograma de Execução do processo seletivo simplificado, devendo o candidato certificar-se da homologação de sua inscrição, especialmente quanto a correção de seu nome, RG, CPF, data de nascimento.** Havendo incorreções, estas deverão ser devidamente comprovadas e solicitada a correção no mesmo prazo para as inscrições que não forem homologadas, mediante recurso a ser interposto **segundo data prevista no Anexo V – Cronograma de Execução do processo seletivo simplificado**, via online, devendo observar o contido no item DOS RECURSOS (item 7).

As inscrições não homologadas serão objeto de recurso pelo candidato interessado e deverá observar o contido no item DOS RECURSOS (item 7).

Os recursos deverão ser protocolados via site do Município em http://www.palmeira.pr.gov.br. Todos os recursos serão recebidos online.

A publicação das inscrições homologadas, após recurso, ocorrerá segundo data prevista no Anexo V – Cronograma de Execução do processo seletivo simplificado.

DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIENCIA (Pcd) E AFRODESCENDENTES

Ficará reservado aos candidatos afrodescendentes o percentual de 10% (dez por cento) das vagas para contratações temporárias que venham a surgir durante a vigência deste Processo Seletivo Simplificado, conforme a Lei Municipal nº 5.605 de 09 de novembro de 2022.

Para os efeitos desta Lei será considerado afrodescendente aquele que assim se autodeclare no ato de inscrição no concurso público, identificando-se como de cor preta, parda ou denominação equivalente, conforme o quesito cor e raça estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A raça autodeclarada pelo candidato aprovado integrará os seus respectivos registros funcionais.

Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de falsidade da autodeclaração.

Comprovando-se falsa a autodeclaração, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Não comprovada má-fé na declaração, nos termos da Lei Municipal nº 5.605/2022, o candidato será eliminado da lista de cotistas e passará a concorrer, exclusivamente, nas vagas ofertadas à ampla concorrência, assegurando-se, no entanto, a possibilidade do exercício da ampla defesa e do contraditório, pelo candidato, em regular processo administrativo para apuração da legitimidade de sua autodeclaração.

Para fazer jus à reserva de vagas, o candidato que escolher, no ato da inscrição, a função e a condição de afrodescendente. O candidato afrodescendente participará do processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

A reserva de vagas será aplicada apenas para os cargos que disponibilizarem pelo menos 10 (dez) vagas, uma vez que esse é o número mínimo necessário para garantir ao menos 1 (uma) vaga reservada, conforme o percentual de 10% estabelecido pela legislação vigente.

Na hipótese de não preenchimento da cota racial prevista no art. 1º da Lei Municipal nº 5.605 de 09 de novembro de 2022, seja pela ausência de inscrições ou pela não aprovação de candidatos afrodescendentes, as vagas remanescentes eventualmente abertas serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

Ficará assegurado à pessoa com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das convocações para contratações temporárias que venham a surgir durante a vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis Estaduais n.º 18.419/15 e n.º 16.945/11.

Para fazer jus à reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a função com a opção pessoa com deficiência.

O candidato inscrito como pessoa com deficiência, além dos documentos e requisitos exigidos neste Edital ao cargo pretendido, deverá apresentar laudo médico, original ou cópia autenticada, emitido nos 12 (doze) meses contados até o último dia do período de inscrição, por especialista da área, atestando a deficiência e a compatibilidade com as atribuições da função pretendida, devendo para tanto constar, de forma expressa:
espécie e grau ou nível da deficiência;
código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID;
limitações funcionais;
função para a qual é candidato;
se existe ou não compatibilidade com as atribuições da função pretendida conforme descrição neste Edital;
data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina - CRM do Profissional Médico Especialista na área da deficiência que emitiu o laudo. O candidato que apresentar laudo médico que ateste incompatibilidade da deficiência com as atribuições da função será excluído do Processo.

O candidato deverá escolher apenas uma das opções de reserva de vagas (afrodescendente ou pessoa com deficiência), sob pena de desclassificação do certame.

As vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos afrodescendentes que não foram preenchidas serão revertidas aos demais candidatos de ampla concorrência, observada rigorosamente a ordem de classificação.

A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em 03 (três) listas por ordem decrescente de pontuação, contendo a primeira (1ª) a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, inclusive das pessoas com deficiência e dos afrodescendentes. A segunda (2ª) lista conterá somente a pontuação dos afrodescendentes e a terceira (3ª) lista somente a pontuação das pessoas com deficiência.

O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência e concordância quanto à divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, a ser afrodescendente (pessoa de cor preta ou parda) ou pessoa com deficiência, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

DA SELEÇÃO POR ANÁLISE DE TÍTULOS:
Para os empregos públicos constante no preâmbulo deste edital haverá seleção pública de títulos, nos termos previstos no Anexo I, sendo classificado o candidato que obtiver nota mínima de 20 (vinte) pontos.

Os títulos serão declarados pelos candidatos no momento da inscrição, de forma exclusivamente online, no momento da inscrição, através do sítio eletrônico do Município em www.palmeira.pr.gov.br.

Não serão aceitas inscrições sem a devida informação dos títulos para o emprego público pretendido.

A análise dos títulos declarados resultará na pontuação do candidato, considerando o Anexo I deste edital.

Não haverá entrega física dos títulos declarados no momento da inscrição.

Os títulos serão considerados para os atos de contratação e, caso o candidato apresente os títulos e documentos incorretos, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

Não haverá segunda chamada para inscrições ou informações dos títulos.

Caso o candidato seja convocado para apresentar documentos de admissão, deverá apresentar os títulos (original e cópia) e demais documentos listados no item 6 deste edital, para que seja conferido e validado junto ao setor de Recurso Humanos.

Caso o candidato apresente os títulos e documentos incorretos, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

Os candidatos serão classificados de acordo com os valores decrescentes da pontuação final e os critérios de desempate previsto no item 5 deste edital.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E CRITÉRIO DE DESEMPATE:
A pontuação final dos candidatos será obtida por meio dos títulos indicados na inscrição, os quais serão convalidados posteriormente, sob pena de eliminação automática do processo de seleção simplificada.

O empate na classificação final resolver-se-á favoravelmente ao candidato, considerando as informações constantes na Ficha de Inscrição, na seguinte ordem:
Maior idade.
Que possuir maior titulação acadêmica (Curso superior, Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado).
Maior tempo de experiência profissional.
Permanecendo empate, por sorteio, que deverá ser realizado pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA:
6.1 São pré-requisitos para a contratação:
A classificação no processo seletivo;
Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
Estar quites com as obrigações militares (comprovante de reservista ou dispensa) e eleitorais (certidão do cartório eleitoral);
Ter a idade mínima de dezoito anos completos (completos na data da nomeação);
Apresentar a titulação que consta como requisito mínimo e obrigatório para o emprego pretendido;
Ter sido aprovado previamente no processo seletivo;
Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.;
Apresentar certidões negativas de imposição de sanções cível ou penal, no exercício de função pública, caso seja funcionário público;
Comprovar a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, parágrafo 1º, da Constituição Federal;
Apresentar 01 (uma) foto 3x4 recente;
Apresentar cópia do RG;
Apresentar cópia do CPF;
Apresentar cópia do comprovante de residência;
Apresentar cópia da Certidão Casamento. Em caso do candidato ser casado, além da certidão de casamento, deverá ser apresentado RG e CPF do cônjuge (apresentar original e cópia ou documento autenticado em cartório, por força de exigências do e-social);
Apresentar cópia de Certidão de Nascimento de filhos;
Apresentar cópia de RG e CPF de todos os filhos (exigência do e-social);
Apresentar cópia da Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio;
Apresentar Declaração quanto ao exercício ou não, de outro emprego, emprego ou função pública, conforme exigência do artigo 13 da Lei n.º 8.429, de 02.06.1992 ou que se enquadra na exceção contida no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal de 1988;
Apresentar Declaração de que não percebe proventos de aposentadoria, ressalvadas as permissões legais;
Apresentar declaração de responsabilidade quanto a autenticidade dos documentos apresentados, nos termos do Anexo III deste edital;
O candidato aprovado e apto a contratação será submetido ao exame médico admissional e caso considerado inapto para o exercício do cargo não será admitido, sendo automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
O Município de Palmeira reserva-se o direito de solicitar posteriormente, se necessário para o saneamento de dúvidas, outros documentos além daqueles apresentados durante o Processo Seletivo Simplificado.

6.2. Além do exigido no item 6.1, deverão ser atendidos, os seguintes requisitos:

EMPREGO	REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura em Educação Física e registro no Órgão de Classe.

6.3. Para a efetivação da contratação, os documentos informados nos itens 6.1 e 6.2, deverão ser reapresentados em cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS, para que o Departamento de Recursos Humanos possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2018, no momento da admissão.

DOS RECURSOS:
O candidato poderá apresentar recurso quanto à homologação ou não homologação e outros erros de identificação do candidato perante as inscrições e pontuação obtida após análise de títulos, a partir da publicação em site oficial www.palmeira.pr.gov.br dos respectivos editais, que constatarão do sítio eletrônico do Município de Palmeira– PR e publicados em Diário Oficial do Município.

Os recursos serão apresentados online, via site do Município em https://palmeira.eloweb.net/protocolo/aberturaProcessoExterno.

Os recursos deverão observar o modelo do formulário constante do Anexo IV, devendo esclarecer a discordância que ampara seu recurso e conter o nome do candidato, número de inscrição, emprego a que concorre e endereço de e-mail.

Não serão recebidos recursos via SEDEX, fax, e-mail ou fisicamente.

DA CONVOCAÇÃO
A convocação para os atos de contratação dar-se a por meio de edital de convocação, sendo amplamente divulgado nos canais oficiais da Prefeitura e obedecerá a ordem de classificação, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, que dependerá da conveniência e oportunidade da Administração Municipal.

A disponibilização das vagas e contratação respeitará a ordem de classificação até esgotar a cesta das vagas em aberto, a qual procederá as lotações junto aos estabelecimentos da rede municipal de ensino, que tenham vagas disponíveis, de acordo com necessidade e conveniência da administração.

Quando o candidato (a) não aceitar a vaga ofertada ou não apresentar os documentos obrigatórios solicitados neste Edital, assinará termo de desistência do Processo Seletivo Simplificado, sendo que a vaga será imediatamente ofertada para o próximo candidato classificado e assim sucessivamente.

O candidato (a) convocado que não comparecer para escolha de vaga será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado. A relação dos candidatos (as) convocados que não comparecem a sessão de escolha de vagas será posteriormente divulgada no Diário Oficial do Município.

O candidato que for contratado deverá assumir suas funções de imediato. As lotações junto aos estabelecimentos da rede municipal de ensino, que tenham vagas disponíveis, de acordo com necessidade e conveniência da administração.

Por ocasião da contratação, os candidatos classificados serão previamente convocados por Edital, a ser publicado no órgão dos Atos Oficiais do Município de Palmeira e no site www.palmeira.pr.gov.br, para a apresentação de documentos originais.

Serão contratados apenas os candidatos que forem aprovados em relação às exigências constantes neste Edital.

O candidato convocado, que não tenha interesse em assumir o emprego, assinará Termo de Desistência para a vaga ofertada, irá para o final da fila uma única vez.

Os candidatos que apresentarem documentos falsos, serão automaticamente eliminados.

A formação acadêmica na área deverá ser assim comprovada:
Licenciatura em Educação Física: Diploma, acompanhado de Histórico Escolar ou, na sua falta, Certidão de Conclusão de Curso, acompanhada de Histórico Escolar, com data de colação de grau até a data da comprovação de títulos, emitidos por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada.
Pós-Graduação lato sensu: Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar emitido por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso com carga horária mínima de 360 horas.
Pós-Graduação stricto sensu, em nível de Mestrado e/ou Doutorado na área de Educação: Diploma ou Ata de Defesa de Curso devidamente reconhecido pelo CNE/MEC, acompanhado de Histórico Escolar, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso.

8.12. Satisfeitas as exigências previstas neste edital, especialmente aquelas listadas no item 6, os candidatos classificados serão contratados.

8.13. Ao ser contratado por prazo determinado, será regido pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e vinculado ao Regime Geral de Previdência – INSS.

O candidato que por qualquer motivo não se apresentar na data da contratação, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, não havendo segunda chamada ou fim de lista.

Serão observadas as disposições quanto à contratação de portadores de necessidades especiais, nos termos da Legislação aplicável.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
Sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos criminais cabíveis a que estarão sujeitos os candidatos, a Comissão de Processo Seletivo poderá, a qualquer tempo, anular a inscrição e demais atos subsequentes, desde que sejam verificadas falsidade de declaração e apresentação de documentos falsos.

Será excluído do Processo Seletivo o candidato que agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada do Processo Seletivo.

O resultado final do Processo Seletivo será publicado no órgão de divulgação dos Atos Oficiais do Município de Palmeira e no site www.palmeira.pr.gov.br, não sendo fornecidos quaisquer atestados, certificados ou certidões relativas à classificação ou pontuação.

O prazo de validade do Processo Seletivo será de até 12 meses, contados da homologação do certame, podendo ser renovado por igual período.

O Contrato de Trabalho decorrente deste Processo Seletivo será firmado pelo prazo previsto na legislação vigente.

A classificação dos candidatos gera para estes apenas a expectativa de direito à contratação.

O Município de Palmeira - PR reserva-se o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço, de acordo com a conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e as vagas existentes e as que porventura vagarem no prazo de validade do Processo Seletivo.

Todas as convocações, avisos e resultados do Processo Seletivo serão publicados no órgão de divulgação dos Atos Oficiais do Município de Palmeira – PR e no site www.palmeira.pr.gov.br.

O resultado final do Processo Seletivo será homologado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, publicado no órgão de divulgação dos Atos Oficiais, no site www.palmeira.pr.gov.br.

O candidato deverá manter seu endereço e contato telefônico atualizado junto à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Processo Seletivo Simplificado, designada pelo DECRETO Nº 18.678, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Maiores informações poderão ser obtidas através do fone (42) 3909-5050.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS 03/2025) – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
Presidente: Érica Fernanda de Paula Visbiski, matrícula 204091, cargo: Professora, Qualificação profissional: Doutora – Presidente
Membro: Gleicy de Cássia Bordignon Ferreira, matrícula 203712, cargo: Professora, Qualificação profissional: Pós-graduação.
Membro: Vilmari Aparecida dos Santos Schamber, matrícula 204101, cargo: Professora, Qualificação profissional: Graduação.

ANEXO I – DOS TÍTULOS

SELEÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N.º 01/2025
Os títulos de nível superior serão considerados desde que sejam apresentados o Diploma, devidamente registrado no MEC acompanhado de histórico escolar para comprovação de conclusão de curso superior, pós-graduação, mestrado, doutorado.
Os títulos deverão ser selecionados via online, no momento da inscrição através do site www.palmeira.pr.gov.br, e posteriormente deverão ser apresentados juntamente com o preenchimento deste Anexo I e Anexo III, com identificação do candidato e do respectivo emprego público, no momento da contratação.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EMPREGO PÚBLICO	TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
		UNITÁRIO	MÁXIMA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	**Licenciatura em Educação Física** Diploma, acompanhado de Histórico Escolar ou, na sua falta, Certidão de Conclusão de Curso, acompanhada de Histórico Escolar, com data de colação de grau até a data da comprovação de títulos, emitidos por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada.	20	20
	Pós-graduação em Educação Física Escolar: Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar emitido por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso com carga horária mínima de 360 horas.	15	15
	Pós-Graduação lato sensu, em nível de Especialização na área de Educação (exceto Pós-graduação em Educação Física Escolar): Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar emitido por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso com carga horária mínima de 360 horas.	5	10
	Mestrado na área da Educação ou áreas afins (desde que seja comprovada a relação com área da Educação ou Educação Física): Diploma ou Ata de Defesa de Curso devidamente reconhecido pelo CNE/MEC, acompanhado de Histórico Escolar, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso.	15	15
	Doutorado na área da Educação ou áreas afins: Diploma ou Ata de Defesa de Curso devidamente reconhecido pelo CNE/MEC, acompanhado de Histórico Escolar, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso.	20	20
	Comprovante de Tempo de Serviço na área da Educação Física Escolar. (Não serão pontuados períodos concomitantes).	2 (por ano)	20

ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO PÚBLICO

PROFESSSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Cabe ao Professor de Educação Física participar na elaboração da Proposta Pedagógica da Escola, em consonância com as Diretrizes Pedagógicas vigentes;
Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da escola;
Zelar pelo desenvolvimento pessoal dos alunos, considerando aspectos éticos e de convívio social;
Propiciar e participar da integração da escola com as famílias e a comunidade;
Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
Possibilitar através de sua prática educativa, a melhoria de qualidade de vida dos educandos;
Escolher juntamente com a equipe pedagógica livros, materiais didáticos e esportivos, comprometidos com a política educacional;
Produzir materiais e recursos didáticos para uso em aula;
Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
Assegurar que no âmbito da escola não ocorra discriminação de qualquer espécie;
Participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários e outros eventos, para garantir a coerência e melhoria do processo ensino-aprendizagem;
Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, pais e alunos e segmentos da sociedade;
Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Zelar e conservar todo material pedagógico e esportivo sob sua responsabilidade;
Utilizar estratégias diversificadas de aprendizagem e a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
Capacitar o educando a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia exercê-las de maneira social e culturalmente significativas e adequadas;
Desenvolver atividades de caráter recreativo, cooperativo e competitivo e outras específicas da área;
Ministrar atividades rítmicas e expressivas, através de brincadeiras, jogos, músicas, danças, etc.;
Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade pedagógica de seu trabalho;
Conhecer os conteúdos de ensino referentes à Educação Física de modo a orientar à aprendizagem dos alunos envolvidos no processo educativo, articulando-os à sua vida pessoal, social e profissional;
Usar recursos de tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos;
Realizar exames biométricos nas instituições de ensino;
Utilizar o conhecimento sobre a legislação de Educação para uma inserção profissional crítica;
Gerenciamento das ações pertinentes à sua função;
Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar da Instituição.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS CONFEREM COM OS ORIGINAIS – PSS 03/2025

DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS CONFEREM COM OS ORIGINAIS
Nome: .....
RG: ..... CPF: ..... Cargo pretendido.....
Endereço residencial: ..... n.º .....
complemento ..... Bairro: .....
Cidade: ..... Estado: ..... CEP : .....
E-mail: .....
Telefone: DDD (.....) Celular .....
Telefone fixo: DDD (.....) fone .....
DECLARO para todos os efeitos legais, que todas os documentos e títulos são legítimos, estando ciente e sob minha inteira responsabilidade de que em caso fraude ou qualquer irregularidade documental serei eliminado da seleção pública, mesmo após contratação, a partir do momento da ciência do fato pela administração municipal.
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local ....., dia ....., mês....., ano .....

Assinatura do candidato

OBS: Atenção: Esta declaração deve ser protocolada juntos com os demais títulos informados no ato da inscrição.

ANEXO IV – MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO AO EDITAL DE PSS 03/2025
NOME COMPLETO: .....
Número da Inscrição: ……..
RG n.º ..... CPF n.º ..... E-mail: .....
Telefone: DDD (.....) Número do telefone fixo ..... DDD (.....) Celular: .....

CANDIDATO AO EMPREGO DE..... FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:

Local e data....., ... de ..... de .....

Atenção: os recursos poderão ser apresentados nas datas previstas no cronograma de execução do Processo Seletivo Simplificado (vide Anexo V) via protocolo.

ANEXO V- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N.º 03/2025	
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N.º 03/2025	
EVENTO	**DATA**
Divulgação da composição da Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado	06/11/2025
Publicação Edital de Processo Seletivo no Diário Eletrônico do Município www.palmeira.pr.gov.br	07/11/2025
Início das Inscrições do Processo Seletivo	14/11/2025
Encerramento das inscrições	28/11/2025 às 23:59
Publicação das inscrições homologadas e não homologadas	02/12/2025
Prazo recursal de inscrições não homologadas.	02/12/2025 à 05/12/2025 às 23:59
Publicação das inscrições homologadas após recurso de inscrições.	11/12/2025
Publicação das notas no site da Prefeitura www.palmeira.pr.gov.br	11/12/2025
Prazo recursal de notas	11/12/2025 à 17/12/2025 às 23:59
Classificação final após período recursal e Homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado	19/12/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6D2F889B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 03/2025 (INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025)

OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, especializadas na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de **PROFISSIONAIS MÉDICOS GENERALISTAS, ENFERMEIROS E TÉCNICO DE ENFERMAGEM** para atender as demandas dos municípios do Litoral Do Paraná **(PARANAGUÁ/ILHA DO MEL, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA)** para a **OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026,** no período de 19/12/2025 a 22/02/2026, conforme termo de referência, Anexo I do Edital de Chamamento.

CHAMAMENTO PÚBLICO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 03/2025
OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

PREÂMBULO
O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná**, através da Comissão de Credenciamento Público, nomeada pela Portaria nº 77/2025, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis, torna público para o conhecimento dos interessados, o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas, especializadas na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de PROFISSIONAIS MÉDICOS GENERALISTAS, ENFERMEIROS E TÉCNICO DE ENFERMAGEM para atender as

demandas dos municípios do Litoral Do Paraná (**PARANAGUÁ/ILHA DO MEL, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA**) para a **OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026.**

OBJETO:
CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, especializadas na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de **PROFISSIONAIS MÉDICOS GENERALISTAS, ENFERMEIROS E TÉCNICO DE ENFERMAGEM** para atender as demandas dos municípios do Litoral do Paraná **(PARANAGUÁ/ILHA DO MEL, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA)** para a **OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026,** no período de 19/12/2025 a 22/02/2026, conforme termo de referência.
Os serviços serão prestados nos Municípios do Litoral do Paraná consorciados ao CISLIPA (**PARANAGUÁ/ILHA DO MEL, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA**), para atender exclusivamente a Operação Verão Maior 2025/2026.
Os serviços prestados serão realizados no formato de Plantões de 12 horas diurnas e 12 horas noturnas, devendo o serviço ser ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios interessados.
O prazo de vigência da contratação é de **66 DIAS**, poderá ser prorrogáveis por igual período, uma única vez, quando solicitado pela selecionada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão de Credenciamento.
A prestação do serviço deverá ter início em **19 de Dezembro de 2025 e seu término em 22 de FEVEREIRO de 2026.**
Os plantões serão distribuídos conforme a necessidade de escala de profissionais definidas pela Secretaria de Saúde do Município para cada local de prestação dos serviços.
Todos os serviços serão orientados pelo Código de Ética da respectiva função e Regimentos das Unidades e leis vigentes.

Todos os casos de infrações éticas ou má conduta clínica ou profissional serão reportados automaticamente para fiscalização do CISLIPA, para os órgãos competentes e ao CRM/PR e/ou COREN/PR.

DO AMPARO LEGAL
O presente processo licitatório é regido pela Lei n° 14.133/2021 e pelas normas contidas neste Edital, especialmente ao disposto no art. 74 da mencionada Lei.

DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO EDITAL
A impugnação e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados em até **03 (três) dias úteis** da data fixada para recebimento dos documentos de credenciamento, podendo ser encaminhado ao email credenciamento@cislipalitoral.com.br ou ainda ser protocolado juntamente com as razões no endereço na Rua Domingos Peneda, s/nº, Vila Itiberê, Paranaguá/PR no horário compreendido entre 08h30 (oito e trinta) às 12h00 (doze) e das 13h00 (treze) às 17h00 (dezessete) horas nos dias úteis.
O prazo para impugnação e pedido de esclarecimento é até o dia **14/11/2025;**
A impugnação tempestiva não impedirá o interessado de participar do processo de credenciamento;
A Comissão de Credenciamento poderá indeferir pedidos de esclarecimentos ou impugnações quando infundados e meramente protelatórios, desde que apresente as razões para o ato;
Não serão admitidos impugnações e pedidos de esclarecimentos fora do prazo;
Caberá a Comissão de Credenciamento decidir sobre o pedido de esclarecimentos e impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao ultimo dia útil anterior a data fixada para o recebimento dos documentos de credenciamento, tendo a mesma efeito suspensivo, não sendo iniciado o recebimentos dos documentos de credenciamento enquanto estiver pendente o seu julgamento;
Caso a impugnação seja acolhida o edital será republicado com as devidas retificações.

DA PARTICIPAÇÃO
Poderão participar deste Chamamento Público todas as pessoas jurídicas que atendam às condições deste edital e seus anexos.
A participação neste Credenciamento implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes neste edital e dos seus anexos e art. 6º, inciso XLIII, art. 74º inciso IV, art. 78º, inciso I e art. 79, inciso I da Lei 14.33/2021.
A inscrição no processo implica na manifestação de interesse do prestador de serviços em participar do processo de credenciamento junto ao CISLIPA, na data de entrega da documentação e a mesma estando de acordo com os requisitos do edital, e na aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes
expedidos pelo COMESP **disponíveis no site do CISLIPA** www.cislipalitoral.com.br

Estão impedidos de participar do processo, os licitantes que se enquadrarem em qualquer das situações a seguir:
O declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal.
Aquele que participar de licitação mesmo que considerado inidôneo sujeitar-se-á às sanções previstas no § 2º, do art. 337-M, da Lei Nº. 14/133/21;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO
As inscrições ficarão abertas no período de **21 de Novembro de 2025 a 28 de Novembro de 2025**, para a realização da primeira sessão pública de habilitação e divisão de demanda, as demais sessões públicas serão realizadas conforme datas publicadas neste edital e quando necessário;
O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão disponíveis no endereço eletrônico: www.cislipalitoral.com.br e no Portal de Contratações Públicas (PNCP) no sítio eletrônico www.pncp.gov.br.
As inscrições ficarão permanentemente abertas a todos os interessados, a qualquer tempo, de qualquer interessado, observado o período de vigência do edital, desde que preencham todas as condições ora exigidas.
O prazo de vigência deste Edital de Credenciamento é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, conforme necessidade administrativa do consórcio;

Os Credenciamentos deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
A documentação deverá ser entregue preferencialmente por meio de processo digital, direto no site do comprasbr.com.br.

A documentação para o processo digital deverá ser anexada no sistema de gestão pública no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br, em formato PDF, com assinatura digital padrão ICP Brasil ou assinatura eletrônica emitida pelo sistema do Governo Federal no seguinte link https://www.gov.br/governodigital/pt- br/assinatura-eletronica;
A documentação poderá ser encaminhada via sistema, **a partir do dia 21/11/2025, mediante acesso identificado do interessado no sistema eletrônico.**
Para solicitar acesso e cadastramento no sistema eletrônico o interessado deverá acessar o site do COMPRASBR.COM.BR https://comprasbr.com.br e preencher as informações pertinentes à empresa e após confirmar os dados no seu e-mail cadastrado.
Dúvidas com relação ao acesso e cadastramento no sistema poderão ser dirimidas com a Comissão de Credenciamento pelos telefones (41) 3425-6125 ou pelo e- mail credenciamento@cislipalitoral.com.br .
Toda a documentação exigida no presente Edital é requisito obrigatório à habilitação jurídica, técnica e fiscal, devendo estar dentro do prazo de validade e em nome do interessado no credenciamento**, sendo que a ausência de qualquer documento implicará na inabilitação do interessado.**
A documentação exigida neste Edital poderá ser apresentada em cópia simples e legível. Não serão aceitos documentos fotografados, em cópias reduzidas, ilegíveis;
Todas as declarações e proposta deverão conter identificação da empresa a ser credenciada e devidamente assinadas;
As informações prestadas, assim como a documentação anexa ao sistema, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes de sua inscrição, que atende a todos os requisitos exigidos para participar do processo de credenciamento;
Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos como o Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS e SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de credenciamento para fins de habilitação.
É de responsabilidade de cada credenciado manter o seu cadastro atualizado perante estes cadastros.
A empresa que deixar de apresentar algum documento e não for possível localizar conforme item acima será **considerada NÃO HABILITADA.**
Este edital e seus Anexos ficarão disponíveis no endereço eletrônico do CISLIPA: https://cislipalitoral.com.br durante o período de vigência.
Sempre que houver necessidades de alteração do Edital, os contratos vigentes deverão ser aditivados ou renovados com as alterações realizadas para que atendam o edital republicado e as renovações deverão seguir o novo edital.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
Requerimento de credenciamento conforme **modelo 01 do Anexo I** deste Edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA
No caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e última alteração (ou consolidação), devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
O objeto constante no contrato social deverá ser compatível com as atividades a serem credenciadas pela empresa interessada;
Certidão Simplificada da Junta Comercial, no caso de sociedade civil a certidão do Cartório de Títulos e Documentos (“Breve Relato”), com data de validade de até 120 (cento e vinte) dias após sua emissão.

HABILITAÇÃO FÍSCAL
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias**, dentro do prazo de validade;
Certidão Negativa de Débito com a **Fazenda do Estado** (Tributos Estaduais), onde for sediada a empresa, dentro do prazo de validade;
Certidão Negativa de Débito com a **Fazenda Municipal**, onde for sediada a empresa, dentro do prazo de validade;
Certificado de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, dentro de seu prazo de validade;
Certidão de Regularidade de **Débitos Trabalhistas – CNDT**, conforme o inciso III do art. 62 da Lei 14.133 de 2021, dentro do prazo de validade.
Poderão ser encaminhadas certidões positiva com efeitos de negativa, certidões somente positivas não serão aceitas para fins de credenciamento.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do seu prazo de validade ou com 120 (cento e vinte) dias da data da sua emissão.
No caso de certidão positiva do item 8.4.1, será realizada uma análise das ações de execução. Se essas ações não estiverem relacionadas ao objeto deste credenciamento e não comprometerem a capacidade da empresa de atuar, ou se ainda não houver trânsito em julgado, a empresa será habilitada.
Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovand índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) e Índice de Endividamento Total (IET), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].
As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

Atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021, comprovando com **experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de gestão da saúde com fornecimento de profissionais para atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares e que tenha executado contrato com no mínimo 30% dos plantões exigidos no item interessado**, nos termos do art. 67, inciso II da Lei n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se conforme a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 67 as disposições relativas à solicitação de atestados pela Administração às empresas licitantes. Segundo o TCU (2010), o(s) ACT são documentos fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas com pontualidade e qualidade. E nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente. De acordo com Hely Lopes de Meirelles (2003, p.56), o ACT visa a comprovação da experiência do licitante em relação ao objeto similar.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

Para a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do período mínimo ser ininterrupto.

Para a comprovação do número mínimo de plantões exigidos, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de gestão da saúde com fornecimento de profissionais para atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares compatíveis com o objeto deste credenciamento.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato que originou o atestado ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A interessada poderá ser convocada a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo Conselho Regional de Medicina - CRM, dentro do prazo de validade, que comprove o tempo de registro da empresa **igual ou superior a 2 (dois) anos**, no qual indica o responsável técnico pela empresa.

Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo Conselho Regional de Enfermagem - COREN, dentro do prazo de validade, indicando o responsável técnico pela empresa, com tempo de experiência da empresa **igual ou superior a 2 (dois) anos**, comprovado pela data do registro da empresa.

Termo de Vistoria assinado pelo representante da empresa e pelo servidor do CISLIPA ou Declaração de Conhecimento assinada pelo representante legal, conforme modelo indicado no Anexo V do edital.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: O objeto ora licitado é
a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de assistência à saúde, para disponibilização de profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem para atender as demandas dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares durante o período da Operação Verão 2025/2026, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Este serviço é de alta complexidade pela sua especificidade, devendo ser prestado de forma ininterrupta por meios de plantões de 12h e que busca atender a população da sua área de abrangência. Assim, existem situações em que as exigências de habilitação técnica serão fundamentais para salvaguardar o interesse público e consequentemente a correta contratação. O supraprincípio da indisponibilidade do interesse público exige o estabelecimento de regras que atinjam este fim. A verticalidade na relação contratual (oriunda de contratos administrativos) revela nitidamente a disparidade da igualdade entre as partes, visando a Supremacia do Interesse Público sob o interesse privado – em linguajar simplório significa que o interesse da coletividade deve sobrepor-se ao interesse particular. Mister reconhecer que a contratação de terceirização de serviços continuados não se traduz em tarefa fácil, aliás pelo contrário, a Administração a duras penas e com frequência enfrenta problemas na execução neste tipo de contrato, como interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários, resultando em prejuízos à administração e encerramento prematuro de contratações que poderiam perpetuar por até sessenta meses. Natural então que se crie regras para inibir este cenário. Desta forma, a exigência do prazo mínimo de experiência de 02 (dois) anos de execução contratual descritos no presente edital é condição mínima para resguardar a eficácia da contratação, visando minimizar as conseqüências de uma eventual e futura rescisão contratual. Portanto, nos contratos desta natureza a contratação de empresas inexperientes acarretam interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários, traz prejuízos à administração e encerramentos prematuros de contratações.

JUSTIFICATIVA EXIGÊNCIA CRM/COREN: O CRM é exigido com base no art. 3º da Resolução nº 1980/2011 do CFM que assim disciplina: "Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998." Já a exigência do COREN é porque o serviço diz respeito a prestação de serviços de enfermagem e técnicos de enfermagem que precisam ser fiscalizadas por profissionais da mesma especialidade, nos termos da Resolução 0509/2016 – COFEN.

PROPOSTA TÉCNICA

Proposta indicando lote/ Município/ profissional, de acordo com o modelo do **Anexo IV**.
haverá obrigatoriedade da empresa interessada indicar todos os lotes da proposta,

DECLARAÇÕES

Apresentar todas as declarações e requerimentos indicados nos modelos do **Anexo III**
deste edital.

ANÁLISE DOS CREDENCIAMENTOS

A análise e o julgamento dos requerimentos de credenciamento e os documentos de habilitação serão realizados pela comissão de credenciamento, especialmente designadas pelo presidente do CISLIPA conforme Portaria nº 77/2025..

Ao avaliar os requerimentos de credenciamento e a documentação, a Comissão de Credenciamento levará em consideração todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital, bem como aplicar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

São competências da Comissão de Credenciamento, independentemente de suas transcrições neste edital, todas as atribuições estabelecidas nas Portarias nº 77/2025 ou aquela que vier a substituí-la.

À Comissão de Credenciamento é facultado solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos acerca dos documentos apresentados, bem como promover diligência ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução e julgamento do processo.

Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido à integralidade das exigências contidas neste Edital e Anexos.

Após análise dos documentos exigidos neste Edital e Anexos, será divulgado o resultado da habilitação através da sessão pública de habilitação e publicação no Diário Oficial do CISLIPA e no portal de transparência do CISLIPA.

O CISLIPA reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação e descumprimento das cláusulas contratuais, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório.

RECURSOS

Qualquer interessado poderá, **manifestar de forma imediata** a intenção de recorrer em relação à habilitação, sob pena de preclusão, **possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais após a manifestação.

A intimação do ato será feita mediante publicação no Diário Oficial eletrônico do CISLIPA e encaminhado e-mail a empresa;

As razões recursais deverão ser anexadas e encaminhadas via e-mail para credenciamento@cislipalitoral.com.br.

Eventuais recursos deverão ser interpostos de forma fundamentada e dirigidos ao Presidente do CISLIPA por intermédio da Comissão de Credenciamento que receberá as razões para análise e instrução e encaminhamento à autoridade superior;

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O recurso será dirigido a Comissão de Credenciamento, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

Estará habilitado para o Credenciamento, o pleiteante que atender a todos os requisitos previstos neste Edital e que possua parecer favorável da Comissão de Credenciamento.

O interessado habilitado terá sua habilitação publicada no Diário Oficial do CISLIPA;a habilitação não implica na obrigação de contratação pelo CISLIPA, sendo que a contratação obedecerá à ordem de classificação definida pelo sorteio realizado. Os demais interessados ficaram habilitados no credenciamento e aguardando nova convocação, caso necessário.

O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do CISLIPA em efetivar a contratação do serviço, sendo devido o pagamento apenas em relação aos serviços efetivamente prestados, face à sua precariedade;

Não haverá qualquer obrigação ao CISLIPA caso, algum credenciado não venha a ser convocado para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciados.

A lista de credenciamento permanecerá aberta novos interessados pelo prazo de duração estipulado neste instrumento convocatório e desde que e apresentem todos os documentos de habilitação exigidos no Edital, se habilitados, entrarão no final da lista de classificação já existente.

Os interessados credenciados deverão manter atualizados os seus dados cadastrais e documentos de habilitação, sob pena de suspensão temporária do credenciamento, até sua regularização;

Havendo a necessidade da contração, será gerada o contrato de Prestação de Serviços, publicada no Diário Oficial do CISLIPA e no portal de transparência;

As empresas contratadas serão convocadas, via e-mail, para assinatura do contrato de prestação de serviços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação;

O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela selecionada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão de Credenciamento;

Os serviços somente poderão ser prestados após a publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, bem como emissão/envio da nota de empenho e ordem de serviço;

O contrato de prestação de serviço terá prazo inicial de vigência por 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

A duração inicial da presente contratação poderá ser prorrogada, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da lei nº 14133 de 2021;

Independente da vigência do contrato de 120 (doze) dias, conforme item 11.11, a prestação dos serviços terá validade enquanto durar o período da Operação Verão 2025/2026, até findar a contraprestação dos serviços pelo CREDENCIADO.

O CISLIPA não está obrigado a contratação do credenciado em caso de ausência de demanda.

É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no presente edital, no que diz respeito às certidões de débitos e a qualificação técnica da pessoa jurídica, encaminhando os documentos atualizados sempre que houver qualquer alteração;

A falta de manutenção das mesmas condições de habilitação e qualificação previstas no edital constitui motivo para rescisão contratual, determinada por ato unilateral do contratante, nos termos do art. 137, inciso I da Lei 14.133/2021. No entanto, como será visto de forma mais detalhada, a rescisão com base neste inciso não será operada de imediato e de forma automática, pois, além do contraditório e da ampla defesa assegurados ao contratado como princípios constitucionais, o princípio da proporcionalidade, do interesse público e da continuidade dos serviços devem ser sopesados;

DA SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO:

Durante o período de inscrição a Comissão de Credenciamento receberá e analisará os documentos de habilitação, após análise e encerrado o prazo de inscrição do item 6.1 será realizada a primeira sessão pública de divulgação do resultado de habilitação e classificação que ocorrerá na data de **01 de Dezembro de 2025 às 14h30** no endereço da Sede Administrativa do Cislipa na Rua Domingos Peneda s/nº, Vila Itiberê, Paranaguá PR.

Poderão participar da Sessão Pública do subitem acima todos aqueles apresentaram a documentação relativa ao credenciamento no prazo determinado no item 6.1.

Estará habilitado para o Credenciamento, a empresa que atender a todos os requisitos previstos neste Edital e que possua parecer favorável da Comissão de Credenciamento.

A divulgação dos resultados das empresas habilitadas e classificadas será realizada através de publicação no diário oficial do CISLIPA, **https://www.diariomunicipal.com.br/amp. E no site do cislipa** www.cislipalitoral.com.br

Após a primeira sessão pública, outros interessados poderão também protocolar, na forma prevista neste Edital, a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência do mesmo, os requerimentos encaminhados após o prazo serão objeto de apreciação nas sessões públicas subsequentes.

O julgamento dos requerimentos de credenciamento e a documentação dos novos interessados serão realizados em nova divulgação dos resultados no diário oficial do CISLIPA, conforme necessidade, cujas datas serão objeto de publicação no site do CISLIPA.

As sessões públicas posteriores serão realizadas conforme necessidade das Secretarias Municipais de Saúde dos municípios interessados, com prévia justificativa e autorização do CISLIPA.

Quando houver a necessidade de realização de novas sessões públicas, o CISLIPA publicará aviso no endereço eletrônico: www.cislipalitoral.com.br; e https://www.diariomunicipal.com.br/amp.

com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
Do indeferimento do pedido de credenciamento poderá ser apresentado recurso conforme item 10.1 do edital. As razões recursais deverão ser anexadas e encaminhadas via e-mail para credenciamento@cislipalitoral.com.br.
O representante, a seu critério, poderá ser intimado quando da divulgação do resultado da sessão pública, momento no qual será iniciado o prazo recursal;
O representante poderá, a seu critério, desistir expressamente do recurso na sessão pública, sendo registrado o ato em ata de habilitação.
Da sessão pública de habilitação e julgamento será lavrada ata a qual será publicada no sítio eletrônico do CISLIPA www.cislipalitoral.com.br;e https://www.diariomunicipal.com.br/amp.

DA SESSÃO PÚBLICA DE DIVISAO DA DEMANDA

Concluída a habilitação das credenciadas e após transcorrido os prazos de recursos e diante da necessidade de contratação, os credenciados habilitados serão convocados a participar da sessão pública de divisão de demandas, designada para a data de **10 de Dezembro de 2025 às 9h30 na Sede Administrativa do CISLIPA**, localizada na Rua da Domingos Peneda s/nº, Vila Itiberê, Paranaguá PR, salvo se ocorrer à convocação geral de todos os credenciados para a realização dos serviços.
Para a execução dos serviços dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, a demanda será dívida em 06 (seis) lotes, conforme descrito abaixo:

LOTE 1

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha das Encantadas**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026**.**			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiros	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91
			R$ 358.876,06

LOTE 2

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha Nova Brasília**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiro	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91
			R$ 358.876,06

LOTE 3

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/Upa**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	142	R$ 1605,1377	R$ 227.929,55
Enfermeiros	142	R$ 519,9250	R$ 73.829,35
Téc. Enfermeiros	142	R$ 332,9925	R$ 47.284,94
			R$ 349.043,84

LOTE 4

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Morretes**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	145	R$ 1605,1377	R$ 232.744,97
Enfermeiros	112	R$ 519,9250	R$ 58.231,60
Téc. Enfermeiros	145	R$ 332,9925	R$ 48.283,91
			R$ 339.260,48

LOTE 5

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Antonina**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	112	R$ 1605,1377	R$ 179.775,72
Enfermeiros	138	R$ 519,9250	R$ 71.749,65
Téc. Enfermeiros	138	R$ 332,9925	R$ 45.952,97
			R$ 297.478,04

LOTE 6

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Guaraqueçaba**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Enfermeiros	43	R$ 519,9250	R$ 22.356,78
Téc. Enfermeiros	172	R$ 332,9925	R$ 57.274,71
			R$ 79.631.49

$ 1.783.165,97 Hum Milhão, Setecentos e Oitenta e três Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais e Noventa e Sete Centavos).

A empresa selecionada para cada lote de trabalho assumirá a quantidade de plantões correspondente a cada lote;
Os interessados poderão apresentar propostas para qualquer lote do seu interesse, podendo propor para todos os lotes. Não poderá o interessado escolher o lote (será realizado por sorteio), mas tão somente propor indicando o lote para o qual tem interesse;
O CISLIPA realizará sorteio para determinar quais serão os interessados selecionados para cada lote;
Para operacionalizar o sorteio, será utilizado aplicativo eletrônico, onde serão cadastrados, durante a referida sessão, os nomes das empresas elegíveis (habilitados);
A sessão de sorteio será única e se dará com a presença das empresas habilitadas, em local e data definido no item 13.1., com registro da sessão em ata lavrada pela Comissão de Credenciamento e anexada ao processo.
O sorteio será realizado para definir a ordem de classificação dos interessados para cada lote, seguindo a sequência determinada no tópico **13.2** do edital, sendo primeiro realizado o sorteio da ordem de classificação para o lote 01, após para o lote 02, definindo as empresas que serão designadas para cada lote e assim sucessivamente.
A empresa classificada em primeiro lugar será designada para o primeiro lote, a segunda empresa classificada será designada para o segundo lote e assim sucessivamente até a finalização dos lotes ofertados.
Caso a empresa em sua proposta tenha manifestado o interesse em todos os lotes (sendo classificada e selecionada para qualquer um dos lotes, esta não participará do sorteio para os demais lotes, mas participará da classificação para segunda e terceira colocada de outros lotes.

A empresa que em sua proposta manifestar interesse para os lotes 01 e 02 **OU** 03 e 04, 05,e 06 participará da ordem de classificação para ambos os lotes indicados;
Se, em alguns dos lotes, for constatado que não houve interesse suficiente por parte das empresas para atender a todos os períodos, será realizado um sorteio entre as empresas interessadas para preencher a contratação do período disponível, conforme manifestação da proposta.
As empresas classificadas para os lotes determinados poderão trocar entre si, desde que essa troca seja formalizada no ato da sessão pública e registrada em ata.
Caso a empresa decline ou do lote para o qual foi classificada, a próxima empresa na ordem de classificação poderá ser convocada para assumir o lote correspondente. Dessa forma, por exemplo, a empresa classificada em 2º lugar passa a realizar o 1º lugar, a empresa classificada em 3º lugar passa a realizar em 2º lugar.
As demais empresas classificadas comporão lista de espera e aguardarão novas demandas para serem chamadas para contratação, caso houver.
A divisão da demanda visa ampliar a oportunidade de participação dos interessados, sendo que essa estratégia, garante uma distribuição mais equilibrada entre os prestadores de serviços.
Ressaltando que a empresa que finalizar o período de prestação dos serviços com o plantão iniciado às 19h faz a entrega deste mesmo plantão às 07h00 do dia seguinte, momento no qual se finaliza o contrato.
Não haverá qualquer obrigação ao CISLIPA caso, alguma empresa não venha a ser convocada para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciadas.
Os novos credenciados, ao ingressarem no credenciamento, entrarão no final da lista de classificação já existente, e sua participação dependerá de surgimento de necessidade e convocação por parte do CISLIPA e da Secretaria de Saúde do município interessado.
A ausência do representante da empresa na data da sessão pública destinada à divisão e distribuição da demanda não impede a participação da empresa, mas a sujeita ao aceite tácito da distribuição de demandas e sorteio resultante da sessão.
A empresa pode se fazer representar por procurador especialmente constituído. A procuração deve ser firma reconhecida em cartório.
Da sessão pública de divisão de demandas será lavrada ata e publicada no sítio eletrônico do CISLIPA: www.cislipalitoral.com.br

DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente serviço correrão a conta dos recursos da Dotação Orçamentária nos códigos das despesas relativas ao ano contábil de 2025/2026:
RECURSO DO EXERCÍCIO DE 2025: R$ 1.783.165,97 Hum Milhão, Setecentos e Oitenta e três Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais e Noventa e Sete Centavos).
Fonte: 1004
Desdobramento: 01.001.10.302.903.2005.3.3.90.39.99.99
DESCRIÇÃO: Serviços e procedimentos de saúde de média e alta complexidade.
Os serviços requisitados no âmbito deste credenciamento serão prestados de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, seguindo os requisitos de escala dos plantões.
O valor dos serviços **não sofrerá reajuste** no período de vigência deste CREDENCIAMENTO.

DOS VALORES DOS SERVIÇOS E REAJUSTE
A remuneração dos serviços a serem prestados serão remunerados, pelos valores unitários, previsto neste edital.
O valor máximo total estimado para os serviços referentes aos plantões de médicos generalistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, objeto deste Edital de Credenciamento é de R$ 1.783.165,97 Hum Milhão, Setecentos e Oitenta e três Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais e Noventa e Sete Centavos).
O valor estimado para os serviços referentes aos plantões de 12 (doze) horas para os profissionais **MÉDICOS GENERALISTAS é de R$ 1.109.150,16(Hum Milhão, Cento e Nove Mil, Cento e Cinquenta Reais e Dezesseis Centavos), para os profissionais de ENFERMAGEM é de R$ 377.985,47 (Trezentos e Setenta e Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos) e para os profissionais TÉCNICOS DE ENFERMAGEM é de R$296.030,34 (Duzentos e Noventa e Seis Mil, Trinta Reais e trinta e quatro centavos,** conforme Termo de Referência (Anexo II do Edital),
O valor estimado no item anterior não implica em nenhuma previsão ou expectativas de crédito em favor dos credenciados, que só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, desde que autorizados e aprovados pelo CISLIPA, nos termos deste edital e seus anexos.

DOS PRAZOS, DA CONTRATAÇÃO, DAS CONDIÇÕES E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO.
O interessado que atender a todos os requisitos previstos neste Edital será julgado habilitado e após a sessão de divisão de demandas estará apto a assinar o respectivo termo de contrato e deverá iniciar a prestação dos serviços na data marcada para início da operação, desde que tenha recebido a nota de empenho e ordem de serviços.
A credenciada será convocada para firmar o contrato de prestação de serviços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação. A minuta do contrato consta do o **Anexo V**, a qual faz parte integrante deste edital.
O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, quando solicitado pela selecionada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão de Credenciamento.
A CONTRATADA deverá apresentar **Registro no Conselho Regional de Medicina do PR**, com indicação de Responsável Técnico – RT médico e **Registro no Conselho Regional de Enfermagem do PR, com indicação de Responsável Técnico – RT enfermeiro**, os quais serão responsáveis pelos serviços dos médicos generalistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem.
A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, em até 03 (três) dias antes do início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
Relação nominal dos profissionais **(modelo 03 - Anexo III)** que irão atender a Operação Verão Maior 2025/2026.
Escala dos profissionais para atendimento dos plantões durante a Operação Verão 2025/2026;
Documentos dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, conforme itens abaixo:
PARA O PROFISSIONAL MÉDICO GENERALISTA
Carteira de identidade profissional do médico ou visto provisório emitido pelo CRM/PR em casos de profissionais de outros estados, conforme exigência do próprio CRM/PR;
Declaração de conduta emitida pelo CRM/PR dos profissionais que irão realizar os atendimentos;
PARA OS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM
Carteira de identidade profissional enfermeiro e/ou técnico de enfermagem emitido pelo COREN/PR;
Durante a execução do contrato, e se houver substituição de profissionais, a empresa deverá atualizar a o relatório individualizado do item 16.5.1 (modelo 03 - Anexo III).

A presente contratação complementar é temporária e visa especificamente suprir a demanda de serviços médicos generalistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem necessários para atendimento à população flutuante, ocasionada pela alta temporada.
O presente credenciamento terá vigência pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até igual período.
As contratações obedecerão à necessidade da Administração e os credenciados aptos serão contratados de acordo com a demanda durante o prazo de vigência deste edital.
O credenciamento não assegura a efetivação do contrato, que estará condicionado à disponibilidade de recursos orçamentários e o interesse dos Municípios consorciados do Litoral do Paraná (Paranaguá/Ilha do Mel,Morretes, Antonina e Guaraqueçaba).
Os serviços somente poderão ser prestados após a assinatura e publicação do extrato do contrato, bem como envio da nota de empenho e ordem de serviço.
A Credenciada deverá realizar a revisão das escalas, quinzenalmente, para que seja possível detectar eventuais alterações de profissionais e atualização de plantonistas, sendo necessário reencaminhar para o gestor do contrato e fiscal do município.
É facultada a substituição dos profissionais na escala de plantões, devendo a credenciada informar ao CISLIPA e a Gestão do Município com antecedência mínima ao início do
plantão, salvo intercorrências que devem ser administradas junto com a Gestão do Município e o Fiscal do Contrato.
Os serviços deverão ser prestados obedecendo às normas do Ministério da Saúde e os princípios de universalização do acesso do usuário ao Sistema, integralidade da atenção e tratamento equânime, estando às obrigações definidas no termo contratual, conforme edital.
O CISLIPA reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente, oportunizando o contraditório e ampla defesa ao credenciado;
É de responsabilidade exclusiva e integral do Prestador de Serviços a utilização de pessoal para a execução do objeto, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CISLIPA ou para os Municípios do Litoral do Paraná ((Paranaguá/Ilha do Mel,Morretes, Antonina e Guaraqueçaba);
O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do CISLIPA em efetivar a contratação do serviço, sendo devido o pagamento apenas em relação aos serviços efetivamente prestados, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou o CISLIPA poderão denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
O critério de divisão da demanda das ofertas propostas deverá seguir o disposto no inciso I do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece: "Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

FORMA DE PAGAMENTO
Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias** da apresentação da nota fiscal atestada e com a comprovação da regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições no Termo de Referência.
Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na entrega do material ou no cumprimento de obrigações contratuais.
O pagamento aos profissionais prestadores de serviços para a CONTRATADA deverá ser realizado independente dos repasses a serem realizados pela CONTRATANTE.
A nota de empenho será encaminhada via e-mail para o fornecedor contratado antes do início da prestação dos serviços.
O pagamento pelo objeto efetivamente entregue em compatibilidade com as obrigações assumidas deverá ser efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, ***de acordo com a natureza jurídica do fornecedor***, devidamente atestada;
O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante na nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento, bem como todos os campos preenchidos corretamente e sem rasuras;
A Nota Fiscal deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, emitida conforme nota de empenho, constando obrigatoriamente a descrição do objeto, o valor unitário, o total do pagamento, quantidades, o número do empenho e, se for o caso, dados para pagamento da contratada.
Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pela unidade CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e do Termo de Referência.
No caso de ser constatada irregularidade de natureza formal ou de prazo nas Notas Fiscais ou na documentação apresentada, a CONTRATANTE deverá formalizar expediente com os fundamentos da devolução dos documentos enviados à CONTRATADA, para as devidas correções e a documentação será considerada como se não tivesse sido apresentada;
Ocorrendo esta hipótese, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solução das respectivas pendências;
A CONTRATANTE verificará as condições de habilitação da CONTRATADA, nos termos da legislação pertinente, sendo que as certidões que estiverem vencidas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, com prazo de validade atualizada, juntamente com a Nota Fiscal, para que, só então, seja efetuado o pagamento correspondente por meio de crédito na conta-corrente bancária indicada pela CONTRATADA.
O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos do objeto efetivamente prestado.
A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime CLT para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):
Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Cópia dos holerites dos funcionários e relatório analítico da folha de pagamento completa;
Cópias dos Cartões de Ponto ou Folhas de Frequência dos funcionários da contratada;
Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;
Guia de Recolhimento do FGTS (Guia de Recolhimento do FGTS – GFD), detalhe da guia emitida – relação de trabalhores (GFD) e comprovante de pagamento correspondente referente ao mês de competência da prestação de serviço;
Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.

Se o devido pagamento do vale alimentção ocorrer conjunto ao pagamento do plantão deverá ser destacado o respectivo valor em holerite ou equivalente;
O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em holerite ou equivalente;
Cópia da documentação dos empregados admitidos no mês correspondente: Contrato de Trabalho devidamente assinada pela CONTRATADA e funcionário, e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e declaração de opção pelo vale-transporte
Cópia da documentação das rescisões de contrato de trabalho ocorridas no mês: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) assinado pelo empregado, comprovante de pagamento da rescisão, exames médicos demissionais (ASO), guias de recolhimento da contribuição do FGTS Rescisório (GRRF);
Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;
A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime RPA para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):
Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Contrato de prestação de serviços de Autônomos;
Copias dos recibos de pagamento ao autônomo (RPA);
Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.
Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;
Comprovante de recolhimento do IRRF e comporvante de pagamento correspondente, quando cabível;
Se o devido pagamento do vale alimentação ocorrer conjunto ao pagamento do plantão, deverá ser destacado o respectivo valor em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;
O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;
Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;
A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços para contratação de profissionais MÉDICOS GENERALISTAS:
Comprovantes de pagamento dos salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento, quando for salário ou qualquer outra verba trabalhista, em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial e apresentação da nota fiscal.
Contrato de prestação de serviços ou societário com a empresa;
Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de CRM/PR, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

DA HOMOLOGAÇÃO
Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no Edital, tanto no tocante à documentação apresentada, inclusive, quanto a eventuais recursos, os autos serão remetidos à autoridade superior para homologação do resultado do Credenciamento, podendo, ainda, revogar por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.
Com a homologação do credenciamento serão considerados efetivamente credenciados todos os interessados que atenderem às especificações deste Edital e seus anexos,
conforme resultado publicado no sítio eletrônico e nos diários oficiais do COMESP e do Estado do Paraná.

DAS SANÇÕES
Ao fornecedor licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:
– advertência;
– multa:
compensatória;
de mora.
– impedimento de licitar e contratar;
– declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na lei.
As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista na alínea "a" do inciso II deste item.
A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
– descumprimento de pequena relevância;
– inexecução parcial de obrigação contratual.
A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
– de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
– 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
– 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
– 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
Nos contratos ou nas atas de registro de preço que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* deste artigo e seus incisos, para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.
Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte dias)** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
A duração inicial da presente contratação poderá ser prorrogada, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da lei nº 14133 de 2021.

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
"prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;"prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

DAS CONDIÇÕES GERAIS:
Caberá ao fiscal de contrato supervisionar a prestação dos serviços, verificando se todas as obrigações foram cumpridas, assim como solicitar a aplicação de penalidades ao contratado pelas irregularidades cometidas ou descumprimento de qualquer cláusula contratual.
A não execução na íntegra das exigências no Edital e Anexos será motivo de aplicação das penalidades na forma da lei e previstas na minuta de contrato.
É reservado ao consórcio o direito de anular ou revogar este Credenciamento sem que tal ato gere qualquer indenização ao participante.
A contratação poderá ser extinta pela Contratante, independentemente de notificação ou interpelação judicial, de acordo com as hipóteses previstas no Capítulo VIII, artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência, bem como das medidas legais cabíveis;
Situações não previstas no Termo de Referencia serão tratadas observando-se a Lei 14.133/21.
O CISLIPA dispõe de serviço de Ouvidoria, através do site CISLIPA_www.cislipalitoral.com.br
Em caso de reclamações apuradas e identificadas pela Ouvidoria do CISLIPA, estas serão analisadas pelo fiscal do contrato e tomadas às medidas cabíveis.
As certidões apresentadas pelas empresas obtidas na Internet terão suas autenticidades confirmadas junto aos Órgãos competentes pela Comissão de Credenciamento.
Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o CISLIPA aceitará como válidas as expedidas até 120 (cento e vinte) dias imediatamente anteriores à data em que forem protocolizadas no CISLIPA;
Quando o requerimento de credenciamento for realizado por procurador, deverá ser apresentada procuração, da qual constem amplos poderes para praticar atos relativos ao Processo de Credenciamento;
Á Comissão de Credenciamento é facultado solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos acerca dos documentos apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução e julgamento do requerimento.

A não apresentação de qualquer documento solicitado implicará na não aceitação do profissional como prestador de serviços no CISLIPA, oportunidade na qual toda a documentação será devolvida ao prestador de serviço.
É de responsabilidade da empresa credenciada, manter atualizada toda a documentação de habilitação exigida neste edital, principalmente no que diz respeito às certidões de débitos fiscais, registro no conselho de classe, ante a expiração do prazo de validade, bem como informar e encaminhar ao CISLIPA toda e qualquer alteração ocorrida na empresa após o credenciamento.
As datas publicadas neste edital poderão ser alteradas, mediante publicação do aviso com antecedência no portal de transparência e no diário oficial do consórcio.

Paranaguá, 07 de Novembro de 2025.

GLEICIANE DE OLIVEIRA AVILA
Presidente da Comissão de Credenciamento Portaria n° 77/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
Contratação de Pessoa Jurídica, especializada na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de profissionais médicos generalistas, enfermeiros e técnico de enfermagem para atender a demanda do excedente populacional durante a OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026, nos municípios do litoral, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
Plantões: 12 horas diurnas e 12 horas noturnas devendo o serviço ser ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios Consorciados.
Equipe: profissionais médicos generalistas, enfermeiros e técnico de enfermagem.
LEGISLAÇÃO: Aplica-se ao presente processo licitatório as regras de licitação da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de ofertar acesso a saúde para toda população residente e população flutuante em todo o litoral do Paraná, durante o período da **OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026**, em cumprimento ao art.196 da Constituição Federal.
Considerando a reunião realizada dia 08 de Outubro de 2025 entre os secretários de saúde dos municípios do litoral do Paraná, com pauta para deliberação sobre a solicitação para início da execução da demanda da Operação Verão 2025/2026, na qual foram definidos em reunião que os Municípios de Paranaguá Morretes, Antonina e Guaraqueçaba irão participar deste Credenciamento.
Considerando os ofícios nº 994/2025,011/2025,174/2025;131/2025 aos quais os Entes Consorciados formalizaram o pedido de manifestação de interesse em participar deste credenciamento.
Considerando que esta necessidade de contratação de Pessoa Jurídica, especializada na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de profissionais médicos generalistas, enfermeiros e técnico de enfermagem é complementar e temporário, visando especificamente suprir o aumento populacional durante o período de **OPERAÇÃO VERÃO 2025/2026**.
Considerando a necessidade de reforço no período da Operação Verão, se justifica em face do afluxo populacional excepcional historicamente observado no período de final de ano e férias escolares, sobrecarregando a rede assistencial regular da região, ensejando ações da SESA em parceria com os Municípios para garantir assistência qualificada à população flutuante, sem prejuízo da sua população residente habitual.
Considerando a necessidade de reforço de equipes assistenciais da área ambulatorial pronto atendimento, ou hospitalar pronto socorro e internação. Considerando os contratos de execução de programa firmados junto aos municípios consorciados. Considerando o Plano Estadual de Saúde, que em sua Diretriz de número 02, Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, estabelece o desenvolvimento da Operação Verão Saúde Anual. Considerando que o programa Operação Verão Maior foi criado pelo Poder Executivo, executada por diferentes áreas de atuação do governo estadual, com o objetivo de qualificar o atendimento à população flutuante nos municípios paranaenses, em virtude do afluxo populacional excepcional, historicamente observado no período de final de ano e férias escolares em alguns municípios do Estado. Considerando que na área da saúde o deslocamento populacional sobrecarrega a rede assistencial dos municípios e da Região que recebem a população flutuante; Considerando todas as justificavas apresentadas, procede se com a realização desta licitação pública.

Na área da saúde, o deslocamento populacional sobrecarrega a rede assistencial dos municípios e da Região que recebem a população flutuante, a RESOLUÇÃO SESA Nº 1199/2020, dispõe sobre a reordenação do Programa Operação Verão Saúde Anual, com a finalidade de apoiar os municípios que recebem elevado afluxo populacional sazonal decorrente de períodos de final de ano e de períodos de férias escolares, por meio do financiamento das ações e serviços de saúde.
CONTEXTUALIZAÇÃO
Os seguintes princípios nortearão todas as disposições da contratação definida neste Termo de Referência:
Prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;
Contratação de empresa especializada para a disponibilização de profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem à operação do serviço;
Execução direta dos serviços objeto deste CONTRATO, não sendo admitida subcontratação da prestação dos serviços ofertados.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO.
Dividir a demanda do CREDENCIAMENTO para a execução dos serviços dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, a demanda será dívida em 06 (seis) lotes, de acordo com a quantidade de 66 dias da operação verão de modo a ter prestadores contratados, conforme descrito abaixo:
LOTE 1

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha das Encantadas**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiros	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91

			R$ 358.876,06

LOTE 2

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha Nova Brasília**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiro	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91
			R$ 358.876,06

LOTE 3

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/Upa**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	142	R$ 1605,1377	R$ 227.929,55
Enfermeiros	142	R$ 519,9250	R$ 73.829,35
Téc. Enfermeiros	142	R$ 332,9925	R$ 47.284,94
			R$ 349.043,84

LOTE 4

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Morretes**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	145	R$ 1605,1377	R$ 232.744,97
Enfermeiros	112	R$ 519,9250	R$ 58.231,60
Téc. Enfermeiros	145	R$ 332,9925	R$ 48.283,91
			R$ 339.260,48

LOTE 5

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Antonina**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	112	R$ 1605,1377	R$ 179.775,72
Enfermeiros	138	R$ 519,9250	R$ 71.749,65
Téc. Enfermeiros	138	R$ 332,9925	R$ 45.952,97
			R$ 297.478,04

LOTE 6

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Guaraqueçaba**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Enfermeiros	43	R$ 519,9250	R$ 22.356,78
Téc. Enfermeiros	172	R$ 332,9925	R$ 57.274,71
			R$ 79.631.49

A empresa selecionada para cada lote de trabalho assumirá a quantidade de plantões correspondente a cada lote;
Os interessados poderão apresentar propostas para qualquer lote do seu interesse, podendo propor para todos os lotes. Não poderá o interessado escolher o lote (será realizado por sorteio), mas tão somente propor indicando o lote para o qual tem interesse;
O CISLIPA realizará sorteio para determinar quais serão os interessados selecionados para cada lote;
Para operacionalizar o sorteio, será utilizado aplicativo eletrônico, onde serão cadastrados, durante a referida sessão, os nomes das empresas elegíveis (habilitados);
A sessão de sorteio será única e se dará com a presença das empresas habilitadas, em local e data definido no item 13.1., com registro da sessão em ata lavrada pela Comissão de Credenciamento e anexada ao processo.
O sorteio será realizado para definir a ordem de classificação dos interessados para cada lote, seguindo a sequência determinada no tópico **13.2** do edital, sendo primeiro realizado o sorteio da ordem de classificação para o lote 01, após para o lote 02, definindo as empresas que serão designadas para cada lote e assim sucessivamente.
A empresa classificada em primeiro lugar será designada para o primeiro lote, a segunda empresa classificada será designada para o segundo lote e assim sucessivamente até a finalização dos lotes ofertados.
Caso a empresa em sua proposta tenha manifestado o interesse em todos os lotes (sendo classificada e selecionada para qualquer um dos lotes, esta não participará do sorteio para os demais lotes, mas participará da classificação para segunda e terceira colocada de outros lotes.
A empresa que em sua proposta manifestar interesse para os lotes 01 e 02 **OU** 03 e 04, 05,e 06 participará da ordem de classificação para ambos os lotes indicados;
Se, em alguns dos lotes, for constatado que não houve interesse suficiente por parte das empresas para atender a todos os períodos, será realizado um sorteio entre as empresas interessadas para preencher a contratação do período disponível, conforme manifestação da proposta.
As empresas classificadas para os lotes determinados poderão trocar entre si, desde que essa troca seja formalizada no ato da sessão pública e registrada em ata.
Caso a empresa decline ou do lote para o qual foi classificada, a próxima empresa na ordem de classificação poderá ser convocada para assumir o lote correspondente. Dessa forma, por exemplo, a empresa classificada em 2º lugar passa a realizar o 1º lugar, a empresa classificada em 3º lugar passa a realizar em 2º lugar.
As demais empresas classificadas comporão lista de espera e aguardarão novas demandas para serem chamadas para contratação, caso houver.
A divisão da demanda visa ampliar a oportunidade de participação dos interessados, sendo que essa estratégia, garante uma distribuição mais equilibrada entre os prestadores de serviços.
Ressaltando que a empresa que finalizar o período de prestação dos serviços com o plantão iniciado às 19h faz a entrega deste mesmo plantão às 07h00 do dia seguinte, momento no qual se finaliza o contrato.
Não haverá qualquer obrigação ao CISLIPA caso, alguma empresa não venha a ser convocada para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciadas.
Os novos credenciados, ao ingressarem no credenciamento, entrarão no final da lista de classificação já existente, e sua participação dependerá de surgimento de necessidade e convocação por parte do CISLIPA e da Secretaria de Saúde do município interessado.
A ausência do representante da empresa na data da sessão pública destinada à divisão e distribuição da demanda não impede a participação da empresa, mas a sujeita ao aceite tácito da distribuição de demandas e sorteio resultante da sessão.
A empresa pode se fazer representar por procurador especialmente constituído. A procuração deve ser firma reconhecida em cartório.
Da sessão pública de divisão de demandas será lavrada ata e publicada no sítio eletrônico do CISLIPA: www.cislipalitoral.com.br

JUSTIFICATIVA PARA A DIVISÃO DE DEMANDA POR LOTE:

3.2.1 O presente procedimento de credenciamento tem como objetivo assegurar a prestação de serviços especializados na área da saúde, de forma contínua e eficiente, atendendo à demanda da população e aos requisitos de qualidade exigidos.
Com base no levantamento de mercado e na análise das características específicas do serviço a ser prestado, verificou-se que a divisão entre múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização, a integridade e a eficácia do atendimento. Além disso, foram considerados os aspectos econômicos, técnicos e de gestão, de modo a garantir que a escolha de um único fornecedor por lote seja a decisão mais vantajosa para o interesse público.
Especificidade Técnica e Complexidade do Serviço: A natureza dos serviços a serem prestados exige qualificação técnica específica e experiência consolidada. O fornecedor selecionado para cada lote deve demonstrar capacidade comprovada de execução em um nível que atenda aos padrões necessários. A contratação de múltiplos fornecedores para o mesmo lote traria riscos adicionais, como:
Inconsistência na prestação de serviços: Variações na qualidade dos serviços por diferentes fornecedores poderiam prejudicar o atendimento, comprometendo a continuidade e a satisfação dos usuários.
Dificuldade no controle e monitoramento: A supervisão e o acompanhamento do desempenho seriam mais complexos e demandariam maior custo e recursos humanos, onerando a gestão pública.
Eficiência Operacional e Econômica: Ao habilitar um único fornecedor por lote, buscamos evitar a fragmentação do serviço, o que permite ganhos de escala e maior eficiência na operação. Essa decisão contribui para:
Redução de custos operacionais: A padronização com um único fornecedor por lote elimina redundâncias e permite melhor negociação de preços e condições.
Rapidez e agilidade na execução: Um fornecedor exclusivo facilita a coordenação das ações, permitindo resposta mais ágil às demandas.
Atendimento à Demanda Regionalizada: Os serviços foram divididos em lotes regionais (ou conforme especificado) para garantir a cobertura adequada às diversas áreas atendidas. A escolha de um fornecedor único por lote garante que cada região tenha um responsável direto pela execução dos serviços, o que proporciona:
Responsabilidade direta e simplificação da gestão: A alocação de um único fornecedor por área facilita a supervisão e a accountability, garantindo melhor controle de qualidade e eficiência.
Maior transparência e facilidade na fiscalização: Com um único fornecedor por lote, as métricas e os indicadores de desempenho podem ser mais claramente atribuídos e monitorados, simplificando as auditorias e análises de cumprimento de contrato.
Base Legal e Jurisprudência: A decisão encontra respaldo na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), que preveem a possibilidade de adequação dos procedimentos licitatórios e de credenciamento conforme critérios técnicos e de viabilidade econômica. O Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 1.756/2015 - Plenário) e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 356/2020 - Tribunal Pleno) já decidiram que a escolha de um único fornecedor por lote pode ser considerada regular quando adequadamente justificada e em consonância com o interesse público

Considerando que as regras do e-social, determinam que a admissão seja realizada e enviada um dia antes do inicio do respectivo trabalho, inclusive para os contratos de caráter temporário, e que antes da admissão é indispensável à realização de exame
admissional, o que demanda certo tempo de antecedência, fica consignado há possibilidade de contratação via RPA, evitando assim o risco de não ser possível fazer uma contratação de emergência em tempo hábil, evitando a que a escala não esteja completa.
Por fim, considerando a busca pela eficiência e planejamento dos atos da Administração faz-se essencial a realização da divisão da demanda do modo proposto no item 10 visando uma melhor gestão e eficiência da operação verão do ponto de vista técnico- profissional, financeiro e administrativo, conforme disposto no art. 79, inciso I da Lei 14.133/2021.
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: Regulamento
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
A adoção do critério de divisão de demandas pelo inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021 é justificada por sua capacidade de promover a eficiência, economicidade, competitividade e diversificação de riscos nas contratações públicas, porém, no caso em questão do credenciamento de empresas para prestação de serviços de atendimentos nas unidades dos municípios a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados não é a forma mais viável e vantajosa para a Administração conforme autoriza o inciso II do parágrafo único do art. 79 da Lei 14.133/2021.

DESCRITIVO DAS QUANTIDADES E VALORES:

LOTE 1

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha das Encantadas**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026**.**			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiros	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91
			R$ 358.876,06

LOTE 2

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha Nova Brasília**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$ 1605,1377	R$ 234.350,10
Enfermeiro	146	R$ 519,9250	R$ 75.909,05
Téc. Enfermeiro	146	R$ 332,9925	R$ 48.616,91
			R$ 358.876,06

LOTE 3

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/Upa**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	142	R$ 1605,1377	R$ 227.929,55
Enfermeiros	142	R$ 519,9250	R$ 73.829,35
Téc. Enfermeiros	142	R$ 332,9925	R$ 47.284,94
			R$ 349.043,84

LOTE 4

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Morretes**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	145	R$ 1605,1377	R$ 232.744,97
Enfermeiros	112	R$ 519,9250	R$ 58.231,60
Téc. Enfermeiros	145	R$ 332,9925	R$ 48.283,91

			R$ 339.260,48

LOTE 5

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Antonina**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	112	R$ 1605,1377	R$ 179.775,72
Enfermeiros	138	R$ 519,9250	R$ 71.749,65
Téc. Enfermeiros	138	R$ 332,9925	R$ 45.952,97
			R$ 297.478,04

LOTE 6

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Guaraqueçaba**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Enfermeiros	43	R$ 519,9250	R$ 22.356,78
Téc. Enfermeiros	172	R$ 332,9925	R$ 57.274,71
			R$ 79.631.49

EXCEPECIONALMENTE na véspera de Natal (24/12/2025) noturno, feriado de Natal (25/12/2025) diurno, véspera de Ano Novo (31/12/2025) noturno e feriado de Ano Novo (01/01/2026) diurno o valor dos plantões a ser pago ao credenciado será dobrado;

Prestação de serviço comum: Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.
O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, prorrogáveis na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Está contratação complementar é temporária e visa especificamente suprir serviços de saúde durante o período de Operação Verão Maior 2025/2026.
A realização de contratação para prestação dos serviços será realizada através do procedimento auxiliar do Credenciamento, com base no art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021. Conceituando este procedimento como um sistema por meio do qual se oportuniza a participação de todos os interessados em executar determinado objeto, de acordo com requisitos definidos em edital.
O valor para a remuneração da prestação de serviços foi fixado conforme mapa de preços elaborado de acordo com o art.23 da Lei 14.133/2021.
O total de número de plantões da tabela acima será distribuído entre os períodos de trabalho indicados no item 3.1.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CREDENCIAMENTO: procedimento auxiliar para contratação simultânea de vários interessados na contratação que preencham os requisitos de habilitação de forma objetiva. Será realizado com o credenciamento dos interessados, por meio de processo eletrônico, através do sistema de gestão **comprasbr.com.br.**
O processo de Chamamento Público e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, por intermédio da sua Comissão de Credenciamento, mediante a análise dos documentos de habilitação.
O CISLIPA é órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo de credenciamento e gerenciamento da execução dos serviços pelos municípios participantes.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA e os municípios consorciados Paranaguá PR, Morretes PR, Antonina PR, e Guaraqueçaba PR..
PRESTADOR DOS SERVIÇOS: São as entidades credenciadas e que serão habilitadas para serem contratadas de forma autônomas por meio de inexigibilidades de licitação elaborada pelo consórcio.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
Para descrever a solução como um todo para a **OPERAÇÃO VERÃO 2025/2026**, é necessário analisar um conjunto de medidas e estratégias organizadas para lidar com os desafios específicos deste tipo de contratação. Aqui está uma descrição abrangente do que isso pode envolver:
Planejamento e Preparação Antecipada: Necessário Identificar que os municípios da região do litoral são extremamente afetados com o excedente populacional, sendo que para este caso em concreto, o consórcio faz o aporte operacional para as ações dos municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Os serviços que mais carecem de atenção e reforço são os serviços de atendimento médico hospitalar nos prontos atendimentos dos municípios.
Recursos Humanos: Para execução das atividades de atendimentos é necessário que seja realizado o aumento dos recursos humanos como médicos generalistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem em atendimentos nas unidades ambulatoriais e hospitalares. Importante fazer uma distribuição lógica de pessoal para atender a demanda sazonal, como reforço em áreas qualificadas conforme solicitação municipal.
Infraestrutura e Logística: Os atendimentos ambulatoriais e hospitalares serão prestados dentro das unidades de pronto socorro, pronto atendimento 24h, hospitais, pontos de atendimento descentralizados dentro dos municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba.
Monitoramento e Avaliação Contínua: Implementação de sistemas de monitoramento para acompanhar a eficácia das medidas adotadas. Revisão e ajuste das estratégias conforme necessário para lidar com desafios emergentes. Esses pontos destacam a abordagem holística necessária para uma operação bem-sucedida durante a temporada de verão, abrangendo desde a preparação prévia até a avaliação contínua e a adaptação às condições em mudança.

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Sustentabilidade:
As contratações devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI). No caso concreto não há critérios específicos de sustentabilidade para a prestação de serviço.
Subcontratação:
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do Art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021;
Garantia da Contratação:
Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por não haver custos diretos para a Administração, porém, a má prestação do serviço será penalizada pelas sanções contratuais estabelecida na Lei.
Visita Técnica:
As interessadas em participar do certame poderão realizar visita técnica, até da sessão de habilitação, nos locais indicados para a execução do serviço ou no caso da opção pela não realização da vistoria, apresentar declaração abdicando do direito de ser cientificada das peculiaridades, das condições do local e assumindo total responsabilidade pelo cumprimento do objeto, para tomarem conhecimento de todas as informações necessárias;
A visita técnica tem a finalidade de propiciar às interessadas, ciência acerca das condições dos locais e peculiaridades pertinentes a prestação dos serviços que compõem o objeto, para fins de elaboração da proposta e o devido cumprimento contratual;

Para agendar a visita técnica, as interessadas deverão enviar e-mail para credenciamento@cislipalitoral.com.br e solicitar o dia e horário para vistoria. Ressaltando que os horários de atendimento do CISLIPA são de segunda-feira a sexta- feira, das 08:30h às 12h e das 13h às 17h. Telefones para contato (41) 3425-.6125.
A não realização da vistoria não admitirá à licitante qualquer futura alegação de dificuldades para a execução do objeto.
Da presente contratação não decorre vínculo empregatício de qualquer natureza entre o Credenciante e os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do Credenciado, sendo de plena e exclusiva responsabilidade do Credenciado os recolhimentos dos encargos sociais, eventualmente, destinados a atender aos setores previdenciários, sindicais e trabalhistas dos empregados/ajudantes convocados pelo contratado, bem como, as contribuições sindicais, fiscais e tributárias que lhe forem pertinentes.
As contratações obedecerão à necessidade da Administração e os credenciados aptos serão contratados de acordo com a demanda durante o prazo de vigência deste edital.
Da habilitação técnica:
Atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021, comprovando com **experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços de gestão da saúde com fornecimento de profissionais para atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares e que tenha executado contrato com no mínimo 30% dos plantões exigidos no item interessado**, nos termos do art. 67, inciso II da Lei n° 14.133/2021.
JUSTIFICATIVA: Justifica-se conforme a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 67 as disposições relativas à solicitação de atestados pela Administração às empresas licitantes. Segundo o TCU
(2010), o(s) ACT são documentos fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas com pontualidade e qualidade. E nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente. De acordo com Hely Lopes de Meirelles (2003, p.56), o ACT visa a comprovação da experiência do licitante em relação ao objeto similar.
Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
Para a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do período mínimo ser ininterrupto.
Para a comprovação do número mínimo de plantões exigidos, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de gestão da saúde com fornecimento de profissionais para atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares compatíveis com o objeto deste credenciamento.
Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato que originou o atestado ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
A interessada poderá ser convocada a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo Conselho Regional de Medicina, dentro do prazo de validade, que comprove o tempo de registro da empresa **igual ou superior a 2 (dois) anos**, no qual indica o responsável técnico pela empresa.
Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo Conselho Regional de Enfermagem, dentro do prazo de validade, que comprove o tempo de registro da empresa **igual ou superior a 2 (dois) anos**, no qual indica o responsável técnico pela empresa.
Termo de Vistoria assinado pelo representante da empresa e/ou pelo servidor do cisli fiscal municipal ou Declaração de Conhecimento assinada pelo representante legal, conforme modelo indicado no Anexo V do edital.
JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
O objeto ora licitado é a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de assistência à saúde, para disponibilização de profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem para atender as demandas dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares durante o período da Operação Verão 2025/2026, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Este serviço é de alta complexidade pela sua especificidade, devendo ser prestado de forma ininterrupta por meios de plantões de 12h e que busca atender a população da sua área de abrangência. Assim, existem situações em que as exigências de habilitação técnica serão fundamentais para salvaguardar o interesse público e consequentemente a correta contratação. O supraprincípio da indisponibilidade do interesse público exige o estabelecimento de regras que atinjam este fim. A verticalidade na relação contratual (oriunda de contratos administrativos) revela nitidamente a disparidade da igualdade entre as partes, visando a Supremacia do Interesse Público sob o interesse privado – em linguajar simplório significa que o interesse da coletividade deve sobrepor-se ao interesse particular. Mister reconhecer que a contratação de terceirização de serviços continuados não se traduz em tarefa fácil, aliás pelo contrário, a Administração a duras penas e com frequência enfrenta problemas na execução neste tipo de contrato, como interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários, resultando em prejuízos à administração e encerramento prematuro de contratações que poderiam perpetuar por até sessenta meses. Natural então que se crie regras para inibir este cenário. Desta forma, a exigência do prazo mínimo de experiência de 02 (dois) anos de execução contratual descritos no presente edital é condição mínima para resguardar a eficácia da contratação, visando minimizar as conseqüências de uma eventual e futura rescisão contratual. Portanto, nos contratos desta natureza a contratação de empresas inexperientes acarretam interrupções na prestação dos serviços, ausência de pagamento aos funcionários, traz prejuízos à administração e encerramentos prematuros de contratações.
JUSTIFICATIVA EXIGÊNCIA CRM/COREN: O CRM é exigido com base no art. 3º da Resolução nº 1980/2011 do CFM que assim disciplina: "Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998." Já a exigência do COREN é porque o serviço diz respeito a prestação de serviços de enfermagem e técnicos de enfermagem que precisam ser fiscalizadas por profissionais da mesma especialidade, nos termos da Resolução 0509/2016 – COFEN.
Das especificações técnicas e habilitação dos profissionais:

DESCRIÇÃO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico Generalista (Clínico Geral) Médico com Registro Ativo.	Médico com Registro Ativo e Adimplente no Conselho Regional de Medicina do Paraná ou visto provisório emitido pelo CRM em casos de profissionais de outros estados, para a vigência do contrato, conforme exigência do próprio CRM;
Enfermeiro – CBO 223505	Carteirinha profissional do enfermeiro, com indicação do Registro Ativo no COREN/PR + Experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da profissão, conforme resoluções SESA n° 1199/2020;
Técnico de Enfermagem – CBO 322205	Carteirinha do profissional técnico de enfermagem com Registro Ativo no COREN/PR + Experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da profissão, conforme resoluções SESA n° 1199/2020;

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS
MÉDICO: Coordenar as ações da equipe nos Atendimentos; atuar como Médico generalista obedecendo à escala de serviço predeterminada; apresentar se com roupas adequadas, de jaleco e pronto para o serviço em 10 (dez) minutos antes do início do plantão no local onde foi escalado; aguardar o seu substituto para efetuar a passagem do plantão. Caso ocorra atraso na rendição, o Coordenador Médico da CREDENCIADA deverá ser imediatamente informado para tomar as medidas cabíveis; utilizar se com zelo e cuidado das acomodações, aparelhos e instrumentos colocados para

exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio, sendo responsável pelo mau uso; Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos; obedecer à Lei do Exercício Profissional, Resoluções do Conselho Federal e Regional de Medicina, bem como o Código de ética Médica; acatar e respeitar as rotinas estabelecidas; participar das reuniões convocadas pela direção; participar das comissões de estudo e de trabalho quando requisitado pela Direção Técnica; acatar as deliberações da direção técnica; conhecer equipamentos e todos os procedimentos corretos para realização adequada dos serviços; realizar Chek- list diário no início do seu turno de trabalho, deixando seu ponto de trabalho em relação a equipamentos e medicações em perfeito estado de utilização, assim como, preservado o asseio e limpeza, devendo relatar qualquer ocorrência imediatamente à Coordenação Técnica; executar outras atividades, respeitadas a competências do setor e do profissional responsável.

ENFERMEIRO: Realizar atendimento de enfermagem a todas as pacientes que derem entrada nas Unidades de Saúde dos Municípios do Litoral do Paraná (continentais e insulares) destinadas ao atendimento em saúde especializada ou urgência, independentemente da idade, religião, raça, nacionalidade, local de origem, condição clínica preexistente ou tipo de patologia, independente da presença de outro profissional médico, com pontualidade e cordialidade. - Acolher e atender prontamente os pacientes provenientes de serviços de resgates (SAMU, SIATE, BOMBEIROS e similares). – Realizar Regulação através de acolhimento qualificado, atendimento de enfermagem, estratificação de risco e destinação do paciente. – Realizar procedimentos compatíveis com a Unidade de Saúde, instrumentação cirúrgica, aplicação de medicamentos, diluições, curativos simples e especiais, ostomias, puericultura, atendimento a gestante e RN, testes rápidos, coleta de material biológico. – Realizar registro e informação de casos de suspeita de abuso sexual ou violência contra a mulher, criança e a adolescente
e demais doenças de notificação compulsória. – Registrar todos os atendimentos (100%) no Sistema de Prontuário Eletrônico. Quando necessário, cadastrar na Central de Leitos e Regulação ou realizar contato com hospital de referência para encaminhamento de pacientes que demandem de serviço hospitalar. – Realizar gestão do setor/unidade de atuação, como responsável técnico, liderando e coordenando a equipe de técnicos e assistentes sempre que solicitado, preencher relatórios gerenciais e oficiais, desenvolvendo soluções para o setor. – Realizar transporte de pacientes em ambulâncias ou carros com ou sem presença de médico de acordo com a gravidade do caso, intra ou intermunicipal.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Receber o plantão junto a lista de pacientes, em sua seleção e acolhimento; - Executar a prescrição médica e de enfermagem; - Registrar em prontuários os cuidados prestados; - Preencher protocolos e check-list sob sua responsabilidade; Cumprir as normas e regulamentos da Instituição, bem como as rotinas operacionais da sua Unidade; - Executar as transferências, altas, óbitos dos pacientes; - Conhecer e nortear suas ações fundamentadas no Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) em sua prática diária. Atuar no atendimento em situações de emergência da Unidade de lotação; Realizar a admissão de pacientes na Unidade instituindo todos os cuidados de enfermagem necessários; - Retirar e guardar próteses e acessórios dos pacientes em situações em que é necessário, bem como a entrega dos mesmos ao responsável pelo paciente e posterior registro do procedimento realizado; - Participar do processo acolhimento com classificação de risco;
- Realizar todos os cuidados de higiene e conforto para o paciente; Manter a organização dos leitos sob sua responsabilidade; - Executar a coleta e posterior envio de material para o laboratório; Instalar e mantém os procedimentos de oxigenoterapia; Preparar e administrar toda a terapêutica medicamentosa; - Zelar pela organização do prontuário do paciente, bem como todos os registros internos da sua Unidade; Notificar a enfermeira da unidade equipamentos danificados; - Notificar toda e qualquer ocorrência administrativa e/ou ocorrências adversas à enfermeira de plantão; Registrar, em livro próprio, todo e qualquer empréstimo de material permanente da Unidade; Encaminhar material para a esterilização; Receber e organizar em lugar apropriado todo o material e medicação da unidade. - Técnicas de enfermagem, equipamentos médico-hospitalares, prontuário, conhecimento das vias de medicações. - Trabalho em equipe, Organização, Iniciativa, Resistência a pressão, Relacionamento interpessoal, Controle emocional, Responsabilidade.

Destacam-se condutas NÃO permitidas: Desrespeitar o paciente, membro da equipe ou colegas de hospitais; ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica ou substância entorpecente durante o horário de serviço ou assumir o plantão nestas condições; usar seu posto de trabalho para resolver problemas alheios ao serviço designado; ausentar-se do posto de trabalho sem autorização do Supervisor do Serviço; fumar dentro do posto de trabalho ou durante o atendimento, usar bermuda, saias, vestidos, chinelos, sandálias para atendimentos.

CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

O critério de divisão da demanda das ofertas propostas deverá seguir o disposto no inciso I do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece: "**Art. 79.** O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: **I** - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem) para atender a demanda dos Municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, exclusivamente durante o período da **Operação Verão Maior 2025/2026, que acontecerá entre 19 de dezembro de 2025 a 22 de fevereiro de 2026**, conforme Pactuação com a 1ª. Regional de Saúde, conforme Deliberação 808/2025.

Os serviços serão prestados nos municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, com atendimento de toda a população residente e população sazonal circulante durante o período da Operação Verão, com estimativa populacional de mais de 1.200.000,00 pessoas.

A execução dos serviços serão realizados nos locais designados pelos Municípios do Litoral de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba,) conforme abaixo:

Lote 01 Ilha do Mel – Paranaguá – Nova Brasília, Postos de Saúde.

Lote 02 Ilha do Mel – Paranaguá – Encantadas, Postos de Saúde.
Lote 03 Upa – Paranaguá
9.4.3.Lote 04 Morretes - R. Santos Dumont, 91 - Centro, Morretes - PR, 83350-000, Hospital Municipal Dr. Alcídio Bortolin;
9.4.4.Lote 05 *Antonina* – Av. Thiago Peixoto, sn – CEP 83.370-000 – Antonina/PR, Hospital Silvio Bittencourt Linhares;
Lote 06 *Guaraqueçaba* - Guaraqueçaba, PR, 83390-000, Hospital Regional
Lucy Requião de Mello e Silva;

E demais localidades designadas pela Gestão dos Municípios consorciados (de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) quando necessário.

Os profissionais contratados poderão ser submetidos a intercambialidade entre as unidades de atendimento dentro do município, conforme determinações do fiscal de contrato previamente ajustadas com o preposta da contratada.

O endereço dos locais da prestação do serviço poderá ser alterado pela CONTRATANTE, sendo que a discriminação dos locais inicialmente previstos não é exaustiva, de modo que poderão ser introduzidas rotinas ou alterações desses locais de acordo com as necessidades da Administração, respeitados os limites da especificidade dos serviços.

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a Administração, solicitar da CONTRATADA alteração dos horários de início e término da jornada diária de trabalho estipulada;

Não há previsão, por parte deste consórcio, de horas extras para os cargos previstos neste Termo de Referência;

A CONTRATADA providenciará as suas expensas o deslocamento dos profissionais e a sua alimentação para prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

Em ambos os casos já estão incluídos impostos e encargos de qualquer natureza que possam incidir sobre os serviços prestados pela contratada.

A CONTRATADA deverá indicar um preposto para tratar a respeito dos assuntos da presente contratação, o qual será responsável por todas as questões relativas aos serviços prestados. Este preposto deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da operação verão e ser capaz de responder por qualquer intercorrência durante a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de penalidade.
Os profissionais deverão se apresentar para assumir o plantão com 10 (dez) minutos de antecedência do final do plantão anterior. E o profissional que está na ativa do plantão não pode sair antes do próximo profissional chegar, sob pena de aplicação de penalidade.
A escala de trabalho será em plantões de 12 horas, devendo o serviço ser ininterrupto, sendo 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios Consorciados.
Os plantões serão distribuídos conforme a necessidade de escala de profissionais definidas pela Secretaria de Saúde do Município para cada local de prestação dos serviços.
A escala de trabalho será em plantões de 12 horas, devendo o serviço ser ininterrupto, sendo 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios Consorciados. Todos os serviços serão orientados pelo Código de Ética da respectiva função e Regimentos das Unidades e leis vigentes.
É responsabilidade do Responsável Técnico da empresa contratada elaborar as escalas de trabalho dos profissionais com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da prestação dos serviços e encaminhá-las ao fiscal do contrato do consórcio, sob pena de aplicação de penalidades.
Todos os casos de infrações éticas ou má conduta clínica ou profissional serão reportados automaticamente para fiscalização do CISLIPA, para os órgãos competentes e ao CRM/PR e COREN/PR.
A CONTRATADA deverá providenciar a contratação da quantidade de profissionais suficientes para manter a operação deste serviço **24h por dia, todos os dias da semana**. A forma de trabalho da equipe técnica se dará por plantões, mediante escala de forma a ser observado o tempo necessário para descanso e repouso do profissional, nos termos legais.
A CONTRATADA deverá apresentar **Registro no Conselho Regional de Medicina do PR**, com indicação de Responsável Técnico – RT médico e **Registro no Conselho Regional de Enfermagem do PR, com indicação de Responsável Técnico – RT enfermeiro**, os quais serão responsáveis pelos serviços dos médicos generalistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem.
A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, em até 10 (dez) dias antes do início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
Relação nominal dos profissionais **(modelo 03 - Anexo III)** que irão atender a Operação Verão Maior 2025/2026.
Escala dos profissionais para atendimento dos plantões durante a Operação Verão 2025/2026;
Documentos dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, conforme itens abaixo:
PARA O PROFISSIONAL MÉDICO GENERALISTA
Carteira de identidade profissional do médico ou visto provisório emitido pelo CRM/PR em casos de profissionais de outros estados, conforme exigência do próprio CRM/PR;
Declaração de conduta emitida pelo CRM/PR dos profissionais que irão realizar os atendimentos;
9.17.3.2. PARA OS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM
a) Carteira de identidade profissional enfermeiro e/ou técnico de enfermagem emitido pelo COREN/PR;
Durante a execução do contrato, e se houver substituição de profissionais, a empresa deverá atualizar a o relatório individualizado do item 9.17.1 (modelo 03 - Anexo III).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Manter o sigilo de informações que porventura venha a tomar conhecimento em decorrência de suas atribuições;
Ao iniciar suas atividades verificar se há alguma orientação especial a ser atendida quanto a restrições;
Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
Assumir diariamente o posto de trabalho com aparência adequada, portando todos os itens de segurança, identificação, mantendo as condições de higiene pessoal;
Ao chegar ao local do serviço, receber e passar o serviço, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas, quando for o caso;
A CONTRATADA deverá exigir dos seus funcionários a disciplina e horário de trabalho;
A CONTRATADA deverá observar a pontualidade das equipes, cumprindo o horário de trabalho que lhe tenha sido determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) ou quando autorizado pelo Fiscal do Contrato;
A CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência do contrato, deverá prestar serviços adequados, entendidos como aqueles que estejam de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.
Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
A CONTRATADA é obrigada a fornecer os profissionais que irão prestar atendimento aos pacientes pertencentes aos municípios do Litoral do Paraná consorciados ao COMESP, com urbanidade, com zelo, com presteza, com a indicação correta da anamnese ao paciente, sem discriminação de qualquer ordem.
Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.
Ter registro da empresa junto ao CRM/PR e/ou COREN/PR nos Termos das Leis 6.839/1980 e 9.656/1998.
Executar fielmente o contrato de acordo coma as cláusulas avençadas;
Designar, formalmente, um profissional para representá-la junto à CONTRATANTE (preposto) quando da execução do contrato, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive, quanto ao cumprimento das atividades diárias, escala de plantões, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo seu pessoal. Este profissional deve estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia durante o período da prestação dos serviços e responder por qualquer intercorrência, sob pena de aplicação de penalidade;
Manter sob sua contratação todos os profissionais diretamente envolvidos, seguindo as convenções trabalhistas, quando for o caso.
Os profissionais poderão seguir a seguinte forma de contratação para prestação dos serviços:
Profissional com vínculo empregatício com a empresa: cópia autenticada do registro em carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto à Delegacia Regional do Trabalho;
Profissional prestador de serviço autônomo, com vínculo contratual com a empresa: cópia autenticada do contrato de prestação de serviços ou comprovação de fazer parte do quadro societário da empresa.
Não será permitida a subcontratação da atividade fim deste credenciamento.
A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias civis, administrativas, penais, e demais encargos previstos em lei, quando for o caso, decorrentes da sua situação de empregadora, isentando qualquer responsabilidade da CONTRATANTE devendo os funcionários possuírem vínculo trabalhista, autônomo, societário ou por meio de contrato de prestação.

A CONTRATADA será responsável pelos direitos, obrigações, ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 3° e 6° do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto n° 61.784/67;
Manter contato com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução dos serviços, os quais deverão ser formalizados por escrito, dentro de 24h (vinte e quatro horas), a partir do contato verbal;
A CONTRATADA deverá disponibilizar responsável técnico 24 horas por dia, para ser o intermediário entre o COMESP e a CONTRATADA, estando preparado para pronta resposta às intercorrências pertinentes ao Serviço prestados;
Executar os serviços contratados com pontualidade e qualidade, garantido que o profissional compareça no local e hora exata de início dos plantões, sob pena de descontos ou multas pelos atrasos;
Realizar controle da presença do seu profissional utilizando recursos de registro individual eletrônico, previstos em lei, que permitam a exatidão da identificação do nome profissional, da hora de entrada minuto e segundos, que possuam segurança antifraude ou alteração posterior ao registro de entrada e saída, passiveis de auditoria, a fim de garantir pleno controle de frequência dos profissionais nas Unidades de Saúde;
Substituir profissionais que se ausentem ou não compareçam em no **máximo 2 (duas) horas do notificado**, na mesma quantidade de profissionais contratados e com as mesmas especificidades, sob pena de descontos e denúncia do contrato;
Garantir que o profissional da empresa CONTRATADA execute suas atividades de maneira educada e ética juntos aos pacientes, orientando sobre a proibição de plantões de chinelos ou sandálias, nem bermudas ou roupas inadequadas ao local, bem como pernamecer no plantão com acompanhantes (cônjuges, filhos e animais de estimação), sendo passível de solicitação de substituição em caso de recorrência;
A empresa CONTRATADA deverá fornecer ao seu profissional todos os instrumentos de uso individual para o bom desempenho dos atendimentos como Otoscópio, oftalmoscópio, estetoscópio, esfigmomanômetro, entre outros;
A empresa CONTRATADA é responsável pelo deslocamento e alimentação do seu profissional, custeando todas as despesas referentes à execução dos serviços, inclusive com
transporte até o local de execução do trabalho e alimentação de sua equipe, considerando atividades em eventos externos.
Garantir que o profissional de plantão que prestem serviços presenciais permaneça integralmente durante todos os plantões de 12 horas dentro das unidades de saúde dos municípios, devendo o profissional realizar suas refeições e descanso dentro da unidade em locais destinados. Quando a sua retirada for inevitável, impedir que a mesma ocorra sem o registro ponto da respectiva saída e do posterior retorno;
Os profissionais indicados pela empresa deverão realizar obrigatoriamente o registro dos atendimentos no sistema de Gestão de Saúde do Município;
A empresa deverá manter um livro de ocorrência nas unidades de saúde a qual prestar serviços, que deverão ser disponibilizados para profissional de fiscalização do contrato e demais autoridades. Neste livro devem ser anotadas qualquer situação fora da rotina da prestação do serviço;
Os profissionais não poderão se ausentar do plantão antes da chegada do próximo plantonista e passagem do plantão com registro de passagem no livro de ocorrência.
Apresentar junto aos demais documentos exigidos, relatório detalhado de plantões executados, contendo, no mínimo, nome do profissional plantonista, local de prestação dos serviços, número total de plantões realizados, dias/noturnos dos plantões e valores unitários e totais dos plantões, podendo o CISLIPA, no decorrer do contrato, solicitar a inclusão de outros dados que se evidenciem necessários/convenientes, conforme modelo de relatório disponibilizado pelo fiscal do contrato.
O profissional não poderá executar plantões presenciais simultâneos, seja para mesma empresa ou empresas diferentes. É vedado estar de plantão e sobreaviso ou plantões concomitantes em outros serviços, devendo ser respeitado o limite de descanso entre os plantões;
A empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os dados do profissional para fins de cadastros nos sistemas pertinentes;
O profissional indicado não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas de serviços seguidos independentemente do vínculo;
Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, em especial no que se refere à formação dos profissionais e à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
A empresa CONTRATADA é responsável por todos os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos da prestação dos serviços, que sejam legalmente previstos como de sua responsabilidade;
A empresa CONTRATADA é responsável por remunerar insalubridade conforme legislação vigente, se cabível;
A empresa CONTRATADA deverá assegurar os pagamentos dos profissionais respeitando o piso salarial da categoria segundo a legislação vigente.
Identificar seus profissionais obrigatoriamente com crachás e jalecos de identificação, provendo-os com Equipamentos de Proteção Individual-EPIs;
A empresa CONTRATADA deverá realizar seleção rigorosa dos profissionais que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial do objeto a ser contratado, sob pena de realizar substituição de profissionais que incorrerem em falta disciplinar ou não conseguirem desenvolver suas atividades adequadamente nas unidades, as substituições devem ser tratas em conjunto com o fiscal do contrato e o Município.
Atender as normas de saúde e segurança dos trabalhadores, conforme normas regulamentadoras aplicáveis;
Instruir os seus profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
Atender prontamente e presencialmente os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CISLIPA no prazo máximo de 1 (uma) hora;
Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços conforme solicitação do fiscal do Contrato e/ou Município.
Responder por quaisquer danos causados diretamente a terceiros e/ou aos CISLIPA acidentes ocasionados por imperícia, imprudência ou negligência da equipe e/ou na execução dos serviços, bem como avarias, furtos e inutilização de qualquer objeto ou bem público e pelo uso inadequado de material permanente por seu pessoal, quando devidamente
comprovado pelo CONTRATANTE;
A empresa CONTRATADA é obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste Termo de referência e posterior contrato;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Edital e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos da Lei 14.133/2021;
Rejeitar, no todo ou em parte, do objeto em desacordo com o Termo de Referência;
Proceder ao pagamento do contrato na forma e no prazo pactuado;
Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do objeto contratados;
Notificar, por escrito, a contratada, ocorrência de eventuais imperfeições do objeto, fixando prazo para a sua correção;
Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido dos valores apresentados na contratação;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas, indicando o local e os meios materiais para execução dos serviços;
Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas no Contrato;
Solicitar a substituição do profissional que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo. Neste caso o prazo para substituição do profissional será de até 02 (duas) horas da solicitação do fiscal do contrato, tendo em vista tratar-se de serviço de atendimento ambulatorial e hospitalar mediante plantão que não pode ficar sem atendimento por profissionais, todas as solicitações serão formalizadas por escrito.
Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços;
Propor a aplicação à CONTRATADA das penalidades regulamentares e contratuais; 10.50.13. Verificar, em relação aos profissionais da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos
mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso; 10.50.14. Exigir, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos
ou qualquer outro documento que julgar necessário;
Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
Manifestar-se oficialmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações;
Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas; 10.50.19. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto às condições de habilitação e
qualificação exigidas na licitação;

FORMA DE PAGAMENTO
Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias** da apresentação da
nota fiscal atestada e com a comprovação da regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições no Termo de Referência.
Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução do serviço ou no cumprimento de obrigações contratuais.
O pagamento aos profissionais prestadores de serviços para a CONTRATADA deverá ser realizado independente dos repasses a serem realizados pela CONTRATANTE.
A nota de empenho será encaminhada via e-mail para o fornecedor contratado antes do início da prestação dos serviços.
O pagamento pelo objeto efetivamente entregue em compatibilidade com as obrigações assumidas deverá ser efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, ***de acordo com a natureza jurídica do fornecedor***, devidamente atestada;
O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante na nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento, bem como todos os campos preenchidos corretamente e sem rasuras;
A Nota Fiscal deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, emitida conforme nota de empenho, constando obrigatoriamente a descrição do objeto, o valor unitário, o total do pagamento, quantidades, o número do empenho e, se for o caso, dados para pagamento da contratada.
Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pela unidade CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e do Termo de Referência.
No caso de ser constatada irregularidade de natureza formal ou de prazo nas Notas Fiscais ou na documentação apresentada, a CONTRATANTE deverá formalizar expediente com os fundamentos da devolução dos documentos enviados à CONTRATADA, para as devidas correções e a documentação será considerada como se não tivesse sido apresentada;
Ocorrendo esta hipótese, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solução das respectivas pendências;
A CONTRATANTE verificará as condições de habilitação da CONTRATADA, nos termos da legislação pertinente, sendo que as certidões que estiverem vencidas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, com prazo de validade atualizada, juntamente com a Nota Fiscal, para que, só então, seja efetuado o pagamento correspondente por meio de crédito na conta-corrente bancária indicada pela CONTRATADA.
O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos do objeto efetivamente prestado.
A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime CLT para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):
Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
Cópia dos holerites dos funcionários e relatório analítico da folha de pagamento completa;
Cópias dos Cartões de Ponto ou Folhas de Frequência dos funcionários da contratada;
Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;
Guia de Recolhimento do FGTS (Guia de Recolhimento do FGTS – GFD), detalhe da guia emitida – relação de trabalhores (GFD) e comprovante de pagamento correspondente referente ao mês de competência da prestação de serviço;
Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.
Se o devido pagamento do vale alimentção ocorrer conjunto ao pagamento do plantão deverá ser destacado o respectivo valor em holerite ou equivalente;
O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em holerite ou equivalente;
Cópia da documentação dos empregados admitidos no mês correspondente: Contrato de Trabalho devidamente assinada pela CONTRATADA e funcionário, e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e declaração de opção pelo vale-transporte
Cópia da documentação das rescisões de contrato de trabalho ocorridas no mês: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) assinado pelo empregado, comprovante de pagamento da rescisão, exames médicos demissionais (ASO), guias de recolhimento da contribuição do FGTS Rescisório (GRRF);

Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime RPA para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):

Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;

Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;

Contrato de prestação de serviços de Autônomos;

Copias dos recibos de pagamento ao autônomo (RPA);

Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.

Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;

Comprovante de recolhimento do IRRF e comporvante de pagamento correspondente, quando cabível;

Se o devido pagamento do vale alimentação ocorrer conjunto ao pagamento do plantão, deverá ser destacado o respectivo valor em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;

O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;

Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços para contratação de profissionais MÉDICOS GENERALISTAS:

Comprovantes de pagamento dos salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento, quando for salário ou qualquer outra verba trabalhista, em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial e apresentação da nota fiscal.

Contrato de prestação de serviços ou societário com a empresa;

Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de CRM/PR, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

DO REAJUSTAMENTO

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data- base vinculada à data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por Termo Aditivo ao contrato original.

Não serão admitidos aditivos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ao fornecedor licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

– advertência;

– multa:

compensatória;

de mora.

– impedimento de licitar e contratar;

– declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na lei.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista na alínea "a" do inciso II deste item.

A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

– descumprimento de pequena relevância;

– inexecução parcial de obrigação contratual.

A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
– de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
– 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
– 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
– 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
Nos contratos ou nas atas de registro de preço que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* deste artigo e seus incisos, para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.
Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 17 da Lei 14.133/2021,

.
O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa.
O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente a área de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte dias)** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
A duração inicial da presente contratação poderá ser prorrogada, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da lei nº 14133 de 2021.

MAPA DE GESTÃO DE RISCOS

O que o gerenciamento de riscos desta contratação foca são os riscos comuns às contratações públicas em geral, somados aos riscos de um projeto em que o esforço é tão importante quanto o resultado.
O Mapa de Riscos da presente contratação foi elaborado seguindo-se o Manual de Gestão de Riscos do TCU. O processo consiste em: identificar os riscos que possam comprometer a efetividade da contratação (em todas as fases: planejamento, seleção de fornecedor e gestão contratual); avaliá-los segundo probabilidade e impacto; tomar ações para diminuir sua probabilidade de ocorrência; e, para os riscos que persistirem, definir ações de contingência e os responsáveis por tomá-las caso se materializem.
O processo de gestão de riscos continua durante toda a contratação, com ênfase para: monitoramento dos riscos e das medidas tomadas, comunicação e documentação das informações relativas à gestão de riscos; e atualização contínua do Mapa de Riscos.
Estimativa de riscos, conforme quadro abaixo:

Risco 01	Surgimento de algum item não previsto no Termo de referência ou inserido a *posteriori* pela legislação.		
(x) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato			
Probabilidade	(x) baixa	( ) média	( ) alta
Impacto	(x) baixa	( ) média	( ) alta
Identificação	**Dano**		
1	Prestação de serviços incompletos, não alcançando todas as necessidades e resultados pretendidos.		
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**	
1	Verificação e eventual adequação das especificações por ocasião da elaboração do Termo de Referência e com o auxílio da pesquisa de mercado durante a cotação.	Elaborador do Termo de Referência e fiscal do contrato	

Identificação	Ação de contingência	Responsável
1	Avaliar o grau de inadequação e decidir sobre a eventual rescisão contratual, fazendo a correção para um novo processo licitatório. Avaliação da inclusão de novo item no contrato de prestação de serviço.	Revisor do Termo de Referência

Risco 02	Atraso na fase de planejamento e seleção do fornecedor		
(x) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato			
Probabilidade	( ) baixa	(x) média ( ) alta	
Impacto	( ) baixa	( ) média (x) alta	
Identificação	**Dano**		
1	Atraso na conclusão do processo de credenciamento e contratação.		
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**	
1	Reforçar para as equipes o	Área demandante,	Equipe
	cumprimento dos prazos propostos.	Planejamento,	
2	Reunião com os setores		
	responsáveis para comunicação e		
	análise do cumprimento dos prazos,		
	a fim de acelerar o processo de		
	credenciamento.		

3	Acompanhamento de todas as fases (interna e externa) do procedimento de contratação da empresa.	
Identificação	**Ação de contingência**	**Responsável**
1	Contratação emergencial para prestação dos serviços essenciais.	Departamento Administrativo e coordenação de compras e licitações.
2	Solicitar apoio dos setores responsáveis sobre a necessidade de agilizar a tramitação do processo de contratação.	

Risco 03	Disparidade dos valores em relação à pesquisa de mercado.					
(x) Planejamento da Contratação (x) Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato						
Probabilidade	( ) baixa	(x) média ( ) alta				
Impacto	( ) baixa	( ) média (x) alta				
Identificação	**Dano**					
1	Atraso na conclusão do processo licitatório.					
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**				
1	Efetuar pesquisa de mercado de editais de serviços similares.	Coordenação Licitações	de	Compras	e	
Identificação	**Ação de contingência**	**Responsável**				
1	Analisar entre os editais similares as especificações que podem estar causando as disparidades e rever o termo de referência.	Área demandante.				

Risco 04	Contrato inadequado aos ditames da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis	
( ) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato		
Probabilidade	(x) baixa ( ) média ( ) alta	
Impacto	( ) baixa (x) média ( ) alta	
Identificação	**Dano**	
1	Falta de proteção contratual ou de suporte contratual para as medidas necessárias.	
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Revisar o edital à luz da Lei 14.133/2021	Elaborador do edital.
Identificação	**Ação de contingência**	**Responsável**
1	Rescisão contratual	Departamento Administrativo.

Risco 05	Atraso na prestação dos serviços contratados	
( ) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato		
Probabilidade	( ) baixa (x) média ( ) alta	
Impacto	( ) baixa ( ) média (x) alta	
Identificação	**Dano**	
1	Inexecução parcial do contrato	
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Efetuar ordens de serviços com antecedência e verificar se foi realizada dentro do prazo.	Fiscal do contrato.
2	Notificação ao contratado para providências quanto a inexecução.	Gestor do contrato.
Identificação	**Ação de contingência**	**Responsável**
1	Providenciar reuniões com a empresa contratada para identificar o motivo dos atrasos e organizar cronograma de prazos.	Fiscal do contrato/Departamento Administrativo.

Risco 06	Entrega de nota fiscal fora do prazo	
( ) Planejamento da Contratação ( ) Seleção do Fornecedor (x) Gestão do Contrato		
Probabilidade	( ) baixa (x) média ( ) alta	
Impacto	(x) baixa ( ) média ( ) alta	
Identificação	**Dano**	
1	Pagamento fora do prazo contábil e acúmulo de Notas para pagamento.	
Identificação	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Prever prazos no contrato e termo de referência, além de realizar a cobrança via e-mail, se necessário.	Elaborador do Termo de Referência.
Identificação	**Ação de contingência**	**Responsável**
1	Definição de prazo improrrogável para a apresentação da Nota Fiscal.	Fiscal do contrato/Departamento Administrativo.

CONCLUSÃO DO MAPA DE RISCO

NÍVEL DE RISCO: ALTO MÉDIO BAIXO		**PROBALIDADE**		
		1 BAIXA	**2 MÉDIA**	**3 ALTA**
IMPACTO	**3 ALTO**		**02/03/04**	
	2 MÉDIO	**05**		
	1 BAIXO	**01**	**06**	

Paranaguá, 07 de novembro de 2025.

MARCELO JOSE CARDOZO DIAS
Diretor Executivo CISLIPA

ANEXO I – RELATÓRIO DE PLANTÕES

SUA LOGO			**Contrato N ° XX/202x - Prestação de Serviços de Saúde, com a disponibilização de profissionais de saúde para prestação de serviços especializados nos prontos atendimentos nos Municípios do Litoral do Paraná para a Operação Verão 2025/2026, conforme suas necessidades.**						
BOLETIM DE MEDIÇÃO XXXXXXXXXXX – Lote XXXX - XX/XX/202X À XX/XX/202X									
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**LOCAL**	**UN.**	**TOTAL DE PALNTÕES DO CONTRATO**	**VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO**	**TOTAL PLANTÕES REALIZADOS NO MÊS**	**VALOR TOTAL NO MÊS**	**PLANTÕES RESTANTES**	**ASSINATURA DO RT DO ORGÃO**
TOTAL MENSAL					R$				

JUNTO AO RELATÓRIO DEVERÁ SER ENVIADO OS REGISTROS DO CARTÃO PONTO DIGITAL BIOMÉTRICO DOS FUNCIONÁRIOS.

ANEXO III – MODELOS DE REQUERIMENTOS E DECLARAÇÕES

MODELO 01 – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025
OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, especializadas na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de **PROFISSIONAIS MÉDICOS GENERALISTAS, ENFERMEIROS E TÉCNICO DE ENFERMAGEM** para atender as demandas dos municípios do Litoral Do Paraná **(PARANAGUÁ, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA)** para a **OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026,** no período de 19/12/2025 À 22/02/2026, conforme termo de referência.

RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		
CNPJ:		
ENDEREÇO COMERCIAL:		
BAIRRO:		
CEP:	**CIDADE:**	**ESTADO:**
TELEFONE:		
E-MAIL:		

À Comissão de Credenciamento do CISLIPA.

O interessado acima qualificado, neste ato representado por (NOME DO SÓCIO), vem à presença de Vossa Senhoria requerer o credenciamento, conforme Chamamento Público - Edital de Credenciamento **n° 03/2025 – Operação Verão Maior 2025/2026** a ser realizado no período de 19/12/2025 À 22/02/2026.

Paranaguá, xx de xxxxx de 2025.

(assinatura do representante legal)

MODELO 02 – DECLARAÇÕES CONJUNTAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025
OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

(NOME DA EMPRESA) ....., CNPJ nº..... sediada
.....(endereço completo) ....., DECLARA, sob as penalidades da Lei:
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
- Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:
Não mantêm vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
1.2. Nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES
Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS
Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARAÇÃO QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL
5 – De que concorda com todos os termos do edital, até mesmo de que a remuneração pelos eventuais serviços prestados será feita de acordo com os valores tabelares do Anexo II e que esses abrangem a integralidade das despesas e custos incorridos na execução dos serviços (trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais) inclusive para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do credenciamento.

DECLARAÇÃO DE TEMOU CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL

6 – De que tomou conhecimento de todas as informações e das condições legais e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e de que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para o fornecimento dos serviços objeto deste credenciamento.

Local e Data

Nome Completo Representante Legal

MODELO 03- DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Declaro que a empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, que nós comprometemos a contratar os profissionais conforme as exigências estabelecidas no edital de Credenciamento nº xx/2024 e no seu termo de referência.

Além disso, comprometemo-nos a apresentar os documentos dos profissionais, conforme abaixo, **com antecedência de 10 (dez) dias do início da execução dos serviços**, garantindo assim a conformidade com as normas e diretrizes pertinentes.

Estamos cientes da importância do cumprimento dessas obrigações e reafirmamos nosso compromisso em garantir a qualidade e a eficiência dos serviços a serem prestados.

Relação nominal dos profissionais (modelo 03 - Anexo III) que irão atender a Operação Verão Maior 2025/2026
Escala dos profissionais para atendimento dos plantões durante a Operação Verão 2025/2026;
Documentos dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, conforme itens abaixo:
PARA O PROFISSIONAL MÉDICO GENERALISTA
Carteira de identidade profissional do médico ou visto provisório emitido pelo CRM/PR em casos de profissionais de outros estados, conforme exigência do próprio CRM/PR;
Declaração de conduta emitida pelo CRM/PR dos profissionais que irão realizar os atendimentos;
PARA OS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM
a) Carteira de identidade profissional enfermeiro e/ou técnico de enfermagem emitido pelo COREN/PR;
Por ser verdade, firmo o presente. XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

MODELO 04 - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO

A empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, declaro, para os devidos fins, a indicação do seguinte preposto para representação da empresa na Operação Verão 2025/2026.

Nome do Preposto: [Nome Completo do Preposto]
CPF: [CPF do Preposto]
RG: [RG do Preposto]
Endereço: [Endereço Completo do Preposto]
Telefone: [Telefone do Preposto]
E-mail: [E-mail do Preposto]

O preposto indicado está autorizado a tratar de eventuais situações relacionadas ao contrato, podendo tomar decisões e assinar documentos pertinentes ao mesmo.

Por ser verdade, firmo o presente. XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

MODELO 05 - RELAÇÃO DESCRITIVA DOS PROFISSIONAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025

OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

(RAZÃO SOCIAL)_, inscrita no CNPJ sob o n°_, declara que possui profissionais habilitados para realização dos serviços:

NOME DO PROFISSIONAL	CRM/PR / COREN/PR

NOME DO PROFISSIONAL	COREN/PR	PROFISSÃO/CARGO

Patanaguá, xx de xxxxx de 2025 (assinatura do representante legal)

(nome do representante legal e/ou Procurador)

MODELO 06 – TERMO DE VISTORIA

(timbre ou identificação do licitante)
Credenciamento nº 03/2025

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as unidade onde serão executados os serviços, sendo que tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para o credenciamento em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.
Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]

MODELO 07 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)
Credenciamento nº 03/2025

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nesse credenciamento, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.
Por ser verdade, firmo o presente. XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		
CNPJ:		
ENDEREÇO COMERCIAL:		
BAIRRO:		
CEP:	**CIDADE:**	**ESTADO:**
TELEFONE:		
E-MAIL:		
DADOS BANCÁRIOS:		
Banco: Nº do Banco: Agência: Conta-corrente:		

O interessado acima qualificado vem à presença de Vossa Senhoria apresentar proposta de credenciamento, nos termos do Edital de Chamamento Público n° 03/2025, objetivando a prestação de serviços.
Declaro a aceitação pela opção de atendimento do Litoral do Paraná para a Operação Verão 2025/2026 no Município e item indicado abaixo:

LOTE 1

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha das Encantadas**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$	R$

Enfermeiros	146	R$	R$
Téc. Enfermeiro	146	R$	R$
			R$

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/ Ilha Nova Brasília**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	146	R$	R$
Enfermeiro	146	R$	R$
Téc. Enfermeiro	146	R$	R$
			R$

LOTE 3

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/Upa**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	142	R$	R$
Enfermeiros	142	R$	R$
Téc. Enfermeiros	142	R$	R$
			R$

LOTE 4

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Morretes**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	145	R$	R$
Enfermeiros	112	R$	R$
Téc. Enfermeiros	145	R$	R$
			R$

LOTE 5

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Antonina**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos	112	R$	R$
Enfermeiros	138	R$	R$
Téc. Enfermeiros	138	R$	R$
			R$

LOTE 6

Disponibilização de profissionais (médicos e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Guaraqueçaba**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026.			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Enfermeiros	43	R$	R$
Téc. Enfermeiros	172	R$	R$
			R$

Paranaguá, xx de xxxxx de 2025 (assinatura do representante legal)

(nome do representante legal e/ou Procurador)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº EDITAL DE CREDENCIAMANENTO N° INEXIGIBILIDADE N° OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 13.681.884.001-84, com sede na Domingos Peneda S/Nº Vila Itibere – CEP 83.209-410 – Paranaguá PR– PR, neste ato representado por seu Diretor Executivo Marcelo Jose Dias Cardozo, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a XXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu sócio administrador XXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXX, inscrito no CPF sob n° XXXXXXXXX, residente e domiciliado na cidade de XXXXXX, XX, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e convencionado o presente CONTRATO, com base no art. 74 e 79 da Lei nº 14.133/2021, Edital de Credenciamento n° XXXXXXXX mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este CONTRATO de Credenciamento é celebrado em conformidade com o edital de CREDENCIAMENTO/ CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2025, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
Este instrumento contratual guarda inteira conformidade com os termos do respectivo Edital de Credenciamento e seus anexos, como se aqui estivessem integralmente transcritos, vinculando-se em todos os seus termos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente CONTRATO tem por objeto, a contratação de pessoas jurídicas, especializadas na prestação de serviços de saúde, com a disponibilização de PROFISSIONAIS MÉDICOS GENERALISTAS, ENFERMEIROS E TÉCNICO DE ENFERMAGEM para atender as demandas dos municípios do Litoral Do Paraná (PARANAGUÁ, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA) para a OPERAÇÃO VERÃO MAIOR 2025/2026, no período de XX/XX/2025 a XX/XX/2026, conforme termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO
§1º A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem) para atender a demanda dos Municípios de PARANAGUÁ, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA, exclusivamente durante o período da Operação Verão Maior 2025/2026, que acontecerá entre XX de XXX de 2025 a XX de XXX de 2026, conforme Pactuação com a 1ª. Regional de Saúde.
§2º Os serviços serão prestados nos municípios de PARANAGUÁ, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA, com atendimento de toda a população residente e população sazonal circulante durante o período da Operação Verão.

§3º A execução dos serviços serão realizados nos locais designados pelos Municípios do Litoral (PARANAGUÁ, MORRETES, ANTONINA E GUARAQUEÇABA) conforme abaixo:

I – PARANAGUÁ/ ILHA DO MEL :
a) UBS NOVA BRASILIA
b) UBS ENCANTADAS:
c) UPA PARANAGUÁ
II - MORRETES:
a) HOSPITAL :
III- ANTONINA
a) HOSPITAL SILVIO BITENCOURT
IV) GUARAQUEÇABA
a) HOSPITAL:
V)- E demais localidades designadas pela Gestão dos Municípios consorciados (Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) quando necessário.
VI)- Os profissionais contratados poderão ser submetidos a intercambialidade entre as unidades de atendimento dentro do município, conforme determinações do fiscal de contrato previamente ajustadas com o preposta da contratada.
VII)- O endereço dos locais da prestação do serviço poderá ser alterado pela CONTRATANTE, sendo que a discriminação dos locais inicialmente previstos não é exaustiva, de modo que poderão ser introduzidas rotinas ou alterações desses locais de acordo com as necessidades da Administração, respeitados os limites da especificidade dos serviços.
§4º A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a Administração, solicitar da CONTRATADA alteração dos horários de início e término da jornada diária de trabalho estipulada;
§5º Não há previsão, por parte deste consórcio, de horas extras para os cargos previstos neste Termo de Referência;
§6º A CONTRATADA providenciará as suas expensas o deslocamento dos profissionais e a sua alimentação para prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência.
§7º Em ambos os casos já estão incluídos impostos e encargos de qualquer natureza que possam incidir sobre os serviços prestados pela contratada.
§8º A CONTRATADA deverá indicar um preposto para tratar a respeito dos assuntos da presente contratação, o qual será responsável por todas as questões relativas aos serviços prestados. Este preposto deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da operação verão e ser capaz de responder por qualquer intercorrência durante a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de penalidade.
§9º Os profissionais deverão se apresentar para assumir o plantão com 10 (dez) minutos de antecedência do final do plantão anterior. E o profissional que está na ativa do plantão não pode sair antes do próximo profissional chegar, sob pena de aplicação de penalidade.
§10º A escala de trabalho será em plantões de 12 horas, devendo o serviço ser ininterrupto, sendo 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios Consorciados.
§11º Os plantões serão distribuídos conforme a necessidade de escala de profissionais definidas pela Secretaria de Saúde do Município para cada local de prestação dos serviços.
§12º A escala de trabalho será em plantões de 12 horas, devendo o serviço ser ininterrupto, sendo 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana, conforme demanda dos Municípios Consorciados. Todos os serviços serão orientados pelo Código de Ética da respectiva função e Regimentos das Unidades e leis vigentes.
§13º É responsabilidade do Responsável Técnico da empresa contratada elaborar as escalas de trabalho dos profissionais com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da prestação dos serviços e encaminhá-las ao fiscal do contrato do consórcio, sob pena de aplicação de penalidades.
§14º Todos os casos de infrações éticas ou má conduta clínica ou profissional serão reportados automaticamente para fiscalização do CISLIPA, para os órgãos competentes e ao CRM/PR e COREN/PR.
§15º A CONTRATADA deverá providenciar a contratação da quantidade de profissionais suficientes para manter a operação deste serviço 24h por dia, todos os dias da semana. A forma de trabalho da equipe técnica se dará por plantões, mediante escala de forma a ser observado o tempo necessário para descanso e repouso do profissional, nos termos legais.
§16º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
§17º A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, em até 10 (dez) dias antes do início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:
I - Relação nominal dos profissionais (modelo 03 - Anexo III) que irão atender a Operação Verão Maior 2025/2026.
II - Escala dos profissionais para atendimento dos plantões durante a Operação Verão 2025/2026;
III - Documentos dos profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, conforme itens abaixo:
PARA O PROFISSIONAL MÉDICO GENERALISTA
a) Carteira de identidade profissional do médico ou visto provisório emitido pelo CRM/PR em casos de profissionais de outros estados, conforme exigência do próprio CRM/PR;
b) Declaração de conduta emitida pelo CRM/PR dos profissionais que irão realizar os atendimentos;
PARA OS PROFISSIONAIS ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM
a) Carteira de identidade profissional enfermeiro e/ou técnico de enfermagem emitido pelo COREN/PR;
§18º Durante a execução do contrato, e se houver substituição de profissionais, a empresa deverá atualizar a o relatório individualizado do item 9.17.1 (modelo 03 - Anexo III).

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES
§1º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento do CONTRATANTE.

§2º São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações do presente CONTRATO e a sua inadimplência não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente CONTRATO.
§ 3º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos.
CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA
§1º O prazo de vigência da contratação é de XX (XXXXXXXXX) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
§2º A duração inicial da presente contratação poderá ser prorrogada, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da lei nº 14133 de 2021.
CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO
§1º Os valores dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA corresponderão aos fixados de acordo com o Cislipa após estudos de mercado.

§2º O valor mensal já incluiu todas as despesas e custos que a CONTRATADA experimentará para realização do mesmo, incluindo os honorários/remuneração/contraprestação dos profissionais, encargos trabalhistas e previdenciários, o valor da Anotação de Responsabilidade Técnica (quando necessário), tributos (impostos, taxas e contribuições), entre outros que a mesma poderá ter para a execução dos serviços solicitados.
§3º Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e serão concedidos nos moldes da Lei nº 14.133/2021.
§4º Os prazos e obrigações previstos neste CONTRATO vigorarão independentemente de aviso extrajudicial, bem como de interpelação ou notificação judicial.
§5º O valor total do contrato será de até R$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme o quantitativo de plantões correspondente ao período de trabalho, estabelecido em sessão pública na qual a contratada restou sorteada, conforme abaixo:

LOTE X

Disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios de **Paranaguá/Upa**, durante o período da Operação Verão 2025/2026 de 19/12/2025 a 22/02/2026			
Profissionais	Número de Plantões / Qt.	Valor Un.	Valor total de plantões
Médicos		R$	R$
Enfermeiros		R$	R$
Téc. Enfermeiros		R$	R$
			R$

§6º O pagamento ficará condicionado à efetiva comprovação do número de plantões prestados e não poderá ultrapassar os valores previstos neste Contrato constate do credenciamento 11/2025 tidos como montantes máximos possíveis.

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO

§1º Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e com a comprovação da regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições no Termo de Referência.

§2º Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na entrega do material ou no cumprimento de obrigações contratuais.

O pagamento aos profissionais prestadores de serviços para a CONTRATADA deverá ser realizado independente dos repasses a serem realizados pela CONTRATANTE.

§3º A nota de empenho será encaminhada via e-mail para o fornecedor contratado antes do início da prestação dos serviços.
§4º O pagamento pelo objeto efetivamente entregue em compatibilidade com as obrigações assumidas deverá ser efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, de acordo com a natureza jurídica do fornecedor, devidamente atestada;
§5º O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante na nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento, bem como todos os campos preenchidos corretamente e sem rasuras;
§6º A Nota Fiscal deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, emitida conforme nota de empenho, constando obrigatoriamente a descrição do objeto, o valor unitário, o total do pagamento, quantidades, o número do empenho e, se for o caso, dados para pagamento da contratada.
§7º Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pela unidade CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e do Termo de Referência.
§8º No caso de ser constatada irregularidade de natureza formal ou de prazo nas Notas Fiscais ou na documentação apresentada, a CONTRATANTE deverá formalizar expediente com os fundamentos da devolução dos documentos enviados à CONTRATADA, para as devidas correções e a documentação será considerada como se não tivesse sido apresentada;
§9º Ocorrendo esta hipótese, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, considerando-se novo prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solução das respectivas pendências;
§10º A CONTRATANTE verificará as condições de habilitação da CONTRATADA, nos termos da legislação pertinente, sendo que as certidões que estiverem vencidas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, com prazo de validade atualizada, juntamente com a Nota Fiscal, para que, só então, seja efetuado o pagamento correspondente por meio de crédito na conta-corrente bancária indicada pela CONTRATADA.
§11º O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
§12º Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos do objeto efetivamente prestado.
§13º A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime CLT para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):
I - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
II - Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
III - Cópia dos holerites dos funcionários e relatório analítico da folha de pagamento completa;
IV - Cópias dos Cartões de Ponto ou Folhas de Frequência dos funcionários da contratada;
V - Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;
VI - Guia de Recolhimento do FGTS (Guia de Recolhimento do FGTS – GFD), detalhe da guia emitida – relação de trabalhores (GFD) e comprovante de pagamento correspondente referente ao mês de competência da prestação de serviço;
VII - Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.
VIII - Se o devido pagamento do vale alimentção ocorrer conjunto ao pagamento do plantão deverá ser destacado o respectivo valor em holerite ou equivalente;
IX - O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em holerite ou equivalente;
X - Cópia da documentação dos empregados admitidos no mês correspondente: Contrato de Trabalho devidamente assinada pela CONTRATADA e funcionário, e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e declaração de opção pelo vale-transporte
XI - Cópia da documentação das rescisões de contrato de trabalho ocorridas no mês: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) assinado pelo empregado, comprovante de pagamento da rescisão, exames médicos demissionais (ASO), guias de recolhimento da contribuição do FGTS Rescisório (GRRF);

XII - Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

§14º A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços caso optar pelo regime RPA para contratação de profissionais (ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM):
I - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, bem como do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, datada, com indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
II - Relação dos funcionários que prestaram serviço no período datada, com cargo, local da prestação de serviço, indicação do mês de referência e assinatura do responsável legal pela entidade;
III - Contrato de prestação de serviços de Autônomos;
IV - Copias dos recibos de pagamento ao autônomo (RPA);
V - Comprovantes de Pagamento dos Salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento de salário ou qualquer outra verba trabalhista em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial.
VI - Documento de arrecadação de receitas federais (DARF), DCTFWeb – Relatório da Declaração Completa e Recibo de Entrega da DCTFWeb, e comprovante de pagamento correspondente;
VII - Comprovante de recolhimento do IRRF e comporvante de pagamento correspondente, quando cabível;
VIII - Se o devido pagamento do vale alimentação ocorrer conjunto ao pagamento do plantão, deverá ser destacado o respectivo valor em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;
IX - O adicional de insalubridade previsto pela condição da prestação de serviço, deve seguir como base o valor do salário mínimo nacional vigente e ser destacado em recibo de pagamento autônomo ou equivalente;
X - Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de COREN, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;
§15º A CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, adotando a estrutura indicada, relativa ao mês da prestação de serviços para contratação de profissionais MÉDICOS GENERALISTAS:
I - Comprovantes de pagamento dos salários ou dos plantões, preferencialmente, via depósito bancário, demonstrando banco e data do crédito, vedado o depósito de pagamento, quando for salário ou qualquer outra verba trabalhista, em conta de terceiros, salvo expressa autorização legal ou judicial e apresentação da nota fiscal.
II - Contrato de prestação de serviços ou societário com a empresa;
III - Escala dos funcionários individualizadas por local de prestação de serviço, com nome do profissional, seu número de CRM/PR, assinada pelo RT – Responsável Técnica da contratada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato em conjunto com o responsável pelo recebimento dos serviços no município sede;

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

§1º Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
§2º Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
§3º O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.
§4º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
§5º No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
§6º Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
§7º Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
§8º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
§9º O reajuste será realizado por Termo Aditivo ao contrato original.
§10º Não serão admitidos aditivos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
§11º A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.
§12º Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§1º Ao fornecedor licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:
I – advertência;
II – multa:
a) compensatória;
b) de mora.
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na lei.

§3º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista na alínea “a” do inciso II deste item.
§4º A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
I – descumprimento de pequena relevância;
II – inexecução parcial de obrigação contratual.
§5º A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
III – 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
IV – 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
i) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
j) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
§6º Nos contratos ou nas atas de registro de preço que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput deste artigo e seus incisos, para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.
§7º Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

§1º Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.
I - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
§2º É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
I - sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
II - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
§3º As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.
§4º Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do Art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º O presente instrumento poderá ser extinto:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
IV - No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
§2º Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
§3º O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.
§4º São motivos para extinção do Contrato:
a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
d) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
§5º Fraude ou execução incorreta do objeto deste contrato sem justa causa;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

§1º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 17 da Lei 14.133/2021. FISCAL: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme Portaria nº XX/2025. GESTOR: XXXXXXXXX, conforme Portaria nº XX//2025.
§2º O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa.
§3º O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente a área de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§1º Manter o sigilo de informações que porventura venha a tomar conhecimento em decorrência de suas atribuições;
§2º Ao iniciar suas atividades verificar se há alguma orientação especial a ser atendida quanto a restrições;
§3º Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
§4º Assumir diariamente o posto de trabalho com aparência adequada, portando todos os itens de segurança, identificação, mantendo as condições de higiene pessoal;
§5º Ao chegar ao local do serviço, receber e passar o serviço, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas, quando for o caso;

§6º A CONTRATADA deverá exigir dos seus funcionários a disciplina e horário de trabalho;
§7º A CONTRATADA deverá observar a pontualidade das equipes, cumprindo o horário de trabalho que lhe tenha sido determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) ou quando autorizado pelo Fiscal do Contrato;
§8ºA CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência do contrato, deverá prestar serviços adequados, entendidos como aqueles que estejam de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde, atendendo as legislações vigentes;
§9º Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
§10º A CONTRATADA é obrigada a fornecer os profissionais que irão prestar atendimento aos pacientes pertencentes aos municípios do Litoral do Paraná consorciados ao CISLIPA, com urbanidade, com zelo, com presteza, com a indicação correta da anamnese ao paciente, sem discriminação de qualquer ordem.
§11º Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
§12º Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.
§13º Ter registro da empresa junto ao CRM/PR e/ou COREN/PR nos Termos das Leis 6.839/1980 e 9.656/1998.
§14º Executar fielmente o contrato de acordo coma as cláusulas avençadas;
§15º Designar, formalmente, um profissional para representá-la junto à CONTRATANTE (preposto) quando da execução do contrato, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive, quanto ao cumprimento das atividades diárias, escala de plantões, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelo seu pessoal. Este profissional deve estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia durante o período da prestação dos serviços e responder por qualquer intercorrência, sob pena de aplicação de penalidade;
§16º Manter sob sua contratação todos os profissionais diretamente envolvidos, seguindo as convenções trabalhistas, quando for o caso.
§17º Os profissionais poderão seguir a seguinte forma de contratação para prestação dos serviços:
a) Profissional com vínculo empregatício com a empresa: cópia autenticada do registro em carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto à Delegacia Regional do Trabalho;
b) Profissional prestador de serviço autônomo, com vínculo contratual com a empresa: cópia autenticada do contrato de prestação de serviços ou comprovação de fazer parte do quadro societário da empresa.
§18º Não será permitida a subcontratação da atividade fim deste credenciamento.
§19º A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias civis, administrativas, penais, e demais encargos previstos em lei, quando for o caso, decorrentes da sua situação de empregadora, isentando qualquer responsabilidade da CONTRATANTE devendo os funcionários possuírem vínculo trabalhista, autônomo, societário ou por meio de contrato de prestação.
§20º A CONTRATADA será responsável pelos direitos, obrigações, ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 3° e 6° do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto n° 61.784/67;
§21º Manter contato com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução dos serviços, os quais deverão ser formalizados por escrito, dentro de 24h (vinte e quatro horas), a partir do contato verbal;
§22º A CONTRATADA deverá disponibilizar responsável técnico 24 horas por dia, para ser o intermediário entre o CISLIPA e a CONTRATADA, estando preparado para pronta resposta às intercorrências pertinentes ao Serviço prestados;
§23º Executar os serviços contratados com pontualidade e qualidade, garantido que o profissional compareça no local e hora exata de início dos plantões, sob pena de descontos ou multas pelos atrasos;
§24º Realizar controle da presença do seu profissional utilizando recursos de registro individual eletrônico, previstos em lei, que permitam a exatidão da identificação do nome profissional, da hora de entrada minuto e segundos, que possuam segurança antifraude ou alteração posterior ao registro de entrada e saída, passiveis de auditoria, a fim de garantir pleno controle de frequência dos profissionais nas Unidades de Saúde;
§25º Substituir profissionais que se ausentem ou não compareçam em no máximo 2 (duas) horas do notificado, na mesma quantidade de profissionais contratados e com as mesmas especificidades, sob pena de descontos e denúncia do contrato;
§26º Garantir que o profissional da empresa CONTRATADA execute suas atividades de maneira educada e ética juntos aos pacientes, orientando sobre a proibição de plantões de chinelos ou sandálias, nem bermudas ou roupas inadequadas ao local, assim como, permanecer no plantão com acompanhantes (cônjuges, filhos e animais de estimação), sendo passível de solicitação de substituição em caso de recorrência;
§27º A empresa CONTRATADA deverá fornecer ao seu profissional todos os instrumentos de uso individual para o bom desempenho dos atendimentos como Otoscópio, oftalmoscópio, estetoscópio, esfigmomanômetro, entre outros;
§28º A empresa CONTRATADA é responsável pelo deslocamento e alimentação do seu profissional, custeando todas as despesas referentes à execução dos serviços, inclusive com transporte até o local de execução do trabalho e alimentação de sua equipe, considerando atividades em eventos externos.
§29º Garantir que o profissional de plantão que prestem serviços presenciais permaneça integralmente durante todos os plantões de 12 horas dentro das unidades de saúde dos municípios, devendo o profissional realizar suas refeições e descanso dentro da unidade em locais destinados. Quando a sua retirada for inevitável, impedir que a mesma ocorra sem o registro ponto da respectiva saída e do posterior retorno;
§30º Os profissionais indicados pela empresa deverão realizar obrigatoriamente o registro dos atendimentos no sistema de Gestão de Saúde do Município;
§31º A empresa deverá manter um livro de ocorrência nas unidades de saúde a qual prestar serviços, que deverão ser disponibilizados para profissional de fiscalização do contrato e demais autoridades. Neste livro devem ser anotadas qualquer situação fora da rotina da prestação do serviço;
§32º Os profissionais não poderão se ausentar do plantão antes da chegada do próximo plantonista e passagem do plantão com registro de passagem no livro de ocorrência.
§33º Apresentar junto aos demais documentos exigidos, relatório detalhado de plantões executados, contendo, no mínimo, nome do profissional plantonista, local de prestação dos serviços, número total de plantões realizados, dias/noturnos dos plantões e valores unitários e totais dos plantões, podendo o CISLIPA, no decorrer do contrato, solicitar a inclusão de outros dados que se evidenciem necessários/convenientes, conforme relatório disponibilizado pelo fiscal do contrato.
§34º O profissional não poderá executar plantões presenciais simultâneos, seja para mesma empresa ou empresas diferentes. É vedado estar de plantão e sobreaviso ou plantões concomitantes em outros serviços, devendo ser respeitado o limite de descanso entre os plantões;
§35º A empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os dados do profissional para fins de cadastros nos sistemas pertinentes;
§36º O profissional indicado não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas de serviços seguidos independentemente do vínculo;
§37º Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, em especial no que se refere à formação dos profissionais e à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;

§38º A empresa CONTRATADA é responsável por todos os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos da prestação dos serviços, que sejam legalmente previstos como de sua responsabilidade;
§39º A empresa CONTRATADA é responsável por remunerar insalubridade conforme legislação vigente, se cabível;
§40º A empresa CONTRATADA deverá assegurar os pagamentos dos profissionais respeitando o piso salarial da categoria segundo a legislação vigente.
§41º Identificar seus profissionais obrigatoriamente com crachás e jalecos de identificação, provendo- os com Equipamentos de Proteção Individual-EPIs;
§42º A empresa CONTRATADA deverá realizar seleção rigorosa dos profissionais que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial do objeto a ser contratado, sob pena de realizar substituição de profissionais que incorrerem em falta disciplinar ou não conseguirem desenvolver suas atividades adequadamente nas unidades, as substituições devem ser tratas em conjunto com o fiscal do contrato e o Município.
§43º Atender as normas de saúde e segurança dos trabalhadores, conforme normas
regulamentadoras aplicáveis;
§44º Instruir os seus profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
§45º Atender prontamente e presencialmente os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CISLIPA no prazo máximo de 1 (uma) hora;
§46º Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
§47º Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CISLIPA ou a terceiros e/ou aos pacientes ocasionados por imperícia, imprudência ou negligência da equipe e/ou na execução dos serviços, bem como avarias, furtos e inutilização de qualquer objeto ou bem público e pelo uso inadequado de material permanente por seu pessoal, quando devidamente comprovado pelo CONTRATANTE;
§48º A empresa CONTRATADA é obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste Termo de referência e posterior contrato;
§49º A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Edital e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.
§2º Atendida à conveniência administrativa, fica a proponente obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade como art.125 da Lei n° 14.133/2021 e suas alterações.
§3º Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de recusar os serviços em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a CONTRATADA realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;
§4º Reserva-se o direito à CONTRATANTE de, a qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, avocar a si a prestação dos serviços.
§5º A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.
§6º A existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução dos serviços e as suas consequências e implicações.
§7º O CONTRATANTE reserva, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo os serviços contratados.
§8º A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento n° XX/2025.

§9º A CONTRATADA E A CONTRATANTE declaram a ciência da disponibilidade dos dados: Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, previstos no inciso VI, art. 7º da Lei 12.527/2011, DECLARO ciência e consentimento para divulgação dos dados, nos termos da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

§1º Fica eleito o Foro da Comarca de Paranaguá, para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente CONTRATO, renunciando as partes de outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.
Paranaguá, de Dezembro de 2025.

MARCELO JOSE CARDOZO DIAS
Diretor Executivo

Empresa:
Responsável:

_____
1)GESTOR: RG

_____
2)FISCAL: RG:

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:39AC447B

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/2025

Dispõe sobre a aprovação e a instituição do Manual de Auditoria Interna e Monitoramento da Controladoria-Geral do Município de Paranaguá.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 192/2016 e demais normas aplicáveis,

RESOLVE:

1. INTRODUÇÃO

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Paranaguá, o Manual de Auditoria Interna e Monitoramento da Controladoria-Geral, instrumento técnico destinado à verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, visando assegurar a boa governança, a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º. A Auditoria Interna, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Paranaguá, constitui instrumento de controle essencial à Administração Pública, orientado pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência, com vistas à promoção da boa governança e à integridade da gestão.

Art. 3º. A atividade de Auditoria Interna reger-se-á pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como pelas normas expedidas pelos órgãos de controle interno e externo.

2. OBJETIVOS

Art. 4º. O Manual de Auditoria Interna tem por finalidade estabelecer e uniformizar conceitos, procedimentos e práticas relativos à atividade de auditoria, padronizando a atuação dos Auditores de Controle Interno da Controladoria-Geral do Município de Paranaguá.

Art. 5º. São objetivos específicos da Auditoria Interna:

I – estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento técnico dos trabalhos de auditoria;

II – padronizar a metodologia e os procedimentos aplicáveis;

III – servir de instrumento de capacitação e orientação técnica;

IV – aprimorar a comunicação entre auditores, gestores e órgãos de controle;

V – assegurar a efetividade das recomendações emitidas;

VI – garantir que os relatórios de monitoramento contenham, de forma expressa:

a) conclusões quanto ao grau de implementação das recomendações expedidas;

b) conclusões quanto ao grau de regularização dos achados identificados nas auditorias.

3. PRERROGATIVAS E CONDUTAS DO AUDITOR INTERNO

Art. 6º. Compete aos Auditores de Controle Interno exercerem suas atividades com independência técnica, autonomia funcional e isenção, observados os deveres éticos e profissionais.

Art. 7º. São prerrogativas dos Auditores de Controle Interno:

I – livre acesso às dependências, registros e documentos necessários à execução dos trabalhos;

II – requisição de informações e esclarecimentos a gestores e servidores;

III – emissão de relatórios, recomendações e notas de auditoria com efeitos internos vinculantes, observadas as normas da Controladoria-Geral.

Art. 8º. Os Auditores de Controle Interno deverão pautar sua conduta pelos princípios da integridade, proficiência, zelo profissional, objetividade, independência, confidencialidade e sigilo profissional.

4. AUDITORIAS

Art. 9º. As auditorias internas classificam-se segundo sua origem e natureza.

§ 1º. Quanto à origem, podem ser:

I – programadas, constantes do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI;

II – extraordinárias, determinadas pelo Controlador-Geral ou por autoridade competente.

§ 2º. Quanto à natureza, podem ser:

I – operacionais, voltadas à avaliação de eficiência, eficácia e efetividade;

II – de conformidade, destinadas a verificar a aderência a normas legais e regulamentares;

III – de acompanhamento, realizadas concomitantemente à execução de atos de gestão;

IV – de monitoramento, voltadas à verificação do cumprimento de recomendações;

V – de levantamento, com finalidade diagnóstica ou preliminar.

5. PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI

Art. 10. Fica aprovado e instituído o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI do Município de Paranaguá, instrumento de planejamento das ações de auditoria interna a serem implementadas no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Art. 11. O PAAI tem por finalidade precípua verificar a legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e efetividade dos atos de gestão, assegurando:

I – a adequada aplicação dos recursos públicos;

II – a transparência administrativa;

III – o fortalecimento dos mecanismos de controle interno;

IV – a prevenção de irregularidades e o incentivo às boas práticas de governança.

Art. 12. O PAAI observará, além da legislação aplicável, as diretrizes técnicas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), especialmente as relativas à análise de consistência dos dados fornecidos no âmbito do PROGOV – Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo.

Art. 13. A elaboração do PAAI considerará a lista de situações-problema priorizadas pela Controladoria-Geral do Município, abrangendo:

I – demandas formais das secretarias e entidades da Administração Direta e Indireta;

II – manifestações oriundas dos canais oficiais de comunicação do Município, notadamente a Ouvidoria;

III – proposições resultantes da participação cidadã e de organizações da sociedade civil;

IV – solicitações encaminhadas por órgãos de controle externo ou outras instituições legitimadas.

§ 1º. A priorização das situações-problema será efetuada com base em indicadores financeiros e não financeiros, considerando materialidade, relevância e risco.

§ 2º. Os objetos selecionados deverão contemplar, obrigatoriamente, temas estratégicos diretamente relacionados à efetividade da prestação dos serviços públicos e à observância dos princípios constitucionais da administração pública, compreendendo:

I – Educação;

II – Saúde;

III – Assistência Social;

IV – Transparência Ativa;

V – Relacionamento com o Cidadão (SIC e Ouvidorias).

§ 3º. A Controladoria-Geral poderá, mediante justificativa técnica, ampliar ou detalhar os objetos de auditoria.

Art. 14. Nas análises de consistência de dados estabelecidas pelo TCE-PR, a Controladoria-Geral observará os modelos e formatos predefinidos, garantindo a compatibilidade metodológica e a padronização das informações.

§ 1º. A inobservância dos modelos estabelecidos implicará a devolução ou rejeição das informações prestadas, devendo a Controladoria providenciar imediata adequação.

Art. 15. O PAAI será submetido à aprovação do Controlador-Geral do Município e, após homologação, publicado no órgão oficial e disponibilizado no Portal da Transparência, observando-se os princípios da publicidade e da transparência.

6. FASES DA AUDITORIA INTERNA

6.1 Planejamento

Art. 16. O planejamento constitui fase estruturante e obrigatória da auditoria interna, devendo garantir a execução racional, eficiente e eficaz dos trabalhos mediante a prévia definição de todos os elementos técnicos indispensáveis.

§ 1º. O planejamento será formalizado em Matriz de Planejamento, contendo, no mínimo:

I – unidade, órgão ou entidade auditada;

II – objeto e escopo;

III – avaliação de riscos;

IV – questões e subquestões de auditoria;

V – critérios de avaliação;

VI – fontes de informação;

VII – cronograma detalhado;

VIII – possíveis achados.

§ 2º. Qualquer alteração posterior dependerá de justificativa formal e aprovação expressa do responsável técnico.

§ 3º. A ausência ou elaboração incompleta da Matriz de Planejamento constitui vício formal grave, ensejando correção imediata e apuração de responsabilidade.

6.2 Execução

Art. 17. A execução corresponde à aplicação das técnicas de auditoria definidas no planejamento, devendo todas as atividades ser registradas em papéis de trabalho que assegurem rastreabilidade, suficiência e confiabilidade das informações.

§ 1º. A comunicação com a unidade auditada será formalizada por Solicitação de Auditoria (SA) ou Nota de Auditoria (NA), contendo objeto, prazos, relação de documentos e identificação dos responsáveis.

6.3 Matriz de Achados

Art. 18. Toda auditoria deverá resultar na elaboração de Matriz de Achados, documento técnico-normativo que consolida resultados e formula recomendações.

§ 1º. A Matriz integrará o processo administrativo e conterá, no mínimo:

I – descrição sumária do achado;

II – evidências;

III – critérios;

IV – causas;

V – consequências ou riscos;

VI – recomendações;

VII – responsáveis;

VIII – prazos para regularização.

§ 2º. As recomendações deverão ser claras, objetivas e monitoráveis.

§ 3º. A ausência ou elaboração deficiente da Matriz constitui irregularidade grave, sujeitando o responsável às medidas disciplinares cabíveis.

6.4 Planos de Ação

Art. 19. A unidade auditada apresentará Plano de Ação em até 30 (trinta) dias, contendo prazos, responsáveis, metas e indicadores.

§ 1º. A Controladoria-Geral analisará o plano, podendo aprová-lo, ajustá-lo ou rejeitá-lo.

§ 2º. O descumprimento injustificado ensejará a adoção de medidas administrativas e a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7. RELATÓRIOS E MONITORAMENTO

Art. 20. Todos os trabalhos de auditoria deverão resultar na emissão de Relatório Preliminar e Relatório Final, elaborados conforme critérios técnicos e formais definidos pela Controladoria-Geral.

§ 1º. O Relatório Preliminar apresentará achados, evidências, causas e recomendações, garantindo contraditório técnico à unidade auditada.

§ 1º-A. A unidade auditada deverá apresentar manifestação técnica sobre o Relatório Preliminar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação formal, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa motivada e aceita pela Controladoria-Geral do Município, desde que a prorrogação não comprometa o cronograma da auditoria.

§ 2º O Relatório Final consolidará as conclusões da Controladoria-Geral do Município após a análise das manifestações apresentadas ou do decurso do prazo estabelecido, devendo ser disponibilizado à unidade auditada, ao Chefe do Poder Executivo e no Portal da Transparência, ressalvadas as informações de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.

Art. 21. O monitoramento das recomendações observará o grau de implementação, classificando-as em:

I – não iniciada;

II – em andamento;

III – concluída;

IV – não atendida.

Parágrafo único. O monitoramento será realizado no mínimo a cada trimestre, admitida periodicidade diversa mediante justificativa técnica da Controladoria-Geral, devendo cada ciclo de acompanhamento resultar em relatório consolidado, contendo o status das recomendações, o grau de implementação e eventuais medidas corretivas adicionais.

Art. 22. O grau de regularização dos achados será classificado em:

I – regularizado integralmente;

II – regularizado parcialmente;

III – não regularizado;

IV – não aplicável.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Manual permanecerá disponível ao público e será objeto de revisões periódicas pela Controladoria-Geral do Município, com vistas ao seu contínuo aprimoramento.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 08 de setembro de 2025.

RAUL DA GAMA E SILVA LUCK

Controlador-Geral do Município de Paranaguá

ANEXO I — MATRIZ DE PLANEJAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

Controladoria-Geral do Município de Paranaguá

Unidade Técnica Responsável: ____

Auditores Responsáveis: _____

Período de Execução: _____/_____ /_____a _____/_____ /_____

ITEM	DESCRIÇÃO / CONTEÚDO OBRIGATÓRIO
1	**Identificação da Unidade Auditada:** (órgão, secretaria, entidade ou fundo)
2	**Objeto da Auditoria:** (tema ou processo a ser examinado)
3	**Escopo:** (abrangência e limites da auditoria)
4	**Finalidade:** (propósito e objetivos específicos da auditoria)
5	**Base Legal e Normativa:** (leis, decretos, regulamentos, normativos e orientações do TCE-PR/CGM aplicáveis)
6	**Avaliação de Riscos:** (descrição dos principais riscos associados, causas, probabilidades e impactos)
7	**Questões e Subquestões de Auditoria:** (problemas a serem respondidos, vinculados aos riscos mapeados)
8	**Critérios de Auditoria:** (normas, políticas, boas práticas ou parâmetros de comparação utilizados)
9	**Metodologia e Procedimentos de Auditoria:** (técnicas, métodos, instrumentos e fontes de dados)
10	**Fontes de Informação:** (sistemas, documentos, entrevistas, bases de dados e outras evidências)
11	**Equipe Responsável:** (nomes, cargos e funções na equipe)
12	**Cronograma:** (etapas e prazos de execução)
13	**Achados Potenciais:** (hipóteses preliminares, se existentes)
14	**Aprovação:** Assinatura e data do responsável técnico da Controladoria-Geral.

ANEXO II — MATRIZ DE ACHADOS DA AUDITORIA INTERNA

Unidade Auditada: _____

Auditoria nº: _____ / Exercício: _____

Equipe Responsável: _____

ITEM	ELEMENTO TÉCNICO	DESCRIÇÃO DETALHADA / CONTEÚDO OBRIGATÓRIO
1	**Achado nº**	Identificação sequencial (1, 2, 3...)
2	**Descrição Sumária do Achado**	Síntese objetiva da situação constatada.
3	**Evidências**	Documentos, registros, dados e informações que sustentam o achado, observando suficiência, relevância e confiabilidade.
4	**Critério de Auditoria**	Norma legal, regulamento, política, manual técnico ou boa prática utilizada como parâmetro de conformidade.
5	**Causas**	Fatores que contribuíram para a ocorrência do achado (falha de controle, ausência de procedimento, erro humano, insuficiência de norma, etc.).
6	**Consequências / Riscos**	Impactos reais ou potenciais sobre legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia ou efetividade.
7	**Recomendações**	Medidas propostas pela Controladoria-Geral para eliminar ou mitigar as causas identificadas. Devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis e temporais (SMART).

8	**Responsável / Unidade**	Identificação da unidade administrativa ou agente responsável pela adoção das medidas.
9	**Prazo Sugerido para Regularização**	Indicação do prazo de execução (em dias corridos).
10	**Observações Complementares**	Informações adicionais ou vínculos com outros achados.

ANEXO III — MODELO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

Relatório nº: _____ / Exercício: _____

Unidade Auditada: _____

Tipo de Auditoria: ( ) Programada ( ) Extraordinária ( ) Monitoramento ( ) Outra: _____

Período de Execução: _____/_____ /_____ a _____/_____ /_____

1. Introdução

Apresentação do objeto auditado, justificativa da seleção, contexto da auditoria e enquadramento legal.

2. Objetivos

Definição dos objetivos gerais e específicos da auditoria.

3. Escopo e Metodologia

Descrição dos limites da auditoria, critérios utilizados, métodos aplicados e fontes de informação consultadas.

4. Achados e Recomendações

Quadro consolidado extraído da Matriz de Achados, contendo a descrição dos achados, evidências, causas, consequências e recomendações.

5. Manifestação da Unidade Auditada (Contraditório)

Síntese das manifestações recebidas, acompanhadas da análise técnica da Controladoria-Geral.

6. Conclusão

Avaliação final quanto à regularidade, eficiência e conformidade dos atos examinados, com indicação dos principais riscos residuais e das medidas recomendadas.

7. Encaminhamentos
Descrição das providências a serem adotadas, prazos, responsáveis e forma de monitoramento.

Elaborado por: _____

Revisado por: _____

Aprovado por: _____

Data: _____/_____ /_____

ANEXO IV — PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE ACHADOS

Unidade Auditada: _____

Auditoria nº: _____ / Exercício: _____

Responsável pela Execução: _____

ITEM	RECOMENDAÇÃO / VÍNCULO COM O ACHADO	MEDIDAS CORRETIVAS PROPOSTAS	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO FINAL	INDICADORES DE RESULTADO / EVIDÊNCIAS ESPERADAS	STATUS ATUAL
1	(descrição resumida da recomendação constante da Matriz de Achados)	(ações concretas a serem executadas)	(nome, cargo ou setor)	(dd/mm/aaaa)	(descrição dos resultados esperados e documentos comprobatórios)	(não iniciada / em andamento / concluída / não atendida)

Assinatura do Responsável pela Unidade Auditada: _____

Assinatura do Auditor Responsável: _____

Data: _____/_____ /_____

- REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO ARQUIVO -

Publicado por:
Eduarda Casburgo Rainertt de Antonio
Código Identificador:98B5080D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - REPUBLICAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: 3037,14354,14357,14358							
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No 4º Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até 4º Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.179.215.100,00	1.300.688.374,69	232.260.702,89	17,86	899.932.184,35	69,19	400.756.190,34
RECEITAS CORRENTES	1.092.615.100,00	1.207.692.483,71	226.960.855,18	18,79	891.855.598,80	73,85	315.836.884,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	510.620.800,00	586.745.900,83	115.405.592,20	19,67	433.008.362,61	73,80	153.737.538,22
Impostos	472.558.300,00	539.518.902,59	106.873.468,19	19,81	390.302.771,47	72,34	149.216.131,12
Taxas	38.062.500,00	47.226.998,24	8.532.124,01	18,07	42.705.591,14	90,43	4.521.407,10
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	59.642.000,00	59.642.000,00	11.470.034,79	19,23	46.200.433,10	77,46	13.441.566,90
Contribuições Sociais	44.705.000,00	44.705.000,00	9.083.063,52	20,32	36.004.810,11	80,54	8.700.189,89
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	14.937.000,00	14.937.000,00	2.386.971,27	15,98	10.195.622,99	68,26	4.741.377,01
RECEITA PATRIMONIAL	46.679.900,00	46.870.925,95	22.656.249,74	48,34	89.974.467,91	191,96	(43.103.541,96)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	717.500,00	717.500,00	806.532,73	112,41	3.084.597,13	429,91	(2.367.097,13)
Valores Mobiliários	41.858.400,00	42.049.425,95	21.849.717,01	51,96	86.889.870,78	206,64	(44.840.444,83)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.853.000,00	7.853.000,00	1.319.235,36	16,80	3.957.763,44	50,40	3.895.236,56
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	7.851.000,00	7.851.000,00	1.319.235,36	16,80	3.957.763,44	50,41	3.893.236,56
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	452.118.200,00	490.879.456,93	73.432.359,03	14,96	305.378.976,66	62,21	185.500.480,27
Transferências da União e de suas Entidades	173.135.100,00	188.297.704,00	32.020.332,24	17,01	120.902.799,15	64,21	67.394.904,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	172.622.100,00	188.820.752,93	24.548.756,75	13,00	108.087.353,67	57,24	80.733.399,26
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	3.369.000,00	3.369.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.369.000,00
Transferências de Instituições Privadas	470.000,00	1.870.000,00	272.441,45	14,57	2.200.450,96	117,67	(330.450,96)
Transferências de Outras Instituições Públicas	102.000.000,00	108.000.000,00	16.590.828,59	15,36	74.140.372,88	68,65	33.859.627,12
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	522.000,00	522.000,00	0,00	0,00	48.000,00	9,20	474.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.701.200,00	15.701.200,00	2.677.384,06	17,05	13.335.595,08	84,93	2.365.604,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.704.700,00	4.704.700,00	628.921,19	13,37	2.877.503,65	61,16	1.827.196,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.679.000,00	6.679.000,00	573.194,65	8,58	2.827.520,00	42,33	3.851.480,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

MUNICIPIO DE PARANAGUA - PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: 3037,14354,14357,14358							
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto							
Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
Demais Receitas Correntes	4.313.300,00	4.313.300,00	1.475.268,22	34,20	7.630.571,43	176,91	(3.317.271,43)
RECEITAS DE CAPITAL	86.600.000,00	92.995.890,98	5.299.847,71	5,70	8.076.585,55	8,68	84.919.305,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	86.600.000,00	86.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	86.600.000,00	86.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	450.490,00	5.299.847,71	1.176,46	8.076.585,55	1.792,84	(7.626.095,55)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	450.490,00	5.299.847,71	1.176,46	8.076.585,55	1.792,84	(7.626.095,55)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	5.945.400,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.945.400,98
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	5.945.400,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.945.400,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	49.940.000,00	49.940.000,00	8.199.046,03	16,42	38.762.083,90	77,62	11.177.916,10
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.229.155.100,00	1.350.628.374,69	240.459.748,92	17,80	938.694.268,25	69,50	411.934.106,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	1.229.155.100,00	1.350.628.374,69	240.459.748,92	17,80	938.694.268,25	69,50	411.934.106,44
DÉFICIT (VI)[1]	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**1.229.155.100,00**	**1.350.628.374,69**	**240.459.748,92**	**17,80**	**938.694.268,25**	**69,50**	**411.934.106,44**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	21.014.239,12	-	-	21.004.239,12	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	21.004.239,12	-	-	21.004.239,12	-	-

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)**
			No 4º Bimestre	**Até 4º Bimestre (f)**		**No 4º Bimestre**	**Até 4º Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.170.824.700,00	1.296.857.150,87	176.432.424,86	760.271.950,49	536.585.200,38	180.154.197,08	662.608.588,72	634.248.562,15	658.932.843,15
DESPESAS CORRENTES	911.672.500,00	1.026.494.529,00	170.387.419,33	721.428.868,43	305.065.660,57	172.277.704,13	631.060.869,64	395.433.659,36	627.845.273,68
Pessoal e Encargos Sociais	541.957.950,00	557.197.925,10	90.439.382,96	362.224.091,17	194.973.833,93	90.450.680,88	362.223.253,67	194.974.671,43	360.053.678,21
Juros e Encargos da Dívida	15.618.100,00	16.918.100,00	56.029,49	15.034.605,77	1.883.494,23	2.900.318,89	12.558.363,15	4.359.736,85	12.558.363,15
Outras Despesas Correntes	354.096.450,00	452.378.503,90	79.892.006,88	344.170.171,49	108.208.332,41	78.926.704,36	256.279.252,82	196.099.251,08	255.233.232,32
DESPESAS DE CAPITAL	159.112.200,00	170.322.621,87	6.045.005,53	38.843.082,06	131.479.539,81	7.876.492,95	31.547.719,08	138.774.902,79	31.087.569,47
Investimentos	112.260.200,00	122.771.621,87	2.470.168,11	4.235.476,00	118.536.145,87	696.109,10	1.642.592,94	121.129.028,93	1.182.443,33
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	46.851.000,00	47.551.000,00	3.574.837,42	34.607.606,06	12.943.393,94	7.180.383,85	29.905.126,14	17.645.873,86	29.905.126,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.040.000,00	100.040.000,00	0,00	0,00	100.040.000,00	0,00	0,00	100.040.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	58.340.400,00	74.785.462,94	11.161.281,27	43.285.137,44	31.500.325,50	10.370.909,75	42.162.004,74	32.623.458,20	37.366.757,99
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.229.165.100,00	1.371.642.613,81	187.593.706,13	803.557.087,93	568.085.525,88	190.525.106,83	704.770.593,46	666.872.020,35	696.299.601,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	1.229.165.100,00	1.371.642.613,81	187.593.706,13	803.557.087,93	568.085.525,88	190.525.106,83	704.770.593,46	666.872.020,35	696.299.601,14
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	135.137.180,32	-	-	233.923.674,79	-	242.394.667,11
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**1.229.165.100,00**	**1.371.642.613,81**	**187.593.706,13**	**938.694.268,25**	-	**190.525.106,83**	**938.694.268,25**	-	**938.694.268,25**
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:18:22.									
[1] O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.									
NOTA:									

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No 4º Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até 4º Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	49.940.000,00	49.940.000,00	8.199.046,03	16,42	38.762.083,90	77,62	11.177.916,10
RECEITAS CORRENTES	49.940.000,00	49.940.000,00	8.199.046,03	16,42	38.762.083,90	77,62	11.177.916,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	49.940.000,00	49.940.000,00	8.195.651,46	16,41	38.732.886,96	77,56	11.207.113,04
Contribuições Sociais	49.940.000,00	49.940.000,00	8.195.651,46	16,41	38.732.886,96	77,56	11.207.113,04
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE PARANAGUA - PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: 3037,14354,14357,14358							
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	3.394,57	0,00	29.196,94	0,00	(29.196,94)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	1.692,54	0,00	27.494,91	0,00	(27.494,91)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.702,03	0,00	1.702,03	0,00	(1.702,03)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE PARANAGUA - PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Entidade: 3037,14354,14357,14358							
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto							
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)**
			No 4º Bimestre	**Até 4º Bimestre (f)**		**No 4º Bimestre**	**Até 4º Bimestre (h)**		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	58.340.400,00	74.785.462,94	11.161.281,27	43.285.137,44	31.500.325,50	10.370.909,75	42.162.004,74	32.623.458,20	37.366.757,99
DESPESAS CORRENTES	58.340.400,00	74.785.462,94	11.161.281,27	43.285.137,44	31.500.325,50	10.370.909,75	42.162.004,74	32.623.458,20	37.366.757,99
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	58.340.400,00	74.785.462,94	11.161.281,27	43.285.137,44	31.500.325,50	10.370.909,75	42.162.004,74	32.623.458,20	37.366.757,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:080A22A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO II - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO

Relatório de Gestão Fiscal				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Entidade: 3037,14354,14357,14358				
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		Até o 1° Quadrimestre	**Até o 2° Quadrimestre**	**Até o 3° Quadrimestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	179.841.496,66	170.330.723,88	163.065.376,06	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	179.841.496,66	170.330.723,88	163.065.376,06	0,00
Empréstimos	112.598.695,22	106.496.553,87	100.106.609,70	0,00
Internos	97.567.835,61	90.729.514,05	84.339.569,88	0,00
Externos	15.030.859,61	15.767.039,82	15.767.039,82	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	64.210.984,02	61.053.068,68	60.433.601,24	0,00
Internos	31.180.581,02	30.173.250,21	29.553.782,77	0,00
Externos	33.030.403,00	30.879.818,47	30.879.818,47	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	3.031.817,42	2.781.101,33	2.525.165,12	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	1.720.817,13	1.470.101,04	1.214.164,83	0,00
De Demais Contribuições Sociais	1.311.000,29	1.311.000,29	1.311.000,29	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00

Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	87.784.102,36	151.950.880,98	156.275.179,14	0,00
Disponibilidade de Caixa	87.784.102,35	151.950.880,97	156.275.179,13	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	134.794.131,25	190.777.305,98	197.778.414,51	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	20.861.234,33	16.743.035,98	18.250.816,72	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.148.794,57	22.083.389,03	23.252.418,66	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,01	0,01	0,01	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	92.057.394,30	18.379.842,90	6.790.196,92	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.056.897.137,78	1.098.469.516,74	1.137.653.806,03	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.550.000,00	3.023.989,00	3.173.989,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	1.054.347.137,78	1.095.445.527,74	1.134.479.817,03	0,00
% DA DC SOBRE A RCL (I/VI)	17,06	15,55	14,37	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/VI)	8,73	1,68	0,60	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	1.265.216.565,34	1.314.534.633,29	1.361.375.780,44	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	1.138.694.908,80	1.183.081.169,96	1.225.238.202,39	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		Até o 1° Quadrimestre	**Até o 2° Quadrimestre**	**Até o 3° Quadrimestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	240.399,30	240.399,30	240.399,30	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	30.410.029,33	28.732.774,90	28.732.774,90	0,00
PASSIVO ATUARIAL	677.806.995,66	677.806.995,66	677.806.995,66	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	33.065.340,39	10.798.231,20	8.029.532,25	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:09:46.				
* Na linha "Disponibilidade de Caixa" se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".				
* A linha "PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".				
NOTA:				

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:22BBB1D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO III - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
Entidade: 3037,14354,14357,14358				
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto				
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		Até 1° Quadrimestre	**Até 2° Quadrimestre**	**Até 3° Quadrimestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.056.897.137,78	1.098.469.516,74	1.137.653.806,03	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.550.000,00	3.023.989,00	3.173.989,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	1.054.347.137,78	1.095.445.527,74	1.134.479.817,03	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	231.956.370,31	240.998.016,10	249.585.559,75	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	208.760.733,28	216.898.214,49	224.627.003,78	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		Até 1° Quadrimestre	**Até 2° Quadrimestre**	**Até 3° Quadrimestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:07:37.				
NOTA:				

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:FDFDF4B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REPUBLICAÇÃO

Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Período	**Até o Período (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
Total (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.653.806,03	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.173.989,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	1.134.479.817,03	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	181.516.770,72	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	163.365.093,65	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	79.413.587,19	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Período	**Até o Período (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:07:39.		
[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
NOTA:		

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:D6ABEE67

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO IV - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DO RPPS - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	122.848.000,00	148.013.860,81
Receita de Contribuições dos Segurados	43.102.000,00	35.334.617,48
Ativo	43.005.000,00	35.236.656,52
Inativo	68.000,00	45.345,90
Pensionista	29.000,00	52.615,06
Receita de Contribuições Patronais	49.310.000,00	38.519.437,50
Ativo	47.218.000,00	36.425.947,34
Inativo	1.411.000,00	1.519.837,24
Pensionista	681.000,00	573.652,92
Receita Patrimonial	30.403.000,00	74.159.805,83
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	30.401.000,00	74.159.805,83
Outras Receitas Patrimoniais	2.000,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	33.000,00	0,00

Compensação Financeira entre os Regimes	31.000,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) [1]	2.000,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**122.846.000,00**	**148.013.860,81**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Benefícios	22.223.000,00	14.251.116,55	14.251.116,55	14.169.803,78
Aposentadorias	15.118.000,00	10.290.639,45	10.290.639,45	10.290.073,24
Pensões por Morte	7.105.000,00	3.960.477,10	3.960.477,10	3.879.730,54
Outras Despesas Previdenciárias	1.387.000,00	3.500,00	12,00	12,00
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.287.000,00	3.500,00	12,00	12,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**23.610.000,00**	**14.254.616,55**	**14.251.128,55**	**14.169.815,78**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) [2]	**99.236.000,00**	**133.759.244,26**	**133.762.732,26**	**133.844.045,03**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.647,00
Investimentos e Aplicações	(120.471,96)
Outro Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**	
Receitas Correntes	7.985.000,00		4.001.307,68	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	**7.985.000,00**		**4.001.307,68**	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	7.486.000,00	4.077.211,99	3.490.821,45	3.431.960,84
Pessoal e Encargos Sociais	4.293.000,00	2.560.298,36	2.560.298,36	2.560.298,36
Demais Despesas Correntes	3.193.000,00	1.516.913,63	930.523,09	871.662,48
Despesas de Capital (XIV)	500.000,00	30.416,00	30.416,00	30.416,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**7.986.000,00**	**4.107.627,99**	**3.521.237,45**	**3.462.376,84**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) [2]	**(1.000,00)**	**(106.320,31)**	**480.070,23**	**538.930,84**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	413,30			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outro Bens e Direitos	0,00			

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**		**0,00**	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) [2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:19:04.

[1] Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

[2] O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesa liquidada.

NOTA:

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:5027B8E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO IX - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E	
DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)	
Entidade: 3037,14354,14357,14358	
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto	
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)	Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)	86.600.000,00	0,00	86.600.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	170.322.621,87	38.843.082,06	131.479.539,81
Investimentos	122.771.621,87	4.235.476,00	118.536.145,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	47.551.000,00	34.607.606,06	12.943.393,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	170.322.621,87	38.843.082,06	131.479.539,81
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**83.722.621,87**	**38.843.082,06**	**44.879.539,81**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:19:49.			
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.			
NOTA:			

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:0A36E8DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO VIII - RECEITAS E DESPESAS COM EDUCAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto		
R$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	539.234.602,59	389.940.988,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	40.526.000,00	29.460.171,24
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	10.945.857,30	9.780.095,42
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	425.129.745,29	305.495.802,98
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	62.633.000,00	45.204.919,13
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	372.092.000,00	238.597.490,65
2.1- Cota-Parte FPM	167.920.000,00	111.960.921,49
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	154.400.000,00	105.291.395,17
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	13.520.000,00	6.669.526,32
2.2- Cota-Parte ICMS	153.200.000,00	95.472.566,14
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	1.580.000,00	1.366.892,92
2.4- Cota-Parte ITR	48.000,00	13.114,77
2.5- Cota-Parte IPVA	48.258.000,00	29.783.995,33
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.086.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**911.326.602,59**	**628.538.479,42**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**71.714.400,00**	**46.385.592,87**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**156.117.250,65**	**110.749.026,99**
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	109.752.000,00	74.310.759,66
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	108.000.000,00	74.310.759,66
6.1.1- Principal	108.000.000,00	74.140.372,88
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	170.386,78
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.752.000,00	0,00
6.4.1- Principal	1.752.000,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1	**36.285.600,00**	**27.754.780,01**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	318.762,22	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	318.762,22	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**74.629.521,88**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	110.303.355,30	74.228.273,89	74.228.273,89	73.043.215,02	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	108.000.000,00	73.676.918,59	73.676.918,59	72.491.859,72	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	25.201.200,00	13.210.090,67	13.210.090,67	13.009.067,23	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	69.051.700,00	52.100.384,62	52.100.384,62	51.261.097,51	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	5.667.600,00	3.297.024,05	3.297.024,05	3.246.035,03	0,00
10.1.4- Educação Especial	8.079.500,00	5.069.419,25	5.069.419,25	4.975.659,95	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.303.355,30	551.355,30	551.355,30	551.355,30	0,00
10.2.1- Educação Infantil	551.355,30	551.355,30	551.355,30	551.355,30	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.752.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	73.676.918,59	73.676.918,59	72.491.859,72	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	73.676.918,59	73.676.918,59	72.491.859,72	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	73.676.918,59	73.676.918,59	72.491.859,72	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		52.017.531,76	73.676.918,59	73.676.918,59	99,15
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	7.431.075,97	633.841,07	633.841,07	0,00	0,85

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	10.918.323,52	319.125,47	551.355,30	0,00	(232.229,83)	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.882.225,65	319.125,47	551.355,30	0,00	(232.229,83)	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	36.097,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	206.603.283,62	125.972.509,20	109.964.096,21	108.639.078,90	16.008.412,99
20.1- Educação Infantil	46.044.661,93	24.693.153,81	24.223.991,80	23.855.000,27	469.162,01
20.2- Ensino Fundamental	157.723.954,04	101.277.078,61	85.738.112,41	84.782.086,63	15.538.966,20
20.3- Educação de Jovens e Adultos	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	2.794.667,65	2.276,78	1.992,00	1.992,00	284,78
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	300.324.871,27	191.280.707,71	175.272.579,50	172.907.251,64	16.008.128,21
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	71.797.217,23	37.903.244,48	37.434.082,47	36.864.067,50	469.162,01
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	228.527.654,04	153.377.463,23	137.838.497,03	136.043.184,14	15.538.966,20

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)			109.964.096,21
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)			46.385.592,87
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)			0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL			0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))			0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)			156.349.689,08
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO16	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)

	(z)				
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	157.134.619,86	156.349.689,08			24,88
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.452.948,03	308.312,63	2.150.066,91	0,00	2.302.881,12
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	2.640.427,36	308.312,63	547.911,88	0,00	2.092.515,48
30.1.4- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.812.157,42	0,00	1.601.791,78	0,00	210.365,64
30.2.4 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	363,25	0,00	363,25	0,00	0,00
30.3.5 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR) (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.759.500,00	8.999.362,63
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	10.183.500,00	6.672.091,13
31.1.1- Salário-Educação	7.714.100,00	5.677.473,85
31.1.2- PDDE	38.200,00	9.690,88
31.1.3- PNAE	2.411.200,00	944.711,44
31.1.4 - PNATE	20.000,00	40.214,96
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	895.484,65
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	576.000,00	1.431.786,85

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	19.784.154,30	24.500.736,47	21.378.603,61	21.378.603,61	3.122.132,86
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.739.128,72	922.598,34	845.745,84	845.745,84	76.852,50
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	12.843.025,58	23.415.486,89	20.370.206,53	20.370.206,53	3.045.280,36
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	100.000,00	162.651,24	162.651,24	162.651,24	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	336.690.793,22	230.329.217,10	207.476.343,41	204.966.267,23	22.852.873,69
33.1- Despesas Correntes	330.065.902,24	230.329.217,10	207.476.343,41	204.966.267,23	22.852.873,69
33.1.1- Pessoal Ativo	228.663.906,25	154.011.218,43	154.011.218,43	151.501.142,25	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	5.431.128,59	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	95.970.867,40	76.317.998,67	53.465.124,98	53.465.124,98	22.852.873,69
33.2- Despesas de Capital	6.624.890,98	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.624.890,98	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)				SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.391.295,57				2.391.295,57
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	74.310.759,66				5.677.473,85
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	74.645.370,05				6.152.225,72
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.056.685,18				1.916.543,70
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	717.939,99				98.717,99
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.959.720,42				19.352,19
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	814.904,75				1.995.909,50

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:23:35.

1 Se o resultado líquido da transferência do FUNDEB (linha 7) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB; Se < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.". Utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Excepcionalmente, para o exercício de 2021, o cálculo da coluna "VALOR DE SUPERÝVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE", da linha 23 - Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB, será considerado as despesas executadas no idGrupoFontePadrão = 3 até o término do exercício de 2021.

10 Os valores das despesas executadas no cdGrupoFonte = 3, relativos ao cdOrigem = 1 - Recursos Ordinários/Livres, tabela: OrigemRecurso, estão apresentados no quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO.

11 Os recursos arrecadados relativos a indenizações e restituições, com código cdOrigem = 2 (Transferências do FUNDEB), estão computados nas linhas 6.1.2, 6.2.2 e 6.3.2, tendo em vista que devem ser reaplicados no exercício.

12 O valor da linha 23 (s) não integra o cálculo do limite constitucional do presente exercício, uma vez que o município poderá utilizá-lo no recálculo do índice do exercício anterior.
13 O valor da linha 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar), Coluna FUNDEB, é composto por RAP pago e despesa orçamentária empenhada na Função 12 – Educação, pagos com recursos do FUNDEB, independentemente de eles terem sido computados nos indicadores do Fundeb e apuração do limite mínimo constitucional do MDE.
14 A coluna 'VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÝCIO ANTERIOR (t)', relativa às linha 19, 19.1, e 19.2, apresenta o resultado da execução orçamentária do exercício anterior (nrAno-1) dos recursos com idOrigemRecurso = 2 - FUNDEB, inclusive quando este for deficitário. 15 A coluna DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) do quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO poderá ter valor menor que a coluna DESPESAS EMPENHADAS (d), já que no quadro são consideradas também as despesas cdOrigemFonte = 1, combinadas com cdGrupoFonte <> 1, sendo esta uma informação somente da execução da despesa.
NOTA:

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:82C76AB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO VI - RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 4º Bimestre/2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.123.088.483,71	771.493.722,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	586.745.900,83	433.008.362,61
IPTU	40.526.000,00	29.460.171,24
ISS	425.129.745,29	305.495.802,98
ITBI	10.945.857,30	9.780.095,42
IRRF	62.633.000,00	45.204.919,13
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.511.298,24	43.067.373,84
Contribuições	14.937.000,00	10.195.622,99
Receita Patrimonial	15.338.925,95	14.274.308,38
Aplicações Financeiras (II)	10.521.425,95	11.188.995,74
Outras Receitas Patrimoniais	4.817.500,00	3.085.312,64
Transferências Correntes	490.879.456,93	305.378.976,66
Cota-Parte do FPM	138.860.000,00	90.902.642,91
Cota-Parte do ICMS	122.560.000,00	76.378.053,07
Cota-Parte do IPVA	41.438.000,00	23.827.196,07
Cota-Parte do ITR	38.400,00	10.491,93
Cota-Parte do IPI - Municípios	1.264.000,00	1.093.514,30
Transferências do FUNDEB	109.752.000,00	74.140.372,88
Outras Transferências Correntes	76.967.056,93	39.026.705,50
Demais Receitas Correntes	15.187.200,00	8.636.452,22
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	1.702,03
Receitas Correntes Restantes	15.187.200,00	8.634.750,19
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**1.112.567.057,76**	**760.303.025,09**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	103.045.000,00	83.452.570,31
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	31.497.000,00	75.671.389,53
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	92.995.890,98	8.076.585,55
Operações de Crédito (VIII)	86.600.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	450.490,00	8.076.585,55
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	450.490,00	8.076.585,55
Transferências de Capital	5.945.400,98	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	5.945.400,98	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**6.395.890,98**	**8.076.585,55**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**1.222.007.948,74**	**851.832.180,95**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**1.118.962.948,74**	**768.379.610,64**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 4º Bimestre/2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	1.033.865.991,94	726.663.910,65	635.766.606,25	627.919.074,80	10.998.571,04	23.953.989,83	23.832.745,50
Pessoal e Encargos Sociais	571.518.388,04	368.985.693,12	367.861.722,92	361.001.351,36	7.133.951,02	96,70	96,70
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	16.918.100,00	15.034.605,77	12.558.363,15	12.558.363,15	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	445.429.503,90	342.643.611,76	255.346.520,18	254.359.360,29	3.864.620,02	23.953.893,13	23.832.648,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	1.016.947.891,94	711.629.304,88	623.208.243,10	615.360.711,65	10.998.571,04	23.953.989,83	23.832.745,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	67.414.000,00	38.050.095,22	37.456.268,13	37.292.956,87	17.791,90	158.285,18	156.779,85
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE	169.822.621,87	38.812.666,06	31.517.303,08	31.057.153,47	50.104,04	904.098,30	888.653,02

CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)							
Investimentos	122.271.621,87	4.205.060,00	1.612.176,94	1.152.027,33	50.104,04	367.065,24	351.619,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	47.551.000,00	34.607.606,06	29.905.126,14	29.905.126,14	0,00	537.033,06	537.033,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**122.271.621,87**	**4.205.060,00**	**1.612.176,94**	**1.152.027,33**	**50.104,04**	**367.065,24**	**351.619,96**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	100.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	500.000,00	30.416,00	30.416,00	30.416,00	0,00	8.390,00	8.390,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**1.307.173.513,81**	**753.914.876,10**	**662.307.104,17**	**653.836.111,85**	**11.066.466,98**	**24.487.730,25**	**24.349.535,31**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**1.239.259.513,81**	**715.834.364,88**	**624.820.420,04**	**616.512.738,98**	**11.048.675,08**	**24.321.055,07**	**24.184.365,46**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**162.580.066,81**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**116.633.831,12**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	3.093.600,00
JUROS NOMINAIS	Até 4º Bimestre/2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	11.188.897,99
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	11.667.788,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**116.154.940,81**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(47.574.632,80)	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Até 4º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	179.841.496,66	163.065.376,06
DEDUÇÕES (XL)	87.784.102,36	156.275.179,14
Disponibilidade de Caixa [1]	87.784.102,35	156.275.179,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	134.794.131,25	197.778.414,51
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	20.861.234,33	18.250.816,72
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.148.794,57	23.252.418,66
Demais Haveres Financeiros	0,01	0,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	92.057.394,30	6.790.196,92
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**85.267.197,38**
AJUSTE METODOLÓGICO	Até 4º Bimestre/2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(2.610.417,61)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**82.656.779,77**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**83.135.670,08**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.014.239,12	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	10.000,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	21.004.239,12	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:17:44.		
[1] Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".		
NOTA:		

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:CD9083A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO VI - SIMPLIFICADO DO RGF - CONSOLIDADO - REPUBLICAÇÃO

Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 6 (LRF, Art.48)	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	1.137.653.806,03	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	1.134.479.817,03	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	1.124.539.069,03	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	542.687.585,85	48,26
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	674.723.441,42	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	640.987.269,35	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	607.251.097,28	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	6.790.196,92	0,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.361.375.780,44	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	249.585.559,75	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	181.516.770,72	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	79.413.587,19	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:11:07.		
NOTA:		

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:8FF2FFC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO VI - SIMPLIFICADO DO RGF - EXECUTIVO - REPUBLICAÇÃO

Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto		
RGF - ANEXO 6 (LRF, Art.48)		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**VALOR ATÉ 2º QUADRIMESTRE**
Receita Corrente Líquida		1.129.587.308,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		1.126.413.319,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		1.116.472.571,71
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	516.251.625,38	46,24
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	602.895.188,72	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	572.750.429,28	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	542.605.669,85	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	24.165.515,05	2,15
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.351.695.983,65	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	247.810.930,34	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	180.226.131,15	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	78.848.932,38	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:12:48.		
NOTA:		

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:842B3B39

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO XI - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
Entidade: 3037,14354,14357,14358			
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	454.690,00	8.352.963,48	(7.898.273,48)
Receita de Alienação de Bens Móveis	3.200,00	0,00	3.200,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	450.490,00	8.076.585,55	(7.626.095,55)
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.000,00	276.377,93	(275.377,93)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	453.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453.690,00
DESPESAS DE CAPITAL	453.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453.690,00
Investimentos	453.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453.690,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	102.833,74	8.352.963,48	8.455.797,22
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:14:41.			

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:81EA5EA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO XIV - SIMPLIFICADO DO RREO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Entidade: 3037,14354,14357,14358			
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		**Até Agosto**	
RECEITAS			
Previsão Inicial		1.229.155.100,00	
Previsão Atualizada		1.350.628.374,69	
Receitas Realizadas		938.694.268,25	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		21.004.239,12	
DESPESAS			
Dotação Inicial		1.229.165.100,00	
Créditos Adicionais		142.477.513,81	
Dotação Atualizada		1.371.642.613,81	
Despesas Empenhadas		803.557.087,93	
Despesas Liquidadas		704.770.593,46	
Despesas Pagas		696.299.601,14	
Superávit Orçamentário		233.923.674,79	
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		**Até Agosto**	
Despesas Empenhadas		803.557.087,93	
Despesas Liquidadas		704.770.593,46	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		**Até Agosto**	
Receita Corrente Líquida		1.137.653.806,03	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		**Até Agosto**	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		133.762.732,26	
Receitas Previdenciárias Realizadas		148.013.860,81	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		14.254.616,55	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		14.251.128,55	
Resultado Previdenciário		133.762.732,26	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado Até Agosto(b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Nominal	(47.574.632,80)	85.267.197,38	(179,23)
Resultado Primário	3.093.600,00	116.633.831,12	3.770,17

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Agosto	Pag. Até Agosto	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.965.324,89	6.113,20	11.066.466,98	9.892.744,71
Poder Executivo	20.854.970,47	6.113,20	10.956.151,90	9.892.705,37
Poder Legislativo	110.354,42	0,00	110.315,08	39,34
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	33.391.948,61	180.818,52	24.886.568,37	8.324.561,72
Poder Executivo	32.817.458,96	180.818,52	24.652.996,48	7.983.643,96
Poder Legislativo	574.489,65	0,00	233.571,89	340.917,76
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	54.357.273,50	186.931,72	35.953.035,35	18.217.306,43

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Agosto	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Agosto
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	156.349.689,08	25,00	24,88
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	73.676.918,59	70,00	99,15
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	50,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Agosto	Saldo Não	Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00		86.600.000,00

Despesa de Capital Líquida	38.843.082,06			131.479.539,81
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Plano Previdenciário	78.354.869,94	39.401.166,40	(30.627.225,20)	(38.915.518,38)
Receitas Previdenciárias	111.356.698,10	139.154.211,87	122.327.305,20	67.587.244,74
Despesas Previdenciárias	33.001.828,16	99.753.045,47	152.954.530,40	106.502.763,12
Resultado Previdenciário	78.354.869,94	39.401.166,40	(30.627.225,20)	(38.915.518,38)
Plano Financeiro	(19.903.380,56)	(11.918.951,71)	(3.496.780,59)	(108.735,84)
Receitas Previdenciárias	5.801.644,99	2.982.307,70	865.616,76	22.404,47
Despesas Previdenciárias	25.705.025,55	14.901.259,41	4.362.397,35	131.140,31
Resultado Previdenciário	(19.903.380,56)	(11.918.951,71)	(3.496.780,59)	(108.735,84)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado Até Agosto**		**Saldo a Realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	8.352.963,48		(7.898.273,48)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Agosto**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar Exer.	**% Aplicado Até Agosto**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	91.394.346,61	15,00	14,70
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:24:20.			
NOTA:			
IPM Sistemas Ltda Identificador: WPR4531101-170-MAQRHKKLCIGLJ-2 - Emitido por: ANDERSON VANDER CHEMURE 07/11/2025 17:14:46 -03:00			

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:E0A88D4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.329

DECRETO Nº 1.329

"Abre crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 966.520,70 (novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte reais e setenta centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.621, de 06 de novembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional especial, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 966.520,70 (novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte reais e setenta centavos), para criação no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3372320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01493 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	R$ 211.520,70
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
43.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
43.001.0004.0122.0002.2318	- Manutenção dos serviços da Secretaria em geral; - Acompanhar e Fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Administração Pública; - Determinar a abertura de processo administrativo, apuratório e sancionador; - Promover o acompanhamento, avaliação, realização de estudos e investigações técnicas do serviço público.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 25.000,00
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
44.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
44.001.0004.0122.0002.2321	Planejamento, organização, promoção e execução de projetos de atividades voltado ao Turismo	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 450.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 40.000,00
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 70.000,00
3191130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
45.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
45.001.0004.0122.0002.2324	Fomentar o desenvolvimento econômico no Município de Paranaguá através de ações junto as empresas e subsidiar a atração de investimentos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 80.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 966.520,70		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01493 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	R$ 211.520,70
Secretaria Municipal de Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
44.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
44.001.0004.0122.0002.2321	Planejamento, organização, promoção e execução de projetos de atividades voltado ao Turismo	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 24.092,97
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
20.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.001.0006.0122.0023.2200	Proporcionar segurança efetiva e continua aos cidadãos, promovendo ações de prevenção ao crime, sempre em defesa da população. Desenvolver políticas de educação, segurança e fiscalização de trânsito, conferidas ao município, nos termos do Código de Trânsito brasileiro. Colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas que contribuam com a paz social. Desenvolver políticas públicas de prevenção primária à violência e criminalidade, podendo ser em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, com outros municípios ou com os demais órgãos das esferas estadual e federal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 671.774,85
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
43.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
43.001.0004.0122.0002.2318	- Manutenção dos serviços da Secretaria em geral; - Acompanhar e Fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Administração Pública; - Determinar a abertura de processo administrativo, apuratório e sancionador; - Promover o acompanhamento, avaliação, realização de estudos e investigações técnicas do serviço público.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 29.132,18
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
43.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
43.001.0004.0122.0002.2318	- Manutenção dos serviços da Secretaria em geral; - Acompanhar e Fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Administração Pública; - Determinar a abertura de processo administrativo, apuratório e sancionador; - Promover o acompanhamento, avaliação, realização de estudos e investigações técnicas do serviço público.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 966.520,70		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 07 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6A8773B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
5º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 05.336.124/0001-66, neste ato representado por seu representante legal Airton de Melo Gonçalves, inscrito no CPF/MP sob o nº. 490.043.879-00, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 1.011.492,95 (um milhão, onze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos)

Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**7.954,27**
1.1	Material de Expediente	4.768,77
1.2	Gêneros alimentícios	3.185,50
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**37.384,05**
2.1	Serviços Técnicos Profissionais - Escritório	14.700,00
2.2	Monitoramento	3.862,00
2.3	Água	3.661,72
2.4	Luz	12.742,53
2.5	Internet	2.417,80
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**966.154,63**
3.1	Vencimentos + IRRF	679.978,87
3.2	13° Salário	57.570,15
3.3	Férias	63.504,20
3.4	INSS	63.564,10
3.5	FGTS	73.164,02
3.6	PIS	1.985,85
3.7	Verbas rescisórias	26.387,44
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**1.011.492,95**

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	7.954,27
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	37.384,05
3	Pessoal e Encargos	966.154,63
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**1.011.492,95**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento , a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 036/2025 de 24 de outubro de 2025, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se, para fins deste termo aditivo, o valor do 5º Aditivo de R$ 1.004.497,22 (um milhão, quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos), com a adição de R$ 1.112,24 (mil, cento e doze reais e vinte e quatro centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2022, de R$ 2.041,90 (dois mil e quarenta e um reais e noventa centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2024, e de R$ 3.841,59 (três mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2025, totalizando R$ 6.995,73 (seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2022, 2024 e 2025, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, o valor global do Termo de Colaboração passa a ser de R$ 1.011.492,95 (um milhão, onze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 03/01/2025 a 31/12/2025.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 11 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:29021799

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO, INTIMANDO-O A PROCEDER À LIMPEZA E/OU ROÇA DO (A) TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO

Assim sendo, infringiu o disposto no artigo 26° - ***Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do município*** – conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 095/2025). Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a proceder à limpeza e/ou roça do (a) **TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO,** no prazo de **15 (quinze) DIAS** a partir do recebimento desta ao qual decorrido o prazo legal, sem que os infratores dêem o cumprimento à notificação, ficarão sujeitos à aplicação de multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos)** e ao ressarcimento dos custos da execução dos serviços de limpeza conforme Lei Complementar nº 095/2025. Ressaltando-se que a multa será elevada ao dobro para cada reincidência.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QD	LT	BAIRRO
2796	RAFAEL HENRIQUE KUSIAK	03	09	JD. SIMARA
2797	ADÃO NUNES	03	13	JD. SIMARA
2797	ADÃO NUNES	03	13	JD. SIMARA
2798	NELSON TONELLO	04	02	JD. MAROCHI
2798	NELSON TONELLO	04	02	JD. MAROCHI
2799	JOSE SIDNEI THOMAZ	20	1B	JD. SÃO JORGE
2800	WAJIHA MUHIEDDINE ISMAIL	32	13	JD. SÃO JORGE
2801	OVIDIO DOS SANTOS (ESPÓLIO)	32	14	JD. SÃO JORGE
2802	CELCIO ANTONIO DE SOUZA	162	+0A4	JD. SÃO JORGE
2803	MARIO HELIO LOURENCO DE ALMEIDA FILHO	02	02	JARDIM IGUACU
2804	SERGIO RODRIGUES DE CARVALHO	34	9/8/5-P-B	CENTRO
2805	IGREJA TATWA CRISTO REDENTOR	34	07	CENTRO
2806	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-B	JARDIM OURO BRANCO
2806	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-B	JARDIM OURO BRANCO
2806	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-B	JARDIM OURO BRANCO
2807	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-A	JARDIM OURO BRANCO
2807	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-A	JARDIM OURO BRANCO
2807	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-A	JARDIM OURO BRANCO
2808	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-D	JARDIM OURO BRANCO
2808	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-D	JARDIM OURO BRANCO
2808	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-D	JARDIM OURO BRANCO
2809	PAULO HASHIMOTO	CHAC.	63/REM	CHACARA DIVERSAS
2810	ANDERSON CRESPO FERNANDES	47	18	JARDIM IPE
2811	MARIA LOLITA ROCHA PAVANI	49	15	JARDIM IPE
2812	ANTONIO CARLOS DE CASTRO	63	20	JD. IPÊ
2812	APARECIDO MOREIRA SALES	63	20	JD. IPÊ
2812	APARECIDO MOREIRA SALES	63	20	JD. IPÊ
2812	CARLOS ALBERTO MOREIRA SALES	63	20	JD. IPÊ
2812	CARLOS ALBERTO MOREIRA SALES	63	20	JD. IPÊ
2812	ELISABETE MARIA MOREIRA SALLES DE CASTRO	63	20	JD. IPÊ
2812	ELIZEU SZKOLNY	63	20	JD. IPÊ
2812	LEVI RODRIGUES LEMOS	63	20	JD. IPÊ
2812	SANDRA MARIA SALLES	63	20	JD. IPÊ
2812	SIDNÉIA MARIA SALLES	63	20	JD. IPÊ
2812	SIMONE MOREIRA SALLES	63	20	JD. IPÊ
2812	SONIA APARECIDA TOME SALES	63	20	JD. IPÊ
2812	SONIA APARECIDA TOME SALES	63	20	JD. IPÊ
2813	LUCIANE VERISSIMO DE SOUZA	CHAC B-2	8	CHÁC. DIVERSAS
2814	EDVALDO BATISTA DOS SANTOS	11	8	JD. OÁSIS
2815	ENGEPEC ENGENHARIA E OBRAS LTDA	14	2	JD. OÁSIS
2816	VIVIANE FERREIRA PALACIO	14	3	JD. OÁSIS
2816	VIVIANE FERREIRA PALACIO	14	3	JD. OÁSIS
2817	MONICA ISHIGAKI FRANCOSO	CHAC.	48/A/REM/1/B9	AREA INDUSTRIAL 2
2818	LUIZ HIROSHI IKAWA	17	05	JD. IGUACU
2819	CLEMENTINA MARIA CASARIN	28	06	CENTRO
2820	MARCELO GIRALDI	07	10	CASAS POPULARES SUMARE
2820	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANÁ - COHAPAR	07	10	CASAS POPULARES SUMARE
2821	PERICLES MORENO	38	20	PQ MORUMBI E CHACARA
2822	QUITERIA DE LIMA (ESPÓLIO)	55	15	JD IPE
2823	IPANEMA LOTEADORA LTDA.	08	11	RESIDENCIAL VERONICA
2823	IPANEMA LOTEADORA LTDA. - JEFFERSON APARECIDO DELMONDES JERONIMO	08	11	RESIDENCIAL VERONICA
2824	IPANEMA LOTEADORA LTDA.	08	08	RESIDENCIAL VERONICA
2824	IPANEMA LOTEADORA LTDA.	08	08	RESIDENCIAL VERONICA
2825	LUIS CLAUDIO DA COSTA	07	05	RESIDENCIAL VERONICA
2825	CLAUDIRENI APARECIDA BARBON DA COSTA	07	05	RESIDENCIAL VERONICA
2825	FERNANDO HENRIQUE ELERBROCK DE ALBUQUERQUE	07	05	RESIDENCIAL VERONICA
2825	TACIANE PERINI DE ALMEIDA ALBUQUERQUE	07	05	RESIDENCIAL VERONICA
2826	LUIS CLAUDIO DA COSTA	07	06	RESIDENCIAL VERONICA
2826	CLAUDIRENI APARECIDA BARBON DA COSTA	07	06	RESIDENCIAL VERONICA
2826	FERNANDO HENRIQUE ELERBROCK DE ALBUQUERQUE	07	06	RESIDENCIAL VERONICA
2826	TACIANE PERINI DE ALMEIDA ALBUQUERQUE	07	06	RESIDENCIAL VERONICA
2827	LUIS CLAUDIO DA COSTA	07	07	RESIDENCIAL VERONICA
2827	CLAUDIRENI APARECIDA BARBON DA COSTA	07	07	RESIDENCIAL VERONICA
2827	FERNANDO HENRIQUE ELERBROCK DE ALBUQUERQUE	07	07	RESIDENCIAL VERONICA
2827	TACIANE PERINI DE ALMEIDA ALBUQUERQUE	07	07	RESIDENCIAL VERONICA
2828	IPANEMA LOTEADORA LTDA.	7	8	RESIDENCIAL VERONICA
2829	VALDEIR ROGERIO SANTANA	9	3	RESIDENCIAL VERONICA
2830	JOAQUIM TONETI (ESPÓLIO)	1	9R	JARDIM JURACI
2831	INSTITUTO AGUA E TERRA	CHAC.	SUB CHAC 43/44	CHACARA DIVERSAS
2832	EDUARDO DE OLIVEIRA	1	6B	JARDIM MARAVILHA
2833	F. L. V. LOTEAMENTOS LTDA.	01	01	JD. CENTRAL
2834	ANA MACHADO DA SILVA	11	22	JD. MORUMBI
2834	ANA MACHADO DA SILVA	11	22	JD. MORUMBI
2835	F. L. V. LOTEAMENTOS LTDA.	2	5	JARDIM CENTRAL
2836	F. L. V. LOTEAMENTOS LTDA.	3	15	JARDIM CENTRAL
2837	ESPÓLIO DE MANOEL LOUREIRO (ESPÓLIO)	43	09	CENTRO
2837	ESPÓLIO DE EDILSON PAULINO DE CARVALHO (ESPÓLIO)	43	09	CENTRO
2838	SHEILA RAQUEL ZARDO PACHECO	82	1R1	CENTRO
2838	SHEILA RAQUEL ZARDO PACHECO	82	1R1	CENTRO
2839	ROBERTO ARNALDO BARIANI	175	10	JD. OURO BRANCO
2840	RAFAEL DOMINGOS DAL PRA	175	12	JD. OURO BRANCO
2841	ADG - CONSTRUTORA INCORPORADORA E LOTEADORA LTDA.	65	24A	JD. SANTOS DUMONT
2842	INCORPORADORA E IMOBILIARIA FAZENDA SIMONE LTDA	CHAC	APA	JD. FAZ. SIMONE II

Paranavaí, 11 de novembro de 2025.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

CLÉZIO DE OLIVEIRA CABRAL JUNIOR

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES
Fiscais de Obras

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A07EB262

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 297/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 297 / 2025

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) KLEBER NASCIMENTO DE SOUZA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:
Empresa: LAURINDO EVENTOS E LOCACOES LTDA CNPJ: 42.748.019/0001-60
Endereço: RUA LUCIANA MARTINS ANDRADE, 191 - JARDIM SAO JORGE, Paranavaí - PR,

E-mail: escritorioromano2@gmail.com / sandro25jl@hotmail.com / explendoreenterprise@gmail.com

Telefone: (44) 9946-7373, (45) 99917-5929, (44) 99175-0070

Nome do Representante: SANDRO LAURINDO DA SILVA CPF: 883.763.039-53

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 132/2025, Pregão Eletrônico nº 55/2025, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
12 - LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PAVILHÃO ESTRUTURADO. O serviço inclui transporte, montagem e desmontagem das estruturas, bem como toda mobilização de equipes, fretes, alvarás, licenças e ARTs necessárias. Características da estrutura: estrutura com duas águas, com pé direito regulável de 3 metros a 6 metros; boca de 10 à 20 metros e comprimento a definir de acordo com cada evento; estrutura metálica tipo box truss; cobertura com lona nas cores branca ou gelo, de alta resistência com proteção antichama. Caso seja necessário, em razão do clima (ex: chuva ou frio), deverão ser instaladas saias de lona na mesma cor e material da cobertura para fechamento dos quatro lados ou fechamento parcial de acordo com a necessidade. Iluminação com, no mínimo 1 lâmpada de 250w para cada 15m2. Todos os cabos, apoios, amarras e outras intervenções que possam vir a causar acidentes deverão estar devidamente sinalizados. O serviço deve atender todas a exigências do corpo de bombeiros, o que inclui iluminação de emergência, placas de sinalizações e extintores de incêndio. A montagem da estrutura deverá obedecer às normas técnicas vigentes e ser acompanhada por profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente. Locação por m² e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METROS QUADRADOS	PROPRIO	2.498	R$ 69,90	R$ 174.610,20
13 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE ARQUIBANCADAS em estrutura metálica de 4 (quatro) degraus sem cadeiras fixas; em blocos (vãos) medindo de 2,20 a 2,75m de comprimento, sendo o assento o próprio madeiramento, devendo ser vistoriados no ato da montagem, sem escadas e com parapeitos nas laterais e fundos. Será de responsabilidade da empresa a contratação de segurança para cuidar da estrutura durante o processo de montagem e desmontagem. A montagem da estrutura deverá obedecer às normas técnicas vigentes e ser acompanhada por profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente, devendo constar a capacidade máxima de suporte da arquibancada (quantidade de pessoas). Locação por metro linear e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METRO	PROPRIO	233	R$ 415,00	R$ 96.695,00
20 - LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA EM REGIME STANDBY com potência mínima de de 260 kVA, trifásico, 380/220 V, gabinado (silenciado), equipado com chave reversora automática para acionamento imediato em caso de falha na rede elétrica principal, e 04 cabos de 75 mm² com 25 metros de comprimento cada. O equipamento deverá contar com técnico responsável durante todo o período do evento, transporte próprio e fixação na	DIÁRIA	PROPRIO	25	R$ 3.080,00	R$ 77.000,00

plataforma do caminhão. A montagem da estrutura deverá ser realizada com liberação de engenheiro ou técnico eletricista, mediante recolhimento e pagamento da via de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Inclui combustível para operação emergencial e operador qualificado para acionamento e monitoramento.					
21 - LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA EM REGIME FULLTIME com potência mínima de 260 kVA, trifásico, 380/220 V, gabinado (silenciado), equipado com chave reversora e 04 cabos de 75 mm² com 25 metros de comprimento cada. O equipamento deverá contar com técnico responsável durante todo o período de operação, transporte próprio e fixação na plataforma do caminhão. A montagem da estrutura deverá ser realizada com liberação de engenheiro ou técnico eletricista, mediante recolhimento e pagamento da via de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Inclui combustível para 12 horas de operação contínua e operador qualificado.	DIÁRIA	PROPRIO	16	R$ 4.084,00	R$ 65.344,00
23 - LOCAÇÃO DE TRELIÇA de alumínio ou ferro p-30 com instalação e fixação de segurança, incluindo sapatas e cubos. Locação por metro linear e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METRO	PROPRIO	1.725	R$ 20,50	R$ 35.362,50
24 - LOCAÇÃO DE TRELIÇA de alumínio ou ferro p-50 com instalação e fixação de segurança, incluindo sapatas e cubos. Locação por metro linear e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METRO	PROPRIO	960	R$ 64,00	R$ 61.440,00
41 - LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PAVILHÃO ESTRUTURADO. O serviço inclui transporte, montagem e desmontagem das estruturas, bem como toda mobilização de equipes, fretes, alvarás, licenças e ARTs necessárias. Características da estrutura: estrutura com duas águas, com pé direito regulável de 3 metros a 6 metros; boca de 10 à 20 metros e comprimento a definir de acordo com cada evento; estrutura metálica tipo box truss; cobertura com lona nas cores branca ou gelo, de alta resistência com proteção antichama. Caso seja necessário, em razão do clima (ex: chuva ou frio), deverão ser instaladas saias de lona na mesma cor e material da cobertura para fechamento dos quatro lados ou fechamento parcial de acordo com a necessidade. Iluminação com, no mínimo 1 lâmpada de 250w para cada 15m2. Todos os cabos, apoios, amarras e outras intervenções que possam vir a causar acidentes deverão estar devidamente sinalizados. O serviço deve atender todas a exigências do corpo de bombeiros, o que inclui iluminação de emergência, placas de sinalizações e extintores de incêndio. A montagem da estrutura deverá obedecer às normas técnicas vigentes e ser acompanhada por profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente. Locação por m² e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METROS QUADRADOS	PROPRIO	832	R$ 69,90	R$ 58.156,80
42 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE ARQUIBANCADAS em estrutura metálica de 4 (quatro) degraus sem cadeiras fixas; em blocos (vãos) medindo de 2,20 a 2,75m de comprimento, sendo o assento o próprio madeiramento, devendo ser vistoriados no ato da montagem, sem escadas e com parapeitos nas laterais e fundos. Será de responsabilidade da empresa a contratação de segurança para cuidar da estrutura durante o processo de montagem e desmontagem. A montagem da estrutura deverá obedecer às normas técnicas vigentes e ser acompanhada por profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente, devendo constar a capacidade máxima de suporte da arquibancada (quantidade de pessoas). Locação por metro linear e por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METRO	PROPRIO	77	R$ 415,00	R$ 31.955,00
Total do Lote:					R$ 600.563,50
Total do Fornecedor:					R$ 600.563,50

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SEC. MUN. DE PROT. A VIDA, PATRIMONIO PÚB. E TRÂNS
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 6 de novembro de 2025

_____

SANDRO LAURINDO DA SILVA

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
CPF: 048.306.029-10
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
CPF: 025.577.729-92

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social
CPF: 005.538.459-50

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
CPF: 020.387.629-61
Secretário Municipal de Prot. à vida, Patrimônio e Trânsito

KLEBER NASCIMENTO DE SOUZA
Secretário CPF: 066.983.479-30

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte
CPF: 852.920.019-53

RAFAEL LUCAS TORRENTE
CPF: 049.598.719-03
Diretor-Presidente Da Fundação Cultural De Paranavaí

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:F9B1B1BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.665, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 3.216.883,65 (três milhões, duzentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.378, de 13 de dezembro de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2025, no valor de R$ 3.216.883,65 (três milhões, duzentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
10.02	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
23	**Comércio e Serviços**	
23.691	**Promoção Comercial**	
23.691.0027	**Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias**	
2.029	Manter Aeroporto	
3.3.90.30 – 000 (3192)	Material de Consumo	50.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.606	**Extensão Rural**	
20.606.0029	**Atividades da Secretaria de Agricultura**	
1.123	Programa Asfalto no Campo	
4.4.90.51 – 9037 (18304)	Obras e Instalações	3.055.883,65

2.070	Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Rural	
3.3.90.39 – 000 (3268)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	36.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
12.02	**DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**	
18	**Gestão Ambiental**	
18.541	**Preservação e Conservação Ambiental**	
18.541.0033	**Preservar e Melhorar o Meio Ambiente**	
2.076	Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.39 – 000 (3338)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	65.000,00

12.03	**DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO**	
17	**Saneamento**	
17.512	**Saneamento Básico Urbano**	
17.512.0034	**Limpeza Pública**	
2.441	Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento	
3.3.90.36 – 000 (3434)	Outros Serviços de Terceiros – Física	10.000,00

Total	**3.216.883,65**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculada do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

II - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
10.01	**GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
23	**Comércio e Serviços**	
23.691	**Promoção Comercial**	
23.691.0025	**Desenvolvimento Econômico e Tecnológico**	
2.047	Manutenção das Atividades do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico	
3.3.90.14 – 000 (3094)	Diárias – Pessoal Civil	11.576,25

10.02	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
11	**Trabalho**	
11.333	**Empregabilidade**	
11.333.0026	**Incentivo Atividade Comercial**	
2.046	Manutenção das Atividades da Marcenaria	
4.4.90.52 – 000 (3115)	Equipamentos e Material Permanente	26.375,00

23	**Comércio e Serviços**	
23.691	**Promoção Comercial**	
23.691.0026	**Incentivo Atividade Comercial**	
2.048	Manutenção das Atividades do Departamento da Micro e Pequena Empresa	
3.3.90.33 – 000 (3166)	Passagens e Despesas com Locomoção	11.576,25
3.3.90.36 – 000 (3167)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	472,50

2.050	Realizar feiras setoriais e exposições	
3.3.90.39 – 000 (3176)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	111.000,00

Subtotal	**161.000,00**

II - excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada:

Código	Especificação	Valor (R$)
9037	Convênio Termo nº 1050/2025 - SECID - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - SIT 75465	3.055.883,65

Total	**3.216.883,65**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:1B3A0F94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 03/2025

LEI COMPLEMENTAR N° 03/2025

Aprova o Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1° Fica aprovado o Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin, composto pelo presente diploma legal e pelas leis complementares adiante consignadas, referindo-se, todos, ao documento denominado "Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin", o qual, sob forma de anexo, fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2° O Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin ordenará as atividades da administração municipal, inclusive sua articulação com a administração estadual e federal, entidades autárquicas, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, de maneira a alcançar as diretrizes expostas no Art. 4º e eixos estruturantes descritos no caput do Art. 5º da presente Lei.

Parágrafo único. O Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin será revisado a cada 10 (dez) anos obrigatoriamente, bem como a qualquer momento de sua vigência, por solicitação formal de pelo menos cinco por cento do eleitorado municipal ou dois terços dos vereadores, sendo em qualquer um dos casos assegurada a participação da sociedade civil através de Audiências Públicas e demais formas de consulta popular, nos moldes estabelecidos pela Lei da Gestão Democrática.

Art. 3° É meta do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin a promoção do desenvolvimento e do bem-estar social dos cidadãos do Município, de modo que estes avancem no posicionamento no contexto da população paranaense em termos de desenvolvimento humano, com boas condições de saúde, de educação e de renda, concomitantes com altos índices de sustentabilidade ambiental e social.

Parágrafo único. A melhoria do posicionamento de Paulo Frontin no contexto estadual requer o crescimento sustentável da economia local, com redução das desigualdades e eliminação progressiva da pobreza extrema, conforme metas e indicadores definidos nesta Lei.

Seção Única
Dos Indicadores de Progresso e do Prazo de Avaliação da Meta

Art. 4º Para monitorar e avaliar o cumprimento da meta estabelecida no caput do Art. 3º, ficam definidos os seguintes indicadores oficiais:

I – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), com meta de valor superior a 0,800;

II – Coeficiente de Gini, com meta de valor inferior a 0,500;

III – Percentual da população com renda per capita inferior a ½ salário-mínimo, com meta de redução a, no máximo, 1%.

§ 1º As metas previstas nos incisos I a III deverão ser alcançadas até o ano de 2035.

§ 2º A coleta, análise e divulgação dos indicadores será realizada anualmente, com base em dados oficiais disponibilizados por órgãos federais, estaduais ou municipais, podendo ser complementada com dados técnicos de origem local, mediante validação metodológica adequada.

§ 3º Será realizada uma avaliação intermediária (revisão de meio período) no ano de 2030, com o objetivo de analisar o andamento das metas, propor ajustes e garantir sua efetiva execução até 2035.

§ 4º Caso os indicadores não apresentem progresso compatível com as metas no momento da avaliação intermediária, o Poder Executivo, com apoio da Equipe de Acompanhamento do Plano Diretor, poderá propor medidas corretivas prioritárias para acelerar o cumprimento das metas.

CAPÍTULO II
DA META, DAS DIRETRIZES E DOS EIXOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

Art. 5° Para a realização da meta expressa no Art. 3º o Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin estipula diretrizes gerais, adiante enumeradas, derivadas da análise dos aspectos de inserção regional, aspectos ambientais, aspectos socioeconômicos, aspectos socioespaciais, aspectos relativos à infraestrutura, equipamento e serviços e aspectos institucionais.
§ 1º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos de inserção regional:
I - firmar presença no mercado da capital regional, União da Vitória, como prestigiado fornecedor de produtos alimentícios;
II - aproveitar o potencial econômico representado pela Rodovia BR-476 e PR-153 como eixo de comercialização dos produtos municipais;
III - fomentar a agregação de valor aos produtos da agricultura local, através da agroindustrialização dos produtos do tipo alimentar.
§ 2º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos ambientais:
I - abster-se de expandir os aproveitamentos agrícolas nas várzeas do Rio Iguaçu, incluso seus afluentes Rio Claro e Rio Santana;
II - implantar rede de esgoto coletado e tratado na zona urbana.
§ 3º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos socioeconômicos:
I - criar e fazer funcionar mecanismos e estrutura para diversificar a cultura de fumo no território municipal;
II - incentivar as atividades ligadas à fruticultura, tanto para consumo *in natura* quanto industrializada;
III - incentivar as atividades ligadas à horticultura, tanto para consumo *in natura* quanto industrializada;
IV - incentivar a avicultura, tanto no que se refere à criação quanto na instalação de abatedouros;
V - incentivar a pecuária leiteira, tanto no que se refere à criação quanto na instalação de laticínios;
VI - criar pequenos parques industriais para estabelecimento de agroindústrias nos principais aglomerados rurais,
VII - criar um parque industrial urbano;
VIII - criar unidades produtivas de negócios (UPNs) em locais escolhidos da BR – 476 e BR-153;
IX - criar unidades produtivas de negócios (UPNs) comerciais urbanas;
X - reivindicar junto ao Estado e à União instalação de ensino médio profissional voltado às vocações locais e regionais.
§ 4º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos socioespaciais;
I - incentivar a manutenção da ruralidade como característica fundamental do Município de Paulo Frontin;
II - potencializar Vera Guarani, São Roque e Cândido de Abreu como os principais aglomerados rurais, incentivando sua semi-urbanização;
III - readequar o equipamento público urbano e reorganizar o sistema viário urbano;
IV - instituir um sistema de parques lineares ao longo do Rio Santana e do Arroio do Tigre;
V - promover a regularização fundiária ou reassentamento de ocupações em Área de Preservação Permanente, nos termos da legislação ambiental vigente - Lei 12.651/2012, mediante diagnóstico técnico-social e estudo de risco ambiental.
VI - criar um conjunto de espaços culturais no entorno da estação ferroviária restaurada;
VII - criar mecanismos legais e fiscais de incentivo ao comércio e à prestação de serviços.
§ 5º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos relacionados com infraestrutura, equipamento e serviços públicos:
I - manter e incrementar a boa cobertura espacial e demográfica do sistema municipal de ensino;
II - manter e incrementar a boa cobertura espacial e demográfica do sistema municipal de saúde:
III - corrigir a lotação excessiva da escola municipal urbana e, principalmente, do centro de educação infantil;
IV - negociar urgentemente com a companhia concessionária de saneamento a implantação de rede de coleta e tratamento de esgotos na cidade;
V - manter e melhorar o sistema viário municipal.
§ 6º São diretrizes gerais decorrentes da análise dos aspectos institucionais:
I - incentivar o cultivo do potencial cultural representado pelas tradições coloniais, especialmente as ucranianas (mas também polonesas e italianas);
II - promover a justiça fiscal mediante a tributação correta dos imóveis urbanos, das transferências de imóveis em geral, da implantação de taxas para cobertura dos custos dos serviços e tratar as questões tributárias com profissionalismo;
III - ajustar o organograma do Poder Executivo para incluir profissionais de apoio às novas atividades econômicas e para criar departamento dedicado à habitação social.
§ 7º Fica instituído o Quadro Financeiro-Programático do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin, conforme abaixo, contendo os projetos estruturantes previstos, seus valores estimados de execução, fontes de financiamento e horizonte temporal de implementação.
§ 8º O Quadro Financeiro-Programático integra esta Lei para todos os fins, devendo servir de base orientadora para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos Orçamentos Anuais (LOA), podendo ser revisado por decreto, com base em proposta técnica da Equipe de Acompanhamento do Plano Diretor.

Eixo / Projeto Estruturante	Valor Estimado (R$)	Fonte Principal de Recursos	Complementar	Horizonte de Execução
Implantação de Parque Industrial Urbano	1.500.000,00	Governo Estadual – Fomento	Recursos próprios	2026–2028
Sistema de coleta e tratamento de esgoto urbano	2.500.000,00	Sanepar / FUNASA	Contrapartida Municipal	2026–2030
Rede de UPNs comerciais e logísticas na BR-476 e PR-153	800.000,00	Parcerias Público-Privadas	Governo Federal – MIDR	2027–2031
Regularização fundiária e reassentamento em APPs	400.000,00	União – Programa Moradia Digna	Recursos próprios	2025–2027

Seção I
Do Monitoramento e Avaliação das Diretrizes
Art. 6º O monitoramento e a avaliação da execução das diretrizes do Plano Diretor Municipal serão contínuos e sistemáticos, com o objetivo de garantir a efetividade, coerência e adequação das ações previstas.
§ 1º Ficam instituídos os seguintes mecanismos de monitoramento e avaliação:
I – Criação de um Comitê de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor, com composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, com reuniões ordinárias semestrais;
II – Publicação de Relatórios Anuais de Execução, a serem apresentados até o mês de março do ano subsequente, contendo:
a) ações implementadas por diretriz;
b) recursos aplicados;
c) metas atingidas;
d) dificuldades encontradas e recomendações de ajustes;
III – Criação de um sistema municipal de indicadores territoriais e socioeconômicos, com base em dados do IBGE, Censo Escolar, Cadastro Ambiental Rural, dados da Secretaria Municipal de Saúde, Agricultura e demais secretarias envolvidas;
IV – Realização de Avaliação de Meio Período (mid-term review), no quinto ano de vigência do Plano Diretor, para reorientação de ações e metas, se necessário.
§ 2º A Secretaria Municipal de Administração será responsável por coordenar tecnicamente o processo de monitoramento e avaliação, com apoio das demais secretarias e do Comitê de Acompanhamento.
Art. 7° A implantação das diretrizes consignadas no Art. 4º será realizada mediante eixos estruturantes, cujos objetivos, prazos, estimativa de custos e relação de atores envolvidos constam do Plano de Ação e Investimentos, capítulo integrante do documento "Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin", sendo estes:

I - Uma Nova Vida no Campo;
II - Uma Cidade Boa de se Viver; e
III - Uma Nova Geração Empreendedora.
§ 1º Propõe-se, o eixo estruturante Uma Nova Vida no Campo, a proporcionar ao morador da zona rural frontinense novas oportunidades de obtenção de renda além da fumicultura, incluindo a agregação de valor à sua produção através das atividades de agroindustrialização e de oportunidades de comercialização rural de sua produção, através dos projetos estruturantes.
I - criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, compreendendo atividades de contratação de técnico em pecuária, técnico de fruticultura e horticultura e de técnico em agroindustrialização:
II - incentivos à pecuária leiteira, à fruticultura, à horticultura compreendendo atividades de cessão de terrenos, execução de terraplenagem e fornecimento de entrada de energia de maneira subsidiada a produtores rurais que aderirem aos ramos incentivados, à instalação de laticínios, abatedouros e agroindústrias em geral;
III - desenvolvimento das centralidades da zona rural, compreendendo projetos de urbanização, pavimentação e mini parques industriais em Vera Guarani, São Roque e Cândido de Abreu e ainda projetos de pré-urbanização em cinco outras comunidades a serem escolhidas;
IV - estradas Rurais para a Produção, projeto que conta com as atividades de criação de um distrito industrial especializado em artefatos de cimento junto à pedreira de Gonçalves Junior, de pavimentação gradativa dos trechos rodoviários de acesso a Vera Guarani, a São Roque e a Cândido de Abreu, além da manutenção permanente das demais estradas principais e da implantação de sinalização Viária inclusive orientativa; e
VI - BR-476 como Vitrine, projeto que compreende as atividades de implantação duas unidades produtivas de negócio (UPNs).
§ 2º Propõe-se, o projeto estruturante Uma Cidade Boa de se viver, a proporcionar qualidade de vida ao habitante urbano, sem perda da sustentabilidade ambiental que é dever do cidadão, ao mesmo tempo em que oferecer as oportunidades econômicas necessárias para o aumento da renda individual dos moradores da cidade, através dos projetos estruturantes:
I - esgoto Coletado e Tratado em Paulo Frontin, compreendendo as atividades de elaboração do projeto técnico do sistema, da execução da rede de coleta de esgoto sanitário e da estação de tratamento de efluentes;
II - Rio Santana Como Parque, compreendendo a aquisição das áreas marginais ao curso d`água e sua disponibilização para uso público, devidamente equipado com pistas, locais de repouso e desfrute, abrangendo as diversas faixas etárias;
III - História e Cultura Frontinenses, projeto voltado ao aproveitamento da estação ferroviária restaurada como um centro de cultura e da criação de atividades de permanente incentivo às tradições ucranianas, poloneses e italianas (especialmente as primeiras), para o que será necessário criar um departamento próprio dentro da estrutura do Poder Executivo;
IV - Habitação como direito de todos, projeto estruturante destinado a resolver as mazelas de ocupação irregular das áreas urbanas de preservarão permanente e de loteamento irregular bem como produzir continuamente habitação de interesse social para abrigo das famílias carentes de maneira a evitar se formem novos enclaves, para isso, será necessário acrescentar um departamento de habitação ao organograma municipal.
V - espaços para comércio e serviços projeto destinado a proporcionar espaço locável subsidiado a empresas nascentes do setor terciário, em pelo menos três locais da malha urbana:
VI - Urbanização Integral, projeto relacionado com a reforma geral das vias urbanas, inclusive remodelação das galerias pluviais, da pavimentação, das calçadas e da arborização;
VII - impulso à Industrialização, compreendendo a elaboração de projeto e execução das obras de um pequeno distrito industrial sob a forma de condomínios.
§ 3º Propõe-se, o projeto estruturante Uma Nova Geração Empreendedora, a embasar o crescimento econômico por meios autógenos, recuperando a tradição cooperativista encontrada no município nos primeiros anos do Século XX, compreendendo dois projetos estruturantes, a saber;
I - Centro de Referência, empreendimento educacional médio e profissionalizante mantido pelo Estado do Paraná, a ser atraído a Vera Guarani mediante a doação de área e apoio em terraplenagem e rede elétrica, com abrangência sobre toda a faixa sul da Mesorregião Sudeste Paranaense;
II - Incubadora de Empresas anexa ao educandário, com a construção de pavilhões industriais e construções de apoio, destinando-os ao abrigo, por tempo determinado, de empresas nascentes, de categorias profissionais cultivadas no currículo do Centro de Referência.
Art. 8º O presente quadro poderá ser atualizado por ato do Executivo Municipal, mediante parecer técnico fundamentado e aprovação do Comitê de Acompanhamento.

Quadro de Implementação das Diretrizes do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin

Eixo Estruturante	Projeto Estruturante	Responsável Principal	Cronograma Estimado	Indicadores de Sucesso
I – Uma Nova Vida no Campo	Incentivos à agroindustrialização e diversificação da produção	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente / IDR PR	2025 – 2027	+30% produtores fora da fumicultura; 5 agroindústrias; 10 terrenos subsidiados
	Desenvolvimento das centralidades rurais	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos / Planejamento	2025 – 2029	2 projetos por localidade; 10 km pavimentados; 3 miniparques industriais
	Estradas Rurais para a Produção	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos / Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	2025 – 2030	15 km pavimentados; sinalização 100%; distrito de artefatos criado
	BR- 476 e PR-153 como Vitrine	Secretaria de Indústria e Comércio / Planejamento	2026 – 2035	2 UPNs instaladas; 5 novos negócios; 50 empregos diretos
II – Uma Cidade Boa de se Viver	Sistema de esgoto e estação de tratamento	Concessionária Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	2025 – 2032	80% da cidade atendida; estação em operação;
	Rio Santana como Parque	Secretaria de Meio Ambiente / Cultura	2026 – 2029	Áreas adquiridas; 3 km de infraestrutura; Execução de Audiência Pública
	História e Cultura de Paulo Frontin	Secretaria de Cultura	2026 – 2029	Estação ativa; 3 eventos anuais;
	Habitação como direito de todos	Secretaria de Habitação / Assistência Social	2025 – 2030	50 habitações entregues; 75% áreas irregulares regularizadas
	Espaços para comércio e serviços	Secretaria de Indústria e Comércio / Planejamento	2026 – 2029	2 centros comerciais; 70% ocupação
	Urbanização Integral	Secretaria de Obras / Meio Ambiente	2025 – 2029	50% das vias reformadas; nova drenagem em 3 setores; 1.500 árvores plantadas
	Impulso à Industrialização	Secretaria de Indústria e Comércio	2026 – 2030	Projeto do Miniparque Industrial implantado; 40% ocupação até 2030
III – Uma Nova Geração Empreendedora	Incubadora de Empresas	Secretaria de Indústria e Comércio / Educação	2026 – 2029	Projeto para implantação de pavilhão para incubadoras; parceria com Sebrae/Senac e demais para auxilio a empresas incubadas;

CAPÍTULO III
DOS DISTRITOS DE PLANEJAMENTO E DO EQUIPAMENTO PÚBLICO MÍNIMO
Art. 9° Ficam consignadas as áreas mínimas e raios de influência máximos relativamente ao equipamento público a ser disponibilizado à população, constantes dos Quadros 02 e 03:

Quadro 02

Cobertura espacial do equipamento público urbano

Número	Equipamento Público	Área m2 habitante/potencial	Área mínima (m2)	Raio de Influência (m)
1	Educação Infantil	0,38	400,00	500,00
2	Ensino Fundamental	0,7	800,00	1.000,00
3	Ensino médio	0,55	800,00	1.500,00
4	Posto de Saúde	0,38	200,00	1.500,00
5	Lazer Infantil e Lazer Juvenil	0,18	300,00	500,00
6	Playground	0,18	500,00	1.000,00
7	Lazer Adulto (playfeld)	0,55	1.000	2.000,00

Quadro 03
Cobertura espacial do equipamento público rural

Número	Equipamento Público	Área m2 habitante/potencial	Área mínima (m2)	Raio de Influência (m)
1	Educação infantil	0,38	400,00	7,50
2	Ensino fundamental	0,75	800,00	7,50
3	Ensino médio	0,55	800,00	15,00
4	Posto de saúde	0,38	200,00	7,50
5	Lazer infantil (playlot)	0,18	300,00	7,50
6	Lazer juvenil (playground)	0,18	500,00	7,50
7	Lazer adulto (playfield)	0,55	1.000,00	15,00

§ 1º O total de habitantes potenciais constante do Quadro 02 será o resultado da multiplicação do número de lotes urbanos, entre ocupados e desocupados, contidos da área de influência do equipamento público considerado, pelo número médio de habitantes por domicílio consignado no último recenseamento nacional disponível. Em 2013, Paulo Frontin, no Paraná, tinha uma população de 6.965 habitantes, de acordo com o IBGE, já no ano de 2024 a população estimada de Paulo Frontin (PR) foi de6.369 pessoas, tendo uma redução de cerca de 600 habitantes. Assim a área por metro quadrado por habitante potencial teve uma redução de densidade ocasionada pela redução de população. Quanto a área mínima por metro quadro e a área de influências os padrões se mantiveram os mesmos.
§ 2º O número de habitantes constante do Quadro 03 utilizou a mesma metodologia do Quadro 02, onde de acordo com o IBGE houve a redução do número de habitantes no ano de 2024 do município em comparação ao apurado na versão do Plano Diretor de 2013, fazendo com que a área por metro quadro por habitante potencial tivesse uma sensível redução no seu adensamento.

CAPÍTULO IV
DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR AO PLANO DIRETOR
Art. 10. Constituem leis complementares à presente Lei do Plano Diretor Municipal de Paulo Frontin os seguintes diplomas legais, a serem votadas em prazo não superior a seis meses após a promulgação da presente, obedecida a exigência de quórum qualificado, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal:
I – Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana;
II – Código de Posturas;
III – Código de Obras;
IV – Sistema Viário;
V – Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo;
Art. 11. A Lei de Democratização da Gestão Urbana deverá conter, no mínimo os princípios da gestão democrática das cidades, expressos pelo inciso II do Art. 2º e pelos Arts. 43 a 45 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), da criação de Conselhos Setoriais e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, da regulamentação das audiências públicas, da instituição do estudo prévio de impado de vizinhança (EIV), das conferências e debates sobre assuntos de interesse da população e da iniciativa popular na apresentação de projetos de Lei sobre assuntos de natureza urbanística.
Art. 12. O código de postura deve conter norma de regência para uma postura correlacional, uma postura da ordem e da segurança pública, um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio do Município de Paulo Frontin.
Art. 13. O código de obras deverá determinar no mínimo normas específicas que regem a construção, reforma e manutenção de edifícios dentro dos limites desse município, com regras claras que não obstaculizem o desenvolvimento, mas que garantam a segurança e o crescimento ordenado e organizado do Município de Paulo Frontin.
Art. 14. A Lei do Sistema Viário dispõe, sobre:
I – a classificação e hierarquização das vias urbanas e rurais do Município de Paulo Frontin, conforme suas funções na malha viária e na estruturação territorial;
II – os critérios técnicos e operacionais para a implantação, manutenção, requalificação e expansão da infraestrutura viária, assegurando a eficiência e a segurança do deslocamento de pessoas e bens;
III – a integração do sistema viário com o uso e ocupação do solo, de forma a compatibilizar o desenvolvimento urbano e rural com a capacidade da rede de transportes.
Parágrafo único. A Lei do Sistema Viário contempla diretrizes específicas para o Plano de Mobilidade Urbana, abrangendo:
a) a priorização dos modos ativos e do transporte coletivo, em consonância com o princípio da mobilidade sustentável;
b) a acessibilidade universal, garantindo condições adequadas de circulação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
c) a redução de conflitos viários e o incremento da segurança no trânsito;
d) a integração intermodal e a racionalização dos fluxos de tráfego, visando à conectividade e à eficiência do sistema de transporte municipal.
Art. 15. A Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal conterá, no mínimo, a explicação do zoneamento de uso do solo municipal, a delimitação do perímetro urbano e dos periurbanos, a regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, as regras para parcelamento do solo urbano e disposições gerais e transitórias para conciliar situações existentes com os requisitos da nova legislação.
Art. 16. O plano diretor conterá no mínimo, as regras para a notificação para uso compulsório do solo urbano de modo a fazer valer a sua função social, do direito de preempção da outorga onerosa do direito de construir, da transferência do potencial construtivo e da regularização fundiária urbana e rural.
CAPÍTULO V
DA COMPULSORIEDADE DE APROVEITAMENTO DO SOLO URBANO, OUTORGA ONEROSA E OUTROS MECANISMOS

Art. 17. Estabelece os locais, formas, prazos e mecanismos para a aplicação da compulsoriedade de aproveitamento do solo urbano, consórcio imobiliário, outorga onerosa do direito de construir, transferência de potencial construtivo, direito de preempção, regularização fundiária, zonas

especiais de interesse social e demais dispositivos que asseguram o uso social da propriedade urbana, no território do município de Paulo Frontin, em respeito à Constituição Federal, à Lei Orgânica Municipal e à Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Seção I

Do Aproveitamento Compulsório do Solo Urbano

Art. 18. Com a finalidade de assegurar o pleno cumprimento da função social da propriedade urbana, poderá ser determinado o aproveitamento compulsório de terrenos localizados na zona urbana do Município de Paulo Frontin, desde que estejam dotados de infraestrutura básica e se encontrem nas seguintes condições:

§ 1º Estão sujeitos ao aproveitamento compulsório os imóveis:

I – não edificados, assim entendidos aqueles que não possuam qualquer edificação em condições de uso ou ocupação, conforme os parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor Municipal;

II – subutilizados, assim considerados os imóveis edificados cujo aproveitamento esteja inferior ao coeficiente de aproveitamento mínimo fixado para a zona onde se situam;

III – não utilizados, caracterizados pela ausência de uso efetivo e contínuo por período superior a 5 (cinco) anos, salvo nos casos de impedimento legal ou técnico devidamente comprovado.

§ 2º O Poder Executivo poderá notificar o proprietário do imóvel enquadrado nas condições acima, estabelecendo prazo não inferior a 1 (um) ano para sua adequada utilização, conforme parâmetros urbanísticos definidos por lei municipal específica.

§ 3º O não cumprimento das determinações no prazo fixado poderá ensejar, sucessivamente, a aplicação dos seguintes instrumentos:

I – Imposição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, conforme previsto no art. 182, §4º, da Constituição Federal;

II – Posterior desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, nos termos do art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, e da legislação infraconstitucional pertinente.

§ 4º As áreas sujeitas à aplicação deste instrumento deverão ser previamente delimitadas por lei municipal específica, com base em estudos técnicos e participação da comunidade, respeitando os princípios da função social da propriedade e da justa distribuição dos encargos e benefícios do processo de urbanização.

§ 5º Para fins deste artigo, considera-se dotada de infraestrutura mínima a área urbana que disponha, cumulativamente, de:

I – Sistema viário com padrão mínimo de trafegabilidade;

II – Abastecimento de água;

III – Coleta e disposição adequada de esgoto sanitário ou tratamento individual (fossa séptica – filtro – sumidouro);

IV – Energia elétrica domiciliar.

§ 6º A aplicação deste instrumento deverá considerar as peculiaridades locais, a capacidade administrativa municipal e o interesse público, priorizando o diálogo com os proprietários e incentivando o uso adequado e socialmente justo do solo urbano.

Seção II

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 19. Fica instituída, no âmbito do Município de Paulo Frontin, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, como instrumento de política urbana destinado a permitir ao proprietário construir acima do coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira ao Município.

§ 1º A outorga onerosa será exigida sempre que o proprietário ou interessado pretender edificar além do coeficiente de aproveitamento básico definido para a zona em que se localiza o imóvel, observados os limites máximos estabelecidos por esta Lei e pela legislação urbanística complementar.

§ 2º Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo, bem como os valores da contrapartida por metro quadrado adicional de área construída, serão definidos em Tabela de Coeficientes de Outorga Onerosa, anexa a esta Lei.

§ 3º O valor da contrapartida poderá variar conforme a localização, o uso predominante da edificação, a infraestrutura disponível e os impactos gerados pela edificação adicional, conforme critérios a serem regulamentados por decreto do Poder Executivo.

§ 4º Os recursos arrecadados com a Outorga Onerosa do Direito de Construir serão vinculados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e aplicados em políticas públicas de infraestrutura urbana, habitação de interesse social, mobilidade, regularização fundiária e preservação ambiental.

§ 5º Considera-se coeficiente de aproveitamento básico aquele que define a área máxima edificável sem exigência de contrapartida. A edificação acima desse limite estará sujeita ao pagamento da outorga, até o coeficiente máximo permitido por esta Lei.

§ 6º A contrapartida financeira relativa à outorga onerosa será devida pelo interessado sempre que a área construída pretendida ultrapassar o limite do coeficiente básico, observados os seguintes critérios:

I – Para área construída além do coeficiente básico, a contrapartida corresponderá a 3% (três por cento) do valor do Custo Unitário Básico (CUB) vigente, por metro quadrado adicional;

II – Para ocupação do solo além da taxa de ocupação máxima permitida, a contrapartida corresponderá a 50% do valor venal do metro quadrado do terreno, apurado com base em avaliação técnica ou valor fiscal de referência.

§ 7º O valor da outorga será apurado individualmente para cada projeto, mediante requerimento do interessado e emissão de guia específica pela Prefeitura Municipal.

§ 8º Estarão isentos da outorga onerosa os empreendimentos de interesse social promovidos pelo Poder Público ou conveniados com programas habitacionais federais, estaduais ou municipais, conforme regulamentação própria.

§ 9º As isenções ou reduções do valor da outorga poderão ser previstas em regulamentação específica, especialmente para empreendimentos de interesse social ou que promovam a reabilitação de áreas urbanas degradadas.

§10. A aplicação da outorga onerosa observará os princípios da legalidade, publicidade, proporcionalidade e interesse público, e dependerá de autorização expressa do Poder Executivo Municipal e manifestação favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Tabela de Coeficientes de Outorga Onerosa

Zona Urbana	Coeficiente Básico (CB)	Coeficiente Máximo (CM)
Zona Residencial (ZR)	1,0	2,0
Zona de Expansão Urbana	0,8	1,6
ZEIS 1	1,0	2,0
ZEIS 2	1,2	2,4
Zona Comercial Central (ZCC)	2,0	4,0

Seção III

Da Transferência de Potencial Construtivo

Art. 20. Define-se como transferência de potencial construtivo o exercício do direito de construir em local distinto da propriedade original, desde que esta fique comprometida com preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural ou paisagístico, preservação ambiental, regularização fundiária, ou ainda com implantação de equipamento público.

§ 1º Toda intenção de transferência do potencial construtivo estará sujeita à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que deverá se manifestar quanto à conveniência e oportunidade da operação, considerando o interesse público na preservação ou na destinação social do imóvel ofertado.
§ 2º O potencial construtivo transferível será medido em metros quadrados e corresponderá, em regra, ao produto da área do terreno onde se localiza o imóvel preservado ou de interesse público pelo coeficiente de aproveitamento básico, definido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a respectiva zona, deduzida a área já computável efetivamente edificada.
§ 3º O Município poderá autorizar acréscimos ou bônus ao potencial transferível, como forma de incentivo à preservação ambiental, patrimonial ou à destinação social do imóvel, desde que expressamente previstos em legislação urbanística complementar e devidamente justificados em parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Urbano.
§ 4º No caso de doação ao Poder Público, de imóvel considerado de interesse para preservação, para a regularização fundiária ou para a implantação de equipamento público, será concedido ao doador um prêmio de 50% sobre o direito de construir inerente ao imóvel doado.
Art. 21. O potencial construtivo a ser transferido será objeto de Certificado de Potencial Construtivo, emitido pelo Município, explicitando a área construída a ser transferida e o prazo de validade, que será de cinco anos improrrogáveis.
§ 1º A validade do certificado de que trata o caput do presente artigo será condicionada à averbação do cancelamento do direito de construir na matrícula imobiliária do imóvel original.
§ 2º O certificado de que trata o caput do presente artigo poderá ser objeto de livre negociação, sendo o potencial construtivo aproveitado pelo eventual adquirente nas mesmas condições estabelecidas no Capítulo IV da presente lei.
Art. 22. É permitido o aumento do potencial construtivo em todos os imóveis do município, excetuando-se aqueles previstos no Art. 20 desta lei, sendo também admitida a dilatação da altura e do coeficiente de aproveitamento, conforme regulamentação específica.

Seção IV
Do Direito De Preempção

Art. 23. Fica instituído, no território do Município de Paulo Frontin, o direito de preempção em favor do Poder Público Municipal, conferindo-lhe preferência para aquisição de imóveis urbanos localizados em áreas previamente definidas por lei municipal específica, sempre nas mesmas condições oferecidas a terceiros quanto ao preço, forma e prazo.
§ 1º O direito de preempção poderá ser exercido sempre que o imóvel for necessário à realização de objetivos de interesse público, especialmente os seguintes:
I – Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
II – Criação de áreas verdes e espaços públicos de lazer;
III – Regularização fundiária de interesse social;
IV – Execução de programas e projetos habitacionais;
V – Promoção da mobilidade urbana e da infraestrutura viária;
VI – Proteção e valorização do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e ambiental;
VII – Constituição de reserva fundiária para planejamento e ordenamento territorial;
VIII – Direcionamento da expansão urbana sustentável.
§ 2º A delimitação das áreas sujeitas ao direito de preempção será realizada por lei municipal específica, com base em estudos técnicos fundamentados, devidamente justificados pelo Poder Executivo.
§ 3º Os proprietários de imóveis situados em áreas declaradas sujeitas ao direito de preempção deverão notificar por escrito a Prefeitura Municipal, previamente à alienação, informando:
I – A intenção de venda;
II – As condições integrais da proposta recebida, incluindo o preço, forma de pagamento e eventuais encargos.
§ 4º O Município terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para manifestar-se expressamente quanto ao exercício da preferência e iniciar os trâmites de aquisição.
§ 5º O não exercício do direito de preempção no prazo legal não implica renúncia, podendo ser exercido novamente em futuras propostas de alienação, desde que perdure a delimitação da área.
§ 6º A aquisição do imóvel pelo Município, quando exercido o direito de preempção, será realizada mediante escritura pública, sendo dispensada licitação, nos termos da Lei ou da legislação vigente à época da aquisição.

Seção V
Da Regularização Fundiária Urbana

Art. 24. Considera-se regularização fundiária o conjunto de procedimentos visando à integração das áreas públicas ou particulares ocupadas irregularmente por população de baixa renda, nos termos dos arts. 9º a 14 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), da Medida Provisória 2.220/2001 e da Lei Federal 13.465/2017, bem como suas regulamentações, especialmente as REURB-S e REURB-E.
Art. 25.O Município prestará apoio à usucapião urbana especial instituída pelos arts. 9º a 14 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e conforme a Lei 13.465/2017, através da prestação gratuita dos serviços de levantamento topográfico, cadastramento social, determinação da idade da ocupação, incluindo as sucessões havidas nas parcelas, elaboração de plano de urbanização ou reurbanização e assistência jurídica, aos ocupantes que cumprirem os requisitos constantes do art. 9º da Lei Federal 10.257/2001 e das mencionadas regulamentações.
Art. 26.O Município providenciará, pela via administrativa, a regularização das ocupações irregulares existentes em áreas públicas municipais, excetuadas aquelas em situação de risco, nas condições da Medida Provisória 2.220/2001 e da Lei 13.465/2017, através da prestação gratuita dos serviços de levantamento topográfico, cadastramento social, determinação da idade da ocupação, incluindo as sucessões havidas nas parcelas, elaboração de plano de urbanização ou reurbanização e assistência administrativa, aos ocupantes que cumprirem os requisitos constantes do art. 1º da Medida Provisória 2.220/2001 e os critérios das REURB-S e REURB-E.
Art. 27.É vedado apoiar usucapião ou providenciar regularização administrativa em área onde a ocupação possa acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, bem como nos casos em que a ocupação estiver situada sobre área de uso comum do povo, área destinada a projeto de urbanização, área de interesse da defesa nacional, área de interesse para preservação ambiental e proteção dos ecossistemas naturais, área reservada a represas e obras congêneres e área de vias de comunicação.
§ 1º Nas hipóteses citadas no caput do presente artigo, providenciará o Município a regularização em local distinto do originalmente ocupado, situado a não mais de 1000m do local de origem, podendo tal distância ser aumentada em até 50% mediante autorização especial do Conselho de Desenvolvimento Urbano.
§ 2º Poderá o Município, para fins de exercício da regularização fundiária em local diverso da ocupação original, utilizar, após o competente processo de desafetação, a ser aprovado pela Câmara Municipal, áreas públicas superabundantes, assim entendidas como aquelas situadas em uma dada macrozona urbana na qual todos os equipamentos públicos listados no Quadro 04 do art. 10 da Lei do Plano Diretor Municipal já estejam implantados ou que haja reserva de área para os mesmos, respeitadas as distâncias máximas de acessibilidade de cada equipamento.

Seção VI

Da Regularização Fundiária Rural

Art. 28.O Município de Paulo Frontin instituirá programa de regularização fundiária em zona rural, através do apoio à usucapião ordinária, mediante a prestação gratuita dos serviços de levantamento topográfico, cadastramento social, determinação da idade da ocupação, incluindo as sucessões havidas nas parcelas, e assistência jurídica, para agricultores familiares ocupantes de áreas não superiores a 5 hectares, cuja renda per capita seja inferior a 3/4 do salário-mínimo, que possam comprovar permanência no local no tempo estatuído pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Mediante lei especial, os serviços constantes do caput do presente artigo poderão ser prestados a agricultores familiares com áreas ou com rendas superiores às consignadas, mediante o pagamento de uma fração de seu custo, a ser especificada no respectivo diploma legal, observando-se as diretrizes da Lei 13.465/2017 e suas regulamentações.

Seção VII

Das Zonas Especiais de Interesse Social

Art. 29. O Poder Executivo fica autorizado a estabelecer por decreto, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) dentro do quadro urbano e dos quadros peri-urbanos do município, para a regularização fundiária das ocupações espontâneas existentes para a implantação de conjuntos de habitação social, a serem implantados por entidade do Poder Público federal, estadual e/ou municipal e por entidades não-governamentais sem finalidade lucrativa.

§ 1º As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) somente serão decretadas em porções devidamente delimitadas.

§ 2º Nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que forem instituídas para a regularização fundiária de ocupações espontâneas existentes, prevalecerão apenas as dimensões mínimas constantes da Lei Federal 6.766/1979 ou outra que vier a sucedê-la, decretando-se, após manifestação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, as dimensões mínimas para as vias locais, bem como recuos frontais, laterais e de fundos.

§ 3º Nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que forem instituídas para a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, a área e a testada mínima dos lotes poderão ser reduzidos para 50% daquelas estabelecidas para a zona Z1, pela Lei de Regulação do Uso e Ocupação do Solo Municipal, mantidas as exigências relativas a coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de impermeabilização, recuos e altura máxima.

Quadro Modelo – Parâmetros Urbanísticos das ZEIS				
Parâmetro	**ZEIS 1 (Área consolidada)**	**ZEIS 2 (Vazios urbanos)**	**ZEIS 3 (Reurbanização)**	**ZEIS 4 (Áreas privadas)**
Uso predominante	Habitação de interesse social (HIS)	HIS e equipamentos públicos	HIS e urbanização	HIS e HMP (Habitação de Mercado Popular)
Taxa de ocupação máxima (%)	70%	60%	80%	50–60%
Coeficiente de aproveitamento básico	1	1	1,5	1
Coeficiente de aproveitamento máximo	2	2	2,5	2
Altura máxima (nº de pavimentos)	4 pavimentos	4 pavimentos	4 pavimentos	4 pavimentos
Recuo frontal mínimo	1,5 m	3,0 m	1,5 m	3,0 m
Recuo lateral/fundos	1,5 m (ou conforme norma)	2,0 m	1,5 m	2,0 m
Densidade máxima (habitações/ha)	100 a 250	250	300	150–200
Área mínima do lote	125 m²	150 m²	125 m²	150 m²
Frente mínima do lote	5 m	6 m	5 m	6 m
Estacionamento	1 vaga por unidade (opcional ou flexível em HIS)	1 vaga/unidade	Flexível	1 vaga/unidade
Obrigatoriedade de HIS (%)	100%	≥ 60%	≥ 60%	≥ 50%

ZEIS 1:	Favelas e loteamentos irregulares consolidados – foco na urbanização e regularização fundiária.
ZEIS 2:	Terrenos públicos ou vazios urbanos com potencial para habitação social.
ZEIS 3	Áreas com necessidade de urbanização e produção habitacional.
ZEIS 4:	Terrenos privados, permitindo HMP com obrigatoriedade de inclusão de HIS.

Art. 30. Ficam estabelecidas no Município de Paulo Frontin as seguintes Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, destinadas a promover a inclusão urbana, a regularização fundiária e a produção habitacional de interesse social, divididas em duas categorias:

I – ZEIS 1 – Áreas consolidadas: Engloba favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos consolidados, cujos parâmetros urbanísticos deverão respeitar as características físicas e socioespaciais existentes, observando obrigatoriamente:

a) o afastamento mínimo de 1,5 m para aberturas, de forma a garantir condições adequadas de iluminação natural;

b) a implantação prioritária de programas e projetos de urbanização, regularização fundiária e melhoria habitacional, incluindo infraestrutura básica, saneamento, drenagem, pavimentação, equipamentos comunitários e áreas de lazer.

II – ZEIS 2 – Áreas destinadas a novos empreendimentos de interesse social: Compreende terrenos públicos ou privados destinados à implantação de habitação de interesse social (HIS), devendo atender aos seguintes requisitos:

a) limite máximo de 3 (três) pavimentos, visando assegurar a compatibilidade com a infraestrutura local e evitar adensamentos excessivos;

b) observância do tamanho mínimo dos lotes e dos recuos obrigatórios, definidos em legislação específica, de forma a prevenir a formação de moradias insalubres ou de novos assentamentos informais;

c) previsão de áreas comuns, circulação e espaços de convivência, incentivando a integração social e a qualidade urbana.

Parágrafo único. A legislação urbanística específica poderá estabelecer incentivos para a produção de HIS nessas zonas, bem como parâmetros complementares de parcelamento, uso e ocupação do solo, sempre respeitando as diretrizes do Plano Diretor. O poder público priorizará investimentos e ações integradas nas ZEIS, com vistas à promoção da função social da propriedade e a redução das desigualdades socioespaciais no Município.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 31. Nos termos do que autoriza o § 10, do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651/2012, com relação dada pela Lei Federal nº 14.285/2021, as faixas marginais das áreas de preservação permanente de cursos d´água localizados em áreas urbanas consolidadas do Município de Paulo Frontin, poderão rer seus tamanhos reduzidos, mediante a aprovação de lei municipal específica.

Art. 31. A presente lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 12 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:DBF561CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 202/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Lei/Ato n° 5205 - Decreto n° 202/2025 de 11/11/2025	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1029	2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		10.000,00
Despesa			
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048	RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL		
2140 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	10.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.302.1001.2048	RECURSOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2150 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	10.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	10.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:547E7FC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 203/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Lei/Ato n° 5206 - Decreto n° 203/2025 12/11/2025 de	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA 1029		2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro		23.000,00
Despesa			
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	23.000,00
07.004	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.752.1501.2057	Extensão, Ampliação e Melhoria da Rede de Iluminação Publica		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2960 507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	23.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:404F4996

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 204/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Lei/Ato n° 5210 - Decreto n° 204/2025 de 12/11/2025	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1029	2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		218.000,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:** Anulação	218.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter as Atividades do Ensino Fundamental		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1250 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:** Acréscimo	89.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter as Atividades do Ensino Fundamental		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
1344 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:** Acréscimo	129.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter as Atividades do Ensino Fundamental		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		

1434 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	218.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	218.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7B67CF38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 205/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025				
Lei/Ato n° 5213 - Decreto n° 205/2025 de 12/11/2025		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1029	2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**	
Suplementar	Anulação de Dotações		20.000,00	
Despesa				
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Anulação	20.000,00	
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura		
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
3090 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	20.000,00	
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura		
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3130 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**	
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	20.000,00	
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	20.000,00	

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:ED7CDDA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2025 - Processo Administrativo nº 125/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de Muros e Cortinas em Concreto Armado na Escola Municipal Primo Savoldi.
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

PERONDI ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA – CNPJ: 11.505.675/0001-09								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	Construção de Muros e Cortinas em Concreto Armado na Escola Municipal Primo Savoldi, conforme projetos e demais documentos em anexo.	PERONDI ARQUITETURA E ENGENHARIA		SERV	1.00	220.000,00	220.000,00
Total 220.000,00								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais).

Pinhal de São Bento/PR, 12 de novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:B9D89A1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE ADESÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM MÓVEL

Instrumento de Adesão de autorização de Uso de Bem móvel que entre si celebram o Município de Pitanga e a Associação dos Produtores Rurais Patrimônio São Pedro, Patrimônio dos Cajos.

Pelo Presente Instrumento de Permissão de Uso que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, n°171, de agora em diante denominado **AUTORIZANTE** neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Dirceu Moraes, Prefeito do Município de Pitanga, Estado do Paraná, portador do RG nº 6415530-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 696.116.619-91, residente e domiciliado na cidade de Pitanga – PR, e **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS PATRIMÔNIO SÃO PEDRO,** pessoa jurídica de Direito Privado, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 04.511.445/0001-97, com sede na localidade de Patrimônio dos Cajos, Município de Pitanga-PR, de agora em diante denominado

AUTORIZATÁRIA neste ato representado pelo Presidente José Amarildo Grezoski, inscrito no CPF n° 540.053.029-04, residente na localidade de Patrimônio dos Cajos, Pitanga-PR, de acordo com o Art. 93 da lei orgânica municipal e emendas parlamentares.

CONDIÇÃO PRIMEIRA- DO OBJETO.
O presente termo tem por objeto regulamentar a autorização do uso gratuito dos bens móveis, a seguir descriminados.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
01	CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE METÁLICA, NOVA, COM PNEUS, 01 EIXO TANDEM COM 04 RODAS, CAPACIDADE DE 05 TONELADAS, HIDRÁULICA, MARCA MAQTRON, COR CINZA, N° SERIE 0651855, ESQUEMA DE DESCARGA: TAMPA TRASEIRA COM TRAVA, ABERTURA LATERAL E VERTICAL.	01	29820	NOVO

CONDIÇÃO SEGUNDA- DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS
2.1- A AUTORIZATÁRIA se compromete a utilizar os bens em prol da associação/cooperativa, assim fomentando a agricultura familiar em nosso município.
2.2- A AUTORIZATÁRIA deverá guardar/ manter os bens na sede da associação/cooperativa, somente podendo remanejá-los com a devida autorização do **AUTORIZANTE**.
2.3- A AUTORIZATÁRIA se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, o direito de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento do **AUTORIZANTE.**

CONDIÇÃO TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.
3.1- O AUTORIZANTE se compromete a:
a) permitir o pleno uso dos bens móveis ora cedidos.
b) providenciar o controle de patrimônio dos bens cedidos.
3.2- A AUTORIZATÁRIA se compromete a:
a) Vistoriar os bens ora cedidos, após a assinatura deste Instrumento, emitindo Laudo de Vistoria atestando os seus estados de funcionamento.
b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento.
c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.
d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência do **AUTORIZANTE.**
e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos.
f) Informar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE** caso os bens objeto desta Permissão sofra qualquer turbação ou esbulho por terceiros.
g) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o PERMISSIONÁRIO citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear o **AUTORIZANTE** à autoria.
h) Apresentar Boletim de Ocorrência ao **AUTORIZANTE,** devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.
i) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE,** com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.
j) **AUTORIZATÁRIA** responderá civilmente pelos danos causados a seus servidores e/ou a terceiros, decorrentes da utilização ou manuseio dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUARTA- DA SUPERVISÃO TÉCNICA.
4.1. Ao **AUTORIZANTE** se reserva o direito de realizar a supervisão técnica da utilização dos bens ora cedidos, com poderes para monitorar e orientar a conduta adequada a ser adotada em seus usos e na manutenção preventiva e/ou corretiva, obrigando-se o PERMISSIONÁRIO a aceitar e facilitar tal supervisão.
4.2. O disposto no item 4.1. desta condição não exclui a responsabilidade do **AUTORIZATÁRIA** pela fiscalização da manutenção preventiva e corretiva dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUINTA – DA VIGÊNCIA
5.1. O presente Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de 60 meses, sem danos ao município.

CONDIÇÃO SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
6.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CONDIÇÃO SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA
7.1. As benfeitorias realizadas pela **AUTORIZATÁRIA** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.
7.2. O AUTORIZANTE deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pela **AUTORIZATÁRIA**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CONDIÇÃO OITAVA – DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA
8.1. Ocorrendo avaria nos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, a **AUTORIZATÁRIA** deverá:
a) Ressarcir ao **AUTORIZANTE** no valor de mercado do bem, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.
8.2. Os bens móveis autorizados em uso não poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor.
CONDIÇÃO NONA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

9.1. A **AUTORIZATÁRIA** se compromete a restituir ao **AUTORIZANTE** os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra a rescisão ou a extinção deste Instrumento.
9.2. A **AUTORIZATÁRIA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais seja necessário ao cumprimento das metas avençadas.

CONDIÇÃO DÉCIMA – DA RESCISÃO
10.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, retornando o bem ao status quo ante.
10.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CONDIÇÃO DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO
11.1 Conforme preceitua o §4º do Art. 93 da Lei orgânica municipal a publicação deverá ser realizada junto ao diário oficial dos Municípios AMP por Portaria do Executivo.

CONDIÇÃO DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Os partícipes elegem o foro de Pitanga como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO,** que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente TERMO DE ADESÃO é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o MUNICÍPIO DE PITANGA e outra para o/a REPRESENTANTE da associação/cooperativas.

Pitanga, 14 de outubro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito do Município de Pitanga

JOSÉ ROBERTO RAMOS DA LUZ
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

JOSÉ AMARILDO GREZOSKI
Presidente Associação

Testemunha 1
Nome:
Assinatura:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
Assinatura:

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:94FDADBF

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE ADESÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM MÓVEL

Instrumento de Adesão de autorização de Uso de Bem móvel que entre si celebram o Município de Pitanga e a Associação dos Agricultores Familiares Nossa Senhora de Fátima, São Berto

Pelo Presente Instrumento de Permissão de Uso que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, n°171, de agora em diante denominado **AUTORIZANTE** neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Dirceu Moraes, Prefeito do Município de Pitanga- Pr, portador do RG nº 6415530-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 696.116.619-91, residente e domiciliado na cidade de Pitanga – PR, e **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NOSSA SENHORA DE FÁTIMA SÃO BERTO,** pessoa jurídica de Direito Privado, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 08.952.801/0001-69, com sede na localidade de São Berto, Município de Pitanga-PR, de agora em diante denominado **AUTORIZATÁRIA**, neste ato representado pelo Presidente Danilo Huzek, inscrito no CPF n° 095.068.119-37, residente na localidade de São Berto, Pitanga-PR, de acordo com o Art. 93 da lei orgânica municipal e emendas parlamentares.

CONDIÇÃO PRIMEIRA- DO OBJETO.
O presente termo tem por objeto regulamentar a autorização do uso gratuito dos bens móveis, a seguir descriminados.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
01	ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGENS MARCA PINHEIRO, COM BICA AUTOMÁTICA, TRANSMISSÃO CARDAN, PLATAFORMA DE ÁREA TOTAL COM LARGURA DE CORTE DE ATÉ 1,20M, MÍNIMO 12 FACAS, COMANDO TOTAL HIDRÁULICO DE BICA E QUEBRA JATO COM ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO PISTÃO DE GIRO DA BICA. OPÇÕES DE CORTE DE 4 A 36 MM POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA PARA TRATOR A PARTIR DE 75CV, COR VERDE.	01	29823	NOVO
02	ENSACADORA DE SILAGEM RS35G. N° DE SERIE 12468 MARCA SILARE, MOTOR 6,5CV A GASOLINA,	01	29821	NOVO

	PRODUZIDA EM AÇO CARBONO, SOBRE RODAS E COM PNEUS NOVOS PARA O DESLOCAMENTO DO EQUIPAMENTO; COM MISTURADOR E/OU SISTEMA QUE GARANTA A HOMOGENEIDADE DO PRODUTO A SER ENSACADO; PRODUTIVIDADE: 90 A 190 SACOS/H, UTILIZA EMBALAGENS NO PADRÃO COMERCIAL DE 51CM X 110 CM DE 100 A 200 MICRAS, DISPOSTO DE SISTEMA PARA A REGULAGEM DO NÍVEL DE PRESSÃO A SER APLICADA NO PROCESSO DE COMPACTAÇÃO, PINTURA ANTICORROSSIVA COM ACABAMENTO EPÓXI A PÓ, VERDE E AMARELO.			
03	ESCARIFICADOR COM 7 HASTES, DISCOS DE CORTE DE 20 POLEGADAS, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE PROFUNDIDADE E PRESSÃO POR MOLAS, COMPONENTES DE DESGASTE SUBSTITUÍVEIS, LARGURA DE TRABALHO DE NO MÍNIMO 2,1, COR AZUL.	01	30032	NOVO
04	PLAINA DE ARRASTO COM LAMINA DE 4 METROS, GIRO VERTICAL/HORIZONTAL DA LÂMINA COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO, ACIONAMENTO PELO SISTEMA HIDRÁULICO DO TRATOR, COM PNEUS 12/4/24, COR CINZA.	01	30036	NOVO

CONDIÇÃO SEGUNDA- DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

2.1- A AUTORIZATÁRIA se compromete a utilizar os bens em prol da associação/cooperativa, assim fomentando a agricultura familiar em nosso município.

2.2- A AUTORIZATÁRIA deverá guardar/ manter os bens na sede da associação/cooperativa, somente podendo remanejá-los com a devida autorização do **AUTORIZANTE**.

2.3- A AUTORIZATÁRIA se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, o direito de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento do **AUTORIZANTE.**

CONDIÇÃO TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

3.1- O AUTORIZANTE se compromete a:

a) permitir o pleno uso dos bens móveis ora cedidos.

b) providenciar o controle de patrimônio dos bens cedidos.

3.2- A AUTORIZATÁRIA se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, após a assinatura deste Instrumento, emitindo Laudo de Vistoria atestando os seus estados de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência do **AUTORIZANTE.**

e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos.

f) Informar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE** caso os bens objeto desta Permissão sofra qualquer turbação ou esbulho por terceiros.

g) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o PERMISSIONÁRIO citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear o **AUTORIZANTE** à autoria.

h) Apresentar Boletim de Ocorrência ao **AUTORIZANTE,** devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.

i) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE,** com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

j) **AUTORIZATÁRIA** responderá civilmente pelos danos causados a seus servidores e/ou a terceiros, decorrentes da utilização ou manuseio dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUARTA- DA SUPERVISÃO TÉCNICA.

4.1. Ao **AUTORIZANTE** se reserva o direito de realizar a supervisão técnica da utilização dos bens ora cedidos, com poderes para monitorar e orientar a conduta adequada a ser adotada em seus usos e na manutenção preventiva e/ou corretiva, obrigando-se o PERMISSIONÁRIO a aceitar e facilitar tal supervisão.

4.2. O disposto no item 4.1. desta condição não exclui a responsabilidade do **AUTORIZATÁRIA** pela fiscalização da manutenção preventiva e corretiva dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de 60 meses, sem danos ao município.

CONDIÇÃO SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CONDIÇÃO SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

7.1. As benfeitorias realizadas pela **AUTORIZATÁRIA** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

7.2. O AUTORIZANTE deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pela **AUTORIZATÁRIA**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CONDIÇÃO OITAVA – DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

8.1. Ocorrendo avaria nos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, a **AUTORIZATÁRIA** deverá:

a) Ressarcir ao **AUTORIZANTE** no valor de mercado do bem, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.
8.2. Os bens móveis autorizados em uso não poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor.

CONDIÇÃO NONA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO
9.1. A **AUTORIZATÁRIA** se compromete a restituir ao **AUTORIZANTE** os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra a rescisão ou a extinção deste Instrumento.
9.2. A **AUTORIZATÁRIA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais seja necessário ao cumprimento das metas avençadas.

CONDIÇÃO DÉCIMA – DA RESCISÃO
10.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, retornando o bem ao status quo ante.
10.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CONDIÇÃO DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO
11.1 Conforme preceitua o §4º do Art. 93 da Lei orgânica municipal a publicação deverá ser realizada junto ao diário oficial dos Municípios AMP por Portaria do Executivo.

CONDIÇÃO DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Os partícipes elegem o foro de Pitanga como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO,** que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente TERMO DE ADESÃO é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o MUNICÍPIO DE PITANGA e outra para o/a REPRESENTANTE da associação/cooperativas.

Pitanga, 14 de outubro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito do Município de Pitanga

JOSÉ ROBERTO RAMOS DA LUZ
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

DANILO HUZEK
Presidente Associação

Testemunha 1
Nome:
Assinatura:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
Assinatura:
CPF

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3231BCC2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE ADESÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM MÓVEL

Instrumento de Adesão de autorização de Uso de Bem móvel que entre si celebram o Município de Pitanga e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Borboleta Anjo da Guarda, Borboleta Anjo da Guarda**.**

Pelo Presente Instrumento de Permissão de Uso que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, n°171, de agora em diante denominado **AUTORIZANTE** neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Dirceu Moraes, Prefeito do Município de Pitanga, Estado do Paraná, portador do RG nº 6415530-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 696.116.619-91, residente e domiciliado na cidade de Pitanga – PR, e a **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIA DE BORBOLETA ANJO DA GUARDA,** pessoa jurídica de Direito Privado, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 84.789.486/0001-89, com sede na localidade de Borboleta Anjo da Guarda, Município de Pitanga-PR, de agora em diante denominado **AUTORIZATÁRIA** neste ato representado pelo Presidente Hamiltom Braz, inscrito no CPF n° 602.369.309-15, residente na localidade de Borboleta Anjo da Guarda, Pitanga-PR, de acordo com o Art. 93 da lei orgânica municipal e emendas parlamentares.

CONDIÇÃO PRIMEIRA- DO OBJETO.
O presente termo tem por objeto regulamentar a autorização do uso gratuito dos bens móveis, a seguir descriminados.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
01	ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGENS. COM BICA AUTOMÁTICA, TRANSMISSÃO CARDAN, PLATAFORMA DE ÁREA TOTAL COM LARGURA DE	01	29822	NOVO

	CORTE DE ATÉ 1,20M, MÍNIMO 12 FACAS, COMANDO TOTAL HIDRÁULICO DE BICA E QUEBRA JATO COM ACIONAMENTO ATRAVÉS DO MESMO PISTÃO DE GIRO DA BICA. OPÇÕES DE CORTE DE 4 A 36 MM POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA PARA TRATOR A PARTIR DE 75CV, MARCA PINHEIRO, COR VERDE.			

CONDIÇÃO SEGUNDA- DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS
2.1- A AUTORIZATÁRIA se compromete a utilizar os bens em prol da associação/cooperativa, assim fomentando a agricultura familiar em nosso município.
2.2- A AUTORIZATÁRIA deverá guardar/ manter os bens na sede da associação/cooperativa, somente podendo remanejá-los com a devida autorização do **AUTORIZANTE**.
2.3- A AUTORIZATÁRIA se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, o direito de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento do **AUTORIZANTE.**

CONDIÇÃO TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.
3.1- O AUTORIZANTE se compromete a:
a) permitir o pleno uso dos bens móveis ora cedidos.
b) providenciar o controle de patrimônio dos bens cedidos.
3.2- A AUTORIZATÁRIA se compromete a:
a) Vistoriar os bens ora cedidos, após a assinatura deste Instrumento, emitindo Laudo de Vistoria atestando os seus estados de funcionamento.
b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento.
c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.
d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência do **AUTORIZANTE.**
e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos.
f) Informar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE** caso os bens objeto desta Permissão sofra qualquer turbação ou esbulho por terceiros.
g) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o PERMISSIONÁRIO citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear o **AUTORIZANTE** à autoria.
h) Apresentar Boletim de Ocorrência ao **AUTORIZANTE,** devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.
i) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE,** com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.
j) **AUTORIZATÁRIA** responderá civilmente pelos danos causados a seus servidores e/ou a terceiros, decorrentes da utilização ou manuseio dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUARTA- DA SUPERVISÃO TÉCNICA.
4.1. Ao **AUTORIZANTE** se reserva o direito de realizar a supervisão técnica da utilização dos bens ora cedidos, com poderes para monitorar e orientar a conduta adequada a ser adotada em seus usos e na manutenção preventiva e/ou corretiva, obrigando-se o PERMISSIONÁRIO a aceitar e facilitar tal supervisão.
4.2. O disposto no item 4.1. desta condição não exclui a responsabilidade do **AUTORIZATÁRIA** pela fiscalização da manutenção preventiva e corretiva dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUINTA – DA VIGÊNCIA
5.1. O presente Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de 60 meses, sem danos ao município.

CONDIÇÃO SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
6.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CONDIÇÃO SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA
7.1. As benfeitorias realizadas pela **AUTORIZATÁRIA** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.
7.2. O AUTORIZANTE deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pela **AUTORIZATÁRIA**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CONDIÇÃO OITAVA – DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA
8.1. Ocorrendo avaria nos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, a **AUTORIZATÁRIA** deverá:
a) Ressarcir ao **AUTORIZANTE** no valor de mercado do bem, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.
8.2. Os bens móveis autorizados em uso não poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor.

CONDIÇÃO NONA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO
9.1. A **AUTORIZATÁRIA** se compromete a restituir ao **AUTORIZANTE** os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra a rescisão ou a extinção deste Instrumento.
9.2. A **AUTORIZATÁRIA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais seja necessário ao cumprimento das metas avençadas.

CONDIÇÃO DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, retornando o bem ao status quo ante.
10.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CONDIÇÃO DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO
11.1 Conforme preceitua o §4º do Art. 93 da Lei orgânica municipal a publicação deverá ser realizada junto ao diário oficial dos Municípios AMP por Portaria do Executivo.

CONDIÇÃO DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Os partícipes elegem o foro de Pitanga como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO,** que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente TERMO DE ADESÃO é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o MUNICÍPIO DE PITANGA e outra para o/a REPRESENTANTE da associação/cooperativas.

Pitanga, 14 de outubro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito do Município de Pitanga

JOSÉ ROBERTO RAMOS DA LUZ
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

HAMILTOM BRAZ
Presidente Associação

Testemunha 1
Nome:
Assinatura:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
Assinatura:
CPF

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0DE278D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO N°57/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N°57 / 2025, nestes termos:
Data Pregão: 10/11/2025.
Objeto: Registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais contratações de itens de copa e cozinha, em atendimento às Secretarias Municipais de Gestão Pública, Saúde, Educação, Cultura e Esporte, Desenvolvimento Social e Cidadania, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Obras, Infraestrutura e Urbanismo e Gabinete do Prefeito.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA	57.935.866/0001-01	R$ 96.844,74
GUIMARAES E SOARES LTDA	17.330.681/0001-59	R$ 72.026,66

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 168.871,40 (Cento e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Açucareiro Capacidade: 200 ml, aço inox, com colher	ELITE	UND	8	R$ 18,97	R$ 151,76	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
2	AFIADOR DE FACA - AMOLADOR, MATERIAL: AÇO JOGO 5 UNIDADE	ELITE	UNID	8	R$ 15,78	R$ 126,24	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
3	AMASSADOR DE BATATA utensílio prático e resistente, ideal para amassar batatas e outros alimentos cozidos com facilidade. Possui cabo ergonômico que proporciona conforto no uso e base perfurada que garante um purê mais uniforme. Indicado para uso doméstico e profissional.	vision	UN	10	R$ 21,70	R$ 217,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
4	Bacia de Plástico 10 L Bacia de Plastico 10L Especificação Técnica:Bacia; de Polipropileno; Com Diametro De, Aproximadamente, 50 Cm; Com Altura . Com Capacidade 10L, Com Alcas; diversas cores;	ARQ PLAST	UN	34	R$ 23,99	R$ 815,66	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
5	BACIA DE PLASTICO 20 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: BACIA; DE POLIPROPILENO; COM DIAMETRO DE, APROXIMADAMENTE, 45 CM; COM ALTURA DE, APROXIMADAMENTE, 19 CM; COM CAPACIDADE 20L, COM ALCAS; DIVERSAS CORES;	mb	UN	50	R$ 20,42	R$ 1.021,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
6	BACIA DE PLASTICO 40 L ESPECIFICAÇÃO : BACIA GRANDE, MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, CAPACIDADE 40 LITROS, MEDIDAS: LARGURA 48,5 CM X ALTURA 23 CM.	ARQ PLAST	UN	50	R$ 31,19	R$ 1.559,50	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA

7	BACIA DE PLASTICO REDONDA - APROXIMADAMENTE 25 À 30 LITROS	arqplast	UN	24	R$ 27,62	R$ 662,88	GUIMARAES E SOARES LTDA
8	BANDEJA INOX RETANGULAR 42 X 29 CM	ELITE	UN	6	R$ 24,47	R$ 146,82	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
9	Bandeja Retangular de Plástico 45,8x31,5cm Especificações Técnicas. Material: Plástico, Dimensões do Produto: Dimensões aproximadas (AxLxP) (cm): 31,5 x 45,8 x 45,8, Peso aproximado (Kg): 0,276, Conteúdo da Embalagem: 01 x Bandeja retangular de plástico	dup	UN	55	R$ 24,80	R$ 1.364,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
10	BOBINA DE SACO PLASTICO PICOTADO Rolo de Bobina de Saco Picotado 20x30, que possui a resistência necessária que você e o seu negócio precisam A Nossa Bobina de Saco Picotado é indicada para: - Uso Pessoal - Padarias - Mini Mercados - Açougues - Hortifrútis - Lojas em Geral Material: Saco plástico Picotado Tamanho: 20X30 Cor: Transparente Quantidade - 500 Sacos	PLAST	UN	10	R$ 5,62	R$ 56,20	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
11	Boleira com suporte e tampa 30 cm	plasutil	UN	8	R$ 60,75	R$ 486,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
12	BORRIFADOR DE ÁGUA EM PLÁSTICO RESISTENTE - 500ML	PLAST	UN	10	R$ 7,91	R$ 79,10	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
13	Botijão térmico duplo em aço inox, 12 litros, conservação da temperatura quente ou fria, 6 litros em cada recipiente, com torneira abre e fecha, pés e alças superiores retrateis	mek	UNID	6	R$ 429,10	R$ 2.574,60	GUIMARAES E SOARES LTDA
14	BULE (MÉDIO) AÇO INOX - DE 01 à 02 LITROS APROXIMADAMENTE	CAMBE	UN	5	R$ 49,29	R$ 246,45	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
15	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICO 30 LTS	arqplast	UN	7	R$ 31,69	R$ 221,83	GUIMARAES E SOARES LTDA
16	CAIXA TERMICA CAPACIDADE 12 LITROS COM TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	12	R$ 182,70	R$ 2.192,40	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
17	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 20 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	15	R$ 261,66	R$ 3.924,90	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
18	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 34 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	14	R$ 380,55	R$ 5.327,70	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
19	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 57 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	4	R$ 693,67	R$ 2.774,68	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
20	Caneca Leiteira Fervedor Aluminio Polido Reforçado N16 2,0l, Diâmetro: 16 cm, Altura: 15 cm, Com tampa: Não, Material: Aluminio Repuxado Polido, Canecão Número 16 cm de diâmetro, 14cm Altura, Inclusos: 01 Canecão de aluminio2,0 litros	CAMBE	UN	7	R$ 32,16	R$ 225,12	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
21	Chaleira elétrica 1,8 litro, jarra sem fio, 127V, com sistema automático de desligamento.	Homeland	UN	4	R$ 76,35	R$ 305,40	GUIMARAES E SOARES LTDA
22	CHALEIRA ELÉTRICA 3L – INOX Chaleira elétrica com capacidade de 3 litros, corpo em aço inox, base giratória, desligamento automático e sistema de proteção contra superaquecimento.	ELITE	UN	9	R$ 94,16	R$ 847,44	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
23	CHALEIRA EM AÇO INOX 2,7 LITROS COM FUNDO DE INDUÇÃO. MATERIAIS: AÇO INOX, COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO, ALÇA EM NYLON E POSSUI UM GATILHO PARA ABERTURA. PODE SER USADO EM FOGÕES: GÁS, VITROCERÂMICO,	CAMBE	01	35	R$ 53,56	R$ 1.874,60	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
24	Coador de Pano Tamanho aprox. em cm:L 9,5 (boca) x C 9,5 x A 11,5. Peso aprox. 18g.	LOCATELLI	UN	13	R$ 8,64	R$ 112,32	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
25	COADOR FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ, REUTILIZÁVEL, ALTURA: 18 CM, ESTRUTURA DE PLÁSTICO, MATERIAL DE POLIPROPILENO (TNT).	moka	01	25	R$ 7,85	R$ 196,25	GUIMARAES E SOARES LTDA
26	Colher de inox para sobremesa com cabo em polipropileno atoxico.	ELITE	UN	90	R$ 3,70	R$ 333,00	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
27	CONCHAS EM INOX TAMANHO MÉDIO - NUMERO 07	estrela	UN	19	R$ 19,60	R$ 372,40	GUIMARAES E SOARES LTDA
28	CONJUNTO DE 12 FACAS DE SERRA COM LÂMINAS EM AÇO INOX E CABOS DE POLIPROPILENO	ELITE	UN	7	R$ 42,38	R$ 296,66	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
29	CONJUNTO DE 5 TIGELAS DE VIDRO COM TAMPA conjunto de 5 tigelas de vidro com tampas, disponível em vários tamanhos, ideal para armazenar, preparar e servir alimentos. Perfeito para manter ingredientes frescos, misturar receitas e servir pratos como saladas e sopas. As tampas herméticas garantem a conservação e praticidade no uso diário.	home	KIT	6	R$ 57,50	R$ 345,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
30	Conjunto Jogo Saladeira Bacia Tigela Aço Inox 5 peças - Contém 5 peças; Tamanhos: - 28x9,5 cm; - 26x8,5 cm; - 22x7,5 cm; - 20x7,0 cm; - 18x6,5 cm.	ELITE	JOGO	13	R$ 70,48	R$ 916,24	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
31	COPO DESCARTÁVEL 180ML copo descartável ideal para água, refrigerante, etc. confeccionado com resina termoplástica, são homogênios, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas. composição: polipropileno (pp) cor: transparente (capacidade: 180 ml) (caixa contendo 25 pacotes com 100 unidades) (2.500 unidades na caixa)	cristalcopo	CX	180	R$ 133,00	R$ 23.940,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
32	COPO PLÁSTICO 50ML, descartável e resistente a vários tipos de líquido, ideal para café e chá. Confeccionado com resina termoplástica, são homogênios, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas (Caixa com 5000 unidades)	COPO PLAST	CX	60	R$ 118,97	R$ 7.138,20	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
33	COPOS PLÁSTICOS 300 ML. RETORNÁVEIS	cristal	UN	250	R$ 4,99	R$ 1.247,50	GUIMARAES E SOARES LTDA
34	CORTADOR DE LEGUMES MEDIO	ELITE	UN	7	R$ 98,39	R$ 688,73	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
35	Descascador de Legumes Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	keita	UN	8	R$ 14,00	R$ 112,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
36	Escorredor de Louça em Aço Cromado Suporta até 15 Pratos e 6 Copos Especificações Técnicas: Aço cromado, Porta-copos e talheres, Capacidade do Escorredor de Louça: 15 Pratos e 6 Copos Diferenciais da Lavadora de Louça: Possui espaço para talheres, Material: Aço cromado	ELITE	UN	6	R$ 63,80	R$ 382,80	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
37	ESCORREDOR DE MACARRÃO 5L – AÇO INOX escorredor de macarrão com capacidade para 5 litros, fabricado em aço inox de alta resistência. Design funcional com alças para fácil manuseio e excelente drenagem. Ideal para escorrer macarrão, vegetais e outros alimentos.	ELITE	UNID	10	R$ 38,27	R$ 382,70	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
38	ESCUMADEIRAS EM INOX TAMANHO MÉDIO	ELITE	UN	13	R$ 36,59	R$ 475,67	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA

39	ESPÁTULA PARA COZINHA – 10 A 14 CM DE LARGURA espátula de cozinha com largura variando entre 10 a 14 cm, ideal para virar, mexer e servir alimentos com precisão. Fabricada em material resistente, com cabo ergonômico que proporciona conforto e segurança no manuseio. Perfeita para uso diário em preparações de todos os tipos.	western	UN	7	R$ 28,20	R$ 197,40	GUIMARAES E SOARES LTDA
40	FACA DE AÇO INOX PARA USO DOMÉSTICO Faca de alta qualidade com lâmina em aço inoxidável, ideal para cortes precisos no preparo de alimentos. Lâmina com comprimento entre 20 e 26 cm, proporcionando versatilidade e eficiência. Cabo ergonômico para maior conforto e segurança durante o uso.	ELITE	UN	28	R$ 20,29	R$ 568,12	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
41	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ tamanho 103 embalagem com 30 unidades	brigitta	01	155	R$ 5,05	R$ 782,75	GUIMARAES E SOARES LTDA
42	FORMA PARA BOLO GRANDE – ALUMÍNIO/INOX Forma para bolo grande, com dimensões de 45 a 55 cm de comprimento e 30 a 38 cm de largura. Fabricada em alumínio ou inox de alta resistência, oferece excelente condução de calor para um cozimento uniforme. Ideal para bolos, tortas e outras preparações de grande porte, com fácil manuseio e durabilidade.	ELITE	UN	40	R$ 49,67	R$ 1.986,80	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
43	FORMA PARA GELO, EM PLÁSTICO FLEXÍVEL, ATÓXICO.	tritec	UN	10	R$ 7,80	R$ 78,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
44	FRIGIDEIRA, ALUMÍNIO ANTIADERENTE, VERMELHA, 6 CAMADAS, 1,7LS, 24CM. DIAMETRO. UNIDADE – ESPECIFICAÇÃO TECNICA: FRIGIDEIRA DE ALUMINIO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE, VERMELHA 6 CAMADAS, COM BASE DE INDUÇÃO, CAPACIDADE MINIMA PARA 1,7 LITROS, COM DIAMETRO MINIMO DE 24,0 CM; ALTURA MINIMA DE 4,0CM; COM ESPESSURA MINIMA DE 3MM, CABO DE BAQULITE: SEM TAMPA	CAMBE	UNID	11	R$ 66,78	R$ 734,58	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
45	GARRAFA TÉRMICA 5L garrafa térmica com capacidade de 5 litros, ideal para líquidos quentes ou frios. Sistema de acionamento por pressão, ampola de vidro e alça para transporte.	antares	UN	27	R$ 52,80	R$ 1.425,60	GUIMARAES E SOARES LTDA
46	Garrafa térmica com capacidade entre 1,8L e 2L, ideal para conservação de bebidas quentes ou frias. Possui ampola interna de vidro (ou inox), sistema de acionamento prático e tampa com vedação segura. Estrutura resistente, de fácil limpeza e com design funcional, adequada para uso doméstico ou corporativo.	ALADIM	UN	7	R$ 76,62	R$ 536,34	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
48	GUARDANAPOS DE PAPEL 30 CM X 29.5CM Folha simples, GoFrado, Macio e super absorvente, Pacote com 50 unidades, Medidas: 30 x 29,5 cm	TROPICOS	PCT	429	R$ 3,39	R$ 1.454,31	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
49	ISQUEIRO A GÁS SEM REGULADOR DE CHAMA TAMANHO GRANDE Selo holográfico do INMETRO que garante originalidade, qualidade e segurança; ACENDIMENTO MINIMO 3.000 VEZES.	bic	UN	5	R$ 5,05	R$ 25,25	GUIMARAES E SOARES LTDA
50	Jarra Grande Reforçada com Tampa - Material: Plástico; - Com tampa; - Capacidade: 4 Litros; - Cor: sortido; - Dimensão: 28x15 cm.	ARQ PLAST	UN	14	R$ 26,63	R$ 372,82	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
51	JOGO DE 05 PANELAS DE ALUMINIO DE TAMANHOS: 16-18-20-22-24 - ESPESSURA DE 4.5MM. Panela numero 16. Tem Capacidade de 1,3 Litros - 16cm Diâmetro Panela numero 18. Tem Capacidade de 1,7 Litros - 18cm Diâmetro Panela numero 20. Tem Capacidade de 2,1 Litros - 20cm Diâmetro Panela numero 22. Tem Capacidade de 2.7 Litros - 22cm Diâmetro Panela numero 24. Tem Capacidade de 3.3 Litros - 24cm Diâmetro	imper	JOGO	2	R$ 166,15	R$ 332,30	GUIMARAES E SOARES LTDA
52	JOGO DE COPOS AMERICANOS COM 6 UNIDADE	WT	UN	15	R$ 10,91	R$ 163,65	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
53	Jogo de garfos de mesa em aço inoxidável, contendo 12 unidades, 21x2,5x2mm (altura x comprimento x largura), Espessura do cabo 2,3mm, peso por peça 0,04Kg. Material do cabo: Aço inoxidável, Material da lâmina: Aço inoxidável	simo	JOGO	9	R$ 40,00	R$ 360,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
54	JOGO DE TAÇAS COM 6 PEÇAS jogo com 6 taças fabricadas em vidro de alta qualidade, ideal para servir bebidas com elegância e sofisticação. Design moderno, resistente e fácil de limpar, perfeito para uso doméstico ou profissional.	ELITE	UN	3	R$ 66,30	R$ 198,90	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
55	Jogo de Xícaras para Chá 12 Peças, Cor: Transparente Quantidade de peças total do conjunto: 06 Xícaras para chá en06 Pires. Material: Vidro. Capacidade da Xícaras:240 ml. Formato: Redondo, Alças: Sim Xícara. Pode ser levado ao micro-ondas, Pode ser levado à lava louças, Peso aproximado: Peso do produto: 2,38 kg. Dimensões do produto: Xícaras (D): 9,5 cm. Altura 6,2 cm. Dimensões aproximadas: Largura: 32,5 cm. Altura: 18,4 cm. Profundidade39,6 cm. Itens inclusos: 06 Xícaras e 06 Pires.	duralex	JOGO	7	R$ 74,60	R$ 522,20	GUIMARAES E SOARES LTDA
56	Kit 12 Colheres Sopa Mesa Inox Grande - Kit com 12 unidades - Material: Aço Inoxidável; - Diâmetro da colher: 4 cm; - Diâmetro maior do cabo: 1,7 cm; - Comprimento total: 20 cm; - Peso: 40g / 0,04 kg.	simo	KIT	45	R$ 36,25	R$ 1.631,25	GUIMARAES E SOARES LTDA
57	Kit 4 Caixas Organizadoras 56 Litros C/ Tampa e Trava Multiúso Decorativa Preta, Capacidade: 56 Litros Medidas em cm: CxLxA : 58x40x35 Cm Aprox, Plástico resistente	mb	KIT	4	R$ 244,00	R$ 976,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
58	KIT COM 2 POTES RETANGULARES PARA MANTIMENTOS PORTA FRIOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE 770ML, COM FECHAMENTO HERMÉTICO, TAMPA COM TRAVAS NAS LATERAIS; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 13CM X 13CM X 7CM (LXCXA); PARA ACONDICIONAMENTO DE QUEIJOS, PRESUNTOS, CONDIMENTOS E OUTROS ALIMENTOS.	PLAST	CONJ	7	R$ 46,06	R$ 322,42	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
59	Kit Utensilios de Cozinha; Colheres de Madeira; Contendo 5 Pecas; Medindo Aproximadamente: 27cm, 33cm, 38cm, 46cm E61cm;	ELITE	UN	10	R$ 33,95	R$ 339,50	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
60	Liquidificador Industrial 2L Inox 800W 100V	SPOLU	UN	8	R$ 396,19	R$ 3.169,52	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
61	Lixeira / cesto com pedal, 15 litros, fabricado em polipropileno de alta resistência, indicado às áreas internas e externas, tampa com abertura e fechamento à pedal, cor branca, medidas aprox 29x27x37 cm	antares	UNID	110	R$ 53,10	R$ 5.841,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
62	LIXEIRA COM PEDAL - 50 LITROS	ARQ PLAST	UN	19	R$ 87,02	R$ 1.653,38	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
63	LIXEIRA DE METAL COM PEDAL 20 LITROS	arqplast	UN	20	R$ 106,60	R$ 2.132,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
64	LIXEIRO COM PEDAL 100L ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: COLETOR DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS; EM POLIPROPILENO (PP); NO FORMATO CILINDRICO, COM 02 ALCAS; COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS; COM TAMPA; COM PEDAL DE ESTRUTURA ARTICULADA EM ACO GALVANIZADO; CESTO REMOVIVEL;	ARQ PLAST	UN	5	R$ 163,76	R$ 818,80	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
65	LIXEIRO COM PEDAL 30L ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: RECIPIENTE PARA LIXO; EM PLASTICO, COM PEDAL; NO FORMATO RETANGULAR; COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS; MEDINDO 47,0 X 40,5 X 34 (A X L X P, EM CM); COM SUPORTE DA TAMPA; E PEDAL EM ACO; AZUL;	antares	UN	120	R$ 78,35	R$ 9.402,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
66	MIXER DE ALIMENTOS equipamento elétrico do tipo mixer de imersão	MX	UN	3	R$ 143,69	R$ 431,07	57.935.866 ELIAS

	(bastão), utilizado para triturar, misturar e homogeneizar alimentos em cozinhas de escolas e creches. Deve possuir potência mínima de 500 W, tensão 127 V ou 220 V, múltiplas velocidades, haste removível em aço inoxidável, lâminas em aço inox, corpo resistente e de fácil higienização, design ergonômico, garantia mínima de 12 meses e certificação do INMETRO, atendendo às normas de segurança elétrica e sanitária vigentes. Unidade de fornecimento						BELARMINIO DA SILVA
67	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS 110V	sg	UN	5	R$ 273,40	R$ 1.367,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
68	Panela Caçarola Alumínio Polido Nº 20, Material: ALUMÍNIO PURO, COR: CROMADO, Revestimento Externo: ALUMÍNIO, Capacidade: 2,5 litros, Tamanho: 20 cm (diâmetro),	CAMBE	UN	2	R$ 54,77	R$ 109,54	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
69	PANELA DE PRESSÃO 10L EM ALUMÍNIO Capacidade de 10 litros, corpo em alumínio resistente, tampa com vedação segura e sistema de segurança triplo (válvula reguladora, válvula de segurança e trava). Cozimento rápido e uniforme. Alças reforçadas.	panelux	UN	17	R$ 186,75	R$ 3.174,75	GUIMARAES E SOARES LTDA
70	PANELA DE PRESSÃO PARA FOGÃO DE INDUÇÃO – 5,4 a 6,8 Litros panela de pressão compatível com todos os tipos de fogão, incluindo indução, com capacidade entre 5,4 e 6,8 litros. Fabricada em material resistente, com fundo triplo que distribui o calor de forma uniforme, proporcionando cozimento rápido e eficiente. Possui sistema de segurança reforçado, tampa com travamento seguro e válvulas que garantem o controle da pressão. Ideal para uso doméstico e profissional.	PANELIX	KIT	1	R$ 95,95	R$ 95,95	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
71	Panela de Pressão profissional 20 Litros Hotel Restaurante DESCRIÇÃO - Fechamento Externo; - Anel de vedação de silicone (alta durabilidade); - Linha profissional; - Tampa com 2 válvulas de segurança; - Capacidade de 20L; - Em alumínio polido; - Cabo e alça antitérmicos. DIMENSÕES APROXIMADAS - Diâmetro: 30,4 cm; - Altura: 36,5 cm; - Largura: 31 cm; - Comprimento: 44 cm; - Capacidade: 20L.	nacional	UN	6	R$ 495,90	R$ 2.975,40	GUIMARAES E SOARES LTDA
72	PANELAS EM ALUMÍNIO TAMANHO 10 LITROS	CAMBE	UN	10	R$ 108,68	R$ 1.086,80	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
73	PANO DE PRATO, 100% ALGODAO,240G/M2,LARG.70CM, BRANCO ITEM BEC ITEM COM NEGOCIAÇÃOESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TECIDO; TIPO PANO DE PRATO; ARMACAO TEXTIL; 100% ALGODAO; GRAMATURA APROXIMADA 240 G/M2; LARGURA 70 CM; BRANCO;	semaninha	UN	65	R$ 4,95	R$ 321,75	GUIMARAES E SOARES LTDA
74	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE VIRGEM, COM 20CM POR 200 METROS. CAIXA COM 6 UNIDADES.	REMA	CAIXA	550	R$ 84,10	R$ 46.255,00	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
75	PAPEL TOALHA C/2 ROLOS COM 55 TOALHAS CADA - 20 CMX22 CM FOLHA DUPLA CAIXA COM 6 UNIDADES	sorella	UN	34	R$ 9,95	R$ 338,30	GUIMARAES E SOARES LTDA
76	Pegador Em Aco Inox,med.28,5cm de Comprimento,p/ Pegar Salada UNIDADE Especificação Técnica:Pegador; Em Aco Inox,medindo 28,5cm de Comprimento; para Pegar Salada;	ELITE	UNID	11	R$ 20,78	R$ 228,58	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
77	PENEIRA PARA COZINHA, MATERIAL EM PLÁSTICO/INOX	nt	01	10	R$ 14,35	R$ 143,50	GUIMARAES E SOARES LTDA
78	PLÁSTICO PARA COBERTURA DE MESA PELÍCULA EM PLÁSTICO PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESPESSURA 0,20 MM, ALTA RESISTÊNCIA; DESCRIÇÃO DO PRODUTO: COR: INCOLOR (TRANSPARENTE) LARGURA (ALTURA): 2 M COMPOSIÇÃO: 100% PVC ESPESSURA: 0, 20 MM	PLAST	M	20	R$ 26,39	R$ 527,80	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
79	POTE COM TAMPA – 5 A 5,5 LITROS Pote com capacidade de 5 a 5,5 litros, com tampa hermética, ideal para armazenar alimentos, líquidos e outros itens. Fabricado em material resistente, proporciona vedação eficaz, mantendo o conteúdo fresco e protegido por mais tempo. Perfeito para uso doméstico e profissional.	mb	UN	65	R$ 21,72	R$ 1.411,80	GUIMARAES E SOARES LTDA
80	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 10L, 25CM DE ALTURA X 24CM DE LARGURA X 19,5CM DE PROFUNDIDADE.	PLAST	UN	30	R$ 29,81	R$ 894,30	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
81	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 2L ALTURA: 12 CM LARGURA: 13,4 CM COMPRIMENTO: 18 CM	mb	UN	100	R$ 21,90	R$ 2.190,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
82	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 5L, DIMENSÕES EMBALAGEM CM X A X L X P24,5 X 21,5 X 21,5 CM.	PLAST	UN	50	R$ 21,81	R$ 1.090,50	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
83	PRATO DE VIDRO TIPO DURALEX	duralex	UN	150	R$ 8,39	R$ 1.258,50	GUIMARAES E SOARES LTDA
84	RALADOR DE ALIMENTOS (PLÁSTICO)	mb	UN	5	R$ 15,10	R$ 75,50	GUIMARAES E SOARES LTDA
85	RODO PARA PIA, COM BASE EM PLÁSTICO DE 15 cm	nt	UN	8	R$ 5,10	R$ 40,80	GUIMARAES E SOARES LTDA
86	ROLO – BOBINA DE PLASTICO FILME PVC- Protege e Conserva seus alimentos da maneira segura e prática. - É indicada para: Uso Doméstico, Industrial, Hortifrútis, Mercadinhos, Padarias, Açougues, Entre muitos outros tipos de comercio. Cor: Transparente - 45cm de Altura - 300 Metros de Comprimento de Filme	PLAST	UN	30	R$ 45,73	R$ 1.371,90	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
87	Saco plástico 35x55 para pães, rolo.	pack 35x50	UN	200	R$ 9,55	R$ 1.910,00	GUIMARAES E SOARES LTDA
88	TÁBUA PLÁSTICA PARA CORTAR VERDURA MÉDIA	WT	UN	16	R$ 31,77	R$ 508,32	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
89	TOALHA DE MESA EM TECIDO, COR E ESTAMPA VARIADAS, DE FORMATO RETANGULAR, COM LARGURA MÍNIMA DE 1,50 M E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,50 M, BORDAS REFORÇADAS.	WT	UN	15	R$ 42,84	R$ 642,60	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
90	XÍCARAS COM PIRES PARA CAFÉ	WT	UN	15	R$ 13,89	R$ 208,35	57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA
91	Saleiro,polipropileno,oval,(15,5x11x13)cm,tampa Articulavel,transpar. UNIDADE Especificação Técnica: Saleiro; Corpo Em Polipropileno; No Formato Oval; Medindo (15,5x11x13)cm; Tampa Em Polipropileno, Articulavel; Corpo Transparente;	tritec	UNID	5	R$ 9,55	R$ 47,75	GUIMARAES E SOARES LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de **05 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, **para encaminhar, via e-mail, as Atas assinadas** ou comparecer no Setor de licitações da Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, n°711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, para assinar as Atas de Registro de Preços referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 12 de Novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°401/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N.º57/2025	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º290/2025**
DATA DE PUBLICAÇÃO:13/11/2025	**VALIDADE DA ATA:12/11/2026**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Lei Complementar Municipal nº 62/2020 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no **Pregão Eletrônico n.º 57/2025**, para o **registro de preços para futuras e eventuais contratações de itens de copa e cozinha, em atendimento às Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais contratações de itens de copa e cozinha, em atendimento às Secretarias Municipais, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL – GABINETE DO PREFEITO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO – adjudicado para **57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA** inscrita no CNPJ/MF nº. 57.935.866/0001-01, estabelecida na Avenida BRASIL,481, CENTRO, PITANGA – PR, CEP 85200-149, neste ato representada pelo **Sr. Elias Belarminio da Silva**, portador da Cédula de Identidade nº.60008787 SESP PR, CPF nº. 726.433.409-06, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	57293	Açucareiro Capacidade: 200 ml, aço inox, com colher	ELITE	UND	8	R$ 18,97	R$ 151,76
2	72633	AFIADOR DE FACA - AMOLADOR, MATERIAL: AÇO JOGO 5 UNIDADE	ELITE	UNID	8	R$ 15,78	R$ 126,24
4	72188	Bacia de Plástico 10 L Bacia de Plastico 10L Especificação Técnica:Bacia; de Polipropileno; Com Diametro De, Aproximadamente, 50 Cm; Com Altura . Com Capacidade 10L, Com Alcas; diversas cores;	ARQ PLAST	UN	34	R$ 23,99	R$ 815,66
6	71743	BACIA DE PLASTICO 40 L ESPECIFICAÇÃO : BACIA GRANDE, MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, CAPACIDADE 40 LITROS, MEDIDAS: LARGURA 48,5 CM X ALTURA 23 CM.	ARQ PLAST	UN	50	R$ 31,19	R$ 1.559,50
8	6644	BANDEJA INOX RETANGULAR 42 X 29 CM	ELITE	UN	6	R$ 24,47	R$ 146,82
10	72195	BOBINA DE SACO PLASTICO PICOTADO Rolo de Bobina de Saco Picotado 20x30, que possui a resistência necessária que você e o seu negócio precisam A Nossa Bobina de Saco Picotado é indicada para: - Uso Pessoal - Padarias - Mini Mercados - Açougues - Hortifrútis - Lojas em Geral Material: Saco plástico Picotado Tamanho: 20X30 Cor: Transparente Quantidade - 500 Sacos	PLAST	UN	10	R$ 5,62	R$ 56,20
12	61535	BORRIFADOR DE ÁGUA EM PLÁSTICO RESISTENTE - 500ML	PLAST	UN	10	R$ 7,91	R$ 79,10
14	6645	BULE (MÉDIO) AÇO INOX - DE 01 à 02 LITROS APROXIMADAMENTE	CAMBE	UN	5	R$ 49,29	R$ 246,45
16	69595	CAIXA TERMICA CAPACIDADE 12 LITROS COM TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	12	R$ 182,70	R$ 2.192,40
17	69596	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 20 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	15	R$ 261,66	R$ 3.924,90
18	69597	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 34 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	14	R$ 380,55	R$ 5.327,70
19	69594	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE 57 LITROS COM RODAS E TERMÔMETRO EMBUTIDO.	BEL	UNID	4	R$ 693,67	R$ 2.774,68
20	9488	Caneca Leiteira Fervedor Aluminio Polido Reforçado N16 2,0l, Diâmetro: 16 cm, Altura: 15 cm, Com tampa: Não, Material: Aluminio Repuxado Polido, Canecão Número 16 cm de diâmetro, 14cm Altura, Inclusos: 01 Canecão de aluminio2,0 litros	CAMBE	UN	7	R$ 32,16	R$ 225,12
22	74232	CHALEIRA ELÉTRICA 3L – INOX Chaleira elétrica com capacidade de 3 litros, corpo em aço inox, base giratória, desligamento automático e sistema de proteção contra superaquecimento.	ELITE	UN	9	R$ 94,16	R$ 847,44
23	73726	CHALEIRA EM AÇO INOX 2,7 LITROS COM FUNDO DE INDUÇÃO. MATERIAIS: AÇO INOX, COM ACABAMENTO EXTERNO POLIDO, ALÇA EM NYLON E POSSUI UM GATILHO PARA ABERTURA. PODE SER USADO EM FOGÕES: GÁS, VITROCERÂMICO,	CAMBE	01	35	R$ 53,56	R$ 1.874,60
24	72189	Coador de Pano Tamanho aprox. em cm:L 9,5 (boca) x C 9,5 x A 11,5. Peso aprox. 18g.	LOCATELLI	UN	13	R$ 8,64	R$ 112,32
26	66174	Colher de inox para sobremesa com cabo em polipropileno atoxico.	ELITE	UN	90	R$ 3,70	R$ 333,00
28	71399	CONJUNTO DE 12 FACAS DE SERRA COM LÂMINAS EM AÇO INOX E CABOS DE POLIPROPILENO	ELITE	UN	7	R$ 42,38	R$ 296,66
30	66857	Conjunto Jogo Saladeira Bacia Tigela Aço Inox 5 peças - Contém 5 peças; Tamanhos: - 28x9,5 cm; - 26x8,5 cm; - 22x7,5 cm; - 20x7,0 cm; - 18x6,5 cm.	ELITE	JOGO	13	R$ 70,48	R$ 916,24
32	74100	COPO PLÁSTICO 50ML, descartável e resistente a vários tipos de líquido, ideal para café e chá. Confeccionado com resina termoplástica, são homogênios, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas (Caixa com 5000 unidades)	COPO PLAST	CX	60	R$ 118,97	R$ 7.138,20
34	22385	CORTADOR DE LEGUMES MEDIO	ELITE	UN	7	R$ 98,39	R$ 688,73
36	18031	Escorredor de Louça em Aço Cromado Suporta até 15 Pratos e 6 Copos Especificações Técnicas: Aço cromado, Porta-copos e talheres, Capacidade do	ELITE	UN	6	R$ 63,80	R$ 382,80

		Escorredor de Louça: 15 Pratos e 6 Copos Diferenciais da Lavadora de Louça: Possui espaço para talheres, Material: Aço cromado					
37	74235	ESCORREDOR DE MACARRÃO 5L – AÇO INOX escorredor de macarrão com capacidade para 5 litros, fabricado em aço inox de alta resistência. Design funcional com alças para fácil manuseio e excelente drenagem. Ideal para escorrer macarrão, vegetais e outros alimentos.	ELITE	UNID	10	R$ 38,27	R$ 382,70
38	4638	ESCUMADEIRAS EM INOX TAMANHO MÉDIO	ELITE	UN	13	R$ 36,59	R$ 475,67
40	74234	FACA DE AÇO INOX PARA USO DOMÉSTICO Faca de alta qualidade com lâmina em aço inoxidável, ideal para cortes precisos no preparo de alimentos. Lâmina com comprimento entre 20 e 26 cm, proporcionando versatilidade e eficiência. Cabo ergonômico para maior conforto e segurança durante o uso.	ELITE	UN	28	R$ 20,29	R$ 568,12
42	74236	FORMA PARA BOLO GRANDE – ALUMÍNIO/INOX Forma para bolo grande, com dimensões de 45 a 55 cm de comprimento e 30 a 38 cm de largura. Fabricada em alumínio ou inox de alta resistência, oferece excelente condução de calor para um cozimento uniforme. Ideal para bolos, tortas e outras preparações de grande porte, com fácil manuseio e durabilidade.	ELITE	UN	40	R$ 49,67	R$ 1.986,80
44	65426	FRIGIDEIRA, ALUMÍNIO ANTIADERENTE, VERMELHA, 6 CAMADAS, 1,7LS, 24CM. DIAMETRO. UNIDADE – ESPECIFICAÇÃO TECNICA: FRIGIDEIRA DE ALUMINIO COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE, VERMELHA 6 CAMADAS, COM BASE DE INDUÇÃO, CAPACIDADE MINIMA PARA 1,7 LITROS, COM DIAMETRO MINIMO DE 24,0 CM; ALTURA MINIMA DE 4,0CM; COM ESPESSURA MINIMA DE 3MM, CABO DE BAQULITE: SEM TAMPA	CAMBE	UNID	11	R$ 66,78	R$ 734,58
46	74250	Garrafa térmica com capacidade entre 1,8L e 2L, ideal para conservação de bebidas quentes ou frias. Possui ampola interna de vidro (ou inox), sistema de acionamento prático e tampa com vedação segura. Estrutura resistente, de fácil limpeza e com design funcional, adequada para uso doméstico ou corporativo.	ALADIM	UN	7	R$ 76,62	R$ 536,34
48	58894	GUARDANAPOS DE PAPEL 30 CM X 29.5CM Folha simples, GoFrado, Macio e super absorvente, Pacote com 50 unidades, Medidas: 30 x 29,5 cm	TROPICOS	PCT	429	R$ 3,39	R$ 1.454,31
50	66859	Jarra Grande Reforçada com Tampa - Material: Plástico; - Com tampa; - Capacidade: 4 Litros; - Cor: sortido; - Dimensão: 28x15 cm.	ARQ PLAST	UN	14	R$ 26,63	R$ 372,82
52	39848	JOGO DE COPOS AMERICANOS COM 6 UNIDADE	WT	UN	15	R$ 10,91	R$ 163,65
54	74241	JOGO DE TAÇAS COM 6 PEÇAS jogo com 6 taças fabricadas em vidro de alta qualidade, ideal para servir bebidas com elegância e sofisticação. Design moderno, resistente e fácil de limpar, perfeito para uso doméstico ou profissional.	ELITE	UN	3	R$ 66,30	R$ 198,90
58	72191	KIT COM 2 POTES RETANGULARES PARA MANTIMENTOS PORTA FRIOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE 770ML, COM FECHAMENTO HERMÉTICO, TAMPA COM TRAVAS NAS LATERAIS; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 13CM X 13CM X 7CM (LXCXA); PARA ACONDICIONAMENTO DE QUEIJOS, PRESUNTOS, CONDIMENTOS E OUTROS ALIMENTOS.	PLAST	CONJ	7	R$ 46,06	R$ 322,42
59	69021	Kit Utensilios de Cozinha; Colheres de Madeira; Contendo 5 Pecas; Medindo Aproximadamente: 27cm, 33cm, 38cm, 46cm E61cm;	ELITE	UN	10	R$ 33,95	R$ 339,50
60	18019	Liquidificador Industrial 2L Inox 800W 100V	SPOLU	UN	8	R$ 396,19	R$ 3.169,52
62	22389	LIXEIRA COM PEDAL - 50 LITROS	ARQ PLAST	UN	19	R$ 87,02	R$ 1.653,38
64	72178	LIXEIRO COM PEDAL 100L ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: COLETOR DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS; EM POLIPROPILENO (PP); NO FORMATO CILINDRICO, COM 02 ALCAS; COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS; COM TAMPA; COM PEDAL DE ESTRUTURA ARTICULADA EM ACO GALVANIZADO; CESTO REMOVIVEL;	ARQ PLAST	UN	5	R$ 163,76	R$ 818,80
66	39128	MIXER DE ALIMENTOS equipamento elétrico do tipo mixer de imersão (bastão), utilizado para triturar, misturar e homogeneizar alimentos em cozinhas de escolas e creches. Deve possuir potência mínima de 500 W, tensão 127 V ou 220 V, múltiplas velocidades, haste removível em aço inoxidável, lâminas em aço inox, corpo resistente e de fácil higienização, design ergonômico, garantia mínima de 12 meses e certificação do INMETRO, atendendo às normas de segurança elétrica e sanitária vigentes. Unidade de fornecimento	MX	UN	3	R$ 143,69	R$ 431,07
68	41072	Panela Caçarola Alumínio Polido Nº 20, Material: ALUMÍNIO PURO, COR: CROMADO, Revestimento Externo: ALUMÍNIO, Capacidade: 2,5 litros, Tamanho: 20 cm (diâmetro),	CAMBE	UN	2	R$ 54,77	R$ 109,54
70	74240	PANELA DE PRESSÃO PARA FOGÃO DE INDUÇÃO – 5,4 a 6,8 Litros panela de pressão compatível com todos os tipos de fogão, incluindo indução, com capacidade entre 5,4 e 6,8 litros. Fabricada em material resistente, com fundo triplo que distribui o calor de forma uniforme, proporcionando cozimento rápido e eficiente. Possui sistema de segurança reforçado, tampa com travamento seguro e válvulas que garantem o controle da pressão. Ideal para uso doméstico e profissional.	PANELIX	KIT	1	R$ 95,95	R$ 95,95
72	9490	PANELAS EM ALUMÍNIO TAMANHO 10 LITROS	CAMBE	UN	10	R$ 108,68	R$ 1.086,80
74	60916	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE VIRGEM, COM 20CM POR 200 METROS. CAIXA COM 6 UNIDADES.	REMA	CAIXA	550	R$ 84,10	R$ 46.255,00
76	65409	Pegador Em Aco Inox,med.28,5cm de Comprimento,p/ Pegar Salada UNIDADE Especificação Técnica:Pegador; Em Aco Inox,medindo 28,5cm de Comprimento; para Pegar Salada;	ELITE	UNID	11	R$ 20,78	R$ 228,58
78	72196	PLÁSTICO PARA COBERTURA DE MESA PELÍCULA EM PLÁSTICO PVC TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESPESSURA 0,20 MM, ALTA RESISTÊNCIA; DESCRIÇÃO DO PRODUTO: COR: INCOLOR (TRANSPARENTE) LARGURA (ALTURA): 2 M COMPOSIÇÃO: 100% PVC ESPESSURA: 0, 20 MM	PLAST	M	20	R$ 26,39	R$ 527,80
80	71745	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 10L, 25CM DE ALTURA X 24CM DE LARGURA X 19,5CM DE PROFUNDIDADE.	PLAST	UN	30	R$ 29,81	R$ 894,30
82	71746	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 5L, DIMENSÕES EMBALAGEM CM X A X L X P24,5 X 21,5 X 21,5 CM.	PLAST	UN	50	R$ 21,81	R$ 1.090,50
86	72193	ROLO – BOBINA DE PLASTICO FILME PVC- Protege e Conserva seus alimentos da maneira segura e prática. - É indicada para: Uso Doméstico, Industrial, Hortifrútis, Mercadinhos, Padarias, Açougues, Entre muitos outros tipos de comercio. Cor: Transparente - 45cm de Altura - 300 Metros de Comprimento de Filme	PLAST	UN	30	R$ 45,73	R$ 1.371,90
88	9494	TÁBUA PLÁSTICA PARA CORTAR VERDURA MÉDIA	WT	UN	16	R$ 31,77	R$ 508,32
89	9595	TOALHA DE MESA EM TECIDO, COR E ESTAMPA VARIADAS, DE FORMATO RETANGULAR, COM LARGURA MÍNIMA DE 1,50 M E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,50 M, BORDAS REFORÇADAS.	WT	UN	15	R$ 42,84	R$ 642,60
90	36362	XÍCARAS COM PIRES PARA CAFÉ	WT	UN	15	R$ 13,89	R$ 208,35

2.3. Preço Total Registrado: **R$96.844,74 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A ata de registro de preços terá vigência de até 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado que a medida contínua a representar vantagem para a Administração.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos saldos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2. O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1.São obrigações do Contratado:
10.1.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
10.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.
10.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10.1.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, carga e descarga, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução dos serviços desse termo.
10.1.6. A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
10.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.
10.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços.
10.1.9. Substituir os materiais/produtos a serem utilizados para os serviços, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
10.1.10. Entregar os produtos/itens conforme solicitação de Nota de empenho da Contratante.
10.1.11. Comprometer-se-á a fornecer o serviço objeto da licitação, em total conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. Caso não seja o fornecedor responsável pela execução da entrega, responderá de forma solidária pelas obrigações contratuais.

10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. A contratante é responsável por **fiscalizar a entrega dos produtos/itens**, acompanhando e monitorando sua realização para garantir que os mesmos atendam às especificações e exigências do contrato. A fiscalização deverá ser realizada de forma contínua e minuciosa, com a verificação de cada etapa, em conformidade com os requisitos estabelecidos na **Nota de Empenho**, **Ata de Registro de Preço** e **Edital**.
10.2.2. O recebimento dos produtos/itens deve ser realizado de acordo com a **conclusão integral** das atividades contratadas. A contratante deverá verificar minuciosamente se os produtos estão corretos e conforme as condições acordadas. Caso haja alguma falha, imperfeição ou irregularidade, a contratante deverá comunicar à **Contratada por escrito**, dentro do prazo fixado, para que sejam adotadas as correções necessárias.
10.2.3. A contratante deverá **comunicar, por escrito**, à contratada sobre quaisquer **imperfeições, falhas ou irregularidades** encontradas nos produtos, dentro do prazo determinado no contrato. A comunicação deverá ser feita de forma clara e detalhada, indicando os pontos a serem corrigidos para garantir que os produtos atendam às exigências estabelecidas.
10.2.4. A contratante deverá **acompanhar e fiscalizar** a entrega dos produtos durante a entrega, garantindo que os mesmos estejam em conformidade com as especificações contratuais, e tomando as providências necessárias em caso de descumprimento das condições acordadas.
10.2.5. A contratante deverá **efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente** ao fornecimento dos produtos/itens conforme estabelecido no contrato, respeitando os prazos e a forma definida para o pagamento.
10.2.6. A administração pública **não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada**, que não sejam diretamente relacionados à execução do contrato e que não tenham sido previamente autorizados pela contratante.
10.2.7. A contratante deverá **comunicar, em tempo hábil, à contratada** a quantidade de materiais que serão solicitados, garantindo que a contratada tenha acesso à informação necessária para o adequado fornecimento dos produtos. A comunicação será feita por **e-mail** ou outro meio eletrônico, conforme acordado entre as partes.
10.2.8. A contratante deverá **indicar formalmente o gestor** responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, garantindo que a gestão do contrato seja eficiente e que todas as obrigações contratuais sejam cumpridas conforme o acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. As Secretarias Municipais de Pitanga reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos e serviços de entrega, diretamente ou por profissionais designados.
Fiscais responsáveis do processo licitatório modalidade pregão.
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
1) Allan Felipe da Silva Vieira, matrícula n°50034;
2) Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
3) Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
4) Emily Valerry Ferreira, matrícula nº 50035;
5) Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
6) Leonardo Balena, matrícula nº 50149;
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL
1) Roberto Silvio Buchmann, matrícula nº 25074 – Contratos relacionados ao Departamento Desenvolvimento Econômico;
2) Welton Thiago dos Santos, matrícula nº 50360 e João Reginaldo Oliveira Freitas - Matrícula n° 25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
3) Luan Matheus de Oliveira Alves, matrícula n° 50310 – Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo;
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
1) Andreia Katuski, matricula 25048 - Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
2) Jefferson Radião, matricula 50978 - Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
3) Jose Roberto Leandro, matricula 50050 - Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
4) Josemary Giraldi, matricula 50820 - Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais;
5) Tayrine Binde Orben, matricula 50353 - Fiscal de contratos de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1) Jamil Lourenço dos Santos, matrícula n2 50994;
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PUBLICA
1) Adryan de Paula Egier, matrícula n2 50150;
2) Jakson Muniz, matrícula n2 25061 - Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
3) Joanides Baltazar da Luz Júnior, matrícula n2 25054 - Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
1) Rodrigo Campanholi, matrícula nº 50039;
2) Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
1) Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;
GABINETE DO PREFEITO
1) Juraci de Farias, matrícula nº 25055.
13.3 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR. No horário das 08h30min até as 11h30min e das 13h30min até as 17h00min.
14.2. A contratada terá 10 (dez) úteis dias para realizar a entrega dos produtos após o recebimento da Nota de Empenho.

14.3. A contratada deverá realizar a entrega dos produtos na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preço), em conformidade com a Nota de Empenho, a cada entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se especialmente se os mesmos estão corretos.
14.4. Os produtos entregues devem estar em perfeita condição de uso.
14.4.1. Para itens que demandam de mais atenção ao transporte devem estar em embalagens apropriadas, em pacotes plásticos acondicionados em caixas de papel para evitar futuros danos, não será aceito embalagens violadas, danificadas ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência produto.
14.5. Não serão recebidos metade ou parte dos produtos que foram solicitados na Nota de Empenho, a quantidade dos produtos solicitados deve estar de acordo com nota de empenho, acompanhados da nota fiscal. A descarga dos itens e acomodação dos mesmos deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança caso necessário, os mesmos serão orientados pelo respectivo fiscal do contrato de cada secretaria durante a entrega dos produtos.
14.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material/item e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos itens, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos PRODUTOS, resguardando-se as Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Concluindo que o material fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão de Recebimento, as Secretarias Municipais, poderão aplicar a penalidade de suspensão prevista em lei e no Edital de licitação.
14.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) úteis dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.10. O aceite/aprovação do produto pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos mesmos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo Itens do Pregão, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta do signatário desta Ata todas as despesas relacionadas à entrega da (s) mercadoria (s), incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. A (s) mercadoria (s) recebida (s) estará (ao) sujeita (s) à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e em seus Anexos, incluindo qualidade, quantidade e perfeito funcionamento.
14.13. No caso da(s) mercadoria(s) entregue(s), atender (em) às especificações, e as quantidades entregues estiverem corretas, o representante do Município na Unidade Requisitante responsável pelo recebimento e conferência assinará Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma cópia ao signatário desta Ata e retendo outra cópia, para anexação aos autos do processo, com a especificação da data de entrega do documento e a identificação e assinatura do responsável pelo recebimento do documento em nome do signatário.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o signatário desta Ata deverá providenciar a retirada da (s) mercadoria (s), para substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contada do recebimento da notificação, sem ônus para o Município de Pitanga e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do seu preço de venda, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Os produtos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários.
14.17. Os produtos entregues serão devidamente conferidos, fiscalizados e atestados pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com os fiscais da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
217	08002101220801204133903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
228	08002103010801204633903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
228	08002103010801204633903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
238	08002103010801204733903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	510	MATERIAL DE CONSUMO
238	08002103010801204733903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
276	08002103010801205533903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
276	08002103010801205533903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
285	08002103020801204533903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
493	13002154521301208333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
541	17004206061701209733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
577	17007267821501216233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
667	21001041221201215333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
711	21006184521401215933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
675	21002226951201215733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
702	21005185421401215833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
684	21003226611201113233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
692	21003226611201215533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
711	21006184521401215933903000000	511	MATERIAL DE CONSUMO
720	21006184521401216133903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
4	02001041220201200433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
320	11001081221101205833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
388	11004082441101217433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	98058	MATERIAL DE CONSUMO
466	11010081221101216933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
331	11002081221101205933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
368	11004081221101206833903000000	1936	MATERIAL DE CONSUMO
337	11003082431103206133903000000	880	MATERIAL DE CONSUMO
346	11003082431103217233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
368	11004081221101206833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

368	11004081221101206833900300000	91936	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	1934	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	91934	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	98079	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	98088	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433900300000	98093	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033900300000	9004	MATERIAL DE CONSUMO
337	11003082431103206133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
406	11004082451101206633900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
458	11009082421101212533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733900300000	1940	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733900300000	91940	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933900300000	98004	MATERIAL DE CONSUMO
388	11004082441101217433900300000	92940	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333900300000	91935	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333900300000	1935	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433900300000	9894	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033900300000	4	MATERIAL DE CONSUMO
631	19002041220301213333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3. O prazo estabelecido no item 16.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907.0001-08, Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.

16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e

			6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20.1. Considerando a obrigatoriedade de gestão de riscos prevista no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a seguir a análise dos principais riscos associados à contratação de itens de copa e cozinha, com a identificação de sua probabilidade, impacto e respectivas medidas de mitigação, visando assegurar a adequada execução contratual e a continuidade dos serviços públicos.

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências Possíveis	Medidas de Mitigação
1	Entrega de produtos fora das especificações técnicas (qualidade inferior, danificados, vencidos)	Alta	Alto	Comprometimento da funcionalidade dos itens, reclamações, retrabalho e prejuízo financeiro	Conferência rigorosa pela comissão de recebimento; previsão de substituição imediata no contrato
2	Atrasos na entrega dos materiais	Média	Alto	Prejuízo às rotinas das secretarias, paralisação de atividades e necessidade de compras emergenciais	Estabelecer prazos claros no contrato; aplicação de multas por atraso; previsão de convocação do próximo fornecedor na ata de registro
3	Descontinuidade do fornecimento (empresa desistir, encerrar atividades ou perder capacidade financeira)	Baixa	Alto	Desabastecimento de materiais essenciais, comprometendo serviços administrativos	Registro de preços com fornecedores classificados em mais de uma posição; exigir regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira
4	Elevação abrupta de preços de mercado (inflação de insumos)	Média	Médio	Risco de pedidos de reequilíbrio, aumento de custo para a Administração	Previsão contratual de reequilíbrio; análise periódica de mercado; possibilidade de substituição de fornecedores na ata
5	Uso excessivo e desperdício de descartáveis	Média	Médio	Geração elevada de resíduos, custos desnecessários e impactos ambientais negativos	Campanhas internas de uso racional; aquisição preferencial de materiais recicláveis/biodegradáveis; controle de consumo por setor
6	Falhas na logística de entrega (endereços errados, transporte inadequado, produtos avariados no trajeto)	Média	Médio	Atraso, necessidade de devolução/substituição e retrabalho administrativo	Definir claramente local e horário de entrega; exigir transporte adequado e equipe uniformizada; fiscalização presencial no ato da entrega
7	Ausência de controle de estoque pelas secretarias	Média	Médio	Compras duplicadas ou desnecessárias, desperdício de recursos públicos	Implementar sistema de controle de estoque; requisições formais por memorando; fiscalização do uso e consumo por unidade requisitante

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. O Pregão Eletrônico nº 57/2025 é realizado pelo(a) Pregoeiro(a) EDINA DOS SANTOS DA LUZ, designado na Portaria n.º 01/2025.
23.2. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 12 de Novembro de 2025.

DIRCEU MORAES	***ELIAS BELARMINIO DA SILVA***
Prefeito	57.935.866 Elias Belarminio Da Silva
Município de Pitanga	Contratada

Contratante	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°402/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N.º57/2025	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º290/2025**
DATA DE PUBLICAÇÃO:13/11/2025	**VALIDADE DA ATA:12/11/2026**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Lei Complementar Municipal nº 62/2020 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no **Pregão Eletrônico n.º 57/2025**, para o **registro de preços para futuras e eventuais contratações de itens de copa e cozinha, em atendimento às Secretarias Municipais,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais contratações de itens de copa e cozinha, em atendimento às Secretarias Municipais, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL – GABINETE DO PREFEITO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTES ABAIXO – adjudicado para **GUIMARAES E SOARES LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 17.330.681/0001-59, estabelecida na Rua OSVALDO ARANHA,116, CENTRO, PITANGA – PR, CEP 85200-000, neste ato representada pelo **Sr. Marilene de Paula Soares**, portador da Cédula de Identidade nº. 3.994.146 5 SSP-PR, CPF nº. 776.176.309-72 , conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
3	74242	AMASSADOR DE BATATA utensílio prático e resistente, ideal para amassar batatas e outros alimentos cozidos com facilidade. Possui cabo ergonômico que proporciona conforto no uso e base perfurada que garante um purê mais uniforme. Indicado para uso doméstico e profissional.	vision	UN	10	R$ 21,70	R$ 217,00
5	71741	BACIA DE PLASTICO 20 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: BACIA; DE POLIPROPILENO; COM DIAMETRO DE, APROXIMADAMENTE, 45 CM; COM ALTURA DE, APROXIMADAMENTE, 19 CM; COM CAPACIDADE 20L, COM ALCAS; DIVERSAS CORES;	mb	UN	50	R$ 20,42	R$ 1.021,00
7	6643	BACIA DE PLASTICO REDONDA - APROXIMADAMENTE 25 À 30 LITROS	arqplast	UN	24	R$ 27,62	R$ 662,88
9	18025	Bandeja Retangular de Plástico 45,8x31,5cm Especificações Técnicas. Material: Plástico, Dimensões do Produto: Dimensões aproximadas (AxLxP) (cm): 31,5 x 45,8 x 45,8, Peso aproximado (Kg): 0,276, Conteúdo da Embalagem: 01 x Bandeja retangular de plástico	dup	UN	55	R$ 24,80	R$ 1.364,00
11	39031	Boleira com suporte e tampa 30 cm	plasutil	UN	8	R$ 60,75	R$ 486,00
13	73021	Botijão térmico duplo em aço inox, 12 litros, conservação da temperatura quente ou fria, 6 litros em cada recipiente, com torneira abre e fecha, pés e alças superiores retrateis	mek	UNID	6	R$ 429,10	R$ 2.574,60
15	26109	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICO 30 LTS	arqplast	UN	7	R$ 31,69	R$ 221,83
21	38978	Chaleira elétrica 1,8 litro, jarra sem fio, 127V, com sistema automático de desligamento.	Homeland	UN	4	R$ 76,35	R$ 305,40
25	74101	COADOR FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ, REUTILIZÁVEL, ALTURA: 18 CM, ESTRUTURA DE PLÁSTICO, MATERIAL DE POLIPROPILENO (TNT).	moka	01	25	R$ 7,85	R$ 196,25
27	4626	CONCHAS EM INOX TAMANHO MÉDIO - NUMERO 07	estrela	UN	19	R$ 19,60	R$ 372,40
29	74244	CONJUNTO DE 5 TIGELAS DE VIDRO COM TAMPA conjunto de 5 tigelas de vidro com tampas, disponível em vários tamanhos, ideal para armazenar, preparar e servir alimentos. Perfeito para manter ingredientes frescos, misturar receitas e servir pratos como saladas e sopas. As tampas herméticas garantem a conservação e praticidade no uso diário.	home	KIT	6	R$ 57,50	R$ 345,00
31	74099	COPO DESCARTÁVEL 180ML copo descartável ideal para água, refrigerante, etc. confeccionado com resina termoplástica, são homogênios, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas. composição: polipropileno (pp) cor: transparente (capacidade: 180 ml) (caixa contendo 25 pacotes com 100 unidades) (2.500 unidades na caixa)	cristalcopo	CX	180	R$ 133,00	R$ 23.940,00
33	9481	COPOS PLÁSTICOS 300 ML. RETORNÁVEIS	cristal	UN	250	R$ 4,99	R$ 1.247,50
35	69013	Descascador de Legumes Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	keita	UN	8	R$ 14,00	R$ 112,00
39	74238	ESPÁTULA PARA COZINHA – 10 A 14 CM DE LARGURA espátula de cozinha com largura variando entre 10 a 14 cm, ideal para virar, mexer e servir alimentos com precisão. Fabricada em material resistente, com cabo ergonômico que proporciona conforto e segurança no manuseio. Perfeita para uso diário em preparações de todos os tipos.	western	UN	7	R$ 28,20	R$ 197,40
41	74103	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ tamanho 103 embalagem com 30 unidades	brigitta	01	155	R$ 5,05	R$ 782,75
43	4644	FORMA PARA GELO, EM PLÁSTICO FLEXÍVEL, ATÓXICO.	tritec	UN	10	R$ 7,80	R$ 78,00
45	74233	GARRAFA TÉRMICA 5L garrafa térmica com capacidade de 5 litros, ideal para líquidos quentes ou frios. Sistema de acionamento por pressão, ampola de vidro e alça para transporte.	antares	UN	27	R$ 52,80	R$ 1.425,60
49	6633	ISQUEIRO A GÁS SEM REGULADOR DE CHAMA TAMANHO GRANDE Selo holográfico do INMETRO que garante originalidade, qualidade e segurança; ACENDIMENTO MINIMO 3.000 VEZES.	bic	UN	5	R$ 5,05	R$ 25,25
51	35505	JOGO DE 05 PANELAS DE ALUMINIO DE TAMANHOS: 16-18-20-22-24 - ESPESSURA DE 4.5MM. Panela numero 16. Tem Capacidade de 1,3 Litros - 16cm Diâmetro Panela numero 18. Tem Capacidade de 1,7 Litros - 18cm Diâmetro	imper	JOGO	2	R$ 166,15	R$ 332,30

		Panela numero 20. Tem Capacidade de 2,1 Litros - 20cm Diâmetro Panela numero 22. Tem Capacidade de 2.7 Litros - 22cm Diâmetro Panela numero 24. Tem Capacidade de 3.3 Litros - 24cm Diâmetro					
53	62402	Jogo de garfos de mesa em aço inoxidável, contendo 12 unidades, 21x2,5x2mm (altura x comprimento x largura), Espessura do cabo 2,3mm, peso por peça 0,04Kg. Material do cabo: Aço inoxidável, Material da lâmina: Aço inoxidável	simo	JOGO	9	R$ 40,00	R$ 360,00
55	39849	Jogo de Xícaras para Chá 12 Peças, Cor: Transparente Quantidade de peças total do conjunto: 06 Xícaras para chá en06 Pires. Material: Vidro. Capacidade da Xícaras:240 ml. Formato: Redondo, Alças: Sim Xícara. Pode ser levado ao micro-ondas, Pode ser levado à lava louças, Peso aproximado: Peso do produto: 2,38 kg. Dimensões do produto: Xícaras (D): 9,5 cm. Altura 6,2 cm. Dimensões aproximadas: Largura: 32,5 cm. Altura: 18,4 cm. Profundidade39,6 cm. Itens inclusos: 06 Xícaras e 06 Pires.	duralex	JOGO	7	R$ 74,60	R$ 522,20
56	66854	Kit 12 Colheres Sopa Mesa Inox Grande - Kit com 12 unidades - Material: Aço Inoxidável; - Diâmetro da colher: 4 cm; - Diâmetro maior do cabo: 1,7 cm; - Comprimento total: 20 cm; - Peso: 40g / 0,04 kg.	simo	KIT	45	R$ 36,25	R$ 1.631,25
57	73587	Kit 4 Caixas Organizadoras 56 Litros C/ Tampa e Trava Multiúso Decorativa Preta, Capacidade: 56 Litros Medidas em cm: CxLxA : 58x40x35 Cm Aprox, Plástico resistente	mb	KIT	4	R$ 244,00	R$ 976,00
61	69612	Lixeira / cesto com pedal, 15 litros, fabricado em polipropileno de alta resistência, indicado às áreas internas e externas, tampa com abertura e fechamento à pedal, cor branca, medidas aprox 29x27x37 cm	antares	UNID	110	R$ 53,10	R$ 5.841,00
63	16868	LIXEIRA DE METAL COM PEDAL 20 LITROS	arqplast	UN	20	R$ 106,60	R$ 2.132,00
65	72177	LIXEIRO COM PEDAL 30L ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: RECIPIENTE PARA LIXO; EM PLASTICO, COM PEDAL; NO FORMATO RETANGULAR; COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS; MEDINDO 47,0 X 40,5 X 34 (A X L X P, EM CM); COM SUPORTE DA TAMPA; E PEDAL EM ACO; AZUL;	antares	UN	120	R$ 78,35	R$ 9.402,00
67	34273	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS 110V	sg	UN	5	R$ 273,40	R$ 1.367,00
69	74231	PANELA DE PRESSÃO 10L EM ALUMÍNIO Capacidade de 10 litros, corpo em alumínio resistente, tampa com vedação segura e sistema de segurança triplo (válvula reguladora, válvula de segurança e trava). Cozimento rápido e uniforme. Alças reforçadas.	panelux	UN	17	R$ 186,75	R$ 3.174,75
71	66851	Panela de Pressão profissional 20 Litros Hotel Restaurante DESCRIÇÃO - Fechamento Externo; - Anel de vedação de silicone (alta durabilidade); - Linha profissional; - Tampa com 2 válvulas de segurança; - Capacidade de 20L; - Em alumínio polido; - Cabo e alça antitérmicos. DIMENSÕES APROXIMADAS - Diâmetro: 30,4 cm; - Altura: 36,5 cm; - Largura: 31 cm; - Comprimento: 44 cm; - Capacidade: 20L.	nacional	UN	6	R$ 495,90	R$ 2.975,40
73	43349	PANO DE PRATO, 100% ALGODAO,240G/M2,LARG.70CM, BRANCO ITEM BEC ITEM COM NEGOCIAÇÃOESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TECIDO; TIPO PANO DE PRATO; ARMACAO TEXTIL; 100% ALGODAO; GRAMATURA APROXIMADA 240 G/M2; LARGURA 70 CM; BRANCO;	semaninha	UN	65	R$ 4,95	R$ 321,75
75	36759	PAPEL TOALHA C/2 ROLOS COM 55 TOALHAS CADA - 20 CMX22 CM FOLHA DUPLA CAIXA COM 6 UNIDADES	sorella	UN	34	R$ 9,95	R$ 338,30
77	72658	PENEIRA PARA COZINHA, MATERIAL EM PLÁSTICO/INOX	nt	01	10	R$ 14,35	R$ 143,50
79	74237	POTE COM TAMPA – 5 A 5,5 LITROS Pote com capacidade de 5 a 5,5 litros, com tampa hermética, ideal para armazenar alimentos, líquidos e outros itens. Fabricado em material resistente, proporciona vedação eficaz, mantendo o conteúdo fresco e protegido por mais tempo. Perfeito para uso doméstico e profissional.	mb	UN	65	R$ 21,72	R$ 1.411,80
81	71747	POTES PLÁSTICO COM TAMPA 2L ALTURA: 12 CM LARGURA: 13,4 CM COMPRIMENTO: 18 CM	mb	UN	100	R$ 21,90	R$ 2.190,00
83	9492	PRATO DE VIDRO TIPO DURALEX	duralex	UN	150	R$ 8,39	R$ 1.258,50
84	21775	RALADOR DE ALIMENTOS (PLÁSTICO)	mb	UN	5	R$ 15,10	R$ 75,50
85	43286	RODO PARA PIA, COM BASE EM PLÁSTICO DE 15 cm	nt	UN	8	R$ 5,10	R$ 40,80
87	47873	Saco plástico 35x55 para pães, rolo.	pack 35x50	UN	200	R$ 9,55	R$ 1.910,00
91	65420	Saleiro,polipropileno,oval,(15,5x11x13)cm,tampa Articulavel,transpar. UNIDADE Especificação Técnica: Saleiro; Corpo Em Polipropileno; No Formato Oval; Medindo (15,5x11x13)cm; Tampa Em Polipropileno, Articulavel; Corpo Transparente;	tritec	UNID	5	R$ 9,55	R$ 47,75

2.3. Preço Total Registrado: **R$72.026,66 (setenta e dois mil e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A ata de registro de preços terá vigência de até 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado que a medida contínua a representar vantagem para a Administração.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos saldos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2. O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1.São obrigações do Contratado:
10.1.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
10.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.
10.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10.1.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, carga e descarga, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução dos serviços desse termo.
10.1.6. A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
10.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.
10.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços.
10.1.9. Substituir os materiais/produtos a serem utilizados para os serviços, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
10.1.10. Entregar os produtos/itens conforme solicitação de Nota de empenho da Contratante.
10.1.11. Comprometer-se-á a fornecer o serviço objeto da licitação, em total conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. Caso não seja o fornecedor responsável pela execução da entrega, responderá de forma solidária pelas obrigações contratuais.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. A contratante é responsável por **fiscalizar a entrega dos produtos/itens**, acompanhando e monitorando sua realização para garantir que os mesmos atendam às especificações e exigências do contrato. A fiscalização deverá ser realizada de forma contínua e minuciosa, com a verificação de cada etapa, em conformidade com os requisitos estabelecidos na **Nota de Empenho**, **Ata de Registro de Preço** e **Edital**.
10.2.2. O recebimento dos produtos/itens deve ser realizado de acordo com a **conclusão integral** das atividades contratadas. A contratante deverá verificar minuciosamente se os produtos estão corretos e conforme as condições acordadas. Caso haja alguma falha, imperfeição ou irregularidade, a contratante deverá comunicar à **Contratada por escrito**, dentro do prazo fixado, para que sejam adotadas as correções necessárias.
10.2.3. A contratante deverá **comunicar, por escrito**, à contratada sobre quaisquer **imperfeições, falhas ou irregularidades** encontradas nos produtos, dentro do prazo determinado no contrato. A comunicação deverá ser feita de forma clara e detalhada, indicando os pontos a serem corrigidos para garantir que os produtos atendam às exigências estabelecidas.
10.2.4. A contratante deverá **acompanhar e fiscalizar** a entrega dos produtos durante a entrega, garantindo que os mesmos estejam em conformidade com as especificações contratuais, e tomando as providências necessárias em caso de descumprimento das condições acordadas.
10.2.5. A contratante deverá **efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente** ao fornecimento dos produtos/itens conforme estabelecido no contrato, respeitando os prazos e a forma definida para o pagamento.
10.2.6. A administração pública **não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada**, que não sejam diretamente relacionados à execução do contrato e que não tenham sido previamente autorizados pela contratante.
10.2.7. A contratante deverá **comunicar, em tempo hábil, à contratada** a quantidade de materiais que serão solicitados, garantindo que a contratada tenha acesso à informação necessária para o adequado fornecimento dos produtos. A comunicação será feita por **e-mail** ou outro meio eletrônico, conforme acordado entre as partes.
10.2.8. A contratante deverá **indicar formalmente o gestor** responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, garantindo que a gestão do contrato seja eficiente e que todas as obrigações contratuais sejam cumpridas conforme o acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. As Secretarias Municipais de Pitanga reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos e serviços de entrega, diretamente ou por profissionais designados.
Fiscais responsáveis do processo licitatório modalidade pregão.
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
1) Allan Felipe da Silva Vieira, matrícula n°50034;
2) Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
3) Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
4) Emily Valerry Ferreira, matrícula nº 50035;
5) Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
6) Leonardo Balena, matrícula nº 50149;
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL
1) Roberto Silvio Buchmann, matrícula nº 25074 – Contratos relacionados ao Departamento Desenvolvimento Econômico;
2) Welton Thiago dos Santos, matrícula nº 50360 e João Reginaldo Oliveira Freitas - Matrícula n° 25084, Contratos referentes ao Departamento de Meio Ambiente;
3) Luan Matheus de Oliveira Alves, matrícula n° 50310 – Contratos relacionados ao Departamento de Eventos e Turismo;
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
1) Andreia Katuski, matricula 25048 - Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
2) Jefferson Radião, matricula 50978 - Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
3) Jose Roberto Leandro, matricula 50050 - Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
4) Josemary Giraldi, matricula 50820 - Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais;
5) Tayrine Binde Orben, matricula 50353 - Fiscal de contratos de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1) Jamil Lourenço dos Santos, matrícula n2 50994;
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PUBLICA
1) Adryan de Paula Egier, matrícula n2 50150;
2) Jakson Muniz, matrícula n2 25061 - Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
3) Joanides Baltazar da Luz Júnior, matrícula n2 25054 - Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
1) Rodrigo Campanholi, matrícula nº 50039;
2) Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
1) Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;
GABINETE DO PREFEITO
1) Juraci de Farias, matrícula nº 25055.
13.3 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR. No horário das 08h30min até as 11h30min e das 13h30min até as 17h00min.
14.2. A contratada terá 10 (dez) úteis dias para realizar a entrega dos produtos após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega dos produtos na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preço), em conformidade com a Nota de Empenho, a cada entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se especialmente se os mesmos estão corretos.
14.4. Os produtos entregues devem estar em perfeita condição de uso.
14.4.1. Para itens que demandam de mais atenção ao transporte devem estar em embalagens apropriadas, em pacotes plásticos acondicionados em caixas de papel para evitar futuros danos, não será aceito embalagens violadas, danificadas ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência produto.
14.5. Não serão recebidos metade ou parte dos produtos que foram solicitados na Nota de Empenho, a quantidade dos produtos solicitados deve estar de acordo com nota de empenho, acompanhados da nota fiscal. A descarga dos itens e acomodação dos mesmos deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança caso necessário, os mesmos serão orientados pelo respectivo fiscal do contrato de cada secretaria durante a entrega dos produtos.
14.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material/item e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos itens, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos PRODUTOS, resguardando-se as Secretarias Municipais o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Concluindo que o material fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão de Recebimento, as Secretarias Municipais, poderão aplicar a penalidade de suspensão prevista em lei e no Edital de licitação.
14.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) úteis dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.10. O aceite/aprovação do produto pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos mesmos ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo Itens do Pregão, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta do signatário desta Ata todas as despesas relacionadas à entrega da (s) mercadoria (s), incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
14.12. A (s) mercadoria (s) recebida (s) estará (ao) sujeita (s) à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e em seus Anexos, incluindo qualidade, quantidade e perfeito funcionamento.
14.13. No caso da(s) mercadoria(s) entregue(s), atender (em) às especificações, e as quantidades entregues estiverem corretas, o representante do Município na Unidade Requisitante responsável pelo recebimento e conferência assinará Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma cópia ao signatário desta Ata e retendo outra cópia, para anexação aos autos do processo, com a especificação da data de entrega do documento e a identificação e assinatura do responsável pelo recebimento do documento em nome do signatário.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o signatário desta Ata deverá providenciar a retirada da (s) mercadoria (s), para substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contada do recebimento da notificação, sem ônus para o Município de Pitanga e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
14.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do seu preço de venda, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Os produtos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários.
14.17. Os produtos entregues serão devidamente conferidos, fiscalizados e atestados pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com os fiscais da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
217	08002101220801204133903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
228	08002103010801204633903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
228	08002103010801204633903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
238	08002103010801204733903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	510	MATERIAL DE CONSUMO
238	08002103010801204733903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
251	08002103010801204833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
276	08002103010801205533903000000	303	MATERIAL DE CONSUMO
276	08002103010801205533903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
285	08002103020801204533903000000	494	MATERIAL DE CONSUMO
493	13002154521301208333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
541	17004206061701209733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
577	17007267821501216233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
667	21001041221201215333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
711	21006184521401215933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
675	21002226951201215733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
702	21005185421401215833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
684	21003226611201113233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
692	21003226611201215533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
711	21006184521401215933903000000	511	MATERIAL DE CONSUMO
720	21006184521401216133903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
4	02001041220201200433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
320	11001081221101205833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
388	11004082441101217433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	98058	MATERIAL DE CONSUMO
466	11010081221101216933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
331	11002081221101205933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
368	11004081221101206833903000000	1936	MATERIAL DE CONSUMO
337	11003082431103206133903000000	880	MATERIAL DE CONSUMO
346	11003082431103217233903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
368	11004081221101206833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
368	11004081221101206833903000000	91936	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	1934	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	91934	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	98079	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	98088	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433903000000	98093	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033903000000	9004	MATERIAL DE CONSUMO
337	11003082431103206133903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
406	11004082451101206633903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
458	11009082421101212533903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733903000000	1940	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
356	11004081221101206733903000000	91940	MATERIAL DE CONSUMO
418	11004082451101206933903000000	98004	MATERIAL DE CONSUMO
388	11004082441101217433903000000	92940	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333903000000	91935	MATERIAL DE CONSUMO
395	11004082451101206333903000000	1935	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
432	11004082451101211433903000000	9894	MATERIAL DE CONSUMO
446	11007081221101207033903000000	4	MATERIAL DE CONSUMO
631	19002041220301213333903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços, GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3. O prazo estabelecido no item 16.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907.0001-08, Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, 171, Pitanga/PR – CEP 85.200-073, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5. O contratante deverá reter o Imposto de Renda na fonte e os demais tributos aplicáveis no momento do pagamento, em conformidade com as disposições legais previstas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações.
16.6. O contratante deverá realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura fornecida pelo contratado, conforme for aplicável.
16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Infrações e penalidades do Contrato:

18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20.1. Considerando a obrigatoriedade de gestão de riscos prevista no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a seguir a análise dos principais riscos associados à contratação de itens de copa e cozinha, com a identificação de sua probabilidade, impacto e respectivas medidas de mitigação, visando assegurar a adequada execução contratual e a continuidade dos serviços públicos.

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências Possíveis	Medidas de Mitigação
1	Entrega de produtos fora das especificações técnicas (qualidade inferior, danificados, vencidos)	Alta	Alto	Comprometimento da funcionalidade dos itens, reclamações, retrabalho e prejuízo financeiro	Conferência rigorosa pela comissão de recebimento; previsão de substituição imediata no contrato
2	Atrasos na entrega dos materiais	Média	Alto	Prejuízo às rotinas das secretarias, paralisação de atividades e necessidade de compras emergenciais	Estabelecer prazos claros no contrato; aplicação de multas por atraso; previsão de convocação do próximo fornecedor na ata de registro
3	Descontinuidade do fornecimento (empresa desistir, encerrar atividades ou perder capacidade financeira)	Baixa	Alto	Desabastecimento de materiais essenciais, comprometendo serviços administrativos	Registro de preços com fornecedores classificados em mais de uma posição; exigir regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira
4	Elevação abrupta de preços de mercado (inflação de insumos)	Média	Médio	Risco de pedidos de reequilíbrio, aumento de custo para a Administração	Previsão contratual de reequilíbrio; análise periódica de mercado; possibilidade de substituição de fornecedores na ata
5	Uso excessivo e desperdício de descartáveis	Média	Médio	Geração elevada de resíduos, custos desnecessários e impactos ambientais negativos	Campanhas internas de uso racional; aquisição preferencial de materiais recicláveis/biodegradáveis; controle de consumo por setor
6	Falhas na logística de entrega (endereços errados, transporte inadequado, produtos avariados no trajeto)	Média	Médio	Atraso, necessidade de devolução/substituição e retrabalho administrativo	Definir claramente local e horário de entrega; exigir transporte adequado e equipe uniformizada; fiscalização presencial no ato da entrega
7	Ausência de controle de estoque pelas secretarias	Média	Médio	Compras duplicadas ou desnecessárias, desperdício de recursos públicos	Implementar sistema de controle de estoque; requisições formais por memorando; fiscalização do uso e consumo por unidade requisitante

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. O Pregão Eletrônico nº 57/2025 é realizado pelo(a) Pregoeiro(a) EDINA DOS SANTOS DA LUZ, designado na Portaria n.º 01/2025.
23.2. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 12 de Novembro de 2025.

DIRCEU MORAES	***MARILENE DE PAULA SOARES***
Prefeito	Guimaraes E Soares LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:6D91FE0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO N°52/2025.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N°52/2025, nestes termos:
Data Pregão: 31/10/2025.
Objeto: Aquisição de 03 (três) veículos de passeio, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, que atenda de forma ampla às demandas dos programas e serviços beneficiados, através da deliberação n° 013/2025 – CEDCA/PR e plano de trabalho aprovado pela resolução nº 16/2025 – CMDCA através da política pública da criança e do adolescente vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ACA - ASSESSORIA COMERCIAL AVANCADA LTDA	57.472.677/0001-40	R$ 239.970,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$239.970,00 (Duzentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta reais)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	VEÍCULO de passeio para 5 pessoas; 0 (zero) Km, ano/modelo 2025, fabricação nacional ou nacionalizado cor branca; 4 portas; Ar-condicionado; Bancos em tecido, com regulagem; cintos de segurança dianteiro e traseiro de 3 pontos; Computador de bordo indicando, distância, consumo, velocidade, autonomia e demais; vidros e travas elétricas nas 4 portas; Motor Transversal dianteiro; Número de cilindros: 3 em linha; Diâmetro x curso: 70,0 x 64,9 mm Cilindrada total: 999 cm³; Nº de válvulas por cilindro: mínimo 2; Combustível: Gasolina / Etanol; Transmissão: manual com no mínimo 5 marchas; Sistema de freios: pedal e transmissão hidráulica com ABS e EBD Dianteiro: disco ventilado, Traseiro: tambor; Suspensão dianteira Tipo: McPherson com rodas independentes, braços oscilantes inferiores transversais com barra estabilizadora Amortecedores: Hidráulicos, telescópicos de duplo efeito Elemento elástico: Mola helicoidal Suspensão traseira Tipo: Eixo de torção com rodas semi-independentes Amortecedores: Hidráulicos, telescópicos de duplo efeito Elemento elástico: Mola helicoidal; Direção Tipo: hidráulica/elétrica; Rodas Medida: igual ou superior a 14" em chapa de aço; Pneus: seguindo especificações das rodas e em conformidade com a legislação; Tanque de combustível com volume mínimo de 44 litros; MODELO REFERÊNCIA: MOBI, POLO ou ONIX.	FIAT	UN	3	R$ 79.990,00	R$ 239.970,00	ACA – ASSESSORIA COMERCIAL AVANCADA LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora dos Itens acima descritos, para no prazo de **05 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, **para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado** ou comparecer no setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 11 de Novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 400/2025.
PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **ACA – ASSESSORIA COMERCIAL AVANCADA LTDA.**

OBJETO: Aquisição de 03 (três) veículos de passeio zero km, para o Programa Criança Feliz, Conselho Tutelar e Secretaria de Educação Cultura e Esporte, em atendimento à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, através de recursos repassados conforme estabelece a Deliberação n° 013/2025 – CEDCA/PR.

VALOR: R$239.970,00 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

345 11003082431103206144905200000 8879 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 12 de Novembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 12 de Novembro de 2025.
MODALIDADE: **Pregão nº. 52/2025.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CC6F1768

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO

Exercício: 2025					
EMPENHO A PAGAR/RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS					
Período: 01/01/2025 a 31/10/2025					
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**
4406/2019	03/09/2019	376431 - THIAGO DA CRUZ	09.001.04.122.0014.2.018.3.3.90.39.00.00	1000	8.570,36
979/2020	18/02/2020	376650 - AFA LOCAÇOES LTDA EPP	09.001.04.122.0014.2.018.3.3.90.39.00.00	1000	1.833,33
146/2022	13/01/2022	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.4.4.71.70.00.00	511	0,04
4095/2022	20/07/2022	605209 - GEISEL PEDRO GEJA 05085449983	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	0,01
386/2023	13/01/2023	603716 - RESTAURANTE E LAVACAR BELA VISTA LTDA	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.30.00.00	1000	2.880,00
491/2023	17/01/2023	202724 - ADAO KUBIAK KRICHESKI 76526690904	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	0,01
492/2023	17/01/2023	202479 - CLAUDINEI GARDIN 64124290934	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	0,05
2040/2023	17/03/2023	200223 - ANINSETO DEDETIZADORA LTDA	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	715,71
2265/2023	24/03/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	302,87
4664/2023	10/07/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.30.00.00	1000	0,03
5949/2023	21/08/2023	605209 - GEISEL PEDRO GEJA 05085449983	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	0,01
6495/2023	12/09/2023	613010 - Supera Uniformes Industria e Comércio Têxtil	09.001.18.541.0021.2.035.3.3.90.32.00.00	1000	960,00
7079/2023	05/10/2023	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	555	575,50
7385/2023	10/10/2023	81125 - INSTITUTO AGUA E TERRA	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.47.00.00	1000	265,96
7389/2023	10/10/2023	80862 - CREA CONSELHO REG DE ENG/ ARQ E AGRON PR	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.47.00.00	1000	96,62
8153/2023	17/11/2023	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	555	1.989,85
9099/2023	15/12/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.30.00.00	1000	1,60
9408/2023	26/12/2023	25824 - CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00	511	0,24

1016/2024	14/02/2024	370716 - PETERLINI E HARMATIUK LTDA	09.001.18.542.0025.2.069.3.3.90.39.00.00	1000	49,00
1620/2024	06/03/2024	615263 - FRANCISCA FERREIRA DE CARVALHO	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	511	478,45
1621/2024	06/03/2024	607259 - CARLINHOS ALBANO 80558780997	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	511	0,01
4164/2024	24/05/2024	607058 - ALAN HENRIQUE TONELLO	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	6.605,29
7002/2024	12/09/2024	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.30.00.00	511	97,11
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**
7768/2024	10/10/2024	81125 - INSTITUTO AGUA E TERRA	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.47.00.00	1000	10,22
8289/2024	04/11/2024	613962 - PRINT ONE NEGOCIOS LTDA	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	555	508,80
8427/2024	08/11/2024	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.30.00.00	511	832,00
8652/2024	13/11/2024	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.39.00.00 0	555	2.437,50
9038/2024	26/11/2024	378251 - H.M.S. TRANSPORTES E LOCACAO DE CACAMBAS LTDA	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00	511	1.125,63
9824/2024	16/12/2024	398598 - CIETEC - COMPLEXO INDUSTRIAL ECO-TECNOLOGICO LTDA	09.002.18.542.0023.2.140.3.3.90.39.00.00	1989	4.084,95
9826/2024	16/12/2024	378251 - H.M.S. TRANSPORTES E LOCACAO DE CACAMBAS LTDA	09.002.18.542.0023.2.140.3.3.90.39.00.00	1989	126,92
9839/2024	16/12/2024	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	555	4.133,50
	10/01/2025	612049 - BIO MASSA LITORAL LTDA	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00	511	
149/2025	10/01/2025	378251 - H.M.S. TRANSPORTES E LOCACAO DE CACAMBAS LTDA	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00	511	282,24
201/2025	14/01/2025	615396 - 31.656.996 MARCIA SOARES SIQUEIRA	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00	511	0,02
203/2025	14/01/2025	398122 - ELEANDRO FERREIRA BASTOS 00439138906	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00 0	511	0,18
1113/2025	13/02/2025	202440 - ALVARO BECKER JUNIOR	09.004.18.541.0020.2.038.3.3.90.30.00.00 0 0	555	0,01
1761/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.1.71.70.00.00	511	208,31
1762/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.1.71.70.00.00	511	208,31
1763/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.1.71.70.00.00	511	208,31
1764/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	416,70
1765/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00 0	511	6.250,00
1767/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	14.583,31
1768/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	30.423,99
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**
1769/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	31.250,00
1770/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	312,50
1771/2025	13/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.4.4.71.70.00.00	511	45.644,89
1782/2025	14/03/2025	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	14.583,31
4092/2025	26/06/2025	200266 - SMD EVENTOS LTDA	09.003.20.334.0024.2.039.3.3.90.39.00.00	1000	215,50
4504/2025	04/07/2025	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.33.00.00	1000	2.225,54
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**
Total Geral:					**185.494,69**

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CA8061ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.126/2025 DE 12/11/2025

Exercício: 2025
Decreto n° 13126/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.200,00 (um mil e duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.122.0002.2.002		GERENCIAMENTO DAS ACOES DO GABINETE DO PREFEITO	
8 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.200,00
Total Suplementação:			1.200,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
31 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.200,00
Total Redução:			1.200,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 12 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CBCAA531

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE – CIPS

Protocolo de Intenções que entre si firmam o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores do presente, neste ato representados por seus respectivos representantes legais, com o objetivo de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Público aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em prol dos entes consorciados.

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE foi fundado em 08 de junho de 1999, previamente à vigência da Lei Federal n. 11.107/2005, a qual disciplinou regras nacionais para a criação e funcionamento de consórcios públicos;

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE funciona, desde sua constituição e até o presente, ininterruptamente, de acordo com as regras dispostas em seu Estatuto, regulamentos internos e documentos firmados com os entes consorciados;

CONSIDERANDO o exposto no artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal n. 11.107/05 e no Decreto Federal n. 6.017/07;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos Consórcios Públicos preexistentes às regras da legislação federal supracitada, nos termos do art. 41 do Decreto Federal 6.017/07;

CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta entre o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE e o Ministério Público do Estado do Paraná (Inquérito Civil MPPR-0046.23.168300-7);

CONSIDERANDO a importância e essencialidade das ações desenvolvidas pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE em prol dos entes consorciados;

O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS ABAIXO SUBSCRITOS RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES, FORMALIZANDO A CONSTITUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS NOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

TÍTULO I – REGRAS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, REGIME E SEDE

CLÁUSULA 1ª: O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE – CIPS,** doravante simplesmente CONSÓRCIO, será constituído sob a forma de Associação Pública, detendo personalidade jurídica de direito público, e se submeterá ao regime da Lei Federal n. 11.107/05 e de sua regulamentação, devendo ainda, em razão de sua área de atuação, observar os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo primeiro. O CONSÓRCIO observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração e execução de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, sendo regido supletivamente pela legislação que rege as associações civis.

Parágrafo segundo. A execução das receitas e despesas do CONSÓRCIO obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, em especial a Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar Federal 101/2000, Portaria 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional e atos que porventura os substituírem, normas essas que também deverão ser respeitadas pelos entes consorciados relativamente à sua relação com o CONSÓRCIO, no que couber.

Parágrafo Terceiro. A partir da celebração do Contrato de Consórcio Público, o CONSÓRCIO passará a integrar a Administração Indireta de cada ente consorciado, nos termos da lei, e fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas em conformidade com os elementos econômicos e atividades e projetos atendidos.

CLÁUSULA 2ª: O CONSÓRCIO será sediado na Rua Emiliano Perneta, 822, 4º andar – conjunto 402, Centro, Município de Curitiba/PR, CEP 80.420-080, podendo a sede ser alterada a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 3ª: O CONSÓRCIO atuará na região correspondente ao território do Estado do Paraná, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II – FINALIDADES E AÇÕES

CLÁUSULA 4ª: São finalidades do CONSÓRCIO:
I- Buscar maior economicidade e vantajosidade aos Municípios na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, considerando as esferas de competência comuns dos Consorciados no âmbito do Sistema Único de Saúde;
II- Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover e proteger a saúde dos habitantes dos entes consorciados, em apoio aos serviços e campanhas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná e das Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados;
III- Contribuir com o planejamento e formulação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica, e auxiliar os entes consorciados a organizarem sua implementação em nível local, com vistas a potencializar o uso racional de medicamentos e produtos para saúde e evitar seu desperdício;
IV- Buscar maior economicidade e vantajosidade ao Estado do Paraná na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades na área da saúde, em apoio aos Municípios consorciados, considerando-se para tanto os insumos e medicamentos inseridos na esfera de competência estadual no âmbito do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA 5ª: Para o cumprimento de sua finalidade o CONSÓRCIO poderá desenvolver as seguintes ações:
I- Planejar e realizar, segundo a legislação vigente, a aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, nas esferas de competência comuns dos consorciados;

II- Acompanhar a rede de logística de transporte, recebimento, armazenamento e distribuição dos medicamentos e demais insumos adquiridos aos entes consorciados;
III- Adquirir os bens e contratar os serviços que entender necessários para desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;
IV – Adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;
V- Otimizar o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição;
VI- Propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
VII - Orientar a viabilização de infraestrutura de assistência farmacêutica aos municípios consorciados;
VIII - Firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos de governo;
IX– Contratar assessoria ou consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e demais atividades relacionadas com as finalidades do Consórcio;
X - Prestar assistência técnica aos entes consorciados na área de assistência farmacêutica, emitindo orientações relacionadas ao tema;
XI- Ser contratado pela Administração Direta ou Indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO III – VIGÊNCIA, PRAZO DE DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CLÁUSULA 6ª: O CONSÓRCIO passará a atuar, em seu novo regime, a partir da vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, e terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 7ª: O Contrato de Consórcio Público poderá ser alterado mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria simples do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente, no mínimo, pelos consorciados que aprovaram a alteração.

Parágrafo único. A alteração do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa por, no mínimo, maioria simples dos entes consorciados.

CLÁUSULA 8ª: O CONSÓRCIO poderá ser extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria absoluta do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente por todos os entes consorciados.

Parágrafo único. A extinção do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa pela totalidade dos entes consorciados, cabendo indenização em face do ente consorciado que, deliberadamente, omitir-se ou atrasar a ratificação legislativa da extinção aprovada em Assembleia.

CLÁUSULA 9ª: Por ocasião da extinção do CONSÓRCIO:
I- Será realizada apuração de haveres relativamente ao montante repassado por cada um dos entes consorciados no bojo dos Contratos de Rateio, e será procedida a devolução de eventual saldo remanescente não utilizado pelo CONSÓRCIO, na proporção do que não foi utilizado para cada consorciado;
II- O patrimônio remanescente do CONSÓRCIO, notadamente aquele resultante de suas fontes de custeio e renda próprias, será rateado equitativamente entre todos os entes consorciados na data de extinção.

CAPÍTULO IV – ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA 10ª: Comporão o CONSÓRCIO:
I- O Estado do Paraná e os Municípios ora signatários, desde que ratifiquem o presente Protocolo de Intenções em suas respectivas Casas Legislativas;
II- Os demais municípios do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, que aderirem ao presente protocolo de intenções e o ratificarem mediante lei municipal, a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro. O contrato de consórcio público poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos signatários, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente, mediante ratificação do presente Protocolo de Intenções.

Parágrafo Segundo. Para fins do disposto no parágrafo anterior, a formalização do Contrato de Consórcio Público dependerá de subscrição e ratificação do presente Protocolo de Intenções por um quantitativo mínimo de signatários, considerando-se, para tanto, aqueles cujo somatório de suas respectivas populações totalize ao menos 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes, de acordo com o censo IBGE previsto na Portaria GM/MS que define o financiamento do componente básico da assistência farmacêutica vigente.

Parágrafo Terceiro. Considerar-se-á celebrado o Contrato de Consórcio Público com a vigência das leis de ratificação do presente Protocolo de Intenções, respeitado o limite mínimo de ratificações previsto no parágrafo anterior, tornando-se suas regras vinculantes para cada ente consorciado, respectivamente, a partir da data de ratificação em âmbito local.

Parágrafo Quarto. Caso a condição prevista no parágrafo anterior seja satisfeita na pendência de ratificação do Protocolo de Intenções pelo Estado do Paraná, o Contrato de Consórcio vigorará com as seguintes adaptações provisórias ao presente instrumento, aplicáveis apenas enquanto o Protocolo de Intenções não for ratificado pelo ente em questão:

I- Ficam suspensas todas as menções ao Estado do Paraná como ente consorciado;

II- Fica suspensa a eficácia da Cláusula 4ª, inciso IV; Cláusula 13ª, parágrafo único; e Cláusula 49ª, inciso V;

III- Fica alterada a composição do Conselho de Administração, prevista na Cláusula 20ª, parágrafo primeiro, de modo que este será composto por 12 (doze) Chefes do Poder Executivo Municipal dos entes consorciados;

IV- Fica alterada a composição do Conselho Fiscal, prevista na Cláusula 33ª, de modo que este será composto por: I- 3 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados; e II- 2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados**,** representados por seus Secretários Municipais de Saúde**.**

Parágrafo Quinto. A adesão de Municípios não signatários aos termos do presente instrumento depende de aprovação por parte da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V – PODERES DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 11ª: Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles constantes da Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções e observadas as competências legais dos gestores locais, terá o CONSÓRCIO poderes para representar os entes consorciados, inclusive firmar contratos, convênios e instrumentos congêneres com o Poder Público e a iniciativa privada.

CLÁUSULA 12ª: Os entes consorciados deverão se fazer representar, perante o CONSÓRCIO, por seu representante legal, ou procurador por ele constituído com poderes específicos de representação perante o CONSÓRCIO, mediante instrumento público com firma reconhecida.

CAPÍTULO VI – PATRIMÔNIO E FONTES DE CUSTEIO

CLÁUSULA 13ª: O patrimônio do CONSÓRCIO é composto:
I- Pelos bens e direitos que vier a adquirir, a qualquer título;
II- Pelos bens e direitos que lhe forem doados ou transferidos, por entidades públicas ou privadas, inclusive os entes consorciados;
III- Pelo resultado das rendas de seus bens;
IV- Por outras rendas eventuais;
V- Pelos bens móveis e imóveis que já forem de sua propriedade, adquiridos no período anterior à conversão do CONSÓRCIO em associação pública, nos termos do presente instrumento.

Parágrafo único. O Estado do Paraná apoiará o recebimento, armazenamento, separação e distribuição dos medicamentos e insumos aos Municípios consorciados que não sejam contemplados com a entrega de forma descentralizada, por meio da estrutura física e de recursos humanos das centrais de abastecimento farmacêutico das 22 Regionais de Saúde.

CLÁUSULA 14ª: As fontes de custeio do CONSÓRCIO são compostas por:
I- Recursos repassados pelos entes consorciados, conforme estabelecido nos respectivos Contratos de Rateio, no início de cada exercício financeiro;
II- O pagamento pelos serviços prestados pelo Consórcio aos Entes consorciados;
III- Auxílios, contribuições, subvenções e demais recursos recebidos de pessoas jurídicas de direito público ou privado por ocasião de convênios, contratos, termos de colaboração e demais ajustes celebrados;
IV- Remuneração de serviços eventualmente prestados, a qualquer título, desde que compatíveis com as finalidades do CONSÓRCIO;
V- Rendas decorrentes da gestão de seu patrimônio e produto de operações de crédito, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras e de capitais;
VI- Doações e legados;
VII- Produto da alienação de seus bens livres, bem como rendas eventuais;
VIII- Saldo financeiro de multas administrativas aplicadas em decorrência do inadimplemento contratual por parte de fornecedores contratados;
IX- Outros recursos que lhe forem destinados por liberalidade, por força de lei ou decisão judicial, ou resultarem de suas atividades.

Parágrafo primeiro. Os entes consorciados não entregarão recursos de custeio ao CONSÓRCIO por fontes diversas do Contrato de Rateio.

Parágrafo segundo. Rendas excedentes deverão ser aplicadas na consecução das finalidades do CONSÓRCIO, não podendo ser apropriadas individualmente pelos membros de Conselho, da Diretoria ou pelos entes consorciados.

Parágrafo terceiro. O disposto no parágrafo anterior não impede a distribuição de recursos disponíveis e rendas excedentes do CONSÓRCIO, a critério do Conselho Deliberativo, desde que efetuada de maneira equitativa entre todos os entes consorciados, na proporção de suas respectivas participações para o custeio do CONSÓRCIO, conforme disposto nos contratos de rateio.

TÍTULO II – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO CAPÍTULO I – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO
CLÁUSULA 15ª: O CONSÓRCIO será dotado da seguinte estrutura administrativa:
I- Assembleia Geral dos consorciados;
II- Conselho Deliberativo;
III- Diretoria Executiva;
IV- Conselho Fiscal.

Parágrafo primeiro: o CONSÓRCIO editará normas e regimentos internos contendo regras sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos de sua estrutura administrativa, respeitados os parâmetros dispostos no presente Contrato.

Parágrafo segundo. A participação na Assembleia Geral, bem como a ocupação de cargos no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, não será remunerada a qualquer título.

Parágrafo terceiro: Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal serão destituídos de seus cargos quando, por qualquer razão, não mais exercerem mandato ou cargo nos seus respectivos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Na hipótese do parágrafo anterior, o cargo vago no CONSÓRCIO será assumido temporariamente pelo agente público que suceder o seu antigo ocupante no respectivo ente consorciado, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias será convocada reunião extraordinária da Assembleia Geral para nova eleição ao cargo, pelo período remanescente.

Parágrafo quinto. O disposto no parágrafo quarto, parte final, será dispensado nos casos em que a vacância do cargo se der por prazo inferior a 60 (sessenta) dias, hipótese em que não será realizada nova eleição para o cargo vago.

CAPÍTULO II – ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA 16ª. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída pelos representantes legais de todos os entes consorciados que estiverem no pleno gozo de seus direitos.

CLÁUSULA 17ª. Compete privativamente à Assembleia Geral:
I- Indicar, eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
II- Deliberar sobre a alteração do Contrato de Consórcio ou a extinção do presente CONSÓRCIO;
III- Deliberar sobre admissão de novos membros, bem como a retirada ou exclusão de entes consorciados;
IV- Aprovar a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão, bem como demais alterações do quadro de pessoal e sua remuneração;
V- Ratificar a proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 18ª: A Assembleia Geral será convocada:
I- Ordinariamente, com periodicidade anual, para ratificação da proposta de orçamento, e bienal, para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
II- Extraordinariamente, mediante convocação feita pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Conselho Fiscal, com indicação da respectiva pauta e justificativa hábil a motivar a sua necessidade;
III- Extraordinariamente, mediante requerimento formulado por pelo menos 1/5 (um quinto) dos representantes dos entes consorciados, com indicação da respectiva pauta específica.

Parágrafo primeiro. A convocação para Assembleia Geral se dará por correio eletrônico e por edital, este último afixado na sede e no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, com ao menos 10 (dez) dias de antecedência da data designada para a Assembleia.

Parágrafo segundo. A Assembleia Geral se reunirá, em primeira convocação, com o quórum da maioria simples dos entes consorciados em pleno gozo de seus direitos, ou em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de presentes.

CLÁUSULA 19ª: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por no mínimo 2/3 (dois terços) de votos favoráveis.

Parágrafo primeiro. Na Assembleia Geral, cada um dos entes consorciados presentes terá direito a 01 (um) voto, independentemente de seu porte ou população.

Parágrafo segundo. O voto será público, nominal e aberto.

CAPÍTULO III – CONSELHO DELIBERATIVO

CLÁUSULA 20ª: O Conselho Deliberativo será constituído por 12 (doze) membros eleitos dentre os entes consorciados, para mandatos de 2 (dois) anos, cabendo recondução de seus ocupantes, total ou parcial, inclusive por mais de uma vez, sem limitação.

Parágrafo primeiro. Os membros do Conselho Deliberativo serão compostos por 6 (seis) Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados e 6 (seis) membros indicados pelo Estado do Paraná dentre membros da Secretaria de Estado da Saúde, podendo ser substituídos por procuradores devidamente constituídos por instrumento público.

Parágrafo segundo. A eleição do Conselho Deliberativo ocorrerá no mês de janeiro dos anos ímpares, e a posse se dará até 31 de janeiro.

Parágrafo terceiro. Não poderão se candidatar para os cargos mencionados na presente Cláusula membros dos entes consorciados que não estejam no exercício de seus respectivos mandatos ou cargos, conforme Cláusula 15ª, parágrafo terceiro do presente Contrato.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância provisória de um ou mais cargos do Conselho Deliberativo por ocasião do resultado das Eleições Municipais, aplica-se o disposto na Cláusula 15º, parágrafo quarto e quinto do presente Contrato, sendo que, em casos urgentes, poderá a Diretoria Executiva desempenhar as funções necessárias à manutenção das atividades do CONSÓRCIO, com posterior ratificação pelo Presidente.

CLÁUSULA 21ª: Compete ao Conselho Deliberativo:
I- Deliberar sobre os assuntos gerais de gestão do Consórcio, determinando a sua efetiva administração, visando atingir os seus objetivos;
II- Resolver e dispor sobre os casos omissos ou dúbios na interpretação das regras do presente Contrato;
III- Aprovar propostas de alteração do presente instrumento, bem como do quadro de pessoal e remuneração do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;
IV- Aprovar as minutas de regimentos internos, estatutos e demais normas internas enviadas pela Diretoria Executiva;
V- Deliberar sobre a admissão, promoção, punição e demissão de funcionários, bem como requisição de servidores, propostas pelo Diretor Executivo;
VI- Aprovar a proposta orçamentária anual, bem como o balanço e relatório anual das atividades do consórcio, elaborados pelo Diretor Executivo, para encaminhamento à Assembleia Geral;
VII- Aprovar as planilhas de custos dos contratos de rateio;
VIII- Definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;
IX- Deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão dos quadros do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;
X- Indicar o Diretor Executivo e aprovar a indicação dos demais integrantes da Diretoria Executiva, bem como determinar suas exonerações ou substituições;

XI- Prestar contas aos órgãos públicos concessores dos auxílios e subvenções que o Consórcio venha a receber;
XII- Autorizar a alienação dos bens livres do Consórcio bem como seu oferecimento como garantia de operações de créditos;
XIII- Deliberar sobre a admissão ou exclusão de associados, nos casos previstos neste Contrato;
XIV- Autorizar a contratação de serviços de auditoria externa;
XV- Prestar, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos.

CLÁUSULA 22ª: O Conselho Deliberativo elegerá 01 (um) membro na condição de Presidente, 01 (um) membro na condição de Vice-Presidente, e 01 (um) membro na condição de 2º Vice- Presidente, que terão mandato de 2 (dois) anos, admitidas sucessivas reconduções.

Parágrafo primeiro. A indicação e eleição dos cargos acima ocorrerá na mesma data da realização da Assembleia Geral em que os membros do Conselho Deliberativo forem eleitos, em sessão posterior, por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos aqueles que obtiverem maioria simples dos votos dos presentes.

Parágrafo segundo. Ocorrendo empate na votação e não havendo consenso, será eleito o candidato de maior idade.

Parágrafo terceiro. O Presidente do Conselho Deliberativo, na condição de representante legal do consórcio público, deverá obrigatoriamente ser Chefe do Poder Executivo de algum dos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente e, sucessivamente, o 2º Vice-Presidente, contanto que respeitada a condição prevista no parágrafo anterior.

CLÁUSULA 23ª: Compete ao Presidente:
I- Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;

II- Representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores "ad negocia" e "ad judicia", podendo tal competência ser delegada ao Diretor Executivo mediante decisão do Conselho Deliberativo;
III- Abrir e movimentar, juntamente com o Diretor Executivo, contas bancárias e recursos do CONSÓRCIO, podendo tal competência ser delegada total ou parcialmente;
IV- Autorizar a abertura de concursos públicos para contratação de pessoal, após aprovação do Conselho Deliberativo;
V- Celebrar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, outorgar concessões e todos os demais ajustes mantidos entre o CONSÓRCIO e terceiros;
VI- Nomear e exonerar os ocupantes de empregos públicos efetivos e em comissão no CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 24ª: Compete ao 1º e 2º Vice-Presidentes:
I- Substituir o Presidente nas hipóteses de sua ausência ou licença;
II- Representar o CONSÓRCIO, sempre que solicitado pelo Presidente, bem como praticar os demais atos institucionais que lhe forem por ele delegados;
III- Assumir a Presidência do Conselho Deliberativo, em caso de vacância.

Parágrafo único. O 2º Vice-Presidente exercerá as atribuições descritas acima em substituição ao 1º Vice-Presidente, nos casos de impedimento ou impossibilidade de atuação deste.

CLÁUSULA 25ª: O Conselho Deliberativo se reunirá ordinariamente por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação, e extraordinariamente, quando convocado por ao menos 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo primeiro. A convocação para reunião se dará por correio eletrônico, bem como edital afixado na sede do CONSÓRCIO e em seu sítio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo segundo. O quórum mínimo para deliberação é da maioria simples dos membros do Conselho, e as suas decisões serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

CAPÍTULO IV – DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 26ª: A Diretoria Executiva é o órgão destinado a promover a realização dos fins a que se destina o CONSÓRCIO, e será integrada por:

I- 01 (um) Diretor Executivo, indicado pelo Conselho Deliberativo dentre os profissionais do mercado que detenham formação superior e experiência comprovada na área administrativa de Saúde Pública;
II- 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor Técnico e
(01) um Assessor Jurídico, indicados pelo Diretor Executivo e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com formação superior na área correspondente (Administração, Contabilidade Economia, Farmácia e Direito);
III- 01 (um) Controlador, indicado pelo Diretor Executivo dentre os empregados efetivos do CONSÓRCIO e aprovado pelo Conselho Deliberativo, com formação superior compatível com a área de atuação, preferencialmente em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva serão remunerados pelo exercício de suas funções, conforme Anexo I do presente instrumento, e poderão ser exonerados a qualquer momento, por indicação do Diretor Executivo e aprovação do Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 27ª: Compete ao Diretor Executivo:

I- Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio;
II- Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO;
III- Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral;
IV- Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
V- Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO;

VI- Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo;
VII- Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo;
VIII- Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal;
IX- Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio, a cada ciclo orçamentário;

X- Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente;
XI- Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
XII- Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente;
XIII- Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal;
XIV – Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
XV – Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 28ª: Compete ao Diretor Administrativo:

I - Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio;
II - Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO;
III - Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios;
IV - Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas;
V- Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO;
VI- Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral;

VII - Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 29ª: Compete ao Diretor Financeiro:

I - Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;
II - Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos;
III - Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio;
IV - Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente;
V - Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 30ª: Compete ao Diretor Técnico:

I - Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área técnica, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio.
II - Monitorar a execução das atividades técnicas operacionais e administrativas, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.
III - Manter interlocução ativa com fornecedores, assegurando o cumprimento integral das exigências contratuais relativas ao fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde.
IV - Acompanhar continuamente a situação do mercado, com vistas a garantir a regularidade e a qualidade no fornecimento dos itens adquiridos pelo consórcio.
V - Estabelecer e manter articulação com os locais de recebimento e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde — incluindo Regionais de Saúde da SESA, municípios descentralizados e consórcios intermunicipais — acompanhando as etapas de recebimento, armazenamento e distribuição, com foco na eficiência e rastreabilidade.

VI - Manter interlocução institucional com gestores do SUS nas esferas federal, estadual e municipal, bem como com órgãos de classe, de controle, auditoria e instituições acadêmicas, promovendo o fortalecimento da Política Nacional de Medicamentos, especialmente no tocante ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

CLÁUSULA 31ª: Compete ao Assessor Jurídico:

I - Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
II - Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva;
III - Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio;
IV - Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio;
V - Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico;
VI-Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio;
VII - Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público;
VIII - Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras;
IX - Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

CLÁUSULA 32ª: Compete ao Controlador:

I - Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatutos e demais atos emanados pelo Poder Público;

II - Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas “in loco” aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos;

III - Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio;
IV - Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral;
V - Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado;
VI - Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle;
VII - Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais.

Parágrafo primeiro. O Controlador terá o contrato de trabalho com o CONSÓRCIO suspenso durante o período em que exercer o cargo em questão, passando a exercer apenas as funções e perceber a remuneração atrelada às suas atribuições na Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo. É facultado ao Controlador optar pela manutenção da remuneração correspondente ao seu emprego efetivo no CONSÓRCIO, sem qualquer acréscimo, nos casos em que esta for superior à remuneração fixada no presente Contrato para o emprego em comissão.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL
CLÁUSULA 33ª: O Conselho Fiscal será constituído por 6 (seis) membros, sendo:

I- 2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados;
II- 2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados, representados por seus Secretários Municipais de Saúde;
III- 2 (dois) membros indicados pelo Estado do Paraná.

Parágrafo primeiro. Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitidas sucessivas reconduções, contanto que haja renovação de ao menos 1/3 (um terço) de seus membros a cada eleição.

Parágrafo segundo. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente anualmente, ou extraordinariamente sempre que qualquer dos membros o reputar necessário.

CLÁUSULA 34ª: Compete ao Conselho Fiscal:
I- Fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;
II- Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas e financeiras da entidade, sempre que se julgar oportuno e conveniente;
III- Exercer o controle de gestão e de finalidades do CONSÓRCIO;
IV- Emitir parecer sobre os relatórios submetidos pelo Diretor Executivo, após parecer do Conselho Deliberativo;
V- Emitir parecer sobre proposta de alterações do presente Contrato, quando solicitado;
VI- Aprovar as contas anuais do CONSÓRCIO;
VII- Convocar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva para prestar contas, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou, ainda quando detectada inobservância de normas legais, estatutárias, contratuais ou regimentais.

TÍTULO III – RECURSOS HUMANOS
CAPÍTULO I – REGIME DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 35ª: O CONSÓRCIO disporá de quadro de pessoal próprio, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com identificação da nomenclatura, descrição das funções, remuneração e carga horária no Anexo I do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. À exceção dos empregos em comissão e dos casos de contratação temporária, os empregos públicos efetivos serão providos mediante concurso público de provas e título, conforme dispuser o respectivo Edital, que definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, tipo de prova (escrita, prática e/ ou prático-orais), bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do emprego público.

Parágrafo segundo. O CONSÓRCIO editará norma interna para regulamentar o Plano de Carreira, Cargos e Salários de seus colaboradores, respeitando os parâmetros definidos no presente Contrato e no Anexo I.

CLÁUSULA 36ª: O CONSÓRCIO disporá de empregos de provimento em comissão, de natureza precária, destinados a atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento/consultoria.

Parágrafo único. O número de empregos comissionados não poderá superar o quantitativo do quadro de empregos efetivos, vedando-se ainda que a massa salarial paga aos empregados comissionados supere o valor da massa salarial paga aos empregados efetivos, considerando-se para tanto o somatório das verbas remuneratórias e indenizatórias.

CLÁUSULA 37ª: O CONSÓRCIO poderá efetuar contratações temporárias para atender a necessidades transitórias e excepcionais, sujeitas aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos seguintes casos:

I- Calamidade ou situação de emergência, devidamente decretados pelas autoridades competentes, que impliquem abrupto aumento nas atividades do CONSÓRCIO;
II- Alteração de perfis assistenciais do sistema de saúde dos entes consorciados, decorrente de sazonalidade;

III- Para a execução de projetos de cooperação implementados mediante acordos ou parcerias internacionais ou nacionais, cuja execução dar-se-á pelo CONSÓRCIO de forma total ou associada e que não tenham caráter permanente;
IV- Para substituição do empregado indicado para ocupar o cargo de Controlador ou demais cargos na Diretoria, no período de suspensão de seu contrato de trabalho.

CLÁUSULA 38ª: O provimento dos empregos será de iniciativa da Diretoria Executiva, e a vacância decorrerá de pedido do empregado ou por demissão, a juízo da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A aplicação de sanções e a demissão de empregados efetivos se dará mediante devida motivação, apurada em processo interno que respeite a garantia de contraditório.

CAPÍTULO II – CESSÃO DE SERVIDORES

CLÁUSULA 39ª: Os entes consorciados poderão ceder servidores ao CONSÓRCIO, com ou sem ônus para a origem, em razão de necessidade justificada, inclusive para assumir funções gratificadas no CONSÓRCIO, desde que o ato não caracterize acumulação ilícita de cargos públicos.

Parágrafo primeiro. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no Anexo I.

Parágrafo segundo. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de cessão com ônus para a origem, os pagamentos não serão contabilizados como créditos compensáveis em relação às obrigações previstas no contrato de rateio.

TÍTULO IV – DIREITOS, DEVERES, RETIRADA E EXCLUSÃO DOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I – DIREITOS DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 40ª. São direitos dos consorciados adimplentes com suas obrigações perante o CONSÓRCIO:

I- Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado;
II- Propor ao CONSÓRCIO medidas que entenda úteis e necessárias ao desenvolvimento de suas finalidades;
III- Usufruir dos serviços, ações, programas e demais benefícios prestados pelo CONSÓRCIO;
IV- Solicitar apoio e orientações nos temas relativos à atuação do CONSÓRCIO;
V- Solicitar ao CONSÓRCIO as informações e documentos necessários para prestação de contas e previsão orçamentária dos recursos destinados via contrato de rateio;
VI- Exigir dos demais o cumprimento das cláusulas do Contrato de Consórcio Público;

CAPÍTULO II – DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 41ª. São deveres dos consorciados:

I- Colaborar eficazmente para a consecução das finalidades e objetivos do Consórcio;
II- Designar seu representante legal ou procurador para atender às reuniões da Assembleia Geral, ou justificar tempestivamente sua ausência;
III- Acatar as decisões e deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, bem como as determinações técnicas e administrativas da Diretoria Executiva;
IV- Aceitar e desempenhar com diligência os encargos que lhe competirem por eleição ou designação estatutária;
V- Ratificar legislativamente as deliberações da Assembleia Geral que o demandarem, no tempo e modo adequados, conforme orientação do CONSÓRCIO;
VI- Dar a devida publicidade, em diário oficial e em seus respectivos Portais da Transparência, aos documentos e informações legalmente exigidos e àqueles exigidos pela Cláusula 54ª abaixo, relativos à sua participação no CONSÓRCIO;

VII- Atender a todas as exigências e consectários legais decorrentes da inserção do CONSÓRCIO na Administração Indireta do respectivo ente, ante a natureza de associação pública por ele assumida;
VIII- Comunicar ao Conselho Deliberativo e/ou ao Conselho Fiscal qualquer irregularidade de que tiver conhecimento;
IX- Fornecer, quando solicitado, informações sobre assuntos de interesse à organização e ao aperfeiçoamento dos serviços associativos;
X- Repassar integralmente ao CONSÓRCIO os recursos previstos no Contrato de Rateio, a cada orçamento, bem como consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio e demais ajustes eventualmente firmados com o CONSÓRCIO;
XI- Submeter-se às obrigações e prazos pactuados nos contratos de rateio e demais pactuações com o CONSÓRCIO;
XII- Acatar aos critérios técnicos determinados pelo CONSÓRCIO para cálculo do valor anual dos custos e rateio, após aprovação do Conselho Deliberativo;
XIII- Observar a todas as disposições do presente Contrato e demais normas e regulamentos editados pelo CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 42ª. O ente consorciado que atrasar em mais de 30 (trinta) dias sua obrigação de repasse de recursos ao CONSÓRCIO, conforme contrato de rateio, poderá ter os respectivos serviços prestados pelo CONSÓRCIOS suspensos até regularização das pendências.

CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA 43ª. Os entes consorciados respondem solidariamente pelas obrigações que os representantes legais do CONSÓRCIO, expressa ou tacitamente, assumirem em nome deste.

CLÁUSULA 44ª. Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não responderão pessoalmente pelos atos praticados e obrigações contraídas em nome do CONSÓRCIO, exceto se houverem atuado de forma contrária à lei ou às regras do presente Contrato.

CAPÍTULO IV – RETIRADA E EXCLUSÃO

CLÁUSULA 45ª: O ente consorciado poderá requerer sua retirada do presente CONSÓRCIO a qualquer tempo, mediante requerimento formal de seu representante apresentado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. A retirada produzirá efeitos apenas após decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Assembleia.

Parágrafo segundo. A retirada do ente consorciado não prejudicará obrigações já constituídas pelo CONSÓRCIO em seu benefício, inclusive contratos ou convênios celebrados e em vigência, exceto em caso de pagamento, pelo retirante, dos custos e eventuais indenizações devidas.

CLÁUSULA 46ª. O ente consorciado poderá ser excluído do CONSÓRCIO por decisão irrecorrível de Assembleia Geral convocada especificamente para tal finalidade, mediante justa causa devidamente caracterizada em procedimento administrativo conduzido pela Diretoria Executiva, em que se resguarde o exercício do contraditório e no qual haja parecer favorável do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. Considera-se justa causa, para fins do disposto na presente Cláusula, o descumprimento pelo ente consorciado de qualquer das Cláusulas do presente Contrato, especialmente as obrigações descritas na CLÁUSULA 41ª, quando não sanado ou justificado pelo ente em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento de notificação formal da infração, expedida pela Direção Executiva do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 47ª. Aplica-se aos casos de retirada e exclusão de consorciados, no que couber, o procedimento e os critérios de apuração de haveres definidos na CLÁUSULA 9ª do presente Contrato.

TÍTULO V – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES CAPÍTULO I – CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 48ª. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao CONSÓRCIO, para realização de suas finalidades, mediante contrato de rateio.

Parágrafo primeiro. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Parágrafo segundo. O contrato de rateio deverá observar a legislação orçamentária e financeira do ente consorciado e dependerá da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Parágrafo quarto. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CONSÓRCIO fornecerá as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA 49ª. O cálculo dos recursos a serem repassados por cada ente consorciado ao CONSÓRCIO por intermédio dos respectivos Contratos de Rateio será realizado proporcionalmente, de acordo com o volume da demanda de cada ente por produtos e serviços fornecidos pelo CONSÓRCIO, e considerará:

I- Os recursos previstos de acordo com as Portarias GM/MS do Ministério da Saúde que dispõem sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

II- As Deliberações da Comissão Intergestores Biparite do Paraná – CIB/PR, que aprovam os repasses de recursos, pela SESA/PR, das contrapartidas federal e estadual para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

III- Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV- Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para a aquisição de produtos para saúde;

V- Os recursos referentes ao elenco complementar de medicamentos, financiados pelo Estado e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná.

Parágrafo único. O repasse dos valores descritos nos respectivos Contratos de Rateio deverá ser realizado pelos entes consorciados em parcela única, no mês de março.

CAPÍTULO II – CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 50ª. O CONSÓRCIO poderá vir a ser autorizado a realizar a gestão associada de serviços públicos de competência dos entes associados, mediante celebração do respectivo contrato de programa, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro. Considerando as finalidades atuais do CONSÓRCIO e a ausência de competências relacionadas à prestação de serviços públicos de titularidade dos entes consorciados, mas apenas a aquisição de medicamentos e produtos para saúde, a celebração de Contrato de Programa dependerá de prévia alteração do presente Contrato, com inclusão das cláusulas necessárias a viabilizar tal competência.

Parágrafo segundo. No exercício das competências descritas no *caput*, ao CONSÓRCIO será conferida autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços.

CAPÍTULO III – CONVÊNIOS E CONTRATOS COM TERCEIROS

CLÁUSULA 51ª. O CONSÓRCIO poderá celebrar convênios com os gestores do Sistema Único de Saúde, sempre que necessário para viabilizar o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio da aquisição de medicamentos e demais produtos para saúde relacionados à esfera de atuação do CONSÓRCIO.

Parágrafo único. O Convênio a que se refere o *caput* não se confundirá com o objeto e conteúdo dos Contratos de Rateio, relativos às despesas de custeio do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 52ª. Para além do disposto na Cláusula anterior, o CONSÓRCIO poderá celebrar convênios e contratos, com entidades públicas ou empresas privadas, sempre que útil e/ou necessário para o desenvolvimento de suas ações e o atingimento de suas finalidades, pautando-se sempre nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na celebração e execução de contratos e parcerias.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva dará ciência ao Conselho Deliberativo de todos os instrumentos celebrados pelo CONSÓRCIO na forma do *caput*.

CLÁUSULA 53ª. O CONSÓRCIO poderá, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo, celebrar Contratos de Gestão (Lei Federal n. 9.637/1998), Termos de Parceria (Lei Federal n. 9.790/1999), Termos de Fomento e de Colaborações (Lei Federal n. 13.019/14) e demais parcerias com entidades sem fins lucrativos, para desenvolvimento de projetos e execução de ações relativas às suas áreas de atuação, sempre que tais parcerias se revelarem úteis, necessárias e eficientes para consecução de suas finalidades.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – PUBLICIDADE

CLÁUSULA 54ª: Extrato do presente Protocolo de Intenções será publicado na imprensa oficial de cada parte signatária, em até 30 (trinta) dias contados da respectiva subscrição.

Parágrafo único. O extrato publicado indicará o local no sítio eletrônico do CONSÓRCIO em que se poderá obter seu texto integral.

CLÁUSULA 55ª: Os atos e decisões do CONSÓRCIO que digam respeito ou afetem terceiros, bem como aqueles de natureza orçamentária, financeira, contratual, de admissão de pessoal e seleção de fornecedores, deverão ser publicados em área específica de fácil localização no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, bem como em Diário Oficial próprio, quando exigido por lei, excetuando-se da exigência as informações e documentos considerados sigilosos, por prévia e motivada decisão.

Parágrafo único. Os entes consorciados deverão publicar, em seus respectivos diários oficiais eletrônicos, minutas ou extratos dos contratos de rateio, contratos de programa e demais documentos relativos aos repasses financeiros realizados ao CONSÓRCIO, bem como todas as informações e documentos que lhes forem repassados pelo CONSÓRCIO para tal finalidade.

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 56ª: O presente instrumento será registrado no Cartório de Registro de Títulos em que está atualmente averbado o Estatuto do CONSÓRCIO, dispensando-se quaisquer atos registrais posteriores, ante a personalidade pública que passará a ser assumida pelo ente.

CLÁUSULA 57ª: O exercício social do CONSÓRCIO encerrar-se-á, anualmente, em 31 de dezembro.

CLÁUSULA 58ª: Os entes signatários se comprometem a submeter o presente Protocolo de Intenções às respectivas Casas Legislativas com a maior brevidade possível, para obtenção de ratificação legislativa.

CLÁUSULA 59ª: A partir da publicação do presente Contrato, todos os atos do CONSÓRCIO deverão ser praticados de acordo com o presente instrumento e o regime legal aplicável, ratificando- se e convalidando-se todos os atos praticados pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE sob o regime anterior.

Parágrafo primeiro. Os contratos, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres, celebrados pelo CONSÓRCIO com terceiros previamente à publicação do presente instrumento vigerão até seus respectivos termos, não podendo ser aditivados nem prorrogados caso conflitarem com as disposições deste Contrato e da legislação aplicável e não puderem ser a eles adequados.

Parágrafo segundo. Os empregados do CONSÓRCIO terão seus respectivos vínculos mantidos, e serão reenquadrados nos termos do Plano de Cargos e Salários a ser aprovado após a publicação do presente Contrato.

Parágrafo terceiro. O patrimônio atual do CONSÓRCIO, composto pelos bens móveis, imóveis e direitos adquiridos e titularizados desde sua criação, será integralmente mantido e revertido à propriedade da associação pública ora constituída.

CLÁUSULA 60ª. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável aos consórcios públicos.

CAPÍTULO III – FORO

CLÁUSULA 61ª: Os entes consorciados elegem o Foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir eventuais dúvidas ou litígios que porventura surjam em razão de sua participação no CONSÓRCIO.

E assim, por estarem devidamente ajustados, os entes abaixo nominados firmam o presente Protocolo de Intenções.

Curitiba/PR, 24 de junho de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – Governador Sr. Carlos Massa Júnior
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ – Prefeita Sra. Sonia Aparecida De Souza Chaves

PREFEITURA DO MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Vandir de Oliveira Rosa
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL –Prefeito Sr. Genezio Gonçalves da Luz
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – Prefeito Sr. Camilo Daniel Lovato
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – Prefeita Sra. Elza Aparecida da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – Prefeito Sr. Luiz Eliseu dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ – Prefeito Sr. Claudemir Joia Pereira
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI – Prefeito Sr. Giovane Mendes de Carvalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA – Prefeito Sr. Diego Jardim Pergo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Antonio Gasparelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ – Prefeito Sr. Marcos Marin
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERÉ – Prefeito Sr. Douglas Diems Morockoski Potrich
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY – Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ – Prefeita Sra. Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO – Prefeito Sr. Alexandre de Sousa Profeta
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA – Prefeita Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO OLINTO – Prefeito Sr. Fabio Staniszewski Machiavelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA – Prefeito Sr. Rodolfo Mota da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS – Prefeito Sr. Rafael Felipe Cita
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI – Prefeito Sr. Irani Jose Barros
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÃ – Prefeito Sr. Manoel Salvador
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA – Prefeito Sr. Gustavo França Dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Botogoski
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Thiago Epifanio Da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ – Prefeito Sr. Michel Angelo Bomtempo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND – Prefeito Sr. Marcel Henrique Micheletto
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA – Prefeita Sra. Suzie Aparecida Pucillo Zanatta
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA – Prefeito Sr. Carlos Eduardo Armelin Mariani
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA – Prefeito Sr. Clever Aparecido Iavolski Poletto
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES – Prefeito Sr. Jaelson Ramalho Matta
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ – Prefeito Sr. Carlos Rosa Alves
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ – Prefeito Sr. Luiz Fabiano Zanatta
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO – Prefeito Sr. Jorge Luiz Santin
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA – Prefeito Sr. Gelson Maffi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Fabricio Pastore
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA – Prefeito Sr. Rodrigo Rossoni
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joel Celso Buscariol
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Givanildo Trumi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – Prefeito Sr. Nestor Kenear
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – Prefeito Sr. Eduardo José Henrichs
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL – Prefeito Sr. João de Lima
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – Prefeito Sr. Helio Jose Surdi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO – Prefeita Sra. Rosana Ferreira Lopes
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – Prefeito Sr. Maico Diogo Faversani
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS – Prefeito Sr. Adilson Lucchetti
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY – Prefeito Sr. Valdir Zielinski
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Alex Antonio Cavalcante
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA – Prefeito Sr. Elton Fábio Lazaretti
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA – Prefeito Sr. Junior Motter
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL – Prefeito Sr. Pedro Minoru Inoue
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA – Prefeito Sr. Paulo Sérgio Chileide
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – Prefeito Sr. Walcir Joaquim
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ – Prefeito Sr. Conrado Angelo Scheller
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA – Prefeita Sra. Ana Lúcia de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA – Prefeito Sr. Gianny José Gracioso Bento
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO – Prefeito Sr. André Junior De Paula
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – Prefeito Sr. Luiz Carlos Assunção
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO – Prefeito Sr. Mario Weber
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE – Prefeito Sr. Weverton Willian Vizentin
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO – Prefeito Sr. Mauricio Roberto Rivabem
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO – Prefeito Sr. Rilton Boza
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO – Prefeito Sr. João Douglas Fabrício
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO DE ABREU – Prefeito Sr. Renan Menck Romanichen
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI – Prefeito Sr. Aldoino Goldoni Filho
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – Prefeito Sr. João Konjunski
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA – Prefeito Sr. Neivor Kessler
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – Prefeito Sr. Maxwell Scapini
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ – Prefeita Sra. Elisangela Pedroso De Oliveira Nunes
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – Prefeito Sr. Nilton Douglas de Meira
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – Prefeito Sr. Renato da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO – Prefeito Sr. Reinaldo Cardoso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS – Prefeito Sr. Ademar Luiz Burckhardt
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL – Prefeito Sr. Melquiades Tavian Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – Prefeito Sr. Edson Cordeiro do Nascimento
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL – Prefeito Sr. Laurindo Sperotto

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO – Prefeito Sr. Álvaro Dênis Ceni Scolaro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE – Prefeito Sr. Marco Antonio Franzato
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – Prefeito Sr. Alexandre Lucena
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA – Prefeita Sra. Rafaela Martins Losi
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO – Prefeito Sr. Helder Luiz Lazarotto
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO – Prefeita Sra. Rosimeire Chiquim
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS – Prefeito Sr. José Olegário Ribeiro Lopes
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – Prefeito Sr. Joselei Aparecido De Carvalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA – Prefeito Sr. Antonio Adamir Digner
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA – Prefeito Sr. Thiago Daross Stefanello
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO – Prefeito Sr. Raphael Dias Sampaio
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES – Prefeita Sra. Maria Antonieta de Araujo Almeida
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA – Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Alexandre Donato
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO – Prefeito Sr. Carlos Nowak
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUACU – Prefeito Sr. Reni Kovalski
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – Prefeito Sr. Armando Cerci Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Cesar Sugigan
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA – Prefeito Sr. Maurício Bueno De Camargo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA – Prefeito Sr. Christiano Giunta Borges
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE – Prefeito Sr. Eliel Dos Santos Correa
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL – Prefeito Sr. Darci Tirelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Aparecido da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – Prefeito Sr. Luis Carlos Turatto
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA – Prefeito Sr. Oberdam José De Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO – Prefeito Sr. Douglas Ribeiro Do Prado
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – Prefeito Sr. Esequiel Bestel Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES – Prefeito Sr. Edson Lupatini
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO – Prefeito Sr. Adalmir José Garbim Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE – Prefeito Sr. Jair Bokorni
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANCA NOVA – Prefeito Sr. Everton Barbieri
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU – Prefeito Sr. Agenor Bertoncelo
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAROL – Prefeito Sr. Oclecio de Freitas Meneses
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL – Prefeito Sr. Hermes Antonio Santa Rosa
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE – Prefeito Sr. Marco Antonio Marcondes Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX – Prefeito Sr. Euripedes Molina Tasca Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO – Prefeito Sr. Oziel Neivert
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA – Prefeito Sr. Valdecir Garcia
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – Prefeito Sr. Valmor Felipe Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ – Prefeita Sra. Edna de Lourdes Carpine Contin
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA – Prefeito Sr. Rogerio Pereira Mendes
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS – Prefeito Sr. Onicio De Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA – Prefeito Sr. Antonio Emerson Sette
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE – Prefeito Sr. Orivaldo Municelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUACU – Prefeito Sr. Joaquim Silva E Luna
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO – Prefeito Sr. Francisco Clei da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES – Prefeito Sr. Alirio José Mistura
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – Prefeito Sr. Antonio Pedron
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – Prefeito Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE GODOY MOREIRA – Prefeito Sr. Primis de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOÊRE – Prefeito Sr. Pedro Antônio de Oliveira Coelho
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – Prefeito Sr. Eder dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS – Prefeito Sr. William José Gonçalves
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA – Prefeito Sr. Gileade Gabriel Osti
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRAÇÁ – Prefeito Sr. Marcelo Alves De Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA – Prefeito Sr. Marcelo Leite
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA – Prefeito Sr. Pedro De Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA – Prefeito Sr. Gilberto Castiglioni
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – Prefeito Sr. Marcos Antônio De Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇÚ – Prefeito Sr. Juraci Ronaldo Cazella
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – Prefeito Sr. Denilson Baitala
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUECABA – Prefeito Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA – Prefeito Sr. Mauricio Lense
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – Prefeito Sr. João Carlos Garbin
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI – Prefeito Sr. Roberto Regazzo
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBEMA – Prefeita Sra. Viviane Comiran
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ – Prefeito Sr. José Maria Ferreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA – Prefeito Sr. Devair Fabris
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇÚ – Prefeito Sr. Claudio Aparecido Bernin
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU – Prefeito Sr. Martinho Lucas De Godoy
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ – Prefeita Sra. Dayane Sovinski Rodrigues
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA – Prefeito Sr. Bertoldo Rover
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS – Prefeito Sr. Edmundo Vier
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ – Prefeito Sr. João Eder Aguilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Paulo Cezar Rizzato Martins
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA – Prefeito Sr. Douglas Davi Cruz
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ – Prefeito Sr. Roberto da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA DO OESTE – Prefeita Sra. Elza Haase Rodrigues
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – Prefeito Sr. Emiliano Augusto Rocha Gomes
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA – Prefeito Sr. Same Saab
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – Prefeito Sr. Renato Felix de Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA – Prefeito Sr. Lindolfo Martins Rui
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ – Prefeito Sr. Amarildo Tostes
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ – Prefeito Sr. Ananias Soares Vieira
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – Prefeito Sr. Vilmar Schmoller
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – Prefeito Sr. Edilson Ruiz de Freitas
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL – Prefeito Sr. Gilson José de Gois
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – Prefeito Sr. Orli Antonio Camargo de Cristo
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Gil
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ – Prefeito Sr. Denilson Vaglieri Prevital
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA – Prefeito Sr. Varlei Vercezi
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI – Prefeito Sr. Regis William Siqueira Rodrigues
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO – Prefeito Sr. Marcelo José Bernardeli Palhares
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – Prefeito Sr. Edison Rodrigues De Almeida
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – Prefeito Sr. José Sloboda
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL – Prefeito Sr. Benedito Jose Pupio
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS – Prefeito Sr. Eides Guedes
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA – Prefeito Sr. Hariel Vieira Fogaça
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ – Prefeita Sra. Adriana Cristina Polizer
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE – Prefeito Sr. Moises Lnortovz Dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA – Prefeito Sr. Weverton José Dos Santos Lima
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO – Prefeito Sr. Wilson Fernandes
PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS – Prefeito Sr. Edicarlos Grizotto de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TAVORA – Prefeito Sr. Gelson Mansur Nassar
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Paulo Roberto Pedro
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA – Prefeita Sra. Joelma Damasceno Demeneck
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA – Prefeito Sr. Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ – Prefeito Sr. Washington Luiz da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA – Prefeito Sr. Diego Timbirussu Ribas
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL – Prefeito Sr. Maycon Lopes Simioni
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL – Prefeito Sr. Jaison Rodrigo Mendes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS – Prefeito Sr. Leomar Monteiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Aparecido Buzato
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE – Prefeito Sr. Silvio De Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA – Prefeito Sr. José Maria Pereira Fernandes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO – Prefeito Sr. Fabio Chicaroli
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – Prefeito Sr. Tiago Amaral
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANA – Prefeito Sr. Edson Liss
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI – Prefeito Sr. Luiz Wanderlei Marson Sardi
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS – Prefeito Sr. José Carlos Tibério
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET – Prefeito Sr. Pedro Kowalczyk
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBORÊ – Prefeito Sr. Sebastião Antonio Martinez
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU – Prefeito Sr. Jose Roberto Mendes
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – Prefeita Sra. Ivoneia de Andrade Aparecido Furtado
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – Prefeito Sr. Felipe Claudino Machado
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS – Prefeito Sr. Amarildo Alves Carneiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA – Prefeito Sr. Leandro Dorini
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS – Prefeito Sr. José Carlos da Silva Corona
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – Prefeito Sr. Adriano Backes
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA – Prefeito Sr. Marlon Rancer Marques
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA – Prefeita Sra. Flavia Cheroni da Silva Brita
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Walmir Peres
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – Prefeito Sr. Celio Lelis da Mata
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ – Prefeito Sr. Paulo Armando da Silva Alves
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ – Prefeito Sr. Silvio Magalhaes Barros II
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS – Prefeito Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPA – Prefeito Sr. Rodrigo André Schanoski
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO – Prefeito Sr. Jander Luiz Loss
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO – Prefeito Sr. Elio Bolzon Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUMBI – Prefeita Sra. Elaine Maria Ferreira Costa
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA – Prefeito Sr. Gabriel da Silva Cadini
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS – Prefeito Sr. Eduardo Antonio Dalmora
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO – Prefeito Sr. Edelir De Jesus Ribeiro da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA – Prefeito Sr. Givanildo Lopes
PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA – Prefeito Sr. Antonio França Benjamim
PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES – Prefeito Sr. Laerton Weber
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR – Prefeito Sr. Fabiano Marcos Da Silva Travain
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA – Prefeito Sr. Joao Marcos Ferrer

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL – Prefeito Sr. Adilto Luis Ferrari
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – Prefeito Sr. Luiz Antonio Volpato
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES – Prefeito Sr. Sebastião Brindarolli Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELO – Prefeito Sr. Áureo Gomes
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS – Prefeito Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANCA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Ulisses De Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA – Prefeita Sra. Tania Cristina da Silva Basso
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA – Prefeito Sr. José Aparecido de Paula e Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU – Prefeito Sr. Airton Antonio Agnolin
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joao Eduardo Pasquini

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Jaime Da Silva Stang
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA – Prefeita Sra. Renata Montenegro Balan Xavier
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS – Prefeito Sr. Fabio Roberto dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Maior Bono
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – Prefeito Sr. Luiz Lazaro Sorvos
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU – Prefeita Sra. Elizete Cavazin
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA – Prefeito Sr. Claudemir Valerio
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA – Prefeito Sr. Lari Hitz
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – Prefeito Sr. Pedro Lourenço
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI – Prefeito Sr. Joao Pedro Magon
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA – Prefeito Sr. Ary De Oliveira Mattos
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA – Prefeito Sr. Janilson Marcos Donasan
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE – Prefeito Sr. Lucian Aluisio Dierings
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU – Prefeito Sr. Ismael Batista
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS – Prefeito Sr. Daniel Ricardo Langaro
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA – Prefeito Sr. Altamir Sanson
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL – Prefeito Sr. Roberto Carlos Rossi
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA – Prefeito Sr. Rodrigo Ribeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE – Prefeito Sr. Carlos Alberto Vizzotto
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY – Prefeito Sr. José Claudio Batista
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – Prefeito Sr. Adriano Ramos
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA – Prefeito Sr. Sidnei Frazatto
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ – Prefeito Sr. Maurício Gehlen

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO – Prefeito Sr. John Jeferson Weber Nodari
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – Prefeito Sr. Geri Natalino Dutra
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS – Prefeito Sr. Sebastião Algacir Dalpra
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN – Prefeito Sr. Ireneu Inacio Zacharias
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU – Prefeito Sr. José Marcos Gonçalves Lopes
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL – Prefeito Sr. Cristiano Cezar Merlini de Albuquerque
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA – Prefeita Sra. Valdete Carlos Oliveira Gonçalves Da Cunha
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE – Prefeito Sr. Edsom Luiz Bagetti
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN – Prefeito Sr. Maicon Grosskopf
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS – Prefeita Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – Prefeito Sr. Paulo Falcade de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO – Prefeito Sr. Luiz Eduardo de Castro Vanzeli
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO – Prefeito Sr. Valdecir Biasebetti
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Henrique de Oliveira Carneiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA – Prefeito Sr. Marcus Mauricio de Souza Tesserolli
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA – Prefeito Sr. Dirceu Moraes
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS – Prefeito Sr. Samuel Teixeira
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ – Prefeito Sr. Celso Maggioni
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO – Prefeito Sr. Luiz Carlos Boni
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA – Prefeita Sra. Elizabeth Schmidt
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Rudisney Gimenes Filho
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU – Prefeito Sr. Agamemnon Augusto Araujo Paduan
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS – Prefeito Sr. Elias Jocid Gomes Da Costa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – Prefeito Sr. Emanoel Vanderlei Volff
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO – Prefeito Sr. Valter Batista Dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA – Prefeito Sr. Fabiano José Glaab
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA – Prefeito Sr. Silvio Antonio Damaceno
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA – Prefeito Sr. Ronimar Eleandro Sartor
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO – Prefeito Sr. João Pericles Martinati
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO – Prefeito Sr. Bruno Eduardo Santa Rosa Bauermamm Estevam
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS – Prefeito Sr. Adelmo Luiz Klosowski
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO – Prefeito Sr. Wilson Akio Abe
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIGUÁ – Prefeita Sra. Izilda Gleiciany Rodrigues Carro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS – Prefeito Sr. Loreno Bernardo Tolardo
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO PONTES – Prefeito Sr. Cesar Alexandre Seidel
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUACU – Prefeito Sr. Rafael Ciryllo Chiapetti Alves De Moura
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE – Prefeito Sr. Alex Sandro Fernandes

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL – Prefeito Sr. Leonardo Lazzaretti Romero
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – Prefeito Sr. José Ribeiro de Moura
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA – Prefeito Sr. Edson dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE – Prefeito Sr. Flávio Henrique Pereira
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – Prefeito Sr. Everton Cassio Zanuto
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA – Prefeito Sr. Paulo Cezar Casaril
PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOUÇAS – Prefeito Sr. Laercio Antonio Cipriano
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA – Prefeita Sra. Fabieli Manfredi

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA – Prefeito Sr. Lucas Machado Ribeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Vitorio Antunes de Paula
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO – Prefeito Sr. Lisandro José Néia Baggio
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DO PINHAL – Prefeito Sr. Dartagnan Calixto Fraiz
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL – Prefeito Sr. Leandro Jasinski
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM – Prefeito Sr. Moisés José de Andrade
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUACU – Prefeito Sr. Sezar Augusto Bovino
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Pedro Taborda Desplanches
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL – Prefeita Sra. Karime Fayad
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO – Prefeito Sr. Alessandro Cristian Von Linsingen
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – Prefeito Sr. Ailton Aparecido Maistro
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR – Prefeita Sra. Marilia Perotta Bento Gonçalves
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON – Prefeito Sr. Roberto Aparecido Corredato
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Anizio Cesar Lino Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA – Prefeito Sr. Edson Hugo Manueira
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – Prefeito Sr. Volmar Duarte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Claudeci José de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA – Prefeito Sr. Fernando Alberto Cadore
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA – Prefeito Sr. Antonio Carlos Tamais
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO – Prefeito Sr. Claudio Covre
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – Prefeito Sr. Willian Cezar Viega
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – Prefeito Sr. Edson Palotta Netto
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – Prefeito Sr. Clademar Joao Maraskin
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – Prefeito Sr. Adenilson Pacheco

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – Prefeito Sr. João Carlos da Silva Mendes
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE – Prefeito Sr. Jean Pierr Catto
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – Prefeito Sr. Silvano Tortelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – Prefeito Sr. Oscar Delgado
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA – Prefeito Sr. José Marcelo Piovan Guimarães
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA – Prefeito Sr. Luan Gustavo Frazatto
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Rigolin
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – Prefeito Sr. Antonio Luiz Bendo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Elcio José Vidal
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA – Prefeito Sr. Gilson de Jesus Esteves
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Devanir Martinelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Ricardo Antonio Ortiña
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO – Prefeita Sra. Geny Violatto
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS DO IVAÍ – Prefeito Sr. Paulo Francisco Marinho Dutra
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – Prefeito Sr. Venicius Djalma Rosa
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – Prefeito Sr. Clóvis Mateus Cuccolotto
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. Stefan Tomé Pauka

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Fábio Hidek Miura
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – Prefeito Sr. Mário Cezar da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ – Prefeito Sr. Agnaldo Carvalho Guimaraes
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – Prefeito Sr. Ronaldo Tinti
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – Prefeito Sr. Gelson Coelho Do Rosário
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Prefeito Sr. José Lazaro Ferraz
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS – Prefeito Sr. Franco Maria Alves Cabral
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS PINHAIS – Prefeita Sra. Margarida Maria Singer
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vitor Hugo Rodrigues
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL – Prefeita Sra. Fernanda Garcia Sardanha
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Boaventura Manoel Joao Motta
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Jacir Danelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Rildo Bernardes De Camargo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vanderlei Caetano de Castro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA – Prefeita Sra. Exilaine Gaspar
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ – Prefeito Sr. Sub Judice
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA – Prefeito Sr. Paulo Maximiano De Souza Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI – Prefeito Sr. Carlos Alberto De Paula Júnior

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Rogério Gallina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS – Prefeito Sr. Gerson Nunes da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Gilberto Marsaro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA – Prefeito Sr. Samuel Carlos do Prado
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS – Prefeita Sra. Ana Ruth Secco Mattesco
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS – Prefeito Sr. Luiz Henrique Germano
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA – Prefeito Sr. Gilberto João Rossi
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA – Prefeita Sra. Luzia Harue Suzukawa
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBOARA – Prefeito Sr. Giovane Monteiro da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA – Prefeito Sr. Ronaldo Adriano Vilas Boas
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA – Prefeito Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES – Prefeito Sr. Ivanor Luiz Muller
PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – Prefeita Sra. Rita Mara de Paula Araújo
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA – Prefeito Sr. Valter Peres
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA – Prefeito Sr. Agnaldo De Souza Costa
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA – Prefeito Sr. Ivan Reis da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – Prefeito Sr. Rildo Emanoel Leonardi
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL – Prefeito Sr. José Altair Moreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO – Prefeito Sr. Mario Cesar Costenaro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE TOMAZINA – Prefeito Sr. Cezar Bueno de Melo
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Gerso Francisco Gusso
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Marco Antonio Baldão
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE – Prefeito Sr. Guerino Mendonça Dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃSSI – Prefeito Sr. José Carlos Mariussi

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO – Prefeito Sr. Antônio Marcos Seguro
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ – Prefeito Sr. Fábio de Oliveira Dalécio
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA – Prefeito Sr. Antonio Fernando Scanavaca
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – Prefeito Sr. Ary Carneiro Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR – Prefeito Sr. Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ – Prefeito Sr. Ângelo Tarantini Filho
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA – Prefeito Sr. José Luiz Bittencourt
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE – Prefeito Sr. Ednei Sgobi
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ – Prefeito Sr. Paulo Roberto Weissheimer
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND – Prefeito Sr. Fernando Mierzva
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO – Prefeito Sr. Marciano Vottri P
REFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Vidal
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ – Prefeito Sr. Decio Jardim

ANEXO I
QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

1. Empregos Efetivos

Nomenclatura	Assistente Administrativo
Quantidade de vagas	15
Descritivo de Funções	1. Executar serviços bancários, entregas internas e externas, apoio administrativo, atendimento ao público e orientação de visitantes; 2. Auxílio em tarefas de controle de estoque, organização documental, abertura de processos e uso de sistemas internos; 3. Executar funções diversas de apoio logístico e administrativo; 4. Executar outras atividades correlatas.
Escolaridade	Ensino Médio Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 3.439,89

Nomenclatura	Farmacêutico
Quantidade de vagas	5
Descritivo de Funções	1. Participar na elaboração de Políticas de Assistência Farmacêutica; 2. Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde; 3. Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos a medicamentos; 4. Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a medicamentos e outros assuntos pertinentes a Assistência Farmacêutica; 5. Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, regionais de saúde e municípios consorciados; 6. Participar na promoção de atividades de informação e de debates com a população, profissionais e entidades representativas sobre os temas relacionados com sua atividade e o Consórcio, organização de eventos, simpósios, cursos, treinamentos, congressos relacionados à sua área de atuação; 7. Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados; 8. Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização de medicamentos, gestão de estoque, estruturação e organização da farmácia e/ou unidades de dispensação; 9. Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos medicamentos e produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.; 10. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; 11. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; 12. Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Farmácia
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Enfermeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de produtos para a saúde; 2. Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos aos produtos para a saúde; 3. Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a produtos para a saúde; 4. Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, locais de entrega e municípios consorciados; 5. Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados; 6. Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização dos produtos para a saúde, gestão de estoque, estruturação e organização dos

	serviços; 7. Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.;

	8. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
	9. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional;
	10. Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Enfermagem
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84
Nomenclatura	Contador
Quantidade de vagas	3
Descritivo de Funções	1. Planejar, coordenar e executar análises, registros e perícias contábeis, organizando a contabilidade do Consórcio e garantindo o controle contábil e orçamentário;
	2. Elaborar balanços, demonstrativos e relatórios financeiros para publicação conforme normas legais;
	3. Controlar receitas, pagamentos, saldos e execução orçamentária, além de analisar contratos, convênios e atos financeiros;
	4. Preparar folha de pagamento e cuidar das obrigações trabalhistas;
	5. Participar de grupos de trabalho, emitir pareceres técnicos e orientar prestações de contas;
	6. Atualizar sistemas contábeis e elaborar resoluções orçamentárias;
	7. Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Contabilidade
Jornada de trabalho	30 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84
Nomenclatura	Advogado
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Acompanhar e elaborar relatórios de processos judiciais e administrativos, monitorando decisões e movimentações;
	2. Auxiliar na redação de notificações a fornecedores, instrução de processos administrativos e elaboração de pareceres jurídicos;
	3. Dar suporte ao controle interno, conferindo documentos e analisando normas;
	4. Auxiliar na fiscalização de processos licitatórios, portal de transparência e implementação de legislações;
	5. Colaborar na elaboração de relatórios de controle interno e apoiar procedimentos externos junto a órgãos como TCE, TCU e Ministério Público.
	6. Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 9.763,40

2. Empregos em Comissão	
Nomenclatura	Diretor Executivo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio;
	2. Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO;
	3. Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral;
	4. Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
	5. Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO;
	6. Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo;
	7. Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo;
	8. Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal;
	9. Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio, a cada ciclo orçamentário; 10. Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente;
	11. Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
	12. Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente;
	13. Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal;
	14. Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
	15. Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 24.913,46
Nomenclatura	Diretor Administrativo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio;
	2. Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO;
	3. Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios;
	4. Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas;
	5. Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO;
	6. Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral;
	7. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01
Nomenclatura	Diretor Financeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;
	2. Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos;
	3. Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio;
	4. Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente;
	5. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01
Nomenclatura	Diretor Técnico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Planejar as atividades da área técnica;
	2. Acompanhar das atividades executadas pela área técnica e administrativa;
	3. Manter interlocução junto aos fornecedores na busca da garantia da execução das exigências estabelecidas nos contratos de fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde;
	4. Acompanhar a situação do mercado para a garantia do fornecimento dos itens adquiridos;
	5. Manter interlocução junto aos locais de recebimento de medicamentos e produtos para a saúde (Regionais de Saúde da SESA, municípios de entrega descentralizada e

	Consórcios Intermunicipais), acompanhando a execução das atividades visando garantir o adequado desempenho, nas atividades de recebimento, armazenamento e distribuição aos municípios;
	6. Manter interlocução junto aos gestores do SUS no âmbito federal, estadual e municipais, órgãos de classe, órgãos de controle e auditoria e academia, buscando a garantia da implementação da Política Nacional de Medicamentos, no que se relaciona com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01
Nomenclatura	Assessor Jurídico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
	2. Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva;
	3. Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio;
	4. Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio;
	5. Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico;
	6. Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio;
	7. Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público;
	8. Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras;
	9. Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.
Escolaridade	Ensino Superior Completo – Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 12.561,64
Nomenclatura	**Controlador**
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Estimular a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamentos, o estatuto, e demais atos emanados pelo Poder Público;
	2. Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatuto e demais atos emanados pelo Poder Público;
	3. Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas "in loco" aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos;
	4. Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio;
	5. Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral;
	6. Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado.
	7. Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle;
	8. Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais;
Escolaridade	**Ensino Superior Completo**
Jornada de trabalho	**40 horas semanais**
Referência salarial	R$ 12.561,64

3. Reajustes salariais e demais benefícios previstos em Convenção Coletiva

As referências salariais descritas no presente Anexo correspondem aos valores iniciais da remuneração base dos empregados do Consórcio, sem contemplar eventuais adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais.

Os empregados efetivos do Consórcio perceberão os reajustes salariais e demais benefícios implementados periodicamente nas negociações coletivas (Convenções Coletivas de Trabalho - CCT ou Acordos Coletivos de Trabalho - ACT), respectivamente em relação às categorias profissionais e entidades de representação aos quais estiverem vinculados. Em se tratando de direitos dos empregados que decorrem de injunção legal, tais reajustes e benefícios serão implementados diretamente por ato da Diretoria Executiva, independentemente de deliberação ou aprovação em Assembleia Geral.

Demais benefícios e reajustes salariais anuais não relacionados a CCTs e ACTs serão objeto de deliberação pelo Conselho Deliberativo e implementação pela Diretoria Executiva, nos termos do Plano de Cargos e Salários vigente, que também definirá as regras para concessão de adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais, bem como para reenquadramento dos atuais empregados do Consórcio.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DFD2CF73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11278/2025 DE 11/11/2025 - R E T I F I C A D O

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1683/2024 de 26/12/2024.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 248.822,83 (duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e três centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Administração, Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
15 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	18.561,11
19 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.002.04.123.0004.2.046.	Ações para Manutenção de Atividades Fazendárias	
30 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.995,00
03.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Tecnologia da Informação	
03.003.04.126.0025.2.211.	Ações para Manutenção do Departamento de Tecnologia da Informação	
52 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.443,89
03.002.28.843.0023.0.034.	Ações para Amortização da Dívida Municipal	
31 - 3.2.90.21.00.00	01000 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	35.000,00
32 - 4.6.90.71.00.00	01000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATURAL RESGATADO	10.000,00
03.002.28.846.0023.0.030.	Ações para Atender Encargos Gerais do Município	
36 - 3.3.90.47.00.00	01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00
03.002.28.846.0023.0.043.	Ações para Aportes do passivo Atual do RPPS	
40 - 3.3.91.97.00.00	01000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	90.649,50
04.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA	
04.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0034.2.190.	Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
137 - 3.3.90.14.00.00	O 1000 DIÁRIAS - CIVIL	11.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
08.001.02.062.0013.2.084.	Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município	
330 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.900,32
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRIC. E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
505 - 3.3.90.47.00.00	01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	273,01
Total Suplementação:		**248.822,83**

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Administração, Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
22 - 4.4.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA	
04.003 00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0005.2.206.	Ações para Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos	
116 - 3.3.90.32.00.00	01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PROCURADOR GERAL	
08.001.02.062.0013.2.084.	Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município	
331 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,32
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE, AGRIC. E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
497 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	273,01
31.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
31.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
31.002.15.452.0008.1.126.	Ações para Desapropriação de Imóveis para Atender Interesse Municipal	
723 - 4.4.90.61.00.00	01000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	185.649,50
Total Redução:		**248.822,83**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:71EFD991

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11281/2025 DE 11/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1683/2024 de 26/12/2024.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.736.272,14** (**quatro milhões setecentos e trinta e seis mil duzentos e setenta e dois reais e catorze centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação	
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001.10.301.0012.2.076.	Ações para Manutenção dos Serviços da Saúde - P AB FIXO

980 - 3.3.90.30.00.00	1374 MATERIAL DE CONSUMO	225.000,00
981 - 3.3.90.39.00.00	1374 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	225.000,00
31.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
31.003.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
31.003.15.451.0008.2.215.	Ações para Execução de Serviços de Iluminação Pública	
982 - 3.3.90.30.00.00	1928 MATERIAL DE CONSUMO	4.286.272, 14
Total Suplementação:		**4.736.272,14**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.3.50.11.31.00000000	Fonte: 1374	450.000,00
Receita:2.4.2.2.99.01.19.00000000	Fonte: 1928	4.286.272, 14
Total da Receita:		**4. 736.272,14**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A528E112

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
6 TA PE 09/2024

TERMO ADITIVO
6° Termo aditivo do contrato nº. 121/2024, decorrente de Pregão n°. 09/2024 de contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **EGER & NOGUEIRA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 06.302.385/0001-28, RUA ALEXANDRE ROGLIO, 864 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado por procurador Sr. VALDIR EGER, brasileiro, portador da RG nº 4xxx254x SSP PR e CPF 580.xxx.889-xx, acordam por meio deste o que segue:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por 90 dias até 31/01/2026, com início do aditivo em 31/10/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – Redimensionamento de Objeto o aditivo de meta física, com fundamento na Lei 14.133/2021.

Item	Descrição	Unid.	Quant. aditada	Valor Total adt
1	QUEIJO MUÇARELA FATIADO	kg	120	4.668,00
2	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE - RESFRIADA, BIFE, COXÃO MOLE, ALCATRA, PATINHO, NÃO CONGELADO	kg	160	4.694,10
3	Carne suína; pernil traseiro; em cubos ou pedaços sem osso, sem pele e toucinho; acondicionado em sacos plásticos transparentes, atóxico, com etiqueta de peso e data; Resfriado, NÃO CONGELADO; sujeito a verificação no ato da entrega.	kg	30	531,00
4	FILE DE PEITO DE FRANGO – congelado, embalado em saco plástico transparente,a toxico, limpo, não violado, resistente, deverá conter so dados de identificação, procedência, numero de lote, quantidade do produto, carimbo de inspeção do SIM, SIP, OU SIF, e outras informações, conforme IN MAPA nº 22, de 24.11.05, validade minima 6 meses a partir da data de entrega. Pacote com 1 kg	kg	70	1.141,00
5	FRANGO CONGELADO TIPO COXA-SOBRE-COXA, congelada com adição de água no Máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades e larvas, com registro no SIF ou SISP – PRAZO DE VALIDADE/ CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO (com temperatura ideal): Embalagem Fechada: Validade mínima: 04 (quatro) meses. Temperatura de armazenamento: (-18ºC) a (-12ºC); Data de entrega não deverá ser superior a 15 dias da data de fabricação. Embalagem Primária: Saco plástico de polietileno. Deverá conter no mínimo 01kg	kg	200	1.798,00
6	LINGUIÇA TIPO TOSCANA - Linguiça de pernil suíno - Composta de pernil suíno, gordura suína, água, proteína de soja, sal, açúcar, maltodextrina, pimenta calabresa, alho, pimenta preta, antioxidante isoascorbato de sódio, aromatizantes: aroma naturais e aroma realçador de sabor: glutamato monossódico, regulador de acidez: citrato de sódio, conservador: nitrito de sódio e corante: carmim de cochonilha apresentando aspecto e odor característicos, carimbo do SIF e prazo de validade por 04 meses, conservado em freezer FRIMESA, AURORA, SEARA., Amostra de 1 kg marca diferente das referências.	kg	100	2.000,00
			ADT TOTAL:	R$ 14.832,40

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 31 de outubro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES	***VALDIR EGER***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:A224D01A

LICITAÇÃO
7 TA PE 09/2024

TERMO ADITIVO

7° Termo aditivo do contrato nº. 120/2024, decorrente de Pregão n°. 09/2024 de contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 47.515.013/0001-67, Rua R MONTEIRO LOBATO, 297 - CEP: 86210000 - bairro: CENTRO, Jataizinho/PR, neste ato representado por procurador Sr CARLOS ROBERTO DE SOUZA, brasileiro, portador da RG nº 3xxx823x SESPPR e CPF 435.xxx.749-xx , acordam por meio deste o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses até 31/01/2026, com início do aditivo em 31/10/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto – Redimensionamento de Objeto o aditivo de metafísica, no valor total de: R$ 48.754,69 (quarenta e oito mil reais e setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) com fundamento na Lei 14.133/2021.

LOTE 1:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Açúcar cristal de 1ª qualidade, claro, embalagem de 05 kg - Obtido a Partir do Caldo Da Cana de açúcar; Com Aspecto, Cor e Odor Característicos e Sabor Doce; Isento de Sujidades, Parasitas e Larvas; Embalagem Primaria Plástica Atóxica Devidamente Lacrada; Com Validade mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; e suas condições deverão estar de Acordo Com a Resolução Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa;- Referência: Cristalmar, Doce Sucar, Alto Alegre, estrela	UNID	268	GLOBO	17,34

LOTE 7:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Amido de milho acondicionado em embalagem de 500 g Produto Amilaceo Extraído do Milho; Com Aspecto, Cor, cheiro e Sabor Próprios; Com Umidade Máxima de 15% Por Peso; Isento de Insetos, Impurezas, Odores e Sabores Estranhos Ou Impróprios; Validade mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega, Embalagem Primaria Saco de Papel Impermeável Devidamente Lacrado; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; e Suas condições deverão Estar de Acordo Com a resolução Rdc 263/05, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Suas alterações Posteriores; Produto Sujeito a verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Administrativos Determinados Pela Anvisa. NÃO CONTEM GLUTEN. Informação Nutricional: valor energético 65 a 70 kcal; carboidratos de 15 a 17 gramas; gorduras totais de 0 grama; fibra alimentar de 0 grama e sódio de 0 mg. (fugini, maisena, yoki).	CX	4	D'MILLE	3,25

LOTE 11:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec.	Valor unitário
1	AZEITE DE OLIVA extra virgem, acidez máxima de 0,5% acondicionado em embalagem de vidro ou enlatado, contendo 500 ml, com identificação na embalagem conforme normas vigentes, validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. REFERENCIA: ANDORINHA, GALLO, BORGES	UND	2	PINDAFOODS	27,95

LOTE 22:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Café torrado e moído - embalagem de 500 gramas 1ª qualidade, Café em pó torrado e moído, tradicional com embalagem a vácuo-puro e/ou almofada, de qualidade global da bebida 4,5 a 5,9 que atenda os parâmetros estabelecidos na Resoluções SAA-28, de 01/06/2007 e, SAA-30, de 22/06/2007, Resolução RDC n. 277 de 22/09/2005, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Instrução Normativa n. 8, de 11/07/2003, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Referência: MELITTA, PILÃO, JANDAIA *Amostra: 1 pacote	PCT	300	ODEBRECHT	25,20

LOTE 23:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Canela em pó 10gr - em pó fina homogênea; obtida da casca de espécimes vegetais genuínos; grãos sãos e limpos; de coloração pardo amarelada ou marrom claro; com aspecto cheiro aromático e sabor próprios; livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie; acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, resistente e vedada; apropriada; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 276/05 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA; Referência: Kitano, Nobre, ZAELI, BEIJA FLOR, CIALHO	PCT	10	D'MILLE	0,85

LOTE 24:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Canela em rama 10 gr - Obtida da casca do espécime genuíno; de coloração marrom claro; com sabor e odor próprios; livre de sujidades e materiais estranhos; embalagem primaria plástico atóxico e lacrado; e suas condições deverão estar de acordo com a rdc 12/01, rdc 259/02, rdc 276/05, rdc 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA; com validade mínima de 10 meses na data da entrega; Referência: Kitano, NObre, ZAELI, BEIJA FLOR, CIALHO	PCT	3010	D'MILLE	0,99

LOTE 25:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Chá mate para infusão tostado - 1ª qualidade - embalagem de 250 gramas folhas e talos de mate tostado (illex paragueriensis st. hil.), solúvel; isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos; embalagem primaria plástica, apropriada, hermeticamente fechada; embalagem secundaria caixa de papel cartão; com validade mínima de 11 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a rdc 12/01, rdc 259/02, rdc 267/05, rdc 277/05, rdc 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela anvisa; Porção de 2,7g (1/2 colher de sopa)** Referência : matte leão, triunfo	CX	340	D'MILLE	2,79

LOTE 30:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO MÍNIMO 850 GRAMAS, 1º QUALIDADE (QUERO, KNORR, ELEFANTE, FUGINI)	LATA	45	BONARE	5,50

LOTE 34:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Farinha de mandioca branca , crua; branca, grupo seca, classe grossa, tipo 1, com aspecto, cor e sabor próprios; isenta de insetos, matérias estranhas, mofo ou fermentação, devendo se apresentar limpa e seca; validade mínima de 07 meses na data da entrega, embalagem primaria saco plástico atóxico, hermeticamente fechado; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 263/05, rdc 14/14, instrução normativa 52/11 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo mapa e anvisa; - Embalagem: 1 kg informação nutricional: porção de 50 gramas: valor energético 160 a 180 kcal; carboidratos de 40 a 41 gramas; proteínas: 0 a 0,8 gramas; gorduras totais de 0 gramas, gorduras saturadas: de 0 gramas; gordura trans de 0 gramas; colesterol: 0 gramas; fibra alimentar de 3 a 3,5 gramas e sódio de 10 a 15 mg. Referência: pinduca, amafil, nobre	PCT	15	MONSIL	4,77

LOTE 37:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Feijão carioquinha 01 kg tipo 1 carioca; rico em proteína vegetal; fonte de ferro; textura macia e saborosa. grupo 1, classe cores, tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e sãos; com teor de umidade recomendada de ate 14%; isento de matérias estranhas, impurezas, grãos mofados, ardidos, germinados e carunchados; embalagem primaria saco plástico atóxico hermeticamente fechado, com validade mínima de 05 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com o decreto 6268/07, instrução normativa 12/08, rdc 259/02, rdc 360/03 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo mapa e Anvisa; informação nutricional: porção de 60 gramas: valor energético 120 a 125 kcal; carboidratos de 15 a 17 gramas; proteínas: 8 a 11 gramas; gorduras totais de 0,2 a 1,3 gramas, gorduras saturadas: de 0 a 0,3 gramas; gordura trans de 0 gramas; fibra alimentar de 15 a 20 gramas; ferro: de 2 a 2,9 mg e sódio de 0 mg. Referência: nenê, ueda, dona benta, buogo	PCT	50	CORADINHO	6,60

LOTE 38:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	feijão preto 1 kg tipo 1 , novo, grãos inteiros, isento de matéria terrosa, embalagem com identificação conforme normas vigentes.(nene, ueda, dona benta, buogo, zaell)	PCT	50	CORADINHO	8,50

LOTE 40:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO - EMBALAGEM DE 250 GRAMAS (FLEISCHMANN, ROYAL, DR. OETCKER)	UND	30	D'MILLE	6,80

LOTE 46:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	FUBÁ DE MILHO EMBALAGEM DE 500 gramas (YOKI, POLIGRAOS, SINHÁ, ZAELI)	PCT	25	ZANIN	1,12

LOTE 52:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Leite liquido integral - 1 litro - Leite integral, estabilizantes, trifosfato de sódio, difosfato de sódio, monosfato de sódio e citrato de sódio. Conservação: conservar em local fresco e seco. Após aberto, conservar sob refrigeração entre 1ºc à 10ºc e consumir em até 48 horas. Validade: 4 meses Informação nutricional: porção de 200 ml: valor energético 110 a 118 kcal; carboidratos de 7 a 10 gramas; proteínas: de 5 a 6,5 gramas; gorduras totais: de 6 a 7 gramas; gorduras saturadas: 3,5 a 4 gramas; gorduras trans: 0 gramas; fibra alimentar: 0 gramas; cálcio: de 200 a 250 mg e sódio de 140 a 145 mg. Referência: piracanjuba, tirol, italac, lider	CX	3300	TIROL	6,12

LOTE 58:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Macarrão tipo espaguete, de sêmola, embalagem de 01 kg Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais: urucum e cúrcuma. CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM OVOS E DERIVADOS DE TRIGO. PODE CONTER SOJA. Prazo de validade: 24 meses. Informação Nutricional: porção de 80 gramas: valor energético 280 a 285 kcal; carboidratos de 55 a 60 gramas; proteínas: de 8 a 9 gramas; gorduras totais: de 1 a 1,5 gramas; gorduras saturadas: 0 gramas; gorduras trans: 0 gramas; fibra alimentar: 1,5 a 2 gramas e sódio: 5 a 7 gramas. Referência: renata, floriani, galo, parati	PCT	50	JÓIA	4,39

LOTE 66:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Milho para canjica- embalagem 500 grs canjica de milho branco; classe branca, tipo 1; isento de insetos, impurezas, materiais e odores estranhos; admitindo umidade máxima de 13% por peso; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, com validade mínima de 04 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 109/89, rdc 259/02, rdc 360/03 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo mapa. Informação Nutricional: porção de 50 gramas: valor energético 170 a 173 kcal; carboidratos de 35 a 37 gramas; proteínas: 3,2 a 3,6; gorduras totais de 1 a 1,1 gramas, gorduras saturadas, gordura trans e gorduras monoinsaturadas de 0 gramas; gorduras poli-insaturadas: de 0,5 a 0,7 gramas; colesterol: 0 gramas; fibra alimentar de 1 a 1,1 gramas sódio de 0 mg. Referência: yoki, sinha, zaeli, kisabor)	PCT	15	D'MILLE	4,50

LOTE 67:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	MILHO VERDE EM CONSERVA - sachet ou LATA DE 200 GRAMAS/170 gr drenado	UND	125	FUGINI	2,50

LOTE 70:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Orégano, embalagem de minimo 10 gramas em folhas secas; obtido de espécimes vegetais genuínos; grãos são e limpos; de coloração verde pardacenta; com cheiro aromático e sabor próprio; isento de sujidades e materiais estranhos a sua espécie; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, contendo 500gramas; resistente e hermeticamente vedado, validade mínima 12 meses a contar da data da entrega; embalado em caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 276/05 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA; REFERÊNCIAS: TOQUE DE CLASSE, CIALHO	PCT	285	D'MILLE	0,75

LOTE 74:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Polvilho azedo 500 gramas fécula de mandioca tipo 1, produto natural fécula de mandioca. Azedo; branco; embalagem primaria saco plástico transparente, atóxico; isento de sujidades e outros materiais estranhos; e suas condições deverão estar de acordo com a rdc 263/05, rdc 12/01, rdc 259/02, rdc 360/03, rdc 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela anvisa; com validade mínima de 06 meses na data da entrega; informação nutricional: porção de 50 gramas: valor energético 70 a 75 kcal; carboidratos de 15 a 20 gramas; proteínas: de 0 gramas; gorduras totais de 0 gramas, gorduras saturadas: de 0 gramas; gordura trans de 0 gramas; fibra alimentar de 0 gramas e sódio de 0 mg. Referência: Juriti, Nobre, Yoki	PCT	20	D'MILLE	4,80

LOTE 75:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Polvilho doce 1kg fécula de mandioca tipo 1, produto natural doce; branco; embalagem primaria saco plástico transparente, atóxico; isento de sujidades e outros materiais estranhos; e suas condições deverão estar de acordo com a rdc 263/05, rdc 12/01, rdc 259/02, rdc 360/03, rdc 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela Anvisa; com validade mínima de 06 meses na data da entrega; Informação Nutricional: porção de 50 gramas: valor energético 60 a 65 kcal; carboidratos de 15 a 20 gramas; proteínas: de 0 gramas; gorduras totais de 0 gramas, gorduras saturadas: de 0 gramas; gordura trans de 0 gramas; fibra alimentar de 0 gramas e sódio de 0 mg. Referência : Juriti, Nobre, Yoki	PCT	20	D'MILLE	7,00

LOTE 77:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Sal refinado iodado - embalagem de 01 kg Sal iodado, embalado em sacos limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data de entrega.	PCT	10	POP	1,30

LOTE 78:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	SARDINHAS EM ÓLEO COMESTÍVEL - LATA DE 250 GRAMAS	LATA	30	BURGUESA	7,48

LOTE 79:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	TEMPERO AÇAFRÃO EM PÓ minimo 30 GRAMAS	PCT	275	D'MILLE	1,20

LOTE 80:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	TEMPERO CHIMI CHURRY - INGEDIENTES: CEBOLA, ALHO, SALSA, CEBOLINHA, ORÉGANO, MOSTARDA, LOURO, PIMENTÃO E PIMENTA CALABRESA minimo 30 GRS	PCT	540	D'MILLE	2,05

LOTE 82:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	TEMPERO LORO EM FOLHAS DESIDRATADO 05 GRS	PCT	280	D'MILLE	0,80

LOTE 83:

Item	Descrição	Unid.	Quant Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	TEMPERO MANJERICÃO DESIDATRADO 10 GRS	PCT	250	D'MILLE	0,60

LOTE 84:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário

1	TEMPERO VINAGRETE - INGREDIENTES: ORÉGANO, CEBOLA DESIDRATADA, ALHO DESIDRATADO E TOMATE DESIDRATADO MAXIMO 100 GRS	PCT	30	D'MILLE	3,49

LOTE 86:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Trigo para quibe - grãos de trigo, torrado e moído, Informação Nutricional: porção de 50 gramas: valor energético 170 a 175 kcal; carboidratos de 30 a 33 gramas; proteínas: de 7 a 7,5 gramas; gorduras totais de 1 a 1,3 gramas, gorduras saturadas: de 0 gramas; gordura trans de 0 gramas; fibra alimentar de 4,5 a 4,8 gramas e sódio de 20 a 25 mg. Embalagem 500 gramas	PCT	5	D'MILLE	2,89

LOTE 98:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	VINAGRE DE ALCOOL BRANCO - COMPOSIÇÃO: FERMENTO ACÉTICO DE ÁLCOOL, CONSERVANTE, ÁGUA POTÁVEL. ASPECTO LIQUIDO, LÍMPIDO, INCOLOR, ISENTO DE PARTÍCULAS SUSPENSAS. ODOR - ACÉTICO, CARACTERISTICODE VINAGRE, FRASCO DE 750 ML	UNID	18	NEVAL	1,49

LOTE 118:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	ALHO EM CABEÇA IN NATURA DE 1ª QUALIDADE S/ RÉSTIA , SEM CASCA, BULBO INTEIRIÇO, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	KG	20	CEASA	22,90

LOTE 183:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	DESODORIZADOR AR - 360 ML / 302 G SPRAY	UNID	100	LEV & UZE	6,34

LOTE 184:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Detergente líquido: tensoativos Aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, coadjuvante, corante, fragrância neutro e água. Componente ativo: Linear Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio. Deverá conter Tensoativo biodegradável. Embalagem de 500 ml. Ótimo rendimento, para uso em, copos, louças e talhares, 1º qualidade: Referência: ipê, limpol, minuano ou outro com rendimento equivalente	UNID	1350	BIOKRISS	1,19

LOTE 192:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	FÓSFORO PALITO LONGO caixa com 150 palitos	CX	50	GABOARDI	2,99

LOTE 197:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	LÃ DE AÇO CARBONO ABRASIVO - C/ 08 (BOMBRIL, ASSOLAN)	PCT	260	ASSOLÃN	1,73

LOTE 198:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	LENÇOS UMIDECIDOS - 20 X 12 CM - POTE PLÁSTICO COM minimo 70 LENÇOS	PTE	75	BABY FREE	4,98

LOTE 200:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	LIMPADOR MULTIUSO DE USO GERAL - QUANTIDADE MÍNIMA 500 ML (VEJA, BOMBRIL, YPÊ)	UNID	90	BIOKRISS	1,85

LOTE 213:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	PAPEL ALUMINIO 30X7,5 - RL	UNID	45	TÉRMICA	3,30

LOTE 216:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	PILHA ALCALINA PALITO /AAA PILHA ALCALINA FORMATO CILINDRICO, EMABALAGEM DE PAPELÃO COM PLÁSTICO DE PROTEÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES.	PCT	20	KIAN	3,00

LOTE 223:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec.	Valor unitário
1	RODO PARA ESFREGAR COM ESPONJA DUPLA FACE - CABO EM MADEIRA REVESTIDO DE PLÁSTICO - ESPONJA DE NO MÍNIMO 30 CM DE COMPRIMENTO	UNID	15	APOLO	4,94

LOTE 224:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Sabão em pó(detergente em pó) composição Tensoativo Aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, fragrâncias, água, contendo Alquil Benzeno Sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, de ação múltipla, excelente rendimento. Embalagem minima de 800 gramas, rendimento mínimo de 10 lavagens- Referência: Omo, Tixan, YPE, CONFORT	CX	300	BARBARÉX	3,20

LOTE 245:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	VASSOURA DE NYLON COM CABO - PRIMEIRA QUALIDADE MEDIDA MINIMA 20 CM DE LARGURA POR 12 CM DE ALTURA DA CERDAS CABO DE PLASTICO OU DE MADEIRA REVISTIDO EM PLASTICO.	UNID	15	DESAFIO	6,70

LOTE 247:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	Água sanitária :composição Hipoclorito de Sódio e àgua, princípio ativo: Hipoclorito de Sódio, teor de cloto ativio de 2,0% a 2,5% pp. Múltiplo uso, embalagem de 01 litro com bico direcionador, referência: Qboa, Ypê	LTS	1049	LIMPINHA	1,90

LOTE 249:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	ÁLCOOL liquido 70% - 1 LITRO	UNID	40	SUPER VALE	4,80

LOTE 250:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Aditada	Marca/Espec.	Valor unitário
1	AMACIANTE PARA ROUPA - 2000 ML (YPÊ, LILY, SOFT, ALPES)	GL	100	BRILHO SHOW	4,30

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 31 de outubro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES	*CARLOS ROBERTO DE SOUZA*
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:6BB622A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.476/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **20 (vinte)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **17/11/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
268321	Andreson Luiz Kossmann	Motorista	22/10/2024 até 21/10/2025

Art. 2º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106112	Jean Luiz Fagundes	Operador de Maquinas	01/08/2023 até 31/07/2024

Art. 3º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **29/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106112	Jean Luiz Fagundes	Operador de Maquinas	01/08/2024 até 31/07/2025

Art. 4º- Conceder **09 (nove)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106567	Indiara De Vargas Gonçalves Da Silva	Agente de Conservação e Limpeza Pública	19/02/2024 até 18/02/2025

Art. 5º- Conceder **30 (dez)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
252591	Lauri Gilberto Sabka	Auxiliar de Serviços Gerais	08/01/2023 até 07/01/2024
253131	Odenir Luiz De Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	08/01/2024 até 07/01/2026

Art. 6º- Conceder **10 (dez)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
290331	Alderi De Oliveira Santos	Operador de Maquinas	10/08/2024 até 09/08/2025
3106428	Alex Paiano Lemes Dos Santos	Motorista	14/08/2023 até 13/08/2024
3106434	Amilton Giza	Operador de Maquinas	21/08/2024 até 20/08/2025
268321	Andreson Luiz Kossmann	Motorista	22/10/2024 até 21/10/2025
3106911	Aristeo Vogt	Operador de Maquinas	12/05/2025 até 11/05/2026
3106908	Carlito Monteiro	Motorista	15/05/2025 até 14/05/2026
324841	Celso De Amaral	Agente de Conservação e Limpeza Pública	18/06/2023 até 17/06/2024
3106097	Claudineia Santos Bento Paiano	Agente de Conservação e Limpeza Pública	01/08/2024 até 10/09/2025
3106920	Claudiomiro De Cesaro	Motorista	26/05/2025 até 25/05/2026
296111	Cristiano Schwan	Eletricista	01/10/2023 até 30/09/2024
3106117	Dalton Martins Rodrigues	Operador de Maquinas	01/08/2023 até 31/07/2024
3106510	Davi Emanuel De Souza	Agente de Conservação e Limpeza Pública	05/02/2024 até 04/02/2025
3106427	Dionemar Belende	Operador de Maquinas	10/08/2024 até 09/08/2025
3106705	Edilson Luan Correia Dos Passos Baldissera	Motorista	12/08/2024 até 11/08/2025
3106649	Evandro Medeiro Berte	Diretor do Departamento de Infraestrutura Urbana	15/05/2024 até 14/05/2025
3106099	Evandro Rodrigo Dallek	Operador de Maquinas	01/08/2024 até 31/07/2025
3106921	Ezandro Pereira Demaman	Agente de Conservação e Limpeza Pública	15/05/2025 até 14/05/2026
208851	Gilmar Rohling	Motorista	24/04/2023 até 23/04/2024
10000011	Horacio Dos Santos De Almeida	Operador de Maquinas	18/03/2024 até 17/03/2025
3106147	Jakciane Cristina Soares	Coordenador de Garagem	08/08/2023 até 07/08/2024
3106131	Jessica Emanueli Poroniczak Do Nascimento	Agente de Conservação e Limpeza Pública	01/08/2023 até 04/09/2024
3106917	Joao Clever Machado De Andrade	Agente de Conservação e Limpeza Pública	19/05/2025 até 05/07/2026
272941	Joao Iracy Jose Duarte	Motorista	01/11/2023 até 31/10/2024
3106928	Joao Vitor Fagundes	Agente de Conservação e Limpeza Pública	14/05/2025 até 13/05/2026
3106105	Jonatas Vogt	Operador de Maquinas	01/08/2024 até 31/07/2025
268081	Jonei Szekut Ritter	Motorista	21/10/2024 até 20/10/2025
3106909	Jose Bottega Da Rocha	Operador de Maquinas	07/05/2025 até 06/05/2026
325141	Laudir Pereira	Motorista	18/06/2024 até 17/06/2025
3106600	Lucineia Sett	Agente de Conservação e Limpeza Pública	02/04/2024 até 01/04/2025

3106618	Marcos André Dos Santos	Agente de Conservação e Limpeza Pública	15/04/2024 até 14/04/2025
284101	Marieli Cristina Dalla Costa De Sousa	Tecnico Administrativo	01/10/2023 até 30/09/2024
281691	Marisa Fatima Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	15/05/2024 até 14/05/2025
3106926	Mauri Jarassochio	Agente de Conservação e Limpeza Pública	20/05/2025 até 19/05/2026
3106768	Nagyla Luana Kunz	Coordenador de Mobilidade Urbana	16/01/2025 até 15/01/2026
3106927	Nilceu Rodrigues	Agente de Conservação e Limpeza Pública	20/05/2025 até 19/05/2026
3106604	Noilde De Fátima Alves Pereira Wojcik	Agente de Conservação e Limpeza Pública	02/04/2024 até 01/04/2026
3106213	Noimar Rampanelli	Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano	03/11/2022 até 02/11/2023
3106193	Odinei Da Silva Paula Oliveira	Operador de Maquinas	10/10/2023 até 09/10/2024
3106910	Osmar Medeiro	Agente de Conservação e Limpeza Pública	19/05/2025 até 18/05/2026
159461	Pedro Pavan	Auxiliar de Serviços Gerais	19/04/2024 até 18/04/2025
290501	Renato Mulbeier	Operador de Maquinas	10/08/2024 até 09/08/2025
3107011	Rozani De Carli Casiraghi	Agente de Conservação e Limpeza Pública	22/07/2025 até 21/07/2026
3106632	Salete Lidia Basso	Agente de Conservação e Limpeza Pública	02/05/2024 até 01/05/2025
3106472	Sedenir Linhar	Agente de Conservação e Limpeza Pública	04/12/2023 até 03/12/2024
3106738	Sidnei Malacrio	Motorista	19/11/2024 até 18/11/2025
3106619	Vanderlei Roberto Dallek	Operador de Maquinas	16/04/2024 até 15/04/2025

Art. 7º- Esta Portaria vigora a partir de sua publicação.

Realeza, 12 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9737F4F2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.478/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **16/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
291651	Daniele De Fatima Hagemann	Técnico em Enfermagem	10/08/2025 até 09/08/2025

Art. 2º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **16/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
45611	Neuza Bettiolo Rampanelli	Agente de Saúde	04/04/2023 até 03/04/2024

Art. 3º- Conceder **10 (dez)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106704	Aline Maria Kluska	Gestor Municipal Hospitalar e Pronto Atendimento	12/08/2024 até 11/08/2025

Art. 4º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
273591	Nair Fatima Mendonca	Auxiliar de Serviços Gerais	01/11/2023 até 31/10/2024
3106149	Alini Zanchetta	Técnico em Enfermagem	08/08/2023 até 07/08/2024

Art. 5º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **23/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
291571	Francieli Cavagnoli	Enfermeiro	10/08/2023 até 09/08/2024

Art. 6º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **29/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106268	Ismael Machado	Auxiliar Administrativo	06/02/2024 até 05/02/2025

Art. 7º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **29/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
289911	Flavia Gomes De Marchi Moura	Farmacêutico	10/08/2024 até 09/08/2025

Art. 8º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **01/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
208181	Alexandra Bonadiman	Enfermeiro	23/04/2024 até 22/04/2025

Art. 9º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **01/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106124	Zilda Da Lus	Técnico em Enfermagem	01/08/2024 até 01/08/2025

Art. 10º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **05/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106852	Any Maria Cavani	Enfermeiro (a)	17/02/2025 até 16/02/2026

Art. 11º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **12/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
150591	Jucelei Maria Andreolli	Auxiliar de Serviços Gerais	14/10/2023 até 13/10/2024

Art. 12º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **19/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106833	Rubia Corassa	Auxiliar administrativo	17/02/2025 até 16/02/2026

Art. 13º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **27/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
150591	Jucelei Maria Andreolli	Auxiliar de Serviços Gerais	14/10/2024 até 13/10/2025

Art. 14º- Esta Portaria vigora a partir de sua publicação.

Realeza, 12 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:DCDB5EDA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 54

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 09/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ4A38	278050T000001132	22/08/2025	76332	R$ 293,47
AEB0A24	278050T000001301	18/08/2025	55412	R$ 195,23
AES3A35	278050T000001143	25/08/2025	55414	R$ 195,23
AIM9581	278050T000001308	30/08/2025	65640	R$ 293,47
ALM0E85	278050T000001253	16/08/2025	55412	R$ 195,23
ALY9334	278050NIC0000067	12/08/2025	50020	R$ 586,94
AME8E38	278050T000001144	25/08/2025	55411	R$ 195,23
AMO1C44	278050T000001310	30/08/2025	51930	R$ 293,47
AMV5E47	278050T000001226	14/08/2025	55412	R$ 195,23
APA1319	278050T000001133	22/08/2025	57380	R$ 293,47
APG7162	278050T000001235	25/08/2025	76332	R$ 293,47
APL9765	278050T000001305	29/08/2025	61220	R$ 293,47
AQQ3G16	278050T000001169	13/08/2025	58780	R$ 130,16
ARC0D36	278050T000001257	28/08/2025	76251	R$ 293,47
ARU4J81	278050T000001307	30/08/2025	76332	R$ 293,47
ARZ2A43	278050T000001110	14/08/2025	76331	R$ 293,47
ASJ2A12	278050T000001138	12/08/2025	55412	R$ 195,23
ASR5B26	278050T000001309	30/08/2025	76332	R$ 293,47
ASU8H66	278050T000001129	20/08/2025	76331	R$ 293,47
ATB6E46	278050T000000595	13/08/2025	55412	R$ 195,23
ATX6E74	278050T000000581	16/08/2025	76331	R$ 293,47
ATY0I96	278050T000001247	18/08/2025	55412	R$ 195,23
ATZ0J66	278050T000001217	11/08/2025	55412	R$ 195,23
AUE3C76	278050T000001260	29/08/2025	55417	R$ 195,23
AUK4917	278050T000001255	16/08/2025	55412	R$ 195,23
AUK4917	278050T000000596	13/08/2025	55412	R$ 195,23
AUK4917	278050T000000907	15/08/2025	55412	R$ 195,23
AUK4917	278050T000000924	19/08/2025	55412	R$ 195,23
AUK4917	278050T000001124	19/08/2025	76251	R$ 293,47
AUK4917	278050T000001231	14/08/2025	55412	R$ 195,23
AUV0043	278050T000001206	21/08/2025	76332	R$ 293,47
AUW7528	278050T000000906	15/08/2025	55412	R$ 195,23
AUZ1B07	278050NIC0000063	12/08/2025	50020	R$ 586,94
AVD5I55	278050T000001204	21/08/2025	55417	R$ 195,23
AVD8I99	278050T000001250	18/08/2025	55412	R$ 195,23
AVJ6A40	278050T000000588	21/08/2025	55414	R$ 195,23
AVK5I14	278050T000001112	14/08/2025	55500	R$ 130,16
AVU2979	278050T000001312	30/08/2025	51930	R$ 293,47
AVW1B43	278050T000001254	16/08/2025	55412	R$ 195,23
AVW4739	278050T000001192	18/08/2025	76332	R$ 293,47
AVX1D51	278050T000001240	27/08/2025	76332	R$ 293,47
AWA4362	278050T000001239	14/08/2025	55412	R$ 195,23
AWA4362	278050T000001242	18/08/2025	55412	R$ 195,23
AWA4362	278050T000000918	19/08/2025	55412	R$ 195,23
AWA4362	278050T000001251	16/08/2025	55412	R$ 195,23
AWA4362	278050T000000598	13/08/2025	55412	R$ 195,23
AWB1D56	278050T000001213	11/08/2025	55412	R$ 195,23
AWM5742	278050T000001130	20/08/2025	76252	R$ 293,47
AWR0064	278050T000001135	22/08/2025	55414	R$ 195,23
AWT0F82	278050T000001209	21/08/2025	55414	R$ 195,23
AWY1I69	278050T000001148	25/08/2025	60502	R$ 293,47
AYE1B17	278050T000000901	13/08/2025	55412	R$ 195,23
AYE9J81	278050T000000579	15/08/2025	76331	R$ 293,47

AYI2E20	278050T000001141	25/08/2025	57463	R$ 130,16
AYN7B06	278050T000001302	29/08/2025	76332	R$ 293,47
AYO5F68	278050T000001142	25/08/2025	76332	R$ 293,47
AYT6H31	278050T000001210	11/08/2025	55412	R$ 195,23
AZC3083	278050T000001241	27/08/2025	76332	R$ 293,47
AZC3083	278050T000000917	27/08/2025	76331	R$ 293,47
AZI8E58	278050T000000915	15/08/2025	55412	R$ 195,23
AZT9H73	278050T000000587	21/08/2025	55414	R$ 195,23
BAB9F75	278050T000001219	12/08/2025	55412	R$ 195,23
BAF4625	278050T000001237	14/08/2025	55412	R$ 195,23
BAI9F82	278050T000000580	15/08/2025	76331	R$ 293,47
BBF2649	278050NIC0000068	12/08/2025	50020	R$ 586,94
BBP5C57	278050T000001212	11/08/2025	55412	R$ 195,23
BBS7F53	278050T000001134	22/08/2025	54522	R$ 195,23
BCB1I33	278050T000000590	22/08/2025	76331	R$ 293,47
BCE5D43	278050NIC0000066	12/08/2025	50020	R$ 390,46
BCI9E06	278050T000001304	29/08/2025	51930	R$ 293,47
BCN0877	278050T000001104	11/08/2025	55411	R$ 195,23
BCT1A34	278050T000001259	29/08/2025	73232	R$ 130,16
BCT1A34	278050T000001106	12/08/2025	73232	R$ 130,16
BCX2J27	278050T000001109	12/08/2025	54522	R$ 195,23
BCX9B11	278050T000001223	23/08/2025	76332	R$ 293,47
BCX9E74	278050T000001184	16/08/2025	54522	R$ 195,23
BDJ3H70	278050T000000589	21/08/2025	54870	R$ 195,23
BDR6F83	278050T000001236	14/08/2025	55412	R$ 195,23
BDW9E31	278050T000001114	15/08/2025	55414	R$ 195,23
BDX7C45	278050T000001149	26/08/2025	54522	R$ 195,23
BEG4F38	278050T000001234	14/08/2025	55412	R$ 195,23
BEG7C08	278050T000001224	23/08/2025	76252	R$ 293,47
BEI4I25	278050T000001127	19/08/2025	55411	R$ 195,23
CQO4270	278050T000001185	16/08/2025	76332	R$ 293,47
DSE4E41	278050T000001246	18/08/2025	55412	R$ 195,23
EEN9E74	278050T000001201	20/08/2025	76332	R$ 293,47
EMD3930	278050T000001205	21/08/2025	76332	R$ 293,47
ENS3G65	278050T000000909	15/08/2025	55412	R$ 195,23
FFE7H67	278050T000001200	20/08/2025	76332	R$ 293,47
FIJ4H11	278050T000001183	16/08/2025	55417	R$ 195,23
FIR4F43	278050T000000594	13/08/2025	55412	R$ 195,23
FMI8E42	278050T000001218	11/08/2025	55412	R$ 195,23
FMQ4E14	278050T000001249	18/08/2025	55412	R$ 195,23
FRH9F85	278050T000001326	02/09/2025	60502	R$ 293,47
FUP5D75	278050T000001227	14/08/2025	55412	R$ 195,23
FUP5D75	278050T000000912	15/08/2025	55412	R$ 195,23
GFS6666	278050T000000593	12/08/2025	55412	R$ 195,23
GGF1B65	278050T000000923	19/08/2025	55412	R$ 195,23
GHJ8H77	278050T000001116	15/08/2025	73150	R$ 130,16
GKE6B61	278050T000001221	12/08/2025	55412	R$ 195,23
GKE6B61	278050T000000904	13/08/2025	55412	R$ 195,23
GRU6050	278050T000000929	19/08/2025	55412	R$ 195,23
HIK4467	278050T000001150	16/08/2025	55412	R$ 195,23
IEM9A35	278050T000001208	21/08/2025	54522	R$ 195,23
IVR1C22	278050T000001303	29/08/2025	76332	R$ 293,47
IWV8F59	278050T000001105	12/08/2025	54870	R$ 195,23
JCI3A50	278050T000001107	12/08/2025	61490	R$ 293,47
JCM8J47	278050T000001188	18/08/2025	76332	R$ 293,47
LXJ8I04	278050T000000908	15/08/2025	55412	R$ 195,23
LXJ8I04	278050T000001228	14/08/2025	55412	R$ 195,23
LZF6J50	278050T000001174	14/08/2025	76332	R$ 293,47
MBI9H56	278050T000001187	18/08/2025	59910	R$ 293,47
MCY9D73	278050T000001229	14/08/2025	55412	R$ 195,23
MFE7233	278050T000001145	25/08/2025	54870	R$ 195,23
MIW0E65	278050T000000930	19/08/2025	55412	R$ 195,23
MJO8I63	278050T000001225	14/08/2025	55412	R$ 195,23
MJQ5A62	278050T000000903	13/08/2025	55412	R$ 195,23
MJZ8H53	278050T000001222	12/08/2025	55412	R$ 195,23
MKB9F88	278050T000000920	19/08/2025	55412	R$ 195,23
NPK3G30	278050T000001215	11/08/2025	55412	R$ 195,23
OAT4I31	278050T000000913	15/08/2025	55412	R$ 195,23
OBF8I28	278050T000001311	30/08/2025	51930	R$ 293,47
OBP6421	278050T000001170	14/08/2025	60250	R$ 293,47
OHQ0016	278050T000001108	12/08/2025	54522	R$ 195,23
OYE1B17	278050T000000916	15/08/2025	55412	R$ 195,23
OYE1B17	278050T000001220	12/08/2025	55412	R$ 195,23
OYE1B17	278050T000001131	11/08/2025	55412	R$ 195,23
OYE1B17	278050T000001256	16/08/2025	55412	R$ 195,23
PAE8D31	278050T000001238	14/08/2025	55412	R$ 195,23
PXS9027	278050T000000905	23/08/2025	55412	R$ 195,23
QHM4E92	278050T000000902	13/08/2025	55412	R$ 195,23
QHY1F53	278050T000000926	19/08/2025	55412	R$ 195,23
QJS2A95	278050T000001171	14/08/2025	51930	R$ 293,47
REW0A49	278050T000001167	13/08/2025	76332	R$ 293,47
RHF6H74	278050T000001139	22/08/2025	76331	R$ 293,47
RHG9D73	278050T000000919	19/08/2025	55412	R$ 195,23
RHN9A82	278050T000001248	18/08/2025	55412	R$ 195,23
RHT1E43	278050T000001126	19/08/2025	55411	R$ 195,23
RSB0F88	278050T000001136	22/08/2025	55250	R$ 130,16
RTE7E70	278050T000001115	15/08/2025	57380	R$ 293,47
SDS7J66	278050T000000597	13/08/2025	55412	R$ 195,23
SED7C95	278050T000001203	21/08/2025	76332	R$ 293,47

SEI5H37	278050NIC0000064	12/08/2025	50020	R$ 390,46
SES6I09	278050NIC0000065	12/08/2025	50020	R$ 390,46
SFB1F36	278050T000001125	19/08/2025	76331	R$ 293,47
SFF1F72	278050T000001198	20/08/2025	76332	R$ 293,47
SHP1I09	278050T000001128	19/08/2025	55414	R$ 195,23
SYI1G12	278050T000001172	14/08/2025	55417	R$ 195,23
TAL2I95	278050T000001166	11/08/2025	65640	R$ 293,47
TAR0H43	278050T000000577	13/08/2025	52070	R$ 88,38
TBA8B94	278050T000000910	15/08/2025	55412	R$ 195,23
TBE1E90	278050T000000600	13/08/2025	55412	R$ 195,23
TBE1E90	278050T000000591	12/08/2025	55412	R$ 195,23
TBE3I48	278050T000000928	19/08/2025	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:5C99B899

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1982, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA-**Plano Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1918/2024 de 09/10/2024, e **LOA-**Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1923/2024 de 04/12/2024, para o Exercício Financeiro de **2025**, no valor de **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0700	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) Fonte: 865 – Convênio Nº 1426/2025_ SECID/PARANACIDADE_Processo nº 24.067.728-8_PICKUP CD STRADA_OBRAS E VIAÇÃO**	
0701	DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO		
26.782.0028.1.018	Projetos, modernização, e malha viária com qualidade		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		115.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições ***(Possível Devolução de sobras dos recursos do Convênio + Rendimentos em aplicações financeiras)***		30.000,00
TOTAL			**145.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – Possível EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA), da Fonte: 865 em 2025, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2025 R$
865	Convênio Nº 1426/2025_ SECID/PARANACIDADE_Processo nº 24.067.728-8_PICKUP CD STRADA_OBRAS E VIAÇÃO	115.000,00 *(valor repasse do Convênio)*
865	Convênio Nº 1426/2025_ SECID/PARANACIDADE_Processo nº 24.067.728-8_PICKUP CD STRADA_OBRAS E VIAÇÃO	30.000,00 *(valor/previsão de possível devolução de sobras de recursos + rendimentos)*
TOTAL.....R$		**145.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:CCD16E97

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de **2025**.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA-**Plano Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1918/2024 de 09/10/2024, e **LOA-**Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1923/2024 de 04/12/2024, para o Exercício Financeiro de **2025**, no valor de **R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0600	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) Fonte: 866 – Convenio SECID nº 1427-2025_PICKUP CD_**	
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		

12.361.0017.2.015	Transporte escolar municipal	**EDUCAÇÃO-APAE_Processo_24.171.319-9_1**	
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		125.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições ***(Possível Devolução de sobras dos recursos do Convênio + Rendimentos em aplicações financeiras)***		30.000,00
TOTAL			**155.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – Possível EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA), da Fonte: 866 em 2025, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2025 R$
866	Convenio SECID nº 1427-2025_PICKUP CD STRADA_ EDUCAÇÃO-APAE_Processo_24.171.319-9_1	125.000,00 *(valor **repasse** do Convênio)*
866	Convenio SECID nº 1427-2025_PICKUP CD STRADA_ EDUCAÇÃO-APAE_Processo_24.171.319-9_1	30.000,00 *(valor/previsão de possível devolução de sobras de recursos + rendimentos)*
TOTAL.....R$		**155.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:67CA706A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 215/2025 - CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 215 de 12/11/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;
DECRETA
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2025, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.005	DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL	
12.365.0005.2040	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ ESCOLA)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2122	00150-FUNDEB - Complementação União - VAAT - 30% inciso XI do art. 212-A da CF	21.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2202	00151-FUNDEB - Complementação União - VAAT - 70% inciso XI do art. 212-A da CF	49.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte maneira:

I – Excesso de arrecadação;

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAT - PRINCIPAL	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, em 12 de novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:B30C1EFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI Nº 1325/2025 - CRIA E AMPLIA VAGA

LEI Nº 1325/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS E AMPLIAÇÃO DE VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal, sanciono a seguinte lei.

Art. 1ª Ficam criados, no Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Reserva do Iguaçu, os seguintes cargos públicos:

I – Professor com Licenciatura em Inglês

CARGO EFETIVO	Nº DE VAGA CRIADA	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL
Professor com Licenciatura em Inglês	07	07	20h/semanais	R$ 2.433,89

II – Professor Interprete de Libras:

CARGO EFETIVO	Nº DE VAGA CRIADA	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL
Professor Intérprete de Libras	01	01	20h/semanais	R$ 2.433,89

Art. 2º Fica criado, no Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Administração e Turismo do Município de Reserva do Iguaçu, o seguinte cargo público:

I – Biólogo – Museu Regional do Iguaçu:

CARGO EFETIVO	Nº DE VAGA CRIADA	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO MENSAL
Biólogo	01	01	20h/semanais	R$ 2.500,00

Art. 3º O provimento dos cargos previstos no artigo primeiro desta Lei, fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como a existência de autorização específica da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o §1º do Art. 169 da CF.

Art. 4º Através desta Lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a realização de Concurso Público de provas ou provas e títulos para preenchimento das vagas de que trata o artigo primeiro, bem como, para provimento de outros cargos da Administração Pública.

Art. 5º As atribuições, o nível de graduação e a titulação exigidos para os cargos criados nesta Lei estão previstas no Anexo I – Atribuições Específicas dos Cargos, o qual poderá ser alterado por meio de Decreto Municipal, em caso de necessidade justificada, para fins de adequação específicas.

Art. 6º Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos tomar as providências administrativas necessárias para adequação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 10 de Novembro de 2025.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CARGOS

CARGO	ESCOLARIDADE / HABILITAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Professor com Licenciatura em Inglês	Licenciatura Plena em Letras – Inglês, com registro no MEC.	Planejar, ministrar e avaliar atividades pedagógicas voltadas ao ensino da Língua Inglesa, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Projeto Político-Pedagógico da rede municipal; Elaborar planos de aula, projetos, avaliações e demais instrumentos pedagógicos adequados à faixa etária e ao nível de aprendizagem dos estudantes; Utilizar metodologias ativas e recursos tecnológicos que estimulem a comunicação, a leitura, a escrita e a compreensão oral em língua inglesa; Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos coletivos e formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Avaliar continuamente o desempenho dos alunos, registrando resultados e elaborando relatórios de acompanhamento e recuperação de aprendizagem; Desenvolver ações que estimulem o respeito às diferenças culturais, linguísticas e sociais, integrando o ensino da língua inglesa à realidade local e global; Zelar pela conservação do material didático, mobiliário e equipamentos sob sua responsabilidade; Participar de projetos e programas institucionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Promover atividades interdisciplinares e extracurriculares voltadas ao aprendizado de idiomas e à ampliação cultural dos estudantes; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. Cumprir as determinações/deveres constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação correlata.
Professor Intérprete de Libras	Ensino Médio completo com formação específica em Libras, ou Curso Superior com certificação de Proficiência em Libras (Prolibras ou equivalente)	Atuar como intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na mediação da comunicação entre alunos surdos e ouvintes, professores, equipe pedagógica e comunidade escolar; Traduzir e interpretar conteúdos orais e escritos para Libras e vice-versa, garantindo o acesso pleno dos alunos surdos às aulas, atividades pedagógicas e avaliações; Apoiar o planejamento pedagógico e a execução das atividades escolares, colaborando com os professores na adaptação de materiais didáticos e estratégias de ensino; Participar do processo de inclusão escolar, promovendo o respeito à diversidade linguística e cultural da comunidade surda; Acompanhar os alunos surdos em todas as situações pedagógicas em que se faça necessária a mediação comunicativa, inclusive em reuniões, eventos e atividades extracurriculares; Contribuir com a formação e sensibilização da comunidade escolar quanto à importância da Libras e da acessibilidade comunicacional; Manter-se atualizado quanto às normas e técnicas de tradução e interpretação em Libras, participando de cursos, capacitações e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Registrar e relatar à equipe pedagógica situações relevantes relativas ao processo de aprendizagem e à comunicação dos alunos atendidos; Zelar pelo sigilo das informações obtidas no exercício de suas funções, conforme os princípios éticos da profissão; Executar outras tarefas compatíveis com a natureza e complexidade do cargo, podendo ser chamado para atuar em eventos da Administração Municipal que necessitem de tradução para a linguagem de sinais; Cumprir as determinações/deveres constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação correlata.
Biólogo	Bacharelado em Biologia com registro no CRBio	Planejar, coordenar e executar atividades técnicas, científicas e educativas relacionadas à biologia, meio ambiente e patrimônio natural, no âmbito do Museu Regional do Iguaçu; Elaborar, implementar e acompanhar projetos de pesquisa, conservação e educação ambiental, em parceria com escolas, universidades e órgãos públicos; Atuar na identificação, catalogação, conservação e exposição de espécimes biológicos e materiais científicos pertencentes ao acervo do museu; Desenvolver exposições temáticas, oficinas, trilhas interpretativas, palestras e visitas guiadas, promovendo a divulgação científica e o conhecimento ambiental junto à comunidade; Prestar assessoria técnica à Administração Municipal em ações de educação ambiental, biodiversidade, sustentabilidade e preservação de recursos naturais; Produzir materiais educativos e informativos (cartilhas, painéis, vídeos, catálogos) sobre fauna, flora e ecossistemas regionais; Zelar pela preservação, higienização e acondicionamento adequado de coleções biológicas, observando normas de biossegurança e conservação; Colaborar com a organização e atualização do acervo técnico e científico do Museu, incluindo registros digitais e inventários; Apoiar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares entre biologia, história e cultura local, integrando o patrimônio natural e cultural de Reserva do Iguaçu; Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, para intercâmbio técnico-científico e realização de eventos acadêmicos; Elaborar relatórios, pareceres e laudos técnicos sobre as atividades biológicas e ambientais desenvolvidas; Acompanhar e avaliar os impactos ambientais de atividades culturais e educativas realizadas pelo museu, propondo medidas mitigadoras quando necessário; Promover ações de conscientização comunitária voltadas à conservação da biodiversidade e valorização do patrimônio natural do município; Participar de formações, cursos e capacitações voltados à biologia,

		museologia e educação ambiental; Zelar pelos equipamentos, materiais e instalações sob sua responsabilidade, observando normas de segurança e ética profissional; Cumprir as determinações/deveres constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação correlata; Executar outras tarefas afins e compatíveis com a natureza do cargo, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Turismo.

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:ADFA247A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0019/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0019/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3243/2025

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a Contratação de assessoria técnica especializada para a modernização administrativa e tributária do Município, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Qtd	Un	Preço	Preço total
1	32363	Assessoria técnica especializada para a modernização administrativa tributária do Município, abrangendo a revisão, compilação e consolidação do Código Tributário Municipal, com as devidas adaptações às especificidades locais e atualização em conformidade com a legislação federal e estadual pertinente, bem como com entendimentos doutrinários e jurisprudenciais aplicáveis; e a revisão e reelaboração da Planta Genérica de Valores (PGV), destinada à apuração e cobrança do IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.	4,00	SV	20.000,00	80.000,00
TOTAL						80.000,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de o Município de Reserva do Iguaçu promover a modernização administrativa e tributária, com especial enfoque na revisão, atualização, compilação e consolidação do Código Tributário Municipal e na reelaboração da Planta Genérica de Valores – PGV, instrumentos normativos e técnicos de fundamental relevância para a efetividade da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e demais tributos correlatos. Constata-se que a atual legislação municipal se encontra defasada frente às alterações legislativas ocorridas em âmbito federal e estadual, bem como em relação às interpretações doutrinárias e jurisprudenciais consolidadas, circunstância que gera insegurança jurídica, morosidade procedimental e comprometimento da eficiência arrecadatória.
2.2. Ressalte-se que a Administração Pública municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de corpo técnico especializado com conhecimento e expertise suficientes para a condução de processo de tamanha complexidade, o qual demanda análise multidisciplinar envolvendo aspectos jurídicos, tributários, econômicos e administrativos. A ausência desse suporte técnico inviabiliza a atualização normativa necessária e compromete a adoção de medidas estruturantes voltadas à eficiência da gestão fiscal e à melhoria do equilíbrio das contas públicas, contrariando os princípios constitucionais da eficiência, economicidade, legalidade e transparência.
2.3. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada visa suprir essa lacuna e assegurar a adequada revisão e consolidação do Código Tributário Municipal, adequando-o às peculiaridades locais e às normas gerais de direito tributário, de modo a garantir justiça fiscal e maior efetividade na tributação. Igualmente, objetiva-se a reelaboração da Planta Genérica de Valores, instrumento indispensável para a justa apuração da base de cálculo do IPTU, assegurando maior correspondência entre os valores venais atribuídos e a realidade imobiliária do município, o que repercutirá no aumento da arrecadação própria, sem desconsiderar critérios de razoabilidade e capacidade contributiva.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A presente dispensa de licitação tem como fundamento legal as disposições do Alínea "c", inciso III, art. 74 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

4. DO VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor global estimado para contratação importa em **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na obtenção de preço e no terno de referência.
4.2. As despesas decorrentes da contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, fonte de recursos próprios do Município, nas seguintes funcionais programáticas:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	100	02.001.04.122.0002.2006	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	110	02.001.04.122.0002.2006	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	150	02.004.24.122.0002.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	160	02.004.24.122.0002.2044	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	220	03.001.04.122.0003.2032	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	330	03.001.04.123.0003.2007	0	3.3.90.35.00.00	Do Exercício
2025	340	03.001.04.123.0003.2007	504	3.3.90.35.00.00	Do Exercício
2025	370	03.001.04.123.0003.2007	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	380	03.001.04.123.0003.2007	3	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	390	03.001.04.123.0003.2007	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	400	03.001.04.123.0003.2007	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	410	03.001.04.123.0003.2007	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	4120	09.001.04.122.0016.2030	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2025	4130	09.001.04.122.0016.2030	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

5. DA HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação

5.1. Para fins de habilitação, entre outros documentos que poderão ser exigidos no Aviso de contratação, o proponente deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

5.2. Contrato Social registrado na junta comercial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

Habilitação Técnica

5.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo a ser disponibilizado com o edital.

5.5. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado, pelo qual se comprove que a proponente executou diretamente os serviços com características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto da licitação;

5.6. A empresa deve apresentar certificados que atestem o estado de regularidade do registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

5.7. O responsável técnico deve apresentar certificado que comprove registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe.

Habilitação fiscal, social e trabalhista
5.7. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
5.8. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
5.9. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
5.10. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
5.11. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
5.12. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
5.13. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:
a) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.
b) Existindo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação na forma do art. 43, §1º da LC 123/2006. A falta de regularização dos documentos no prazo, implicará na decadência do direito à contratação, passível de aplicação das sanções previstas no §5º do art. 90, da Lei 14.133/21.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. A escolha da empresa CMM Assessoria e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ nº 27.015.954/0001-24, como fornecedora dos serviços objeto desta contratação, decorre de razões de ordem técnica, fática e jurídica que evidenciam sua notória especialização e a inviabilidade de competição, atendendo ao disposto no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021.
6.2. A CMM atua há mais de 19 anos no assessoramento de Municípios, Câmaras Municipais e órgãos da Administração Pública, sendo reconhecida pela prestação de serviços especializados em gestão tributária, administrativa e financeira, com corpo técnico multidisciplinar altamente qualificado. Trata-se de empresa com comprovada experiência em projetos de revisão e consolidação de legislações tributárias municipais, bem como na reelaboração de Plantas Genéricas de Valores, atividades que demandam conhecimento jurídico, contábil, econômico e administrativo em grau de elevada complexidade técnica.
6.3. No caso específico do Município de Reserva do Iguaçu, importa destacar que a empresa já mantém relação contratual vigente, oriunda do Pregão Presencial nº 022/2021, por meio do qual presta serviços de consultoria e acompanhamento técnico voltados à viabilização de recursos federais, tanto a fundo perdido quanto por meio de financiamento, bem como na gestão da interlocução administrativa junto a Ministérios, Secretarias e demais órgãos federais e estaduais.
6.4. A CMM também atua na orientação, conferência e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR/FNDE e outros programas federais, além de prestar serviços de acompanhamento quanto às prestações de contas em sistemas específicos e disponibilização de sistema eletrônico (web) e site mobile para gestão, monitoramento e orientação governamental.
6.5. Esse histórico de serviços prestados ao Município, com reconhecida eficiência e resultados positivos, confere à CMM um diferencial técnico e institucional relevante, pois já possui pleno conhecimento da realidade administrativa e financeira de Reserva do Iguaçu, circunstância que reduz prazos de adaptação, elimina riscos de inconsistência na execução e garante maior eficiência e economicidade na entrega dos produtos contratados.
6.6. Assim, a manutenção da parceria com a empresa, agora para a execução dos serviços de revisão e consolidação do Código Tributário Municipal e reelaboração da Planta Genérica de Valores, representa a solução mais adequada, segura e vantajosa, pois:
concentra em um único prestador a responsabilidade técnica pela execução do objeto, preservando a unidade metodológica e a coerência normativa;
aproveita o know-how já adquirido pela empresa no acompanhamento da realidade administrativa do Município;
assegura a continuidade dos serviços públicos de forma eficiente e transparente, sem interrupções ou retrabalhos;
atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
6.7. Diante de tais fundamentos, resta configurada a inviabilidade de competição, por se tratar de objeto de natureza singular, cuja execução requer notória especialização e experiência consolidada da empresa contratada, razão pela qual se justifica a contratação direta, por inexigibilidade, da empresa CMM Assessoria e Projetos Ltda., em conformidade com a legislação aplicável.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência estabelecido para a presente contratação é de 12(doze) meses, contados a partir da publicação do contrato ou instrumento equivalente, sendo improrrogável, em conformidade com a natureza do objeto contratado.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. São partes integrantes deste termo:
8.1.1. Anexo 1 - Termo de referência
8.1.3. Anexo 2 - Minuta do contrato.

Criado em 12 de novembro de 2025 e assinado digitalmente por Alessandro dos Anjos, Agente de Contratação nomeada pela Portaria nº 32, de 2025.

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:A0977DD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 01 AO CONTRATO N.º 003/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA QUALYTECH INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua ESTEPHANO PERRETTO SOBR, nº 295, FUNDOS, BOM JESUS, na cidade de Rio Negro - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.374.051/0001-58, neste ato representado por seu Proprietário Sr. **JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 754.153.999-68, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 003/2025, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 003/2025, por parte da Administração, visando o reajuste, conforme a Cláusula Quinta do Contrato. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A partir do dia **12/11/2025** o valor contratual será **reajustado** conforme IPCA/IBGE com índice de **5,17%** do período.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reajustado IPCA 5,17%	Valor do acréscimo	Valor reajustado para o período (12/11/2025 a 03/02/2026)
1	36	S/M	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LASER MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA DE GRANDE PORTE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS (EXCETO PAPEL), ASSISTÊNCIA TÉCNICA (MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUSIVE PEÇAS).	R$ 39,00	R$ 41,02	R$ 2,02	R$ 336,36

2.1 As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **543 – 11.001.10.122.0007.2.039.3.3.90.39.40.01 – Fonte 303. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Rio Negro PR, 11 de novembro de 2025

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CE4BB544

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2025

Ref. Pregão nº129/2025 – Decoração Natalina – PA – 10.471/2025.

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa **A.A. DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº17.063.632/0001-05, com sede à Rua Rio Grande do Norte, nº445, Centro, na cidade de Londrina - PR , CEP 86026-490 , fone (43) 3032-5600, (43) 3374-8000, (43)99982-6428, e-mail licitacao3@ativaatacado.com.br, diasadv@sercomtel.com.br, representada pelo Senhor **DAVI DIAS DE OLIVEIRA**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para realização de locação, transporte, montagem, manutenção e desmontagem de decoração natalina no ano de 2025 na cidade de Rolândia - PR. As especificações técnicas detalhadas dos itens estão

descritas no Anexo V – pasta técnica, e anexo I, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 129/2025, devidamente homologado pelo Município em 10/11/2025.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
1	1	und	1,00	70782	Locação de árvore de Natal em formato de pinheirinho com altura total de 21 metros, incluindo cone de 18 metros e estrela de 3 metros de 6 pontas, diâmetro da base de 9,60 metros, composta por 320 cordões totalizando 80.000 pixels LED. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos necessários a cargo da contratada. Despesas com equipe também por conta da contratada. Local definido pela Secretaria de Cultura e Turismo.	368.534,16	368.534,16
1	2	und	1,00	70783	Locação de árvore de Natal em formato de pinheirinho com altura mínima de 21 metros, incluindo árvore de no mínimo 18 metros e estrela de 3 metros de 6 pontas, diâmetro da base de 9,60 metros, composta por 126 cordões totalizando 31.500 pixels LED. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos necessários a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada. Local definido pela Secretaria de Cultura e Turismo	336.005,71	336.005,71
1	3	und	1,00	70784	Locação de árvore de Natal em formato de pinheirinho com altura mínima de 12 metros, incluindo árvore de no mínimo 9 metros e estrela de 3 metros de 6 pontas, diâmetro da base de 3 metros, composta por 37 cordões totalizando 9.250 pixels LED. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos necessários a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada. Local definido pela Secretaria de Cultura e Turismo	227.497,89	227.497,89
1	4	und	1,00	70785	Locação de letreiro "Feliz Natal" com dimensões 1,10m x 11,00m, capaz de exibir todas as cores e efeitos automáticos, fabricado em polipropileno alveolar de 8mm, iluminado em ambas as faces com 3.000 pixels LED RGB IP68. Inclui estrutura de aço interna, sistema de controle e fonte 5V. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada. Local definido pela Secretaria de Cultura e Turismo	20.698,08	20.698,08
1	5	und	1,00	70786	Locação de trem natalino com 2 vagões, dimensões 2,20m x 6,30m, capaz de exibir todas as cores e efeitos automáticos, fabricado em polipropileno alveolar de 8mm, iluminado em ambas as faces com 2.426 pixels LED RGB IP68. Dividido em 3 peças, inclui estrutura de aço interna, sistema de controle e fonte 5V. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada	8.991,00	8.991,00
1	6	und	2,00	70787	Letreiro 2026 (Modelo 3D2). Letreiro decorativo com 1,10m de altura x 4,40m de largura, composto por letras individuais em polipropileno alveolar branco (8mm), próprio para uso externo. Iluminação RGB nas duas faces (frente e verso), com 1.552 pixels digitais (IP68, 5V, controlados individualmente) contornando o letreiro. Estrutura interna em aço para sustentação e fixação no solo. Funciona de forma automática com sistema de controle e fonte 5V, capaz de exibir diversas cores e efeitos mapeados. Modelo 3D2: iluminação frontal e traseira.	15.155,82	30.311,64
1	7	und	2,00	70788	Locação de soldado de chumbo com dimensões 2,40m x 0,81m, capaz de exibir todas as cores e efeitos automáticos, fabricado em polipropileno alveolar de 8mm, iluminado apenas na frente com 400 pixels LED RGB IP68. Inclui estrutura de aço interna, sistema de controle e fonte 5V. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada.	4.630,76	9.261,52
2	8	und	1,00	70789	Locação de anjo iluminado com coração, dimensões 6,50m x 3,40m x 3,40m, estrutura cônica com asas, auréola e coração em destaque. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada	31.703,57	31.703,57
2	9	und	4,00	70790	Locação de anjo iluminado com coração, dimensões 15,00m x 8,00m x 8,00m, estrutura cônica com asas, auréola e coração em destaque. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada	124.728,62	498.914,48
2	10	und	4,00	70791	Locação de par de estrelas 2D, dimensões 1,90m x 1,10m para a maior, com preenchimento e contorno iluminados. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART, com todos os equipamentos a cargo da contratada. Despesas com equipe por conta da contratada	2.520,13	10.080,52
2	11	und	4,00	70792	Locação de par de estrelas com dimensões aproximadas 1,60m e 0,80m com hastes, contornadas com mangueira LED branco frio e preenchidas com cordão LED branco warm e piscante branco frio. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART.	707,70	2.830,80
2	12	und	20,00	70793	Locação de estrutura em formato de anjo, dimensões mínimas 6,90m x 5,30m, em aço carbono pintado cinza platina, preenchida e contornada com cordão e mangueira LED em branco frio e warm com efeitos strobo. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART	2.992,50	59.850,00
2	13	und	18,00	70794	Locação de cometa unidos, dimensões 7,30m x 9,00m x 1,50m, estrutura em aço galvanizado com base autoportante, preenchido e contornado com cordão e mangueira LED com efeitos strobo, laudos técnicos inclusos. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	7.258,95	130.661,10
2	14	und	1,00	70795	Locação de cenário da casa do Papai Noel com 44m² em três ambientes (quarto, cozinha, sala e varanda), confeccionado em madeira com itens decorativos temáticos. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	207.952,51	207.952,51
2	15	und	2,00	70796	Locação de placa cenográfica "Casa do Papai Noel", altura aproximada 2,30m, em PVC e compensado naval pintado, com globo no topo. Inclui transporte, instalação, manutenção e desinstalação	1.110,13	2.220,26
2	16	MT	80,00	70797	Locação de cerca cenográfica em madeira de eucalipto ripada, 1,05m de altura, cor branca envernizada. Inclui transporte, instalação, manutenção e desinstalação.	74,39	5.951,20
2	17	und	2,00	70798	Locação de árvore de galhos, 5,00m de altura, estrutura metálica pintada eletrostática, iluminada com cordão LED branco frio com efeitos strobo. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART.	9.281,35	18.562,70
2	18	und	1,00	70799	Locação de árvore de bolhas com iluminação RGB e névoa, dimensões 4,00m x 4,50m, estrutura metálica branca com efeitos interativos. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	27.898,65	27.898,65
2	19	und	1,00	70800	Locação de cenário tridimensional em formato de chafariz com quatro camadas, dimensões 3,50-4,50m diâmetro x 5,00-6,00m altura, estrutura metálica prata, contornado e preenchido com mangueira e cordão LED, com fotocélula. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	12.162,30	12.162,30
2	20	und	1,00	70801	Locação de portal com pinheiros, dimensões 9,20m x 4,00m, estrutura metálica preta com bancos integrados, iluminada com cordão e mangueira LED em cores variadas. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	19.836,00	19.836,00
2	21	und	20,00	70802	Locação de cometa 3D, dimensões 2,60m x 7,00m x 0,60m, estrutura em ferro zincado, preenchida com cordão LED e mini estrobos branco quente. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	4.145,29	82.905,80
2	22	und	10,00	70803	Locação de cometa com conjunto de estrelas, altura 7m x 3m largura, estrutura aço carbono, preenchida e contornada com cordão e mangueira LED com efeitos strobo. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	3.394,35	33.943,50
2	23	und	1,00	70804	Locação de letreiro "Feliz Natal" gigante, dimensões 6,00m x 5,64m x 0,70m, estrutura metálica com chapa colorida, iluminada com mangueira e cordão LED branco frio. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	18.211,50	18.211,50
2	24	und	1,00	70805	Locação de anjo voador, dimensões 3,70m x 6,80m x 0,20m, estrutura metálica iluminada com cordão e mangueira LED em cores variadas. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	11.622,10	11.622,10
2	25	und	1,00	70806	Locação de Papai Noel porta-retrato, dimensões mínimas 2m x 3,50m, estrutura aço galvanizado dourado, preenchida com tela silicone e cordão LED em cores variadas com efeitos. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART	10.866,20	10.866,20
2	26	und	80,00	70807	Locação de painéis horizontal bidimensional "Papai Noel Bem Vindo", dimensões 2,20-2,50m x 0,80-1,00m, estrutura metálica verde, contornado e preenchido com mangueira e cordão LED, com fotocélula. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	1.771,47	141.717,60
2	27	und	25,00	70808	Locação de conjunto de estrelas 2D, dimensões 2,00m x 1,00m, estrutura aço carbono iluminada com mangueira LED branco frio. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	1.284,04	32.101,00
2	28	und	1,00	70809	Locação de número "SEIS" para formar "2026", dimensões 2,60m x 2,14m x 0,45m, estrutura aço carbono cinza platina, contornada e preenchida com mangueira e cordão LED, laudos inclusos. Estruturas de "2" e "0" fornecidas pela prefeitura. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART	2.548,19	2.548,19
2	29	und	1,00	70810	Locação de bola de Natal com laço instagramável, dimensões 3,60m x 3,60m, estrutura aço carbono cinza platina, preenchida e contornada com cordão e mangueira LED em branco frio e vermelho. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART	17.495,52	17.495,52
2	30	und	150,00	70811	Locação de sputnik de LED com 20 bastões de 0,40m (0,80m diâmetro), cor branco frio, 220V. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação, material elétrico e ART	250,09	37.513,50
2	31	und	50,00	70812	Locação de travessia de rua com arabescos e estrelas, dimensões 6,00m x 1,20m, estrutura metálica iluminada com cordão e mangueira LED warm e branco frio com efeitos. Inclui transporte, instalação, manutenção, desinstalação e ART	12.629,02	631.451,00

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;

Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Para itens que utilizarão ligação em postes da Copel – a contratada deverá seguir obrigatoriamente as NTC 855 902
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Para os lotes 01, 02 e 03, entrega, montagem e **funcionamento TOTAL** dos itens licitados (Decoração natalina completa), até dia 20 (vinte) de novembro de 2025.
Para os lotes 01, 02 e 03, as despesas com alimentação, hidratação, hospedagem, transporte e tudo que se faça necessário para a equipe será por conta da CONTRATADA.
Para os lotes 01 e 02 e 03: TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESISTALAÇÃO, ART INCLUSA, e todos os equipamentos e itens necessários para a ligação e funcionamento como: Fiação, disjuntor, abraçadeiras, foto célula, cabos de aço e parabolt,s ART (se necessário), Caminhão munck e tudo mais que se faça necessário para a instalação e funcionalidade do item ficará por conta da CONTRATADA.
Para o lote 03, as decorações pertencentes a Secretaria de Cultura e Turismo estarão disponíveis para manutenção 01(um) dia após o recebimento do empenho pela contratada.
Para o lote 03: A estrutura da decoração e as mangueiras e/ou cordões de LED necessários para a manutenção serão fornecidos pela Prefeitura.
Para o lote 03 será disponibilizado local para equipe realizar os reparos das decorações pertencentes à Secretaria de Cultura e Turismo.
O local da instalação será informado pela Secretaria de Cultura e Turismo, podendo abranger a cidade de Rolândia e os distritos de São Martinho e Nossa Senhora Aparecida (Bartira).
Da assistência técnica: A empresa vencedora será responsável pela manutenção de todos os itens contratados, realizando reparos e até substituição do item, caso seja necessário
Todos os itens licitados terão assistência técnica por conta da contratada de 20 de novembro (prazo para que tudo esteja em perfeito funcionamento) até dia 04 de janeiro (último dia da decoração acesa).
No dia 05/01/2026 inicia-se a desmontagem da decoração natalina.
A prefeitura de Rolândia, bem como a secretaria de Cultura e turismo **não disponibilizará** em nenhuma hipótese: Fiação, disjuntor, abraçadeiras, foto célula, cabos de aço e parabolt,s ART, caminhão munck e tudo mais que se faça necessário para a instalação e funcionalidade dos itens de decoração natalina dos lotes 01,02 e 03.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão da ata de registro de preço e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21).
Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal da ata de registro de preço ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Para itens que utilizarão ligação em postes da Copel – a contratada deverá seguir obrigatoriamente as NTC 855 902
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Para os lotes 01, 02 e 03, entrega, montagem e **funcionamento TOTAL** dos itens licitados (Decoração natalina completa), até dia 20 (vinte) de novembro de 2025.
Para os lotes 01,02 e 03, as despesas com alimentação, hidratação, hospedagem, transporte e tudo que se faça necessário para a equipe será por conta da CONTRATADA.

Para os lotes 01 e 02 e 03:TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESISTALAÇÃO, ART INCLUSA, e todos os equipamentos e itens necessários para a ligação e funcionamento como: Fiação, disjuntor, abraçadeiras, foto célula, cabos de aço e parabolt,s ART (se necessário), Caminhão munck e tudo mais que se faça necessário para a instalação e funcionalidade do item ficará por conta da CONTRATADA.
Para o lote 03, as decorações pertencentes a Secretaria de Cultura e Turismo estarão disponíveis para manutenção 01(um) dia após o recebimento do empenho pela contratada.
Para o lote 03: A estrutura da decoração e as mangueiras e/ou cordões de LED necessários para a manutenção serão fornecidos pela Prefeitura.
Para o lote 03 será disponibilizado local para equipe realizar os reparos das decorações pertencentes a Secretaria de Cultura e Turismo.
O local da instalação será informado pela Secretaria de Cultura e Turismo, podendo abranger a cidade de Rolândia e os distritos de São Martinho e Nossa Senhora Aparecida (Bartira).
Da assistência técnica: A empresa vencedora será responsável pela manutenção de todos os itens contratados, realizando reparos e até substituição do item, caso seja necessário
Todos os itens licitados terão assistência técnica por conta da contratada de 20 de novembro (prazo para que tudo esteja em perfeito funcionamento) até dia 04 de janeiro (último dia da decoração acesa).
No dia 05/01/2026 inicia-se a desmontagem da decoração natalina.
A prefeitura de Rolândia, bem como a secretaria de Cultura e turismo **não disponibilizará** em nenhuma hipótese: Fiação, disjuntor, abraçadeiras, foto célula, cabos de aço e parabolt,s ART, caminhão munck e tudo mais que se faça necessário para a instalação e funcionalidade dos itens de decoração natalina dos lotes 01,02 e 03.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado pela Secretaria de Cultura e Turismo.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme da ata de registro de preço ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário da ata de registro de preço à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 3.050.300,00 (três milhões, cinquenta mil e trezentos reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;

• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de :Todos os itens licitados terão assistência técnica por conta da contratada de 20 de novembro (prazo para que tudo esteja em perfeito funcionamento) até dia 04 de janeiro (último dia da decoração acesa).
2. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura da ata de registro de preços terá vigência, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação da ata de registro de preços terá vigência ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 14 – Cultura e Turismo; 15 – Governo
Classificação Orçamentária:
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE–DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 10 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***A.A. DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA***

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	***WILSON SOCIO JUNIOR***
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal Interino de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:D8C271CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 152/2024 – Kit Escolar – P. A. – 10.406/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa CENTRAL DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 32.146.390/0001-07, com sede à Rua 440, nº 857, Bairro Morretes, CEP 88.220-000, Fone (47) 98440-1364, e-mail central.papelariad@outlook.com, na cidade de Itapema – SC, representada pela Senhora MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 258/2025 assim estabelece:

*"**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 55, do Decreto nº388, de 25 de setembro de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:*
*'**Art. 55.** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.*
(...)
§ 4º Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do término de seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento dos quantitativos inicialmente registrados.
§ 5º A prorrogação antecipada da ata em relação a item cujo saldo tenha se esgotado implicará na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data. (...)'"

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 26/01/2026 e levando em conta a antecipação, o presente aditivo terá vigência de 13/11/2025 a 12/11/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	und	330,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50	31,98	10.553,40	ECOPLAST

					MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA			
1	2	und	330,00	66637	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSAS ATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLA	17,40	5.742,00	ECOPLAST
2	3	und	850,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50 MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA	31,98	27.183,00	ECOPLAST
2	4	und	850,00	64442	GIZÃO DE CERA TRIANGULAR: ESTOJO COM 12 CORES VARIADAS, TIPO ESTACA, CARGAS INERTES, PIGMENTOS E CORANTES NÃO TÓXICOS, CORES LIMPAS E RESISTENTES A LUZ. COM RESISTÊNCIA SUFICIENTE PARA SUPORTAR A PRESSÃO NORMAL DE USO E QUEDA, DEVE SER MACIO, POSSUIR ALTO PODER DE COBERTURA E PESO MÍNIMO DE 95GR. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	9,18	7.803,00	ACRILEX
2	5	und	850,00	64438	MASSA DE MODELAR, ESTOJO COM 12 CORES COM PESO DE 180G, A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREAIS, ÁGUA, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA SUPER MACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE - NÃO ESFARELA PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES. PRODUTO COM SELO DO INMETRO.	6,34	5.389,00	ACRILEX
2	6	und	850,00	66637	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSAS ATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLA	17,40	14.790,00	ECOPLAST
3	7	und	1.200,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50 MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA	31,98	38.376,00	ECOPLAST
3	8	und	1.200,00	66642	APONTADOR DE LÁPIS DUPLO COM COLETOR DE RESÍDUOS PARA LÁPIS BIG E NORMAL,LÂMINA EM AÇO. MEDIDAS APROXIMADAS: 40MM X 38MM X21MM. CERTIFICADO PELO INMETRO.	3,09	3.708,00	FUTURO
3	9	und	1.200,00	69183	BORRACHA ESCOLAR COM CAPA PROTETORA: DIMENSÕES MÍNIMAS DA BORRACHA 43 X 22 X 12 MM, BORRACHA BRANCA COM FORMULAÇÃO DE ALTA QUALIDADE, LIVRE DE PVC (FTLATOS) DE EXCELENTE DESEMPENHO AO APAGAR. CAPA PROTETORA ERGONÔMICA PARA MANTER A BORRACHA LIMPA E QUE FACILITE O USO. ESTA CAPA DEVERÁ SER INJETADA COM GRÃOS DE PET RECICLADO NA COR VERDE TRANSLÚCIDO E DEVERÃO SER IMPRESSOS O LOGO DO PET RECICLADO E O LOGO LIVRE DE PVC NA COR BRANCA OU O BRASÃO DA PREFEITURA. ESTA IMPRESSÃO DEVERÁ SER FEITA ATRAVÉS DE SERIGRAFIA OU TAMPOGRAFIA, UTILIZANDO TINTAS DE ALTA RESISTÊNCIA E ATÓXICAS. SERÃO EXIGIDOS OS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, TANTO DA CAPA PROTETORA, COMO DA BORRACHA	3,51	4.212,00	ECOPLAST
3	10	und	1.200,00	69184	CADERNO DE DESENHO, SEM MARGEM, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFF-SET DE 63 G/M², ACABAMENTO EM ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME GALVANIZADO, FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM, SEM PAPEL DE SEDA ENTRE AS FOLHAS. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E A QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,18	15.816,00	NOVA CADERNO
3	11	und	1.200,00	66645	CADERNO DE LINGUAGEM BROCHURÃO, COM PAUTA, COSTURADO, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFFSET DE 56 G/M², FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,92	16.704,00	NOVA CADERNO
3	12	und	1.200,00	64433	CANETA HIDROGRÁFICA – CONJUNTO CONTENDO 12 CANETAS GRANDES DE CORES DIFERENTES, ESCRITA FINA, COM SISTEMA QUE PROTEGE A PONTA CONTRA IMPACTOS (VAI-VEM), GARANTINDO A DURABILIDADE, TINTA LAVÁVEL, COM TAMPA ANTIASFIXIANTE. COM CORES BEM DEFINIDAS E BOA COBERTURA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO DEVERÁ SER ATÓXICO E TRAZER A MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	13,76	16.512,00	GATTE

3	13	und	1.200,00	64454	COLA BRANCA 110G – PARA USO ESCOLAR – POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. COLA 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA SEU BICO É CONTRA ENTUPIMENTOS E VAZAMENTOS PERFEITA PARA ESTUDANTES POR SER FÁCIL DE USAR, SUA FÓRMULA É A BASE DE ÁGUA E PVA. POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. ESPECIFICAÇÕES: CONTEÚDO: 110G; USO ESCOLAR; NÃO TÓXICA; 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA; NÃO CONTÉM SOLVENTES NEM PVC; PONTEIRA TWISTT-OFF PERMITE APLICAÇÕES MAIS FÁCEIS E PRECISAS. DIMENSÕES: 15 X 6 X 3 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	4,28	5.136,00	TENAZ
3	14	und	1.200,00	64442	GIZÃO DE CERA TRIANGULAR: ESTOJO COM 12 CORES VARIADAS, TIPO ESTACA, CARGAS INERTES, PIGMENTOS E CORANTES NÃO TÓXICOS, CORES LIMPAS E RESISTENTES A LUZ. COM RESISTÊNCIA SUFICIENTE PARA SUPORTAR A PRESSÃO NORMAL DE USO E QUEDA, DEVE SER MACIO, POSSUIR ALTO PODER DE COBERTURA E PESO MÍNIMO DE 95GR. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	9,18	11.016,00	ACRILEX
3	15	und	1.200,00	69185	LÁPIS 12 CORES JUMBO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM, E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6.5MM. COM FORMATO TRIANGULAR JUMBO, MADEIRA REFLORESTADA, CARGAS INERTES E MATERIAL CERÂMICO, COM GRAFITE DE NO MÍNIMO 4 MM, ISENTO DE NÓS, FARPAS OU REBARBAS; APRESENTAR COLAGEM PERFEITA DAS PARTES E RÍGIDA FIXAÇÃO DO GRAFITE PARA NÃO OCASIONAR SEU DESCOLAMENTO OU QUEBRA DURANTE O APONTAMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA EM CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES DE CORES VIVAS, DIVERSAS E DISTINTAS ENTRE SI, RESISTENTES A LUZ E DE EXCELENTE COBERTURA, COM APONTADOR. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	13,40	16.080,00	CIS
3	16	und	2.400,00	66647	LÁPIS HB GRAFITE BIG TRIANGULAR –CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, CORPO PRETO,MINA DE 4MM,GRAFITE 2/HB CÓDIGO DE BARRAS INDIVIDUAIS. COMPOSIÇÃO DE RESINA E PIGMENTOS ATÓXICOS. TRIANGULAR,IDEAL PARA FASE DE ALFABETIZAÇÃO, LARGURA: 10MM E ALTURA: 150MM APROXIMADAMENTE A5CM, O PRODUTO DEVE SER JUNTO AO CERTIFICADO DO INMETRO. 1,45	1,75	4.200,00	FUTURO
3	17	und	1.200,00	64438	MASSA DE MODELAR, ESTOJO COM 12 CORES COM PESO DE 180G, A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREAIS, ÁGUA, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA SUPER MACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE - NÃO ESFARELA PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES. PRODUTO COM SELO DO INMETRO.	6,34	7.608,00	ACRILEX
3	18	und	1.200,00	66648	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSASATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLAD	17,40	20.880,00	ECOPLAST
3	19	und	1.200,00	69186	TESOURA ESCOLAR PONTA ARREDONDADA - CABO EM FORMATO POLIPROPILENO E RESINA TERMOPLÁSTICA CORTE PRECISO; DEVENDO VIR AFIADA DE FÁBRICA, FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO OU OUTRO SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE ASSEGURE O PERFEITO AJUSTE ENTRE AS LÂMINAS, SEM FOLGAS E SEM PREJUÍZO DE SUA FUNÇÃO. DEVERÁ A MARCA DO FABRICANTE SER GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO. COMPRIMENTO APROXIMADO: 130MM. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	6,89	8.268,00	FUTURO
4	20	und	1.200,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50 MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA	31,98	38.376,00	ECOPLAST
4	21	und	1.200,00	69187	APONTADOR COM DEPÓSITO PET-R, COR A DEFINIR, DIMENSÕES 18MM X 26MM X 61MM, ESPESSURA 1MM PAREDE. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO JUNTO COM A AMOSTRA, CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 15.236:2021 E ABNTE NBR 16.040/2020.	2,99	3.588,00	ECOPLAST
4	22	und	1.200,00	69183	BORRACHA ESCOLAR COM CAPA PROTETORA: DIMENSÕES MÍNIMAS DA BORRACHA 43 X 22 X 12 MM, BORRACHA BRANCA COM FORMULAÇÃO DE ALTA QUALIDADE, LIVRE DE PVC (FTLATOS) DE EXCELENTE DESEMPENHO AO APAGAR. CAPA PROTETORA ERGONÔMICA PARA MANTER A BORRACHA LIMPA E QUE FACILITE O USO. ESTA CAPA DEVERÁ SER INJETADA COM GRÃOS DE PET RECICLADO NA COR VERDE TRANSLÚCIDO E DEVERÃO SER IMPRESSOS O LOGO DO PET RECICLADO E O LOGO LIVRE DE PVC NA COR BRANCA OU O BRASÃO DA PREFEITURA. ESTA IMPRESSÃO DEVERÁ SER FEITA ATRAVÉS DE SERIGRAFIA OU TAMPOGRAFIA, UTILIZANDO TINTAS DE ALTA RESISTÊNCIA E ATÓXICAS. SERÃO EXIGIDOS OS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, TANTO DA CAPA PROTETORA, COMO DA BORRACHA	3,51	4.212,00	ECOPLAST
4	23	und	1.200,00	69188	CADERNO MEIA PAUTA ESPIRAL 20/27,5 CM,COM 40 FOLHAS, CAPA DURA E FOLHAS COM METADE DA PÁGINA PAUTADA A DISTANCIA ENTRE AS LINHAS DE 0,8/1,0 CM.	14,90	17.880,00	JANDAIA
4	24	und	1.200,00	69184	CADERNO DE DESENHO, SEM MARGEM, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFF-SET DE 63 G/M², ACABAMENTO EM ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME GALVANIZADO, FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM, SEM PAPEL DE SEDA ENTRE AS FOLHAS. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E A QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,18	15.816,00	NOVA CADERNO
4	25	und	2.400,00	66645	CADERNO DE LINGUAGEM BROCHURÃO, COM PAUTA, COSTURADO, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFFSET DE 56 G/M², FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO	13,92	33.408,00	NOVA CADERNO

					FORNECEDOR.			
4	26	und	1.200,00	64433	CANETA HIDROGRÁFICA – CONJUNTO CONTENDO 12 CANETAS GRANDES DE CORES DIFERENTES, ESCRITA FINA, COM SISTEMA QUE PROTEGE A PONTA CONTRA IMPACTOS (VAI-VEM), GARANTINDO A DURABILIDADE, TINTA LAVÁVEL, COM TAMPA ANTIASFIXIANTE. COM CORES BEM DEFINIDAS E BOA COBERTURA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO DEVERÁ SER ATÓXICO E TRAZER A MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	13,76	16.512,00	GATTE
4	27	und	1.200,00	64442	GIZÃO DE CERA TRIANGULAR: ESTOJO COM 12 CORES VARIADAS, TIPO ESTACA, CARGAS INERTES, PIGMENTOS E CORANTES NÃO TÓXICOS, CORES LIMPAS E RESISTENTES A LUZ. COM RESISTÊNCIA SUFICIENTE PARA SUPORTAR A PRESSÃO NORMAL DE USO E QUEDA, DEVE SER MACIO, POSSUIR ALTO PODER DE COBERTURA E PESO MÍNIMO DE 95GR. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	9,18	11.016,00	ACRILEX
4	28	und	1.200,00	64454	COLA BRANCA 110G – PARA USO ESCOLAR – POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. COLA 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA SEU BICO É CONTRA ENTUPIMENTOS E VAZAMENTOS PERFEITA PARA ESTUDANTES POR SER FÁCIL DE USAR, SUA FÓRMULA É A BASE DE ÁGUA E PVA. POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. ESPECIFICAÇÕES: CONTEÚDO: 110G; USO ESCOLAR; NÃO TÓXICA; 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA; NÃO CONTÉM SOLVENTES NEM PVC; PONTEIRA TWISTT-OFF PERMITE APLICAÇÕES MAIS FÁCEIS E PRECISAS. DIMENSÕES: 15 X 6 X 3 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	4,28	5.136,00	TENAZ
4	29	und	1.200,00	64443	LÁPIS 12 CORES COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM, E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6.5MM. COM FORMATO TRIANGULAR, MADEIRA REFLORESTADA, CARGAS INERTES E MATERIAL CERÂMICO, COM GRAFITE DE NO MÍNIMO 4 MM, ISENTO DE NÓS, FARPAS OU REBARBAS; APRESENTAR COLAGEM PERFEITA DAS PARTES E RÍGIDA FIXAÇÃO DO GRAFITE PARA NÃO OCASIONAR SEU DESCOLAMENTO OU QUEBRA DURANTE O APONTAMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA EM CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES DE CORES VIVAS, DIVERSAS E DISTINTAS ENTRE SI, RESISTENTES A LUZ E DE EXCELENTE COBERTURA, COM APONTADOR. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	14,01	16.812,00	CIS
4	30	und	3.600,00	69189	LÁPIS GRAFITE DE MADEIRA - N° 02, FORMATO CILÍNDRICO OU SEXTAVADO, APONTADO, CONFECCIONADO EM MADEIRA REFLORESTADA, CONTENDO NO MÍNIMO 170MM DE COMPRIMENTO, 6,5 DE DIÂMETRO E MINA 2,0MM COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME, DUREZA HB, MACIA, RESISTENTE SEM QUEBRAR O GRAFITE AO APONTAR E COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME. O LÁPIS DEVE TRAZER A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO EM SEU CORPO. PRODUTO COM CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	1,03	3.708,00	WORLD MASTER
4	31	und	1.200,00	64438	MASSA DE MODELAR, ESTOJO COM 12 CORES COM PESO DE 180G, A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREAIS, ÁGUA, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA SUPER MACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE - NÃO ESFARELA PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES. PRODUTO COM SELO DO INMETRO.	6,34	7.608,00	ACRILEX
4	32	und	1.200,00	66648	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSASATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLAD	17,40	20.880,00	ECOPLAST
4	33	und	1.200,00	66659	TESOURA ESCOLAR - DE PONTA ARREDONDADA - CABO EM FORMATO POLIPROPILENO E RESINA TERMOPLÁSTICA CORTE PRECISO; ESCALA DE 5CM, DEVENDO VIR AFIADA DE FÁBRICA, FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO OU OUTRO SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE ASSEGURE O PERFEITO AJUSTE ENTRE AS LÂMINAS, SEM FOLGAS E SEM PREJUÍZO DE SUA FUNÇÃO. DEVERÁ A MARCA DO FABRICANTE SER GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO. COMPRIMENTO APROXIMADO: 130MM. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	6,89	8.268,00	FUTURO
4	34	und	1.200,00	69190	RÉGUA 30 CM,COM GUIA DE LEITURA, CONFECCIONADA EM OS(POLIESTIRENO) NAS CORES CRISTAL E AZUL TRASLÚCIDO, FORMANDAO UM CANAL CENTRA TRANSPARENTE QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DE LINHAS ESCRITAS DE LIVROS E CADERNOS. ESCOLAS EM CENTÍMETROS NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 3MM. APRESENTAR LAUDOS DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNTE NBR 1536/21, ABNT NBR 16040/2020, BEM COMO LAUDO ATESTANDO NÍVEIS ACEITÁVEIS DE BISFENOL A.	3,94	4.728,00	ECOPLAST
5	35	und	1.940,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50 MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA	31,98	62.041,20	ECOPLAST
5	36	und	1.940,00	69187	APONTADOR COM DEPÓSITO PET-R, COR A DEFINIR, DIMENSÕES 18MM X 26MM X 61MM, ESPESSURA 1MM PAREDE. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO JUNTO COM A AMOSTRA, CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 15.236:2021 E ABNTE NBR 16.040/2020.	2,99	5.800,60	ECOPLAST
5	37	und	1.940,00	69183	BORRACHA ESCOLAR COM CAPA PROTETORA: DIMENSÕES MÍNIMAS DA BORRACHA 43 X 22 X 12 MM, BORRACHA BRANCA COM FORMULAÇÃO DE ALTA QUALIDADE, LIVRE DE PVC (FTLATOS) DE EXCELENTE DESEMPENHO AO APAGAR. CAPA PROTETORA ERGONÔMICA PARA MANTER A BORRACHA LIMPA E QUE FACILITE O USO. ESTA CAPA DEVERÁ SER INJETADA COM GRÃOS DE PET RECICLADO NA COR VERDE TRANSLÚCIDO E DEVERÃO SER IMPRESSOS O LOGO DO PET RECICLADO E O LOGO LIVRE DE PVC NA COR BRANCA OU O BRASÃO DA PREFEITURA. ESTA IMPRESSÃO DEVERÁ SER FEITA ATRAVÉS DE SERIGRAFIA OU TAMPOGRAFIA, UTILIZANDO TINTAS DE ALTA RESISTÊNCIA E ATÓXICAS. SERÃO EXIGIDOS OS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, TANTO DA CAPA PROTETORA, COMO DA BORRACHA	3,51	6.809,40	ECOPLAST
5	38	und	1.940,00	69184	CADERNO DE DESENHO, SEM MARGEM, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFF-SET DE 63 G/M², ACABAMENTO EM ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME GALVANIZADO, FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM, SEM PAPEL DE SEDA ENTRE AS FOLHAS. O MATERIAL	13,18	25.569,20	NOVA CADERNO

					DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E A QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.			
5	39	und	7.760,00	66645	CADERNO DE LINGUAGEM BROCHURÃO, COM PAUTA, COSTURADO, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFFSET DE 56 G/M², FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,92	108.019,20	NOVA CADERNO
5	40	und	1.940,00	64433	CANETA HIDROGRÁFICA – CONJUNTO CONTENDO 12 CANETAS GRANDES DE CORES DIFERENTES, ESCRITA FINA, COM SISTEMA QUE PROTEGE A PONTA CONTRA IMPACTOS (VAI-VEM), GARANTINDO A DURABILIDADE, TINTA LAVÁVEL, COM TAMPA ANTIASFIXIANTE. COM CORES BEM DEFINIDAS E BOA COBERTURA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO DEVERÁ SER ATÓXICO E TRAZER A MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	13,76	26.694,40	GATTE
5	41	und	1.940,00	64454	COLA BRANCA 110G – PARA USO ESCOLAR – POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. COLA 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA SEU BICO É CONTRA ENTUPIMENTOS E VAZAMENTOS PERFEITA PARA ESTUDANTES POR SER FÁCIL DE USAR, SUA FÓRMULA É A BASE DE ÁGUA E PVA. POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. ESPECIFICAÇÕES: CONTEÚDO: 110G; USO ESCOLAR; NÃO TÓXICA; 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA; NÃO CONTÉM SOLVENTES NEM PVC; PONTEIRA TWISTT-OFF PERMITE APLICAÇÕES MAIS FÁCEIS E PRECISAS. DIMENSÕES: 15 X 6 X 3 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	4,28	8.303,20	TENAZ
5	42	und	1.940,00	64443	LÁPIS 12 CORES COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM, E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6.5MM. COM FORMATO TRIANGULAR, MADEIRA REFLORESTADA, CARGAS INERTES E MATERIAL CERÂMICO, COM GRAFITE DE NO MÍNIMO 4 MM, ISENTO DE NÓS, FARPAS OU REBARBAS; APRESENTAR COLAGEM PERFEITA DAS PARTES E RÍGIDA FIXAÇÃO DO GRAFITE PARA NÃO OCASIONAR SEU DESCOLAMENTO OU QUEBRA DURANTE O APONTAMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA EM CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES DE CORES VIVAS, DIVERSAS E DISTINTAS ENTRE SI, RESISTENTES A LUZ E DE EXCELENTE COBERTURA, COM APONTADOR. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	14,01	27.179,40	CIS
5	43	und	3.880,00	69189	LÁPIS GRAFITE DE MADEIRA - N° 02, FORMATO CILÍNDRICO OU SEXTAVADO, APONTADO, CONFECCIONADO EM MADEIRA REFLORESTADA, CONTENDO NO MÍNIMO 170MM DE COMPRIMENTO, 6,5 DE DIÂMETRO E MINA 2,0MM COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME, DUREZA HB, MACIA, RESISTENTE SEM QUEBRAR O GRAFITE AO APONTAR E COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME. O LÁPIS DEVE TRAZER A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO EM SEU CORPO. PRODUTO COM CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	1,03	3.996,40	WORLD MASTER
5	44	und	1.940,00	66637	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSAS ATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLA	17,40	33.756,00	ECOPLAST
5	45	und	1.940,00	69191	TESOURA ESCOLAR - DE PONTA ARREDONDADA - CABO EM FORMATO POLIPROPILENO E RESINA TERMOPLÁSTICA CORTE PRECISO, DEVENDO VIR AFIADA DE FÁBRICA, FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO OU OUTRO SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE ASSEGURE O PERFEITO AJUSTE ENTRE AS LÂMINAS, SEM FOLGAS E SEM PREJUÍZO DE SUA FUNÇÃO. DEVERÁ A MARCA DO FABRICANTE SER GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO. COMPRIMENTO APROXIMADO: 130MM. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	6,89	13.366,60	FUTURO
5	46	und	1.940,00	69190	RÉGUA 30 CM,COM GUIA DE LEITURA, CONFECCIONADA EM OS(POLIESTIRENO) NAS CORES CRISTAL E AZUL TRASLÚCIDO, FORMANDAO UM CANAL CENTRA TRANSPARENTE QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DE LINHAS ESCRITAS DE LIVROS E CADERNOS. ESCOLAS EM CENTÍMETROS NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 3MM. APRESENTAR LAUDOS DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNTE NBR 1536/21, ABNT NBR 16040/2020, BEM COMO LAUDO ATESTANDO NÍVEIS ACEITÁVEIS DE BISFENOL A.	3,94	7.643,60	ECOPLAST
6	47	und	1.900,00	69182	AGENDA DO ALUNO / COMUNICAÇÃO PAIS /NÃO DEVERÁ CONTER O ANO NA CAPA E NEM DENTRO DA AGENDA COMPOSTA POR ESPIRAL PLÁSTICO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 140 MM X 180 MM, MIOLO DEVERÁ POSSUIR 374 PÁGINAS, IMPRESSO EM 4X1, COM SEMANA E MÊS, SENDO 1 DIA POR PÁGINA, EM PAPEL OFFSET E GRAMATURA DE NO MÍNIMO 56/GM², CAPA DURA, ESPESSURA 0,50 MM COM IMPRESSÃO EM CROMIA, COM TINTAS ATÓXICAS E DE ALTA RESISTÊNCIA. NA CONTRA CAPA DEVERÁ ESTAR FIXADO ELÁSTICO REVESTIDO DE TECIDO, COM TERMINAIS PLÁSTICOS, PARA FACILITAR O FECHAMENTO. A MONTAGEM DEVERÁ SEGUIR A SEGUINTE DESCRIÇÃO: BOLSA CANGURU PLÁSTICA, COM COMPARTIMENTO FRENTE E VERSO, PÁG.1 DADOS PESSOAIS, PAG.2 CALENDARIO 2025, PAG.3 CALENDARIO 2026. SERÁ OBRIGA	31,98	60.762,00	ECOPLAST
6	48	und	1.900,00	69187	APONTADOR COM DEPÓSITO PET-R, COR A DEFINIR, DIMENSÕES 18MM X 26MM X 61MM, ESPESSURA 1MM PAREDE. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO JUNTO COM A AMOSTRA, CONFORME OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR 15.236:2021 E ABNTE NBR 16.040/2020.	2,99	5.681,00	ECOPLAST
6	49	und	1.900,00	69183	BORRACHA ESCOLAR COM CAPA PROTETORA: DIMENSÕES MÍNIMAS DA BORRACHA 43 X 22 X 12 MM, BORRACHA BRANCA COM FORMULAÇÃO DE ALTA QUALIDADE, LIVRE DE PVC (FTLATOS) DE EXCELENTE DESEMPENHO AO APAGAR. CAPA PROTETORA ERGONÔMICA PARA MANTER A BORRACHA LIMPA E QUE FACILITE O USO. ESTA CAPA DEVERÁ SER INJETADA COM GRÃOS DE PET RECICLADO NA COR VERDE TRANSLÚCIDO E DEVERÃO SER IMPRESSOS O LOGO DO PET RECICLADO E O LOGO LIVRE DE PVC NA COR BRANCA OU O BRASÃO DA PREFEITURA. ESTA IMPRESSÃO DEVERÁ SER FEITA ATRAVÉS DE SERIGRAFIA OU TAMPOGRAFIA, UTILIZANDO TINTAS DE ALTA RESISTÊNCIA E ATÓXICAS. SERÃO EXIGIDOS OS LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, TANTO DA CAPA PROTETORA, COMO DA BORRACHA	3,51	6.669,00	ECOPLAST
6	50	und	1.900,00	64433	CANETA HIDROGRÁFICA – CONJUNTO CONTENDO 12 CANETAS GRANDES DE CORES DIFERENTES, ESCRITA FINA, COM SISTEMA QUE PROTEGE A PONTA CONTRA IMPACTOS (VAI-VEM), GARANTINDO A DURABILIDADE, TINTA LAVÁVEL, COM TAMPA ANTIASFIXIANTE. COM CORES BEM DEFINIDAS E BOA COBERTURA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO DEVERÁ SER ATÓXICO E TRAZER A MARCA DO	13,76	26.144,00	GATTE

					FABRICANTE IMPRESSA. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.			
6	51	und	1.900,00	69192	CANETA ESFEROGRÁFICA, TINTA AZUL, ESCRITA MÉDIA, COM TAMPA VAZADA E DA MESMA COR DA TINTA, CORPO SEXTAVADO EM PLÁSTICO RÍGIDO TRANSPARENTE E INCOLOR, CONSTAR NO CORPO DA CANETA INDÚSTRIA BRASILEIRA, COM FURO CENTRAL LATERAL, CARGA COM PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO RESISTENTES A CHOQUES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E ISSO 9001.	1,38	2.622,00	BIC
6	52	und	1.900,00	69193	CANETA ESFEROGRÁFICA, TINTA VERMELHA, ESCRITA MÉDIA, COM TAMPA VAZADA E DA MESMA COR DA TINTA, CORPO SEXTAVADO EM PLÁSTICO RÍGIDO TRANSPARENTE E INCOLOR, CONSTAR NO CORPO DA CANETA INDÚSTRIA BRASILEIRA, COM FURO CENTRAL LATERAL, CARGA COM PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO RESISTENTES A CHOQUES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E ISSO 9001.	1,38	2.622,00	BIC
6	53	und	1.900,00	69184	CADERNO DE DESENHO, SEM MARGEM, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFF-SET DE 63 G/M², ACABAMENTO EM ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME GALVANIZADO, FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM, SEM PAPEL DE SEDA ENTRE AS FOLHAS. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E A QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,18	25.042,00	NOVA CADERNO
6	54	und	3.800,00	69194	CADERNO DE LINGUAGEM BROCHURÃO, 96 FOLHAS , COM PAUTA, COSTURADO, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM 96 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFFSET DE 56 G/M², FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	16,19	61.522,00	NOVA CADERNO
6	55	und	3.800,00	66645	CADERNO DE LINGUAGEM BROCHURÃO, COM PAUTA, COSTURADO, CAPA E CONTRACAPA DURA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO EM 4 X 4 CORES, CONFORME LAMINAÇÃO MODO DE BOPP BRILHO, GRAMATURA DE 600 G/M², COM 48 FOLHAS INTERNAS NA COR BRANCA ALCALINA EM PAPEL OFFSET DE 56 G/M², FORMATO MÍNIMO DE 200 X 275 MM. O MATERIAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, CONTENDO NA CONTRACAPA AS INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, BEM COMO O FORMATO E QUANTIDADE DE FOLHAS. A ARTE SERÁ FORNECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MOMENTO DA ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO AO FORNECEDOR.	13,92	52.896,00	NOVA CADERNO
6	56	und	1.900,00	64454	COLA BRANCA 110G – PARA USO ESCOLAR – POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. COLA 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA SEU BICO É CONTRA ENTUPIMENTOS E VAZAMENTOS PERFEITA PARA ESTUDANTES POR SER FÁCIL DE USAR, SUA FÓRMULA É A BASE DE ÁGUA E PVA. POSSUI ACABAMENTO TRANSPARENTE E FLEXÍVEL. ESPECIFICAÇÕES: CONTEÚDO: 110G; USO ESCOLAR; NÃO TÓXICA; 100% LAVÁVEL MESMO DEPOIS DE SECA; NÃO CONTÉM SOLVENTES NEM PVC; PONTEIRA TWISTT-OFF PERMITE APLICAÇÕES MAIS FÁCEIS E PRECISAS. DIMENSÕES: 15 X 6 X 3 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	4,28	8.132,00	TENAZ
6	57	und	1.900,00	64443	LÁPIS 12 CORES COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 175 MM, E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6.5MM. COM FORMATO TRIANGULAR, MADEIRA REFLORESTADA, CARGAS INERTES E MATERIAL CERÂMICO, COM GRAFITE DE NO MÍNIMO 4 MM, ISENTO DE NÓS, FARPAS OU REBARBAS; APRESENTAR COLAGEM PERFEITA DAS PARTES E RÍGIDA FIXAÇÃO DO GRAFITE PARA NÃO OCASIONAR SEU DESCOLAMENTO OU QUEBRA DURANTE O APONTAMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA EM CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES DE CORES VIVAS, DIVERSAS E DISTINTAS ENTRE SI, RESISTENTES A LUZ E DE EXCELENTE COBERTURA, COM APONTADOR. O PRODUTO DEVE SER CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	14,01	26.619,00	CIS
6	58	und	3.800,00	69189	LÁPIS GRAFITE DE MADEIRA - N° 02, FORMATO CILÍNDRICO OU SEXTAVADO, APONTADO, CONFECCIONADO EM MADEIRA REFLORESTADA, CONTENDO NO MÍNIMO 170MM DE COMPRIMENTO, 6,5 DE DIÂMETRO E MINA 2,0MM COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME, DUREZA HB, MACIA, RESISTENTE SEM QUEBRAR O GRAFITE AO APONTAR E COM CONSTITUIÇÃO UNIFORME. O LÁPIS DEVE TRAZER A MARCA DO FABRICANTE GRAVADO EM SEU CORPO. PRODUTO COM CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	1,03	3.914,00	WORLD MASTER
6	59	und	1.900,00	66637	PASTA ESCOLAR FORMATO OFÍCIO, COM ABAS, ELÁSTICO E LOMBADA EXPANSÍVEL, MEDINDO 265 X 355 X 55 mm , CONFECCIONADA COM LÂMINA DE POLIPROPILENO PP RECICLADO PÓS CONSUMO, BRANCO TRANSLÚCIDO (NATURAL), ESPESSURA DE O,40 MICRONS, ACABAMENTO COM VINCOS NA DOBRA, QUE PERMITAM EXPANSÃO DA CAPACIDADE VOLUMÉTRICA, DURANTE USO PROLONGADO. A PERSONALIZAÇÃO E A INSCRIÇÃO 'DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, VENDA PROIBIDA", DEVERÃO SER IMPRESSAS ATRAVÉS DE OFF-SET UV, COM TINTAS ATÓXICAS. ACABAMENTO COM ELÁSTICO DE BORRACHA REVESTIDO COM TECIDO, TRANSPASSADO E TERMINAL PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE. DEVERÁ CONSTAR NO VERSO DA PASTA O NOME E CNPJ DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, INSCRIÇÃO DO SIMBOLO DO PP RECICLA	17,40	33.060,00	ECOPLAST
6	60	und	1.900,00	69186	TESOURA ESCOLAR PONTA ARREDONDADA - CABO EM FORMATO POLIPROPILENO E RESINA TERMOPLÁSTICA CORTE PRECISO; DEVENDO VIR AFIADA DE FÁBRICA, FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO OU OUTRO SISTEMA DE FIXAÇÃO QUE ASSEGURE O PERFEITO AJUSTE ENTRE AS LÂMINAS, SEM FOLGAS E SEM PREJUÍZO DE SUA FUNÇÃO. DEVERÁ A MARCA DO FABRICANTE SER GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO. COMPRIMENTO APROXIMADO: 130MM. PRODUTO CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	6,89	13.091,00	FUTURO
6	61	und	1.900,00	69190	RÉGUA 30 CM,COM GUIA DE LEITURA, CONFECCIONADA EM OS(POLIESTIRENO) NAS CORES CRISTAL E AZUL TRASLÚCIDO, FORMANDAO UM CANAL CENTRA TRANSPARENTE QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO DE LINHAS ESCRITAS DE LIVROS E CADERNOS. ESCOLAS EM CENTÍMETROS NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 3MM. APRESENTAR LAUDOS DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNTE NBR 1536/21, ABNT NBR 16040/2020, BEM COMO LAUDO ATESTANDO NÍVEIS ACEITÁVEIS DE BISFENOL A.	3,94	7.486,00	ECOPLAST

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 12 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***CENTRAL DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:18E5E5E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 32/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 32/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	NIVALDO DUARTE BEBER	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	CURITIBA - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	- Reuniões no DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná com o Diretor Geral Sr. José Brustolin Neto, com a participação de autoridades e dos Vereadores dos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, a fim de discutir a situação da PR-182 (Serra de Manfrinópolis) e as medidas de melhorias a serem adotadas em razão dos inúmeros acidentes e óbitos que têm ocorrido no local. - Audiência com o Presidente da ALEP – Deputado Estadual Alexandre Curi e Deputado Estadual Adão Litro para tratar de melhorias da infraestrutura do PR-182 entre os trevos de Manfrinópolis e Flor da Serra do Sul. - Audiências com os Deputados Estaduais Adão Litro e Hussein Bakri na busca de recursos para a infraestrutura urbana e rural do município e recursos para a saúde. - Audiência com os Deputados Federais Paulo Litro e Rodrigo Estacho na busca de recursos para a saúde. - Conversas com os assessores dos Deputados Estaduais Luis Corti, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Matheus Vermelho, Wilmar Reichembach e Hussein Bakri, referente a assuntos relacionados ao município.	
PERÍODO DA VIAGEM	02/11/2025 A 04/11/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	02 DIÁRIAS E 14:30 HORAS/R$ 1.432,28	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 1.432,28	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:A0CF0912

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 35/2025

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 35/2025		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO		
NOME	VALMIR DENI RECH	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	CURITIBA - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
(x) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS ( ) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Reuniões agendadas para o dia 4 de novembro de 2025 com representantes do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Diretor Geral Sr. José Brustolin Neto e com o Presidente da ALEP – Deputado Estadual Alexandre Curi, com a participação de autoridades e dos Vereadores dos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, a fim de discutir a situação da PR-182 (Serra de Manfrinópolis) e as medidas de melhorias a serem adotadas em razão dos inúmeros acidentes e óbitos que têm ocorrido no local.	
PERÍODO DA VIAGEM	03/11/2025 A 04/11/2025	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	01 DIÁRIAS E 11:00 HORAS/R$ 802,08	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ TRANSPORTE: R$	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 802,08	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:E65126CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 77/2025

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
6	1	Balões coloridos, pacote com 50 balões de látex, tamanho padrão (nº 9 ou 10), cores sortidas. Utilizados em atividades de respiração, sopro e jogos de coordenação.	GESUL COMERCIAL LTDA	JOY	10,0	11,35	113,50
12	1	Bonecas brancas, infantil, corpo e membros em vinil, com vestido e camisa coloridos, tiara e laço no cabelo, com chupeta, tamanho mínimo de 42 cm, 26,5 cm largura.	GESUL COMERCIAL LTDA	BEE TOYS	75,0	37,00	2.775,00
13	1	Bonecas negras, infantil, corpo e membros em vinil, com vestido e camisa coloridos, tiara e laço no cabelo, com chupeta, tamanho mínimo de 42 cm, 26,5 cm largura.	GESUL COMERCIAL LTDA	BEE TOYS	75,0	37,05	2.778,75
14	1	Brinquedos de casinha, Kit com utensílios domésticos em miniatura (fogão, pia, geladeira, panelinhas, utensílios), em plástico resistente. Utilizado para estimulação do jogo simbólico, linguagem e habilidades sociais.	GESUL COMERCIAL LTDA	CARDOSO TOYS	35,0	46,00	1.610,00
35	1	Jogo de boliche grande feito em plástico colorido com 10 pinos, medindo 30 cm de altura cada, com 2 bolas de 12 cm de diametro.	GESUL COMERCIAL LTDA	le plastic	10,0	21,00	210,00
52	1	Coleção de Livros Toque e Sinta - Ciranda Cultural	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	69,99	139,98
53	1	Livro A Lagarta Comilona - Eric Carle.	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	55,00	110,00
54	1	Livro Cocô de Passarinho - Eva Furnari.	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	62,40	124,80
55	1	Livro Hoje Me Sinto... - Madalena Moniz.	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	39,99	79,98
57	1	Livro O Monstro das Cores - Anna Llenas.	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	62,50	125,00
59	1	Livro Tudo Bem Ser Diferente - Todd Parr.	GESUL COMERCIAL LTDA	a pagina	2,0	42,05	84,10
61	1	Massinha de EVA, massa de modelar leve, atóxica, cores variadas, textura macia. Estimula a coordenação motora fina e percepção tátil.	GESUL COMERCIAL LTDA	make+	10,0	5,00	50,00
84	1	Suporte para gabinete de computadores, fabricado em plástico de altoimpacto, com dimensões mínimas de 31X23,5X13cm (CxLxA), com ajuste lateral entre 15,5 ~ 22,5cm, peso suportado mínimo de 10Kg.	GESUL COMERCIAL LTDA	mr	50,0	34,10	1.705,00
2	1	Amoeba, massa sensorial tipo slime, não tóxica, cores variadas, potes com no mínimo 150g. Estimula a percepção tátil, propriocepção e regulação sensorial.	INOVE LICITAÇOES LTDA	bh	10,0	7,25	72,50
5	1	Balanço plataforma em plástico resistente, com cordas ajustáveis. Medidas mínimas: 60x60 cm. Suporta até 60 kg. Utilizado em terapias de integração sensorial e equilíbrio.	INOVE LICITAÇOES LTDA	top1	1,0	572,00	572,00
17	1	Carro de Polícia Musical, com Largura 11,5cm Altura 12,3cm Profundidade 22cm, Fricção e roda livre, Emite som e luz, fabricado em plástico.	INOVE LICITAÇOES LTDA	mohnish	40,0	54,74	2.189,60
22	1	Jogo "Cada Macaco no Seu Galho", com árvore e figuras de macacos com encaixe em galhos, peças plásticas ou em MDF. Estimula coordenação motora, associação e raciocínio lógico.	INOVE LICITAÇOES LTDA	artbrink	2,0	31,32	62,64
24	1	Jogo Papa Bolinhas , jogo de tabuleiro onde os jogadores tentam pegar bolinhas coloridas em movimento, em material plástico. Estimula a atenção e coordenação motora.	INOVE LICITAÇOES LTDA	stitoys	2,0	28,83	57,66
28	1	Jogo Pula Pirata , com barril e espadas coloridas que saltam aleatoriamente. Estimula a atenção e controle emocional.	INOVE LICITAÇOES LTDA	toy mix	3,0	17,12	51,36
32	1	Jogo da memória juvenil, com no minimo 50 peças variados, de papelão plastificado.	INOVE LICITAÇOES LTDA	pais e filhos	25,0	19,86	496,50
41	1	Jogo Labirinto Magnético, tabuleiro com labirinto e bolinhas guiadas por imã. Estimula a coordenação viso-motora e foco.	INOVE LICITAÇOES LTDA	piscel	4,0	83,10	332,40
43	1	Jogo Pesca Magnética, conjunto com peixinhos e varas com imã. Estimula a coordenação olho-mão e concentração.	INOVE LICITAÇOES LTDA	top kids	4,0	56,69	226,76
44	1	Jogo Soletrando, educativo com no minimo 70 peças, material cartonado resistente.	INOVE LICITAÇOES LTDA	aquarela	8,0	28,83	230,64
46	1	Jogo Tiro ao Alvo com Bolinhas, Alvo com bolinhas aderentes (velcro ou ventosa). Estimula a coordenação motora, foco e mira.	INOVE LICITAÇOES LTDA	spectus	5,0	17,60	88,00
47	1	Kit animais Safari, pacote com no minimo 10 animais variados selvagens do safari, material vinil, tamanho médio de cada peça de 10 cm.	INOVE LICITAÇOES LTDA	cim toys	30,0	20,27	608,10
69	1	Caneleiras, Par com peso ajustado (1 kg cada), com fechamento em velcro. Revestimento lavável. Utilizado para Reabilitação física, fortalecimento muscular e propriocepção.	INOVE LICITAÇOES LTDA	flex	5,0	32,63	163,15
81	1	Espelho grande, com moldura, vidro temperado, dimensões mínimas 1,20 x 0,80 m, com película de segurança. Uso terapêutico em fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e psicomotricidade.	INOVE LICITAÇOES LTDA	elegance	2,0	389,00	778,00
76	1	Tatames em E.V.A com bordas medindo altura 50 cm, largura 50cm, e expessura 3cm.	YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ORIGINAL TATAMES	100,0	37,95	3.795,00
1	1	Almofadão terapêutico em tecido resistente (tipo lona ou nylon impermeável), com enchimento em espuma ou fibra siliconada. Medidas mínimas: 1,20 m x 1,20 m. Utilizado em atividades de integração sensorial, relaxamento e exercícios psicomotores.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	TOKS	2,0	280,00	560,00
4	1	Areia colorida atóxica, embalagem de 1 kg, cores variadas. Grãos finos e secos. Utilizado em atividades de integração sensorial e criatividade.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	PEDRA E COR	10,0	14,47	144,70
8	1	Blocos de montar, kit didático, pacote com 500 peças, Blocos de montar confeccionado em plástico prolipopileno atoxico de alto brilho, cores diversificadas e vivas, contendo peças con diversos encaixes, nos formatos: estrelas com 6 pontas arredondadas, pino com 3 pontas arredondadas, pino com 2 pontas arredondadas,	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	LUCTOYS	20,0	84,00	1.680,00

		pino triplo com 7 pontas arredondadas e anel com 6 encaixes, sendo a menor peça com 5 cm e a maior 8 cm.					
16	1	Carrinho de passeio de bebê para bonecas colorido, plastico, 50 cm de altura, 30 de comprimento, 30 de largura.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	JR	75,0	28,00	2.100,00
18	1	Corda náutica de polipropileno 8 mm. Rolo com 50 metros.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	NEDEL	6,0	70,00	420,00
19	1	Espuma cilíndrica (espaguete) tipo macarrão flutuador para piscina, comprimento de 1,6 m, cores variadas. Utilizado para exercícios motores e brincadeiras.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	NEDEL	12,0	7,00	84,00
20	1	Fitas de cetim em rolos, 10 metros cada, cores variadas, largura mínima de 1,5 cm. Utilizado em atividades manuais e sensoriais.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	GITEX	20,0	4,90	98,00
21	1	Frutas de velcro e plástico, Kit simulando corte e encaixe. Mínimo 10 peças. Utilizado para estímulo ao jogo simbólico, linguagem e coordenação motora.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	IMP	35,0	28,00	980,00
27	1	Jogo Pula Pipoca , com bolinhas que "pulam" de forma aleatória ao serem pressionadas. Estimula a atenção, surpresa e interação.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	ART	2,0	42,00	84,00
30	1	Jogo Árvore de Equilíbrio, em madeira, com base em formato de árvore e peças de encaixe coloridas para empilhamento. Desenvolve coordenação motora fina, paciência e equilíbrio.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	ARK	3,0	42,00	126,00
31	1	Jogo Bastões de Queda, com bastões coloridos de madeira ou plástico rígido, tipo Mikado. Estimula atenção, controle motor e habilidades sociais.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	IMP	2,0	218,86	437,72
34	1	Jogo das Sombras, cartas com figuras e suas respectivas sombras para pareamento. Utilizado para estímulo visual e raciocínio.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	XALINGO	4,0	44,86	179,44
37	1	Jogo de dominó profissional, colorido com 28 peças, com estojo em osso, fabricado em plástico.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	S.Q.	15,0	16,80	252,00
38	1	Jogo de LEGO Várias formas e tamanhos, conjunto com blocos plásticos de diferentes tamanhos e cores, mínimo 200 peças. Estimula a coordenação motora fina e criatividade.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	LUCTOYS	4,0	42,00	168,00
39	1	Jogo de Ventosas, conjunto com no mínimo 6 peças de silicone que aderem entre si por sucção. Utilizado para estímulo tátil, criatividade e motricidade fina.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	IMP	2,0	68,96	137,92
40	1	Jogo Batalha dos Copos, conjunto com copos coloridos e cartas de desafio. Estimula a coordenação motora e raciocínio lógico.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	PAKITOYS	4,0	53,20	212,80
42	1	Jogo Pega Vareta Gigante, caixa em MDF com 31 varetas coloridas em madeira de 58 cm cada vareta.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	ALF	20,0	56,00	1.120,00
62	1	Ônibus de brinquedo de plástico, com 24 cm de comprimento, 4.5 cm de largura e 7 cm de altura.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	DIVERPLAST	40,0	16,80	672,00
64	1	Tubão Sensorial, cilíndrico flexível, confeccionado em espuma de alta densidade revestida com material sintético resistente (tipo courvin), atóxico e lavável. Diâmetro mínimo de 50 cm e comprimento mínimo de 1 metro. Deve permitir que a criança passe por dentro, com estrutura segura e macia. Utilizado para estimulação proprioceptiva e vestibular, desenvolvimento da coordenação motora ampla e atividades de integração sensorial.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	TOKS	2,0	420,00	840,00
66	1	Velcro Autocolante, rolo (lado macho e fêmea), cor preta ou branca, com comprimento mínimo de 1 metro e largura de 2 cm. Utilizado para fixação de materiais pedagógicos e terapêuticos, elaboração de quadros de rotina e comunicação alternativa.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	ARTE	8,0	7,91	63,28
67	1	Bola cravo massageadora / exercitadora, fabricada em PVC, possui em toda a superfície cravos com pontas arredondadas; diâmetro entre 5 e 7 cm.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	NEDEL	100,0	2,80	280,00
70	1	Escada de reabilitação infantil com 3 a 5 degraus, estrutura em madeira ou metal com corrimão. Utilizado para terapias motoras, treino de marcha e equilíbrio.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	STRONG	2,0	1.960,00	3.920,00
73	1	Kit Funcional agilidade com 5 chapéus + 5 cones e, material do cone polipropileno, dimensoes 18x11x11cm, caracteristicas dos chapeus, material polipropileno com dimensoes 19x 5 cm.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	CONVOY	6,0	35,00	210,00
77	1	Tornozeleiras, par, revestidas em nylon impermeável, preenchidas com areia ou granalhas de ferro, costuras reforçadas e material resistente, fechamento em velcro, com peso de 500 gramas.	SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	NEDEL	10,0	16,80	168,00
49	1	Kit Fazendinha, com miniaturas de animais, cercas, árvores e celeiro. Estimula o jogo simbólico e linguagem.	CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	GGB	40,0	20,85	834,00
78	1	Tornozeleiras, par, revestidas em nylon impermeável, preenchidas com areia ou granalhas de ferro, costuras reforçadas e material resistente, fechamento em velcro, com peso de 1 kg.	CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RMC	15,0	27,37	410,55
79	1	Tornozeleiras, par, revestidas em nylon impermeável, preenchidas com areia ou granalhas de ferro, costuras reforçadas e material resistente, fechamento em velcro, com peso de 2 kg.	CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RMC	15,0	35,44	531,60
10	1	Bolinhas de diferentes texturas, Kit com no mínimo 6 bolinhas sensoriais (6 a 10 cm), com diferentes texturas (cravos, lisas, onduladas). Utilizado para estímulo tátil e desenvolvimento sensorial.	18.474.333 LUCIA MENDES ENDOW	TOY MIX	5,0	40,65	203,25
60	1	Livros de historinhas infantis ilustrados com histórias curtas e linguagem simples, com no mínimo 10 livros. Estimula o desenvolvimento da linguagem e imaginação.	18.474.333 LUCIA MENDES ENDOW	BICHO ESPERTO	5,0	10,85	54,25
7	1	Bambolês de diferentes tamanhos, conjunto com pelo menos 5 bambolês plásticos, tamanhos variados (mínimo: 50 cm a 90 cm de diâmetro). Estimula a coordenação motora grossa, equilíbrio e organização espacial.	MARIA MARTE SCHITICOSKI	REIGIS	75,0	13,13	984,75
11	1	Bolinhas plásticas coloridas, atóxicas, com diâmetro de aproximadamente 7 cm. Pacote com no mínimo 100 unidades. Para piscina de bolinhas ou atividades lúdicas.	MARIA MARTE SCHITICOSKI	VALENTINA	10,0	44,33	443,30

63	1	Trave de futebol infantil, material plastico PVC, medidas da montagem altura 68 cm, largura 109 cm, profundidade 54 cm, o kit contem 1 bola de futebol em vinil, 1 bomba de ar manual, 12 tubos, 12 junções em L , 6 junções em , 4 ponteiras fixadoras e 1 rede.	MARIA MARTE SCHITICOSKI	DMTOYS	6,0	112,12	672,72
65	1	Tunel tipo Centopéia, multicolorido em poliester medindo 3 metros de comprimento x 50 cm largura.	MARIA MARTE SCHITICOSKI	NABRE	10,0	222,22	2.222,20
75	1	Plataforma de Step, com superfície antiderrapante, dimensões mínimas de 50x10x30 (CxAxL). Utilizado para a atividades motoras, força e equilíbrio.	MARIA MARTE SCHITICOSKI	EVAMAX	10,0	93,33	933,30
9	1	Blocos de montar, kit didático, pacote com 1.000 peças, tamanho das peças 2,5 cm a 5 cm, cores surtidas, composição plástico.	PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	Castela Brasil	10,0	150,00	1.500,00
15	1	Caminhão caçamba didático vermelho/ azul/amarelo com blocos educativos, de plastico com 21 cm de largura, 20 cm de altura e 38 cm de comprimento, com 4 formas geometricas e 2 blocos de montar.	PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	Roma	40,0	40,00	1.600,00
74	1	Óculos de proteção paciente para laserterapia e fototerapia, para proteção dos olhos do usuário durante aplicação do laser; indicado para bloqueio de luzes nos tratamentos com LED, laser e luz. Proteção entre 380nm a 1200nm; fabricado em borracha sintética.	PONCE EQUIPAMENTOS LTDA	PROPRIA	5,0	39,00	195,00
3	1	Apito artesanal em madeira, tamanho entre 5 a 8 cm, com emissão sonora moderada. Usado para atividades de fonoaudiologia e estimulação auditiva.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	ARTESANAL	2,0	25,98	51,96
25	1	Jogo Pinguim Quebra Gelo , com base e peças móveis onde se deve evitar derrubar o pinguim. Estimula o planejamento motor e atenção.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	ART BRINK	3,0	32,00	96,00
29	1	Jogo Quebra Muro , jogo onde se deve remover peças sem deixar a estrutura cair. Estimula estratégia, paciência e coordenação.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	ARK TOYS	5,0	32,00	160,00
36	1	Jogo de Cartas Pareamento, Kit com cartas ilustrando animais, frutas e formas. Estimula a associação e a linguagem.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	LONDERO JOGOS	6,0	79,00	474,00
48	1	Kit Coordenação Motora Fina, com pinça, tesoura, concha, bolinhas, copinhos. Desenvolvimento da preensão, coordenação e motricidade fina.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	BRINQUEDO PEDAGOGICO	8,0	84,00	672,00
50	1	Kit mercadinho infantil, carrinho de compras, com caixa e frutinhas de 21 peças, o kit contém 1 carrinho de compras, 1 caixa registradora com acessórios, 6 moedas, 1 cartão, 6 frutas e 6 legumes, medidas aproximadas: carrinho 44x 27x 21 cm , caixa 20x19x14 cm, frutinhas e legumes entre 3 e 9 cm.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	UNOTOYS	25,0	98,00	2.450,00
68	1	Bola semicircular com cravos, meia bola em PVC atóxico, com superfície de cravos sensoriais. Diâmetro mínimo: 16 cm. Estímulo sensorial tátil e atividades de equilíbrio postural.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	OCCY	2,0	44,00	88,00
71	1	Espaldar, Estrutura vertical de madeira com barras horizontais, altura mínima 2 m. Utilizado em exercícios de alongamento, força e coordenação motora.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	IRON FORCE	2,0	749,00	1.498,00
72	1	Kit Cones, com 6 a 10 cones de sinalização, cores variadas. Utilizados para circuitos motores e organização espacial.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	CONES ALEGRIA	5,0	39,00	195,00
80	1	Carrinho de mão para transporte de carga, capacidade para até 120 kg; peso do carrinho mínimo de 9,0 kg; chassi feito em tubo de aço 1 espessura 1,20mm (reforçado); roda: RPM 403-A aro de 230mm, com rolete, maciça, resistente e livre de furos; eixo: 7/8"; acabamento em pintura eletrostática a pó.	PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	METALPAMA	5,0	307,00	1.535,00
23	1	Jogo Caiu Perdeu , com peças empilháveis (tipo Jenga), com blocos coloridos. Desenvolve motricidade fina, paciência e planejamento.	PUBLIX EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	CARLU	5,0	12,64	63,20
33	1	Jogo da Memória, com no mínimo 20 pares de cartas plastificadas ou em MDF, com imagens variadas. Estimula à memória visual e atenção.	PUBLIX EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	CARLU	30,0	11,70	351,00
45	1	Jogo Tangram, conjunto com 70 peças geométricas para montagem de figuras. Estimula a percepção espacial, criatividade e raciocínio.	PUBLIX EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	CARLU	2,0	28,90	57,80

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
GESUL COMERCIAL LTDA	9.906,11
INOVE LICITAÇOES LTDA	5.929,31
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	3.795,00
SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA	14.937,86
CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.776,15
18.474.333 LUCIA MENDES ENDOW	257,50
MARIA MARTE SCHITICOSKI	5.256,27
PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	3.100,00
PONCE EQUIPAMENTOS LTDA	195,00
PROSUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	7.219,96
PUBLIX EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA	472,00

Salto do Lontra, 12 de novembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:E19C677A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA Nº 08/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA LICENÇA DE USO MENSAL DE PORTAL DE GESTÃO DE CONTEÚDO DINÂMICO E RESPONSIVO, APLICATIVO MOBILE, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO, HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS E E-MAILS, TREINAMENTO PRESENCIAL, MIGRAÇÃO, BACKUP AUTOMATIZADO EM NUVEM DO BANCO DE DADOS DO SITE. SENDO AINDA, O ACOMPANHAMENTO DO PORTAL OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL COM INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, A FIM DE DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E ATENDER: LEI DA TRANSPARÊNCIA (LC 131/2009), LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES (LEI 12.527/2011), ACESSIBILIDADE (LEI Nº 13.146) E LEI 13.460/2017, LEI 13.709/2018 E LEI 14.133/2021.]

DADOS DO PROPONENTE					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CIDADE E CEP:					
TELEFONE:					
E-MAIL:					
BANCO:		AG.:		CONTA:	

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
Item	**Especificação**	**Unidade de medida**	**Quantidade**	**PREÇO UNITÁRIO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
1	Descrição do Item4. no termo de referência.	SERV	1		
VALOR TOTAL: R$					

OBSERVAÇÃO:
1) As condições de execução do serviço são descritas detalhadamente no Termo de Referência, e devem ser cuidadosamente consideradas no momento da elaboração das propostas

Essa proposta tem validade de 180 dias nos termos do In 73/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão. O responsável pela elaboração da proposta declara ciência das condições das especificações dos serviços.

…….. Assinatura	**Carimbo com CNPJ**
Representante Legal do Proponente	
CPF do Representante:.....	
Local: ……....	
Data: ……..….....	

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:1374AEAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 127/2025
Licitação n°: 27/2025
Modalidade: Processo dispensa
Data da Homologação: 12/11/2025
Data de adjudicação: 12/11/2025
Objeto homologado: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de divulgação, comunicação institucional e cobertura audiovisual, com a finalidade de atender às demandas dos eventos de grande porte, sendo elas a festa em comemoração ao Aniversário do Município de Santa Amélia e Festividades Natalinas 2025, incluindo a criação de materiais gráficos e digitais, produção de conteúdo audiovisual, cobertura fotográfica e veiculação de mídias sonoras.

RODRIGO MONTENEGRO PALMA 03819925945							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CONTRATAÇÃO DE MÍDIA Cobertura de eventos Grande porte (criação de artes, foto, vídeo, drone, reels, banners digitais e mídia sonora)??Incluso: Alimentação, transporte e hospedagem se necessário.??	Serviço	PCTS	2,00	6.000,00	12.000,00
TOTAL							12.000,00

Valor homologado: 12.000,00

Santa Amélia, 12 de novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito De Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:5725FAEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 869/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
A	Waldecir edson pagliacci	Coordenador Esportivo	Leopolis	13/11/2025	Acompanhar Atletas	BDF4J32	R$ 45,00
B	Waldecir edson pagliacci	Coordenador Esportivo	Cambará	16/11/2025	Acompanhar Atletas	BDF4J32	R$ 45,00
C	João deocleciano soares	Monitor Desportivo	Bandeirantes	13 e 18/11/2025	Acompanhar Atletas	BAB7652	R$ 90,00
D	Nathan campos neves	Técnico Desportivo	Bandeirantes	17 e 19/11/2025	Acompanhar Atletas	BAB7652	R$ 90,00
E	Marcelo batista ajo	Motorista	Cambará	16/11/2025	Transportar Atletas	BDF4J32	R$ 45,00
F	Agnaldo ribeiro	Motorista	Leopolis	13/11/2025	Transportar Atletas	TPV9C50	R$ 45,00
G	João paulo monteiro	Motorista	Bandeirantes	13,17, 18 19/11/2025	Transportar Atletas	BAB7652	R$ 180,00

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Esporte
Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a portaria N° 867/2025.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 11 de Novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:106D5382

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 870/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	SIDNEI PEREIRA	Motorista	Jacarezinho	17,18,19,24, 25,26,27, 28/11/2025	TBV9E24	Transportar Universitários	R$ 360,00
B	RODRIGO APARECIDO ROSSI	Motorista	Cornélio Procópio	17,18,19, 24,28/11/2025	BDV1B78	Transportar Universitários	R$ 225,00
C	MARCELO BATISTA AJO	Motorista	Bandeirantes	17,18,19,25 26,27,28/11/2025	BER4B06	Transportar Universitários	R$ 360,00

I – Secretaria Municipal de Administração
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 12 de Novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:CD2CEC45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2024

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2024 PREGÃO PRESENCIAL 21/2024.

CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO COVRE, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53,
CONTRATADA KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO, CNPJ: 21.534.063/0001-06
CONTRATADA: HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA CPF/CNPJ: 15.358.601/0001-48 estabelecido(a) à Avenida PRESIDENTE VARGAS 471 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA, portador(a) do CPF nº 101.825.659-80
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de ALIMENTOS.

ARP	ITEM	Quantidade original	Quantidade aditivada
21/2024	CANJIQUINHA DE MILHO 500 GRAMAS	150	150
21/2024	FARINHA DE MILHO PCT DE 1KG	330	330
21/2024	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL SEM FERMENTO (PCT DE 5 KG	650	650
21/2024	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES	850	1500
21/2024	BISCOITO MAIZENA PCT 400 GRAMAS	2240	2240
21/2024	CHA MATE CAIXA CAIXA 250 GRAMAS	1700	1700
21/2024	LEITE CONDENSADO - 395ML	900	900
21/2024	MACARRAO COM OVOS TIPO PARAFUSO COM VEGETAIS, PACOTE 1 KG	450	450
21/2024	MACARRAO COM OVOS TIPO SEMOLA ESPAGUETE, PACOTE 500 GR	500	500
21/2024	QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO PCT 50G	350	350
21/2024	REFRIGERANTE 2 LTS, FRASCO	3300	3300
21/2024	ADOÇANTE liquido, 100 % natural.	50	50
21/2024	AVEIA EM FLOCOS FINOS, 500g	400	400
21/2024	CANJIQUINHA DE MILHO 500 GRAMAS	350	350
21/2024	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 250 GRAMAS	350	350
21/2024	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES	850	1500
21/2024	MILHO PARA PIPOCA, PACOTE C/ 500G	660	660
21/2024	VINAGRE BRANCO 750 ML	430	430

Fica Alterado VALOR perante tabela de aditivo
DATA: 12/11/2025.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E09B1E43

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2024

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2024 PREGÃO PRESENCIAL 47/2024.
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO COVRE, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53,
CONTRATADA KARINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO, CNPJ: 21.534.063/0001-06
CONTRATADA: HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA CPF/CNPJ: 15.358.601/0001-48 estabelecido(a) à Avenida PRESIDENTE VARGAS 471 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por HENRIQUE MASSAO ITO DUTRA, portador(a) do CPF nº 101.825.659-80
CLOVIS TAMAKI MARCELINO & SESTARE LTDA
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de material de limpeza.

ARP	ITEM	Quantidade original	Quantidade aditivada
47/2024	BateriA a6 f22 9volts	50	50
47/2024	ALCOOL 92,8 FRASCOS COM 1 LITRO ETILICO	1000	1000
47/2024	Copo descartável em plástico capacidade 180 ml, atóxico, em polietileno transparente, com friso e saliência na borda, pct c/100. A capacidadedo copo deverá estar em conformidade com a norma técnica ABNT. (padrão de qualidadeCopaza, Coprobrás)	2000	2000
47/2024	Desinfetante a base de pinho c/ 2 litros (padrão Clean, Pinho Sol)	1000	1000
47/2024	Detergente líquido neutro, 500ml (padrão de qualidade Ypê, Bom Bril)	2500	2500
47/2024	Esponja dupla face p/ lavar louça (padrão de qualidade Scoth Brite, Bom Bril)	1300	1300
47/2024	Essência aromatizante varias fragrâncias 120 ml	1000	1000
47/2024	Inseticida aerosol multi ação mata moscas e pernilongos - 300ml, (padrão de qualidade SBP, Raid)	100	200
47/2024	Limpador multiuso, 500 ml (padrão de qualidade Ajax, Veja, Q'Boa, Musculus)	1300	1300
47/2024	SACOLA PLASTICA BRANCA VIRGEM 38 X 48 CM, PACOTE C/ 1000 UNIDADES	300	300
47/2024	Sacos P/ lixo 100 litros pacote com 05 unidade	1200	1200
47/2024	Papel higiênico não reciclado, picotado, 100% celulose folha leve simples de alta qualidade, c/4 rolos de 30msuper branco 1ª linha	2500	2500

Fica Alterado quantidade perante tabela de aditivo
DATA: 12/11/2025.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:AD13E854

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – ESTADO DO PARANÁ COMISSÃO DE SELEÇÃO – PROGRAMA ROTA DO PROGRESSO
EIXO 1: INFRAESTRUTURA AGROPECUÁRIA (ESTUFAS E KITS DE APOIO A PRODUÇÃO)

PUBLICAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

A **Comissão de Seleção**, instituída pela **PORTARIA Nº 2625/2025 – GAB/PREF**, no âmbito da **Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o **Protocolo nº 22.838.165-9**, referente ao **Programa Rota do Progresso – Eixo 1: Infraestrutura Agropecuária**, torna pública a **relação dos agricultores familiares beneficiários**, conforme critérios técnicos de análise, pontuação e classificação previstos na **Matriz de Pontuação (Anexo III)** do Edital.

Objeto:

Selecionar **agricultores familiares residentes e atuantes no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e seus distritos** para receberem a **implantação de estufas agrícolas e kits de apoio a produção** em suas propriedades, destinadas ao **cultivo de olerícolas e demais culturas compatíveis**, no âmbito do **Programa Rota do Progresso – Eixo 1: Infraestrutura Agropecuária**.

A comissão de seleção foi devidamente instituída no **Diário Oficial do Município**, **Edição nº 3.405 (12 de novembro de 2025)**
e o presente processo seletivo foi publicado também no **Diário Oficial do Município**, **Edição nº 3.397 (31 de outubro de 2025)**, atendendo às exigências legais de publicidade e transparência administrativa.

Considerando:

A execução do **Programa Rota do Progresso**, que visa fortalecer a agricultura familiar, gerar renda e promover o desenvolvimento rural sustentável;
A necessidade de garantir critérios técnicos, equitativos e transparentes na seleção dos beneficiários;

A instituição da Comissão responsável pela **análise documental, pontuação, classificação e julgamento de eventuais recursos** referentes ao processo seletivo.

Dessa forma, a **Comissão de Seleção** torna pública a **relação final dos agricultores familiares classificados e beneficiários** da **Chamada Pública nº 001/2025**, conforme **Matriz de Pontuação e Classificação (Anexo III)**, que integra a presente publicação.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 10 de novembro de 2025.

COMISSÃO DE SELEÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

MICHELLE RODRIGUES DE SOUZA VIZINI

JOÃO LUCAS CÔRTES SILVA FREITAS

WILLIAN HENNING

EDITAL N° 001/2025
SELEÇÃO DE AGRICULTORES BENEFICIÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTUFAS AGRÍCOLAS E KITS DE APOIO A PRODUÇÃO
ANEXO - III Matriz de Pontuação para Seleção de Beneficiários

Nome do Candidato	Endereço	Culturas compatíveis (0–15)	Disponibilidade hídrica e elétrica (0–15)	Produção Convencional (0–10)	Produção orgânica (0–25)	Mulher rural (0–10)	Jovem rural (0–15)	Povos/comunidades tradicionais (0–5)	Pontuação Total (0–100)
1. SADI MACHADO DO COUTO	Ass. Paraná-Sítio Guanirin	15	15	10	0	5	0	0	45
2. CLEBER DEBORTOLI DOS SANTOS	Ass. Oziel Alvez Pereira-Sítio 11 de Dezembro	15	15	10	0	5	0	0	45
3. CÍCERO PASTOR DA SILVA	Rua Bolívia-Chácara Monte Castelo	15	15	10	0	0	0	0	40
4. JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA	Vila Rural Santa Cruz	15	15	10	0	5	0	0	45
5. GILSON FERREIRA DE ALMEIDA	Ass. 17 de Abril-Sítio Dois Irmãos	15	15	10	0	0	0	0	40
6. ALFONSO DOS SANTOS	Ass. Oziel Alvez Pereira-Sítio Santo Onofre	15	15	10	0	0	0	0	40
7. CLOVIS MACEDO BASTOS	Bairro Cantinho-Sítio Dois Irmãos	15	15	10	0	5	0	0	45
8. LEONARDO SOBRAL ALVEZ	Vila Rural Santa Cruz	15	15	10	0	5	0	0	45

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:DFA6211B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 560 DE 2025

DECRETO Nº 560 DE 2025

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 103 DE 2025 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025:

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 145.155,00 (cento e quarenta e cinco mil cento e cinquenta e cinco reais), destinado a execução do Convênio nº 555/2025 - SETU, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001.	DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZER	
06.001.13.	CULTURA	
06.001.13.392.	DIFUSÃO CULTURAL	
06.001.13.392.0020.	CULTURA E TRADIÇÃO NOS EVENTOS CULTURAIS	
06.001.13.392.0020.2.087.	ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 32042 Código Local 32042 Fonte Padrão 1053.09.99.06.18	CONVÊNIO SETU - 61º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO	145.155,00
	Total do Credito Aberto	**145.155,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação Alínea de Receita do Exercício Corrente, a seguir discriminado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALINEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO/ALINEA DE RECEITA**	**VALOR**
Fonte TCE 32042 Código Local 32042 Fonte Padrão 1053.09.99.06.18	RECEITA: 1.7.2.9.99.0.1.12.00.00.00.00. CONVÊNIO SETU - 61º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO	145.155,00
	TOTAL DO GERAL DESTE DECRETO	**145.155,00**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional suplementar na LOA de que tratam o presente Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogada as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 12 dias do mês de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:B550261A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 341/2025

DECRETO Nº 341/2025.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 699.981,93 (Seiscentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1567/2024.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2025, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 699.981,93 (Seiscentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0003.2003	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
260	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia 5933-2	4.100,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
402	00863-CONV. 709/2024 - RECAPE AV. MANOEL RIBAS	599,37
	SUBTOTAL	**104.699,37**
04	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS	

04.001	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0004.2007	MANUTENÇÃO DO TRANSP. URBANO E TRANSP. RURAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
596	00882-CONV. 1017-2025 - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SEDAN	105.355,00
597	00885-CONV. 1276-2025 - AQUISIÇÃO DE UM VEICULO SEDAN	105.355,00
	SUBTOTAL	**270.710,00**
05	OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
05.001	OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
15.452.0005.2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS URBANOS E RURAIS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1180	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12.364.0006.2014	MANUT. DO TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITARIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.361.0006.2011	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
810	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00
820	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
890	00136-Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE 7903-0	23.567,49
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1300	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
	SUBTOTAL	**102.567,49**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0009.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.302.0009.2024	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
10.301.0009.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2130	00327-Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	55.000,00
2350	00327-Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	10.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.005,07
	SUBTOTAL	**111.005,07**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2912	00875-INC. EST. VOLTADO A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	3.200,00
08.244.0011.2030	FRENTE DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	36.000,00
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.002	FUNDO DE ASSIST A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
08.243.0012.6031	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.800,00
	SUBTOTAL	**61.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
12	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
12.001	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
18.541.0013.2034	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
	SUBTOTAL	**35.000,00**
13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3690	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	**4.000,00**

	TOTAL	**699.981,93**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados o cancelamento parcial ou total e o excesso de arrecadação de acordo com o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e dos Art. 7º e Art. 8º, Inc. IV da Lei municipal nº 1567/2024.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1110	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
12.365.0006.2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1550	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
12.361.0006.2011	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
900	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
940	00136-Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE 7903-0	23.567,49
12.365.0006.2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1630	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1380	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00
	SUBTOTAL	**90.567,49**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0009.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2250	00327-Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	10.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3155	00875-INC. EST. VOLTADO A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	3.200,00
10.002	FUNDO DE ASSIST A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
08.243.0012.6031	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.300,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
	TOTAL	**120.567,49**

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	7.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	599,37
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	347.005,07
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	10.000,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	1.950,00
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	1.650,00
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	500,00
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	210.710,00
	TOTAL	**579.414,44**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 03 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9E32D431

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO N° 659/2024- ID: 10159 PREGÃO Nº 123/2023

ORIGEM:	**Pregão n° 123/2023– PMS**

CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**					
CONTRATADA:	**H F GESTÃO PÚBLICA LTDA**					
CNPJ/CPF:	**12.402.787/0001-05**					
OBJETO DA LICITAÇÃO:	**Contratação de empresa especializada na área da Tecnologia da Informação para uso de Licença para SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA, como acesso ilimitado de usuários, destinado a utilização pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo do Município de Sarandi, Estado do Paraná**					
OBJETO DO APOSTILAMENTO:	1.1O objeto do presente instrumento é: REGISTRAR a **inclusão das Dotações Orçamentárias** e **fiscais**, passando a vigorar além dos presentes no contrato aos presentes neste apostilamento as seguir:					
	Órgão	Unidade orçamentária	Projeto atividade	Natureza de Despesa	Desdobramento	Fonte de Recurso
	17	17.001	-	-	-	-
	18	18.001	-	33.90.39.00	-	1000
	1.2Fica incluso os seguinte fiscais: Secretaria Municipal de Cultura e Juventude – Priscila Antunes de Oliveira, matrícula: 10447.; Secretaria Municipal de Política para as Mulheres – Sonia Regina Neves Zoboli, matrícula: 10501.					

11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dos Santos Nascimento
Código Identificador:4E4C6674

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.187/2025

Exercício:2025
Decreto nº 4187/2025 de 12/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 176.200,00 (cento e setenta e seis mil duzentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.2.103.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	
95 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	7.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
05.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Turismo	
05.002.15.695.0058.2.036.		MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES	
296 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Serviços Públicos	
08.002.26.782.0016.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
468 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	117.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
595 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
09.001.12.365.0041.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
642 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.244.0006.2.121.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
1197 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	5.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
14.002.27.813.0022.2.062.		MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1378 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
1382 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	8.000,00
		Total Suplementação:	**176.200,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.122.0002.2.009.		INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	
49 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	20.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
05.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Turismo	
05.002.15.695.0058.2.036.		MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES	
298 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Serviços Públicos	

08.002.15.451.0058.2.037.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES	
440 - 3.3.90.30.00.00	511	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Limpeza e Conservação	
08.003.15.452.0018.2.043.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	
486 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	40.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Serviços Rodoviários, Equipamentos, Veículos, Caminhões e Máquinas Pesadas	
08.004.26.782.0088.2.044.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS	PESADAS
512 - 3.3.90.30.00.00	511	MATERIAL DE CONSUMO	37.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.122.0002.2.049.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
545 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
554 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	20.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.244.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
1124 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	5.000,00
		Total Redução:	**176.200,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:69AF3C9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 699/2025

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Concorrência N° 15/2025 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Concorrência N° 15/2025 de 10/10/2025(dez dias de outubro de 2025) que tem por objeto a **Execução de parquinho tipo 02 - API 02 - Meu Campinho Eldorado - SAM99.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

R. MARTINS GARCIA CONSTRUCAO CIVIL - LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	EXECUÇAO DE PARQUINHO TIPO 02 - API 02 - MEU CAMPINHO ELDORADO SAM 99 Conforme pasta técnica anexa ao processo	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	SER	1,00	189.000,00	189.000,00
TOTAL								189.000,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos doze dias de novembro de 2025. (12/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:875941AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 701/2025

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N° 135/2025 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão N° 135/2025 de 23/10/2025(vinte e três dias de outubro de 2025) que tem por objeto a **Registro de preço para compra de frios.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

COMERCIO DE FRIOS MARTINS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	APRESUNTADO FATIADO Resfriado devidamente identificado com marca do produto, peso e data de validade e registro no SIF. Entrega em carro próprio refrigerado. Embalagem mínima de 500gr e entrega da quantidade solicitada conforme pedido.	SUINO INGA	SUINO INGA	KG	900,00	21,10	18.990,00
2	1	MORTADELA Mortadela defumada, fatiada, com cor, odor e sabor característico do produto, de boa qualidade, embalado adequadamente com rótulo contendo informação do produto e validade. Entrega em carro próprio refrigerado. Embalagem mínima de 500gr e entrega da quantidade solicitada conforme pedido.	SUINO INGA	SUINO INGA	KG	500,00	22,20	11.100,00
3	1	MUÇARELA FATIADA Queijo tipo muçarela, boa qualidade, fatiada, em embalagem do tipo bandeja de isopor com filme plástico devidamente identificado com a marca do produto, peso e data de validade do produto. Na embalagem deverá haver transcrição do registro no SIM, SIF. Entrega em carro próprio refrigerado. Embalagem mínima de 500gr e entrega da quantidade solicitada conforme pedido.	INGALACT	INGALACT	KG	1.000,00	43,30	43.300,00
TOTAL								73.390,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos doze dias de novembro de 2025. (12/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:8CB26BF9

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
HOMOLOGAÇÃO DE PE 13/2025 AQUISIÇÃO DE BIOCOMPOSTO

Sumula: Homologação de Processo Licitatório N.º 68/2025, Instrumento Convocatório N.º 13/2025.

ARIANO SERGIO NUNES, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Terra Rica, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, resolve:

HOMOLOGAR:

Art. 1º - - A homologação da Ata da Pregoeira, nomeada pela Portaria sob N.º 38 datada de 26 (vinte e seis) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente à Licitação Modalidade **PREGÃO ELETROÔNICO N.º 68/2025** Processo Licitatório N.º 13, datado de 12

ESSENCIALSOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, **inscrita** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **14.052.239/0001-10** à Contratação de empresa para **Aquisição de Biocomposto para Otimização do Tratamento de Efluentes para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$ 202.500,00

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ESSENCIALSOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	1	1	BIOCOMPOSTO PARA OXIDAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA E CONTROLE DE ODORES BIOCOMPOSTO PARA OXIDAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA E CONTROLE DE ODORES, PARA USO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Enzilimp SN Caixa de papelão	1.125,00	135,00
ESSENCIALSOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	2	1	BIOCOMPOSTO PARA OXIDAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA E CONTROLE DE ODORES BIOCOMPOSTO PARA OXIDAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA E CONTROLE DE ODORES, PARA USO EM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Enzilimp SN Caixa de papelão	375,00	135,00

Art. 2º - Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Terra Rica – Estado do Paraná, 12 de novembro de 2025

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor

Publicado por:
Cibele Aparecida da Silva
Código Identificador:DB10E8E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 119-2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 188/2025, MODALIDADE: PREGÃO Nº 119/2025

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 16804/2025
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 188/2025, Modalidade: PREGÃO Nº 119/2025, o(s) participante(s):

161535- 21.339.301 MICHEL MELLO DA SILVEIRA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
32	MANGUEIRA DE DRENO DE SILICONE PARA AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR METRO, COM TROCA. ESPESSURA INTERNA 5/8.	METROS		50	R$14,00	R$700,00
				Total do Fornecedor:		R$700,00
1248227 - V A DE BRITO SOLUCOES ELETRICAS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS COMPREENDENDO A RETIRADA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE EXTERNA E REINSTALAÇÃO.	SERVICO		14	R$58,00	R$812,00
2	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS COMPREENDENDO A RETIRADA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE EXTERNA E REINSTALAÇÃO.	SERVICO		80	R$59,00	R$4.720,00
3	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS COMPREENDENDO A RETIRADA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE EXTERNA E REINSTALAÇÃO.	SERVICO		28	R$99,00	R$2.772,00
4	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS COMPREENDENDO A RETIRADA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE EXTERNA E REINSTALAÇÃO.	SERVICO		55	R$99,00	R$5.445,00
5	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS COMPREENDENDO A RETIRADA, LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE EXTERNA E REINSTALAÇÃO.	SERVICO		5	R$39,00	R$195,00
6	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO DE 36.000 BTUS COMPREENDENDO A LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE SEM A RETIRADA DO EQUIPAMENTO.	SERVICO		2	R$165,00	R$330,00
7	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO DE 48.000 BTUS COMPREENDENDO A LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE SEM A RETIRADA DO EQUIPAMENTO.	SERVICO		8	R$93,00	R$744,00
8	LIMPEZA COMPLETA DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO DE 60.000 BTUS COMPREENDENDO A LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DA EVAPORADORA E DA UNIDADE SEM A RETIRADA DO EQUIPAMENTO.	SERVICO		6	R$97,00	R$582,00
9	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		15	R$90,00	R$1.350,00
10	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		30	R$95,00	R$2.850,00
11	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		30	R$49,00	R$1.470,00
12	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$49,00	R$490,00
13	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$49,00	R$245,00
14	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		2	R$39,00	R$78,00
15	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 48.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		2	R$41,00	R$82,00
16	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 60.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		2	R$84,00	R$168,00
17	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$57,00	R$570,00
18	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		15	R$52,00	R$780,00
19	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$59,00	R$590,00
20	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		15	R$54,00	R$810,00
21	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$49,00	R$245,00
22	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$164,00	R$820,00
23	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 48.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$344,00	R$1.720,00
24	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R410 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 60.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$349,00	R$1.745,00

25	SERVIÇO DE TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO SPLIT HIGH WALL COM MATERIAL INCLUSO.	SERVICO		60	R$99,00	R$5.940,00
26	SERVIÇO DE TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO COM MATERIAL INCLUSO.	SERVICO		10	R$129,00	R$1.290,00
27	CAPACITOR DE PARTIDA 45UF PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT. MODELO: 45UF ± 5% 220V. CARACTERÍSTICAS: COMPRESSOR - VENTILADO. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		60	R$99,00	R$5.940,00
28	CAPACITOR 4UF DO MOTOR DO VENTILADOR PARA AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT. MODELO: 20+4UF 220V. CARACTERÍSTICAS: COMPRESSOR - VENTILADO. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		60	R$94,00	R$5.640,00
29	HÉLICE CONDENSADORA E EVAPORADORA PARA AR- CONDICIONADO TIPO SPLIT. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		10	R$269,00	R$2.690,00
30	TURBINA CONDENSADORA E EVAPORADORA PARA AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT. CARACTERÍSTICAS: 95MM X 640MM. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		5	R$408,00	R$2.040,00
31	PLACA UNIVERSAL PARA AR- CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO/TETO. CARACTERÍSTICAS: 220V QD-U10A. 140X80MM; VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		15	R$288,00	R$4.320,00
33	SENSOR DE TEMPERATURA PARA EVAPORADORA AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		5	R$98,00	R$490,00
34	SENSOR DE DEGELO PARA AR- CONDICIONADO TIPO SPLIT - MODELO: 42MCB018515LS CARACTERÍSTICAS: CLIMATIZAÇÃO FRIO. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		5	R$118,00	R$590,00
35	CANO DE COBRE 1/4 PARA AR CONDICIONADO. APRESENTAÇÃO: RECOZIDO, FLEXÍVEL, VALOR EM METRO.	METROS		120	R$37,00	R$4.440,00
36	CANO DE COBRE 3/8 PARA AR CONDICIONADO. APRESENTAÇÃO: RECOZIDO, FLEXÍVEL. VALOR EM METRO.	METROS		90	R$37,00	R$3.330,00
37	CANO DE COBRE 5/8 PARA AR CONDICIONADO - APRESENTAÇÃO: RECOZIDO, FLEXÍVEL, VALOR EM METRO.	METROS		90	R$64,00	R$5.760,00
38	CANO DE COBRE 1/2 PARA AR CONDICIONADO. APRESENTAÇÃO: RECOZIDO, FLEXÍVEL, VALOR EM METRO.	METROS		90	R$58,60	R$5.274,00
39	CANO DE COBRE 3/4 PARA AR CONDICIONADO. APRESENTAÇÃO: RECOZIDO, FLEXÍVEL, VALOR EM METRO.	METROS		52	R$55,00	R$2.860,00
40	TUBO DE COBRE ¼ PARA AR- CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO. APRESENTAÇÃO - COM 2M DE COMPRIMENTO. TUBO SEM COSTURA, FLEXÍVEL, RECOZIDO. COM 6,35MM (1/4") DIÂMETRO X 0,79MM (1/32) PAREDE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$78,80	R$4.728,00

1248227 - V A DE BRITO SOLUCOES ELETRICAS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
41	TUBO DE COBRE ³/8 PARA ARCONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO. APRESENTAÇÃO - FLEXÍVEL, 3/8" X 15,24M X 2,955KG. TIPO PANQUECA (15,24M), SEM COSTURA, RECOZIDO. COM 9,52MM (3/8") DIÂMETRO X 0,79MM (1/32) PAREDE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$329,00	R$19.740,00
42	TUBO DE COBRE 5/8 PARA AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO. APRESENTAÇÃO - COM 2M DE COMPRIMENTO. TUBO SEM COSTURA, FLEXÍVEL, RECOZIDO. COM 15,87MM (5/8") DIÂMETRO X 0,79MM (1/32) PAREDE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$120,00	R$7.200,00
43	TUBO DE COBRE 1/2 PARA AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO. APRESENTAÇÃO - FLEXÍVEL, 1/2" X 15,24M. TIPO PANQUECA, SEM COSTURA, RECOZIDO. COM 12,7MM (1/2") DIÂMETRO X 0,79MM (1/32) PAREDE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$566,00	R$33.960,00
44	TUBO DE COBRE 3/4 PARA AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO. APRESENTAÇÃO - FLEXÍVEL, 3/4" X 15,24M X 6,590KG. TIPO PANQUECA, SEM COSTURA, RECOZIDO. COM 19,05MM (3/4") DIÂMETRO X 0,79MM (1/32) PAREDE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER	UNIDAD		30	R$799,00	R$23.970,00
45	ISOLAMENTO PARA TUBULAÇÃO ¼ 10MM APRESENTAÇÃO - COM 2M DE COMPRIMENTO. NA COR PRETA. RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA PE; RESISTENTE AOS RAIOS UV; RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E IMPACTOS; ALTA RESISTÊNCIA; PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS TIPO SPLIT. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		100	R$10,80	R$1.080,00
46	ISOLAMENTO PARA TUBULAÇÃO 3/8 - APRESENTAÇÃO: COM 2M DE COMPRIMENTO. NA COR PRETA. RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA PE; RESISTENTE AOS RAIOS UV; RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E IMPACTOS; ALTA RESISTÊNCIA; PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS TIPO SPLIT. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$8,90	R$534,00
47	ISOLAMENTO PARA TUBULAÇÃO 5/8 - APRESENTAÇÃO: COM 2M DE COMPRIMENTO. NA COR PRETA. RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA PE; RESISTENTE AOS RAIOS UV; RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E IMPACTOS; ALTA RESISTÊNCIA; PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS TIPO SPLIT. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		60	R$8,90	R$534,00
48	ISOLAMENTO PARA TUBULAÇÃO 1/2 - APRESENTAÇÃO: COM 2M DE COMPRIMENTO. NA COR PRETA. RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA PE; RESISTENTE AOS RAIOS UV; RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E IMPACTOS; ALTA RESISTÊNCIA; PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS TIPO SPLIT. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		80	R$7,90	R$632,00
49	ISOLAMENTO PARA TUBULAÇÃO 3/4 - APRESENTAÇÃO: COM 2M DE COMPRIMENTO. NA COR PRETA. RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA PE; RESISTENTE AOS RAIOS UV; RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E IMPACTOS; ALTA RESISTÊNCIA; PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS TIPO SPLIT. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.	UNIDAD		50	R$11,90	R$595,00
50	PORCA FLANGE PARA TUBO DE COBRE 1/4. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE.	UNIDAD		30	R$2,70	R$81,00
51	PORCA FLANGE PARA TUBO DE COBRE 3/8. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE.	UNIDAD		30	R$4,90	R$147,00
52	PORCA FLANGE PARA TUBO DE COBRE 1/2. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE.	UNIDAD		30	R$4,50	R$135,00
53	PORCA FLANGE PARA TUBO DE COBRE 5/8. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE.	UNIDAD		30	R$12,90	R$387,00
54	PORCA FLANGE PARA TUBO DE COBRE 3/4. CARACTERÍSTICAS: VALOR POR UNIDADE.	UNIDAD		30	R$18,60	R$558,00
55	MOTOR VENTILADOR CONDENSADORA E EVAPORADORA - APRESENTAÇÃO: LINHA SPACE. ELETRÔNICO. PARA CLIMATIZAÇÃO QUENTE/FRIO. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES	UNIDAD		5	R$429,00	R$2.145,00

	CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER.					
56	CABO PP 06 VIAS - APRESENTAÇÃO: 1,5MM. VALOR POR METRO	METROS		200	R$14,90	R$2.980,00
57	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$159,00	R$1.590,00
58	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		15	R$153,00	R$2.295,00
59	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$146,00	R$1.460,00
60	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		10	R$179,00	R$1.790,00
61	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$167,00	R$835,00
62	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$233,00	R$1.165,00
63	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 48.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$269,00	R$1.345,00
64	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS R32 DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 60.000 BTUS INCLUINDO MATERIAL.	SERVICO		5	R$498,00	R$2.490,00
65	CAPACITOR DE PARTIDA 35UF PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT. MODELO: 35UF ± 5% 220V. CARACTERÍSTICAS: COMPRESSOR - VENTILADO. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		60	R$102,00	R$6.120,00
66	CAPACITOR DE PARTIDA 30UF PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT. MODELO: 30UF ± 5% 220V. CARACTERÍSTICAS: COMPRESSOR - VENTILADO. VALOR POR UNIDADE, COM TROCA.	UNIDAD		60	R$115,00	R$6.900,00
				Total do Fornecedor:		R$205.613,00

Terra Roxa, 11 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:D29C972E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3006/2025

Data 12/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.296.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (3963) (884)	Material de consumo	200.000,00
103010008.2.013000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP	
3.3.72.39 (3962) (884)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	400.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (3953) (885)	Material de consumo	150.000,00
3.3.90.32 (3954) (885)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	150.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (3955) (886)	Equipamentos e material permanente	396.000,00

Total.....R$ 1.296.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
884	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705791202500	600.000,00
885	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705782202500	300.000,00
886	INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA - EMENDA PARLAMENTAR N 202543130002	396.000,00

Total.....R$ 1.296.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:4E37DDE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - MODELO DE EDITAL PARA OBRAS E SERVIÇOS - DECRETO 169/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° /2025

CONTRATANTE
Município de Turvo/PR- UASG N° 988453

OBJETO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ xx.xxx.xxx,xx

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

Critério de Julgamento:
[menor preço] / [maior desconto] por [item] / [por grupo] / [global]

Modo de disputa:
[aberto] / [aberto e fechado] / [fechado e aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM / NÃO

CHECK LIST

CARTÃO CNPJ
ATO CONSTITUTIVO
CERTIDÃO FEDERAL
CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO MUNICIPAL
CERTIDÃO FGTS
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CERTIDÃO DE FALÊNCIA
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
OUTROS.....

As certidões deverão ser NEGATIVAS ou POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame. Além disso, faz-se necessária a análise detalhada do edital e seus anexos para a formulação de proposta/lance. A prática injustificada de atos como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo. (acórdão TCU n.º 754- 2015 – Plenário)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2025
Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO (PR)** por meio do Departamento de Licitações e Contratos sediado na Avenida 12 de Maio, 353, Centro Turvo/PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
DO OBJETO
O objeto da presente licitação é a ..... conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
OU
A licitação será realizada em único item.
OU
A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
OU
A licitação será realizada em lote único, formado por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
Para os itens/lotes que não excedam a marca de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte
Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
Não poderão disputar esta licitação:
Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
Agente público do órgão ou entidade licitante;
Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
Valor ou desconto..... unitário do item;
Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência*;*
Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de prelo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
O lance deverá ser ofertado pelo valor [anual] / [total] / [unitário] do [item] / [grupo].
Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de ..... (....).*
O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
Empresas brasileiras;
Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos daLei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (QUATRO HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
DA FASE DE JULGAMENTO
Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF;
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
Contiver vícios insanáveis;
Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
DA FASE DE HABILITAÇÃO
Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
Os documentos exigidos para fins de habilitação serão considerados legítimos e autênticos quando juntados na plataforma compras.gov e/ou SICAF uma vez que são anexados por login e senha exclusivamente do participante, neste sentido já submisso a veracidade, entretanto poderá ser realizado diligência pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos do artigo 64 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (DEIXAR SOMENTE SE FOR EXIGIR VISTORIA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS) (LEMBRAR DE ANEXAR NO TR MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DISPENSA DE VISITA)
A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
Destaca-se ainda que este edital submete-se expressamente ao Acórdão nº 1211/2021 do Tribunal de Contas da União - TCU.
Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
Após transcorrido o prazo de 2 (duas) horas para o envio dos documentos, caso a licitante seja habilitada os documentos da empresa serão disponibilizados no site do Município, juntamente com os demais documentos pertinentes a este certame, para análise das demais licitantes promoverem seu convencimento sobre intenção de recurso.
Caso a empresa tenha enviados os documentos dentro do sistema Compras.Gov, não será necessário a disponibilização dos documentos no site do município, considerando que todas as empresas participantes tem acesso aos documentos de dentro do sistema.
DOS RECURSOS
A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município de Turvo/PR.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
Deixar de apresentar amostra;
Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
Fraudar a licitação
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
Advertência;
Multa;

Impedimento de licitar e contratar e
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Na aplicação das sanções serão considerados:
A natureza e a gravidade da infração cometida.
As peculiaridades do caso concreto
As circunstâncias agravantes ou atenuantes
Os danos que dela provierem para a Administração Pública
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco)dias úteis antes da data da abertura do certame.
A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@turvo.pr.gov.br.
As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico portal de transparência ‘’espaço licitações e contratos’’ disponível em www.turvo.pr.gov.br.
O presente Instrumento Convocatório foi confeccionado com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico na forma da Lei Federal Nº 14.133/2021.
Fica eleito o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação.
Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Documentos de Habilitação

ANEXO III – Modelo proposta de preço
ANEXO IV – Minuta do Contrato

Turvo-PR, ...2025

.....
Secretaria Municipal de .....

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
1. Habilitação jurídica
1.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração contratual conforme o caso, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
1.4. No caso de empresas individuais e de responsabilidade limitada, sendo microempresa, empresa de pequeno porte ou demais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede, conforme o caso.
1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
2. Habilitação fiscal, social e trabalhista
2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
2.7. As certidões de comprovação da regularidade fiscal das participantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.
3. Qualificação Econômico-Financeira
3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
4. Qualificação Técnica
4.1. Atestado de capacidade técnica-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público (preferencialmente) ou privado de que a empresa participante já tenha fornecido objeto da mesma natureza ou similar, devendo o(s) documento(s) conter endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma que possibilite o Município valer-se para manter contato. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, ou em caso negativo declarar no próprio documento.
4.1.1. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, caso solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços e/ou entregue os produtos.

ANEXO III – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

(Impressão em papel timbrado ou personalizado da empresa, se houver)
PROPOSTA DE PREÇO
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: (DADOS OBRIGATÓRIOS)

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	E-MAIL:
ENDEREÇO COMPLETO:		
AGÊNCIA BANCÁRIA:	C/C:	
REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PARA TRATATIVAS COM O MUNICÍPIO:		
CPF:	RG:	
TELEFONE DO RESPONSÁVEL:	E-MAIL:	
CONTADOR:	TELEFONE:	
OPÇÃO PELO REGIME DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA: ( ) SIM ( ) NÃO		

2. PROPOSTA:

a) Considerando as informações contidas do Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico nº 00/2025, interessada na contratação do objeto da aludida licitação, vem a empresa acima qualificada a PROPOR ao Município de Turvo (PR) o fornecimento de produtos licitados pelo valor global de R$ ... (...), conforme modelo de Planilha de Formação de Preços abaixo:

Lote ...							
Número do item	**Descrição do Produto e/ou Serviço**	**Quantidade**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
Preço total do lote:							
Preço total da proposta:							

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.
c) No valor total proposto estão englobados todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, comprometendo-nos a saldá-los, por nossa conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão-de-obra, transportes de nosso pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta licitação, incluindo-se a ociosidade de mão de obra e dos equipamentos empregados na execução das obras e serviços.
d) Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.
e) Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, o Município de Turvo (PR) fica desobrigado de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Local, data.

_____
Carimbo da empresa,
Nome e cargo da pessoa que assina.

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).
É dispensado o reconhecimento de firma, e a autenticação nos termos da Lei Federal Nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 considerando que o documento será anexado na plataforma com utilização de senha exclusivamente do participante deste modo serão considerados como legítimos, entretanto poderá ser realizado diligências pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇO

APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL
PROCURADORIA MUNICIPAL

Considerando o disposto pelo art. 53 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a minuta do Edital do Pregão Eletrônico n° 00/2025 (e respectiva minuta de Ata de Registro de Preços e ou contrato) foi encaminhada à esta Procuradoria Municipal para análise e aprovação.
Neste momento, entretanto, considerando os documentos e atos encartados ao processo sob análise e para efeito de prosseguimento à fase externa do certame, declara-se APROVADA a minuta do Edital (e respectiva minuta de Ata de Registro de Preços e ou contrato) da licitação conduzida por este Município sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 00/2025, devendo se proceder, a partir de então, com a convocação dos interessados por meio de publicação do Aviso no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e a publicação da íntegra do Edital (com seus anexos) no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Turvo (http://www.turvo.pr.gov.br/).
Nada mais havendo, por ora, é o Parecer.

Turvo (PR), ... de 2025.

ALETHÉIA GISELLE LEONEL DE ALMEIDA SCHNITZER SIMÕES FALCI
Advogada – OAB/PR 96.251
Procuradora do Município

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:50CFC3F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO - I MODELO EDITAL PARA COMPRAS - DECRETO 169/2025

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/0000

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO (PR)** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO .....** O certame deverá ser processado e julgado à luz da nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. PREÂMBULO

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor Preço (lote único).
Modo de Disputa: ABERTO
Sessão de Abertura: 00 de ..... de 202X.
Recebimento de Propostas: Até às 08h30min de 00 de ..... de 202X
Início da Sessão de Disputa de Preços: As 08h30min do dia 00 de ..... de 202X.
Plataforma: Exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.comprasgovernamentais.gov.br**

Órgão responsável: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR).
UASG: 988453
Contato: Telefone: (42) 3642-1145 (Ramal 206) – E-mail: <licitacao@turvo.pr.gov.br>.
Horário de Atendimento: De segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.
Canal de publicidade: Portal da Transparência do Município de Turvo (PR), disponível em http://www.turvo.pr.gov.br/ (espaço "Licitações e Contratos") e https://www.comprasgovernamentais.gov.br/

CHECK LIST

CARTÃO CNPJ
ATO CONSTITUTIVO
CERTIDÃO FEDERAL
CERTIDÃO ESTADUAL
CERTIDÃO MUNICIPAL
CERTIDÃO FGTS
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CERTIDÃO DE FALÊNCIA
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
OUTROS.....

As certidões deverão ser NEGATIVAS ou POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVA

AVISO
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame. Além disso, faz-se necessária a análise detalhada do edital e seus anexos para a formulação de proposta/lance. A prática injustificada de atos como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo. (acórdão TCU n.º 754- 2015 – Plenário)

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO a contratação de empresa especializada para o fornecimento de ....., em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de ....., autuado na forma do Processo Administrativo nº 00/2025-1Doc, conforme quantidade, descritivo e condições de entrega prevista neste instrumento.
2.2. Justificativa:
2.3. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**
2.4. Os preços máximos a que o Município de Turvo (PR) está disposto a pagar pelos materiais ora licitados estão indicados no Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1.O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**.
3.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
OU
A licitação será realizada em único item.
OU
A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
OU
A licitação será realizada em lote único, formado por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três)dias úteis** antes da data da abertura do certame.
4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@turvo.pr.gov.br.
4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
4.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
5.6. Para os itens/lotes que não excedam a marca de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
5.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
5.7.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
5.8. <u>Não poderão disputar esta licitação</u>:
5.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
5.8.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
5.8.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
5.8.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
5.8.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
5.8.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;
5.8.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
5.8.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
5.8.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
5.8.10. O impedimento de que trata o item 5.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
5.8.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
5.8.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
5.8.13. O disposto nos itens 5.8.2. e 5.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
5.8.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
5.8.15. A vedação de que trata o item 5.8.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
5.9. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de quaisquer itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as participantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
7.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
7.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
7.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
7.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
7.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
7.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 ou 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
7.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
7.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
7.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
7.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
8.1.1. Valor ou desconto..... unitário do item;
8.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
8.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
8.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
8.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTAS E FORMALIZAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor [anual] / [total] / [unitário] do [item] / [grupo].
9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de ..... (....).*
9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
9.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
9.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
9.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
9.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
9.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
9.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.14., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
9.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
9.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
9.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
9.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
9.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
9.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
9.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
9.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
9.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
9.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
9.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
9.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
9.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
9.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
9.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
9.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
9.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
9.22.2.2. Empresas brasileiras;
9.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
9.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos daLei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
9.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
9.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
9.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
9.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
9.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
9.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF;
10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
10.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.7. e 7.5. deste edital.
10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
10.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
10.8.1. Contiver vícios insanáveis;
10.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
10.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
10.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
10.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
10.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
10.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
10.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
10.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
10.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
10.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
10.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
10.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
10.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência. (DEIXAR SOMENTE EM PROCESSOS QUE EXIGEM AMOSTRA)

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1.A habilitação da participante se dará mediante a avaliação dos seguintes documentos:
11.1.1. Em relação à **Habilitação Jurídica** da participante:
11.1.1.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
11.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração contratual conforme o caso, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
11.1.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
11.1.1.4. No caso de empresas individuais e de responsabilidade limitada, sendo microempresa, empresa de pequeno porte ou demais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede, conforme o caso.
11.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
11.1.2. Em relação à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** da participante:
11.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
11.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
11.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
11.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
11.1.2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
11.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
11.1.3. Em relação à **Qualificação Econômica Financeira** da participante:
11.1.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
11.1.4. Em relação à **Qualificação Técnica** da participante:
11.1.4.1. Atestado de capacidade técnica-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público (preferencialmente) ou privado de que a empresa participante já tenha fornecido objeto da mesma natureza ou similar, devendo o(s) documento(s) conter endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma que possibilite o Município valer-se para manter contato. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, ou em caso negativo declarar no próprio documento.
11.1.4.1.1. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, caso solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços e/ou entregue os produtos.
11.2. Os documentos previstos para comprovação da habilitação, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, assim serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
11.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão considerados legítimos e autênticos quando juntados na plataforma compras.gov e/ou SICAF uma vez que são anexados por login e senha exclusivamente do participante, neste sentido já submisso a veracidade, entretanto poderá ser realizado diligência pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos do artigo 64 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
11.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
11.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
11.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
11.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
11.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
11.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
11.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
11.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no item dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
11.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
11.12.3. Destaca-se ainda que este edital se submete expressamente ao Acórdão nº 1211/2021 do Tribunal de Contas da União – TCU.
11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
11.16. Após transcorrido o prazo de 2 (duas) horas para o envio dos documentos, caso a licitante seja habilitada os documentos da empresa serão disponibilizados no site do Município, juntamente com os demais documentos pertinentes a este certame, para análise das demais licitantes promoverem seu convencimento sobre intenção de recurso.
11.16.1. Caso a empresa tenha enviados os documentos dentro do sistema Compras.Gov, não será necessário a disponibilização dos documentos no site do município, considerando que todas as empresas participantes tem acesso aos documentos de dentro do sistema.
11.17. As certidões de comprovação da regularidade fiscal das participantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
12.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
12.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município de Turvo/PR.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A adjudicação ao licitante vencedor será de responsabilidade do Prefeito de Turvo (PR), ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.
13.2. Ocorrendo a interposição de recursos, a adjudicação será realizada após a decisão dos mesmos.
13.3. A homologação da licitação é de responsabilidade do Prefeito de Turvo (PR), só podendo ser efetuada após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.
13.4. O Prefeito de Turvo (PR) poderá revogar, anular ou transferir a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14. DO CONTRATO, NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente a adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
14.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
14.2. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a contratante verificará as condições de habilitação e qualificação da contratada, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo.
14.3. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
14.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
14.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
14.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. Comporão o Órgão Gerenciador do contrato oriundo do presente certame:
14.7.1. ....., como Gestor.
14.7.2. ....., como fiscal.

15. DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

15.1. A execução do contrato ocorrerá de forma fracionada (os materiais/serviços serão solicitados gradativamente, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de .....). A contratada deverá fornecer os produtos/ prestar os serviços nos termos das disposições a seguir:
15.1.1. Local: .....
15.1.2. Prazo: Em até ..... dias após o recebimento da Requisição de Compra emitida e encaminhada, por servidor do Município de Turvo (PR).
15.2. O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.

16. DO PAGAMENTO

16.1. RECEBIMENTO DO OBJETO
16.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
16.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
16.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
16.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
16.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
16.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
16.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
16.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
16.2. LIQUIDAÇÃO
16.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
16.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo- se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
16.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
16.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
16.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
16.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
16.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
16.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
16.3. PRAZO DE PAGAMENTO
16.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
16.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA de correção monetária, daquele período.

16.4. FORMA DE PAGAMENTO
16.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
16.4.1.1. Não serão aceitos boletos encaminhados pela contratada com data inferior aquelas determinadas neste edital.
16.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
16.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
16.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
16.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda do presente certame serão custeadas por dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Turvo (PR) para o exercício de 2025, de acordo com a classificação a seguir:

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
18.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
18.2.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
18.1.5. Fraudar a licitação.
18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
18.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
18.2.1. Advertência;
18.2.2. Multa;
18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
18.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta Contratual, anexo deste Edital.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Todas as participantes desta licitação devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e execução do objeto.
20.1.1. Para os propósitos deste item, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:
20.1.1.1. "Prática Corrupta": oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
20.1.1.2. "Prática Colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
20.1.1.3. "Prática Coercitiva": causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
20.1.1.4. "Prática Obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município de Turvo (PR), com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática irregular, bem como atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município de Turvo (PR) e/ou órgão de financiamento multilateral promover inspeção destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.
20.2. Considerando os compromissos encartados no item 20.1.1. e subitens, a participante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que o Município de Turvo (PR) e/ou organismos de financiamento multilateral (através de pessoas por ele[s] formalmente indicadas) possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
20.3. O Município de Turvo (PR), garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 14.133/2021, se comprovar envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no Portal da transparência do Município de Turvo (PR).
21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico portal de transparência ''espaço licitações e contratos'' disponível em www.turvo.pr.gov.br
21.11. O presente Instrumento Convocatório foi confeccionado com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico na forma da Lei Federal Nº 14.133/2021.
21.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação.
21.13. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
I – Termo de Referência;
II – Proposta Escrita;
III – Minuta do contrato
Turvo (PR), ...de ..... de 2025.

.....
Secretaria Municipal de .....

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 00/2025
2. OBJETO:
3. JUSTIFICATIVA:
4. TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço (por lote).
5. REGIME DE EXECUÇÃO:
6. VALOR ESTIMADO: R$).
7. DESCRITIVO DO OBJETO:

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

(Impressão em papel timbrado ou personalizado da empresa, se houver)
PROPOSTA DE PREÇO
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: (DADOS OBRIGATÓRIOS)

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	E-MAIL:
ENDEREÇO COMPLETO:		
AGÊNCIA BANCÁRIA:	C/C:	
REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PARA TRATATIVAS COM O MUNICÍPIO:		
CPF:	RG:	
TELEFONE DO RESPONSÁVEL:	E-MAIL:	
CONTADOR:	TELEFONE:	
OPÇÃO PELO REGIME DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA: ( ) SIM ( ) NÃO		

2. PROPOSTA:
a) Considerando as informações contidas do Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico nº 00/2025, interessada na contratação do objeto da aludida licitação, vem a empresa acima qualificada a PROPOR ao Município de Turvo (PR) o fornecimento de produtos licitados pelo valor global de R$ ... (...), conforme modelo de Planilha de Formação de Preços abaixo:

Lote ...							
Número do item	**Descrição do Produto e/ou Serviço**	**Quantidade**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
Preço total do lote:							
Preço total da proposta:							

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.
c) No valor total proposto estão englobados todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, comprometendo-nos a saldá-los, por nossa conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão-de-obra, transportes de nosso pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta licitação, incluindo-se a ociosidade de mão de obra e dos equipamentos empregados na execução das obras e serviços.
d) Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.
e) Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, o Município de Turvo (PR) fica desobrigado de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Local, data.

_____
Carimbo da empresa,
Nome e cargo da pessoa que assina.

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).
É dispensado o reconhecimento de firma, e a autenticação nos termos da Lei Federal Nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 considerando que o documento será anexado na plataforma com utilização de senha exclusivamente do participante deste modo serão considerados como legítimos, entretanto poderá ser realizado diligências pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL
PROCURADORIA MUNICIPAL

Considerando o disposto pelo art. 53 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a minuta do Edital do Pregão Eletrônico n° 00/2025 (e respectiva minuta de Ata de Registro de Preços e ou contrato) foi encaminhada à esta Procuradoria Municipal para análise e aprovação.
Neste momento, entretanto, considerando os documentos e atos encartados ao processo sob análise e para efeito de prosseguimento à fase externa do certame, declara-se APROVADA a minuta do Edital (e respectiva minuta de Ata de Registro de Preços e ou contrato) da licitação conduzida por este Município sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 00/2025, devendo se proceder, a partir de então, com a convocação dos interessados por meio de publicação do Aviso no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e a publicação da íntegra do Edital (com seus anexos) no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Turvo (http://www.turvo.pr.gov.br/).
Nada mais havendo, por ora, é o Parecer.

Turvo (PR), ... de 2025.

ALETHÉIA GISELLE LEONEL DE ALMEIDA SCHNITZER SIMÕES FALCI
Advogada – OAB/PR 96.251
Procuradora do Município

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:B0B29355

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IV MODELO CONTRATO SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA - DECRETO 169/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° .../2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° /2025 CUJO OBJETO É A ..... EM SÃO PARTES, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TURVO/PR, E DE OUTRO, A EMPRESA ...

O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ....., brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR, denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede localizada na ....., Nº ....., no Município de ....., CEP ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade Nº ..... e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº ....., denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N°. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de ....., a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

A execução do contrato ocorrerá de forma fracionada (os materiais serão solicitados gradativamente, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal ....). A contratada deverá fornecer os produtos nos termos das disposições:

Local: .....

Prazo: .....

O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.

O recebimento e aceitação dos produtos entregues estarão sujeitos à sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), podendo ser rejeitados caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação constantes neste instrumento. Nestas circunstâncias, as parcelas falhas do objeto deverão ser substituídas pela fornecedora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de sanção.

Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente às expensas da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor mensal da contratação é de R$ ..... *(.....)*, perfazendo o valor total de R$ ..... *(....)*.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento dar-se-á, até o 30º (trigésimo) dia após o fornecimento de produtos, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da contratada, com a respectiva comprovação atestada pelo Município de Turvo (PR), de acordo com as especificações e os quantitativos solicitados em cada ocasião e em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 00/2023, através do órgão gerenciador dos contratos dela decorrentes, desde que sejam atendidas pela contratada as seguintes condições:

Entregue ao Município de Turvo (PR) a Nota Fiscal devidamente preenchida com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência ao vencimento, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal obrigatória, devidamente atualizada;

Indicação do nº do contrato e o nº do pregão.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" por servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos produtos efetivamente entregues.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.
CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.
O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
Paraos custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.
A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).
Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)
É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)
Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento *IGPM/IPCA*, com base na seguinte fórmula:
R = V (I – Iº) / Iº, onde:
R = Valor do reajustamento procurado;
V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;
As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a .... %.
Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.
Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.
A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

OU

A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

BEM 1..... Valor
BEM 2 .....Valor
...
TOTAL ..... Valor total

OU

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

OU

O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

BEM 1..... Valor
BEM 2 .....Valor
...
TOTAL ..... Valor total

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.
Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.
A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.
O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:
a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e
os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).
O contratante poderá ainda:
nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Turvo do exercício de 2023, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática	Conta de Despesa	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo de fonte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
O presente Contrato se vincula, para todos os efeitos, ao procedimento do Pregão Eletrônico nº 00/2023
Aplicam-se ao presente Contrato a Lei Federal nº 14.133/21 e ainda, no que couber, da Lei Federal nº 8.078/1990
Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente Contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, Parágrafo único, do Código Civil), bem como desconformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado, observando, em todos os casos, as disposições da Lei Federal nº 14.133/21
A minuta do presente contrato foi confeccionada com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico, razão pela qual, em cumprimento ao disposto pelo inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/21, segue **aprovada**. Responsável: **Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci** advogada inscrito nos quadros da OAB/PR sob o nº 96.251.

Turvo/PR, ... de ..... de 2023

_____.	_____
Prefeito Municipal	Representante
Contratante	Contratada

_____	_____
Testemunha	**Testemunha**
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:C2B68541

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO V MODELO CONTRATO SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA - DECRETO 169/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N˚ .../2023, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO N˚ /2023 CUJO OBJETO É A ..... EM SÃO PARTES, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TURVO/PR, E DE OUTRO, A EMPRESA ...

O MUNICÍPIO DE TURVO (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ....., Turvo/PR, denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede localizada na ....., Nº ....., no Município de ....., CEP ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade Nº ..... e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº ....., denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N°. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas..
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ……....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

A execução do contrato ocorrerá de forma fracionada (os materiais serão solicitados gradativamente, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal ....). A contratada deverá fornecer os produtos nos termos das disposições:
Local: .....
Prazo: .....
O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.
O recebimento e aceitação dos produtos entregues estarão sujeitos à sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), podendo ser rejeitados caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação constantes neste instrumento. Nestas circunstâncias, as parcelas falhas do objeto deverão ser substituídas pela fornecedora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de sanção.
Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente às expensas da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de R$..... (.....)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento dar-se-á, até o 30º (trigésimo) dia após o fornecimento de produtos, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da contratada, com a respectiva comprovação atestada pelo Município de Turvo (PR), de acordo com as especificações e os quantitativos solicitados em cada ocasião e em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 00/2023, através do órgão gerenciador dos contratos dela decorrentes, desde que sejam atendidas pela contratada as seguintes condições:
Entregue ao Município de Turvo (PR) a Nota Fiscal devidamente preenchida com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência ao vencimento, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal obrigatória, devidamente atualizada;
Indicação do nº do contrato e o nº do pregão.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" por servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos produtos efetivamente entregues.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM - FGV) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA– FGV), de todos o menor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta).
Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~*Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*~~
~~*O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*~~
~~*Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*~~

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado e emitir autorização se for o caso.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Turvo do exercício de 2023, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática	Conta de Despesa	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo de fonte

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
O presente Contrato se vincula, para todos os efeitos, ao procedimento do Pregão Eletrônico nº 00/2023
Aplicam-se ao presente Contrato a Lei Federal nº 14.133/21 e ainda, no que couber, da Lei Federal nº 8.078/1990
Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente Contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, Parágrafo único, do Código Civil), bem como desconformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado, observando, em todos os casos, as disposições da Lei Federal nº 14.133/21
A minuta da presente contrato foi confeccionada com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico, razão pela qual, em cumprimento ao disposto pelo inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/21, segue **aprovada**. Responsável: **Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci** advogada inscrito nos quadros da OAB/PR sob o nº 96.251.

Turvo/PR, ... de ..... de 2023

_____	_____
Prefeito Municipal	Representante
Contratante	Contratada

_____	_____
Testemunha	**Testemunha**
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:8F8D00AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 878/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal nº 67/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Eleitoral Institucional e fiscalizadora do processo de eleição para diretor das unidades escolares municipais de ensino de Turvo, conforme tabela abaixo, relacionando cada unidade de ensino com sua respectiva comissão:

CMEI IRMÃ ANCILA	
Professor Titular	Viviane do Belém Machado Leal.
Professor Titular	Marli Penteado
Professor Suplente	Sirlei Veber Fiuza Kuchla Marcia
Professor Suplente	Marcia Aparecida Cordeiro dos Santos Eurich
Funcionário Titular	Elemair do Espirito Santo Camargo
Funcionário Suplente	Isis Beatriz Amaral
Representante Titular legal por alunos não votantes	Jaqueline Oliveira dos Santos
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Mari Claudia zampier Leite
CMEI PADRE JOÃO ADOLFO BARENDSE	
Professor Titular	Sibele Pereira Schinemann
Professor Titular	Josane Gevenka Marcondes
Professor Suplente	Luciane Terezinha Mateus Gula
Professor Suplente	Eliane Brotsko
Funcionário Titular	Elis Cristiny Garcia
Funcionário Suplente	Patricia Camargo de Oliveira
Representante Titular legal por alunos não votantes	Jociane Coronetti
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Tatiane de Fatima Andrade Stori
CMEI SEMENTE DO AMANHÃ	
Professor Titular	Maria Claudet Oliveira Raiffer de Paula
Professor Titular	Maristela da Fama
Professor Suplente	MayaraPpadilha de Mattos
Professor Suplente	Irineia Michalichen
Funcionário Titular	Guivania Resaeski
Funcionário Suplente	Keler de Fatima Barbosa
Representante Titular legal por alunos não votantes	Jhenifer Karol da Silva
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Andreia Lopes da Rosa Vaz
CMEI VÓ LUIZA	
Professor Titular	Suzane Aparecida Puppo
Professor Titular	Fernanda Soares Pereira
Professor Suplente	Edina Binde Lopes
Professor Suplente	Franceslaine Ferreira da Silva
Funcionário Titular	Elvira Cristina Schineider
Funcionário Suplente	Cirene Rodrigues Zampier
Representante Titular legal por alunos não votantes	Kacel Brandalize da Silva
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Andreia Brandalize
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO INFÂNCIA FELIZ	
Professor Titular	Sérgio Zak
Professor Titular	Sandra Weber
Professor Suplente	Elizabeth de Oliveira Neumann dos Santos
Professor Suplente	Lúcia Xavier Pereira
Funcionário Titular	Dalva Fernandes Soares Brugge
Funcionário Suplente	Samira Pereira Tluscik
Representante Titular legal por alunos não votantes	Eliane Amaral Djubati
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Adriana Wennek
ESCOLA MUNICIPAL FRIDA RICKLI NAIVERTH	
Professor Titular	Marielli Alves de Lima

Professor Titular	Elaine Tratch Weber
Professor Suplente	Guilherme Honório
Professor Suplente	Jucimara dos Santos Batista
Funcionário Titular	Silvana Chamorra Gonçalves
Funcionário Suplente	Soeli Zampier
Representante Titular legal por alunos não votantes	Renilda Oliveira de Araujo
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Cintia de Oliveira
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MIGUEL MAIA	
Professor Titular	Bernadete Gurnaski de Lima
Professor Titular	Marluci Kurlhiak
Professor Suplente	Solange Meira de Souza Poczenek
Professor Suplente	Claudinéia Barbosa de Lara Hiucartz
Funcionário Titular	Rosi Terezinha Siqueira de Araújo
Funcionário Suplente	Gislaine de Fátima Rodrigues
Representante Titular legal por alunos não votantes	Eliane Bilobran
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Cassiana Camargo Caetano
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ELIAS ABRAHÃO	
Professor Titular	Gisele Pepes Da Silva
Professor Titular	Edina Pelosi
Professor Suplente	Robson Luiz Bastos Silvestre
Professor Suplente	Edejane Venski Machado
Funcionário Titular	Kelis Aparecida Moreira
Funcionário Suplente	Lucia Aparecida Navroski
Representante Titular legal por alunos não votantes	Larissa Horst
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Talita De Almeida Zeni
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO SANTA ANITA	
Professor Titular	Jackson Maciel
Professor Titular	Janaina de Lara
Professor Suplente	Bruna Maciel de Oliveira
Professor Suplente	Andreia Korobinske
Funcionário Titular	Jocimara Nogueira
Representante Titular legal por alunos não votantes	Aline Denise Schinemann
Representante Suplente legal por alunos não votantes	Dirlene da Conceição Andrade Chicouske

Art. 2º - São atribuições das Comissões Eleitorais Institucionais:

I – designar presidente, secretário e suplentes;
II – confeccionar e rubricar as cédulas;
III – conferir a identificação dos votantes;
IV – lavrar ata de votação e de apuração;
V – divulgar o processo eleitoral;
VI – organizar assembleia geral para apresentação dos Planos de Gestão;
VII – fiscalizar o processo no dia da votação;
VIII – encaminhar o resultado e eventuais recursos à Comissão Eleitoral Central.
Parágrafo único. É vedada a participação de candidatos, cônjuges ou parentes até o segundo grau na Comissão Eleitoral Institucional.

Art. 3º - As comissões relacionadas no presente ato deverão submeter- se as regras contidas na Lei Municipal Nº 67/2025 e aos princípios basilares da administração pública, em especial ao da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º - Este Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 11 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EB35FF03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20251112_170714.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 16/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ5E69	279370CND0000114	25/07/2025	50292	R$ 880,41
ABL0A63	279370T000013985	21/08/2025	55412	R$ 195,23
ACA7766	279370T000014116	09/09/2025	51851	R$ 195,23
AEN6119	279370T000013999	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AFJ9783	279370T000013974	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AFV9322	279370T000014021	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AGV4D16	279370T000013970	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AHI3750	279370T000013954	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AJA2998	279370T000014022	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AJE9885	279370T000014020	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AJL3062	279370T000013995	21/08/2025	55412	R$ 195,23

AKL2701	279370T000014036	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AKV3A09	279370T000014059	22/08/2025	55412	R$ 195,23
ALM4C84	279370T000014007	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AMF0111	279370T000014057	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AMG9878	279370T000013975	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AMM4453	279370T000014004	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AOA5C22	279370T000014056	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AOE4B77	279370T000013958	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AOO8801	116100T001708494	01/09/2025	55411	R$ 195,23
AOS1A21	279370T000014068	22/08/2025	55412	R$ 195,23
APM6I63	279370T000014017	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AQY6927	279370T000014042	22/08/2025	55412	R$ 195,23
ARI3075	279370T000014111	25/08/2025	55412	R$ 195,23
ATD8073	279370T000014092	08/09/2025	51851	R$ 195,23
ATT8H52	279370T000014029	21/08/2025	55412	R$ 195,23
ATX2461	279370T000014091	08/09/2025	51851	R$ 195,23
ATZ2542	279370T000014016	21/08/2025	55412	R$ 195,23
AUE6982	279370T000014095	25/08/2025	55412	R$ 195,23
AUF4F70	279370T000013969	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AUF7608	279370T000014064	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AUN2J08	279370T000014084	23/08/2025	55412	R$ 195,23
AUN2J08	279370T000014049	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AUR9H57	279370T000013959	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AUX1A19	279370T000014033	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AUY0A89	279370T000014112	25/08/2025	55412	R$ 195,23
AVH6F70	279370T000013983	04/09/2025	55411	R$ 195,23
AVJ5E71	279370T000014070	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AVM8330	279370T000013950	20/08/2025	55412	R$ 195,23
AWO3D88	279370T000013982	04/09/2025	55417	R$ 195,23
AWR0B22	279370T000014051	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AYA3265	279370T000014039	22/08/2025	55412	R$ 195,23
AYW4F18	279370T000014103	25/08/2025	55412	R$ 195,23
BAI6479	116100T003146101	02/09/2025	54100	R$ 130,16
BAQ6G53	279370T000013967	20/08/2025	55412	R$ 195,23
BAR2F14	279370T000014083	23/08/2025	55412	R$ 195,23
BAV2563	279370T000014009	21/08/2025	55412	R$ 195,23
BAZ2H44	279370T000013951	20/08/2025	55412	R$ 195,23
BBJ2F21	279370T000014001	21/08/2025	55412	R$ 195,23
BBY2A92	279370T000014065	22/08/2025	55412	R$ 195,23
BCS0J85	279370T000014120	09/09/2025	76332	R$ 293,47
BDH8I90	279370T000014094	25/08/2025	55412	R$ 195,23
BEN8B35	279370T000014013	21/08/2025	55412	R$ 195,23
BEU8C05	116100T001387017	28/08/2025	76700	R$ 195,23
BEV8G21	116100T002986899	28/08/2025	55500	R$ 130,16
BEZ9G82	116100T002540681	01/09/2025	55500	R$ 130,16
BKI3D91	279370T000014109	25/08/2025	55412	R$ 195,23
DDK3891	279370T000014041	22/08/2025	55412	R$ 195,23
DMI3C75	279370T000013965	20/08/2025	55412	R$ 195,23
DON2802	279370T000014045	22/08/2025	55412	R$ 195,23
DSB4D96	279370T000013984	21/08/2025	55412	R$ 195,23
DTB6241	279370T000014008	21/08/2025	55412	R$ 195,23
DTQ5F15	279370T000013981	20/08/2025	55412	R$ 195,23
DUS0F47	279370NIC0008425	19/08/2025	50020	R$ 390,46
EDV7123	279370T000014090	23/08/2025	55412	R$ 195,23
EJL5I57	279370T000013972	20/08/2025	55412	R$ 195,23
EKO0774	279370T000014032	21/08/2025	55412	R$ 195,23
EMM4E59	279370NIC0008421	16/08/2025	50020	R$ 260,32
EMV1D39	279370NIC0008423	16/08/2025	50020	R$ 390,46
ENL2I47	279370T000013948	20/08/2025	55412	R$ 195,23
EVS9I46	279370T000014107	25/08/2025	55412	R$ 195,23
EZZ9933	279370T000014018	21/08/2025	55412	R$ 195,23
FAA6J36	279370T000014031	21/08/2025	55412	R$ 195,23
FBB9091	279370T000013998	21/08/2025	55412	R$ 195,23
FBB9091	279370T000014076	23/08/2025	55412	R$ 195,23
FBY6E76	279370T000013976	20/08/2025	55412	R$ 195,23
FGR6B22	279370T000014082	23/08/2025	55412	R$ 195,23
FGZ0H49	279370T000014052	22/08/2025	55412	R$ 195,23
FKZ3J07	279370T000013978	20/08/2025	55412	R$ 195,23
FOF2168	279370T000014003	21/08/2025	55412	R$ 195,23
FPI8A12	279370T000013947	20/08/2025	55412	R$ 195,23
FSE5H39	116100T001384180	31/08/2025	54521	R$ 195,23
GGL1H78	279370T000013962	20/08/2025	55412	R$ 195,23
GYI9465	279370NIC0008424	19/08/2025	50020	R$ 390,46
GZB5D26	279370T000014058	22/08/2025	55412	R$ 195,23
HCG4294	279370T000013971	20/08/2025	55412	R$ 195,23
HCG4E21	279370T000013956	20/08/2025	55412	R$ 195,23
HFF0B73	279370T000014000	21/08/2025	55412	R$ 195,23
HNW5H34	279370T000013961	20/08/2025	55412	R$ 195,23
IKE8550	279370T000014037	22/08/2025	55412	R$ 195,23
IKR0903	279370T000013973	20/08/2025	55412	R$ 195,23
IOJ6929	279370T000013953	20/08/2025	55412	R$ 195,23
IRQ7F54	279370T000014019	21/08/2025	55412	R$ 195,23
ISW7I26	279370T000013987	21/08/2025	55412	R$ 195,23
ITG2D41	279370T000014028	21/08/2025	55412	R$ 195,23
IXX5E17	279370T000014012	21/08/2025	55412	R$ 195,23
LYN0I82	279370T000014043	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MCQ1607	279370T000014061	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MCR6238	279370T000014096	25/08/2025	55412	R$ 195,23
MCS8907	279370T000014053	22/08/2025	55412	R$ 195,23

MDD4681	279370T000013993	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MEK3G75	279370T000014118	09/09/2025	76332	R$ 293,47
MFF5047	279370T000014093	08/09/2025	51851	R$ 195,23
MFF9I47	279370T000013945	20/08/2025	55412	R$ 195,23
MFX1B36	279370T000014102	25/08/2025	55412	R$ 195,23
MGG7C86	279370T000014105	25/08/2025	55412	R$ 195,23
MGI1D37	279370NIC0008422	16/08/2025	50020	R$ 260,32
MGV3E34	279370T000014086	23/08/2025	55412	R$ 195,23
MGV3E34	279370T000014002	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MGV3E34	279370T000014073	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MHC2275	279370T000014023	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MHG8A06	279370T000014006	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MHN4610	116100T003121702	28/08/2025	55090	R$ 130,16
MHO0I70	279370T000014005	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MHT2G03	279370T000014015	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MIR7F81	279370T000014078	23/08/2025	55412	R$ 195,23
MIT4651	279370T000014121	09/09/2025	76332	R$ 293,47
MJC4B69	279370T000014081	23/08/2025	55412	R$ 195,23
MJE1306	279370T000014060	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MJP2F84	279370T000014048	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MJT4E33	279370T000014104	25/08/2025	55412	R$ 195,23
MJT6I61	279370T000014069	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MJV1094	279370T000014026	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MJX3E85	279370T000014071	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MKB6F30	279370T000013977	20/08/2025	55412	R$ 195,23
MKD0G87	279370T000014024	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MKF8566	279370T000014027	21/08/2025	55412	R$ 195,23
MKL0E26	279370T000014072	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MLD1H38	279370T000014062	22/08/2025	55412	R$ 195,23
MLD1H38	279370T000014079	23/08/2025	55412	R$ 195,23
MLJ1A08	279370T000013966	20/08/2025	55412	R$ 195,23
MMA4A82	279370T000014115	25/08/2025	55412	R$ 195,23
MWZ0J46	279370T000014114	25/08/2025	55412	R$ 195,23
NKZ7J82	279370T000014034	22/08/2025	55412	R$ 195,23
OKF1F10	279370T000013980	20/08/2025	55412	R$ 195,23
OKF8G41	279370T000014098	25/08/2025	55412	R$ 195,23
OYS8D86	279370T000014106	25/08/2025	55412	R$ 195,23
PKR7E62	279370T000014050	22/08/2025	55412	R$ 195,23
PUB5C90	279370T000014055	22/08/2025	55412	R$ 195,23
PXD7E63	116100T003131452	29/08/2025	54522	R$ 195,23
PYZ9340	279370T000014044	22/08/2025	55412	R$ 195,23
QHM2B76	279370T000014075	23/08/2025	55412	R$ 195,23
QHS7679	279370T000013979	20/08/2025	55412	R$ 195,23
QHV3F61	279370T000014046	22/08/2025	55412	R$ 195,23
QIP0H55	279370T000013946	20/08/2025	55412	R$ 195,23
QIQ8D98	279370T000014035	22/08/2025	55412	R$ 195,23
QIT1D88	279370T000013996	21/08/2025	55412	R$ 195,23
QJM3965	279370T000014080	23/08/2025	55412	R$ 195,23
QJO4J63	279370T000014087	23/08/2025	55412	R$ 195,23
QJW8659	279370T000014108	25/08/2025	55412	R$ 195,23
QNS9I09	279370T000013990	21/08/2025	55412	R$ 195,23
QPH6167	279370T000013997	21/08/2025	55412	R$ 195,23
QUD9A55	279370T000014047	22/08/2025	55412	R$ 195,23
QVH0H31	279370T000013952	20/08/2025	55412	R$ 195,23
RAD5378	279370T000014088	23/08/2025	55412	R$ 195,23
REB2J56	279370T000014089	23/08/2025	55412	R$ 195,23
RHF6I87	279370T000013963	20/08/2025	55412	R$ 195,23
RLF5F48	279370T000014097	25/08/2025	55412	R$ 195,23
RLO0H36	279370T000014038	22/08/2025	55412	R$ 195,23
RTQ4J08	279370T000014119	09/09/2025	76331	R$ 293,47
RXM6F37	279370T000013964	20/08/2025	55412	R$ 195,23
RXP1D08	279370T000013949	20/08/2025	55412	R$ 195,23
RXW6F48	279370T000013986	21/08/2025	55412	R$ 195,23
RXX0B37	279370T000014030	21/08/2025	55412	R$ 195,23
RYG0C81	116100T000555801	01/09/2025	54600	R$ 130,16
RYI6B18	279370NIC0008426	19/08/2025	50020	R$ 390,46
RYJ8E10	279370T000013968	20/08/2025	55412	R$ 195,23
RYQ3A88	279370T000013989	21/08/2025	55412	R$ 195,23
RYS7D21	279370T000014113	25/08/2025	55412	R$ 195,23
RYU9B76	279370T000013960	20/08/2025	55412	R$ 195,23
SEA8F74	279370T000014040	22/08/2025	55412	R$ 195,23
SFK1F01	279370T000014110	25/08/2025	55412	R$ 195,23
SFM7J18	279370T000014054	22/08/2025	55412	R$ 195,23
SXB8E81	279370T000014067	22/08/2025	55412	R$ 195,23
SXI5E96	279370T000013991	21/08/2025	55412	R$ 195,23
TBM9G16	279370T000013955	20/08/2025	55412	R$ 195,23
TDA6E94	279370T000014100	25/08/2025	55412	R$ 195,23
TPO5D64	279370T000014117	09/09/2025	60681	R$ 195,23
TPT4G86	279370T000013994	21/08/2025	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5AD33220

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
011 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	35.072.000,00	47.627.000,00	45.572.337,15	95,69
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	7.500.000,00	9.944.387,63	132,59
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	3.055.000,00	5.269.429,50	172,49
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.869.000,00	23.869.000,00	19.026.731,57	79,71
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	12.203.000,00	13.203.000,00	11.331.788,45	85,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	167.100.000,00	169.240.000,00	127.986.140,22	75,62
Cota-Parte FPM	69.600.000,00	70.800.000,00	50.846.226,64	71,82
Cota-Parte ITR	200.000,00	200.000,00	407.679,83	203,84
Cota-Parte IPVA	26.500.000,00	26.500.000,00	15.661.112,51	59,10
Cota-Parte ICMS	70.000.000,00	70.940.000,00	60.207.381,66	84,87
Cota-Parte IPI-Exportação	800.000,00	800.000,00	863.739,58	107,97
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	202.172.000,00	216.867.000,00	173.558.477,37	80,03

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	57.359.800,0	53.832.901,4	43.676.463,81	81,13	43.609.455,30	81,01	42.403.121,02	78,77
Despesas Correntes	56.889.800,0	51.962.901,4	42.109.623,19	81,04	42.042.614,68	80,91	40.838.499,66	78,59
Despesas de Capital	470.000,00	1.870.000,00	1.566.840,62	83,79	1.566.840,62	83,79	1.564.621,36	83,67
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.383.000,00	4.289.173,44	3.698.642,48	86,23	3.698.642,48	86,23	3.698.642,48	86,23
Despesas Correntes	1.383.000,00	4.289.173,44	3.698.642,48	86,23	3.698.642,48	86,23	3.698.642,48	86,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	2.880.000,00	2.960.000,00	2.778.319,64	93,86	2.778.319,64	93,86	2.745.798,32	92,76
Despesas Correntes	2.870.000,00	2.950.000,00	2.778.319,64	94,18	2.778.319,64	94,18	2.745.798,32	93,08
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	61.622.800,0	61.082.074,9	50.153.425,93	82,11	50.086.417,42	82,00	48.847.561,82	79,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	50.153.425,93	50.086.417,42	48.847.561,82
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	50.153.425,93	50.086.417,42	48.847.561,82

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	26.033.771,61		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	24.119.654,32	24.052.645,81	22.813.790,21
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	28,90	28,86	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2025	26.033.771,6	50.153.425,9	24.119.654,3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.119.654,3	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	21.200.000,00	33.402.652,53	30.865.854,26	92,41
Proveniente da União	20.050.000,00	30.553.085,02	27.182.943,81	88,97
Proveniente dos Estados	1.150.000,00	2.849.567,51	3.682.910,45	129,24
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	464.000,00	464.000,00	1.223.861,57	263,76
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	21.664.000,00	33.866.652,53	32.089.715,83	94,75

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	10.980.000,0	25.707.156,2	22.042.542,96	85,74	21.528.498,04	83,75	21.251.931,56	82,67
Despesas Correntes	10.830.000,0	23.949.477,4	21.003.052,40	87,70	20.510.235,48	85,64	20.233.669,00	84,48
Despesas de Capital	150.000,00	1.757.678,76	1.039.490,56	59,14	1.018.262,56	57,93	1.018.262,56	57,93
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	8.419.500,00	6.852.689,86	4.777.563,30	69,72	4.760.115,64	69,46	4.755.116,64	69,39
Despesas Correntes	8.416.500,00	6.849.689,86	4.777.563,30	69,75	4.760.115,64	69,49	4.755.116,64	69,42
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.759.500,00	2.173.500,00	2.119.896,66	97,53	2.119.896,66	97,53	2.119.896,66	97,53
Despesas Correntes	1.744.500,00	2.158.500,00	2.119.896,66	98,21	2.119.896,66	98,21	2.119.896,66	98,21
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	21.159.000,0	34.733.346,0	28.940.002,92	83,32	28.408.510,34	81,79	28.126.944,86	80,98

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	68.339.800,0	79.540.057,7	65.719.006,77	82,62	65.137.953,34	81,89	63.655.052,58	80,03
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	9.802.500,00	11.141.863,3	8.476.205,78	76,08	8.458.758,12	75,92	8.453.759,12	75,87
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	4.639.500,00	5.133.500,00	4.898.216,30	95,42	4.898.216,30	95,42	4.865.694,98	94,78
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	82.781.800,0	95.815.421,0	79.093.428,85	82,55	78.494.927,76	81,92	76.974.506,68	80,34

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:31DEC64D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	253.740.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	268.995.533,20	100,00	76.462.309,97	53.609.024,10	261.706.834,21	100,00	83.751.008,96
ADMINISTRAÇÃO	19.700.000,00	20.240.533,42	3.310.812,79	16.426.361,29	6,11	3.814.172,13	3.330.595,48	16.206.697,22	6,19	4.033.836,20
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.748.000,00	2.751.000,00	498.765,60	2.383.883,89	0,89	367.116,11	498.442,13	2.383.560,42	0,91	367.439,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.952.000,00	17.489.533,42	2.812.047,19	14.042.477,40	5,22	3.447.056,02	2.832.153,35	13.823.136,80	5,28	3.666.396,62
SEGURANÇA PÚBLICA	307.000,00	6.900,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00
DEFESA CIVIL	307.000,00	6.900,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00	0,00	0,00	0,00	6.900,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.643.000,00	8.343.538,77	1.543.118,18	6.974.748,03	2,59	1.368.790,74	1.390.671,80	6.792.318,33	2,60	1.551.220,44
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.630.000,00	5.107.374,64	931.034,10	4.525.683,38	1,68	581.691,26	920.478,43	4.489.305,29	1,72	618.069,35
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	9.000,00	52.142,95	0,00	38.348,74	0,01	13.794,21	0,00	38.348,74	0,01	13.794,21
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	751.000,00	1.066.522,15	147.273,93	739.228,92	0,27	327.293,23	144.366,06	736.321,05	0,28	330.201,10
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	188.000,00	605.176,00	215.719,30	525.213,42	0,20	79.962,58	107.579,30	417.073,42	0,16	188.102,58
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	1.065.000,00	1.512.323,03	249.090,85	1.146.273,57	0,43	366.049,46	218.248,01	1.111.269,83	0,42	401.053,20
SAÚDE	83.860.000,00	107.071.309,97	16.650.144,15	87.158.703,34	32,40	19.912.606,63	16.744.494,94	86.560.202,25	33,08	20.511.107,72
ATENÇÃO BÁSICA	69.415.000,00	79.874.257,71	12.531.879,55	65.747.250,86	24,44	14.127.006,85	12.611.233,34	65.166.197,43	24,90	14.708.060,28
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	9.805.500,00	22.063.552,26	3.058.274,37	16.513.236,18	6,14	5.550.316,08	3.073.271,37	16.495.788,52	6,30	5.567.763,74
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.639.500,00	5.133.500,00	1.059.990,23	4.898.216,30	1,82	235.283,70	1.059.990,23	4.898.216,30	1,87	235.283,70
TRABALHO	407.000,00	263.914,76	45.525,42	209.840,18	0,08	54.074,58	45.525,42	209.840,18	0,08	54.074,58
RELAÇÃO DE TRABALHO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	400.000,00	256.914,76	45.525,42	209.840,18	0,08	47.074,58	45.525,42	209.840,18	0,08	47.074,58
EDUCAÇÃO	65.759.000,00	81.221.137,54	14.805.162,63	64.895.281,17	24,13	16.325.856,37	15.133.804,84	64.300.753,38	24,57	16.920.384,16
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	4.160.000,00	5.350.000,00	1.085.671,66	4.906.352,78	1,82	443.647,22	1.046.440,30	4.502.577,14	1,72	847.422,86
ENSINO FUNDAMENTAL	36.296.000,00	48.257.144,24	9.170.441,65	38.641.117,45	14,36	9.616.026,79	9.485.046,58	38.482.601,34	14,70	9.774.542,90
EDUCAÇÃO INFANTIL	22.724.000,00	22.585.687,14	3.492.878,99	17.280.645,35	6,42	5.305.041,79	3.546.147,63	17.248.437,31	6,59	5.337.249,83

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41.000,00	234.003,00	194.002,98	194.002,98	0,07	40.000,02	194.002,98	194.002,98	0,07	40.000,02
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.276.000,00	1.273.000,00	86.701,67	669.196,30	0,25	603.803,70	86.701,67	669.196,30	0,26	603.803,70
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.262.000,00	3.521.303,16	775.465,68	3.203.966,31	1,19	317.336,85	775.465,68	3.203.938,31	1,22	317.364,85
CULTURA	1.415.000,00	2.954.718,41	665.088,43	2.606.328,13	0,97	348.390,28	776.814,19	2.551.205,86	0,97	403.512,55
DIFUSÃO CULTURAL	1.415.000,00	2.954.718,41	665.088,43	2.606.328,13	0,97	348.390,28	776.814,19	2.551.205,86	0,97	403.512,55
DIREITOS DA CIDADANIA	766.000,00	844.723,65	84.696,71	501.980,15	0,19	342.743,50	79.440,56	486.796,05	0,19	357.927,60
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	766.000,00	844.723,65	84.696,71	501.980,15	0,19	342.743,50	79.440,56	486.796,05	0,19	357.927,60
URBANISMO	26.261.000,00	29.400.832,15	4.445.649,69	21.998.068,05	8,18	7.402.764,10	4.423.029,98	21.565.322,34	8,24	7.835.509,81
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.689.000,00	1.697.884,70	211.187,06	984.023,70	0,37	713.861,00	212.163,30	984.023,70	0,38	713.861,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.095.000,00	8.770.251,39	1.164.085,48	5.408.569,79	2,01	3.361.681,60	1.168.117,72	5.408.569,79	2,07	3.361.681,60
SERVIÇOS URBANOS	20.477.000,00	18.932.696,06	3.070.377,15	15.605.474,56	5,80	3.327.221,50	3.042.748,96	15.172.728,85	5,80	3.759.967,21
HABITAÇÃO	790.000,00	734.482,87	147.710,37	537.197,65	0,20	197.285,22	147.710,37	537.197,65	0,21	197.285,22
HABITAÇÃO URBANA	790.000,00	734.482,87	147.710,37	537.197,65	0,20	197.285,22	147.710,37	537.197,65	0,21	197.285,22
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
SANEAMENTO	450.000,00	1.503.145,88	63.145,88	337.638,12	0,13	1.165.507,76	63.145,88	337.638,12	0,13	1.165.507,76
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	450.000,00	1.503.145,88	63.145,88	337.638,12	0,13	1.165.507,76	63.145,88	337.638,12	0,13	1.165.507,76
GESTÃO AMBIENTAL	5.220.000,00	7.491.928,85	1.030.075,16	4.713.709,67	1,75	2.778.219,18	1.030.075,16	4.713.709,66	1,80	2.778.219,19
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.035.000,00	7.356.928,85	1.009.492,06	4.644.012,55	1,73	2.712.916,30	1.009.492,06	4.644.012,55	1,77	2.712.916,30
RECURSOS HÍDRICOS	185.000,00	135.000,00	20.583,10	69.697,12	0,03	65.302,88	20.583,10	69.697,11	0,03	65.302,89
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.230.000,00	2.878.100,00	553.132,36	2.495.239,88	0,93	382.860,12	544.239,10	2.452.278,87	0,94	425.821,13
TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	2.230.000,00	2.878.100,00	553.132,36	2.495.239,88	0,93	382.860,12	544.239,10	2.452.278,87	0,94	425.821,13
AGRICULTURA	11.451.000,00	13.253.149,99	3.022.971,48	11.199.236,09	4,16	2.053.913,90	2.546.950,36	10.463.790,64	4,00	2.789.359,35
EXTENSÃO RURAL	8.806.000,00	10.699.149,99	2.682.573,66	9.297.862,80	3,46	1.401.287,19	2.236.697,28	8.596.165,93	3,28	2.102.984,06
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	2.645.000,00	2.554.000,00	340.397,82	1.901.373,29	0,71	652.626,71	310.253,08	1.867.624,71	0,71	686.375,29
INDÚSTRIA	170.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	170.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	540.000,00	1.984.654,02	553.416,79	1.813.102,46	0,67	171.551,56	539.406,79	1.799.092,46	0,69	185.561,56
FOMENTO AO TRABALHO	488.000,00	1.651.654,02	453.141,79	1.545.477,62	0,57	106.176,40	439.131,79	1.531.467,62	0,59	120.186,40
TURISMO	52.000,00	333.000,00	100.275,00	267.624,84	0,10	65.375,16	100.275,00	267.624,84	0,10	65.375,16
ENERGIA	5.537.000,00	10.166.019,50	535.241,73	2.556.369,82	0,95	7.609.649,68	535.241,73	2.556.369,82	0,98	7.609.649,68
ENERGIA ELÉTRICA	5.537.000,00	10.166.019,50	535.241,73	2.556.369,82	0,95	7.609.649,68	535.241,73	2.556.369,82	0,98	7.609.649,68
TRANSPORTE	5.147.000,00	37.481.292,81	6.995.691,52	29.431.548,61	10,94	8.049.744,20	3.825.489,56	25.047.940,64	9,57	12.433.352,17
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.147.000,00	37.481.292,81	6.995.691,52	29.431.548,61	10,94	8.049.744,20	3.825.489,56	25.047.940,64	9,57	12.433.352,17
DESPORTO E LAZER	2.347.000,00	3.199.344,87	579.398,41	2.987.367,71	1,11	211.977,16	590.331,88	2.973.012,28	1,14	226.332,59
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.347.000,00	3.199.344,87	579.398,41	2.987.367,71	1,11	211.977,16	590.331,88	2.973.012,28	1,14	226.332,59
ENCARGOS ESPECIAIS	12.133.000,00	13.781.115,71	1.862.056,06	12.152.812,85	4,52	1.628.302,86	1.862.056,06	12.152.668,46	4,64	1.628.447,25
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	8.700.000,00	10.348.115,71	1.334.767,50	9.420.336,85	3,50	927.778,86	1.334.767,50	9.420.336,85	3,60	927.778,86
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.433.000,00	3.433.000,00	527.288,56	2.732.476,00	1,02	700.524,00	527.288,56	2.732.331,61	1,04	700.668,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.607.000,00	2.607.000,00	0,00	0,00	0,00	2.607.000,00	0,00	0,00	0,00	2.607.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.607.000,00	2.607.000,00	0,00	0,00	0,00	2.607.000,00	0,00	0,00	0,00	2.607.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	253.740.000,00	345.457.843,17	56.893.037,76	268.995.533,20	100,00	76.462.309,97	53.609.024,10	261.706.834,21	100,00	83.751.008,96

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:572913EC

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
05 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2025
	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	21.747.430,92	29.937.504,58	32.453.559,88	24.820.166,73	23.303.269,71	27.639.654,74	23.569.060,35	30.291.717,27	30.911.756,48	27.833.973,72	25.437.571,99	29.020.190,78	326.965.857,15	326.644.835,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.396.743,31	3.737.471,53	3.486.142,36	3.339.251,71	3.879.629,50	5.047.546,59	3.923.612,43	4.934.929,22	9.247.174,43	4.963.920,99	4.639.174,93	4.780.208,87	55.375.805,87	51.104.000,00
IPTU	145.631,43	139.763,33	137.025,09	136.876,68	226.708,27	196.843,30	193.805,36	1.359.428,16	4.837.788,16	1.007.330,75	994.252,03	854.329,83	10.229.782,39	7.500.000,00
ISS	1.784.904,96	1.507.837,83	2.120.911,68	1.682.682,98	1.818.827,00	1.847.137,24	1.971.098,34	1.639.350,17	2.305.945,30	2.047.082,08	1.542.062,32	2.051.634,46	22.319.474,36	23.869.000,00
ITBI	426.177,32	344.685,72	260.644,88	282.730,01	401.339,22	1.189.471,12	426.450,39	607.454,74	433.012,88	508.077,00	678.807,00	481.442,26	6.040.292,54	3.055.000,00
IRRF	941.572,59	1.670.074,37	869.990,75	1.037.256,33	1.153.006,58	1.127.014,74	1.178.318,07	1.132.319,70	1.225.370,87	1.187.343,70	1.181.755,63	1.239.412,08	13.943.435,41	13.203.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	98.457,01	75.110,28	97.569,96	199.705,71	279.748,43	687.080,19	153.940,27	196.376,45	445.057,22	214.087,46	242.297,95	153.390,24	2.842.821,17	3.477.000,00
Contribuições	454.744,65	380.501,61	475.218,95	459.969,83	459.819,85	549.004,00	511.159,26	589.492,90	862.168,70	499.562,99	486.340,03	461.456,16	6.189.438,93	5.537.000,00
Receita patrimonial	370.488,64	394.422,52	385.895,85	498.879,84	656.874,75	566.271,68	431.084,17	598.639,32	707.825,61	645.373,39	653.294,34	662.213,25	6.571.263,36	3.740.463,63
Rendimentos de Aplicação Financeira	357.129,04	394.083,64	385.895,85	498.879,84	637.951,10	564.290,87	428.819,08	596.658,51	705.802,56	639.450,66	651.313,53	659.729,17	6.520.003,85	3.616.463,63
Outras Receitas Patrimoniais	13.359,60	338,88	0,00	0,00	18.923,65	1.980,81	2.265,09	1.980,81	2.023,05	5.922,73	1.980,81	2.484,08	51.259,51	124.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	248.533,85	253.980,34	251.974,13	270.921,34	258.043,84	262.920,08	275.988,43	279.200,03	265.878,03	289.736,25	271.871,63	269.013,51	3.198.061,46	2.901.000,00
Transferências correntes	17.121.431,05	25.097.262,84	25.139.508,22	20.120.744,43	17.890.764,50	20.734.354,49	18.303.687,75	23.662.428,85	19.744.307,07	21.332.321,48	19.257.153,24	22.643.369,67	251.047.333,59	258.708.225,85
Cota parte do FPM	5.205.022,83	8.412.559,49	5.241.195,59	7.033.079,30	4.631.606,27	4.706.502,30	6.003.811,02	6.166.738,80	6.481.628,10	4.994.453,34	6.338.157,51	4.250.779,61	69.465.534,16	75.300.000,00
Cota parte do ICMS	5.862.355,83	7.407.461,28	6.452.998,93	5.382.988,40	5.850.766,07	6.536.598,31	4.988.698,41	5.924.685,57	6.803.754,24	5.463.073,91	6.717.620,69	6.086.197,13	73.477.198,77	70.940.000,00
Cota parte do IPVA	283.348,63	326.539,51	6.345.654,03	1.812.726,34	1.780.615,42	1.770.132,61	1.505.375,90	619.307,85	491.125,68	467.348,21	423.266,11	445.560,36	16.271.000,65	26.500.000,00
Cota parte do ITR	18.642,52	10.061,37	18.389,41	2.868,93	3.950,66	7.615,79	4.566,41	4.442,42	1.722,13	8.977,85	55.578,13	299.568,10	436.383,72	200.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	95.265,32	111.841,67	73.454,37	83.150,83	90.553,69	85.019,40	82.598,04	94.031,29	80.676,74	89.116,66	94.506,35	90.632,21	1.070.846,57	800.000,00
Transferências do FUNDEB	3.213.408,87	3.794.338,69	4.787.829,38	3.765.613,99	3.431.445,35	3.824.262,41	3.344.049,08	3.557.434,56	3.403.486,98	3.179.953,21	3.073.350,34	3.933.982,95	43.309.155,81	41.938.670,55
Outras transferências correntes	2.443.387,05	5.034.460,83	2.219.986,51	2.040.316,64	2.101.827,04	3.804.223,67	2.374.588,89	7.295.788,36	2.481.913,20	7.129.398,30	2.554.674,11	7.536.649,31	47.017.213,91	43.029.555,30
Outras receitas correntes	155.489,42	73.865,74	2.714.820,37	130.399,58	158.137,27	479.557,90	123.528,31	227.026,95	84.402,64	103.058,62	129.737,82	203.929,32	4.583.953,94	4.654.145,61
DEDUÇÕES (II)	2.292.924,98	2.742.911,64	3.626.338,40	2.862.962,70	2.471.498,35	2.621.173,62	2.517.009,91	2.561.841,12	2.232.564,30	2.204.593,93	2.264.697,72	2.234.547,44	30.633.064,11	33.420.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.292.924,98	2.742.911,64	3.626.338,40	2.862.962,70	2.471.498,35	2.621.173,62	2.517.009,91	2.561.841,12	2.232.564,30	2.204.593,93	2.264.697,72	2.234.547,44	30.633.064,11	33.420.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	19.454.505,94	27.194.592,94	28.827.221,48	21.957.204,03	20.831.771,36	25.018.481,12	21.052.050,44	27.729.876,15	28.679.192,18	25.629.379,79	23.172.874,27	26.785.643,34	296.332.793,04	293.224.835,09
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.323.997,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	3.500.000,00	0,00	100.000,00	7.423.997,00	6.100.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	19.454.505,94	25.870.595,94	28.827.221,48	21.957.204,03	20.831.771,36	25.018.481,12	21.052.050,44	25.229.876,15	28.679.192,18	22.129.379,79	23.172.874,27	26.685.643,34	288.908.796,04	287.124.835,09
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	349.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349.000,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	248.512,00	497.024,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	267.168,00	3.417.216,00	2.500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	19.205.993,94	25.024.571,94	28.560.053,48	21.690.036,03	20.564.603,36	24.751.313,12	20.784.882,44	24.962.708,15	28.412.024,18	21.862.211,79	22.905.706,27	26.418.475,34	285.142.580,04	284.624.835,09

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA — ***LUIS CARLOS TURATTO***

Contador — Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:97D511A3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
08 RELATÓRIO FINANCEIRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c +	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de					

	(a)	(b)				(f)	(g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**32.227,08**	**2.791.739,80**	**2.788.207,06**	**13,00**	**35.746,82**	**0,00**	**7.698.939,75**	**4.354.595,29**	**4.284.914,06**	**2.199.724,01**	**1.214.301,68**	**1.250.048,50**
EXECUTIVO												
Município de Dois Vizinhos	**32.227,08**	**2.791.739,80**	**2.788.207,06**	**13,00**	**35.746,82**	**0,00**	**7.698.939,75**	**4.354.595,29**	**4.284.914,06**	**2.199.724,01**	**1.214.301,68**	**1.250.048,50**
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	32.918,61	32.918,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	0,00	12.650,04	12.650,04	0,00	0,00	0,00	110.163,62	47.028,62	763,62	12.000,00	97.400,00	97.400,00
SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO	0,00	23.969,69	23.969,69	0,00	0,00	0,00	2.911,73	1.468,67	1.468,67	0,00	1.443,06	1.443,06
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO	0,00	67.763,32	67.762,32	0,00	1,00	0,00	793.919,20	252.370,91	250.531,99	393.233,73	150.153,48	150.154,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	129.008,67	129.005,67	3,00	0,00	0,00	28.828,23	15.153,49	15.153,49	892,17	12.782,57	12.782,57
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	32.227,08	667.537,57	665.543,73	10,00	34.210,92	0,00	1.960.599,68	1.204.784,81	1.204.784,81	665.592,63	90.222,24	124.433,16
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	436.842,21	436.840,31	0,00	1,90	0,00	1.455.301,80	1.179.060,13	1.179.060,13	170.274,50	105.967,17	105.969,07
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.370.618,73	1.369.085,73	0,00	1.533,00	0,00	3.173.477,45	1.492.069,07	1.475.444,10	957.210,98	740.822,37	742.355,37
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	0,00	44.526,40	44.526,40	0,00	0,00	0,00	171.533,04	161.253,69	156.301,35	0,00	15.231,69	15.231,69
SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	0,00	3.200,31	3.200,31	0,00	0,00	0,00	2.205,00	1.405,90	1.405,90	520,00	279,10	279,10
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	2.704,25	2.704,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I +	**32.227,08**	**2.791.739,80**	**2.788.207,06**	**13,00**	**35.746,82**	**0,00**	**7.698.939,75**	**4.354.595,29**	**4.284.914,06**	**2.199.724,01**	**1.214.301,68**	**1.250.048,50**

ADEMIR LUIZ BATTISTELLA	***LUIS CARLOS TURATTO***
Contador	Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:469D9611

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
53/2025 - PE

Página: 1 / 1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 53/2025

Processo Adm.: 95/2025
Data do Processo: 10/10/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 95/2025
b) Nr. Licitação: 53/2025 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 12/11/2025
e) Objeto da Licitação: Aquisição de cestinhas de doces, destinadas às crianças do Município de Flor da Serra do Sul/PR, com idades entre 0 (zero) e 11 (onze) anos, a serem distribuídas nas festividades do Natal de 2025.

Participante: F & A EMBALAGENS LTDA (51.340.640/0001-81)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	CESTA DE NATAL Marca: Própria	980,000	UN	19,00	18.620,00

Total do Participante: 18.620,00

Total Geral: 18.620,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Bloco de Proteção Social Basica	08.002.08.244.0281.2027.3.3.90.32.00	R$ 29.635,20

Flor da Serra do Sul, 12 de Novembro de 2025

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:EAC97D88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DIÁRIAS OUTUBRO.2025

Exercício: 2025

Relatório de Diárias

Período de 01/10/2025 à 31/10/2025

Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11325/2025	81841	OSIASTE TERTULIANO DE BRITO	06003	2	324,00	02/10/2025	07:00	03/10/2025	18:00	MARINGA	PR
11326/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	02/10/2025	07:00	02/10/2025	20:00	ARAPONGAS	PR
11339/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	02/10/2025	12:00	02/10/2025	18:30	MARINGA	PR
11340/2025	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	1	360,00	02/10/2025	22:30	03/10/2025	21:00	CURITIBA	PR
11342/2025	966216	ELIANE BUZULINI DE LIRA	09005	3	1.080,00	06/10/2025	13:30	09/10/2025	17:00	FOZ DO IGUAÇU	PR
11344/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	29/09/2025	22:00	30/09/2025	21:00	CURITIBA	PR
11346/2025	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	1	360,00	03/10/2025	01:00	04/10/2025	00:30	JACAREZINHO	PR
11379/2025	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	03/10/2025	12:30	03/10/2025	17:30	Paranavai	PR
11382/2025	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	1	360,00	06/10/2025	02:00	07/10/2025	00:30	JACAREZINHO	PR
11385/2025	966944	ERNANE CARDOSO PESSOA	10007	1	66,00	03/10/2025	08:00	03/10/2025	18:00	Paranavai	PR
11461/2025	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	1	360,00	08/10/2025	03:00	09/10/2025	01:30	BIRIGUI	SP
11459/2025	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	1	360,00	08/10/2025	01:00	09/10/2025	00:30	JACAREZINHO	PR
11475/2025	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	07/10/2025	08:30	07/10/2025	13:00	Paranavai	PR
11384/2025	967044	ALINE SGARBOSA MADIA	10007	1	66,00	03/10/2025	08:00	03/10/2025	13:00	Paranavai	PR
11484/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	09/10/2025	07:00	09/10/2025	20:00	CIANORTE	PR
11523/2025	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	11001	1	66,00	11/10/2025	16:00	12/10/2025	01:00	Paranavai	PR
11548/2025	966803	DANIELI FREITAS DA SILVA	03006	5	1.800,00	12/10/2025	18:00	18/10/2025	10:00	CURITIBA	PR
11545/2025	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	1	360,00	09/10/2025	22:00	10/10/2025	21:00	CAMPO LARGO	PR
11547/2025	966234	MONICA DE GOIS SILVA	03006	5	1.800,00	12/10/2025	18:00	18/10/2025	10:00	CURITIBA	PR
11569/2025	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	13/10/2025	07:00	13/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11631/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	10/10/2025	12:00	10/10/2025	18:30	MARINGA	PR
11628/2025	966952	VINICIUS DA SILVEIRA SANTIM	10007	3	720,00	14/10/2025	06:00	16/10/2025	18:00	MARINGA	PR
11606/2025	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	1	360,00	13/10/2025	03:00	14/10/2025	01:30	CURITIBA	PR
11608/2025	965896	EDNILSON PEIXOTO DE OLIVEIRA	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11609/2025	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11610/2025	966883	FERNANDO SARAVALLI DA SILVA JESUS	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11611/2025	965896	MARCOS PAULO AVANZI	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11612/2025	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11613/2025	109871	LUCIANO APARECIDO CORSO	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11615/2025	965815	SERGIO RIBEIRO BORBA	10007	15	990,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11617/2025	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	15	990,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11618/2025	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11619/2025	60841	FERNANDES VALERIO MONTEIRO	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR

11620/2025	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	15	990,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11621/2025	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11622/2025	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11623/2025	966485	BRUNO DE SOUZA ROSA	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11624/2025	966162	VANDERLEY ANTONIO LOTT	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11625/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11626/2025	966905	ROZIVAL RODRIGUES DOS SANTOS	10007	3	720,00	14/10/2025	06:00	16/10/2025	18:00	MARINGA	PR
11636/2025	966990	IDALVA ALVES BARBOSA	09006	1	66,00	14/10/2025	09:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11627/2025	948381	ALESSANDRA VIEIRA DA SILVA	10007	3	720,00	14/10/2025	06:00	16/10/2025	18:00	MARINGA	PR
11629/2025	966169	MARIZA KAYOKO HATTORI	10007	3	720,00	14/10/2025	06:00	16/10/2025	18:00	MARINGA	PR
11614/2025	967189	HUGOR VICTOR SILVA NASCIMENTO	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11616/2025	967119	SINESIO MOREIRA DANTAS	10007	15	1.260,00	13/10/2025	05:00	27/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11650/2025	966984	DEVANIR ALEGRANCI	06001	1	240,00	11/10/2025	02:30	12/10/2025	01:00	BARBOSA FERRAZ	PR
11659/2025	966934	LAUDICEIA CARDOSO	14001	3	1.260,00	13/10/2025	05:00	15/10/2025	17:00	CURITIBA	PR
11658/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	13/10/2025	06:00	13/10/2025	13:30	CIANORTE	PR
11678/2025	966036	MARCILENE URSULINO DA SILVA	10007	1	66,00	14/10/2025	08:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11677/2025	967187	THAISA VECHIATTO SILVA	10007	1	66,00	14/10/2025	08:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11679/2025	949351	LILIAN DA SILVA QUINTINO	10007	1	66,00	14/10/2025	07:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11680/2025	967032	MURILO AFONSO SAMPAIO DE MELO	10007	1	66,00	14/10/2025	08:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11682/2025	966992	AYSLA CRISTINA DE ARAUJO SANTOS	10007	1	66,00	14/10/2025	06:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11683/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	66,00	14/10/2025	07:00	14/10/2025	20:00	Paranavai	PR
11676/2025	945601	MARIA LUSMIR FERNANDES	10007	1	66,00	14/10/2025	08:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11681/2025	958771	ROSELY MIOSHI	10007	1	66,00	14/10/2025	07:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11687/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	15/10/2025	02:00	16/10/2025	01:00	JACAREZINHO	PR
11693/2025	966984	DEVANIR ALEGRANCI	06002	1	84,00	14/10/2025	13:00	14/10/2025	18:00	PRESIDENTE CASTELO PR	
11694/2025	965807	LUCIMAR ZANGARI	06002	1	66,00	14/10/2025	13:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11695/2025	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	06002	1	66,00	14/10/2025	13:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11754/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	15/10/2025	07:00	15/10/2025	20:00	MARINGA	PR
11752/2025	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	1	360,00	16/10/2025	22:30	17/10/2025	21:00	BARRETOS	SP
11780/2025	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	1	360,00	16/10/2025	03:00	17/10/2025	01:30	CURITIBA	PR
11778/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	240,00	16/10/2025	02:00	16/10/2025	22:00	CORNÉLIO PROCÓPIO PR	
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11798/2025	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	15/10/2025	08:30	15/10/2025	13:00	Paranavai	PR
11795/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	08/10/2025	08:00	08/10/2025	14:00	Paranavai	PR
11796/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	15/10/2025	08:00	15/10/2025	14:00	Paranavai	PR
11797/2025	967044	ALINE SGARBOSA MADIA	10007	1	66,00	17/10/2025	08:00	17/10/2025	14:00	Paranavai	PR
11810/2025	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	17/10/2025	12:00	17/10/2025	18:00	Paranavai	PR
11811/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	16/10/2025	07:00	16/10/2025	20:00	ARAPONGAS	PR
11825/2025	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	1	360,00	19/10/2025	04:00	20/10/2025	03:30	CURITIBA	PR
11827/2025	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	1	360,00	20/10/2025	01:00	21/10/2025	00:30	JACAREZINHO	PR
11829/2025	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	2	960,00	20/10/2025	05:00	21/10/2025	18:00	CURITIBA	PR
11836/2025	967146	EDSON BONETTI	05001	1	84,00	13/10/2025	07:00	13/10/2025	20:00	MARINGA	PR
11837/2025		EDSON BONETTI	05001	1	66,00	14/10/2025	08:00	14/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11851/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	20/10/2025	06:00	20/10/2025	13:30	CIANORTE	PR
11852/2025	966934	LAUDICEIA CARDOSO	14001	3	1.260,00	20/10/2025	05:00	23/10/2025	17:00	CURITIBA	PR
11855/2025	966872	RENAN JANUARIO SCANACAPRA	03001	2	840,00	20/10/2025	12:00	22/10/2025	12:00	CURITIBA	PR
11857/2025	966963	JOAO PAULO JANUARIO RUSSO	04001	2	840,00	20/10/2025	12:00	22/10/2025	12:00	CURITIBA	PR
11858/2025	965803	MANOEL MESSIAS FIRMINO	03003	2	840,00	20/10/2025	12:00	22/10/2025	12:00	CURITIBA	PR
11864/2025	966216	ELIANE BUZULINI DE LIRA	09005	1	324,00	23/10/2025	06:00	24/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11863/2025	967089	DEBORA BRASILINO DOS SANTOS	09005	2	324,00	23/10/2025	06:00	24/10/2025	17:00	MARINGA	PR
11868/2025	959741	VANIA FARIAS DA COSTA	09005	2	600,00	21/10/2025	18:00	23/10/2025	21:00	CURITIBA	PR
11869/2025	967189	HUGOR VICTOR SILVA NASCIMENTO	10007	1	240,00	21/10/2025	03:00	21/10/2025	23:00	CORNÉLIO PROCÓPIO PR	
11887/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	15001	1	84,00	21/10/2025	06:00	21/10/2025	13:30	MARINGA	PR
11902/2025		MURILO AFONSO SAMPAIO DE MELO	10007	3	1.080,00	22/10/2025	08:00	24/10/2025	17:00	CURITIBA	PR
11905/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	66,00	21/10/2025	07:00	21/10/2025	20:00	Paranavai	PR
11651/2025	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	3	1.440,00	13/10/2025	05:00	15/10/2025	18:00	CURITIBA	PR
11903/2025	59161	FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	11001	1	66,00	21/10/2025	11:00	21/10/2025	16:00	Paranavai	PR
11906/2025	966984	DEVANIR ALEGRANCI	06002	1	84,00	21/10/2025	13:00	21/10/2025	17:00	PRESIDENTE CASTELO PR	
11909/2025	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	1	360,00	22/10/2025	23:00	23/10/2025	21:30	ARACATUBA	SP
11911/2025	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	1	360,00	22/10/2025	22:00	23/10/2025	20:00	CURITIBA	PR

11925/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	21/10/2025	08:30	21/10/2025	11:00	Paranavai	PR
11943/2025	966944	ERNANE CARDOSO PESSOA	10007	1	66,00	23/10/2025	08:00	23/10/2025	18:00	Paranavai	PR
11952/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	23/10/2025	10:30	23/10/2025	16:30	UMUARAMA	PR
11969/2025	966179	ANA PAULA RIBEIRO PINTO	10007	1	66,00	24/10/2025	08:00	24/10/2025	18:00	Paranavai	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11971/2025	966036	MARCILENE URSULINO DA SILVA	10007	1	66,00	24/10/2025	08:00	24/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11972/2025	967187	THAISA VECHIATTO SILVA	10007	1	66,00	24/10/2025	08:00	24/10/2025	17:00	Paranavai	PR
11973/2025	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	24/10/2025	09:00	24/10/2025	15:00	Paranavai	PR
11974/2025	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11975/2025	109871	LUCIANO APARECIDO CORSO	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11976/2025	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	ARAPONGAS	PR
11977/2025	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	15	990,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	Paranavai	PR
11978/2025	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	15	990,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	Paranavai	PR
11979/2025	965815	SERGIO RIBEIRO BORBA	10007	15	990,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	Paranavai	PR
12279/2025	967119	SINESIO MOREIRA DANTAS	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12280/2025	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12281/2025	60841	FERNANDES VALERIO MONTEIRO	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12282/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	66,00	23/10/2025	07:00	23/10/2025	20:00	Paranavai	PR
12284/2025	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12285/2025	966883	FERNANDO SARAVALLI DA SILVA JESUS	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12286/2025	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12287/2025	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12288/2025	967045	BRUNO DE SOUZA ROSA	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12289/2025	966162	VANDERLEY ANTONIO LOTT	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12290/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12294/2025	967189	HUGOR VICTOR SILVA NASCIMENTO	10007	15	1.260,00	28/10/2025	05:00	11/11/2025	17:00	MARINGA	PR
12291/2025	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	09005	1	84,00	25/10/2025	05:30	25/10/2025	17:00	INAJÁ	PR
12292/2025	966427	ALEXANDRA PEREIRA DE SOUZA SCALIANTE	06001	3	1.080,00	27/10/2025	13:00	30/10/2025	23:00	CURITIBA	PR
12293/2025	966227	DIEGO MARQUES RIBEIRO	06001	3	1.080,00	27/10/2025	13:00	30/10/2025	23:00	CURITIBA	PR
12305/2025	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	1	360,00	26/10/2025	22:00	27/10/2025	21:30	BARRETOS	SP
12307/2025	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	1	360,00	26/10/2025	22:00	27/10/2025	21:00	CURITIBA	PR
12303/2025	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	27/10/2025	22:00	28/10/2025	21:00	BARRETOS	SP
12414/2025	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	3	1.440,00	29/10/2025	08:00	31/10/2025	18:00	FOZ DO IGUAÇU	PR
12424/2025	945601	MARIA LUSMIR FERNANDES	10007	1	66,00	29/10/2025	08:00	29/10/2025	17:00	Paranavai	PR
12426/2025	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	06002	1	66,00	28/10/2025	13:00	28/10/2025	17:00	Paranavai	PR
12427/2025	965807	LUCIMAR ZANGARI	06002	1	66,00	28/10/2025	13:00	28/10/2025	17:00	Paranavai	PR
12428/2025	966913	HELTON MONTEIRO MAGALHAES	06002	1	66,00	28/10/2025	13:30	28/10/2025	17:00	Paranavai	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
12429/2025	966304	DAIANE CARLA DOS SANTOS DA SILVA	10007	1	66,00	28/10/2025	11:00	28/10/2025	17:00	Paranavai	PR
12430/2025		RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	2	720,00	29/10/2025	22:30	31/10/2025	21:00	BARRETOS	SP
12468/2025	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	22/10/2025	08:30	22/10/2025	13:00	Paranavai	PR
12470/2025	949431	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	10007	1	66,00	28/10/2025	12:00	28/10/2025	17:00	Paranavai	PR
12471/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	28/10/2025	07:00	28/10/2025	20:00	MARINGA	PR
12481/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	66,00	29/10/2025	07:00	29/10/2025	20:00	Paranavai	PR
12482/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	23/10/2025	08:30	23/10/2025	11:30	Paranavai	PR
12485/2025	967179	VANESSA ALENCAR DO NASCIMENTO	05001	2	480,00	29/10/2025	05:00	30/10/2025	23:00	FOZ DO IGUAÇU	PR
12484/2025	967144	ANTONIO VINICIUS NUNES MORETTO	05001	2	480,00	29/10/2025	05:00	30/10/2025	23:00	FOZ DO IGUAÇU	PR
12489/2025	945601	MARIA LUSMIR FERNANDES	10007	1	84,00	31/10/2025	08:00	31/10/2025	17:00	MARINGA	PR
12488/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	28/10/2025	08:30	28/10/2025	14:00	Paranavai	PR
12490/2025	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	11001	3	804,00	31/10/2025	00:30	02/11/2025	22:00	Laranjeiras do Sul	PR
12537/2025	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	30/10/2025	08:30	30/10/2025	13:00	Paranavai	PR
12539/2025	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	03001	1	84,00	31/10/2025	07:00	31/10/2025	20:00	MARINGA	PR
12540/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	30/10/2025	10:30	30/10/2025	16:30	CIANORTE	PR
12545/2025	966944	ERNANE CARDOSO PESSOA	10007	1	66,00	31/10/2025	08:00	31/10/2025	18:00	Paranavai	PR
12546/2025	967189	HUGOR VICTOR SILVA NASCIMENTO	11001	1	360,00	01/11/2025	11:00	02/11/2025	06:00	Cândido Abreu	PR
12547/2025	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	11001	1	360,00	01/11/2025	11:00	02/11/2025	06:00	Cândido Abreu	PR
12573/2025	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	31/10/2025	09:00	31/10/2025	15:00	Paranavai	PR
12574/2025	967178	JOSE EDILSON VALDEVINO DOS SANTOS	10007	1	84,00	31/10/2025	09:30	31/10/2025	16:00	UMUARAMA	PR
12594/2025	965832	NILSON LEANDRO DO COUTO	07001	1	84,00	29/10/2025	07:00	29/10/2025	18:00	PRESIDENTE CASTELO PR	

12622/2025	967157	JULIANA SANDRIM CÂMARA	10007	1	66,00	29/10/2025	13:30	29/10/2025	16:30	Paranavai	PR
12624/2025	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	2	960,00	04/11/2025	05:00	05/11/2025	18:00	CURITIBA	PR
12416/2025	966934	LAUDICEIA CARDOSO	14001	3	1.260,00	29/10/2025	05:00	31/10/2025	18:00	FOZ DO IGUAÇU	PR

RENAN JANUÁRIO SCANACAPRA

Sec. Finanças e Administração

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:D6B08FDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Entidade: 3037,14354,14357,14358
Poder: Consolidado
Período de Referência: 09/2024 a 08/2025
RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.496.587,20	44.298.663,79	43.553.512,41	70.956.646,60	51.457.678,55	46.478.630,60	46.118.580,31	46.260.811,04	61.982.520,44	48.349.053,39	48.281.280,57	51.371.484,91	602.605.449,81	147,71
Pessoal Ativo	40.596.552,00	41.289.125,42	40.554.795,34	65.345.181,21	48.353.077,00	43.272.600,85	42.886.423,38	42.972.477,00	57.437.874,86	45.023.330,62	44.955.354,44	46.031.764,45	558.718.556,57	147,71
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	35.173.980,72	35.841.873,71	35.118.119,38	56.918.590,89	42.882.684,66	35.555.307,96	36.882.197,95	36.942.431,01	51.229.611,71	38.765.314,38	38.678.583,77	39.705.843,14	483.694.539,28	0,00
Obrigações Patronais	5.422.571,28	5.447.251,71	5.436.675,96	8.426.590,32	5.470.392,34	7.717.292,89	6.004.225,43	6.030.045,99	6.208.263,15	6.258.016,24	6.276.770,67	6.325.921,31	75.024.017,29	147,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.900.035,20	3.009.538,37	2.998.717,07	3.236.417,06	3.104.601,55	3.200.258,54	3.232.156,93	3.277.539,35	4.538.817,82	3.319.914,19	3.320.117,55	5.334.734,35	41.472.847,98	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.252.267,02	2.263.610,69	2.266.879,06	2.492.781,51	2.333.115,94	2.430.025,92	2.431.665,41	2.490.504,85	3.437.708,73	2.540.779,24	2.528.853,44	4.081.877,07	31.550.068,88	0,00
Pensões	647.768,18	745.927,68	731.838,01	743.635,55	771.485,61	770.232,62	800.491,52	787.034,50	1.101.109,09	779.134,95	791.264,11	1.252.857,28	9.922.779,10	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.771,21	0,00	10.794,69	5.827,76	5.808,58	5.808,58	4.986,11	38.996,93	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	2.375.048,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.048,33	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.202.861,21	4.868.227,50	4.742.296,17	5.118.444,02	7.216.830,89	4.015.223,71	4.293.552,19	4.290.762,15	5.533.801,65	4.456.697,90	4.493.170,09	6.686.144,19	59.918.011,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	652.871,03	837.959,11	850.950,27	616.213,55	4.112.229,34	121.021,28	133.279,58	89.667,72	76.484,58	143.240,95	68.144,11	246.270,91	7.948.332,43	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.900.425,92	3.009.538,37	2.998.717,07	3.508.548,32	3.104.601,55	3.200.258,54	3.232.156,93	3.277.539,35	4.538.817,82	3.373.151,44	3.431.443,62	5.400.513,83	41.975.712,76	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	649.564,26	1.020.730,02	892.628,83	993.682,15	0,00	693.943,89	928.115,68	923.555,08	918.499,25	940.305,51	993.582,36	1.039.359,45	9.993.966,48	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39.293.725,99	39.430.436,29	38.811.216,24	65.838.202,58	44.240.847,66	42.463.406,89	41.825.028,12	41.970.048,89	56.448.718,79	43.892.355,49	43.788.110,48	44.685.340,72	542.687.438,14	147,71

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.653.806,03	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	3.173.989,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	-

(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	9.940.748,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.124.539.069,03	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	542.687.585,85	48,26
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	674.723.441,42	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	640.987.269,35	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	607.251.097,28	54,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:07:26.		
* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
NOTA:		

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:2625A6CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL															
Poder: Executivo															
Período de Referência: 09/2024 a 08/2025															
RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a")															R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**														
	LIQUIDADAS														
	Set/2024	**Out/2024**	**Nov/2024**	**Dez/2024**	**Jan/2025**	**Fev/2025**	**Mar/2025**	**Abr/2025**	**Mai/2025**	**Jun/2025**	**Jul/2025**	**Ago/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.955.734,48	39.357.742,38	38.581.135,58	64.401.393,33	46.397.353,09	41.215.849,38	40.822.172,85	40.874.253,53	55.105.231,07	42.788.192,58	42.579.275,24	43.036.173,29	534.114.506,80	51,01	
Pessoal Ativo	38.955.734,48	39.357.742,38	38.581.135,58	62.026.345,00	46.397.353,09	41.215.849,38	40.822.172,85	40.874.253,53	55.105.231,07	42.788.192,58	42.579.275,24	43.036.173,29	531.739.458,47	51,01	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	33.746.877,83	34.125.438,99	33.359.899,39	53.972.528,13	41.149.734,94	33.764.420,02	35.088.843,94	35.110.298,12	49.176.525,51	36.807.740,48	36.586.900,45	37.001.588,57	459.890.796,37	0,00	
Obrigações Patronais	5.208.856,65	5.232.303,39	5.221.236,19	8.053.816,87	5.247.618,15	7.451.429,36	5.733.328,91	5.763.955,41	5.928.705,56	5.980.452,10	5.992.374,79	6.034.584,72	71.848.662,10	51,01	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	2.375.048,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.048,33	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.302.435,29	1.823.726,02	1.743.579,10	1.609.895,70	4.111.075,26	782.173,27	1.061.395,26	1.002.765,41	994.983,83	1.083.546,46	1.061.726,47	1.285.630,36	17.862.932,43	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	652.871,03	802.996,00	850.950,27	616.213,55	4.111.075,26	88.229,38	133.279,58	79.210,33	76.484,58	143.240,95	68.144,11	246.270,91	7.868.965,95	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	649.564,26	1.020.730,02	892.628,83	993.682,15	0,00	693.943,89	928.115,68	923.555,08	918.499,25	940.305,51	993.582,36	1.039.359,45	9.993.966,48	0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.653.299,19	37.534.016,36	36.837.556,48	62.791.497,63	42.286.277,83	40.433.676,11	39.760.777,59	39.871.488,12	54.110.247,24	41.704.646,12	41.517.548,77	41.750.542,93	516.251.574,37	51,01	

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:93D7ABA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO II - EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 3037,14354,14357,14358

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (b)	% (b/total b)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.170.824.700,00	1.296.857.150,87	176.432.424,86	760.271.950,49	94,61	536.585.200,38	180.154.197,08	662.608.588,72	94,02	634.248.562,15
LEGISLATIVA	46.200.000,00	46.200.000,00	4.732.870,96	16.688.230,13	2,08	29.511.769,87	4.669.561,26	15.650.606,53	2,22	30.549.393,47
Ação Legislativa	46.200.000,00	46.200.000,00	4.732.870,96	16.688.230,13	2,08	29.511.769,87	4.669.561,26	15.650.606,53	2,22	30.549.393,47
JUDICIÁRIA	9.475.000,00	10.600.000,00	1.708.788,39	6.558.740,44	0,82	4.041.259,56	1.713.613,34	6.557.918,92	0,93	4.042.081,08
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	9.475.000,00	10.600.000,00	1.708.788,39	6.558.740,44	0,82	4.041.259,56	1.713.613,34	6.557.918,92	0,93	4.042.081,08
ADMINISTRAÇÃO	175.713.300,00	187.111.499,18	25.102.011,49	137.059.933,37	17,06	50.051.565,81	29.119.433,74	114.163.713,45	16,20	72.947.785,73
Planejamento e Orçamento	3.082.000,00	4.802.295,27	722.744,93	2.854.254,33	0,36	1.948.040,94	842.325,98	2.741.540,15	0,39	2.060.755,12
Administração Geral	139.055.100,00	147.780.330,07	18.716.536,82	110.993.908,67	13,81	36.786.421,40	23.053.383,61	91.177.509,23	12,94	56.602.820,84
Administração Financeira	18.704.200,00	17.995.818,80	2.141.091,39	10.056.783,62	1,25	7.939.035,18	2.177.961,38	10.043.493,72	1,43	7.952.325,08
Controle Interno	1.360.000,00	1.314.408,56	224.512,90	856.648,19	0,11	457.760,37	216.610,63	848.745,92	0,12	465.662,64
Tecnologia da Informação	9.000.000,00	8.895.520,23	1.333.890,73	6.957.391,05	0,87	1.938.129,18	1.164.857,25	5.265.861,51	0,75	3.629.658,72
Administração de Receitas	350.000,00	350.000,00	41.047,58	183.678,48	0,02	166.321,52	140.821,32	183.678,48	0,03	166.321,52
Comunicação Social	3.940.000,00	5.801.126,25	1.922.187,14	5.080.032,37	0,63	721.093,88	1.502.155,57	3.825.647,78	0,54	1.975.478,47
Demais Subfunções	222.000,00	172.000,00	0,00	77.236,66	0,01	94.763,34	21.318,00	77.236,66	0,01	94.763,34
SEGURANÇA PÚBLICA	41.104.000,00	44.369.571,07	7.880.299,84	30.662.826,53	3,82	13.706.744,54	8.192.983,41	28.755.317,97	4,08	15.614.253,10
Policiamento	3.520.000,00	6.302.321,74	1.577.297,91	5.201.593,25	0,65	1.100.728,49	1.887.133,99	3.535.010,24	0,50	2.767.311,50
Defesa Civil	570.000,00	469.032,25	55.872,25	322.203,25	0,04	146.829,00	58.719,74	81.277,70	0,01	387.754,55
Administração Geral	37.014.000,00	37.598.217,08	6.247.129,68	25.139.030,03	3,13	12.459.187,05	6.247.129,68	25.139.030,03	3,57	12.459.187,05
ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.153.000,00	35.176.177,10	6.463.145,83	23.661.173,42	2,94	11.515.003,68	7.219.743,52	22.100.357,92	3,14	13.075.819,18
Assistência ao Idoso	2.699.900,00	3.603.227,84	520.857,30	2.453.250,15	0,31	1.149.977,69	1.012.664,80	2.340.577,15	0,33	1.262.650,69
Assistência ao Portador de Deficiência	22.000,00	247.398,00	101.317,92	230.397,68	0,03	17.000,32	151.497,88	230.397,68	0,03	17.000,32
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.139.000,00	8.123.563,13	2.156.736,69	5.118.291,60	0,64	3.005.271,53	2.175.475,32	5.009.751,96	0,71	3.113.811,17
Assistência Comunitária	2.920.000,00	3.306.810,78	257.349,00	2.853.709,66	0,36	453.101,12	713.384,56	2.093.987,74	0,30	1.212.823,04
Administração Geral	13.303.740,00	14.252.186,78	2.371.943,77	9.595.612,09	1,19	4.656.574,69	2.365.520,57	9.475.293,90	1,34	4.776.892,88
Demais Subfunções	5.068.360,00	5.642.990,57	1.054.941,15	3.409.912,24	0,42	2.233.078,33	801.200,39	2.950.349,49	0,42	2.692.641,08
PREVIDÊNCIA SOCIAL	65.709.000,00	67.509.000,00	10.830.487,36	37.819.770,93	4,71	29.689.229,07	10.938.128,69	37.225.943,84	5,28	30.283.056,16
Previdência do Regime Estatutário	65.709.000,00	67.509.000,00	10.830.487,36	37.819.770,93	4,71	29.689.229,07	10.938.128,69	37.225.943,84	5,28	30.283.056,16
SAÚDE	172.549.200,00	188.171.890,15	29.071.248,01	126.302.350,14	15,72	61.869.540,01	27.432.057,66	106.511.171,11	15,11	81.660.719,04
Atenção Básica	76.751.800,00	74.617.892,60	11.451.055,43	50.069.679,77	6,23	24.548.212,83	10.677.481,85	42.989.091,60	6,10	31.628.801,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	51.097.400,00	64.529.695,82	11.532.108,81	41.654.232,38	5,18	22.875.463,44	9.747.124,84	35.273.536,11	5,00	29.256.159,71
Suporte Profilático e Terapêutico	182.600,00	2.877.353,42	1.350.470,61	2.427.369,78	0,30	449.983,64	268.636,88	1.045.399,50	0,15	1.831.953,92
Vigilância Sanitária	5.615.000,00	5.615.000,00	509.805,03	2.359.824,88	0,29	3.255.175,12	360.301,89	1.821.886,06	0,26	3.793.113,94
Vigilância Epidemiológica	2.154.600,00	2.196.806,52	323.986,82	968.264,62	0,12	1.228.541,90	217.535,27	792.251,87	0,11	1.404.554,65
Administração Geral	34.538.000,00	36.109.341,79	3.646.676,65	27.410.326,46	3,41	8.699.015,33	5.903.832,27	23.176.353,72	3,29	12.932.988,07
Demais Subfunções	2.209.800,00	2.225.800,00	257.144,66	1.412.652,25	0,18	813.147,75	257.144,66	1.412.652,25	0,20	813.147,75
TRABALHO	2.330.000,00	2.245.941,06	378.740,89	1.364.958,90	0,17	880.982,16	371.003,15	1.346.092,34	0,19	899.848,72
Administração Geral	2.330.000,00	2.245.941,06	378.740,89	1.364.958,90	0,17	880.982,16	371.003,15	1.346.092,34	0,19	899.848,72
EDUCAÇÃO	243.569.000,00	300.716.962,07	61.773.862,13	216.437.958,45	26,93	84.279.003,62	54.433.469,03	192.018.216,88	27,25	108.698.745,19
Ensino Fundamental	152.486.300,00	219.036.609,68	52.230.371,76	170.068.615,81	21,16	48.967.993,87	44.382.145,82	147.493.962,91	20,93	71.542.646,77
Ensino Superior	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Educação Infantil	80.164.600,00	66.652.235,98	7.840.817,91	36.331.381,46	4,52	30.320.854,52	7.929.165,11	34.950.957,18	4,96	31.701.278,80
Educação de Jovens e Adultos	3.113.600,00	5.123.600,00	635.363,15	2.905.054,25	0,36	2.218.545,75	635.363,15	2.905.054,25	0,41	2.218.545,75
Educação Especial	7.801.500,00	9.902.516,41	1.067.309,31	7.132.906,93	0,89	2.769.609,48	1.486.794,95	6.668.242,54	0,95	3.234.273,87
CULTURA	2.300.000,00	4.742.978,11	1.919.942,43	2.616.964,52	0,33	2.126.013,59	854.930,19	1.133.157,19	0,16	3.609.820,92
Difusão Cultural	2.300.000,00	4.742.978,11	1.919.942,43	2.616.964,52	0,33	2.126.013,59	854.930,19	1.133.157,19	0,16	3.609.820,92
DIREITOS DA CIDADANIA	1.805.000,00	2.372.637,31	192.679,89	898.947,05	0,11	1.473.690,26	190.431,91	885.385,16	0,13	1.487.252,15
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.805.000,00	2.372.637,31	192.679,89	898.947,05	0,11	1.473.690,26	190.431,91	885.385,16	0,13	1.487.252,15
URBANISMO	153.105.600,00	169.698.994,12	10.098.941,57	58.319.803,71	7,26	111.379.190,41	11.176.540,27	45.500.025,49	6,46	124.198.968,63
Infra-Estrutura Urbana	100.411.300,00	103.985.694,12	294.607,51	4.828.502,77	0,60	99.157.191,35	814.334,42	2.912.521,75	0,41	101.073.172,37

Serviços Urbanos	9.977.000,00	13.477.000,00	5.084.715,83	7.011.862,17	0,87	6.465.137,83	1.490.694,00	3.417.840,34	0,48	10.059.159,66
Transportes Coletivos Urbanos	4.000,00	2.000,00	314,62	314,62	0,00	1.685,38	314,62	314,62	0,00	1.685,38
Demais Subfunções	42.713.300,00	52.234.300,00	4.719.303,61	46.479.124,15	5,78	5.755.175,85	8.871.197,23	39.169.348,78	5,56	13.064.951,22
HABITAÇÃO	27.000,00	1.034.000,00	0,00	0,00	0,00	1.034.000,00	0,00	0,00	0,00	1.034.000,00
Habitação Urbana	27.000,00	1.034.000,00	0,00	0,00	0,00	1.034.000,00	0,00	0,00	0,00	1.034.000,00
SANEAMENTO	4.273.000,00	6.266.760,55	626.930,45	4.144.732,55	0,52	2.122.028,00	677.137,43	3.097.419,86	0,44	3.169.340,69
Saneamento Básico Urbano	480.500,00	2.074.260,55	(58.083,01)	1.710.117,92	0,21	364.142,63	105.959,00	879.749,00	0,12	1.194.511,55
Demais Subfunções	3.792.500,00	4.192.500,00	685.013,46	2.434.614,63	0,30	1.757.885,37	571.178,43	2.217.670,86	0,31	1.974.829,14
GESTÃO AMBIENTAL	12.261.000,00	13.021.722,73	1.727.987,15	7.745.251,15	0,96	5.276.471,58	1.932.316,61	7.419.835,03	1,05	5.601.887,70
Preservação e Conservação Ambiental	962.000,00	1.592.000,00	9.994,00	376.999,59	0,05	1.215.000,41	253.740,07	323.301,42	0,05	1.268.698,58
Controle Ambiental	500.000,00	700.722,73	39.068,00	235.717,50	0,03	465.005,23	7.700,00	83.282,00	0,01	617.440,73
Administração Geral	10.799.000,00	10.729.000,00	1.678.925,15	7.132.534,06	0,89	3.596.465,94	1.670.876,54	7.013.251,61	1,00	3.715.748,39
AGRICULTURA	38.000,00	614.900,00	268.100,00	283.285,87	0,04	331.614,13	268.100,00	282.285,87	0,04	332.614,13
Abastecimento	30.000,00	584.900,00	268.100,00	273.417,58	0,03	311.482,42	268.100,00	272.417,58	0,04	312.482,42
Administração Geral	8.000,00	30.000,00	0,00	9.868,29	0,00	20.131,71	0,00	9.868,29	0,00	20.131,71
INDÚSTRIA	7.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Promoção Industrial	7.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.611.000,00	1.604.000,00	573.907,80	784.031,80	0,10	819.968,20	617.920,00	777.920,00	0,11	826.080,00
Promoção Comercial	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	1.604.000,00	1.604.000,00	573.907,80	784.031,80	0,10	819.968,20	617.920,00	777.920,00	0,11	826.080,00
TRANSPORTE	20.507.900,00	20.504.900,00	4.538.100,00	19.353.390,41	2,41	1.151.509,59	4.691.096,58	17.337.110,31	2,46	3.167.789,69
Transporte Áereo	5.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte Rodoviário	70.000,00	70.000,00	0,00	969,00	0,00	69.031,00	0,00	969,00	0,00	69.031,00
Transporte Hidroviário	5.000.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Demais Subfunções	15.432.900,00	20.428.900,00	4.538.100,00	19.352.421,41	2,41	1.076.478,59	4.691.096,58	17.336.141,31	2,46	3.092.758,69
DESPORTO E LAZER	4.446.000,00	7.098.099,89	1.612.363,74	5.610.255,63	0,70	1.487.844,26	1.847.063,23	5.542.455,47	0,79	1.555.644,42
Desporto de Rendimento	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.763.000,00	2.615.047,73	640.800,00	2.095.940,00	0,26	519.107,73	640.800,00	2.087.840,00	0,30	527.207,73
Lazer	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.674.000,00	4.483.052,16	971.563,74	3.514.315,63	0,44	968.736,53	1.206.263,23	3.454.615,47	0,49	1.028.436,69
ENCARGOS ESPECIAIS	84.600.700,00	87.743.117,53	6.932.016,93	63.959.345,49	7,96	23.783.772,04	13.808.667,06	56.303.655,38	7,99	31.439.462,15
Serviço da Dívida Interna	41.994.100,00	41.994.100,00	96.319,61	32.360.945,17	4,03	9.633.154,83	6.546.155,44	25.182.222,63	3,57	16.811.877,37
Serviço da Dívida Externa	6.020.000,00	6.020.000,00	0,00	3.564.988,85	0,44	2.455.011,15	0,00	3.564.988,85	0,51	2.455.011,15
Outros Encargos Especiais	36.586.600,00	39.729.017,53	6.835.697,32	28.033.411,47	3,49	11.695.606,06	7.262.511,62	27.556.443,90	3,91	12.172.573,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.040.000,00	100.040.000,00	0,00	0,00	0,00	100.040.000,00	0,00	0,00	0,00	100.040.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**58.340.400,00**	**74.785.462,94**	**11.161.281,27**	**43.285.137,44**	**5,39**	**31.500.325,50**	**10.370.909,75**	**42.162.004,74**	**5,98**	**32.623.458,20**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.229.165.100,00**	**1.371.642.613,81**	**187.593.706,13**	**803.557.087,93**	**100,00**	**568.085.525,88**	**190.525.106,83**	**704.770.593,46**	**100,00**	**666.872.020,35**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:19:08.

NOTA:

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (b)	% (b/III b)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (d)	% (d/III d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	58.340.400,00	74.785.462,94	11.161.281,27	43.285.137,44	5,39	31.500.325,50	10.370.909,75	42.162.004,74	5,98	32.623.458,20
LEGISLATIVA	1.800.000,00	1.800.000,00	174.399,64	646.101,57	0,08	1.153.898,43	174.399,64	646.101,57	0,09	1.153.898,43
Ação Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	174.399,64	646.101,57	0,08	1.153.898,43	174.399,64	646.101,57	0,09	1.153.898,43
JUDICIÁRIA	720.000,00	720.000,00	135.829,45	528.225,68	0,07	191.774,32	135.829,45	528.225,68	0,07	191.774,32
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	720.000,00	720.000,00	135.829,45	528.225,68	0,07	191.774,32	135.829,45	528.225,68	0,07	191.774,32
ADMINISTRAÇÃO	17.421.000,00	17.418.000,00	3.122.296,68	10.203.832,71	1,27	7.214.167,29	2.331.925,16	9.080.700,01	1,29	8.337.299,99
Planejamento e Orçamento	280.000,00	458.888,78	82.088,84	300.406,49	0,04	158.482,29	82.088,84	300.406,49	0,04	158.482,29
Administração Geral	8.201.000,00	8.289.111,22	1.397.353,72	5.510.634,71	0,69	2.778.476,51	1.397.353,72	5.510.634,71	0,78	2.778.476,51
Administração Financeira	8.800.000,00	8.450.000,00	1.608.978,72	4.258.319,96	0,53	4.191.680,04	818.607,20	3.135.187,26	0,44	5.314.812,74
Controle Interno	100.000,00	180.000,00	28.616,12	114.083,33	0,01	65.916,67	28.616,12	114.083,33	0,02	65.916,67
Comunicação Social	40.000,00	40.000,00	5.259,28	20.388,22	0,00	19.611,78	5.259,28	20.388,22	0,00	19.611,78
SEGURANÇA PÚBLICA	5.200.000,00	5.200.000,00	929.965,53	3.583.024,45	0,45	1.616.975,55	929.965,53	3.583.024,45	0,51	1.616.975,55
Administração Geral	5.200.000,00	5.200.000,00	929.965,53	3.583.024,45	0,45	1.616.975,55	929.965,53	3.583.024,45	0,51	1.616.975,55
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.380.000,00	2.469.000,00	423.312,88	1.671.183,25	0,21	797.816,75	423.312,88	1.671.183,25	0,24	797.816,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	440.000,00	440.000,00	64.669,07	258.334,51	0,03	181.665,49	64.669,07	258.334,51	0,04	181.665,49
Administração Geral	1.600.000,00	1.600.000,00	279.875,80	1.093.056,12	0,14	506.943,88	279.875,80	1.093.056,12	0,16	506.943,88
Demais Subfunções	340.000,00	429.000,00	78.768,01	319.792,62	0,04	109.207,38	78.768,01	319.792,62	0,05	109.207,38
PREVIDÊNCIA SOCIAL	405.000,00	405.000,00	69.211,73	260.740,29	0,03	144.259,71	69.211,73	260.740,29	0,04	144.259,71
Previdência do Regime Estatutário	405.000,00	405.000,00	69.211,73	260.740,29	0,03	144.259,71	69.211,73	260.740,29	0,04	144.259,71

SAÚDE	8.492.000,00	8.932.131,79	1.360.553,18	5.749.823,04	0,72	3.182.308,75	1.360.553,18	5.749.823,04	0,82	3.182.308,75
Atenção Básica	4.100.000,00	4.384.435,99	624.108,09	2.725.718,95	0,34	1.658.717,04	624.108,09	2.725.718,95	0,39	1.658.717,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.650.000,00	1.650.000,00	254.823,38	999.215,63	0,12	650.784,37	254.823,38	999.215,63	0,14	650.784,37
Vigilância Sanitária	450.000,00	450.000,00	48.151,27	190.244,47	0,02	259.755,53	48.151,27	190.244,47	0,03	259.755,53
Vigilância Epidemiológica	242.000,00	242.000,00	35.679,55	142.015,83	0,02	99.984,17	35.679,55	142.015,83	0,02	99.984,17
Administração Geral	2.050.000,00	2.205.695,80	397.790,89	1.692.628,16	0,21	513.067,64	397.790,89	1.692.628,16	0,24	513.067,64
TRABALHO	110.000,00	180.000,00	31.365,63	116.962,12	0,01	63.037,88	31.365,63	116.962,12	0,02	63.037,88
Administração Geral	110.000,00	180.000,00	31.365,63	116.962,12	0,01	63.037,88	31.365,63	116.962,12	0,02	63.037,88
EDUCAÇÃO	20.184.900,00	35.973.831,15	4.655.151,12	19.443.866,86	2,42	16.529.964,29	4.655.151,12	19.443.866,86	2,76	16.529.964,29
Ensino Fundamental	13.199.600,00	22.334.069,94	3.302.026,02	13.157.977,90	1,64	9.176.092,04	3.302.026,02	13.157.977,90	1,87	9.176.092,04
Educação Infantil	5.992.300,00	11.884.109,97	1.116.049,14	5.181.462,41	0,64	6.702.647,56	1.116.049,14	5.181.462,41	0,74	6.702.647,56
Educação de Jovens e Adultos	384.000,00	684.000,00	95.232,30	391.969,80	0,05	292.030,20	95.232,30	391.969,80	0,06	292.030,20
Educação Especial	609.000,00	1.071.651,24	141.843,66	712.456,75	0,09	359.194,49	141.843,66	712.456,75	0,10	359.194,49
DIREITOS DA CIDADANIA	90.000,00	100.000,00	10.326,86	61.269,41	0,01	38.730,59	10.326,86	61.269,41	0,01	38.730,59
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	90.000,00	100.000,00	10.326,86	61.269,41	0,01	38.730,59	10.326,86	61.269,41	0,01	38.730,59
URBANISMO	80.000,00	80.000,00	8.424,54	34.018,26	0,00	45.981,74	8.424,54	34.018,26	0,00	45.981,74
Serviços Urbanos	80.000,00	80.000,00	8.424,54	34.018,26	0,00	45.981,74	8.424,54	34.018,26	0,00	45.981,74
SANEAMENTO	307.500,00	307.500,00	42.793,18	169.378,69	0,02	138.121,31	42.793,18	169.378,69	0,02	138.121,31
Demais Subfunções	307.500,00	307.500,00	42.793,18	169.378,69	0,02	138.121,31	42.793,18	169.378,69	0,02	138.121,31
GESTÃO AMBIENTAL	1.000.000,00	1.000.000,00	164.195,95	686.295,18	0,09	313.704,82	164.195,95	686.295,18	0,10	313.704,82
Administração Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	164.195,95	686.295,18	0,09	313.704,82	164.195,95	686.295,18	0,10	313.704,82
DESPORTO E LAZER	150.000,00	200.000,00	33.454,90	130.415,93	0,02	69.584,07	33.454,90	130.415,93	0,02	69.584,07
Administração Geral	150.000,00	200.000,00	33.454,90	130.415,93	0,02	69.584,07	33.454,90	130.415,93	0,02	69.584,07

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:DF9A1933

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
Entidade: 3037,14354,14357,14358														
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														Em Reais
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)**
	Setembro/2024	**Outubro/2024**	**Novembro/2024**	**Dezembro/2024**	**Janeiro/2025**	**Fevereiro/2025**	**Março/2025**	**Abril/2025**	**Maio/2025**	**Junho/2025**	**Julho/2025**	**Agosto/2025**		
RECEITAS CORRENTES (I)	96.104.043,56	93.288.266,99	100.874.686,99	128.873.638,25	121.233.497,99	112.388.196,56	133.034.024,75	117.198.926,44	107.124.393,69	110.399.751,46	112.451.380,32	124.411.019,96	1.357.381.826,96	1.274.538.083,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.987.486,25	42.308.424,82	48.439.341,71	53.477.759,30	46.019.783,84	52.824.403,74	72.247.604,09	49.575.658,48	45.773.962,30	51.161.357,96	55.243.316,94	60.162.275,26	624.221.374,69	586.745.900,83
IPTU	1.378.792,24	1.524.256,53	2.173.535,92	1.641.340,01	669.532,96	1.354.612,30	16.800.920,30	2.914.662,68	1.572.713,22	1.945.372,46	2.108.902,95	2.093.454,37	36.178.095,94	40.526.000,00
ISS	40.289.119,45	35.130.992,16	35.086.964,40	39.838.464,05	34.149.713,87	35.974.228,25	35.942.042,33	38.332.019,08	35.527.004,68	38.014.227,40	41.464.230,51	46.092.336,86	455.841.343,04	425.129.745,29
ITBI	686.008,32	604.148,83	619.484,62	1.167.089,56	430.058,32	1.776.657,59	595.325,29	680.562,24	964.065,55	2.460.584,31	941.583,90	1.931.258,22	12.856.826,75	10.945.857,30
IRRF	3.022.473,19	3.730.097,58	7.615.146,83	8.754.591,34	3.896.699,72	732.000,75	11.085.808,93	4.978.699,17	6.404.703,62	5.910.952,56	5.916.457,20	6.279.597,18	68.327.228,07	62.633.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.611.093,05	1.318.929,72	2.944.209,94	2.076.274,34	6.873.778,97	12.986.904,85	7.823.507,24	2.669.715,31	1.305.475,23	2.830.221,23	4.812.142,38	3.765.628,63	51.017.880,89	47.511.298,24
Receita de Contribuições	5.072.300,98	4.768.307,84	4.817.444,93	4.819.372,21	8.455.939,39	4.681.050,40	5.527.613,37	5.397.937,48	5.276.459,29	5.391.398,38	5.005.867,75	6.464.167,04	65.677.859,06	59.642.000,00
Receita Patrimonial	4.317.576,53	6.726.657,32	6.856.625,89	5.374.538,06	13.582.650,10	4.848.923,84	11.013.130,00	15.561.394,94	12.299.309,26	10.012.810,03	6.068.161,37	16.588.088,37	113.249.865,71	46.870.925,95
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.977.142,26	6.378.814,86	6.478.651,35	5.020.351,03	13.224.427,46	4.461.837,36	10.680.536,83	15.108.260,52	11.923.282,26	9.620.599,34	5.690.914,43	16.150.527,07	108.715.344,77	42.016.425,95
Outras Receitas Patrimoniais	340.434,27	347.842,46	377.974,54	354.187,03	358.222,64	387.086,48	332.593,17	453.134,42	376.027,00	392.210,69	377.246,94	437.561,30	4.534.520,94	4.854.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	57,36	0,00	659.617,68	659.617,68	659.617,68	659.617,68	659.617,68	659.617,68	3.957.763,44	7.853.000,00
Transferências Correntes	38.652.273,67	38.247.011,35	39.218.632,25	58.705.830,70	51.786.350,69	46.025.201,14	42.420.180,13	45.381.741,72	40.916.648,98	41.900.542,24	43.545.022,67	39.788.881,46	526.588.317,00	557.725.056,93
Cota-Parte do FPM	12.194.284,22	10.200.328,52	13.056.886,22	21.064.418,55	12.965.573,67	17.398.302,69	11.457.582,75	11.642.859,20	14.852.117,70	15.255.165,45	16.034.132,87	12.355.187,16	168.476.839,00	167.920.000,00
Cota-Parte do ICMS	11.893.436,24	13.378.367,12	11.302.890,85	14.281.968,65	12.986.639,45	10.842.848,87	11.785.084,34	13.166.542,91	10.048.638,21	11.933.978,93	13.704.669,88	11.004.163,55	146.329.229,00	153.200.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.194.696,16	1.168.623,08	994.257,07	1.440.009,04	8.714.228,70	4.508.275,74	4.341.535,52	4.014.283,40	3.771.031,67	1.698.945,53	1.422.213,67	1.313.481,10	34.581.580,68	48.258.000,00
Cota-Parte do ITR	6.432,80	22.642,81	3.526,07	2.643,41	3.781,34	920,39	2.155,02	1.396,06	281,96	3.187,28	453,87	938,85	48.359,86	48.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	243.610,75	165.394,72	183.676,21	215.636,29	147.957,70	167.489,10	182.400,55	171.252,96	166.375,63	189.405,42	162.505,61	179.505,95	2.175.210,89	1.580.000,00

Transferências do FUNDEB	7.924.943,60	9.328.838,77	8.603.321,69	10.216.800,86	11.804.025,22	9.706.612,48	8.822.307,29	9.767.840,88	8.455.686,45	8.993.071,97	8.591.026,03	7.999.802,56	110.214.277,80	109.752.000,00
Outras Transferências Correntes	5.194.869,90	3.982.816,33	5.074.074,14	11.484.353,90	5.164.144,61	3.400.751,87	5.829.114,66	6.617.566,31	3.622.517,36	3.826.787,66	3.630.020,74	6.935.802,29	64.762.819,77	76.967.056,93
Outras Receitas Correntes	1.074.406,13	1.237.865,66	1.542.642,21	6.496.137,98	1.388.716,61	4.008.617,44	1.165.879,48	622.576,14	2.198.396,18	1.274.025,17	1.929.393,91	747.990,15	23.686.647,06	15.701.200,00
DEDUÇÕES (II)	11.363.313,91	14.076.332,75	14.389.783,85	17.079.631,25	26.479.778,70	16.851.714,83	18.919.458,12	23.389.014,61	21.459.344,74	18.259.820,01	13.219.582,71	24.240.245,45	219.728.020,93	143.564.600,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3.684.841,84	3.678.657,64	3.668.444,13	3.779.417,21	7.264.287,06	3.749.532,59	3.851.656,12	3.935.573,58	3.909.574,01	4.011.944,79	4.074.896,79	4.938.954,97	50.547.780,73	44.480.000,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	31.059,68	29.358,74	29.358,74	3.312.029,04	85.860,05	3.129.882,42	33.738,81	32.651,86	1.328.976,32	129.737,38	128.003,14	127.937,38	8.398.593,56	711.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	3.066.096,92	5.381.245,20	5.583.733,76	3.868.557,10	12.165.995,50	3.388.732,56	9.480.311,59	13.621.522,30	10.453.105,43	8.302.001,37	4.085.792,94	14.202.697,84	93.599.792,51	31.528.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	4.581.315,47	4.987.071,17	5.108.247,22	6.119.627,90	6.963.636,09	6.583.567,26	5.553.751,60	5.799.266,87	5.767.688,98	5.816.136,47	4.930.889,84	4.970.655,26	67.181.854,13	66.845.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	**84.740.729,65**	**79.211.934,24**	**86.484.903,14**	**111.794.007,00**	**94.753.719,29**	**95.536.481,73**	**114.114.566,63**	**93.809.911,83**	**85.665.048,95**	**92.139.931,45**	**99.231.797,61**	**100.170.774,51**	**1.137.653.806,03**	**1.130.973.483,71**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00	299.989,00	0,00	174.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	3.173.989,00	2.688.504,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**84.740.729,65**	**79.211.934,24**	**86.484.903,14**	**109.844.007,00**	**94.453.730,29**	**95.536.481,73**	**113.940.566,63**	**93.809.911,83**	**85.665.048,95**	**92.139.931,45**	**99.231.797,61**	**99.420.774,51**	**1.134.479.817,03**	**1.128.284.979,71**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	752.400,00
(-) Transferência da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	686.232,00	728.592,00	754.008,00	1.476.952,00	795.432,00	796.432,00	759.336,00	798.468,00	780.252,00	780.252,00	780.252,00	804.540,00	9.940.748,00	9.271.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**84.054.497,65**	**78.483.342,24**	**85.730.895,14**	**108.367.055,00**	**93.658.298,29**	**94.740.049,73**	**113.181.230,63**	**93.011.443,83**	**84.884.796,95**	**91.359.679,45**	**98.451.545,61**	**98.616.234,51**	**1.124.539.069,03**	**1.118.261.579,71**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:14:10.														
NOTA:														

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:560EC605

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO V - DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
Entidade: 3037,14354,14357,14358										
Poder: Consolidado										
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a-(b+c+d+e)-f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		Pagos De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**85.127.792,70**	**3.456.785,77**	**1.841.995,00**	**2.766.517,51**	**23.250.187,74**	**0,00**	**53.812.306,68**	**14.695.718,58**	**0,00**	**39.116.588,10**
Transferências do FUNDEB	2.056.685,18	96.568,06	1.185.058,87	118.030,36	0,00	0,00	657.027,89	0,00	0,00	657.027,89
Transferências Voluntarias	5.858.718,67	78.585,53	0,00	372.352,74	0,00	0,00	5.407.780,40	1.948.431,73	0,00	3.459.348,67
Alienação de Bens	8.455.375,86	0,00	0,00	1.024,24	0,00	0,00	8.454.351,62	0,00	0,00	8.454.351,62
Operações de Crédito	2.608.512,40	4,43	0,00	134.243,15	0,00	0,00	2.474.264,82	0,00	0,00	2.474.264,82
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	19.748.688,15	1.754.031,93	391.182,88	954.001,31	0,00	0,00	16.649.472,03	6.574.633,19	0,00	10.074.838,84
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	5.749.305,27	92.626,20	261.540,98	60.358,56	0,00	0,00	5.334.779,53	205.336,64	0,00	5.129.442,89
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	32.405,71	97,24	0,00	0,00	0,00	0,00	32.308,47	0,00	0,00	32.308,47
Cessão Onerosa - Pré-Sal	643.452,55	0,00	0,00	427.889,90	0,00	0,00	215.562,65	0,00	0,00	215.562,65
Valores Restituíveis	23.906.362,62	0,00	0,00	0,00	23.250.187,74	0,00	656.174,88	0,00	0,00	656.174,88
Outras Origens	16.068.286,29	1.434.872,38	4.212,27	698.617,25	0,00	0,00	13.930.584,39	5.967.317,02	0,00	7.963.267,37
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**113.726.234,05**	**6.287.423,89**	**6.465.686,06**	**5.246.986,19**	**2.230,92**	**0,00**	**95.723.906,99**	**83.496.948,80**	**0,00**	**12.226.958,19**

Recursos Ordinários / Livres	**113.726.234,05**	**6.287.423,89**	**6.465.686,06**	**5.246.986,19**	**2.230,92**	**0,00**	**95.723.906,99**	**83.496.948,80**	**0,00**	**12.226.958,19**
TOTAL (III) = (I + II)	**198.854.026,75**	**9.744.209,66**	**8.307.681,06**	**8.013.503,70**	**23.252.418,66**	**0,00**	**149.536.213,67**	**98.192.667,38**	**0,00**	**51.343.546,29**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	**9.164,64**	**87.803,99**	**163.311,26**	**156.834,53**	**306,28**	**0,00**	**(399.091,42)**	**593.827,09**	**0,00**	**(992.918,51)**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	3.647,00	37.005,88	81.312,77	51.841,25	0,00	0,00	(166.512,90)	3.488,00	0,00	(170.000,90)
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	258,09	49.280,61	23.137,88	0,00	306,28	0,00	(72.466,68)	3.948,55	0,00	(76.415,23)
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	5.259,55	1.517,50	58.860,61	104.993,28	0,00	0,00	(160.111,84)	586.390,54	0,00	(746.502,38)
TOTAL (V) = (III + IV)	**198.863.191,39**	**9.832.013,65**	**8.470.992,32**	**8.170.338,23**	**23.252.724,94**	**0,00**	**149.137.122,25**	**98.786.494,47**	**0,00**	**50.350.627,78**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:08:51.										
1 Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2 Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
NOTA:										

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:533F1090

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO V - DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - EXECUTIVO - REPUBLICAÇÃO

Prestação de Contas										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
Poder: Executivo										
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Quadrimestre Maio-Agosto										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a-(b+c+d+e)-f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**84.165.416,55**	**3.456.785,77**	**1.841.995,00**	**2.766.517,51**	**22.941.755,55**	**0,00**	**53.158.362,72**	**14.695.718,58**	**0,00**	**38.462.644,14**
Transferências do FUNDEB	2.056.685,18	96.568,06	1.185.058,87	118.030,36	0,00	0,00	657.027,89	0,00	0,00	657.027,89
Transferências Voluntarias	5.858.718,67	78.585,53	0,00	372.352,74	0,00	0,00	5.407.780,40	1.948.431,73	0,00	3.459.348,67
Alienação de Bens	8.455.375,86	0,00	0,00	1.024,24	0,00	0,00	8.454.351,62	0,00	0,00	8.454.351,62
Operações de Crédito	2.608.512,40	4,43	0,00	134.243,15	0,00	0,00	2.474.264,82	0,00	0,00	2.474.264,82
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	19.748.688,15	1.754.031,93	391.182,88	954.001,31	0,00	0,00	16.649.472,03	6.574.633,19	0,00	10.074.838,84
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	5.749.305,27	92.626,20	261.540,98	60.358,56	0,00	0,00	5.334.779,53	205.336,64	0,00	5.129.442,89
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	32.405,71	97,24	0,00	0,00	0,00	0,00	32.308,47	0,00	0,00	32.308,47
Cessão Onerosa - Pré-Sal	643.452,55	0,00	0,00	427.889,90	0,00	0,00	215.562,65	0,00	0,00	215.562,65
Valores Restituíveis	22.943.986,47	0,00	0,00	0,00	22.941.755,55	0,00	2.230,92	0,00	0,00	2.230,92
Outras Origens	16.068.286,29	1.434.872,38	4.212,27	698.617,25	0,00	0,00	13.930.584,39	5.967.317,02	0,00	7.963.267,37
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**95.914.428,28**	**6.235.867,37**	**5.437.290,33**	**4.878.424,72**	**2.230,92**	**0,00**	**79.360.614,94**	**82.242.381,43**	**0,00**	**(2.881.766,49)**
Recursos Ordinários / Livres	**95.914.428,28**	**6.235.867,37**	**5.437.290,33**	**4.878.424,72**	**2.230,92**	**0,00**	**79.360.614,94**	**82.242.381,43**	**0,00**	**(2.881.766,49)**
TOTAL (III) = (I + II)	**180.079.844,83**	**9.692.653,14**	**7.279.285,33**	**7.644.942,23**	**22.943.986,47**	**0,00**	**132.518.977,66**	**96.938.100,01**	**0,00**	**35.580.877,65**

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	**180.079.844,83**	**9.692.653,14**	**7.279.285,33**	**7.644.942,23**	**22.943.986,47**	**0,00**	**132.518.977,66**	**96.938.100,01**	**0,00**	**35.580.877,65**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 10:10:12.										
1 Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2 Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
NOTA:										

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:C1188E06

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO VII - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - REPUBLICAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Entidade: 3037,14354,14357,14358												
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total l = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2024 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	6.471.911,12	7.425.413,21	5.667.802,47	6.113,20	8.223.408,66	4.764.058,96	28.627.886,50	25.024.763,31	24.886.568,37	180.818,52	8.324.558,57	16.547.967,23
Executivo	6.471.871,78	7.315.098,13	5.557.487,39	6.113,20	8.223.369,32	4.754.968,15	28.062.487,66	24.791.191,42	24.652.996,48	180.818,52	7.983.640,81	16.207.010,13
CAGEPAR - Central de Águas, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná	42,54	64.552,17	63.066,77	0,00	1.527,94	8.464,33	342.385,21	318.817,73	268.828,49	4.388,10	77.632,95	79.160,89
Controladoria Geral do Município	5.369,75	961,74	961,74	0,00	5.369,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.369,75
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	210.651,63	0,00	0,00	0,00	210.651,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.651,63
Secretaria Municipal de Recursos Humanos	5.557,97	0,00	0,00	0,00	5.557,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.557,97
Secretaria Municipal de Recursos Humanos	2.364,01	0,00	0,00	0,00	2.364,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.364,01
Secretaria Municipal de Saúde	982.524,71	1.715.966,25	849.007,53	6.113,20	1.843.370,23	15.692,13	5.279.247,94	4.543.647,63	4.467.824,69	0,00	827.115,38	2.670.485,61
Secretaria Municipal de Saúde e Prevenção	659,78	0,00	0,00	0,00	659,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659,78
Secretaria Municipal de Segurança	103.568,64	35.639,21	35.639,21	0,00	103.568,64	130.814,16	521.275,54	363.417,95	353.150,72	0,00	298.938,98	402.507,62
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	1.228.750,66	40.168,42	39.808,78	0,00	1.229.110,30	404.633,35	4.437.420,30	4.427.226,50	4.427.226,50	0,00	414.827,15	1.643.937,45
Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação - Ti	160.047,44	0,00	0,00	0,00	160.047,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.047,44
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego	8.205,35	0,00	0,00	0,00	8.205,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.205,35
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Assuntos Sindicais	24.070,74	31.156,90	31.094,60	0,00	24.133,04	0,00	79.451,27	62.922,79	62.922,79	0,00	16.528,48	40.661,52
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Assuntos Sindicais	1.291,65	0,00	0,00	0,00	1.291,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.291,65
Secretaria Municipal de Urbanismo	6.260,01	0,00	0,00	0,00	6.260,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.260,01
Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária	2.780,69	71.843,19	71.843,19	0,00	2.780,69	44.186,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.186,00	46.966,69
Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,00	21,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares	1.023,80	14.087,24	14.087,24	0,00	1.023,80	0,00	1.848,76	0,00	0,00	0,00	1.848,76	2.872,56
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares	5.325,03	0,00	0,00	0,00	5.325,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.325,03
Encargos Gerais do Município	293,10	0,00	0,00	0,00	293,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293,10
Fundação do Servidor Municipal	1.319,34	0,00	0,00	0,00	1.319,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.319,34
Fundação Municipal de Cultura - Fumcul	859,82	0,00	0,00	0,00	859,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	859,82
Fundação Municipal de Esportes - Fundesportes	189,29	0,00	0,00	0,00	189,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189,29

Fundação Municipal de Turismo - Fumtur	92,27	0,00	0,00	0,00	92,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,27
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros	983,46	0,00	0,00	0,00	983,46	14.407,31	60.076,90	52.149,40	52.149,40	0,00	22.334,81	23.318,27
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros	12.584,57	0,00	0,00	0,00	12.584,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.584,57
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	9.001,70	9.001,70	0,00	0,00	1.508,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508,75	1.508,75
Governo Municipal	8.628,28	0,00	0,00	0,00	8.628,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.628,28
Paranaguá Previdência	34.628,29	61.812,48	10.142,11	0,00	86.298,66	75.495,55	251.112,67	166.675,18	165.169,85	3.098,51	158.339,86	244.638,52
Procuradoria Geral do Município	210.801,13	748.118,63	375.602,58	0,00	583.317,18	55.178,07	23.642,37	0,00	0,00	0,00	78.820,44	662.137,62
Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.424,02	0,00	0,00	0,00	0,00	8.424,02	8.424,02
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total l = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2024 (g)**					
Restos Apagar	0,63	0,00	0,00	0,00	0,63	39.984,03	0,00	0,00	0,00	0,00	39.984,03	39.984,66
Secretaria do Governo Municipal	4.086,58	0,00	0,00	0,00	4.086,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.086,58
Secretaria Municipal da Ação Social	681,09	0,00	0,00	0,00	681,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681,09
Secretaria Municipal da Assistência Social	70.106,05	131.247,00	89.345,52	0,00	112.007,53	564.467,72	1.518.562,62	1.169.846,05	1.169.845,07	48.500,00	864.685,27	976.692,80
Secretaria Municipal da Fazenda	41,54	0,00	0,00	0,00	41,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,54
Secretaria Municipal da Mulher	477,13	29.289,88	27.411,43	0,00	2.355,58	0,00	11.513,19	1.974,12	1.974,12	0,00	9.539,07	11.894,65
Secretaria Municipal de Abastecimento e Almoxarifado Central	5.053,53	0,00	0,00	0,00	5.053,53	3.368,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.368,78	8.422,31
Secretaria Municipal de Administração	548.445,29	245.539,52	152.622,00	0,00	641.362,81	237.228,39	855.380,47	823.030,20	823.030,20	0,00	269.578,66	910.941,47
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	3.466,78	0,00	0,00	0,00	3.466,78	107,80	0,00	0,00	0,00	0,00	107,80	3.574,58
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento	8.671,46	0,00	0,00	0,00	8.671,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.671,46
Secretaria Municipal de Aquicultura, Pesca e Abastecimento	0,00	29.897,82	28.696,78	0,00	1.201,04	0,00	34.941,48	34.791,00	34.791,00	0,00	150,48	1.351,52
Secretaria Municipal de Assistência Social	753,65	0,00	0,00	0,00	753,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	753,65
Secretaria Municipal de Comunicação	28.628,79	30.976,54	21.622,08	0,00	37.983,25	54.766,96	337.782,13	327.382,38	327.382,38	0,00	65.166,71	103.149,96
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	6.974,41	196.104,16	192.765,70	0,00	10.312,87	12.587,76	438.342,23	347.216,93	347.216,93	0,00	103.713,06	114.025,93
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	3.984,42	0,00	0,00	0,00	3.984,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.984,42
Secretaria Municipal de Defesa Social	411,26	0,00	0,00	0,00	411,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411,26
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	7,24	0,00	0,00	0,00	7,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,24
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Alexandra e demais Colônias	0,00	30.388,89	27.079,00	0,00	3.309,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.309,89
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	587.188,73	3.101.861,65	2.984.895,98	0,00	704.154,40	508.275,30	4.229.369,90	3.613.667,82	3.613.058,60	0,00	1.124.586,60	1.828.741,00
Secretaria Municipal de Esportes	74.808,35	13.256,74	961,74	0,00	87.103,35	3.336,60	70.911,21	59.275,83	59.275,83	0,00	14.971,98	102.075,33
Secretaria Municipal de Esportes	10.900,70	0,00	0,00	0,00	10.900,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.900,70
Secretaria Municipal de Fazenda	97.066,99	0,00	1.061,92	0,00	96.005,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.005,07
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	183.671,95	277.734,71	204.681,43	0,00	256.725,23	475.942,27	766.115,70	567.219,38	567.219,38	5.846,48	668.992,11	925.717,34
Secretaria Municipal de Gabinete Institucional	2,07	29.234,72	29.234,72	0,00	2,07	2.458,13	26.223,11	1.108,00	1.108,00	0,00	27.573,24	27.575,31
Secretaria Municipal de Governo	12.165,62	68.980,24	68.980,93	0,00	12.164,93	4.258,31	20.482,86	12.149,02	12.149,02	0,00	12.592,15	24.757,08
Secretaria Municipal de Governo	270,27	0,00	0,00	0,00	270,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,27
Secretaria Municipal de Inclusão	3.461,28	26.647,87	26.647,87	0,00	3.461,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.461,28
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	111,93	0,00	0,00	0,00	111,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,93
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	1,51	12.193,05	12.033,69	0,00	160,87	0,00	34.060,34	30.000,00	30.000,00	0,00	4.060,34	4.221,21
Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana	1.081,50	0,00	0,00	0,00	1.081,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,50
Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Suprimentos	1.012,86	0,00	0,00	0,00	1.012,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.012,86
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	675.498,33	69.265,57	62.515,16	0,00	682.248,74	676.154,59	7.241.220,66	6.836.494,10	6.836.494,10	12.206,28	1.068.674,87	1.750.923,61
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total l = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2024 (g)**					
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos - Semmas	3.998,75	0,00	0,00	0,00	3.998,75	13.240,41	0,00	0,00	0,00	0,00	13.240,41	17.239,16
Secretaria Municipal de Meio-ambiente	800.905,96	0,00	0,00	0,00	800.905,96	5.954,63	0,00	0,00	0,00	0,00	5.954,63	806.860,59
Secretaria Municipal de Obras Públicas	249.747,25	215.811,92	114.343,08	0,00	351.216,09	1.079.163,60	1.481.120,80	1.032.113,87	1.032.113,87	106.779,15	1.421.391,38	1.772.607,47
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	69.313,93	13.359,92	12.332,91	0,00	70.340,94	314.848,20	0,00	65,54	65,54	0,00	314.782,66	385.123,60
Legislativo	39,34	110.315,08	110.315,08	0,00	39,34	9.090,81	565.398,84	233.571,89	233.571,89	0,00	340.917,76	340.957,10
Câmara Municipal de Paranaguá	39,34	110.315,08	110.315,08	0,00	39,34	9.090,81	565.398,84	233.571,89	233.571,89	0,00	340.917,76	340.957,10
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	675.984,65	6.392.015,91	5.398.664,51	0,00	1.669.336,05	3,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3,15	1.669.339,20
Executivo	675.984,65	6.392.015,91	5.398.664,51	0,00	1.669.336,05	3,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3,15	1.669.339,20
CAGEPAR - Central de Águas, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná	0,00	37.998,85	37.998,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladoria Geral do Município	0,00	24.134,89	24.134,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Recursos Humanos	766,16	0,00	0,00	0,00	766,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	766,16
Secretaria Municipal de Saúde	331.452,28	754.957,22	754.957,22	0,00	331.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.452,28

Secretaria Municipal de Segurança	0,00	788.062,24	788.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	23.236,02	97.313,48	97.313,48	0,00	23.236,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.236,02
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Assuntos Sindicais	0,00	22.331,29	22.331,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária	0,00	157.427,52	157.427,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3,15	3,15
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares	0,00	56.206,46	56.206,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Governo Municipal	918,50	0,00	0,00	0,00	918,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	918,50
Paranaguá Previdência	0,00	7.649,79	7.649,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria Geral do Município	0,00	115.455,34	115.455,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria do Governo Municipal	66.124,35	0,00	0,00	0,00	66.124,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.124,35
Secretaria Municipal da Assistência Social	3.553,12	370.775,11	369.970,70	0,00	4.357,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.357,53
Secretaria Municipal da Mulher	0,00	18.122,79	18.122,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração	495,90	237.132,74	237.132,74	0,00	495,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495,90
Secretaria Municipal de Aquicultura, Pesca e Abastecimento	0,00	79.930,35	79.930,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Comunicação	0,00	4.595,78	4.595,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	0,00	89.758,10	89.758,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Alexandra e demais Colônias	0,00	43.720,85	43.720,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	136.973,79	2.570.811,88	1.578.264,89	0,00	1.129.520,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129.520,78
Secretaria Municipal de Esportes	0,00	26.467,47	26.467,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	0,00	187.824,03	187.824,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total l = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro de 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de Dezembro de 2024 (g)**					
Secretaria Municipal de Gabinete Institucional	0,00	1.365,02	1.365,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Governo	112.464,53	152.566,30	152.566,30	0,00	112.464,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.464,53
Secretaria Municipal de Inclusão	0,00	57.624,51	57.624,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	0,00	1.791,98	1.791,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	0,00	177.355,45	177.355,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas	0,00	268.653,46	268.653,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	0,00	41.983,01	41.983,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**7.147.895,77**	**13.817.429,12**	**11.066.466,98**	**6.113,20**	**9.892.744,71**	**4.764.062,11**	**28.627.886,50**	**25.024.763,31**	**24.886.568,37**	**180.818,52**	**8.324.561,72**	**18.217.306,43**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:19:16.												
NOTA:												

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:FDABEA19

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO XIII - DEMONSTRATIVOS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - REPUBLICAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Entidade: 3037,14354,14357,14358		
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL**
		Até 4º Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00

Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2025)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	1.061.323.884,36	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71	1.136.045.483,71
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:31:18.											
NOTA:											

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:065401D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO
ANEXO XII - RECEITAS E DESPESAS COM SAÚDE - REPUBLICAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Entidade: 3037,14354,14357,14358				
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2025 / Bimestre Julho-Agosto				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até 4º Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	472.274.000,00	539.234.602,59	389.940.988,77	72,31
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	40.526.000,00	40.526.000,00	29.460.171,24	72,69
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	9.720.000,00	10.945.857,30	9.780.095,42	89,35
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	365.304.000,00	425.129.745,29	305.495.802,98	71,86
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	56.724.000,00	62.633.000,00	45.204.919,13	72,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	334.228.000,00	357.486.000,00	231.927.964,33	64,88
Cota-Parte FPM	145.300.000,00	154.400.000,00	105.291.395,17	68,19
Cota-Parte ITR	48.000,00	48.000,00	13.114,77	27,32
Cota-Parte IPVA	34.100.000,00	48.258.000,00	29.783.995,33	61,72
Cota-Parte ICMS	153.200.000,00	153.200.000,00	95.472.566,14	62,32
Cota-Parte IPI-Exportação	1.580.000,00	1.580.000,00	1.366.892,92	86,51
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**806.502.000,00**	**896.720.602,59**	**621.868.953,10**	**69,35**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS

(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	58.337.400,00	54.848.929,67	34.599.698,80	63,08	31.043.576,08	56,60	30.522.696,26	55,65
Despesas Correntes	57.437.400,00	54.348.929,67	34.373.285,44	63,25	30.983.510,72	57,01	30.462.630,90	56,05
Despesas de Capital	900.000,00	500.000,00	226.413,36	45,28	60.065,36	12,01	60.065,36	12,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	36.495.000,00	50.438.495,82	36.244.010,43	71,86	32.297.852,74	64,03	32.065.289,50	63,57
Despesas Correntes	36.495.000,00	50.438.495,82	36.244.010,43	71,86	32.297.852,74	64,03	32.065.289,50	63,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	100.000,00	1.922.172,67	1.750.470,61	91,07	399.836,97	20,80	399.836,97	20,80
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	1.922.172,67	1.750.470,61	91,07	399.836,97	20,80	399.836,97	20,80
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	6.065.000,00	6.065.000,00	2.533.406,10	41,77	2.012.130,53	33,18	1.988.233,00	32,78
Despesas Correntes	5.964.000,00	5.964.000,00	2.533.406,10	42,48	2.012.130,53	33,74	1.988.233,00	33,34
Despesas de Capital	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.577.000,00	1.764.498,24	855.572,17	48,49	855.572,17	48,49	837.850,75	47,48
Despesas Correntes	1.577.000,00	1.764.498,24	855.572,17	48,49	855.572,17	48,49	837.850,75	47,48
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	36.332.000,00	38.110.003,65	28.899.920,68	75,83	24.785.378,12	65,04	24.526.779,53	64,36
Despesas Correntes	36.329.000,00	38.110.003,65	28.899.920,68	75,83	24.785.378,12	65,04	24.526.779,53	64,36
Despesas de Capital	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**138.906.400,00**	**153.149.100,05**	**104.883.078,79**	**68,48**	**91.394.346,61**	**59,68**	**90.340.686,01**	**58,99**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	104.883.078,79	91.394.346,61	90.340.686,01
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**104.883.078,79**	**91.394.346,61**	**90.340.686,01**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)	93.280.342,97		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)	93.280.342,97		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i) - XVII)	**11.602.735,82**	**(1.885.996,36)**	**(2.939.656,96)**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	1.885.996,36	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**16,87**	**14,70**	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira (q) = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite[1] (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados[2] (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	93.280.342,97	104.883.078,79	11.602.735,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.602.735,82
Empenhos de 2024	124.985.794,72	150.023.935,50	25.038.140,78	4.701.479,37	0,00	0,00	4.243.005,12	458.474,25	0,00	25.038.140,78
Empenhos de 2023	111.577.649,88	132.639.528,24	21.061.878,36	8.015.328,42	0,00	0,00	7.296.660,83	31.440,66	687.226,93	20.374.651,43
Empenhos de 2022	101.333.414,53	140.820.397,86	39.486.983,33	6.066.720,31	0,00	0,00	5.867.160,35	26.422,38	173.137,58	39.313.845,75
Empenhos de 2021 e anteriores	461.892.778,32	553.402.164,44	91.509.386,12	31.201.937,76	0,00	0,00	24.519.434,09	1.995.122,74	4.687.380,93	86.822.005,19
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									**0,00**	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)									**0,00**	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a compensar (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXVI)	0,00	3.027.195,29	3.027.195,29	3.027.195,29	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**3.027.195,29**	**3.027.195,29**	**3.027.195,29**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 4º Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	38.945.500,00	38.945.500,00	19.648.086,17	50,45
Proveniente da União - Fundo a Fundo	25.009.400,00	25.009.400,00	15.567.357,87	62,25
Proveniente dos Estados	13.936.100,00	13.936.100,00	4.080.728,30	29,28
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	6.497.300,00	6.686.798,24	9.147.793,90	136,80
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**45.442.800,00**	**45.632.298,24**	**28.795.880,07**	**63,10**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	22.514.400,00	24.153.398,92	13.372.742,43	55,37	10.743.688,32	44,48	10.734.819,25	44,44
Despesas Correntes	19.522.400,00	21.533.567,96	13.186.525,71	61,24	10.738.091,60	49,87	10.729.222,53	49,83
Despesas de Capital	2.992.000,00	2.619.830,96	186.216,72	7,11	5.596,72	0,21	5.596,72	0,21
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	16.252.400,00	15.741.200,00	6.060.429,63	38,50	3.774.377,40	23,98	3.586.314,20	22,78
Despesas Correntes	15.850.400,00	15.430.400,00	6.051.629,63	39,22	3.774.377,40	24,46	3.586.314,20	23,24
Despesas de Capital	402.000,00	310.800,00	8.800,00	2,83	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	82.600,00	955.180,75	676.899,17	70,87	645.562,53	67,59	451.312,92	47,25
Despesas Correntes	52.000,00	247.666,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	30.600,00	707.514,65	676.899,17	95,67	645.562,53	91,24	451.312,92	63,79
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	819.600,00	674.308,28	104.708,28	15,53	12.157,75	1,80	12.157,75	1,80
Despesas Correntes	818.600,00	673.308,28	104.708,28	15,55	12.157,75	1,81	12.157,75	1,81
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	261.800,00	211.833,94	203.033,94	95,85	83.603,76	39,47	83.603,76	39,47
Despesas Correntes	259.800,00	210.833,94	203.033,94	96,30	83.603,76	39,65	83.603,76	39,65
Despesas de Capital	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**39.930.800,00**	**41.735.921,89**	**20.417.813,45**	**48,92**	**15.259.389,76**	**36,56**	**14.868.207,88**	**35,62**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	80.851.800,00	79.002.328,59	47.972.441,23	60,72	41.787.264,40	52,89	41.257.515,51	52,22
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	52.747.400,00	66.179.695,82	42.304.440,06	63,92	36.072.230,14	54,51	35.651.603,70	53,87
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	182.600,00	2.877.353,42	2.427.369,78	84,36	1.045.399,50	36,33	851.149,89	29,58
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	6.065.000,00	6.065.000,00	2.533.406,10	41,77	2.012.130,53	33,18	1.988.233,00	32,78
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	2.396.600,00	2.438.806,52	960.280,45	39,38	867.729,92	35,58	850.008,50	34,85
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	36.593.800,00	38.321.837,59	29.102.954,62	75,94	24.868.981,88	64,90	24.610.383,29	64,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	178.837.200,00	194.885.021,94	125.300.892,24	64,29	106.653.736,37	54,73	105.208.893,89	53,99
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: MUNICIPIO DE PARANAGUA. Emissão: 07/11/2025, às 17:17:38.								

[1] A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.
[2] O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".
[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.
NOTA:

Publicado por:
Anderson Vander Chemure
Código Identificador:4C2EE63C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025

Súmula: *Institui o Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI para o exercício financeiro de 2026*

Aplicado ao Poder Legislativo do Município de Rolândia

RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Alan Fernando Paganini
Cargo: Técnico Legisltivo I

INFORMAÇÕES
Unidade de Controladoria Interna da Câmara Municipal de Rolândia – UCI.
Rua Duque de Caxias, 288 – Rolândia - Paraná
Telefone: (43) 3255-7100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 5
ASPECTOS LEGAIS..... 6
OBJETIVOS..... 7
DA ABRANGÊNCIA..... 8
DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO TRABALHO..... 8
METODOLOGIA DE TRABALHO..... 9
Fases..... 9
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE..... 10
Formas de Controle..... 10
Frentes de Trabalho..... 13
Planejamento Orçamentário – proposta da Câmara (LDO e LOA)..... 13
Planejamento Orçamentário – compatibilidade e fases de disc. (LDO, LOA, PPA) . 14
Suprimento a Câmara (duodécimo)..... 14
Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira..... 14
Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais..... 17
Controle do Relatório de Gestão Fiscal – RGF..... 17
Controle de Gastos com Pessoal..... 18
Controle dos Limites Constitucionais..... 19
Análise dos Sistemas de Informações Municipais..... 20
Análise e Envio da Prestação de Contas Anual (PCA) – Exercício anterior..... 20

Análise dos Processos Licitatórios e contratos..... 22
Análise dos Processos de Concessão de Diárias..... 23
Análise do Controle de Frota..... 24
Controle da Gestão Patrimonial..... 25
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO..... 26
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 27
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES..... 28

1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades do Controle Interno - PAACI define o cronograma das ações de controle do Poder Legislativo de Rolândia para o **ano de 2026**, fundamentando-se na escrituração e relatórios financeiros, relatórios de execução, monitoramento de projetos e atividades, além de outros procedimentos e ferramentas definidos pela legislação municipal em vigor.

As ações contidas no PAACI dar-se-ão por meio da atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivando a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal do administrador e seus subordinados, por intermédio das atividades de fiscalização, avaliação e controle, alicerçadas na realização de acompanhamento, monitoramento e auditorias (quando for o caso) nas unidades administrativas da Câmara, voltadas a conformidade e cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis, e avaliação dos resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

O principal objetivo do PAACI para o atual exercício é estabelecer, através de um cronograma inicial, a orientação das atividades previstas até o final do período em questão, definindo prioridades. A partir das atividades planejadas, busca-se identificar as áreas mais vulneráveis da entidade, aquelas mais propensas a erros/desvios; de maior complexidade; que requerem um grande volume de recursos financeiros. Entre outras medidas, é possível verificar se os processos e sistemas administrativos e operacionais estão sendo executados em conformidade com os princípios constitucionais.

No cumprimento do PAACI, e encontrada alguma irregularidade e/ou ilegalidade de ato(s) ou contrato(s), o controlador de imediato dará ciência ao Chefe do Legislativo, para que se adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da lei, podendo indicar as providências que poderão ser adotadas, além de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

2 ASPECTOS LEGAIS

O Controle Interno é exercido em obediência as normas da Constituição Federal de 1988, ao disposto na Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as normas contidas na Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 113/05 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná), na Resolução nº 01 de 23/12/2008, Lei Municipal nº 4070 de 10 de fevereiro de 2022, Lei nº 4.195 de 18 de dezembro de 2023 e demais normas pertinentes.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece em seu artigo 31 que "*a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei*". A Magna Carta atribui ainda aos órgãos e unidades de Controle Interno (artigo 70), competências acerca da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, observando a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, delegando ao Controle Externo e Controle Interno de cada poder, um elevado grau de independência e autônima na fiscalização das unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades.

Já a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 59 que o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o Sistema de Controle Interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas legislativas.

A Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 reserva os Capítulos II e III para discorrer sobre as atribuições dos Controles Interno e Externo. O artigo 76 da citada lei especifica de forma clara as atribuições do controle interno.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Lei Complementar nº 113/05), em seu art. 6º, dispõe sobre a responsabilidade solidária dos responsáveis pelo controle interno quando, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dão imediato conhecimento ao Tribunal. Os agentes de controle interno estão sujeitos às sanções previstas em lei caso seja provada a sua omissão.

Como base legal local, o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Rolândia encontra-se salvaguardado pela Resolução nº 01 de 23 de dezembro de 2008, na Lei Municipal nº 4070 de 10 de fevereiro de 2022 e Lei nº 4.195 de 18 de dezembro de 2023.

Assim, em atendimento a legislação pertinente, a Unidade de Controle Interno (UCI) da Câmara de Rolândia elaborou o Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI), para o exercício financeiro de 2026, utilizando acima de tudo as diretrizes das normas de auditoria interna e as boas práticas de governança, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme o detalhamento constante deste documento.

3 OBJETIVOS

De forma geral, conforme citado acima, o objetivo principal deste plano é assegurar que a administração da Câmara Municipal atue em observância aos princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, compreendendo além do controle político que abrange os aspectos de mérito e legalidade também o controle financeiro.

Assim, neste Plano, visando o cumprimento de seu poder-dever, a Unidade de Controle Interno visa definir as principais ações dentre as áreas mais sensíveis da entidade, visando acima de tudo proteger os interesses econômicos da municipalidade, vez que o orçamento municipal é único, e com isso proteger os ativos (patrimônio) da Câmara, assim como fiscalizar o cumprimento das normas e dos gastos no Legislativo, exercendo uma fiscalização orientadora, moralizadora e até mesmo inovadora.
Em suma, os objetivos gerais são:

I- verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas e do Orçamento do Legislativo;
II- verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência, eficácia, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal;
III- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
IV- examinar a escrituração contábil e a documentação correspondente;
V- verificar os processos e documentos das fases da execução das despesas, em especial os processos licitatórios e contratos;
VI- Verificar as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar 101/2000;
VII- realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, nos termos da legislação em vigor;
VIII- verificar os atos de admissão, exoneração, demissão e contratação por tempo determinado de pessoal;
IX- verificar os demais processos, procedimentos, fatos e atos praticados na Câmara Municipal que estejam relacionados, à luz dos princípios da legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, dentro do programa de trabalho definido formalmente.

4 DA ABRANGÊNCIA

O Plano Anual de Atividades do Controle Interno para o referido exercício financeiro contempla as ações atinentes ao Controle, nos termos da Resolição nº 01 de 23 de dezembro de 2008 e, bem como demais legislação aplicável.

Vale salientar, que eventuais alterações no plano poderão ser realizadas no transcorrer do ano, em virtude de casos fortuitos, necessidades futuras ou dificuldades percebidas apenas no transcorrer do período, peculiares à dinâmica do trabalho de inspeção e fiscalização.

5 DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO TRABALHO

A estrutura da Unidade de Controladoria Interna conta atualmente com um servidor detentor de cargo de provimento efetivo, com percepção de Função Gratificada para o desempenho da função de Coordenador de Controlador Interna nos termos da Lei Municipal nº 4.195 de 18 de dezembro de 2023, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura do Sistema de Controle Interno

SERVIDOR ATUAL	CARGO	FUNÇÃO	NOMEAÇÃO	FORMAÇÃO
Alan Fernando Paganini	Técnico Legislativo I	Coordenador de Controle Interno	Portaria nº 10/2023	1.Graduado em Ciências Contábeis. 2.Especialização em Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. 3 Especialização em Gestão Pública.

6 METODOLOGIA DE TRABALHO

6.1 Fases

Para se alcançar o escopo no desenvolvimento do trabalho definido neste plano, à abordagem metodológica consiste em três fases:

a. Planejamento - levantamento de dados, legislação aplicável e informações necessárias para conhecer o objeto e sua complexidade;
b. Execução – busca de evidências confiáveis, relevantes e úteis por meio de exames e verificação de documentos, verificações "*in loco*", comparações, entrevistas, entre outros, onde serão coletados dados sobre os pontos fortes, falhas e irregularidades, quando houver;

c. Relatório – descrição das conclusões finais e dos achados (este último se houver), que decorrem da comparação entre a situação encontrada com o critério estabelecido, comprovados por evidências e documentados por meio de papéis de trabalho. Os achados deverão, por consequência, ocasionar recomendações, se for o caso, determinações ou reconhecimento de boas práticas às áreas inspecionadas, monitoradas e acompanhadas, estipulando prazos a chefia imediata para a regularização, e permanecendo a irregularidade deverá ser comunicado ao TCE/PR.

De forma geral, a análise terá como campo o ambiente interno, ou seja, as unidades administrativas da Câmara como fonte de informações. O processo de análise será subdivido em:

Unidade – Onde será feito? (local de realização da análise dos processos de trabalho).

Objeto – O que será feito? (controle dos processos de trabalho - atividade de acompanhamento, monitoramento e/ou auditoria/inspeção de atos e fatos do Legislativo).

Objetivos – Por que será feito? (atestar a conformidade e o cumprimento do objeto com o executado).

Escopo – Como será feito? (estabelecer a metodologia de controle a ser usada em cada momento, ou seja, definir como serão executadas as atividades de controle).

Período – Quando será feito? (atuação prévia à realização do ato de gestão, concomitante a sua execução, ou subsequente a ele, conforme cronograma de trabalho).

7 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE

7.1**Formas de Controle**

A UCI deve avaliar, por meio de atividades de controle preventivo e corretivo, os atos de gestão, os processos e procedimentos operacionais e administrativos, na racionalidade dos gastos públicos e no combate ao desperdício.
Para tanto, as formas de controle podem ser: prévia ou preventiva, concomitante ou sucessiva, e subsequente ou corretiva, além de política e financeira.
Controle prévio ou preventivo (a priori) consiste no controle que antecede a conclusão ou operatividade do ato, como requisito para sua eficácia, ou seja, quando exercido antes de ser praticado o ato administrativo, devendo ser exercido mediante criação de normas que disciplinem os procedimentos a serem adotados no ente, evitando assim, vícios, costumes ou desvios de finalidade (Botelho, 2008).
Ainda, (Botelho, 2008) define controle concomitante ou sucessivo como aquele que acompanha, ou seja, ocorre durante a realização do ato e/ou fato administrativo, no momento da execução, com a finalidade de verificar sua regularidade, evitando o cometimento de falhas, desvios ou fraudes.
Já controle subsequente ou corretivo (*a posteriori*), se efetiva após a conclusão do ato controlado, objetivando corrigir eventuais defeitos, declarar a sua nulidade ou dar-lhe eficácia (BOTELHO, 2008, p.38). De acordo com o autor, o intuito desta forma de controle é punitivo, e em alguns casos, corretivo, onde a correção deverá ser recomendada, e na impossibilidade, sugerida a restituição dos prejuízos provocados ao erário, mediante instauração de processo administrativo.
Enfim, o controle político que abrange os aspectos de mérito e legalidade aprecia respectivamente, as decisões administrativas, inclusive sob o aspecto da discricionariedade, relativo à oportunidade e a conveniência do ato controlado frente ao interesse público, e objetiva verificar a conformidade do ato, procedimento administrativo ou fato com a norma legal que o rege. Já o controle financeiro consiste no exame das informações contábeis da administração (Botelho, 2008).Assim, as atividades planejadas para o ano de 2026 foram compatibilizadas de acordo com cada unidade administrativa da Câmara e sua necessidade e relevância, obedecendo ao cronograma estabelecido abaixo, procurando avaliar, sempre que possível, a totalidade dos atos, contratos, ações, projetos e processos em desenvolvimento no âmbito do Poder Legislativo de Rolândia, vez que a princípio o campo de atuação não é amplo.
Este Plano apresenta um conjunto de ações a serem realizadas pela Unidade de Controle Interno a partir da prévia de procedimentos, embasada em critérios objetivos de materialidade, relevância e criticidade dos atos sujeitos a ações de controle.
a. Materialidade: representa o montante de recursos orçamentários ou financeiros/materiais alocados e/ou o volume de bens e valores efetivamente geridos em um específico ponto de controle, (unidade administrativa, sistema, contrato, atividade ou ação).
b. Relevância: significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma questão, situação ou unidade administrativa em relação à atividade finalística do ente.
c. Criticidade: representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a serem controladas, identificadas em uma unidade. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos operacionais latentes, etc.
A planificação dos procedimentos a serem realizados no decorrer do ano de 2026 se pautará da seguinte forma:

Prévia ou preventiva

- Emissão de Parecer do Sistema de Controle Interno, nos casos em que for exigido;
- Expedição de Instruções Normativas, disciplinando os procedimentos a serem adotados pelo gestor, quando houver necessidade;
- Acompanhamento da elaboração das propostas de planejamento orçamentário da Câmara (PPA, LDO e LOA).

Concomitante ou Sucessiva

Acompanhamento de suprimento a Câmara (duodécimo);
Conformidade no que se refere à adequação da LOA ao PPA e a LDO;
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira possíveis alterações orçamentárias (aberturas de créditos suplementares, especiais e extraordinários).

Subsequente ou corretiva

Verificação do cumprimento das Metas Fiscais;
Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF;
Observância ao limite de gasto total com pessoal do Poder Legislativo;
Acompanhamento dos limites constitucionais quanto ao gasto total do Poder Legislativo, bem como Folha de Pagamento do ente;
Observância ao envio dos dados ao Tribunal de Contas do Paraná em relação ao Sistema de Informações Municipais – SIM-AM e Sistema Integrado de Atos de Pessoal SIAP-FP;
Acompanhamento de Processos Licitatórios, Contratos e Compras;
Acompanhamento de Convênios (quando houver).
No panorama geral, será considerada a relevância de cada área, procurando avaliar se houve a regular aplicação dos recursos públicos, analisando de forma especial a Prestação de Contas do ano anterior, nos termos da Instrução Normativa emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Se não houver tempo hábil para fazer análise de todos os processos, dentre as ações acompanhadas e monitoradas, serão selecionadas aquelas de maior risco e relevância, ou seja, mais suscetíveis a erros ou fraudes, entretanto, isso não quer dizer necessariamente que outros processos não possam ser auditados/inspecionados, tudo dependerá da metodologia analítica de cada caso.
Portanto, em linhas gerais, para o exercício em questão serão inspecionados conforme cronograma anexo, os processos:
Licitatórios e Contratos;
Financeiro e Orçamentário;
De Controle de frota;
De pessoal;
De concessão de diárias;
Patrimonial.

7.1.1**Frentes de Trabalho – Procedimentos Base**
7.1.1.1**Planejamento Orçamentário – proposta da Câmara (LDO, LOA e PPA)**

Unidade	Contábil e Mesa Diretora
Objeto	Acompanhamento quanto a elaboração da proposta de planejamento orçamentário da Câmara, a ser incluída nas leis orçamentárias do Município (LDO, LOA e PPA).
Objetivo	Atender ao contido na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;
Escopo	Verificar se a proposta orçamentária da Câmara foi encaminhada ao Executivo Municipal tempestivamente para ser incluída na LDO; Verificar se a proposta orçamentária da Câmara foi encaminhada ao Executivo Municipal tempestivamente para ser incluída na LOA; Verificar se a definição das prioridades e metas correspondentes a Câmara está compatível com o PPA; Verificar se a proposta correspondente a Câmara para elaboração do atual PPA contém as diretrizes, objetivos e metas previamente planejados pela Câmara e em observâncias as suas necessidades.
Período	Abril a Dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Anual/preventiva

7.1.1.2 Planejamento Orçamentário – compatibilidade e fases de discussão (LDO, LOA e PPA)

Unidade	Contábil e Comissões Permanentes
Objeto	Verificação da adequação da LOA 2026 ao PPA e a LDO; - Acompanhamento das fases de discussão das Leis Orçamentárias na Câmara.
Objetivo	Atender ao contido no inciso I, § 3º e § 4º, artigo 166 da Constituição Federal, além do inciso II, § 2º, artigo 58;
Escopo	Verificar se foi devidamente realizada Audiência Pública na comissão de Tributação Orçamento e Finanças da Câmara para cada uma das leis orçamentárias; Verificar se a lista de presentes e a ata da audiência pública foram registradas em livro; Verificar se o processo legislativo das leis orçamentárias se processou de forma regular; Verificar se os programas e ações contêm identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras e fonte de financiamento; Verificar se a LDO, o PPA e a LOA foram publicadas no órgão oficial do Município e em meios eletrônicos.
Período	LDO: abril a junho LOA: setembro a dezembro

	PPA: agosto a dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Anual/subsequente

7.1.1.3 Suprimento a Câmara (duodécimo)

Unidade	Câmara Municipal de Rolândia
Objeto	Repasse do duodécimo da Câmara Municipal pelo Executivo Municipal fracionado em 12 (doze) meses.
Objetivo	Cumprimento ao disposto no artigo 168 da Constituição Federal
Escopo	Verificar se o duodécimo da Câmara Municipal foi repassado no prazo legal mensalmente; Verificar se os valores dos suprimentos repassados estão de acordo com a programação financeira, suas alterações e nos limites legais.
Período	Janeiro a dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Mensal/concomitante/subsequente

7.1.1.4 Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Unidade	Contábil e Financeira
Objeto	Acompanhamento da execução orçamentária; Verificação dos pagamentos e execução da despesa.
Objetivo	Cumprimento a Lei Federal n.º 4.320 de 1964.
Escopo	Verificar se houve planejamento das unidades administrativas da Câmara para as necessidades da administração, para efeitos de aquisição; Verificar se houve consulta a unidade contábil e financeira no que se refere à disponibilidade orçamentária e financeira nos processos de contratação; Verificar se os créditos adicionais têm sido processados com base em autorização em Resolução de acordo com a Lei Federal nº 4.320 e publicados em jornal oficial e indicam as fontes de

	recursos? Verificar se os processos de pagamento estão em conformidade com os quesitos formais e legais; Verificar se os processos de pagamento estão regulares e em boa ordem quanto à sua fidedignidade na aplicação e prestação de contas das despesas realizadas; Verificar se existe descrições e especificações lançadas nas notas de empenho, notas fiscais, recibos e cotações de preços, nos casos de aquisições de pequeno valor, e outros documentos similares; Verificar se a despesa foi fixada conforme os dispositivos legais do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, principalmente quanto à compatibilidade das ações; Verificar se houve observância das condições e procedimentos para a realização da despesa, especialmente do previsto na Lei Lei nº 14.133/2021; Verificar se a despesa foi classificada adequadamente conforme o Plano de Contas; Verificar se houve cumprimento da publicidade dos relatórios de gestão fiscal e da execução orçamentária e sua tempestiva informação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Verificar se existe controle das conciliações bancárias comprovando a real situação financeira da entidade; Verificar se existe controle no pagamento de fornecedores, considerando a emissão da liquidação, o prazo de pagamento, e se houve o pagamento com juros e correções e justificativas para estas ações; Verificar se houve retenção dos encargos, bem como as contribuições previdenciárias e seu devido e tempestivo repasse ao órgão arrecadador.
Período	Mensal
Periodicidade/Condição	Mensal/concomitante/subsequente

7.1.1.5 Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais

Unidade	Contábil e Comissão Permanente – Tributação Orçamento e Finanças.
Objeto	Audiências Públicas das Metas Fiscais, referente aos três quadrimestres; Declaração desta na página do Tce-Pr.
Objetivo	Atender ao contido no § 4º, art. 9º da LC nº 101/2000, LRF e IN 89/13 – TCE-PR
Escopo	Verificar se os quesitos formais e legais por parte do Poder Executivo quanto à realização de Audiência Pública na Comissão de Tributação Orçamento e Finanças da Câmara da avaliação do cumprimento das metas fiscais a cada quadrimestre; Verificar se foram colhidas assinaturas dos presentes na lista de presença; Verificar se foi realizada a declaração da Audiência Pública das Metas Fiscais por parte da Câmara Municipal junto à página do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na internet conforme Agenda de Obrigações; Verificar a ata, lista de presença e demais documentos.
Período	Fevereiro, Junho e Outubro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Quadrimestral/subsequente

7.1.1.6 Controle do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Unidade	Contábil
Objeto	Itens requeridos pelo Tribunal de Contas do Estado para elaboração dos Relatórios de Gestão.

Objetivo	- Atender ao contido nos artigo 54 da LRF LC nº 101/2000 e IN 89/13 – TCE-PR.
Escopo	Verificar se foi formalizada a publicação no diário oficial do Município nos termos da Agenda de Obrigações do Tribunal de Contas, especialmente no que se refere ao cumprimento do prazo; Verificar se foi dada publicidade do RGF na página do Tce-pr.
Período	Fevereiro, Junho e Outubro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Quadrimestral/subsequente

7.1.1. 7Controle de Gastos com Pessoal

Unidade	Pessoal
Objeto	Gastos com pessoal.
Objetivo	- Atestar a conformidade dos gastos com pessoal com o contido no artigo 20, inciso III, alínea a, da LRF, combinado com o Artigo 169 da CF.
Escopo	Verificar se a frequência dos servidores é controlada através de registro ponto; Verificar se os servidores realizam horas extras; Verificar se existe lei interna que regulamente; Se sim, verificar se estas foram autorizadas pela autoridade competente; Verificar se as horas extras estão de acordo com o ponto e nos limites estabelecidos pela lei; Verificar se há norma que regulamenta banco de horas na Câmara; Verificar se as férias são concedidas regularmente; Se as licenças quando concedidas estão de acordo com a solicitação e o regime jurídico do servidor; Verificar se as gratificações concedidas aos servidores efetivos estão previstas na legislação local e foram concedidos através de ato devidamente publicado; Verificar se os salários pagos aos servidores e os subsídios pagos aos vereadores atendem os requisitos das normas legais;

	Se há controle quanto a conquista do direito à progressão funcional; Se o e-Social é enviado no prazo legal e com todas as informações obrigatórias; Verificar se os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos estão sendo publicados no Portal de Transparência da Câmara; Verificar se está sendo recolhida a parte patronal e do servidor ou vereador ao INSS ou a Previdência Própria; Verificar se o Imposto de Renda está sendo retido na fonte e recolhido conforme a legislação vigente; Verificar se a DCTFWeb está sendo entregue no prazo legal.
Período	Janeiro a Dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Mensal/subsequente

7.1.1. 8 Controle dos Limites Constitucionais

Unidade	Contábil e Financeira
Objeto	Limite de gastos do Poder Legislativo; Limite com folha de pagamento.
Objetivo	Atender ao contido artigo Art. 29-A, I, CF; Atender ao contido no artigo. 29-A, §1º da CF.
Escopo	Verificar se foi considerada a Receita Orçamentária do Munícipio relativa ao ano anterior para fins de cálculo do limite de repasse do duodécimo do Poder Legislativo (7%); Verificar se foi verificado o total de gastos do Poder Legislativo no exercício corrente para fins de cumprimento dos limites constitucionais; Verificar se foi acompanhada a aplicação do limite máximo de 70% da receita da Câmara com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores;

	4. Verificar se houve extrapolação dos limites constitucionais com pessoal, e se estão sendo tomadas as devidas providências para redução da despesa para recondução aos limites legais? O que está sendo feito.
Período	Março
Periodicidade/Condição Periodicidade	Anual/subsequente

7.1.1.9 Análise dos Sistemas de Informações Municipais

Unidade	Contábil e Pessoal
Objeto	Remessas do Sistema de Informações Municipais – SIM-AM e Sistema Integrado de Atos de Pessoal - SIAP-FP – módulo Folha de Pagamento ao Tribunal de Contas.
Objetivo	- Atender ao contido na Agenda de Obrigações conforme Instrução Normativa do TCE/PR vigente.
Escopo	1. Verificar se foram enviadas as remessas do SIM-AM e SIAP-FP ao Tribunal de Contas nos prazos estabelecidos na Agenda de Obrigações.
Período	Janeiro a Dezembro
Periodicidade/Condição	Mensal/subsequente

Periodicidade	

7.1.1.10 Análise e Envio da Prestação de Contas Anual (PCA) – Exercício anterior

Unidade	Contábil
Objeto	PCA do Poder Legislativo, relativo ao exercício anterior; Relatório do Controle Interno.
Objetivo	Atender ao contido na Instrução Normativa de Agenda de Obrigações emitida pelo TCE-PR; Atender ao Artigo 56 da LRF.
Escopo	1. Verificar se os itens de análise/pontos de controle a serem

	avaliados pelo TCE-PR conforme Instrução Normativa emitida pelo TCE-PR estão sendo atendidos; Verificar se a documentação necessária para elaboração do relatório de Controle Interno, parte integrante da PCA está em dia; Verificar se o prazo estabelecido pelo TCE para envio da Prestação de Contas foi cumprido; Verificar se o escopo e itens de análise está sendo atendido nos termos da legislação aplicável e se a documentação necessária para autuação do processo da PCA está sendo contemplada; Verificar se houve fato não abrangido no escopo de análise, mas, apurado em outras circunstâncias pelo TCE (procedimentos específicos de fiscalização); Se sim, verificar qual foi; E se foi Resolvido, e se houve Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA; Apontar se a conclusão das contas da Câmara referente o Exercício anterior foram pela regularidade/regularidade com ressalvas/regularidade com recomendações/irregularidade; Apontar em caso de regularidade com ressalva ou recomendações, qual foi o motivo; E se foram indicadas sanções e medidas legais aplicáveis; Apontar em caso de irregularidade, qual foi o motivo e se foram evidenciadas e delimitadas as responsabilidades; E se foram indicadas as sanções e medidas legais aplicáveis; Verificar se as remessas mensais do SIM-AM foram devida e tempestivamente enviadas para posterior protocolização do processo da PCA; Verificar se o Relatório do Controle Interno foi enviado; Se contemplou os elementos exigidos pelo TCE na Instrução Normativa do escopo; Verificar se as atividades desenvolvidas pelo CI estão sendo descritas no relatório; E se a metodologia utilizada está descrita; Verificar se o programa mínimo indicado pelo TCE está

	sendo atendido; Verificar se o balanço patrimonial foi publicado tempestivamente; Verificar se o RGF foi publicado tempestivamente.
Período	Abril
Periodicidade/Condição Periodicidade	Anual/subsequente

7.1.1.11 Análise dos Processos Licitatórios e contratos

Unidade	Setor de Licitações da Câmara
Objeto	Procedimentos Administrativos.
Objetivo	Atender ao que dispõe a Lei 14133/2021, Lei nº 8.666/93 e suas alerações e as normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Confirmar a regularidade de aspectos relevantes da atuação da administração da Câmara, com destaque para a aderência dos procedimentos e atos emitidos com os normativos legais vigentes, acórdãos do TCU e atos regulamentares emitidos pela própria administração, bem como a verificação da sua legitimidade, economicidade e eficiência.
Escopo	Analisar os processos administrativos, referentes aos seguintes temas: Se os limites de valores estabelecidos pela Lei de Licitações estão sendo respeitados; Se as fases nos processos licitatórios estão ocorrendo em conformidade com a lei: Pedido para a contratação; Motivação; Pesquisa de preços (orçamentos); Dotação contábil; Pareceres técnicos ou jurídicos; Fundamentação; Homologação; Extrato e Contrato; e outros correlatos. Se houve processo licitatório em conformidade com a legislação aplicável?

	com a legislação aplicável; Se houveram alterações contratuais (aditivos): repactuações, reequilíbrio, reajuste, acréscimo ou supressão; Especificar Se houve contratos de prestação de serviços continuados; Se os pagamentos de bens e serviços estão sendo feitos devidamente. Demais atos relacionados à legislação.
Período	Janeiro a dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Mensal/subsequente

7.1.1.12 Análise dos Processos de Concessão de Diárias

Unidade	Todas as Unidades Câmara Municipal
Objeto	Concessão de diárias a servidores e vereadores
Objetivo	Confirmar a regularidade e conformidade na concessão de diárias a servidores e vereadores; Atender ao contido na Lei Municipal nº 3843/2017 alterada por legislação posterior.
Escopo	- Verificar se há fiel observância a Lei Municipal nº 3843/017 (lei das diárias) em todas as devidas fases do processo, especialmente se:

	O deslocamento é compatível com o interesse público; O deslocamento tem correlação com as atribuições do cargo; Os valores das diárias concedidas estão de acordom co a Lei. É dada publicidade dos processos de concessões de diárias no Portal de Transparência da Câmara; A solicitação de diária é feita antecipadamente; Todos os demais campos do requerimento são preenchidos pelo requerente e devidamente assinados;

	O presidente do legislativo ou vice-presidente (quando este último for o caso) faz os devidos despachos, assina e justifica quando for o caso; As restituições de diárias (quando e se houve) estão em conformidade com a legislação municipal; A documentação comprobatória da realização da viagem, apresentada pelo beneficiário, encontra-se em boa ordem e nos termos da Lei de diárias da Câmara, bem como apresentada no transcurso do prazo legal; Durante o período da análise ocorreram casos de não prestação de contas; Se sim relatar, bem como as penalidades aplicadas; Os valores fixados estão sendo respeitados; Todos os formulários são devidamente preenchidos e assinados; As notas de empenho, liquidação e pagamento estão em conformidade com a legislação.
Período	Janeiro a Dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Mensal/concomitante/subsequente

7.1.1.13 Análise do Controle de Frota

Unidade	Todas as Unidades Administrativas da Câmara Municipal
Objeto	Controle da frota da Câmara.
Objetivos	- Atestar a adequação da utilização do veículo oficial com os termos da Resolução nº 03 de 13 de dezembro de 2022;
Escopo	1. Verificar se as informações contidas nas autorizações de saídas de veículos (quilometragem x hodômetro) estão em dia e em conformidade a legislação aplicável;

	Verificar se há controle de abastecimento; Verificar se há controle de bordo; Verificar se os veículos da Câmara possuem seguro; Verificar se os veículos da Câmara estão devidamente identificados; Verificar se as infrações de trânsito são cobradas do condutor; Verificar se o fornecimento de materiais e serviços estão registrados em ficha individual para cada veículo;
Período	Janeiro a dezembro
Periodicidade/Condição Periodicidade	Mensal/subsequente

7.1.1.14 Controle da Gestão Patrimonial

Unidade	Todas as Unidades Administrativas da Câmara
Objeto	Patrimônio: bens móveis e imóveis.
Objetivo	Certificar a adequação dos procedimentos relativos ao controle de bens móveis e imóveis, em relação à legislação vigente.
Escopo	Verificar se os bens móveis adquiridos pela Câmara têm registro contábil no permanente em conta específica e individualizada; Verificar se especificação dos bens é completa; Verificar se no controle dos bens móveis há registro de a fixação de identificação com número do registro; Emissão de termo de responsabilidade; Nome do responsável pela carga e guarda dos bens; Verificar se os bens móveis da Câmara estão organizados em processos e arquivados em ordem;

	5. Verificar se os bens móveis têm registro analítico individualizado com indicação do valor, características e dos responsáveis pela sua guarda e administração; 6. Verificar se ocorre recolhimento por inservibilidade, perda ou extravio, furto ou roubo, alienação, doação, desnecessidade, obsoletismo, Redistribuição; Empréstimo, troca ou transferência; Baixa, etc; 7. Verificar se as ocorrências com os bens são comunicadas pelos responsáveis ao Departamento competente; 8. Verificar se os valores dos bens móveis estão atualizados de acordo com os valores reais/atuais; 9. Verificar se existe um sistema de controle patrimonial, conferindo os dados de movimentação, bem como os saldos existentes se estão atualizados e compatibilizados com as existências físicas, possibilitando demonstrar a real situação patrimonial da entidade; 10. Verificar se existe inventário físico dos bens, com a respectiva identificação e localização dos bens; 11. Verificar se existe controle de movimentação dos bens, quanto a transferências e responsabilidades sobre os mesmos, bem como quanto à inscrição e baixa; 12. Verificar se há ocorrência de processos administrativos quanto a desvio, roubo ou desaparecimento de bens, exigindo as medidas cabíveis quando necessário; 13. Verificar se as informações do sistema patrimonial estão em compatibilidade com os registros contábeis, principalmente quanto a doações, permutas, alienações, baixas e outras movimentações
Período	Janeiro e Julho
Periodicidade/Condição Periodicidade	Semestral/subsequente

8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O aperfeiçoamento técnico dos membros da UCI será por intermédio da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras instituições públicas e privadas, com temas relevantes a área do Controle Interno especificamente, bem como todas as demais áreas do Legislativo a serem fiscalizadas pela Unidade de CI.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de Controle Interno no exercício de 2026 poderão ser alteradas, em determinadas situações. As eventuais alterações no que tange ao período de realização e ao número de dias úteis serão detalhadas e informadas pelo Controle Interno nos devidos Processos Administrativos visando adequar a programação às demandas e à realidade da UCI.

A título de controle preventivo, além do exposto no cronograma de atividades, será acompanhada oportunamente, a Instrução Normativa emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná que trate da Agenda de Obrigações e seus respectivos prazos com aplicabilidade a Câmara Municipal de Rolândia..

Os diagnósticos de auditoria, quando houver sugestão de melhorias a unidade correspondente, serão apresentados e submetidos à aprovação do gestor superior, que verificará a pertinência do sugerido, bem como a viabilidade de sua adoção.
Câmara Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, 05 de novembro de 2025.

(Assinado Digitalmente)
ALAN FERNANDO PAGANINI
Coordenado do Controle Interno

(Assinado Digitalmente)
GUILHERME DE MAGALHÃES SPANGUEMBERG
Presidente da Câmara

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - EXERCÍCIO DE 2026

Nº	Frentes de Trabalho	Frequência	Período											
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01	Proposta/Orçamentária da Câmara (LDO e LOA), PPA (quando houver)	Anual				x LDO	x LDO	x LDO	x LDO	x LOA	x LOA	x LOA	x LOA	x LOA
02	Acompanhamento de trâmites e fases de discussão dos projetos (PPA, LDO e LOA)	Anual							x					x
03	Suprimento a Câmara (duodécimo)	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
04	Acompanhameneto da Execução Orçamentária e Financeira	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
05	Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais (realização e declaração)	Quadrimestral		x				x				x		
06	Relatório de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral		x				x				x		
07	Gastos com Pessoal	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
08	Limites Constitucionais	Anual			x									
09	Sistemas de Informações Municipais – TCE-PR	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
10	Prestação de Contas Anual – Exercício anterior	Anual				x								
11	Processos Licitatórios e contratos	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
12	Controle de Concessão de Diárias	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
13	Controle de Frota	Mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
14	Controle de Patrimônio	Semestral	x						x					

Publicado por:
Fernando Despensieri
Código Identificador:8DD1254E